



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2891

Quinta-feira - 01 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Cunha Porã	440	Lebon Regis	813
Água Doce	6	Cunhataí	442	Leoberto Leal	814
Águas de Chapecó	8	Curitibanos	445	Lindóia do Sul	830
Águas Frias	9	Descanso	481	Lontras	831
Alfredo Wagner	13	Dionísio Cerqueira	482	Luzerna	832
Anchieta	14	Doutor Pedrinho	483	Macieira	834
Angelina	22	Ermo	487	Mafrá	838
Anita Garibaldi	64	Faxinal dos Guedes	488	Maracajá	839
Anitápolis	65	Formosa do Sul	489	Maravilha	841
Antônio Carlos	76	Forquilha	492	Marema	842
Apiuna	80	Fraiburgo	493	Massaranduba	843
Arabutã	83	Garopaba	499	Matos Costa	850
Arroio Trinta	90	Garuva	552	Meleiro	852
Ascurra	93	Gaspar	558	Modelo	863
Atalanta	94	Governador Celso Ramos	562	Mondaí	865
Aurora	95	Grão Pará	579	Morro da Fumaça	866
Balneário Arroio do Silva	111	Gravatal	581	Morro Grande	867
Balneário Gaivota	112	Guaraciaba	582	Navegantes	869
Barra Bonita	114	Guaramirim	591	Nova Erechim	880
Barra Velha	116	Guarujá do Sul	593	Nova Itaberaba	882
Bela Vista do Toldo	120	Herval d'Oeste	594	Nova Trento	884
Benedito Novo	123	Ibiam	601	Nova Veneza	909
Biguaçu	145	Ibicaré	602	Novo Horizonte	910
Blumenau	149	Ibirama	603	Orleans	913
Bom Jardim da Serra	177	Ilhota	633	Ouro	917
Bom Jesus	178	Imarui	637	Ouro Verde	920
Bom Retiro	184	Imbituba	638	Paial	927
Botuvera	190	Imbuia	648	Palhoça	928
Braço do Trombudo	191	Indaial	649	Palma Sola	952
Brusque	201	Iomerê	658	Palmeira	955
Caçador	219	Iporã do Oeste	694	Papanduva	956
Caibi	224	Ipuacú	710	Passo de Torres	957
Camboriú	225	Ipumirim	711	Passos Maia	958
Campo Alegre	342	Iraceminha	713	Paulo Lopes	960
Campo Erê	353	Irani	714	Penha	961
Campos Novos	356	Irineópolis	716	Peritiba	967
Canoinhas	357	Itá	721	Pescaria Brava	968
Capão Alto	370	Itapema	723	Petrolândia	969
Capinzal	378	Itapiranga	726	Pinheiro Preto	970
Catanduvas	387	Itapoá	727	Piratuba	971
Caxambu do Sul	389	Ituporanga	737	Planalto Alegre	972
Chapadão do Lageado	390	Jaborá	741	Pomerode	997
Cocal do Sul	391	Jacinto Machado	745	Ponte Alta do Norte	999
Concórdia	392	Jaraguá do Sul	748	Ponte Serrada	1000
Cordilheira Alta	424	Joaçaba	769	Porto Belo	1002
Coronel Freitas	428	Jupia	784	Porto União	1004
Coronel Martins	429	Lacerdópolis	807	Pouso Redondo	1028
Correia Pinto	432	Lages	810	Praia Grande	1029
Corupá	436	Laguna	811	Presidente Castello Branco	1030

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2891

Quinta-feira - 01 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Presidente Getúlio	1031	São Bernardino	1136	Tijucas	1281
Presidente Nereu	1036	São Bonifácio	1141	Timbé do Sul	1285
Princesa	1037	São Carlos	1142	Timbó	1286
Quilombo	1039	São Domingos	1145	Timbó Grande	1296
Rancho Queimado	1042	São Francisco do Sul	1150	Três Barras	1297
Rio do Campo	1043	São João Batista	1159	Treze Tílias	1299
Rio do Oeste	1048	São Joaquim	1163	Trombudo Central	1300
Rio dos Cedros	1059	São José	1172	Tunápolis	1308
Rio do Sul	1049	São José do Cedro	1191	Turvo	1311
Rio Negrinho	1067	São Lourenço do Oeste	1209	Urubici	1313
Romelândia	1068	São Miguel do Oeste	1214	Vargeão	1316
Salto Veloso	1070	São Pedro de Alcântara	1218	Vidal Ramos	1318
Santa Cecília	1073	Schroeder	1227	Videira	1319
Santa Helena	1120	Seara	1236	Vitor Meireles	1325
Santa Rosa do Sul	1121	Serra Alta	1245	Witmarsum	1334
Santa Terezinha do Progresso	1124	Sombrio	1249	Xanxerê	1335
Santo Amaro da Imperatriz	1129	Tangará	1252	Xavantina	1349
São Bento do Sul	1132	Tigrinhos	1257	Xaxim	1353

Consórcios

AGIR	1356
ARIS	1356
CIMCATARINA	1367
CIS/AMAUC	1444
CIS/AMURC	1445
CIS/AMVI	1445
CISAMREC	1449
CODEPLAN	1449
CISAM-SUL	1451
CIS/AMERIOS	1452
CONSAD	1453



Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO 30/2019

Publicação Nº 2109183

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2019

PREGAO PRESENCIAL Nº PR30/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MÁQUINAS DE COSTURA PARA O DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO.

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 14/08/2019 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 1 de agosto de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 288/2019

Publicação Nº 2109209

PORTARIA N.º 288/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores, se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores,

Considerando o atendimento das necessidades que urgem haja vista as ações a serem desenvolvidas por esta fazenda pública municipal no âmbito do Departamento de Obras.

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 38 e incisos Art. 39 e parágrafos da CF/88 bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica nomeado a partir de 01/08/2019 (um de agosto de dois mil e dezenove), o Sr. MARILDO JETKE, brasileiro, domiciliado nesta comarca, residente em Agrônômica, portador da carteira de identidade nº 2.495.793, inscrito no CPF sob o nº 016.321.429-88 que se encontra em dia com suas obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento em comissão, CHEFE DE SETOR – DAS 05 e lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 289/2019

Publicação Nº 2109211

PORTARIA Nº 289/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido servidora municipal Sra. ALINE DE SOUZA, matrícula n.º 987 ocupante do cargo de provimento comissionado de DIRETOR ADJUNTO – DAS-03 e lotação no Departamento de Administração,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 5 (cinco) dias remunerada, iniciando-se em 29/07/2019 até 02/08/2019, a servidora municipal Sra. ALINE DE SOUZA, matrícula n.º 987 ocupante do cargo de provimento comissionado de DIRETOR ADJUNTO – DAS-03 e lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 29/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 290/2019

Publicação Nº 2109212

PORTARIA Nº 290/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido servidora municipal Sra. MARIA GORETE LEHMKUHL WILLEMANN, matrícula n.º 913 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 14 (quatorze) dias remunerada, iniciando-se em 14/07/2019 até 27/07/2019, a servidora municipal Sra. MARIA GORETE LEHMKUHL WILLEMANN, matrícula n.º 913 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 15/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 291/2019

Publicação Nº 2109213

PORTARIA Nº 291/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido servidora municipal Sra. JUDITE MARILENE FLORENCIO KUMMROW, matrícula n.º 578 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica pelo período de 5 (cinco) dias remunerada, iniciando-se em 26/07/2019 até 30/07/2019, a servidora municipal Sra. JUDITE MARILENE FLORENCIO KUMMROW, matrícula n.º 578 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 26/07/2019.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 090/2019

Publicação Nº 2107438

DECRETO Nº 090/2019 - DE 29 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC, no uso de da atribuição que lhe confere o art. 60 da Lei Complementar Municipal n. 058/2009, de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro PABLO MORANDINI, integrante responsável pela Delegacia de Polícia Civil do Município de Água Doce, nomeado pelo Decreto n. 167/2018, pelo seguinte: JEFERSON DA NUNZ, inscrito sob o CPF n. 757.760.069-53.

Art. 2º Ficam mantidos os demais membros nomeados pelos Decreto n. 167/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce - SC, 29 de julho de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 091/2019

Publicação Nº 2107439

DECRETO Nº 091/2019 - DE 29 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES- JARI DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC, no uso de da atribuição que lhe confere o art. 3º e 4º da Lei Municipal n. 1.619/2007 e art. 3º do Decreto n. 003/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro PABLO MORANDINI, presidente nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, por meio do Decreto n. 045/2019, pelo seguinte: JEFERSON DA NUNZ, inscrito sob o CPF n. 757.760.069-53.

Art. 2º Ficam mantidos os demais membros nomeados pelos Decreto n. 045/2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce - SC, 29 de julho de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019 - FMS

Publicação Nº 2106235

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 18/2019

PREGÃO PRESENCIAL 16/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 18/2019, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2019", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de veículo 0km, através de Proposta de Aquisição de Equipamento e Material Permanente nº. 11.430.533000/1180-09 do Ministério da Saúde, o qual será processado e julgado no dia 13

de agosto de 2019 às 08h00 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 30 de julho de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2019 - FMS

Publicação Nº 2106236

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 19/2019

PREGÃO PRESENCIAL 17/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 19/2019, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 17/2019", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de móveis e equipamentos, através de Proposta de Aquisição de Equipamento e Material Permanente nº. 11.430.533000/1180-09 do Ministério da Saúde, o qual será processado e julgado no dia 13 de agosto de 2019 às 14h00 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 30 de julho de 2019

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMS

Águas de Chapecó

PREFEITURA

PORTARIA N° 279/2019

Publicação N° 2109222

PORTARIA N° 279/2019 De 1° de Agosto de 2019	NOMEIA, NOS TERMOS DA LEI, LEANDRO LUIS GUSATTO, PARA EXERCER O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público n° 001/2019, Lei Complementar n° 055/2018 e 058/2018, demais disposições legais vigentes;
---	---

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, em 1º de Agosto de 2019, o Sr. LEANDRO LUIS GUSATTO para o Cargo de Controlador Interno, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 52, grupo TEC, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal n° 058/2018 de 12 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 1º de Agosto de 2019.

VALMOR FOLLMANN

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de Agosto de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu o Senhor LEANDRO LUIS GUSATTO, a fim de tomar posse no cargo de Controlador Interno, nível 52, nomeado pela Portaria n° 279/2019. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal em Exercício, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

LEANDRO LUIS GUSATTO
Nome do Empossado

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 212/2019

Publicação Nº 2108728

DECRETO Nº 212/2019

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA, Prefeita Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei, e em especial o Edital de Processo Seletivo nº 05/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, da Servidora Pública Municipal senhora Laís Gonçalves da Silva, de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, nomeada pelo Decreto nº 42/2019, para o cargo de Professora de Atividades Desportivas (Educação Física), com lotação na secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 01 de agosto de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita Municipal em exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 213/2019

Publicação Nº 2108733

DECRETO Nº 213/2019

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA, Prefeita Municipal em exercício de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Edital de Processo Seletivo nº 05/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público o Senhor Dionata Jandir Daga, para atuar no cargo de Professor de Atividades Desportivas (Educação Física), lotado na secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, com carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais, percebendo a remuneração de acordo com o anexo III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2010, ou sucedâneo legal.

Parágrafo Único – Justifica-se a presente contratação, tendo em vista a disponibilidade e necessidade de preenchimento da referida vaga na rede escolar municipal, em conformidade com o Processo Seletivo nº 05, de 25 de outubro de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 01 de agosto de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita Municipal em exercício

O presente decreto foi registrado e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. finanças e Planejamento

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2019

Publicação Nº 2108764

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata Nº:	36/2019
Detentora da Ata:	ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME
Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura com manutenção da iluminação pública
Processo Nº	34/2019
Modalidade	Pregão Nº 16/2019
Vigência da Ata	Início: 31/01/08/2019 Fim: 31/07/2020

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
6	1	Luminária de LED	un	483,3300
7	1	Luminária pública de LED	un	400,0000
8	1	Luminária pública de LED, potência nominal máxima de 100W	un	520,0000
9	1	Serviços de manutenção	h	142,0000
9	2	Serviços de mão de obra para manutenção, substituição	h	71,6600

ÁGUAS FRIAS – SC, 31 de julho de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2019

Publicação Nº 2108771

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata Nº:	37/2019
Detentora da Ata:	ITOFRAN COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EM GERAL LTDA
Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura com manutenção da iluminação pública
Processo Nº	34/2019
Modalidade	Pregão Nº 16/2019
Vigência da Ata	Início: 01/08/2019 Fim: 31/07/2020

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	1	BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO	un	4,9800
1	2	Relê	un	9,9800
5	1	Reator Vapor	un	40,9900
5	2	Reator de vapor de sódio/metálico 400W-220V	un	59,9800
5	3	Reator de vapor de sódio/metálico 250W-220V	un	60,8800

ÁGUAS FRIAS – SC, 31 de julho de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2019

Publicação Nº 2108775

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	

Ata Nº:	38/2019
Detentora da Ata:	QUARK ENGENHARIA EIRELI

Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura com manutenção da iluminação pública
Processo Nº	34/2019
Modalidade	Pregão Nº 16/2019

Vigência da Ata	Início: 01/08/2019 Fim: Até 31/07/2020
-----------------	--

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
2	1	Soquete	un	2,3100
2	2	Conector cunha	un	2,2800
2	3	Braço para iluminação pública, galvanizado	un	29,9800
2	4	Braço para Iluminação pública, galvanizado, com 3.000 mm de comprimento	un	122,0300
2	5	Soquete bocal E-40	un	5,2900
4	1	LÂMPADA 70W VAPOR SÓDIO	un	14,9900
4	2	Lâmpada de vapor metálico 250W	un	22,7800
4	3	Lâmpada de vapor metálico 70W	un	21,5300
4	4	Lâmpada de vapor metálico 250W, tubular	un	22,7800
4	5	Lâmpada de vapor metálico 400W	un	24,5900

ÁGUAS FRIAS – SC, 31 de julho de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita em Exercício

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2019

Publicação Nº 2108780

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	

Ata Nº:	39/2019
Detentora da Ata:	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura com manutenção da iluminação pública
Processo Nº	34/2019
Modalidade	Pregão Nº 16/2019

Vigência da Ata	Início:01/08/2019 Fim: 31/07/2020
-----------------	-----------------------------------

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
3	1	Lâmpada	un	10,5000
3	2	Lâmpada led	un	11,5000
3	3	Lâmpada econômica espiral 45W	un	23,0000
3	4	Lâmpada LED 20W	un	21,4000
3	5	Lâmpada LED 9W Bulbo	un	5,0000
3	6	Lâmpada LED Tubular T8120cm - 20W	un	13,2600
3	7	Lâmpada LED tubular T8 60cm - 9W	un	10,5000

ÁGUAS FRIAS – SC, 31 de julho de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita em Exercício

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº27/2019

Publicação Nº 2108833

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 60/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2019

Tipo : Menor preço - Unitário

Objeto : Contratação de Empresa para Realização de Seguro de Veículos, Escavadeira Hidráulica e Tratores de Esteira

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 13 de agosto de 2019.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 13 de agosto de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019 ou no site www.aguasfrias.sc.gov.br.

Águas Frias -SC, 31 de julho de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2019

Publicação Nº 2107884

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº14/2019

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 13 de Agosto de 2019.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Referente aquisição de equipamentos de informática para manutenção das secretarias do município, conforme descrição, características e demais informações constantes no anexo I do Edital.

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48) 3276-1211 Setor de Compras e Licitações

Alfredo Wagner, em 31 de Julho de 2019.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2109096

Anchieta (SC), 31 de Agosto de 2019.

Ilma. Senhora
Natalli Fernanda Tomas Herrmann

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 001/2018

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 001/2018 para o cargo de Assistente de Consultório Dentário, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal
COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 001/2018, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) CPF e Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Natalli Fernanda Tomas Herrmann

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2109094

Anchieta (SC), 31 de Agosto de 2019.

Ilmo. Senhor
Gilberto Pessetto

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 001/2018

Prezado Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 001/2018 para o cargo de Motorista, no Transporte Escolar, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, em substituição ao titular que estará em gozo de Licença Prêmio por um período de 90 (noventa).

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal
COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 001/2018, Vossa Senhoria foi aprovado e consequentemente classificado para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) CPF e Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor
Gilberto Pessetto

DECRETO Nº 136/2019

Publicação Nº 2109001

DECRETO Nº. 136/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO EXEMPLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 67/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar do Jardim de Infância Pequeno Exemplar, Linha João Café Filho, a saber:

I – Diretora da escola: não há

II - trabalhadores em educação docentes: Luciana Presotto (titular) e Arieli Pulga (suplente)

III – trabalhadores em educação não docentes: Dione Prevedello (titular) e Kerli Cassol (suplente);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos: Solange Wille e Claudia de Césare (titulares) e Leidy Dal Vit e Jaquelina Schaeffer (suplentes).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 31 de julho de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 137/2019

Publicação Nº 2109038

DECRETO Nº. 137/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO JARDIM DE INFÂNCIA PEQUENO PRÍNCIPE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 067/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar do Jardim de Infância Pequeno Príncipe – Linha Nossa Senhora da Salette, a saber:

I – Diretora da escola: não há;

II - trabalhadores em educação docentes: Indianara Cavagnoli (titular) e Bárbara Pressotto Lolato (suplente);

III – trabalhadores em educação não docentes: Geovane Negri (titular);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos: Cristina Spilmann Vaz e Fabiano Frare (titulares) e Maritânia Schwaab da Costa e Raquel Débora dos Santos (suplentes).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 31 de julho de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 138/2019

Publicação Nº 2109042

DECRETO Nº. 138/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO DA ALEGRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 067/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar do Jardim de Infância Cantinho da Alegria – Linha Nossa Senhora da Saúde, a saber:

I – Diretora da escola: não há;

II - trabalhadores em educação docentes: Maria Vania Santa Catarina (titular) e Cleusa Perondi Hannauer (suplente);

III – trabalhadores em educação não docentes: Maiara Lucia Schmitt (titular) e Jorge Signor (suplente);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos: Mariloni da Silva Schmitt e Simone de Césare (titulares) e Juliana Schaeffer e Janete Fontana (suplentes).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 31 de julho de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 139/2019

Publicação Nº 2109045

DECRETO Nº. 139/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO JARDIM DE INFÂNCIA MENINO JESUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal 2.267 de 05 de agosto de 2016 que dispõe sobre a implantação e organização do conselho escolar nas escolas públicas municipais de Anchieta/SC;

Considerando a Comunicação Interna 067/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar do Jardim de Infância Menino Jesus – Linha Prateleira, a saber:

I – Diretora da escola: não há;

II - trabalhadores em educação docentes: Janete Sobieski Barth (titular) e Dalila Izoton (suplente);

III – trabalhadores em educação não docentes: Maria Beatriz Junges Alves Rei (titular);

IV – pais ou responsáveis legais pelos alunos: Nelci Wiesloski e Fernando Zattera (titulares) e Dulce Hannauer (suplente).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato, conforme art. 7º da Lei 2.267/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 31 de julho de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO -PP 042/2019 PM

Publicação Nº 2108930

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 066/2019 – Pregão Presencial nº 042/2019

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 066/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de Preço para aquisição futura, eventual e

parcelada de equipamentos, materiais de expediente e prestação de serviço para confecção de materiais gráficos, utilizados na manutenção das atividades diárias dos diversos setores da Administração Pública do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – ME.

VALOR R\$: 50.560,00

BELINKI & SOUZA LTDA - ME.

VALOR R\$: 19.148,50

DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA – EPP.

VALOR R\$: 13.843,55

GRAF - ROMA GRÁFICA E EDITORA EIRELI – ME.

VALOR R\$: 10.405,00

J U V COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI – EPP.

VALOR R\$: 20.256,00

JP EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

VALOR R\$: 27.095,10

MARCELO SIMONI – ME.

VALOR R\$: 69.303,90

MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA - EPP.

VALOR R\$: 11.599,00

MB CATARINENSE EIRELI- ME.

VALOR R\$: 58.560,00

POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP.

VALOR R\$: 33.730,50

SOMAPRINT IMPRESSÃO DIGITAL LTDA – ME.

VALOR R\$: 22.027,00

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA – EPP.

VALOR R\$: 15.114,00

Valor Total R\$: 351.642,55 (Trezentos e Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Quarenta e Dois Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).

Anchieta, 31 de Julho de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº331/2019

Publicação Nº 2109088

PORTARIA nº. 330/2019

De, 29 de Julho de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Luciana Iaronka, ocupante do cargo de Gari, matrícula 2539, lotada na Secretaria Municipal da Infraestrutura, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/07/2019 à 31/07/2019.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 29 de Julho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº332/2019

Publicação Nº 2109089

PORTARIA n. 332/2019
De, 29 de Julho de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde por um período de 15 (quinze) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde para a Servidora Pública senhora Jucimara Ercego, ocupante do cargo de Auxiliar de de Serviços Gerais, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento, por um período de 15 (quinze) dias, a partir de 24/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 29 de Julho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº333/2019

Publicação Nº 2109090

PORTARIA nº. 333/2019
De, 31 de Julho de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Roselaine Buratti, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerias ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula 2610, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 31 de Julho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº334/2019

Publicação Nº 2109091

PORTARIA nº. 334/2019
De, 31 de Julho de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Eliziane karloh, ocupante do cargo de Assistente de Consultório Dentário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula 1160, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 31 de Julho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº335/2019

Publicação Nº 2109092

PORTARIA nº. 335/2019
De, 31 de Julho de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Declarar Vago por Aposentadoria,

Art. 1º - Fica vago Por Aposentadoria o cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano, bem como o cargo de Professora de Ensino Fundamental ACT, ocupados pela servidora senhora Cleusa Dominga Prior Didomênico, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 31 de Julho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 024/2019**

Publicação Nº 2108916

PORTARIA Nº024/2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e o Regimento Interno.

Resolve:

Art. 1º. Conceder Férias ao Servidor senhor EDEMAR LUIZ GRIEBLER, brasileiro, solteiro, maior, portador da carteira de identidade RG 4.869.396 - SSP/SC inscrito no CPF sob nº 060.415.549-28, ocupante do cargo de Contador, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, a serem gozadas no primeiro período a partir do dia 01 a 10 de agosto de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta-SC.

Em 31 de julho de 2019.

MARIA HELENA TRENTIN

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
foi publicada na forma da lei.

Em 31 de julho de 2019.

Jussara Santin

Diretora Geral do Legislativo

Angelina

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

Publicação Nº 2107731



**Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019**



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2019

O Município de **ANGELINA**, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao **CONCURSO PÚBLICO**, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n.º 02/2009, Lei Complementar Municipal nº 20/2013, Lei Complementar n.º 21/2013, todas considerando suas alterações posteriores, demais legislações atinentes e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da empresa **NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - NBS PROVAS**, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 601, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: nbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público, nomeada para este fim.
- 1.2.** O Concurso Público terá caráter eliminatório e classificatório e envolverá prova escrita objetiva, prova de títulos e prova prática, diferenciadas por cargo.
- 1.3.** Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.3.1. Cargos de Nível Superior:

Item	Cargo/Função	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Assistente Social	Nível Superior em Serviço Social e Registro no Conselho Regional de Serviço Social	1 + CR	-	40h	3.987,48	O, T
02	Enfermeiro	Nível Superior em Enfermagem, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	CR	-	40h	3.987,48	O, T
03	Médico Clínico Geral	Nível Superior em Medicina, com Registro no Conselho Regional de Medicina.	1 + CR	-	40h	5.316,63	O, T
04	Médico Ginecologista	Nível Superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina e ter concluído a residência médica em ginecologia ou ter título de Especialista em Ginecologia.	1 + CR	-	08h	5.313,63	O, T

1.3.2. Cargos de Nível Médio ou Técnico:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
05	Técnico em Enfermagem	Ensino médio completo e curso de técnico em enfermagem com registro no Coren/SC.	CR	-	40h	2.126,65	O
06	Agente Comunitário de Saúde – ACS Habilitação Profissional: Ensino médio completo e residir no local de atuação desde a publicação deste Edital, conforme Lei Federal 13.595/2018. Observação: A não comprovação de residir no local de atuação implica em eliminação do candidato, independentemente de seu desempenho nas provas.						



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



Item	Descrição da Área de Atuação	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
06.01	ACS – Microárea: Área de Atuação: <i>Rio Pavão, Rio do Norte, Rio São Sebastião e Área Urbana do Distrito da Barra Clara.</i>	CR	-	40h	1.267,59	O

1.3.3. Cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
07	Auxiliar de Manutenção e Conservação I	Ensino Fundamental Incompleto.	CR	-	40h	1.581,70	O, P
08	Motorista	Ensino Fundamental Completo, com Carteira Nacional de Trânsito categoria "D".	CR	-	40h	1.729,90	O, P
09	Operador de Máquinas	Ensino Fundamental Completo, com Carteira Nacional de Trânsito categoria "D".	CR	-	40h	1.860,83	O, P

1.3.4. Legendas Utilizadas:

- **Tipo de Prova "O":** Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- **Tipo de Prova "P":** Aplicação de Prova Prática, de caráter eliminatório e classificatório.
- **Tipo de Prova "T":** Aplicação de Prova de Títulos, de caráter classificatório.
- **Vagas PNE:** Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).

1.4. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no **ANEXO VI**.

1.5. Os candidatos nomeados nas vagas para cargo público estarão subordinados ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Angelina, Lei nº 21/2013 e suas alterações posteriores. O regime de trabalho é o Estatutário e filiados ao Regime Próprio de Previdência Social.

1.6. Os candidatos ao cargo de "Agente Comunitário de Saúde (Cargo 06)" serão admitidos sob o regime de "emprego público", de acordo com a Lei Complementar n.º 02/2009, vinculados às normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

1.7. Os valores para inscrição no Concurso Público nº 01/2019, obedecerão aos seguintes parâmetros:

- **R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de Nível Superior;**
- **R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de Nível Médio ou Técnico;**
- **R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de Fundamental ou Alfabetizado.**

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Edital nº 01/2019 de Abertura do Concurso Público, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no mural da sede da Prefeitura Municipal, no mural da sede da Câmara de Vereadores, em jornal de circulação local e regional, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, bem como nos sites www.nbsprovas.com.br e www.angelina.sc.gov.br.

2.2. Os Atos e demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Concurso Público serão divulgados nos sites www.nbsprovas.com.br e www.angelina.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de Angelina, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1. Para participar do Concurso Público nº 01/2019 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua posse, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.
- 3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no **Anexo III**.
- 3.4. **São condições básicas para a inscrição:**
- 3.4.1. *Nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.*
- 3.4.2. *Gozo dos direitos políticos.*
- 3.4.3. *Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.*
- 3.4.4. *Quitação com as obrigações militares e eleitorais.*
- 3.4.5. *Idade mínima de dezoito anos completos na data da convocação.*
- 3.4.6. *Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.*
- 3.5. As inscrições serão efetuadas pelo seguinte meio:
- 3.5.1. **VIA INTERNET:** através do *site* www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:
- 3.5.1.1. Acessar o *site* www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;
- 3.5.1.2. Localizar, no *site*, o “link” correlato ao Concurso Público do Município de Angelina;
- 3.5.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;
- 3.5.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;
- 3.5.1.5. O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.
- 3.6. **Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Concurso Público.**
- 3.7. O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.
- 3.8. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



3.9. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

3.9.1. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no **Anexo III**. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. **Atentar ao horário de expediente bancário.**

3.10. Será cancelada a inscrição do candidato que:

3.10.1. Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.

3.10.2. Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.

3.10.3. Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

3.10.4. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.10.5. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.

3.10.6. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br e www.angelina.sc.gov.br.

3.11. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da "listagem provisória de inscritos", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das "homologadas/deferidas".

3.11.1. O deferimento da inscrição do candidato significa unicamente que o seu pagamento foi processado, ficando apto a realizar a prova. **O status de deferido da inscrição não comprova sua habilitação ao cargo**, devendo esta ser realizada no momento da sua contratação/convocação, mediante apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de aplicação do item 3.2 do edital.

3.12. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no **Anexo III** para a publicação da "convocação para a realização das provas objetivas", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.12.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Candidato", no site www.nbsprovas.com.br ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no **Item 11**.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 3.13.** Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.
- 3.14.** Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital ou em caso de desistência do candidato em relação ao certame.
- 3.15.** A **NBS Serviços Especializados Eireli** e o **Município de Angelina** não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 3.16.** A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.
- 3.17.** O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do **Anexo II**, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 3.18.** A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 3.19.** Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do **Anexo II** indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 3.20.** Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.
- 3.21.** As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.
- 3.22.** O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do **Anexo III**, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.
- 3.23.** O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no **Anexo III**, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 3.24.** O Município de Angelina, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município de Angelina e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no **Anexo III**.
- 3.25.** É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



4. DAS ISENÇÕES

- 4.1. Ficam isentos do pagamento da Taxa de Inscrição no Concurso Público n.º 01/2019 do Município de Angelina os **candidatos doadores de sangue e os candidatos doadores de medula óssea** atendidas às condições estabelecidas nos itens seguintes.
- 4.2. O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público, entretanto, se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.
- 4.3. Para requerer a isenção por “doação de sangue” o candidato deverá:
- 4.3.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (**Anexo VII**), assinalando a opção “doador de sangue” e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.
- 4.3.2. O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a 2 (duas) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital deste Certame.
- 4.3.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
- 4.4. Para requerer a isenção por doação de medula óssea o candidato deverá:
- 4.4.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (**Anexo VII**), assinalando a opção “Doador de Medula Óssea” e anexar ao requerimento o comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.
- 4.5. O requerimento de isenção deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no **Anexo III** deste Edital.
- 4.6. A relação das isenções deferidas será divulgada nos endereços eletrônicos www.nbsprovas.com.br e www.angelina.sc.gov.br, devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no **Anexo III**.
- 4.7. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do **Item 10** deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no **Anexo III**, por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 4.8. A NBS Serviços Especializados Eireli apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no **Anexo III**, republicando a lista de candidatos isentos nesta mesma data.
- 4.9. Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, **observando o horário bancário**.
- 4.10. A constatação de falsidade da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas no espaço físico de instituições de ensino no município de Angelina/SC, na data prevista no **Anexo III**, em



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.2.

- 5.2.** O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.
- 5.3.** Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.
- 5.4.** O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.
- 5.5.** As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.
- 5.6.** O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.
- 5.7.** Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.
 - b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.
 - c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.
 - d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.
- 5.8.** Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.
- 5.9.** Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.
- 5.10.** Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.
- 5.11.** Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 5.12.** Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.
- 5.13.** Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição medica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.
- 5.14.** Os telefones celulares, *paggers* e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 5.15.** A NBS Serviços Especializados Eireli, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.
- 5.16.** Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.
- 5.17.** Para o eventual uso dos sanitários o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários é restrito aos candidatos em prova, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.
- 5.18.** A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 5.19.** Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Angelina não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.
- 5.20.** Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:
- a) *Apresentar-se após o horário estabelecido para o fechamento dos portões, não se admitindo qualquer tolerância.*
 - b) *Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.*
 - c) *Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal.*
 - d) *Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.*
 - e) *Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.*
 - f) *Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.*
 - g) *Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.*
 - h) *Se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização.*
 - i) *Não devolver integralmente o material recebido*



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



j) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

5.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5.22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

6. DAS PROVAS

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que **obtiverem, no mínimo:**

- **5,00 (cinco) pontos** na prova escrita objetiva, para os cargos sem aplicação de prova prática;
- **5,00 (cinco) pontos** na nota na composição da nota final obtida através das disposições do Item 6.3.9, para os cargos com aplicação de prova prática, sendo eliminados os candidatos ausentes em qualquer das etapas.

6.2. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

6.2.1. Para os cargos de Nível Médio, Técnico ou Superior:

6.2.1.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **40 (quarenta)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Matemática	5	0,20	1,00
Informática Básica	5	0,20	1,00
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	20	0,30	6,00
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.2. Para os cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado:

6.2.2.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo **25 (vinte e cinco)** questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor Total
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Valor total da prova escrita:			10,00



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 6.2.3.** Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.
- 6.2.4.** No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:
- a) *Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;*
 - b) *Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);*
 - c) *Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;*
 - d) *Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);*
 - e) *For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.*
- 6.2.5.** Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como “rascunho”, utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.
- 6.2.6.** Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.
- 6.2.7.** O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no **1º dia útil** posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.
- 6.2.8.** Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.

6.3. DA PROVA PRÁTICA:

- 6.3.1.** A Prova Prática será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova “P”, sendo caráter aprobatório e classificatório, constando de demonstração prática da habilidade do candidato, necessária ao desempenho de suas funções e seguirá critérios pré-estabelecidos inerentes à função.
- 6.3.2.** A prova prática será realizada no período vespertino do dia da prova, conforme cronograma previsto no **Anexo III** deste Edital.
- 6.3.3.** Caso o número de Candidatos Inscritos em cargos que exijam a Prova Prática supere o estimado para a sua realização no período vespertino ao da aplicação da prova objetiva, ou ainda sendo as condições climáticas desfavoráveis a boa aplicação das tarefas, esta será transferida, sendo efetuada a nova convocação e divulgação pelos meios previstos no Item 2 deste edital, por conseguinte, os demais prazos inerentes à conclusão do certame. Para esta prova serão convocados os 30 (trinta) melhores colocados de cada cargo, na prova escrita objetiva, já aplicados todos os critérios de desempate.
- 6.3.4.** Não haverá 2ª (segunda) chamada para realização das provas práticas, em hipótese alguma.
- 6.3.5.** Para os cargos de **Agente de Manutenção e Conservação (Cargo 07)** e **Operador de Equipamentos (Cargo 09)** será aplicada a prova prática por desconto de infrações /



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



eventos ocorridos, partindo da nota máxima, conforme disposto no **Anexo IX** deste Edital, que contêm todos os itens e regras de avaliação.

6.3.6. Para o cargo de **Motorista (Cargo 08)** será aplicada a prova prática por desconto de infrações / eventos ocorridos, partindo da nota máxima, conforme disposto no **Anexo X** deste Edital, que contêm todos os itens e regras de avaliação.

6.3.7. Para a realização da prova os candidatos aos cargos de **Operador de Equipamentos (Cargo 09) e Motorista (Cargo 08)** devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.** Para o cargo de **Agente de Manutenção e Conservação (Cargo 07)** os candidatos deverão apresentar documento oficial com foto.

6.3.8. O candidato que cometer falta eliminatória na prova prática, não conseguir realizar a tarefa proposta pelo avaliador ou for considerado inapto para a atividade, será automaticamente eliminado deste Concurso Público, independente de seu desempenho nas demais etapas do certame.

6.3.9. A nota final do candidato, para efeitos de classificação, será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$NOTA = (NPE \times 0,3) + (NPP \times 0,7)$$

Onde: NPE = nota da prova escrita, com peso 3; NPP = nota da prova prática, com peso 7;

6.3.10. A critério da NBS Serviços Especializados Eireli todas as provas práticas poderão ser filmadas, com o uso das imagens para eventual análise de recurso, ficando desde já autorizada a filmagem e uso das imagens para este fim.

6.3.11. Em relação a Prova Prática, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, no prazo previsto no **Anexo III** deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

6.4. DA PROVA DE TÍTULOS:

6.4.1. A Prova de Títulos será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova "T" e será composta pela avaliação dos diplomas e/ou certificados, sendo atribuídos pontos, como segue especificado:

Item	PROVA DE TÍTULOS		
	FORMAÇÃO	Pontos por Título	Pontuação Máxima
A	Doutorado	1,00 pontos	1,00
	Mestrado	0,75 pontos	
	Pós-Graduação (na Área Concluída)	0,50 pontos	
PONTUAÇÃO MÁXIMA			1,00

6.4.2. A pontuação do Item A, é atribuída ao título de maior valor, sendo necessária apenas a apresentação do título de maior valor. **Somente um título para esta categoria será pontuado.** Em se apresentando mais de um título para este item, os demais serão ignorados.

6.4.3. Somente serão aceitos como comprovação de títulos as certidões, atestados, declarações, em papel timbrado da instituição, devidamente assinado, e que conste claramente que o curso foi concluído. Em caso de declarações, deve constar a



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



justificativa para a não emissão dos certificados, acompanhado do histórico de disciplinas e carga horária.

- 6.4.4.** Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino com cópia autenticada em cartório.
- 6.4.5.** Os certificados em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.
- 6.4.6.** A nota da prova de títulos será o número de pontos obtidos segundo as tabelas expostas no Item 6.4.1.
- 6.4.7.** A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita, sendo contados apenas para efeito de “classificação” e não de “aprovação”.
- 6.4.8.** Somente serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, de acordo com o definido no item 6.1 do edital.
- 6.4.9.** A classificação final do candidato será obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{CLASSIFICAÇÃO} = \text{NPE} + \text{NPT}$$

Onde: NPE = Nota da Prova Escrita; NPT = Nota da Prova de Títulos

- 6.4.12.** Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:
- 6.4.13. PARA A APRESENTAÇÃO FÍSICA (ENVIO VIA SEDEX)** – Itens 6.4.14 à 6.4.21:
- 6.4.14.** Preencher Requerimento de Análise de Títulos (**Anexo VII deste Edital**), numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados. Este requerimento deve ser preenchido via editor de textos eletrônico (Word ou similar), sendo disponibilizado o formulário editável na Área do Candidato.
- 6.4.15.** Todos os documentos referentes à avaliação de títulos deverão ser apresentados em CÓPIAS AUTENTICADAS em Cartório (frente e verso), preenchendo e assinando Requerimento de Análise de Títulos (**Anexo VII deste Edital**), listando cada documento submetido à análise de forma individual (uma linha por título).
- 6.4.16.** Devem ser preenchidas todas as informações do título, solicitadas no formulário de análise de títulos (ordem, instituição, cidade, carga horária e ano de conclusão), sendo ignorados e não pontuados os títulos que divergirem da relação apresentada no Requerimento de Análise de Títulos.
- 6.4.17.** Todas as folhas deverão ser paginadas (Exemplo: 1, 2,...5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos. Esta numeração é contínua entre os Itens da Prova de Títulos.
- 6.4.18.** Os títulos devem ser acomodados em envelopes identificados com o **NOME DO CANDIDATO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO** e **CARGO**, juntamente com o “comprovante provisório de inscrição”, emitido na “Área do Candidato”, após a efetivação da sua inscrição.
- 6.4.19.** O envelope contendo o formulário de avaliação de títulos devidamente preenchido e assinado deverá ser protocolado, por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



6.4.20. O envio de documentos deve ser limitado aos dispostos na prova de títulos, não sendo necessário o envio de nenhum outro documento (identidade, documentos de habilitação ao cargo, comprovantes de endereço, etc.).

6.4.21. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido acondicionamento em envelopes, ou sem o devido preenchimento do requerimento de avaliação de títulos, ou sem a identificação do comprovante provisório de inscrição, ou ainda fora do prazo determinado nos itens anteriores.

6.4.22. PARA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO) – Itens 6.4.23 à 6.4.31:

6.4.23. Para a apresentação eletrônica dos títulos o candidato deve acessar a “Área do Candidato” a partir da página www.nbsprovas.com.br, utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em “Mais Informações” e em seguida no item “Prova de Títulos”.

6.4.24. Os títulos devem ser digitalizados em “frente e verso” no mesmo arquivo em formato PDF. Entende-se por “digitalizados” os títulos escaneados a partir de seu documento original, sendo desconsiderados títulos “fotografados” ou ainda outro meio que não permita a sua perfeita identificação. **A digitalização deve ser em tamanho real do título, sem qualquer tipo de redução ou ampliação, sendo utilizada a proporção de 1 para 1. Títulos digitalizados em tamanhos diversos ao original não serão avaliados, sendo indeferidos e não pontuados.** Da mesma forma, deve-se manter o esquema original de cores do título, ou seja, sendo um título “colorido” deve ser digitalizado mantendo o mesmo padrão de cores, sob pena de indeferimento, em caso de alterações.

6.4.25. Serão indeferidos os títulos que não atenderem ao disposto neste item, em especial às seguintes ocorrências:

- a) *Títulos fotografados, mesmo em aplicativos que simulem escaneamento;*
- b) *Títulos que em seu original são coloridos e são apresentados em preto e branco;*
- c) *Arquivos com margens que não existem no título físico;*
- d) *Arquivos que não contenham a frente e o verso do título dispostas em paginação eletrônica 1 e 2, sendo a página 1 para a frente do título e a página 2 para o seu verso;*
- e) *Títulos digitalizados em proporção diversa à 1 para 1 (tamanho real do título), sendo indeferidos os títulos apresentados com compressão ou ampliação;*
- f) *Apresentados em arquivos diversos ao formato PDF ou com tamanhos superiores a 2 MB (dois megabytes);*
- g) *Arquivos de baixa resolução, que não permitam a correta identificação e avaliação do título apresentado;*
- h) *Títulos não compreendidos nas categorias ou fora dos prazos de realização previstos neste item de títulos;*
- i) *Arquivos que contenham mais de um título, sendo indeferidos todos os apresentados nesta condição;*
- j) *Arquivos que contenham informações divergentes entre o formulário eletrônico e o título, em relação à carga horária do curso, período de realização e/ou instituição promotora;*
- k) *Arquivos que contenham apenas a frente ou apenas o verso do título, mesmo que disposto em mais de um arquivo.*

6.4.26. Cada arquivo deve conter apenas um título. Na existência de mais de um curso para a categoria pretendida, adicione tantos arquivos quanto forem necessários.

6.4.27. Títulos incompletos (somente frente ou somente verso) serão desconsiderados e não pontuados, mesmo que dispostos em dois arquivos. A página 1 (um) do arquivo PDF



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



deve conter a frente do Títulos e a página 2 (dois) o verso do Título, sendo indeferidas as apresentações que não seguirem esta ordem.

- 6.4.28.** Ao importar o título eletrônico o candidato deve preencher de forma completa o formulário eletrônico apresentado, em especial às informações da Instituição, Carga Horária e Conclusão do Curso. Dados divergentes entre o informado no formulário eletrônico e o título apresentado, invalidam o título, não apresentando pontuação.
- 6.4.29.** O envio eletrônico dos títulos, dispensa o preenchimento do **Anexo VII** deste edital, sendo suas informações supridas pelo preenchimento do anexo eletrônico, junto ao *login* na Área do Candidato.
- 6.4.30.** Apenas o candidato tem acesso a adicionar ou remover títulos de sua inscrição, a partir da área do candidato, sendo aqueles apresentados dispostos em sua Área do Candidato, disponíveis para sua consulta, a qualquer momento.
- 6.4.31.** A apresentação eletrônica de títulos (via Área do Candidato) dispensa a apresentação física dos títulos (via Correios) e vice-versa.
- 6.4.32.** Caso o candidato se inscreva em mais de um cargo, deverá apresentar os documentos da prova de títulos de forma individual, ou seja, uma apresentação para cada cargo, tanto na forma de apresentação física, como na eletrônica. Não serão replicados documentos/arquivos de um cargo para outro, pela banca de análise.
- 6.4.33.** O prazo de apresentação da Prova de Títulos tem início com a abertura das inscrições e se encerra na data e hora previstos para o final das inscrições, seja na apresentação física ou eletrônica.
- 6.4.34.** O resultado da análise de títulos, seja da apresentação física ou eletrônica, estará disponível de forma individual para cada candidato e inscrição, a partir da “Área do Candidato”, na data da Classificação Provisória, definida no Anexo III deste edital.
- 6.4.35.** Em relação à Prova de Títulos, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no mesmo prazo previsto no Anexo III deste Edital estabelecido ao recurso de classificação, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 6.4.36.** O recurso tem o objetivo de proporcionar ao impetrante a ampla defesa em relação à análise documental apresentada tempestivamente, ou seja, no período destinado à apresentação da prova de títulos, sendo de responsabilidade do candidato a apresentação dos documentos na forma exigida pelo edital. Títulos ou documentos apresentados na peça recursal são considerados intempestivos e não serão analisados, sendo indeferidos sem análise de mérito.

7. DOS RESULTADOS

- 7.1.** A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.
- 7.2.** Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:
- 7.2.1.** Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

- 7.2.2.** Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:
- a) *Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.*
 - b) *Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.*
 - c) *Maior número de acertos na prova de Matemática.*
 - d) *Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades.*
 - e) *Maior idade.*
- 7.2.3.** Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.
- 7.2.4.** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.
- 7.3.** Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no **Item 10** deste Edital, **no prazo previsto no Anexo III deste Edital**, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital.
- 7.4.** Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no **Item 2** deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

- 8.1.** O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.
- 8.2.** O candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, no Setor de Recursos Humanos, do Município de Angelina, durante todo o período de validade do Concurso Público, sob pena de perda de sua classificação.
- 8.3.** O candidato aprovado perderá o direito a admissão nos seguintes casos:
- a) *Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;*
 - b) *Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;*
 - c) *Desistir formalmente da vaga.*
- 8.3.1.** As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Angelina, obedecendo à ordem de classificação.
- 8.4.** É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites www.angelina.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público a publicação de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Concurso Público.
- 8.5.** Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1.** Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.
- 9.2.** Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 9.3. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas de cargo oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.
- 9.4. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.
- 9.5. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (**Anexo II**) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no **Anexo III**, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11**:
- a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.*
- 9.6. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 9.7. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos neste Edital.
- 9.8. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.
- 9.9. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:
- I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
 - II. Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;
 - III. Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
 - IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- a) *Comunicação;*
- b) *Cuidado pessoal;*
- c) *Habilidades sociais;*
- d) *Utilização dos recursos da comunidade;*
- e) *Saúde e segurança;*
- f) *Habilidades acadêmicas;*
- g) *Lazer; e*
- h) *Trabalho;*
- i) *Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.*

- 9.10.** Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.
- 9.11.** Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.
- 9.12.** Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.
- 9.13.** Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DOS RECURSOS

- 10.1.** Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:
- a) Às disposições deste Edital;
 - b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição;
 - c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova, ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial e ao indeferimento do Pedido de Isenção;
 - d) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
 - e) Ao Resultado da Prova Prática e da Prova de Títulos;
 - f) Ao Resultado da Classificação Provisória.
- 10.2.** Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, **com exceção ao recurso previsto na alínea “d”**, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no **Anexo V**.
- 10.3.** Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, **recurso previsto na alínea “d” do Item 10.1**, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no **Anexo IV** deste Edital, devendo conter:
- 1) *Nome do candidato;*
 - 2) *Número de inscrição;*
 - 3) *Número do documento de identidade;*
 - 4) *Cargo/emprego para o qual se inscreveu;*
 - 5) *A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;*



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
7) Preenchimento completo do formulário de recurso – Anexo IV do Edital;
8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

- 10.3.1.** Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.
- 10.3.2.** Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.
- 10.3.3.** Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, **deverá ser elaborado um recurso para cada questão**, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.
- 10.3.4.** A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos à alínea “d” do Item 10.1, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.
- 10.3.5.** **Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) ponto(s) referente(s) à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.**
- 10.4.** O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no **Item 11** deste Edital, no prazo previsto no **Anexo III** deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.
- 10.5.** Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.
- 10.6.** Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.
- 10.7.** As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa e do Município de Angelina ou poderão ser direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.
- 10.8.** Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste **Item 10** deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.
- 10.9.** A Comissão Examinadora constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

- 11.1.** Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:
- a) A impugnação ou recurso contra as disposições do Edital;
 - b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
 - c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial e o Requerimento de Isenção;
 - d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
 - e) Todos os demais Recursos definidos no Item 10 deste Edital;
 - f) O Requerimento de Análise de Títulos;



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 11.2.** Os requerimentos e/ou recursos/impugnações, previstos nas alíneas “a” a “d” do item anterior devem ser protocolados meio postal, **através do serviço de Sedex**, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Concurso Público do Município de Angelina
Rua Timbó, nº 301 - Sala 601
Bairro Victor Konder
Blumenau/SC - CEP: 89012-180.

- 11.2.1.** Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com **CÓPIAS AUTENTICADAS** em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).
- 11.3.** Os recursos, previstos na alínea “e” e o requerimento previsto na alínea “f”, ambos do Item 11.1 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:
- 11.3.1.** Diretamente no *site* www.nbsprovas.com.br, através da “Área do Candidato”, em ambiente restrito, na opção “Recursos” (alínea “e”) ou “Envio da Prova de Títulos” (alínea “f”), preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário; ou
- 11.3.2.** Por meio postal, **através do serviço de Sedex**, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Concurso Público do Município de Angelina
Rua Timbó, nº 301 - Sala 601
Bairro Victor Konder
Blumenau/SC - CEP: 89012-180.

- 11.4.** Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a **data de postagem do objeto**, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.
- 11.5.** As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.
- 11.6.** É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Angelina não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.
- 11.7.** Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.
- 11.8.** Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



12. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

- 12.1.** Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.
- 12.2.** Para a nomeação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:
- 12.2.1.** Nacionalidade brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei.
- 12.2.2.** Gozo dos direitos políticos.
- 12.2.3.** Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- 12.2.4.** Quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- 12.2.5.** Idade mínima de dezoito anos.
- 12.2.6.** Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
- 12.2.7.** Aprovação no presente concurso público.
- 12.3.** Para fins de nomeação serão exigidos dos candidatos fotocópia dos seguintes documentos:
- a) *Certidão de Casamento ou Nascimento;*
 - b) *Carteira de Identidade;*
 - c) *Cadastro de Pessoa Física – CPF;*
 - d) *Título de Eleitor;*
 - e) *Carteira Nacional de Habilitação (se possuir);*
 - f) *Certidão relativa à quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos* (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
 - g) *Certidão Criminal* (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
 - h) *Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);*
 - i) *Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;*
 - j) *Certidão de Nascimento dos filhos até 21 anos;*
 - k) *Cadastro de Pessoa Física para os filhos;*
 - l) *Cartão do PIS/PASEP (frente e verso) ou equivalente;*
 - m) *Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;*
 - n) *Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, remuneração, órgão ao qual pertence e carga horária;*
 - o) *Comprovante de endereço atualizado;*
 - p) *Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;*
 - q) *Atestado admissional;*
 - r) *Declaração de bens;*
 - s) *Cartão de Conta Salário no banco indicado pelo Departamento de Recursos Humanos;*
 - t) *Formulário de cadastro de trabalhador para o e-social (entregue pelo RH);*
 - u) *Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e ou estabelecidos em Lei ou solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos.*



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 12.4.** A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.
- 12.5.** Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.
- 12.6.** O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público.
- 12.7.** Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Angelina/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.
- 12.8.** Os candidatos classificados deverão aguardar a convocação, a qual será feita via ligação telefônica, e-mail ou, notificação via Correios (AR), em caso de não se obter contato via ligação telefônica.
- 12.9.** O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.
- 12.10.** O candidato aprovado no Concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

13. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

- 13.1.** O Prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado e da classificação final do certame. Este prazo poderá, a critério e conveniência da Administração Municipal, ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- 13.2.** A aprovação neste Concurso Público não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.
- 13.3.** A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 14.1.** Delega-se competência à NBS Serviços Especializados Eireli, como banca examinadora e executora deste Concurso Público, para:
- a) Receber e processar as inscrições;
 - b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
 - c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas objetiva e prova prática;
 - d) Apreçar todos os recursos previstos neste edital;
 - e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - f) Prestar informações sobre o Concurso Público dentro de sua competência;
 - g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;
 - h) Responder, em conjunto com o Município de Angelina eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 14.2.** A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público, devidamente nomeada para esse fim.
- 14.3.** As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Angelina.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1.** O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.
- 15.2.** Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Angelina/SC.
- 15.3.** As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.
- 15.4.** O Concurso Público ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.
- 15.5.** Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.
- 15.6.** Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.
- 15.7.** Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão de Fiscalização e Organização do Concurso Público do Município de Angelina e da NBS Serviços Especializados Eireli, de acordo com a legislação vigente.
- 15.8.** O Município de Angelina e a NBS Serviços Especializados Eireli não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.nbsprovas.com.br.
- 15.9.** Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o “Manual do Candidato”, contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o “Manual do Candidato”, prevalecerão as disposições deste Edital.
- 15.10.** Será excluído do Concurso Público o candidato que:
- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
 - b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
 - c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
 - d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
 - e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



- 15.11.** O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município de Angelina.
- 15.12.** O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:
- a) *Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;*
 - b) *Como fiscal, na sala em que estiver realizando a prova.*
- 15.13.** Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público os registros eletrônicos a ele referentes.
- 15.14.** Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.
- 15.15.** São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- a) *Anexo I - Conteúdo Programático.*
 - b) *Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.*
 - c) *Anexo III - Cronograma do Concurso Público.*
 - d) *Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).*
 - e) *Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.*
 - f) *Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.*
 - g) *Anexo VII - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.*
 - h) *Anexo VIII - Requerimento de Análise de Títulos.*
 - i) *Anexo IX - Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática (Cargos 07 e 09).*
 - j) *Anexo X - Itens e Regras de Avaliação da Prova Prática (Cargo 08).*
- 15.16.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina/SC, 31 de julho de 2019.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito do Município de Angelina



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Angelina, www.angelina.sc.gov.br, História do Brasil e História de Santa Catarina. Lei Orgânica do Município.

INFORMÁTICA BÁSICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática, incluindo hardware, impressoras, scanners e multifuncionais. Conhecimento básico sobre Segurança da Informação. Sistemas Operacionais Microsoft Windows XP, Windows 7, Windows 8 e Windows 10. Teclas de Atalho do Windows e de seus aplicativos. Aplicativos do Microsoft Office 2007 e superiores. Navegador Internet Explorer 9 e superiores. Navegador Google Chrome versão 43 ou superior. Navegador Mozilla Firefox versão 38 ou superior. Noções de segurança na internet. Noções sobre correio eletrônico. História da Informática.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Verbos; Conjugação verbal; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Adjetivos; Antônimos; Sinônimos; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Ortografia; Gramática; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL)

Operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números primos. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, volume, capacidade e tempo. Porcentagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais e reais. Fatoração e números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Porcentagem e regras de três simples. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Fundamentos de matemática. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações. Expressões matemáticas. Funções de 1º e 2º graus. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Sistema de medidas: comprimentos, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



Estatística: noções básicas, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem, potenciação e raiz quadrada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

Assistente Social (Cargo 01)

Noções de Políticas Públicas. Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social. Legislação: Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273, de 13.03.1993 e alterações); Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 07.06.1993); Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19.09.1990); Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.142, de 28.12.1990); Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07.12.1993); Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13.07.1990); APOMT – Aviso por Maus-Tratos Contra Criança ou Adolescente (Sistema Estadual Unificado de Aviso de Maus-Tratos); Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04.01.1994); Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01.10.2003); Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 07.08.2006); m) Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Lei nº 12.870, de 12.01.2004). História e fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social; Instrumental técnico-operativo do Serviço Social; Processos de trabalho do Serviço Social; A questão social no Brasil e o Serviço Social; Direitos sociais e sua construção na sociedade contemporânea; Os Conselhos Gestores e a atuação dos Assistentes Sociais; Ética Profissional do Assistente Social; Competência profissional: planejamento, pesquisa e a produção de conhecimento no Serviço Social; Trabalho com famílias: aspectos históricos, teóricos, concepções de família e políticas públicas de atenção; Violência intra-familiar: mecanismos de proteção e defesa de direitos; A mulher, o homem, a criança e o idoso nas novas relações familiares; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Enfermeiro (Cargo 02)

Assistência de enfermagem à criança, ao adulto e ao idoso. Promoção, recuperação e reabilitação da saúde. Necessidades bio-psico-sociais do indivíduo nas diferentes faixas etárias. Enfermagem médico-cirúrgica: Patologia e procedimentos. Enfermagem em saúde pública. Enfermagem em pediatria: patologias e procedimentos. Enfermagem e saúde mental. Enfermagem em gineco-obstetrícia: procedimentos. Prevenção e controle de infecções. Administração de medicamentos. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. Administração em Enfermagem. Liderança. Enfermagem em neonatologia: patologias e procedimentos. Enfermagem de emergências. Processo de enfermagem. Legislação e Saúde Pública: Legislação aplicada ao desempenho profissional. Conceitos de saúde pública e saúde coletiva. Conceitos dos princípios da Reforma Sanitária. Educação em saúde. SUS e política nacional de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Ações de Atenção à Vigilância em Saúde: a) Vigilância Epidemiológica; b) Vigilância Sanitária e Ambiental; c) Vigilância à Saúde do Trabalhador. Saúde Pública. Sistema a único de Saúde – SUS – princípios, diretrizes, legislação, programas de saúde e demais normas legais. Código de Ética da Profissão. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Médico Clínico Geral (Cargo 03)

Clínico Geral: Antibioticoterapia. Anemias. Hipertensão arterial. Diabetes. Parasitoses intestinais. Esquistossomose. Cefaleias. Febre de origem indeterminada. Diarreias. Úlcera péptica. Hepatite. Hipertireoidismo. Hipotireoidismo. Insuficiência cardíaca. Alcoolismo. Doenças sexualmente transmissíveis. Cardiopatia isquêmica. Arritmias cardíacas. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Dor torácica. Dor lombar. Ansiedade. Asma brônquica. Pneumonias. Tuberculose. Hanseníase. Leishmaniose. AIDS. Infecção Urinária. Enfermidades bucais. Epilepsia. Febre reumática. Artrites. Acidentes por animais peçonhentos. Micoses superficiais. Obesidade. Dislipidemias. Epidemiologia, Fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares (insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas da aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque); pulmonares (insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intestinal, neoplasias); sistema digestivo (gastrite e úlcera péptica, cisticercopias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de colo, tumores de colo); renais



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



(insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólitos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias); metabólicas e do sistema endócrino (hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitos, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal); hematológicas (anemias hipocônicas, macroncíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão); reumatológicas (osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno); neurológicas (coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, ecefalopatias, psiquiátricas, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão); infecciosas e transmissíveis (sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase); doenças de chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; dermatológicas (escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas); imunológicas, doença do sono, edema angioneurótico, urticária, anafiloxia, ginecológicas, doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréias, câncer da mama, intercorrentes no ciclo gravídico. Clínica Médica: Relação médico-paciente. Cuidados preventivos de saúde. Abordagem ambulatorial do paciente com as seguintes enfermidades: Enfermidades do estômago e do esôfago (Síndromes dispépticas. Úlcera péptica. Gastrites. Esofagites de refluxo). Enfermidades dos intestinos (Transtornos diarreicos. Cólon Irritável. Parasitoses Intestinais). Enfermidades do Pâncreas comuns na prática clínica. Enfermidades do fígado e vias biliares (Cirrose. Hepatite. Colecistopatias). Enfermidades do aparelho circulatório (Cardiopatia Isquêmica. Infarto agudo do miocárdio. Insuficiência Cardíaca. Arritmias. Cardiopatias oro valvulares. Arteriosclerose. Hipertensão Arterial. Cor Pulmonale. Insuficiência Venosa. Insuficiência Arterial Periférica. Tromboflebite). Enfermidades Respiratórias (Insuficiência Respiratória. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. Asma Brônquica. Enfisema. Pneumonias. Tuberculose Pulmonar. Pleurites.). Enfermidades dos rins e vias urinárias (Litíase renal. Infecção Urinária. Cistites.). Enfermidades do Sistema Nervoso Central (Acidentes Vasculares Cerebrais. Doença de Parkinson. Meningites. Epilepsia. Vertigens. Cefaleias.). Enfermidades Hematológicas (Anemias. Leucemias.). Enfermidades Metabólicas e Endócrinas (Diabetes Mellitus. Hipertireoidismo. Hipotireoidismo. Hipoglicemias. Obesidade. Gota. Dislipidemias. Hipovitaminoses. Desnutrição.). Doenças infecciosas e doenças sexualmente transmissíveis (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Hanseníase. Cólera. Raiva. Leptospirose. Dengue. Rubéola. Tétano. Parotidite. Estreptococcias. Estafilococcia. Sinusite. Amigdalite.). Enfermidades Reumáticas (Artrite Reumatoide. Febre reumática. Lupus Eritematoso Sistêmico. Osteoporose. Osteoartrose. Bursites. Lombalgias. Lesões por Esforços Repetidos) Enfermidades Dermatológicas (Micose de pele. Dermatites. Eczema. Urticária. Escabiose. Pediculose.). Enfermidades psiquiátricas (Ansiedade. Depressão) Enfermidades comuns na infância (Esquema básico de imunização. Negligência e maus tratos na infância). Alcoolismo e Tabagismo. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de 19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS 01/02. Estratégia de Saúde da Família - ESF. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Diretrizes e bases da implantação do SUS. Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Reforma Sanitária e Modelos Assistenciais de Saúde - Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Ênfase em saúde coletiva. Doenças de notificação compulsória. Preenchimento de Declaração de Óbito. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Médico Ginecologista (Cargo 04)

Ginecologia: Anatomia dos órgãos genitais femininos. Embriologia dos genitais femininos. Fisiologia menstrual e sexual. Endocrinologia do aparelho genital feminino. Ciclo Menstrual. Climatério. Puberdade fisiológica e patológica. Propedêutica clínica e complementar em tocoginecologia. Disfunções menstruais. Doenças sexualmente transmissíveis. Cito genética. Dismenorreia. Tensão pré-menstrual. Distopias genitais. Processos inflamatórios dos genitais femininos. Esterilidade conjugal. Incontinência urinária na mulher. Fístulas genitais. Ginecologia da infância e da adolescência. Mastopatias benignas e malignas. Anticoncepção. Medicina psicossomática em ginecologia. Urgências ginecológicas. Afecções da vulva e da vagina. Afecções do colo e do corpo uterino. Afecções dos ovários e trompas. Oncologia ginecológica. Moléstia trofoblástica. Endometriose. Cirurgias ginecológicas. Anomalias do desenvolvimento genital. Algias pélvicas. Disfunções sexuais. Leucorréias. Estados hiperandrogênicos. Estados hiperprolactínicos. Intersexualidade. Hemorragias disfuncionais. Legislação e Políticas de Saúde: Constituição Federal, artigos referentes à Saúde. Lei 8.080 de



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



19/09/90. Lei 8.142 de 28/12/90. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS 01/02. Estratégia de Saúde da Família - ESF. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Diretrizes e bases da implantação do SUS. Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Epidemiologia, história natural e prevenção de doenças. Reforma Sanitária e Modelos Assistenciais de Saúde - Vigilância em Saúde. Indicadores de nível de saúde da população. Políticas de descentralização e atenção primária à Saúde. Ênfase em saúde coletiva. Doenças de notificação compulsória. Preenchimento de Declaração de Óbito. Código de Ética do Profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Técnico em Enfermagem (Cargo 05)

Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia, Cianose, Tuberculose pulmonar e seu tratamento, Pneumonias, Varizes esôfago – gástricas, Rubéola, Alcalose respiratórias, Parada circulatória, Meningite. Causas de mortalidade infantil. Generalidades e conceitos fundamentais. As atribuições do profissional da categoria. Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem). Normas de biossegurança. Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, etc). Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar, etc). Assistência à saúde da criança e do adolescente. Assistência a saúde mental. Assistência ao paciente hospitalizado. Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública. Sistema a único de Saúde – SUS – princípios, diretrizes, legislação, programas de saúde e demais normas legais. Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Equipe de saúde e equipe de enfermagem. Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial. Esquema de vacinação – doenças parasitárias. Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas: Pressão arterial – Temperatura, Acomodação de pacientes ao leito. Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto. Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3). Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem. Código de Ética da Profissão. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Agente Comunitário de Saúde (Cargo 06)

Saúde pública e saneamento básico; Endemias e epidemias; Noções básicas das seguintes endemias: Dengue, Esquistossomose, Leishmaniose, Leptospirose; Prevenção primária das endemias citadas anteriormente; Classificação dos agentes transmissores e causadores das endemias citadas anteriormente; Combate aos agentes transmissores das endemias citadas anteriormente, conforme estratégias e normas vigentes do Ministério da Saúde; Visitas domiciliares e aos pontos estratégicos: fiscalização para a promoção e preservação da saúde da comunidade, papel do agente na educação ambiental e saúde da população; Saúde como dever do estado; Saúde como direito social; Noções básicas sobre o SUS; Entendimento sobre a participação da comunidade na gestão do SUS; As atribuições do agente comunitário de saúde; A participação do agente comunitário de saúde a grupos específicos; Promoção da saúde: conceito e estratégias; Formas de aprender e ensinar em educação popular, Cultura popular e sua relação com processos educativos; Pessoas portadoras de necessidades especiais: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais; Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; Noções de ética e cidadania; Conhecimentos geográficos da área/região/município de atuação; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Legislação: Lei nº 8.080, de 19/09/1990 e suas alterações, Lei nº 8.142, de 28/12/1990 e Constituição Federal nos Artigos 196 a 200, sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); Ações e Programas do Ministério da Saúde; Lei nº 8.069, de 13/07/1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741, de 01/10/2003 sobre o Estatuto do Idoso; Lei nº 11.350, de 05/10/2006, que dispõem sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; Portaria nº 648, de 28/03/2006 do Ministro da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF). Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde do Ministério da Saúde (2009). Constituição Federal. Legislação do SUS e suas resoluções. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico) Questões relativas às atividades inerentes a função.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



Agente de Manutenção e Conservação I (Cargo 07)

Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros. Conservação de ferramentas diversas. Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas, etc. Uso de carrinhos e similares. Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais. Carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários. Equipamento de Proteção Individual. Outros conhecimentos específicos exigidos para desempenho da função. Saúde e segurança no trabalho. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Motorista (Cargo 08)

Operador de Equipamentos (Cargo 09)

Comportamento: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.



**Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019**



ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL

OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____ inscrito (a) no
Concurso Público (Edital nº 01/2019) do Município de Angelina, inscrição nº _____,
concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____
portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na
_____, - _____ nº _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado
_____, CEP: _____, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____
CID nº: _____
Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas

a) () Prova Ampliada

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Angelina/SC, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO III - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
31/07/2019	Publicação do Edital.
01/08/2019	Prazo para contestação do Edital
02/08/2019	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
02/08/2019 - 08h00min à 02/09/2019 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova e para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE e para o envio da Prova de Títulos.
02/09/2019	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
Até 23/08/2019	Prazo para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.
27/08/2019	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
28/08/2019	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
30/08/2019	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
03/09/2019 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova, de candidatos inscritos em vaga especial.
04/09/2019 - 08h00min à 05/09/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
06/09/2019	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
15/09/2019	Data da Prova Escrita (matutina) e Prova Prática (vespertina)
16/09/2019 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
16/09/2019 - 08h00min à 17/09/2019 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até o dia 24/09/2019 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo para recurso contra a Classificação Provisória e o Resultado da Prova de Títulos e da Prova Prática.
Dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Concurso Público nº 01/2019.

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e da Comissão da NBS Serviços Especializados Eireli, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.



**Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019**



ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

- 1.1.** O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. ELETRÔNICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10.3 do Edital, devendo o impetrante apenas seguir as disposições de número 6 e 8.
- 1.3. FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.3 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À
Comissão Examinadora do Concurso Público nº 01/2019
ANGELINA/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

- 1.1.** O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. ELETRÔNICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10 do Edital.
- 1.3. FÍSICA:** Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão Examinadora do Concurso Público nº 01/2019
ANGELINA/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso:

<input type="checkbox"/>	Cancelamento/Indeferimento de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Classificação Provisória
<input type="checkbox"/>	Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
<input type="checkbox"/>	Itens do Edital
<input type="checkbox"/>	Resultado da Prova de Títulos
<input type="checkbox"/>	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Assistente Social (Cargo 01)

Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais do Município; Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local; Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social; Participar na organização e realização de eventos populares; Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelas mesmas; Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados, dos grupos, postos de saúde e escolas; Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, da prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos; Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos a entidades próprias, providenciando internamento e abrigo; Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população; Realizar trabalhos com crianças e adolescentes nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente); Assessorar a organização de mutirões, cooperativas e outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida; Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares que contribuem na execução de trabalhos da área de Serviço Social; Intermediar a relação poder público/comunidade, detectando focos de carência a fim de garantir um atendimento eficaz; Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas; Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Enfermeiro (Cargo 02)

Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem; Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial; Implementar as ações de saúde pública, de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem; Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal; Supervisionar as atividades de imunização, provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal; Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica, de doenças infectocontagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional; Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade, no sentido de promoção à ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente; Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde; Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde; Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde; Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência; Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; Participar na elaboração de medidas de



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160); Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Médico Clínico Geral (Cargo 03)

Planejar, organizar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar atividades relacionadas ao atendimento à pacientes, estabelecendo diagnóstico, conduta terapêutica, clínica e/ou cirúrgica, na área de Clínica Geral, observando o contido no Código de Ética Médica; Prestar consulta médica aos munícipes, procedendo anamnese e exames, no intuito de diagnosticar situações de doença, bem como prescrever pedidos de exames ou uso de medicamentos ou outras providências que julgar necessárias para restabelecer ou manter a sua saúde; Exercer sua função de acordo com sua qualificação e/ou especialização, desenvolver atividades de cunho preventivo, tais como campanha de vacinação, palestras, coordenar grupos de discussão de moléstias, realizar jornadas, seminários ou assemelhados; Realizar atividades técnico-administrativas que se fizerem necessárias para a eficiência e eficácia das ações que visam o tratamento médico e a proteção da saúde individual e coletiva; Participar de programas de treinamento; Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Clínica Geral; Realizar atendimento em serviços de emergência e unidades de internação; Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral; Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença; Prestar atendimento de urgência em Clínica Geral; Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade; Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais); Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar tarefas correlatas.

Médico Ginecologista (Cargo 04)

Prestar atendimento médico hospitalar e ambulatorial na área de Ginecologia, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento; Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Ginecologia e Clínica Geral, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo; Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral; Manter registro legível dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento prescrito e evolução da doença; Prestar atendimento de urgência em Ginecologia e Clínica Geral; Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade; Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais); Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar tarefas correlatas.

Técnico em Enfermagem (Cargo 05)

Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados; Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento; Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem; Participar da programação da assistência de enfermagem; Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares; Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos; Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação,



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



desidratação e cuidados com doenças infectocontagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros; Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade; Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade; Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde; Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor; Participar da equipe de saúde; Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem; Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Agente Comunitário de Saúde (Cargo 06)

Exercer as atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, especialmente: A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; A promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; A registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; A estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e A participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à sua área de atuação considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletivos; Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a micro área; Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; e Desempenhar outras atividades correlatas.

Agente de Manutenção e Conservação I (Cargo 07)

Pavimentar solos de estradas, ruas e obras similares, nivelando-os com areia ou terra e recobrimdo-os com paralelepípedos ou blocos de concreto, para dar lhes melhor aspectos e facilitar o tráfego de veículos; Determinar o alinhamento da obra, marcando-o com estacas e linhas, para orientar o assentamento do material; preparando o solo, recobrimdo-o com areia ou terra, para nivelá-lo e permitir o assentamento das peças; Prover serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, pontes e áreas públicas; Colocar cada peça, posicionando-a sobre a areia e assentando-a com golpes de martelo ou malho, para encaixá-la em seu lugar; recobrimdo junções, preenchendo-se com alcatrão ou argamassa de cimento, para igualar o calçamento e dar acabamento à obra; Auxiliar nos serviços de calceteiro, coleta de lixo, pedreiro, carpinteiro, lajeiro e outros; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar outras atividades correlatas.

Motorista (Cargo 08)

Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos, veículos de ambulância, veículos de transporte coletivo de pessoas e caminhões; Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza; Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva; Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município; Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município; Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes; Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos; Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância; Prestar



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade; Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Executar tarefas correlatas.

Operador de Equipamentos (Cargo 09)

Operar máquinas para execução de serviços de infraestrutura, tais como: pá carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e rompedor, tratores de terraplanagem; Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira; Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores, sistemas de freio, de arrefecimento etc., com vista à boa conservação e manutenção do veículo; Ajudar na carga e descarga, quando necessário; Espalhar terra, areia, pedra, brita e asfalto; Abrir e limpar valas e canais para a melhoria dos sistemas de drenagem, e nos serviços de rompimento de pedras; Providenciar controle de abastecimento, controle das revisões e manutenção preventiva; Desenvolver atividades nas equipes de manutenção das estradas municipais e nas propriedades rurais do município; Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; Prover serviços de manutenção e recuperação de vias públicas, pontes e áreas públicas; Executar outras atividades correlatas.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO VII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

_____ inscrito (a) no
Concurso Público n.º 01/2019 do Município de Angelina, inscrição n.º _____,
concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º
_____ portador do documento de identidade n.º _____,
residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro
_____, Cidade _____, Estado _____,
CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme **Item 4** deste
Edital:

(Assinale a sua opção)

1) (☐) **DOADOR DE SANGUE**

Anexar: *Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 2 (duas) doações nos últimos 12 meses.*

2) (☐) **DOADOR DE MEDULA ÓSSEA**

Anexar: *Comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.*

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Angelina/SC, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO VIII - REQUERIMENTO DE ANÁLISE DE TÍTULOS

- 1.1. O Requerimento de Análise de Títulos poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:
- 1.2. **ELETRÔNICA**: Regulamentado pelos Itens 6.4 e seguintes; **OU**
- 1.3. **FÍSICA**: Regulamentado pelos Itens 6.4 e seguintes (utilize o formulário disponível na área do Candidato, efetuando o preenchimento via Editor de Textos, sob pena de indeferimento).
- 1.4. Em ambas as formas de apresentação de títulos, não devem ser somadas as horas de uma mesma Empresa, devendo ser listado de forma individual, sendo uma linha/registro para cada certificado apresentado, devendo ser acrescentadas tantas linhas/registros quanto forem necessários, para o número total de certificados apresentados.

Ilmo(a). Sr(a).

Comissão Examinadora do Concurso Público nº 01/2019

ANGELINA/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

O candidato(a) acima identificado vem apresentar como Prova de Títulos, os documentos abaixo listados:

Rol de Títulos Apresentados para a Prova de Títulos:

ITEM A: () Doutorado ou () Mestrado ou () Pós Graduação

Ordem	Instituição	Cidade/UF	Ano de Conclusão

** Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.*

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, estando ciente das sanções civis e criminais, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)
OBRIGATÓRIA ASSINATURA A PUNHO



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO IX - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (Cargos 07 e 09)

- 1.1. A prova prática consiste em executar atividades inerentes a função, conforme atribuições do cargo, definidas no **Anexo VI**. A avaliação será realizada considerando desempenho do candidato na tarefa que irá executar, dentro das normas técnicas, considerando o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.
- 1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.
- 1.3. Para a realização da prova, os candidatos ao cargo de **Agente de Manutenção e Conservação (Cargo 07)** devem apresentar documento oficial com foto.
- 1.4. Para a realização da prova, os candidatos ao cargo de **Operador de Equipamentos (Cargo 09)** devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**
- 1.5. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Angelina/SC ou da NBS Serviços Especializados Eireli, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.
- 1.6. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.
- 1.7. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independentemente de seu desempenho nas demais etapas.
- 1.8. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.
- 1.9. A avaliação consistirá na execução de serviços compatíveis com as atribuições da função, podendo ou não contar com a operação de equipamentos / maquinários, na execução de uma tarefa determinada pelo instrutor, bem como as prévias vistorias/conferências do local de trabalho, de acordo com as atribuições inerentes à cada cargo.
- 1.10. A tarefa proposta será apresentada pelo avaliador no momento da prova prática e o candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 2,00 por cada falta cometida, conforme os seguintes fatores a serem avaliados:
 - I. **Apresentação (asseio, higiene pessoal e vestimentas), uso de EPIs:**
 - Item 01 (-0,25);
 - Item 02 (-0,25);
 - Item 03 (-0,25);
 - Item 04 (-0,25);



**Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019**



II. Organização do trabalho e uso correto dos equipamentos:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);

III. Execução da tarefa proposta:

- Item 01 (-0,50);
- Item 02 (-0,50);
- Item 03 (-0,50);
- Item 04 (-1,00);
- Item 05 (-1,00);
- Item 06 (-1,00);
- Item 07 (-2,00);

1.11. Fazem parte dos critérios de avaliação, definidos nos itens de avaliação anteriores:

- a) Aproveitamento do Equipamento e Produtividade;
- b) Técnica/Aptidão/Eficiência.



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019



ANEXO X - ITENS E REGRAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (Cargos 08)

- 1.1. A prova prática de condutor consiste na avaliação negativa do candidato em relação às normas de trânsito vigente - CTB - Lei 9503/97, onde ao realizar determinado percurso, utilizando qualquer veículo que se enquadre nas atribuições do cargo, serão efetuadas **“perdas de pontos”**, de acordo com a(s) eventual(ais) ocorrência(s), constatadas pelo avaliador. Nesta técnica, sempre se parte da pontuação máxima, efetuando descontos abaixo relacionados, obtendo a nota final do candidato.
- 1.2. O candidato deverá comparecer no local marcado para a prova prática, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munidos de documento oficial com foto, devidamente trajado para a execução da atividade.
- 1.3. Para a realização da prova, os candidatos devem apresentar a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria exigida na habilitação ao cargo, dentro de seu prazo de validade, conforme Lei 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito. **A não apresentação deste documento (CNH) causa o impedimento de realização da prova e consequente eliminação do candidato.**
- 1.4. Os candidatos serão alocados em sala ou local sem comunicação externa, durante o período de realização das provas, sendo submetidos à varredura eletrônica assim de seu ingresso, com os mesmos procedimentos de prova previstos no item 5 deste edital.
- 1.5. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Angelina/SC ou da NBS Serviços Especializados Eireli, poderá ser procedida, a critério do Avaliador da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los, com o devido registro em sua ficha de avaliação.
- 1.6. O tempo máximo de prova será de 15 (quinze) minutos para todos os participantes, de modo a realizar a tarefa proposta para a avaliação, sendo que o candidato disporá de 02 (dois) minutos para iniciar a tarefa. Este tempo, quando se relacionar ao funcionamento ou partida da máquina, equipamento ou veículo, corresponderá a 3 (três) tentativas de operação.
- 1.7. Não é permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico durante a realização da prova (celular, GPS, rádios e equipamentos similares), tampouco sua posse, mesmo que desligado, sob pena de eliminação do certame, além das demais sanções aplicáveis.
- 1.8. O candidato que extrapolar o tempo máximo de prova ou não conseguir iniciar a atividade no tempo / tentativas estabelecidas, estará automaticamente eliminado do certame, independente de seu desempenho nas demais etapas.
- 1.9. Igualmente eliminado estará o candidato que não seguir as regras do avaliador, em relação à tarefa a ser executada ou executá-la de maneira diversa a proposta, podendo ser interrompida a sua prova, de maneira a resguardar qualquer incidente.
- 1.10. A prova prática constará em se percorrer um percurso previamente definido pela equipe de aplicação da prova prática, onde serão avaliadas todas as situações normais de trânsito, representada pela tabela abaixo, onde poderão ser propostas: paradas, estacionamentos, vias, dentre outros itens comuns ao desempenho da função:



Estado de Santa Catarina
Município de Angelina
Concurso Público nº 01/2019


Faltas Eliminatórias (REPROVAÇÃO):

- a) Avançou a via preferencial; SIM () NÃO ()
- b) Entrou na contramão; SIM () NÃO ()
- c) Excedeu a velocidade indicada para a via; SIM () NÃO ()
- d) Avançou sobre o meio-fio; SIM () NÃO ()
- e) Provocou acidente durante a realização do exame; SIM () NÃO ()
- f) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima; SIM () NÃO ()

Faltas Graves (PERDA DE 1,0 PONTOS POR ITEM):

- a) Desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; SIM () NÃO ()
- b) Utilizou o cinto de segurança de modo correto, antes da movimentação do veículo; SIM () NÃO ()
- c) Não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção; SIM () NÃO ()
- d) Não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo; SIM () NÃO ()
- e) Não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente; SIM () NÃO ()
- f) Perdeu o controle da direção do veículo em movimento; SIM () NÃO ()
- g) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Faltas Médias (PERDA DE 0,5 PONTO POR ITEM):

- a) Executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre; SIM () NÃO ()
- b) Trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; SIM () NÃO ()
- c) Interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova; SIM () NÃO ()
- d) Fez conversão incorretamente; SIM () NÃO ()
- e) Desengrenou o veículo nos declives; SIM () NÃO ()
- f) Colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias; SIM () NÃO ()
- g) Usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens; SIM () NÃO ()
- h) Entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro; SIM () NÃO ()
- i) Engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso; SIM () NÃO ()
- j) Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Faltas Leves (PERDA DE 0,25 PONTO POR ITEM):

- a) Provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado; SIM () NÃO ()
- b) Ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor; SIM () NÃO ()
- c) Não ajustou devidamente os espelhos retrovisores; SIM () NÃO ()
- d) Apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; SIM () NÃO ()
- e) Utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo; SIM () NÃO ()
- f) Deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada; SIM () NÃO ()
- g) Tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro; SIM () NÃO ()
- h) Cometeu qualquer outra infração de natureza leve ou deixou de fazer qualquer das verificações prévias no veículo de prova. SIM () NÃO () Quantidade: ()

Anita Garibaldi

PREFEITURA

CHAMADA PARA ETAPA DE LANCES PP N° 025/2019

Publicação N° 2107667

PROCESSO LICITATÓRIO N° 044/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2019

Objeto: - A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Constatados no Anexo "E" deste Edital.

CHAMADA PARA ETAPA DE LANCES O Município de Anita Garibaldi, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, Anita Garibaldi, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. João Cidinei da Silva, TORNA PÚBLICA a ocorrência de CONTINUAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO SUPRA CITADO.

1.1 – COM FORME EXPOSTO;

Fica EXTIPULADA a data 01/08/2019 Às 13h na sala de licitações do município de Anita Garibaldi, SC para a retomada do certame, continuando da etapa de lances.

Anita Garibaldi, 30 de Julho 2019.
JOÃO CIDINEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002-2019

Publicação N° 2108919



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2019

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais **TORNA PÚBLICO** que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para atendimento de necessidade temporária e excepcional de interesse público para os cargos elencados no Anexo I, parte integrante deste edital, em conformidade com as Leis n° 505/2000 e 506/2000 e suas alterações e Prejulgado TCE/SC n° 2041:

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
31/07/2019	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
01 e 02/08/2019	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
07/08/2019	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
07 à 13/08/2019	Período de Inscrições
14/08/2019	Publicação do Rol dos Inscritos
16/08/2019	Prazo para recursos e impugnação dos inscritos.
21/08/2019	Publicação do Julgamento dos recursos e impugnação de inscritos.
22/08/2019	Prova de conhecimentos específicos para os cargos estabelecidos neste edital
23/08/2019	Divulgação do gabarito às 16:00hs
27/08/2019	Publicação do resultado da classificação geral.
28 à 29/08/2019	Prazo para recurso contra Classificação.
30/08/2019	Homologação do Resultado Final



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

- 2.1. O candidato concorrerá aos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo, de acordo com a proporcionalidade, necessidade do Município, surgimento das vagas e de acordo com o quadro do funcionário efetivo afastado.
- 2.2. O candidato que for chamado e não comparecer dentro do prazo estipulado pela administração ou recusar a vaga oferecida perde sua vaga.
- 2.3. O candidato aprovado no presente processo seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, bem como no item 12 deste edital os dias das escolhas de vagas para o qual se inscreveu.
- 2.4. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar pela internet, através do site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/> ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo Simplificado, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- 3.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.
- 3.1.1. As pessoas portadoras de necessidades especiais deverão preencher a declaração em anexo a este edital (Anexo II)
- 3.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.
- 3.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos, obedecidos aos procedimentos dos itens 4.12 e 4.13 deste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. O candidato deverá comparecer no Setor Pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, localizada na Rua Gonçalves Junior, 260 – Centro neste município para realizar a inscrição com CPF e Documento de Identidade. A ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 07 à 13 de agosto de 2019, das 13:30 as 17:00 horas.
- 4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição, e se necessário entregar os documentos solicitados para classificação.
- 4.2.1. Não serão aceitas as inscrições ou entrega de documentação fora do prazo estipulado neste edital.
- 4.3. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

4.4. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas somente através do e-mail prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

4.5. A Prefeitura Municipal de Anitápolis não se responsabilizará por inscrições não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão de qualquer documento.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências, no dia 21 de agosto de 2019 será publicado o rol dos inscritos, na forma disposta no item 12.1 deste Edital.

4.9. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, antes de encerrado o prazo para as inscrições:

4.9.1. Apresentar à comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado:

4.9.1.1 Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID, e a provável causa da mesma, na Secretaria Municipal de Administração.

4.9.1.2. Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

4.10. A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

4.10.1 O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

4.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

6. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES

6.1. Cargos de **Nível Superior**: R\$ 100,00 (cem reais)

7. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. No dia 27 de agosto de 2019, o Município de Anitápolis publicará o resultado da classificação.

7.2. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

- 7.2.1. Que tiver maior idade
- 7.2.2. Que obtiver maior tempo de serviço;
- 7.2.3. Que possuir maior número de dependentes.

7.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

7.4. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

7.5. A lista de classificação homologada pelo Prefeito do Município de Anitápolis, será publicada no dia 30 de agosto de 2019, nos locais previstos no item 12.1 deste Edital.

8. NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1 DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

8.1.1. O cargo de nutricionista terá prova de conhecimentos específicos com 10 questões, sendo que cada questão valerá 01 ponto.

8.1.2. As provas de conhecimentos específicos serão realizadas no dia 22 de agosto de 2019 às 09:00 horas nas dependências da Prefeitura Municipal de Anitápolis e terá a duração de 02 horas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

8.2 DA PROVA DE HABILITAÇÃO:

8.2.1. Conclusão de curso superior em Nutrição com registro no respectivo conselho.

9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 9.1.1. Do presente Edital;
- 9.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 9.1.3. Da nota da prova de conhecimentos específicos;
- 9.1.4. Da classificação provisória;
- 9.1.5. Da prova de conhecimentos específicos e da classificação.

9.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo estabelecido no item 1 deste edital, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado na Prefeitura Municipal de Anitápolis.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do email prefeitura@anitapolis.sc.gov.br, não serão aceitos outras formas de recurso.

10. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 10.1.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 10.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 10.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 10.1.4. Comprovar habilitação mínima exigida pelo edital;
- 10.1.5. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:
 - a) Certidão de Casamento ou Nascimento;
 - b) Carteira de Identidade;
 - c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
 - d) Título de Eleitor;
 - e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
 - f) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - g) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - h) Certidão de Nascimento dos filhos;
 - i) Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;
 - j) PIS/PASEP (frente e verso);
 - k) Número da conta-corrente;
 - l) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;
 - m) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

- n) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.
- o) Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.
- p) Apresentar certidão de antecedentes criminais;

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (Um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data da homologação.
- 11.2. A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

12. DA ESCOLHA DE VAGAS

- 12.1. Os candidatos aprovados terão seus nomes publicados no site da Prefeitura Municipal de Anitápolis, bem como no órgão oficial do Município e serão comunicados conforme a necessidade do município, respeitada a ordem de classificação deste processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. A lista de inscritos, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no órgão oficial do Município e no site <http://www.anitapolis.sc.gov.br/>.
- 13.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.
- 13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecorrível, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.
- 13.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:
 - 13.4.1. Anexo I – Quadro de cargos e habilitação mínima exigida;
 - 13.4.2. Anexo II – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;
 - 13.4.3. Anexo III – Ficha de Inscrição;
 - 13.4.4. Anexo IV – Conteúdo para prova – conhecimento específico;

Anitápolis, 31 de julho de 2019.

LAUDIR PEDRO COELHO
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	CARGA HORÁRIA	FORMAÇÃO/MÍNIMA	SALÁRIO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	VAGAS
Nutricionista	10h	<i>Conclusão de curso superior em Nutrição com registro no respectivo conselho.</i>	R\$ 998,00	ACT	01

Observar disposto no item 2.1 deste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.1.1 do Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

_____, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO

Número da Inscrição:		
Cargo:		
Nome do Candidato:		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: () Masc () Fem

Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	Fone:
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

.....



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis/SC
Processo Seletivo 02/2019

Número da Inscrição:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Local e Data:	Assinatura do Candidato:

VIA CANDIDATO



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Anitápolis
Processo Seletivo 02/2019

ANEXO VI

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – PROVAS CONHECIMENTO ESPECÍFICO

NUTRICIONISTA

- Conceitos, generalidades e definições sobre alimentos, alimentação
- Métodos de conservação dos alimentos
- Causa de deterioração dos alimentos;
- Composição de dietas equilibradas;
- Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento.
- Legislação pertinente
- Vigilância alimentar e nutricional
- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Noções básicas de informática
- Fisiologia da nutrição
- Fisiopatologia
- Tratamentos dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Obesidade, etc)
- Políticas públicas de alimentação e nutrição
- PAT - Programa de alimentação do Trabalhador
- Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet.

PORTARIA 138/2019

Publicação N° 2107805

PORTARIA N° 138/2019
CONCEDE LICENÇA

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção I, inciso I do Art. 58 da Lei 504/00 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor CLAUDIO MACIEL, matrícula nº 736, ocupante do cargo de Motorista II do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura Municipal, licença de suas atividades profissionais pelo período previsto de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde, conforme atestado médico em anexo, a partir de 25 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 31 de julho de 2019.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

PORTARIA 139/2019

Publicação N° 2107804

PORTARIA N° 139/2019

NOMEAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 505/2000 de 28.12.00, alterada pela Lei nº 623/2005 de 01.07.05, Lei nº 504/2000 de 28.12.00 e seção II inciso VIII do artigo 97 da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16.12.2004 e considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, para exercer Cargo Público, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, o seguinte aprovado em Concurso Público, para o Regime Estatutário.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças.

Colocação	Inscrição	Nome
4º	1430149	GIULIETH SCHMITZ

Art. 2º - O nomeado deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Anitápolis/SC, sito na Rua Gonçalves Júnior – 260, centro de Anitápolis, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, para TOMAR POSSE em seu respectivo cargo, munido dos documentos de conformidade com o Decreto nº 013/18 de 02 de abril de 2018.

Art. 3º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado e a juízo da administração mediante deferimento do titular do órgão ou entidade.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE, DANDO CIÊNCIA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DE ANITÁPOLIS EM 31 DE JULHO DE 2019.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****06ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018**

Publicação Nº 2108150

06ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no dia 01/08/2019 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

MONITOR TRANSPORTE ESCOLAR		
Class.	Candidato	Inscrição
15º	RODRIGO NAU	78
16º	GABRIEL CORREA BORGES	162
17º	DOUGLAS FABIANE DE OLIVEIRA CORREA	88

Antônio Carlos, 31 de julho de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 346/2019

Publicação Nº 2107815

PORTARIA Nº 346/2019
Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 15 dias ao servidor FERNANDO SOARES, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, referente ao período aquisitivo de 05/03/2018 a 04/03/2019, no período de 05/08/2019 a 19/08/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 31 de julho de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2019.

PORTARIA N 347/2019

Publicação Nº 2107816

PORTARIA Nº 347/2019
Admite servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário ROSANE SCHERER MUNICH para o cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H, de 01 de agosto de 2019 a 13 de dezembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 31 de julho de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 01 de agosto de 2019.

PORTARIA N 348/2019

Publicação N° 2108893

PORTARIA N° 348/2019

Concede adicional a servidores efetivos e revoga portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores ocupantes de cargos efetivos a partir do mês de julho de 2019, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
ERIC SILVEIRA ITO	2212	2	06%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2019.

Artigo 3º - Revogar a portaria nº 322/2019.

Município de Antônio Carlos, em 31 de julho de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2019.

DECRETO N. 95/2019

Publicação Nº 2107679

DECRETO Nº 000095/19 de 31 de Julho de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 29.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.15.452.0011.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.500,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 29.500,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Julho de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 96/2019

Publicação Nº 2107680

DECRETO Nº 000096/19 de 31 de Julho de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.650,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

1.650,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

1.650,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Julho de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3275

Publicação Nº 2107973

DECRETO Nº 3275/2019

De 24/07/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
0008.0243.0201.2006	Manutenção das Ações do Conselho Tutelar	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	9.000,00
	TOTAL	9.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de Julho de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

ERRATA EDITAL 94-2019

Publicação Nº 2108786

ERRATA 01/2019

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº94/2019

Considerando que a natureza do objeto da licitação nº94/2019 não vislumbra diversidade da natureza dos serviços, o que que é característica marcante para divisão do objeto em itens.

Considerando a inviabilidade do gerenciamento dos inúmeros contratos que poderão ser gerados caso diversas empresas sejam vencedoras.

Considerando que alguns serviços considerados menos atrativos do ponto de vista comercial fiquem desertos no certame.

Faz-se a presente errata com finalidade sanar os seguinte equívoco:

O tipo de comparação passa a ser por lote e não mais por item.

Desta forma,

1-No Edital ,

ONDE SE LIA:

Tipo de Julgamento: Menor Preço.

Tipo de Comparação: Por Item.

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Data e horário para autenticação de documentos, CREDENCIAMENTO e entrega/protocolo de envelopes: 08/08/2019 – Das 09horas às 09h20min.

Data e horário da abertura dos envelopes: 08/08/2019 – Após 09h20 min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º Andar, Sala 06, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.

PASSA SE A LER :

Tipo de Julgamento: Menor Preço.

Tipo de Comparação: Por lote.

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Data e horário para autenticação de documentos, CREDENCIAMENTO e entrega/protocolo de envelopes: 13/08/2019 – Das 09horas às 09h20min.

Data e horário da abertura dos envelopes: 13/08/2019 – Após 09h20 min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º Andar, Sala 06, Centro - 89135-000, Apiúna/SC.

ONDE SE LIA:

7.2.2 O Pregoeiro procederá à abertura dos Envelopes nº 001 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, POR ITEM, e pelo MENOR PREÇO considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

PASSA SE A LER :

7.2.2 O Pregoeiro procederá à abertura dos Envelopes nº 001 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, POR LOTE, e pelo MENOR PREÇO considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

ONDE SE LIA:

7.2.10 Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO - POR ITEM.

PASSA SE A LER :

7.2.10 Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO - POR LOTE.

2- No anexo I do Edital –

ONDE SE LIA:

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2019
ESPECIFICAÇÃO OBJETO

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	20	UNIDADE	MANUTENÇÃO CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 22.000 ATÉ 32.000 BTUS.	R\$162,90	R\$ 3.258,00
2	85	UNIDADE	MANUTENÇÃO - CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 12.000 ATÉ 18.000 BTUS.	R\$147,38	R\$ 12.527,30
3	100	UNIDADE	MANUTENÇÃO - CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 7.000 BTUS ATÉ 9.000 BTUS	R\$131,87	R\$ 13.187,00
4	25	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 22000 ATÉ 30000 BTUS	R\$220,00	R\$ 5.500,00
5	35	UNIDADE	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 ATÉ 32.000 INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS DE COBRE E ISOLAMENTOS.	R\$263,73	R\$ 9.230,55
6	270	UNIDADE	INSTALAÇÃO E AR CONDICIONADO 12000 ATE 18000 BTUS. INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS. DE COBRES E ISOLAMENTOS.	R\$232,71	R\$ 62.831,70
7	270	UNIDADE	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.000 ATÉ 9.000 BTUS. INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS DE COBRES E ISOLAMENTOS.	R\$217,20	R\$ 58.644,00
8	350	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 A 22.000 BTUS.	R\$170,65	R\$ 59.727,50
9	350	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 7000 ATÉ 9.000 BTUS	R\$127,50	R\$ 44.625,00
10	75	UNIDADE	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 7.000 A 32.000 BTUS.	R\$62,05	R\$ 4.653,75
11	15	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 22.000 ATÉ 32.000 BTUS.	R\$62,05	R\$ 930,75

PASSA SE A LER :

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2019
ESPECIFICAÇÃO OBJETO

Lote 01					
Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	20	UNIDADE	MANUTENÇÃO CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 22.000 ATÉ 32.000 BTUS.	R\$162,90	R\$ 3.258,00
2	85	UNIDADE	MANUTENÇÃO - CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 12.000 ATÉ 18.000 BTUS.	R\$147,38	R\$ 12.527,30
3	100	UNIDADE	MANUTENÇÃO - CARGA DE GÁS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 7.000 BTUS ATÉ 9.000 BTUS	R\$131,87	R\$ 13.187,00
4	25	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 22000 ATÉ 30000 BTUS	R\$220,00	R\$ 5.500,00
5	35	UNIDADE	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 22.000 ATÉ 32.000 INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS DE COBRE E ISOLAMENTOS.	R\$263,73	R\$ 9.230,55
6	270	UNIDADE	INSTALAÇÃO E AR CONDICIONADO 12000 ATE 18000 BTUS. INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS. DE COBRES E ISOLAMENTOS.	R\$232,71	R\$ 62.831,70
7	270	UNIDADE	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO 7.000 ATÉ 9.000 BTUS. INCLUINDO SUPORTE, 02 MTS DE COBRES E ISOLAMENTOS.	R\$217,20	R\$ 58.644,00
8	350	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 A 22.000 BTUS.	R\$170,65	R\$ 59.727,50
9	350	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 7000 ATÉ 9.000 BTUS	R\$127,50	R\$ 44.625,00
10	75	UNIDADE	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 7.000 A 32.000 BTUS.	R\$62,05	R\$ 4.653,75
11	15	UNIDADE	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA 22.000 ATÉ 32.000 BTUS.	R\$62,05	R\$ 930,75

TENDO EM VISTA QUE AS ALTERAÇÕES AFETARÃO A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS POR PARTE DOS LICITANTES, FICARÃO ALTERADA DATA DE CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES PARA O DIA 13/08/2019, DAS 09H ÀS 09H20MIN.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Apiúna, 31 de JULHO de 2019.
JOSE GERSON GONÇALVES
Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2456

Publicação Nº 2108509



DECRETO Nº 2456, de 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação das relações das execuções dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal e dá outras providências,

O **prefeito em exercício de Arabutã**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no § 8º do art. 10 da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em área rurais e urbanas, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica publicado a execução dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal nos termos do § 1º e seguintes do art. 10 da Lei nº 853/2016 de 28 de abril de 2016, no conforme anexos e a descrição abaixo:

I – Serviços EXECUTADOS:

MAIO

- 1) 01(um) proprietário rural, constantes na Microárea nº 03(três);
- 2) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- 3) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- 4) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 06 (seis);
- 5) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 09 (nove);
- 6) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 11 (onze);

JUNHO

- 1) 01(um) proprietário rural, constantes na Microárea nº 01(um);
- 2) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 02 (dois);
- 3) 06 (seis) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- 4) 06 (seis) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- 5) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze);

II – Serviços SOLICITADOS:

MAIO

- 1) 01(um) proprietário rural, constantes na Microárea nº 02(dois);
- 2) 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea 03 (três);
- 3) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- 4) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- 5) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 06 (seis);
- 6) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 08 (oito);
- 7) 01 (um) proprietários rural, constantes na Microárea 10 (dez);

JUNHO

- 1) 01(um) proprietário rural, constantes na Microárea nº 01(um);
- 2) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 02 (dois);
- 3) 06 (seis) proprietários rurais, constantes na Microárea 03 (três);
- 4) 12 (doze) proprietários rurais, constantes na Microárea 04 (quatro);
- 5) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 05 (cinco);
- 6) 03 (três) proprietário rural, constantes na Microárea 06 (seis);
- 7) 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea 08 (oito);
- 8) 03 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea 09 (nove);



- 9) 02 (dois) proprietários rurais, constantes na Microárea 10 (dez);
10) 08 (oito) proprietários rurais, constantes na Microárea 11 (onze);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 30 de JULHO de 2019.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado em data supra.
Gláucia Pottratz
Responsável pela publicação

EXECUTADOS

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	DATA
77043	ARSILDO KUNO SCHUCK	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	08/05/2019
77049	MARCOS HEINRICH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	09/05/2019
76777	NILVO BASTIAN	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	10/05/2019
77025	SILVÉRIO PONATH	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	11/05/2019
77042	WAGNER PAULO OTFINOSKI	Transp. Cama, Adubo de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	RUA ANA HAEFLIGER	13/05/2019
77047	NOVA CASA EMPREENDIMENTOS LTDA	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	16/05/2019
77370	REMIDIO BAUER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA DA PAZ	17/05/2019
78142	IVO LÖSCH	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	17/05/2019
77440	ANIVO DANNENHAUER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO GOSSENHEIMER	17/05/2019
76093	IVO LÖSCH	Transp. Cama, Adubo de Aviário	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	17/05/2019
77373	SELIRIA ELIRIA GOSSENHEIMER	Hora Excedente - Demais Máq.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	DISTRITO NOVA ESTRELA	20/05/2019
77374	NEUDY TIEMANN	Hora Excedente - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	20/05/2019
73621	BENNO DÉCIO ZUEHL	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	20/05/2019
77007	ADIR ANSELMO WEIMER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	21/05/2019
77382	NEUDIR LARRI METZ	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	22/05/2019
77387	DILMAR MEYRING	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	27/05/2019
77030	ADEMIO DE CASTRO	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	29/05/2019
71227	CLAUDIR AFONSO FRANK	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	29/05/2019

74529	JAIR ROBERTO DEUNER	Vala e Bueiro	TRATOR DE ESTEIRA - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	03/06/2019
77232	IRINEU LEOPOLDO AREND	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JURITI	03/06/2019
77494	NADIR SCHEIFLER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	05/06/2019
77383	IRMA EVELISE VARELA	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA BALDUINO LAMB	05/06/2019
77006	NEODIR BAUER	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	05/06/2019
73952	NATALICIO BAUER	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	05/06/2019
77156	VALDECIR BERNO	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAPO	08/06/2019
77385	CLAUDIMIR ELISEU ROHDE	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	08/06/2019
75779	MAURI PREDIGER	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	08/06/2019
77005	INÁCIO DOS SANTOS	Proteção de Fontes e Reservat.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	10/06/2019
77499	ALEXANDRE RODOLPHO LEIDOW	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO GOSSENHEIMER	10/06/2019
74467	NOELI REDECKER	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CANOAS	11/06/2019
73710	MAURI WEIRICH	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	11/06/2019

73325	HELIO TIEMANN	Estrada de Roça	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	11/06/2019
72545	ROMEU VERUCH	Abertura de Fossa	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LINHA LINHA UNIDOS	12/06/2019
77541	NORBERTO WIESENHUTTER	Limpeza de tanques ou açudes	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	12/06/2019
77504	ADEMIR WEIMER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GUARAPO	13/06/2019
77539	GABRIELA DOS SANTOS MASS	Pequena Terraplenagem	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA RUDI ERNANI GROSS	14/06/2019
77553	CLAUDIMIR ELISEU ROHDE	Abertura de cisterna e fonte	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	14/06/2019
77554	ADEMIR LUTZ	Transp. Cama, Adubo de Aviação	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	18/06/2019
76775	DEFENDI MASSON	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA AURORA	24/06/2019
77511	ANTONINHO ZANETTI	Abertura de Fossa	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA FELIPE OSVALDO MUTZENBERG	24/06/2019
74876	SEBIO WASEM	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA GODOFREDO	25/06/2019
77032	ANTONIO CASAROTTO	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	27/06/2019
77592	ODAIR IVAN VERRUCK	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	27/06/2019

SOLICITADOS

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO	EQUIPAMENTO	LOCAL DO SERVIÇO	DATA
77036	RENÉ RENATO BASTIAN	Proteção de Fontes e Reservat.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA SÃO JOÃO	02/05/2019
77037	RUDIMAR CLAUBERT POTTRATZ	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	02/05/2019
77039	IMELDA BALLER	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	03/05/2019
77045	AIRTON RONEI KRÜTZMANN	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA COSTA E SILVA	08/05/2019
77104	DECIO DELLABONA	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA JOÃO GOSSENHEIMER	09/05/2019
77157	ERNILDA GRAVE	Pequena Terraplenagem	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA AURORA	13/05/2019
77158	ADIR ANSELMO WEIMER	Transp. Cama, Adubo de Aviação	CAMINHÃO CAÇAMBA	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	14/05/2019
77318	PAULINHO RÜBENICH	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	16/05/2019
77276	SÉRGIO AUREO DA SILVA	Vala e Cobertura de Silagem	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	16/05/2019
77317	PAULINHO RÜBENICH	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	16/05/2019
77372	MARCOS HEINRICH	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	20/05/2019
77377	MARILEIA DAISE SCHNEIDER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	RUA MARIA HARTMANN NITSCHKE	21/05/2019
77386	VALDEMIRO ARI SIEBENEICHLER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	27/05/2019
77389	NOVA CASA EMPREENDIMENTOS LTDA	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	28/05/2019
77493	AIRTON BALLER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	30/05/2019

77497	IVONE IVANEIDE AREND	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	04/06/2019
77500	IVANOR BISOLO	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA JURITI	06/06/2019

77506	NELIO ALTEVOGT	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	ESTRADA SAÍDA PARA LINHA BEIRA RIO	10/06/2019
77509	ALÍCIO HANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	10/06/2019
77542	VALERIO BRAUN	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	11/06/2019
77540	MÁRCIO ANDRÉ DRIEMEIER	Estrada de Roça	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	11/06/2019
77543	EDSON SOMMER	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	12/06/2019
77544	SILVERIO DOERZBACHER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	DISTRITO NOVA ESTRELA	12/06/2019
77546	MARIO HANN	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	13/06/2019
77548	EDSON SIDNEI RAUSCHKOLB	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GODOFREDO	14/06/2019
77549	EDSON SIDNEI RAUSCHKOLB	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA GODOFREDO	14/06/2019
77547	ERSI ELISE WEIRICH RAUSCHKOLB	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GODOFREDO	14/06/2019
77556	VALMOR FRITSCH	Proteção de Fontes e Reservat.	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	14/06/2019
77550	CLESI ZIMMERMANN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	TRAVESSA TRAVESSA Z	14/06/2019
77555	VALMOR FRITSCH	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA GUARAÍPO	14/06/2019
77551	CLESI ZIMMERMANN	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	TRAVESSA TRAVESSA Z	14/06/2019
77558	DILSON MARCIO APPEL	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	17/06/2019
77559	DILSON MARCIO APPEL	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	17/06/2019
77557	LUÍZ ROSA DA SILVA	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JURITI	17/06/2019
77560	OSVINO OST	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	17/06/2019
77562	ISOLDE DULCE SCHUCH RUPPENTHAL	Vala e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	18/06/2019
77563	ISOLDE DULCE SCHUCH RUPPENTHAL	Nivelamento de Terraplenagem	MOTO-NIVELADORA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	18/06/2019
77572	DOUGLAS EDERSON MORCHE	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JURITI	19/06/2019
77568	DILMAR LARI MORCHE	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	19/06/2019
77576	NORMÉLIO GERHARDT	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA IRACEMA	19/06/2019
77566	NATALÍCIO BAUER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	19/06/2019
77570	NEODIR MORCHE	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	19/06/2019
77567	MARIA ZELINDA RIVA 28412567072	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LINHA LINHA UNIDOS	19/06/2019
77573	ILDON SCHUMANN	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	VILA CANHADA GRANDE	19/06/2019
77571	NEODIR MORCHE	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	19/06/2019
77574	ILDON SCHUMANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	VILA CANHADA GRANDE	19/06/2019
77575	REMO VORTMANN	Aterro de Pedras	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	19/06/2019
77565	NEODIR BAUER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA JUNDIAI	19/06/2019
77569	NEODIR MORCHE	Outros serviços	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA FAZENDINHA	19/06/2019
77583	RONÉI HAEFLIGER	Pequena Terraplenagem	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	24/06/2019
77581	VALDEMIRO ARI SIEBENEICHLER	Pequena Terraplenagem	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	24/06/2019

77577	ADEMIR PREDIGER	Limpeza de tanques ou açudes	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	24/06/2019
77580	DARLAN TIEMANN	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	24/06/2019
77579	DARLAN TIEMANN	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	24/06/2019
77578	ROGÉRIO GIL KOPSEL	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA SERRA ALTA	24/06/2019
77582	DAINA GOSSENHEIMER	Outros serviços	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	RUA FELIPE OSVALDO MUTZENBERG	24/06/2019
77587	IVO WERMEIER	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LINHA CASTRO FILHO	26/06/2019
77589	CLADEMIR ADAMY	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRACADA	RUA GERTRUDES SCHRAMMEL PETRY	26/06/2019
77588	ONARIO LICEU DEUNER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA CANOAS	26/06/2019
77597	MILTON FREDERICO NITSCHKE	Recolhimento Cama de Aviário	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	27/06/2019
77595	ENÉLIO LEIDOW	Outros serviços	RETROESCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	27/06/2019
77596	ODAIR IVAN VERRUCK	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	VILA CANHADA GRANDE	27/06/2019
77594	IVONEI JORGE DUTKEWICZ	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRACADA	RUA VERNON SCHWINGEL	27/06/2019

DL 7/2019

Publicação Nº 2107918

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

O Prefeito Municipal, em exercício, torna público que ratificou o ato da Senhora Regelene Isabel Schneider Bohlke, Gerente de Assistência Social e Habitação, que declarou dispensável a licitação, em conformidade com o Inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, Processo nº 50/2019, Objeto: Locação de um imóvel caracterizada como sala comercial mista com 80m², localizada na Rua Felipe Osvaldo Mutzenberg, 23, Centro, Arabutã, SC, para o funcionamento do Conselho Tutelar. Contratado: CRISTIAN LUIZ HANN, inscrito no CPF/MF sob o nº. 080.636.519-60. Valor: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2019.

Arabutã SC, 30 de julho de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito Municipal, em Exercício

PORTARIA 221/2019

Publicação Nº 2108941

PORTARIA Nº 221/2019

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER, a partir do dia 31 de julho 2019, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 200/2019, de 10 de julho de 2019, do servidor WAGNER ROEGELIN inscrito no CPF sob nº. 032.813.809-64, ocupante do cargo efetivo de Motorista, sendo que os 15 dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 31 de julho de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 222/2019

Publicação Nº 2108943

PORTARIA Nº. 222/2019

PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, partir do dia 01 de agosto de 2019 a licença maternidade da servidora JÉSSICA USINGER, inscrita no CPF sob nº. 093.271.249-52, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 20 de julho 2019, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 31 de julho de 2019.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2019

Publicação Nº 2107861

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0033/2019 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em impressos gráficos, para confecção de adesivos veiculares e placas de identificação em PVC.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 13/08/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 13/08/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 31 de julho de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0080/2019

Publicação Nº 2107582

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo Nº 0125/2019 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0080/2019 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo **Menor preço Por item**, embasada no **Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93** e tendo como objeto **Aquisição de peças e serviço para a Bomba de Recalque de Esgoto monofásica e trifásica, utilizada na Estação Elevatória de Tratamento de Efluentes do Município de Arroio Trinta**, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3725 - FABIANO JACSON PERETTI (23.687.311/0001-76)

Item	Material/Serviço	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	32724 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA - BOBINAGEM	Un	1	234,00	234,00
2	32725 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA- OLEO	Un	1	95,00	95,00
3	32726 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA - ROLAMENTOS	Un	1	35,00	35,00
4	32727 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - BOBINAGEM	Un	1	50,00	50,00
5	32728 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA - PRENSA CABO	Un	1	5,00	5,00
6	32729 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA -	Un	1	16,00	16,00

	PARAFUSOS				
7	32730 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA - PINTURA	Un	1	60,00	60,00
8	32731 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL TRIFÁSICA - MÃO DE OBRA	Hr	3,33333	60,00	200,00
9	32733 - CONserto DE BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - BOBINAGEM	Un	1	260,00	260,00
10	32734 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - TORNO	Un	1	180,00	180,00
11	32735 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONFÁSICA - PINTURA	Un	1	60,00	60,00
12	32736 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - OLEO	Un	1	90,00	90,00
13	32737 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - CABO 13,50	Un	1	13,50	13,50
14	32738 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - ANEL ORING	Un	1	25,00	25,00
15	32739 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - ROLAMENTOS	Un	1	62,00	62,00
16	32740 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFASICA - SELO	Un	1	133,00	133,00
17	32741 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - PLATINADO	Un	1	66,00	66,00
18	32742 - CONserto/TROCA DE PEÇAS BOMBA SUBMERSÍVEL MONOFÁSICA - CAPACITOR 25,50	Un	1	25,50	25,50
19	32743 - MÃO DE OBRA/ SERVIÇO DE CONserto DE BOMBA MONOFÁSICA	Un	1	255,00	255,00
Total (R\$):					1.865,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 30 de julho de 2019.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 43/2019

Publicação Nº 2108545

Município de Ascurra

Edital de Dispensa de Licitação 56-2019

Extrato de contrato n. 43/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: Metalúrgica Pisa Ltda

CNPJ: 84.232.909/0001-65

Objeto: A execução de 1 (uma) estrutura metálica nas medidas 2,00x50,00m, para a Escola Municipal Tenente Coronel Amaro Medeiros de Vasconcelos, conforme especificações previstas no edital e anexos da dispensa de licitação n. 56/2019.

Validade: até 31/12/2019

Valor: R\$ 15.900,00

Ascurra, 31 de julho de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

Publicação Nº 2107882

EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019
PARA REGISTRO DE PREÇOS
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE ATALANTA, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará Processo Licitatório Nº 26/2019 na modalidade Pregão Presencial Nº 17/2019 para Registro de Preços, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes dia até 13 de agosto de 2019, as 09:00 horas e abertura as 09:15 horas no mesmo dia. Informações e/ou cópia na integra deste Edital junto ao departamento de Licitações, no horário normal de expediente, à Avenida XV de novembro, nº 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail licitacao@atalanta.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3535-0015. Atalanta, 31 de julho de 2019. JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 031/2019

Publicação Nº 2108217

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 13 de Agosto de 2019, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 031/2019, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade:

"A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTO GRÍCOLA DESTINADO AO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE AURORA - SC".

Aurora, 31 de Julho de 2019.
ALEXSANDRO KOHL
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**Lei nº 1.644 de 25 de junho de 2019**

Publicação Nº 2108903

LEI Nº 1.644 DE 25 DE JUNHO DE 2019

Concede Benefícios fiscais à Empresa Darolt Schmdt Holding Ltda, instalada no Município de Aurora

ALEXSANDRO KOHL, Prefeito Municipal de Aurora Estado de Santa Catarina, com base na Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 1.401 de 20 de outubro de 2010; Faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido incentivo fiscal à empresa Darolt Schmidt Holding Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 26.520.414/0001-35, na forma que segue:

Redução da alíquota de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) de 5% (cinco por cento) para 4% (quatro por cento), por um período de 05 (cinco) anos;

Art. 2º O deferimento, a implementação e a manutenção dos incentivos previstos no artigo anterior ficam diretamente condicionados ao atendimento pela empresa beneficiada de todas as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.401 de 20 de outubro de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 25 de junho de 2019.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

Lei nº 1645 de 25 de junho de 2019

Publicação Nº 2108938

LEI Nº 1.645 DE 25 DE JUNHO DE 2019

Estabelece a Estrutura e Funcionamento do Conselho Tutelar do Município

O Prefeito Municipal de Aurora; no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Aurora(SC), criado pela Lei Municipal nº 707/1992, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Aurora(SC), que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Aurora(SC) constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da consultoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Aurora(SC), aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

**SEÇÃO I
Da Manutenção do Conselho Tutelar**

Art. 3º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 4º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipamentos e sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§1º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§2º Se necessário, o Conselho Tutelar poderá contar com o apoio de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

Art. 5º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 6º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 7º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 30 (trinta) horas de atividades com escalas, inclusive de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 8º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Aurora(SC).

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º O membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 4º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 9º O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária mensal, com a presença de todos os

membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 10. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 11. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 4º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 5º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 6º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 7º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 13. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 14. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de

candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 15. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - conclusão do ensino médio;

V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 16. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 17. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 18. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 19. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 20. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 21. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 22. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 23. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 24. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 25. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 26. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 27. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelarem relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 28. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo simplificado de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 29. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 30. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução, eleito entre seus pares.

Art. 31. A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

§ 1º Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

§ 2º O Coordenador administrativo não fará jus a qualquer acréscimo remuneratório em decorrência do exercício da função.

Art. 32. Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos

artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

IX - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

X - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 33. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 34. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 35. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 37. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 38. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 39. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 40. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 41. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 42. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 43. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 44. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 45. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e

instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 46. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 47. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 48. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 49. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 50. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos

e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 51. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 52. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 53. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 54. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 55. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 56. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 57. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 58. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 59. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 60. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 61. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 62. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 63. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 64. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 65. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 66. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente a R\$ 1.793,02 (um mil setecentos e noventa reais), Nível Salarial nº 2.2.09.01 dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado aos servidores públicos municipais.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 67. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações e adicionais.

Art. 68. Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 69. Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 70. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 71. As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Aurora(SC), pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 72. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 73. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Aurora(SC).

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 74. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 75. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 76. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 77. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 78. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 79. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 80. O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 81. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Aurora(SC), pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 82. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 83. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 85. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Aurora(SC), pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 86. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 87. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 88. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições municipais em contrário, em especial os arts. 31 à 55 da Lei Municipal nº 1.288 de 26/03/2008 e a Lei Municipal nº 1459 de 20/11/2012.

Aurora(SC), 25 de junho de 2019.
ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

Lei nº 1646 de 1º de Julho de 2019

Publicação Nº 2108870

LEI Nº 1.646 DE 1º DE JULHO DE 2019

Autoriza o Município firmar contrato de Cessão de Uso de bem móvel que especifica e dá outras providências

ALEXSANDRO KOHL, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE NOVA ITÁLIA - AGRINI, entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.265/2007, estabelecida na localidade de Nova Itália, neste Município, inscrita junto a Receita Federal com o CNPJ nº 05.098.027/0001-82, Termo de Cessão de Uso do bem móvel do patrimônio público do Município abaixo especificado:

Plantadora e adubadora para plantio direto com 3 linhas de milho espaçamento de 80 cm. Acoplável a trator agrícola de pneus com levantamento hidráulico com disco de corte de palhada 16 regulagens de altura e aproximação do sulcador com efeito pula pedra, disco duplo e distribuidor de sementes a disco horizontal c/ regulagem de profundidade. Roda contro e comac. Cônica de ferro ângulo reg. Depósito para adubo individual com destraves de rosca helicoidal, reservatório de adubo de 43 lts, reservatório de sementes de 33 lts, ambos de polietileno, chassi de 2,75 mts, Marca Max, modelo 03, Linhas ano: 2017, Nova cor: Vermelha e numero de série: 3457;

Parágrafo Primeiro. A posse e uso do bem público de forma gratuita, devendo a cessionária utilizá-la de acordo com o estabelecido no seu Estatuto, restituindo-se a posse ao Município em caso de desvirtuamento da finalidade.

Parágrafo Segundo. O prazo do Contrato será de 05 (cinco) anos, sendo prorrogável por interesse das partes.

Parágrafo Terceiro. A cessionária será responsável por fazer todas as manutenções necessárias à conservação do bem cedido.

Art. 2º Havendo interesse público, a qualquer momento poderá o Município, unilateralmente, rescindir o presente contrato mediante notificação à cessionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias, sem que a cessionária tenha direito a qualquer indenização.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão sem ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora (SC), 1º de julho de 2019.
ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019

Publicação Nº 2107839

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019 – CESTA BÁSICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2019
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.
DETENTOR DA ATA: MARCELO GOMES & CIA LTDA 05.850.947/0001-05.

Valor total: R\$ 13.009,20

Assinado em: 24/07/2019

Vigente até: 24/07/2020

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de cestas básicas para atendimento das famílias de baixa renda, cadastradas no município de Balneário Arroio do Silva, a serem fornecidas por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social no período de 12 meses, de acordo com as especificações e quantidades contidas no anexo I que fazem parte deste Edital".

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE CONTRATOS 76 A 79

Publicação Nº 2107853

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: ELISANDRA ROSA CARDOSO. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação do show artístico Elis Cardoso, reconhecido e consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Regional, com duração mínima de 02h:-00min, que será realizado no dia 03 de agosto de 2019, neste Município.. VALOR DO CONTRATO: R\$ 800,00 (Oitocentos reais). VIGÊNCIA: 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: CRISTIANO STOLK. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação do show artístico Cristian Aguiar e Banda, reconhecido e consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Regional, com duração mínima de 02h:00min, que será realizado no dia 03 de agosto de 2019, neste Município.. VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).VIGÊNCIA: 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: PAULO JERONIMO FERREIRA MEI. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa PAULO JERONIMO FERREIRA MEI, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos do "Mistura Fina Jazz Trio", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Regional, com duração mínima de 02 horas, que abrilhantarão a tradicional 28ª FESTA DO PEIXE, evento este reconhecido regionalmente, que será realizado entre os dias 01 a 04 de agosto de 2019, neste Município. A referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.221.828/0001-72, com sede na Rua Genésio Ronconi, nº 262, Urussanguinha, Araranguá/SC, representada neste ato pelo Sr. Paulo Jeronimo Ferreira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4561557, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.014.729-00, ao qual se responsabilizara pelo show artístico acima descrito. VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). VIGÊNCIA: 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA. CONTRATADO: CARLOS HENRIQUE KRETSCHMER BECKER MEI. OBJETO: Tem por objeto a presente inexigibilidade, a contratação da empresa CARLOS HENRIQUE KRETSCHMER BECKER MEI, que detém representação e exclusividade para as apresentações de Shows Artísticos de "DJ Henrique BE", reconhecida e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública no âmbito Regional, com duração mínima de 02 horas, que abrilhantarão a tradicional 28ª FESTA DO PEIXE, evento este reconhecido regionalmente, que será realizado entre os dias 01 a 04 de agosto de 2019, neste Município. A referida empresa está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.952.526/0001-20, com sede na Rua Governador Celso Ramos, 1730, Arapongas, Araranguá/SC, representada neste ato pelo Sr. empresa Carlos Henrique Kretscher Becker, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3838689, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.439.499-66, ao qual se responsabilizara pelo show artístico acima descrito. VALOR DO CONTRATO: R\$ 600,00 (Seis mil reais). VIGÊNCIA: 31/12/2019.

Balneário Gaivota

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 12/2019 - FMS

Publicação Nº 2109007

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2019-FMS
PREGÃO PRESENCIAL 12/2019-FMS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as Leis 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações e alterações posteriores, torna público que se encontra aberta a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "menor preço por item", objetivando selecionar a melhor proposta para Aquisição de Odontológico e hospitalar para as unidades de saúde do município, através de empresa do ramo pertinente, obedecendo integralmente às condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A íntegra do Edital e demais informações e documentos necessários para apresentação das propostas estará à disposição dos interessados a partir desta data, no Departamento de Licitações, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, na sede da Prefeitura Municipal, sito na Avenida Guanabara, 452, bloco B, Loteamento Turimar, neste Município. As propostas serão recebidas até as 10h00 do dia 13 de agosto de 2019, o início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento será no mesmo dia e horário. Balneário Gaivota, 31 de julho de 2019 - MARCUS VINICIUS DA CUNHA - PREGOEIRO

RESOLUÇÃO 005-2019

Publicação Nº 2108185

RESOLUÇÃO Nº 005/2019

DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DOS INSCRITOS COM NOTAS IGUAL OU SUPERIOR A 6.0, APROVADOS NA PROVA E APTOS À PARTICIPAR DA NO PROCESSO ELEITORA PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA-SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.014 de 02/02/2019.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal 1.014 de 02 de fevereiro de 2019, que atribui ao Município a organização do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar de Balneário Gaivota;

CONSIDERANDO que nos termos da Lei Municipal nº 1.014 de 02 de fevereiro de 2019, compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentar e divulgar o Pleito para eleição do Conselho Tutelar;

CONSIDERAND o disposto na Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente,

CONSIDERANDO que o processo de escolha é unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da lei Federal 12.696/12.

CONSIDERANDO a Resolução Nº 002/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que regulamenta o processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar de Balneário Gaivota/SC, e dá outras providências.

Torna público a Relação dos candidatos inscritos com a referida nota, (por ordem de inscrição) homologados para concorrer a vaga de Conselheiros Tutelares no município de Balneário Gaivota/SC.

- | | |
|---|------|
| 01- ROSANE DOSTAL XAVIER | 8.05 |
| 02- ONICE MARIA ALMEIDA MEDEIROS DE LACERDA.. | 9.65 |
| 03- CRISTIANE GATTINO FERREIRA DOS SANTOS | 9.1 |
| 04- GISELI OLIVIERA DA ROCHA | 9.3 |
| 06- REJANE FRANCO DA SILVA LUZ | 9.55 |
| 07- DENISE MOTA FERRAZ ALVES | 9.2 |
| 08- SILVIA REGINA GUIMARÃES DE MEDEIROS | 8.75 |
| 09- MARIA VALQUIRIA CARDOSO DOS SANTOS | 6.0 |
| 10- CELIA MARIA DA ROSA MARIANO | 8.3 |
| 11- MARIA APARECIDA BURIGO RODRIGUES | 8.05 |
| 13- MARIA ANGELICA LOPES BAZELENITZ ALMEIDA.. | 9.0 |

- 14- CRISTIANE LUIZA VENANCIO MEDEIROS 8.05
15- ANDRESA DA SILVA BORGES 8.85
17- ELITON DA SILVA 9.0

Celo Francisco de Castro Inezi da Cunha
Presidente CMDCA CEE-2019

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 1129/2019

Publicação Nº 2107711

DECRETO Nº 1129/2019

“Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento das faturas de Água do Sistema de Abastecimento de Água Pública Comunitária”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 73, alínea VI, da Lei Orgânica do Município, de 11 de dezembro de 1997, e pela lei Municipal nº 737/2015;

CONSIDERANDO que o prazo de pagamento das faturas, referentes ao consumo de mês de julho, terminará em 20 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO que a substituição do sistema de leitura e impressão de fatura de água, impede o setor competente de realizá-las até o dia 20 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO que até o presente momento, por motivo da conversão do sistema, o Departamento de Água, não efetuou as leituras dos usuários;

CONSIDERANDO que o usuário não terá tempo hábil para efetuar o pagamento;

DECRETA:

Artigo. 1º. Fica prorrogado o prazo de vencimento das faturas de água, alusivas ao mês de consumo de junho de 2019, para o dia 15 de agosto de 2019.

Artigo. 2º. Fica prorrogado o prazo de vencimento das faturas de água, alusivas ao mês de consumo de julho de 2019, para o dia 30 de agosto de 2019.

Artigo. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de julho de 2019.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 61/2019

Publicação Nº 2107919

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 61/2019
Republicação

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de Empresa para prestação de serviço e fornecimento de material para ampliar a sala de armazenagem de alimentos da Comunidade de Linha São Judas Tadeu, conforme projeto de engenharia anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 16 de agosto de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 16 de agosto de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av. Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 31 de julho de 2019.

MOACIR PIROCA
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO FINAL COM CLASSIFICAÇÃO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2108825

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA OBJETIVA

Classificação Final: ANEXO I

Data da prova: 20/07/2019

O critério de desempate aplicado: Maior idade com base na Lei 10741/03 de 01/10/2003.

Torna-se definitiva a listagem de classificação dos candidatos dispostos no Anexo I desta publicação.

Continuam disponíveis à todos os candidatos, com acesso pelo site www.wedoservicos.com.br no link "área do candidato", utilizando sua senha pessoal de acesso, a imagem do cartão resposta utilizado na prova, com o intuito de dirimir qualquer dúvida ou confirmar a correção eletrônica de suas respostas.

Legendas utilizadas na publicação:

ECA: Nota relativa às questões do Estatuto da Criança e do Adolescente.

LEI: Nota relativa às questões da Lei Municipal 839/2019

Barra Bonita, 31 de julho de 2019.

Banca Técnica

We Do Serviços Inteligentes

CLASSIFICAÇÃO FINAL

CONSELHEIRO TUTELAR – BARRA BONITA

NOME	ECA	LEI	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	DT NASC
TATIANE BERGMANN KOZERSKI	9,00	6,00	15,00	1º	Classificado	30/01/87
VALI ROST ZANGALLI	10,00	4,00	14,00	2º	Classificado	13/01/71
ELIANE ALVES DE OLIVEIRA	9,00	5,00	14,00	3º	Classificado	27/10/97
GEMA MARIA MOREIRA	8,00	4,00	12,00	4º	Classificado	18/05/57
SALETE LAZAROTTO ROMAN	10,00	2,00	12,00	5º	Classificado	21/05/74
CATIANE CRISTINA RECH	8,00	4,00	12,00	6º	Classificado	10/05/91
MÁRCIA CRISTINA HELFENSTELLER	8,00	4,00	12,00	7º	Classificado	29/07/91
HELENIR PELOZATO	8,00	3,00	11,00	8º	Classificado	03/02/74
VALÉZIA BONHO	8,00	3,00	11,00	9º	Classificado	05/05/89
MARCIA PINHEIRO	9,00	2,00	11,00	10º	Classificado	19/12/89
THAINÁ DE SOUZA	7,00	3,00	10,00	11º	Classificado	08/09/97
THAYS FLORES KOWALESKI	6,00	3,00	9,00	-	Desclassificado	

Barra Velha

PREFEITURA

57º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO 23ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº003/2015

Publicação Nº 2108966

57º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO
23ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº003/2015
Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Edital nº 003/2015, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, através do Decreto nº 1091/2016, de 21 de março de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração, a 23ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos do Concurso Público, conforme o Edital nº. 003/2015, para os seguintes cargos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Alfabetizado

Agente de Controle de Endemias

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 7.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento, atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 003/2015 (disponível em www.iobv.org.br), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 003/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.
- Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 003/2015 (disponível em www.iobv.org.br);
- Para os cargos de Atendente de Consultório Dentário II, os candidatos deverão apresentar cópia autenticada do Registro no respectivo Conselho;
- para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, os candidatos deverão apresentar cópia do comprovante de residência.

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados no local determinado no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames: (realizados no prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,



- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA, com laudo,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião; (cópia)
- vacina anti-rubéola.(cópia)

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (preventivo realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (realizado no prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos ao cargo de professor de educação física, fica acrescido exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia (realizado no prazo (máximo de 30 dias), com laudo.

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescidos os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias:
- IGE Total,
- HX2 (ácaro, pó domiciliar);
- NX2 (fungus e leveduras),

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício;

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. Após receber a convocação o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer, junto ao setor de protocolo da Prefeitura ou por e-mail leis@barravelha.sc.gov.br, prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida nos itens 1, 2, 3 e 4 deste Edital.

6. DO LOCAL DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 7.1, deverão se apresentar no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

7. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

7.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Alfabetizado

Agente de Controle de Endemias

18º Oldemar Machado

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1, 2, 3 e 4. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

8.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

8.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 003/2015, que normatiza o Concurso Público – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento da Prefeitura de Barra Velha/SC.

8.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

8.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha no Concurso Público previsto no Edital 03/2015, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

8.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 30 de julho de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN CROMACIO JOSÉ DA ROSA

Prefeito Municipal

Secretário Mun. Administração

DECRETO Nº 1326 - DE 16 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108207

DECRETO Nº 1326 - DE 16 DE julho DE 2019

Institui o uso obrigatório do crachá de identificação funcional no âmbito do setor de cadastro e IPTU, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Barra Velha, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de identificação dos servidores do Setor de Cadastro e IPTU tendo em vista o contato direto com os munícipes;

CONSIDERANDO que através da padronização e uso do crachá os munícipes possuirão maior segurança podendo identificar os servidores, inclusive caso seja necessário apresentar reclamação e/ou elogio, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no Setor de Cadastro e IPTU do Município de Barra Velha, o uso do crachá de identificação institucional nos termos deste Decreto.

Art. 2º O crachá de identificação funcional é de uso obrigatório durante todo o expediente de trabalho, interno ou externo, pelos seguintes servidores lotados nos Setor de Cadastro e IPTU:

I - Detentores de cargos de provimento efetivo;

II - Detentores de cargo de provimento em comissão - CPC;

III - Contratados nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º O crachá deve ser portado em lugar visível.

§ 2º Compete ao superior hierárquico dos respectivos servidores a fiscalização do uso obrigatório do crachá.

Art. 3º O crachá de identificação funcional servirá para a identificação do servidor perante os cidadãos, autoridades, superiores hierárquicos e demais servidores, bem como para facilitar a comunicação entre servidores e munícipes.

Parágrafo único. O crachá de identificação e o cordão para crachá deverão conter as seguintes características:

I - Crachá com foto confeccionado em PVC de fundo branco, frente colorida e verso branco, na espessura de 0,76mm; com visualização na vertical; medindo 8,5 x 5,4 cm; contendo nome do funcionário, função e brasão do município, conforme modelo constante no anexo I do presente decreto.

II - Cordão para crachás confeccionado em poliéster na cor azul; medindo 10mm de largura x 80cm de comprimento (aberto), com dizeres em letras maiúsculas, "PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA".

Art. 4º Compete à Secretaria de Finanças, o controle da emissão, guarda e cancelamento do crachá de identificação funcional.

§ 1º Na hipótese de extravio, perda, roubo ou furto do crachá de identificação funcional o servidor deverá comunicar imediatamente o seu superior hierárquico, solicitando a expedição de segunda via.

§ 2º O servidor arcará com as despesas de confecção e de emissão da segunda via do crachá, quando comprovado sua culpa, sendo o referido valor descontado da folha de pagamento, nos termos deste Decreto.

Art. 5º O crachá deverá ser devolvido ao seu superior hierárquico, o qual encaminhará ao Departamento de Recursos Humanos:

I - Quando ocorrer demissão, exoneração, destituição ou aposentadoria de servidor;

II - Nos casos de suspensão, afastamentos e licenças sem remuneração.

§ 1º No caso do inciso II o crachá ficará sob a guarda do Departamento de Recursos Humanos, sendo devolvido quando do retorno ao exercício.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo será registrado no prontuário do servidor como porte indevido de crachá de identificação funcional.

Art. 6º O descumprimento do disposto neste Decreto constitui-se em falta disciplinar, sujeita a aplicação das penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 7º O presente Decreto aplica-se ao Setor de Cadastro e IPTU, devendo as autoridades competentes dar cumprimento aos seus termos.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Barra Velha, 16 julho de 2019.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

ANEXO I
(Decreto n. 1326/2019)

PREGÃO PRESENCIAL 037/2019 PMBV

Publicação Nº 2108176

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 061/2019 – Pregão Presencial nº 037/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço GLOBAL, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jateamento e pintura de caçambas basculantes modelo standard, atendendo solicitação da Secretaria de Obras, através de requisição nº 274 anexa ao Processo, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 13/08/2019 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 13/08/2019 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 30 de julho de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO 696

Publicação Nº 2107512

DECRETO N.º 696/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

"APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano sem benfeitorias com a área de 46.245,81 m² (quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco metros e oitenta e um decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 39.207, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, de propriedade de ALEXANDRO TICSZKA, brasileiro, solteiro, cadastrado no CPF sob nº 921.177.839-53, inscrito no RG nº 3.115.760 – SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, nº 25, Centro, Bela Vista do Toldo – SC; ALOIS TISCZKA, brasileiro, cadastrado no CPF sob nº 043.677.389-90, inscrito no RG sob nº 1.792.567 – SSP-SP, casado com MARIA ROSIANI KARVAT TISCZKA, brasileira, cadastrada no CPF nº 036.817.319-42, inscrita no RG nº 4.156.659 – SESP-SC, residentes e domiciliados na Rua Estanislau Schumann, 467, Centro, Bela Vista do Toldo – SC; MARILDA TISCZKA, brasileira, solteira, cadastrada no CPF sob nº 770.327.489-53, inscrita no RG nº 2.312.919-SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Estanislau Schumann, 25, Centro, Bela Vista do Toldo – SC; MARILENE REGINA TISCZKA PATRUNI, brasileira, cadastrada no CPF nº 533.666.039-68 e inscrita no RG nº 1.191.203-SSP-SC, casada com SAULO JACOB PATRUNI, brasileiro, inscrito no CPF nº 382.286.029-87, inscrito no RG nº 794-580-SESP-SC, residentes e domiciliados na Rua João Allage, 333, Centro, Canoinhas – SC; MARISTELA TEREZINHA TISCZKA ALBERTI, brasileira, cadastrada no CPF sob nº 802.765.989-20, inscrita no RG nº 1.455.261-SESP-SC, casada com JOÃO FERNANDE ALBERTI, brasileiro, inscrito no CPF nº 901.216.009-04, cadastrado no RG nº 1.451.438-SESP-SC, residentes e domiciliados na Rua Estanislau Schumann, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo – SC; WILSON TISCZKA, brasileiro, inscrito no CPF nº 631.352.139-00, cadastrado no RG nº 1.453.202-SSI-SC, casado com MAGALI FUCK TISCZKA, brasileira, inscrita no CPF nº 670.190.219-72, cadastrada no RG nº 1.798.981-SSP-SC, residentes e domiciliados na Rua Augusto Kuchler, 111, Centro, Bela Vista do Toldo – SC; FELIPE ANDRÉ PATRUNI, brasileiro, solteiro, cadastrado no CPF nº 053.695.449-64, inscrito no RG nº 3.113.605-SSP-SC, residente e domiciliado na Rua João Allage, 333, Bairro Sossego, Canoinhas – SC, e LUCAS EDUARDO PATRUNI, brasileiro, solteiro, cadastrado no CPF nº 083.719.409-12, inscrito no RG nº 3.704.609-SESP-SC, residente e domiciliado na Rua Major Vieira, 1.763, Casa 02, Centro, Canoinhas – SC, conforme requerimento protocolado sob nº 381 de 08 de julho de 2019.

Art. 2º. Após o desmembramento resultarão 10 (dez) lotes urbanos, tudo em conformidade com o mapa e memoriais descritivos que integram o presente Decreto, com as seguintes medidas e confrontações:

LOTE 315 – QUADRA 26: ÁREA: 590,00 m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.325,65 m e E 553.643,73 m, situado no limite com terras pertencentes a Maristela Terezinha Tisczka Alberti; deste, segue confrontando com Maristela Terezinha Tisczka Alberti (Lote 377); com o seguinte azimute e distância: 156°32'33" e 30,00 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.298,13 m e E 553.655,68 m; deste, segue confrontando com Romeu Wagner (Matrícula 8.457); com o seguinte azimute e distância: 237°12'02" e 20,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.287,30 m e E 553.638,87 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°32'30" e 30,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.314,82 m e E 553.626,92 m; deste, segue confrontando com Maristela Terezinha Tisczka Alberti (Lote 377); com o seguinte azimute e distância: 57°12'06" e 20,00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.325,65 m e E 553.643,73 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 377 – QUADRA 26: ÁREA: 7.664,88m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.411,78 m e E 553.730,91 m, situado no limite com terras pertencentes a Alois Tisczka; deste, segue confrontando com Rio do Toldo; com o seguinte azimute e distância: 177°30'28" e 63,45 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.348,39 m e E 553.733,67 m; deste, segue confrontando com Romeu Wagner (Matrícula 8.457); com o seguinte azimute e distância: 237°12'06" e 92,79 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.298,13 m e E 553.655,68 m; deste, segue confrontando com Maristela Terezinha Tisczka Alberti (Lote 315); com o seguinte azimute e distância: 336°32'33" e 30,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.325,65 m e E 553.643,73 m; deste, segue confrontando com Maristela Terezinha Tisczka Alberti (Lote 315); com o seguinte azimute e distância: 237°12'06" e 20,00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.093.314,82 m e E 553.626,92 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°32'34" e 47,15 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.093.358,08 m e E 553.608,15 m; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 474); com o seguinte azimute e distância: 66°22'51" e 83,43 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.093.391,50 m e E 553.684,59 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 486); com o seguinte azimute e distância: 66°21'15" e 50,56 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.411,78 m e E 553.730,91 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 474 – QUADRA 26: ÁREA: 8.141,00m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.480,77 m e E 553.645,43 m, situado no limite com terras pertencentes a Alois Tisczka; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 486); com o seguinte azimute e distância: 156°18'38" e 97,48 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.391,50 m e E 553.684,59 m; deste, segue confrontando com Maristela Terezinha Tisczka Alberti (Lote 377); com o seguinte azimute e distância: 246°22'51" e 83,43 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.358,08 m e E 553.608,15 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°32'31" e 55,14 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.408,66 m e E 553.586,20 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°31'13" e 42,99 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.093.448,09 m e E 553.569,07 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 486); com o seguinte azimute e distância: 66°49'44" e 83,05 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.480,77 m e E 553.645,43 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 486 – QUADRA 26: ÁREA: 11.034,91m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.532,53 m e E 553.744,39 m, situado no limite com terras pertencentes a Wilson Tisczka; deste, segue confrontando com Rio do Toldo; com o seguinte azimute e distância: 159°21'29" e 14,71 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.518,77 m e E 553.749,58 m; deste, segue confrontando com Rio do Toldo; com o seguinte azimute e distância: 188°16'21" e 45,66 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.473,58 m e E 553.743,01 m; deste, segue confrontando com Rio do Toldo; com o seguinte azimute e distância: 193°16'08" e 54,38 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.420,65 m e E 553.730,53 m; deste, segue confrontando com Rio do Toldo; com o seguinte azimute e distância: 177°30'31" e 8,88 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.093.411,78 m e E 553.730,91 m; deste, segue confrontando com Maristela Terezinha Tisczka Alberti (Lote 377); com o seguinte azimute e distância: 246°21'15" e 50,56 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.093.391,50 m e E 553.684,59 m; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 474); com o seguinte azimute e distância: 336°18'38" e 97,48 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.093.480,77 m e E 553.645,43 m; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 474); com o seguinte azimute e distância: 246°49'44" e 83,05 m até o vértice 7, de coordenadas N 7.093.448,09 m e E 553.569,07 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°31'13" e 12,00 m até o vértice 8, de coordenadas N 7.093.459,10 m e E 553.564,29 m; deste, segue confrontando com Alexandro Tisczka (Lote 522); com o seguinte azimute e distância: 66°49'44" e 83,06 m até o vértice 9, de coordenadas N 7.093.491,78 m e E 553.640,65 m; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 65°30'35" e 9,60 m até o vértice 10, de coordenadas N 7.093.495,76 m e E 553.649,38 m; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 47°35'26" e 45,48 m até o vértice 11, de coordenadas N 7.093.526,43 m e E 553.682,97 m; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 84°20'02" e 61,73 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.532,53 m e E 553.744,39 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 522 – QUADRA 26: ÁREA: 3.093,84m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.526,25 m e E 553.625,39 m, situado no limite com terras pertencentes a Alois Tisczka; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 156°06'44" e 37,70 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.491,78 m e E 553.640,65 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 486); com o seguinte azimute e distância: 246°49'44" e 83,06 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.459,10 m e E 553.564,29 m; deste, segue confrontando com faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°31'13" e 36,92 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.492,96 m e E 553.549,58 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 541); com o seguinte azimute e distância: 66°17'40" e 82,79 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.526,25 m e E 553.625,39 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 541 – QUADRA 26: ÁREA: 1.571,71m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.543,67 m e E 553.617,81 m, situado no limite com terras pertencentes a Felipe André Patrui; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 156°29'06" e 19,00 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.526,25 m e E 553.625,39 m; deste, segue confrontando com Alexandro Tisczka (Lote 522); com o seguinte azimute e distância: 246°17'40" e 82,79 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.492,96 m e E 553.549,58 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°31'16" e 19,00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.510,39 m e E 553.542,01 m; deste, segue confrontando com Marilda Tisczka (Lote 628); com o seguinte azimute e distância: 66°20'14" e 36,79 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.093.525,16 m e E 553.575,71 m; deste, segue confrontando com Marilene Regina Tisczka Patrui (Lote 644); com o seguinte azimute e distância: 66°15'35" e 16,00 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.093.531,60 m e E 553.590,36 m; deste, segue confrontando com Felipe André Patrui (Lote 674); com o seguinte azimute e distância: 66°15'35" e 29,99 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.543,67 m e E 553.617,81 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 628 – QUADRA 26: ÁREA: 2.020,94m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.577,67 m e E 553.553,03 m, situado no limite com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; deste, segue confrontando com Marilene Regina Tisczka Patrui (Lote 644); com o seguinte azimute e distância: 156°38'27" e 57,20 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.525,16 m e E 553.575,71 m; deste, segue confrontando com

Alois Tisczka (Lote 541); com o seguinte azimute e distância: 246°20'14" e 36,79 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.510,39 m e E 553.542,01 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 336°31'13" e 27,85 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.535,94 m e E 553.530,92 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 338°30'14" e 19,54 m até o vértice 4, de coordenadas N 7.093.554,12 m e E 553.523,75 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Estanislau Schumann; com o seguinte azimute e distância: 353°39'34" e 4,66 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.093.558,75 m e E 553.523,24 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 25°05'19" e 3,92 m até o vértice 6, de coordenadas N 7.093.562,30 m e E 553.524,90 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 62°35'41" e 19,56 m até o vértice 7, de coordenadas N 7.093.571,31 m e E 553.542,27 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 59°24'50" e 12,50 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.577,67 m e E 553.553,03 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 644 – QUADRA 26: ÁREA: 926,78m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.585,81 m e E 553.566,81 m, situado no limite com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; deste, segue confrontando com Felipe André Patrui (Lote 674); com o seguinte azimute e distância: 156°31'04" e 59,10 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.531,60 m e E 553.590,36 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 541); com o seguinte azimute e distância: 246°15'35" e 16,00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.525,16 m e E 553.575,71 m; deste, segue confrontando com Marilda Tisczka (Lote 628); com o seguinte azimute e distância: 336°38'27" e 57,20 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.577,67 m e E 553.553,03 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 59°24'51" e 16,00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.585,81 m e E 553.566,81 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 674 – QUADRA 26: ÁREA: 1.824,84m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.601,16 m e E 553.592,78 m, situado no limite com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 156°28'33" e 62,70 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.543,67 m e E 553.617,81 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 541); com o seguinte azimute e distância: 246°15'35" e 29,99 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.531,60 m e E 553.590,36 m; deste, segue confrontando com Marilene Regina Tisczka Patrui (Lote 644); com o seguinte azimute e distância: 336°31'04" e 59,10 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.585,81 m e E 553.566,81 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 59°24'51" e 30,17 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.601,16 m e E 553.592,78 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

LOTE 707 – QUADRA 26: ÁREA: 9.376,91m²

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.601,16 m e E 553.592,78 m, situado no limite com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; deste, segue confrontando com Wilson Tisczka (Lote 707); com o seguinte azimute e distância: 156°28'33" e 62,70 m até o vértice 1, de coordenadas N 7.093.543,67 m e E 553.617,81 m; deste, segue confrontando com Alois Tisczka (Lote 541); com o seguinte azimute e distância: 246°15'35" e 29,99 m até o vértice 2, de coordenadas N 7.093.531,60 m e E 553.590,36 m; deste, segue confrontando com Marilene Regina Tisczka Patrui (Lote 644); com o seguinte azimute e distância: 336°31'04" e 59,10 m até o vértice 3, de coordenadas N 7.093.585,81 m e E 553.566,81 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rua Augusto Kuchler; com o seguinte azimute e distância: 59°24'51" e 30,17 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.093.601,16 m e E 553.592,78 m, vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Parágrafo Único: O Município de Bela Vista do Toldo, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º. O registro do desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas – SC, deverá ser procedido no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 09 de julho de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado no Átrio da Prefeitura Municipal na data de 09 de julho de 2019.

DAIANE DE SOUZA GOMES

Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS - PE 109/2019

Publicação Nº 2107714

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DATA: 31/07/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2019

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 109/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA SECRETARIA DE SAÚDE

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se o Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e a Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 002/2019, para análise dos documentos enviados pela empresa MAGMA VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS (CNPJ 04.424.327/0001-41), em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico acima citado. Dando início à sessão, foram conferidos e rubricados todos os documentos enviados pela empresa. Após análise e rubrica verificou-se que todos os documentos apresentados se mostraram de acordo com o exigido no Edital, restando a empresa habilitada e, portanto, declarada vencedora do item do certame. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 A 64/2019

Publicação Nº 2107960

PUBLICAÇÕES LEGAIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64/2019****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2019****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2019****METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA. EM PLÁSTICO COLORIDO COM AROMA E SABOR. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE PACOTES COM 40 UNIDADES	Agaplast / Ting Tong	25,73
5	AGULHA ACUPUNTURA SISTÊMICA CAIXA COM 1000 UNID - TAMANHO 25X30 MM	Tony / Acupuntura	232,13
6	AGULHA ACUPUNTURA SISTÊMICA SPRING CAIXA COM 1000 UNID - TAMANHO 25X30MM	Tony / Acupuntura	232,13
58	CÂNULA DE GUEDEL EM KIT COM 6 UNIDADES, COM DIFERENTES TAMANHOS (0 À 5)	MD / Guedel	18,71
71	CINTO TIRANTE ARANHA ADULTO PARA COLOCAÇÃO EM PRANCHA RÍGIDA ONDE FIXARÁ A VÍTIMA A SER SOCORRIDA OU TRANSPORTADA DA MELHOR FORMA POSSÍVEL, MODELO ADULTO, CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIAMIDA 100% PRETA E COLORIDA EM 50MM DE LARGURA, FECHO DE REGULAGEM EM VELCRO E REGULADOR PLÁSTICO PRETO	Fibra / Adulto	42,09
72	COLAR CERVICAL PARA RESGATE REGULÁVEL 4 EM 1, POSSUI REGULAGEM DE ALTURA COM 4 NÍVEIS DE AJUSTE (PP/P/M E G), IDEAL PARA IMOBILIZAÇÃO CERVICAL, EMERGÊNCIAS MÉDICAS, RESGATE ETC, CONFECCIONADO EM MATERIAL INJETADO (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) E EVA COM APOIO MENTONIANO, POSSUI ABERTURA DE ACESSO À TRAQUEIA E PULSOS CAROÍDEOS, ORIFÍCIO POSTERIOR (NUCA) POSSUI DUAS ABERTURAS PARA A PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA	Ortocenter / Cervical	53,20
89	CURATIVO ADESIVO REDONDO POS COLETA/PUNCAO P/SANGUE C/200 UND	Ciex / Adesiva	5,32
97	DISPOSITIVO PARA IRRIGAÇÃO PARA USO EM FRASCOS DE SOLUÇÃO EM SISTEMA FECHADO. PONTA PERFURANTE PADRÃO ISO COM PROTETOR. CONE LUER PROTETOR QUE GARANTE A OCLUSÃO DO SISTEMA APÓS O USO.	Biosani / Irrigação	3,71
161	FRASCO DE NUTRIÇÃO ENTERAL DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 300 ML.	Biosani / Nutrição	0,82
233	PIPETAS DE PLÁSTICO TIPO CONTA GOTAS 3 ML	J. Prolab / Plástico	0,17
262	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	Biosani / Aspiração	0,44
266	SONDA CATETER TIPO OCULOS INFANTIL PCT C/10 UND	Biosani / Tipo Óculos	10,40
274	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16, CURTA, TUBO PVC, ATÓXICA, SILICONE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL.	Biosani / Nasogástrica	0,69
275	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18, CURTA, TUBO PVC, ATÓXICA, SILICONE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL.	Biosani / Nasogástrica	0,74
282	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/100/125ML SISTEMA FECHADO	Equiplex / Fisiológico	1,99
284	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/250ML SISTEMA FECHADO	Equiplex / Fisiológico	2,32
286	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/500ML SISTEMA FECHADO	Equiplex /	2,99

		Fisiológico	
287	SORO GLICOFISIOLOGICO FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	Equipler / Glico fisiológico	2,59

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
30	ANESTESICO XILOCAINA 10% APRAY C/50ML	HIPO LABOR	90,00
57	CAIXA PORTA LAMINAS COM CAPACIDADE PARA 100 UND	J PROLAB	21,54
164	GLICONATO DE CLOREXIDINA DEGERMANTE SOLUÇÃO A 2%, ANTISSEPTICO, USO EXTERNO, FRC C/1000 ML	VIC PHARMA	14,47
263	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	BIOSANI	0,46
264	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	BIOSANI	0,70
281	SORO FISIOLOGICO 0,9% FRC C/100/125ML C/CONTA GOTAS	Farmax-Amaral	1,60
283	SORO FISIOLOGICO 0,9% FRC C/240/250ML C/CONTA GOTAS	Farmax-Amaral	2,00
285	SORO FISIOLOGICO 0,9% FRC C/500 ML C/CONTA GOTAS	Farmax-Amaral	2,50
292	TALA DE METAL PCT C/12 UND PARA IMOBILIZAÇÃO DE DEDOS COM ESPUMA INDICADA NA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE DEDOS, UTILIZAÇÃO EM GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS, ESPUMA ANTIALÉRGICA ESPESSURA 9 MM +- 1 MM, ALUMÍNIO 100% LIGA 1100 A H 14 COM ESPESSURA DE 1,0 MM, DIMENSÕES: LARGURA X COMPRIMENTO 12 MM X 180 MM	MSO	6,00
293	TALA DE PAPELÃO GRANDE, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 70X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	15,20
294	TALA DE PAPELÃO MÉDIA, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 50X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	12,25
295	TALA DE PAPELÃO PEQUENA, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 30X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	8,30
296	TALA DE PAPELÃO XG, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 90X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	19,27
299	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO. BIP DIFERENCIADO PARA TEMPERATURAS QUE CARACTERIZAM FEBRE. RECUPERACAO AUTOMATICA DA UTIL MA LEITURA EFETUADA; DISPLAY LCD COM RETRO ILUMINACAO.DESLIGA AUTOMATICAMENTE. METODO DE MEDICAO.SEM CONTATO DISTANCIA EFETIVA: 5CM ~ 8CM	BIOLAND	120,00
315	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO TAMANHOS 3.5, 5.0, 7.0, 7.5, 8.0, 8.5	Grupo Labor Import	4,80
318	URIPEN Nº 6 - DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA DE LATEX NATURAL CENTRIFUGADO A 60%. CAIXA COM 2 UNIDADES	BIOSANI	2,98

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2019**BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
14	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 8 C/100 UND	SR	5,40
17	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRC C/1000ML	SULMAR	4,20
81	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO TIPO GARRAFA - FRASCO EM PE DE 1200ML GRADUADA COM ESCALA DE 100ML. - TUBO EXTENSOR EM PVC	MED SONDA	3,02

	COM RETENTOR GOTEJADOR NA EXTREMIDADE DISTAL E ADAPTADOR COM TAMPA NA EXTREMIDADE PROXIMAL.		
101	ENVELOPE AUTO SELANTE 150 X 300 MM C/100 UND	HOSPFLEX	25,00
109	EQUIPO PARA SORO MACRO GOTAS COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO; INJETOR LATERAL EM "Y" COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE OU VALVULADO COM ÁREA PARA RÁPIDA ASSEPSIA; DISPOSITIVO DE ENTRADA DE AR LATERAL COM FILTRO HIDRÓFOTO DE 15 MICRAS; CÂMARA DE GOTEJAMENTO COM FILTRO DE FLUÍDO NO SEU INTERIOR (MALHA DE 15 MICRAS), TRANSPARENTE CRISTAL COM GOTEJADOR PARA 20 GOTAS POR ML E FLEXÍVEL COM PERFURADOR DO SORO TIPO LANCETA; TUBO EXTENSOR EM PVC OU POLIETILENO FLEXÍVEL, UNIFORME, FILTRO PARA RETIRADA DE AR SEM DESCONECTAR A TAMPA, TRANSPARENTE CRISTAL EM TODA SUA EXTENSÃO, IGUAL OU SUPERIOR A 1,50M DE COMPRIMENTO. CONECTOR LUER SLIP E LUER LOOK JUNTOS, COM FILTRO DISTAL, PROTETORES QUE GARANTAM A SUA ESTERILIDADE. ESTÉRIL APIROGÊNICO, ATÓXICO E EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	DESCAR PACK	0,86
110	EQUIPO DE 2 VIAS (MULTIVIAS, POLIFIX) COM CLAMP, QUE SE ADAPTE A QUALQUER EQUIPO/SERINGA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	DESCAR PACK	0,59
116	ESCOVA ENDOCERVICAL COM PONTA PROTEGIDA, DESCARTAVEL, ATOXICA, PRODUZIDA COM MICRO CERDAS EM NYLON, PONTA PROTEGIDA POR ESFERA DE RESINA. APRESENTACAO EM PACOTES COM 100 UND	ADLIN	15,70
138	FIO DE SUTURA SIMPLES (TIPO CATGUT) 2-0 AG 2,0CM 1/2 CAIXA C/ 24 DE ORIGEM ANIMAL ABSORVIVEL TAMANHO DO FIO 75 CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE POR ENVELOPE ESTERIL.	SHALON	89,50
170	INDICADOR QUIMICO MULTIPARAMETROS. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR, PARA COMPROVAÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS. CAIXA COM 240 TIRAS	CLEAN	70,00
217	PAPEL CREPADO 30X30. BRANCO, PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAS. CAIXA C/500 UND	HOSPFLEX	51,00
218	PAPEL CREPADO 60X60. BRANCO, PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS CX C/500 UN	HOSPFLEX	175,00
255	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/AGULHA	SR	0,39
256	SERINGA DESCARTAVEL 03ML S/AGULHA	SR	0,12
257	SERINGA DESCARTAVEL 05ML S/AGULHA	SR	0,14
260	SOLUCAO DE LUGOL 5% C/1000 ML	CINETICA	100,00
265	SONDA CATETER TIPO OCULOS ADULTO PCT C/10UND	MED SONDA	7,40
268	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 12 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
269	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 14 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
270	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 16 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
271	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 18 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
272	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 20 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
273	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 22 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
277	SONDA URETRAL Nº 12 PCT C/10 UND	MED SONDA	4,90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019
FARMAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
22	ALMOTOLIA ESCURA 250ML BICO RETO	J PROLAB	2,45
23	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML BICO RETO	J PROLAB	2,45
25	ANDADOR DE ALUMÍNIO (DOBRÁVEL) ARTICULADO COM REGULAGEM ALTURA	AG	86,50
35	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL, COM MEDIDOR DE PRESSÃO DIGITAL E PULSAÇÃO, MEDIÇÃO NO PULSO. APROVADO PELO INMETRO. DIMENSÕES DO APARELHO: 82 C X 69 L X 66 A MM. CIRCUNFERÊNCIA DE PULSO: 13,5 - 22 CM, DIMENSÕES DA BRAÇADEIRA: 35,3 ± 1 CM (C) X 8 ± 1 CM (L) (TAMANHO PADRÃO QUE ACOMPANHA O MONITOR), MÉTODO DE MEDIÇÃO OSCILOMÉTRICO, SENSOR DE PRESSÃO SEMI-CONDUÇÃO, FAIXA DE MEDIÇÃO PRESSÃO: 40-250 MMHG, PULSAÇÃO: 40-250 BATIMENTOS POR MINUTO, ERRO MÁXIMO PRESSÃO +- 3 MMHG/PULSAÇÃO +- 5% DO VALOR MEDIDO, INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO AUTOMÁTICA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 1 MINUTO SEM USO, ALIMENTAÇÃO 3V 2 PILHAS DO TIPO AAA	BIOLAND	80,75
112	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS, DISPOSITIVO PARA INFUSAO, CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUCOES PARENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUCOES (FRASCO OU BOLSA) AO DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRA VENOSO OU AGULHA). VIABILIZA O	PHAR MATEX	1,39

	CONTROLE DE FLUXO DE SOLUCOES. CONTEM LANCETA PERFURANTE PARA CONEXAO AO RECIPIENTE DE SOLUCAO; CAMARA PARA VISUALIZACAO DE GOTEJAMENTO; CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINCA ROLETE; ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 25 UND, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE		
119	ESPATULA DE AYRE PACOTE COM 100 PECAS, ESPATULA DE MADEIRA DE COR NATURAL, LISAS, SUPERFICIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, COM 18CM DE COMPRIMENTO E 1 EXTREMIDADE ARREDONDADA E A OUTRA AFILADA, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSAO, TIPODE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO, ADOTADOS SEGUNDOAS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, FABRICACAO/VALIDADE.	THEOTO	5,65
134	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 2-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	SUPER MEDY	26,00
210	MULETA AUXILAR DE ALUMÍNIO CONTENDO UM PAR	SEQUENCIAL	103,00
213	OTOSCÓPIO, TRANSMISSÃO DA LUZ POR FIBRA ÓPTICA/LED, LÂMPADA DE XENON, TENSÃO 2.5V DE XENON, MATERIAL DA CABEÇA EM ABS E AÇO INOX, CABO EM METAL, ACABAMENTO DO CABO TERMOPLÁSTICO, ALIMENTAÇÃO COM 2 PILHAS AA, BOTÃO LIGA/DESLIGA, GARANTIA DE 1 ANO, ACOMPANHADO DE 07 ESPÉCULOS AURICULARES 2.5MM, 07 ESPÉCULOS AURICULARES 4.0MM E 01 ESTOJO MACIO E ACOLCHOADO	TARSE	289,00
239	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE	ADVANTIVE/MD	151,75
240	REANIMADOR PULMONAR MANUAL INFANTIL (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE.	ADVANTIVE/MD	132,75
241	REANIMADOR PULMONAR MANUAL NEONATAL (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE.	ADVANTIVE/MD	151,75
242	REGULADOR DE PRESSÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM FLUXOMETRO PARA CILINDRO.	GASLIVE	181,90
300	TERMOMETRO DIGITAL PARA GELADEIRA INTERNO E EXTERNO	SUPERMEDY	68,40
303	TESOURA MAYO STILLE ABC 15CM RETA	ABC	23,65
304	TESOURA METZEMBAUM 15CM CURVA	ABC	21,95
305	TESOURA PONTA ROMBA TAMANHO 18CM	ABC	17,80
314	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO PARA COLETA DE LARVAS, TRANSPARENTE, MEDINDO 12MM DE DIÂMETRO EXTERNO, 75MM DE COMPRIMENTO COM TAMPA DE BORRACHA, PARA ACONDICIONAR FORMAS IMATURAS DE MOSQUITO (LARVAS) E REMESSAS PARA EXAME LABORATORIAL NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE AEDES AEGYPTI.	CRAL	1,27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2019**PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
27	ANESTÉSICO LOCAL CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 C/50 TUBETES	SSW	67,00
37	AVENTAL DESCARTAVEL GINECOLOGICO, SEM MANGA, EM TNT, BRANCO, COM TIRAS PARA AMARRAR NO DORSO, MINIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TAMANHO UNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	MED GAUZE	8,95
38	BACIA HOSPITALAR EM AÇO INOXIDÁVEL 41 CM CAPACIDADE DE 6.300 ML.	IKINCI	100,00
39	BACIA HOSPITALAR EM AÇO INOXIDÁVEL 50 X 50 X 12,5 CM COM CAPACIDADE DE 9 LITROS.	IKINCI	170,00
70	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO COM FLUOR C/25G	ALLPLAN	6,10
80	COLETOR DE URINA INTERNA FECHADO C/2000 ML	FARMATEX	2,52
92	DESENSIBILIZE KF2%	ALLPLAN	10,15
103	ENVELOPE AUTO SELANTE 270 X 350 MM C/100 UND	VEDA MAX	83,94
105	ENVELOPE AUTO SELANTE 70 X 130MM C/100 UND	VEDA MAX	13,69
130	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS, PCT C/10 UNIDADES DE TAMANHOS VARIADOS	VDW	24,14
142	FITA ANTROPOMÉTRICA, DESTINADO PARA A MEDIÇÃO DE PERÍMETROS CORPORAIS. DEVE SER DE MATERIAL MALEÁVEL, INELÁSTICO, INEXTENSÍVEL, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. FITA FABRICADA EM AÇO COM ESCALA NUMÉRICA GRAVADA EM TINTA RESISTENTE AO USO. ESCALA NUMÉRICA EM CENTÍMETROS, COM GRADUAÇÃO (PRECISÃO) DE 1 MM. ESCALA NUMÉRICA COM, NO MÍNIMO, 200 CM ÚTEIS. ESCALA NUMÉRICA COM INDICAÇÃO DA DEZENA (EM NÚMEROS MAIORES) A CADA 10 CM. FITA COM ÁREA EM BRANCO ANTES DA LINHA "ZERO" PARA PERMITIR MENSURAÇÃO ADEQUADA. FITA DEVERÁ TER DISPOSITIVO DE	ARKTUS	17,80

	RETRAÇÃO AUTOMÁTICA. CAIXA PROTETORA DA FITA DEVE SER CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE E LEVE. OPCIONALMENTE, A CAIXA PROTETORA DA FITA DEVERÁ TER DISPOSITIVOS DE TRAVA. EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. GARANTIA, MÍNIMA, DE 01 ANO		
145	FLUOR A 0,05% C/1000ML	IODONTOSUL	11,46
165	GLUTANATO DE CLOREXIDINA A 0,12%	IODONTOSUL	7,10
171	JARRA EM INOX COM CABO COM CAPACIDADE DE 2 LITROS, DIMENSÕES 14 X 19CM.	EURO HOME	148,09
186	LENCOL DESCARTAVEL COM ELASTICO 200MX0,90CM. EM TNT, COR BRANCA. PACOTES COM 10 UNIDADES	MED GAUZE	8,29
237	PORTA MATRIX TOFFLEMIRE ADULTO	PRISMA	6,70
243	RESINA FLUIDA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHIBRIDA, DE MEDIA VISCOSIDADE (TIPO FLOW), COR A1, SERINGA C/2 G. TEOR DE CARGA DO MERCADO: 72% COM TAMANHO DE PARTÍCULAS DE 0,05 A 5.	MAQUIRA	13,99
320	VASELINA SÓLIDA C/30G	RIO QUIMICA	8,25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2019**DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
54	BROCA MAXICUT DE TUNGSTÊNIO CONICA COM PONTA ESFÉRICA - 1251	AMERICAN BURS	72,00
90	CURETA CIRURGICAS PERIAPICAL	TRINKS	6,35
98	DOSADOR DE ALGINATO ÁGUA E PÓ	DENTSPLY	11,00
115	ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA	ULTRA	0,38
125	ESPELHO CLÍNICO PLANO Nº 5, AUTOCLAVAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	PHARMAINOX	1,41
131	FILME DE PVC, ROLO DE 28CM X 30M	EMBALA RÁPIDO	6,20
144	FLUOR TOPICO GEL A 2% TIXOTROPICO SABORES VARIADOS FRC C/200ML	SOUZA E LEONARDI	3,68
146	FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23% FRC C/200 ML	SOUZA E LEONARDI	3,68
166	GRAMPO UNIMATRIX PARA RESTAURAÇÃO CL II	MAQUIRA	200,80
167	HASTES FLEXIVEIS DE POLIPROPILENO COM ALGODAO HIDROFILO NAS PONTAS. CAIXA COM 150 UNIDADES	COTTON	3,68
204	MATERIAL DE MOLDAGEM ALGINATO PARA IMPRESSÃO. LIVRE DE POEIRA DE ASPECTO SILICONIZADO A BASE DE POTÁSSIO 410 G.	COLTENE	12,40
209	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA EM ALUMINIO	AG	49,00
220	PASTA DIAMANTADA	ALPLAN	8,90
222	PASTA PROFILATICA COM FLUOR SABOR TUTTI FRUTI C/90G	ALPLAN	3,69
236	PORTA AMALGAMA PLASTICO	MAQUIRA	7,80
267	SONDA EXPLORADORA Nº 05	TRINKS	4,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019**DUCA MÓVEIS LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
36	ARMÁRIO VITRINE DE 01 PORTA. PORTA COM FECHADURA CILÍNDRICA, FUNDO E TETO EM CHAPA DE AÇO EM PINTURA EPÓXI. PORTA E LATERAIS DE VIDRO CRISTAL DE 3MM E 03 PRATELEIRAS. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 50 CM COMP. X 40 CM PROF. X 1,50 M ALTURA.	CELI	854,90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019**MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
4	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 FRC C/1000 ML	FARMAX	4,00
12	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 6 C/100 UND	SOLIDOR	5,80
60	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 14, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	POLYON	0,67
61	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 16, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,65
62	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 18, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA	HEALCATH	0,65

	TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5		
63	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 20, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,65
64	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 22, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,65
65	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 24, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,80
79	COLETOR COM TAMPAS ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE DE 80 ML, SEM PÁ, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTÉRIL	CRAL	0,36
93	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS, SOLUÇÃO A BASE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, COM 1000 ML	CICLO FARMA	7,65
94	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO DE AÇÃO SINÉRGICA EMBALAGEM COM 1000ML	KELDRIN	13,99
95	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,5%, SOLUÇÃO ALCOOLICA PARA USO EXTERNO, FRASCO COM 1000 ML	FARMAX	9,85
111	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	DESCAR PACK	0,93
127	ESTETOSCÓPIO CLÍNICO ADULTO, COM OLIVAS EM SILICONE, COM ACABAMENTO SEM REBARBAS. CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO "Y". AUSCULTADOR ADULTO, COM DIAFRAGMA RESISTENTE E DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIOPULMONAR, QUE PERMITA UM MÍNIMO DE AUSCULTA DE SONS AMBIENTAIS E O MÁXIMO DE SONS PRÓPRIOS DO PACIENTE. O PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	ADVANTIVE	11,00
128	ESTETOSCÓPIO CLÍNICO PEDIÁTRICO COM OLIVAS EM SILICONE, COM ACABAMENTO SEM REBARBAS. CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO "Y". AUSCULTADOR PEDIÁTRICO, COM DIAFRAGMA RESISTENTE E DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIOPULMONAR, QUE PERMITA UM MÍNIMO DE AUSCULTA DE SONS AMBIENTAIS E O MÁXIMO DE SONS PRÓPRIOS DO PACIENTE. O PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	ADVANTIVE	13,95
139	FIO DE SUTURA SIMPLES (TIPO CATGUT) 3-0 AG 3,0CM 1/2 CAIXA C/ 24 DE ORIGEM ANIMAL ABSORVÍVEL TAMANHO DO FIO 75 CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE POR ENVELOPE ESTÉRIL.	ACE	88,50
162	GEL PARA ECG E ULTRASSOM. MEIO DE CONTATO PARA ELETRODOS. PH NEUTRO. NÃO GORDUROSO E INODORO. ATOXICO. PARA USO EXTERNO. C/100G.	MULTIGEL	1,30
169	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS, À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE CLORO ATIVO ESTABILIZADO (10.000 PPM). PRODUTO INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS, BEM COMO INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE ARTIGOS PARA INALOTERAPIA E OXIGENOTERAPIA EM FRC C/L	CICLO FARMA	4,41
179	LAMINA DE BISTURI Nº 11 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
180	LAMINA DE BISTURI Nº 12 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
181	LAMINA DE BISTURI Nº 15 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
182	LAMINA DE BISTURI Nº 21 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
183	LAMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA CAIXA C/50 UND	CRAL	3,60
188	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,0. BRANCA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO	MEDIX	0,88
189	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,5. BRANCA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO	MEDIX	0,88

190	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MEDIX	0,88
203	MÁSCARA RESPIRATÓRIA TIPO N95 (BICO DE PATO) SEMI -FACIAL DESCARTÁVEL DE MODELO DOBRÁVEL TIPO PFF2 COM SOLDA POR ULTRASSOM EM TODO SEU PERÍMETRO MÁSCARA SEM VÁLVULA QUE RETÉM COM EFICIÊNCIA GOTÍCULAS E MICROORGANISMOS MÁSCARA QUE FILTRA TANTO PARTÍCULAS NÃO BIOLÓGICAS (POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS) COMO DE MICRO -ORGANISMOS (ESFÉRICOS, CILÍNDRICOS, FILAMENTOSOS) NA FORMA DE AEROSSÓIS. ISTO INCLUI PARTÍCULAS QUE PODEM CONTER MATERIAL BIOLÓGICO, COMO FUNGOS, BACILLUS OU VÍRUS NAS LATERAIS EXTERNAS DO RESPIRADOR, FIXADAS DUAS PRESILHAS DE MATERIAL PLÁSTICO, UMA DE CADA LADO, ATRAVÉS DAS QUAIS PASSA UMA FITA ELÁSTICA BRANCA, ENTRELAÇADA NAS PRESILHAS, PERFAZENDO UMA ALÇA NA PARTE SUPERIOR E OUTRA NA PARTE INFERIOR DA CABEÇA DO USUÁRIO PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA COM TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, UTILIZADA PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) VÁLIDO.	DESCAR PACK	2,22
219	PAPEL LENCOL EM ROLO 70X50. DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, COR BRANCA	DESCARBOX	6,85
245	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 100 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	23,00
246	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 30 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	9,00
247	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 50 OU 60 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	12,00
248	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.19	PHARMATEX	0,19
249	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.21	PHARMATEX	0,19
250	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.23	PHARMATEX	0,19
251	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.27	PHARMATEX	0,19
253	SERINGA DESCARTAVEL 01ML S/AGULHA	RYMCO	0,13
254	SERINGA DESCARTAVEL 10ML S/AGULHA	LAMEDID	0,24
276	SONDA URETRAL Nº 10 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,62
278	SONDA URETRAL Nº 14 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,80
279	SONDA URETRAL Nº 6 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,15
280	SONDA URETRAL Nº 8 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,25
288	SORO GLICOSADO 5% FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,00
289	SORO GLICOSADO 5% FRC C/500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,51
313	TOUCA DESCARTAVEL C/ELASTICO PCT C/100 UND	DESCARBOX	5,16
319	VASELINA LIQUIDA C/1000ML	CINORD	21,02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019**CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
31	ANTROPÔMETRO/ESTADIÔMETRO, MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO PORTÁTIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESCALA BILATERAL, BASE METAL 25 X 33CM, FAIXA MEDIÇÃO 35 A 213 CM (RESOLUÇÃO DE 0,1CM), TIPO EMBALAGEM BOLSA COM ALÇA PARA TRANSPORTE	CAUMAQ / MODELO: EST-22	310,00
32	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM / MODELO: BR-20D ADULTO	69,89
185	LANTERNA CLINICA PROFISSIONAL PARA AVALIAÇÃO DO REFLEXO DA PUPILA E EXAMES CLÍNICOS. CONSTRUÍDA EM MATERIAL BRONZE OU AÇO INOXIDÁVEL. LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED 3V, CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE, ACABAMENTO ANODIZADO, MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA, LED DE ALTA POTÊNCIA COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS, CONVENIENTE CLIP DE BOLSO, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (INCLUSAS), LUZ DE LED DE 3000K ("BRANCA QUENTE")	PENLIGHT / MODELO: RADIANTLIT II	22,75
317	UMIDIFICADOR PARA CILINDRO DE OXIGENIO C/250 ML	JG MORIYA / MODELO: 105.505	15,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019**ALG BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
86	CREME DENTAL COM FLUOR C/30G	FREEDENT	0,85
132	FILTRO PROTETOR SOLAR FATOR 50. PROTEÇÃO SOLAR UVA/UVB; FÓRMULA OIL FREE DE TOQUE SECO; HIPOALERGÊNICO E NÃO-COMEDOGENICO; AÇÃO HIDRATANTE; PARA TODO TIPO DE PELE, ESPECIALMENTE PARA PELES EXTREMAMENTE SENSÍVEIS E QUE SEMPRE SE QUEIMAM. FRASCO COM 200 ML	ALG SUN	12,80
140	FIO DENTAL RL C/100MT	ALG	1,80
141	FIO DENTAL RL C/25MT	ALG	1,20
177	KIT INFANTIL ESCOLAR COM ESCOVA: CONTENDO 01 SACOLA DE PVC PERSONALIZADA COM BOTÃO DE PRESSÃO (TAMANHO QUE SIRVA A ESCOVA E CREME DENTAL COM O FIO) - ESCOVA INFANTIL COM CERDAS MACIAS EM CORES SORTIDAS, COM CABO MONOANGULADO E APOIO ESPECIFICO PARA O POLEGAR, - CREME DENTAL 50G - FIO DENTAL 25M	ALG DENTAL/ FREEDENT/ ALG	5,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019**INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
3	AGUA DEIONIZADA EMBALAGEM C/5000ML PARA AUTOCLAVE	AQUATEC	6,15
199	MACA DE IMOBILIZAÇÃO RIGIDA CONFECCIONADA EM POLIETILENO COM ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS, COM CINTO ARANHA E IMOBILIZADOR LATERAL CABEÇA PROJETADA PARA TRANSPORTE MANUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTES POSSIBILITA O RESGATE NA ÁGUA E EM ALTURAS DIMENSIONADA PARA SUPOSTAR ATÉ 180 KG, QUANDO UTILIZADA DA MANEIRA CORRETA (USANDO AS PEGAS LATERAIS E IÇADA PELAS MESMAS POR 4 QUATRO SOCORRISTAS), COR AMARELA, RÍGIDA, LEVE E CONFORTÁVEL, POSSUI ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA FACILITAR A IMOBILIZAÇÃO DA VÍTIMA, 100 % TRANSLÚCIDA PODENDO SER USADA EM RX E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ISENTA TOTALMENTE DE REFORÇOS INTERNOS, CONTENDO CINTO ARANHA E KIT IMOBILIZADOR DE CABEÇA.	RESGATE SP	351,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2019**QUICKBUM E COMMERCE EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
316	ULTRASSOM ODONTOLOGICO COM JATO DE BICARBONATO INTEGRADO, MODO DE OPERACAO ANALOGICO, CANETA/TRANSDUTOR DO ULTRASSOM AUTOCLAVAVEL	ALT- ALTONIC JET CERAMIC	1.429,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019**AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
175	KIT DE TALA PARA IMOBILIZAÇÃO COM VELCRO 86X10CM FP.3353 -DETALHES DE CONFECCÃO: CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEÁVEL, GALVANIZADA, COBERTA COM E.V.A. (4MM) - COLORIDO PARA IDENTIFICAR O SEU TAMANHO. PODE SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE PARA A IMOBILIZAÇÃO COMPLETA. INDICAÇÃO UNIVERSAL: É USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. É REVESTIDA DE E.V.A., PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. KIT COM 4 TAMANHOS.	RESGATE SP	59,00
206	MESA AUXILIAR HOSPITALAR 40X60X80. SEM RODIZIO. ESTRUTURA POSSUI ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO INOX REDONDO, TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE INOX.	METALIC MEDICAL	397,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019**DENTAL OESTE EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
28	ANESTESICO MEPIVACAINA 3% SEM VASO CX C/50 UND	DLA	83,39
29	ANESTESICO TOPICO GEL C/12G SABOR MENTA OU TUTTI-FRUTTI	DFL	6,30
51	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Nº 04	KAVO	3,56
52	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Nº 06	KAVO	3,56

67	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA FORRAMENTO - COMPOSIÇÃO PÓ FLUORSILICATO DE SÓDIO CÁLCIO ALUMÍNIO, SULFATO DE BÁRIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO, PIGMENTO ÓXIDO FERROSO LÍQUIDO ÁCIDO TARTÁRICO, ÁGUA DESTILADA. EMBALAGENS INDIVIDUAIS CONTENDO: - 1 FRASCO DE PÓ (10G) E MEDIDOR DE PÓ - 1 FRASCO DE LÍQUIDO (13ML) E CONJUNTO DOSADOR DE LÍQUIDO	BIODINAMICA	41,99
69	CIMENTO I.R.M PO+LIQ 38G/15ML. BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS; ALTO VEDAMENTO MARGINAL; PRESA RÁPIDA; ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO; PROPRIEDADES SEDATIVAS; MENOR ÍNDICE DE DOR PÓS OPERATÓRIA; IDEAL PARA BASE DE RESTAURAÇÕES EM AMALGAMA.	BIODINAMICA	15,49
96	DISCO DE LIXA SOF-LEX POP ON KIT + MANDRIL	Kerr/Optidisc	159,00
126	ESPONJA HEMOSTATICA DE COLAGENO HIDROLIZADO LIOFILIZADA, ESTERIL C/40 UND	MAQUIRA	95,88
223	PASTA ZINCO ENÓLICA PARA MOLDAGEM, KIT CONTENDO: 01 PASTA BRANCA 60G (ÓXIDO DE ZINCO E ÓLEO VEGETAL) 01 PASTA VERMELHA 60G (EUGENOL E RESINA VEGETAL)	TECH NEW	26,37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019**ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
85	CONJUNTO BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 50 LITROS 2 BALDES C/ 25 LITROS CADA, CONJUNTO DE DOIS BALDES COM CAPACIDADE PARA 25L CADA, COM CAVALETE E ESPREMEDOR PARA LIMPEZA DE PISOS FRIOS EM GERAL, ESTRUTURA EM POLIPROPILENO INJETADO, RODÍZIOS PROJETADOS PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, CLIP DE FIXAÇÃO PARA HASTE, ALÇA EM AÇO TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, PODE USAR MOP PLANO/VERTICAL (OPCIONAL), DIMENSÕES: CONJUNTO (BALDES + ESPREMEDOR): (C) 80CM X (L) 40CM X (A) 50CM, PESO APROXIMADO DE 9,4 KG, CADA BALDE DOBLÔ: (C) 37CM X (L) 37CM X (A) 33CM, PESO: 1,22 KG (UM BALDE AZUL E OUTRO VERMELHO), ESPREMEDOR: (C) 23CM X (L) 28CM X (A) 36CM, PESO APROXIMADO DE 2,9 KG, CARRINHO: (C) 70CM X (L) 35CM X (A) 90CM, PESO APROXIMADO DE 4,1 KG	bralimpia	426,98

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019**ANDREIA LORENZI ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
200	MACA DIVÃ PARA AMBULATÓRIO - SL. PRÓPRIO PARA EXAMES REPOUSO E MASSAGENS; ARMAÇÃO TUBULAR EM EPÓXI; LEITO ACOLCHOADO EM ESPUMA D23 E CORINO; CABECEIRA RECLINÁVEL; PÉS COM PONTEIRAS DE PVC; SUPORTA 200 KG DE CARGA ESTÁTICA. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 181 M (C) X 61 CM (L) X 81 CM (A)	ALFRS	390,00
205	MESA AUXILIAR HOSPITALAR 40X40X80. SEM RODÍZIO. ESTRUTURA POSSUI ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO INOX REDONDO, TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE INOX.	ALFRS	300,00
207	MESA GINECOLÓGICA LUXAL COM CUBA SL, CONFECCIONADA EM MDF COM REVESTIMENTO B (MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO), LEITO ACOLCHOADO EM ESPUMA D28, REVESTIMENTO EM COURVIN (NAPA), 2 PORTAS, 3 GAVETAS, 1 PAR DE PORTA COXAS, SUPORTE PARA LENÇOL DESCARTÁVEL, CUBA EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA EPOXI, DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 1,20 M COMP. X 0,60 M LARG. X 0,80 M ALT, DIMENSÃO APROXIMADA TOTALMENTE ABERTA: 1,80 M COMPRIMENTO	ALFRS	1.450,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019**M. H. M DO COUTO COMERCIAL ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
40	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL, CAPACIDADE PARA 15 KG; DIVISÕES DE 5 G; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO COM MEDIDA DE 540 X 290 MM; CHAVE SELETORA DE TENSÃO 110 / 220 V; DISPLAY COM 5 DÍGITOS; FUNÇÃO DA TECLA TARA NO PAINEL FRONTAL.	BALMAK/elp25 bba	515,00
55	CADEIRA DE RODAS ADULTO, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO, ESTRUTURA DOBRÁVEL EM X, PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, ESTOFAMENTO EM NYLON, RODAS TRASEIRAS DE 24" INJETADAS EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS, RODAS DIANTEIRAS DE 6" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, APOIOS DE BRAÇO FIXOS, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 90 KG, LARGURAS DO ASSENTO: 40 CM	PROLIFE / PL001	391,00
214	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL TIPO PALM. DISPOSITIVO DE ALTA	ALFAME/SENS	1.159,00

	DURABILIDADE, PORTÁTIL E NÃO INVASIVO, DESTINADO À AFERIÇÃO DOS SINAIS VITAIS (SPO2, PULSO E TEMPERATURA) DE FORMA IMEDIATA. POSSUINDO: INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; CONFIGURAÇÕES DE ALARMES E BIP DE FREQUENCIA; SISTEMA DE ANTI-INTERFERÊNCIA A MOVIMENTOS; ALARME DE ALTA E BAIXA FREQUENCIA DE PULSO; ALARME PARA TEMPERATURA; ALARME DE ALTA E BAIXA SPO2; DURAÇÃO MÍNIMA DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO NA BATERIA DE 6H; FUNCIONA COM PILHAS AAA OU AA, ALCALINAS OU RECARREGÁVEIS	E 10	
215	OXÍMETRO DIGITAL DE DEDO ADULTO, MEDE E EXIBE VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA. BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO, VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO. COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS AAA. DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS ATIVIDADE.	CONTEC/50DL	94,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019**PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
44	BRAÇADEIRA COM MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL OMRON. COMPATÍVEL COM O MODELO HEM-7113. TAMANHO GRANDE, PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 32 E 42CM. INCLUI BRAÇADEIRA E CONECTOR.	OMRON	105,00
45	BRAÇADEIRA COM MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL OMRON. COMPATÍVEL COM O MODELO HEM-7113. TAMANHO NORMAL, PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 22 E 32CM. INCLUI BRAÇADEIRA E CONECTOR.	OMRON	83,45
46	BRAÇADEIRA COM MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL OMRON. COMPATÍVEL COM O MODELO HEM-7113. TAMANHO PEQUENO, PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 17 E 22CM. INCLUI BRAÇADEIRA E CONECTOR.	OMRON	87,30
73	COLAR CERVICAL RESGATE G, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRASPARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
74	COLAR CERVICAL RESGATE GG, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRASPARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
75	COLAR CERVICAL RESGATE M, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRASPARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR.	SP	13,32

	PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.		
76	COLAR CERVICAL RESGATE P, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUMNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
77	COLAR CERVICAL RESGATE PP, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUMNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
176	KIT IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA TAMANHO ADULTO, CONFECCIONADO EM ESPUMA INJETADA, IMPERMEÁVEL, PROPICIA IMOBILIZAÇÃO PARA CABEÇA E REGIÃO CERVICAL, CONTÉM TIRANTES DE FIXAÇÃO PARA TESTA E QUEIXO, COM PONTOS PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO	SP	90,95
211	MULETA TIPO BENGALA CANADENSE ARTICULADA COM ALTURA REGULÁVEL PARA USUÁRIOS DE 1,50 A 2,00, CONTENDO UM PAR, CAPACIDADE ATÉ 130 KG	DELLA MED	72,95
309	TIRA REAGENTE PARA TESTE DE GRAVIDEZ BETA HCG, TESTE DE GRAVIDEZ EM TIRAS IMUNOCROMATOGRAFICA, ESPECIFICA PARA DETERMINACAO DA GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG) EM AMOSTRA DE SORO OU URINA COM UMA SENSIBILIDADE DE 25 MUI/L, SOMENTE PARA DIAGNOSTICO "IN VITRO". EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM CAIXA COM NO MAXIMO 100 TIRAS CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, VALIDADE, CONTROLE INTERNO DO TESTE. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	EBRAM	82,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019**DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL 6G COM TAMPA FLIP TOP E NANOPARTICULAS DE 5,6 ML.ADPER SINGLE BOND 2.	MAQUIRA	56,71
20	ALGODAO TIPO ROLETE DENTAL. EM 100% FIBRAS DE ALGODÃO. POSSUI FORMATO CILÍNDRICO. PCT C/100 UND	SOFT PLUSS	1,42
244	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL HÍBRIDA - (COMPOSTA DE BIS-GMA, TEGDMA E ZIRCÔNIA/SÍLICA) - CORES A1, A2, A3, A3.5, B1, B2, B3, C2 E OA2, SERINGA C/4G. INCREMENTO DE 2,5 MM.	BIO DINAMICA	15,11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019**BHDENTAL COMERCIAL EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
56	CADEIRA ODONTOLÓGICA COM MOVIMENTOS DO ASSENTO E ENCOSTO ACIONADOS POR MOTORREDUTORES ELÉTRICOS, SILENCIOSOS, RESISTENTES E ISENTOS DE ÓLEO. ARTICULAÇÃO ÚNICA CENTRAL ENTRE ASSENTO E ENCOSTO QUE PERMITE A MELHOR APROXIMAÇÃO DO PROFISSIONAL AO PACIENTE EM QUALQUER POSIÇÃO DE ATENDIMENTO E EVITA RISCOS DE ACIDENTES COM AS MÃOS DO PACIENTE NAS ARTICULAÇÕES NOS MOMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. PEDAL DE COMANDO SEPARADO DA BASE DA CADEIRA; COM BOTÕES PARA ACIONAMENTO PRÁTICO E RÁPIDO DOS MOVIMENTOS BÁSICOS DA CADEIRA (SOBE/DESCE ASSENTO, SOBE/DESCE ENCOSTO). DOIS PROGRAMAS DE MOVIMENTOS	DENTE MED	7.200,00

	<p>SINCRONIZADOS; DESCE ASSENTO/SOBE ENCOSTO (VOLTA ZERO) E SOBE ASSENTO/DESCE ENCOSTO (POSICIONAMENTO DE TRABALHO). ENCOSTO DE CABEÇA BIARTICULADO COM TRAVA MECÂNICA PARA FIXAÇÃO DE ALTURA. ESTOFAMENTOS COM ESPUMAS DE POLIURETANO NO ENCOSTO DE CABEÇA, ENCOSTO E ASSENTO DA CADEIRA COM LINHAS ARREDONDADAS E CURVATURAS ANATÔMICAS, CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE E CONFORTÁVEL, REVESTIDOS COM PVC NA COR VERDE CLARO, DE SUPERFÍCIE LISA E SEM COSTURAS. BASE DA CADEIRA EM CHAPA DE AÇO MACIÇA 3/8 POLEGADAS DE ESPESSURA COM PROTEÇÃO EM MANTA DE BORRACHA. ENCOSTO E BASE DO ASSENTO EM VERGALHÃO E CHAPA DE AÇO. LÂMINA DO ENCOSTO DE CABEÇA PINTADA E GUIAS DE AÇO RELÊ DE PARTIDA E FUSÍVEL DE PROTEÇÃO. FUSÍVEL DE PROTEÇÃO DE REDE (ENTRADA) -5" (220/240 V). PROTETOR DE CALCANHAR EM PLÁSTICO TRANSPARENTE. ESTRUTURA METÁLICA; BALANCEADA QUE ELIMINA A NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA CADEIRA AO SOLO, COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. CARENAGENS LISAS E COM CANTOS ARREDONDADOS. EQUIPO ODONTOLÓGICO TIPO CART. PEDESTAL COM QUATRO RODÍZIOS DE ALTA RESISTÊNCIA. UMA SERINGA TRÍPLICE, UM TERMINAL TIPO BORDE PARA BAIXA ROTAÇÃO E UM TERMINAL TIPO BORDEM COM SPRAY PARA ALTA ROTAÇÃO. PEDAL DE COMANDO INDIVIDUAL E PROGRESSIVO. CORPO COM CARENAGENS LISAS, CANTOS ARREDONDADOS E LINHAS SUAVES DE MODELO ANATÔMICO. SUPORTE DE PONTAS REMOVÍVEL COM ACIONAMENTO INDIVIDUAL E AUTOMÁTICO. PUXADORES BILATERAIS. BANDEJA EM AÇO INOXIDÁVEL. ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. UNIDADE AUXILIAR ODONTOLÓGICA ACOPLADA. ACOMPANHA MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. COM BRAÇO/SUPORTE MÓVEL. UM SUGADOR TIPO VENTURI COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E COM SEPARADOR DE DETRITOS DE AÇO INOXIDÁVEL E ACESSO EXTERNO NA CAIXA DE COMANDO. CAIXA DE COMANDO INTEGRADA NA BASE DA CADEIRA. MANGUEIRA DO SUGADOR COM ENGATE RÁPIDO. COMANDO ELÉTRICO PARA ACIONAMENTO DA ÁGUA NA BACIA. BACIA EM CERÂMICA ESMALTADA E REMOVÍVEL COM RALO SEPARADOR DE DETRITOS. ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. CARENAGENS LISAS E COM CANTOS ARREDONDADOS. REFLETOR ODONTOLÓGICO ACOPLADO. ACOMPANHA MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. BRAÇOS COM MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL. CABEÇOTE DE AMPLA MOBILIDADE COM GIRO DE 360°. MONOFOCAL COM ESPELHO MULTIFACETADO. FOCO DE LUZ CONCENTRADO, O ESPELHO ÓPTICO MULTIFACETADO PERMITE A VISUALIZAÇÃO MESMO QUANDO ALGUM INSTRUMENTO ESTÁ ENTRE A BOCA E O ESPELHO. COM LÂMPADA HALÓGENEA QUE PODE SER FACILMENTE SUBSTITUÍDA SEM A NECESSIDADE DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ESPECIAIS OU INTERVENÇÃO TÉCNICA. POTÊNCIA LUMINOSA DE 20.000 LUX. PROTETOR DE LÂMPADA EM POLICARBONATO TRANSPARENTE. ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. MOCHO, COM SISTEMA DE ELEVÇÃO A GÁS PRESSURIZADO, QUE AMORTECE OS MOVIMENTOS E PERMITE POSICIONAMENTO ADEQUADO AO PROFISSIONAL. RODÍZIOS DE ALTA RESISTÊNCIA. COM ENCOSTO E ACENTO ACOLCHOADOS EM FORMATO ANATÔMICO REVESTIDOS COM COURO ECOLÓGICO NA COR VERDE CLARO. BASE DO ACENTO ARTICULADA QUE PERMITA GIRO DE 360 GRAUS. GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>		
83	<p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO S45 SILENCIOSO - 220V + CAPACIDADE: 1 CONSULTÓRIO SEM BOMBA DE VÁCUO (COM 1 SUGADOR); 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA DE VÁCUO (COM 1 SUGADOR CADA); + TECNOLOGIA; TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. NÃO NECESSITA LUBRIFICAÇÃO. RESERVATÓRIO CAPACIDADE DE 45 LITROS; COM TRATAMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIOXIDANTE (PINTURA ELETROSTÁTICA); POSSUI ABERTURA NA PARTE INFERIOR, PARA FUTURAS INSPEÇÕES. MOTOR: COM 1,2 HP E DOIS CABEÇOTES; NOVO MODELO E DESIGN, COM MAIOR REFRIGERAÇÃO E COMPONENTES INTERNOS CONFECCIONADOS EM CERÂMICA; POSSUI REDUZIDO ATRITO INTERNO, DIMINUINDO CONSIDERAVELMENTE O RUÍDO E AUMENTANDO SEU RENDIMENTO E VIDA ÚTIL. SILENCIOSO: NOVO MOTOR, COM MAIOR TECNOLOGIA, POSSUI REDUZIDO NÍVEL DE RUÍDO: 54 DB A UM METRO DE DISTÂNCIA. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA: PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA; VÁLVULA DE SEGURANÇA. DISPOSITIVO DE ALÍVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO; RELE TÉRMICO (PROTETOR DE SOBRECARGA DE TENSÃO); PROTEGE O MOTOR CONTRA QUEDAS OU PICOS DE TENSÃO DESLIGANDO-O AUTOMATICAMENTE EM CASOS DE TEMPERATURA EXCESSIVA. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: DOIS MANÔMETROS: UM PARA VERIFICAR A PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO PARA A PRESSÃO DE SAÍDA DE AR; FILTRO DE AR</p>	DENTE MED	2.500,00

	COM DRENAGEM AUTOMÁTICA (RETÉM A UMIDADE DO AR NO INTERIOR DO RESERVATÓRIO) E REGULADOR DE PRESSÃO DE SAÍDA DO AR; REGISTRO PARA DRENAGEM DA UMIDADE CONDENSADA NO RESERVATÓRIO DE FÁCIL ACESSO; VENTONINHA DE REFRIGERAÇÃO NO MOTOR; FILTRO DE ASPIRAÇÃO (ENTRADA DE AR NO RESERVATÓRIO); MANGUEIRA DO MOTOR METÁLICA E FLEXÍVEL. MAIOR SEGURANÇA NA ESTANQUEIDADE DO AR E DE GRANDE VIDA ÚTIL; VÁLVULA DE ALÍVIO (SOLENOÍDE) CUJA FUNÇÃO É A DESPRESSURIZAÇÃO DOS CABEÇOTES, FAZENDO COM QUE O COMPRESSOR TRABALHE COM MENOS ESFORÇO; * PROFISSIONAIS QUE UTILIZAM O SUGADOR DO CONJUNTO ODONTOLÓGICO POR UM PERÍODO DE TEMPO PROLONGADO OU DOIS SUGADORES AO MESMO TEMPO, RECOMENDAMOS A AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE VÁCUO OU COMPRESSORES DE MODELO S50 OU S60. DIMENSÕES: LARGURA: 41CM ALTURA: 68CM COMPRIMENTO: 41CM PESO LÍQUIDO: 31,5 KG PESO BRUTO: 34 KG ALIMENTAÇÃO: 127V OU 220V - MONOFÁSICO FLUXO DE AR (VAZÃO EFETIVA): 220 L/MIN. (7,8 PC/MIN.) CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: 45 LITROS NÍVEL DE RUÍDO: 54 DB; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 120 PSI (0,83 MPa) POTÊNCIA (MOTOR): 1,20 CV (850W) FREQUÊNCIA DO MOTOR: 60 HZ CONSUMO DE ENERGIA: 0,85 KW/HORACORRENTE NOMINAL: 6,6A (127V) / 3,8A (220V) VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO MOTOR: 1750 R.P.M. NÚMERO DE PÓLOS DO MOTOR: 4 POLOS; NÚMERO DE PISTÕES (CABEÇOTES): 2 PISTÕES; NÚMERO DE MOTORES: 1 MOTOR.		
172	KIT ACADÊMICO 3NS: KIT COM 1 TURBINA 505C + 1 CONTRA-ÂNGULO 500 + 1 MICROMOTOR 500 + 1 PEÇA RETA 500 + 1 LUBRIFICANTE UNISPRAY. PEÇA RETA 500: MICRO MOTOR ENCAIXE BORDEN 2 FUROS. SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL INTRA. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C. ACOPLAMENTO BORDEN. MÍNIMO DE 5.000 RPM - MÁXIMO DE 20.000 RPM. - MICROMOTOR BAIXA ROTAÇÃO 500: ACOPLAMENTO BORDEN INTRAMATIC. SPRAY INTERNO. ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL: FÁCIL MANUSEIO: PERMITE GIRO LIVRE DE 360°. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C. - CONTRA ÂNGULO 500: O CONTRA-ÂNGULO 500 POSSUI GIRO LIVRE DE 360°. ACOPLAMENTO INTRAMATIC. SPRAY EXTERNO. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL. MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM. - TURBINA 505C: SPRAY TRÍPLIO. ROLAMENTO DE CERÂMICA. ACOPLAMENTO BORDEN. SISTEMA DE TROCA BROCA: PRESS-BUTTON (PB). BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO. ROTAÇÃO MÁXIMA: 380.000 RPM. TORQUE: 0,13 NCM.	DENTE MED	1.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019**AGUAMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
33	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM INFANTIL	55,00
34	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL OBESO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM OBESO	58,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019**MORAES COMERCIO DE ARTIGOS PARA SAUDE LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
21	ALICATE 139	ABC	50,03

78	COLCHAO PIRAMIDAL D-28 (TIPO CAIXA DE OVO) SOLTEIRO MEDINDO NO MINIMO 1,88X0,85X0,4CM	Dream	54,42
122	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, TAMANHO P. 29 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 24 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 110 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	Cral kolplast	0,61
123	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, TAMANHO G. 43 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 36 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS, ARTICULADOS CONTORNOS LISOS E REGULARES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	cral/ kolplast	0,69
124	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, TAMANHO M. 33 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 30 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	cral/ kolplast	0,64
143	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100ML. POSSUIR PROPRIEDADES DE FIXACAO E SUSTENTACAO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGACOS DE MATERIAL BIOLOGICO ESTENDIDOS EM LAMINA DE VIDRO	ADLIN	4,97
178	KIT PARTO EMERGENCIAL DESCARTÁVEL, CONJUNTO DE FERRAMENTOS PARA SER REALIZADO EM UM EM PARTO EMERGENCIAL. SUPRE OS REQUISITOS PARA UMA EXCELENTE AUXILIO NO MOMENTO DO PARTO. TODOS OS ITENS DESCARTÁVEIS NECESSÁRIOS NA OPERAÇÃO. CONTER NO MINIMO 01 MALETA, 01 BISTURI DESCARTÁVEL Nº 21, 01 CAMPO CIRÚRGICO, 02 PACOTE DE COMPRESSAS DE GASE ESTÉRIL 7,5x7,5 COM 10 UNIDADES, LUVA CIRÚRGICA NO 7,5, 01 LUVA CIRÚRGICA NO 8,5, 02 PRENDEDOR UMBILICAL, 01 PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO, 01 SACO DE EXPURGO HOSPITALAR, 01 AVENTAL DESCARTÁVEL E 01 MÁSCARA CIRÚRGICA.	RESGATE	55,99
201	MANTA TÉRMICA, COBERTOR TÉRMICO DE EMERGÊNCIA (ALUMINIZADO), CONFECCIONADA EM POLIETILENO ALUMINIZADO DESTINADA A MANTER A VÍTIMA AQUECIDA, NÃO DEFORMÁVEL, ISOLANTE TÉRMICO DE BAIXO PESO, RESISTENTE AO ATRITO COM O SOLO, MANTÉM O CALOR INTERNO E REFLETE O CALOR EXTERNO, TAMANHO APROXIMADO DE 2,10 X 1,40M.	RESGATE	4,97
225	PINÇA ADSON COM SERRILHA	ABC	9,89
234	PLICÔMETRO OU ADIPÔMETRO CIENTÍFICO, EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA EFETUAR A AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL. DEVE POSSUIR TERMINAIS MÓVEIS QUE SE ADAPTAM À DOBRA CUTÂNEA, AUMENTANDO A PRECISÃO DA MEDIDA, COM LEITURA RÁPIDA E DIRETA DA DOBRA CUTÂNEA, SEM A NECESSIDADE DE INTERPOLAÇÃO, ESCALA DE 0 A 60 MM, DE ALTA PRECISÃO E SENSIBILIDADE COM RESOLUÇÃO DE 1 MM E MOLA COM PRESSÃO CONSTANTE DE 10 G/MM² EM QUALQUER ABERTURA DO ADIPÔMETRO/PLICÔMETRO. BASE DE ALUMÍNIO POLIDO, CABO E PROTETOR DE NYLON, MOLA DE AÇO ZINCADO DE ALTA PRECISÃO E PONTEIRAS NÃO METÁLICAS PARA SUAVIZAR O CONTATO COM A PELE DO AVALIADO, EM POLICARBONATO. NÃO DIGITAL. ACOMPANHA O MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS COM ILUSTRAÇÕES, TABELAS DE CONVERSÃO PARA GORDURA E LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COM GARANTIA DE 1(UM) ANO.	Avanutri	408,99
297	TENTACÂNULA 15 CM. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL.	ABC	6,69
298	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO BRANCO	INCONTERM	8,89
312	TORNIQUETE TÁTICO MILITAR, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 63X4CM, PARA ESTANCAMENTO DE HEMORRAGIAS SEVERAS CAUSADAS POR AGENTES TRAUMÁTICOS EM MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES, INDICADO EM SITUAÇÕES DE AMPUTAÇÃO, AVULSÕES E LACERAÇÕES. INCLUI GUINCHO REFORÇADO, PLACA DE ESTABILIZAÇÃO, GRAMPO DE MOLINETE E ALÇA DE PROTEÇÃO DE MOLINETE PARA ESCREVER. FABRICADO COM MATERIAL PLÁSTICO ABS E CINTA VELCRO DE ALTA RESISTÊNCIA.	RESGATE	83,74

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019
CARINE AYRES DA COSTA JACONI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
19	ALGODÃO HIDROFILO, CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADAS E ISENTAS DE IMPUREZA, SUBSTANCIAS GORDUROSAS CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS , MACIO E ABSORVENTE ROLO COM 500 GRAMAS.	FAROL	9,99
106	ENVELOPE AUTO SELANTE 70 X 230 MM C/ 100 UND	lb med	14,60
107	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 160 MM CX C/ 100	lb med	16,72
108	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 260 MM C/100 UND	lb med	15,99
191	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA	SUPERMAX, UNIGLOVES,	15,97

	COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	DESCARPACK	
192	LUVA DE PROCEDIMENTO G. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	SUPERMAX, UNIGLOVES, DESCARPACK	15,89
193	LUVA DE PROCEDIMENTO M. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	SUPERMAX, UNIGLOVES OU DESCARPACK	15,88
194	LUVA DE PROCEDIMENTO P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	SUPERMAX, UNIGLOVES, OU DESCARPACK	15,89

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2019
ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
18	ALCOOL GEL 70% FRC COM NO MINIMO C/430G	SOL	6,00
84	CONDICIONADOR ACIDO FOSFORICO 37%	BIO DINAMICA	1,02
221	PASTA PARA TRATAMENTO PULPAR EM DENTES DECÍDUOS 10G+5ML. CTZ-À BASE DE CLORANFENICOL, TETRACICLINA E ÓXIDO DE ZINCO- VEÍCULO: ENGENOL. CONTER POTE PLÁSTICO COM 10 G E VIDRO COM 5 ML E CONTAGOTAS	FILL CANAL	80,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2019
LEM COMERCIAL LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
10	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 13 X 4,5 26G 1/2 C/100UND	DESCARPACK	5,52
11	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 20 X 0,55 (24G X 3/4") C/100 UND	LABOR IMPORT	5,99
13	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 7 22 G1 C/100 UND	DESCARPACK	5,52
15	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 30 X 8 21G 1 C/100 UND	DESCARPACK	5,52
16	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 40 X 12 18G 1/2 C/100 UND	DESCARPACK	5,89
195	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL UNILATERAL AMBALAGEM COM C/100UND	DESCARPACK	2,38
196	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO G, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	DESCARPACK	17,76
197	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	DESCARPACK	17,27
198	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO P, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	DESCARPACK	17,76

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2019
SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
7	AGULHA DESCARTAVEL GENIVAL 27G LONGA PARA CARPULE CX C/100 UND	INJECTA	24,50
8	AGULHA DESCARTAVEL GENIVAL 30G CURTA CX C/100 UND	INJECTA	24,50
9	AGULHA DESCARTAVEL GENIVAL 30G EXTRA CURTA PARA CARPULE CX	INJECTA	24,50

	C/100 UND		
24	AMALGAMADOR ODONTOLOGICO, COM HASTE BATEDORA COM 4600 OSCILACOES POR MINUTO, GRANDE AMPLITUDE E MOVIMENTO HELICOIDAL ELIPTICO EM ?OFERECENDO A HOMOGENEIZACAO IDEAL. INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS ENCAPSULADOS. GARFO UNIVERSAL, PERMITINDO A FIXACAO DE TODOS OS MODELOS DE CAPSULAS DE AMALGAMA, INCLUSIVE CAPSULAS COM EMBOLOS (IONOMEROS DE VIDRO). DISPOSITIVO DE SEGURANCA COMMICRO-CHAVE, INTERROMPENDO O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO CASO A TAMPA SEJA ABERTA ACIDENTALMENTE. - TAMPA PROTETORA EM ACRILICO DE ALTO IMPACTO TRANSPARENTE. CHAVE GERAL LUMINOSA NO PAINEL. ELETRONICO COM ESCALA DE 0 A 30 SEGUNDOS. PROGRAMACAO DE TEMPO COM MEMORIA AUTOMATICA AO FINAL DE CADA OPERACAO, GARANTINDO A REPETICAO DO TEMPO SOLICITADO.	IMPLA / IMPLAMIX DIGITAL	475,00
26	ANESTÉSICO COM VASO ARTICAÍNA 4% COM EPINEFRINA 1:100.000 CX C/50 TUBETES	DFL	148,00
42	BANDEJA RETANGULAR LISA INÓX 30 X 20 X 4 CM	ACONOX	46,00
43	BICARCONATO DE SÓDIO FRC C/200G	MAQUIRA	9,00
47	BROCA MAXICUT DE TUNGSTENIO CONICA	IMPLA	45,00
48	BROCA AÇO BAIXA ROTAÇÃO CONTRA-ÂNGULO Nº 3	DENTSPLY	3,50
49	BROCA AÇO BAIXA ROTAÇÃO CONTRA-ÂNGULO Nº 5	DENTSPLY	3,50
50	BROCA ACO DIAMANTADA ALTA ROTACAO N.2135 F	CHAMPION/MI CRODONT	1,50
53	BROCA MAXICUT DE TUNGSTÊNIO CONICA - 1509	IMPLA	45,00
59	CAPSULA DE AMALGAMA DENTAL GS-80 C/50 CAPSULAS DE1 PORCAO	SDI	52,00
66	CERA 7 ROSA LAMINA. EMBALAGEM COM 18 UNIDADES	BLUE	11,00
68	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO - COMPOSIÇÃO PÓ FLUORSILICATO DE SÓDIO CÁLCIO ALUMÍNIO, SULFATO DE BÁRIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO, PIGMENTOS OS PIGMENTOS VARIAM DE ACORDO COM A COR DO PRODUTO. LÍQUIDO ÁCIDO TARTÁRICO, ÁGUA DESTILADA CONTENDO - 1 FRASCO DE PÓ (10G) NAS TONALIDADES L, Y OU U E 1 MEDIDOR DE PÓ - 1 FRASCO DE LÍQUIDO (8ML) E 1 CONJUNTO DOSADOR DE LÍQUIDO	FGM	18,00
82	COMPOSICAO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO (PASTA A PASTA)	TECH NEW	13,50
87	CUBA RIM 26X12CM INOX	ACONOX	29,00
88	CUNHAS DE MADEIRA COLORIDAS PCT C/100 UND	PHARMAINOX	5,00
91	CURETA GERAL DE BORRACHA MEDIO	IMPLA	11,00
102	ENVELOPE AUTO SELANTE 230 X 350MM C/100 UND	MED STERIL	58,00
104	ENVELOPE AUTO SELANTE 50 X 230MM C/100 UND	MED STERIL	15,80
113	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS	IMPLA	4,00
114	ESCOVA DE ROBSON PRETA CONICA	MICRO DONT	1,05
118	ESCOVA ROBSON BRANCA PLANA	MICRO DONT	0,76
120	ESPATULA ESCULPIDOR LECRON 143 M	TRINKS	6,00
121	ESPÁTULA PARA GESSO E ALGINATO DE PLÁSTICO	IMPLA	1,50
129	EVIDENCIADOR DE PLACA SOLUCAO C/ 10ML	BIODINAMICA	5,50
133	FIO AGULHADO SEDA PARA SUTURA Nº 4-0 -17MM C/24 UND	BESTCARE	25,00
135	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 3-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	BESTCARE	24,40
136	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 4-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	BESTCARE	24,40
137	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 5-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	BESTCARE	24,40
147	FORCEPS INFANTIL 18L	SKAY INOX	44,00
148	FÓRCEPS INFANTIL 18R	SKAY INOX	44,00
149	FORCEPS 01 ADULTO	SKAY INOX	44,00
150	FORCEPS 150	SKAY INOX	44,00
151	FORCEPS 151	SKAY INOX	44,00
152	FORCEPS 16	SKAY INOX	44,00
153	FÓRCEPS 17	SKAY INOX	44,00
154	FÓRCEPS 18L	SKAY INOX	44,00
155	FÓRCEPS 18R	SKAY INOX	44,00
156	FÓRCEPS 53R	SKAY INOX	44,00
157	FORCEPS 65	SKAY INOX	44,00
158	FORCEPS 69	SKAY INOX	44,00
160	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: LUZ FRIA (AZUL) GERADA POR LED DE ALTA POTENCIA (1200 MW/CM2); TIMER ATE 20 SEG COM BIPS SONOROS A CADA 05 SEG; PONTEIRA DE FOTOPOLIMERIZACAO CONFECCIONADA EM FIBRA OTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), 100% COERENTE, AUTOCLAVAVEL A 134°C E COM GIRO DE 360°; COMANDOS DE PROGRAMACAO NA PROPRIA CANETA; CANETA CONFECCIONADA EM ABS DE ALTO IMPACTO; NAO NECESSITA DE	MICRO DONT	445,00

	VENTILACAO FORCADA; BIVOLT AUTOMATICO 90 A 240V		
163	GESSO PEDRA 1KG AMARELO	PASOM	8,00
168	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM PÓ FRC C/10G	BIO DINAMICA	3,60
173	KIT ALAVANCAS APICAIAS ADULTO: ALAVANCA HEIDBRINK JOGO 3 PEÇAS USADA EM PROCEDIMENTOS DE BUCO/MAXILO - ODONTOLOGIA ESPECIFICAÇÕES: EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº1, Nº2 E Nº3	TRINKS	48,00
174	KIT ALAVANCAS SELDIN ADULTO: RETA, DIREITA E ESQUERDA. EM AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.	TRINKS	41,10
184	LAMPARINA A ÁLCOOL AÇO INOX PARA USO ODONTOLÓGICO.	IMPLA	17,50
187	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	SANRO	0,87
202	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL RETANGULAR TRIPLA BRANCA COM ELÁSTICO, CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES.	BESTCARE	4,40
208	MOLDEIRA TOTAL LISA ADULTO EM INOX	TECNO DENT	147,00
212	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA ROTAÇÃO FRASCO C/100 ML	FRAS	12,31
216	PAPEL CARBONO DUPLA FACE PARA OCLUSAO EMB C/12 UND	BIODINAMICA	1,30
224	PEDRA POMES EM PÓ C/100G	IMPLA	4,00
226	PINÇA ANATOMICA 12 CM, SEM DENTE DE RATO, RETA, DE AÇO	ABC	8,50
227	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO	TRINKS	5,20
228	PINÇA PORTA GRAMPO PALM	ABC	56,00
229	PINÇA PROFESSOR MEDINA PARA BIÓPSIA UTERINA 24 CM - 4MM	ABC	210,00
230	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH EXTRA FINO 1,0MM (1/16 DE GOTA) PCT C/100 UND	BESTCARE	7,50
231	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH FINO 1,5MM (1/8 DE GOTA) PCT C/100 UND	BESTCARE	6,50
232	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH REGULAR 2,0MM (1,4 DE GOTA) PCT C/100 UND	BESTCARE	6,50
235	PONTEIRA PARA APARELHO DE ULTRASSON DA MARCA ALT SONIC JET CERAMIC	MULT PARTS	50,00
238	POTE DAPPEN VIDRO INCOLOR	IMPLA	2,10
252	SELANTE DE FOSFULAS E FISURAS FOTO INCOLOR	ANGELUS	11,00
258	SINDESMOTOMOS	TRINKS	5,00
259	SOLUÇÃO HEMOSTATICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO FRC C/ NO MINIMO 10ML	BIO DINAMICA	12,00
290	SUGADOR DE SALIVA COLORIDO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	A.G	3,85
291	TACA DE BORRACHA BRANCA	MICRO DONT	0,87
301	TESOURA IRIS CIRURGICA RETA C/PONTA FINA 12CM	6B	8,95
302	TESOURA IRIS CURVA 12 CM	6B	8,95
306	TIRA DE AÇO PARA MATRIZ 0,05 X 5MM X 50CM	BIO DINAMICA	1,02
307	TIRA DE AÇO PARA MATRIZ 0,05 X 7MM X 50CM	BIO DINAMICA	1,02
308	TIRA DE LIXA DE AÇO 6MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	DIA MANTEC	5,20
310	TIRA TRANSPARENTE DE POLIESTER PCT C/50 UND	QUI MIDROL	1,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2019**M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
41	BALANÇA PLATAFORMA PORTÁTIL, EQUIPAMENTO FABRICADO EXCLUSIVAMENTE PARA PESAGEM DE PESSOAS. CONSTRUÍDO EM MATERIAL RESISTENTE A IMPACTO (EXEMPLO: NÃO PODE SER DE VIDRO TEMPERADO) E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DEVE CONTER MOSTRADOR (DISPLAY) DIGITAL COM INDICADORES DE PESO COM, NO MÍNIMO, 5 DÍGITOS. CAPACIDADE DE PESAGEM DE, NO MÍNIMO, 200 KG. GRADUAÇÃO (PRECISÃO) DE PESAGEM DE, NO MÁXIMO, 100 G. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. ALIMENTAÇÃO POR PILHA(S) OU BATERIA(S). DEVE INCLUIR A (S) PILHA(S) OU BATERIA(S) NECESSÁRIA(S) PARA SEU FUNCIONAMENTO. INDICADOR DE PILHA FRACA. PÉS REVESTIDOS DE MATERIAL ANTIDERRAPANTE; DEVE APRESENTAR INDICADOR DE SOBRECARGA, ISTO É, CASO HAJA SOBRECARGA DE PESO, A BALANÇA DEVE INDICAR ERRO AO INVÉS DE DEMONSTRAR O PESO MÁXIMO POSSÍVEL; NÃO DEVE INCLUIR BIOIMPEDANCIOMETRIA, PARA NÃO EXCLUIR A TOMADA DE MEDIDAS DE GESTANTES E PORTADORES DE MARCAPASSO. OPCIONALMENTE, DEVE APRESENTAR FUNÇÃO "MAMÃE-BEBÊ" QUE POSSIBILITA DETERMINAR O PESO DE CRIANÇAS E BEBÊS NO COLO DA MÃE.	LIDER	820,00

É INDISPENSÁVEL QUE O PRODUTO APRESENTE CERTIFICAÇÃO PELO IPEN/INMETRO (INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS/ INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL) OU ÓRGÃO SEMELHANTE; EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE BOLSA COM ALÇA EXCLUSIVA PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE. EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. GARANTIA, MÍNIMA, DE 01 ANO.		
---	--	--

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 24 de julho de 2019 a 24 de julho de 2020.

Benedito Novo (SC), 24 de julho de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2019

Publicação Nº 2108174

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 108/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2019

Contratada: LATORMES ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA EIRELI

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Valor do Contrato:

Procedimento - Especialidade	Valor
0203010027 EXAME CITOPATOLOGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO 3 COLETAS)	10,65
0203010043 EXAME CITOPATOLOGICO DE MAMA	35,34
0203010078 CONTROLE DE QUALIDADE DO EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL	8,96
0203010086 EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	7,30
0203010019 EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA	6,97
0203010035 EXAME DE CITOLOGIA (EXCETO CERVICO-VAGINAL)	10,65
0203020014 DETERMINAÇÃO DE RECEPTORES TUMORAIS HORMONAIS	65,55
0203020022 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO-PEÇA CIRURGICA	43,21
0203020030 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO PARA CONGELAMENTO/PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)	24,00
0203020065 EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA – BIOPSIA	45,83
0203020073 EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA – PEÇA CIRURGICA	43,21
0203020081 EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO – BIOPSIA	24,00

Vigência: 29/07/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 29/07/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/2019 - DESIGNA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR

Publicação Nº 2107747

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO Rua Celso Ramos, 5070 – Centro – 89.124-000 BENEDITO NOVO – SC FONE/FAX: (47) 3385-0487 CNPJ 83.102.780/0001-08
--	---

PORTARIA Nº 204/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e Presidente da Junta de Serviço Militar da cidade de Benedito Novo e com amparo no § 5º do art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar);

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora MARIZA PASQUALI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, para a função de Secretária da Junta de Serviço Militar, a partir de 12 de agosto de 2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 205/2019 - DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2107750

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 205/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, nos termos do art. 172 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-1995, os senhores, MARIZA PASQUALI, ALAN RAFAEL KINDER e JOICE APARECIDA COSTA, respectivamente Auxiliar Administrativo I, Auxiliar Administrativo I e Auxiliar Administrativo I, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância e/ou Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos em acidente de trânsito, de Motorista da Secretaria de Saúde, no transporte de paciente, na Rodovia SC 477, bairro dos Lagos, conforme Boletim de Ocorrência nº 00294-2018-000257, de 11/05/2018. No inquérito administrativo fica assegurada a ampla defesa e ao contraditório e a utilização de todos os meios e recursos admitidos, com o prazo para conclusão dos trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de membro da comissão de sindicância e/ou inquérito administrativo e das funções inerentes a Portaria nº 205/2019, de 23-07-2019, ora atribuídas.

MARIZA PASQUALI

ALAN RAFAEL KINDER

JOICE APARECIDA COSTA

PORTARIA Nº 206/2019 - CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

Publicação Nº 2107752

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 206/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio a servidora TEREZINHA COELHO DA ROCHA LENZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, Anexo II, sub anexo I, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal de Benedito Novo, o quinquênio de 01-10-2013 a 30-09-2018, com recebimento em Gozo, pelo período de 22 de julho de 2019 a 19 de outubro de 2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 207/2019 - ALTERA O ART. 3º DA PORTARIA Nº 130/2018, DE 27 DE ABRIL DE 2018, QUE INSTITUI O COMITÊ GESTOR LOCAL DO COAPES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

Publicação Nº 2107756

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 207/2019, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Altera o Art. 3º da Portaria nº 130/2018, de 27 de abril de 2018, que Institui o Comitê Gestor Local do COAPES da Secretaria Municipal de Saúde de Benedito Novo.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e Art. 9º da Portaria Interministerial nº 1.127, de 04 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 3º da Portaria nº 130/2018, de 27 de abril de 2018, que compõe o Comitê Gestor Local do COAPES passando a contar com a seguinte composição:

I – O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social - Ronie Gilberto Loewen;
II- Um Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social: Alexandra Guidarini Stortti;
III – Três Representantes do Conselho Municipal de Saúde: Milia Zaleski Costa, Marli Maria Langa Girardi e Sueli Becker Roeder;
IV- Dois Representantes dos profissionais de saúde do Município: Juzeli Angela da Cunha Lemes e Ana Vitória Polli;
V- Um Médico Preceptor: Jaqueline Ferrareis Menegasso;
V- Os Médicos Residentes: Andressa Fabrizio, Etevaldo Nogueira Lima Sobrinho e Thiago Bauer Bannach.
Parágrafo único. O Secretário Municipal da Saúde é membro efetivo do Comitê Gestor.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se e cumpra-se.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

SEGUNDA ALTERAÇÃO PP 96/2019

Publicação Nº 2107978

SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2019

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica retificado o Edital de Pregão Presencial nº 96/2019 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO CONTROLE DE PRAGAS EM GERAL E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES, conforme segue:

1– DAS ALTERAÇÕES:

1.1 – Devido a constatações de exigências que restringem a participação de maior número de licitantes, ficam excluídas do presente edital, na Qualificação Técnica as exigências de:

d) Certificado de Cadastro emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com apresentação da Certidão de Negativa de Débitos do respectivo órgão;

f) Certidão Ambiental ou termo equivalente emitido pelo órgão Ambiental IMA com atividades compatíveis com o objeto desta licitação.

1.2 – Ficam igualmente aplicadas ao Termo de Referência e a Minuta do Contrato todas as alterações acima propostas.

2 – DA REABERTURA DOS PRAZOS:

2.1 - Tendo em vista as alterações efetuadas, fica estabelecida nova data para a realização do certame, conforme a seguir:

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 14 de agosto de 2019.

ABERTURA: às 9:05h do dia 14 de agosto de 2019.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Permanecem inalterados os demais dispositivos do Edital e seus anexos.

Publique-se.

Benedito Novo/SC, 31 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN Prefeito	JAIRO RAFAEL PERSUHN Assessor Jurídico OAB/SC nº 51.055
-----------------------------------	---

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 154/2019

Publicação Nº 2109115

DECRETO Nº 154/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público da ANA MARIA HOMEM BOSQUETTI MATEUS, a partir de 01/08/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora ANA MARIA HOMEM BOSQUETTI MATEUS, detentora da matrícula funcional nº 1735-01, portadora do CPF nº 710.804.069-72, inscrita no RG nº 2.506.762, no PASEP nº 1703311931-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II - 30h - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 8.448,63 (oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

DECRETO Nº 155/2019

Publicação Nº 2109117

DECRETO Nº 155/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora ZELI ZILDA MANES, a partir de 01/08/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora ZELI ZILDA MANES, detentora da matrícula funcional nº 304-01, portadora do CPF nº 611.522.509-49, inscrita no PASEP nº 611.522.509-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista - 30 hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância R\$ 1.871,13 (um mil oitocentos e setenta e um reais e treze centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

DECRETO Nº 156/2019

Publicação Nº 2109118

DECRETO Nº 156/2019 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público da KATIA CRISTINA COSTA DA SILVA, a partir de 01/08/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora KATIA CRISTINA COSTA DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 11039-01, portadora do CPF nº 710.780.889-34, inscrita no RG nº 2.581.612, no PASEP nº 1703311897-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 30h - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.249,70 (quatro mil duzentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PORTARIA Nº 2152/2019

Publicação Nº 2109128

PORTARIA Nº 2152 de 31 de julho de 2019

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura abertura de Sindicância para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) SINCLER BILCK, ocupante do cargo efetivo de VI-GIA, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme recomendação no relatório final do Processo Administrativo Disciplinar nº 9577/2018, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Gerson da Silva, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Maria Fernanda Caminha de Souza, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, e Cristiane Góes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 1437/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 31/07/2019 a 30/08/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2153/2019

Publicação Nº 2109129

PORTARIA Nº 2153 de 31 de julho de 2019

Prorrogar o prazo da Sindicância Investigativa, nos termos do art. 209, parágrafo único da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo da Sindicância Investigativa, instaurada para apurar elementos indiciários quanto a autoria e/ou materialidade da irregularidade funcional, por meio da Portaria nº 1734/2019, nos termos do art. 207 e 209 da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo membro da Comissão de Sindicância, por meio do Memorando nº 13.481/2019.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 03/08/2019 a 02/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos a partir 03/08/2019.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2154/2019

Publicação Nº 2109130

PORTARIA Nº 2154 de 31 de julho de 2019

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Sofia Hartmann, por meio da Portaria nº 1294/2019, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 13.314/2019.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 21/07/2019 a 20/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroativos a 21/07/2019.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2155/2019

Publicação Nº 2109131

PORTARIA Nº 2155 de 31 de julho de 2019

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) RODRIGO PATAY SOTOMAYOR, por meio da Portaria nº 1514/2019, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 13.482/2019.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 13/08/2019 a 12/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos a partir 13/08/2019.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2156/2019

Publicação Nº 2109132

PORTARIA nº 2156 de 31 de julho de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINITRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SERENA MARIA PORFIRIO PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme aprovação no Processo Seletivo SEMAD Nº 003/2017, no período de 31/07/2019 a 20/08/2019, devido a inauguração do novo CRAS II, até a posse da candidata convocada através do concurso público Edital 001/2016, convocação nº 36.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir 31/07/2019.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

Marcelo dos Santos
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

REVOGAÇÃO PPRP 24/2019 FMS

Publicação Nº 2109114

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 24/2019 - FMS, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTARIAS TOTAIS SUPERIORES E INFERIORES DENTARIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS SUPERIORES E INFERIORES, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE REALIZADA PELO GOVERNO FEDERAL JUNTO A ESTA SECRETARIA, motivo pelo qual, restou o referido pregão DESERTO. Deste modo, determino que o processo de licitação do PPRP 24/2019-PMB seja REVOGADO.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária de Administração

REVOGAÇÃO PPRP 26/2019 FMS

Publicação Nº 2109123

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 26/2019 - FMS, objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO Nº 26/2019, por ter encontrado divergência no descritivo constante no Edital PPRP 26/2019.

Deste modo, determino que o processo de licitação do PPRP 26/2019-FMS seja REVOGADO.

Biguaçu, 31 de julho de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária de Administração

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.272/2019

Publicação Nº 2108758

DECRETO Nº 12.272, DE 24 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento vigente, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04- PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.092.0019.2007 – Pagamento de Honorários Sucumb. Advogados

Modalidade 3.3.91 (30) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0065.2016 – Manut. Ativ. Fundo de Defesa Dir. Difusos

Modalidade 4.4.90 (825) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

04- PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.092.0019.2007 – Pagamento de Honorários Sucumb. Advogados

Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0065.2016 – Manut. Ativ. Fundo de Defesa Dir. Difusos

Modalidade 3.3.90 (772) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de julho de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.275/2019

Publicação Nº 2108762

DECRETO Nº 12.275, DE 30 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.305.0062.2391 – Vigilância Epidemiológica

Modalidade 3.3.90 (142) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0638.00066

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

31– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.305.0062.2391 – Vigilância Epidemiológica
Modalidade 4.4.90 (143) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0638.00066

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.276/2019

Publicação Nº 2108765

DECRETO Nº 12.276, DE 30 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, no valor de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

32– SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
3201 – Presidência
Atividade 32.01.04.122.0042.2202 – Manut. Ativ. Presidência
Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

3204 – Diretoria Técnica
Atividade 32.04.17.605.0081.2211 – Manut. Ativ. Projetos
Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 425.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

32– SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
3201 – Presidência
Atividade 32.01.04.122.0042.2202 – Manut. Ativ. Presidência
Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

3204 – Diretoria Técnica
Atividade 32.04.17.605.0081.2211 – Manut. Ativ. Projetos
Modalidade 3.1.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 425.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.277/2019

Publicação Nº 2108770

DECRETO Nº 12.277, DE 30 DE JULHO DE 2019.

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 05/05/2000 e de acordo com o art. 22 da Lei Municipal nº 8.596, de 13 de junho de 2018 e o Decreto Municipal no 12.072 de 26/12/2018 e

CONSIDERANDO que o comportamento da receita realizada até o 3º bimestre de 2019 está indicando o comprometimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira ficam bloqueadas as dotações e suas respectivas fontes de recursos, constantes do orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no valor de R\$ 29.300.000,00(vinte e nove milhões e trezentos mil reais), abaixo discriminadas:

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

3202 – Diretoria Administrativa

Projeto 32.02.04.122.0042.1145 – Constr/Ref. Instalações Prediais do Samae

Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 32.02.04.122.0042.2205 – Manut. Ativ. Adm. Samae

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.512.0082.2208 – Manut.Ativ.Coleta/Tratam.Destinação Final

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 3.800.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Projeto 32.05.17.512.0083.1056 – Ampliação Sistema Tratam. Esgoto

Modalidade 4.4.90 (38) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Projeto 32.05.17.605.0081.1057 – Ampliação Sist. Abast./Tratam. Água

Modalidade 4.4.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 16.800.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.279/2019

Publicação Nº 2108774

DECRETO Nº 12.279, 30 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 220.654,40(duzentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. Ativ. Educação Infantil - Creche

Modalidade 4.4.90 (828) Aplicações Diretas R\$ 210.927,50 Fonte de Recursos 0337.00053

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1005 – Diretoria de Projetos

Projeto 10.05.06.182.0089.1119 – Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais
Modalidade 4.4.90 (829) Aplicações Diretas R\$ 9.726,90 Fonte de Recursos 0334.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2019

Publicação Nº 2108779

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº082/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização dos desfiles da 36ª Oktoberfest a se realizar de 09 a 27 de outubro de 2019, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 14 de agosto de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 14 de agosto de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 30/07/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2019

Publicação Nº 2108793

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2019

Objeto: Contratação de empresa para locação de 130 unidades de sanitários químicos para atendimento à 36ª OKTOBERFEST, conforme especificações no edital. - PROEB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 13 de agosto de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 13 de agosto de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 30/07/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

RESOLUÇÃO CMI Nº 11/2019

Publicação Nº 2108801

RESOLUÇÃO CMI Nº. 11/2019

APROVA ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA MESA COORDENADORA, NA FUNÇÃO DE SECRETARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI, BIÊNIO 2017/2019.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº. 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 30 de julho de 2019 e,

CONSIDERANDO:

- o Decreto n. 11.381, de 14 de julho de 2017 que homologa as alterações do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso;
- a Portaria Municipal nº 20.413, de 30 de novembro de 2017 que nomeia os Conselheiros governamentais e não governamentais do Conselho Municipal do Idoso – CMI, Biênio 2017/2019;
- a deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI, que aprovou a referida composição da Mesa Coordenadora em Plenária ordinária, realizada em 30 de julho de 2019, conforme consta na Ata nº 06/2019,
- que a sociedade civil colocou a disposição à função de secretaria deste conselho, realizando uma nova eleição para esta função;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a seguinte Conselheira para compor a Mesa Coordenadora do CMI, Biênio 2017/2019, por um período de um ano, a contar de 26/02/2019, na função de secretária do conselho:

I – Coordenadora: Leila Adriana Caliar, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Sub Seção Blumenau – OAB;

II – Vice-Coordenadora: Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

III – Secretária: Denise Vieira representante do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região – CRESS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Blumenau, 30 de julho de 2019.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf
Vice-Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI
Biênio 2017/2019.

RESOLUÇÃO CMI Nº 12/2019

Publicação Nº 2108809

RESOLUÇÃO CMI Nº 12/2019

APROVA A PROPOSTA DE VALORES, REFERENTE À ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DE DESPESA PARA COMPOR A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, RELATIVOS AO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI, PARA O EXERCÍCIO 2020.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 30 de julho de 2019.

CONSIDERANDO:

- Decreto nº 11.808, de 25 de junho de 2018 que institui o novo Regulamento do Fundo Municipal do Idoso – FMI;
- o parecer favorável da Comissão Permanente de Finanças e Captação - CPFC, que analisou à Estimativa da Receita e Fixação da Despesa para compor a Lei Orçamentária Anual - LOA, relativos ao Fundo Municipal do Idoso - FMI, para o exercício de 2020, em reunião realizada no dia 17 de julho de 2019, conforme consta no Relatório CPFC nº. 04/2019;
- a deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI, que aprovou a referida proposta, em Plenária Ordinária realizada em 30 de julho de 2019, conforme consta na Ata nº 06/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de valores, apresentada pelo órgão gestor, referentes à Estimativa da Receita e Fixação da Despesa para compor a Lei Orçamentária Anual - LOA, relativo ao Fundo Municipal do Idoso - FMI, para o exercício de 2020, sendo o total orçado no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 30 de julho de 2019.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf
Vice-Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso
Gestão 2017 –2019

PORTARIA Nº 174/2019 - SETERB

Publicação Nº 2108814

PORTARIA Nº. 174/2019

EXONERA LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESPECIAIS.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

EXONERAR, a contar de 15.07.2019,

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 807 do exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Fiscalização de Transportes Especiais, símbolo CC-3, nomeado pela Portaria nº. 185/2018, conforme Processo Administrativo nº. 175/2019 de 22.07.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 15.07.2019.

Blumenau, 26 de julho de 2019.

MARCELO SCHRUBBE
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 175/2019 - SETERB

Publicação Nº 2108817

PORTARIA Nº. 175/2019

EXONERA CRISTIANE VIEIRA COMICHOLI DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

EXONERAR, a contar de 29.07.2019,

CRISTIANE VIEIRA COMICHOLI, matrícula nº. 619 do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, conforme Processo Administrativo nº. 170/2019 de 17.07.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 29.07.2019.

Blumenau, 30 de julho de 2019.
MARCELO SCHRUBBE
Diretor Presidente - SETERB

EXTRATO Nº 375/2019 - FURB

Publicação Nº 2108824

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 375/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
CONSTRUTORA SASSE LTDA. - EPP

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL
TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 106/2014

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de pintor e auxiliar de pintor, para os serviços de manutenção nos diversos campi e no Fórum Universitário (NPJ) da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 063/2014 e Contrato nº 106/2014, firmado em 21 de julho de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto no Item 1.3, da Cláusula Primeira do Contrato nº. 106/2014 fica prorrogado por mais 01 (um) mês, a contar de 1º de agosto de 2019 até 31 de agosto de 2019, o que totalizará 61 (sessenta e um) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 106/2014 e aditivos nº 01 a 09, que não conflitarem com o presente documento.

DATA: 30 de julho de 2019.

EXTRATO Nº 377/2019 - FURB

Publicação Nº 2108826

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 377/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 283/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 350/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE IGNITOR ELÉTRICO PARA PONTO DE FULGOR MODELO APM-7 MARCA TANAKA EM USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Setor solicitante: LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE COMBUSTÍVEL-LAC. Contratada(s): ICR3 CIENTIFICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ Nº 68.715.226/0001-02). Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 350/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias a contar da entrega do material e da NF. Prazo de Entrega: Em até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da Ordem de Compra. Local de Entrega: CAMPUS II - Complexo Tecnológico - Rua São Paulo, 3250 - Itoupava Seca - BLUMENAU-SC CEP 89030-000. Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.648,00 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.35 (Material Laboratorial).

Blumenau, 31 de julho de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 378/2019 - FURB

Publicação Nº 2108829

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 378/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 282/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 351/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NOS DESTILADORES OPTIDIST DA MARCA HERZOG E PONTO DE FULGOR MARCA TAG EM USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Setor solicitante: LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE COMBUSTÍVEL-LAC. Contratada(s): PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S/A. (CNPJ Nº 01.382.559/0001-96). Fundamentação Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 351/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias a contar da entrega do material e da NF. Prazo de Entrega: Até 90 (noventa) dias após o recebimento da ordem de serviço. Local de Entrega: CAMPUS II - Complexo Tecnológico - Rua São Paulo, 3250 - Itoupava Seca - BLUMENAU-SC CEP 89030-000. Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 11.658,37 (onze mil seiscientos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos) / 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção das Ativ. Técnicas, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.25 (Material para Manutenção de Bens Móveis).

Blumenau, 31 de julho de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação Nº 2108945

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO



PREFEITURA
DE BLUMENAU

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a", "b" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	2.793.694.100,00	2.793.694.100,00	285.789.470,82	9,51%	796.233.494,57	1.997.460.605,43
Receitas Correntes	1.605.922.100,00	1.605.922.100,00	245.500.794,69	15,29%	754.156.277,47	851.765.822,53
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	435.591.000,00	435.591.000,00	64.364.049,66	14,78%	224.829.342,86	210.761.657,14
Impostos	359.921.000,00	359.921.000,00	52.615.615,12	14,62%	194.248.885,66	165.672.114,34
Taxas	74.530.000,00	74.530.000,00	11.714.087,57	15,72%	30.463.988,01	44.066.011,99
Contribuição de Melhoria	1.140.000,00	1.140.000,00	34.346,97	3,01%	116.469,19	1.023.530,81
Contribuições	97.461.000,00	97.461.000,00	12.061.553,36	12,38%	45.581.177,20	51.879.822,80
Contribuições Sociais	72.471.000,00	72.471.000,00	7.139.896,56	9,85%	30.922.295,80	41.548.704,20
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	24.990.000,00	24.990.000,00	4.921.656,80	19,69%	14.658.881,40	10.331.118,60
Receita Patrimonial	86.115.500,00	86.115.500,00	22.022.830,40	25,57%	46.396.100,99	39.719.399,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.317.000,00	17.317.000,00	466.214,77	2,69%	1.167.797,94	16.149.202,06
Valores Mobiliários	68.798.500,00	68.798.500,00	21.556.615,63	31,33%	45.228.303,05	23.570.196,95
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Receita de Serviços	127.902.500,00	127.902.500,00	17.507.523,92	13,69%	50.810.226,70	77.092.273,30
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	123.289.500,00	123.289.500,00	16.779.912,15	13,61%	48.562.752,32	74.726.747,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	1.311.000,00	1.311.000,00	229.899,04	17,54%	719.548,15	591.451,85
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Outros Serviços	3.302.000,00	3.302.000,00	497.722,73	15,07%	1.527.926,23	1.774.073,77
Transferências Correntes	784.484.000,00	784.484.000,00	120.060.069,32	15,30%	360.899.398,30	423.584.601,70
Transferências da União e de suas Entidades	325.410.000,00	325.410.000,00	45.422.923,88	13,96%	134.336.539,23	191.071.460,77
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	297.373.000,00	297.373.000,00	47.245.976,22	15,89%	142.945.699,54	154.427.300,46
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00

Continua (1/5)



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (2/5)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências de Instituições Privadas	905.000,00	905.000,00	23.522,71	2,60%	80.781,94	8,93%	824.218,06
Transferências de Outras Instituições Públicas	160.320.000,00	160.320.000,00	27.366.646,51	17,07%	83.532.133,94	52,10%	76.787.866,06
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	476.000,00	476.000,00	1.000,00	0,21%	2.243,65	0,47%	473.756,35
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Receitas Correntes	74.368.100,00	74.368.100,00	9.484.768,03	12,75%	25.640.031,42	34,48%	48.728.068,58
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	22.427.100,00	22.427.100,00	3.430.554,04	15,30%	9.541.691,06	42,55%	12.885.408,94
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.411.000,00	9.411.000,00	518.355,84	5,51%	1.182.659,28	12,57%	8.228.340,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Demais Receitas Correntes	42.530.000,00	42.530.000,00	5.535.858,15	13,02%	14.915.681,08	35,07%	27.614.318,92
Receitas de Capital	1.187.772.000,00	1.187.772.000,00	20.288.676,13	1,71%	42.077.217,10	3,54%	1.145.694.782,90
Operações de Crédito	734.881.000,00	734.881.000,00	20.288.676,13	2,76%	41.022.602,06	5,58%	693.658.397,94
Operações de Crédito - Mercado Interno	346.203.000,00	346.203.000,00	8.288.676,13	2,39%	13.185.744,14	3,81%	333.017.255,86
Operações de Crédito - Mercado Externo	388.478.000,00	388.478.000,00	12.000.000,00	3,09%	27.836.857,92	7,17%	360.641.142,08
Alienação de Bens	183.000,00	183.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	183.000,00
Alienação de Bens Móveis	183.000,00	183.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	183.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências de Capital	452.908.000,00	452.908.000,00	0,00	0,00%	1.054.615,04	0,23%	451.853.384,96
Transferências da União e de suas Entidades	353.148.000,00	353.148.000,00	0,00	0,00%	1.054.615,04	0,30%	352.093.384,96
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	99.760.000,00	99.760.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	99.760.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00

Continua (2/5)



32.765.735,57

Continua (3/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (4/5)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas (h)		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	34.401.000,00	34.401.000,00	6.346.762,92	21.112.847,34	13.288.152,66	6.346.762,92	21.112.847,34	13.288.152,66	21.112.847,34	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (IX)	96.889.600,00	96.889.600,00	17.637.002,98	46.231.915,83	52.708.684,17	17.637.002,98	46.231.915,83	52.708.684,17	39.684.006,44	534.839,81
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.849.900.000,00	2.882.665.735,57	295.853.883,99	950.522.042,76	1.932.143.692,81	272.639.246,59	690.215.864,89	2.192.449.870,68	662.136.705,43	260.306.177,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.849.900.000,00	2.882.665.735,57	295.853.883,99	950.522.042,76	1.932.143.692,81	272.639.246,59	690.215.864,89	2.192.449.870,68	662.136.705,43	260.306.177,87
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			147.475.925,52		175.555.084,98	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.849.900.000,00	2.882.665.735,57	295.853.883,99	950.522.042,76	1.932.143.692,81		837.691.790,41		837.691.790,41	
RESERVA DO RPPS	38.706.000,00	38.706.000,00			38.706.000,00			38.706.000,00		
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Operações Intra - Orçamentárias Correntes	94.911.900,00	94.911.900,00	17.702.929,38	18,65%	41.458.295,84	43,68%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias - Intra - Orçamentárias	10.000,00	10.000,00	86,91	0,87%	594,20	5,94%
Impostos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00%	25,42	0,51%
Taxas	5.000,00	5.000,00	86,91	1,74%	568,78	11,38%
Contribuições - Intra - Orçamentárias	93.392.000,00	93.392.000,00	17.554.828,69	18,80%	39.688.927,29	42,50%
Contribuições Sociais - Intra - Orçamentárias	93.392.000,00	93.392.000,00	17.554.828,69	18,80%	39.688.927,29	42,50%
Receita Patrimonial - Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.200.124,45	0,00%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00%	1.200.124,45	0,00%
Receitas de Serviços Intra - Orçamentárias	603.500,00	603.500,00	95.283,96	15,79%	263.438,37	43,65%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	600.000,00	600.000,00	94.795,91	15,80%	262.398,38	43,73%
Outros Serviços	3.500,00	3.500,00	488,05	13,94%	1.039,99	29,71%

Continua (4/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (5/5)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências Correntes - Intra - Orçamentárias	432.000,00	432.000,00	0,00	0,00%	35.958,33	8,32%	396.041,67
Transferências dos Municípios de suas Entidades	432.000,00	432.000,00	0,00	0,00%	35.958,33	8,32%	396.041,67
Outras Receitas Correntes Intra - Orçamentárias	474.400,00	474.400,00	52.729,82	11,12%	269.253,20	56,76%	205.146,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	468.000,00	468.000,00	52.729,82	11,27%	267.928,46	57,25%	200.071,54
Demais Receitas Correntes	6.400,00	6.400,00	0,00	0,00%	1.324,74	20,70%	5.075,26
TOTAL	94.911.900,00	94.911.900,00	17.702.929,38	18,65%	41.458.295,84	43,68%	53.453.604,16

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (i)			
DESPESAS CORRENTES	80.183.600,00	82.234.600,00	12.430.941,39	32.722.149,21	49.512.450,79	12.625.667,87	32.187.310,40	50.047.289,60	26.174.239,82	534.838,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.386.500,00	74.461.500,00	11.711.626,49	30.045.358,75	44.406.141,25	11.759.047,45	30.045.358,75	44.406.141,25	24.186.594,35	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.001.000,00	4.001.000,00	563.569,62	1.472.862,06	2.528.137,94	563.569,62	1.472.862,06	2.528.137,94	1.472.862,06	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.796.100,00	3.782.100,00	155.745,28	1.203.928,40	2.578.171,60	303.050,80	669.089,59	3.113.010,41	514.783,41	534.838,81
Demais Despesas Correntes	3.796.100,00	3.782.100,00	155.745,28	1.203.928,40	2.578.171,60	303.050,80	669.089,59	3.113.010,41	514.783,41	534.838,81
DESPESAS DE CAPITAL	16.706.000,00	16.706.000,00	5.206.061,59	13.509.766,62	3.196.233,38	5.206.061,59	13.509.766,62	3.196.233,38	13.509.766,62	0,00
INVESTIMENTOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	16.701.000,00	16.701.000,00	5.206.061,59	13.509.766,62	3.191.233,38	5.206.061,59	13.509.766,62	3.191.233,38	13.509.766,62	0,00
TOTAL	96.889.600,00	98.940.600,00	17.637.002,98	46.231.915,83	52.708.684,17	17.831.729,46	45.697.077,02	53.243.522,98	39.684.006,44	534.838,81

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 04h e 50m

MARIO HILDEBRANDT
 Prefeito Municipal
 CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
 Secretário Municipal de Gestão Financeira
 CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
 Contadora - CRC/SC-033340/O-4
 CPF 065.174.289-76

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação N° 2108947



PREFEITURA
DE BLUMENAU

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	2.753.010.400,00	2.783.725.135,57	278.216.881,01	904.290.126,93	95,14%	1.879.435.008,64	254.807.517,13	644.518.787,87	93,38%	2.139.206.347,70	259.771.339,06
LEGISLATIVA	32.715.000,00	32.715.000,00	3.396.045,22	13.292.534,88	1,40%	19.422.465,12	3.967.381,93	11.520.973,23	1,67%	21.194.026,77	1.771.561,65
AÇÃO LEGISLATIVA	32.715.000,00	32.715.000,00	3.396.045,22	13.292.534,88	1,40%	19.422.465,12	3.967.381,93	11.520.973,23	1,67%	21.194.026,77	1.771.561,65
ESSENCIAL A JUSTIÇA	9.778.000,00	9.778.000,00	1.476.148,14	3.741.934,54	0,39%	6.006.065,46	1.476.023,82	3.684.308,86	0,53%	6.093.691,14	57.625,68
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	9.778.000,00	9.778.000,00	1.476.148,14	3.741.934,54	0,39%	6.006.065,46	1.476.023,82	3.684.308,86	0,53%	6.093.691,14	57.625,68
ADMINISTRAÇÃO	166.616.000,00	183.413.397,87	17.005.079,64	76.660.048,42	8,07%	106.753.349,45	23.111.203,74	64.230.092,09	9,31%	119.183.305,78	12.429.956,33
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.268.000,00	1.268.000,00	201.375,78	553.662,60	0,06%	714.337,40	220.491,78	552.980,80	0,08%	715.019,20	881,80
ADMINISTRAÇÃO GERAL	108.615.000,00	125.778.397,87	11.980.543,61	47.389.125,44	4,99%	78.388.272,43	14.108.025,95	41.170.855,07	5,96%	84.607.542,80	6.218.270,37
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	14.344.000,00	14.344.000,00	4.000.005,16	9.821.659,63	1,03%	4.522.340,37	2.423.728,84	5.932.618,26	0,86%	8.411.381,74	3.889.041,37
CONTROLE INTERNO	752.000,00	728.000,00	123.081,17	330.549,82	0,03%	395.450,18	124.820,63	328.202,08	0,05%	397.797,92	2.347,74
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00%	15.000,00	0,00	0,00	0,00%	15.000,00	0,00
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.170.000,00	4.170.000,00	396.133,11	2.199.964,35	0,23%	1.970.035,65	649.109,85	1.570.064,46	0,23%	2.599.935,54	629.889,89
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	24.797.000,00	24.457.000,00	-2.285.577,31	8.723.968,34	0,92%	15.733.031,66	2.694.309,09	7.924.378,63	1,15%	16.532.621,37	799.589,71
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	8.007.000,00	8.007.000,00	1.426.739,40	4.644.880,28	0,49%	3.362.119,72	1.394.447,10	3.979.046,20	0,58%	4.027.951,80	665.832,08
COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.648.000,00	4.648.000,00	1.152.778,72	2.996.237,96	0,32%	1.651.762,04	1.496.270,50	2.771.944,59	0,40%	1.876.055,41	224.293,37
SEGURANÇA PÚBLICA	106.034.900,00	113.537.769,04	-403.941,86	16.514.751,40	1,74%	97.023.017,64	6.201.009,75	14.565.908,82	2,11%	98.971.860,22	1.948.842,58
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	26.726.900,00	34.810.604,52	-989.694,67	13.878.085,00	1,46%	20.932.519,52	5.416.555,57	12.238.041,43	1,77%	22.572.563,09	1.640.043,57
DEFESA CIVIL	79.308.000,00	78.727.164,52	595.742,81	2.636.666,40	0,28%	76.090.498,12	784.454,18	2.327.867,39	0,34%	76.398.297,13	308.799,01
ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.836.000,00	49.513.278,71	5.905.178,55	15.317.622,66	1,61%	34.195.656,05	6.133.644,04	14.276.529,87	2,07%	35.236.748,84	1.041.092,79
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.457.000,00	3.521.778,43	630.296,75	1.537.222,69	0,16%	1.984.555,74	682.133,84	1.454.564,58	0,21%	2.067.213,85	82.658,11
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	2.480.000,00	2.780.000,00	286.739,53	887.759,63	0,09%	1.892.240,37	295.286,06	744.895,42	0,11%	2.005.104,58	142.864,21
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.802.000,00	7.259.031,80	757.822,83	2.032.289,57	0,21%	5.228.742,23	912.477,47	1.791.107,75	0,26%	5.477.924,05	251.181,82
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	34.097.000,00	35.952.468,48	4.230.319,44	10.860.350,77	1,14%	25.092.117,71	4.243.746,67	10.295.962,12	1,49%	25.656.506,36	564.388,65
PREVIDÊNCIA SOCIAL	197.096.000,00	197.097.147,48	36.180.305,66	93.386.058,63	9,82%	103.711.088,85	36.210.277,82	93.192.354,59	13,50%	103.904.792,89	193.704,04
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.753.000,00	6.754.147,48	357.454,33	1.310.390,19	0,14%	5.443.757,29	387.426,49	1.116.686,15	0,16%	5.637.461,33	193.704,04
PREVIDÊNCIA BÁSICA	15.150.000,00	15.150.000,00	2.503.748,54	6.767.652,92	0,71%	8.382.347,08	2.503.748,54	6.767.652,92	0,98%	8.382.347,08	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	175.193.000,00	175.193.000,00	33.319.102,79	85.308.015,52	8,97%	89.884.984,48	33.319.102,79	85.308.015,52	12,36%	89.884.984,48	0,00
SAÚDE	417.405.000,00	428.472.202,72	119.303.384,70	295.707.718,54	31,11%	132.764.484,18	69.125.177,80	165.511.047,70	23,98%	262.561.155,02	130.196.670,84
ADMINISTRAÇÃO GERAL	270.000,00	270.000,00	31.736,09	137.046,95	0,01%	132.963,05	53.119,25	134.076,18	0,02%	135.923,82	2.970,77
ATENÇÃO BÁSICA	185.298.000,00	194.809.273,93	34.086.360,20	104.546.283,53	11,00%	90.862.990,40	35.409.954,74	89.483.777,19	12,96%	105.325.496,74	15.082.506,34
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	220.946.000,00	221.515.058,39	84.267.656,47	185.195.740,44	19,48%	36.317.317,95	31.394.657,01	71.474.434,38	10,36%	150.038.624,01	113.721.306,06

Continua (1/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (2/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.	RS Reais
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%			
						(a)				(b)		
SAUDE	417.405.000,00	428.472.202,72	119.303.384,70	295.707.718,54	31,11%	132.764.484,18	69.125.177,80	165.511.047,70	23,98%	262.961.155,02	130.196.670,84	
SUPOORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	7.387.000,00	7.387.000,00	494.095,23	3.605.988,60	0,38%	3.761.011,40	1.607.626,43	2.975.596,27	0,43%	4.411.403,73	630.392,33	
VIGILANCIA SANITARIA	1.828.000,00	2.261.237,60	228.190,68	772.436,31	0,08%	1.488.801,29	227.953,36	536.840,58	0,08%	1.724.397,02	235.595,73	
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.676.000,00	2.231.632,80	185.346,03	1.450.222,71	0,15%	781.410,09	431.867,01	906.323,10	0,13%	1.325.309,70	543.899,61	
TRABALHO	11.980.000,00	11.980.000,00	429.990,03	1.457.784,21	0,15%	10.522.215,79	464.802,46	1.261.840,02	0,18%	10.718.159,98	195.944,19	
FOMENTO AO TRABALHO	11.980.000,00	11.980.000,00	429.990,03	1.457.784,21	0,15%	10.522.215,79	464.802,46	1.261.840,02	0,18%	10.718.159,98	195.944,19	
EDUCACAO	344.889.000,00	345.791.231,16	41.227.244,79	138.189.032,72	14,54%	207.602.198,44	49.788.157,29	117.724.175,50	17,06%	228.067.055,66	20.464.857,22	
ADMINISTRACAO GERAL	3.732.000,00	3.757.000,00	326.409,11	1.309.958,04	0,14%	2.447.041,96	490.384,36	1.142.371,44	0,17%	2.614.628,56	167.586,60	
ENSINO FUNDAMENTAL	146.831.000,00	146.799.065,70	15.027.241,91	58.207.493,14	6,12%	88.591.572,56	20.777.196,03	49.457.058,15	7,17%	97.342.007,55	8.750.434,99	
ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.000.000,00	0,00	
EDUCACAO DE INFANTIL	180.292.000,00	181.223.756,97	24.461.891,24	73.795.818,08	7,76%	107.427.938,89	26.450.281,80	62.341.178,63	9,03%	118.882.578,34	11.454.639,45	
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	812.000,00	787.000,00	51.130,93	179.072,77	0,02%	607.927,23	70.873,03	169.791,27	0,02%	617.208,73	9.281,50	
EDUCACAO ESPECIAL	11.222.000,00	11.224.408,49	1.360.571,60	4.696.690,69	0,49%	6.527.717,80	1.999.422,07	4.613.776,01	0,67%	6.610.632,48	82.914,68	
CULTURA	8.375.000,00	8.548.894,60	619.514,20	1.842.736,29	0,19%	6.706.158,31	671.062,80	1.746.695,02	0,25%	6.802.199,58	96.041,27	
ADMINISTRACAO GERAL	3.121.000,00	3.219.098,00	529.708,27	1.574.941,92	0,17%	1.644.156,08	575.909,71	1.496.473,49	0,22%	1.722.624,51	78.468,43	
PATRIM. HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOG	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00	0,00	0,00%	50.000,00	0,00	
DIFUSAO CULTURAL	5.204.000,00	5.279.796,60	89.805,93	267.794,37	0,03%	5.012.002,23	95.153,09	250.221,53	0,04%	5.029.575,07	17.572,84	
DIREITOS DA CIDADANIA	2.820.000,00	3.752.000,00	376.672,98	865.373,48	0,09%	2.886.626,52	303.541,36	628.067,88	0,09%	3.123.932,12	237.305,60	
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	2.820.000,00	3.752.000,00	376.672,98	865.373,48	0,09%	2.886.626,52	303.541,36	628.067,88	0,09%	3.123.932,12	237.305,60	
URBANISMO	1.019.934.000,00	1.005.088.588,52	18.031.084,37	109.570.571,09	11,53%	895.517.997,43	25.135.448,38	62.638.181,92	9,08%	942.450.386,60	46.932.389,17	
ADMINISTRACAO GERAL	1.430.000,00	1.430.000,00	230.454,44	744.260,48	0,08%	685.739,52	292.860,90	592.243,80	0,09%	837.756,20	152.016,68	
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	5.210.000,00	5.210.000,00	807.186,60	2.236.841,43	0,24%	2.973.158,57	816.447,46	2.220.124,61	0,32%	2.989.875,59	16.716,82	
ORDENAMENTO TERRITORIAL	4.606.000,00	4.606.000,00	752.613,84	2.223.445,56	0,23%	2.382.554,44	758.693,02	2.205.742,12	0,32%	2.400.257,88	17.703,44	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	909.853.000,00	895.804.989,25	12.401.065,31	77.855.060,34	8,19%	817.949.928,91	18.680.831,32	44.459.387,25	6,44%	851.345.602,00	33.395.673,09	
SERVICOS URBANOS	48.869.000,00	49.034.731,54	3.699.692,71	25.773.700,66	2,71%	23.261.030,88	4.616.615,68	12.563.492,99	1,82%	36.471.238,55	13.210.207,67	
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	48.376.000,00	48.412.847,73	140.071,47	736.954,68	0,08%	47.675.893,05	0,00	596.883,21	0,09%	47.815.964,52	140.071,47	
LAZER	1.590.000,00	590.000,00	0,00	307,94	0,00%	589.692,06	0,00	307,94	0,00%	589.692,06	0,00	
HABITACAO	18.247.000,00	18.501.000,00	324.239,61	736.683,93	0,08%	17.764.316,07	267.578,00	667.051,59	0,10%	17.833.948,41	69.632,34	
HABITACAO URBANA	18.247.000,00	18.501.000,00	324.239,61	736.683,93	0,08%	17.764.316,07	267.578,00	667.051,59	0,10%	17.833.948,41	69.632,34	
SANEAMENTO	170.835.000,00	170.835.000,00	20.804.277,58	82.626.299,73	8,69%	88.208.700,27	16.784.296,49	43.908.975,28	6,36%	126.926.024,72	38.717.324,45	
SANEAMENTO BASICO URBANO	55.723.000,00	55.723.000,00	11.648.306,44	32.213.599,72	3,39%	23.509.400,28	6.555.078,18	15.612.639,72	2,26%	40.110.360,28	16.600.960,00	
ABASTECIMENTO	115.112.000,00	115.112.000,00	9.155.971,14	50.412.700,01	5,30%	64.699.299,99	10.229.218,31	28.296.335,56	4,10%	86.815.664,44	22.116.364,45	

Continua (2/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (3/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.	RS Reais (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)			
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)		(e) = (a-d)		
GESTAO AMBIENTAL	5.849.000,00	6.139.000,00	756.205,57	2.654.487,70	0,28%	3.484.512,30	882.301,66	2.279.200,87	0,33%	3.869.799,13		375.286,83
ADMINISTRACAO GERAL	4.771.000,00	4.771.000,00	417.388,73	2.212.855,97	0,23%	2.558.144,03	805.558,01	2.100.841,72	0,30%	2.670.158,28		112.014,25
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.078.000,00	1.388.000,00	338.816,84	441.631,73	0,05%	926.388,27	76.743,65	178.359,15	0,03%	1.189.640,85		263.272,58
AGRICULTURA	6.829.000,00	6.994.000,00	346.781,52	871.312,91	0,09%	6.122.687,09	331.543,03	811.253,79	0,12%	6.182.746,21		60.059,12
EXTENSAO RURAL	6.829.000,00	6.994.000,00	346.781,52	871.312,91	0,09%	6.122.687,09	331.543,03	811.253,79	0,12%	6.182.746,21		60.059,12
INDUSTRIA	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00		0,00
PROMOCAO INDUSTRIAL	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00		0,00
COMERCIO E SERVICOS	70.114.000,00	72.814.670,98	1.286.573,61	9.194.029,81	0,97%	63.620.641,17	1.775.512,28	5.484.337,08	0,79%	67.330.333,90		3.709.692,73
ADMINISTRACAO GERAL	6.289.000,00	6.753.670,98	360.019,76	3.559.550,84	0,37%	3.194.120,14	675.089,99	2.220.685,49	0,32%	4.532.985,49		1.338.865,35
TURISMO	63.825.000,00	66.061.000,00	926.553,85	5.634.478,97	0,59%	60.426.521,03	1.100.422,29	3.263.651,59	0,47%	62.797.348,41		2.370.827,38
TRANSPORTE	7.804.500,00	8.102.353,43	51.093,00	2.244.590,39	0,24%	5.857.763,04	731.281,70	2.080.553,30	0,30%	6.021.800,13		164.037,09
TRANSPORTE AEREO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00%	25.000,00	0,00	0,00	0,00%	25.000,00		0,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	7.779.500,00	8.077.353,43	51.093,00	2.244.590,39	0,24%	5.832.763,04	731.281,70	2.080.553,30	0,30%	5.996.800,13		164.037,09
DESPORTO E LAZER	30.538.000,00	30.336.621,06	1.013.626,60	2.812.871,17	0,30%	27.523.749,89	1.004.728,49	2.769.210,19	0,40%	27.567.410,87		43.660,98
ADMINISTRACAO GERAL	975.000,00	977.178,58	123.658,97	430.918,07	0,05%	546.260,51	140.489,13	417.485,36	0,06%	559.693,22		13.432,71
DESPORTO E RENDIMENTO	7.283.000,00	7.329.442,48	889.967,63	2.381.953,10	0,25%	4.947.489,38	864.239,36	2.351.724,83	0,34%	4.977.717,65		30.228,27
LAZER	22.280.000,00	22.030.000,00	0,00	0,00	0,00%	22.030.000,00	0,00	0,00	0,00%	22.030.000,00		0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	79.155.000,00	79.155.000,00	10.087.377,10	36.603.684,43	3,85%	42.551.315,57	10.442.544,29	35.538.030,27	5,15%	43.616.969,73		1.065.654,16
SERVICO DA DVIDA INTERNA	36.755.000,00	36.755.000,00	8.009.092,52	21.154.834,34	2,23%	15.600.165,66	8.009.092,52	21.154.834,34	3,08%	15.600.165,66		0,00
SERVICO DA DVIDA EXTERNA	13.500.000,00	13.500.000,00	0,00	7.561.406,40	0,80%	5.938.593,60	0,00	7.561.406,40	1,10%	5.938.593,60		0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	28.900.000,00	28.900.000,00	2.078.284,58	7.887.443,69	0,83%	21.012.556,31	2.433.451,77	6.821.789,53	0,99%	22.078.210,47		1.065.654,16
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00%	150.000,00	0,00	0,00	0,00%	150.000,00		0,00
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00%	150.000,00	0,00	0,00	0,00%	150.000,00		0,00
DESPESAS (Intra-orçamentárias) (II)	96.889.600,00	98.940.600,00	17.637.002,98	46.231.915,83	4,86%	52.708.684,17	17.831.729,46	45.697.077,02	6,62%	53.243.522,98		534.838,81
TOTAL (III)=(I + II)	2.849.900.000,00	2.882.665.735,57	295.853.883,99	950.522.042,76	100,00%	1.932.143.692,81	272.639.246,59	690.215.864,89	100,00%	2.192.449.870,88		280.306.177,87

Continua (3/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (4/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (Intra-orçamentárias)	96.889.600,00	98.940.600,00	17.637.002,98	46.231.915,83	4,86%	52.708.684,17	17.831.729,46	45.697.077,02	6,62%	534.838,81
LEGISLATIVA										
ACAO LEGISLATIVA	1.500.000,00	1.500.000,00	297.050,09	762.949,15	0,08%	737.050,85	298.314,75	759.029,73	0,11%	3.919,42
ESSENCIAL A JUSTIÇA	1.500.000,00	1.500.000,00	297.050,09	762.949,15	0,08%	737.050,85	298.314,75	759.029,73	0,11%	3.919,42
REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	1.551.000,00	1.551.000,00	229.507,10	558.528,18	0,06%	992.471,82	229.507,10	558.528,18	0,08%	0,00
ADMINISTRACAO	13.219.700,00	13.271.700,00	1.839.383,43	4.901.832,79	0,52%	8.369.867,21	1.893.766,19	4.824.268,19	0,70%	77.564,60
ADMINISTRACAO GERAL	8.792.700,00	8.844.700,00	1.216.464,22	3.236.254,56	0,34%	5.608.445,44	1.250.264,82	3.191.943,48	0,46%	5.652.756,52
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	261.000,00	261.000,00	18.037,98	90.567,19	0,01%	170.432,81	18.037,98	90.567,19	0,01%	0,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.700.000,00	2.700.000,00	385.535,28	1.016.105,71	0,11%	1.683.894,29	396.117,44	982.852,19	0,14%	33.253,52
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.325.000,00	1.325.000,00	200.434,62	510.776,54	0,05%	814.223,46	200.434,62	510.776,54	0,07%	0,00
COMUNICACAO SOCIAL	141.000,00	141.000,00	18.911,33	48.128,79	0,01%	92.871,21	18.911,33	48.128,79	0,01%	0,00
SEGURANCA PUBLICA	1.100.500,00	1.100.500,00	193.692,93	720.959,45	0,08%	379.540,55	240.620,74	720.770,91	0,10%	188,54
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.100.500,00	1.100.500,00	193.692,93	720.959,45	0,08%	379.540,55	240.620,74	720.770,91	0,10%	188,54
ASSISTENCIAL SOCIAL	69.000,00	69.000,00	-2.859,15	3.140,85	0,00%	65.859,15	1.061,30	1.940,82	0,00%	1.200,03
ADMINISTRACAO GERAL	23.000,00	23.000,00	-2.429,82	2.370,18	0,00%	20.629,82	866,81	1.570,15	0,00%	800,03
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	6.000,00	6.000,00	-429,33	770,67	0,00%	5.229,33	194,49	370,67	0,00%	400,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	552.000,00	552.000,00	62.669,10	175.917,02	0,02%	376.082,98	62.669,10	175.917,02	0,03%	0,00
ADMINISTRACAO GERAL	552.000,00	552.000,00	62.669,10	175.917,02	0,02%	376.082,98	62.669,10	175.917,02	0,03%	0,00
SAUDE	25.691.000,00	25.691.000,00	4.135.089,31	10.367.756,92	1,09%	15.323.243,08	4.150.490,25	10.312.688,66	1,49%	55.068,26
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	25.500.000,00	25.500.000,00	4.134.704,57	10.271.375,24	1,08%	15.228.624,76	4.134.704,57	10.271.375,24	1,49%	0,00
ATENCAO BASICA	177.000,00	177.000,00	384,74	82.381,68	0,01%	94.618,32	14.112,00	37.590,03	0,01%	44.791,65
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.000,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00%	0,00	981,67	2.183,41	0,00%	5.816,59
VIGILANCIA SANITARIA	1.000,00	1.000,00	0,00	5.000,00	0,00%	0,00	120,00	728,65	0,00%	728,65
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00%	0,00	572,01	1.268,63	0,00%	3.731,37
TRABALHO	554.000,00	554.000,00	70.891,30	177.930,91	0,02%	376.069,09	70.891,30	177.930,91	0,03%	0,00
FOMENTO AO TRABALHO	554.000,00	554.000,00	70.891,30	177.930,91	0,02%	376.069,09	70.891,30	177.930,91	0,03%	0,00
EDUCACAO	25.617.000,00	27.630.000,00	4.315.958,86	11.268.268,81	1,19%	16.361.731,19	4.376.005,61	11.075.728,39	1,60%	192.540,42
ADMINISTRACAO GERAL	762.000,00	762.000,00	26.611,31	67.930,32	0,01%	694.069,68	26.780,97	66.260,75	0,01%	1.669,57
ENSINO FUNDAMENTAL	12.450.000,00	13.463.000,00	1.807.151,36	4.763.006,91	0,50%	8.699.993,09	1.831.696,51	4.670.295,74	0,68%	92.711,17
EDUCACAO INFANTIL	11.110.000,00	12.110.000,00	2.396.617,94	6.224.162,20	0,65%	5.885.837,80	2.431.949,88	6.126.002,52	0,89%	98.159,68

Continua (4/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (5/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
EDUCAÇÃO	25.617.000,00	27.630.000,00	4.315.958,86	11.268.268,81	1,19%	16.361.731,19	4.376.005,61	11.075.728,39	1,60%	16.554.271,61	192.540,42
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	32.000,00	32.000,00	9.148,45	22.835,84	0,00%	9.164,16	9.148,45	22.835,84	0,00%	9.164,16	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.263.000,00	1.263.000,00	76.429,80	190.333,54	0,02%	1.072.666,46	76.429,80	190.333,54	0,03%	1.072.666,46	0,00
CULTURA	259.000,00	259.000,00	33.952,45	108.668,59	0,01%	150.331,41	36.260,77	108.173,77	0,02%	150.826,23	494,82
ADMINISTRAÇÃO GERAL	259.000,00	259.000,00	33.952,45	108.668,59	0,01%	150.331,41	36.260,77	108.173,77	0,02%	150.826,23	494,82
URBANISMO	1.504.000,00	1.504.000,00	199.187,38	506.089,92	0,05%	997.910,08	202.376,69	487.113,94	0,07%	1.016.886,06	18.975,98
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.210.000,00	1.210.000,00	166.003,92	417.282,57	0,04%	792.717,43	166.275,03	415.032,10	0,06%	794.967,90	2.250,47
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	181.000,00	181.000,00	33.183,46	64.807,35	0,01%	116.192,65	33.183,46	64.807,35	0,01%	116.192,65	0,00
SERVIÇOS URBANOS	112.000,00	112.000,00	0,00	24.000,00	0,00%	88.000,00	2.918,20	7.274,49	0,00%	104.725,51	16.725,51
SANEAMENTO	2.385.000,00	2.385.000,00	319.217,19	952.947,43	0,10%	1.412.052,57	319.217,19	952.947,43	0,14%	1.412.052,57	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	250.000,00	250.000,00	20.056,77	57.338,72	0,01%	192.661,28	20.056,77	57.338,72	0,01%	192.661,28	0,00
ABASTECIMENTO	2.115.000,00	2.115.000,00	299.160,42	895.608,71	0,09%	1.219.391,29	299.160,42	895.608,71	0,13%	1.219.391,29	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	490.000,00	490.000,00	79.291,70	248.239,23	0,03%	241.760,77	82.044,27	246.688,29	0,04%	243.331,71	1.570,94
ADMINISTRAÇÃO GERAL	490.000,00	490.000,00	79.291,70	248.239,23	0,03%	241.760,77	82.044,27	246.688,29	0,04%	243.331,71	1.570,94
AGRICULTURA	8.000,00	8.000,00	0,00	2.500,00	0,00%	5.500,00	66,52	162,48	0,00%	7.837,52	2.337,52
EXTENSÃO RURAL	8.000,00	8.000,00	0,00	2.500,00	0,00%	5.500,00	66,52	162,48	0,00%	7.837,52	2.337,52
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.275.000,00	1.261.000,00	46.612,47	346.495,78	0,04%	914.504,22	59.647,29	165.617,50	0,02%	1.095.382,50	180.878,28
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.020.000,00	1.020.000,00	16.813,19	267.405,15	0,03%	752.594,85	29.204,37	88.895,83	0,01%	931.104,17	178.509,32
TURISMO	255.000,00	241.000,00	29.799,28	79.090,63	0,01%	161.909,37	30.442,92	76.721,67	0,01%	164.276,33	2.368,96
TRANSPORTE	412.400,00	412.400,00	48.227,61	144.909,55	0,02%	267.490,45	48.594,57	144.809,55	0,02%	267.590,45	100,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	412.400,00	412.400,00	48.227,61	144.909,55	0,02%	267.490,45	48.594,57	144.809,55	0,02%	267.590,45	100,00
DESPORTO E LAZER	22.000,00	22.000,00	-500,00	2.152,57	0,00%	19.847,43	564,61	2.152,57	0,00%	19.847,43	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	17.000,00	17.000,00	-500,00	2.152,57	0,00%	14.847,43	564,61	2.152,57	0,00%	14.847,43	0,00
LAZER	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	5.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	20.700.000,00	20.700.000,00	5.769.631,21	14.982.628,68	1,58%	5.717.371,32	5.769.631,21	14.982.628,68	2,17%	5.717.371,32	0,00
SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	20.700.000,00	20.700.000,00	5.769.631,21	14.982.628,68	1,58%	5.717.371,32	5.769.631,21	14.982.628,68	2,17%	5.717.371,32	0,00
TOTAL	96.889.600,00	98.940.600,00	17.637.002,98	46.231.915,83	4,86%	52.708.684,17	17.831.729,46	45.697.077,02	6,62%	53.243.522,98	534.838,81

Fonte: Sistema Thema/GPP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 04h e 59m

MARIO HILDEBRANDT
 Prefeito Municipal
 CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
 Secretário Municipal de Gestão Financeira
 CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
 Contadora - CRC/SC-033340/O-4
 CPF 065.174.289-76

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação Nº 2108949



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO / 2018 A JUNHO / 2019

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS Reais Previsão Atualizada 2019
	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	TOTAL
RECEITAS CORRENTES (I)	117.670.854,78	113.213.891,09	111.602.725,29	134.585.933,66	121.385.104,82	146.000.540,51	135.475.146,61	155.088.702,80	121.638.046,64	124.115.072,60	132.889.562,97	126.150.687,10	1.539.825.312,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.342.570,93	29.217.199,55	28.036.985,01	29.681.635,55	35.018.590,43	35.018.590,43	28.480.777,64	65.841.392,98	34.065.675,41	32.077.457,17	34.298.846,05	30.065.203,61	403.710.532,10
IPTU	5.032.020,76	4.745.055,88	4.828.498,06	4.885.223,62	5.062.361,36	5.500.071,61	3.926.688,82	40.717.398,92	10.162.497,49	5.505.535,69	5.348.278,34	5.507.160,71	96.690.000,00
ISS	11.985.817,84	12.520.052,38	12.829.082,22	12.918.620,61	12.499.590,39	12.978.182,88	13.889.600,25	14.298.236,03	12.088.146,51	12.889.041,43	13.731.307,87	13.098.031,49	155.726.709,90
ITBI	2.582.821,03	3.036.059,46	2.558.798,46	2.867.912,51	2.704.982,50	3.129.985,95	1.514.395,13	2.561.070,12	2.632.360,99	2.854.251,34	2.633.617,79	2.611.172,66	31.467.408,94
IRRF	4.428.876,48	4.497.347,87	3.987.457,87	4.525.319,28	4.271.650,44	9.256.881,79	5.114.881,86	4.298.273,38	4.507.409,84	4.574.341,71	4.750.046,70	4.743.835,07	58.956.282,29
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.333.034,82	4.418.863,96	3.833.027,40	4.407.261,75	4.123.070,86	4.153.488,20	4.034.231,58	3.966.404,53	4.675.260,58	6.451.287,00	7.835.595,35	4.105.003,68	56.336.349,71
Contribuições	5.613.280,05	5.518.187,82	5.437.452,52	5.389.379,63	5.462.536,73	6.018.885,39	11.759.112,03	7.519.883,29	7.885.354,82	6.352.273,90	6.130.614,18	5.930.939,18	79.020.939,34
Receta Patrimonial	7.329.000,12	2.462.07,09	2.990.598,12	18.110.033,74	5.519.314,52	5.069.639,74	15.928.135,61	1.011.909,29	2.185.790,58	5.247.435,11	9.095.343,60	12.924.486,80	85.660.894,32
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.204.223,29	75.862,31	2.890.986,81	17.986.284,88	5.168.450,71	4.956.202,10	15.818.915,70	857.550,72	2.003.691,39	4.991.529,61	8.826.303,05	12.730.312,58	83.506.813,15
Outras Receitas Patrimoniais	124.776,83	170.944,78	100.511,31	123.748,86	352.863,81	113.437,64	108.219,91	154.358,57	182.099,19	255.905,50	272.040,55	194.174,22	2.194.081,17
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	7.779.469,55	8.429.135,62	7.276.644,12	8.191.970,29	8.000.654,74	8.188.480,49	8.487.689,47	7.842.260,00	8.437.788,10	8.534.985,21	9.735.828,09	7.771.695,83	98.676.401,51
Transferências Correntes	63.666.647,35	64.827.132,29	63.507.894,72	63.816.282,97	67.601.283,70	85.705.384,42	67.313.752,56	69.095.021,08	65.291.527,76	66.800.513,45	68.571.860,16	65.027.664,54	811.225.055,00
Cota-Parte do FPM	6.298.213,01	4.684.572,79	3.533.108,39	4.013.588,18	5.041.544,17	8.822.736,47	6.211.073,06	6.822.491,69	5.102.293,86	4.983.702,72	6.395.714,02	5.037.893,92	66.952.928,28
Cota-Parte do ICMS	21.441.381,64	21.291.121,68	21.763.537,34	21.958.241,37	23.252.513,22	25.090.991,08	25.144.561,91	24.396.002,54	22.929.584,66	23.516.682,74	23.150.305,87	22.608.531,38	276.545.435,43
Cota-Parte do IPVA	5.045.804,18	5.374.498,90	4.670.223,23	4.973.285,45	3.289.054,39	2.076.028,90	3.493.906,93	4.306.643,17	4.962.230,72	5.245.090,45	5.340.179,86	4.967.886,60	53.325.130,78
Cota-Parte do ITR	351,12	659,21	5.132,12	11.985,09	482,30	644,88	1.670,13	1.853,41	1.853,41	1.750,82	69,55	924,97	25.652,89
Transferências da LC 87/1996	68.889,05	68.889,05	68.889,05	68.889,05	68.889,05	68.889,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413.334,30
Transferências da LC 61/1989	298.787,09	323.143,66	323.097,71	327.941,53	314.843,34	379.374,98	298.540,03	303.319,29	292.940,22	298.986,14	290.804,99	304.972,02	3.742.751,00
Transferências do FUNDEB	12.101.422,51	12.561.438,27	12.799.794,81	12.988.866,94	13.395.407,22	14.772.258,21	14.392.905,66	14.668.723,97	13.332.758,83	13.590.505,19	14.257.102,11	13.018.518,15	161.879.701,97
Outras Transferências Correntes	18.411.798,75	20.522.810,73	20.343.912,07	19.473.495,36	22.258.530,01	34.494.460,85	17.764.635,48	18.595.170,09	18.663.886,16	19.163.815,59	19.137.683,76	19.488.941,50	246.340.120,35
Outras Receitas Correntes	4.939.866,78	4.976.028,72	4.353.350,80	9.473.319,26	6.139.699,58	6.008.614,04	3.505.699,30	3.779.246,16	3.771.910,17	5.099.407,76	5.054.070,89	4.430.697,14	61.531.530,60
DEDUÇÕES (II)	11.393.525,11	10.569.414,01	10.350.024,52	10.515.706,02	10.611.465,72	13.016.436,83	18.356.549,64	14.277.023,97	12.620.624,36	12.785.953,59	12.436.498,34	12.091.543,06	148.024.825,17
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	3.515.990,64	3.498.394,36	3.524.268,83	3.524.055,54	3.500.735,49	4.031.833,20	6.442.879,93	3.535.856,20	3.515.265,99	3.539.337,16	3.525.486,66	3.521.598,88	45.675.741,88
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	1.763.819,02	722.443,25	752.998,32	720.924,53	721.265,16	2.226.750,43	4.886.427,63	3.575.142,62	2.446.358,06	2.437.378,10	1.875.597,05	2.065.903,43	24.194.897,60
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	6.113.705,45	6.348.576,40	6.072.857,37	6.270.785,95	6.389.465,07	6.757.853,20	7.027.242,08	7.168.025,15	6.659.980,31	6.809.238,33	7.035.414,63	6.504.040,75	79.154.185,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	106.277.329,67	102.644.477,08	101.252.700,77	124.070.167,64	110.773.639,10	132.993.147,68	117.116.596,97	140.811.678,83	109.017.422,28	111.328.119,01	120.453.064,63	114.059.144,04	1.390.800.487,70

Fonte: Sistema Thema GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 05h e 01m

MARIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal
CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
Secretário Municipal de Gestão Financeira
CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
Contadora - CRC/SC-033340/O-4
CPF 065.174.289-76

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação Nº 2108953



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre / 2019		Até o Bimestre / 2018			
RECEITAS CORRENTES (I)	237.673.000,00	237.673.000,00	123.997.052,59		106.334.854,52			
Receitas de Contribuições dos Segurados	48.296.000,00	48.296.000,00	24.080.454,82		24.034.531,75			
Civil	48.296.000,00	48.296.000,00	24.080.454,82		24.034.531,75			
Ativo	45.099.000,00	45.099.000,00	22.322.261,40		22.433.467,32			
Inativo	2.967.000,00	2.967.000,00	1.640.369,45		1.499.408,49			
Pensionista	230.000,00	230.000,00	117.823,97		101.655,94			
Militar	0,00	0,00	0,00		0,00			
Ativo	0,00	0,00	0,00		0,00			
Inativo	0,00	0,00	0,00		0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00		0,00			
Receitas de Contribuições Patronais	117.387.000,00	117.387.000,00	46.449.002,20		44.820.190,22			
Civil	117.387.000,00	117.387.000,00	46.449.002,20		44.820.190,22			
Ativo	117.387.000,00	117.387.000,00	46.449.002,20		44.820.190,22			
Inativo	0,00	0,00	0,00		0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00		0,00			
Militar	0,00	0,00	0,00		0,00			
Ativo	0,00	0,00	0,00		0,00			
Inativo	0,00	0,00	0,00		0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00		0,00			
Receita Patrimonial	61.569.000,00	61.569.000,00	42.820.961,45		15.301.036,05			
Receitas Imobiliárias	52.000,00	52.000,00	0,00		0,00			
Receitas de Valores Mobiliários	61.517.000,00	61.517.000,00	42.820.961,45		15.301.036,05			
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00			
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00		0,00			
Outras Receitas Correntes	10.421.000,00	10.421.000,00	10.646.634,12		22.179.096,50			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	10.070.000,00	10.070.000,00	10.526.721,98		7.595.216,03			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00		0,00			
Demais Receitas Correntes	351.000,00	351.000,00	119.912,14		14.583.880,47			
RECEITAS DE CAPITAL (III)	27.000,00	27.000,00	0,00		0,00			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	27.000,00	27.000,00	0,00		0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00		0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	237.700.000,00	237.700.000,00	123.997.052,59		106.334.854,52			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	175.489.000,00	175.489.000,00	85.399.368,79	77.479.752,02	85.399.368,79	77.246.969,20	0,00	259.963,99
Benefícios - Civil	175.193.000,00	175.193.000,00	85.271.274,55	76.059.769,51	85.271.274,55	76.059.769,51	0,00	0,00
Aposentadorias	175.193.000,00	175.193.000,00	75.604.098,23	67.013.717,05	75.604.098,23	67.013.717,05	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	9.008.648,65	8.016.311,82	9.008.648,65	8.016.311,82	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	658.527,67	1.029.740,64	658.527,67	1.029.740,64	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	296.000,00	296.000,00	128.094,24	1.419.982,51	128.094,24	1.187.199,69	0,00	259.963,99
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	296.000,00	296.000,00	128.094,24	1.419.982,51	128.094,24	1.187.199,69	0,00	259.963,99
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	175.489.000,00	175.489.000,00	85.399.368,79	77.479.752,02	85.399.368,79	77.246.969,20	0,00	259.963,99
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	62.211.000,00	62.211.000,00	38.597.683,80	28.855.102,50	38.597.683,80	29.087.885,32		
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR			38.706.000,00					
APORTE DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Pré-definidos								
Outros Aportes para o RPPS								
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA							
	2019				2018			
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.313,10				77.218,46			
Investimentos e Aplicações	491.917.880,54				459.434.121,69			
Outros Bens e Direitos	0,00				0,00			

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO
REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação (2/2)

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO FINANCEIRO								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018				
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00				
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTE DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			APORTES REALIZADOS					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								
Recursos para Formação de Reserva								

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 05h e 02m

MÁRIO HILDEBRANDT
 Prefeito Municipal
 CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
 Secretário Municipal de Gestão Financeira
 CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
 Contadora - CRC/SC-033340/O-4
 CPF 065.174.289-76

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação Nº 2108955



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o 3º Bimestre/2019	
		RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.605.922.100,00		754.156.277,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	435.591.000,00		224.829.342,86
IPTU	95.600.000,00		71.170.539,97
ISS	169.700.000,00		79.995.363,58
ITBI	31.300.000,00		14.606.868,03
IRRF	62.250.000,00		27.988.788,56
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	76.741.000,00		31.067.782,72
Contribuições	97.461.000,00		45.581.177,20
Receita Patrimonial	86.115.500,00		46.396.100,99
Aplicações Financeiras (II)	68.798.500,00		45.228.303,05
Outras Receitas Patrimoniais	17.317.000,00		1.167.797,94
Transferências Correntes	784.484.000,00		360.899.398,30
Cota-Parte do FPM	59.200.000,00		27.647.332,47
Cota-Parte do ICMS	212.800.000,00		113.398.119,87
Cota-Parte do IPVA	40.800.000,00		22.332.750,66
Cota-Parte do ITR	80.000,00		5.118,58
Transferências da LC 87/1996	680.000,00		0,00
Transferências da LC 61/1989	2.480.000,00		1.420.450,13
Transferências do FUNDEB	159.900.000,00		83.260.514,01
Outras Transferências Correntes	308.544.000,00		112.835.112,58
Demais Receitas Correntes	202.270.600,00		76.450.258,12
Outras Receitas Financeiras (III)			
Receitas Correntes Restantes	202.270.600,00		76.450.258,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	1.537.123.600,00		708.927.974,42
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.187.772.000,00		42.077.217,10
Operações de Crédito (VI)	734.681.000,00		41.022.602,06
Amortização de Empréstimos (VII)			
Alienação de Bens	183.000,00		0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)			
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	183.000,00		0,00
Outras Alienações de Bens	0,00		0,00
Transferências de Capital	452.908.000,00		1.054.615,04
Convênios	449.148.000,00		921.115,04
Outras Transferências de Capital	3.760.000,00		133.500,00
Outras Receitas de Capital			
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)			
Outras Receitas de Capital Primárias			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	452.908.000,00		1.054.615,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	1.990.031.600,00		709.982.589,46

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o 3º Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.436.427.878,40	785.972.314,33	566.481.999,42	545.293.263,51	49.547.408,86	39.333.416,02	38.971.384,44
Pessoal e Encargos Sociais	707.895.713,80	350.342.701,69	350.272.979,56	344.039.880,92	1.587.672,77	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	15.857.000,00	7.603.393,40	7.603.393,40	7.603.393,40	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	712.675.164,60	428.026.219,24	208.605.626,46	193.649.989,19	47.959.736,09	39.333.416,02	38.971.384,44
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Despesas Correntes	712.675.164,60	428.026.219,24	208.605.626,46	193.649.989,19	47.959.736,09	39.333.416,02	38.971.384,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.420.570.878,40	778.368.920,93	558.878.606,02	537.689.870,11	49.547.408,86	39.333.416,02	38.971.384,44
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.347.147.257,17	118.317.812,60	78.036.788,45	77.159.435,48	5.641.338,21	7.092.186,86	7.092.186,86
Investimentos	1.296.746.257,17	82.976.263,25	42.921.851,53	42.044.498,56	5.108.384,54	7.092.186,86	7.092.186,86
Inversões Financeiras	16.000.000,00	14.228.702,01	14.002.089,58	14.002.089,58	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA							
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o 3º Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras	16.000.000,00	14.228.702,01	14.002.089,58	14.002.089,58	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	34.401.000,00	21.112.847,34	21.112.847,34	21.112.847,34	532.953,67	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.312.746.257,17	97.204.965,26	56.923.941,11	56.046.588,14	5.108.384,54	7.092.186,86	7.092.186,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	2.733.467.135,57	875.573.886,19	615.802.547,13	593.736.458,25	54.655.793,40	46.425.602,88	46.063.571,30
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							15.526.766,51

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
---------------------------------------	----------------

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência

-737.554.000,00

JUROS NOMINAIS	Até o 3º Bimestre/2019
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	45.228.303,05
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	29.371.543,34
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	31.383.526,22

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
--------------------------------------	----------------

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência

17.924.059,96

Continua (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018	Até o 3º Bimestre/2019
	(a)	(b)

DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	397.412.346,12	458.494.611,50
DEDUÇÕES (XXIX)	54.751.739,79	165.916.425,56
Disponibilidade de Caixa	44.288.509,11	165.859.228,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	126.658.129,38	167.433.335,43
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	82.369.620,27	1.574.106,86
Demais Haveres Financeiros	10.463.230,68	57.196,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	342.660.606,33	292.578.185,94
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		50.082.420,39

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o 3º Bimestre/2019
---------------------	------------------------

VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	80.795.513,41
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	125.468.076,61
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	94.754.983,59
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	94.754.983,59
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	78.898.223,88
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	78.898.223,88

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
------------------------	-----------------------

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

38.706.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 05h e 07m

MARIO HILDEBRANDT
 Prefeito Municipal
 CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
 Secretário Municipal de Gestão Financeira
 CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
 Contadora - CRC/SC-033340/O-4
 CPF 065.174.289-76

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação Nº 2108958



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO A JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

PREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)	PODER / ORGAO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Reais
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo		
		Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018					Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018					
				(a)	(b)	(c)	(d)			(e)=(a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	
Restos a Pagar (Exceção Intra-orçamentários) (l)														
Executivo														
		29.096,21	56.487.189,68	55.188.747,07	124.479,02	1.203.059,80	864.278,06	59.452.041,05	46.425.602,88	46.063.571,30	4.790.397,59	9.462.350,22	10.665.410,02	
		29.096,21	56.441.374,02	55.149.605,91	124.479,02	1.196.385,30	864.278,06	59.452.041,05	46.425.602,88	46.063.571,30	4.790.397,59	9.462.350,22	10.658.735,52	
	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	3.413,85	3.413,85	0,00	0,00	0,00	3.165,09	2.876,14	2.876,14	288,95	0,00	0,00	
	FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	23.250,38	23.250,38	0,00	0,00	0,00	55.739,58	45.580,04	45.580,04	1.843,54	8.316,00	8.316,00	
	FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	8.637,29	8.637,29	0,00	0,00	0,00	27.427,55	26.513,79	26.513,79	863,76	50,00	50,00	
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	378.359,04	378.359,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	52.756,47	52.756,47	0,00	0,00	10.729,67	117.425,64	104.459,30	104.459,30	5.210,76	18.485,25	18.485,25	
	FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	22.064,94	629.345,14	629.345,14	0,00	22.064,94	9.460,21	493.476,91	423.276,75	404.681,18	901,96	97.353,98	119.418,92	
	FUNDO MUNIC.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	47.252,79	46.864,79	0,00	388,00	0,00	129.116,32	102.920,42	102.920,42	4.811,43	21.384,47	21.772,47	
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	369.157,68	362.915,00	3.804,48	2.438,20	0,00	753.929,80	630.615,78	630.601,78	95.480,02	27.848,00	30.286,20	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	5.736.576,46	5.733.143,75	25,20	3.407,51	0,00	30.757.519,68	25.002.973,68	24.692.698,99	2.910.851,48	3.153.969,21	3.157.376,72	
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	8.961,98	8.961,98	0,00	0,00	0,00	609.380,85	565.617,90	565.617,90	43.762,95	0,00	-0,00	
	INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	311,50	244.450,49	244.761,99	0,00	0,00	0,00	259.963,99	119.810,17	116.177,21	1.883,38	141.903,40	141.903,40	
	INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITUPAVA	0,00	173.020,06	173.020,06	0,00	0,00	0,00	65.528,09	44.732,01	44.732,01	20.796,08	0,00	-0,00	
	INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA	0,00	5.953,82	5.953,82	0,00	0,00	0,00	2.043,39	1.395,00	1.395,00	648,39	0,00	0,00	
	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	3.640.599,26	3.640.599,26	0,00	0,00	0,00	420.578,13	417.770,90	417.770,90	2.807,23	0,00	-0,00	
	SECR. MUNIC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0,00	205.341,34	203.421,34	0,00	1.920,00	0,00	183.488,20	168.014,53	168.014,53	15.473,67	0,00	1.920,00	
	SECR. MUNIC. DE DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREEND.	0,00	39.010,44	39.010,44	0,00	0,00	0,00	147.551,37	64.884,71	64.884,71	1.213,34	81.453,32	81.453,32	
	SECR. MUNIC. DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO	0,00	24.959,27	24.559,27	0,00	400,00	0,00	27.015,46	20.229,21	20.229,21	6.786,25	0,00	400,00	
	SECRET. EXECUT. PROG. MOBIL. SUST. E DE PROJETOS ESPECIAIS	0,00	8.812,41	8.812,41	0,00	0,00	0,00	2.937,83	1.885,80	1.885,80	1.052,03	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TRANSPARENCIA	0,00	105.970,53	105.970,53	0,00	0,00	0,00	146.864,79	49.783,00	49.783,00	93.460,53	3.611,26	3.611,26	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.127.153,51	1.883.543,73	0,00	243.609,78	0,00	1.117.308,34	596.202,79	596.202,79	307.105,55	214.000,00	457.609,78	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA	0,00	3.725.095,60	3.725.095,60	0,00	0,00	0,00	5.175.637,23	5.042.509,58	5.013.302,94	109.246,13	53.088,16	53.088,16	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	156.662,92	156.662,92	0,00	0,00	0,00	1.048.306,47	428.322,45	428.322,45	221.945,30	398.038,72	398.038,72	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.111,00	0,00	3.111,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	276.757,43	276.757,43	0,00	0,00	0,00	64.183,12	62.531,28	62.531,28	0,00	1.651,84	1.651,84	

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO A JUNHO

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (l)=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k)=(f+g)-(i+j)	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018					
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	29.983,19	29.983,19	0,00	0,00	0,00	33.723,69	33.676,19	33.676,19	47,50	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	29.304.968,08	28.391.616,59	120.649,34	792.702,15	804.756,83	4.849.987,99	3.256.115,53	3.255.806,81	659.932,23	1.739.005,78	2.531.707,93
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	2.066.928,22	2.029.822,72	0,00	37.105,50	0,00	209.302,63	195.763,35	195.763,35	13.539,28	0,00	37.105,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA	0,00	707.019,46	627.760,95	0,00	79.259,51	0,00	5.240.997,87	3.685.888,85	3.685.888,85	4.215,22	1.550.893,80	1.630.152,31
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	179,81	0,00	0,00	0,00	179,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.945,76	0,00	2.945,76	2.945,76	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.385,59	0,00	0,00	0,00	0,00	36.385,59	36.385,59
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER	0,00	44.505,34	44.505,34	0,00	0,00	0,00	34.042,24	32.944,62	32.944,62	1.097,62	0,00	-0,00
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSPITO E TRANSPORTE - SETERB	3.428,96	256.738,58	257.500,10	0,00	2.667,44	0,00	1.515.087,26	1.105.044,57	1.105.044,57	196.412,08	213.630,61	216.298,05
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	6.039.732,99	6.029.489,53	0,00	10.243,46	0,00	5.960.321,54	4.190.319,78	4.190.319,78	68.720,93	1.701.280,83	1.711.524,29
Legislativo	0,00	45.815,66	39.141,16	0,00	6.674,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.674,50
CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	45.815,66	39.141,16	0,00	6.674,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.674,50
Restos a Pagar (Intra-orçamentários) (II)	9.015,48	25.844.318,90	592.217,43	25.252.101,47	9.015,48	0,00	1.209.963,62	1.203.678,37	1.203.678,37	6.285,25	0,00	9.015,48
TOTAL (III) = (I + II)	38.111,69	82.331.508,58	55.780.964,50	25.376.580,49	1.212.075,28	864.278,06	60.662.004,67	47.629.281,25	47.267.249,67	96.682,84	9.462.350,22	10.674.425,50

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (l)=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k)=(+g)/(+j)	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018					
Restos a Pagar Intra-orçamentários	9.015,48	25.844.318,90	592.217,43	25.252.101,47	9.015,48	0,00	1.209.963,62	1.203.678,37	1.203.678,37	6.285,25	0,00	9.015,48
Executivo	9.015,48	25.844.318,90	592.217,43	25.252.101,47	9.015,48	0,00	1.209.963,62	1.203.678,37	1.203.678,37	6.285,25	0,00	9.015,48
CONTROLEADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	61.539,58	0,00	61.539,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	33.672,69	33.672,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	418,64	418,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	75.665,26	75.665,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019 / BIMESTRE MAIO A JUNHO

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)=(+g)-(+f)
Saldo Total (l)=(e+k)											
FUNDAÇÃO PROMOT.DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	9.015,48	17.650,82	17.650,82	0,00	9.015,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	9.677.520,40	6.713,01	9.670.807,39	0,00	1.178,22	1.178,22	1.178,22	1.178,22	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	25.927,46	0,00	25.927,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	0,00	13.023,26	13.023,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITUPAVA	0,00	32.607,04	149,20	32.457,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA	0,00	11.287,61	337,42	10.950,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	433.240,27	0,00	433.240,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR. MUNIC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0,00	46.618,73	0,00	46.618,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR. MUNIC. DE DESENV. ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREEND.	0,00	189.770,02	35,47	189.734,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR. MUNIC. DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO	0,00	68.187,88	0,00	68.187,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. EXECUT. PROG. MOBIL. SUST. E DE PROJETOS ESPECIAIS	0,00	48.618,79	0,00	48.618,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TRANSPARENCIA	0,00	155.325,71	0,00	155.325,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	891.024,79	6.390,60	884.634,19	0,00	1.169,80	1.169,80	0,00	0,00	1.169,80	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA	0,00	399.237,44	1.279,50	397.957,94	0,00	0,00	216,12	0,00	0,00	216,12	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	165.228,87	89,94	165.138,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	1.056.785,02	2.503,66	1.054.281,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	642.308,21	0,00	642.308,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	10.683.282,42	25.498,00	10.657.784,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	485.853,13	0,00	485.853,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA	0,00	145.151,48	0,00	145.151,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER	0,00	75.839,46	256,04	75.583,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	790,83	790,83	0,00	0,00	0,00	7.275,03	2.375,70	2.375,70	4.899,33	0,00
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	407.743,09	407.743,09	0,00	0,00	1.200.124,45	1.200.124,45	1.200.124,45	0,00	0,00	0,00
TOTAL Intra-orçamentários	9.015,48	25.844.318,90	592.217,43	25.252.101,47	9.015,48	0,00	1.209.963,62	1.203.678,37	1.203.678,37	6.285,25	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 05h e 09m

MARIO HILDEBRANDT
 Prefeito Municipal
 CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
 Secretário Municipal de Gestão Financeira
 CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
 Contadora - CRC/SC-033340/O-4
 CPF 065.174.289-76

RELATÓRIOS LRF - RREO 3º BIM 2019 - SEGEFI

Publicação Nº 2108960



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		2.888.606.000,00			
Previsão Atualizada		2.888.606.000,00			
Receitas Realizadas		837.691.790,41			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		32.765.735,57			
DESPESAS					
Dotação Inicial		2.849.900.000,00			
Créditos Adicionais		32.765.735,57			
Dotação Atualizada		2.882.665.735,57			
Despesas Empenhadas		950.522.042,76			
Despesas Liquidadas		690.215.864,89			
Despesas Pagas		662.136.705,43			
Superávit Orçamentário		147.475.925,52			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		950.522.042,76			
Despesas Liquidadas		690.215.864,89			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		1.390.800.487,70			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		0,00			
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO					
Previdenciárias Realizadas(IV)		123.997.052,59			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		85.399.368,79			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		38.597.683,80			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Primário - Acima da Linha		-737.554.000,00	15.526.766,51	-2,11%	
Resultado Nominal - Acima da Linha		17.924.059,96	31.383.526,22	175,09%	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		82.369.620,27	25.376.580,49	55.780.964,50	1.212.075,28
Poder Executivo		82.323.804,61	25.376.580,49	55.741.823,34	1.205.400,78
Poder Legislativo		45.815,66	0,00	39.141,16	6.674,50
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		61.526.282,73	4.796.682,84	47.267.249,67	9.462.350,22
Poder Executivo		61.526.282,73	4.796.682,84	47.267.249,67	9.462.350,22
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		143.895.903,00	30.173.263,33	103.048.214,17	10.674.425,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		-11.013.934,58	25,00%	100,00%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60,00%	0,00%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito		0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida		0,00		0,00	

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 2018	10º Exercício 2027	20º Exercício 2037	35º Exercício 2052
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	159.363.987,32	364.183.977,53	489.904.144,10	414.172.666,89
Despesas Previdenciárias Liquidadas	146.056.320,41	255.021.450,65	353.389.737,54	364.993.959,16
Resultado Previdenciário	13.307.666,91	109.162.526,88	136.514.406,56	49.178.707,73
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	0,00%		0,00%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)				0,00%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 31 de Julho de 2019 e hora da emissão 05h e 11m

MARIO HILDEBRANDT
 Prefeito Municipal
 CPF 674.916.349-15

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI
 Secretário Municipal de Gestão Financeira
 CPF 037.214.479-99

FRANCINE NAYRA DOS SANTOS
 Contadora - CRC/SC-033340/O-4
 CPF 065.174.289-76

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 04/2019 (FMS)

Publicação Nº 2108761

FMS/Bom Jardim da Serra/SC

Processo/Ano 08/2019

Pregão presencial 04/2019 para registro de preços

Forma de julgamento: menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA UNIDADES INTEGRANTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com a pregoeira participa a todos os interessados (ME's e EPP's) que estará recebendo e abrirá as propostas dia 15/08/2019 às 13horas para aquisição/contratação do(s) objeto(s) em epígrafe. O Edital segue as Leis 10.520/02 , LC 123/06, 147/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 31 de julho de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

Bom Jesus

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2019

Publicação Nº 2107425

LEI COMPLEMENTAR Nº002/2019

Origem do Projeto de Lei Complementar nº003/2019

Dispõe sobre a reformulação do Sistema de Controle Interno do Município, revoga a Lei nº280/2003, de 07 de maio de 2003 e dá outras providências.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Sistema de Controle Interno do Município, referido na Lei Complementar nº. 280/2003, de 07 de maio de 2003 ora revogada, o qual visa assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos, e a avaliação dos resultados obtidos pela Administração, passa a funcionar conforme as disposições desta Lei.

Título II

DAS CONCEITUAÇÕES

Art. 2º - O controle interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela Administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3º - Entende-se por Sistema de Controle Interno do Município o conjunto de atividades de controle exercidas em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades da estrutura organizacional, compreendendo, especialmente:

I - o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia visando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos; a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e o cumprimento da legislação e das normas gerais que regulam a atividade específica da unidade;

II - o controle sobre o uso e guarda dos bens tangíveis e intangíveis, pertencentes ao Município;

III - o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças, e pelas unidades executoras;

IV - O controle exercido pela Unidade de Coordenação do Controle Interno destinado a avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução orçamentária, o atendimento dos limites constitucionais relativamente a despesas com pessoal, educação e saúde, a consistência dos relatórios de gestão fiscal e a observância das disposições relativas aos incisos I a VI, do art. 59, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.00;

V - o controle exercido pela Unidade de Coordenação do Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, através da atividade de auditoria interna.

Título III

DAS FINALIDADES

Art. 4º - O Sistema de Controle Interno do Município tem a finalidade de assegurar:

I - a avaliação da obtenção dos resultados previstos nos Programas do Plano Plurianual, do cumprimento das metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e da execução orçamentária do Município;

II - a observância às normas legais e regulamentares e a busca da eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal;

III - a verificação da correta aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IV - a consistência dos relatórios emitidos pelos órgãos e entidades da Administração Municipal, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e às Resoluções do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

V – a constante otimização e o cumprimento das rotinas administrativas, incluindo procedimentos de controles preventivos;

VI – o auxílio aos órgãos de controle externo no exercício de suas funções institucionais.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - O Sistema de Controle Interno do Município atuará com a seguinte organização:

I – Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI, como órgão central do Sistema;

II – Unidades executoras do Sistema de Controle Interno; todas as unidades da estrutura organizacional do Município.

Art. 6º - O Sistema de Controle Interno, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, criada na estrutura organizacional da administração pública municipal pelo art. 20, da Lei Complementar nº. 001/2006, de 19 de junho de 2006, passa a ser denominada de Unidade de Coordenação do Controle Interno - UCCI, a qual, como órgão central do Sistema de Controle Interno, atuará em todos os órgãos e entidades da Administração Municipal, com a independência profissional necessária para o desempenho de suas atribuições.

Art. 7º - Entendem-se por unidades executoras do Sistema de Controle Interno as diversas unidades da estrutura organizacional do Município, no exercício de atividades de controle interno, inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.

Art. 8º - O Sistema de Controle Interno do Município não atingirá a função legislativa exercida pela Câmara de Vereadores.

§ 1º - Na qualidade de unidade orçamentária, a Câmara de Vereadores passa a ser considerada como unidade executora do Sistema de Controle Interno e, como tal, subordina-se à observância das normas e procedimentos de controle, a serem por ela expedidas conforme padronização e orientação técnica da Unidade de Coordenação do Controle Interno - UCCI, objetivando a integração contábil com o Poder Executivo.

Título V

DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 9º - À Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, compete:

I - coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Município, promover a sua integração operacional e orientar a expedição dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado e com a Câmara de Vereadores, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

III - assessorar a Administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e, em situações específicas, quanto à legalidade dos atos de gestão;

IV - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelas unidades executoras do Sistema, através da atividade de auditoria interna;

V – realizar auditorias específicas em unidades da Administração Direta e Indireta, voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos recebidos através de convênios; e, em entidades de direito privado, voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos transferidos pelo Município;

VI – realizar auditorias específicas sobre o cumprimento de contratos firmados pelo Município na qualidade de contratante e sobre os permissionários e concessionários de serviços públicos;

VII – avaliar, em nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos do Município;

VIII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas na Área de Saúde;

IX – exercer o acompanhamento sobre o cumprimento das metas fiscais e sobre a observância aos limites e condições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

X – efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e do Inciso VI, do art. 59, da Lei Complementar nº 101/00;

XI - manifestar-se, em caráter excepcional e quando solicitado pela Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos,

contratos e outros instrumentos congêneres;

XII – orientar o estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Pública Municipal, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

XIII – verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar;

XIV – efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar nº 101/00;

XV – efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no artigo 31, da Lei Complementar nº 101/00;

XVI – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00;

XVII – exercer o acompanhamento sobre a elaboração e divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XVIII - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município;

XIX - manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações;

XX - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública municipal, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XXI – instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Município;

XXII – alertar a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, indicando formalmente as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem ou não em prejuízo ao erário; praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, assegurando-lhes sempre a oportunidade do contraditório e da ampla defesa;

XXIII – dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração não tomou as providências cabíveis visando à apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário.

Título VI

DAS RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DAS UNIDADES COMPONENTES DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DE CONTABILIDADE E FINANÇAS EM RELAÇÃO AO CONTROLE INTERNO

Art. 10º - As unidades componentes dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças, no que tange ao controle interno, além das constantes do art. 10, têm as seguintes responsabilidades:

I – exercer o controle orçamentário e financeiro sobre as receitas e as aplicações dos recursos, em especial aferindo o cumprimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, previstos no art. 8º, da Lei Complementar nº 101/00, assim como, da adoção das medidas de limitação de empenho e de movimentação financeira, que vierem a ser adotadas com vistas à obtenção do equilíbrio orçamentário e financeiro;

II – exercer o controle, através dos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, objetivos, metas e Orçamento e a observância à legislação e às normas que orientam as atividades de planejamento, de orçamento, financeira e contábil;

III – controlar os limites de endividamento e aferir as condições para a realização de operações de crédito, assim como para a inscrição de compromissos em Restos a Pagar, na forma da legislação vigente;

IV – efetuar o controle sobre a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dos orçamentos do Município, na administração direta e indireta, e sobre a abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários;

V - manter controle dos compromissos assumidos pela Administração Municipal junto às entidades credoras, por empréstimos tomados ou relativos a dívidas confessadas, assim como, dos avais e garantias prestadas e dos direitos e haveres do Município;

VI - examinar e emitir parecer sobre as contas que devem ser prestadas, referentes aos recursos concedidos a qualquer pessoa física ou entidade à conta dos Orçamentos do Município, a título de subvenções, auxílios e/ou contribuições, adiantamentos ou suprimentos de fundos, bem como promover a tomada de contas dos responsáveis em atraso;

VII – exercer o controle sobre valores à disposição de qualquer pessoa física ou entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou

administre qualquer conta do patrimônio público municipal ou pelas quais responda ou, ainda, que em seu nome assuma obrigações de natureza pecuniária, exigindo as respectivas prestações de contas, se for o caso;

VIII – analisar as prestações de contas da Câmara de Vereadores, relativas aos suprimentos que lhe são repassados pelo Executivo e adotar as providências com vistas ao saneamento de eventuais irregularidades;

IX - propor a expansão e o aprimoramento dos sistemas de processamento eletrônico de dados, para que permitam realizar e verificar a contabilização dos atos e fatos da gestão de todos os responsáveis pela execução dos orçamentos fiscal, de seguridade social e de investimentos, com a finalidade de promover as informações gerenciais necessárias à tomada de decisões;

X - exercer o acompanhamento do processo de lançamento, arrecadação, baixa e contabilização das receitas próprias, bem como quanto à inscrição e cobrança da Dívida Ativa;

XI – elaborar a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, submetendo-a a apreciação da Unidade de Coordenação do Controle Interno;

XII – aferir a consistência das informações rotineiras prestadas ao Tribunal de Contas do Estado e das informações encaminhadas à Câmara de Vereadores do Município, sobre matéria financeira, orçamentária e patrimonial, na forma de regulamentos próprios;

XIII – exercer o controle sobre a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00.

Título VII

DAS RESPONSABILIDADES DE TODAS AS UNIDADES EXECUTORAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 11º – Às unidades executoras, integrantes da estrutura organizacional do Município, por seus servidores, compete:

I – exercer os procedimentos de controle estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II – exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III – exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Município, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou unidade que os utilize no desempenho de suas funções;

IV – avaliar, sob o aspecto da legalidade e economicidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos à sua respectiva área de atuação;

V – comunicar ao nível hierárquico superior e à Unidade de Coordenação do Controle Interno, para as providências necessárias e sob pena de responsabilidade solidária, a ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômicos de que resultem, ou não, em dano ao erário;

VI – Propor à Unidade de Coordenação do Controle Interno, a atualização ou a adequação das instruções normativas e demais normas de controle interno;

VII – apoiar os trabalhos de auditoria interna, facilitando o acesso a documentos e informações, e adotar as recomendações apresentadas nos relatórios de auditoria.

VIII – prestar as informações e disponibilizar os documentos solicitados pela Unidade de Coordenação do Controle Interno.

Título VIII

DA ESTRUTURAÇÃO DA UCCI, DO PROVIMENTO DOS CARGOS, DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS DA FUNÇÃO

Art. 12º – Para o exercício das competências especificadas no art. 9º, as atividades da Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI, terão a seguinte segmentação: coordenação e auditoria interna e apoio técnico.

§ 1º - O segmento de coordenação do sistema e de auditoria interna será de responsabilidade do ocupante de cargo de coordenador do sistema de controle interno, TES (Técnico Superior) criado pela Lei Complementar nº. 004/2006.

§ 2º - Para o segmento de apoio técnico, 02 servidores, na função auxiliar de controle interno. SAU (serviços auxiliares) criado pela Lei Complementar nº. 004/2006.

Art. 13º – Constituem-se em garantias e prerrogativas dos ocupantes de cargo na Coordenadoria do Sistema de Controle:

I – independência profissional para o desempenho das atividades nas Administrações Direta e Indireta;

II – acesso a documentos ou informações indispensáveis ao exercício das atividades de controle interno;

Art. 14º- Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores da Unidade de Coordenação do Controle Interno no exercício das suas atribuições, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe der causa ou motivo.

Art. 15º- O servidor que exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob análise, utilizando-os, exclusivamente, para elaboração de relatórios e pareceres destinados à Chefia Superior, ao Chefe do Executivo e ao titular da unidade administrativa ou entidade na qual se procederam às constatações.

Título VIX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º – Nos termos da legislação, poderá ser requisitado ou contratado o trabalho de especialistas, para necessidades técnicas específicas, de responsabilidade da Unidade de Coordenação do Controle Interno.

Art. 17º - As despesas da Unidade de Coordenação do Controle Interno correrão à conta de dotações próprias, fixadas anualmente no Orçamento Fiscal do Município.

Art. 18º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº. 280/2003, de 07 de maio de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus – SC,
em 24 de Junho de 2019.
Rafael Calza
Prefeito Municipal

LEI RC Nº 726/2019

Publicação Nº 2107419

Lei RC nº726/2019

Origem do Projeto de Lei RC Nº010/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A REVERSÃO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor em especial o Art. 69º I da Lei Orgânica Municipal FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a reversão de imóvel recebido por doação, registrado na matrícula n. 25295, do Cartório de Registro de Imóveis de Xanxerê, referente ao lote n. 09, Gleba Única, do imóvel Chapecósinho III, com área de 0,1121ha, o qual passará a pertencer a sua origem à Mitra Diocesana de Chapecó, entidade religiosa, inscrito no CNPJ sob nº83.314.930/0001-47.

Art.2º Eventuais despesas para fins de viabilizar a transferência solene da propriedade serão suportadas pela Mitra Diocesana de Chapecó, a qual fica desde já, autorizada a registrar o imóvel referido no artigo anterior.

Art.3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Lei Municipal CFS Nº554/2012.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jesus (SC), 17 de Junho de 2019.
RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

LEI RC Nº 727/2019

Publicação Nº 2107422

Lei RC Nº727/2019

Origem do Projeto de Lei RC n. 011/2019

DESAFETA ÁREA DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor em especial o Art. 69º I da Lei Orgânica Municipal FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bem institucional de uso especial UTILIDADE PÚBLICA passando a integrar a categoria dos bens dominicais do Município, disponível para permutar o imóvel a seguir descrito e caracterizado:

IMÓVEL: O lote 02, da quadra 15A, com Área de 1.606,00m² (mil seiscentos e seis metros quadrados) de propriedade do Município de Bom

Jesus-SC, imóvel caracterizado de Utilidade Pública, localizado no lado de numeração ímpar da Av. Vergílio Sabino da Silva, esquina com a Rua Antônio Ezidio Marmementini, no município de Bom Jesus-SC, confrontando ao NORTE, com o lote 01 do Município de Bom Jesus-SC, (M. 25.995) em 44,00 metros, ao SUL, com a Rua Vergílio Sabino da Silva em 44,00 metros; a LESTE, com a Rua Antonio Ezidio Marmementini em 36,50 metros e a OESTE; com o lote 01, do Município de Bom Jesus-SC (M25.995) em 36,50 metros; possui inscrição imobiliária nº01.01.15.A.0002-0 e código do imóvel 11.351.

Parágrafo Único: Fica revogada a Lei Municipal VP nº719/2019.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina,
aos 17 de Junho de 2019.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal.

LEI RC Nº 728/2019

Publicação Nº 2107424

Lei RC Nº728/2019

Origem do Projeto de Lei RC Nº. 013/2019

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO ESTADIO DE FUTEBOL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor em especial o Art. 69º I da Lei Orgânica Municipal FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de ESTÁDIO MUNICIPAL ALCYDES BORTOLUZZI, O ESTÁDIO DE FUTEBOL, Situado na Rua Teófilo Ferreira Pedroso, Nº156- Centro- de Bom Jesus/SC.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal CFS nº529/2011 de 26/09/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina,
aos 17 de Junho de 2019.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal.

TP 4/2019

Publicação Nº 2109243

MUNICIPIO DE BOM JESUS – SC
Extrato de Edital

Edital de Tomada de Preços nº 4/2019
Processo Licitatório nº 54/2019

Município de Bom Jesus – SC, torna público, a todos os interessados, para que, querendo, apresentem propostas para o item desta licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço Global, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por Preço Global, em conformidade com a Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, torna público a Retificação do Edital bem como nas condições deste, com a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta, no Setor de Licitações, até o dia 16/08/2019 às 8h00min, e a abertura dos mesmos a realizar-se no dia 16/08/2019 às 8h15min, cujo objeto consiste na pavimentação com pedras poliédricas em diversas ruas do Município de Bom Jesus/SC, com área total de 23.850,10 m². Maiores informações ou a cópia da integral do presente, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bom Jesus, na Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus, em horário de expediente, pelo telefone (0xx49)3424-0181 ou no site www.bomjesus.sc.gov.br.

Bom Jesus - SC, 01 de agosto de 2019.
Rafael Calza
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

45.19 - DEC. DELEGA PODERES BANCO DO BRASIL

Publicação Nº 2109034

Decreto Nº 45/19 de 26.07.19

DELEGA PODERES PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Senhor MARTIM AFONSO KONNO DE DORNELLAS CYSNEIROS – CPF 109.946.087-56, nomeado através da PORTARIA N.º 576/19 de 13.05.19, para perante o Banco do Brasil S/A solicitar saldos e extratos, Enviar Remessas para Registro de Guias; e Baixar os Arquivos de Retornos de Pagamentos das Contas Correntes nº 10.984-3, 56.550-4, 57.581-X, e 202-X através do sistema online "Chave J" da titularidade da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 26 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL NILTON CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal Responsável Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

46.19 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO FMS.INCREMENTO PAB

Publicação Nº 2109035

Decreto N.º 46/19 de 31 de julho de 2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2019, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2397 de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.025.2201 -MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.38.64.07 - Recursos Incremento Temp. PAB R\$ 300.000,00

SubTotal R\$ 300.000,00

Total R\$ 300.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, fonte de Recurso 01.38.64.07 – Incremento ao Piso de Atenção Básica (PAB), receita: 4.17.18.03.11.13, proposta: 36000.258475/2019-00, Emenda Parlamentar Individual nº 18810025 – Parlamentar: Cesar Souza, no valor de R\$ 300.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 31 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS

Resp.Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

847.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA M. A. HINCKEL

Publicação Nº 2109000

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 847/19 de 30.07.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 26 de julho de 2019, a funcionária Ana Maria Alexandre Hinckel, Ocupante do cargo de Agente de Saúde – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – Equipe Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

848.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SUZI M. B. NECKEL

Publicação Nº 2109002

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 848/19 de 30.07.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 29 de julho com término no dia 11 de agosto de 2019, a funcionária Suzi Mara Broering Neckel, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

849.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMARY B. V. EGER

Publicação Nº 2109004

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 849/19 de 30.07.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a

contar do dia 26 de julho com término no dia 01 de agosto de 2019, a funcionária Rosemary Boa Ventura Eger, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

30 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS

Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

850.07.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ERONETE AP. S. SOUZA

Publicação Nº 2109006

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 850/19 de 30.07.19

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Ozair de Souza Neto, na realização de consulta, no dia 29 de julho de 2019, a funcionária Eronete Aparecida da Silva Souza, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – NAES.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

30 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS

Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

851.07.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA GORGES ROSAR

Publicação Nº 2109009

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 851/19 de 30.07.19

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar Terezinha da Silva Gorges, na realização de consulta, no dia 29 de julho de 2019, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

30 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS

Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

]

852.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCRECIA B. H. ROSA

Publicação Nº 2109010

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 852/19 de 30.07.19

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta na Declaração apresentada, 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica especializada, no dia 29 de julho de 2019, a funcionária Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, Ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão I – Nível 22, 50 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

853.07.19 - P. LIC. MOT. P. FAM. FABIOLA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2109011

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 853/19 de 31.07.19

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar, na realização de tratamento de saúde, no dia 30 de julho de 2019, a funcionária Fabíola de Oliveira, Ocupante do cargo de Monitor de Creche - Padrão I – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

854.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA CHINI

Publicação Nº 2109013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 854/19 de 31.07.19

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 12 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 29 de julho com término no dia 09 de agosto de 2019, a Funcionária Terezinha Chini, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem - Padrão I – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de julho de 2019.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

855.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE BERENICE SCHLEMPER

Publicação Nº 2109016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 855/19 de 31.07.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta na Declaração apresentada, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 29 de julho de 2019, a funcionária Berenice Schlemper, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família - Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de julho de 2019.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

856.07.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TEREZINHA CHINI

Publicação Nº 2109017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 856/19 de 31.07.19
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 26 de julho de 2019, a Funcionária Terezinha Chini, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem - Padrão I – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de julho de 2019.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

857.07..19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ALAMIR C. ALTHOFF

Publicação Nº 2109019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 857/19 de 31.07.19
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta na Declaração apresentada 01 (um) dia de licença para acompanhar seu filho Gabriel Henrique Althoff na realização de terapias psicológica, no dia 29 de julho de 2019, período vespertino, ao funcionário Alimir Cesar Althoff, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão 1 – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
31 de julho de 2019.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Resp. Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****EXTRATO ATA SESSÃO DESERTA P.L. 51/2019 P.P. 34/2019 MEDICAMENTOS TABELA MED/ANVISA.**

Publicação Nº 2107567

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2019
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 34/2019

A Prefeitura Municipal de Botuverá-SC, por intermédio da Secretaria de Saúde torna público para os interessados, que restou deserta a sessão marcada para o dia 29/07/2019 às 14:00 do presente processo licitatório, cujo objeto é Registro de Preços para aquisição de MEDICAMENTOS divulgados na lista da tabela MED/ANVISA.

MARCIA ADRIANA CANSIAN
Secretaria de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 069/2019

Publicação Nº 2108335

DECRETO Nº. 069/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(136) – 3.3.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura

(137) – 4.4.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 30 de Julho de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 070/2019

Publicação Nº 2108339

DECRETO Nº. 070/2019.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), conforme segue:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

(27) – 4.4.90.00.00.00.00 0100 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

(5) – 4.4.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.103 – Manutenção das Atividades Comunitárias

(13) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), conforme segue:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

(31) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0100 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

(3) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.103 – Manutenção das Atividades Comunitárias

(11) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 31 de Julho de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 33 2018

Publicação Nº 2084784

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vulcanizto tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	67,0307	1
2			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUIZ	0	66,0923	2
3			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	78,0847	3
2	Recape de pneu 1000x20 radial, bomachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	177,2600	1
2			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUIZ	0	172,5015	2
3			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	287,8564	3
3	Vulcanizto tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	88,3748	1
2			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	55,8948	2
3			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUIZ	0	90,7903	3
4	Vulcanizto pneu 17,5x25 com manchaço (9163)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	178,7495	1
2			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUIZ	0	181,5805	2
3			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	185,2869	3
5	Vulcanizto tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUIZ	0	81,9269	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 33/2018 Data do Registro: 01/11/2018 Válido até: 01/11/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanas E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Recape de pneu 17X5x25 a quente (23345)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	81,7112	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	744,7897	1
7	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	758,0986	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	780,8518	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	89,3748	1
8	Vulcanizo de pneu 1300 x 24 com mandbão (20370)	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	90,7903	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	175,0256	1
9	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	172,5015	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	181,9782	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	78,2029	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	77,1717	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 33/2018 Data do Registro: 01/11/2018 Válido até: 01/11/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Recape de pneu 19,5x24 - a quente. (11336)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	744,7897	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	749,0196	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	780,8518	3
11	Recape de Pneu 1300X24 a quente (23346)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	558,5923	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	567,4391	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	714,6779	3
12	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.079,9451	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	641,8866	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	1.248,3660	3
13	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.079,9451	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	641,8866	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	1.271,0636	3
14	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1.489,5795	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	694,8257	2

Página: 4/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manchação (9156)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	1.815,8051	3
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	279,2962	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	276,9103	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	284,5477	3
16	Recape de pneu 12.4x24 - a quente (11341)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	372,3949	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	399,4771	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	482,4076	3
17	Vulcanizo de pneus 12.4x24 com Manchação. (11342)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	137,7861	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	136,1854	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	145,5825	3
18	RECAPE DE PNEU 18 X 4 X 30 - A QUENTE (2659)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	856,5082	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	839,8099	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	952,2421	3
19	Vulcanizo tp top nº 06 para uso interno no pneu (9165)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	74,4790	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019		Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	58,8948	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	72,6322	3
20	Recape de pneu 90x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 17 mm de espessura de borracha (23347)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	219,7130	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	217,8666	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	356,6772	3
21	Recape Pneu 11 L 16 TL F3 a quente (16311)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	201,0932	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	199,7386	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	323,5903	3
22	Recape pneu 750x16 - a quente. (11340)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	126,6143	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	127,1064	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	197,8599	3
23	Recape de pneus 750x16 agrícola a quente. (11343)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	148,9579	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	145,2644	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 33/2018 Data do Registro: 01/11/2018 Válido até: 01/11/2019

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	205,1390	3
24	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2855)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	633,0713	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	612,8342	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	754,3822	3
25	Recape Pneu 12.5 / 80 18 (16309)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	327,7075	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	322,3054	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	323,5903	3
26	Vulcanizo de pneus 12.5/80 18 com manchaõ (16310)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	111,7185	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	113,4878	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	119,1130	3
27	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	521,3528	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZI	0	522,0440	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 33/2018

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	751,0735	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2018

Número do Registro de Preços: 33/2018		Data do Registro: 01/11/2018		Válido até: 01/11/2019			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape e vulcanização de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários de Braço do Trombudo - SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018
PROCESSO Nº 45/2018
(8656) - GRANDO PNEUS LTDA
(8792) - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA
(9618) - VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 1 de Novembro de 2018.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.415- 2019- PRORROGAÇÃO REFIS 2019

Publicação Nº 2109008

DECRETO Nº 8.415, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Prorroga prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei Complementar. n. 289, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 111, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o substancial incremento de receitas públicas municipais com o advento da Lei Complementar n. 289/2019, que institui o Programa de Recuperação Fiscal dos Tributos do Município de Brusque – REFIS;

CONSIDERANDO os benefícios que o Programa REFIS tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira;

CONSIDERANDO que a implementação do REFIS vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Brusque;

CONSIDERANDO o permissivo legal de prorrogação constante no artigo 1º, § 4º da Lei Complementar n. 289/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 30 de setembro de 2019, o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Brusque – REFIS, instituído pela Lei Complementar n. 289/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8412-2019

Publicação Nº 2109005

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**DECRETO Nº. 8412, DE 26 DE JULHO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.186 de 19.12.2018, a Lei nº 4.153 de 04.09.18, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 115.600,00 (cento e quinze mil, seiscentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.06.03	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos - Convênio
UNIFEBE	
VALOR	R\$ 5.600,00
3.3.90.00	Despesas Correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 110.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec de Impostos e de Transf. Imp-saúde
VALOR	R\$ 110.000,00

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.06.03	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos - Convênio UNIFEBE
Valor Orçado	0,00
Valor arrecadado até a data de 26/07/2019	28.000,00
Excesso de arrecadação até 10/05/2019	28.000,00
Utilizado Decreto 8348	11.200,00
Utilizado Decreto 8368	5.600,00
Utilizado Decreto 8376	5.600,00
Valor a utilizar	11.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 26 de julho de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretária Municipal de Saúde

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2109005.odt - Pág.: 1



EDITAL Nº 011-2019-HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2109078

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****EDITAL Nº 011/2019
HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 011/2019**

1. A Diretora, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 8.064/2017, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 011/2019, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:
2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 012/2019 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 26 de julho de 2019, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.
3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.
4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 011/2019, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 31 de julho de 2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EDITAL Nº 02-2019-LISTAGEM CLASSIFICAÇÃO FINAL- FMAC-CMC-FCB

Publicação Nº 2109059

**LISTAGEM DE CLASSIFICAÇÃO FINAL****EDITAL Nº 002/2019 FMAC/CMC/FCB**

PROJETO / PROPONENTE
Cogumelo Atômico / Ricardo Werchenfelder
Respira - Arte Urbana & Performance / Gracieli Gomes Gavioli
Escalafobéticos - Identidades Invisíveis Tornadas Visíveis / Elisangela Bertolini Brasil
O Agente Secreto Brusquense e a Andróide / Jorge Deichmann
De Onde Vim / Sergio L. Azevedo Jr
Revista Cartum 18 anos - Quadrinhos ano após ano / Aldo Maes dos Anjos
Livro Linhas e Tramas / Lieza Boing
Caderninho Poesia Infantil / Rafael Luiz Zen
A poesia de Hilda Hist / Luana F. F. Alves
Centenario Pe Raulino Reitz / Aloisius Carlos Lauth
Arte-Mídia / Egon H. K. Formonte
150 anos da Imigração Polonesa no Brasil / Celia Maria Loyola Walendowsky
Mostra Fotográfica 150 anos da Imigração Polonesa / Ricardo José Scharf

.....
Igor Alves Balbinot
Presidente do Conselho Municipal de Cultura

Brusque, 31 de julho de 2019.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017-2015

Publicação Nº 2108997

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017-2015

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2015 entre o Município de Brusque e DJ agencia de viagens e turismo LTDA ME. Objeto: aditivo de prorrogação de prazo: 01/08/2019 a 31/07/2020 Origem Pregão nº 125/2014 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Eliani Ap. Busnardo Buemo e Orivam Sebastião de Souza.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036-2019-SAMAE

Publicação Nº 2108994

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 036/2019

Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE

Detentor da Ata: Romano Comércio Atacadista de Derivados de Petróleo Eireli.

Objeto: Aquisição de óleo diesel B S10

Valor total: R\$ 284.560,00

Dotação orçamentária: 80002.0175120301.2293.3393001000.00020000 e 60000.

Vigência: 31/12/2019

Fiscal: Alírio Pedro Dos Santos Filho

Brusque-SC, 30 de julho de 2019.

Dejair Machado

Diretor

SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 027-2018-FMS

Publicação Nº 2108999

EXTRATO CONTRATO Nº 027-2018-FMS

ESPÉCIE: Contrato nº 027/2018, entre o Município de Brusque e a empresa SRT NASCIMENTO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EPP Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS Valor: R\$ 249.000,00 ORIGEM: Pregão nº 005/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Walter Eduardo Sonntag

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2019- FEZB

Publicação Nº 2108994

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001-2019- FEZB

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 001-2019 em 25/07/2019- OBJETO aquisição de material elétrico e eletrônico para o habitat das espécies répteis que vivem no Parque Zoobotânico –Valor R\$40.952,20 ORIGEM: Pregão nº 001/2019 SIGNATÁRIO: João Roberto Beuting.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044-2019

Publicação Nº 2108996

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044-2019

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 044-2019 em 25/07/2019- OBJETO aquisição de material hidráulico e PNE –Valor R\$247.439,40ORIGEM: Pregão nº 063/2019 SIGNATÁRIO: Andrea Patricia Volkmann

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057-2019

Publicação Nº 2109012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 057/2019

TOMADA DE PREÇO nº 002/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOSÉ RUDOLF, NA CIDADE DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Realizada a análise da aceitabilidade da proposta comercial nos termos do edital (item 3.2.1.5) e análise dos preços individualmente, tanto para fins de cumprimento do disposto no item 7.5 do edital (preço máximo unitário), concluiu-se pela aceitabilidade e classificação das propostas apresentadas pela licitante: 1ª Classificada: TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA; 2ª Classificada: PACOPEDEIRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. Apresentou proposta de menor preço a licitante TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA e, com fundamento no item 7.1.1 do edital (menor preço global), a Comissão de Licitação

declara vencedora do certame licitatório, com valor de R\$ 239.030,97 (duzentos e trinta e nove mil, trinta reais e noventa e sete centavos), nos termos da proposta apresentada. Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. Nada mais havendo a tratar-se, o Presidente da Comissão de Licitação encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente ata.

30/07/2019

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072-2019 - SAMAE

Publicação Nº 2109003

EXTRATO DO CONTRATO 072/2019

ESPÉCIE: Aquisição de compressor a pistão; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.34495299000000.02000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 30/07/2019; VALOR: R\$ 3.447,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: Brasferma Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 30 de julho de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

LEI N. 4.233-2019

Publicação Nº 2109080

LEI N. 4.233, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Autoriza o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE a firmar acordo judicial, nos autos do Processo n. 0003032-54.2011.8.24.0011, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE a firmar acordo judicial, nos autos do Processo n. 0003032-54.2011.8.24.0011, em que são partes a autarquia municipal e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque – SINSEB, cujo objeto envolve a condenação do SAMAE ao pagamento de diferenças referentes ao reequadramento horizontal dos servidores que já compunham o quadro de funcionários ao tempo da vigência da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações.

Parágrafo único. Minuta do acordo judicial firmado entre o Município de Brusque e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque é parte integrante desta Lei, como Anexo único.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação própria.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BRUSQUE – SC

Autos n.º 0003032-54.2011.8.24.0011/0002.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BRUSQUE e SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BRUSQUE, nos autos da ação de PROCEDIMENTO COMUM, em epígrafe, vem a presença de Vossa Excelência, apresentar acordo que contempla as partes nas seguintes condições:

- 1 – O presente acordo refere-se ao pagamento de diferenças de reequadramento funcional, devidas aos substituídos.
- 2 – Em sede de execução de sentença restou verificada a existência de 66 (sessenta e seis) servidores com direito a receber diferenças de reequadramento, cujo valor individual se encontra discriminado em planilha anexa, sendo que foi acordado o pagamento de R\$ 1.249.056,06 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, cinquenta e seis reais e seis centavos), mais R\$ 46.438,46 (quarenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos) de honorários advocatícios, fixados na sentença exequenda.
- 3 – O requerido pagará aos servidores os créditos decorrentes desta ação e os honorários advocatícios, por meio de uma única parcela, após a aprovação de Lei autorizando a celebração do presente acordo.
- 4 – O cumprimento da obrigação de fazer, reequadrar o vencimento dos substituídos, já foi efetuado pelo requerido, na folha de pagamento do mês de março do ano de 2017.
- 5 – As parcelas relativas ao valor principal e honorários advocatícios de sucumbência serão adimplidas através de depósitos bancários na Caixa Econômica Federal, agência 3954, operação 003, conta corrente n.º 0097, dígito verificador n.º 3.
- 6 – O requerido compromete-se a juntar aos autos cópia do recibo de depósito bancário, ficando a encargo e responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque o repasse dos valores correspondentes a cada servidor, mediante recibo a ser juntado aos autos.
- 7 – Com o pagamento dos valores devidos, apurados na planilha anexa, fica quitado o valor objeto da presente execução.

Isto posto, requerem a homologação do presente acordo.

Pedem deferimento.

Brusque, 10 de abril de 2019.

Presidente do SAMAE DE BRUSQUE Orlando Soares Filho

Presidente do SINSEB

Claudio Roberto da Silva Roni Hort

LEI N. 4.234-2019

Publicação Nº 2109081

LEI N. 4.234, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Denomina Via Pública: Rua Lyra.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA LYRA a via identificada como Rua 400 do Loteamento Parque Residencial Florence, com início no final da Rua 200, no bairro Volta Grande.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui extensão de 340,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros em ambos os lados, totalizando 12,00 metros de gabarito de via.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI N. 4.235-2019

Publicação Nº 2109082

LEI N. 4.235, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Denomina Praça Imigrantes da Polônia, o logradouro público situado no bairro Jardim Maluche, neste Município.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Praça Imigrantes da Polônia o logradouro público situado na rua Francisco Sassi, no bairro Jardim Maluche, neste Município, com área de 8.295,01 m² (oito mil, duzentos e noventa e cinco metros e um centímetro quadrado), registrada no Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Brusque, no livro 2-A, matrícula 76.984.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.019 - 2019

Publicação Nº 2109083

PORTARIA N. 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Substitui servidor designado para acompanhamento e fiscalização dos Contratos ns. 10/2018, 11/2018, 17/2018, 32/2018, 002/2019 e 005/2019, firmados pelo Município de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o Decreto Municipal n. 7.866, de 20 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Substitui o servidor Mauro Sérgio Fernandes, designado por meio da Portaria n. 12.981, de 24 de junho de 2019, pelo servidor Rafael Kniss, servidor público municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com inscrição no CREA-SC n. 124.374-9, para acompanhar e fiscalizar os Contratos abaixo mencionados, decorrentes de processo administrativo de licitação, firmados pelo Município de Brusque para as seguintes obras:

- reforma da Unidade Básica de Saúde Guarani, bairro Guarani, neste município, desenvolvida pela empresa Dimense Engenharia e Construtora Ltda. ME – Contrato n. 10/2018;

- reforma da Unidade Básica de Saúde Poço Fundo, bairro Poço Fundo, neste município, desenvolvida pela empresa Dimense Engenharia e Construtora Ltda. ME – Contrato n. 11/2018;

- construção da Unidade Básica de Saúde Emma II, bairro Limoeiro, neste município, desenvolvida pela empresa WDF Serviços Ltda. – Contrato n. 17/2018;

- construção da Unidade Básica de Saúde Limeira Alta, bairro Limeira Alta, neste município, desenvolvida pela empresa VJ Comércio de Materiais de Construção e Serviços de Terraplenagem EIRELI EPP – Contrato n. 32/2018;

- construção da Unidade Básica de Saúde Zantão, bairro Zantão, neste município, desenvolvida pela empresa Itaquá Construções EIRELI EPP – Contrato n. 002/2019;

- reforma da Unidade Básica de Saúde Ponta Russa, bairro Ponta Russa, neste município, desenvolvida pela empresa Dimense Engenharia e Construtora Ltda. ME – Contrato n. 005/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ANDRÉA PATRÍCIA VOLKMANN

Diretora-Geral do DGI

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.020 -2019

Publicação Nº 2109021

PORTARIA N. 13.020, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, considerando o art. 7º da Lei Ordinária nº 3.248, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n. 12.609, de 11 de julho de 2018, que colocou o servidor Marcos Neves Quirino, ocupante do cargo de Procurador do Município, à disposição do Procon de Brusque, a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de julho de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1661-2019

Publicação Nº 2109024

PORTARIA Nº 1.661/2019

Dispõe sobre Remoção por Acordo.

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação de Remoção formulada pelo servidor RODRIGO THOMAZ, bem como anuência da Direção do Procon de Brusque. Considerando que a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido, por concurso, por permuta, por acordo e, excepcionalmente, de ofício. Considerando, ademais, que o servidor público não goza de inamovibilidade.

Considerando que o presente ato administrativo está motivado, encontrando-se em conformidade com os princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição da República/88.

RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) RODRIGO THOMAZ, matrícula nº 4129164, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado (a) na Procuradoria-Geral do Município/Procon para a Procuradoria-Geral do Município, com efeitos a contar de 01/08/2019. Parágrafo único: A Remoção por acordo se dá por pedido do Servidor com a anuência da Municipalidade, com fulcro no Art. 45 c/c com o Art. 49 e Art. 51 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de julho de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

DR. EDSON RISTOW
Procurador Geral

PORTARIA Nº 1626- 2019

Publicação Nº 2109026

PORTARIA Nº 1626/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 005/2018, instaurado pela Portaria nº 1972/2018 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando O teor do Despacho / Decisão junto aos Autos nº 0305747-49.2018.8.24.0011;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Exoneração nº 005/2018, com base no artigo 26, parágrafo 1º e parágrafo 3º c/c art. 42, parágrafo único, alínea “a”, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c, art. 13, alínea “a” do Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, em desfavor do servidor G. C. R. (matrícula nº 1065475-01), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 1011/2018/RH, de 07/08/2018, c/c Memorando nº 36/2018/CAEDSEP, de 27/07/2018, e anexos (Relatório Ficha Funcional; Anexo(s) I – Formulários de Avaliação de Desempenho de Servidor em estágio Probatório; Anexo(s) IV – Formulários de Aviso e Recomendações; Relatório de Registro de Ponto); envolvendo o servidor supramencionado; em virtude de necessidade de apuração dos fatos constantes dos respectivos Autos; devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1627-2019

Publicação Nº 2109028

PORTARIA Nº 1627/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 013/2019, instaurado pela Portaria nº 0284/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar

nº 013/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor inativo D. A. A. (matrícula nº 5819-01); para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 01020/2018/PGMB, de 03/10/2018; c/c Despacho de lavra do DD. Procurador Municipal de data de 28/09/2018; c/c Ofício IBPREV/DE nº 150/2018, de 24/08/2018; e anexos (Processo IBPREV nº 294/2018), para apuração dos fatos envolvendo o(a) servidor(a) supramencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1628-2019

Publicação Nº 2109029

PORTARIA Nº 1628/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 011/2019, instaurado pela Portaria nº 0282/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 011/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor P. S. A. (matrícula nº 10000000481-05), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando 630/2018/SEME, de 23/08/2018, c/c Ofício IBPREV nº 145/2018, de 07/08/2018; e anexos (Processo IBPREV nº 308/2016 – fls. 01 à 186); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1629-2019

Publicação Nº 2109031

PORTARIA Nº 1629/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 002/2019, instaurado pela Portaria nº 1171/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no que diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Exoneração nº 002/2019, com base no artigo 26, parágrafo 1º e parágrafo 3º c/c art. 42, parágrafo único, alínea "a", da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c, art. 13, alínea "b" do Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, em desfavor do servidor M. E. M., (matrícula nº 770175-01), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 354/2019/RH, de 15/05/2019; c/c Memorando nº 19/2019/CAEDSEP, de 03/05/2019; e anexos (Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 03/05/2019; Memorando nº 094/2019/RH, de 11/04/2019; Ata da Reunião da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, de 03/04/2019; Memorando nº 13/2019/CAEDSEP, de 29/03/2019; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 29/03/2019; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 22/02/2019; Ata da Reunião da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, de 12/12/2018; Memorando nº 1378/2018/RH, de 19/12/2018; Memorando nº 64/2018/CAEDSEP, de 03/12/2018; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 03/12/2018; Ata da Reunião da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, de 21/11/2018; Memorando nº 1309/2018/RH, de 28/11/2018; Ata da Comissão de avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório, de 09/11/2018; Memorando nº 1261/2018/RH, de 29/10/2018; ficha funcional / relatório de afastamento de competência 10/2018; Anexo I – Formulário de Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, período 08/04/2017 à 04/10/2017 / 21/12/2017 à 23/12/2017); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1630-2019

Publicação Nº 2109032

PORTARIA Nº 1630/2019, de 29 de julho de 2019.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 001/2019, instaurado pela Portaria nº 0286/2019 e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Exoneração nº 001/2019, com base no artigo 26, parágrafo 1º e parágrafo 3º c/c art. 42, parágrafo único, alínea "a", da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c, art. 13, alínea "a" do Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, em desfavor do servidor A. M. (matrícula nº 516465-06), lotado na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 1264/2018/RH, de 30/10/2018, c/c Memorando nº 53/2018/CPADSEP, de 11/10/2018, e anexos (Relatório Ficha Funcional, Anexo II – Notificação ao Servidor, protocolado pela servidora Sra. A. M. W., em 30/10/2018; Memorando nº 53/2018 emitido em 11/10/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Ata emitida em 11/10/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Relatório emitido em 11/10/2018, pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Memorando nº 38/2018, emitido em 05/10/2018, pela avaliadora Sra. E. R. F.; Documento de antecipação do 5º período avaliativo por reprovação na avaliação excepcional; Avaliação excepcional de 06/06/2018 à 06/07/2018; Avaliação excepcional de 07/07/2018 à 06/08/2018; Avaliação excepcional de 07/08/2018 à 06/09/2018; Ofício nº 19/2018 emitido em 25/05/2018, pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Certidão emitida em 04/05/2018, que abriu o prazo de 10 dias para o pedido de reconsideração das notas; 4º Avaliação (período avaliativo 17/10/2017 à 17/04/2018) protocolada no RH em 04/05/2018 c/c Formulário de Avisos e Recomendações datado de 16/03/2018; Parecer emitido em 25/05/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Ofício nº 18/2018 emitido em 25/05/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo de 06/06/2018 pela servidora A. M. W.; Ofício nº 17/2018 emitido em 25/05/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo de 06/06/2018 pela avaliadora E. R. F.; Memorando nº 11/2018 emitido em 27/04/2018 pela avaliadora Sra. E. R. F. com cópia da Instrução Normativa SMS/AB nº 002/2015 e Atas de reuniões do Posto de Saúde (total de 17 cópias); Pedido de Reconsideração de Notas, emitido

em 24/04/2018 com referência a avaliação constatada no Ofício nº 12/2018 e procuração emitida em 19/04/2018; Ofício nº 12/2018, emitido em 03/04/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo da servidora A. M. W. em 18/04/2018; Ofício nº 11/2018, emitido em 03/04/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo da avaliadora Sra. E. R. F. Em 19/04/2018; 3º Avaliação (período avaliativo 16/04/2017 à 16/10/2017), protocolada no RH em 19/03/2018; Memorando nº 213/2018, emitido em 19/03/2018 pela Secretaria Municipal de Saúde; Memorando nº 212/2018, emitido em 19/03/2018 pela Secretaria Municipal de Saúde; Formulário de Avisos e Recomendações datado de 05/03/2018; Ficha Funcional completa (na folha 04/04 consta as notas das avaliações do Estágio Probatório); Portaria de Nomeação nº 10.792/2016; Termo de Posse de 14/04/2016; por demonstração de: “conceituação de desempenho com resultado contrário à sua permanência no cargo (DI/DR), caracterizando a não aprovação, sendo: obter Desempenho Insuficiente em 02 avaliações consecutivas (3º período avaliativo e 4º período avaliativo), visto que no 4º período avaliativo efetuou-se o acompanhamento e avaliação excepcional previsto no parágrafo 1º do art. 11 do Decreto nº 6287/2010, onde a mesma foi reprovada, quando (...) foi antecipado o próximo período avaliativo conforme previsão do art. 11 do decreto 6287/2010, conforme seguem resultados correspondentes aos períodos: a) Semestre avaliado: 3º Avaliação: período: 04/2017 à 10/2017 (14/04/2017 à 13/10/2017), Nota: 6.62 - Fatores/Nota: I – Assiduidade: Frequência: 8.0 / Pontualidade: 5,0 / Permanência: 4,0 – Média do Critério I – 5,7; Fatores/Nota: II – Disciplina: Relacionamento: 5,0 / Aparência: 7,0 / Cumprimento: 5,0 - Média do Critério II – 5,7; Fatores/Nota: IV – Produtividade: Racionalidade: 5,0 / Qualidade do Trabalho: 7,0 / Performance: 7,0 - Média do Critério IV – 6,3; - Média Final: 6,6; b) Semestre avaliado: 4º Avaliação: período: 10/2017 à 04/2018 (14/10/2017 à 13/04/2018), Nota: 6.23 - Fatores/Nota: I – Assiduidade: Frequência: 8.0 / Pontualidade: 5,0 / Permanência: 4,0 – Média do Critério I – 5,7; Fatores/Nota: II – Disciplina: Relacionamento: 5,0 / Aparência: 6,0 / Cumprimento: 5,0 - Média do Critério II – 5,3; Fatores/Nota: III – Iniciativa: Dinamismo: 7,0 / Interesse / Espontaneidade: 7,0 / Comprometimento: 6,0 - Média do Critério III – 6,6; Fatores/Nota: IV – Produtividade: Racionalidade: 6,0 / Qualidade do Trabalho: 6,0 / Performance: 6,0 - Média do Critério IV – 6,0; Fatores/Nota: V – Responsabilidade: Comprometimento: 6,0 / Zelo com patrimônio: 8,00 / Engajamento aos procedimentos de sua atividade: 6,0 - Média do Critério V – 6,7; - Média Final: 6,2; - Média Final: 6,6; c) Semestre avaliado: Período Antecipado: período: antecipação do 5º período (antecipado em decorrência da reprovação na avaliação excepcional 14/04/2017 à 13/10/2017), Nota: 6.84 - Fatores/Nota: I – Assiduidade: Frequência: 8.0 / Pontualidade: 7,0 / Permanência: 5,0 – Média do Critério I – 6,7; Fatores/Nota: II – Disciplina: Relacionamento: 5,0 / Aparência: 7,0 / Cumprimento: 7,0 - Média do Critério II – 6,3; Fatores/Nota: VI – Comportamento Ético: Ética: 6,0 / Sigilo: 7,0 / Respeito: 6,0 - Média do Critério V – 6,3; - Média Final: 6,8; restando Média Final / Parcial – conceito DR; tudo mediante deslinde de seu processo de avaliação em estágio probatório consoante documentação acostada: Memorando nº 1264/2018/RH, de 30/10/2018, c/c Memorando nº 53/2018/CPADSEP, de 11/10/2018, e anexos (Relatório Ficha Funcional, Anexo II – Notificação ao Servidor, protocolado pela servidora Sra. A. M. W., em 30/10/2018; Memorando nº 53/2018 emitido em 11/10/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Ata emitida em 11/10/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Relatório emitido em 11/10/2018, pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Memorando nº 38/2018, emitido em 05/10/2018, pela avaliadora Sra. E. R. F.; Documento de antecipação do 5º período avaliativo por reprovação na avaliação excepcional; Avaliação excepcional de 06/06/2018 à 06/07/2018; Avaliação excepcional de 07/07/2018 à 06/08/2018; Avaliação excepcional de 07/08/2018 à 06/09/2018; Ofício nº 19/2018 emitido em 25/05/2018, pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Certidão emitida em 04/05/2018, que abriu o prazo de 10 dias para o pedido de reconsideração das notas; 4º Avaliação (período avaliativo 17/10/2017 à 17/04/2018) protocolada no RH em 04/05/2018 c/c Formulário de Avisos e Recomendações datado de 16/03/2018; Parecer emitido em 25/05/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório; Ofício nº 18/2018 emitido em 25/05/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo de 06/06/2018 pela servidora A. M. W.; Ofício nº 17/2018 emitido em 25/05/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo de 06/06/2018 pela avaliadora E. R. F.; Memorando nº 11/2018 emitido em 27/04/2018 pela avaliadora Sra. E. R. F. com cópia da Instrução Normativa SMS/AB nº 002/2015 e Atas de reuniões do Posto de Saúde (total de 17 cópias); Pedido de Reconsideração de Notas, emitido em 24/04/2018 com referência a avaliação constatada no Ofício nº 12/2018 e procuração emitida em 19/04/2018; Ofício nº 12/2018, emitido em 03/04/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo da servidora A. M. W. em 18/04/2018; Ofício nº 11/2018, emitido em 03/04/2018 pela Comissão – Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório com o protocolo da avaliadora Sra. E. R. F. Em 19/04/2018; 3º Avaliação (período avaliativo 16/04/2017 à 16/10/2017), protocolada no RH em 19/03/2018; Memorando nº 213/2018, emitido em 19/03/2018 pela Secretaria Municipal de Saúde; Memorando nº 212/2018, emitido em 19/03/2018 pela Secretaria Municipal de Saúde; Formulário de Avisos e Recomendações datado de 05/03/2018; Ficha Funcional completa (na folha 04/04 consta as notas das avaliações do Estágio Probatório); Portaria de Nomeação nº 10.792/2016; Termo de Posse de 14/04/2016; restando Média Final / Parcial – conceito DR”; na forma dos dispositivos legais supra mencionados, tendente a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se as condutas praticadas, se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, e possam caracterizar, em tese, em especial, enquadramento nos dispositivos do Decreto 6287/2010, conforme artigo 13: “Será encaminhado para Processo de Exoneração o servidor que: a) obtiver avaliação com resultado contrário à sua permanência no cargo (DI ou DR), caracterizando a não aprovação”; que está previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque; com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1631-2019

Publicação Nº 2109033

PORTARIA Nº 1631/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 016/2019, instaurado pela Portaria nº 1219/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando o decurso de tempo junto às diligências, verificações, análises e vistorias, inerentes ao feito em questão;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância nº 016/2019, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto à Ouvidoria CMEI Elsa Bodenmüller de Marchi I, de 06/06/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1632-2019

Publicação Nº 2109036

PORTARIA Nº 1632/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 017/2019, instaurado pela Portaria nº 1220/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando o decurso de tempo junto às diligências, verificações, análises e vistorias, inerentes ao feito em questão;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância nº 017/2019, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante ocorrência / denúncia constante junto à Mensagem (Screenshot 20190610-161203), de 10/06/2019; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1633-2019

Publicação Nº 2109037

PORTARIA Nº 1633/2019, de 29 de julho de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2019, instaurado pela Portaria nº 1233/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor A. K. (matrícula nº 12483-00); para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando Nº 311/2019/RH, de 03/05/2019, e anexos (Inquérito Civil nº 06.2019.00001873-1); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 1655-2019

Publicação Nº 2109041

Portaria nº 1655/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) EDEMILSON PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 01/08/2019 a 30/08/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JOÃO ROBERTO BEUTING
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1659-2019

Publicação Nº 2109043

Portaria nº 1659/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio em pecúnia, ao(a) servidor(a) JULIANO BREIER FRIEDRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, na proporção de 30 dias referentes ao período aquisitivo iniciado em 14/07/2014, com fulcro nos art. 144 a 151 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Julho de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 32 -2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2109084

Portaria Nº 32, de 31 de julho de 2019.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do Requerimento apresentado ao Presidente desta Casa Legislativa, do cargo em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Roland Alfredo Koehler, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 335.444 e CPF nº 507.200.159-87, encerrando suas atividades funcionais em data de 31 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 31 de julho de 2019.
Ver. José Zancanaro
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054-2018- ATA DE ABERTURA-SAMAE

Publicação Nº 2109015

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PL 054/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às 13h (treze horas), no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Especial de Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros, o Sr. Reinaldo Mellão e a Sra. Denise Bruns, para o ato de abertura dos envelopes referentes a Tomada de Preço, processo licitatório no. 054/2019, para o qual retiraram o edital as empresas que constam em anexo no processo licitatório. Entregaram tempestivamente os envelopes documentos e propostas, as empresas: Saneamento.com Serviços de Engenharia S/S Ltda EPP, sem representante credenciado; Abeille Organizações EIRELI, representada pelo Sr. Alberto Zocco Neto. BSA Bureau de Serviços de Engenharia Ambiental Ltda EPP, representada pelo Sr Cesar Augusto Arenhart; H2SA Engenharia Ltda, representada pela Sra. Ana Carla Da Silva. Em seguida, o Senhor Presidente, pediu que todos os presentes conferissem à inviolabilidade dos envelopes e que visassem os mesmos. Aberta a palavra não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica nos mesmos. Aberta a palavra, não houve manifestação. A Comissão decidiu por: a) Considerar habilitadas todas as empresas participantes. Aberta a

palavra, não houve manifestação, sendo que os representantes presentes declinaram do direito de interpor recurso. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes II Proposta Técnica, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica nos mesmos. Aberta a palavra, não houve manifestação. A Comissão decidiu por: a) suspender a presente sessão, para análise, avaliação e pontuação da documentação apresentada; b) intimar os representantes das empresas participantes, que o resultado da análise dos documentos será divulgado no mural do SAMAE e no Diário Oficial dos Municípios. Após o Senhor Presidente lacrou os envelopes propostas, que permaneceram aquartelados sob judice da Comissão, e comunicou aos presentes que após o decurso do prazo recursal será marcada nova data para abertura dos envelopes propostas. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e demais pessoas presentes.

Deivison Araldi	- Presidente	
Reinaldo Mellão	- Membro	
Denise Bruns	-Membro	
Alberto Zocco Neto		
Cesar Augusto Arenhart		
Ana Carla Da Silva		

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056-2019- ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO-SAMAE

Publicação Nº 2109018

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES II – PROPOSTA DE PREÇOS DO PL 056/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às 16h (dezesesseis horas), no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Especial de Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros, o Sr. Silvia Eliane Roso da Silva e a Sra. Denise Bruns,, para o ato de abertura dos envelopes II – proposta de preços referentes a Tomada de Preço, processo licitatório no. 056/2019. Estando presente o representante da empresa: Multiagua Engenharia Ambiental Ltda, representada pelo Sr. Lírio Luiz Poli. Em seguida, o Senhor Presidente, pediu que todos os presentes conferissem à inviolabilidade dos envelopes II, que se encontravam sob judice da Comissão. Aberta a palavra não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes II Proposta Técnica, colocando à disposição dos presentes as propostas neles contidos para exame e rubrica nos mesmos. Aberta a palavra, não houve manifestação. Da análise das propostas, a Comissão decidiu por: a) considerar todas as empresas classificadas para participarem do presente certame; b) considerar vencedora a empresa: Perfil Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda, para o item 01, com valor global de R\$ 389.800,00 (Trezentos e Oitenta Nove Mil e Oitocentos Reais); por haver cotado o menor preço e atender as condições estabelecidas no edital.. Assim sendo e tendo em vista que os preceitos legais foram rigorosamente obedecidos e os procedimentos editais observados propomos que o Processo Licitatório seja homologado e as empresas consideradas vencedoras sejam adjudicadas, nos valores respectivos.

Deivison Araldi	- Presidente	
Silvia Eliane Roso da Silva	- Membro	
Denise Bruns	- Membro	
Lírio Luiz Poli		

RESOLUÇÃO Nº 001-2019 -COMAD

Publicação Nº 2109044

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Brusque – COMAD, em reunião ordinária realizada no dia 02 de julho de 2019, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei 3745/2014 e Regimento Interno homologado pelo Decreto nº 5691/07;

Resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as comissões com seus respectivos integrantes conforme segue:

COMISSÃO CONSULTIVA
Luiz Antônio Vogel Júnior
José Carlos Schmitz

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO E REINserÇÃO SOCIAL
Elaine Cristina Mendonça
Katiuscia Schvambach Wanka
Nathan Krieger
Claudio Santanna
Deisi Teresinha Dalago
Eduardo José Duarte
Natalie Soter Sousa de Melo
Fabiana Silva Santos Gascoin
Priscila Gadotti Lehman

COMISSAO DE COMUNICAÇÃO, EVENTOS E INSCRIÇÃO
Elisabet Gartner Carminatti
Maria Duarte Debrassi
Aladim Farias Segundo.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fernanda Schutz
Presidente do Conselho Municipal de Políticas
Públicas sobre Drogas de Brusque – COMAD

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019

Publicação Nº 2107977

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 113/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO – 03/2019-PREFEITURA

EDITAL: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/09/2019 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/09/2019 às 15h00min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 31 de julho de 2019.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.290

Publicação Nº 2108410

DECRETO Nº 8.290, de 31 de julho de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 18.715,77 (dezoito mil, setecentos e quinze reais e setenta e sete centavos), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.17.2.46 – Manutenção de Vias Urbanas

3.3.90.00.01.64 – Aplicações Diretas R\$ 18.715,77

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através de Termo de Convênio nº 2018TR816, celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Caçador-SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de julho de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

EDITAL FORUM COMDIM 2019

Publicação Nº 2109062

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM DE ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM, BIÊNIO 2019/ 2021

O Prefeito Municipal de Caçador e a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto pela Lei Municipal nº 2.553, de 25 de junho de 2008, CONVOCA as entidades e organizações não governamentais da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum de Eleição das Entidades Não Governamentais para compor o COMDIM – Biênio 2019/2021.

Art. 1º - O Fórum próprio para eleição das entidades da sociedade civil, conforme previsto na Lei Municipal 2.553, de 25 de junho de 2008, no art. 4º, § 1º que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher acontecerá no dia 29 de agosto de 2019, das 13h00 às 17h00, na Câmara Municipal de Caçador, no Plenário Osvaldo José Gomez, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC.

§ 1º - As entidades e organizações não governamentais da sociedade civil, eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal dos direitos da Mulher de Caçador, admitindo-se apenas uma recondução, mediante eleição.

Dos Eleitores (as)

Art. 2º - Terão direito a voto dois (02) representantes credenciados das entidades e organizações não governamentais, conforme artigo 4º deste edital, sendo que cada um terá direito a um (01) voto por segmento.

Das Vagas

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal dos direitos da Mulher – COMDIM, para o Biênio 2019/2021, entidades e organizações não governamentais da sociedade civil, distribuídos na seguinte classificação:

- Duas mulheres indicadas dentre os grupos de mulheres do meio urbano;
- b) Duas mulheres indicadas dentre os movimentos de mulheres urbanas e rurais;
- c) Duas representantes das entidades e associações;
- d) Um (a) representante dos trabalhadores na área das mulheres;
- e) Um (a) representante de sindicatos;
- f) Um (a) representante de prestadores de serviços às mulheres;

Dos documentos para inscrição de entidades e organizações candidatas:

Art. 4º - As entidades e organizações não governamentais, deverão se inscrever para participar do Fórum, apresentando um Ofício de preferência em papel timbrado da respectiva entidade ou organização, devidamente assinado por seu representante legal, contendo:

- I- o interesse em concorrer a uma vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- COMDIM;
- II- o nome de 02 (dois) representantes que participarão da assembleia de eleição no dia do Fórum, com cópia do RG e CPF dos mesmos;
- III- o nome de um Titular e um Suplente caso a entidade ou organização seja eleita.

Art. 5º - O documento solicitado no Art.4º deste Edital deverá ser protocolado até o dia 15 de agosto de 2019 na Secretaria Executiva do COMDIM, sito à Rua Adelmir Pressanto, 264 – Centro – Caçador/SC, no período vespertino das 13h30min às

17h30min ou ainda enviada em formato PDF para o endereço eletrônico conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br.

Art. 6º - A publicação do presente edital estará disponível no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Da Análise das Entidades/Organizações Candidatas e Dos Recursos

Art. 7º - Recebida a Inscrição das Entidades e Organizações, a Comissão Eleitoral realizará a análise para deferimento ou indeferimento das mesmas para concorrer no presente Fórum de Eleição, bem como a classificação destas conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º deste edital.

Art. 8º - A relação das inscrições deferidas e indeferidas, conforme classificação será publicada até dia 21 de agosto de 2019 no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br cabendo recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no dia 23 de agosto de 2019 no período vespertino das 13h30min às 17h30min.

Art. 9º - No caso do não preenchimento das vagas para as representações, a mais votada das demais categorias assumirá a vaga.

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 10 – Somente terão direito a serem votadas as instituições presentes no Fórum.

Art. 11 - O Fórum de Eleição das Entidades e Organizações não Governamentais para compor o Conselho Municipal dos direitos da Mulher será coordenado pela Comissão Eleitoral, composta por 03 (três) membros designados em reunião deste Conselho, conforme Ata nº 97 do dia 24 de junho de 2019, tendo como Estagiaria Eduarda Caroline Alves.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral e a Secretaria Executiva do COMDIM, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades e Organizações não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 12 - A Comissão Eleitoral responsabilizar-se-á por:

- a) Registrar a Ata do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;
- b) Colher as assinaturas dos (as) participantes.

Art. 13 – Cabe a presidente da Comissão eleitoral coordenar os trabalhos de realização do Fórum e da referida eleição.

Art. 14 - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Eleitoral do procedimento de escolha das Entidades e Organizações não Governamentais da sociedade civil que comporão o COMDIM para o Biênio 2017/2019.

Art. 15 - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 09 (nove) Entidades e Organizações não Governamentais para comporem o COMDIM no Biênio 2019/2021.

Da Proclamação dos Eleitos

Art. 16 - Após a apuração dos votos, a presidente da comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades e organizações que irão compor o COMDIM no Biênio 2019/2021 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata.

Parágrafo Único. O resultado das eleições das entidades e organizações que comporão o COMDIM será publicado no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br até dia 06 de setembro de 2019.

Das Disposições Finais

Art. 17 - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 18 – Os (as) conselheiros (as) que representam as entidades e organizações escolhidas pelo COMDIM terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 19 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral.

Caçador, 31 de julho de 2019.

Saulo Sperotto,
Prefeito Municipal

Eduarda Kutcher,
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM

INFORMATIVO ADITIVO 30º

Publicação Nº 2108546

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 30/2019

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2018, Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 31 de julho de 2019.

INFORMATIVO ATA 25º

Publicação Nº 2108577

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 25/2019

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2019, Fundo Municipal de Saúde de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): RODINEI JOSÉ PANDOLFFO

O contrato assinado deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 31 de julho de 2019.

INFORMATIVO TERMO DE FOMENTO Nº 01

Publicação Nº 2108601

INFORMATIVO DE ENVIO DO TERMO DE FOMENTO PARA ASSINATURAS Nº 01/2019

Informamos o envio por e-mail dos TERMOS DE FOMENTO nº 002/2019, nº 003/2019, 004/2019, 005/2019, 006/2019, 007/2019 e 008/2019 do Fundo Municipal da Infância Adolescência – FIA, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇADOR - APAE, ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE CAÇADOR - APAS, ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ABEC - CENTRO SOCIAL MARISTA CAÇADOR.

O (s) TERMO (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) termo(s) do TERMO DE FOMENTO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) termo (s) e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 31 de julho de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 11/2019 CMAS

Publicação Nº 2109064

RESOLUÇÃO Nº 11/2019 de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de comissão organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social (Conferência Democrática da Assistência Social de 2019).

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, em Reuniões Ordinárias realizadas nos dias 28 de maio e 31 de julho de 2019, Atas nº 315 e 318, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 3.331, de 23 de novembro de 2016 – Lei Orgânica da Assistência Social, e

CONSIDERANDO o Informe nº 01 dos representantes da Sociedade Civil do CNAS, do CONGEMAS, em conjunto com outros atores da política de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Informe nº 02 da CONFERÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a comissão organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social (Conferência Democrática da Assistência Social de 2019), com o tema: "Assistência Social: Direito do povo, com financiamento público e participação social":

I - Elaine Raquel Pasini Bulat;

II - Lília Capelin;

III - Selma Kaul;

IV - Elisangela dos Anjos da Silva;
V - Julio Cesar Alves de Souza
VI - Ailton Carlos Leite
VII - Gisele Zarur (colaboradora);
VIII - Edson Hubner (colaborador);
IX - Luciana Marques (colaboradora);
.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 31 de julho de 2019.

Líliá Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 13/2019 CMAS

Publicação Nº 2108242

Resolução 013/2019 de 30 de julho de 2019.

Dispõe sobre o Plano de Trabalho para o Município de Caçador para a Proteção Social Básica.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331, de 23 de novembro de 2016;

Considerando os preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a NOB/SUAS.

Considerando a Resolução nº 08 de 23 de julho 2019 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

Considerando a Reunião Ordinária do CMAS realizada no dia 30 de julho de 2019, Ata nº 318.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar por unanimidade o Plano de Trabalho para o Município de Caçador para a Proteção Social Básica 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 30 de julho de 2019.

Líliá Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Caibi

PREFEITURA

PORTARIA 384/19

Publicação Nº 2107677

PORTARIA Nº 284/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO a servidora JAQUELINE RIBEIRO BARP , matrícula 9339-4 , do cargo de PSICOLOGA , com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação ,com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de agosto de 2019.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

1003/2019

Publicação Nº 2107921

PORTARIA Nº1.003/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária RENATA DAS CHAGAS, matrícula nº. 11521-2, servidora EFETIVA no cargo MONITOR (A), a partir de 12/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 12/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1004/2019

Publicação Nº 2107922

PORTARIA Nº1.004/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 630/2019 de 16/04/2019, firmado entre ODETE APARECIDA DA SILVA, matrícula nº 24241-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de OPERARIO BRACAL, a partir de 14/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 14/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1005/2019

Publicação Nº 2107923

PORTARIA Nº1.005/2019
EXONERA COORDENADOR NA ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, MARIANA DELCUL, matrícula nº 24265-1, do cargo em comissão de COORDENADOR NA ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL da Secretaria de Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1006/2019

Publicação Nº 2107925

PORTARIA Nº1.006/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADOLFO ZIMMERMANN	VIGIA 40 HORAS	679/2018	073/2019
ALAN DOS SANTOS COELHO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	815/2018	074/2019
ALEXANDRE DAVID GAZZONI	MOTORISTA	012/2018	075/2019
AMANDDA CRISTINA NASCIMENTO SANTOS	RECEPCIONISTA 40 HORAS	002/2019	076/2019
ANA PAULA PÉRCIO	ENFERMEIRO 40 HORAS	823/2018	077/2019
ANDREIA JAQUELINE FELICIANO FERNANDES DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM	641/2018	181/2019
ANGELITA APARECIDA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM	594/2018	078/2019
ANTONIO REBELO SILVERIO	MOTORISTA 40 HORAS	367/2018	079/2019
CARLA ALBERTINA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	100/2018	080/2019
CASSIA DE MATOS	TECNICO DE RADIOLOGIA	552/2018	081/2019
CLAYTON RODRIGUES RAMOS	VIGIA 40 HORAS	707/2018	082/2019
DAYANE DA SILVA FERREIRA	ENFERMEIRA	010/2018	083/2019
DGENIFER SANTOS CELESTINO	TECNICO DE ENFERMAGEM	637/2018	084/2019
ENECIR COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	102/2018	085/2019
ISRAELA GONÇALVES DELFRATE FARNCO	RECEPCIONISTA 40 HORAS	829/2018	086/2019
JOSE ALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	560/2018	087/2019
LOREMI FIDELIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	104/2018	088/2019
MARIA APARECIDA DE GODOI	TECNICO DE ENFERMAGEM	497/2018	089/2019
MARIA MARTA FERREIRA FERNANDEZ	RECEPCIONISTA 40 HORAS	832/2018	090/2019

MIGUEL JAIR DA LUZ MACIEL	MOTORISTA	002/2018	091/2019
NELSON RICARDO DE AZEVEDO	MOTORISTA	014/2018	092/2019
PAULO CESAR BOTELHO MACHADO	VIGIA 40 HORAS	777/2018	093/2019
PAULO CESAR VOLFF	VIGIA 40 HORAS	555/2018	094/2019
PAULO MARCOS DE BRITO POERNER	VIGIA 40 HORAS	710/2018	095/2019
REGIANNE DE OLIVEIRA MIGUEL	RECEPCIONISTA 40 HORAS	831/2018	096/2019
ROBERTA AMBROSIO MARCHETTI	RECEPCIONISTA 40 HORAS	009/2019	097/2019
ROSANGELA MACHADO DOS SANTOS	TECNICO DE RADIOLOGIA	554/2018	098/2019
SANDRA MARA SETUBAL	AUXILIAR DE COZINHA 40 HORAS	730/2018	099/2019
THAIS DOS SANTOS MACHADO	RECEPCIONISTA 40 HORAS	022/2019	100/2019
THAYS AUGUSTA DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	700/2018	101/2019
YASMIN FRANCIELLY FERREIRA DA SILVA	RECEPCIONISTA 40 HORAS	023/2019	102/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1007/2019

Publicação Nº 2107927

PORTARIA Nº1.007/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 03/06/2019 á 04/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALESSANDRA AMARAL MARTINS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	516/2018	103/2019
ANA FLAVIA WENK DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	561/2018	104/2019
ANDRESSA RIGHETTO	MÉDICO - ESF 40 HORAS	550/2018	105/2019
ANGELA APARECIDA CORREIA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	517/2018	106/2019
BARBARA HELOISA GUTH DE FRANÇA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	523/2018	107/2019
BENAIA CALDEIRA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	501/2018	108/2019
CAMILA SCHNEIKER NUNES RANGEL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	568/2018	109/2019
CARINA NOGUEIRA NUNES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	556/2018	110/2019
CLECI APARECIDA GALISA CRUZ	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	502/2018	111/2019
CRISLAINE VECHI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	538/2018	112/2019
DALILA WILBERT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	539/2018	113/2019
EDUARDO MULLER PEDOTT	MÉDICO - ESF 40 HORAS	549/2018	114/2019
ELIETE DA CUNHA ROCHA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	540/2018	115/2019
ELISANE CARVALHO DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	531/2018	116/2019
FABRICIO RAMOS PINTO	ENFERMEIRO – ESF 40 HORAS	510/2018	117/2019
FERNANDA MARIA PREUSS WENDT	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	504/2018	118/2019
INGRID SANTANA MONTEIRO	AGENTE DE EDEMIAS – 40 HORAS	570/2018	119/2019

JAQUELINE PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	525/2018	120/2019
JENIFER PONCIANO DE SOUZA ROQUES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	526/2018	121/2019
JOCELIA MATIAS	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	505/2018	122/2019
JOSIMARA APARECIDA DE QUADROS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	527/2018	123/2019
JULIA CRISTINA FERMINO FERREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	528/2018	124/2019
JULIANE CRISTINA DA SILVA PORTO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	547/2018	125/2019
LARISSA PACHECO STOLL	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	529/2018	126/2019
LEANDRO GUEDES CORREIA	MÉDICO - ESF 40 HORAS	551/2018	127/2019
LEONELA LAMIN	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	534/2018	128/2019
LUCIANO LEANDRO COLLA	AGENTE DE EDEMIAS – 40 HORAS	571/2018	129/2019
MAISA FRANCIELI DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	521/2018	130/2019
MARCIO VON HOONHOLTZ PINTO	CIRURGIÃO DENTISTA – ESF 40 HORAS	498/2018	131/2019
MARCOS FILIPE DADALT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	548/2018	132/2019
MERLYTANI MARTINI BORGES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	514/2018	138/2019
NICOLE RAMALHO FERREIRA DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	536/2018	133/2019
OLIBIA TERESINHA RAMOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	567/2018	134/2019
RAQUEL FREITAS ISRAEL	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	507/2018	135/2019
SILVIA MARA ANTUNES LEÃO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	563/2018	136/2019
VERA MARIA MOREIRA GARCIA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	541/2018	137/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1008/2019

Publicação Nº 2107928

PORTARIA Nº1.008/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 03/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ANA PAULA PIRES DE LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	542/2018	139/2019
ANDREA VOLINO SANTANA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	543/2018	140/2019
FABRICIO MARINO LUIZ	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	503/2018	141/2019
GESSI CLAUDINEIA SUBTIL LEITE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	532/2018	142/2019
GUILHERME MAX SIEVERT	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	533/2018	143/2019
IOLANDA LOURENÇO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ESF 40 HORAS	572/2018	144/2019
PAULA FERNANDES ZAMPIERI WEISS	ASSISTENTE SOCIAL – CAPS 40 HORAS	500/2018	145/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1009/2019

Publicação N° 2107929

PORTARIA N°1.009/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 04/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FERNANDA REGINA DOS SANTOS CARDOSO	TECNICO DE ENFERMAGEM – ESF 40 HORAS	573/2018	146/2019
JANAINA PEREIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	577/2018	147/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1010/2019

Publicação N° 2107936

PORTARIA N°1.010/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 04/06/2019 á 05/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FRANCIELLE MORAIS CARDOSO	TECNICO DE ENFERMAGEM – ESF 40 HORAS	574/2018	148/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1011/2019

Publicação Nº 2107937

PORTARIA Nº1.011/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 05/06/2019 á 06/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
KEILA DE SOUZA MELLO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	579/2018	149/2019
MARIA EDUARDA WINKLER DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM- ESF 40 HORAS	580/2018	150/2019
WESLEY LUCAS ADÃO VIEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	578/2018	151/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1012/2019

Publicação Nº 2107938

PORTARIA Nº1.012/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 07/06/2019 á 08/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
EDISON JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA	MOTORISTA SOCORRISTA 40 HORAS	584/2018	152/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1013/2019

Publicação Nº 2108035

PORTARIA Nº1.013/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 10/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ANTONIO CARLOS SILVA NOGUEIRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	589/2018	153/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1014/2019

Publicação Nº 2108101

PORTARIA Nº1.014/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 10/06/2019 á 11/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CRISTIANE DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ESF 40 HORAS	592/2018	154/2019
EDUARDO MUNIZ LUZ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	591/2018	158/2019
GIOVANA ANDREA PRADI	CIRURGIÃO DENTISTA – ESF 40 HORAS	587/2018	155/2019
THIAGO REGIEL VILCINSKAS	TECNICO DE ENFERMAGEM – ESF 40 HORAS	593/2018	157/2019
TUANE BENETTI	CIRURGIÃO DENTISTA – ESF 40 HORAS	588/2018	156/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1015/2019

Publicação Nº 2108103

PORTARIA Nº1.015/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 11/06/2019 á 12/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CLACI MARIA PECETTI DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM – ESF 40 HORAS	597/2018	159/2019
MERI DOS SANTOS FELICIO	TECNICO DE ENFERMAGEM – ESF 40 HORAS	598/2018	160/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1016/2019

Publicação N° 2108104

PORTARIA N°1.016/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 12/06/2019 á 13/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
LIDIANE APARECIDA DA SILVA CAVILHA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	599/2018	161/2019
MARCIO ODAIR RIGON	AGENTE DE EDEMIAS 40 HORAS	600/2018	162/2019
SYLVIA DIAS TAVARES DA SILVA SCHMIDT	MEDICO – ESF 40 HORAS	602/2018	163/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1017/2019

Publicação N° 2108107

PORTARIA N°1.017/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 20/06/2019 á 21/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAIANE CRISTINA CHARNOSKI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESF – 40 HORAS	636/2018	169/2019
MARIANA LETICIA BRUN	CIRURGIÃO DENTISTA – ESF 40 HORAS	638/2018	170/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1018/2019

Publicação Nº 2108109

PORTARIA Nº1.018/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 24/06/2019 á 25/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CARLA REGINA SEVERO DE FREITAS BRAUN	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF – 40 HORAS	644/2018	172/2019
KAMILA MELO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	642/2018	173/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1019/2019

Publicação Nº 2108112

PORTARIA Nº1.019/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 31/07/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
BIANCA CAROLINA RODRIGUES GARCIA	ENFERMEIRA	009/2018	176/2019
RICARDO CANDIDO DE OLIVEIRA TAVARES	FARMACEUTICO/BIOQUIMICO	480/2018	177/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1020/2019

Publicação Nº 2108113

PORTARIA Nº1.020/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 02/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELIZABETH DE FATIMA FORTES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1.000/2017	178/2019
HELENIR DOS SANTOS MEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1.002/2017	179/2019
LINDAURA LORENCETTI MENDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1.001/2017	180/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1021/2019

Publicação Nº 2108115

PORTARIA Nº1.021/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 13/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CAROLINE GENOBIE ANTONIO BAPTISTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS	605/2018	164/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1022/2019

Publicação Nº 2108117

PORTARIA Nº1.022/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 14/06/2019 á 15/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADRIANA APARECIDA GODIN	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF – 40 HORAS	609/2018	165/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1023/2019

Publicação Nº 2108118

PORTARIA Nº1.023/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 17/06/2019 á 18/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAIANA CRISTINA GONÇALVES RAMOS DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – 40 HORAS	626/2018	166/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1024/2019

Publicação Nº 2108119

PORTARIA Nº1.024/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 18/06/2019 á 19/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
OSNILDO DIAS	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF - 40 HORAS	627/2018	167/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1025/2019

Publicação Nº 2108120

PORTARIA Nº1.025/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 19/06/2019 á 20/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
RAFAEL RODRIGO FIAMONCINI	TECNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU – 40 HORAS	629/2018	168/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1026/2019

Publicação Nº 2108123

PORTARIA Nº1.026/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 21/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELISANGELA APARECIDA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF – 40 HORAS	639/2018	171/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1027/2019

Publicação Nº 2108125

PORTARIA Nº1.027/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 25/06/2019 á 26/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
NEIDE MARIA GUIMARÃES DE FREITAS	TECNICO DE ENFERMAGEM CAPS – 40 HORAS	647/2018	174/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1028/2019

Publicação Nº 2108127

PORTARIA Nº1.028/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 27/06/2019 á 28/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
MARIAH TABALIPA ZIMMERMANN XAVIER GONÇALVES	MÉDICO ESF – 40 HORAS	656/2018	175/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1029/2019

Publicação Nº 2108129

PORTARIA Nº1.029/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 04/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DANIELA ESPINDULA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - PACS	056/2017	182/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1030/2019

Publicação Nº 2108131

PORTARIA Nº1.030/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 17/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELIANE CORREA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1.017/2017	183/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1031/2019

Publicação Nº 2108134

PORTARIA Nº1.031/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 21/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FABIO AUGUSTO ELICKER DE BRITO	MOTORISTA SOCORRISTA	607/2018	184/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1032/2019

Publicação Nº 2108136

PORTARIA Nº1.032/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 25/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
MARINE JOSIANE POFFO	FISIOTERAPEUTA – 20 HORAS	645/2018	185/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1033/2019

Publicação Nº 2108139

PORTARIA Nº1.033/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 07/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
MARLI PEREIRA DEITOS	RECEPCIONISTA 40 HORAS	582/2018	186/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1034/2019

Publicação Nº 2108140

PORTARIA Nº1.034/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 06/06/2019 á 05/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VALÉRIA APARECIDA CAMILO DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 40 HORAS	643/2019	187/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1035/2019

Publicação Nº 2108146

PORTARIA Nº1.035/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 05/06/2019 á 31/07/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VERA LUCIA BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	690/2019	188/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1036/2019

Publicação Nº 2108148

,PORTARIA Nº1.036/2019**Designa funcionários (as)**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 17/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SIRLENE DA SILVA PINHEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	750/2019	64º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1037/2019

Publicação Nº 2108152

,PORTARIA Nº1.037/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 17/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FRANCIELI DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	751/2019	67º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 17 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1038/2019

Publicação Nº 2108153

,PORTARIA Nº1.038/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 17/06/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARIA GORETTI GRACIANI	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	752/2019	245º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 17 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1039/2019

Publicação Nº 2108156

,PORTARIA Nº1.039/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 17/06/2019 á 31/07/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
PRISCILA DE CASSIA ALVES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	753/2019	335º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 17 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1040/2019

Publicação Nº 2108160

,PORTARIA Nº1.040/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 17/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
RHUANA MERI DE SÁ CAMPELO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	754/2019	336º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1041/2019

Publicação Nº 2108164

PORTARIA Nº1.041/2019
NOMEIA SECRETÁRIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOYCE CRISTYNA ANDRE DA SILVA no cargo de SECRETÁRIA DE ESCOLA da Secretaria municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1042/2019

Publicação Nº 2108166

PORTARIA Nº1.042/2019
NOMEIA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JULIANA FORMENTIN DA CONCEIÇÃO no cargo de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1043/2019

Publicação Nº 2108168

PORTARIA Nº1.043/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária MAYTH CRISTINI KOCHANN DE SOUZA, matrícula nº. 11710-4, servidora EFETIVA no cargo de PROFESSOR (A), a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 17 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1044/2019

Publicação Nº 2108169

PORTARIA Nº1.044/2019

NOMEIA COORDENADORA NA ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, KELLY EMELLY CORREA DE FREITAS no cargo em comissão de COORDENADORA NA ÁREA DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 18 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1045/2019

Publicação Nº 2108171

,PORTARIA Nº1.045/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de

prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 19/06/2019 á 01/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	755/2019	350º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1046/2019

Publicação Nº 2108175

,PORTARIA Nº1.046/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 19/06/2019 á 31/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAIANE DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	756/2019	267º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1047/2019

Publicação Nº 2108181

,PORTARIA Nº1.047/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 19/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOSIANI DIONIZIO GERVASIO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	757/2019	349º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1048/2019

Publicação Nº 2108186

,PORTARIA Nº1.048/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 21/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARILEIA APARECIDA GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	758/2019	67º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1049/2019

Publicação Nº 2108187

,PORTARIA Nº1.049/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 21/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JEREMIAS DE JESUS	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	759/2019	70º
RAFAEL MARX DA SILVA	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	760/2019	76º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1050/2019

Publicação Nº 2108189

,PORTARIA Nº1.050/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO Chamada Pública nº003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 21/06/2019 á 21/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ADRIANE DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	761/2019	17º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1051/2019

Publicação Nº 2108193

,PORTARIA Nº1.051/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº002/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 21/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDREZA APARECIDA LEITE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	762/2019	51º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1052/2019

Publicação Nº 2108195

,PORTARIA Nº1.052/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a CARLA MARIA DOS SANTOS SILVA, matrícula Nº. 19566-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1053/2019

Publicação Nº 2108206

,PORTARIA Nº1.053/2019

Promove a reintegração de gestante por determinação judicial da servidora fernanda polidoro dos santos

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 2893/2016 de 27/01/2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos Autos nº.0000174-49.2019.5.0045;

RESOLVE:

Art. 1º. Reintegrar a servidora FERNANDA POLIDORO DOS SANTOS, portadora do CPF nº.061.733.799-37, contratada desta municipalidade através de contrato nº.174/2018, na função de monitora de educação inclusiva, com carga horaria de 20 horas semanais, a partir de 06/05/2019 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 06/05/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 21 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1054/2019

Publicação Nº 2108208

PORTARIA Nº1.054/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora KARINE SILVA DE LIMA MARTINS, matrícula nº. 23021-5, contratada no cargo de PROFESSOR (A).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1055/2019

Publicação Nº 2108209

,PORTARIA Nº1.055/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) CELIO JOSE AZEVEDO, portador do CPF nº 291.705.089-68, matrícula nº. 12051-3, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1056/2019

Publicação Nº 2108212

PORTARIA Nº1.056/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 639/2019 de 17/04/2019, firmado entre CLAUDIA FERNANDES DOS SANTOS, matrícula nº 24245-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de SUPERVISOR ESCOLAR, a partir de 21/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 21/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1057/2019

Publicação Nº 2108213

,PORTARIA Nº1.057/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 24/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SILVIO DE SOUZA	MOTORISTA 40 HORAS	763/2019	6º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1058/2019

Publicação N° 2108214

,PORTARIA N°1.058/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 24/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
THIAGO FELIPE MACHADO DE OLIVEIRA	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	764/2019	78º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 24 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1059/2019

Publicação Nº 2108216

PORTARIA Nº1.059/2019

NOMEIA SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELIZIANE DE LIZ SERPA no cargo de SECRETÁRIA DE DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 24 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1060/2019

Publicação Nº 2108219

,PORTARIA Nº1.060 /2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº002/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 25/06/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
TANIA MARIA HUMBELINO	COZINHEIRA 40 HORAS	765/2019	08º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 25 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1061/2019

Publicação Nº 2108221

,PORTARIA Nº1.061/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO Chamada Pública nº003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/06/2019 á 26/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCELO DA SILVA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO 40 HORAS	766/2019	10º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1062/2019

Publicação Nº 2108224

,PORTARIA Nº1.062/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO Chamada Pública nº003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/06/2019 á 26/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SHERON SOUZA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	767/2019	18º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1063/2019

Publicação Nº 2108227

PORTARIA Nº1.063/2019
NOMEIA COORDENADOR DO SIMPOA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ARI FIDELES DE MACIEL no cargo de COORDENADOR DO SIMPOA da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1064/2019

Publicação Nº 2108230

PORTARIA Nº1.064/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 744/2019 de 05/06/2019, firmado entre GREICE KELLY DE AQUINO, matrícula nº 24295-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 25/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 25/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1065/2019

Publicação N° 2108237

PORTARIA N°1.065/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 486/2018 de 01/06/2018, firmado entre SARAH MARIA DA SILVA RODRIGUES PINTO, matrícula nº 23455-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 30/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 30/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1066/2019

Publicação N° 2108239

,PORTARIA N°1.066/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a DOUGLAS EDUARDO CARDOSO, matrícula N°. 11730-3, acesso da categoria de PROFESSOR (A) nível 2, que ocupa, para PROFESSOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1067/2019

Publicação Nº 2108246

,PORTARIA Nº1.067/2019

Nomeia Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia das Obras Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia das Obras Municipais, conforme segue abaixo:

- I. Carlos Alberto Ghiorzi – Presidente;
- II. Maria Theodora Waltrick De Bem – Membro;
- III. Sabrina Stefani Felippi – Membro;
- IV. Felipe Rufino – Membro;

Art. 2º. A Comissão tem a atribuição de vistoriar o recebimento e emitir o termo definitivo de recebimento de obra.

Art. 3º. O trabalho realizado pela comissão constitui serviço público relevante e não implica em remuneração para qualquer de seus membros.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1068/2019

Publicação Nº 2108248

PORTARIA Nº1.068/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALINE GONÇALVES MARTINS	SERVENTE 40 HORAS	085/2019	189/2019
ANDRELI CORRÊA DE LIMA	SERVENTE 40 HORAS	055/2019	190/2019
BRUNA PORTELLA DE SOUZA	SERVENTE 40 HORAS	056/2019	191/2019
CATIELEN DOS SANTOS DA SILVA	SERVENTE 40 HORAS	057/2019	192/2019
CLECIR DE FATIMA MARIANO	SERVENTE 40 HORAS	059/2019	193/2019
DAIANE CRISTINA CASTRO RABELO	SERVENTE 40 HORAS	060/2019	194/2019
DIANDRA POLIDORO DOS SANTOS	SERVENTE 40 HORAS	531/2019	195/2019
ELANI REGINA FLORÊNCIO PEREIRA	SERVENTE 40 HORAS	062/2019	196/2019
ELIANI DA SILVA ESPINDOLA	SERVENTE 40 HORAS	063/2019	197/2019
ELIZANDRA ALVES	SERVENTE 40 HORAS	729/2019	198/2019
ELIZANDRA CARDOSO	SERVENTE 40 HORAS	064/2019	199/2019

EUFREIRE DA APARECIDA OLIVEIRA BABIUK	SERVENTE 40 HORAS	532/2019	200/2019
EUNICE IZABEL DE SOUZA VERRI	SERVENTE 40 HORAS	533/2019	201/2019
FRANCIELE KLOCK	SERVENTE 40 HORAS	065/2019	202/2019
GLEISE PAIVA LAGO	SERVENTE 40 HORAS	066/2019	203/2019
IRANA CAROLINE PAES LOPES GROppo	SERVENTE 40 HORAS	534/2019	204/2019
ISABELLA RODRIGUES SILVA FORTES	SERVENTE 40 HORAS	068/2019	205/2019
JANAINA JANDIRA CARDOSO VIEIRA	SERVENTE 40 HORAS	535/2019	206/2019
JESSICA DAYANE DE SOUZA ALECRIM	SERVENTE 40 HORAS	536/2019	207/2019
JESSICA GONÇALVES	SERVENTE 40 HORAS	730/2019	208/2019
JOSELIA SANTOS RODRIGUES	SERVENTE 40 HORAS	716/2019	209/2019
JOSIANE LUCINDO DE SOUZA	SERVENTE 40 HORAS	537/2019	210/2019
JUCILEIA ROSA	SERVENTE 40 HORAS	570/2019	211/2019
KARINE FOGAÇA	SERVENTE 40 HORAS	070/2019	212/2019
LUCIANA LETICIA DO NASCIMENTO	SERVENTE 40 HORAS	072/2019	213/2019
LUSINETE DO NASCIMENTO GONZALEZ	SERVENTE 40 HORAS	073/2019	214/2019
MARIA BERNADETE ANTUNES DE LIMA	SERVENTE 40 HORAS	595/2019	215/2019
MARIA SALETE HARTKOPF	SERVENTE 40 HORAS	645/2019	216/2019
MARIANA DEOTTI DA ROSA	SERVENTE 40 HORAS	075/2019	217/2019
MARLEI DE AZEVEDO WELTER	SERVENTE 40 HORAS	538/2019	218/2019
RENATA PINHEIRO	SERVENTE 40 HORAS	077/2019	219/2019
SIMONE ROSANE SANTANA	SERVENTE 40 HORAS	079/2019	220/2019
SUELEN CRISTINA DO VALES DA SILVA	SERVENTE 40 HORAS	080/2019	221/2019
SUELY DOS SANTOS	SERVENTE 40 HORAS	717/2019	222/2019
SUZANA MARIA BONFIM	SERVENTE 40 HORAS	081/2019	223/2019
TAMARA DE ARAUJO	SERVENTE 40 HORAS	082/2019	224/2019
TANIA MARA DOS SANTOS	SERVENTE 40 HORAS	083/2019	225/2019
VALKIRIA BEATRIZ WOESTEHOF	SERVENTE 40 HORAS	539/2019	226/2019
VERÔNICA CONCEIÇÃO REIS SANTOS	SERVENTE 40 HORAS	084/2019	227/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1069/2019

Publicação Nº 2108445

PORTARIA Nº1.069/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADRIAN DIAS	VIGIA 40 HORAS	372/2019	228/2019
ALLAN KARDEC MOREIRA DE AGUIAR	VIGIA 40 HORAS	373/2019	229/2019
ALLAN SANTOS SALAZAR	VIGIA 40 HORAS	374/2019	230/2019
ALLAN SERGIO VIEIRA JUNIOR	VIGIA 40 HORAS	375/2019	231/2019
CAUÃ QUINZEN CARIVALIS	VIGIA 40 HORAS	376/2019	232/2019
CELSO VANIO DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	377/2019	233/2019
CLAUDIO RICARDO STENTZLER	VIGIA 40 HORAS	378/2019	234/2019
CONSUELO DO ROCIO MORAES DE LIMA	VIGIA 40 HORAS	379/2019	235/2019
CRISTIANO PIRES	VIGIA 40 HORAS	380/2019	236/2019
DENISE SIMONE HEMING	VIGIA 40 HORAS	748/2019	237/2019
EDSON CLAUDIO DORNELES	VIGIA 40 HORAS	381/2019	238/2019
EVERALDO DA SILVA VIEIRA	VIGIA 40 HORAS	382/2019	239/2019
FATIMA MARINA MARQUES	VIGIA 40 HORAS	383/2019	240/2019
FRANCISCO ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA	VIGIA 40 HORAS	384/2019	241/2019
GABRIEL BORGES MACHADO	VIGIA 40 HORAS	385/2019	242/2019
GIOCONDO GIACOMINI MOTTA	VIGIA 40 HORAS	387/2019	243/2019
GIOVANI PIRES	VIGIA 40 HORAS	388/2019	244/2019
HANSDONY BARBOSA TEIXEIRA	VIGIA 40 HORAS	389/2019	245/2019
HARINDA IARA SOUZA MARIANO SILVA	VIGIA 40 HORAS	390/2019	246/2019
IZEQUIEL TELLES BARANOSKI	VIGIA 40 HORAS	391/2019	247/2019
JEFFERSON JOE VIEIRA FERRAZ	VIGIA 40 HORAS	392/2019	248/2019
JOSÉ HENRIQUE XAVIER DE OLIVEIRA	VIGIA 40 HORAS	394/2019	249/2019
JOSIANI SILVA	VIGIA 40 HORAS	395/2019	250/2019
JULIO CESAR HUGO DA FONSECA	VIGIA 40 HORAS	396/2019	251/2019
JULIO CEZAR COELHO BRUNO	VIGIA 40 HORAS	397/2019	252/2019
LEONARDO BRITO FISCHER	VIGIA 40 HORAS	398/2019	253/2019
LEONARDO WITIUK	VIGIA 40 HORAS	399/2019	254/2019
LUCAS APARECIDO MORAES RODRIGUES	VIGIA 40 HORAS	400/2019	255/2019
LUIS FERNANDO PHILIPPS DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	402/2019	256/2019
LUIZ GUSTAVO PORN DECEZARO	VIGIA 40 HORAS	403/2019	257/2019
LUIZ LEONARDO ROCHA	VIGIA 40 HORAS	404/2019	258/2019
MARCELO HENRIQUE MARTINS	VIGIA 40 HORAS	406/2019	259/2019
MARCOS ANTONIO PEREIRA DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	405/2019	260/2019
MATTEUS DA SILVA BONIFÁCIO	VIGIA 40 HORAS	407/2019	261/2019
MOACIR LUZ ALBINO	VIGIA 40 HORAS	698/2019	262/2019
NOÉ DA SILVA CHARNISKA	VIGIA 40 HORAS	408/2019	263/2019
PAULO FERNANDO GONÇALVES	VIGIA 40 HORAS	410/2019	264/2019
PETERSON DE ARAUJO	VIGIA 40 HORAS	412/2019	265/2019
RAFAEL RODRIGO PAIVA LIMA	VIGIA 40 HORAS	413/2019	266/2019
ROBERTO SILVA MACIEL	VIGIA 40 HORAS	414/2019	267/2019
RODRIGO MOTA DOS SANTOS DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	416/2019	268/2019
ROGÉRIO MEDEIROS DA ROCHA	VIGIA 40 HORAS	417/2019	269/2019
RONIVON CESAR GNHOATO	VIGIA 40 HORAS	695/2019	270/2019
VALDENCIR MASSOM	VIGIA 40 HORAS	418/2019	271/2019
VENANCIO CLEBER BALTAR	VIGIA 40 HORAS	419/2019	272/2019
WILLIAN DOS SANTOS PILLA	VIGIA 40 HORAS	749/2019	273/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1070/2019

Publicação Nº 2108448

PORTARIA Nº1.070/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
AMÉLIA JUCIRA FLORENCIO ME-DEIROS	MERENDEIRA 40 HORAS	096/2019	274/2019
ANDERSSA APARECIDA SANTOS DOS REIS	MERENDEIRA 40 HORAS	482/2019	275/2019
ATAYS DA GLÓRIA CAVALHEIRO	MERENDEIRA 40 HORAS	527/2019	276/2019
CELICINA BORGES DA SILVA	MERENDEIRA 40 HORAS	039/2019	277/2019
CELINA KEREZCZ	MERENDEIRA 40 HORAS	528/2019	278/2019
DÉBORA BURKERT CAMARGO	MERENDEIRA 40 HORAS	098/2019	279/2019
ELIANE CRISTINA WEITGENANT	MERENDEIRA 40 HORAS	040/2019	280/019
ELUZIA DE SOUZA SILVA PEREIRA	MERENDEIRA 40 HORAS	042/2019	281/2019
FRANCIANI CALIXTO DE MENEZES	MERENDEIRA 40 HORAS	044/2019	282/2019
JAQUELINE MACHADO NESTOR BUENO	MERENDEIRA 40 HORAS	045/2019	283/2019
JOSIELE PONTAROLO	MERENDEIRA 40 HORAS	250/2019	284/2019
JOYCE CRISTIANE SCHEIFER	MERENDEIRA 40 HORAS	046/2019	285/2019
KAREN ALVES OLIVEIRA	MERENDEIRA 40 HORAS	048/2019	286/2019
LENITA CHAVES VIVILAQUA	MERENDEIRA 40 HORAS	485/2019	287/2019
LEONI VANELLI	MERENDEIRA 40 HORAS	486/2019	288/2019
LORRAINE GABRIELA FERREIRA BORGES MACHADO	MERENDEIRA 40 HORAS	099/2019	289/2019
LUIZA REGINA GONÇALVES BORBA CORREA	MERENDEIRA 40 HORAS	529/2019	290/2019
MAIARA CRISTINA DE AGUIAR	MERENDEIRA 40 HORAS	251/2019	291/2019
MARCIA PAULA DE SOUZA	MERENDEIRA 40 HORAS	715/2019	292/2019
MARILUZ APARECIDA DOS SANTOS	MERENDEIRA 40 HORAS	700/2019	293/2019
MARISTELA BERNARDES	MERENDEIRA 40 HORAS	049/2019	294/2019
MIRIAN SILVA DOS ANJOS DE SOUZA	MERENDEIRA 40 HORAS	530/2019	295/2019
NELCI LURDES CÔRTEZ DOS SANTOS	MERENDEIRA 40 HORAS	561/2019	296/2019
POLIANA GABRIELA MOREIRA NUNES FIGUEIREDO NASCIMENTO	MERENDEIRA 40 HORAS	050/2019	297/2019
QUERLE PATRINI MACHADO DA SILVA	MERENDEIRA 40 HORAS	421/2019	298/2019

RITA ISABEL DA SILVA ALVES	MERENDEIRA 40 HORAS	051/2019	299/2019
ROSANE BEATRIZ MEDEIROS LUNARDI	MERENDEIRA 40 HORAS	252/2019	300/2019
ROSANGELA FATIMA PIEGEL	MERENDEIRA 40 HORAS	487/2019	301/2019
ROSE MARI NARCIZO DOS SANTOS	MERENDEIRA 40 HORAS	488/2019	302/2019
ROSELI DE FATIMA JEDE ZEFERINO	MERENDEIRA 40 HORAS	052/2019	303/2019
SAMARA BITTENCOURT PEREIRA SCHWARTZ	MERENDEIRA 40 HORAS	100/2019	304/2019
SELMA APARECIDA NEGRETTI	MERENDEIRA 40 HORAS	563/2019	305/2019
SILVANA BATISTA REZENDE	MERENDEIRA 40 HORAS	101/2019	306/2019
SILVANA KURTZ MADEIRA	MERENDEIRA 40 HORAS	489/2019	307/2019
TATIANA FERNANDA PEREIRA DA COSTA	MERENDEIRA 40 HORAS	102/2019	308/2019
VORLETE DA SILVA	MERENDEIRA 40 HORAS	053/2019	309/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1071/2019

Publicação Nº 2108449

PORTARIA Nº1.071/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 à 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CASSIA LADJANE KUHL DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	699/2019	310/2019
DEISE CRISTINA CAETANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	578/2019	311/2019
DELMA ALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	517/2019	312/2019
ELIZABETE TAUANA PROÊNCIO COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	087/2019	313/2019
GABRIELLE LEANDRO DE MORAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	088/2019	314/2019
GEOVANA MACHADO NESTOR NEGRETTI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	420/2019	315/2019
GISLAINE DE OLIVEIRA CUNHA MASCHIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	089/2019	316/2019
JOICE MENDES DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	090/2019	317/2019

JULIANA CRISTINA CARDOSO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	091/2019	318/2019
MARIA EDUARDA POLTRONIERI SILVÉRIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	069/2019	319/2019
REGILENE SOARES DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	092/2019	320/2019
RICARDO MOREIRA ALVES MARCONDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	463/2019	321/2019
ROSANGELA DA SILVA PINHEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	518/2019	322/2019
SANDRO RODRIGO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	093/2019	323/2019
SILVIA CARDOSO VITOLA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	094/2019	324/2019
SUELLEN REGINA DE OLIVEIRA DOEGE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	464/2019	325/2019
TATIANE DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	095/2019	326/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1072/2019

Publicação Nº 2108452

PORTARIA Nº1.072/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALESSANDRA DA CUNHA MELO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	205/2019	327/2019
ALINE MORAES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	503/2019	328/2019
AMANDA DA SILVA MARCELINO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	293/2019	329/2019
ANA PAULA DE SOUZA BARBOSA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	490/2019	330/2019
ANA PAULA MAGALHÃES SEBAGE PEREIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	349/2019	331/2019
ANDREIA MINOSSO CARVALHO DE OLIVEIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	294/2019	332/2019
ANDRESSA DE LIMA WELTER	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	295/2019	333/2019

BRUNA ARMINDA ROSA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	296/2019	334/2019
BRUNA DA SILVA DIAS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	207/2019	335/2019
BRUNA RAQUEL BELUSSO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	504/2019	336/2019
CARINA FRANQUELLA CANUTO GONÇALVES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	491/2019	337/2019
CINTIA SILVA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	208/2019	338/2019
CRISTIANI GREI NUNES DOS SANTOS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	209/2019	339/2019
DANIELE PIETRONIUK	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	505/2019	340/2019
DAVI PILATI	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	297/2019	341/2019
DEISE PEREIRA COSTA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	298/2019	342/2019
ELAINE CRISTINA SANTOS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	300/2019	343/2019
ELIZABETH RODRIGUES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	573/2019	344/2019
ELIZIANE ALVES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	492/2019	345/2019
ELOIZA DALFOVO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	301/2019	346/2019
EVELISA MEIRINHO LIMA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	210/2019	347/2019
FERNANDA TAMIRES PEREIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	211/2019	348/2019
GABRIELA DA SILVA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	302/2019	349/2019
GISLENE APARECIDA LEAL	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	493/2019	350/2019
GUILHERME DA SILVA NOIKIRCHEN	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	212/2019	351/2019
JOSIANE GRZEBIELUCKAS PAIANO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	303/2019	352/2019
JUCELIO FERREIRA BUENO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	213/2019	353/2019
JULIANA LOTTI CRUZ	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	350/2019	354/2019
KELI MARIANI FLORIANO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	506/2019	355/2019
KIRIA CAROLINE PERUZZO SCHMITT	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	351/2019	356/2019
LILIANI APARECIDA MONTAGNA DA SILVA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	352/2019	357/2019
LUCIELI OLIVEIRA DE QUADROS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	214/2019	358/2019
LUISA DA ROSA MARTINS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	494/2019	359/2019
MARCELO JOSE DA SILVA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	215/2019	360/2019
MARIA EDUARDA DA SILVA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	304/2019	361/2019
MARIA LORECI DOS SANTOS SEMAN	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	305/2019	362/2019
MARJORIE BLEICHVEL	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	216/2019	363/2019
MELISSA COSTA VIEIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	507/2019	364/2019
MIKAELLY DA SILVA SOUZA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	217/2019	365/2019
MONICA ANSINI	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	354/2019	366/2019

NAIANE SOARES SILVEIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	218/2019	367/2019
NUBIA FLORENCIO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	495/2019	368/2019
PAMELA THAYONARA SILVA DA CUNHA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	219/2019	369/2019
ROBERTA ATARÃO TAVARES BLEICHVEL	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	496/2019	370/2019
ROSANGELA PACHECO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	355/2019	371/2019
ROSELINE MIGUELINA KURITZA MOREIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	497/2019	372/2019
ROZENILDA RODRIGUES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	221/2019	373/2019
RUBIA IVONE DOS SANTOS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	306/2019	374/2019
SAMARA NASCIMENTO DE RAMOS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	222/2019	375/2019
SANDRA APARECIDA GONÇALVES VIEGA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	508/2019	376/2019
SCHAIANE MORAES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	307/2019	377/2019
SIRLENE DE LIMA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	356/2019	378/2019
TANIA APARECIDA DALAGO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	224/2019	379/2019
TANIA MARA VIRICIMO BERGER	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	225/2019	380/2019
VANESSA DOS SANTOS KURTZ	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	226/2019	381/2019
VANUSA ROSA VENANCIO DOS SANTOS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	308/2019	382/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1073/2019

Publicação Nº 2108454

PORTARIA Nº1.073/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ANDRÉIA CRISTINA HERRMANN PEDROTTI	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	638/2019	383/2019
CARLOS ALEXANDRE PORT MEN-DONÇA	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	243/2019	384/2019
CLAUDIA FERNANDES DOS SANTOS	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	639/2019	385/2019
FERNANDA ALVES KUHNEN MEDEI-ROS	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	465/2019	386/2019
FRANCINE DALAGO DEMETRIO	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	244/2019	387/2019
HELOISA ROBERTA GOEDERT ROVETTO	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	593/2019	388/2019
KATHIA REGINA NACLE DAVID	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	265/2019	389/2019
VANESSA DOS SANTOS MACHADO	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	247/2019	390/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1074/2019

Publicação Nº 2108455

PORTARIA Nº1.074/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 à 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAIANE VIRGINIA RIBEIRO NOVAES	INTÉRPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – 40 HORAS	248/2019	391/2019
ELISAMA FIDÉLIS MUÑOZ	INTÉRPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – 40 HORAS	249/2019	392/2019
GIZELLY SANTOS SAOUZA	INTÉRPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – 40 HORAS	264/2019	393/2019
PAULO HENRIQUE SOUZA GALVÃO	INTÉRPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS 40 HORAS	523/2019	394/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1075/2019

Publicação Nº 2108457

PORTARIA Nº1.075/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 à 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
BRUNA VARGAS ARRUDA WIETCO-VSKY	ORIENTADORA EDUCACIONAL 40 HORAS	707/2019	395/2019
JAQUELINE MACHADO	ORIENTADORA EDUCACIONAL 40 HORAS	266/2019	396/2019
ROZILENE PEREIRA PINTO	ORIENTADOR(A) EDUCACIONAL 40 HORAS	594/2019	397/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1076/2019

Publicação Nº 2108459

PORTARIA Nº1.076/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADRIANE CRITINA VENSKE PEREIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	447/2019	398/2019
ANA LENISE REVELANTE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	273/2019	399/2019
ANDRESA CRISTINA HUMBELINO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	576/2019	400/2019
ANGÉLICA DANIELA FERNANDES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	607/2019	401/2019
ANNA PAULA DE MIRANDA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	577/2019	402/2019
CATIA GARILDE BERNARDES DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	189/2019	403/2019
CHARLENE MACHADO SCHULTZ	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	275/2019	404/2019
CLAUDIA IVANIA KRENKEL	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	190/2019	405/2019
CLAUDIA REGINA FERNANDES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	557/2019	406/2019
CLECI TERESINHA VILHALVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	159/2019	407/2019
CLEUSIARA GONÇALVES SANTOS DA ROCHA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	608/2019	408/2019
DAYANE SOUSA RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	276/2019	409/2019
DIRCEANA DE OLIVEIRA SILVERO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	340/2019	410/2019
ELIETE INACIO DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	341/2019	411/2019
ESTER ROSA ROCHA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	255/2019	412/2019
FABIANA CRISTINA COSTA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	160/2019	413/2019
FABIANA DUTRAS DE VARGAS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	191/2019	414/2019
FABIANA GERALDO COUTINHO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	558/2019	415/2019
FERNANDA RIBEIRO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	448/2019	416/2019
FRANCIELI CAMPOS DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	192/2019	417/2019
GISLAINE SEVERO MATTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	277/2019	418/2019
GRACE KELLY FUCK	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	328/2019	419/2019
IRONITA MOSER SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	194/2019	420/2019
JANAINA MEDEIROS DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	365/2019	421/2019
JÉSSICA ANDREIA DA SILVA PORTO DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	648/2019	422/2019
JUSSARA MACHADO DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	163/2019	423/2019
LENIR DOS SANTOS COSTA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	689/2019	424/2019
LEONICE DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	195/2019	425/2019
LILIANI CARVALHO CORREA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	659/2019	426/2019
LISLAINI PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	278/2019	427/2019
LUANA FERETTI	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	705/2019	428/2019

LUCIMAR DA SILVA PINHEIRO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	501/2019	429/2019
LUIZ CESAR CICHOSKI	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	329/2019	430/2019
MARIA BERNADETE PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	450/2019	431/2019
MARY ELLEN ELIZAMA BUSQUIROLI DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	198/2019	432/2019
MAYARA DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	344/2019	433/2019
MONICA MARIA FRAZZON	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	330/2019	434/2019
MORGANA SILVA MERIM FANTIN	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	199/2019	435/2019
NAYARA PATRICIA QUEIROZ VIEIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	279/2019	436/2019
NILSETE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	200/2019	437/2019
PATRICIA GUATILPE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	164/2019	438/2019
PATRÍCIA WAGNER	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	345/2019	439/2019
RAKIELE ALESSANDRA DA SILVA CORREIA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	165/2019	440/2019
RAQUEL PEREIRA DA SILVA CHAVES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	502/2019	441/2019
ROSIMEIRE RAMOS CUSTÓDIO CARDOSO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	346/2019	442/2019
RUBIAN MINAS ROSA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	166/2019	443/2019
SHIRLEY GRASIELLI MACHADO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	609/2019	444/2019
SIRLEI CRUZ SCHINEIDER	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	202/2019	445/2019
SISSI MALENA BRANDÃO CAETANO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	710/2019	446/2019
SUSANA ROMERA JOVER	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	168//2019	447/2019
TATIANA APARECIDA PRULIKE CORNELSEN FRANCO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	203/2019	448/2019
VALDENORA MIRANDA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	610/2019	449/2019
VANESSA DE LIMA WELTER	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	347/2019	450/2019
VANESSA MARIA SOARES GONÇALVES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	280/2019	451/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1077/2019

Publicação Nº 2108462

PORTARIA Nº1.077/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADRIANA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	132/2019	452/2019
ADRIANA DE RAMOS SALLES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	133/2019	453/2019
ALESSANDRA ANITA DA SILVA LIMA RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	134/2019	454/2019
ALINE JESSICKA CLAUDINO DIAS DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	135/2019	455/2019
ALINE MARTINS POLICARPO BAMBINETTI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	157/2019	456/2019
ANA PAULA FIORESE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	510/2019	457/2019
ANGELITIA CORREIA DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	282/2019	458/2019
APOLONIA HILLESHEIM	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	137/2019	459/2019
CAROLINE RAMALHO OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	177/2019	460/2019
CLAUDIA GONÇALVES PEDROZO ROCHA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	726/2019	461/2019
CLAUDIA SIMONE SILVA DA ROSA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	178/2019	462/2019
CLECI TERESINHA VILHALVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	451/2019	463/2019
CRISTIANE TEIXEIRA CECHINEL	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	574/2019	464/2019
DANIELLE LIZIO HERNANDES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	727/2019	465/2019
DAYANE SOUSA RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	552/2019	466/2019
DIANA MACHADO GONÇALVES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	728/2019	467/2019
DICLÉIA APARECIDA GONÇALVES FRANÇA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	283/2019	468/2019
DULCILETE MARIA DAGOSTIN DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	284/2019	469/2019
DYENFFER CARMO LUIZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	139/2019	470/2019
ELAINE CLEMENTE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	140/2019	471/2019
ELENIR MARE DE SOUZA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	179/2019	472/2019
ELISANGELA APARECIDA MORAIS FERREIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	452/2019	473/2019
ELISANGELA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	285/2019	474/2019
FABIANA GERALDO COUTINHO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	713/2019	475/2019

FABIANA PEREIRA DORNELES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	554/2019	476/2019
GÉSSICA CRISTINA GONÇALVES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	555/2019	477/2019
GISELI BINI PINTO DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	719/2019	478/2019
GRACE KELLY FUCK	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	142/2019	479/2019
GUIOMAR SOUZA FRANÇA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	357/2019	480/2019
IZABEL CRISTINA KURTZ	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	182/2019	481/2019
JARINE ADELIA PLUCENIO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	183/2019	482/2019
JOSIANE NAIR DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	145/2019	483/2019
JULIANE CORREA DE OLIVEIRA CAJU	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	146/2019	485/2019
JULIANE EDUARDA MELLO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	287/2019	486/2019
LARISSA GHISLAINE CORRÊA STOCLOSKA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	720/2019	487/2019
LEONICE DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	511/2019	488/2019
LILIA SOARES DA SILVA IAREMENCO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	358/2019	489/2019
LILIAN CRISTINA MARQUES LAJUS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	359/2019	490/2019
MAICA ALESSANDRA KURTZ REIS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	360/2019	491/2019
MARIA RITA DE CASSIA VIEIRA DALPIVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	289/2019	493/2019
MARIANA TORINELLI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	512/2019	494/2019
MARIELE DE PAULA ROSA DOROGENSKI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	704/2019	495/2019
MARLI SOARES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	513/2019	496/2019
MARLIZE SCHOKAL	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	150/2019	497/2019
MARLUZA CASINI PRADO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	185/2019	498/2019
MELANI AMABILE HAENDCHEN	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	151/2019	499/2019
NATALIA FONSECA FREITAS SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	455/2019	500/2019
PRISCILA DE MORAES STAUB	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	152/2019	501/2019
ROSANE VANESSA VANDRESEN KOPP	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	153/2019	502/2019
ROSIANE RAQUEL CARDOSO SCHLOSSER	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	158/2019	503/2019
SABRINA APARECIDA PEREIRA CATARINA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	186/2019	504/2019
SILMARA LUIZA REY	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	718/2019	505/2019
SIMONE GUERBER DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	556/2019	506/2019
SIRLEI VIEIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	290/2019	507/2019
SOLANGE APARECIDA SANTOS DALMAS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	291/2019	508/2019
SONIA VIEIRA BASTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	514/2019	509/2019
SORAYA JAHNKE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	456/2019	510/2019

TAINARA MOREIRA BARCELOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	292/2019	511/2019
TATIANA BARBOSA MARTINS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	188/2019	512/2019
THAISE FERNANDA DE SOUZA MOREIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	156/2019	513/2019
THAMIRES MARX	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	361/2019	514/2019
VANESSA CARDOSO AMARAL	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	612/2019	515/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1078/2019

Publicação Nº 2108463

PORTARIA Nº1.078/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
AMANDA CRISTINA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	238/2019	516/2019
CRISTIANE AGOSTINHO DAS CHAGAS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	470/2019	517/2019
DANIELE CARLA DE SOUZA MEDEIROS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	239/2019	518/2019
DIULLY DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	703/2019	519/2019
ÉDINA TOMAZINI	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 30 HORAS	111/2019	520/2019
ELICA VAZ TEIXEIRA SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 30 HORAS	362/2019	521/2019
ELIETE ALVES	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	112/2019	522/2019
ILZA CLÁUDIA MULLER BIZ	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	114/2019	523/2019
INES DE MOURA SILVA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 30 HORAS	712/2019	524/2019
KATIANE BERNARDES DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	499/2019	525/2019
JULIANA CAVANHOLI PEREIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	115/2019	484/2019

KIMBERLY TAINARA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	116/2019	526/2019
LILIAN DOS SANTOS E SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 30 HORAS	540/2019	527/2019
LORENA CAROLINI DA SILVA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	541/2019	528/2019
MARGARETE GIMENEZ	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	475/2019	530/2019
MARIA MANGELÓ	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	363/2019	531/2019
MARISTELA DE FATIMA DOS SANTOS DA SILVA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	637/2019	532/2019
MARISTELA OLIVEIRA SUTIL	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	543/2019	533/2019
NOELI DE FÁTIMA DA CRUZ RIBEIRO	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	701/2019	534/2019
VALCIR LAURIVO PROCHNOW	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	334/2019	535/2019
VANESSA DE BORBA SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	544/2019	536/2019
VIVIANE APARECIDA GRIZON DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	476/2019	537/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1079/2019

Publicação Nº 2108464

PORTARIA Nº1.079/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 à 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ANA RUBIA BUCALON	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	722/2019	538/2019
ANDREIA MIRIAM SCHNEIDER	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 10 HORAS	477/2019	539/2019
ANISIO PAULO GOMES	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 10 HORAS	478/2019	540/2019
BERNADETE SILVA MOREIRA	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	479/2019	541/2019
CLAUDIA LIMA BERTOLAZI	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 10 HORAS	318/2019	542/2019

DAIANA ROBERTA GALLO	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	117/2019	543/2019
ELIANE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 40 HORAS	480/2019	544/2019
ELON MONTEIRO	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	240/2019	545/2019
ELTON CARDOSO	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 40 HORAS	241/2019	546/2019
EZEQUIEL PAULO TRENTIN	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 40 HORAS	119/2019	547/2019
MARCIA REGINA DAL PIVA	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	644/2019	492/2019
PAULO CESAR GUIMARÃES	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 30 HORAS	242/2019	548/2019
RENATO NUNES	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 40 HORAS	481/2019	549/2019
VANESSA OLIVEIRA BENEDITO	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	121/2019	550/2019
WANDERSON LUIZ VIEIRA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	319/2019	551/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1080/2019

Publicação Nº 2108465

PORTARIA Nº1.080/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ADRIANA SARETO	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	122/2019	552/2019
CASSIA FLAVIA DE SOUZA MOREIRA	PROFESSOR(A) DE ARTES 20 HORAS	229/2019	553/2019
CLAUDIA ADRIANA MORESCO	PROFESSOR(A) DE ARTES 10 HORAS	333/2019	554/2019
CRISTIANO FAVERO	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	230/2019	555/2019
DENISE APARECIDA ZENI	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	231/2019	556/2019
EVELISE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ARTES 30 HORAS	579/2019	557/2019

FLÁVIA REGINA MACHADO BOEIRA	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	123/2019	558/20194
GRACE LAJUS FORTES	PROFESSOR(A) DE ARTES 20 HORAS	311/2019	559/2019
KÉLLY ANGELIANNY ANTUNES	PROFESSOR(A) DE ARTES 30 HORAS	124/2019	560/2019
LUCIMAR DA ROCHA FREITAS	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	125/2019	561/2019
MAGDA MARCEL ZANCHETE	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	126/2019	562/2019
MARCIA HELENA AVILA PERES	PROFESSOR(A) DE ARTES 10 HORAS	525/2019	563/2019
MARIA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ARTES 10 HORAS	232/2019	564/2019
MARIA TAVARES DE ANDRADE MARONES	PROFESSOR(A) DE ARTES 20 HORAS	127/2019	565/2019
MARILZA ADRIANA HARTHEMAM	PROFESSOR(A) DE ARTES 20 HORAS	312/2019	566/2019
NAIARA CARDOSO FRANCISCO	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	128/2019	567/2019
PATRICIA ZANCHETA PERNAMBUCO	PROFESSOR(A) DE ARTES 20 HORAS	233/2019	568/2019
RODRIGO WOHLKE	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	129/2019	569/2019
SILVANA NEUSA PINTO	PROFESSOR(A) DE ARTES 40 HORAS	313/2019	570/2019
VANESSA VELOSO KATO	PROFESSOR(A) DE ARTES 20 HORAS	711/2019	571/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1081/2019

Publicação Nº 2108471

PORTARIA Nº1.081/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
AMANDA GALDINI BOLDA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	457/2019	572/2019
CARLA TATIANA FORMOLO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	458/2019	573/2019

ELTON JOHN SCHMOLLER	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS	559/2019	574/2019
FERNANDA ALBERTI OLOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	721/2019	575/2019
JOSE MAURO BERNARDES JUNIOR	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS	519/2019	576/2019
LEANDRA CARDOSO REINERT	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HORAS	459/2019	577/2019
LUZIA RODRIGUES ALIXANDRE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	520/2019	578/2019
RAFAEL MARTINS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	714/2019	579/2019
RODRIGO GARROZI PEREIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS	706/2019	580/2019
STELA MARIS BONISSONI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	461/2019	581/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1082/2019

Publicação Nº 2108472

PORTARIA Nº1.082/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 à 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALDO MACHADO NETO	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 40 HORAS	234/2019	582/2019
CASANDRA POSSELT DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	235/2019	583/2019
HELIANA APARECIDA DOS SANTOS MODESTI	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	106/2019	584/2019
KEVIM MOREIRA MACIEL DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 40 HORAS	591/2019	585/2019
LADIR THIBES PEREIRA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	324/2019	586/2019
LIDIANA CASSIA SOARES FREITAS	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	325/2019	587/2019
NEIDE MELO	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 30 HORAS	316/2019	588/2019
ROSMERY GESSER	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	236/2019	589/2019

VERA CRISTINA LEHMKUHL MAGNANI	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	237/2019	590/2019
VINICIUS MEDEIROS MINELA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	317/2019	591/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1083/2019

Publicação N° 2108474

PORTARIA N°1.083/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FERNANDO FLAVIO GERHARDT CANCELLA	PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA 20 HORAS	466/2019	592/2019
JAMES BLAND MOURA	PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA 10 HORAS	326/2019	593/2019
MIGUEL ANGEL SCHMITT RODRIGUEZ	PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA 10 HORAS	327/2019	594/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1084/2019

Publicação Nº 2108478

PORTARIA Nº1.084/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALEXANDRA GUEDES CARAMES	PROFESSOR(A) DE CIÊNCIAS 10 HORAS	331/2019	595/2019
AMANDA CRISTINA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	469/2019	628/2019
CRISTIANE AGOSTINHO DAS CHAGAS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	702/2019	629/2019
KIMBERLY TAINANRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	473/2019	630/2019
MONICA DIP HANNEMANN	PROFESSOR(A) DE CIÊNCIAS 20 HORAS	108/2019	596/2019
PAULO NADER	PROFESSOR(A) DE CIÊNCIAS 10 HORAS	332/2019	597/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1085/2019

Publicação Nº 2108480

PORTARIA Nº1.085/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CAMILA GRAEFF CASIRAGHI	PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA 10 HORAS	322/2019	598/2019
CLAYTON JAIR SZIMANSKI BURTET	PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA 10 HORAS	323/2019	599/2019

JONATHAN MATTOS	PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA 20 HORAS	467/2019	600/2019
JULIANDERSSON VICTORIA ALE-XANDRE	PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA 20 HORAS	267/2019	601/2019
KARINE DE OLIVEIRA PRATES	PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA 40 HORAS	109/2019	602/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1086/2019

Publicação Nº 2108482

PORTARIA Nº1.086/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CLEBER NOVAIS DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	320/2019	603/2019
ENERI TERESINHA PLETSCH	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	321/2019	604/2019
MARGARETE GIMENEZ	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	314/2019	605/2019
SILVANA MARIA BRUSCH JAEGER DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	515/2019	606/2019
SUELEN CRISTINA SILVA	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	315/2019	607/2019
UBIRATAN PIMENTEL DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	516/2019	608/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1087/2019

Publicação Nº 2108484

PORTARIA Nº1.087/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 31/07/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CHRISTIANE GUEDES DE LIMA CAMARGO	SERVENTE 40 HORAS	058/2019	619/2019
CRISTIANA APARECIDA PUSSININI	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	592/2019	609/2019
DAIANA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	746/2019	610/2019
DAIANA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	731/2019	611/2019
DAIANE MILKE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	367/2019	612/2019
DIONETE BARROS DA COSTA VEDOVATO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	641/2019	613/2019
ELAINE ALEXSANDRA RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	268/2019	614/2019
ELIANE ORTIZ	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 40 HORAS	560/2019	615/2019
MARILU DA SILVA BATISTA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	521/2019	616/2019
TERESINHA CLAUDETE DOS SANTOS VICENTE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	258/2019	617/2019
WAGNER MATIAS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	614/2019	618/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1088/2019

Publicação Nº 2108486

PORTARIA Nº1.088/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que as funcionárias estão gestantes;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 31/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
KARINE SILVA DE LIMA MARTINS	PROFESSOR(A) DE ED. INFANTIL 20 HORAS	151/2018	621/2019
PATRICIA MENEGHELLI DE BORBA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	468/2018	622/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1089/2019

Publicação Nº 2108491

PORTARIA Nº1.089/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 27/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
NATALIA MARIA ANTERO ALEXANDRE DOS SANTOS AMARÁ	MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	190/2018	623/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1090/2019

Publicação Nº 2108492

PORTARIA Nº1.090/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FRANCINI REBELO	PROFESSOR(A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	060/2018	624/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1091/2019

Publicação Nº 2108494

PORTARIA Nº1.091/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 05/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALINE THAIS DO ROSÁRIO DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	136/2019	625/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA

Secretário da Administração

1092/2019

Publicação Nº 2108495

PORTARIA Nº1.092/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 21/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELIANE APARECIDA TEIXEIRA ME-DEIROS KUHN	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	180/2019	626/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1093/2019

Publicação Nº 2108497

PORTARIA Nº1.093/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2019 á 26/11/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
MARIA LUISA MENDES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	254/2019	627/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de junho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

MUSHUE DAYAN HAMPEL VIEIRA
Secretário da Administração

1094/2019

Publicação Nº 2108499

,PORTARIA Nº1.094/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo simplificado nº002/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LIRAMAR PEREIRA DUARTE CORREA	MERENDEIRA 40 HORAS	768/2019	38º
LUCIANE APARECIDA VALLE DE JESUS	MERENDEIRA 40 HORAS	769/2019	32º
MARCIA RAFAELI PIRES	MERENDEIRA 40 HORAS	770/2019	28º
REGINA CELIA DA SILVA REIS	MERENDEIRA 40 HORAS	771/2019	29º
SELMA SOARES DE MATOS	MERENDEIRA 40 HORAS	772/2019	30º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.nº21313

Port. nº163/2018

1095/2019

Publicação Nº 2108500

,PORTARIA Nº1.095/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JESSICA DOS SANTOS DE JESUS	SERVENTE 40 HORAS	774/2019	134º
MARIA FANTONI COSTA	SERVENTE 40 HORAS	775/2019	135º
MARLEI DE LIMA	SERVENTE 40 HORAS	773/2019	136º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1096/2019

Publicação Nº 2108502

,PORTARIA Nº1.096/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo simplificado nº 012/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
PEDRO PAULO REINERT	VIGIA 40 HORAS	776/2019	02º
VILSON PIRES	VIGIA 40 HORAS	777/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1097/2019

Publicação Nº 2108503

,PORTARIA Nº1.097/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FRANCIELI CORLETTO BORGES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	778/2019	380º
VIRGINEA MACHADO FLORES DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	779/2019	368º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1098/2019

Publicação Nº 2108505

,PORTARIA Nº1.098/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 31/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLAUDIA REGINA FERNANDES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	780/2019	379º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1099/2019

Publicação Nº 2108506

,PORTARIA Nº1.099/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALECSANDRO GUIMARÃES	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	781/2019	56º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.º21313

Port. nº163/2018

1100/2019

Publicação Nº 2108508

,PORTARIA Nº1.100/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Fundação do Meio Ambiente de Camboriú, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 001/2019/FUCAM;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 01/07/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAFNE DUANI PEREIRA DA SILVA	FISCAL AMBIENTAL 40 HORAS	782/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1101/2019

Publicação Nº 2108510

,PORTARIA Nº1.101/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 017/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 01/07/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROSANGELA DE OLIVEIRA LEOPOLDO BIER	ASSISTENTE SOCIAL 40 HORAS	783/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1102/2019

Publicação Nº 2108512

,PORTARIA Nº1.102/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 017/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/07/2019 á 01/07/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DANISIO ALBANO	VIGIA 40 HORAS	785/2019	02º
JOSÉ JUNIOR DE VALEN	VIGIA 40 HORAS	784/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1103/2019

Publicação Nº 2108519

PORTARIA Nº1.103/2019
NOMEIA COORDENADOR DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei Complementar nº050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MAIARA RUBIA ROCHA DA SILVA no cargo de COORDENADOR DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1105/2019

Publicação Nº 2108531

PORTARIA Nº1.105/2019
NOMEIA CHEFE DE ALMOXARIFADO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MICHEL BERNARDES MENDES no cargo de CHEFE DE ALMOXARIFADO da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1106/2019

Publicação Nº 2108533

PORTARIA Nº1.106/2019
NOMEIA COORDENADOR DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS DE QUALIFICAÇÃO EM SAUDE NASF

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº83/2016 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PAULO REINALDO CANHOTO no cargo de COORDENADOR DE PROGRAMAS DE INCENTIVOS DE QUALIFICAÇÃO EM SAUDE NASF da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1107/2019

Publicação Nº 2108537

PORTARIA Nº1.107/2019
NOMEIA ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANTONIO CARLOS BARTH MOREIRA no cargo de ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS do Gabinete do Prefeito, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1108/2019

Publicação Nº 2108539

PORTARIA Nº1.108/2019
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE
ANIMAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FRANCISCO FEITOZA DE CARVALHO no cargo de CHEFE DE DIVISAO DE SAÚDE ANIMAL da Secretaria Municipal de Agricultura, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1109/2019

Publicação Nº 2108540

PORTARIA Nº1.109/2019
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CRISTIANE MACHADO DA SILVA no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1110/2019

Publicação Nº 2108568

PORTARIA Nº1.110/2019
NOMEIA COORDENADOR DE NASF CENTRAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº083/2016 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, STEPHANIE MARJORIE PRIM no cargo de COORDENADOR DE NASF CENTRAL da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1111/2019

Publicação Nº 2108571

PORTARIA Nº1.111/2019
NOMEIA COORDENADOR DA POLICLINICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RAFAELA GEORGIA DEITOS no cargo de COORDENADOR DA POLICLINICA da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1112/2019

Publicação Nº 2108572

PORTARIA Nº1.112/2019
NOMEIA CHEFE DE TRÂNSITO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ARNITO MOMM no cargo de CHEFE DE TRÂNSITO da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1113/2019

Publicação Nº 2108575

PORTARIA Nº1.113/2019
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JAIME ANGEL DA SILVA no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL da Secretaria de Proteção e defesa Civil, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1114/2019

Publicação Nº 2108576

PORTARIA Nº1.114/2019
EXONERA COORDENADOR DE
EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, TATIANI BERNARDES DAS NEVES, matrícula nº 21374-9, do cargo em comissão de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1115/2019

Publicação Nº 2108578

PORTARIA Nº1.115/2019
NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº078/2015 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CARLA MARINA SLOMSKI DUARTE no cargo de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1116/2019

Publicação Nº 2108580

PORTARIA Nº1.116/2019
NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº078/2015 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANA GABRIELA WIGGERS no cargo de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1117/2019

Publicação Nº 2108583

PORTARIA Nº1.117/2019
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº033/2011, Lei nº065/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PAUL JACKSON DE ALMEIDA no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVO da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1118/2019

Publicação Nº 2108585

PORTARIA Nº1.118/2019
EXONERA ASSESSOR ADJUNTO
DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, JESSICA HELENA GOMES, matrícula nº 21299-2, do cargo em comissão de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 02/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1119/2019

Publicação Nº 2108587

PORTARIA Nº1.119/2019
EXONERA ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, THIAGO EDUARDO JULIO, matrícula nº 22531-1, do cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do Gabinete do Prefeito, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1120/2019

Publicação Nº 2108588

PORTARIA Nº1.120/2019
NOMEIA ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, VALDELICE DA SILVA SIQUEIRA no cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do Gabinete do Prefeito, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1121/2019

Publicação Nº 2108589

,PORTARIA Nº1.121/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) CELIA RAMPELOTTI DA ROSA, portador do CPF nº 953.288.239-15, matrícula nº1983-1, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1122/2019

Publicação Nº 2108591

,PORTARIA Nº1.122/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) CLARICE DA SILVA PRATES, portador do CPF nº 074.658.938-79, matrícula nº 12714-7, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1123/2019

Publicação Nº 2108592

,PORTARIA Nº1.123/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) BIANCA GRAZIELA DO NASCIMENTO, portador do CPF nº 036.305.559-26, matrícula nº 15654-13, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1124/2019

Publicação N° 2108593

,PORTARIA N°1.124/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) CLODOALDO ROZENDO PINTO, portador do CPF nº 903.165.509-06, matrícula nº. 5066-2, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1125/2019

Publicação N° 2108596

,PORTARIA N°1.125/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) TANIA REGINA KALNIN, portador do CPF nº 039.713.669-29, matrícula nº. 5157-1, a partir de 22/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 22/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1126/2019

Publicação N° 2108597

,PORTARIA N°1.126/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) ALTAIR ARGENTINO PEREIRA JUNIOR, portador do CPF nº 026.601.629-48, matrícula nº. 13395-1, a partir de 29/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 29/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1128/2019

Publicação N° 2108602

PORTARIA N°1.128/2019

exclui função gratificada do(s) servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

16386	FERNANDA RAFAELLA SCHWAB ROCHA	FG1
-------	--------------------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1129/2019

Publicação Nº 2108613

PORTARIA Nº1.129/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11685-1	JORGE HEINZEN NUNES	FG1
---------	---------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1130/2019

Publicação Nº 2108614

PORTARIA Nº1.130/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

18786-3	SANDERSON SANTOS	FG3
19743-2	MARIO CESAR SOUZA	FG3

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1131/2019

Publicação Nº 2108615

PORTARIA Nº1.131/2019
NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº078/2015 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SANDRA MARA COSTA DE SOUZA no cargo de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1132/2019

Publicação Nº 2108616

PORTARIA Nº1.132/2019
NOMEIA COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FERNANDA RAFAELLA SCHWAB ROCHA no cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1133/2019

Publicação N° 2108618

PORTARIA N°1.133/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária ANA PAULA ROSA KUSS, matrícula nº. 19033-1, servidora EFETIVA no cargo de MONITOR (A), a partir de 25/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 25/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1134/2019

Publicação N° 2108620

PORTARIA N°1.134/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária DAIANE DAS GRACAS CARDOSO, matrícula nº. 19751-1, servidora EFETIVA no cargo de MERENDEIRA, a partir de 24/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 24/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1135/2019

Publicação Nº 2108622

PORTARIA Nº1.135/2019
NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei nº065/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CAMILA JACINTO no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1136/2019

Publicação Nº 2108625

PORTARIA Nº1.136/2019
NOMEIA CHEFE DO NUCLEO DE PREVENCAO AS DROGASE PEDOFILIA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº035/2011e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOSE MANOEL MAFRA no cargo de CHEFE DO NUCLEO DE PREVENCAO AS DROGASE PEDOFILIA da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1137/2019

Publicação Nº 2108627

PORTARIA Nº1.137/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº953/2017 de 04/08/2017, firmado entre CESAR AUGUSTO BORTOLI DOS REIS, matrícula nº 22532-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PINTOR, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1138/2019

Publicação Nº 2108629

PORTARIA Nº1.138/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 517/2019 de 13/03/2019, firmado entre DELMA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 24169-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, a partir de 26/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 26/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1139/2019

Publicação Nº 2108631

PORTARIA Nº1.139/2019
EXONERA SECRETÁRIA DE CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, QUEITI EDELTRAUT NOGUEIRA, matrícula nº 23705-4, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1140/2019

Publicação Nº 2108632

,PORTARIA Nº1.140/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo Simplificado nº 002/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 02/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JANICE VILELA BARBOSA DO CARMO	MERENDEIRA 40 HORAS	786/2019	45º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 02 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1141/2019

Publicação Nº 2108634

,PORTARIA Nº1.141/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Municipal nº 40/2012 regulamentada pelo Decreto nº 3.262/2018 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o parecer exarado pela Comissão Permanente de Avaliação de Promoção Horizontal em 28/05/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a EUNICE EMIKO ENOKIDA – matrícula Nº16395-3, acesso da categoria de PSICÓLOGA LETRA A, que ocupa, para PSICÓLOGA LETRA B, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do servidor mencionado no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 02 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.nº21313

Port. nº163/2018

1142/2019

Publicação Nº 2108636

,PORTARIA Nº1.142/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 014/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
NAIARA ANISIA SILVA ROSA	INTÉRPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS 20 HORAS	787/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 03 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.nº21313

Port. nº163/2018

1143/2019

Publicação Nº 2108637

,PORTARIA Nº1.143/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MAYRA CAROLINE REYNA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	788/2019	22º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1144/2019

Publicação Nº 2108639

,PORTARIA Nº1.144/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/07/2019 á 01/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FERNANDA TULER CANCELLA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	789/2019	386º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1145/2019

Publicação Nº 2108641

PORTARIA Nº1.145/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora CARLA REGINA SEVERO DE FREITAS BRAUN, matrícula nº. 23608-3, contratada no cargo de TECNICO(A) ENFERMAGEM – ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1146/2019

Publicação Nº 2108642

PORTARIA Nº1.146/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 273/2019 de 20/02/2019, firmado entre ANA LENISE REVELANTE DA SILVA, matrícula nº 24090-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA, a partir de 03/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 03/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1147/2019

Publicação Nº 2108644

PORTARIA Nº1.147/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 379/2019 de 01/03/2019, firmado entre CONSUELO DO ROCIO MORAES DE LIMA, matrícula nº 23351-5, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA, a partir de 30/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 30/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1148/2019

Publicação Nº 2108645

,PORTARIA Nº1.148/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ROSILENE VIEIRA DOS SANTOS, matrícula Nº. 19131-6, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1149/2019

Publicação Nº 2108648

,PORTARIA Nº1.149/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a VANESSA DOS SANTOS, matrícula Nº. 11552-3, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1150/2019

Publicação Nº 2108649

PORTARIA Nº1.150/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

12647-4	AFONSO AMARO MAFRA	FG2
---------	--------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

1151/2019

Publicação Nº 2108652

PORTARIA Nº1.151/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada somente no mês de julho/2019, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11791-2	ISAIAS VIVILAQUA	FG2
---------	------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 05 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.º21313

Port. nº163/2018

1152/2019

Publicação Nº 2108653

PORTARIA Nº1.152/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11753-5	ADRIANA FRANCISCA	FG2
---------	-------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 05 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.º21313

Port. nº163/2018

1153/2019

Publicação Nº 2108655

,PORTARIA Nº1.153/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) SERGIO DALLALIBERA, portador do CPF nº 591.162.180-00, matrícula nº12730-2, a contar de 01/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 01/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1154/2019

Publicação Nº 2108657

,PORTARIA Nº1.154/2019

“Retifica Portaria nº232/2019
de 11/02/2019”

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Complementar nº. 019/2008;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a portaria Nº232/2019 de 11/02/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em que altera a carga horária dos Servidores da secretaria de educação e da servidora Flavia Eberhardt, onde está colocado de forma equivocada sua antiga lotação, segue abaixo alteração:

Onde se lê:

MATR.	NOME	LOTAÇÃO ANTIGA	LOTAÇÃO NOVA	CARGA HORÁRIA	INICIO ALTER.
15194-3	Flavia Eberhardt	G.E.M. Marlene Pereira Zuchi (20horas)	G.E.M. Marlene Pereira Zuchi (20horas)/ E.B.M. Profª Clotilde Ramos Chaves (20horas)	40 horas	11/02/2019

Leia-se:

MATR.	NOME	LOTAÇÃO ANTIGA	LOTAÇÃO NOVA	CARGA HORÁRIA	INICIO ALTER.
15194-3	Flavia Eberhardt	G.E.M. Joaquim Magalhães (20horas)	G.E.M Joaquim Magalhães (20horas)/ E.B.M. Profª Clotilde Ramos Chaves (20horas)	40 horas	11/02/2019

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 05 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1155/2019

Publicação Nº 2108659

PORTARIA Nº1.155/2019
NOMEIA COORDENADOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009, Lei complementar nº033/2011 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ALESSANDRA APARECIDA DAMACENO WEBBER no cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO da Secretaria Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1156/2019

Publicação Nº 2108662

,PORTARIA Nº1.156/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 002/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 09/07/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELISANGELA ROSANELI LOPES	COZINHEIRA 40 HORAS	790/2019	11º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1157/2019

Publicação Nº 2108666

PORTARIA Nº1.157/2019
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EDUARDO PUGATSCH no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL da Secretária Municipal de Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 10/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1158/2019

Publicação Nº 2108668

,PORTARIA Nº1.158/2019
Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a VANESA MARCIA CZECHOVSKI, matrícula Nº. 21010-3, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

1159/2019

Publicação Nº 2108670

,PORTARIA Nº1.159/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo simplificado nº 014/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 10/07/2019 á 09/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ITAMARI PIRES JENEI TEIXEIRA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	791/2019	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1160/2019

Publicação Nº 2108671

,PORTARIA Nº1.160/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 10/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JESSICA CRISTINA FERREIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	792/2019	394º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1161/2019

Publicação Nº 2108677

,PORTARIA Nº1.161/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 017/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 10/07/2019 á 10/07/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
VERA LUCIA DIAS DE OLIVEIRA	RECEPCIONISTA 40 HORAS	793/2019	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1162/2019

Publicação Nº 2108680

PORTARIA Nº1.162/2019

Exonera Servidor(a) Por
Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei 039/2012, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO Portaria nº.22/2019 de 09/07/2019, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por aposentadoria, o(a) Servidor(a) TEREZINHA APARECIDA DE BAIRROS, portador do CPF Nº 981.777.709-00, matrícula nº. 11779-2, do cargo efetivo de SERVENTE, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1163/2019

Publicação Nº 2108682

PORTARIA Nº1.163/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 01/07/2019 á 10/07/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
LUIZ HENRIQUE OYAMADA	MEDICO ESF 40 HORAS	677/2018	529/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1164/2019

Publicação Nº 2108683

PORTARIA Nº1.164/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 568/2019 de 25/03/2019, firmado entre RODOLFO ANTE-NOW, matrícula nº 24208-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 24/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 24/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1165/2019

Publicação Nº 2108686

PORTARIA Nº1.165/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 013/2019 de 21/01/2019, firmado entre CAROLINA BRUNS KRUGER, matrícula nº 23928-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de CIRURGIAO(A) DENTISTA - ESF, a partir de 01/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 01/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1166/2019

Publicação Nº 2108687

PORTARIA Nº1.166/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 767/2019 de 26/06/2019, firmado entre SHERON SOUZA DA SILVA, matrícula nº 23744-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM, a partir de 02/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 02/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1167/2019

Publicação Nº 2108688

PORTARIA Nº1.167/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 642/2018 de 25/06/2018, firmado entre KAMILA MELO, matrícula nº 23606-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - PACS, a partir de 02/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 02/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1168/2019

Publicação Nº 2108690

PORTARIA Nº1.168/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 567/2019 de 25/03/2019, firmado entre OZIEL DA SILVA CAMPOS, matrícula nº 24207-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PSICOLOGO, a partir de 03/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 03/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1169/2019

Publicação N° 2108693

PORTARIA N°1.169/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 774/2019 de 01/07/2019, firmado entre JESSICA DOS SANTOS DE JESUS, matrícula nº 24339-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de SERVENTE, a partir de 08/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 08/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1170/2019

Publicação N° 2108696

PORTARIA N°1.170/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 105/2019 de 11/02/2019, firmado entre TAISA CAROLINA TODERO, matrícula nº 21281-6, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRA ESF, a partir de 10/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 10/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1171/2019

Publicação N° 2108699

PORTARIA N°1.171/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 159/2019 de 11/02/2019, firmado entre CLECI TERESINHA VILHALVA, matrícula nº 18586-3, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 11/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 11/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1172/2019

Publicação N° 2108701

PORTARIA N°1.172/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 572/2019 de 29/03/2019, firmado entre MARIA SORAIA DA SILVA, matrícula nº 24210-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de COZINHEIRO(A), a partir de 23/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 23/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1173/2019

Publicação N° 2108704

PORTARIA N°1.173/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 582/2019 de 01/04/2019, firmado entre SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA, matrícula nº 22684-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRA ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1174/2019

Publicação N° 2108706

PORTARIA N°1.174/2019

EXONERA COORDENADOR DE NASF CENTRAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, STEPHANIE MARJORIE PRIM, matrícula nº 23827-1, do cargo em comissão de COORDENADOR DE NASF CENTRAL da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 05/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1175/2019

Publicação Nº 2108708

,PORTARIA Nº1.175/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ALESSANDRA MACIEL FRANCA, matrícula Nº. 19168-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1176/2019

Publicação Nº 2108710

,PORTARIA Nº1.176/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA FARIA, matrícula Nº. 12454-2, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 12 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1177/2019

Publicação N° 2108713

,PORTARIA Nº1.177/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a CRISTIANO CORREIA, matrícula N°. 5014-2, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1178/2019

Publicação N° 2108724

PORTARIA Nº1.178/2019

exclui função gratificada do(s) servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

19476-1	JOYCE DE ALMEIDA CRUZ	FG4
---------	-----------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1179/2019

Publicação Nº 2108736

,PORTARIA Nº1.179/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 15/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DEBORA URANNE DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	794/2019	50º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1180/2019

Publicação Nº 2108740

,PORTARIA Nº1.180/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo simplificado nº 014/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 15/07/2019 á 31/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
VERA CRISTINA LEHMKUHL MAG-NANI	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	795/2019	05º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1181/2019

Publicação Nº 2108744

PORTARIA Nº1.181/2019

RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da secretária da saúde, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍ.	NOME	TÉRMINO
23650-1	ALESSANDRO DA ROCHA DOS SANTOS	01/07/2019
22742-2	BIANCA CAROLINA RODRIGUES GARCIA	31/07/2019
23644-2	LUIZ HENRIQUE OYAMADA	10/07/2019
23715-2	MARIA HELENA DA ROSA	31/07/2019
23431-1	RICARDO CANDIDO DE OLIVEIRA TAVARES	31/07/2019
23642-2	SAIONARA LOPES FONSECA	01/07/2019
23649-3	SALETE MARIA HAAS	31/07/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1182/2019

Publicação Nº 2108746

PORTARIA Nº1.182/2019

NOMEIA ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ALCIDES CORDEIRO NETO no cargo de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO da Secretaria Municipal da Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1183/2019

Publicação Nº 2108747

PORTARIA Nº1.183/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 656/2018 de 28/06/2018, firmado entre MARIAH TABALIPA ZIMMERMANN XAVIER GONÇALVES, matrícula nº 23621-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1184/2019

Publicação Nº 2108750

PORTARIA Nº1.184/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 602/2018 de 13/06/2018, firmado entre SYLVIA DIAS TAVARES DA SILVA, matrícula nº 23562-8, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1185/2019

Publicação Nº 2108752

PORTARIA Nº1.185/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 505/2018 de 04/06/2018, firmado entre JOCELIA MATIAS, matrícula nº 23507-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM - ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1186/2019

Publicação Nº 2108754

PORTARIA Nº1.186/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 593/2018 de 11/06/2018, firmado entre THIAGO REGIEL VILCINSKAS, matrícula nº 23552-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM - ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1187/2019

Publicação Nº 2108755

PORTARIA Nº1.187/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 483/2018 de 29/05/2018, firmado entre ANGELA CRISTINA RIZZI, matrícula nº 23436-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM - ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1188/2019

Publicação Nº 2108759

PORTARIA Nº1.188/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 815/2018 de 09/11/2018, firmado entre ALAN DOS SANTOS COELHO, matrícula nº 23898-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM - ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1189/2019

Publicação Nº 2108760

PORTARIA Nº1.189/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 587/2018 de 11/06/2018, firmado entre GIOVANA ANDREA PRADI, matrícula nº 23546-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de CIRURGIAO(A) DENTISTA - ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1190/2019

Publicação Nº 2108763

PORTARIA Nº1.190/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº1001/2017 de 02/10/2017, firmado entre LINDAURA LORENCETTI MENDES, matrícula nº 22631-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1191/2019

Publicação Nº 2108766

PORTARIA Nº1.191/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 014/2018 de 01/02/2018, firmado entre NELSON RICARDO DE AZEVEDO, matrícula nº 22747-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MOTORISTA, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1192/2019

Publicação Nº 2108769

PORTARIA Nº1.192/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 367/2018 de 19/03/2018, firmado entre ANTONIO REBELO SILVERIO, matrícula nº 23263-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MOTORISTA, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1193/2019

Publicação Nº 2108772

PORTARIA Nº1.193/2019**RESCINDE CONTRATO A PEDIDO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 002/2018 de 19/01/2018, firmado entre MIGUEL JAIR DA LUZ MACIEL, matrícula nº 22731-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MOTORISTA, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1194/2019

Publicação Nº 2108773

PORTARIA Nº1.194/2019**RESCINDE CONTRATO A PEDIDO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 014/2019 de 21/01/2019, firmado entre SIMONE APA-RECIDA VIEIRA PLACIDO, matrícula nº 17182-6, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO- ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1195/2019

Publicação N° 2108776

PORTARIA N°1.195/2019
EXONERA ASSESSOR DE PAISAGISMO
E URBANISMO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar n°026/2009, Lei n°050/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, ALECIO VASQUES MILIOVINI, matrícula n° 21174-1, do cargo em comissão de ASSESSOR DE PAISAGISMO E URBANISMO da Secretaria de Planejamento Urbano, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1196/2019

Publicação N° 2108784

PORTARIA N°1.196/2019
EXONERA ASSESSOR ADJUNTO
DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar n°026/2009, Lei n°065/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, CAMILA JACINTO, matrícula n° 24266-1, do cargo em comissão de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO da Secretaria de Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1197/2019

Publicação Nº 2108787

,PORTARIA Nº1.197/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 16/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELIANE FRAGOSO DE RAMOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	796/2019	170º
GISELE SANTOS SILVA ELESBÃO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	797/2019	186º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1198/2019

Publicação Nº 2108790

,PORTARIA Nº1.198/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 16/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAINA KAROLINY DE SOUZA BERNARDI	SERVENTE 40 HORAS	798/2019	137º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1199/2019

Publicação Nº 2108797

,PORTARIA Nº1.199/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 16/07/2019 á 31/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELISA BARTH	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	799/2019	198º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1200/2019

Publicação Nº 2108800

,PORTARIA Nº1.200/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 16/07/2019 á 08/08/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
PRISCILLA LOPES DUARTE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	800/2019	190º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1201/2019

Publicação Nº 2108802

PORTARIA Nº1.201/2019
EXONERA COORDENADOR DE
EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, ERICKSON JONES LIMA, matrícula nº 24249-1, do cargo em comissão de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1202/2019

Publicação Nº 2108806

PORTARIA Nº1.202/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 385/2019 de 01/03/2019, firmado entre GABRIEL BORGES MACHADO, matrícula nº 23069-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA, a partir de 15/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 15/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1203/2019

Publicação Nº 2108807

PORTARIA Nº1.203/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 01/07/2019 á 31/07/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
SALETE MARIA HAAS	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO- ESF 40 HORAS	683/2018	620/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1204/2019

Publicação Nº 2108810

PORTARIA Nº1.204/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Administração, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 19/06/2019 á 19/06/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CARLOS MACHADO	VIGIA 40 HORAS	628/2018	631/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1205/2019

Publicação Nº 2108812

PORTARIA Nº1.205/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 590/2019 de 08/04/2019, firmado entre MANOELA GUEDES CORREIA, matrícula nº 24217-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/07/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de julho de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

ECM 12/19

Publicação Nº 2107894

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 012/2019

O Prefeito Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA TAJUBA, no Bairro Monte Alegre, totalizando 528,00m2 (Quinhentos e Vinte e Oito Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA TAJUBA, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2017, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 60.596,46 (Sessenta Mil e Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Quarenta e Seis Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 31 de julho de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

COTIZAÇÃO ECM 012/19

Publicação Nº 2107895

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO I

RUA: TAUUBA																
QUANTITATIVO DE MATERIAS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAIOTA SEXTAVADA																
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUA	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUI ÇÃO	A R	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M/M²	DRENAGEM				PAVIMENTAÇÃO		
										BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø60 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARIETA M	PAVIMENTA ÇÃO M²
1	01.02.106.0168.001	VALMOR MARTINS	TAUUBA	24,00	96,00	1	FATOR	121,50	97,20	24	48	3	6	528,00	112,00	528,00
2	01.02.106.0204.001	CARMEN DA SILVA RIBEIRO	TAUUBA	24,00	96,00	0,25000	1,00	30,38	24,30	6,00	12,00	0,75	1,50	132,00	28,00	132,00
3	01.02.113.0021.001	EROTIDES MALVINA SABINO	TAUUBA	24,00	96,00	0,25000	1,00	30,38	24,30	6,00	12,00	0,75	1,50	132,00	28,00	132,00
4	01.02.113.0288.001	SEBASTIÃO ALTAIR DE SOUZA CHAVES	TAUUBA	24,00	96,00	0,25000	1,00	30,38	24,30	6,00	12,00	0,75	1,50	132,00	28,00	132,00
			TODAS		144,00											
	TOTAL			96,00	528,00	1,00		121,50	97,20	24,00	48,00	3,00	6,00	528,00	112,00	528,00
	VALOR UNITÁRIO							23,97	33,90	66,86	103,41	543,76	636,13	1,63	31,78	71,88
	VALOR SUBTOTAL							2.912,36	3.295,08	1.604,64	4.963,68	1.631,28	3.816,78	860,64	3.559,36	37.952,64
	VALOR TOTAL															60.596,46

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 163/2019

Publicação Nº 2107838

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018
CONVOCAÇÃO Nº 163/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ATILIO EUGENIO UBER NETO, inscrito no CPF/MF sob nº 070.466.809-22 aprovado em 19º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público na Função de ATENDENTE DE SALA para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de agosto de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 164/2019

Publicação Nº 2107840

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 164/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. MARIA ALICE ALVES DE LIMA FELICIANO inscrita no CPF/MF sob nº 064.820.509-64 aprovada em 25º lugar no Concurso Público nº 02/2016, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de agosto de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 165/2019

Publicação Nº 2107849

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018
CONVOCAÇÃO Nº 165/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. ZENAIDE PIRES, inscrita no CPF/MF sob nº 049.766.209-48 aprovada em 53º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de agosto de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 166/2019

Publicação Nº 2107857

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018
CONVOCAÇÃO Nº 166/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANA CRISTINE STREIT, inscrita no CPF/MF sob nº 070.844.449-04 aprovada em 54º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de agosto de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 167/2019

Publicação Nº 2108889

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018
CONVOCAÇÃO Nº 167/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. ELAINE MEYER BAUM, inscrita no CPF/MF sob nº 069.309.089-83 aprovada em 55º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de agosto de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 12.110 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107543

DECRETO Nº 12.110 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SECRETÁRIO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Secretário Municipal Saneamento Ambiental, PETERSON ALUÍSIO KOHLER, registro no sistema sob nº 955162, lotado na respectiva Secretaria Municipal, para dirigir de forma eventual, os veículos, descritos no § 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJI6113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pelo Secretário Municipal autorizado no caput do artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º O Secretário Municipal mencionado no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no §1º do artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, o Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, já mencionados no §1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §2º e 3º do artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.111 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107605

DECRETO Nº 12.111 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal ANTÔNIO MARCOS FRANCO, matrícula funcional nº 000775, registro no sistema sob nº 955394, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJI6113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no Parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade a Secretária Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.112 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107727

DECRETO Nº 12.112 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal CRISTIANO CUNHA, matrícula funcional nº 000847, registro no sistema sob nº 955541, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJI6113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no Parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade a Secretária Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

31 de julho de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

Secretária Municipal de Administração interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.113 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107829

DECRETO Nº 12.113 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal CRISTIANO SLOMINSKY, matrícula funcional nº 000653, registro no sistema sob nº 955080, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, na Função de Pedreiro/Carpinteiro, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJI6113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no Parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade a Secretária Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

31 de julho de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

Secretária Municipal de Administração interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.114 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107865

DECRETO Nº 12.114 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal JOÃO PEDRO FIGUEIREDO, matrícula funcional nº 000959, registro no sistema sob nº 955851, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJ16113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no Parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade a Secretária Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

Secretária Municipal de Administração interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.115 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107871

DECRETO Nº 12.115 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal JONAS MÁRIO MILCZEWSKI, matrícula funcional nº 000694, registro no sistema sob nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJ16113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no Parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade a Secretária Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

Secretária Municipal de Administração interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.116 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107893

DECRETO Nº 12.116 DE 31 DE JULHO DE 2019

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal LEANDRO PAGANI, matrícula funcional nº 000705, registro no sistema sob nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Marca/Modelo: GM/Montana Conquest, Chassi: 9BGXL80P0AC243019; Placa MHM3317, Registro no Patrimônio sob nº 26006; Marca/Modelo: Peugeot/Hoggar Xline, Chassi: 9362VKFWXCB044262, Placa MJI6113; Registro no Patrimônio sob nº 28143; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd, Chassi: 9C2KD0540BR102335, Placa MJE1732 Registro no Patrimônio sob nº 26215; Marca/Modelo: Honda/NXR150 BROS Esd; Chassi: 9C2KD0540DR139522, Placa MLJ2724, Registro no Patrimônio sob nº 29008, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 2º Os veículos mencionados no Parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidor Público Municipal autorizada no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade a Secretária Municipal de Saneamento Ambiental, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no Parágrafo 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO

Secretária Municipal de Administração interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.117 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107902

DECRETO Nº 12.117 DE 31 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA COORDENADOR PEDAGÓGICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Exonerar do Cargo de Coordenador Pedagógico da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, do Quadro de Cargos de Função Gratificada FG-5A, a partir de 31 de julho de 2019, o Servidor Público Municipal EMERSON CHRISTIAN RIBAS, matrícula funcional nº 000870, registro no sistema sob nº 955569, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.118 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108633

DECRETO Nº 12.118 DE 31 DE JULHO DE 2019
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa Cidadania e PROCON.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 18.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.0519 -	Despesas Correntes	
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 82.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 46.000,00
	Total	R\$ 146.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
31 de julho de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 127/2019

Publicação Nº 2109135

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 127/2019**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 127/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Pré, em data de 04 de julho de 2019, no valor de R\$ 3.586,80 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 128/2019

Publicação Nº 2109136

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 128/2019**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 128/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – FUNDAMENTAL, em data de 04 de julho de 2019, no valor de R\$ 9.993,60 (nove mil, novecentos e noventa e três reais, sessenta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 129/2019

Publicação Nº 2109138

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 129/2019**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 129/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – AEE – Assistência Ensino Especial, em data de 04 de julho de 2019, no valor de R\$ 84,80 (oitenta e quatro reais, oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 130/2019

Publicação Nº 2109139

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 101/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 101/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – CRECHE, em data de 05 de julho de 2019, no valor de R\$ 5.778,00 (cinco mil, setecentos e setenta e oito reais).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 131/2019

Publicação Nº 2109140

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 131/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 131/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 15 de julho de 2019, no valor de R\$ 57.275,21 (cincoenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 132/2019

Publicação Nº 2109141

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 114/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 114/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 31 de julho de 2019, no valor de R\$ 7.820,48 (sete mil, oitocentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 133/2019

Publicação Nº 2109142

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 133/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 133/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 31 de julho de 2019, no valor de R\$ 1.542,50 (um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 134/2019

Publicação Nº 2109143

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 134/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 134/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 31 de julho de 2019, no valor de R\$ 2.730,22 (dois mil, setecentos e trinta reais e vinte e dois centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 135/2019

Publicação Nº 2109144

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 135/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 135/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, em data de 31 de julho de 2019, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 136/2019

Publicação Nº 2109145

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 136/2019

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 136/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNAS – IGD – BF – Índice de Gestão Descentralizada do SUAS em data de 24 de julho de 2019, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 31 de julho de 2019.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/08/2019.

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 40/2019

Publicação Nº 2108878

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 40/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Erê, CNPJ nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADA: LEILA ADRIANA ZUFFO ME, CNPJ 19.420.563/0001-67. OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de consultoria em Saúde Pública, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de campo Erê/SC. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 815/2019, Pregão Presencial nº 27/2019. VALOR: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) mensais, totalizando R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31 de dezembro de 2019, Campo Erê/SC, em 25/07/2019. SIGNATÁRIOS: Elizandra da Silva pela Contratante e Leila Adriana Zuffo pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 41/2019

Publicação Nº 2108884

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 41/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CAMPO ERÊ – FIA do Município de Campo Erê, CNPJ nº 19.691.982/0001-33. CONTRATADA: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA, CNPJ 12.927.815/0001-08. OBJETO: O objeto do presente é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DESTINADA A CAPACITAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA A ELEIÇÃO DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2019. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 815/2019, Pregão Presencial nº 27/2019. DOTAÇÃO: 11.01 7154 2033 339000000000 339039990000. VALOR: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: assinatura até 31/10/2019. Campo Erê/SC, em 30/07/2019. SIGNATÁRIOS: Nelson Tresoldi pela Contratante e Eliege Fatima Kopsel pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 779/2019

Publicação Nº 2108866

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 779/2019, na modalidade Pregão de nº 25/2019 tendo como objeto a Contratação de empresa, que forneça serviços diários: por via eletrônica, acesso remoto, e-mail, contato telefônico, skype e outros meios de comunicação; outrossim também de forma presencial em loco junto a secretaria municipal de saúde e setores necessários. A prestação de serviços técnicos de consultoria na área de saúde pública, dando suporte à gestão municipal no planejamento e execução das políticas públicas em saúde, de acordo com as diretrizes do sistema único de saúde (sus). execução correta referente aplicação dos recursos vincula dos de acordo com o que recomenda a legislação vigente. Orientação e estruturação junto as equipes de estratégia saúde da família, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, saúde bucal, CAPS, polo academia da saúde, nasf; apoio e matriciamento a gestão pública de saúde, SMS, bem como a farmácia básica e demais profissionais vinculados aos programas de saúde. Monitorar a alimentação e envio regular das informações, referente à produção ambulatorial ao DATASUS, nos diversos sistema de informações do ministério da saúde; Dentre eles (S IA, SCNES, BPA, E-SUS, SISMOB, FPO, SIHD2, CMD, SINAN, API, SIM, SINASC, SISVAN, E_SUS). Cadastro e monitoramento de emendas parlamentares. Elaboração e execução dos instrumentos de gestão municipal Plano Municipal de Saúde, relatório anual de gestão, programação anual de saúde, SISPACTO, DIGISUS. Cadastro e monitoramento de emendas parlamentares. Elaboração e execução de planos de trabalho para a aplicação de emendas parlamentares; participação social junto ao conselho municipal de saúde. Trabalho em equipe voltados a avaliação e estruturação das equipes, reuniões para avaliação dos indicadores de saúde referente a avaliação externa do PMAQ. Participação e estruturação das audiências públicas referentes a cada quadrimestre conforme orientações seguidas da lei 141/2012; estruturação da farmácia básica com controle de estoque alimentação do banco de preço do MS. Gestão de trabalh, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
LEILA ADRIANA ZUFFO ME	1	1	6,00	5.700,00	34.200,00
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente			Total		

LEILA ADRIANA ZUFFO ME

34.200,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 25 de julho de 2019

ELIZANDRA DA SILVA
Gestora Fundo Mun. Saúde

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 815/2019

Publicação Nº 2108860

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 815/2019, na modalidade Pregão de nº 27/2019 tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DESTINADA A CAPACITAÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA A ELEIÇÃO DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2019, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ACORDAR TREINAMENTOS LTDA	1	1	1,00	4.400,00	4.400,0000
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente			Total		
ACORDAR TREINAMENTOS LTDA			4.400,00		

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 30 de julho de 2019.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Lei 2103/2019

Publicação Nº 2107969

LEI Nº 2.103/2019, DE 24 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2019, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de 2019, instituído pela Lei Municipal nº 2.089/2018 de 18/12/2018:

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.034000 Manutenção das Atividades de Saúde

3.3.71.00.00.00.00 Transferências a Consórcio Público (7450) R\$ 180.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.041000 Manutenção Programas SUS/Estado

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (9062) R\$ 180.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê - SC,
em 24 de Julho de 2019.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade Mat. nº 000784-6

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2019 - SOCIAL

Publicação Nº 2106969

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14 de agosto às 14 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ARTESANATO PARA USO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 30 de julho de 2019.
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL.

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº 69/2019 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 003/SMS/2019.

Publicação Nº 2107818

EDITAL Nº. 69/2019

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 003/SMS/2019.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 003/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Médico – 10 h.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, a candidata THALITA CRISTINA POKRYVIECKI, aprovada no Processo Seletivo previsto no Edital nº 003/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- 1 Fotografia 3X4 recente;
- Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 30 de julho de 2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1025/2019

Publicação Nº 2108691

PORTARIA Nº. 1025/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 1187/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de KETLIN IARROCHESKI DENIZ ROSA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/12/2018 a 09/12/2019, conforme comunicação interna nº 648/SME /2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1031/2019

Publicação Nº 2108741

PORTARIA Nº. 1031/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de ALANA MILENA DA SILVA, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, atuando no CEI Prefeito Antônio Souza Costa, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 11/10/2019 a 09/12/2019, conforme Memorando nº 6.111/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 1033/2019

Publicação Nº 2108739

PORTARIA Nº. 1033/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 550/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a KARINA RAUEN BEDRITCHUK, efetiva no cargo de Pedagogo, atuando na EBM

Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/05/2019 à 03/08/2019, conforme Comunicação Interna nº 457/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1034/2019

Publicação Nº 2108731

PORTARIA Nº. 1034/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LUIZ RICARDO KRAUSS SELENKO, que exerce o cargo comissionado de Chefe de Setor, junto ao Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 31/07/2019 a 09/08/2019, conforme Memorando nº 6.229/DC/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/07/2019

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1035/2019

Publicação Nº 2108727

PORTARIA Nº. 1035/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor HILÁRIO KATH, que exerce o cargo comissionado de Secretário, junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/08/2019 a 15/08/2019, conforme Memorando nº 5.408/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/07/2019

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1036/2019

Publicação Nº 2108720

PORTARIA Nº. 1036/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor ROBSON WERKA, que exerce o cargo comissionado de Supervisor II, junto a Secretaria Municipal de Habitação, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 15/08/2019 a 13/09/2019, conforme Memorando nº 6.275/SMH/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/07/2019

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1037/2019

Publicação Nº 2108703

PORTARIA Nº. 1037/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor EDISON KUROLI, que exerce o cargo comissionado de Secretário, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 07/08/2019 a 21/08/2019, conforme Memorando nº 6.109/SMDR/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/07/2019

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1038/2019

Publicação Nº 2108707

PORTARIA Nº. 1038/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora MICHELE APARECIDA LEITE, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 24/07/2019 a 22/08/2019, conforme Memorando nº 4.310/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1039/2019

Publicação Nº 2108711

PORTARIA Nº. 1039/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido MAYRA MARCIA MARTINHUK, que exerce o cargo comissionado de Encarregado, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 25/07/2019, conforme Memorando nº 6.347/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1040/2019

Publicação Nº 2108695

PORTARIA Nº. 1040/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 125 e 127 da Portaria nº. 127/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 125 - Fica contratada VERONI GAVASSO, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 40 horas semanais e 30% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 11/02/2019 a 13/12/2019, na vaga vinculada da servidora efetiva Neusi Aparecida Pauluk Kieski, a qual exerce função gratificada de diretora da rede escolar de ensino, junto ao GEM Frei Fabiano Gadzinski, conforme comunicação interna nº 650/SME/2019.

Art. 127 - Fica contratada NOECI CECÍLIA GRANEMANN DAMAS, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 20 horas semanais (período vespertino) e 30% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 11/02/2019 a 13/12/2019, na vaga vinculada da Rosane Wunsch Bai, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 650/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1041/2019

Publicação Nº 2108714

PORTARIA Nº. 1041/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, VERONI GAVASSO, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, atuando na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/07/2019, conforme Memorando nº 6.336/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1042/2019

Publicação Nº 2108697

PORTARIA Nº. 1042/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido LEONARDO DE QUADROS, efetivo no cargo de Instrutor Agrícola, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/07/2019, conforme Memorando nº 6.402/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1043/2019

Publicação Nº 2108667

PORTARIA Nº. 1043/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a JESSICA PAOLA PIAUNOSKI AUGUSTYNIAC SCHROEDER, que exerce o cargo de Professor de Educação Infantil - ACT, no CEI Emilia Ferrero, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 08/07/2019 a 04/11/2019, conforme Memorando nº 6.417/SME/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1044/2019

Publicação Nº 2108673

PORTARIA Nº. 1044/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora PATRICIA PEREIRA GRACILIANO DE ARAUJO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir 17/07/2019 a 14/10/2019, conforme Memorando nº 6.438/SMS/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1045/2019

Publicação Nº 2108679

PORTARIA Nº. 1045/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a DIRLEI ASTRID KALINOSKI SHIMOGUIRI, efetiva no cargo de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19/07/2019 a 14/01/2020, conforme Memorando nº 6.442/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1046/2019

Publicação Nº 2108684

PORTARIA Nº. 1046/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais, de ANGELITA KNOREK KOCH, detentora da matrícula nº 1208, e do cargo efetivo de Professor, na qual se extraiu, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00002/19-2, o período de 18 (dezoito) anos, 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias, nos períodos de 01/08/1997 à 15/12/1999, 01/04/2000 à 31/07/2016 para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de julho de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/07/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 03/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2108326

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 03/2019, QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE USO GRATUÍTO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO SALTO DA ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE 10.874,35 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - ÁREA 5.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de julho do ano de 2019, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva

Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2108328

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 09/2019, QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE USO GRATUÍTO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO SALTO DA ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE 19.800,00 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - ÁREA 2.

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2019, às 08h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente

Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2108331

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 10/2019, QUE TEM POR OBJETO A A CONCESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO SALTO DA ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE 19.800,00 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - ÁREA 3.

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2019, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 11/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2108333

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 11/2019, QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENO PÚBLICO LOCALIZADO NO SALTO DA ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE 19.800,00 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA OU EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - ÁREA 4.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de julho do ano de 2019, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DA SIMULAÇÃO OPERACIONAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 04/2019

Publicação Nº 2108563

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DO RESULTADO DA SIMULAÇÃO OPERACIONAL

RESULTADO DO JULGAMENTO DA SIMULAÇÃO OPERACIONAL, realizada pela vencedora do certame, empresa Hiper Off LTDA – EPP, CNPJ nº 21.708.170/0001-03.

Processo de licitação n.º PMC 58/2019 na modalidade de Concorrência Pública n.º PMC 04/2019.

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO: Aprovar os equipamentos e sistemas apresentados pela empresa vencedora.

O teor da resposta da Comissão de Julgamento está à disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo. A comissão de licitação abre prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste aviso no Diário Oficial dos Municípios, para interposição de possíveis recursos quanto à decisão da comissão de julgamento.

ADILSON FERNANDO RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

RREO - 3º BIMESTRE - ANEXO 10 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2108090

**Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Julho 2019

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	24.537.822,31
2019	12.860.140,56	4.701.913,69	8.158.226,87	32.696.049,18
2020	14.094.773,04	6.128.998,03	7.965.775,01	40.661.824,19
2021	15.234.718,98	7.338.969,53	7.895.749,45	48.557.573,64
2022	16.451.610,14	8.694.683,47	7.756.926,67	56.314.500,31
2023	17.665.315,13	10.070.925,15	7.594.389,98	63.908.890,29
2024	18.943.590,29	11.638.567,51	7.305.022,78	71.213.913,07
2025	20.018.946,47	13.098.647,36	6.920.299,11	78.134.212,18
2026	21.231.670,50	14.807.303,73	6.424.366,77	84.558.578,95
2027	22.074.826,59	15.988.337,97	6.086.488,62	90.645.067,57
2028	22.905.329,46	17.194.789,94	5.710.539,52	96.355.607,09
2029	23.694.022,90	18.570.098,35	5.123.924,55	101.479.531,64
2030	24.233.155,00	19.356.698,41	4.876.456,59	106.355.988,23
2031	24.658.824,37	20.139.667,87	4.519.156,50	110.875.144,73
2032	25.154.785,44	20.944.018,92	4.210.766,52	115.085.911,25
2033	25.491.099,27	21.823.071,54	3.668.027,73	118.753.938,98
2034	25.694.523,28	22.194.187,85	3.500.335,43	122.254.274,41
2035	25.871.227,29	22.602.970,55	3.268.256,74	125.522.531,15
2036	26.034.231,11	22.980.170,69	3.054.060,42	128.576.591,57
2037	26.082.192,77	23.860.562,72	2.221.630,05	130.798.221,62
2038	26.056.910,76	24.360.681,99	1.696.228,77	132.494.450,39
2039	25.929.629,23	24.788.614,51	1.141.014,72	133.635.465,11
2040	25.714.301,14	25.283.064,97	431.236,17	134.066.701,28
2041	25.422.880,00	25.340.206,95	82.673,05	134.149.374,33
2042	25.088.960,80	25.278.696,18	-189.735,38	133.959.638,95
2043	24.667.075,33	25.378.397,95	-711.322,62	133.248.316,33
2044	24.141.933,20	25.623.019,38	-1.481.086,18	131.767.230,15
2045	23.593.583,85	25.362.773,90	-1.769.190,05	129.998.040,10
2046	22.962.923,31	25.338.566,53	-2.375.643,22	127.622.396,88
2047	22.272.107,00	25.227.180,32	-2.955.073,32	124.667.323,56
2048	21.520.073,16	24.962.572,66	-3.442.499,50	121.224.824,06
2049	20.752.470,80	24.398.410,26	-3.645.939,46	117.578.884,60
2050	19.952.256,94	23.837.201,22	-3.884.944,28	113.693.940,32
2051	19.129.612,95	23.175.759,48	-4.046.146,53	109.647.793,79
2052	18.275.256,82	22.513.186,82	-4.237.930,00	105.409.863,79
2053	17.401.357,79	21.775.211,36	-4.373.853,57	101.036.010,22
2054	16.545.535,92	20.876.775,28	-4.331.239,36	96.704.770,86
2055	15.681.777,77	19.976.823,60	-4.295.045,83	92.409.725,03
2056	14.829.743,12	19.021.179,72	-4.191.436,60	88.218.288,43
2057	13.976.288,11	18.095.019,91	-4.118.731,80	84.099.556,63
2058	13.149.900,44	17.101.401,28	-3.951.500,84	80.148.055,79
2059	12.341.517,88	16.111.579,02	-3.770.061,14	76.377.994,65
2060	11.555.094,17	15.130.091,24	-3.574.997,07	72.802.997,58
2061	10.794.454,74	14.161.398,31	-3.366.943,57	69.436.054,01
2062	10.063.207,17	13.209.843,69	-3.146.636,52	66.289.417,49
2063	9.364.725,97	12.279.620,06	-2.914.894,09	63.374.523,40
2064	8.702.073,28	11.374.564,55	-2.672.491,27	60.702.032,13
2065	8.077.818,06	10.498.029,89	-2.420.211,83	58.281.820,30
2066	7.494.079,96	9.652.946,19	-2.158.866,23	56.122.954,07

1 / 4



Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2019

Continuação

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

2067	6.952.486,73	8.841.750,53	-1.889.263,80	54.233.690,27
2068	6.454.180,28	8.066.474,88	-1.612.294,60	52.621.395,67
2069	6.000.028,26	7.328.890,65	-1.328.862,39	51.292.533,28
2070	5.590.580,00	6.630.491,53	-1.039.911,53	50.252.621,75
2071	5.226.031,33	5.972.305,66	-746.274,33	49.506.347,42
2072	4.906.210,36	5.354.861,14	-448.650,78	49.057.696,64
2073	4.630.515,48	4.778.241,04	-147.725,56	48.909.971,08
2074	4.397.889,20	4.242.066,58	155.822,62	49.065.793,70
2075	4.206.867,53	3.745.547,59	461.319,94	49.527.113,64
2076	4.055.772,35	3.287.665,54	768.106,81	50.295.220,45
2077	3.942.908,40	2.867.318,36	1.075.590,04	51.370.810,49
2078	3.866.644,82	2.483.314,05	1.383.330,77	52.754.141,26
2079	3.825.529,65	2.134.494,60	1.691.035,05	54.445.176,31
2080	3.818.235,29	1.819.696,48	1.998.538,81	56.443.715,12
2081	3.843.404,88	1.537.509,50	2.305.895,38	58.749.610,50
2082	3.899.688,51	1.286.311,34	2.613.377,17	61.362.987,67
2083	3.985.815,06	1.064.358,61	2.921.456,45	64.284.444,12
2084	4.100.702,52	869.983,42	3.230.719,10	67.515.163,22
2085	4.243.439,58	701.557,21	3.541.882,37	71.057.045,59
2086	4.413.232,87	557.371,87	3.855.861,00	74.912.906,59
2087	4.609.380,30	435.582,53	4.173.797,77	79.086.704,36
2088	4.831.234,61	334.197,14	4.497.037,47	83.583.741,83
2089	5.078.222,09	251.080,64	4.827.141,45	88.410.883,28
2090	5.349.916,31	184.117,37	5.165.798,94	93.576.682,22
2091	5.646.091,35	131.351,13	5.514.740,22	99.091.422,44
2092	5.966.680,06	90.845,97	5.875.834,09	104.967.256,53

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4



Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Julho 2019

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)						Continuação
						R\$ 1,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1945-2445-734). Unidade Responsável: . Data da emissão: 31/07/2019 e hora de emissão: 14:20.

Continua 3 / 4

**Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Julho 2019

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Continuação

R\$ 1,00

Morgana Dirschnabel Lessak

Sec. Mun. Adm., Fin., e Orçamento

José Carlos Herbst

Contador Geral - CRC SC 031639/O-0

Capão Alto

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº PMCA019 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A CME MUNICIPAL PARA TREINAMENTO DE FUTSAL.

Publicação Nº 2108396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento de todos Dispensa de licitação por Justificativa, do tipo Menor preço, julgamento Por ITEM, cujo processamento se dá na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do processo n.º PMCA019/2019.

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A CME MUNICIPAL PARA TREINAMENTO DE FUTSAL.

Informações complementares:

Demais informações, bem como informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira nº 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br.

Município de CAPÃO ALTO – SC 31/07/2019

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - PP. 003/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107503

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 003/2018

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 001/2018,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$32.311,09
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (03.652.030/0001-70) R\$28.547,76
DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02.520.829/0001-40) R\$27.251,50
VITAL SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (27.860.256/0001-25) R\$446,25
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (05.531.725/0001-20) R\$34.954,38
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (12.889.035/0001-02) R\$12.919,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (05.782.733/0001-49) R\$5.355,00
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA (76.386.283/0001-13) R\$19.979,50
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (94.894.169/0001-86) R\$28.088,95

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de medicamentos Farmácia Básica - Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto

Município de CAPÃO ALTO – SC, 06/03/2018
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018 - PP. 002/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107505

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 002/2018

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 002/2018,
Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:
RCM AR CONDICIONADO EIRELI (27.720.686/0001-41) R\$20.940,00
Objeto:
Registro de preços para Aquisição de Equipamentos de ar/condicionado.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 22/03/2018
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018 - PP. 004/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107509

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 004/2018

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 003/2018,
Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$39.602,50
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA (02.607.956/0001-81) R\$7.443,80
998 - CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (03.652.030/0001-70) R\$21.212,00
DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02.520.829/0001-40) R\$18.918,00
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO LTDA (81.706.251/0001-98) R\$34.128,90
VITAL SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS (27.860.256/0001-25) R\$8.085,00
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (05.531.725/0001-20) R\$43.562,75
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (12.889.035/0001-02) R\$34.762,60
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (05.782.733/0001-49) R\$8.096,00
M.DIAS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI (14.461.796/0001-94) R\$1.951,00
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (20.590.555/0001-48) R\$14.750,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA (04.889.315/0001-92) R\$11.533,55
A G KIENEN & CIA LTDA (82.225.947/0001-65) R\$3.345,00
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (28.093.678/0001-85) R\$1.664,80
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI (13.485.130/0001-03) R\$18.888,30
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI (25.279.552/0001-01) R\$1.620,20
CIRURGICA ONIX - EIRELI (20.419.709/0001-33) R\$13.261,90
Objeto:
Registro de Preços para Aquisição de medicamentos Farmácia Básica para o Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto

Município de CAPÃO ALTO – SC, 07/12/2018
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018 - PP. 005/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107514

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 005/2018

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 004/2018,
Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA (09.053.748/0001-27) R\$90,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$2.256,30
CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (07.626.776/0001-60) R\$3.652,00
EQUIPOS COMERCIAL LTDA (11.674.540/0001-77) R\$3.561,00
SANDRO VILMAR PIRES ME (09.253.952/0001-91) R\$5.240,00
SOMA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA (20.222.787/0001-43) R\$3.045,00
FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA (05.669.358/0001-25) R\$2.799,00
VMLX ELETRONICOS EIRELI (03.800.477/0001-40) R\$1.300,00
MARILICE KEIL (27.075.106/0001-00) R\$1.429,00
V P SILVA BRINQUEDOS (18.448.863/0001-91) R\$602,79
MORIMED COMERCIAL EIRELI (26.499.522/0001-73) R\$17.800,00
M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (31.499.939/0001-76) R\$1.650,00
MORGADO & MARTINEZ LTDA (04.481.985/0001-75) R\$5.476,70
MASTER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI (18.472.961/0001-64) R\$575,00
DUCA MOVEIS LTDA (85.354.306/0003-60) R\$4.667,88

Objeto:
Aquisições, para o Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto SC, de Equipamentos/ Material Permanente, Proveniente de emenda parlamentar de nº de processo 2500.044592/2018-30 - nº da proposta: 15408.168000/1170-01.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 11/12/2018
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016 - PP. 07/2016 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107465

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 07/2016

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/2016,
Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$11.282,02
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (83.157.032/0001-22) R\$15.318,35
MF de Almeida & CIA LTDA (05.021.932/0001-34) R\$6.247,25

Objeto:
Aquisição de Materiais e equipamentos de enfermagem para uso na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 29/08/2016
LUCEMAR PALHANO PRESTES
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - PP. 01/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107468

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 01/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 01/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA ME (20.519.809/0001-31) R\$12.252,00

SOMA COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA LTDA ME (26.044.069/0001-00) R\$21.800,00

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de pneus para a frota do Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto

Município de CAPÃO ALTO – SC, 06/02/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - PP. 04/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/ CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107469

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 04/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 02/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$63.019,55

CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (03.652.030/0001-70) R\$54.800,50

DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02.520.829/0001-40) R\$53.720,50

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI (09.676.256/0001-98) R\$26.485,85

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO LTDA (81.706.251/0001-98) R\$20.774,00

Objeto:

Registro de Preços Para aquisição de medicamentos para a farmácia Básica do Município de Capão Alto.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 23/02/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 - PP. 03/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107478

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 03/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 03/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

AUTO POSTO SERRA SUL LTDA (10.266.337/0001-07) R\$1.408,00

RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA ME (20.519.809/0001-31) R\$9.900,00

SOMA COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA LTDA ME (26.044.069/0001-00) R\$1.139,40

Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. (80.954.555/0001-01) R\$5.275,23

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de filtros e lubrificantes para uso nos veículos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Capão Alto

Município de CAPÃO ALTO – SC, 07/02/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2017 - PP. 05/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação N° 2107484

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 05/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 05/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

MF de Almeida & CIA LTDA (05.021.932/0001-34) R\$13.121,40

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS (04.989.294/0001-87) R\$14.715,66

Objeto:

Registro de Preços Para aquisição de material Odontológico fixo e de Consumo.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 11/04/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2017 - PP. 06/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação N° 2107485

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 06/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 06/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 06/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

ROBERTA MARIAN PIROLI SILVA EIRELI ME (26.174.898/0001-08) R\$18.068,91

Objeto:

Registro de Preços para Contratação de laboratório(s) para efetuar a coleta de material e realização de exames à serem disponibilizados aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 17/04/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 - PP. 07/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107488

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 07/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 07/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

COMFFER COM. DE MAQUINAS FERRAM. E FERRAGENS LTDA (78.843.034/0001-35) R\$83.750,00

Objeto:

Aquisição de Gás engarrafado (Oxigênio Medicinal) para uso nos pacientes do Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto/SC

Município de CAPÃO ALTO – SC, 30/06/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 - PP. 09/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107492

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 09/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 08/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$72.796,29

METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (83.157.032/0001-22) R\$65.096,26

MF de Almeida & CIA LTDA (05.021.932/0001-34) R\$15.251,30

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso do Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 29/08/2017

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017 - PP. 10/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107495

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 10/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 09/2017,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

KLEBER MACHADO & CIA LTDA (11.118.645/0001-40) R\$70.920,00

GILMAR SANI - ME (14.588.459/0001-62) R\$32.793,00

Objeto:

Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de escritório, Móveis ambulatoriais sob-medida, Cadeiras Longarinas, ar/condicionados e equipamentos para processamentos de dados.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 15/09/2017
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 - PP. 11/2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107498

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número 11/2017

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 10/2017,
Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:
MUNDIAL MOTORS LTDA (10.983.446/0001-37) R\$109.500,00

Objeto:
Registro de Preços para aquisição de Veículos automotores de passeio, tipo hatchback, zero quilômetros para uso do Fundo Municipal de Saúde.

Município de CAPÃO ALTO – SC, 12/12/2017
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS001/2019 - PP. FMS001/2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2107522

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS001/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número FMS001/2019

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: FMS001/2019,
Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME (14.595.725/0001-84) R\$ 1.739,00
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI (09.676.256/0001-98) R\$16.404,00
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI (25.279.552/0001-01) R\$ 1.101,00
LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (26.419.311/0001-83) R\$ 17.855,50
FERNAMED LTDA (04.759.433/0001-86) R\$3.928,30
GRAMS & GRAMS LTDA. (10.448.145/0001-03) R\$3.000,00

Objeto:
Registro de Preços para Aquisição de medicamentos complementares para atender a demanda da farmácia básica e fraldas adulto para uso dos pacientes do Fundo Municipal de Saúde de Capão Alto SC

Município de CAPÃO ALTO – SC, 20/05/2019
GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° FMS002/2019 - PP. FMS002/2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / CAPÃO ALTO-SC

Publicação N° 2107526

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N° FMS002/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número FMS002/2019

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: FMS002/2019,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. (00.802.002/0001-02) R\$9.944,02

CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (07.626.776/0001-60) R\$10.223,85

EQUIPOS COMERCIAL LTDA (11.674.540/0001-77) R\$11.617,53

METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (83.157.032/0001-22) R\$10.949,18

MF de Almeida & CIA LTDA (05.021.932/0001-34) R\$3.441,46

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI (09.676.256/0001-98) R\$9.862,56

LEM COMERCIAL LTDA (32.190.296/0001-47) R\$2.250,00

FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (07.164.711/0001-40) R\$570,00

BASCEL SOLUCOES LTDA (21.515.353/0001-02) R\$14.309,00

CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI (01.328.535/0001-59) R\$12.274,40

Objeto:

Registro de Preço para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL DE PROCEDIMENTO, ENFERMAGEM E MATERIAL PERMANENTE para uso no Fundo Municipal de Saúde e seus procedimentos no Município de Capão Alto - SC

Município de CAPÃO ALTO – SC, 08/07/2019

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0007/2019

Publicação Nº 2107806

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0007/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada.: ASSOCIACAO BENEFICENTE FREI ROGERIO

Valor : 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/07/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2019 Processo_Licitatório.....: 0005 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de entidade para acolhimento de idosos, por longa permanência, visando a manutenção da política de assistência social executada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 31 de Julho de 2019

PMC CONTRATOS 0204 E 0205/2019

Publicação Nº 2107552

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0204/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: LA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E RECICLAGEM LT

Valor : 18.276,00 (dezoito mil duzentos e setenta e seis reais)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0020/2019 Processo_Licitatório.....: 0051 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Câmaras de Videomonitoramento a fim de suprir a demanda de monitoramento e vigilância em pontos estratégicos nas vias urbanas do Município de Capinzal, por solicitação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Com Recursos Próprios

Capinzal, 31 de Julho de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0205/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI

Valor : 86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0058/2019 Processo_Licitatório.....: 0112 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de 01 (um) Parquinho Infantil para instalação na Praça Pedro Lélis da Rocha, ao lado da Rodoviária Municipal. Com Recursos Próprios

Capinzal, 31 de Julho de 2019

PMC CONTRATOS 0206, 0207 E 0208/2019 M

Publicação Nº 2108236

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0206/2019 M

Contratada...: JUSSARA DE MELO LAVACAO - ME

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Valor : 158.310,00 (cento e cinquenta e oito mil trezentos e dez reais)

Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 01/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0061/2019 Processo_Licitatório.....: 0117 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem para os veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Contrato Nº.: 0207/2019 M

Contratada...: LEANDRO ANTONIO KERBER

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL – VALOR: R\$ 11.050,00.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL – VALOR: R\$ 9.180,00.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAPINZAL – VALOR: R\$ 2.550,00.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL – VALOR: R\$ 510,00.

Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 01/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0061/2019 Processo_Licitatório.....: 0117 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem para os veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Contrato Nº.: 0208/2019 M

Contratada...: PEDRO RODRIGUES DE LIMA

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL – VALOR: R\$ 24.120,00.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL – VALOR: R\$ 34.500,00.

Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 01/08/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0061/2019 Processo_Licitatório.....: 0117 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem para os veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

PMC TERMO ADITIVO 005/2019 C04

Publicação Nº 2107807

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 005/2019 C04 - Contrato Nº: 0004/2019 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada...: AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA - EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 10/01/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0107/2018 Processo_Licitatório.....: 0196 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a REVISÃO de valor, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, considerando a porcentagem de variação dos preços dos produtos, alterando o valor do Item do Contrato da seguinte forma: Diesel S10 R\$ 3,44 (três reais e quarenta e quatro centavos).

Capinzal, 31 de Julho de 2019

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - CLAUDIA MARA DALL'ORSOLETA LOVATEL

Publicação Nº 2107739

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: CLAUDIA MARA DALL'ORSOLETA LOVATEL
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - MARCIA PEREIRA MORES

Publicação Nº 2107735

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: MARCIA PEREIRA MORES
Cargo: AUXILIAR DE PROFESSOR

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - MARIAH NINA BELLÓ

Publicação Nº 2107726

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: MARIAH NINA BELLÓ
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - SILVANA LIESCH

Publicação Nº 2108606

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: SILVANA LIESCH
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 057/2017 - CRISTIANI APARECIDA ROSSETI

Publicação Nº 2108685

TERMO DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 057/2017

Nome: CRISTIANI APARECIDA ROSSETI
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Srª. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá cumprir os requisitos básicos para nomeação, conforme o disposto no item 2 do Concurso Público originado pelo Edital 057/2017 devendo apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação da última eleição; e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Habilitação para o cargo conforme exigido nos termos da tabela de cargos do inciso 1;
- c) RG;
- d) CPF;
- e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- f) Certidão de Nascimento de Filhos;
- g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com número do PIS/PASEP;
- h) Comprovante de residência;
- i) Uma (01) foto 3x4 colorida recente;
- j) Certidão de antecedentes criminais emitida pelo TJSC.

O candidato deverá também retirar as seguintes declarações na Diretoria de Recursos Humanos:

- 1. Declaração para abertura de conta para recebimento de salário;
- 2. Declaração de Bens atualizada;
- 3. Declaração de cargo acumulado ou não;
- 4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios.
- 5. Agendamento de exame admissional a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração e Finanças do Município de Capinzal

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama
Diretoria de Recursos Humanos

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 057/2017 - SIDIMARA LOPES PEREIRA

Publicação Nº 2108694

TERMO DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 057/2017

Nome: SIDIMARA LOPES PEREIRA
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Srª. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá cumprir os requisitos básicos para nomeação, conforme o disposto no item 2 do Concurso Público originado pelo Edital 057/2017 devendo apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação da última eleição; e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Habilitação para o cargo conforme exigido nos termos da tabela de cargos do inciso 1;
- c) RG;
- d) CPF;
- e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- f) Certidão de Nascimento de Filhos;
- g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com número do PIS/PASEP;
- h) Comprovante de residência;

i) Uma (01) foto 3x4 colorida recente;

j) Certidão de antecedentes criminais emitida pelo TJSC.

O candidato deverá também retirar as seguintes declarações na Diretoria de Recursos Humanos:

1. Declaração para abertura de conta para recebimento de salário;
2. Declaração de Bens atualizada;
3. Declaração de cargo acumulado ou não;
4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios.
5. Agendamento de exame admissional a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração e Finanças do Município de Capinzal

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama
Diretoria de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 30 DE JULHO DE 2019**

Publicação Nº 2107858

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
30 DE JULHO DE 2019

- Aprovada a Ata nº 3.011, de 2019, referente à Sessão Plenária do dia 23/7/2019.

- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.

- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Ø Veto Total ao Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 2019, de autoria dos Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira, que determina a aquisição de 10% de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência e auditiva visual.

à O Veto foi encaminhado a Assessoria Jurídica para apresentar Parecer Institucional.

- Expediente dos Vereadores: Indicações: o Vereador Alcides Afonso Coronetti solicitou estudo de viabilidade para estacionamento na Rua Paulo de Giacometti do Loteamento São João, em apenas um lado da mesma, e também placas de sinalização de trânsito. O Vereador Kelvis Borges solicitou a recuperação da camada asfáltica (tapa buraco), no final da Rua Carmelo Zocolli e recuperação/reparos na base, pedras que foram colocadas na Rua Rosa Ferri Viecele do Loteamento São Luiz de Capinzal. O Vereador Rafael Edgar Tonial solicitou estudo de viabilidade para implantação de câmeras de monitoramento e melhorias na iluminação da área de lazer Dr Arnaldo Favorito no centro de Capinzal. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou a instalação de proteção em guard rail no percurso que compreende a serra pela Rua José Leonardo Santos. O Vereador Bruno Michel Fávero solicitou para que através da secretaria de Saúde promova Campanhas/Mutirão de cirurgia eletiva de catarata e também de adenóide e amígdala para atender a necessidade de nossa população de Capinzal. Pedidos de Informações: o Vereador Valmor de Vargas solicitou informações referentes ao poço artesiano comunitário da Linha Lauro Muller interior de Capinzal. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou informações quanto ao cronograma e roteiro da empresa responsável pela coleta dos resíduos sólidos (lixo) na cidade de Capinzal, considerando centro, Loteamentos e comunidades do interior e informações quanto ao hospital Nossa Senhora das Dores. O Vereador Bruno Michel Fávero solicitou informações referente à empresa Líder, responsável pela coleta dos resíduos sólidos do município de Capinzal. Moção de Aplauso: o Vereador Kelvis Borges parabenizou toda equipe, do Clube Atlético do Vale de Capinzal, seus Dirigentes e Atletas pela conquista da 4ª Copa Garibaldi de Futebol de Base na categoria sub 17, realizada nos dias 24 a 27 de julho de 2019 em Pinto Bandeira RS. A Moção foi aprovada por unanimidade.

- Palavra Livre.

- Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 6 de agosto de 2019, às 18h30min.

- O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas", pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>.

Câmara de Vereadores, 31 de julho de 2019.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 12/2019

Publicação Nº 2107575

Ofício nº 278/2019/GAB

Capinzal, 23 de julho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Renato Marcelo Markus
Câmara Municipal de Vereadores
89665-000 - Capinzal - SC

Assunto: Comunica Veto Total ao PLL nº 12/2019

Senhor Presidente,

1. Cumpre-nos comunicar a esta Casa Legislativa, na forma do art. 43 da Lei Orgânica Municipal, o VETO TOTAL apostado ao Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 8 de abril de 2019, que determina a aquisição de 10% de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência auditiva e visual, de autoria dos Vereadores Bruno Michel Fávero e Gilmar Junior da Silveira, aprovado na Sessão Plenária no dia 25 de junho de 2019, nos termos das razões expostas na Mensagem de Veto Total anexa.

Atenciosamente,

Nilvo Dorini
Prefeito Municipal

MENSAGEM DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO

Nº 12, DE 8 DE ABRIL DE 2019

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 43 da Lei Orgânica Municipal, decidi VETAR o Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 8 de abril de 2019, que determina a aquisição de 10% de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência auditiva e visual.

RAZÕES DO VETO

CONSIDERANDO a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que dispõe sobre os direitos da pessoa com deficiência, trata de livros e jogos em formatos acessíveis no § 2º do art. 68, porém não especifica nenhum percentual para que isso aconteça;

CONSIDERANDO de acordo com a mesma lei é obrigação da educação pública observar o direito da pessoa com deficiência e proporcionar-lhe as condições necessárias para sua inclusão e inserção na sociedade, portanto, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, vem cuidando para oferecer a todos os alunos com deficiência as condições individuais específicas para cada caso, isso inclui livros, jogos, professores de AEE (Atendimento Educacional Especializado), Equipe Interdisciplinar, auxiliares de professor quando for o caso, além de formação adequada aos professores que trabalham com estes alunos;

CONSIDERANDO que os alunos com deficiência auditiva não necessitam de livros diferenciados para leitura, pois conseguem ler normalmente qualquer livro desde que estejam alfabetizados, o que geralmente acontece na maioria dos casos que estudam ou já estudaram em Escolas Públicas de Capinzal;

CONSIDERANDO que os alunos com deficiência visual utilizam a leitura em Braille ou áudio para sua inserção na cultura existente, mas em nossas escolas públicas não temos alunos matriculados que demandem uma aquisição relevante, como a proposta no Projeto de Lei Legislativo nº 12/2019;

CONSIDERANDO que a Biblioteca Pública Municipal Rolindo Casagrande possui em seu acervo mais de 50 livros em Braille, conforme relação anexa, desde literatura infantil, clássicos, juvenis entre outros que ocupam várias prateleiras, mas não são utilizados pelos deficientes visuais, devido reduzido público com este problema;

CONSIDERANDO que a Secretaria da Educação Cultura e Esportes também está trabalhando para atualizar o acervo bibliográfico e implantar recursos tecnológicos para atender os munícipes, principalmente aqueles que têm limitações. Um desses recursos é o DOSVOX – um sistema de computadores que se comunica com o usuário através de síntese de voz, o que permite ao deficiente visual alto grau de independência no estudo e no trabalho;

CONSIDERANDO que outro recurso são os audiolivros e ou e-books, que podem ser mais acessíveis aos deficientes visuais sem necessidade de investimentos financeiros, já que existem muitos que podem ser baixados gratuitamente, justamente para atender as exigências legais da pessoa com necessidades de inclusão, termo que deve ser interpretado em todos os setores da sociedade.

Portanto, diante dos motivos expostos, entendemos a preocupação dos Vereadores com o Projeto de Lei Legislativo nº 12/2019, no entanto, ele não se faz necessário por entendermos que todas as necessidades devem ser atendidas pelo município e não apenas as citadas.

Outro motivo contrário à aprovação do referido Projeto de Lei se deve ao fato de que, em alguns casos não existem exemplares adaptados para deficientes visuais, o que nos faria ferir a lei, exemplo: o livro "Crônicas do Rio Capinzal" de Euclides Riquetti só existe em formato visual, então, se adquiríssemos 100 exemplares, seriam 100 livros no mesmo formato. A tecnologia é outro motivo contrário, pois nos permite acessar meios econômicos e acessíveis a todas as deficiências, sem a necessidade de criar regras ou percentuais de investimentos que limitam algumas políticas públicas, principalmente quando devem incentivar autores iniciantes que não possuem condições de investir em diferentes formatos acessíveis.

Desta forma, imprescindível a apresentação do VETO TOTAL ao Projeto de Lei Legislativo nº 12, de 8 de abril de 2019, que determina a aquisição de 10% de livros em formatos acessíveis pelas bibliotecas públicas e das escolas municipais de Capinzal, para benefício de pessoas com deficiência auditiva e visual, assim, submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros desta Casa Legislativa, contando com a vossa compreensão pela acolhida do veto total, com estrita observância à correta deflagração do processo legislativo.

Capinzal, em 23 de julho de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/23/2019**

Publicação Nº 2108087

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/23/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0274/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: aquisição de um veículo automotor leve, tipo utilitário (pick-up).

TIPO: Menor Preço por Item

DATA/HORA DA ABERTURA: 13 de agosto de 2019, às 14:00 horas

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 01 de agosto de 2019.

Francieli A. da Rosa
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/32/2019

Publicação Nº 2108283

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/32/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 09.234.560/0001-85

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO DE PARTE DA BACIA B-03 DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC (RUA JOSÉ ZORTÉA, ATÉ A INTERLIGAÇÃO COM A REDE COLETORA EXISTENTE NA RUA ERNESTO HACHMANN), COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO, O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES DETALHADAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E TODOS OS SEUS ANEXOS, E EMISSÃO DE ART DE EXECUÇÃO.

VALOR: R\$ 395.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL REAIS) PARA EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DO PRESENTE CONTRATO.

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2019

VIGÊNCIA: 01/08/2019 A 29/11/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: JUCENEI SILVA DE ANDRADE - PROCURADOR

Catanduvás

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/2019 - DISPENSA Nº 0029/2019

Publicação Nº 2108133

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0029/2019

Objeto: Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação e qualificação profissional dos servidores municipais do município de Catanduvás - SC.

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
03.01.2.004.3390.00	100	15/2019	Manutenção Ativ. Sec. de Administração e Finanças

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvás - SC, 31 de junho de 2019.

Lucimari Spader
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0015/2019

Publicação Nº 2108088

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0015/2019

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC E A EMPRESA OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA-EPP - PROCESSO LICITATÓRIO 0023/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.939.414/0001-45, sito a Rua Felipe Schmidt, 1435 - Centro;

CONTRATANTE: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP, com sede na Rua da Felipe Schmidt, nº 2070, Sala 01, Bairro Centro, no município de Ouro-SC, CEP: 89.663-000 inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.627.484/0001-66.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes em 21 de fevereiro de 2019:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Infraestrutura;

CONSIDERANDO a necessidade de execução de serviços que não estavam previstos no projeto inicial.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato por 30 (trinta) dias, com novo prazo iniciando em 21 de julho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - Aditivar a importância de R\$ 754,50 (setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), que corresponde a 5,11% (cinco vírgula onze por cento) de acréscimo ao valor contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso §1º, II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvás, 16 de julho de 2019.

VILMAR RECH OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP CONTRATADA	DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS PREFEITURA DE CATANDUVAS CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

PROCESSO LICITATÓRIO 0115/2019 - TOMADA DE PREÇO 0006/2019

Publicação Nº 2108105

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2019
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 006/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção da garagem de máquinas do município de Catanduvas - SC, incluindo de mão de obra e materiais, conforme projeto e memorial descritivo.

O recebimento dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS ATÉ AS 17H00MIN HORAS DO DIA 16/08/2019;

INTERESSADOS CADASTRADOS ATÉ ÀS 08H45MIN DO DIA 22/08/2019.

O recebimento do envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS ATÉ ÀS 08H45MIN DO DIA 22/08/2019.

Abertura das Propostas: 09h00min, do dia 22 de agosto de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 31 de julho de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (49) 3525-6500, ou pelo e-mail: licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 31 de julho de 2019.

Márcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 009/2019 FMS

Publicação Nº 2107832

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: RAB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Contrato nº: 009/2019 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 31/07/2019.

Vigência: 14/09/2019.

Valor do Contrato: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº 010/2019 FMS

Publicação Nº 2107859

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: CLEOMAR PAVÃO WAGNER EIRELI.

Contrato nº: 010/2019 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 01/08/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Contrato: R\$ 3.175,50 (três mil cento e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

CONTRATO Nº 011/2019 FMS

Publicação Nº 2107862

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratado: CASSIO MICHELON.

Contrato nº: 011/2019 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 01/08/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Contrato: R\$ 18.806,70 (dezoito mil oitocentos e seis reais e setenta centavos).

CONTRATO Nº 012/2019 FMS

Publicação Nº 2107873

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: TECHIO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.

Contrato nº: 012/2019 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NOS PROGRAMAS DE SAÚDE E DEMAIS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 01/08/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Contrato: R\$ 19.499,50 (dezenove mil quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

CONTRATO Nº 062/2019 PCS

Publicação Nº 2107453

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

Contrato nº: 062/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 31/07/2019.

Vigência: 31/01/2022.

Valor do Contrato: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 229/2019

Publicação Nº 2107920

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 229/2019

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 205/2019 e, convocar a Servidora Pública, ROSIMAR SEBOLD, por motivo de necessidade do serviço Público, devendo o período remanescente de 15 (quinze) dias (01/08/2019 à 15/08/2019) a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 31 de julho de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 230/2019

Publicação Nº 2109194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 230/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar n. 008, de 23.12.1999 e, de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar n. 047, de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear JOSÉ DA SILVEIRA, para ocupar o cargo em comissão de Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos - Nível DAS-6, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 01/08/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de agosto de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 36/2019

Publicação Nº 2108872

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 36/2019

CONTRATADO: BIQ BENEFÍCIOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE TÍQUETE ALIMENTAÇÃO EM CARTÃO MAGNÉTICO, COM A SEGURANÇA DE "CHIP", PARA OS SERVIDORES DO SAMAE.

VALOR: 17.593,442 (DEZESSETE MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS, DIVIDIDOS ENTRE 23 SERVIDORES DO SAMAE.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA DE ASSINATURA: 29/JULHO/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 37/2019

Publicação Nº 2108880

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 37/2019 – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2017

CONTRATADA: DATATEM SOLUÇÕES LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL DE CONEXÃO AS REDES DE DADOS, COM USO DA APN PRIVADA, COM CONEXÃO DIRETA, PARA ACOMPANHAMENTO ON LINE DOS NÍVEIS DE MEDIÇÃO DO RESERVATÓRIO E DO ACIONAMENTO A DISTANCIA DOS CONJUNTOS MOTO BOMBA.

VALOR: R\$ 1.146,96(HUM MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) ANUAL.

PRAZO DO CONTRATO: 12(DOZE) MESES

DATA DE ASSINATURA: 01/AGOSTO/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

APLICAÇÃO DE SANÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO 328/2015-3 - PMC

Publicação Nº 2108419

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
APLICAÇÃO DE SANÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO 328/2015-3

Processo Licitatório nº 328/2015 PMC
Concorrência nº 8/2015 PMC
Contrato nº 43/2016 PMC
Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA E OBRAS LTDA – CNPJ: 76.862.192/0001-07.

Encerrada a execução dos serviços decorrentes da contratação para realização dos reparos não executados pela CONTRATADA, DALLAGNOL ENGENHARIA E OBRAS LTDA, a qual foi aplicada a penalidade de:

- RESSARCIMENTO aos cofres públicos dos custos necessários para realização dos reparos, decorrentes de nova contratação.

Notificamos à empresa DALLAGNOL ENGENHARIA E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.862.192/0001-07, com sede na Rua João Suzin Marini, 529, Bairro Nossa Senhora da Salette, Concórdia - SC, inscrita no CNPJ sob nº 76.862.192/0001-07, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, senhor ITAMAR DALLAGNOL, portador da Cédula de Identidade nº 5.831.243 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 269.806.060-34, que o valor da multa é de:

- R\$ 149.717,08 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e dezessete reais e oito centavos)

Concórdia, SC, 31 de julho de 2019

ANGELO BENINI FANTIN
Gestor de Contratos

DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2019-1 - PMC

Publicação Nº 2108026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2019-1

Processo Licitatório nº 111/2019 PMC
Pregão Presencial nº 63/2019 PMC
Licitante: VALDECIR ANDRADE ESTERES - CNPJ: 20.881.558/0001-30.

Encaminhado a Decisão Administrativa via correios, e retorna a mesma sem recebimento pela Licitante, publicamos extrato da Decisão Administrativa, para conhecimento dos interessados.

Não acatados os motivos elencados pela Licitante em sua defesa, conforme consta na integra da Decisão Administrativa, Decide o Gestor de Contratos, pela aplicação da seguinte penalidade.

- ADVERTÊNCIA por escrito;

Poderá ainda ser apresentado recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93, devendo ainda juntar as provas que julgar necessário.

Concórdia-SC, 31 de julho de 2019

ANGELO BENINI FANTIN
Gestor de Contratos

DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2019-1 - PMC

Publicação Nº 2108031

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2019-1

Processo Licitatório nº 111/2019 PMC
Pregão Presencial nº 63/2019 PMC
Licitante: CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL - CNPJ: 13.772.354/0001-04.

Encaminhado a Decisão Administrativa via correios, e retorna a mesma sem recebimento pela Licitante, publicamos extrato da Decisão Administrativa, para conhecimento dos interessados.

Não acatados os motivos elencados pela Licitante em sua defesa, conforme consta na integra da Decisão Administrativa, Decide o Gestor de Contratos, pela aplicação da seguinte penalidade.

- ADVERTÊNCIA por escrito;

Poderá ainda ser apresentado recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93, devendo ainda juntar as provas que julgar necessário.

Concórdia-SC, 31 de julho de 2019

ANGELO BENINI FANTIN
Gestor de Contratos

DECRETO Nº 575/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108446

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 575/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de chefia, concedida à servidora ERCI MARLEI SCHWINGEL CESCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 5 de agosto de 2019, a gratificação pelo exercício de função de chefia, concedida à servidora ERCI MARLEI SCHWINGEL CESCO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, pelo Decreto nº 159/2017, de 8 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 576/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108467

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 576/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Dá nova redação aos incisos II e III do art. 2º do Decreto nº 287/2014, de 3 de abril de 2014 e alterações, que constituem e designam

Comissão Especial, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Os incisos II e III do art. 2º do Decreto nº 287/2014, de 3 de abril de 2014 e alterações, que constituem e designam Comissão Especial com a incumbência de efetuar a auditoria, avaliação e controle do Serviço Municipal de Assistência ao Servidor – SEMAS, passam a vigorar com a seguinte redação, a partir de 15 de julho de 2019:

“Art. 2º (...)

II – DAIANA FRANCISCA MAGRO;

III – SANDRA LUNARDI;” (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão, a partir de 15 de julho de 2019:

I – DAIANA FRANCISCA MAGRO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – SANDRA LUNARDI, ocupante do cargo de Enfermeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados, a partir de 15 de julho de 2019, a alínea “i” do inciso III do art. 1º e o inciso VI do art. 2º do Decreto nº 184/2019, de 11 de março de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 582/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108470

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 582/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção, à servidora MARIANA KLEIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARIANA KLEIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Regina Piola, com dedicação exclusiva, no período de 16 a 30 de julho de 2019, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 583/2019, DE 16 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108476

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 583/2019, DE 16 DE JULHO DE 2019.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora SILVANA CASAGRANDE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora assessora:

- a gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES, expedindo pareceres sobre termos de parceria, tanto para assinatura como de execução do objeto;
- as entidades não governamentais inscritas nos Conselhos Municipais ligados à SEDES;
- o setor de compras e financeiro da SEDES.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora SILVANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Pedagogo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2019.

Art. 3º Fica revogado o art. 2º do Decreto nº 106/2019, de 1º de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de julho de 2019.

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

DECRETO Nº 584/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108481

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 584/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Nomeia a servidora CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 e 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, ocupante do cargo de Diretora de Compras, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, no período de 20 a 25 de julho de 2019, em razão do afastamento da titular,

em gozo de férias, percebendo, nesse íterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, Secretária Municipal de Administração, em exercício, no período de 20 a 25 de julho de 2019, para:

I – presidir o Conselho de Administração do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS;

II – movimentar as contas bancárias do FUMAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 585/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108487

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 585/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Constitui e designa membros para compor os Comitês Executivo e de Coordenação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS e da Política Municipal de Habitação de Interesse Social do Município, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Ficam constituídos os Comitês Executivo e de Coordenação, para auxiliar na elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS e da Política Municipal de Habitação de Interesse Social do Município.

§ 1º O Comitê Executivo terá a finalidade de operacionalizar o processo de elaboração do PMHIS, composto pelos seguintes servidores:

I – coordenadores:

- a) ELIANE TERESINHA VICENTE PECH, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES;
- b) DANIELA STRINGHINI, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB;

II – membros:

- a) LEVI ELOI DOS SANTOS, representante da Assessoria Jurídica – ASJUR;
- b) FERNANDO GUILIANI, representante da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA;
- c) ROBERTO MARINELLO, representante da FUMDEMA;
- d) AIRTON COLDEBELLA, representante da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;
- e) LOINES LORENSI, representante da SEMUS;
- f) GILVAN PAZZINI, representante da Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF;
- g) JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, representante da SEMURB;
- h) NEUSA PRESOTTO COLOMBO, representante da SEDES;
- i) SILVANA CASAGRANDE, representante da SEDES.

§ 2º O Comitê de Coordenação terá a finalidade de discutir e avaliar o trabalho do Comitê Executivo, composto pelas seguintes pessoas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

- I – NEUSA MARIA POLETTO PUCCI – Associação dos Municípios do alto Uruguai Catarinense – AMAUC;
- II – VANESSA FRANZAK – AMAUC;
- III – ANGELO ACHYLES CECCHET – Associação Empresarial de Concórdia – ACIC;
- IV – CRISTIAN MARQUIZI – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;
- V – ZILDA MARCIA ONETTA – Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região – SSMCR;
- VI – LUAN PICININ SARTORI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Concórdia;
- VII – LEDIANE REGINA MOCELIN – OAB – Subseção de Concórdia;
- VIII – TAINARA GARCIA DA ROSA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Subseção de Concórdia;
- IX – VITORIA MARGARIDA CAMARGO – Sindicato dos Produtores Rurais de Concórdia;
- X – CELSO ANDRE RIGO – Sindicato dos Produtores Rurais de Concórdia;
- XI – MARCIA SINGER BARREIROS DA SILVA – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC Concórdia;
- XII – GERSON LUIZ ROSSINI – Sindicato da Indústria da Construção Civil e Artefatos de Cimento Armado do Alto Uruguai Catarinense – SINDUSCON;
- XIII – VALDIR SILVEIRA DE AVILA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC – inspetoria de Concórdia;
- XIV – PAULO CESAR PUNTEL – Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia – OMARC;
- XV – LETICIA BALENA – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião – AECOM;
- XVI – MARIO REINALDO KOCHEMBORGER – representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC Concórdia;
- XVII – MONICA PELLEGRIN MATER MAIOLI ZANZIOTTI – representante da Faculdade Concórdia – FACC;
- XVIII – NILSON BERTICELLI – FACC;
- XIX – PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS – representante do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia – CMHIS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º fica revogado o Decreto nº 638/2018, de 16 de agosto de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 586/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108489

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 586/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Exonera, a pedido, o servidor MARCOS FONTANELLA DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor MARCOS FONTANELLA DE SOUZA, do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de julho de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 587/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108493

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 587/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Designa a servidora JULIANA LUPATO ZUCCHI, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Ouvidoria.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JULIANA LUPATO ZUCCHI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Atendimento ao Público, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento de Ouvidoria, a partir de 3 de julho 2019, enquanto perdurar o afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 3 de julho de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 588/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108498

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 588/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Exonera, a pedido, a servidora RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 22 de julho de 2019.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 589/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108501

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 589/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Designa o servidor FABIO JOSE PELISER para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor FABIO JOSE PELISER, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 49891-00 e 49891-01, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, no período de 22 a 26 de julho de 2019, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º deste Decreto, as funções e atribuições de Superintendente e Ordenador de Despesas da FMEC, e efetuará a movimentação das contas bancárias da FMEC, na forma estabelecida no Decreto nº 36/2017, de 4 de janeiro de 2017 e alteração.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGERIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração,
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 590/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108507

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 590/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.**

Fixa tarifa das passagens do transporte coletivo, relativas ao Termo de Concessão de Exploração nº 7/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Termo de Concessão de Exploração nº 7/2014, de 25 de março de 2014 e no Relatório da Comissão de Análise de Tarifas Públicas, de 25 de junho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixadas as tarifas das passagens do transporte coletivo, relativas ao Termo de Concessão de Exploração nº 7/2014, a partir de 1º de agosto de 2019, na forma abaixo:

Linha	Nome	Itinerário	Valor da tarifa – R\$
05-A	Concórdia – Linha Ouro	Terminal Rodoviário a Linha Vitória	4,11
05-B	Concórdia – Linha Ouro	Linha Vitória a Linha Suruvi	4,11
05-C	Concórdia – Linha Ouro	Linha Suruvi a Linha Ouro	4,11
05-D	Concórdia – Linha Ouro	Linha Ouro a Alto Suruvi	8,65
05-E	Concórdia – Linha Ouro	Alto Suruvi ao Terminal Rodoviário	10,58
06-A	Concórdia – Três de Outubro	Terminal Rodoviário a Lageado dos Pintos	4,11
06-B	Concórdia – Três de Outubro	Lageado dos Pintos a Três Barras	4,11
06-C	Concórdia – Três de Outubro	Três Barras a Três de Outubro	6,80
07-A	Concórdia – Barra do Tigre	Terminal Rodoviário a Canhada Funda	4,11
07-B	Concórdia – Barra do Tigre	Canhada Funda a Barra Bonita	4,75
07-C	Concórdia – Barra do Tigre	Barra Bonita a Barra do Tigre	9,10
08-A	Concórdia – São Luiz	Terminal Rodoviário a Linha Guarani	4,11
08-B	Concórdia – São Luiz	Linha Guarani a Sede Brum	4,51
08-C	Concórdia – São Luiz	Sede Brum a Porto Brum	6,91
08-D	Concórdia – São Luiz	Porto Brum a Baixo São Luiz	7,70
08-E	Concórdia – São Luiz	Baixo São Luiz a Linha São Luiz	8,65
08-F	Concórdia – São Luiz	Linha São Luiz a Alto Boa Esperança	8,65
08-G	Concórdia – São Luiz	Alto Boa Esperança a Linha Suruvi	8,65
08-H	Concórdia – São Luiz	Linha Suruvi ao Terminal Rodoviário	4,11

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA

Secretária Municipal de Administração, em exercício

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 591/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108511

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 591/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.**

Dá nova redação ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 966/2008, de 15 de maio de 2008 e alterações, que instituem a Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família – PBF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e alterações, no Decreto Federal nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e alterações, na Portaria Federal nº 555, de 11 de novembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 2º do Decreto nº 966/2008, de 15 de maio de 2008 e alterações, que instituem a Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família – PBF, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

III – Operadora Municipal Master do PBF: FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 592/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108513

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 592/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Dá nova redação ao item 1 da alínea “e” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 410/2019, de 28 de maio de 2019, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.029, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea “e” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 410/2019, de 28 de maio de 2019, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

1. ALESSANDRA FARIAS MILLEZI;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 593/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108515

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 593/2019, DE 22 DE JULHO DE 2019.

Revoga o Decreto nº 552/2005, de 12 de julho de 2005, que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 552/2005, de 12 de julho de 2005, que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 594/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108518

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 594/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Designa a servidora NAIR KOPPE VOGT para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NAIR KOPPE VOGT, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, no período de 25 de julho a 8 de agosto de 2019, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 595/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108522

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 595/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Designa a servidora EMANUELE LETICIA TEDESCO, para responder pelo cargo de Responsável de Setor de Apoio Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora EMANUELE LETICIA TEDESCO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, no período de 25 de julho a 8 de agosto de 2019, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 596/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108526

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 596/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a posse de BARBARA BERGAMO, no cargo de Enfermeiro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2864, de 1º de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada BARBARA BERGAMO, aprovada em concurso público, como servidora pública municipal, regime estatutário, no cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de agosto de 2019.

Art. 2º A servidora empossada por meio deste Decreto entrará em efetivo exercício em 1º de agosto de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 597/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108528

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 597/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a posse de DANIELI FLORINDA VORTMANN, no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2864, de 1º de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada DANIELI FLORINDA VORTMANN, aprovada em concurso público, como servidora pública municipal, regime estatutário, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de agosto de 2019.

Art. 2º A servidora empossada por meio deste Decreto entrará em efetivo exercício em 1º de agosto de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA Secretária Municipal de Administração, em exercício	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 598/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108530

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 598/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Prorroga o prazo de validade do Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2018, de 14 de maio de 2018.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a CI SEMUS 187/2019, da Secretaria Municipal de Saúde, de 22 de julho de 2019;
- o Parecer nº 994/2019, emitido pela Assessoria Jurídica do Município, em 22 de julho de 2019;
- o despacho da Diretoria de Recursos Humanos, de 23 de julho de 2019, fls. 216;
- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do referido Edital.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por um ano, a partir de 23 de julho de 2019, o prazo de validade do Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2018, de 14 de maio de 2018, para os cargos de Enfermeiro Comunitário, Técnico em Enfermagem Comunitário e Médico Comunitário – Clínico Geral, do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF e Motorista Socorrista do SAMU.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração,
em exercício

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 599/2019, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108532

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 599/2019, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Designa o servidor AGENOR LUIS CEMBRANI como Gestor das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.193, de 18 de maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor AGENOR LUIS CEMBRANI, ocupante do cargo de Tesoureiro, como Gestor das Parcerias celebradas pelo Fundos abaixo relacionados, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações, no período de 23 a 29 de julho de 2019, em face do afastamento do servidor Carlos Alberto Broch, em gozo de férias:

I – Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, designado pelo Decreto nº 733/2017, de 3 de agosto de 2017;

II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, designado pelo Decreto nº 66/2018, de 29 de janeiro de 2018;

III – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, designado pelo inciso II do art. 1º do Decreto nº 678/2018, de 10 de setembro de 2018 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.394, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108405

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.394, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.029, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI, na forma do Anexo Único

deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa
ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI é um órgão colegiado que reúne representantes do Poder Público Municipal e da iniciativa privada incluindo instituições de ensino, pesquisa bem como empresas privadas do segmento de tecnologia e inovação. O conselho tem caráter consultivo e deliberativo, conforme dispõe a Lei nº 5.029, de 13 de dezembro de 2017.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Ao COMCITI compete:

- I – analisar as solicitações de empresas interessadas em incentivos e estímulos previstos Lei nº 5.029/2017, aprová-las ou rejeitá-las;
- II – aprovar o regulamento de Incubadoras, Centros de Inovação, Parques e Condomínios Tecnológicos;
- III – acompanhar e fiscalizar o cumprimento da Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica;
- IV – analisar e pronunciar-se sobre os planos gerais e específicos que estejam relacionados com o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Município e sua aplicação na Administração Pública;
- V – diagnosticar as necessidades e interesses concernentes à Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito municipal;
- VI – indicar, ao Poder Executivo Municipal, temas específicos da área de Ciência, Tecnologia e Inovação que requeiram tratamento planejado;
- VII – contribuir com as políticas públicas por meio de programas e instrumentos que promovam a transferência de tecnologias incrementais ou inovadoras ao setor produtivo, com ênfase em médias, pequenas e microempresas e ao empreendedorismo social, para geração de postos de trabalho e renda;
- VIII – colaborar com a Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica em Concórdia a ser implementada pela Administração Pública Municipal, visando à qualificação dos produtos e serviços municipais;
- IX – cooperar na concepção, implementação e avaliação de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir de iniciativas governamentais, ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- X – sugerir políticas de captação e alocação de recursos para a consecução das finalidades da Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica;
- XI – cooperar na fiscalização e avaliação do correto uso destes recursos;
- XII – incentivar a geração, difusão, popularização do conhecimento, bem como informações e novas técnicas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação;

XIII – elaborar seu regimento interno e sua forma de organização;

XIV – atuar em sinergia com os demais Conselhos existentes no Município, com vistas à execução da Lei nº 5.029/2017;

XV – incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a Economia Verde;

XVI – organizar plenárias e audiências públicas, quando necessário, para a discussão de diretrizes e projetos relacionados ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;

XVII – fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FUMCTI e da Política Municipal de Incentivo à Inovação Tecnológica, nos termos estabelecidos na Lei nº 5.029/2017;

XVIII – promover ações de combate à pirataria;

XIX – propor critérios para a elaboração do orçamento anual dos planos e programas que promovam o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º O COMCITI será composto por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, na forma abaixo:

I – 7 (sete) representantes do Poder Público, sendo:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

d) 1 (um) representante do Governo do Estado de Santa Catarina, pela Agência de Desenvolvimento Regional – ADR Concórdia;

e) 1 (um) representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

f) 1 (um) representante do Instituto Federal Catarinense – IFC;

g) 1 (um) representante da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI;

II – 7 (sete) representantes da Iniciativa Privada sendo:

a) 1 (um) representante da Associação Empresarial de Concórdia – ACIC;

b) 1 (um) representante da Universidade do Contestado – UNC Concórdia;

c) 1 (um) representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, de Concórdia;

d) 1 (um) representante da Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, de Concórdia;

e) 1 (um) representante da Faculdade Concórdia – FACC;

f) 2 (dois) representantes de empresas do segmento.

§ 1º O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, será membro nato do presente conselho.

§ 2º Será indicado para cada membro titular, um suplente.

Art. 4º Os membros do COMCITI, poderão ser substituídos, desde que cada segmento, entidade ou órgão, indique seu substituto com antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 5º Todo o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do COMCITI será prestado pela SEDET.

Art. 6º O COMCITI terá uma Diretoria Executiva composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, com as seguintes atribuições:

I – convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, conforme definido pelo Conselho ou pelo seu Presidente;

II – divulgação das pautas e atas das reuniões com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

III – arquivamento dos documentos e transcrição das atas de reuniões;

IV – controlar os índices de presença dos conselheiros, comunicando aos órgãos, fóruns e entidades, as ausências não justificadas de seus representantes;

V – outras atribuições e responsabilidades delegadas pelo Conselho ou pelo Presidente.

Art. 7º A Presidência do COMCITI será exercida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e, na sua ausência, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos entre seus membros do Conselho.

Art. 8º Compete ao Presidente do COMCITI:

I – convocar e coordenar as reuniões do Conselho;

II – ordenar o uso da palavra ou definir quem o faça;

III – zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento;

IV – encaminhar ao Prefeito Municipal, Secretarias Municipais e demais órgãos ligados a ciência tecnologia e inovação, documentos e resoluções tomadas pelo Conselho;

V – tomar decisões relativas aos trabalhos do COMCITI em caráter de urgência, devendo posteriormente ser submetida ao Conselho;

VI – promover a divulgação das informações e ações do Conselho, garantindo sua transparência e a gestão democrática;

VII – representar o COMCITI em eventos da área e em outras realizações;

VIII – discutir e articular, no que couber, com o Prefeito e seu Secretariado, as ações do COMCITI.

§ 1º Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento.

§ 2º São atribuições do Secretário:

I – secretariar as reuniões;

II – elaborar atas;

III – demais atribuições mencionadas no art. 6º deste Regimento.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 9º Compete aos membros do Conselho:

I – participar de todas as discussões e votações do Conselho;

II – apresentar proposições, requerimentos, moções, pedidos de esclarecimentos e demais questões de ordem;

III – comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias na hora prefixada;

IV – desempenhar funções para as quais forem designados;

V – relatar, por parecer, os assuntos que lhe forem atribuídos pelo Presidente;

VI – obedecer às normas regimentais;

VII – assinar o livro de presença das reuniões do Conselho, e manter atualizados os seus dados cadastrais;

VIII – apresentar ratificações ou impugnações das atas;

IX – justificar seu voto quando for o caso;

X – apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições;

XI – eleger, entre seus pares, os membros da Diretoria do Conselho;

XII – propor projetos e plano de trabalho.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES

Art. 10. O COMCITI reunir-se-á, ordinariamente, a cada 90 (noventa) dias ou, extraordinariamente, para discussão e avaliação de matéria de caráter relevante e urgente.

Parágrafo único. O quorum mínimo necessário às instalações das sessões é de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos conselheiros, independente da paridade.

Art. 11. Perderá automaticamente o mandato, o conselheiro que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) alternadas, salvo justificativas pelo Conselheiro.

§ 1º Caberá ao Presidente notificar a entidade, cujo conselheiro faltante representa, e solicitar sua substituição.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas com data e horário definido, cuja convocação deverá ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência e as reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 3º As convocações para as reuniões do Conselho serão realizadas por telefone, ofício ou correio eletrônico, constando a pauta a ser debatida.

CAPÍTULO VI

DA VOTAÇÃO

Art. 12. As decisões do Conselho serão deliberadas por maioria absoluta dos seus membros, salvo aquelas determinadas em lei específica.

Art. 13. O voto do presidente será exigido apenas em caso de empate de votação.

Art. 14. Todas as atas serão lidas e aprovadas na reunião seguinte e publicadas no site do Município.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado serviço de interesse público.

Parágrafo único. Ficam vedadas as contratações remuneradas de empresas ou entidades privadas, que poderão prestar serviços ao COMCITI, cujos membros estejam envolvidos diretamente com o serviço.

Art. 16. O Conselho poderá solicitar a colaboração de entidades e/ou pessoas especializadas para participarem da elaboração de estudos, proferirem palestras técnicas ou, ainda, prestarem esclarecimentos que se fizerem necessárias.

Art. 17. Em caso de dúvidas sobre as disposições e lacunas do presente regimento internas, estas serão dirimidas pela Plenária, a qual será soberana em suas deliberações.

Art. 18. O presente Regimento Interno poderá ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19. Eventuais alterações deste Regimento Interno poderão ser propostas por qualquer dos participantes e serão aprovados, em reunião especialmente convocada para esse objetivo.

Art. 20. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Órgão Oficial de publicação dos Atos Oficiais do Município.

DECRETO Nº 6.395, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108407

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.395, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.223, de 17 de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2018, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária	04.03	Fundo Municipal de Assistência ao Servidor
Projeto/Atividade	04.0331.0015.2603	Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar – FUMAS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000003	Recursos Ordinários – FUMAS – Superávit do Exercício Anterior R\$ 3.000.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$		
3.000.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.396, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108408

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.396, DE 24 DE JULHO DE 2019.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.225, de 24 de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2018, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.380003	Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – Superávit do Exercício Anterior R\$ 782.619,82
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$		
782.619,82		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração,
em exercício

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.397, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108409

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.397, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 6.379, de 23 de maio de 2019, que abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.226, de 24 de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "Órgão 08", para: "Órgão 10", constante art. 1º do Decreto nº 6.379, de 23 de maio de 2019, que abre crédito suplementar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração,
em exercício

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

EDITAL DE CONCURSO FMC Nº 04/2019 – CONCURSO DE FOTOGRAFIA RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2107706

EDITAL DE CONCURSO FMC Nº 04/2019 – CONCURSO DE FOTOGRAFIA

RESULTADO FINAL

1. PREÂMBULO

0.1. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Dr. Maruri, 865, Centro, Concórdia, Santa Catarina, representada pelo Senhor Júlio Gomes, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c no Decreto 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, torna público o resultado final do Edital de Concurso Nº 04/2019.

- 1º colocação: ANTÔNIO CARLOS ESPIT – Fotografia: "Escadaria";
- 2º colocação: FERNANDA CRISTINA KULGELMEIER – Fotografia: "A criança de hoje é nosso futuro amanhã";
- 3º colocação: ALICE BERGAMINI VARGAS – Fotografia: "Achado nos rios do tempo".

Concórdia, 31 de julho de 2019.
JÚLIO GOMES
Diretor Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Concórdia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9/2019, DE 7 DE JUNHO DE 2019.

Publicação Nº 2108535

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9/2019, DE 7 DE JUNHO DE 2019.
Convoca Encontro Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Encontro Municipal com o objetivo de eleger os representantes das entidades não governamentais, para integrar o Conselho de Habitação e Interesse Social – CMHIS, com mandato de 2019 a 2021.

Parágrafo único. O Encontro de que trata o caput deste artigo será realizado no dia 9 de agosto de 2019, das 14h às 17h, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Leonel Mosele, 96, Centro, Concórdia, SC.

Art. 2º Constituir Comissão Organizadora com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização do Encontro, na forma abaixo:

I – presidente: ELIANE TERESINHA VICENTE PECH;

II – membros:

a) KELLI SALES SCARIOT;

b) MARIO LITTIERI TEIXEIRA;

c) NEUSA PRESOTTO COLOMBO.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Domingos Machado de Lima, 926, Edifício Office, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOMEAÇÃO 043/2019

Publicação Nº 2107669

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOMEAÇÃO 043/2019

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, NOMEIA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionado:

Nº CPF	Nome	Cargo
080.996.989-08	ROSANGELA GRIESANG DE ANDRADE	AUXILIAR DE CRECHE

O candidato acima relacionado deverá, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munido de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará na perda definitiva da vaga, em razão de já ter sido nomeada anteriormente, e este Edital se tratar da nomeação referente ao reposicionamento para o final de lista.

Concórdia, 30 de julho de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 31/2019

Publicação Nº 2107700

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 31/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 4.747,99 (quatro mil setecentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), Ensino Infantil, no valor de R\$ 1.436,50 (um mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), e Ensino Fundamental, no valor de R\$ 9.828,65 (nove mil e oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 31 de julho de 2019.

ELIZA TEBALDI BORSATTI.

Diretora Financeira

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 177/2019 - PMC

Publicação Nº 2108010

Contrato Nº : 177/2019

Aditivo Nº : 1TA CT 177/2019/2019

Tipo Aditivo : Objeto/Prazo/Valor

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANCA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 71/2019

Objeto : contratação de empresa para o conserto de lavadora de alta pressão, e de empresa no ramo de instalação de câmeras de segurança, para instalação de sete câmeras, troca de equipamentos e limpeza de caixas e condutores de comando e demais itens periféricos necessários, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 26/07/2019 Término: 24/09/2019

Assinatura : 26/07/2019

Valor R\$: 3.800,53 (Três Mil, Oitocentos Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339030010000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339030250000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339039170000000000.01000001

Dotação : 342 - 08.001.2031.3449052830000000000.03120000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: RUDIMAR VITTO

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 1/2018 - PMC

Publicação Nº 2107698

Contrato Nº : 1/2018

Aditivo Nº : 2TA CT 1/2018/2019

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INTERNET SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de internet banda larga para o Centro Administrativo Municipal, PROCON, Terminal Rodoviário Municipal, Secretaria Municipal de Transportes, Fundação Municipal de Cultura e Centro Cultural, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/02/2018 Término: 31/01/2020

Assinatura : 19/07/2019

Valor Suprimido R\$: (670,05) (Seiscentos e Setenta Reais e Cinco Centavos)

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339040040000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339040040000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 11/2018 - FMAS

Publicação Nº 2107587

Contrato Nº : 11/2018
Aditivo Nº : 2TA Ctr 11/2018/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA
Licitação : Inexigibilidade 6/2018
Objeto : Aquisição de passes de ônibus para as linhas: São Luiz/Concórdia/São Luiz, Linha Suruvi/Concórdia/Linha Suruvi, Linha Lajeado Crescêncio/Concórdia/Lajeado Crescêncio e Barra Seca/Concórdia/Barra Seca, em atendimento às necessidades CREAS, onde o transporte público da Hodierna transita - conforme justificativa anexa. Com recursos oriundos da reprogramação PSE-MC.
Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 31/12/2019
Assinatura : 30/07/2019
Valor R\$: 6.836,00 (Seis Mil e Oitocentos e Trinta e Seis Reais)
Dotação : 282 - 15.001.2623.3339039990000000000.01000001
Dotação : 254 - 15.001.2201.3339039900000000000.01000001
Gestor: ANGELO BENINI FANTIN
Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 13/2018 - FMAS

Publicação Nº 2107588

Contrato Nº : 13/2018
Aditivo Nº : 2TA Ctr 13/2018/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA
Contratada : PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2018
Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema de Gestão Habitacional incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, a licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "a" deste Edital.
Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 31/07/2020
Assinatura : 30/07/2019
Valor R\$: 30.157,80 (Trinta Mil, Cento e Cinquenta e Sete Reais e Oitenta Centavos)
Dotação : 254 - 15.001.2201.3339040010000000000.01000001
Gestor: ANGELO BENINI FANTIN
Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 333/2018 - PMC

Publicação Nº 2108005

Contrato Nº : 333/2018
Aditivo Nº : 2TA CT 333/2018/2019
Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ECO CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2018
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para reforma e remodelação do Parque infantil da Praça Dogello Goss, situada na Rua Adolfo Konder, Centro, conforme as especificações constantes no Memorial Descritivo e Projeto Básico, Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 26/07/2019 Término: 26/10/2019
Assinatura : 26/07/2019
Valor Acrescido R\$: 8.193,97 (Oito Mil e Cento e Noventa e Três Reais e Noventa e Sete Centavos)
Valor Suprimido R\$: (2.154,19) (Dois Mil e Cento e Cinquenta e Quatro Reais e Dezenove Centavos)
Dotação : 414 - 08.001.1009.3449051980000000000.03000001
Gestor: ANGELO BENINI FANTIN
Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO
Fiscal Técnico: CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 40/2017 - FMS

Publicação Nº 2107577

Contrato Nº : 40/2017

Aditivo Nº : 4TA Ctr 40/2017/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado WEB de Gestão de Saúde, incluindo sua licença para uso, provimento de DataCenter (próprio ou locado), solução de mobilidade, serviços de treinamento, implantação, conversão de dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 31/10/2019

Assinatura : 30/07/2019

Valor R\$: 14.558,07 (Quatorze Mil, Quinhentos e Cinquenta e Oito Reais e Sete Centavos)

Dotação : 216 - 13.001.2101.33390400100000000000.01020000

Dotação : 234 - 13.001.2104.33390400100000000000.02000000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 213/2019 - PMC

Publicação Nº 2107634

Contrato Nº : 213/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : GOLFE TELECOM LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 109/2019

Objeto : Aquisição de central telefônica híbrida (PABX), nova de primeiro uso, e periféricos, com instalação e configuração, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/08/2019 Término: 31/07/2020

Assinatura : 30/07/2019

Valor R\$: 25.026,00 (Vinte e Cinco Mil e Vinte e Seis Reais)

Dotação : 36 - 05.001.1003.34490520600000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.33390392500000000000.01000001

Dotação : 206 - 12.001.2043.34490520600000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCELO VOSS GONÇALVES

LEI COMPLEMENTAR Nº 775, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108538

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 775, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º O Anexo I – Mapa de Zoneamento Urbano da Sede Municipal, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 3º Fica revogado o § 2º do art. 32.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

MAPA DE ZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 776, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108541

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 776, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Acresce parágrafo único no art. 14 da Lei Complementar nº 717, de 5 de janeiro de 2016, que institui a revisão do Plano Diretor Municipal Rural de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único no art. 14 da Lei Complementar nº 717, de 5 de janeiro de 2016, que institui a revisão do Plano Diretor Municipal Rural de Concórdia, com a seguinte redação:

“Art. 14 (...)

Parágrafo único. Estradas rurais, de que trata o inciso V deste artigo, considera-se:

I – estradas principais ou gerais: aquelas que ligam a sede do Município de Concórdia com outros municípios, distritos, vilas, que comportam maior fluxo rodoviário;

II – estradas vicinais ou secundárias: aquelas que unem entre si as estradas principais ou gerais, ou com elas bifurquem e que possuem menor fluxo rodoviário;

III – estradas de produção: aquelas que dão acesso às propriedades rurais e servem para escoamento da produção e recebimento de insumos, e que dão acesso às residências, aos locais de carga e descarga de suínos, aves, gado e produção de leite.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração,
em exercício

MAURO MARTINI
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.221, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108547

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.221, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 5.167, de 25 de fevereiro de 2019, que autoriza o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, celebrar convênio com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 5.167, de 25 de fevereiro de 2019, que autoriza o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, celebrar convênio com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2019.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.222, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108550

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.222, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Autoriza o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, celebrar convênio com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, autorizado a celebrar convênio com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, objetivando a conjunção de esforços, para a manutenção da prestação de assistência à saúde oferecida a população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, para atendimento médico de urgência e emergência aos pacientes do Município, por profissionais médicos em regime plantonista, como incremento do funcionamento no Pronto Socorro do Hospital em seis horas diárias, podendo participar com o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.223, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108551

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.223, DE 17 DE JULHO DE 2019.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos superávit financeiro verificado no exercício de 2018, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária	04.03	Fundo Municipal de Assistência ao Servidor
Projeto/Atividade	04.0331.0015.2603	Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar – FUMAS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000003	Recursos Ordinários – FUMAS – Superávit do Exercício Anterior R\$ 3.000.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$		
3.000.000,00		

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

LEI Nº 5.224, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108555

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.224, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Acresce inciso V ao art. 7º da Lei nº 4.830, de 17 de dezembro de 2015 e alteração, que instituem o Banco Social de Materiais de Construção.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido inciso V ao art. 7º da Lei nº 4.830, de 17 de dezembro de 2015 e alteração, que instituem o Banco Social de Materiais de Construção, com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

V – ser proprietário de um único imóvel no Município e residir no mesmo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA

Secretária Municipal de Administração, em exercício

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,

Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

LEI Nº 5.225, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108559

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.225, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos superávit financeiro verificado no exercício de 2018, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.380003	Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – Superávit do Exercício Anterior R\$ 782.619,82
TOTAL SUPLEMENTADO		
..... R\$		
782.619,82		

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA

Secretária Municipal de Administração,
em exercício

ENORI ANTONIO BOLSI

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

LEI Nº 5.226, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108564

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.226, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Altera expressão constante no art. 1º da Lei nº 5.207, de 23 de maio de 2019, que autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterada a expressão: "Órgão 08", para: "Órgão 10", constante art. 1º da Lei nº 5.207, de 23 de maio de 2019, que autoriza abertura de crédito suplementar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA

Secretária Municipal de Administração, em exercício

ENORI ANTONIO BOLSI

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

LEI Nº 5.227, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108569

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.227, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Dá nova redação ao inciso I do art. 4º da Lei nº 4.579, de 25 de setembro de 2013 e alterações, que instituem e implementam o Programa de Aluguel Social, no âmbito do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O inciso I do art. 4º da Lei nº 4.579, de 25 de setembro de 2013 e alteração, que instituem e implementam o Programa de Aluguel Social, no âmbito do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

I – ser morador e estar residindo em imóvel no Município de Concórdia, por cinco anos ou mais, mediante comprovação;" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 13/2019 – DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2107690

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 13/2019 – DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, por concurso, regime estatutário, GREICI BERGAMO no cargo de Agente Administrativo, Nível 6-35 –GFA1 - (35 horas) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

Gil Artífon
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 139/2019, DE 18 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108579

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 139/2019, DE 18 DE JULHO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 1461/2019, em 21 de janeiro de 2019, contendo denúncias de supostas irregularidades envolvendo a servidora F. P. Z., ocupante do cargo de Arquiteto, matrícula 79413-00, das quais extrai-se que, em tese:

- no exercício da função pública, a servidora teria dispensado requisitos de acessibilidade para obras, além de, em determinadas oportunidades, ter agilizado a tramitação de processos de seu interesse, o que evidenciaria benefício em razão do cargo e prática de advocacia administrativa, configurando-se como crime contra a Administração Pública;

- em projeto de autoria da servidora não houve exigência de determinados requisitos de acessibilidade, enquanto para outro projeto similar, essas exigências teriam sido feitas;

- o Parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que tais fatos, se comprovados, importam em transgressão ao disposto no art. 152, VIII e XVII, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações, sendo que, se verificada a ocorrência destas condutas ou mesmo da advocacia administrativa, poderá sujeitar a servidora à penalidade de demissão, nos termos do art. 168, I e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE :

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora F. P. Z., ocupante do cargo de Arquiteto, matrícula 79413-00, Grupo Ocupacional Especialista – GE.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: CRISTIANE PERIN, servidor estável, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – membros:

a) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, servidor estável, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

b) SILVANA CASAGRANDE, servidora estável, ocupante do cargo de Pedagogo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 140/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108586

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 140/2019, DE 19 DE JULHO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada na CI SEMUT 115/2019, da Secretaria Municipal de Transportes.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor VALDOMIRO TAFAREL, ocupante do cargo de Diretor de Transportes, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 19 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 141/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108594

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 141/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 30/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;
- a CI DSMT 188/2019, do Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), à servidora DEOLIDES SALETE DALBERTI BEGNINI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, com efeitos retroativos ao período de 1º a 30 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

PORTARIA Nº 142/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108599

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 142/2019, DE 23 DE JULHO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 333 e 334/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;
- o Adendo nº 29/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;
- as CIs DSMT 181, 182 e 186/2019, emitidas pelo Departamento de Segurança e Medicina de Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I – CATIANA SONIA ZAT KNECHT DA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2019;

II – DEMOCRATIANA DORNELES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 8 de julho de 2019.

Art. 2º Revogar, a partir de 1º de agosto de 2019, o Adicional de Insalubridade, grau médio, concedido à servidora IVETTE MUNARINI VIOTTI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, pelo inciso II do art. 1º da Portaria nº 82/2004, de 3 de maio de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

PORTARIA Nº 143/2019, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108603

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 143/2019, DE 24 DE JULHO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada na CI SEDES 434/2019, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora JOSIANE WIERZYNSKI, ocupante do cargo de Psicólogo, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no dia 30 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

CAMILA CRISTINA MARINHO V. NOGUEIRA
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 101/2019 PREGÃO PRESENCIAL RP 42/2019

Publicação Nº 2108279

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, e o Fundo Municipal de Saúde representado pelo seu Gestor, tornam público a todos os interessados, que estarão realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 101/2019
Pregão Presencial RP n. 42/2019
Tipo: Menor preço item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, NITROGÊNIO LÍQUIDO E OUTROS MATERIAIS, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 16/08/2019.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 16/08/2019.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 31 de julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 254/2019

Publicação Nº 2107493

DECRETO Nº254/2019

"REVOGA DECRETO N. 744/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Revoga Decreto n. 744/2019 que atribui Função De Confiança a Sra. ZENILDA MALACARNE STAKONSKI, matrícula nº1335801, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO CONTRATO ADM 44/2019

Publicação Nº 2108401

Extrato DO CONTRATO ADM N. 44/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N. 70/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de implantação de rede adutora e de distribuição de água, contemplando o fornecimento de materiais e de serviços de mão de obra.

DO VALOR: Pela execução dos serviços descritos na cláusula primeira deste instrumento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais). A dotação orçamentária correrá por conta do Projeto atividade: 2.084, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: A vigência do contrato é até 31/12/2019, a contar da assinatura do presente contrato.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Rodrigo Boneti

Cordilheira Alta/SC, 31/07/2019.

EXTRATO PROC. 100/2019 INEXIGIBILIDADE 09/2019

Publicação Nº 2108275

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 100/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 09/2019

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, usando das atribuições legais e constitucionais vigentes, e em conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando o que consta nos autos do Processo em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO APLICATIVO "MONITOR DF-e" PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, decide ratificar aludido processo em todos os seus termos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC,

em 31 de julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

EXTRATO PROC. 99/2019 INEXIGIBILIDADE 08/2019

Publicação Nº 2108261

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 99/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 08/2019

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, usando das atribuições legais e constitucionais vigentes, e em conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando o que consta nos autos do Processo em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO APLICATIVO "MONITOR DF-e" para ao Município de Cordilheira Alta, decide ratificar aludido processo em todos os seus termos.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC,

em 31 de julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 407/2019

Publicação Nº 2107500

PORTARIA Nº407/2019

"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SRVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município e na forma do art. 22 da Lei Complementar n.93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuído à servidora ZENILDA MALACARNE STAKONSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, o exercício da Função de Confiança constante do art. 22 da Lei Complementar n. 93/2013, consistente ao exercício das funções de chefia da divisão de enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, fazendo jus ao recebimento de gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base do cargo que ocupa.

Art. 2º A servidora mencionada no caput do art. 1º atuará como responsável técnico da Unidade Básica de Saúde Adrinei Favero de Cordilheira Alta perante o Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Portaria estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2019.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 408/2019

Publicação Nº 2107501

PORTARIA Nº408/2019

“ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SRVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município e na forma do art. 22 da Lei Complementar n.93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica atribuído à servidora JUCELI NESPOLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, o exercício da Função de Confiança constante do art. 22 da Lei Complementar n. 93/2013, consistente ao exercício das funções de chefia da divisão de enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, fazendo jus ao recebimento de gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base do cargo que ocupa.

Art. 2º A servidora mencionada no caput do art. 1º atuará como responsável técnico da Unidade Básica de Saúde Francismar Tozzo de Cordilheira Alta perante o Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2019.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 409/2019

Publicação Nº 2107538

PORTARIA Nº 409/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 01(um) dia de licença para tratamento de saúde, a servidora municipal ALCINEI APARECIDA BREANCINI, matrícula nº1340503, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 410/2019

Publicação Nº 2107665

PORTARIA Nº 410/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 03(três) dias de licença para tratamento de saúde, a servidora municipal SANDRA NARA DOS SANTOS PRESTES, matrícula nº1359102, ocupante do cargo de Professora, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Julho de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO DE AJUSTE Nº 001/2019

Publicação Nº 2107540

MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS – SC

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE Nº 001/2019

PARTICIPANTE: O Município de Coronel Freitas e a Associação Empresarial de Coronel Freitas Coronel Freitas- AECF: Firmado um Termo de Ajuste com o objeto destinado a Implementação da Política de Desenvolvimento Sócio Econômico no município de Coronel Freitas.

VALOR: O valor do Termo de Ajuste é de R\$30.000,00 (trinta mil reais)

DOTAÇÃO: Ação: 2.088, Fonte 03.0000, item: 33.50.00 Vigência: 26/07/2019 à 26/09/2019 Assinado em 26/07/2019.

Coronel Freitas (SC), 26 de julho de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 125/2019

Publicação Nº 2107444

DECRETO Nº. 125, DE 30 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 01 Agosto de 2019.

NOME CARGO

Keli Cristina de Medeiros	Diretor Geral de Convênios
---------------------------	----------------------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de Julho de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e finanças.

DECRETO Nº 126/2019

Publicação Nº 2107988

DECRETO Nº 126 DE 30 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a homologação pelo decreto nº 062 de 15 de Abril de 2014.

Considerando decisão judicial transitado em julgado (autos n. 0300185-77.2016.8.24.0060), que reconheceu o direito imediato de ser convocado ao cargo;

Considerando solicitação de contratação de um operador de maquinas formulado e protocolado pelo Secretário de Transportes Obras e serviços Públicos;

Considerando a demanda de serviço que necessita de mais um operador;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO a partir do dia 01 de Agosto de 2019, para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013), o Sr. Jair Burato, para exercer o Cargo de Operador de Maquinas pelo Provimento de cargo Efetivo.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de Julho de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 127/2019

Publicação Nº 2107475

DECRETO Nº127, DE 30 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM AVISO PÚBLICO Nº 002/2019.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando classificação referente ao Aviso Público nº 002/2019

Considerando edital de chamamento de estagiário 003/2019 conforme classificação ao aviso público 002/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através do aviso público nº 002/2019, a estagiária abaixo relacionada, iniciando as atividades em 01/08/2019 até 18/12/2019, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Nome	Cargo	Carga Horária
Luciana Amarante	Estagiário	30 Horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 30 de Julho de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. de Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 128/2019

Publicação Nº 2107480

DECRETO Nº128, DE 30 DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM AVISO PÚBLICO Nº 002/2019.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando classificação referente ao Aviso Público nº 002/2019

Considerando edital de chamamento de estagiário 004/2019 conforme classificação ao aviso público 002/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através do aviso público nº 002/2019, a estagiária abaixo relacionada, iniciando as atividades em 01/08/2019 até 18/12/2019, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Nome	Cargo	Carga Horária
Karen Stefani Rodrigues de Melo	Estagiário	30 Horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 30 de Julho de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. de Administração, Planejamento e Finanças.

Correia Pinto**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 009 /2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2108803

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2019

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área, segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, bem como, pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 019/2007 que será regida pela Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracilio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Educação Física	06/08/2019	09:00 Horas
Professor de Educação Especial	06/08/2019	10:00 Horas

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

2. Requisitos Básicos para Contratação

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato à conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitida apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
 - Ø Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
 - Ø Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
 - Ø Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 0,5 ponto para cada período já concluído.
 - Ø Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de

licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 20 (vinte) pontos.

Ø Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.

Ø Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.

Ø Tempo de Serviço: Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado ao máximo de 120 meses.

ü Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

ü O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

ü Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

ü Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregue pelo próprio candidato.

6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1º) maior número de filhos;

2º) maior idade;

3º) sorteio.

8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

9.2. O resultado e demais atos da Chamada Pública será homologado pelo Prefeito e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.correiapinto.sc.gov.br.

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da Chamada Pública terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pelo não cumprimento do horário, pelo excesso de faltas ou por problemas de ordem pedagógica e/ou administrativa, desde que devidamente justificado e registrado em Ata de reunião da equipe gestora da Unidade Escolar e Conselho Municipal de Educação.

10.3. Será partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 31 de julho de 2019.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO.

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
-------	-------	---------------	------------

Professor de Educação Física	01	30h/s – Matutino/Vespertino – Escola Itinerante Ana Maria R. Coelho.	R\$ 1.918,30
Professor de Educação Especial	01	40h/s – Matutino/Vespertino/EBM José do Patrocínio	R\$ 2.557,73

ANEXO II
REQUERIMENTO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: _____
Cargo Pretendido: _____ Fone: (____) _____
E-mail: _____

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: _____

RAZÕES DO RECURSO:

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do candidato

DECRETO Nº 1463/2019

Publicação Nº 2108324

DECRETO Nº1463/2019
DE 26 DE JULHO DE 2019

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de aspectos relacionados ao atestado médico;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Municipal nº 497, de 24 de maio de 1993, acerca de licença para tratamento de saúde, licença à gestante, licença-paternidade, licença por acidente em serviço e licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.658/2002, alterada pela Resolução nº 1.851/2008, do mesmo órgão;

CONSIDERANDO o que dispõe o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/2009);

CONSIDERANDO que é vedado ao médico atestar falsamente sanidade ou atestar sem o exame direto do paciente;

CONSIDERANDO que o profissional que faltar com a verdade nos atos médicos atestados, causando prejuízos às empresas, ao governo ou a terceiros, está sujeito às penas da lei;

CONSIDERANDO que somente os médicos e odontólogos têm a prerrogativa de diagnosticar enfermidades e emitir os correspondentes atestados;

CONSIDERANDO que através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMURES deu-se publicidade ao Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2019, Edital de Credenciamento nº 01/2019, que tem por objeto a contratação de perícia médica administrativa, realização de exames admissionais, demissionais e periódicos para os servidores dos Municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Palmeira, Ponte Alta e Rio Rufino,

DECRETA:

“REGULAMENTA O ART. 229, DA LEI MUNICIPAL Nº 0497/1993 – ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - Para fins de justificativa de abono de ausência ao trabalho, por motivo de doença do próprio servidor ou dependente devidamente reconhecido nos termos da lei, o servidor deverá apresentar atestado médico ou odontológico à chefia imediata ou diretamente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no prazo de até 02 (dois) dias úteis posterior a sua ausência.

Parágrafo único: Em se tratando de servidor não residente no Município de Correia Pinto ou se o mesmo estiver impossibilitado, por qualquer motivo, o atestado poderá ser apresentado por terceiro, observado o prazo fixado neste artigo.

Art. 2º - A chefia imediata, de posse dos atestados ou declarações médicas ou odontológicas dos servidores, deverá encaminhar os referidos documentos ao Departamento de Recursos Humanos semanalmente.

Parágrafo único: Em se tratando de atestado em que o período de afastamento solicitado pelo médico ou odontólogo seja a partir de 03 (três) até 15 (quinze) dias consecutivos, o documento deverá ser encaminhado imediatamente ao Departamento de Recursos Humanos para agendamento de perícia médica administrativa.

Art. 3º - Para fins de justificativa e abono da ausência ao trabalho, apenas serão aceitos atestados emitidos por profissional competente, e que:

I – especificar a identificação do paciente;

II – especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para o tratamento do paciente, numericamente e por extenso;

III – estabelecer o diagnóstico, indicando o Código Internacional de Doenças – CID;

IV – especificar o local e a data;

V – registrar os dados de maneira legível;

VI – identificar o emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina ou Odontologia;

Art. 4º – Os atestados/declarações de acompanhamento somente serão aceitos para justificar e abonar as faltas quando a consulta médica ou odontológica não puder ser realizada em horário diverso da jornada de trabalho do servidor, desde que o servidor solicite que o médico descreva no atestado/declaração o horário e/ou período de realização da consulta, nos seguintes casos:

I - até 02 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;

II – às servidoras gestantes pelo tempo necessário para a realização de consultas médicas e demais exames complementares;

III - para acompanhar filho menor de 18 (dezoito) anos em consulta médica;

IV - até 03 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovado.

Art. 5º – Será justificada, mas não abonada a ausência do trabalho, desde que o servidor solicite que o médico descreva no atestado/declaração o horário e/ou período de realização do atendimento, decorrente de:

I – tratamento estético, cirurgia plástica, lipoaspiração, tratamentos ortodônticos e prótese mamária, exceto quando por recomendação médica;

II – consulta médica ou odontológica de rotina, exames ou procedimentos eletivos, não passíveis de serem agendados em horário alheio da jornada de trabalho do servidor, que ultrapassem a 06 (seis) consultas anuais;

III – acompanhamento de terceiros a consultas, exames ou procedimentos, ressalvados os casos previsto no art. 4º deste Decreto.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica ao servidor que necessitar de atendimento de urgência e emergência, decorrente de mal manifestado durante o labor ou acidente de trabalho.

Art. 6º - Na ausência de junta médica oficial do Município, de que trata o art. 229, da Lei Municipal nº 0497/1993 – Estatuto do Servidor, os exames médicos dos servidores que apresentarem atestado de licença para tratamento de saúde a partir de 03 (três) até 15 (quinze) dias consecutivos, serão realizados através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS, nos termos do respectivo Edital de Credenciamento.

Art. 7º - Em caso de ausência de médico com especialidade em Medicina do Trabalho no quadro de servidores da Administração Municipal, os exames admissionais, demissionais e periódicos dos servidores serão realizados através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS, nos termos do respectivo Edital de Credenciamento.

Art. 8º – Revoga-se o disposto nos Decretos nº 0286, de 10/09/2009 e nº 0585, de 18/05/2012.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de julho de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 31/2019

Publicação Nº 2108427

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI's E UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020: Menor Preço Por Item. Abertura dos envelopes: 13/08/2019 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 31 de julho de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/19

Publicação Nº 2108700

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 072/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.286-370.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TONER'S E CARTUCHOS DE TINTA PARA USO NOS PERIFÉRICOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

VALOR:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
10	TONER HP CF 280 X (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	50	R\$ 68,95	R\$ 3.447,50
11	TONER HP 280-505 A (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	20	R\$ 63,95	R\$ 1.279,00
12	TONER CLT K 406 CYAN (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	15	R\$ 67,89	R\$ 1.018,35
13	TONER CLT K 406 YELLOW (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	15	R\$ 67,89	R\$ 1.018,35
14	TONER CLT K 406 MAGENTA (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	15	R\$ 67,89	R\$ 1.018,35
15	TONER CLT K 406 PRETO (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	20	R\$ 67,89	R\$ 1.357,80
19	TONER CB 435A PRETO (COMPATÍVEL)	UN	NEWPRINTER	26	R\$ 36,98	R\$ 961,48
					TOTAL	R\$ 10.100,83

Data da Assinatura: 10/06/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1704/19

Publicação Nº 2109098

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Estado de Santa Catarina
 CNPJ: 83.102.467/0001-70
 Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443
 Telefone: (47) 3375-6500
 E-mail: adm@corupa.sc.gov.br

CEP: 89278000
 Cidade: Corupá

DECRETO Nº 1704/19**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2315/2018 de 10 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Código	Classificação	Valor
16	AGUAS DE CORUPÁ	
001	AGUAS DE CORUPÁ	
0017.0512.0072.2055	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ÁGUAS DE CORUPÁ	
01000001	Recursos Ordinários - Águas Corupá	
34490000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 150.000,00
305	Referência Dotação	
TOTAL R\$		150.000,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
16	AGUAS DE CORUPÁ	
001	AGUAS DE CORUPÁ	
0017.0512.0072.2055	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ÁGUAS DE CORUPÁ	
01000001	Recursos Ordinários - Águas Corupá	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 150.000,00
304	Referência Dotação	
TOTAL R\$		150.000,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 1 de agosto de 2019.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.
“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1705/19

Publicação Nº 2109099

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Estado de Santa Catarina
 CNPJ: 83.102.467/0001-70
 Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443
 Telefone: (47) 3375-6500
 E-mail: adm@corupa.sc.gov.br

CEP: 89278000
 Cidade: Corupá

DECRETO Nº 1705/19

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
 SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2315/2018 de 10 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 23.667,4 (vinte e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)

Código	Classificação	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
0010.0303.0081.1009	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	
01380067	Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 23.667,40
69	Referência Dotação	
TOTAL R\$		23.667,40

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Código	Classificação	Valor
01380067	Assistência Farmacêutica Básica - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 23.667,40
TOTAL R\$		23.667,40

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 1 de agosto de 2019.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.
“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 1706/19

Publicação Nº 2109103

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Estado de Santa Catarina
 CNPJ: 83.102.467/0001-70
 Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443
 Telefone: (47) 3375-6500
 E-mail: adm@corupa.sc.gov.br

CEP: 89278000
 Cidade: Corupá

DECRETO Nº 1706/19**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2315/2018 de 10 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Código	Classificação	Valor
18	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
001	Divisão de Turismo, Esporte e Lazer	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE. E LAZER	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicações Diretas	R\$ 8.400,00
239	Referência Dotação	
TOTAL R\$		8.400,00

Art. 2 - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor
18	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
001	Divisão de Turismo, Esporte e Lazer	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE. E LAZER	
01000000	Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	
33190000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 8.400,00
237	Referência Dotação	
TOTAL R\$		8.400,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 1 de agosto de 2019.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019

Publicação Nº 2109193

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 1076/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA – DOCES, SALGADOS E PÃES, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes serão recebidos impreterivelmente até às 09h:00min. do dia 14 de agosto de 2019 e a abertura será realizada às 09h:15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã/SC. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: licitacao@cunhapora.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: www.cunhapora.sc.gov.br. Cunha Porã/SC, 01 de agosto de 2019. Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 389, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109066

PORTARIANº 389, de 31 de Julho de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL WILLI ALCIDES WEIMER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 15 de Julho de 2019 a 13 de Agosto de 2019 ao servidor Municipal WILLI ALCIDES WEIMER, SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA matricula nº 31011 referente ao período aquisitivo de 03.01.2018 a 02.01.2019.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem ao dia 15 de Julho de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Julho de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 390, DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2109061

PORTARIANº 390, de 31 de Julho de 2019.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 29 de Julho de 2019 a 27 de Agosto de 2019 ao servidor Municipal GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, MEDICO ESF matricula nº 34770 referente ao período aquisitivo de 02.07.2018 a 01.07.2019.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem ao dia 29 de Julho de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 31 de Julho de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Cunhataí

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2019

Publicação Nº 2108145

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2019

Ao 01 dia do mês de agosto de 2019, o Município De Cunhataí, Estado De Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Exmo Senhor LUCIANO FRANZ, no uso de suas atribuições nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 33/2019, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Público e homologada pela autoridade competente deste Município, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS CAMINHÃO CAÇAMBA PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata de registro de preço tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS CAMINHÃO CAÇAMBA PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	300,00	HRS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, COM POTENCIA MINIMA DE 310/320 HP, CAPACIDADE MINIMA DE TRANSPORTE DE 21M³, IDADE MINIMA DE 15 ANOS.	140,00	42000,00
Total					42.000,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A ata terá vigência de 01 ano a contar da sua assinatura.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Municipal, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula quarta – Do local e prazo de entrega

Os serviços de transporte, deverão ser realizados, conforme o cronograma realizado e repassado pela Secretaria de Transportes e Obras, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou por Ordem Bancária, sendo pago até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida pelo Departamento Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento e mediante recebimento da regularidade fiscal da empresa e comprovação de que o veículo está seguro.

Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A efetivação dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço pelo Município de Cunhataí.

Sub cláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Cláusula sétima – Das penalidades

A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução desta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, e será descredenciada do MUNICÍPIO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

Sub cláusula primeira. A Contratada ficará sujeita, ainda, às seguintes penalidades:

- a) O município aplicará Multa na ordem de 0,5 % (meio por Cento) por dia de atraso, limitado este a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- b) Aplicará o Contratante, Multa na ordem de 8 % (oito por cento), no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);
- c) Aplicará o município, Multa na ordem de 10% (dez por cento), no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).
- d) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.
- e) Rescisão contratual, nos casos dos itens 7.2 e 7.3, respeitado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Cláusula oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29.06.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula décima – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento

Cabe a Secretaria de transportes e obras o acompanhamento dos serviços e a emissão de relatório constando a quilometragem percorrida diariamente e a quantidade de dias do mês para posterior emissão da autorização de fornecimento, constando local e assinatura do município na qual o serviço foi prestado.

Sub cláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata, o qual passa integrar a presente como se transcrito fosse.

Sub clausula primeira – Das obrigações da empresa vencedora do certame

10.1 Caberá ao licitante vencedor, a partir da assinatura do contrato, o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas descritas no Edital de Pregão Presencial nº 33/2019 e anexos:

- a) Executar o objeto desta licitação conforme condições estipuladas no edital e anexos.
- b) Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que por ventura venham a ser criadas pelo Poder Público.
- c) Responder pelos danos causados à Administração e a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços.
- d) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

10.2 Ao licitante vencedor caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração Pública.

10.3 É vedado ao Licitante Vencedor subcontratar outra Empresa para execução do objeto deste Pregão Presencial.

10.4 É obrigação do Licitante vencedor:

- a) Estar devidamente organizada e registrada na Prefeitura e demais órgãos competentes.
- b) Arquivar no registro comercial todas as alterações de seus atos constitutivos ou estatutários.
- c) Cumprir as disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal a que estiver sujeita.
- d) Cumprir as disposições dos contratos coletivos de trabalhos e as demais disposições a que estiver sujeita.
- e) Manter atualizadas as estatísticas de oferta e demanda atendidas, bem como remeter, dentro dos prazos estabelecidos, as informações

estatísticas exigidas pelo Município de Cunhataí, ao Departamento competente.

- f) Observar itinerários e programas de horários aprovados pelo Município de Cunhataí;
- g) Cumprir todas as obrigações e deveres deste regulamento e de instruções pertinentes.
- h) Manter seguro contra riscos de responsabilidade civil para passageiros e terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO VEÍCULO

Os veículos utilizados na realização dos serviços além dos requisitos previstos na legislação federal, deverão sujeitar-se ao seguinte:

- a) Vistorias constantes, independente da realizada por ocasião de seu licenciamento, a ser realizada diretamente pelo Município ou por entidade credenciada.
- b) Cintos individuais de segurança, segundo as normas estabelecidas pelo CONTRAN;
- c) Extintor de incêndio, obedecidas às normas do CONTRAN.
- d) Identificação do motorista, em local visível. Veículos com até 15 (quinze) anos, contados desde o ano de fabricação, ou seja, ano de fabricação igual ou superior a 2004.
- e) Comprovante do pagamento do seguro obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço.
- f) Em caso de troca, o veículo substituto deverá atender a todos os requisitos exigidos e, os documentos deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Administração para aprovação, antes do início do transporte com o novo veículo.
- g) Na hipótese de problemas com o veículo durante o trajeto, a empresa transportadora é responsável pela substituição imediata do mesmo, de forma segura ao seu destino, cuja situação deve ser prontamente reportada a Secretaria responsável para conhecimento.

DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO CONDUTOR

Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no Artigo 138, do Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

- a) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- b) Ser habilitado na categoria D (inciso I, art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);
- c) Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- d) Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, Art. 145, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN). Por igual, deverá apresentar a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – dos motoristas, devidamente anotada pela licitante, ou Ficha de Registro de Empregado – RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho, ou, ainda, contrato social e último aditivo, se houver, caso o motorista seja sócio;
- e) Apresentar documentação que atenda o Artigo nº 329, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.
- f) O Condutor obrigatoriamente deverá ser o mesmo mencionado no Laudo de Vistoria da DRP; sendo que, na hipótese de ocorrer a substituição do condutor, a empresa deverá providenciar novo Laudo;

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 33/2019 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos-SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí/SC, em 01 de agosto de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal de Cunhataí

LEONARDO SCHAFFER

CPF N.º 034.764.609-32

Contratada

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.169/2019

Publicação Nº 2108095

DECRETO Nº 5.169/2019

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei n. 6080/2018:

DECRETA

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 6.080/2019:

DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.028 MANUTENÇÃO DO BLOCO – ATENÇÃO BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.028 MANUTENÇÃO DO BLOCO – ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 27 de junho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Yara Aparecida Vilani Padilha

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 5.172/2019

Publicação Nº 2108096

DECRETO Nº 5.172/2019

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CGFHIS

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma disposta pelo Art. 5º da Lei n. 4.959/2013;

D e c r e t a

Art. 1º - Fica aprovado e homologado nesta data o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFHIS, instituído pela Lei nº 4.959/2013 que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de julho do ano dois mil e dezenove na portaria da Prefeitura Municipal.

Ângelo Scolari
Secretário de Habitação

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CGFHIS

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º – O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFHIS, instituído pelo artigo 5º da Lei 4.959/2013, é órgão de caráter deliberativo, composto, por representantes dos órgãos e entidades do Poder Público Municipal e representantes de entidades da sociedade civil, assim definidos:

I – um representante da Secretaria de habitação e suplente ;

II – um representante da Secretaria do Planejamento do Município e suplente

III – um representante da União de Bairros do município e suplente;

IV – um representante da ACEA (Associação Curitibanense de Engenheiros e Arquitetos) e suplente;

§ 1º O secretário de Habitação exercerá a Presidência, somente com voto de qualidade.

§ 2º O Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS integra o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cujo órgão central é o Ministério das Cidades, na forma do art. 5º, inciso V da Lei nº 11.124, de 2005.

Art. 2º – Os representantes e os respectivos suplentes serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo e pelos dirigentes máximos das demais entidades representadas ao Presidente do CGFHIS, que os designará.

§1º – Com exceção do Presidente, os representantes designados na forma do caput deste artigo são denominados Conselheiros Titulares e Conselheiros Suplentes.

§2º – O mandato dos membros do Conselho Gestor do FHIS será de dois anos, permitida sua recondução .

§3º - O Tesoureiro do fundo será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo dentre os servidores efetivos do Município e terá apenas atribuição técnica sem exercer voto.

Art. 3º – O Presidente do CGFHIS deverá consultar o órgão ou entidade que não se fizer representar por duas reuniões consecutivas sobre a conveniência de substituição de seus representantes.

Parágrafo único – Em caso de vacância, a nomeação do substituto do titular ou suplente dar-se-á para complementar o prazo de mandato do substituído.

Art. 4º – A participação no CGFHIS será considerada como de relevante interesse público, vedada às entidades que o compõem e aos seus membros titulares e suplentes qualquer tipo de ressarcimento de despesas ou remuneração, ressalvada a cobertura das despesas com passagens e diárias necessárias à participação nas atividades do Conselho, na forma aprovada pelo artigos 21 e 22 deste Regimento.

Art. 5º – Compete ao CGFHIS:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS, observado o disposto no inciso I do art. 8 deste Regimento;

III – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FHIS, preliminarmente ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual da Câmara de Vereadores;

IV – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

V – deliberar sobre as contas do FHIS;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – adotar as providências cabíveis para a apuração e correção de atos e fatos que prejudiquem o cumprimento das finalidades do FHIS ou que representem infração das normas estabelecidas;

IX – deliberar sobre a regularização de lotes em situação consolidada (Programa Lar Legal) com metragens inferiores ao mínimo determinado na legislação municipal.

X – deliberar sobre outros assuntos de interesse do FHIS, no âmbito de suas competências legais.

Art. 6º – Compete, exclusivamente, ao Presidente do CGFHIS:

I – dirigir, supervisionar e coordenar as atividades do CGFHIS, promovendo as medidas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

II – representar o CGFHIS em suas relações institucionais internas e externas;

III – convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – aprovar a pauta de cada reunião;

V – instalar e presidir as sessões plenárias, orientar os debates e as votações e resolver questões de ordem;

VI – exercer o voto de qualidade, nos casos de empate;

VII – conceder vista de matéria aos membros do CGFHIS;

VIII – solicitar estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do CGFHIS;

IX – deliberar, "ad referendum" do CGFHIS, sobre matérias consideradas relevantes e urgentes;

X – prestar, em nome do CGFHIS, todas as informações relativas às decisões por esse proferidas; e

XI – assinar e determinar providências para a publicação das Resoluções do CGFHIS.

§1º – Em caso de ausência ou impedimentos eventuais, o Presidente do Conselho será substituído em todas as suas atribuições pelo Secretário de Habitação interinamente.

§2º – A competência prevista no inciso IX do caput deste artigo será exercida observados os seguintes dispositivos:

I – preliminarmente à deliberação "ad referendum" do Conselho, o Presidente do CGFHIS poderá promover consulta prévia ao demais Conselheiros;

II - é facultado a qualquer Conselheiro requerer a deliberação "ad referedum" do Conselho, mediante apresentação, ao Presidente do CGFHIS, de proposta devidamente fundamentada; e

III – a deliberação "ad referendum" do Conselho será submetida à deliberação do CGFHIS na primeira reunião subsequente ao ato, cabendo a imediata suspensão de seus efeitos no caso de não homologação.

Art. 7º – Compete aos Conselheiros do CGFHIS:

I – zelar pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos na Lei 4.959/2013;

- II – participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;
- III – fornecer ao CGFHIS todas as informações e dados pertinentes ao FHIS a que tenham acesso ou que se situem nas respectivas áreas de competência, sempre que julgá-las importantes para as deliberações do Conselho ou quando solicitadas pelos demais membros;
- IV – encaminhar à Presidência do CGFHIS, em forma de Voto, acompanhado de minuta de Resolução, quaisquer matérias sobre o FHIS que tenham interesse em submeter ao Conselho;
- V – requisitar à Presidência do CGFHIS informações julgadas necessárias ao desempenho de suas atribuições; e
- VI – executar outras atribuições relacionadas com o Conselho, quando solicitado pelo Presidente ou pelo plenário.
- Parágrafo único – É facultado aos Conselheiros propor ao Presidente do CGFHIS assuntos para inclusão na pauta de reuniões, observado o disposto no art. 19 deste Regimento.
- Art. 8º – Compete, exclusivamente, à Secretaria de Habitação:
- I – elaborar a proposta orçamentária dos recursos do FHIS, submetendo-a a deliberação do CGFHIS, preliminarmente ao seu encaminhamento à Câmara dos Vereadores;
- II – controlar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos do FHIS, acompanhando e avaliando seus resultados e submetendo-os à consideração do CGFHIS;
- III – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos, na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FHIS;
- IV – submeter ao CGFHIS os programas de aplicação dos recursos do FHIS, preliminarmente ao seu encaminhamento à Câmara dos Vereadores;
- V – selecionar as propostas de repasse dos recursos do FHIS, em consonância com as diretrizes do CGFHIS, com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei do Plano Plurianual em vigor;
- VI – submeter à apreciação do Conselho Gestor as contas do FHIS, sem prejuízo das competências e prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo.
- VII – subsidiar o CGFHIS com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades;
- VIII – proporcionar ao Conselho Gestor do FHIS os meios necessários ao exercício de suas competências.
- IX – Publicizar e dar amplo conhecimento às Resoluções aprovadas pelo CGFHIS.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

- Art. 9º – O CGFHIS reunir-se-á por convocação exclusiva de seu Presidente, efetuada com antecedência mínima de quinze dias.
- Art. 10 – O CGFHIS reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo, uma vez a cada três meses, resultando em quatro reuniões anuais, ou em caráter extraordinário, por convocação de seu presidente.
- Art. 11 – As decisões do CGFHIS serão tomadas por maioria simples, com a presença de, no mínimo, dois de seus Conselheiros.
- Art. 12 – O direito de voto será exercido pelo Conselheiro titular ou, na ausência deste, pelo respectivo suplente, exclusivamente.
- Art. 13 – A cada reunião, os Conselheiros do CGFHIS confirmarão suas presenças em registro próprio.
- Art. 14 – As reuniões do CGFHIS serão públicas, não permitida à audiência emitir qualquer manifestação, salvo por solicitação de Conselheiro, condicionada à prévia autorização do Presidente do CGFHIS.
- Art. 15 – As decisões do CGFHIS terão a forma de Resolução, sendo expedidas em ordem numérica crescente e sequencial.
- Art. 16 – A sequência dos trabalhos das reuniões do CGFHIS será a seguinte:
- I – verificação da presença e da existência de quorum mínimo de 50% a instalação da reunião;
- II – deliberação e assinatura da ata da reunião anterior;
- III – leitura ou exposição das matérias pautadas para deliberação;
- IV – discussão e votação das matérias; e
- V – comunicações sobre assuntos gerais.
- Parágrafo único – A qualquer tempo, poderão os Conselheiros ou entidades convidadas solicitar ao Presidente do CGFHIS o uso da palavra.
- Art. 17 – Na eventualidade de não se esgotarem as matérias constantes da pauta e havendo concordância da maioria simples dos membros presentes, poderá o Presidente do CGFHIS suspender a reunião e reiniciá-la no prazo máximo de quinze dias.
- Art. 18 – É facultado a qualquer Conselheiro do CGFHIS apresentar ou retirar suas propostas para efeito de deliberação do plenário.
- §1º – As propostas para deliberação do CGFHIS deverão ser apresentadas por meio de Votos encaminhados ao seu Presidente.
- §2º – A estrutura dos votos compreenderá o objeto da pretensão, justificativas ou razões do pleito, minuta de Resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e informações pertinentes à matéria.
- §3º – Os votos, devidamente assinados pelo Conselheiro titular ou, em caso de impedimento, pelo seu respectivo suplente, deverão ser encaminhados à Presidência do CGFHIS até quinze dias antes da data da reunião ordinária, para que possam constar da respectiva pauta.
- §4º – Excepcionalmente, o Presidente do CGFHIS poderá permitir a inclusão extemporânea de votos propostos pelos Conselheiros, considerando a relevância e a urgência da matéria.
- §5º – Os Conselheiros do CGFHIS e entidades convidadas deverão receber, com antecedência mínima de cinco dias da data da reunião ordinária, a pauta da reunião e a versão definitiva das matérias dela constantes.
- Art. 19 – Qualquer Conselheiro do CGFHIS que não se julgar suficientemente esclarecido poderá apresentar pedido de vista da matéria constante da pauta.

§1º – Somente poderá ser retirada matéria da pauta com a autorização exclusiva do Presidente do CGFHIS.

§2º – As matérias retiradas de pauta serão incluídas na pauta da reunião ordinária seguinte, quando serão obrigatoriamente votadas, acompanhadas de manifestação da entidade solicitante do pedido de vista.

CAPÍTULO III

DO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO AO CGFHIS

- Art. 20 – Compete à Secretaria de Habitação, na forma prevista pelo § 3, do art. 5º, do da Lei 4.959/2013, oferecer ao CGFHIS apoio técnico e administrativo para o exercício de suas competências, ficando incumbida de:
- I – assessorar o Presidente do CGFHIS;
- II – secretariar as reuniões do CGFHIS;
- III – preparar as pautas e expedir os atos de convocação para as reuniões do CGFHIS, por determinação de seu Presidente;
- IV – elaborar as atas das reuniões do CGFHIS e mantê-las devidamente arquivadas;
- V – manter organizado acervo de documentos de interesse do FHIS;
- VI – manter arquivo das atas das reuniões plenárias;

VII – revisar as Resoluções aprovadas e submetê-las à apreciação do órgão de assessoramento jurídico do Presidente do CGFHIS;
VIII – levantar e sistematizar as informações que permitam ao CGFHIS estabelecer as diretrizes e condições de atuação, visando o cumprimento de suas finalidades;
IX – praticar os demais atos necessários para que sejam exercidas as competências do CGFHIS; e
X – executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGFHIS ou pelo seu Presidente.
§1º – O Secretário de Habitação designará servidor responsável pela coordenação geral das atividades especificadas no caput deste artigo, cientificando o CGFHIS do ato de designação.
§2º – É facultado à Secretaria de Habitação convocar, com antecedência mínima de quinze dias, reuniões de caráter exclusivamente técnico, não deliberativas, que ocorrerão com a presença de qualquer número de Conselheiros titulares ou suplentes.
§3º – Fica a Secretaria de Habitação incumbida de convocar as reuniões de que trata o parágrafo anterior mediante solicitação prévia de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Conselheiros titulares ou suplentes.
Art. 21 – Os gastos administrativos do CGFHIS correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria de Habitação.
Art. 22 – A cobertura de despesas com passagens e diárias será oferecida, exclusivamente, ao Conselheiro titular ou respectivo suplente das entidades especificadas no art. 1º deste Regimento.
Parágrafo único – A cobertura das despesas referidas no caput deste artigo fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira a favor da Secretaria de Habitação, abrangendo, exclusivamente:
I – o período necessário ao comparecimento e participação das reuniões;
II – o local de realização das reuniões;
III – a cidade de domicílio do Conselheiro; e
IV – alternativamente ao previsto no inciso anterior, o Conselheiro poderá solicitar deslocamento de ida e/ou volta para outra cidade, cujo custo não venha a exceder aquele referente a sua cidade de domicílio.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 23 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Presidente do CGFHIS.

Curitiba, 05 de julho 2019.
Angelo Scolaro
Presidente do CGFHIS

DECRETO Nº 5.173/2019

Publicação Nº 2108097

DECRETO Nº 5.173/2019
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS CRIADO PELA LEI 4.959/2013 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 5.130/2013 E DECRETO N. 4.634/2015.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo e seus respectivos suplentes para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS na forma que estabelece lei 4.959/2013 com as alterações da Lei n. 5.130/2013 e do Decreto n. 4.634/2015:

1 - Representante da Secretaria Municipal de Habitação

Ângelo Scolaro - Titular

Daniele Criztina Pozzo - Suplente

2- Representante da Secretaria Municipal de Planejamento

Lenora Elisa Borsarini- Titular

Anajara Mello - Suplente

3- Representante da União das Associações de Bairros do /Município de Curitiba

Hermelindo Gonçalves – Titular

Aparecida de Fátima da Silva - Suplente

4- Representante da ACEA- Associação Curitibanense de Engenheiros e Arquitetos

Roberto Soncini - Titular

Sidnei Provesi – Suplente

Art. 2º . A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário Municipal de Habitação na forma do que estabelece o Decreto n. 4.985/2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 08 de julho de 2019.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos oito dias do mês de julho do ano dois mil e dezenove na portaria da Prefeitura Municipal
Ângelo Scolaro
Secretário de Habitação

DECRETO Nº 5.174/2019

Publicação Nº 2108098

DECRETO Nº 5.174/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

D e c r e t a

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal de Curitiba na forma da Lei nº 6.080/2019, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

23.695.0026.1038 CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor de superávit financeiro consolidado da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 12 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.175/2019

Publicação Nº 2108099

DECRETO Nº 5.175/2019

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 6.175/2019.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

D e c r e t a

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.080/2018 e autorizada pela Lei nº 6.175/2019:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma prevista pela Lei nº 6.080/2018 e autorizada pela Lei nº 6.175/2019, no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.2071 MANUT. DA SECRETARIA DO MEIO AMB. DESENV. RURAL

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 700.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de julho de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.176/2019

Publicação Nº 2108100

DECRETO Nº 5.176/2019

APROVA LOTEAMENTO "PARQUE DO SOL " E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do que dispõe o Capítulo X da Lei Complementar nº 48/2006,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Projeto do Loteamento "Parque do Sol" localizado no perímetro urbano deste Município, lugar denominado Jardim Estância Nova, no Bairro do Bosque, no prolongamento da Avenida Rotary, com área total de 290.400,00m² (duzentos e noventa mil, quatrocentos metros quadrados), sendo que uma área total de 50.407,10 (cinquenta mil, quatrocentos e sete metros, dez centímetros quadrados) corresponde a Área de Preservação Permanente, com área remanescente equivalente a 239.992,90 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e dois metros, noventa centímetros quadrados), de propriedade de Ato Participações Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 06.131.622/0001-35 e objeto da matrícula imobiliária nº 20.549 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, conforme Parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º O prazo para execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II do art. 18 da Lei Complementar nº 48/2006 será de dois anos, contados da data da publicação do presente decreto.

Art. 3º Para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana, exigida para o loteamento, conforme orçamento apresentado de R\$ 8.981.617,00 (oito milhões, novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e dezessete reais), ficarão caucionados 52 lotes, sendo os 02 – 03 e 04 da Quadra "1", 02 da Quadra "2", 03 – 04 – 05 – 08 e 09 da Quadra "3", 02 – da Quadra "8", 04 – 05- 06 – 15 – 16 da Quadra "9", 03 – 04- 05- 06 – 07 – 08 – 09 – 10 – 11 e 12 da Quadra "10", 04 – 05 – 06- 07 – 08 – 09- 10 -11 – 12 – 13 – 14 – 15- 16 – 17 – 18- 19- 20 – 21- 22 e 23 da Quadra "12", 02 e 20 da Quadra "13", 07 – 08- 09- 10 e 11 da Quadra "14", totalizando um valor de R\$ 9.053.958,00 (nove milhões, cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais) e uma área de 30.179,86m².

§ 1º O Município poderá liberar proporcionalmente a garantia da execução, à medida que os serviços e obras forem sendo concluídos.

§ 2º Concluídos todos os serviços e obras de infraestrutura exigidas para o loteamento, o Município liberará as garantias de sua execução.

Art. 4º Com a aprovação do projeto, o loteador submeterá o projeto de loteamento ao registro de imóveis, apresentando todos os documentos exigidos.

Art. 5º Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá ao Município, através de requerimento, que se promova a vistoria através de seus órgãos competentes.

Art. 6º Esgotados os prazos previstos, caso não tenham sido realizadas as obras e serviços exigidas para o loteamento, o Município

executará o proprietário e promoverá a ação competente para adjudicar ao seu patrimônio os lotes caucionados na forma do artigo 20 da LC 048/2006 e que passarão a integrar o patrimônio municipal.

Art. 7º Ficam nomeados os servidores Arquiteta Anajara Mello, Engenheiro Civil Walter Gessi dos Santos e Topografo Diego Luiz Finger Granemann como fiscais das obras de execução do projeto de Loteamento Parque do Sol.

Art. 8º Passam a integrar o patrimônio do Município no ato de registro do loteamento, as áreas abaixo descritas na forma do parágrafo único do art. 16 da LC 048/2006, conforme memorial descritivo que passa a integrar o presente Decreto:

- Área institucional = 19.183,76 m²
- Área verde = 11.974,41 m²
- Área de Lazer = 3.573,82 m²
- Sistema de circulação = 62.444,05 m²
- Total = 97.176,04 m²

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de julho de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

DECRETO Nº 5.177/2019

Publicação Nº 2108102

DECRETO Nº 5.177/2019

APROVA E HOMOLOGA O VALOR DA TERRA NUA – VTN INERENTE A DECLARAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL PARA O ANO DE 2019.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Resolução AMURC 03/2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovada e homologada a Tabela de valores do Valor da Terra Nua – VTN 2019 conforme Anexo I elaborada de acordo com o parecer técnico de avaliação e indicada pela Associação dos Municípios da Região do Contestado – AMURC pela Resolução n. 03/2019.

Art. 2º. Fica fazendo parte integrante deste Decreto o Anexo I – Tabela de Valores do Valor da Terra Nua e o Parecer técnico de avaliação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de julho de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.178/2019

Publicação Nº 2108106

DECRETO Nº 5.178/2019

INCLUI AÇÃO NO PLANO PLURIANUAL 2018-2021 INSTITUIDO PELA LEI Nº 5.931/2017, INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 6.067/2018 – LDO/2019 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DA LEI Nº 6.168/2019.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei nº 6.168/2019,

DECRETA

Art. 1º - Fica incluída no Anexo Programas de Governo constante da Lei nº 5.931/2017 que compõem o Plano Plurianual 2018-2021, a seguinte ação:

Programa: 0026 – PROMOÇÃO AO TURISMO

Ação: 1.047 – IMPLANTAÇÃO DO PARQUE HIDROTERMAL DE CURITIBANOS

Art. 2º - Fica o incluída no Relatório das Metas e prioridades das despesas por programa da Lei n. 6.067/2018 que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, a seguinte ação:

Ação: 1.047 – IMPLANTAÇÃO DO PARQUE HIDROTERMAL DE CURITIBANOS

Art. 3º. Fica o aberto crédito especial junto a Lei nº 6.080/2018 - LOA do orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, na forma da Lei nº 6.168/2019 saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

23.695.0026.1047 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE HIDROTERMAL DE CURITIBANOS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 950.000,00

Art. 4º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no Superávit Financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.179/2019

Publicação Nº 2108108

DECRETO Nº 5.179/2019

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2018-2021 NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 6.169/2019

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º, Fica incluída no Anexo Programas de Governo constantes da Lei nº 5.931/2017 que compõem o Plano Plurianual 2018-2021, a ação abaixo, conforme autoriza a Lei nº 6.169/2019:

Programa: 0005 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Ação: 2.104 – AÇÕES PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - PSEMAC.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 143/2019

Publicação Nº 2108972

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 143/2019

REFERENTE: Contrato de locação de equipamentos firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e, CASTROBLU MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA ME, com o valor total de R\$ 1.812,94 (um mil oitocentos e doze reais e noventa e quatro centavos).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DO DESFIBRILADOR CMOS DRAKE MODELO LIFE 400 DE USO DO 2º BBM DE CURITIBANOS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 25, INCISO 1 DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 30 de julho de 2019.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Cristiane J. Pereira Sandri Cristiano França Pereira
Membro Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso I dou como aprovada.

Curitiba, 30 de julho de 2019.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 30 de julho de 2019.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2019

Publicação Nº 2108111

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2019

ESTABELECE OBRIGAÇÕES, CRITÉRIOS E DEMAIS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE LOTES EM PARQUE INDUSTRIAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei Complementar estabelece obrigações, critérios e demais condições para a candidatura em processo de aquisição de lotes no Loteamento Parque Industrial José Righes, localizado na Localidade de Taipinhas - SC 120 – Curitiba/SC.

Art. 2º. Poderão candidatar-se no processo de aquisição de lotes industriais, pessoas jurídicas sediadas ou estabelecidas em qualquer parte do território nacional, e que atendam aos critérios, obrigações e demais condições estabelecidas nesta lei e em decreto regulamentador.

Art. 3º. A alienação dos bens de que tratam a presente lei complementar se dará através de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Art. 4º. A compra e venda dos lotes industriais formalizar-se-á mediante escritura pública, com as cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes desta Lei, podendo ainda, após a seleção das empresas, a critério da Administração, ser formalizado contrato administrativo entre o Município e o adquirente, para regular temporariamente as obrigações decorrentes no negócio.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do negócio serão de responsabilidade do adquirente.

Art. 5º. Os interessados em adquirir um ou mais lotes na Área Industrial de Curitiba, deverão formalizar carta de intenção, que deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

I - Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial. No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo; no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

II - Cópia autenticada do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

III - Cópia do RG e CPF dos sócios ou acionistas, conforme o caso;

IV - Comprovante de residência dos sócios ou acionistas;

V - Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Secretaria de Fazenda Estadual;

VI - Certidão Negativa de Débito emitida pelo Fisco Municipal onde encontra-se sediada a empresa;

VII - Certidão de regularidade junto ao FGTS;

VIII - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

IX - Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

X - Certidão Negativa de Protestos da empresa junto ao Cartório de Títulos e Documentos da sede da empresa;

XI - Certidão Negativa de Protestos dos sócios junto ao Cartório de Título e Documentos do domicílio dos sócios;

XII - Certidão de "Nada Consta" na consulta CONCENTRE do SERASA referente ao CNPJ da empresa e CPF dos sócios;

XIII - Projeto básico arquitetônico do empreendimento, firmado por profissional habilitado, acompanhado de A.R.T.;

XIV - Projeto e Cronograma de investimentos e de obras referente ao projeto proposto.

Art. 6º. Fica estabelecido que os imóveis disponíveis no loteamento industrial de que trata a presente lei complementar, serão prometidos a venda ao valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por m² (metro quadrado), cujo valor será reajustado anualmente, pelos índices do IGP-M.

Parágrafo único – O pagamento poderá ser realizado à vista, ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, hipótese que incidirão sobre as parcelas, juros legais em 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária pelo IGP-M.

Art. 7º. São obrigações dos interessados, quando selecionados para a aquisição de lote na área industrial:

I - iniciar a construção de suas instalações, conforme projeto apresentado, no prazo máximo de 12 meses, e concluí-la em no máximo 24 meses, contados da data da formalização da compra e venda, ainda que por contrato administrativo;

II - dar início às atividades produtivas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da formalização da compra e venda, ainda que por contrato administrativo;

III - manter permanentemente a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade industrial inicialmente prevista, salvo na hipótese de alteração previamente autorizada pelo Poder Público Municipal, através da Secretaria de Indústria Comércio e Turismo e do COMICT (Conselho Municipal de Indústria Comércio e Turismo).

Art. 8º. Os imóveis ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e indisponibilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da formalização do ato de compra e venda.

Parágrafo único - A critério do poder público municipal, após a aprovação do COMICT, poderão ser canceladas as cláusulas de inalienabilidade e indisponibilidade, desde que a finalidade seja a oferta do bem em financiamento para a construção das instalações do estabelecimento industrial, vinculando-se o credor e devedor à manutenção da destinação do imóvel, sob pena de incidência da cláusula resolutiva.

Art. 9º. A escritura pública de compra e venda, conterà, obrigatoriamente, cláusula resolutiva da compra e venda, caso haja descumprimento pelo adquirente, de quaisquer das condições estabelecidas em lei e no contrato, hipótese em que o bem retornará ao domínio do poder público municipal, acrescido das benfeitorias, independentemente de qualquer indenização, ou restituição de valores já adimplidos.

Art. 10. Em vindo a ser extinta a empresa, ou no caso de encerramento de suas atividades durante o prazo previsto no artigo 8º desta lei, ou ainda na hipótese de desvio de finalidade na utilização, o imóvel retornará igualmente ao domínio do poder público municipal, acrescido das benfeitorias existentes, independentemente de qualquer indenização, ou restituição de valores já adimplidos.

Art. 11. Cumpridos os prazos e condições estabelecidos nesta lei, o adquirente passará a deter a posse e propriedade definitiva do bem.

Art. 12. Fica impedida de participar do programa instituído por esta lei, empresa que, nos últimos 15 (quinze) anos, recebeu algum benefício do poder público municipal, através de algum incentivo semelhante, e que não tenha cumprido as exigências legalmente previstas, mesmo em caso de devolução ou renúncia do incentivo.

Art. 13. Serão estabelecidos em decreto, os critérios de classificação, prazos para impugnação e recurso, e demais condições para inscrição no programa de que trata a presente lei complementar.

Art. 14. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de julho de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Marcos Aurélio Scapini

Secretário de Indústria, Comercio e Turismo

LEI Nº 6.165/2019

Publicação Nº 2108114

LEI Nº 6.165/2019

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.080/2018:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 6.080/2018, no montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0002.2006 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.2071 MANUT. DA SECRETARIA DO MEIO AMB. DESEN. RURAL

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0028.2072 MANUT. DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 700.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 6.166/2019

Publicação Nº 2108122

LEI Nº 6.166/2019

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.885/2012 DE 14 DE AGOSTO DE 2012 QUE INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os arts. 1º, 3º, 5º, 9º, inciso V do art. 10, arts. 11, 12, 13 e 14 da Lei n. 4.885/2012 de 14 de agosto de 2012 passam a vigorar com a redação prevista nesta lei.

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Produtividade a ser atribuída aos ocupantes do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, ou a servidores efetivos designados para a função e devidamente credenciados pela Vigilância Sanitária Estadual.

Art. 3º Compete aos ocupantes do cargo ou função de Fiscal de Vigilância Sanitária e às respectivas chefias e diretorias, o exercício da atividade de fiscalização sanitária, cujos objetivos são:

(...)

Art. 5º Para efeitos do disposto no art. 2º, a apuração da produtividade fiscal far-se-á mensalmente, por meio de atribuição de pontos, equivalentes, cada um, a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do vencimento correspondente a referência inicial do cargo de fiscal de vigilância sanitária, segundo critério de atribuição de pontos fixado no Anexo Único desta lei.

§ 2º – O servidor deverá comprovar mensalmente, produtividade mínima de 500 (quinhentos) pontos, segundo critérios estabelecidos na tabela do Anexo I, a partir do qual serão contabilizados os pontos para a concessão da gratificação de que trata esta lei.

Art. 9º. Nos casos de ações e serviços fiscais realizados em conjunto, os pontos serão rateados igualmente entre os servidores participantes.

Art. 10. (...)

V - o demonstrativo da produtividade prevista no artigo 11 desta lei;

Art. 11. A comprovação da produtividade será efetuada através de demonstrativo contendo o relatório mensal, cuja apresentação deverá ser feita ao Diretor de Finanças até o quinto dia útil do mês subsequente, e virá acompanhado de cópia dos documentos que comprovem as atividades realizadas e passíveis de pontuação, de acordo com a tabela de atividades previstas no Anexo I desta lei.

Art. 12. A Gratificação de produtividade de que trata esta Lei Complementar não excederá, mensalmente, a 115% (cento e quinze por cento) da referência inicial do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária

Art. 13. Não será permitida a transferência de pontos que ultrapassar o teto de produtividade previsto no mês para o mês seguinte.

Art. 14. A gratificação de produtividade será incorporada aos proventos de aposentadoria, pela média, desde que atenda conjuntamente as seguintes condições:

(...)

Art. 2º O parágrafo único do art. 5º passa a ser § 1º e fica inserido o §2º ao art. 5º.

Art. 3º Fica alterado o Anexo I da Lei n. 4.885/2012 que passa vigorar conforme disposto nesta lei.

Art. 4º. Revogam-se os incisos I a XIC do art. 11 da Lei nº 4.885/2012.

Art. 5º. Esta lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de julho de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Yara Aparecida Vilani Padilha
Secretária Municipal de Saúde

LEI Nº 6.167/2019

Publicação Nº 2108124

LEI nº 6.167/2019

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E A DOAÇÃO A ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa do patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa à presente Lei.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar tais bens a entidades sociais, mediante a publicação, no site do Município, de edital de credenciamento de interessadas que se habilitarem ao recebimento por doação dos bens constantes da lista anexa a esta lei.

Parágrafo Único: O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei por Decreto Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 6.168/2019

Publicação Nº 2108126

LEI Nº 6.168/2019

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2018-2021 INSTITUIDO PELA LEI Nº 5.931/2017, INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 6.067/2018 – LDO/2019 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da Lei nº 5.931/2017 que compõem o Plano Plurianual 2018-2021, conforme abaixo:

Programa: 0026 – PROMOÇÃO AO TURISMO

Ação: 1.047 – IMPLANTAÇÃO DO PARQUE HIDROTERMAL DE CURITIBANOS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Relatório das Metas e prioridades das despesas por programa da Lei n. 6.067/2018 que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, a seguinte ação:

Ação: 1.047 – IMPLANTAÇÃO DO PARQUE HIDROTERMAL DE CURITIBANOS

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial junto a Lei nº 6.080/2018 - LOA do orçamento da Prefeitura de Curitibanos no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

23.695.0026.1047 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE HIDROTERMAL DE CURITIBANOS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 950.000,00

Art. 4º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no Superávit Financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 19 de julho de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 6.169/2019

Publicação Nº 2108128

LEI Nº 6.169/2019

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2018-2021 INSTITUIDO PELA LEI Nº 5.931/2017.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da Lei nº 5.931/2017 que compõem o Plano Plurianual 2018-2021, conforme abaixo:

Programa: 0005 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Ação: 2.104 – AÇÕES PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - PSEMAC.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 19 de julho de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário de Administração e Finanças

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2019 TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 136/2019

Publicação Nº 2108842

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2019
TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 136/2019

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Av. Cel. Vidal Ramos, nº 860, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal Eleito, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações introduzidas pelas leis nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, no que couber os demais dispositivos aplicáveis a matéria, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preços p/ Compras e Serviços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO A CORREÇÃO DE PROVAS DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO DE PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, atendendo solicitação da Secretaria de Administração através de requisição anexa ao Processo.

1.0 - DATAS, LOCAL E HORÁRIOS

Os envelopes com a documentação para habilitação e proposta comercial deverão ser entregues até às 13:30 horas do dia 16 de Agosto de 2019, no setor de protocolos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Av. Cel. Vidal Ramos, nº 860 - Centro, neste Município de Curitibanos. A abertura dos envelopes, dar-se-á a partir das 14:00 horas do dia 16 de Agosto de 2019, na Prefeitura Municipal de Curitibanos, Setor de Licitação, a Av. Cel. Vidal Ramos, nº 860 - Centro, este Município de Curitibanos.

Curitibanos, 31 de Julho de 2019.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2019

Publicação Nº 2107939

REPUBLICAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2019

O Fundo de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar

123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 13/08/2019, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 13/08/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 31 de Julho de 2019.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 16/2019

Publicação Nº 2108137

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 16/2019

Contrato Nº.: 16/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: MARTARELLO & CIA LTDA - ME

Valor : 1.347,30 (um mil trezentos e quarenta e sete reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 20/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 217/2018

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 30.000,00

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECCÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 04/2018

Publicação Nº 2108141

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEFESA CIVIL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO /2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 04/2018

Aditivo Nº : 3/2019 - Contrato Nº: 4/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

Contratada.: MOLDER ESTRUTURAS EIRELI - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 10/06/2019 Término: 10/07/2019

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA AQUISIÇÃO DE GALERIA CELULAR DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADA COM DIMENÇÕES 2,50M X 1,50M X 1,00M, ESPESSURA DA PAREDE 15CM, TRÂNSITO 45 TON, ATERRO MÍNIMO DE 0,30MT E MÁXIMO DE 0,50MT, FABRICADAS CONFORME NBR 15396:2017 DA ABNT PARA USO NA CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, COM EXTENSÃO DE 660,00 M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, CONFORME PROCESSO Nº 59502.000719/2017-99 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 119/2019

Publicação Nº 2108143

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 119/2019

Contrato Nº.: 119/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CONTROLLER TECNOLOGIA E SIST. DE INFORMAÇÃO LTDA
Valor : 42.212,69 (quarenta e dois mil duzentos e doze reais e sessenta e nove centavos)
Vigência : Início: 03/06/2019 Término: 01/02/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2019
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34), 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (45)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS INFORMATIZADOS EDUCACIONAIS ONDE FAÇAM A IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO PARA ADMINISTRATIVO E PROFESSORES E MANUTENÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO (SOFTWARE) PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 120/2019

Publicação Nº 2108144

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 120/2019

Aditivo Nº : 120/2019 - Contrato Nº.: 210/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA ME
Valor : 8.757,40 (oito mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 11/07/2019
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 36/2017
Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 275.734,34
Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA, CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI BOM JESUS -, TIPO CONSTRUÇÃO NOVA, NA RUA CAPITÃO POTIGUARA, ÁREA DO TERRENO 3.957,00 M², ÁREA TOTAL DA NOVA EDIFICAÇÃO 1.754,50 M², CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 126/2019

Publicação Nº 2108147

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 126/2019

Contrato Nº.: 126/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ANDRÉIA LORENZI
Valor : 40.200,00 (quarenta mil duzentos reais)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 05/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (15), 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (25)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 127/2019

Publicação Nº 2108151

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 127/2019

Contrato Nº.: 127/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
Valor : 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 05/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (15), 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (25)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 128/2019

Publicação Nº 2108154

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 128/2019

Contrato Nº.: 128/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: TEMPERCLIMA REFRIGERACAO EIRELI
Valor : 24.750,00 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 05/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2019
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (15), 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (25)
Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO NA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 130/2019

Publicação Nº 2108157

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 130/2019

Contrato Nº.: 130/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada.: LAVS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS EDUCATIVOS LT
Valor : 217.522,50 (duzentos e dezessete mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 14/06/2019 Término: 14/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHAS EMPILHAVEIS, PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 132/2019

Publicação Nº 2108158

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 132/2019

Aditivo Nº : 132/2019 - Contrato Nº: 159/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGEGRAU CONSTRUcoes LTDA - EPP
Valor : 35.949,07 (trinta e cinco mil novecentos e quarenta e nove reais e sete centavos)
Vigência : Início: 19/06/2019 Término: 18/11/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 36/2018
Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 233.980,33
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JOSÉ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 133/2019

Publicação Nº 2108159

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 133/2019

Aditivo Nº : 133/2019 - Contrato Nº: 67/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: BALBINOT CONSTRUcoes EIRELI
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 26/06/2019 Término: 06/09/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO NÚCLEO MUNICIPAL PROFESSOR ALÍRIO LUIS DE ALMEIDA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 134/2019

Publicação Nº 2108161

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 134/2019

Contrato Nº.: 134/2019
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 27/08/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2019
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (34) Saldo: 667.585,63
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO ÔNIBUS MLE 0428 EM USO NO TRANSPORTE ESCOLAR, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 228/2019

Publicação Nº 2108202

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 228/2019

Contrato Nº.: 228/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: GRANITOS MONDINI LTDA - ME
Valor : 198.780,00 (cento e noventa e oito mil setecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 03/06/2019 Término: 03/11/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2019
Recursos : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (148) Saldo: 41.281,60
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GAVETÁRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 229/2019

Publicação Nº 2108205

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 229/2019

Contrato Nº.: 229/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME
Valor : 12.100,00 (doze mil cem reais)
Vigência : Início: 04/06/2019 Término: 04/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2019
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 63.839,67
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO TI DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 232/2019

Publicação Nº 2108215

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 232/2019

Contrato Nº.: 232/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AGROARTES PUBLICIDADE E SINALIZACAO VIARIA LTDA
Valor : 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 05/08/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 95/2019
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (42) Saldo: 622.337,65
Objeto : AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO (ADVERTENCIA EM AÇO GALVANIZADO), PARA USO DA DIRTRAN. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 233/2019

Publicação Nº 2108218

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 233/2019

CAditivo Nº : 233/2019 - Contrato Nº: 13/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Valor : 1.382,71 (um mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 17/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 205/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88) Saldo: 37.900,98
Objeto : ADITIVO DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA E MONITORAMENTO PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 234/2019

Publicação Nº 2108220

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 234/2019

Contrato Nº...: 234/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
Valor : 1.330,00 (um mil trezentos e trinta reais)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 97/2019
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00 (20) Saldo: 51.739,67
Objeto : AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 235/2019

Publicação Nº 2108222

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 235/2019

Contrato Nº...: 235/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 590,00 (quinhentos e noventa reais)
Vigência : Início: 06/06/2019 Término: 06/08/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2019
Recursos : Dotação: 1.019.4.4.90.00.00.00.00 (81) Saldo: 69.755,02
Objeto : AQUISIÇÃO DE TORNO DE BANCADA Nº 10 PARA USO DO MECÂNICO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 236/2019

Publicação Nº 2108225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 236/2019

Aditivo Nº : 236/2019 - Contrato Nº: 285/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 13/06/2019 Término: 03/07/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 123/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) NA RUA CARLOS GOETTEN, TRECHO AV. LEOBERTO LEAL E RUA DIOGO ALVES RIBEIRO, ÁREA TOTAL 8.103,00 M² E EXTENSÃO TOTAL: 810,00 M, CONFORME CONVÊNIO Nº 2018TR0618 E PROCESSO Nº ADR11 860/2018 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 239/2019

Publicação Nº 2108229

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 239/2019

Contrato Nº.: 239/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL
Valor : 31.434,00 (trinta e um mil quatrocentos e trinta e quatro reais)
Vigência : Início: 07/06/2019 Término: 07/02/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2019
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 1.008.670,70
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 240/2019

Publicação Nº 2108231

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 240/2019

Contrato Nº.: 240/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 9.892,00 (nove mil oitocentos e noventa e dois reais)
Vigência : Início: 07/06/2019 Término: 07/08/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2019

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (139)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 241/2019

Publicação Nº 2108234

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 241/2019

Contrato Nº.: 241/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 2.857,71 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos)
Vigência : Início: 07/06/2019 Término: 07/08/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2019
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (139)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E CORPO DE BOMBEIROS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 242/2019

Publicação Nº 2108238

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 242/2019

Aditivo Nº : 242/2019 - Contrato Nº: 482/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/06/2019 Término: 14/10/2019
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 188/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO NO TRECHO DE CONSTRUÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ETAPA I E II, ÁREA TOTAL 5.709,20M² EXTENSÃO TOTAL 570,90M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 243/2019

Publicação Nº 2108241

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 243/2019

Aditivo Nº : 243/2019 - Contrato Nº: 428/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 15/06/2019 Término: 02/08/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 183/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CONCHA ACÚSTICA NA PRAÇA CENTENÁRIO, COM ÁREA DE 162,22M² CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 244/2019

Publicação Nº 2108243

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 244/2019

Aditivo Nº : 244/2019 - Contrato Nº: 104/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: LZK CONSTRUTORA LTDA

Valor : 5.409,09 (cinco mil quatrocentos e nove reais e nove centavos)

Vigência : Início: 17/06/2019 Término: 08/03/2020

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2018

Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (69) Saldo: 183.013,55

Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) NAS RUAS FERNANDO DAMIANI, JUVENAL BACELAR, EDGAR KO FREITAG E LUIZA DACOL. CONFORME CONTRATOS DE REPASSE Nº 847152/2017, 848030/2017, 844522/2017 E 847121/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 245/2019

Publicação Nº 2108247

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 245/2019

Contrato Nº...: 245/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A

Valor : 10.588,18 (dez mil quinhentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos)

Vigência : Início: 17/06/2019 Término: 17/09/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 116/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A PARA REALOCAÇÃO DE POSTES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA NA AV. LEOBERTO LEAL, CONFORME PARECER JURÍDICO E PARECER TÉCNICO EM ANEXO, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24 INCISO II DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 246/2019

Publicação Nº 2108250

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 246/2019

Contrato Nº.: 246/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: REGINA TERESINHA SEBBEM RODRIGUES - ME

Valor : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 18/06/2019 Término: 18/08/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2019

Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (126) Saldo: 17.114,61

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS PARA UTILIZAÇÃO DURANTE AS MODALIDADES DE ATLETISMO E CICLISMO DA ETAPA ESTADUAL DOS JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA - JESC, QUE OCORRERÁ EM CURITIBANOS NOS DIAS 02 A 10 DE AGOSTO DE 2019, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 247/2019

Publicação Nº 2108253

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 247/2019

Contrato Nº.: 247/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP

Valor : 1.230,00 (um mil duzentos e trinta reais)

Vigência : Início: 18/06/2019 Término: 18/08/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2019

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88) Saldo: 40.286,98

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 248/2019

Publicação Nº 2108288

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 248/2019

Contrato Nº.: 248/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DIEGO ANTUNES 08160501986

Valor : 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)

Vigência : Início: 25/06/2019 Término: 24/01/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2018

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (41), 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (52), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66), 2.064.3.3.90.00.00.00.00 (108), 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (112), 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (117), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (126), 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (133)

Objeto : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, MARCENARIA, SERRALHERIA, FUNILARIA JARDINEGEM E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 249/2019

Publicação Nº 2108293

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 249/2019

Contrato Nº.: 249/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CLINICA VETERINARIA TOCA DOS BICHOS LTDA - ME
Valor : 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 25/06/2019 Término: 04/04/2020
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 32/2019
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 186.380,02
Objeto : Contratação de Clínicas Veterinárias interessadas na prestação de serviços de esterilização (castração) de cães e gatos e aplicação de microchip, no município de Curitiba, durante o ano de 2019 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 250/2019

Publicação Nº 2108295

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 250/2019

Aditivo Nº : 250/2019 - Contrato Nº: 285/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME
Valor : 11.152,28 (onze mil cento e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 25/06/2019 Término: 03/07/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 123/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : SUPRESSÃO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) NA RUA CARLOS GOETTEN, TRECHO AV. LEOBERTO LEAL E RUA DIOGO ALVES RIBEIRO, ÁREA TOTAL 8.103,00 M² E EXTENSÃO TOTAL: 810,00 M, CONFORME CONVÊNIO Nº 2018TR0618 E PROCESSO Nº ADR11 860/2018 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 251/2019

Publicação Nº 2108297

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 251/2019

Contrato Nº.: 251/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: GUSTAVO MARTINI MAFRA
Valor : 653,70 (seiscentos e cinquenta e três reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 26/06/2019 Término: 24/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2018
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (41),

2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (52), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (108), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (133)

Objeto : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA, ALVENARIA, MARCENARIA, SERRALHERIA, FUNILARIA JARDINEGEM E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 252/2019

Publicação Nº 2108299

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 252/2019

Contrato Nº.: 252/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA - EPP
Valor : 161.502,00 (cento e sessenta e um mil quinhentos e dois reais)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 21/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2018
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (53), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (96), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 253/2019

Publicação Nº 2108300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 253/2019

Contrato Nº.: 253/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MARTARELLO & CIA LTDA - ME
Valor : 1.996,00 (um mil novecentos e noventa e seis reais)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 217/2018
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECCÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 254/2019

Publicação Nº 2108302

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 254/2019

Contrato Nº.: 254/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME
Valor : 360,00 (trezentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 29/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (126)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 255/2019

Publicação Nº 2108304

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 255/2019

Contrato Nº.: 255/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FRANCIELI APARECIDA TORIN
Valor : 3.915,35 (três mil novecentos e quinze reais e trinta e cinco centavos)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 10/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (81), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 256/2019

Publicação Nº 2108895

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 256/2019

Contrato Nº.: 256/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: R.S. VAREJO EIRELI
Valor : 1.488,02 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e dois centavos)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 10/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 (81), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (88)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 257/2019

Publicação Nº 2108899

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 257/2019

Contrato Nº.: 257/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ALIRIO FERREIRA BARBOSA
Valor : 3.164,97 (três mil cento e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 10/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31), 1.019.4.4.90.00.00.00.00 (81), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (88)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 258/2019

Publicação Nº 2108902

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 258/2019

Aditivo Nº : 258/2019 - Contrato Nº: 215/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA
Valor : 4.272,00 (quatro mil duzentos e setenta e dois reais)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 27/05/2020
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 101/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE AUTO QI, PARA USO DA ENGENHARIA ESTRUTURAL CIVIL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO I DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 259/2019

Publicação Nº 2108905

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 259/2019

Contrato Nº.: 259/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PINHEIRO TÊNIS CLUBE
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 30/09/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 124/2019
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (153) Saldo: 109.989,23
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA ESPORTIVA, GINÁSIO DE ESPORTES E SALÃO SOCIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO 37º JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA- JESC, QUE OCORRERÃO NOS DIAS 02 A 10 DE AGOSTO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO X DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 260/2019

Publicação Nº 2108907

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 260/2019

Contrato Nº.: 260/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PROVIDENCIA AZUL

Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 30/09/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 124/2019

Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (153) Saldo: 109.989,23

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA ESPORTIVA, GINÁSIO DE ESPORTES E SALÃO SOCIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO 37º JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA- JESC, QUE OCORRERÃO NOS DIAS 02 A 10 DE AGOSTO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO X DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 261/2019

Publicação Nº 2108909

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 261/2019

Contrato Nº.: 261/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNI

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 27/06/2019 Término: 30/09/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 124/2019

Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (153) Saldo: 109.989,23

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA ESPORTIVA, GINÁSIO DE ESPORTES E SALÃO SOCIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO 37º JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA- JESC, QUE OCORRERÃO NOS DIAS 02 A 10 DE AGOSTO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO X DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 264/2019

Publicação Nº 2108912

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 264/2019

Contrato Nº.: 264/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORE

Valor : 1.872,57 (um mil oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência : Início: 28/06/2019 Término: 28/08/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 125/2019

Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 37.416,75

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 5.000 KM DO CAMINHÃO FORD CARGO 2629 PLACAS QJP8590, EM USO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 265/2019

Publicação Nº 2108918

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 265/2019

Contrato Nº.: 265/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA
Valor : 600,00 (seiscentos reais)
Vigência : Início: 28/06/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.93.00.00.00.00 (32) Saldo: 11.517,77
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XXVI, DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 266/2019

Publicação Nº 2108921

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 266/2019

Contrato Nº.: 266/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FEDERACAO CATARINENSE DE CICLISMO
Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 28/06/2019 Término: 30/09/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 127/2019
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (153) Saldo: 95.339,23
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOFINISH FINISH PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO 37º JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA- JESC, QUE OCORRERÃO NOS DIAS 02 A 10 DE AGOSTO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM O ART. 25, INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 267/2019

Publicação Nº 2108923

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 267/2019

Contrato Nº.: 267/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FEDERACAO CATARINENSE DE ATLETISMO
Valor : 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais)
Vigência : Início: 28/06/2019 Término: 30/09/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 128/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCALONAMENTO, NIVELAMENTO E AJUSTES TÉCNICOS DA PISTA DE ATLETISMO DO ESTÁDIO MUNICIPAL WILMAR ORTIGARI PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO 37º JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA- JESC, QUE OCORRERÃO NOS DIAS 02 A 10 DE AGOSTO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM O ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 268/2019

Publicação Nº 2108924

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 268/2019

Contrato Nº.: 268/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORE
Valor : 1.041,41 (um mil e quarenta e um reais e quarenta e um centavos)
Vigência : Início: 28/06/2019 Término: 28/08/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 129/2019
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 35.544,18
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 6 MESES DO CAMINHÃO FORD CARGO 2629 PLACAS QJK 6215, EM USO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 45/2019

Publicação Nº 2108162

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 45/2019

Contrato Nº.: 45/2019
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MARCO ANTONIO ALVES 91054656991
Valor : 14.370,00 (quatorze mil trezentos e setenta reais)
Vigência : Início: 04/06/2019 Término: 29/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 234/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (8), 2.096.3.3.90.00.00.00.00 (25), 2.096.3.3.90.00.00.00.00 (35)
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 46/2019

Publicação Nº 2108163

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 46/2019

Contrato Nº.: 46/2019
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FABIO LUIZ LIBARDI - ME
Valor : 1.000,00 (um mil reais)
Vigência : Início: 05/06/2019 Término: 05/08/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 12/2019
Recursos : Dotação: 2.096.3.3.90.00.00.00.00 (25) Saldo: 23.019,84
Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PEÇA TEATRAL QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 26/07/2019 EM COMEMORAÇÃO A FESTA JULINA DO CRAS. EM CONFORMIDADE COM O ART. 25, INCISO III DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 48/2019

Publicação Nº 2108165

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 48/2019

Contrato Nº.: 48/2019
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 14/06/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 13/2019
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.50.00.00.00.00 (7) Saldo: 140.400,00
Objeto : CONCESSÃO DE APOIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA IDOSOS (ILPI), CUJAS AÇÕES SE ENDESAO DEVIDAMENTE DESCRITAS NA TIPIFICAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIASSISTENCIAIS, NO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS IDOSOS, QUE RESIDEM EM CURITIBANOS. CONFORME PLANO DE TRABALHO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 49/2019

Publicação Nº 2108167

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 49/2019

Contrato Nº.: 49/2019
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PERY HOTEL - MAURILIA M. BEPLER & FILHOS LTDA
Valor : 1.060,00 (um mil e sessenta reais)
Vigência : Início: 14/06/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE DIÁRIAS DE HOTEL COMPLETAS, INCLUSIVE CAFÉ DA MANHÃ, PARA MULHERES E SEUS DEPENDENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, QUE SERÃO ENCAMINHADOS EXCLUSIVAMENTE PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTA E EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 50/2019

Publicação Nº 2108170

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 50/2019

Contrato Nº.: 50/2019
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS
Valor : 2.390,50 (dois mil trezentos e noventa reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 18/06/2019 Término: 18/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NAS OFICINAS COM EDUCADOR FÍSICO. CONFORME ANEXO 1 DESTA E EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 51/2019

Publicação Nº 2108172

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 51/2019

Contrato Nº.: 51/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: FRANCIELI APARECIDA TORIN

Valor : 1.015,69 (um mil e quinze reais e sessenta e nove centavos)

Vigência : Início: 26/06/2019 Término: 10/06/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.095.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 52/2019

Publicação Nº 2108177

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 52/2019

Contrato Nº.: 52/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -

Valor : 468,96 (quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos)

Vigência : Início: 26/06/2019 Término: 10/06/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.095.3.3.90.00.00.00.00.00 (23), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 53/2019

Publicação Nº 2108179

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 53/2019

Contrato Nº.: 53/2019

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI

Valor : 520,00 (quinhentos e vinte reais)

Vigência : Início: 28/06/2019 Término: 16/01/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.095.3.3.90.00.00.00.00.00 (23) Saldo: 59.082,06

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 7964/2019

Publicação Nº 2108925

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 7964/2019

Contrato Nº.: 7964/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: A SEMANA EDITORA LTDA - EPP
Valor : 12.300,00 (doze mil trezentos reais)
Vigência : Início: 03/06/2019 Término: 30/05/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 91/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 20.679,39
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICAÇÕES LEGAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 90/2019

Publicação Nº 2108188

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 90/2019

Contrato Nº.: 90/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -
Valor : 2.307,40 (dois mil trezentos e sete reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 12/06/2019 Término: 10/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (23)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 91/2019

Publicação Nº 2108190

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 91/2019

Contrato Nº.: 91/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: FRANCIELI APARECIDA TORIN
Valor : 115,00 (cento e quinze reais)
Vigência : Início: 12/06/2019 Término: 12/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (23)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 92/2019

Publicação Nº 2108194

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 92/2019

Contrato Nº.: 92/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: ALIRIO FERREIRA BARBOSA
Valor : 472,50 (quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 12/06/2019 Término: 10/06/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (23)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, POLÍCIA MILITAR, AMBIENTAL, CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 93/2019

Publicação Nº 2108196

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 93/2019

Aditivo Nº : 93/2019 - Contrato Nº: 4/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
Valor : 4.542,40 (quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 17/06/2019 Término: 04/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : SUPRESSÃO DE 3.340KM DO ITEM 14 REFERENTE A CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DO TFD DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 94/2019

Publicação Nº 2108198

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 94/2019

Aditivo Nº : 94/2019 - Contrato Nº: 4/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA
Valor : 4.542,40 (quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 17/06/2019 Término: 04/01/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2018
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)
Objeto : ADITIVO DE VALOR DE MAIS 2.720 KM DO ITEM 15 REFERENTE A CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA USO DO TFD DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 95/2019

Publicação Nº 2108199

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 95/2019

Contrato Nº.: 95/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 1.975,00 (um mil novecentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 18/06/2019 Término: 18/08/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (29)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 96/2019

Publicação Nº 2108200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 96/2019

Contrato Nº.: 96/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS
Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 24/06/2019 Término: 20/01/2020
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2019
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (21)
Objeto : A realização de procedimentos com finalidade diagnóstica de Radiologia, a fim de atender as necessidades da população de Curitiba e municípios neste referenciados, durante o ano de 2019 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 97/2019

Publicação Nº 2108201

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUNHO/2019

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 97/2019

Contrato Nº.: 97/2019
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS
Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 2.590,13 (dois mil quinhentos e noventa reais e treze centavos)
Vigência : Início: 26/06/2019 Término: 26/08/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2019
Recursos : Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (29)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DO VEICULO GOL MLP 0436, DE USO DO CAPS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 979/2019-SF, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 278.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2108155

DECRETO Nº 979/2019-SF, de 31 de julho de 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 278.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, II, da Lei Municipal nº 1668/2018, de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade:	06.09	FUNDO MUNIC.DE EDUCAÇÃO DE DESCANSO-FME	
Proj./Ativ.	12.361.0030.2.018	Manut.Func.da Rede de Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0504		Aplicações Diretas (40)	42.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0030.2.019	Manut.Func.e Ampl.Serviço Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0505		Aplicações Diretas (45)	20.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0030.2.022	Manutenção e Funcionamento de Creches	
3.1.90.00.00.00.00.00.0504		Aplicações Diretas (55)	205.000,00
Proj./Ativ.	12.365.0030.2.023	Manut.Func.Redes Ensino Pré-Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0505		Aplicações Diretas (61)	11.000,00
		T O T A L	278.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior o provável excesso de arrecadação a ser apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00 Fontes 504 e 505	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	278.000,00
---	--	------------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2019, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1655/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1668/2018, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 278.000,00 (duzentos e setenta e oito mil reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 31 de julho de 2019.

Sadi Inacio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal - RH

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019 - PMD

Publicação Nº 2109232

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

Objeto: Aquisição de tubos de concreto destinados a manutenção de bueiros, travessias de estradas vicinais pontilhões e vias públicas das diversas localidades do Município, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:30 horas do dia 14/08/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:30 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 01 de Agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****APOSTILA Nº 04 REGISTRO DE PREÇOS Nº 31-2018.**

Publicação Nº 2107707

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº 04 - SUPRESSÃO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2018

Face a previsão de reajuste na Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços nº 31/2018, item 2.2 e seus subitens, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, PARA MANUTENÇÃO DE TODA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, firmado entre o MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC e a empresa SS ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEL LTDA ME, fica(m) alterado(s) o(s) preço(s) constante(s) na referida Clausula Segunda, item 2.1, conforme abaixo especificado:

1. VALORES REAJUSTADOS

Item	Material/Serviço	Valor anterior	Percentual de correção	Valor corrigido
1	GASOLINA COMUM	R\$ 4,17	1,92 %	R\$ 4,09

Obs: Os demais itens permanecem os preços registrados na ata 31/2018.

O(s) novo(s) preço(s) será (ão) praticado(s) a partir do dia 01 de Agosto de 2019.

A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no Art. 65, II alínea "d" e § 8º deste mesmo artigo da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços nº 31/2018, item 2.2 e seus subitens.

Dionísio Cerqueira - SC, 31 de Julho de 2019.

Thyago W. G. Gonçalves

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 5-2019 - FIA

Publicação Nº 2107594

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/19

HOMOLOGAÇÃO: 31/07/19

CONTRATADO: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. PARA A INF. E ADOLE. DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA (AUTO TRANSFORMADOR, IMPRESSORA E COMPUTADOR), PARA USO JUNTO AO ABRIGO INFANTIL BEIJA FLOR DO MUNICIPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.308,00 (sete mil trezentos e oito reais)

DATA: 31/07/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 125/2019

Publicação Nº 2107428

PORTARIA no 125, de 04 de Julho de 2019.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, no emprego de Mecânico.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 04/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Concurso Público, sem paralisa de serviços, resolve:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Do servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego público de Mecânico, sob regime jurídico da CLT, com carga horária de 44 horas semanais e salário de R\$ 1.924,67 (Um mil novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), a contar de 01/07/2019:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Tiago Prestauski (DN. 26/12/1999)	111.980.009-96 7.190.835	Manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Obras.	01/07/2019 a 30/08/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 126/2019

Publicação Nº 2107430

PORTARIA no 126, de 04 de Julho de 2019.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego público de Motorista de Passageiros.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 04/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Concurso Público, sem paralisa de serviços, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego público de Motorista de Passageiros, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 1.520,63 (Um mil quinhentos e vinte reais e sessenta e três centavos) mensais, a contar de 02/07/2019.

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Gian Carlos Trizotto (DN. 21/06/1991)	086.882.339-26 4.327.469	Manutenção dos serviços da Se- cretaria de Educação e Promoção Social.	02/07/2019 a 20/12/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 127/2019

Publicação Nº 2107431

PORTARIA no 127, de 04 de Julho de 2019.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, no emprego de Operador de Máquinas.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e
Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 01/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego público de Operador de Máquina, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 1.621,73 (Um mil seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos) mensais, a contar desta data.

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Walmir de Oliveira (DN. 03/03/1985)	057.753.069-02 5.432.757	Manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos	04/07/2019 a 20/12/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 128/2019

Publicação Nº 2107432

PORTARIA no 128, de 04 de julho de 2019.

Altera temporariamente a carga horária de servidor da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento no artigo 6º A da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, no artigo 153 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006 e na LC nº 57, de 30/05/2007; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;

Considerando-se a necessidade de manutenção do atendimento regular na rede básica municipal, nos programas e convênios específicos da área de saúde, a imprescindibilidade do trabalho do profissional médico para manutenção destes serviços, a dificuldade de contratação nesta área, por carência de profissionais disponíveis;

Considerando-se a nomeação deste servidor, através de aprovação no concurso público nº 001/2016, a previsão legal para aumento da carga horária e da remuneração até 40 horas semanais e o interesse do servidor na alteração temporária da carga horária auxiliando na manutenção dos serviços públicos essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE

A carga horária do servidor JORGE MIGUEL BARBARAN BARTRA, ocupante do emprego público de Médico Clínico Geral (ESF), sob regime jurídico da CLT, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de Julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 129/2019

Publicação Nº 2107433

PORTARIA no 129, de 17 de Julho de 2019.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o afastamento por motivo de auxílio-doença da servidora titular (Taismara Correa);

Considerando-se a aprovação desta candidata no Processo Seletivo nº 04/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, resolve:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 1.285,13 (Um mil duzentos e oitenta e cinco reais e treze centavos) mensais, a contar desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Vanderleia Maria Augusto Nielsen (DN. 27/12/1982)	043.428.709-16 4.340.072	Substituição de Pessoal em face do afastamento temporário da servidora titular.	17/07/2019 a 17/10/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 130/2019

Publicação Nº 2107434

PORTARIA no 130, de 17 de Julho de 2019.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, no emprego de Operador de Máquinas.

A Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 02/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego de Operador de Máquina, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 1.621,73 (hum mil seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Diogo da Silva Rueckl (DN. 03/03/1995)	098.098.129-81 4.682.819	Manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos	17/07/2019 a 17/09/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 131/2019

Publicação Nº 2107435

PORTARIA no 131, de 22 de Julho de 2019.

Autoriza a contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, no emprego de Motorista de Carga.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se a aprovação deste candidato no Processo Seletivo nº 04/2018, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

O servidor abaixo identificado, para exercer as funções do emprego de Motorista de Carga, com carga horária de 44 horas semanais e vencimento de R\$ 1.520,63 (Um mil quinhentos e vinte reais e sessenta e três centavos) mensais:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Jaison Carvalho da Cruz (DN. 28/04/1988)	061.876.869-69 4.327.954-6	Manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos	22/07/2019 a 20/09/2019

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 22 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 132/2019

Publicação Nº 2107436

PORTARIA no 132, de 23 de Julho de 2019.
Concede exoneração ao Servidor Elizeu Oss-emer.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006, e Considerando o requerimento formulado pelo servidor; RESOLVE;

CONCEDER EXONERAÇÃO

Ao servidor ELIZEU OSS-EMER, exercendo as funções do emprego público de Servente de Obras, lotado na Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, para o qual foi contratado pela Portaria nº 017, de 06/02/2019, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de julho de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**PAUTA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2108844

PAUTA DA CENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 01 DE AGOSTO DE 2019 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre
- Palavra aos inscritos;

III - Pequeno Expediente:
- Deliberação da Ata da Sessão anterior;
- Leitura do Expediente;
- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:
- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:
- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:
- Sem proposições pautadas;

VII– Palavra Livre:
- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31 de julho de 2019.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO
Presidente da Câmara

GECIMARI CORDEIRO
Assessoria Legislativa (FG)

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 043, DE 25 DE JULHO DE 2019

Publicação N° 2107994

DECRETO N.º 043, de 25 de Julho de 2019.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 448/18, de 30/10/2018 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), a saber:

07.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0039.2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.0080 (65) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0.001 – Pasep

3.3.90.00.00.00.00.0080 (16) – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, ocorreram por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 210.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de Julho de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA

Secretário de Administração e Finanças Interino

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 26/2019

Publicação N° 2107998

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 26/2019

Objeto: selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução do projeto de pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente e implantação de passeios públicos em diversas ruas do perímetro urbano do Município, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I do Edital.

Vencedor: PRÉ-MOLDADOS PAGANI LTDA

Valor: R\$ 1.144,891,24

GISLAINE P. PATRICIO LOBLEIN – Presidente da Comissão de Licitações

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 0004 AO CONTRATO 0066/2017

Publicação Nº 2107955

TERMO ADITIVO N. 04 AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0066/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: GEONORTE PROJETOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Aplicar o reajuste no percentual de 6,53% (seis vírgula cinquenta e três por cento), sobre o valor mensal do Contrato Originário e seu Termo Aditivo n. 02, que estava na ordem de R\$ 13.595,31 (treze mil e quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos), passando doravante o valor de R\$ 14.483,08 (quatorze mil quatrocentos e oitenta e três reais e oito centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Originário e com os demais Termos Aditivos nrs., 01, 02 e 03, permanecem em pleno vigor.

Faxinal dos Guedes/SC, 31 de Julho de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº45/2019

Publicação Nº 2108554

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS
CONTRATADO: CRUZEIRO TERRAPLANAGEM LTDA - ME
VALOR: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil e reais)
Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 30/07/2020
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 55/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº46/2019

Publicação Nº 2108561

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONAR DE AR
CONTRATADO: PISO CLIMA CLIMATIZACAO LTDA

Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)
VALOR: R\$ 13.895,30 (treze mil oitocentos e noventa e cinco reais e trinta centavos)

Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)
VALOR: R\$ 10.704,19 (dez mil setecentos e quatro reais e dezenove centavos)

Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 30/07/2020
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 54/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº47/2019

Publicação Nº 2108565

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONAR DE AR
CONTRATADO: ATENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI
VALOR: R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais)
Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 30/07/2020
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 54/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº48/2019

Publicação Nº 2108566

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONAR DE AR
CONTRATADO: NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 11.650,00 (onze mil seiscentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 30/07/2020
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 54/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº49/2019

Publicação Nº 2108570

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº Nº49/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONAR DE AR
CONTRATADO: NATAN MATEUS VIVIAN 10193915960

Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)
VALOR: R\$ 14.950,00 (quatorze mil novecentos e cinquenta reais)

Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)
VALOR: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 30/07/2020
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 54/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 27/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº50/2019

Publicação Nº 2108573

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL VIDA E ALEGRIA E PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS
CONTRATADO: VILDA ANA MALACARNE - ME
VALOR: R\$ 6.771,10 (seis mil setecentos e setenta e um reais e dez centavos)
Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 57/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº51/2019

Publicação Nº 2108582

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL VIDA E ALEGRIA E PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS
CONTRATADO: DIOGO MARCOS MORESCHI 06633228988
VALOR: R\$ 1.434,00 (um mil quatrocentos e trinta e quatro reais)
Vigência: Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação: Processo Administrativo N°. 57/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 29/2019
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 29/2019

Formosa Do Sul, 31 de Julho de 2019
SILVIO FOSSATTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 113, DE 24 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108016

DECRETO Nº 113, DE 24 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA ELISANDRA COLOMBO DONATO PARA RESPONDER PELA UNIDADE GESTORA DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c a Lei nº 2.370, de 10 de junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Elisandra Colombo Donato, matrícula 1451, para responder pela Unidade Gestora das parcerias celebradas entre o Município de Forquilha e as Organizações da Sociedade Civil.

Art. 2º Pelo exercício da função de responsável pela Unidade Gestora das parcerias celebradas entre o Município de Forquilha e as Organizações da Sociedade Civil, fica concedido à servidora Elisandra Colombo Donato, matrícula 1451, a gratificação no valor fixo mensal de 550 UFM, enquanto perdurar a designação, conforme art. 6º da Lei nº 2.370, de 10 de junho de 2019.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 16/07/2019.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de julho de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de julho de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF 73/2019

Publicação Nº 2108400

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 73/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS OURO NEGRO LTDA

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.147,00 (três mil cento e quarenta e sete reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (56), (57); 0501.2016.3390 (75), (76).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal nº. 8.666/93, Pregão Presencial nº. 115/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 24 de julho de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0008-2019 DOM

Publicação Nº 2108173

Aviso de Retificação do Edital de Tomada de Preços nº 0008/2019 – PMF, passando a ser nº TP 0008A/2019.

Município de Fraiburgo – SC

Processo Administrativo Licitatório nº 0139/2019 – PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é Contratação de empresa do ramo para execução de Reforma/Manutenção do Centro de Eventos Sebastião Andrade dos Santos e Implantação/Construção do Parque Central – Etapa 02, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante, fica RETIFICADO o prazo de execução do Lote 01, passando de 30 (trinta) para 60 (sessenta) dias. Diante da retificação acima, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do presente Certame, passando para o dia: Protocolo dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 16.08.2019: abertura do certame: no mesmo dia às 14:15 horas. O Edital retificado poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus. Fraiburgo(SC), 31 de julho de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

COMP. 2019_05 - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTUAÇÃO L.E.

Publicação Nº 2108956

Edital de Intimação DF-0005/2019

Aviso de Publicação de Intimação de Autuação

O Município de Fraiburgo intima as empresas abaixo relacionadas da emissão de Autos de Infração e Termo de Intimações decorrentes de descumprimento de obrigação acessória, consistente no dever de efetuar, mensalmente, as declarações dos serviços prestados e tomados na competência 05/2019, sendo que terão o prazo de 30 (trinta) dias para recolher aos cofres públicos a importância correspondente a 20 (vinte) UFM's no valor atual da UFM: R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos), sendo a importância de R\$ 45,60 (quarenta e cinco reais e sessenta centavos). No mesmo prazo poderão apresentar defesa em face do lançamento à primeira instância administrativa (artigo 597, inciso III, alínea "a" da LC 053/2003. Dispositivo Infringido: Artigo 539 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003 c/c artigo 1º a 3º e §§ da Lei nº 1.934/2007. Cominações Legais: Artigo 16 da Lei 1.934/2007 c/c artigo 546, inciso I, alínea "b" da LC nº 053/2003 a saber:

TRANSGAB TRANSPORTES EIRELI ME - 13.614.914/0001-94; INOVACAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME - 13.804.451/0001-23; TRANSPORTES CLASSE LTDA ME - 15.677.334/0001-71; FRESNOMAQ INDUSTRIA DE MAQUINAS S/A - 06.337.280/0005-38; RUI MARCOS BERTOLLO ME - 00.724.339/0001-30; SIDNEI DA SILVA JUNIOR - ME - 17.572.844/0001-00; SERVICOS DE LAVACAO DE VEICULOS GAJAO LTDA - ME - 17.903.736/0001-72; JOAO ADILSON GOIS DE JESUS - ME - 17.939.523/0001-09; FIBER GLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS AGRIC LTDA-ME - 18.158.264/0001-33; TRANSLUIZA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME - 20.097.277/0001-91; DANIEL MORAIS DOS SANTOS EIRELI - ME - 21.852.171/0001-19; CASALI SERVICOS FLORESTAIS EIRELI - ME - 22.310.813/0001-10; FRUTICOLA IPE LTDA - 83.512.335/0001-16; AGROPEL AGROINDUSTRIAL PERAZZOLI LTDA - 75.347.385/0001-67; KAROLINE DOMINGUES DOS SANTOS 08916784921 - 23.189.986/0001-95; ERCOLES TOLEDO EIRELI - ME - 23.607.928/0001-34; LUCIANA FERNANDA VIERO DA SILVA 05253914951 - 23.192.951/0001-05; RODRIGO RAMIRO RODRIGUES DOS SANTOS 72497270015 - 23.794.267/0001-01; JAKSON OTAVIO SILVA 07603072964 - 23.517.144/0001-15; MARIA ZENIR CHAVES FELIX 82208123972 - 24.213.711/0001-02; SIRLEI DAS GRAÇAS SOUZA EIRELI ME - 24.502.926/0001-43; LEANDRO RODRIGUES 06063649948 - 24.991.533/0001-40; LUCI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA 02372935950 - 22.526.987/0001-15; AMANDA CRISTINA DE OLIVEIRA - ME - 25.055.988/0001-17; BIOLOGISTICA SOLUCOES EM LOGISTICA E SERVICOS EIRELI - 07.837.315/0008-03; PATRICIA APARECIDA SALES 09699786930 - 24.760.008/0001-14; MONALIZA ENDRIGO 09458993946 - 26.347.035/0001-95; MARIA LUCIA DE FATIMA GAEDCKE MALLMANN 06767292907 - 26.483.324/0001-11; TOP GRILL RESTAURANTE LTDA - ME - 27.131.727/0001-64; BEMAQ COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA - - 27.176.250/0001-33; CATIANE DE QUADROS FERNANDES 08686949916 - 27.178.182/0001-41; CRISTYAN ANDREY PIERDONA ME - 19.702.449/0002-00; LUIZ FERNANDO DE ROSSI 08142446959 - 26.698.408/0001-72; CHARLES DIAS DE OLIVEIRA 03578846988 - 27.979.141/0001-54; COSTA DA SILVA E PASTRE LTDA ME - 29.509.037/0001-21; WILSON GERMANO RIBEIRO DA SILVA 06366539944 - 29.633.367/0001-24; GRAZZIOTIN S A - 92.012.467/0569-81; SB - ROTA DA MAÇA TRANSPORTES EIRELI - 30.633.397/0001-10; SO-DEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. - 49.930.514/3051-65; WILLIAM FELISBINO DA LUZ 10743986962 - 31.778.261/0001-60; PORTAL VIVENDAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - 32.285.792/0001-84; RONALDO ZORZETTO - 23.297.606/0003-06; GUZZI GAS DISTRIBUIDORA EIRELI - 00.511.961/0003-22; VILAR COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME - 85.160.489/0001-11; TRANSCOELHO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME - 04.111.255/0001-82; GILMAR DIAS DE ALMEIDA - 46980016920 - 17.051.404/0001-07; PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE JL LTDA ME - 08.596.227/0001-53; AGROFRUTAS COM. PROCESSAMENTO EXP. E IMP. DE FRUTAS LTDA EPP - 09.242.349/0001-04; MARIA LANCHES BAR LTDA ME - 09.271.121/0001-42; TRANSCASALI - CORTE DE MADEIRA LTDA - ME - 09.373.672/0001-17; COELHO LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME - 10.416.219/0001-20; GRAZZIOTIN S/A - 92.012.467/0416-07; AUGUSTINHO CONRADI - 47792191915 - 11.924.774/0001-25; DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO - 48168378920 - 12.251.537/0001-03; SERGIO ANTONIO DE MATOS - 00714497959 -ME - 12.490.019/0001-42; COOPERATIVA AGROPECUARIA VIDEIRENSE - 86.551.660/0035-25; MARCOS ADRIANO RALDI PALAORO - 08395591942 - 15.520.706/0001-51; ADIR ANHAIA DE LIZ - 02051231982 - 16.537.898/0001-71; AGROPECUARIA PERAZZOLI LTDA - 10.477.714/0001-49; EDSON COSTA MOREIRA E CIA LTDA - 17.204.035/0001-45; JOAO DE

AGOSTINHO PAULO - 029492257917 - 18.581.537/0001-58; CARMEN PIASSON - 06096738907 - 21.226.916/0001-34; CARMEN PIASSON - 06096738907 - 21.226.916/0001-34.

RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS
Auditor Fiscal - Matrícula 13.583

Decreto nº 196 - 2019

Publicação Nº 2108121

DECRETO Nº 196, DE 31 DE JULHO DE 2019
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0007.2.023 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0460 (127)	R\$	100.000,00
TOTAL		
	R\$	100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 31 DE JULHO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2891 e 01/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Decreto nº 197 - 2019

Publicação Nº 2108414

DECRETO Nº 197, DE 31 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES FIRMADA COM ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA CULTURAL DE FRAIBURGO - ADRC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Jean Carlos de Andrade, ocupante do cargo comissionado de Superintendente, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Desportiva e Recreativa Cultural de Fraiburgo - ADRC, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de colaboração n. 0002/2019.

Art. 2º. O Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de colaboração n. 0002/2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, SC, 31 DE JULHO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2891 e 01/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 092-2019 (PROFESSORES DE GEOGRAFIA)

Publicação Nº 2108646

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 092/2019

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0004/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
02	Professor de Geografia	1º	01-08-2019 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2019.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0004/2019, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 0004/2019.

2.4 – De acordo com o item 3.9 do Edital de Contratação nº 0002/2018: “No ato da contratação o candidato deverá apresentar:
I – Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;
II – Declaração que o exercício da função pública de professor não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
III – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 31 de Julho de 2019.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Portaria 15142019

Publicação Nº 2108444

PORTARIA Nº 1514, DE 31 DE JULHO DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 00121/2019, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ADRIANO FERREIRA DE DEUS, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF sob o nº 078.021.779-95, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de julho de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 15152019

Publicação Nº 2108450

PORTARIA Nº 1515, DE 31 DE JULHO DE 2019.
Nomeia Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109 e 110, de 3 de março de 2010, e alterações posteriores;
Em conformidade com a comunicação interna nº 419/2019, da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.537.899-53, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de julho de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 15162019

Publicação Nº 2108456

PORTARIA Nº 1516, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01625/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que o servidor está desempenhando suas atividades nas escolinhas de atletismo e xadrez;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.818.159-07, nomeado para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 01 de julho de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de julho de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 15172019

Publicação Nº 2108461

PORTARIA Nº 1517, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01627/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Ana Catarina Melo de Oliveira, que está em Licença Maternidade;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.224.959-18, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de julho de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO 2019

Publicação Nº 2108178

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 2019

Dispõe sobre Aprovação do Plano de Trabalho do Município de Fraiburgo,

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprova o Plano de Trabalho que consta o repasse dos recursos Estaduais para Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de

Média Complexidade para o Município de Fraiburgo.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 30 de julho de 2019.

Mônica Dal Magro Perozzoli

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Garopaba

PREFEITURA

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Publicação Nº 2109155

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove (31/07/2019), a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba/SC, sob a Presidência do Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, presentes o Senhor Julgador Luiz Paulo Kniss Junior, nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a décima oitava sessão ordinária do ano de dois mil e dezenove. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Passou-se à pauta de julgamento:

10270054592019 (2735/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ALEXANDRE SOLANO URNAUER - ME (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Decisão: Convertido em Diligência, nos termos do voto da relatoria. Decisão unânime.

10270051332019 (8947/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MAIKO FACCI - ME (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Decisão: Reexame necessário Conhecido e Não provido, nos termos do voto da relatoria. Decisão unânime.

10270063652018 (6365/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: FRANCO ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA EPP (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Decisão: O relator do processo esteve ausente, não tendo assim o julgamento deste item.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da vigésima sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezenove. E para constar, eu, Ronaldo Amaral Gonçalves, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

AVISO DE LICITAÇÃO PE052/2019

Publicação Nº 2108265

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2019

PROCESSO Nº 086/2019

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de grama, para atender as secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 13/08/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 13/08/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 31 de julho de 2019.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 041/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2109105

CONVOCAÇÃO 041/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ANDRE ALVES DA SILVA

Candidato(a): 259824

Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO

Classificação: 42º LUGAR

Garopaba, 31 de julho de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 42º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 042/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2109106

CONVOCAÇÃO 042/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MATEUS DAL ZOTTO
Candidato(a): 240349
Cargo: PSICÓLOGO
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 31 de julho de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PSICÓLOGO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 022/2019

Publicação Nº 2109156

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 022/2019

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 07 de agosto de 2019 (07/08/2019), quarta-feira às 19h15 min, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270062282019 (7120/2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: EMPREITEIRA PAVICON (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10260059472018 (6294/2018) – Recurso Ordinário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: OCEANO CONSULTORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / FABRICIO ATZ (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Garopaba, 31 de julho de 2019.

Ronaldo Amaral Gonçalves
Secretário da JARF

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 023/2019

Publicação Nº 2109157

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 023/2019

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 08 de agosto de 2019 (08/08/2019), quinta-feira às 11h00 min, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

1026000732019 (0703/2019) – Recurso Ordinário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: HELIO MACHADO MAYA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270061252019 (4701/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: CAROLINE DE ALMEIDA COELHO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

Garopaba, 31 de julho de 2019.

Ronaldo Amaral Gonçalves
Secretário da JARF

PORTARIA N.º 922/2019.

Publicação Nº 2107279

PORTARIA N.º 922, DE 24 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Aux. de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/07/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 923/2019.

Publicação Nº 2107280

PORTARIA N.º 923, DE 24 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professora, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 08/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 925/2019.

Publicação Nº 2107282

PORTARIA N.º 925, DE 25 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ZELIA LIMA CHAVES, Técnico de Enfermagem, matrícula funcional n.º 3596, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo

período de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 926/2019.

Publicação N° 2107284

PORTARIA N.º 926, DE 25 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora LAURA BULHÕES BAPTISTA, Professora, matrícula funcional n.º 8066, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 24/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 930/2019.

Publicação N° 2107286

PORTARIA N.º 930, DE 29 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 29/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Matrícula Funcional n.º 4283, concedidas através da Portaria n.º 849/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 931/2019.

Publicação N° 2107288

PORTARIA N.º 931, DE 29 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 29/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) LEANDRO CÉSAR COELHO DALA NORA, Matrícula Funcional n.º 6746, concedidas através da Portaria n.º 848/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 932/2019.

Publicação N° 2107289

PORTARIA N.º 932, DE 29 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 29/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) BRUNA DA SILVA BATTISTELLA, Matrícula Funcional n.º 3552, concedidas através da Portaria n.º 804/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 933/2019.

Publicação N° 2107291

PORTARIA N.º 933, DE 29 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 24/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) LENI SANTOS LIMA, Matrícula Funcional n.º 7136, concedidas através da Portaria n.º 846/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 24/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 934/2019.

Publicação Nº 2107292

PORTARIA N.º 934, DE 29 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JEFERSON AVILA DE SOUZA, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 3642, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/07/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 935/2019.

Publicação Nº 2107293

PORTARIA N.º 935, DE 30 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, nos termos dos arts. 64, 71, III, e art. 86, da Lei nº 2.172, de 2019, c/c art. 131, da Lei Complementar n.º 1000, de 2005, a servidora ENEDINA DA SILVA PEREIRA, CPF nº: 064.110.229-17, suplente de Conselheiro Tutelar no efetivo exercício da função pública de membro do Conselho Tutelar de Garopaba, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 17/07/2019.

Art. 2º. A licença concedida não dá direito a permanência da beneficiária no exercício da função pública de membro do Conselho Tutelar de Garopaba após o término da substituição, mas apenas ao recebimento das remunerações pelo período correspondente à licença-maternidade.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 17/07/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 937/2019.

Publicação N° 2107294

PORTARIA N.º 937, DE 30 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 25/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) MURILLO ROBERTO DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 6975, concedidas através da Portaria n.º 822/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 939/2019.

Publicação N° 2107299

PORTARIA N.º 939, DE 30 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) GISELE CRISTINA ROSSI RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 3959, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 05/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 940/2019.

Publicação N° 2107300

PORTARIA N.º 940, DE 30 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professor, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 06/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 941/2019.

Publicação Nº 2107301

PORTARIA N.º 941, DE 30 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte dias) dias, a partir de 13/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 943/2019.

Publicação Nº 2108399

PORTARIA N.º 943, DE 31 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER PROPORCIONAL, NOS TERMOS DO ART. 40º, §1º, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 27, INCISO III DA LEI Nº 677/2000, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS NOS TERMOS DA METODOLOGIA DE-FINIDA NO ARTIGO 6º-A DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 ACRESCIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70/2012, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MAURINA DE ABREU DA SILVA, A PARTIR DE 01/08/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 677/2000, à servidora MAURINA DE ABREU DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 772, inscrita no CPF nº 030.583.999-36, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira - 40h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 61,40% (sessenta e um vírgula quarenta por cento) de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso III da Lei Complementar nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e opera seus efeitos a partir de 01/08/2019, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 946/2019.

Publicação Nº 2109122

PORTARIA N.º 946, DE 31 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 006/2019, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria n.º 664/2019:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do Parágrafo Único, do Artigo n.º 179 da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 664/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de julho de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 762/2019

Publicação Nº 2100120

PORTARIA N.º 762, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e Lei 1957/2016,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE POR 60 (SESENTA) DIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 1º, da Lei n.º 1957/2016, à servidora YULLI MARQUES FELICIANO, matrícula funcional n.º 7798, a partir de 21/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 763/2019

Publicação Nº 2100123

PORTARIA N.º 763, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. JUSTIFICAR A AUSÊNCIA, nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) VALQUIRIA DOMINGUES DE FARIA FÉLIX, matrícula funcional n.º 7180, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 06 de junho, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/06/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 764/2019

Publicação N° 2100126

PORTARIA N.º 764, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) YANKA FERNANDES SOARES, Professora, matrícula funcional n.º 8070, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 01/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 765/2019

Publicação N° 2100127

PORTARIA N.º 765, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CAMILA RODRIGUES DE SOUZA, Odontólogo, matrícula funcional n.º 7739, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 09/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 766/2019

Publicação N° 2100129

PORTARIA N.º 766, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JOISE LUIZ BENTO, Diretor de Escola, matrícula funcional n.º 6993, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 17/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 767/2019

Publicação N° 2100130

PORTARIA N.º 767, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NILTON FERREIRA, Auxiliar de Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 7895, contribuinte do Regime Geral de Previdência, à avaliação por junta médica pericial para a concessão de licença para tratamento de saúde, a partir de 27/06/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/06/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 768/2019

Publicação N° 2100133

PORTARIA N.º 768, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDRÉ ANTONIO DE SOUZA, Motorista, matrícula funcional n.º 7653, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 23/06/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/06/2019.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 769/2019

Publicação Nº 2100134

PORTARIA N.º 769, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Motorista, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 770/2019

Publicação Nº 2100202

PORTARIA N.º 770, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 3678, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família a partir de 27/06/2018.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 27/06/2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 772/2019

Publicação N° 2100205

PORTARIA N.º 772, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 21 (vinte e um) dias, concedidas através da Portaria n.º 1056/2018 e suspensas através da Portaria n.º 1258/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora EDUARDA SERAFIM PACHECO, Matrícula Funcional n.º 7399, no período de 03/07/2019 à 23/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 773/2019

Publicação N° 2100207

PORTARIA N.º 773, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 1385/2018 e suspensas através da Portaria n.º 1533/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor Alexandre da rosa, Matrícula Funcional n.º 7208, no período de 11/07/2019 à 25/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 774/2019

Publicação N° 2100209

PORTARIA N.º 774, DE 01 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 11 (onze) dias, concedidas através da Portaria n.º 780/2018 e suspensas através da Portaria n.º 875/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora emanuele barcellos candido, Matrícula Funcional n.º 7245, no período de 15/07/2019 à 25/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 775/2019

Publicação N° 2100211

PORTARIA N.º 775, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor MAURILIO MACHADO, Matrícula Funcional n.º 0089, referente a 2007-2012, no período de 04/07/2019 à 01/09/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 776/2019

Publicação N° 2100212

PORTARIA N.º 776, DE 01 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor SANDRA NASCIMENTO DE ABREU GARCIA, Matrícula Funcional n.º 0797, referente a 2011-2016, no período de 01/07/2019 à 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 782/2019.

Publicação N° 2100213

PORTARIA N.º 782, DE 02 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 11 (onze) dias, concedidas através da Portaria n.º 553/2019 e suspensas através da Portaria n.º 666/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora LÉIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5801, no período de 02/07/2019 à 12/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 783/2019.

Publicação N° 2100214

PORTARIA N.º 783, DE 02 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Matrícula Funcional n.º 0017, concedidas através da Portaria n.º 724/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 784/2019.

Publicação N° 2100215

PORTARIA N.º 784, DE 02 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Motorista, matrícula funcional n.º 0434, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 10/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 785/2019.

Publicação N° 2100216

PORTARIA N.º 785, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) FLÁVIA GONÇALVES DE LIMA, Servente, matrícula funcional n.º 3646, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 07/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 786/2019.

Publicação N° 2100217

PORTARIA N.º 786, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BENISIA GROSSER FERREIRA, Professora, matrícula funcional n.º 6840, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 787/2019.

Publicação N° 2100219

PORTARIA N.º 787, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDRÉ ANTONIO DE SOUZA, Motorista, matrícula funcional n.º 7653, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 27 (vinte sete) dias, a partir de 06/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE**PORTARIA N° 788/2019.**

Publicação N° 2100220

PORTARIA N.º 788, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) TIAGO MEDEIROS, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 3555, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 17/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE**PORTARIA N° 789/2019.**

Publicação N° 2100222

PORTARIA N.º 789, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MAURINA DE ABREU DA SILVA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0772, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 36 (trinta seis) dias, a partir de 26/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 790/2019.

Publicação N° 2100223

PORTARIA N.º 790, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JORGE CARLOS DA SILVA, Fiscal de obra, matrícula funcional n.º 0077, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 25/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 791/2019.

Publicação N° 2100224

PORTARIA N.º 791, DE 02 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, a, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora SUELEN BARICALLA DE CARVALHO, matrícula funcional n.º 7445, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 29 de junho de 2019, por motivo de casamento.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 29/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 792/2019.

Publicação Nº 2100225

PORTARIA N.º 792, DE 02 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ZENAIDE PEREIRA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0093, referente a 2012-2017, no período de 01/07/2019 à 30/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 01/07/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 793/2019.

Publicação Nº 2100227

PORTARIA N.º 793, DE 02 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 1096/2018 e suspensas através da Portaria n.º 1179/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora CAROLINA FORNARI BITTENCOURT, Matrícula Funcional n.º 7042, no período de 15/07/2019 à 29/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 794/2019.

Publicação Nº 2100228

PORTARIA N.º 794, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RONALDO AMARAL GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 6748, referente a 2018/2019, no período de 01/07/2019 a 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 795/2019.

Publicação N° 2100232

PORTARIA N.º 795, DE 03 de Julho de 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LUANA TEREZA SILVANO, Matrícula Funcional n.º 7093, referente a 2018/2019, no período de 01/07/2019 a 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 796/2019.

Publicação N° 2100234

PORTARIA N.º 796, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ELIANE SEBASTIÃO, Matrícula Funcional n.º 6733, referente a 2017/2018, no período de 01/07/2019 a 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 797/2019.

Publicação N° 2100235

PORTARIA N.º 797, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ESTER OLIVEIRA ANTULINO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0092, referente a 2018/2019, no período de 01/07/2019 a 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 798/2019.

Publicação N° 2100236

PORTARIA N.º 798, DE 03 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor LEANDRO PEREIRA FURTADO, Matrícula Funcional n.º 6725, referente a 2017/2018, no período de 05/07/2019 a 03/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 799/2019.

Publicação N° 2100237

PORTARIA N.º 799, DE 03 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor ANTONIO CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 0104 referente a 2016/2017, no período de 10/07/2019 a 08/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 800/2019.

Publicação N° 2100238

PORTARIA N.º 800, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidor MARIA CRISTINA CANDIDO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 7724 referente a 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 801/2019.

Publicação N° 2100241

PORTARIA N.º 801, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO BATISTA SOARES, Matrícula Funcional n.º 0173 referente a 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 802/2019.

Publicação N° 2100244

PORTARIA N.º 802, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MÁRCIA MIRANDA BARBOSA MELLO, Matrícula Funcional n.º 7041 referente a 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 803/2019.

Publicação Nº 2100247

PORTARIA N.º 803, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIVONE INÁCIA DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 0722 referente a 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 804/2019.

Publicação Nº 2100249

PORTARIA N.º 804, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BRUNA DA SILVA BATTISTELLA, Matrícula Funcional n.º 3552 referente a 2017/2018, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 805/2019.

Publicação Nº 2100250

PORTARIA N.º 805, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, SEM AVISO PRÉVIO, o(a) contratado(a) FABIANO CRISPIM CONSTANTE, Contrato n.º 190/2019, em 01/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 806/2019.

Publicação Nº 2100251

PORTARIA N.º 806, DE 03 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO, Matrícula Funcional n.º 0919 referente a 2016/2017 no período de 05/08/2019 a 03/09/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 808/2019.

Publicação Nº 2100252

PORTARIA N.º 808, DE 04 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 222/2018, o(a) contratado(a) JOÃO ANTONIO SPOTT DE OLIVEIRA BOZA, a partir de 04/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 809/2019.

Publicação Nº 2100253

PORTARIA N.º 809, DE 04 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 123/2019, o(a) contratado(a) EVERTON DE AGUIAR, a partir de 23/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 810/2019.

Publicação N° 2100255

PORTARIA N.º 810, DE 04 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora CARMEM APARECIDA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0030, referente a 2012/2017, no período de 03/07/2019 a 17/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/07/2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 813/2019.

Publicação N° 2100256

PORTARIA N.º 813, DE 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 06/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 814/2019.

Publicação N° 2100257

PORTARIA N.º 814, DE 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARIA APARECIDA BERNARDINO FERNANDES, Técnica de enfermagem, matrícula funcional n.º 7385, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 23/05/2019 a 02/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/05/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 815/2019.

Publicação N° 2100258

PORTARIA N.º 815, 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/05/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3556, concedidas através da Portaria n.º 551/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/05/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 816/2019.

Publicação N° 2100259

PORTARIA N.º 816, 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) CRISTIANO VIEIRA ABREU, Matrícula Funcional n.º 3702, concedidas através da Portaria n.º 729/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 817/2019.

Publicação N° 2100260

PORTARIA N.º 817, DE 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 092/2019 e suspensas através da Portaria n.º 225/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora juliana webster teixeira brasil, Matrícula Funcional n.º 7436, no período de 15/07/2019 à 24/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a partir de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 819/2019.

Publicação N° 2100261

PORTARIA N.º 819, DE 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 172/2019 e suspensas através da Portaria n.º 227/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora lizandra chane, Matrícula Funcional n.º 7183, no período de 15/07/2019 à 24/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a partir de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 820/2019.

Publicação Nº 2100262

PORTARIA N.º 820, DE 08 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO SERGIO ODAIL GARCIA Matrícula Funcional n.º 7222, referente a 2018/2019, no período de 01/07/2019 a 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 822/2019.

Publicação Nº 2100263

PORTARIA N.º 822 DE 08 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MURILLO ROBERTO DE OLIVEIRA Matrícula Funcional n.º 6975, referente a 2018/2019, no período de 11/07/2019 a 09/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 823/2019.

Publicação Nº 2100265

PORTARIA N.º 823, DE 08 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora PATRICIA VARELA VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 7181, referente a 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 824/2019.

Publicação N° 2100266

PORTARIA N.º 824, DE 08 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO DE LIMA SANTOS, Matrícula Funcional n.º 7123, referente a 2018/2019, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 826/2019.

Publicação N° 2100268

PORTARIA N.º 826, DE 08 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO MANOEL NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 3718, referente a 2017/2018 no período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 827/2019.

Publicação N° 2100270

PORTARIA N.º 827, 08 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o (a) servidor (a) LUIZ ALDO CRISTINO, Servente, matrícula funcional n.º 0792, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 839/2019.

Publicação N° 2100273

PORTARIA N.º 839, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) FLAVIA GONÇALVES DE LIMA, Servente, matrícula funcional n.º 3646, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 08/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 840/2019.

Publicação N° 2100276

PORTARIA N.º 840, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUIZ ALDO CRISTINO, Servente, matrícula funcional n.º 0792, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 06/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 841/2019.

Publicação N° 2100279

PORTARIA N.º 841, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Motorista, matrícula funcional n.º 0434, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento vinte) dias, a partir de 10/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 842/2019.

Publicação N° 2100281

PORTARIA N.º 842, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora GISELE BOEIRA, Merendeira, matrícula funcional n.º 7509, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 03/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/07/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 843/2019.

Publicação N° 2100284

PORTARIA N.º 843, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora GISELE BOEIRA, Merendeira, matrícula funcional n.º 7509, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 03/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/07/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 845/2019.

Publicação Nº 2101013

PORTARIA N.º 845, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LILIANE FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 6753, referente à 2018/2019, no período de 01/07/2019 A 30/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 846/2019.

Publicação Nº 2101016

PORTARIA N.º 845, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LENIR SANTOS LIMA, Matrícula Funcional n.º 7136, referente à 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 847/2019.

Publicação Nº 2101017

PORTARIA N.º 847, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor CRISTIANO FIGUEIREDO DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 7038, referente à 2018/2019, no período de 29/07/2019 a 27/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 29/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 848/2019.

Publicação N° 2101019

PORTARIA N.º 848, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LEANDRO CESAR COELHO DALA NORA, Matrícula Funcional n.º 6746, referente a 2018, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 849/2019.

Publicação N° 2101021

PORTARIA N.º 849, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VALDEMIR CARDOSO MARQUES, Matrícula Funcional n.º 4283, referente à 2017/2018, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 850/2019.

Publicação N° 2101022

PORTARIA N.º 850, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ANESIO ESPINDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, referente à 2017/2018, no período de 08/07/2019 a 06/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 852/2019.

Publicação Nº 2101027

PORTARIA N.º 852, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor DALVA DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0403, referente à 2018/2019, no período de 08/07/2019 a 06/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 853/2019.

Publicação Nº 2101029

PORTARIA N.º 853, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ELIANE PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3762, referente à 2016/2017, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 854/2019.

Publicação N° 2101030

PORTARIA N.º 854, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, referente à 2018/2019, no período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/08/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 855/2019.

Publicação N° 2101032

PORTARIA N.º 855, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora FIDELINA SHUPP BRITTO, Matrícula Funcional n.º 7740, referente à 2018/2019, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 856/2019.

Publicação N° 2101034

PORTARIA N.º 856, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JOSILENE DE SOUZA DIAS RIBEIRO, Matrícula Funcional n.º 7711, referente à 2018/2019, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 857/2019.

Publicação N° 2101038

PORTARIA N.º 857, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE NETO, Matrícula Funcional n.º 7170, referente à 2018/2019, no período de 29/07/2019 a 27/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 29/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 858/2019.

Publicação N° 2101039

PORTARIA N.º 858, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JOICI ESTÁCIO JORDÃO MIRANDA, Matrícula Funcional n.º 7227, referente à 2018/2019, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 859/2019.

Publicação N° 2101054

PORTARIA N.º 859, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIANA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0794, referente à 2018/2019, no período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/08/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 860/2019.

Publicação Nº 2101056

PORTARIA N.º 860, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MAÍRA DO NASCIMENTO BERNARDINO, Matrícula Funcional n.º 7756, referente à 2018/2019, no período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/08/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 861/2019.

Publicação Nº 2101059

PORTARIA N.º 861, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ISMAEL PEREIRA RAMOS, Matrícula Funcional n.º 6803, referente à 2018/2019, no período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/08/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 862/2019.

Publicação Nº 2101060

PORTARIA N.º 862, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIN, Matrícula Funcional n.º 0734, referente à 2006/2011, no período de 24/07/2019 a 02/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 863/2019.

Publicação N° 2101061

PORTARIA N.º 863, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n.º 229/2018, o(a) contratado(a) LUZIA CARLOS DE OLIVEIRA, a partir de 04/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 864/2019.

Publicação N° 2101063

PORTARIA N.º 864, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20 (vinte) dias, concedidas através da Portaria n.º 278/2019 e suspensas através da Portaria n.º 471/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor GABRIEL MATOS BERTE, Matrícula Funcional n.º 5223, no período de 15/07/2019 A 03/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 865/2019.

Publicação N° 2101064

PORTARIA N.º 865, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 18 (dezoito) dias, concedidas através da Portaria n.º 287/2018 e suspensas através da Portaria n.º 332/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ALESSANDRA DINIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 5290, no período de 22/07/2019 A 08/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 866/2019.

Publicação N° 2101065

PORTARIA N.º 866, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 18 (dezoito) dias, concedidas através da Portaria n.º 1283/2018 e suspensas através da Portaria n.º 1441/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora PATRICIA RODRIGUES DE AGUIAR, Matrícula Funcional n.º 7398, no período de 29/07/2019 A 15/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 29/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 867/2019.

Publicação N° 2101066

PORTARIA N.º 867, DE 11 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 11 (onze) dias, concedidas através da Portaria n.º 1038/2018 e suspensas através da Portaria n.º 1076/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Matrícula Funcional n.º 0017, no período de 15/07/2019 A 25/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 869/2019.

Publicação N° 2101073

PORTARIA N.º 869, DE 12 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Vigilante da Secretaria de Saúde no período de Julho/2019:

MATRICULA	Nome
8172	Alessandra Hofmann Allet
3571	Ana Cristina da Silva Prudencio
8186	Daniella Santos Figueiredo
6733	Eliane Sebastião
6680	Graziela Eick Martins
8162	Hevelin Lilian Cardoso Daltiba
6803	Ismael Pereira Ramos
3772	Karen Lloyd Alves Moreira
8195	Karla de Souza Massih
6870	Kelen da Rosa Ramos
7731	Lidiane Silveira Domingos
8182	Luana Dias Costa
3759	Maria Aparecida dos Santos
0794	Mariana da Silva
8158	Paloma do Nascimento Joaquim
6759	Renan Elizeu Hilário
7849	Rodrigo Jacobi Segura
3643	Rozilda de Amorim
6763	Silvely Mendes Duarte
8180	Simone Favassa Alves
8138	Suelen dos Santos Sodré
8139	Tatiana Souto Zanoni
7887	Wesley Muller da Silveira

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 870/2019.

Publicação Nº 2101075

PORTARIA N.º 870, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GUILHERME JAIR DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 7051, referente a 2018/2019, no período de 17/07/2019 a 15/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 871/2019.

Publicação Nº 2101076

PORTARIA N.º 871, DE 15 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL TONVILDES DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 7250, referente a 2018/2019, no período de 22/07/2019 a 21/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 872/2019.

Publicação Nº 2101078

PORTARIA N.º 872, DE 15 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GEISILANE VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 7063, referente a 2018/2019, no período de 05/08/2019 a 03/09/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 873/2019.

Publicação Nº 2101079

PORTARIA N.º 873, DE 15 DE JULHO 2019.
DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 16 (dezesesseis) dias, concedidas através da Portaria n.º 001/2019 e suspensas através da Portaria n.º 293/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 001/2019, ao servidor marcus vinicius israel, Matrícula Funcional n.º 7383, no período de 15/07/2019 à 30/07/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 874/2019.

Publicação N° 2101080

PORTARIA N.º 874, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) FERNANDA BARREIROS VITOR, Aux. de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7171, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 17/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 875/2019.

Publicação N° 2101081

PORTARIA N.º 875, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VERA MONTEIRO, Professora, matrícula funcional n.º 6721, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 876/2019.

Publicação N° 2101082

PORTARIA N.º 876, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NÃO CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, §3º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor FRANCISCO IUDICE, Aux. Conserv/Manutenção, matrícula funcional n.º 7344, contribuinte do Regime Geral de Previdência, no período de 11/04/2019 a 08/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de julho de 2019

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 878/2019.

Publicação N° 2101084

PORTARIA N.º 878, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora VIVIAN DE ABREU, Professora, matrícula funcional n.º 6078, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 10/02/2019 a 31/12/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 879/2019.

Publicação N° 2101085

PORTARIA N.º 879, DE 16 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOEL LINHARES, Matrícula Funcional n.º 6751, referente a 2018/2019, no período de 01/08/2019 a 30/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 880/2019.

Publicação N° 2101086

PORTARIA N.º 880, DE 16 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 3678, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 27/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 881/2019.

Publicação N° 2101087

PORTARIA N.º 881, DE 16 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) BENISIA GROSSER FERREIRA, Professora, matrícula funcional n.º 6840, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 06/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 888/2019.

Publicação N° 2101088

PORTARIA N.º 888, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) PAULO SÉRGIO ODAIL GARCIA, Matrícula Funcional n.º 7222, concedidas através da Portaria n.º 820/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 889/2019.

Publicação N° 2101089

PORTARIA N.º 889, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 17/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) ANÉSIO ESPINDOLA DOS PASSOS, Matrícula Funcional n.º 0090, concedidas através da Portaria n.º 850/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 890/2019.

Publicação N° 2101090

PORTARIA N.º 890, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GISELLE DE SOUZA SILVA, Matrícula Funcional n.º 7188, referente a 2017/2018, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 892/2019.

Publicação Nº 2101092

PORTARIA N.º 892, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LEONARDO MOREIRA LIMA, Matrícula Funcional n.º 7156, referente a 2018/2019, no período de 29/07/2019 a 27/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 893/2019.

Publicação Nº 2101095

PORTARIA N.º 893, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LETICIA TEIXEIRA CORREA, Matrícula Funcional n.º 7256, referente a 2018/2019, no período de 17/07/2019 a 15/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 894/2019.

Publicação Nº 2101097

PORTARIA N.º 894, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) FERNANDA BARREIROS VITOR, Aux. De Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7171, contribuinte do Regime Próprio de Previdência,

pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 895/2019.

Publicação N° 2101098

PORTARIA N.º 895, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, o(a) contratado(a) ANDRESA FIDELIS FERNANDES, Contrato n.º 043/2019, em 15/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 15/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 896/2019.

Publicação N° 2101100

PORTARIA N.º 896, DE 17 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 09/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) MARCUS VINICIUS BUSATO PADILHA, Matrícula Funcional n.º 6757, concedidas através da Portaria n.º 696/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 897/2019.

Publicação N° 2101102

PORTARIA N.º 897, DE 17 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER PRORROGAÇÃO LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor LEANDRO DOS SANTOS RIBEIRO, Motorista, matrícula funcional n.º 7526, contribuinte do Regime Geral de Previdência, até 09/10/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 898/2019.

Publicação N° 2101103

PORTARIA N.º 898, DE 18 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 16/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) PAULA PEDRON, Matrícula Funcional n.º 3011, concedidas através da Portaria n.º 674/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 899/2019.

Publicação N° 2101104

PORTARIA N.º 899, DE 18 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 17/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) MAICON GARCIA LIMA, Matrícula Funcional n.º 7206, concedidas através da Portaria n.º 672/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 900/2019.

Publicação N° 2101106

PORTARIA N.º 900, DE 18 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DULCINEA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 04/06/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/06/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE**PORTARIA N° 901/2019.**

Publicação N° 2101107

PORTARIA N.º 901, DE 18 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora JOISE LUIZ BENTO, Diretora de Escola, matrícula funcional n.º 6993, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 17/07/2019 a 17/08/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE**PORTARIA N° 902/2019.**

Publicação N° 2101113

PORTARIA N.º 902, DE 18 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos do art. 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora CAMILA RODRIGUES DE SOUZA, Odontólogo, matrícula funcional n.º 7739, contribuinte do Regime Geral de Previdência, de 09/07/2019 a 24/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 910/2019.

Publicação Nº 2101116

PORTARIA N.º 910, DE 19 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, Assistente Social, Matrícula n.º 5146, o valor de R\$ 262,34 (duzentos e sessenta e dois reais com trinta e quatro centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 790/2017, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 911/2019.

Publicação Nº 2101117

PORTARIA N.º 911, DE 19 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora ELIANE PEREIRA, Fiscal da Vigilância Sanitária, Matrícula n.º 3762, o valor de R\$ 190,65 (cento e noventa reais com sessenta e cinco centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 789/2017, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA Nº 913/2019.

Publicação Nº 2101119

PORTARIA N.º 913, DE 22 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Datilógrafa, Matrícula n.º 0017, o valor de R\$ 319,62 (trezentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento

e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeada, através da Portaria n.º 885/2017, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 914/2019.

Publicação N° 2101120

PORTARIA N.º 914, DE 22 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do(a) servidor(a) CLÁUDIO PEREIRA, Agente Administrativo, Matrícula n.º 0005, o valor de R\$ 294,86 (duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos), correspondente aos períodos 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, correspondendo a 20% (vinte por cento) da diferença de cada período entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado(a), através da Portaria n.º 454/2013, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de junho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 915/2019.

Publicação N° 2101122

PORTARIA N.º 915, DE 23 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) servidor(a) VERA MONTEIRO, Professora, matrícula funcional n.º 6721, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 12 (doze) dias, a partir de 08/07/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/07/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 916/2019.

Publicação N° 2101123

PORTARIA N.º 916, DE 23 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 22/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) LETÍCIA TEIXEIRA CORREA, Matrícula Funcional n.º 7256, concedidas através da Portaria n.º 893/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 917/2019.

Publicação N° 2101124

PORTARIA N.º 917, DE 23 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ZÉLIA LIMA CHAVES, Técnico em Enfermagem, matrícula funcional n.º 3596, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 16/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 918/2019.

Publicação N° 2101126

PORTARIA N.º 918, DE 23 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GISELE CRISTINA ROSSI RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 3959, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 20/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 919/2019.

Publicação N° 2101127

PORTARIA N.º 919, DE 23 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/07/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N° 921/2019.

Publicação N° 2101129

PORTARIA N.º 921, DE 23 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/07/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) EDEGAR FURTADO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3838, concedidas através da Portaria n.º 718/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 22/07/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de julho de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 011/2019

Publicação Nº 2107626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 011/2019
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e enxovais hospitalares e lavagem convencional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 14/08/2019 às 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 31 de julho de 2019.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 015/2019

Publicação Nº 2107458

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 015/2019
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do Município.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 15/08/2019 às 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.atende.net

GARUVA, 31 de julho de 2019.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 135/2019

Publicação Nº 2108192

DECRETO Nº 135, DE 31 DE JULHO DE 2019
"Dispõe sobre Reconhecimento de Dívida no Município de Garuva e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a Lei nº 2148, que autoriza o Reconhecimento de Dívida em Favor do Sr. Heraldo Minte,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a dívida no valor de R\$ 18.000 (dezoito mil reais), em favor de HERALDO MINTE, para que seja procedida a

liquidação e o pagamento.

Art. 2º As despesas correrão por conta da dotação 3339092360000000000 do Fundo Municipal de Garuva.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO N° 136/2019

Publicação N° 2108674

DECRETO N° 136, DE 31 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II e III, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 18.195,45 (dezoito mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.003.0006.0181.1022.2050 Man de Conv com a Segurança Pública	3390	03.00.00	R\$	18.195,45
--	------	----------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do Superávit Financeiro do exercício de 2018 referente os recursos ordinários do tesouro provenientes da receita de Multas previstas na legislação de trânsito.

Art. 3º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.003.0006.0181.1022.2050 Man de Conv com a Segurança Pública	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3º. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

11.003.0006.0181.1022.2050 Man de Conv com a Segurança Pública	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 31 de julho de 2019.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO N° 137/2019

Publicação N° 2108678

DECRETO N° 137, DE 31 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.002.0017.0512.1033.2065 Man do Sistema de Abastecimento de Água	3390	03.00.00	R\$	150.000,00
--	------	----------	-----	------------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. será utilizado recurso proveniente do Superávit Financeiro do exercício de 2018 referente os recursos ordinários do tesouro provenientes da receita de Serviços de fornecimento de água.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 31 de julho de 2019.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 014 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 2108871

EDITAL Nº 014/2019 – TESTE SELETIVO ACT 2019					
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES					
Nº INSC.	CANDIDATO	OPÇÃO	NÍVEL	SITUAÇÃO	
.001	LUCIA MARILCI LAUFER	EDUCAÇÃO FÍSICA	II	DEFERIDA	
.002	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.003	SONIA MARLENE WESTPHAL	ANOS INICIAIS	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.004	MARLENE WESTPHAL	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.005	SHENIA SIQUEIRA DE JESUS OLEARI	2º PROFESSOR	II	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.006	JULIANA PEREIRA	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.007	MARGARETE BUENO SCHUVAIZERSKI	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.008	SIMONE VIZENTAINER ROSA	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.009	ANDRÉ LAFFIN	EDUCAÇÃO FÍSICA	II	DEFERIDA	
.010	GABRIELA CRISTOFOLINI	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.011	CHRISTIANNE WISENFAD PINTO	2º PROFESSOR	I	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.012	LAIS EDUARDA DOMINGOS	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.013	JOSIANE GONÇALVES MAES FREITAS	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.014	ALEXANDRA JULIO PIMENTEL	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.015	PÂMELA CAROLINA SEPP VAUDAN	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.016	MARLY MONTEIRO DOS SANTOS	LÍNGUA PORTUGUESA	II	DEFERIDA	
.017	GUIOMAR LEITE	MATEMÁTICA	II	DEFERIDA	
.018	EDIRLÉIA HAILE	LÍNGUA PORTUGUESA	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.019	LUCIANA KULKAMP CRISTOFOLINI	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.020	SUELLEN CRISTINE PEREIRA TRANCOSO	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.021	GLAUCIA ALBERTON VIEIRA	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.022	EVANDRO MOREIRA LEITHOLD	GEOGRAFIA	I	DEFERIDA	

.023	GILSELE MACHADO DE SÁ	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.024	CLAUDIA MIRANDA DE OLIVEIRA	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.025	ALESSANDRA MADEIRA PEREIRA	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.026	SATIRA MARIA DO VALES ZAVODINI	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.027	MARI ESTELLA JARECKI	2º PROFESSOR	II	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.028	BRUNO DAS NEVES	MATEMÁTICA	II	DEFERIDA	
.029	ANA CAROLINA BATISTA	ANOS INICIAIS	I	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.030	CAMILA DO AMARAL RODRIGUES	ANOS INICIAIS	I	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.031	TAMIRES LOPES DOS SANTOS	ANOS INICIAIS	I	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.032	LARYSSA THAMIRES SOUZA LARA DE LIMA	ANOS INICIAIS	I	DEFERIDA	
		EDUCAÇÃO INFANTIL			
.033	PALLOMA CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.034	JAQUELINE PEREIRA	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.035	ANDRESIA DA SILVA SANTOS	2º PROFESSOR	II	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.036	GABRIELA PETRY PAULI	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.037	CASSIA REGIANE DA CRUZ	ED. INFANTIL	I	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.038	IVANISE MIRANDA DE SOUZA	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.039	JULIANA CLARINDA DA SILVA BRUSQUE	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.040	PRICILA DE MIRANDA SALES	EDUCAÇÃO FÍSICA	II	DEFERIDA	
.041	ANDRESSA BOEGERSHAUSEN MIRANDA	ANOS INICIAIS	II	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.042	RUTH DE QUEVEDO CORDEIRO	2º PROFESSOR	I	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.043	FABIANA DE SOUZA LEANDRO	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.044	ERICA REGINA DA COSTA DE SOUZA	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.045	MARINILDA DA SILVA MARIAN	2º PROFESSOR	I	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.046	EVANDA DE PAULA DE CARVALHO	2º PROFESSOR	I	DEFERIDA	
		ED. INFANTIL			
.047	ANGELA DALLAGRANA	ED. INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.048	SILVIO APARECIDO FARIAS CORRÊA	GEOGRAFIA	II	DEFERIDA	

.049	ELIANA DO ROCIO GUSSO	ED.INFANTIL	I	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
.050	ROSENETE LANGE GONÇALVES	ED.INFANTIL	II	DEFERIDA	
		ANOS INICIAIS			
.051	GRACIELA GONÇALVES	ANOS INICIAIS	II	DEFERIDA	
		ED.INFANTIL			
.052	NISLAINE THAISE DUFECK	ARTES	II	DEFERIDA	
.053	RUTH PAVANELLO BIANCHINI	ARTES	II	DEFERIDA	
.054	JANAYNA DA SILVA RODRIGUES	EDUCAÇÃO FÍSICA	II	DEFERIDA	
.055	REGINA ARTALE BACHIN	ARTES	II	DEFERIDA	
.056	IVO FIRMINO JUNIOR	ARTES	I	DEFERIDA	
.057	MARLI DE FÁTIMA BATISTA HIRT	ED.INFANTIL	II	DEFERIDA	
		2º PROFESSOR			
	Monise Nagel Moreira da Silva				
	Presidente da Comissão				
	Portaria 124/2019				

EXTRATO DE CONTRATOS PROCESSO FMS Nº 005/2019

Publicação Nº 2107668

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATOS

Processo FMS nº 005/2019

Modalidade: Pregão

Contratante: Fundo Municipal de Saúde/ Município de Garuva

Contratos:

- FMS nº 002/2019, firmado com a empresa Franciele Cristine Lamin - ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.964.820/0001-07, no valor de R\$ 71,96 (setenta e um reais e noventa e seis centavos);
- FMS Nº 003/2019, firmado com a empresa Alirio Ferreira Barbosa - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 77.578.524/0001-99, no valor de R\$ 8.166,80 (oito mil cento e sessenta e seis reais e oitenta centavos);
- FMS Nº 004/2019, firmado com a empresa Tecnoforte Sistemas de Refrigeração EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.613.975/0001-65, no valor de R\$ 17.395,00 (dezessete mil, trezentos e noventa e cinco reais);
- FMS Nº 005/2019, firmado com a empresa Riquesse Móveis EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.265.303/0001-43, no valor de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais);
- FMS Nº 006/2019, firmado com a empresa MAW Comércio de Móveis e Equipamentos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.655.819/0001-80, no valor de R\$ 6.896,00 (seis mil, oitocentos e noventa e seis reais).

Objeto: Aquisição de microcomputadores, filtros de linha, monitores, climatizadores de ambiente, refrigeradores, impressoras, pallets em plástico e mobiliários em geral, com entrega de forma única, para atender as necessidades da Farmácia Básica Municipal nas centrais de Distribuição de Medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento. Referente ao incentivo financeiro de investimento do Eixo de Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR – SUS)”.

Data de Assinatura: 19/07/2019.

Prazo: 60 (sessenta) dias.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135/2019

Publicação Nº 2108197

PORTARIA Nº. 135 de 31 de julho de 2019

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ELSA THOMEN, CONFORME APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. – Exonerar, por motivo de aposentadoria, a servidora ELSA THOMEN, portadora do RG nº. 1.546.061 e CPF nº. 506.682.859-15, do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nomeada através da Portaria nº. 117/1991 de 03 de junho de 1991, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor na data de 31 de julho de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 10/2019

Publicação Nº 2107533

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Tomada de Preços nº 10/2019

OBJETO: Seleção de Empresa de Consultoria Técnica para Coordenação, Supervisão, Controle e Subsídios à Fiscalização da Obra de Implantação e Pavimentação Asfáltica do Trecho 2 do Anel Viário de Gaspar (Via Projetada 57), entre a Rodovia Ivo Silveira (SC 108) e a Avenida Deputado Francisco Mastella (SC 412), numa extensão de 999m. ENTREGA ENVELOPES: até 09 horas dia 02/09/2019. ABERTURA: dia 02/09/2019 às 09h30min. Íntegra Edital: Depto Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br. Gaspar, 31/07/2019. Cleverton João Batista Secretário Municipal de Planejamento Territorial.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2019

Publicação Nº 2108556

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em solução (software) de gerenciamento de intenção de vagas, incluindo a implantação, treinamento, suporte e manutenção e a licença de uso mensal. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 14/08/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 31/07/2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 112/2019

Publicação Nº 2107956

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2019

EXTRATO DO CONTRATO SAF Nº 112/2019

Início da vigência: 23/07/2019. Vencimento: 22/07/2020. Objeto do Contrato: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva de Elevadores. Contratado: ELEVADORES BLUMENAU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (CNPJ Nº 78.260.841/0001-25). Valor total: R\$ 13.499,64 (treze mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 23 de julho de 2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 4060/2018

Publicação Nº 2107516

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 4060/2018

Tomada de Preços nº: 01/2018. OBJETO: Assessoramento e consultoria técnica em gestão de pessoas, para desenvolvimento e revisão de plano de cargos, carreiras e vencimentos, de reforma administrativa, definição de formas de gratificação por desempenho e/ou função e redefinição e reestruturação do quadro funcional dos servidores municipais, bem como de desenvolvimento de anteprojeto de lei dispondo sobre plano de carreira aos servidores municipais do município de Gaspar. Vigência: 22/07/2019 à 18/03/2020 CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES CONTRATADA: FK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (05.942.401/0001-84).

Gaspar/SC, 21 de julho de 2019.

JORGE LUIZ PRUCINO PEREIRA

Diretor-presidente da Fundação Municipal de Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 60/2018

Publicação Nº 2107520

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 60/2018

Tomada de Preços nº: 01/2018. OBJETO: Assessoramento e consultoria técnica em gestão de pessoas, para desenvolvimento e revisão de plano de cargos, carreiras e vencimentos, de reforma administrativa, definição de formas de gratificação por desempenho e/ou função e redefinição e reestruturação do quadro funcional dos servidores municipais, bem como de desenvolvimento de anteprojeto de lei dispendo sobre plano de carreira aos servidores municipais do município de Gaspar. Vigência: 22/07/2019 à 18/03/2020. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR. CONTRATADA: FK ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (05.942.401/0001-84).

Gaspar/SC, 21 de julho de 2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário da Fazenda e Gestão Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 09/2019 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Publicação Nº 2108182

RESOLUÇÃO Nº 09/2019 - CMDCA

ESTABELECE PRAZO E PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTA A SER ENCAMINHADA A FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL FUNDOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.432, de 24 de maio de 1993, e com base no seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 212/1998,

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; CONSIDERANDO a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 194, de 10 de julho de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que inclui o § 2º, do artigo 16, da Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 020, de 31 de outubro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e alterações que dispõe, entre outros aspectos, sobre registro de entidades e serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise de entidades governamentais e não-governamentais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 021, de 7 de novembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que determina as diretrizes do processo de apresentação de propostas de projetos, termos e critérios de análise e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 007, de 17 de junho de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que exclui o inciso V, do § 1º, do artigo 3º, da Resolução nº 021, de 7 de novembro de 2017, do CMDCA;

CONSIDERANDO a publicação do Edital Fundos da Infância e da Adolescência 2019 do Itaú Social, que tem por objetivos selecionar e apoiar ações, serviços, programas ou projetos que contribuam para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, em conformidade com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de impulsionar projetos voltados à política da criança e do adolescente a serem executados no Município de Gaspar;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o período de 1º de agosto de 2019 à 5 de agosto de 2019, para protocolar os projetos de Organizações Governamentais, de agora em diante denominada Proponente, para seleção de propostas para serem encaminhados a Fundação Itaú Social, em conformidade com o Edital Fundos da Infância e da Adolescência 2019 (doravante denominado Edital FIA 2019), através do link: <https://prosas.com.br/editais/5407-edital-fundos-da-infancia-e-da-adolescencia-2019> o qual faz parte integrante dessa Resolução.

Art. 2º Entende-se por propostas, os projetos que atendam os requisitos apresentados no Edital FIA 2019 que serão desenvolvidos em determinado período, limitado a 12 (doze) meses e que envolvam programas de promoção, proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes em conformidade com as Políticas Públicas da Criança e do Adolescente no Município de Gaspar.

Art. 3º Para participar as Proponentes deverão apresentar proposta em forma de Plano de Trabalho, seguindo o Edital FIA 2019 da Fundação Itaú Social, entregue em envelope lacrado, dentro dos padrões estabelecidos nesta Resolução, conforme prazo abaixo:

Período: de 01/08/2019 à 05/08/2019

Horário: das 09h às 11h e das 13h às 16h

Local: Sala de Assessoria dos Conselhos

Endereço: Avenida das Comunidades, nº133, Centro, Gaspar

Art. 4º As Proponentes deverão escolher uma (01) das modalidades abaixo para o desenvolvimento de seu projeto, em conformidade com o Regulamento do Edital FIA 2019:

I - Modalidade 1: Atendimento de crianças e/ou adolescentes, tendo em vista a defesa, proteção e promoção dos direitos desse público.

II - Modalidade 2: Elaboração de diagnóstico local e de plano municipal de garantia dos direitos de crianças e adolescentes; elaboração de sistema de informação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais direcionadas a crianças e adolescentes.

III - Modalidade 3: Capacitação ou formação de profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

IV - Modalidade 4: Comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

V - Modalidade 5: Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização e na articulação de ações conjuntas e/ou no fortalecimento do trabalho em rede entre organizações e serviços locais.

Art. 5º A análise dos projetos será realizada pela Comissão de Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

– CMDCA de Gaspar.

§1º Observada à necessidade de ajustes e esclarecimentos referentes aos projetos, a Comissão de Normas se reserva o direito de abrir o prazo em dias ou em horas para Proponente apresentar as adequações necessárias, sob pena de indeferimento do projeto.

§2º O projeto selecionado pela Comissão de Normas será submetido à aprovação final do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sendo o resultado divulgado através de Resolução no sítio eletrônico e no Diário Oficial.

§3º A Comissão de Normas poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas Proponentes concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, em qualquer situação, os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

§4º Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Normas poderá solicitar assessoramento técnico de especialista, inclusive de outros membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

Art. 6º O processo de seleção observará as seguintes etapas:

I – Envio das propostas de 01/08/2019 à 05/08/2019;

II – Etapa de avaliação das propostas pela Comissão de Normas no dia 06/08/2019;

III – Divulgação em 07/08/2019 do projeto selecionado, resultado final da proposta aprovada por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 7º A proposta vencedora será inscrita como única pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no Edital FIA 2019 para participar das etapas de seleção daquela promovida pela Fundação Itaú Social, e caso seja escolhida, receberá os recursos depositados pela Fundação Itaú Social no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Art. 8º A Proponente vencedora deverá entregar até 24 (vinte e quatro) horas os arquivos preenchidos (Proposta do Projeto e demais arquivos do regulamento do Edital FIA 2019) em versão digital (pendrive ou CD) conforme as planilhas disponibilizadas na Plataforma Prosas, podendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA convocar algum representante da instituição para participar do preenchimento do Projeto na Plataforma.

Art. 9º Cada proposta será avaliada conforme os critérios de qualidade técnica, consistência do planejamento, condições de gestão e sustentabilidade das ações e consistência orçamentária.

§1º Referente a qualidade técnica, na avaliação de cada uma das cinco modalidades de propostas serão levados em conta os seguintes fatores:

I - Modalidade 1: Atendimento de crianças e/ou adolescentes, tendo em vista a defesa, proteção e promoção dos direitos desse público:

a) Clareza e consistência na descrição das ameaças ou violações de direitos de crianças e adolescentes, que a proposta buscará enfrentar e prevenir;

b) Alcance de públicos socialmente vulneráveis, em situação de risco ou submetidos a violências e violações de direitos;

c) Estratégia qualificada para a proteção de crianças e adolescentes contra ameaças e violências, para o combate a preconceitos, para a inclusão social e para a promoção do desenvolvimento das capacidades físicas, afetivas, cognitivas, de convivência e de participação social do público atendido;

d) Sintonia das atividades de atendimento de crianças e adolescentes previstas na proposta com os marcos legais e planos nacionais relativos aos temas e públicos focalizados;

e) Fortalecimento da capacidade protetiva dos familiares e responsáveis e de outros membros das comunidades locais, em relação às crianças e aos adolescentes atendidos pelo projeto;

f) Articulação, integração ou cooperação entre o projeto e outros serviços ou programas locais das áreas de assistência social, educação, saúde, segurança, etc., que possa fortalecer as ações do projeto e potencializar seus resultados.

II - Modalidade 2: Elaboração de diagnóstico local e de plano municipal de garantia dos direitos de crianças e adolescentes; elaboração de sistema de informação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais direcionadas a crianças e adolescentes:

a) Consistência da metodologia proposta para realização do projeto;

b) Grau de envolvimento e forma de participação dos membros do Conselho no projeto;

c) Previsão de atividades e meios para que os resultados obtidos sejam utilizados para o aprimoramento dos planos de ação do Conselho, dos planos de aplicação dos recursos do Fundo e das políticas públicas municipais.

III - Modalidade 3: Capacitação ou formação de profissionais que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:

a) Clareza e consistência na descrição dos problemas e lacunas no atendimento de crianças e adolescentes que a proposta de capacitação de profissionais buscará reduzir ou superar;

b) Clareza e relevância dos temas, conhecimentos e capacidades focalizados na proposta;

c) Clareza e consistência da metodologia proposta para a seleção e mobilização dos profissionais que serão capacitados, para a capacitação propriamente dita e para o acompanhamento posterior da aplicação, pelos profissionais, de conteúdos e práticas focalizados nas sessões de capacitação.

IV - Modalidade 4: Comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

a) Clareza e consistência na indicação de fatos ou problemas que evidenciam a necessidade do projeto de campanha ou de divulgação voltada à proteção, promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes;

b) Adequação da estratégia prevista para comunicação dos conteúdos aos públicos que se pretende alcançar, considerando-se os diferentes perfis e a distribuição territorial desses públicos;

c) Estratégias para o recebimento de questões ou demandas formuladas pelos públicos que forem alcançados pelas campanhas de comunicação ou divulgação, para encaminhamento dessas manifestações aos setores competentes e para manutenção de diálogo com esses públicos.

V - Modalidade 5: Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização e na articulação de ações conjuntas e/ou no fortalecimento do trabalho em rede entre organizações e serviços locais:

a) Avaliação prévia de lacunas e fragilidades no trabalho em rede e nas articulações entre os agentes e instituições do Sistema de Garantia de Direitos existente no município;

b) Consistência da estratégia prevista para a promoção do diálogo e para o fortalecimento do trabalho em rede entre instituições do Sistema de Garantia de Direitos existentes no município;

c) Existência de metodologia prevista para definição, implementação e monitoramento de fluxos operacionais e processos estruturados de ação conjunta entre instituições do Sistema de Garantia de Direitos existentes no município.

§2º Referente a consistência do planejamento, será analisado a coerência entre os objetivos propostos, as ações previstas e os resultados esperados.

§3º Referente as condições de gestão e sustentabilidade das ações, será analisado:

I - Estratégia de monitoramento das ações e de monitoramento e avaliação dos resultados esperados;

II - Estratégia de sustentabilidade financeira do projeto em anos vindouros.

§4º Referente a Consistência orçamentária serão avaliados:

I - Consistência do orçamento proposto em face da natureza das atividades previstas e do volume do público a ser atendido;

II - Clareza na descrição e no detalhamento dos itens de investimento e de custeio de despesas.

Art. 10 Sendo o projeto apresentado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA contemplado, o montante final dos recursos a serem destinados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA para a Proponente, dependerá do volume de recursos que for disponibilizado pelo Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A.

Parágrafo único. A Proponente somente receberá do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA a exata quantia aprovada e devidamente disponibilizada pelo Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A.

Art. 11 Aplica-se aos projetos e as prestações de contas de que trata essa Resolução, os parâmetros da Instrução Normativa nº 14, de 5 de junho de 2012, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, as Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no que couber por analogia a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações correlatas.

Art. 12 Todas as decisões e comunicações relativas a esta Resolução serão disponibilizadas, nas datas estabelecidas, no endereço eletrônico <www.gaspar.sc.gov.br>.

Art. 13 É de responsabilidade da Proponente, acompanhar os resultados do processo de seleção, cumprindo os prazos estabelecidos.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Normas, que será convocada de forma extraordinária e especialmente para esta finalidade.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Gaspar - SC, em 29/07/2019.

JOCENIRA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA WALTRICK

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 68/2019

Publicação Nº 2109073

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 68/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do Tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/08/2019 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 14/08/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 31 de Julho de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA

Secretário de Administração

PORTARIA 655 2019 - CAROLINA VALENTIM GOMES

Publicação Nº 2108232

Portaria nº 655/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 25 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2007 e o resultado final do Concurso Público – Edital nº 05/2017,

Resolve:

Nomear a Sra. CAROLINA VALENTIM GOMES, filha de SALMA LEANDRO GOMES, portadora da Carteira de Identidade nº 5.371.273, para o cargo de provimento efetivo de CONTADOR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 24 de Junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPO

SPrefeito Municipal

PORTARIA 662 2019 - ANA LUCIA DOS PASSOS SOUZA

Publicação Nº 2108252

Portaria nº 662/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 147 da Lei nº 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (Auxílio Doença) à servidora ANA LUCIA DOS PASSOS SOUZA, matrícula de nº 7217, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 26 de Junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 663 2019 - ADRIANA VIEIRA

Publicação Nº 2108255

Portaria nº 663/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

Rescindir o Contrato Temporário de Trabalho firmado com a Sra. ADRIANA VIEIRA, exonerando-a do cargo de AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, a partir do dia 07/06/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 28 de Junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 664 2019 - LETICIA SAORI TUTIDA

Publicação Nº 2108257

Portaria nº 664/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 99 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2007,

Resolve:

Exonerar, à pedido, a Sra. LETICIA SAORI TUTIDA do cargo de provimento EFETIVO de MÉDICO-ESF do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 28 de Junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 665 2019 - MARIANA DE OLIVEIRA FRANÇOZO

Publicação Nº 2108260

Portaria nº 665/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 128 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

CEDER sem ônus à FAMGOV – Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos, a servidora MARIANA DE OLIVEIRA FRANÇOZO, Matrícula nº 7485, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL de MEIO AMBIENTE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 28 de Junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 666 2019 - BRUNA COSTA

Publicação Nº 2108264

Portaria nº 666/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 128 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

INTERROMPER a Cessão da servidora BRUNA COSTA, matrícula nº 6373, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRA AMBIENTAL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 28 de Junho de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 667 2019 - PRISCILA IZABEL OLIVEIRA DOS SANTOS

Publicação Nº 2108268

Portaria nº 667/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017,

Resolve:
Exonerar a Sra. PRISCILA IZABEL OLIVEIRA DOS SANTOS do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, a partir do dia 25/06/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 668 2019 - CAROLINE FABRIS

Publicação Nº 2108271

Portaria nº 668/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:
Rescindir o Contrato Temporário de Trabalho firmado com a Sra. CAROLINE FABRIS, exonerando-a do cargo de SEGUNDO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, a partir do dia 27/06/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 669 2019 - PAULO GEAN CHAGAS

Publicação Nº 2108273

Portaria nº 669/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 99 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2007,

Resolve:
Exonerar, à pedido, o Sr. PAULO GEAN CHAGAS do cargo de provimento EFETIVO de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 02 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 670 2019 - JOYCE NILVA MARTINS

Publicação Nº 2108277

Portaria nº 670/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:
Rescindir o Contrato Temporário de Trabalho firmado com a Sra. JOYCE NILVA MARTINS, exonerando-a do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 671 2019 - CLEVISSON CAMARA DE JESUS

Publicação Nº 2108278

Portaria nº 671/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 99 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2007,

Resolve:

Exonerar, à pedido, o Sr. CLEVISSON CAMARA DE JESUS do cargo de provimento EFETIVO de MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E DE CARGAS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 672 2019 - DILMOR BITTENCOURT

Publicação Nº 2108282

Portaria nº 672/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

1º Contratar em Caráter Temporário, o Sr. DILMOR BITTENCOURT para o cargo de MERENDEIRA do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, pelo período de 03/07/2019 à 13/12/2018.

2º Esta Contratação tem por objeto o fornecimento de Merenda Escolar aos alunos da Rede Municipal de Ensino, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em virtude do cargo não ter sido oferecido em Concurso Público.

3º Ao contratado aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 1085/2016.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 673 2019 - TAMIRYS MONTEIRO FERNANDES

Publicação Nº 2108284

Portaria nº 673/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

1º Contratar em Caráter Temporário, a Sra. TAMIRYS MONTEIRO FERNANDES para o cargo de SEGUNDO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, pelo período de 03/07/2019 à 13/12/2019.

2º Esta Contratação tem por objeto a ministração de aulas nas unidades da Rede Municipal de Ensino, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em virtude do cargo não terem sido oferecido em Concurso Público.

3º À contratada aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores do Magistério Público Municipal, Lei nº 566/2007.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 674 2019 - JULIANO ZENILDO CARDOSO

Publicação Nº 2108289

Portaria nº 674/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto na Lei Complementar nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

Nomear o Sr. JULIANO ZENILDO CARDOSO para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 675 2019 - ANDRIELY JENE ELIAS

Publicação Nº 2108294

Portaria nº 675/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 012 de 06 de Fevereiro de 2017 e o disposto no Decreto nº 039 de 06 de Abril de 2019,

Resolve:

Nomear a Sra. ANDRIELY JENE ELIAS para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE CADASTRO IMOBILIÁRIO do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 676 2019 - VANIA MARA ELIAS

Publicação Nº 2108301

Portaria nº 676/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 012 de 06 de Fevereiro de 2017 e o disposto no Decreto nº 039 de 06 de Abril de 2019,

Resolve:

Retificar a portaria nº 623/2019 de 05 de Junho de 2019, sendo que onde se lê:

"Exonerar, à pedido, o Sr. VANIA MARA ELIAS do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura."

Leia-se:

Exonerar, à pedido, o Sr. VANIA MARA ELIAS do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE CADASTRO IMOBILIÁRIO do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 677 2019 - ALEXSANDRO JOÃO DA CUNHA

Publicação Nº 2108303

Portaria nº 677/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017,

Resolve:
Exonerar o Sr. ALEXSANDRO JOÃO DA CUNHA do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, a partir do dia 01/07/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 678 2019 - ALDO COSTA

Publicação Nº 2108306

Portaria nº 678/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:
1º Exonerar o Sr. ALDO COSTA do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.
2º Nomear o Sr. ALDO COSTA para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 679 2019 - LAYSA LAURA PORTO ALVES

Publicação Nº 2108307

Portaria nº 679/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:
1º Exonerar a Sra. LAYSA LAURA PORTO ALVES do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.
2º Nomear a Sra. LAYSA LAURA PORTO ALVES para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 680 2019 - ALEXANDRA PEREIRA FERNANDES

Publicação Nº 2108310

Portaria nº 680/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. ALEXANDRA PEREIRA FERNANDES do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO AO ENSINO INFANTIL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. ALEXANDRA PEREIRA FERNANDES para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 681 2019 - CARLOS ALEXANDRE DE SÁ

Publicação Nº 2108314

Portaria nº 681/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. CARLOS ALEXANDRE DE SÁ do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. CARLOS ALEXANDRE DE SÁ para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 682 2019 - EVELINE VALESIA MARTINS BALDANÇA

Publicação Nº 2108315

Portaria nº 682/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. EVELINE VALESIA MARTINS BALDANÇA do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. EVELINE VALESIA MARTINS BALDANÇA para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 683 2019 - DENER QUINTINO ALVES

Publicação Nº 2108317

Portaria nº 683/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. DENER QUINTINO ALVES do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. DENER QUINTINO ALVES para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TECNOLOGIAS E MÍDIAS EDUCACIONAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 684 2019 - RAQUEL GENI DE LIMA

Publicação Nº 2108318

Portaria nº 684/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. RAQUEL GENI DE LIMA do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. RAQUEL GENI DE LIMA para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 685 2019 - MATHEUS RAMOS FAGUNDES

Publicação Nº 2108319

Portaria nº 685/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. MATHEUS RAMOS FAGUNDES do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESCOLA VIVA do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. MATHEUS RAMOS FAGUNDES para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 686 2019 - PAULO CESAR GARCIA

Publicação Nº 2108320

Portaria nº 686/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. PAULO CESAR GARCIA do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO À CULTURA do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. PAULO CESAR GARCIA para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE AÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 687 2019 - JULIANA MAFRA

Publicação Nº 2108321

Portaria nº 687/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. JULIANA MAFRA do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO AOS PROJETOS EDUCACIONAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. JULIANA MAFRA para o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 689 2019 - GABRIELA DENISE CUNHA JACINTO

Publicação Nº 2108323

Portaria nº 689/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. GABRIELA DENISE CUNHA JACINTO do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. GABRIELA DENISE CUNHA JACINTO para o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE UNIDADE DE CEI do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 690 2019 - VITÓRIA SOARES SAGÁS

Publicação Nº 2108327

Portaria nº 690/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

Nomear a Sra. VITÓRIA SOARES SAGÁS para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO AOS PROGRAMAS FEDERAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 691 2019 - ANA PAULA KARLING SOARES

Publicação Nº 2108332

Portaria nº 691/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. ANA PAULA KARLING SOARES do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. ANA PAULA KARLING SOARES para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 692 2019 - ABNER DO NASCIMENTO MARQUES

Publicação Nº 2108334

Portaria nº 692/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. ABNER DO NASCIMENTO MARQUES do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO E GESTÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. ABNER DO NASCIMENTO MARQUES para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 693 2019 - KETTELYN SAGÁS BITTENCOURT

Publicação Nº 2108338

Portaria nº 693/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. KETTELYN SAGÁS BITTENCOURT do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ALIMENTAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. KETTELYN SAGÁS BITTENCOURT para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE PROGRAMAS FEDERAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 694 2019 - SUZANA MARIA PORTO

Publicação Nº 2108340

Portaria nº 694/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. SUZANA MARIA PORTO do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. SUZANA MARIA PORTO para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ALIMENTAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 695 2019 - RENATA NATALIA CORREIA

Publicação Nº 2108344

Portaria nº 695/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar a Sra. RAQUEL GENI DE LIMA do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear a Sra. RAQUEL GENI DE LIMA para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 696 2019 - MARCIA MARIA MARTINS RAYCH

Publicação Nº 2108346

Portaria nº 696/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

Nomear a Sra. MARCIA MARIA MARTINS RAYCH para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 697 2019 - VINICIUS COSTA ALVES

Publicação Nº 2108347

Portaria nº 697/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

Nomear o Sr. VINICIUS COSTA ALVES para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 698 2019 - RAFAEL FESTA

Publicação Nº 2108349

Portaria nº 698/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto na Lei Complementar nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. RAFAEL FESTA do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. RAFAEL FESTA para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 699 2019 - MANOEL LAURENTINO BENTO

Publicação Nº 2108352

Portaria nº 699/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

Nomear o Sr. MANOEL LAURENTINO BENTO para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 700 2019 - TATIANY ROSINEIDE ESTEFANO

Publicação Nº 2108354

Portaria nº 700/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. TATIANY ROSINEIDE ESTEFANO do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. TATIANY ROSINEIDE ESTEFANO para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE APOIO AOS PROJETOS EDUCACIONAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 701 2019 - VANIA DOS SANTOS MONTEIRO

Publicação Nº 2108357

Portaria nº 701/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

1º Exonerar o Sr. JONATHAN VALMIR QUINTINO do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE UNIDADE DE PROJETOS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

2º Nomear o Sr. JONATHAN VALMIR QUINTINO para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 04 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 702 2019 - CARMEN LUCIA ANDREOSI DE MORAES

Publicação Nº 2108359

Portaria nº 702/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

Rescindir o Contrato Temporário de Trabalho firmado com a Sra. CARMEN LUCIA ANDREOSI DE MORAES, exonerando-a do cargo de SEGUNDO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, a partir do dia 01/07/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 05 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 703 2019 - JAQUELINE RIBEIRO

Publicação Nº 2108361

Portaria nº 703/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

Rescindir o Contrato Temporário de Trabalho firmado com a Sra. JAQUELINE RIBEIRO, exonerando-a do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 09 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 704 2019 - JULIANA MAFRA

Publicação Nº 2108363

Portaria nº 704/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo nº 25 e no artigo nº 101 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1087 de 01 de Abril de 2016, o disposto na Lei nº 1162 de 30 de Janeiro de 2017, o disposto no Decreto nº 023 de 07 de Fevereiro de 2017, o disposto na Lei nº 1321 de 12 de Fevereiro de 2019 e o disposto no Decreto nº 038 de 22 de Abril de 2019,

Resolve:

Exonerar a Sra. JULIANA MAFRA do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 09 de Julho de 2019.
AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 705 2019 - ETELVINA ODETE COSTA PONTES

Publicação Nº 2108365

Portaria nº 705/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando disposto no artigo nº 161 da lei nº 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM FAMÍLIA à servidora ETELVINA ODETE COSTA PONTES, matrícula nº 31, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, pelo período de 09/07/2019 à 06/10/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 706 2019 - PLINIO CÉSAR DIAS CARDOSO

Publicação Nº 2108367

Portaria nº 706/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

Rescindir o Contrato Temporário de Trabalho firmado com o Sr. PLINIO CÉSAR DIAS CARDOSO, exonerando-o do cargo de MÉDICO do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 707 2019 - LUCIMERI MARIA DA SILVA

Publicação Nº 2108368

Portaria nº 707/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando disposto no artigo nº 142 da lei nº 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

Conceder à servidora LUCIMERI MARIA DA SILVA, matrícula nº 925, no cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, 01 (Um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao quinquênio 2013/2018, no período de 15/07/2019 à 13/08/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 708 2019 - SILVANA KLAUSEN MOTTA

Publicação Nº 2108371

Portaria nº 708/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando disposto no artigo nº 142 da lei nº 1085 de 01 de Abril de 2016,

Resolve:

Conceder à servidora SILVANA KLAUSEN MOTTA, matrícula nº 1102, no cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, 01 (Um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao quinquênio 2009/2014, no período de 15/07/2019 à 13/08/2019.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 709 2019 - LUIZ FERNANDO MONTEIRO CZORNOBAY

Publicação Nº 2108372

Portaria nº 709/2019

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 25 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2007 e o resultado final do Concurso Público – Edital nº 010/2018,

Resolve:

Nomear o Sr. LUIZ FERNANDO MONTEIRO CZORNOBAY, filho de MARIA SALETE MONTEIRO CZORNOBAY, portador da Carteira de Identidade nº 7.948.888, para o cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO/ESF-40 HORAS do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 17 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 710 2019 - MARLISE LOPES GARCIA MIRANDA

Publicação Nº 2108373

Portaria nº 710/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na lei nº 1125 de 03 de Agosto de 2016,

Resolve:

1º Contratar em Caráter Temporário, a Sra. MARLISE LOPES GARCIA MIRANDA para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do Quadro de Pessoal desta Prefeitura, pelo período de 17/07/2019 à 16/07/2020.

2º Esta Contratação tem por objeto estabelecer ações da Atenção Básica à Saúde e do programa Estratégias de Saúde Familiar, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

3º À contratada aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 1085/2016.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 17 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 711 2019 - VANESSA LOPES DOS SANTOS

Publicação Nº 2108375

Portaria nº 711/2019

AUGUSTO ARISTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos em exercício, e considerando o disposto no artigo nº 128 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016 e em atenção ao ofício de nº 089/2019 da FAMGOV – Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos,

Resolve:

CEDER sem ônus à FAMGOV – Fundação do Meio Ambiente de Governador Celso Ramos, a servidora VANESSA LOPES DOS SANTOS, Matrícula nº 957, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II do Quadro de Pessoal desta Prefeitura.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 17 de Julho de 2019.

AUGUSTO ARISTO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 65/2019

Publicação Nº 2109101

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 65/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, REALINHAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO COM TINTA ACRÍLICA EXTERNA NAS CORES BRANCO, CINZA E AMARELO COM REAPROVEITAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NO CAPÍTULO VIII DO EDITAL, ITEM 8.1.3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, ONDE SE LÊ:

"8.1.3 - Qualificação Técnica

8.1.3.1 – A proponente deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico(-CAT). Será considerado como requisito para habilitação no certame:

- Para o Lote 1: Serviço de execução de, no mínimo, 900 metros de remoção e assentamento de meio fio incluindo rejunte e reaterro;
- Para o Lote 2: Serviço de execução de, no mínimo, 14.000 metros de pintura com tinta acrílica externa;"

LEIA-SE:

"8.1.3 - Qualificação Técnica

8.1.3.1 – A proponente deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico(-CAT). Será considerado como requisito para habilitação no certame:

- Para o Lote 1: Serviço de execução de, no mínimo, 700 metros de remoção e assentamento de meio fio incluindo rejunte e reaterro e 180 m² de reaproveitamento e recolocação de lajota;
- Para o Lote 2: Serviço de execução de, no mínimo, 10.000 metros de pintura de meio-fio com tinta acrílica externa;"

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/08/2019 até às 17h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 14/08/2019 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br, no Link LICITAÇÕES.

Governador Celso Ramos, 31 de julho de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA Nº 241-246 2019

Publicação Nº 2108406

PORTARIA Nº. 0241 / 2019 DE 26 de JULHO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar PEDRO NUNCIO BECKER, a partir de 29/07/2019, para exercer a função de Professor Nível I com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Educação Básica Gregório Wesler, em substituição a titular DEISI BOING OENNING, em licença para

tratamento de saúde de pessoa da família, conforme Portaria 238/2019, de 18/07/2019, pelo período de licença da Titular.

PORTARIA Nº. 0242 / 2019 DE 29 de JULHO de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n.º 1782/2011, de 20/09/2011

RESOLVE Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à funcionária SILVANA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ACS, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, vinculada na Secretaria de Saúde e Saneamento, no período compreendido entre 29/07/2019 a 25/11/2019, bem como, a prorrogação de 60 (sessenta) dias do período, de acordo com a Lei Municipal 1782/2011, de 20/09/2011, conforme documentação anexo.

PORTARIA Nº. 0243 / 2019 DE 29 de JULHO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias Regulamentares, ao Servidor VILMAR DE OLIVEIRA SCHMITZ, ocupante do cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01/08/2019, referente ao período aquisitivo 11/08/2017 a 10/08/2018, Conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0244 / 2019 DE 30 de JULHO de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar, CAMILA MARQUES MILITÃO, para, a partir de 01/08/2019, exercer a função de estagiaria, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício no CEI Rio Pequeno, vinculado a Secretaria de Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0245 / 2019 DE 31 de JULHO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições

RESOLVE Conceder 60 dias de folga, a partir de 01/08/2019, a Servidora JISELI KONS, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 30(trinta) horas semanais, referente a férias não gozadas dos meses de abril, maio e junho de 2019, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0246 / 2019 DE 31 de JULHO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias Regulamentares, ao Servidor CRISTIANO COSTA CAMACHO, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais com vínculo na Secretaria de Saúde e Saneamento, a partir de 05/08/2019, referente ao período aquisitivo 19/09/2016 a 18/09/2017, Conforme solicitação administrativa.

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2108663

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a credora JM EQUIPAMENTOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos/serviços fornecidos pela referida credora vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: JM EQUIPAMENTOS LTDA

Restos a pagar nº 1303/2019

Valor: R\$ 2.575,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 31 de julho de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 2108439

**JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos/serviços fornecidos pela referida empresa vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA

Ordem de pagamento nº 3848/2019.

Valor: R\$ 8.910,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 31 de julho de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

LEI Nº 1.973/2019

Publicação Nº 2107850

LEI ORDINÁRIA Nº 1.973 DE 31 DE JULHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 19.357,62 (Dezenove mil e trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Projeto/Atividade:	2.003 – MANUT. DA SECRET. DE ADMINIST. PLANEJAMENTO E FAZENDA	
Despesa:	(9) 3.3.50.00.00.00.00.0000 -	R\$ 19.357,62
Total do Projeto/atividade: R\$ 19.357,62		

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 19.357,62 (Dezenove mil e trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Projeto/Atividade:	2.060 – MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR E CIACA - SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL	
Despesa:	(153) 3.1.71.00.00.00.00.0000 -	R\$ 18.122,89
Despesa:	(154) 3.3.71.00.00.00.00.0000 -	R\$ 1.234,73
Total do Projeto/atividade: R\$ 19.357,62		

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 31 de julho de 2019
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial do Município em 01/08/2019.

Guaraciaba

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PROCESSO LICITATORIO 118.2019 PREGÃO PRESENCIAL 98.2019.DOCX

Publicação Nº 2108240

Aviso de Reabertura de Prazo
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC

O Município de Guaraciaba – SC torna público para o conhecimento dos INTERESSADOS a REABERTURA DE PRAZO Processo de Licitação nº 118/2019 na modalidade de Pregão Presencial n. 98/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE ONIBUS, FIAT DUCATO NOVA, E VEÍCULO GOL, em virtude da necessidade de retificação do Edital. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 09h:00min do dia 13 de agosto de 2019, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 31 de julho de 2019.
ROQUE LUIZ MENEHINI,
PREFEITO MUNICIPAL

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 101.19 AQUISIÇÃO DE ROUPAS SOBERANAS FACIG.DOC

Publicação Nº 2108840

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº101/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 122/19, Edital de Pregão Presencial Nº 101/19, Objeto: Aquisição de Roupas para as Soberanas da FACIG 2019, categorias Infantil, Adultas e Melhor Idade; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 13/08/19; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 13/08/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 31 de julho de 2019.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2019

Publicação Nº 2108074

DECRETO Nº 1021/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2019 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público nº 002/2019 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO							
Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
264	Marciel Dresch	26/04/1984	4,55	1,40	1,00	6,95	1º
360	Volnei Henrique Neumann	23/06/1987	5,25	0,80	0,60	6,65	2º
214	Fabio Cristiano Cantu	13/07/1979	5,60	0,60	0,40	6,60	3º
344	Ezequiel Alves Maciel	17/10/1991	4,90	0,60	0,80	6,30	4º
218	Daniel Vanoni Balensiefer	08/07/1998	4,20	0,60	0,60	5,40	5º
241	Moacir Brambilla	03/01/1988	4,55	0,40	0,40	5,35	6º
361	Jorge Dos Santos	11/03/1971	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
266	Joacir Scopel	15/11/1984	2,80	0,60	0,40	3,80	Desc.
383	Edivan Nericke	Faltante					Desc.

EDUCADOR FÍSICO							
Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
289	Juliano Mauricio Siebel	14/01/1982	5,95	1,60	0,80	8,35	1º
35	Emerson Luiz Dequigiovani	06/01/1997	6,30	1,20	0,60	8,10	2º
310	Marco Antonio Giehl	21/08/1984	5,60	1,60	0,20	7,40	3º
57	Dayana Aparecida Von Dentz	21/11/1990	5,60	1,20	0,60	7,40	4º
298	Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	5,95	1,00	0,40	7,35	5º
348	Marcio Luiz Luft	04/08/1994	6,30	0,40	0,60	7,30	6º
178	Thiago Luis De Almeida	30/12/1995	6,30	0,60	0,20	7,10	7º
189	Sander Celio Santos Da Silva	27/06/1995	5,25	1,20	0,60	7,05	8º
92	Fernando Cavalli	21/11/1976	5,25	0,80	0,80	6,85	9º
144	Paloma Mezzomo	07/04/1993	5,60	0,80	0,40	6,80	10º
325	Stéfani Konrad	28/10/1995	4,90	1,40	0,40	6,70	11º
357	Karin Tamires Da Rosa	05/05/1990	4,90	1,20	0,60	6,70	12º
170	Clovis Barboza Sousa	05/12/1967	5,25	0,60	0,80	6,65	13º
372	Rodrigo Schanne	19/12/1995	5,25	0,60	0,80	6,65	14º
244	Raquel Alnoch	23/09/1978	4,55	1,20	0,80	6,55	15º
108	Gabriela Negri	28/04/1997	5,25	0,80	0,40	6,45	16º
30	Alisson Da Silva	02/07/1993	5,25	0,80	0,20	6,25	17º
295	Marcielly Thiago	23/04/1996	5,25	0,60	0,40	6,25	18º
293	Jéssica Aline Welter	16/02/1991	4,20	1,00	1,00	6,20	19º
171	Giovana Leticia Goetz	21/12/1996	4,55	1,20	0,40	6,15	20º
396	Daniel De Carvalho Gomes	25/01/1990	4,55	1,40	0,00	5,95	21º
283	Giovane Ricardo Steffler	31/03/1993	4,90	0,40	0,60	5,90	22º
176	Guilherme Smaniotto Toigo	13/10/1997	4,20	0,80	0,60	5,60	23º
77	Marcelo Paganini	04/06/1982	4,55	0,20	0,80	5,55	24º
110	Carolina Brustolin	20/10/1995	4,20	0,80	0,40	5,40	25º
96	Elouiza Orso Bianchi	15/09/1993	4,20	0,60	0,40	5,20	26º
238	Jaqueline Bitner Ferronato	02/04/1987	3,85	0,80	0,40	5,05	27º
346	Lizabete Corá Schoenherr	01/11/1979	3,85	0,60	0,60	5,05	28º
233	Cláudia Nateusca Jachowski	21/01/1982	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
182	Ricardo Trevisol	09/07/1993	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
278	Marcia Maria Ferronato Pinto	14/02/1992	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
100	Gustavo Andrioli	15/07/1993	2,45	1,20	0,40	4,05	Desc.
306	Elci Santos Da Silva	20/01/1974	2,10	1,00	0,40	3,50	Desc.
130	Marlei Dal Magro	Faltante					Desc.
329	Daniel Antonio Weimann	Faltante					Desc.
ENFERMEIRA DE ESF							
Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
317	Kleberton Ricardo Tesser	27/08/1981	4,90	1,60	0,80	7,30	1º
85	Katiuscia Werlang	06/01/1991	4,20	1,40	0,40	6,00	2º
250	Lediane Nicloti Ludwig	04/11/1993	4,20	1,00	0,80	6,00	3º
349	Vanessa Mairi Pandolfo	29/08/1994	4,20	0,60	1,00	5,80	4º
61	Carla Regina Basso	12/09/1989	4,55	0,80	0,40	5,75	5º
111	Bruna Anzolin	12/05/1990	4,55	0,80	0,40	5,75	6º
300	Leticia Fátima Zangalli	01/05/1992	3,15	1,80	0,80	5,75	7º
397	Kessy De Avila Flores	13/05/1985	4,20	1,00	0,40	5,60	8º
339	Simone Orth	27/05/1994	3,50	1,00	1,00	5,50	9º

308	Marli Lazarotto	11/03/1977	3,85	1,40	0,20	5,45	10º
93	Cladiane Dos Santos	16/12/1987	4,20	1,00	0,20	5,40	11º
280	Marlene Stefanon Paganini	25/09/1981	3,50	1,20	0,60	5,30	12º
341	Maria Luciana Fank Idalgo Fagundes	19/05/1977	3,85	1,00	0,40	5,25	13º
55	Ana Carla Carvalho Dos Santos Krupp	24/05/1990	3,50	1,20	0,40	5,10	14º
212	Patricia Barbieri	15/12/1992	3,50	1,20	0,40	5,10	15º
26	Alini Amabil Balbinot	15/06/1995	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
113	Taissana Dezanetti	03/05/1991	3,15	1,20	0,60	4,95	Desc.
185	Daisy Mara Barbosa De Castro Evangelista	26/11/1979	3,50	1,20	0,20	4,90	Desc.
201	Andreia Cristina Epping De Lima	21/01/1992	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
98	Camila Alessio	11/03/1993	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
188	Ana Paula Wolmut Dal Bello	20/05/1995	3,15	0,60	1,00	4,75	Desc.
78	Thays Carolina Alves Bukowski	30/04/1990	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
225	Patricia Tatiane Kuttner	02/03/1990	2,80	1,00	0,80	4,60	Desc.
174	Vanilla Eloa Franceschi	02/07/1994	2,45	1,20	0,80	4,45	Desc.
125	Gracieli Bragagnolo	29/01/1994	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
273	Leticia Rinaldi	02/02/1994	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
337	Giovana Dallemole Paloschi	05/07/1983	2,45	1,00	0,80	4,25	Desc.
54	Denize Patricia Lamb	05/02/1998	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
230	Claci Chiele Baptistella	13/09/1982	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
66	Micheli Cristina Schmitt	01/03/1994	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
114	Charline Wartha Schuster	22/11/1988	2,45	1,20	0,40	4,05	Desc.
94	Eliamar Baranoski	05/02/1980	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
51	Lidiane Klement	08/03/1991	3,15	0,60	0,20	3,95	Desc.
331	Adriane Girelli Berwanger	13/01/1981	3,50	0,20	0,20	3,90	Desc.
152	Franciele Schwaab Simon	31/08/1989	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.
134	Aline Carla Martini Herbert	23/07/1997	2,80	0,60	0,40	3,80	Desc.
247	Dulce Ines Hanauer Kraemer	04/04/1992	3,15	0,40	0,20	3,75	Desc.
9	Suzi Sinara Zambenedetti De Oliveira	23/05/1994	2,10	1,20	0,40	3,70	Desc.
365	Renata Balensiefer	04/03/1991	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
302	Bruna Theis	27/08/1994	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
321	Aionny Pikula	03/05/1991	2,80	0,60	0,20	3,60	Desc.
116	Renata Marcon	24/10/1993	2,80	0,60	0,20	3,60	Desc.
213	Lethielle Vanessa Goulart	06/01/1985	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
25	Greisi Carla Gromann	26/05/1986	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
228	Noeli Fatima Pereira	05/08/1984	2,80	0,40	0,20	3,40	Desc.
62	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	1,75	0,80	0,80	3,35	Desc.
322	Simone Claudia Castanha	12/07/1990	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
303	Jéssica Schaurich	29/03/1993	2,10	0,80	0,40	3,30	Desc.
330	Cristiane Márcia Lemos Ferreira	20/08/1973	1,75	0,80	0,60	3,15	Desc.
251	Deisi Graczyk	18/04/1986	1,75	0,80	0,40	2,95	Desc.
76	Milena Djesica Bevilaqua	23/06/1998	1,05	0,60	0,60	2,25	Desc.
299	Miriam Baesso	Faltante					Desc.
274	Karine Theobald	Faltante					Desc.

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
52	Poliana Venturini Della Flora	20/12/1994	6,65	1,60	0,80	9,05	1º

328	Helena Cecilia Grimm	07/12/1995	6,30	1,60	0,80	8,70	2º
18	Cassia Lilian Festa	01/10/1981	5,95	1,80	0,80	8,55	3º
42	Camila Vione Birck	04/02/1986	5,60	1,80	1,00	8,40	4º
208	Ernani Augusto Bonfante	17/05/1990	6,30	1,00	1,00	8,30	5º
312	Ismael Brustolin	19/02/1993	6,65	1,00	0,60	8,25	6º
275	Deyse Maria Potrich	24/04/1982	5,95	1,20	1,00	8,15	7º
89	Vinicius José Vivian	27/12/1990	5,60	1,60	0,80	8,00	8º
65	Gabriel Franchesco Brustolin	12/04/1995	5,95	1,20	0,80	7,95	9º
342	Rosimeri Colle	17/08/1989	6,30	1,00	0,60	7,90	10º
370	Claiton Cezar Neumann	17/03/1982	5,25	1,80	0,80	7,85	11º
301	Vinicius De Oliveira Andrade	16/07/1992	5,25	1,60	1,00	7,85	12º
345	Simone Nataly Da Silva Winter Freiberger	25/12/1987	4,90	2,00	0,80	7,70	13º
155	Roberto Carlos Diesel	18/10/1977	5,25	1,80	0,60	7,65	14º
196	Cleomir Estevao Amarante	03/07/1978	5,25	1,60	0,80	7,65	15º
395	Édina Rebelatto	15/03/1992	5,60	1,40	0,60	7,60	16º
297	Gelavir Picinin	05/06/1976	5,60	1,20	0,80	7,60	17º
351	Marlon Welly Bergamini	07/08/1987	5,60	1,20	0,80	7,60	18º
271	Vanessa De Fátima Alves Brandão	22/09/1996	5,95	1,00	0,60	7,55	19º
102	Clóvis Rení Radtke	12/09/1977	5,95	0,80	0,80	7,55	20º
327	Jean Tobias Pizetta Baptistella	23/09/1996	5,95	0,80	0,80	7,55	21º
160	Mônica Spiess	23/06/1984	5,25	1,40	0,80	7,45	22º
139	Leonardo Rinaldi	18/05/1991	5,25	1,40	0,80	7,45	23º
210	Nelson Jair Martins	10/02/1992	5,25	1,40	0,80	7,45	24º
309	Patricia Rockenbach	18/10/1993	5,25	1,40	0,80	7,45	25º
305	Keiti Caroline Ludwig	29/10/1990	5,25	1,20	0,80	7,25	26º
296	Camille Trevisan	23/08/1997	5,25	1,20	0,80	7,25	27º
319	Gabriela Borges Perotto	04/03/1993	5,95	0,80	0,40	7,15	28º
164	Júnior Felicete	21/11/1984	4,55	1,60	1,00	7,15	29º
347	Vinicius Douglas Pinheiro	16/06/1991	5,25	1,00	0,80	7,05	30º
17	Fabricio Del Sant	20/08/1994	5,25	1,00	0,80	7,05	31º
151	Jéssica Aline Schmidt Primaz	18/01/1994	4,90	1,20	0,80	6,90	32º
368	Luciana Freire Feiten	30/10/1971	4,55	1,40	0,80	6,75	33º
260	Juliana Benedetti Fridirich	18/11/1997	4,55	1,40	0,80	6,75	34º
334	Gustavo Arnaldo Schreiner	26/04/1986	4,90	1,20	0,60	6,70	35º
265	Ana Paula Trentin	27/12/1988	5,25	1,00	0,40	6,65	36º
205	Adriano Canci	23/04/1974	5,25	0,60	0,80	6,65	37º
37	Moacir Leandro Werlang	16/09/1976	5,25	0,60	0,80	6,65	38º
254	Edson Lazareti	14/10/1985	4,90	1,20	0,20	6,30	39º
292	Maristela Teresinha Klein	22/05/1981	4,90	0,80	0,60	6,30	40º
291	Juliano Cavagnolli	12/07/1997	4,20	1,20	0,80	6,20	41º
286	Igor Henrique Escher Dorigon	06/10/1997	4,20	1,20	0,80	6,20	42º
150	Moacir Rodher	09/03/1994	4,90	0,80	0,40	6,10	43º
190	Jefersson Andrighi	08/09/1985	4,90	0,40	0,80	6,10	44º
287	Leila Maria Ludwig	25/04/1977	3,85	1,60	0,60	6,05	45º
386	Ivan Junior Seibert	20/08/1986	4,20	1,20	0,60	6,00	46º
19	Leudimar Lolato	22/11/1987	4,20	1,00	0,80	6,00	47º
104	Rodrigo Bonamigo De Oliveira	12/05/1997	4,20	1,00	0,80	6,00	48º
180	Josepaulo Luvizon	11/11/1980	3,85	1,20	0,80	5,85	49º
270	Leandro Casar Banfi	12/08/1992	3,85	1,20	0,80	5,85	50º

350	Adriana Omizzollo	30/03/1989	3,85	1,00	1,00	5,85	51º
23	Juliano Bischoff	24/08/1984	4,20	1,20	0,40	5,80	52º
202	Marcio Moretti	11/08/1983	4,20	1,00	0,60	5,80	53º
172	Felipe Terzi	03/07/1998	4,55	0,40	0,80	5,75	54º
69	Douglas Zatti	12/02/1990	3,50	1,40	0,80	5,70	55º
237	Edson Souza Rocha	10/04/1988	3,85	1,20	0,60	5,65	56º
41	Ana Claudia Da Silva Borsatto	12/08/1993	3,85	1,00	0,80	5,65	57º
47	Liliane Fontanari	12/08/1996	4,20	0,80	0,60	5,60	58º
358	Cleiton Tolotti	20/11/1996	4,20	0,80	0,60	5,60	59º
376	Jardel Aleisson Rohsmann	09/03/2000	3,50	1,40	0,60	5,50	60º
49	Jacson Jones Delazere	15/07/1975	3,85	1,00	0,60	5,45	61º
390	Catiane Luiza Brambilla	12/12/1995	3,85	1,00	0,60	5,45	62º
227	Claudete De Lima	01/04/1986	3,85	0,80	0,80	5,45	63º
166	Fernando Segalin	27/02/1981	4,55	0,40	0,40	5,35	64º
318	Alan Luiz Permeziani	04/04/1994	3,50	1,00	0,80	5,30	65º
46	Raquelina Santin	02/08/2000	3,50	1,00	0,80	5,30	66º
311	Daniel Menezes Garcia	25/05/1974	3,85	0,80	0,60	5,25	67º
40	Josiani Carlize Schneider	11/09/1991	4,20	0,40	0,60	5,20	68º
359	Patricia Da Rosa	19/11/1996	3,15	1,40	0,60	5,15	69º
128	Fábio Klem Da Silva	30/11/1988	3,15	1,20	0,80	5,15	70º
137	Juan Ribeiro De Aragão	24/12/1997	3,50	1,20	0,40	5,10	71º
245	Leandro Marcos Pessetto	09/08/1981	3,50	1,00	0,60	5,10	72º
204	Mauricio Carbonara	14/03/1997	3,50	1,00	0,60	5,10	73º
239	Mario Siebeneichler De Oliveira	17/04/1980	3,50	0,80	0,80	5,10	74º
333	Filipe Walker	10/08/1996	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
314	Mansur Garlet Nunes Xavier	04/12/1990	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
103	Cristian Schio Santos	12/07/1999	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
68	Lucas Henrique Martim	19/02/1991	3,15	0,60	0,80	4,55	Desc.
14	Adenilson Rebelatto	22/07/1992	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.
15	Fabício Bello Da Silva	23/08/1979	1,40	1,60	0,80	3,80	Desc.
323	Alberto José Kroth	Faltante					Desc.
194	Mauricio César Budal	Faltante					Desc.
332	Sandra Deise Faccio	Faltante					Desc.
304	Fabiano Cella	Faltante					Desc.
374	Hugo Leonel Vogel	Faltante					Desc.
159	Fernanda Fátima Franzosi Castelli	Faltante					Desc.
207	Deniz Evandro Da Rocha	Faltante					Desc.
279	Paula Cristina Schaffer	Faltante					Desc.
371	Raduan Celso Alves De Oliveira Nobre	Faltante					Desc.
335	Glauca Graciele Bremm	Faltante					Desc.
141	Carla Teresinha Kaiser	Faltante					Desc.
223	Kadi Terezinha Guth	Faltante					Desc.
147	Claudir Alves De Oliveira	Faltante					Desc.
21	Cristian Mateus Ferreira Coelho	Faltante					Desc.
87	Domenico Martini Neto	Faltante					Desc.
175	Djonatan Rech	Faltante					Desc.
367	Álvaro Klein	Faltante					Desc.
356	Deisy Cristina Garbim	Faltante					Desc.
32	Daniela Alves Righi	Faltante					Desc.
362	Cristiano Guilherme Reis	Faltante					Desc.

262	Geovana Aparecida Stanga Schneider	Faltante					Desc.
16	Eduardo Trindade Da Cruz	Faltante					Desc.
216	Cledimar José Perin	Faltante					Desc.

FONOAUDIÓLOGO

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
393	Silmara Laisa Britz	12/11/1999	2,45	0,80	0,60	3,85	Desc.

PROFESSOR II - N1 (ARTES)

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
217	Gracielle Isabel Corte	29/03/1980	4,90	0,00	0,40	5,30	1º
392	Claudia Roma	23/02/1985	2,80	1,40	0,80	5,00	2º
277	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	3,50	0,60	0,60	4,70	Desc.
263	Ediana Dos Santos	13/02/1989	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
91	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
7	Sirlene Estasmaier	28/12/1993	1,75	1,00	0,20	2,95	Desc.
45	Marinilze Juchen	29/06/1992	2,10	0,40	0,40	2,90	Desc.
181	Marcia Fiameti	20/12/1979	1,40	0,80	0,60	2,80	Desc.
257	Vilson José Prestes	14/10/1989	1,75	0,60	0,20	2,55	Desc.
388	Rosmari Lisboa Duarte	06/03/1977	1,05	0,00	0,00	1,05	Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM DE ESF

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
71	Merlin Francini Back	08/05/1989	3,50	1,20	0,80	5,50	1º
168	Rayane Faustino Faria	01/08/1992	3,15	1,40	0,80	5,35	2º
173	Alesandra Maria Ferreira	28/04/1998	2,80	1,40	0,60	4,80	Desc.
307	Marli Terecinha Barth Gularte	26/12/1968	3,50	0,60	0,20	4,30	Desc.
385	Marilei Aparecida Da Silveira Spielmann	18/07/1974	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
252	Marisa Mantovani Rodrigues	14/02/1980	1,75	0,60	0,20	2,55	Desc.

VETERINÁRIO

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
215	Cristiano Zanella	14/07/1997	4,55	1,00	1,00	6,55	1º
366	Fabiana Dente	13/11/1993	4,90	1,20	0,40	6,50	2º
363	Edilson Andrade	07/05/1987	4,20	1,00	0,80	6,00	3º
157	Édina Bieger	09/08/1990	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
1	Dandara Monique Schneider	22/01/1992	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
379	Adriana Alles	17/04/1990	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
221	Jaqueline De Carli	11/01/1995	2,45	1,00	0,60	4,05	Desc.
272	Ana Aline De Oliveira Kolcheski	11/01/1996	2,45	1,00	0,60	4,05	Desc.
206	Elvis Heberle	02/02/1997	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
336	Laís Fernanda Bianchi	29/11/1993	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
255	Fábio Rossato	28/09/1992	3,50	0,00	0,40	3,90	Desc.
380	Gabriel Felipe Meneghini	04/04/1996	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
142	Edivaldo José Hohn	31/10/1989	1,75	0,80	0,60	3,15	Desc.
364	Andrea Kalini Wurzius	21/02/1995	1,75	0,80	0,60	3,15	Desc.
24	Eduardo Luiz Vincenzi	25/03/1997	2,10	0,40	0,60	3,10	Desc.
294	Eduarda Anzolin	06/01/1995	1,75	0,60	0,60	2,95	Desc.
6	Rodrigo Milani	09/07/1991	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.

378	Gabriela Caroline De Miranda Bach	26/11/1997	1,75	0,40	0,40	2,55	Desc.
236	Andressa Paula Parisotto	31/10/1998	2,10	0,00	0,40	2,50	Desc.
90	Glauca Regina Arconti	21/11/1995	1,40	0,40	0,60	2,40	Desc.
5	Jéssica Patricia Strapazon Maldaner	15/08/1994	1,75	0,20	0,40	2,35	Desc.
39	Jandir Cavion	03/08/1988	1,05	0,40	0,20	1,65	Desc.
200	Angela Somavilla Cocco	Faltante					Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º. O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
EM 31 DE JULHO DE 2019.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito do Município de Guaraciaba-SC

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2019

Publicação Nº 2108070

DECRETO Nº 1020/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2019 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
92	Isaura Lucia Tonetti	07/08/1962	7,20	1,05	0,70	8,95	1º
52	Rosimeli Gabbiatti Fetter	03/06/1986	7,20	0,70	1,05	8,95	2º
78	Felipe João Zanatta Bedin	08/05/2001	6,00	1,40	1,05	8,45	3º
97	Natalia Stobbe Nunes	06/01/2001	7,20	0,35	0,35	7,90	4º
25	Maria Elir Oliveira	11/01/1981	6,00	1,05	0,70	7,75	5º
100	Alana Sala	31/01/1996	6,60	0,70	0,35	7,65	6º
13	Carlos Brambilla	Faltante					Desc.
ENFERMEIRA DE ESF							
Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
76	Renata De Souza Rezende	05/03/1994	3,60	1,05	0,70	5,35	1º
82	Noeli Fatima Pereira	05/08/1984	3,60	0,70	0,70	5,00	2º
90	Leticia Rinaldi	02/02/1994	4,20	0,70	0,00	4,90	3º
40	Cladiane Dos Santos	16/12/1987	3,00	1,05	0,70	4,75	4º
39	Katiuscia Werlang	06/01/1991	3,00	1,05	0,70	4,75	5º
59	Juliana Zanin	27/11/1983	2,40	1,05	1,05	4,50	6º
61	Lidiane Klement	08/03/1991	2,40	1,05	0,70	4,15	7º
79	Patricia Barbieri	15/12/1992	3,00	0,35	0,70	4,05	8º
49	Taissana Dezanetti	03/05/1991	2,40	1,05	0,35	3,80	Desc.
14	Jéssica Schaurich	29/03/1993	1,80	0,70	1,05	3,55	Desc.
87	Karine Theobald	22/08/1993	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.

35	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	1,80	1,40	0,00	3,20	Desc.
84	Claci Chiele Baptistella	Faltante					Desc.
51	Juciane Scarton	Faltante					Desc.

FARMACÊUTICO

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
16	Samanda Cristina Ziani	12/10/1994	4,80	1,40	0,35	6,55	1º
91	Cristhiane Tonetti	24/09/1985	3,60	1,05	0,70	5,35	2º
117	Larissa Rafaela Buscariol Babetto	05/01/1991	4,20	1,05	0,00	5,25	3º
104	Anna Amélia Sanata	03/04/1992	3,00	1,05	0,70	4,75	4º
98	Lílian Laura Liberalesso	16/02/1988	3,00	0,70	0,35	4,05	5º
18	Carla Bassani Zorzi	11/09/1996	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
12	Eliane Kunrath	20/08/1982	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.
62	Jhulia Leticia Cossul	10/10/1998	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.
60	Ana Mércia De Melo Soares	17/07/1985	1,80	1,05	0,35	3,20	Desc.
50	Keylla Fernanda Wuitschik Scheidt	10/06/1997	1,80	0,35	0,00	2,15	Desc.
48	Julia Moraes	Faltante					Desc.

ODONTÓLOGO DE ESF

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
83	Danielle Christiane Debesaytis	10/03/1989	5,40	1,05	0,70	7,15	1º
58	Táise Alessandra Hanzen	25/08/1991	5,40	1,05	0,70	7,15	2º
107	Ana Laura Geller Fernandes	06/02/1997	4,80	1,05	1,05	6,90	3º
27	Tayna Lais Marcon	11/12/1995	4,80	1,05	0,70	6,55	4º
101	Letieli Magda Figueiro	16/07/1995	4,80	1,40	0,00	6,20	5º
103	Diego Antunes Gottardi	06/11/1990	4,80	0,70	0,35	5,85	6º
108	Rafael Eickhoff	13/02/1995	4,80	0,35	0,70	5,85	7º
121	Nathaly Black	25/04/1995	3,60	1,75	0,35	5,70	8º
110	Joana Salvi	10/12/1993	4,20	0,70	0,35	5,25	9º
47	Leonardo Mottes	14/08/1997	4,20	0,70	0,35	5,25	10º
55	Ana Carolina Giongo	21/07/1992	3,60	0,35	0,70	4,65	11º
102	Camila Liamara Dilli Ribeiro	06/06/1997	3,60	0,35	0,35	4,30	12º
37	Jefferson Giovani Da Veiga	Faltante					Desc.
80	Emmanuelle Cristine Zanella Capra	Faltante					Desc.
19	Elen Cristina Bertuzzi	Faltante					Desc.
116	Bruna Zanardi	Faltante					Desc.
2	Tais Fernanda Soster	Faltante					Desc.
68	Kemily Pellizzer	Faltante					Desc.
109	Rafaela Polonio	Faltante					Desc.
53	Marina Pires	Faltante					Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM DE ESF

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
75	Merlin Francini Back	08/05/1989	4,80	1,05	0,70	6,55	1º

VETERINÁRIO

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	Total	Class.
85	Édina Bieger	09/08/1990	3,60	0,35	1,05	5,00	1º
77	Eduardo Sarzi	14/05/1998	3,00	0,70	1,05	4,75	2º
15	Beatriz Monteiro Magalhães De Oliveira	02/12/1982	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
106	Jaqueline De Carli	11/01/1995	1,80	0,70	0,35	2,85	Desc.

66	Moisés Galina	17/01/1995	1,80	0,70	0,35	2,85	Desc.
1	Jéssica Patricia Strapazon Maldaner	15/08/1994	1,80	0,35	0,35	2,50	Desc.
10	Jheniffer Von Der Ham	30/03/1997	0,60	1,05	0,70	2,35	Desc.
4	Rodrigo Milani	Faltante					Desc.
96	Giancarlo Boaretto	Faltante					Desc.
33	Gabrielli Taísa Hahn	Faltante					Desc.
95	Tayana Bertolotti	Faltante					Desc.

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)

Insc.	Nome candidato	Data Nsc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
30	Rafael Dos Santos	19/09/1991	1,52	0,09	0,18	4,50	6,29	1º
113	Fernando Jose Maggioni	22/04/1983	1,33	0,09	0,27	4,40	6,09	2º
29	Everson Antônio De Miranda	04/03/1995	0,76	0,18	0,27	4,10	5,31	3º
99	Andrei Vittus Welter	04/09/1987	1,71	0,18	0,18	0,00	2,07	Desc.
22	Jose Felipe Bernat	23/02/1998	1,71	0,18	0,18	0,00	2,07	Desc.
115	João Carlos Faccin	07/04/1973	1,52	0,36	0,18	0,00	2,06	Desc.
81	Cleomar Jose De Almeida	03/12/1990	1,52	0,18	0,27	0,00	1,97	Desc.
69	Rogério Zanin	03/04/1983	1,33	0,18	0,18	0,00	1,69	Desc.
74	Enio Zorzi	13/09/1980	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
111	André Aloisio Christoff	Faltante						Desc.
11	Juliomar Zarpelon	Faltante						Desc.
105	Renan Scapin	Faltante						Desc.

Art. 2º. Para os cargos de Técnico em Enfermagem de ESF, Farmacêutica, Veterinário, Enfermeira de ESF, Odontólogo de ESF e Auxiliar de Serviços Gerais, são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º. Para o cargo de Motorista (CNH Categoria D), são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 1,00 (um ponto), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e 3,00 (três pontos) na Prova Prática, conforme disposto em edital.

Art. 4º. O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 5º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
EM 31 DE JULHO DE 2019.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito do Município de Guaraciaba-SC

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2019-PMG - ERRATA 01

Publicação Nº 2108854

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA I ao Edital da Pregão Presencial nº. 167/2019 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA OS PARTICIPANTES DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

1 . DAS ALTERAÇÕES

- Supressão do item 9.1.8. do instrumento convocatório.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter)

A data de abertura fica designada para o dia 14 de agosto de 2019 às 14h00min.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas.

O Edital com a alteração e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de julho de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

AVISO SUSPENSÃO - LICITAÇÃO 134/2019 - PMG

Publicação Nº 2108874

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Edital do Pregão: 134/2019 – PMG

Processo Licitatório: 134/2019 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº 134/2019 - PMG, para análise de impugnações e questionamentos. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de julho de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 52/2019 – FMS

Publicação Nº 2108411

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 52/2019 – FMS

Processo Licitatório nº: 33/2019 – FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, PARA O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 0301960-06.2014.8.24.0026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

Contratada: CLÍNICA DE PSICOTERAPIA E DESINTOXICAÇÃO VERDE VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob

o nº 08.345.108/0001-28, estabelecida na Rua Max Doering, nº 490, bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.255-120.

Valor: R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 26/07/2019 Término: 24/10/2019

GUARAMIRIM (SC), 31/07/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

91/2019

Publicação Nº 2107672

DECRETO Nº 091/2019

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.075,43 (Três mil, setenta e cinco reais e quarenta e três centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

12- SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.05.244.006.2.085

3.3.90.00-00.00.234 - Aplicações Diretas R\$ 3.075,43

Soma R\$ 3.075,43

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2018, referente aos recursos FEAS/Custeio no valor de R\$ 3.075,43.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 31 de julho de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DEFESA DE AUTUAÇÃO 111/2019

Publicação Nº 2107416

DEFESA DE AUTUAÇÃO 111/2019

ÓRGÃO AUTUADOR: 8032

RECORRENTE: GABRIEL DE OLIVEIRA

MOTIVO (s): art. 181 VIII do CTB – ULTRAP P/ CONTRAMÃO LINHA DE FLUXO OPOSTO. CONT AMAR

VISTOS, etc...

Trata-se GABRIEL DE OLIVEIRA referente à notificação que lhe foi imposta constante do Auto de Infração de Trânsito P013I0027N código 596-7-0 (ULTRAP P/ CONTRAMÃO LINHA DE FLUXO OPOSTO. CONT AMAR). Em sua defesa o recorrente alega que não teve a intensão de ultrapassar pela contramão. Mas fez em virtude do veículo a sua frete apresentar problemas mecânicos.

Passo a decidir:

Ao se proceder a análise do Auto de Infração de Trânsito, denota-se o regular preenchimento por parte do agente de trânsito, obedecendo, assim, os requisitos exigidos pela Resolução 217/2006, do CONTRAN, c/c a Portaria 59/2077, do DENATRAN, e artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro.

A resolução CONTRAN nº 619/2017 estabelece, no artigo 9º, que, interposta a defesa da autuação (...), caberá à autoridade competente apreciá-la, inclusive quanto ao mérito.

Neste sentido, percebeu-se que a notificação foi lavrada seguindo os preceitos do CTB. Especificamente quanto a defesa de autuação, o senhor GABRIEL DE OLIVEIRA a protocolou fora do prazo para a defesa prévia, segundo a previsão do art. 282, § 4º do CTB.

Nesses termos, opino pelo INDEFERIMENTO do pedido, devendo-se aplicar a pena de multa ao recorrente para que, caso enseje, pleiteie o cancelamento do auto perante a JARI.

DÊ-SE CIÊNCIA.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

Herval D´Oeste/SC, 18 de Julho de 2019.

LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA

Diretor de trânsito

Portaria 543/2018

DEFESA DE AUTUAÇÃO 112/2019

Publicação Nº 2107417

DEFESA DE AUTUAÇÃO 112/2019

ÓRGÃO AUTUADOR: 8032

RECORRENTE: ELIANE SALETE DE LIMA LONGHINI

MOTIVO (s): ART.181 XVII do CTB – ESTAC EM DESACOR C/REGULAMENTAÇÃO – VAGA DE CARGA/DESCARGA

VISTOS, etc...

Trata-se de ELIANE SALETE DE LIMA LONGHINI referente à notificação que lhe foi imposta constante do Auto de Infração de Trânsito P013I002A3 código 554-1-4 (ESTAC EM DESACOR C/REGULAMENTAÇÃO – VAGA DE CARGA/DESCARGA). Em sua defesa a recorrente alega que estacionou no local por um curto período de tempo e mediante uma situação na qual ela fornecia carona para uma idoso com limitações físicas que precisa ir à farmácia comprar medicações para ela. Declara também não haver vagas reservadas para idosos naquele local.

Passo a decidir:

O artigo 281 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente:

I - se considerado inconsistente ou irregular;

II - se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação.

No auto de infração, o agente cita, no campo de observações: "amparo legal art. ART.181 XVII da lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 CTB. Ao se proceder a análise do Auto de Infração de Trânsito, denota-se o regular preenchimento por parte do agente de trânsito, obedecendo, assim, os requisitos exigidos pela Resolução 217/2006, do CONTRAN, c/c a Portaria 59/2077, do DENATRAN, e artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina, ao emitir o Parecer nº 201/2013, esclareceu que o auto de infração de trânsito pode ser conceituado como o ato solene por meio do qual o Estado registra, por escrito, a prática de uma suposta infração, revestido da autenticidade inerente ao próprio serviço público (fé-pública – presunção de veracidade, legitimidade e legalidade).

Ao agente de trânsito, no momento da emissão do AIT, lhe é incumbida a responsabilidade de preenche-lo às formalidades que o ato requer, pois tem requisitos de existência, validade e eficácia, sem os quais este registro da infração não atingirá o fim de impor os efeitos previstos na norma infringida.

Diante dos princípios norteadores da administração pública, entende-se que o auto de infração foi preenchido dentro dos ditames legais, sobre valendo a informação prestada pelo agente de trânsito.

Sabe-se que a atuação da Administração Pública está diretamente vinculada aos preceitos constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a supremacia do interesse público. Neste contexto, para que o ato administrativo seja considerado nulo, deve-se verificar se a forma como se encontra trouxe ou não prejuízo à defesa do infrator, sendo considerado válido o ato sempre que inexistir qualquer dano ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

O artigo 280 da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, determinando que “ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará: tipificação da infração; local, data e hora do cometimento da infração; caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação; o prontuário do condutor, sempre que possível; identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração; assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração”. (grifou-se). A resolução CONTRAN nº 619/2017 estabelece, no artigo 9º, que, interposta a defesa da autuação (...), caberá à autoridade competente apreciá-la, inclusive quanto ao mérito.

Neste sentido, a autuação preenche complementemente os requisitos formais para a subsistência do auto. No entanto, a recorrente, sra. ELIANE SALETE DE LIMA LONGHINI não concordou com a notificação, alegando que estacionou no local por um curto período de tempo e mediante uma situação na qual ela fornecia carona para uma idosa com limitações físicas que precisa ir à farmácia comprar medicações para ela. Declara também não haver vagas reservadas para idosos naquele local.

Porém, não há no CTB nenhuma previsão da possibilidade de uso de vaga de carga para o caso acima descrito. Mesmo que não tenha vagas no local, não é possível estacionar nessa vaga específica para carga e descarga.

Nesses termos, opino pelo INDEFERIMENTO do pedido, devendo-se aplicar a pena de multa ao recorrente para que, caso enseje, pleiteie o cancelamento do auto perante a JARI.

DÊ-SE CIÊNCIA.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

Herval D'Oeste/SC, 18 de Julho de 2019.

LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA

Diretor de trânsito

Portaria 543/2018

DEFESA DE AUTUAÇÃO 114/2019

Publicação Nº 2107420

DEFESA DE AUTUAÇÃO 114/2019

ÓRGÃO AUTUADOR: 8032

RECORRENTE: ADEMAR JOSE BITTENCOURT

MOTIVO (S): ART.181 XVII do CTB – ESTAC EM DESACOR C/REGULAMENTAÇÃO – VAGA DE CARGA/DESCARGA

VISTOS, etc...

Trata-se de ADEMAR JOSE BITTENCOURT referente à notificação que lhe foi imposta constante do Auto de Infração de Trânsito PO13I0028K código 554-1-4 (ESTAC EM DESACOR C/REGULAMENTAÇÃO – VAGA DE CARGA/DESCARGA). Em sua defesa o recorrente alega que a autuação é indevida, pois estacionou por um curto período de tempo (15 a 20 min) somente para levar seu animal a clínica veterinária. Além de ser deficiente físico e não haver vagas reservadas naquele local para tal finalidade.

Passo a decidir:

O artigo 281 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente:

I - se considerado inconsistente ou irregular;

II - se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação.

No auto de infração, o agente cita, no campo de observações: “amparo legal art. ART.181 XVII da lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 CTB. Ao se proceder a análise do Auto de Infração de Trânsito, denota-se o regular preenchimento por parte do agente de trânsito, obedecendo, assim, os requisitos exigidos pela Resolução 217/2006, do CONTRAN, c/c a Portaria 59/2077, do DENATRAN, e artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina, ao emitir o Parecer nº 201/2013, esclareceu que o auto de infração de trânsito pode ser conceituado como o ato solene por meio do qual o Estado registra, por escrito, a prática de uma suposta infração, revestido da autenticidade inerente ao próprio serviço público (fé-pública – presunção de veracidade, legitimidade e legalidade).

Ao agente de trânsito, no momento da emissão do AIT, lhe é incumbida a responsabilidade de preenche-lo às formalidades que o ato requer, pois tem requisitos de existência, validade e eficácia, sem os quais este registro da infração não atingirá o fim de impor os efeitos previstos na norma infringida.

Diante dos princípios norteadores da administração pública, entende-se que o auto de infração foi preenchido dentro dos ditames legais, sobre valendo a informação prestada pelo agente de trânsito.

Sabe-se que a atuação da Administração Pública está diretamente vinculada aos preceitos constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a supremacia do interesse público. Neste contexto, para que o ato administrativo seja considerado nulo, deve-se verificar se a forma como se encontra trouxe ou não prejuízo à defesa do infrator, sendo considerado válido o ato sempre que inexistir qualquer dano ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

O artigo 280 da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, determinando que “ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará: tipificação da infração; local, data e hora do cometimento da infração; caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação; o prontuário do condutor, sempre que possível; identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração; assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração”. (grifou-se). A resolução CONTRAN nº 619/2017 estabelece, no artigo 9º, que, interposta a defesa da autuação (...), caberá à autoridade competente apreciá-la, inclusive quanto ao mérito.

Neste sentido, a autuação preenche completamente os requisitos formais para a subsistência do auto. Quanto ao mérito, o sr. ADEMAR JOSE BITTENCOURT não apresentou requisitos legais que justificasse o cancelamento da autuação. Em recurso, declara que estacionou em vaga de carga e descarga por um curto período de tempo (15 a 20 min) somente para levar seu animal a clínica veterinária. Suas declarações, por si só, já configura a irregularidade de trânsito, pois o tempo de permanência na vaga de carga e descarga é somente para o embarque e desembarque de mercadorias. Com isso, como declarou o recorrente (que ficou no local por um período de 15 a 20 min) ele ficou um período superior ao necessário para desembarcar um animal.

Nesses termos, opino pelo INDEFERIMENTO do pedido, devendo-se aplicar a pena de multa ao recorrente para que, caso enseje, pleiteie o cancelamento do auto perante a JARI ESTADUAL.

DÊ-SE CIÊNCIA.
REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.

Herval D'Oeste/SC, 18 de julho de 2019.
LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA
Diretor de trânsito
Portaria 543/2018

DEFESA DE AUTUAÇÃO 115/2019

Publicação Nº 2107421

DEFESA DE AUTUAÇÃO 115/2019

ÓRGÃO AUTUADOR: 8032

RECORRENTE: PREPARADORA JOAÇABA LTDA ME

MOTIVO (s): ART.181 XVII do CTB – ESTAC EM DESACOR C/REGULAMENTAÇÃO – VAGA DE CARGA/DESCARGA

VISTOS, etc...

Trata-se de PREPARADORA JOAÇABA LTDA ME referente à notificação que lhe foi imposta constante do Auto de Infração de Trânsito PO13I0029M código 554-1-4 (ESTAC EM DESACOR C/REGULAMENTAÇÃO – VAGA DE CARGA/DESCARGA). Em sua defesa o recorrente alega que o auto é irregular por infringir a legalidade administrativa quando o agente autuador deixou de cumprir procedimento prevista na Res 471/13, no seu artigo 2º, que prevê, no campo de observação, que o agente deve informar a forma com que foi constatado o cometimento da infração, ou seja, por videomonitoramento. Além disso, reque o cancelamento do auto por não existir no trecho onde ocorreu a autuação placas educativas que alertem os condutores sobre a existência desse tipo de fiscalização”.

Passo a decidir:

O artigo 281 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

Art. 281. A autoridade de trânsito, na esfera da competência estabelecida neste Código e dentro de sua circunscrição, julgará a consistência do auto de infração e aplicará a penalidade cabível.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente:

I - se considerado inconsistente ou irregular;

II - se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação.

No auto de infração, o agente cita, no campo de observações: “amparo legal art. ART.181 XVII da lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 CTB. Ao se proceder a análise do Auto de Infração de Trânsito, denota-se o regular preenchimento por parte do agente de trânsito, obedecendo, assim, os requisitos exigidos pela Resolução 217/2006, do CONTRAN, c/c a Portaria 59/2077, do DENATRAN, e artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Conselho Estadual de Trânsito de Santa Catarina, ao emitir o Parecer nº 201/2013, esclareceu que o auto de infração de trânsito pode ser conceituado como o ato solene por meio do qual o Estado registra, por escrito, a prática de uma suposta infração, revestido da autenticidade inerente ao próprio serviço público (fé-pública – presunção de veracidade, legitimidade e legalidade).

Ao agente de trânsito, no momento da emissão do AIT, lhe é incumbida a responsabilidade de preenche-lo às formalidades que o ato requer, pois tem requisitos de existência, validade e eficácia, sem os quais este registro da infração não atingirá o fim de impor os efeitos previstos na norma infringida.

Diante dos princípios norteadores da administração pública, entende-se que o auto de infração foi preenchido dentro dos ditames legais, sobre valendo a informação prestada pelo agente de trânsito.

Sabe-se que a atuação da Administração Pública está diretamente vinculada aos preceitos constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a supremacia do interesse público. Neste contexto, para que o ato administrativo seja

considerado nulo, deve-se verificar se a forma como se encontra trouxe ou não prejuízo à defesa do infrator, sendo considerado válido o ato sempre que inexistir qualquer dano ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

O artigo 280 da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, determinando que “ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará: tipificação da infração; local, data e hora do cometimento da infração; caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação; o prontuário do condutor, sempre que possível; identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração; assinatura do infrator, sempre que possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração”. (grifou-se). A resolução CONTRAN nº 619/2017 estabelece, no artigo 9º, que, interposta a defesa da autuação (...), caberá à autoridade competente apreciá-la, inclusive quanto ao mérito.

Neste sentido, a autuação preenche complementemente os requisitos formais para a subsistência do auto. No entanto, o recorrente PREPARADO-RA JOAÇABA LTDA ME alega que o auto é irregular por infringir a legalidade administrativa quando o agente autuador deixou de cumprir procedimento prevista na Res 471/13, no seu artigo 2º, que prevê, no campo de observação, que o agente deve informar a forma com que foi constatado o cometimento da infração, ou seja, por videomonitoramento. Além disso, reque o cancelamento do auto por não existir no trecho onde ocorreu a autuação placas educativas que alertem os condutores sobre a existência desse tipo de fiscalização”.

Quanto aos argumentos apresentados, anexou-se cópia da autuação para demonstrar que o agente de trânsito autuador preencheu os requisitos exigidos pela Res 471/CONTRAM, principalmente no que se refere a indicação de que a infração foi constatada pelo agente de trânsito durante o videomonitoramento, como bem exposto nas declarações recursais do recorrente.

Quanto ao segundo argumento apresentado (ausência de placas educativas de sinalização). Informa-se que na avenida Santos Dumont, em Herval d’Oeste, há placas de sinalização indicando a fiscalização por videomonitoramento.

Nesses termos, opino pelo INDEFERIMENTO do pedido, devendo-se aplicar a pena de multa ao recorrente para que, caso enseje, pleiteie o cancelamento do auto perante a JARI.

DÊ-SE CIÊNCIA.
REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.

Herval D’Oeste/SC, 25 de Julho de 2019.
LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA
Diretor de trânsito
Portaria 543/2018

PORTARIA Nº 1067/2019

Publicação Nº 2107396

PORTARIA Nº 1067/2019

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d’Oeste/SC, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora SAIRA LOPES DA CUNHA CAVALLI (MATRÍCULA 5084), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, a contar de 29 de julho de 2019, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 8º (oitavo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019 de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d’Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d’Oeste/SC, 29 de Julho de 2019.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1068/2019

Publicação Nº 2107440

PORTARIA Nº 1068/2019

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d’Oeste/SC, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora SHEILA APARECIDA MARTINAZZO PAGLIOSA (MATRÍCULA 5085), para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, a contar de 29 de julho de 2019, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 5º (quinto) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019

de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 29 de Julho de 2019.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1069/2019

Publicação Nº 2107471

PORTARIA Nº 1069/2019

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora CLECIANE LUVISON (MATRÍCULA 5086), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, em substituição à servidora Carla Aparecida Vargas que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 29 de julho de 2019, limitado ao término do ano letivo de 2019, classificada em 1º (primeiro) lugar, reclassificada no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019 de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 29 de Julho de 2019.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1070/2019

Publicação Nº 2108964

PORTARIA Nº 1070/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor LUIZ ERNI BALESTRIN (MATRÍCULA 1693), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência – G, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2017 a 18 de agosto de 2018, para serem gozadas a contar de 30 de julho de 2019 a 10 de agosto de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de Julho de 2019.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1071/2019

Publicação Nº 2108978

PORTARIA Nº 1071/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 30 de julho de 2019, a servidora MACLEISE MARINELLO (MATRÍCULA 3589), ocupante do cargo em provimento efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 12/1, Referência - B, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de julho de 2019.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1072/2019

Publicação Nº 2108981

PORTARIA Nº 1072/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 30 de julho de 2019, a servidora LILIAN MARIA ANTUNES PEREIRA (MATRÍCULA 4824), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de julho de 2019.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1073/2019

Publicação Nº 2108982

PORTARIA Nº 1073/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 30 de julho de 2019, a servidora ARIELA SCHNEIDER MARCA KRUG (MATRÍCULA 2800), ocupante do cargo em provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, Nível – 12/1, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de julho de 2019.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1074/2019

Publicação Nº 2108986

PORTARIA Nº 1074/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 30 de julho de 2019, a servidora EDIANE APARECIDA SOARES DA SILVA (MATRÍCULA 3615), ocupante do cargo em provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 30 de julho de 2019.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1075/2019

Publicação Nº 2108988

PORTARIA Nº 1075/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora LOURDES RECALCATTI FACCIN (MATRÍCULA 437), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - K, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2016 a 18 de agosto de 2018, para serem gozadas a contar de 31 de julho de 2019 a 23 de agosto de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 31 de Julho de 2019.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1076/2019

Publicação Nº 2108990

PORTARIA Nº 1076/2019

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 31 de julho de 2019, o servidor CARLOS NORBERTO PESSOLI (MATRÍCULA 540), ocupante do cargo em provimento efetivo de MOTORISTA, Nível –7, Referência - J, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 31 de julho de 2019.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PP 034 - PMI - LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS**

Publicação Nº 2109226

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 080/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 034/2019

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de agosto de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, visando locação de impressoras multifuncionais para as secretarias do Município de Ibiam, por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 48 meses, Art 57, inciso IV. DATA LIMITE DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: até 12/08/2019, as 09h:45min, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10h:00min. Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 01 DE AGOSTO DE 2019.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 024/2019**

Publicação Nº 2108060

PORTARIA Nº 024, DE 10 DE JULHO DE 2019
CONCEDE 20 (VINTE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

SÉRGIO ANTONIO RAMOS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam – SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, considerando a lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela lei municipal nº 0385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 10 de julho de 2019, RESOLVE:

Art 1º Conceder a servidora ELISA MARIA GHENO TREVISOL, ocupante do cargo de Secretária Executiva - Nível 2 – Referencia E- Anexo I-A da Lei Municipal 052/97 de 11 de agosto de 1997, 20 (vinte) dias de Licença Prêmio, a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2013 à 12.09.2018.

§ Único. A remuneração do servidor, durante o período da licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do artigo 96-D, da lei municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela lei municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art 2º A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 10 de julho de 2019 á 30 de julho de 2019

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ibiam- SC, 10 de julho de 2019	
SÉRGIO ANTONIO RAMOS	JOSÉ HENRIQUE RAMOS MOREIRA
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE

MIGUEL FELICETTI	JOCIMAR T. DE OLIVEIRA
2º VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO

MARCIA AP. GOMES DE OLIVEIRA
2º SECRETÁRIO

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 29 - 2019 UNIFORMES PARA FANFARRA MUNICIPAL

Publicação Nº 2107783

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019 REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GINFRANCO VOLPATO, através da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo, como órgão participante, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 008/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de uniforme para o grupo de Fanfarra Municipal.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Administração do Município de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 13 de agosto de 2019, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições futuras de uniformes para Fanfarra Municipal.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 31 de julho de 2019

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

PORTARIA Nº 479

Publicação Nº 2107523

Portaria nº 479, de 03 de junho de 2019.

“Prorroga trabalhos de Comissão de Processo Disciplinar”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Art. 203 e art. 212, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

P R O R R O G A R

Art. 1º - Os trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar, nomeada através da Portaria nº 319, de 01 de abril de 2019, que apura suposta prática de atos de indisciplina praticadas pelo(a) servidor(a) JUVÂNIO JOSÉ DE ANDRADE, sob a matrícula nº 8842-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE VEÍCULOS, vinculado(a) à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O prazo para conclusão dos trabalhos será prorrogado pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de junho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 480

Publicação Nº 2107524

Portaria nº 480, de 03 de junho de 2019.

“Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) JOSÉ DA SILVA, sob a matrícula nº 13056-1, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, vinculado(a) a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 24/10/2023, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 481

Publicação Nº 2107525

Portaria nº481, de 03 de junho de 2019.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) VALDENEY ANTONIO FRANÇA, sob a matrícula nº 13056-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE OBRAS, vinculado(a) a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, portador(a) da CNH na categoria AD, com validade até 09/02/2020, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 482

Publicação Nº 2107527

Portaria nº 482, de 03 junho de 2019.
"Altera Função Executiva de Confiança".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 32, inciso II, da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007:

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a denominação da gratificação de Função Executiva de Confiança, constante na Portaria nº 082, de 09 de janeiro de 2017, do(a) servidor(a) ROGÉRIO ESKELSEN, sob a matrícula nº 11720-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) a Secretaria de Administração e Finanças, de FEC-7 para FEC-8, passando sua gratificação para 60% (sessenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a), acrescentando a responsabilidade pela Gestão dos Programas de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório, permanecendo inalterados os demais dizeres da referida portaria.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 483

Publicação Nº 2107528

Portaria nº 483, de 03 de junho de 2019.
"Altera Gratificação".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 117, § 5º, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007:

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a gratificação, constante na Portaria nº 508, de 03 de abril de 2017, do(a) servidor(a) KLAUS BRODWOLF, sob a matrícula nº 26891-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, passando sua gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) para 40% (quarenta por cento), calculada sobre o salário base do(a) servidor(a), permanecendo inalterados os demais dizeres da referida portaria.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 484

Publicação Nº 2107529

Portaria nº 484, de 03 de junho de 2019.
"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento em Comissão".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007 e Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - BRAULIO ONESIO SANT ANA, sob a matrícula nº 169331-2, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE SERVIÇOS RURAIS, nível DAS-5, vinculado(a) à Secretária de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.326,16 (dois mil, trezentos e trinta e seis reais, dezesseis centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 485

Publicação Nº 2107530

Portaria nº 485, de 03 de junho de 2019.
"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2018 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - FABIANO PARMA, sob a matrícula nº 62452690-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível "II", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e vinte e dois reais, cinquenta e dois centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º da Lei 3058 de 23 de abril de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 486

Publicação Nº 2107531

Portaria nº 486, de 03 de junho de 2019.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações; b) que os servidores, ocupantes de cargos de Professores efetivos estarem em período de férias coletivas, afastadas, remanejadas ou Licenciadas; c) que o ano letivo iniciou no dia 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos no CI Moisés Amaral, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes; e) que a servidora efetiva Cleuci Voss, lotada no CEI Moisés Amaral, está em Licença Prêmio; f) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 002/2018, o(a) Sr(a) FABRÍCIA APARECIDA HINCKEL, sob a matrícula nº 62446827-1, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Moisés Amaral, em substituição a servidora efetiva Cleuci Voss.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2019, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.694,90 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais, noventa centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 487

Publicação Nº 2107534

Portaria nº 487, de 03 de junho de 2019.
"Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2017 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - THAIS CRISTINA KOLM, sob a matrícula nº 336335-0, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível "II", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e vinte e dois reais, cinquenta e dois centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º da Lei 3101 de 07 de outubro de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 488

Publicação Nº 2107535

Portaria nº 488, de 03 de junho de 2019.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2018 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - VICENTE MARAFIGO DE SOUZA, sob a matrícula nº 13315-5, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível “II”, referência “A”, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e vinte e dois reais, cinquenta e dois centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º da Lei 3058 de 23 de abril de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 489

Publicação Nº 2107536

Portaria nº 489, de 03 de junho de 2019.

“Nomeia Professor em caráter temporário”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações; b) que os servidores, ocupantes de cargos de Professores efetivos estarem em período de férias coletivas, afastadas, remanejadas ou Licenciadas; c) que o ano letivo iniciou no dia 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos na EM Christa Sedlacek e no CEI Lidi Brodewolf, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes; e) que o servidor efetivo Muriel Alessando do Nascimento, lotada na EM Christa Sedlacek, está em Licença Prêmio e o servidor efetivo Romeu Klemz, lotado no CEI Lidi Brodewolf, está a disposição da Comissão Municipal de Esportes; f) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 002/2018, o(a) Sr(a) WESLEY DA SILVA, sob a matrícula nº 62452681-0, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 10 (dez) horas semanais, na Escola Municipal Christa Sedlacek, em substituição ao servidor efetivo Muriel A. do Nascimento e 20 (vinte) horas no Centro de Educação Infantil Lidi Brodewolf, em substituição ao servidor efetivo Romeu Klemz.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2019, ou até o retorno dos servidores efetivos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e vencimentos de R\$ 1.918,30 (um mil, novecentos e dezoito reais, trinta centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 490

Publicação Nº 2107537

Portaria nº 490, de 03 de junho de 2019.
Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora RAISA NOELI DAVE, sob a matrícula nº 23515-9, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR, vinculada à Secretaria de Educação Cultura e Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 14 de março de 2019 e com término em 09 de setembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 10 de setembro de 2019, e seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de março de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 491

Publicação Nº 2107553

Portaria nº 491, de 03 de junho de 2019.
Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora RAQUEL RONCONI TOMAZ DA SILVA, sob a matrícula nº 62412680-2, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculada à Secretaria de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 27 de maio de 2019 e com término em 22 de novembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 23 de novembro de 2019, e seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 492

Publicação Nº 2107554

Portaria nº 492, de 03 de junho de 2019.
Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) DALVA BERTOTI, sob a matrícula nº 37176-5, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 03 de junho de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 493

Publicação Nº 2107555

Portaria nº 493, de 03 de junho de 2019.
Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) ROSEANE KARSTEN, sob a matrícula nº 11886-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 03 de junho de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças
Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 494

Publicação Nº 2107556

Portaria nº 494, de 03 de junho de 2019.
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 02/02/2019, a pedido do(a) servidor(a) CLEUCI VOSS, sob a matrícula nº 5568-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação,

Cultura e Esportes.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de junho de 2019 a 02 de julho de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 03 de julho de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 495

Publicação Nº 2107557

Portaria nº 495, de 03 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ANARA BURIOL ZANUZO POLETTI, matrícula nº 62432311-0, ocupante do cargo EFETIVO de MÉDICO, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018, para serem gozadas no período de 03/06/2019 a 22/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 23/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 496

Publicação Nº 2107558

Portaria nº 496, de 03 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) RONAN ZIMMER, matrícula nº 32395-1, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 14/09/2017 a 13/09/2018, para serem gozadas no período de 03/06/2019 a 12/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 13/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 497

Publicação Nº 2107561

Portaria nº 497, de 03 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) DENISE BENZI, matrícula nº 273899-0, ocupante do cargo em EFETIVO de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2017 a 31/05/2018, para serem gozadas no período de 03/06/2019 a 02/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 03/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 498

Publicação Nº 2107562

Portaria nº 498, de 03 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) RUDINEI PINSEGHIER, matrícula nº 120219-0, ocupante do cargo em EFETIVO de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS relativas ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018, para serem gozadas no período de 03/06/2019 a 02/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 03/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 03 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 499

Publicação Nº 2107564

Portaria nº 499, de 04 de junho de 2019.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) FABIANI TENFEN SOBERANSKI, sob a matrícula nº 33227-0, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DAS-1, vinculado(a) a Secretaria de Assistência Social e Habitação, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 03/04/2022, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 500

Publicação Nº 2107566

Portaria nº 500, de 04 de junho de 2019.

“Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) PRISCILA DOS SANTOS PATROCINIO, sob a matrícula nº 27553-6, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-4, vinculado(a) a Secretaria de Assistência Social e Habitação, portador(a) da CNH na categoria B, com validade até 04/12/2023, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 501

Publicação Nº 2107569

Portaria nº 501, de 04 de junho de 2019.

“Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) EONICE MARIA DA SILVA E SILVA, sob a matrícula nº 36439-2, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DAS-5, vinculado(a) a Secretaria de Assistência Social e Habitação, portador(a) da CNH na categoria B, com validade até 05/06/2023, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 502

Publicação Nº 2107571

Portaria nº 502, de 04 de junho de 2019.
"Nomeia Professor em caráter temporário"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) de acordo com a Lei Complementar nº 21/2001, e alterações; b) que os servidores, ocupantes de cargos de Professores efetivos estarem em período de férias coletivas, afastadas, remanejadas ou Licenciadas; c) que o ano letivo iniciou no dia 11 de fevereiro do corrente ano; d) de acordo com a demanda de novas matrículas de alunos na EM Bairro Operário, há a necessidade de contratar professores para suportar esta demanda de aulas excedentes; e) que a servidora efetiva Roseane Karsten, lotada na EM Bairro Operário, está em Licença para Tratamento de Saúde; f) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001(a) e conforme Processo Seletivo o nº 002/2018, o(a) Sr(a) ANNA FLÁVIA MARTINS, sob a matrícula nº 62442422-2, para o cargo de PROFESSOR(A), lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para ter exercício de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Bairro Operário, em substituição a servidora efetiva Roseane Karsten.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o término do ano letivo de 2019, ou até o retorno da servidora efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 2.557,73 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, setenta e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 04 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 503

Publicação Nº 2107572

Portaria nº 503, de 06 de junho de 2019.
"Autoriza Desconto em Folha de multa de trânsito"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar do(a) servidor(a) GILMAR DE AZEVEDO, sob a matrícula nº 7439-1, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, vinculado(a) a Secretaria de Saúde, o valor de R\$ 156,18 (cento e cinquenta e seis reais, dezoito centavos), correspondente as multas de trânsito, conforme Notificações de Penalidades nº S011710186.

Art. 2º - O valor será descontado em sua folha de pagamento em 03 (três) parcelas iguais de 52,06 (cinquenta e dois reais, seis centavos).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 504

Publicação Nº 2107576

Portaria nº 504, de 06 de junho de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Chamada Pública nº 001/2019 e ainda considerando que: a) dar continuidade ao funcionamento de serviços de atendimento a população; b) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; c) a servidora efetiva Anara Buriol Zanuzo, está afastada por licença maternidade; d) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, I, 3º, I, contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001, o(a) Sr(a) BARBARA MORETTI HEIDTMANN, sob a matrícula nº 62409395-0, para o cargo de MÉDICO, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, para ter exercício na Unidade Municipal de Saúde Dieter Staudinger.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o retorno da funcionária efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 14.259,23 (quatorze mil, duzentos e cinquenta e nove reais) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 505

Publicação Nº 2107578

Portaria nº 505, de 06 de junho de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme Processo Seletivo nº 002/2018 e ainda considerando que: a) existe um grande fluxo de Servente/Merendeiras que entram em benefício de auxílio maternidade, bem como, outras licenças previstas em Lei; b) dar continuidade ao funcionamento de serviços essenciais como limpeza e da merenda escolar; c) que possuímos várias vagas excedentes em função do número de alunos; d) necessitamos da prestação de serviços dessa função com urgência iminente; e) atender as demais Secretarias que também demandam desses serviços; f) a servidora efetiva Vilma Severino, está afastada por licença para tratamento de saúde; g) conforme reza a Lei nº 2.126/2001, Art. 2º, VIII, 3º, IV e 4º, contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar, nomeando em caráter substituição temporário, com fundamento na Lei Municipal nº 2.126/2001, o(a) Sr(a) MARISANDRA DE OLIVEIRA, sob a matrícula nº 62453076-0, para o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, vinculado(a) à Secretaria de Saúde, para ter exercício na Secretária de Saúde.

Art. 2º - O(a) contratado(a) exercerá suas funções até o fim do ano letivo, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vencimentos de R\$ 898,93 (oitocentos e noventa e oito reais, noventa e três centavos) mensais e gratificação conforme Art. 1º da Lei 3058 de 23 de abril de 2014, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, quando cessará o Contrato de Trabalho, ou conforme item 14 do Contrato de Trabalho Temporário assinado pelas partes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 506

Publicação Nº 2107579

Portaria nº 506, de 06 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) VIVINA KOEPEL BAMBINETTI, matrícula nº 43125-0, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DAS-4, relativas ao período aquisitivo de 12/06/2017 a 11/06/2018, para serem gozadas no período de 27/05/2019 a 25/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 26/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de maio de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 507

Publicação Nº 2107580

Portaria nº 507, de 06 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ELI BITTELBRUN LEANDRO, matrícula nº 36730-2, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS, relativas ao período aquisitivo de 12/06/2017 a 11/06/2018, para serem gozadas no período de 27/05/2019 a 05/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 26/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de maio de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 508

Publicação Nº 2107593

Portaria nº 508, de 06 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) MOACIR MORLO, matrícula nº 37150-2, ocupante do cargo em EFETIVO de OPERADOR DE MAQUINAS E VEICULOS relativas ao período aquisitivo de 03/02/2018 a 02/02/2019, para serem gozadas no período de 27/05/2019 a 05/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 06/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 509

Publicação Nº 2107595

Portaria nº 509, de 07 de junho de 2019.
Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) GRAZIELE REGINA ALVES, sob a matrícula nº 30929-2, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 07 de junho de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 07 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 510

Publicação Nº 2107598

Portaria nº 510, de 10 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) GABRIELA ROMAO DOS REIS SILVA, matrícula nº 29440-01, ocupante do EMPREGO PÚBLICO de ENFERMEIRO, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, para serem gozadas no período de 10/06/2019 a 19/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 20/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 511

Publicação Nº 2107599

Portaria nº 511, de 10 de junho de 2019.

“Concede Licença Sem Remuneração para tratamento de Saúde em pessoa da família”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e ainda conforme § 2º do art. 146, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) servidor(a) efetivo(a) MIRIAN NIKEL, sob a matrícula nº 237876-2, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, licença sem remuneração por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico, com base no § 2º, do art. 146, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a pedido do(a) servidor(a), a partir de 10 de junho de 2019 até o dia de 09 julho de 2019, devendo o(a) servidor(a) retornar aos trabalhos no dia 10 de julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 512

Publicação Nº 2107601

Portaria nº 512, de 10 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ADRIANA MENEGHELLI DOS SANTOS matrícula nº 3921-1, ocupante do cargo em EFETIVO de PROFESSOR relativas ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, para serem gozadas no período de 10/06/2019 a 19/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 20/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 513

Publicação Nº 2107602

Portaria nº 513, de 11 de junho de 2019.

“Nomeia servidor(a) para cargo de provimento efetivo”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2018 e ainda de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - ANA PAULA ANDREAS DE LIMA, sob a matrícula nº 313106-1, para exercer o cargo de provimento EFETIVO de SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS, Nível "II", referência "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O(a) servidor(a), terá carga horária de 44 (quarenta) horas semanais e vencimentos de R\$ 958,87 (novecentos e vinte e dois reais, cinquenta e dois centavos) mensais, e gratificação conforme Art. 1º da Lei 3058 de 23 de abril de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 514

Publicação Nº 2107604

Portaria nº 514, de 11 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Art. 131 e 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao (a) funcionário (a) DANIEL FERNANDES PORTO, matrícula nº 5797-2, servidor publico, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas no período de 11/06/2019 a 30/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 01/07/2019.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 515

Publicação Nº 2107606

Portaria nº 515, de 11 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) HEITOR KOPROWSKI matrícula nº 7625-2, ocupante do cargo em EFETIVO de FISCAL DE TRIBUTOS relativas ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas no período de 03/06/2019 a 17/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 516

Publicação Nº 2107609

Portaria nº 516, de 12 de junho de 2019.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica, Municipal e considerando pedido do(a) servidor(a) abaixo, bem como, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) LUCAS MONGCONAN BRANGER, sob a matrícula nº 62414003-4, lotado(a) no cargo efetivo de INSTRUTOR DE ATIVIDADES CULTURAIS, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 10 (dez) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 525,98 (quinhentos e vinte e cinco reais, noventa e oito centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 517

Publicação Nº 2107610

Portaria nº 517, de 12 de junho de 2019.

“Altera Carga Horária”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea “b”, c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) RIVANA MARTA ROSEMANN, sob a matrícula nº 62417681-0, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.347,44 (mil, trezentos e quarenta e sete reais, quarenta e quatro centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 518

Publicação Nº 2107613

Portaria nº 518, de 12 de junho de 2019.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) MARISANDRA DE OLIVEIRA, sob a matrícula nº 62453076-0, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, vinculado(a) a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 19/08/2020, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 519

Publicação Nº 2107615

Portaria nº 519, de 13 de junho de 2019.

Concede licença para
Tratamento de saúde-INSS.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) JANETE SOARES DE SOUZA, sob a matrícula nº 32816-7, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 13 de junho de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 520

Publicação Nº 2107617

Portaria nº 520, de 13 de junho de 2019.

"Altera Carga Horária"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea "b", c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003, e ainda considerando que o(a) Professor(a) efetivo Mirian Nikel está afastada em licença sem vencimentos.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) LILIAN DE SOUZA CAMPOS DE JESUS, sob a matrícula nº 62450549-0, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.694,90 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais, noventa centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 13 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 521

Publicação Nº 2107618

Portaria nº 521, de 14 de junho de 2019.

“Altera carga horária de servidor efetivo”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica, Municipal e considerando pedido do(a) servidor(a) abaixo, bem como, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ibirama,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária a pedido do(a) servidor(a) TUANE CRISTÓVÃO DA SILVA, sob a matrícula nº 12980-12, lotado(a) no cargo efetivo de INSTRUTORA DE ATIVIDADES CULTURAIS, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 30 (trinta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 1.577,94 (um mil, quinhentos e setenta e sete reais, noventa e quatro centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 14 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 522

Publicação Nº 2107620

Portaria nº 522, de 17 de junho de 2019.

“Concede gratificação por nível de escolaridade”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a gratificação de 5% (cinco por cento), ao(a) servidor(a) TUANE CRISTÓVÃO DA SILVA, sob a matrícula nº 12980-12, ocupante do cargo de provimento efetivo de INSTRUTORA DE ATIVIDADES CULTURAIS, lotado(a) na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por ter concluído o grau de escolaridade de nível superior, conforme dispõe o Art. 35 da Lei Complementar nº 64, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 523

Publicação Nº 2107621

Portaria nº 523, de 17 de junho de 2019.

“Concede Licença para tratamento de Saúde”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) funcionário(a) ROSELITA MARIA HANK, sob a matrícula nº 11932-2, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE/MERENDEIRA, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestado médico apresentado, a partir de 17 de junho de 2019.

Art. 2º - Os primeiros 15 (quinze) dias correm por conta do município e a partir do 16º dia, seus vencimentos serão pagos através do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 17 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 524

Publicação Nº 2107623

Portaria nº 524, de 18 de junho de 2019.

“Concede Licença Sem Remuneração para tratamento de Saúde em pessoa da família”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e ainda conforme § 2º do art. 146, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Ao(a) servidor(a) efetivo(a) ANDRÉIA APARECIDA NEVES, sob a matrícula nº 4375-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, vinculado(a) à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, licença sem remuneração por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico, com base no § 2º, do art. 146, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a pedido do(a) servidor(a), a partir de 18 de junho de 2019 até o dia de 17 julho de 2019, devendo o(a) servidor(a) retornar aos trabalhos no dia 18 de julho de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 18 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 525

Publicação Nº 2107624

Portaria nº 525, de 24 de junho de 2019.
Concede licença gestante

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - A servidora ANARA BURIOL ZANUZO POLETTI, sob a matrícula nº 62432311-0, ocupante do cargo efetivo de MEDICO, vinculada à Secretaria de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença para repouso de gestação, nos termos do Artigo 147 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º - A licença terá seu início em 24 de junho de 2019 e com término em 20 de dezembro de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 21 de dezembro de 2019, e seus vencimentos relativos aos primeiros 120 (cento e vinte) dias serão pagos através do benefício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), e os 60 (sessenta) dias restantes pelo município.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 24 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 526

Publicação Nº 2107625

Portaria nº 526, de 24 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) BENISIO PETERS matrícula nº 27863-1, ocupante do cargo em EFETIVO de FISCAL DE TRIBUTOS relativas ao período aquisitivo de 16/11/2017 a 15/11/2018, para serem gozadas no período de 24/06/2019 a 08/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 09/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 24 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 527

Publicação Nº 2107627

Portaria nº 527, de 24 de junho de 2019.
"Autoriza servidor a dirigir veículo Oficial"

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Fica o(a) servidor(a) RIVA MAICON ROSEMAN, sob a matrícula nº 35653-6, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR, vinculado(a) a Secretaria de Educação Cultura e Esportes, portador(a) da CNH na categoria AB, com validade até 02/09/2019, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de OPERADOR DE VEÍCULOS, autorizado(a) a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, devidamente autorizado pelo Gabinete do Prefeito e Vice.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 24 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 528

Publicação Nº 2107628

Portaria nº 528, de 25 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Art. 131 e 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao (a) funcionário (a) IAGO FELIPE TOTTENE, matrícula nº 28835-3, servidor publico, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 09/03/2018 a 08/03/2019, para serem gozadas no período de 08/07/2019 a 27/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 28/07/2019.

Art. 2º - Serão convertidos em pecúnia 10 (dez) dias das férias do referido servidor, com base no art. 136, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 529

Publicação Nº 2107630

Portaria nº 529, de 25 de junho de 2019.

“Revoga Portaria nº 601, de 01/06/2017”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

R E V O G A R

Art. 1º - A Portaria nº 601, de 01 de julho de 2016, que concedeu Adicional de Insalubridade ao servidor RONALD KARSTEN, sob a matrícula nº 11754-1, ocupante do cargo efetivo de VIGIA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 530

Publicação Nº 2107631

Portaria nº 530, de 25 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) DAYANE GUEDES AUGUSTINHO matrícula nº 28274-1, ocupante do emprego público de ENFERMEIRO relativas ao período aquisitivo de 31/01/2018 a 30/01/2019, para serem gozadas no período de 15/07/2019 a 29/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 30/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 531

Publicação Nº 2107633

Portaria nº 531, de 25 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ALEX CESAR FRANCESCHI, matrícula nº 618756-0, ocupante do EMPREGO PÚBLICO de ENFERMEIRO, relativas ao período aquisitivo de 11/02/2018 a 10/02/2019, para serem gozadas no período de 15/07/2019 a 29/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 30/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 532

Publicação Nº 2107635

Portaria nº 532, de 25 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) NICOLE CORREA, matrícula nº 480118-0, ocupante do cargo em COMISSÃO de GERENTE DAS-5, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, para serem gozadas no período de 25/06/2019 a 09/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 10/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 25 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 533

Publicação Nº 2107636

Portaria nº 533, de 28 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) EDIR CARLOS SPIESS matrícula nº 62404121-0, ocupante do emprego público de MOTORISTA/SOCORRISTA relativas ao período aquisitivo de 18/09/2017 a 17/09/2018, para serem gozadas no período de 01/07/2019 a 30/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 31/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 534

Publicação Nº 2107638

Portaria nº 534, de 28 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) NADIA MOHR DA CRUZ matrícula nº 7005-1, ocupante do emprego público de ASSISTENTE SOCIAL relativas ao período aquisitivo de 25/03/2017 a 24/03/2018, para serem gozadas no período de 15/07/2019 a 24/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 25/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 535

Publicação Nº 2107640

Portaria nº 535, de 28 de junho de 2019.
"Concede Licença Prêmio".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 154, da Lei Complementar nº 67, de 18 de dezembro de 2007, resolve,

CONCEDER

Art. 1º - Licença Prêmio por assiduidade referente ao período aquisitivo de 01/05/1992 a 01/05/2002, a pedido do(a) servidor(a) RAMIRO DIEGO STAUDINGER, sob a matrícula nº 11487-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, vinculado(a) à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - A licença terá sua validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de julho de 2019 a 30 de julho de 2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 31 de julho de 2019, com remuneração de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 536

Publicação Nº 2107641

Portaria nº 536, de 28 de junho de 2019.
"Revoga Portaria nº 654, de 01/09/2015".

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

R E V O G A R

Art. 1º - A Portaria nº 654, de 01 de setembro de 2015, que designou o servidor KLAUS BRODWOLF, sob a matrícula nº 26891-2, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, como auxiliar nas atribuições no CONTRAN e CETRAN, vinculados ao DEMUTRAN.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 537

Publicação Nº 2107643

Portaria nº 537, de 28 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ROBERTO DA SILVA matrícula nº 11681-3, ocupante do emprego público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM relativas ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, para serem gozadas no período de 03/06/2019 a 17/06/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 18/06/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 538

Publicação Nº 2107644

Portaria nº 538, de 28 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) JOSIMARA FERNANDA OLSSON matrícula nº 29033-2, ocupante do emprego público de AUXILIAR ODONTOLÓGICO relativas ao período aquisitivo de 23/01/2018 a 22/01/2019, para serem gozadas no período de 12/07/2019 a 26/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 27/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 539

Publicação Nº 2107646

Portaria nº 539, de 28 de junho de 2019.

Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) FABIO SCHWARZROCK matrícula nº 7005-1, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS E VEÍCULOS relativas ao período aquisitivo de 15/04/2017 a 14/04/2018, para serem gozadas no período de 11/06/2019 a 10/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 11/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de junho de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 540

Publicação Nº 2107647

Portaria nº 540, de 28 de junho de 2019.
Conceder Férias

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 131, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao(a) servidor(a) ALISSON VERISSIMO OLIVEIRA LOPES matrícula nº 26930-2, ocupante emprego público de ODONTÓLOGO relativas ao período aquisitivo de 03/11/2017 a 02/11/2018, para serem gozadas no período de 15/07/2019 a 29/07/2019, devendo retornar aos trabalhos no dia 30/07/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 541

Publicação Nº 2107650

Portaria nº 541, de 28 de junho de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 59º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários, a evolução funcional dos servidores e a reorganização do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

RESOLVE

Art. 1º - Ficam promovidos (as) pelo critério de merecimento, conforme prevê o Artigo 13º, inciso I, da Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007, os servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, passando da referência salarial, conforme abaixo discriminados, com os vencimentos previstos em Lei e seus efeitos pecuniários devem vigorar a partir de 01 de junho de 2019.

Nº	Nome	Cargo	Nível Salarial	Ref. Anterior	Nova Ref.
1	Sidnei França	Op. de Maquinas e Veículos	V	A-05	A-06
2	Lindomar Heuser	Servente de Obras e Serviços	II	A-05	A-06
3	Jussara de Andrade	Fisioterapeuta	XIV	A-05	A-06
4	Gerson Francisco	Fiscal de Vigilância Sanitária	IX	A-05	A-06
5	Fabiana Regina Radloff	Nutricionista	XII	A-05	A-06
6	Erenildo Bering	Servente de Obras e Serviços	II	A-05	A-06
7	Daniel Fernandes Porto	Agente Administrativo	VII	A-05	A-06
8	Anemi Starke	Servente/Merendeira	I	A-05	A-06

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.
Adriano Poffo
Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 542

Publicação Nº 2107651

Portaria nº 542, de 28 de junho de 2019.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com base no Artigo 59º, da Lei Complementar nº 067, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários, a evolução funcional dos servidores e a reorganização do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama,

RESOLVE

Art. 1º - Ficam promovidos (as) pelo critério de antiguidade, conforme prevê o Artigo 13º, inciso I, da Lei Complementar nº 064, de 11 de dezembro de 2007, os servidores efetivos abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, passando da referência salarial, conforme abaixo discriminados, com os vencimentos previstos em Lei e seus efeitos pecuniários devem vigorar a partir de 01 de junho de 2019.

Nº	Nome	Cargo	Nível Salarial	Ref. Anterior	Nova Ref.
1	Gerson Machota	Agente Administrativo	VII	A-16	A-17
2	Cassio Baucke	Agente Administrativo	VII	A-16	A-17
3	Heitor Koprowski	Fiscal de Tributos	XIII	A-04	A-05
4	Francisco Adriano	Operador de Máquinas	V	A-15	A-16
5	Ilasio Bahr	Desenhista	VIII	A-16	A-17
6	Jonas Artur Franz	Operador de Veículos	V	A-06	A-07
7	Jose Barbi Filho	Operador de Veículos	V	A-13	A-14
8	Lindamir Maria Carlos	Servente/Merendeira	I	A-06	A-07
9	Marciano Tizon	Agente Administrativo	VII	A-15	A-16
10	Moacir Tottene	Operador de Veículos	V	A-04	A-05
11	Ramiro Diego Staudinger	Agente Administrativo	VII	A-16	A-17
12	Valdeney Antonio França	Agente de Obras	VII	A-11	A-12
13	Jucelino Severino da Silva	Servente de Obras e Serviços	II	A-01	A-02

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 543

Publicação Nº 2107653

Portaria nº 543, de 28 de junho de 2019.

“Desconto de horas inativas”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Descontar dos servidores municipais abaixo relacionados, horas inativas em função de faltas não justificadas.

NOME	CARGO	HORAS INATIVAS
Carla Oribka	Agente Comunitário De Saúde	08h00min
Catia Andreia Correia	Servente/Merendeira	24h00min
Eliane Andrade	Servente/Merendeira	08h00min
Luciane Costa	Servente/Merendeira	24h00min
Rafael Zimmer	Servente/Merendeira	24h00min
Roselita Maria Hank	Servente/Merendeira	58h30min
Rubia Morgana Manes	Professor	24h00min

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 544

Publicação Nº 2107654

Portaria nº 544, de 28 de junho de 2019.

“Altera Carga Horária”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Art. 110. inciso II, alínea “b”, c/c a Lei Complementar nº 21, de 04 de dezembro de 2001, c/c a Lei Complementar nº 033, de 26 de agosto de 2003, e ainda considerando que o(a) Professor(a) efetivo Muriel Alessandro do Nascimento está afastada em licença prêmio.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária, do(a) servidor(a) LUELEN HOLLER, sob a matrícula nº 6233368-4, ocupante do cargo de PROFESSOR(A) - ACT vinculado(a) à Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O(a) servidor(a), passará da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, passando seus vencimentos para R\$ 2.557,73 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, setenta e três centavos) mensais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibirama.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de junho de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

PORTARIA Nº 545

Publicação Nº 2107656

Portaria nº 545, de 28 de junho de 2019.

“Relação de Atestados Médicos”.

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Aos funcionários Públicos Municipais abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, com vencimentos integrais e demais vantagens em face de atestados médicos apresentados.

Nº	N o m e	Período do Atestado	Função	Secretaria	Dia (s)
	Asilda P. Von Zeschau	03/06/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
	Adriana M. Dos Santos	29/05/19 a 06/05/19	Professor	Educação	09
	Adriana Grippa Radloff	07/06/2019	Diretor Departamento	Adm.	½
	Acilio Pasquali	06/06/19 a 09/06/19	Servente de Obras e Serviços	Obras	04
	Ana Paula Soares	03/06/2019	Servente/Merendeira	Educação	½
	Albertina da Silva	06/06/2019	Auxiliar Administrativo	Sedema	½
	Andreia Voigt Duwe	05/06/19 a 07/06/19	Técnico em enfermagem	Saúde	03
	Bianca Aparecida Pereira	13/06/2019	Professor	Educação	01
	Charles F. M. Tennenpohl	29/05/2019	Médico	Saúde	01
	Clarice Pimenta	06/06/19 a 07/06/19	Servente/Merendeira	Educação	02

	Carmem de Souza Duarte	11/06/2019	Agente Comunitário da Saúde	Saúde	½
	Carla R. Goedert Monger	06/06/2019	Agente Administrativo	Ass. Social	01
	Cristiani T. Da Silva Xavier	29/05/2019	Técnico em Enfermagem	Saúde	01
	Cristina C. C. Vieira	10/06/2019	Professor	Educação	½
	Daiane Teixeira Rodrigues	03/06/2019	Psicólogo	Ass. Social	½
	Daniela Azevedo	03/06/2019	Técnico em enfermagem	Saúde	01
	Daiane Fischer	12/06/19 a 14/06/19	Professor	Educação	03
	Daiana Carla Zitzkoski	14/06/2019	Agente Administrativo	Educação	01
	Debora Cenzi Weise	18/06/19 a 19/06/19	Professor	Educação	02
	Eliane Maria Gois Koch	31/05/2019	Professor	Educação	01
	Elisana Pinto Gramkow	24/05/19 a 07/06/19	Técnico em Enfermagem	Saúde	15
	Fernanda Cristina Iach	13/06/19 a 14/06/19	Professor	Educação	02
	Glaucia Ap. B. Fossa	10/06/19 a 11/06/19	Agente Comunitário da Saúde	Saúde	02
	Grasielli Schramm	06/06/2019	Diretor Departamento	Adm.	½
	Grazielle Regina Alves	04/06/19 a 08/06/19	Professora	Educação	05
	Gilson Hansen	11/06/19 a 25/06/19	Servente de Obras e Serviços	Obras	15
	Jaciel Lazzaris	13/06/19 a 26/03/19	Op. de Máquinas e Veículos	Obras	14
	Jorge M. Kuster Morais	04/06/2019	Servente de Obras e Serviços	Obras	01
	Jessica Kloth	06/06/2019	Professor	Educação	01
	Klaus Brodwolf	13/06/2019	Agente Administrativo	Adm.	01
	Luciana Splitter	12/06/2019	Agente Comunitário da Saúde	Saúde	01
	Luciana Splitter	10/06/2019	Agente Comunitário da Saúde	Saúde	01
	Lee James de Souza	10/06/19 a 11/06/19	Médico	Saúde	02
	Lilian Elizabeth Martins	31/05/2019	Diretor de departamento	Adm.	½
	Maicon Karsten	13/06/2019	Servente de Obras	Obras	01
	Marcia Solene Ferreira	16/06/19 a 17/06/19	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	02
	Marli O. Adam	30/06/2019	Agente Comunitário da Saúde	Saúde	01
	Maristela Diogo	18/06/19 a 19/06/19	Servente/Merendeira	Educação	02
	Matheus B. Zismann	05/06/19 a 06/06/19	Professor	Educação	02
	Mirian Nikel	05/06/2019	Professor	Educação	01
	Nislene Schulz	07/06/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
	Pricila Rojanski	03/06/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
	Pedro H. Schatz Beninca	07/06/2019	Fiscal de Vigilância Sanitária	Saúde	01
	Priscila P. Da Silva	03/06/2019	Diretor de Departamento	Ass. Social	½
	Rafael Pereira	05/06/19 a 06/06/19	Professor	Educação	02
	Romeu Klemz	07/06/19 a 16/06/19	Professor	Educação	10
	Rubia Morgana Manes	30/05/19 a 01/06/19	Professor	Educação	03
	Roseli Lucas	13/06/2019	Auxiliar Odontológico	Saúde	01
	Rafael Zimmer	06/06/2019	Servente/Merendeira	Educação	01
	Rosa Maria Beltramini	03/06/2019	Servente/merendeira	Adm.	01
	Rosimeri Schroeder	07/06/2019	Servente/Merendeira	Saúde	01
	Roselita maria Hank	05/06/19 a 14/06/19	Servente /Merendeira	Educação	10
	Raquel T. Da Silva	21/05/2019	Médico	Saúde	01
	Rosely Ribas Koprowski	11/06/2019	Professor	Educação	½
	Rosa Lucia Possamai	10/06/2019	Professor	Educação	01
	Thais Pitol Da Silva	13/06/2019	Professora	Educação	01
	Viviane Jacinto De Lima	17/06/19 a 19/06/19	Agente Comunitário da Saúde	Saúde	03
	Valdir Schatz	03/06/2019	Servente de Obras E Serviços	Obras	½
	Valter Kienen	03/06/19 a 04/06/19	Gerente	Educação	02
	Vilma Fritz	03/06/19 a 07/06/19	Professora	Educação	05
	Total Geral				150

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 28 de junho de 2019.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama

Fábio Luiz Fusinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada a presente Portaria, na data supra.

Ilhota

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 42/2019 - TP 09/2019

Publicação Nº 2107719

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A SLM Transporte e Construção Eireli EPP SITUADA NA RUA Carlos Riescghbiter, 1974 – Bairro Boa Vista – Blumenau, com Registro no CNPJ SOB NÚMERO 18.806.639/0001-24, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP 09/2019.

Contrato: 042/2019

Objeto: Reforma da Quadra da Escola Domingos Jose Machado.

CLÁUSULAPRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 25/07/2019 até 25/09/2019.

CLÁUSULASEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA -As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 22 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONTRATANTE

SLM Transporte e Construção Eireli EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO 438/2019

Publicação Nº 2108922

DECRETO Nº 438 de 31 DE JULHO DE 2019.

“REVOGA O DECRETO Nº 436/2019”.

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto nº 436/2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, SC, 31 de julho de 2019

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA 116 PRG 049 - 2019 MUL - COMBUSTÍVEL - POSTO ILHOTENSE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

Publicação Nº 2107637

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 116/2019
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 322/2019 – MUL
Pregão Presencial: 049/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DO CORPO DE BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: POSTO ILHOTENSE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	GASOLINA COMUM, DE APARENCIA INCOLOR Á AMARELA, COM ADIÇÃO DE ALCOOL ETILICO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (RESOLUÇÃO DA CIMA). SEM QUALQUER OUTRO TIPO DE ADITIVO. LIMPIDO, ISENTO DE IMPUREZA	3,99	150.000,00	POSTO ILHOTENSE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	IDAZA

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
POSTO ILHOTENSE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	598.500,00	Quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais

Valor: R\$ 598.500,00 (Quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais)

Data: 31/07/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA 120/2019

Publicação Nº 2107661

PORTARIA Nº 120/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR,

Os servidores abaixo, dos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE DEMISSÃO
Andreuara Milbratz de Oliveira	Nutricionista	31/07/2019
Ester Roselaine Corrêa de Lima	Professor	02/07/2019
Lisiane Paula Guedes	Auxiliar de Serviços Gerais	02/07/2019
Mara Aparecida Uliano Buzzi	Instrutor de Informática	23/07/2019
Marlon Leonardo Correa	Operador de Máquinas	10/07/2019
Merry Elizabeth Goedert	Médico Pediatra	22/07/2019
Rudinei Cordeiro	Pedreiro	10/07/2019

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 31 de julho de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2019

Publicação Nº 2107663

PORTARIA Nº 121/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

ADMITIR,

Os servidores abaixo, nos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	ADMISSÃO
Ivonete Baptista	Auxiliar de Serviços Gerais	01/07/2019
Lindomar Feller	Assistente Social	01/07/2019
Marinês da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/07/2019
Sueli Nogueira Castelain	Auxiliar de Serviços Gerais	01/07/2019

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 31 de julho de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO DE MESA 19/2019**

Publicação Nº 2107983

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 19/2019

DESIGNA SERVIDORES PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 44 e § 1º do art. 45 do Regimento Interno deste Legislativo, conforme competência privativa prevista no inciso I do art. 39 da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte:

CONSIDERANDO a Resolução de Mesa nº16/2019 e a necessidade de nomear os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica composta a Comissão de avaliação de desempenho pelos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo da seguinte forma:

- Membro 1: Maristela Castelain - CPF 505.519.579-7
- Membro 2: Wanessa Schutz - CPF 040.217.759-27
- Suplente: Clarice Barbieri – CPF 042.362.159-93

Art. 2º. O período de investidura dos membros da Comissão terá duração máxima de 1(um) ano.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 29 de julho de 2019.

Juarez Antônio da Cunha

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

RESOLUÇÃO DE MESA 20/2019

Publicação Nº 2107985

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 20/2019

DISPENSA O TRÂMITE DO RITO REGIMENTAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2019 DE AUTORIA DO EXECUTIVO, POSSIBILITANDO SUA DELIBERAÇÃO EM UM ÚNICO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06/08/2019.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que deu entrada nesta Casa de Leis o Projeto de Lei Complementar nº 14/2019, de autoria do executivo;

CONSIDERANDO que a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 14/2019, de autoria do executivo, deve por imposição legal obedecer ao trâmite Regimental aplicável à espécie;

CONSIDERANDO que as deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a justificada urgência da matéria constante na proposição apresentada pelo executivo municipal;

CONSIDERANDO a importância da matéria que se encontra estampada na referida proposição para a comunidade Ilhotense.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica dispensada do trâmite regimental do Projeto de Lei Complementar nº 14/2019, de autoria do executivo.

Art. 2º. Fica autorizada a leitura e inclusão do Projeto de Lei Complementar nº 14/2019, de autoria do executivo, na ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 06 de agosto de 2019.

Art. 3º. Autoriza a Câmara Municipal de Ilhota a deliberar o Projeto de Lei Complementar nº 14/2019, de autoria do executivo, incluso na Ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 06 de agosto de 2019, em um único turno de discussão e votação.

Art. 4º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 29 de julho de 2019.

Juarez Antônio da Cunha

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 003/2019

Publicação Nº 2107915

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 003/2019

O Município de Imaruí/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preços para aquisição de Kits de Cestas Básicas, para a Secretaria Municipal de Assistência Social. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 14/08/2019 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 14/08/2019 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 31 de julho de 2019.
Ana Cláudia Soares dos Santos
Secretária de Assistência Social

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 76/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 08/2019 (PMI-SEINFRA)

Publicação Nº 2109104

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEINFRA

O Município de Imbituba, por meio de sua Presidente de Comissão de Licitação, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital de Tomada de Preço nº. 08/2019, Processo Licitatório nº 76/2019, para revisão do edital e seus anexos. Imbituba, 01 de agosto de 2019.

Emanuele Martins Ávila
Presidente da Comissão
(CPL)

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 78/2019 DISPENSA Nº 14/2019 (PMI-SEDUCE)

Publicação Nº 2109127

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 78/2019
DISPENSA Nº 14/2019

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA ITAGIBA, Nº 58, NO BAIRRO VILA ALVORADA - IMBITUBA/SC, CONTENDO CASA DE ALVENARIA E EDÍCULA, VISANDO ATENDER AS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARILENE FLORIANO POLLACHINI.

Contratada: ELIANE OURIQUES.

CPF: 501.077.479-87

Valor Mensal: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 01 de agosto de 2019.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

EXTRATO DE SUPRESSÃO PROCESSO 03.2019 CC 01.2019 SANEAMENTO

Publicação Nº 2109125

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SANEAMENTO
ERRATA SUPRESSÃO

COMUNICADO: Será suprimido o item 6.2.2.6 referente ao Edital de Concorrência nº 01/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº2865 do dia 02 de julho de 2019, respectivamente.

Imbituba, 01 de agosto de 2019.

Emanuele Martins Ávila

Presidente da Comissão

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 208/2019

Publicação Nº 2109097

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 208/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 641, de 24 de julho de 2019, para exercer o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, habilitado (a) pelo Concurso Público Edital nº 01/2016.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
CAMILA MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVA	036.170.669-33

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, o servidor



entra em exercício em 02/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 209/2019

Publicação Nº 2109113

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 209/2019

A Secretária Municipal de Administração, Sra. CAMILA PIRES FERMINO, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 651, de 24 de julho de 2019, para exercer a função temporária de MÉDICO - ESF, habilitado pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 15/2019.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
VILBERTO ANTONIO FELIPPE	MÉDICO - ESF	311.120.809-53

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação que rege os contratos temporários, o servidor entra em exercício em 01/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Camila Pires Fermينو

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 666/2019

Publicação Nº 2108404

PORTARIA PMI/SEAD Nº 666, de 30 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidor municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, o servidor municipal de carreira abaixo relacionado, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Protocolo
9571	Sandra da Silva	784.791.509-04	Assistente Administrativo	6.2 - A	6.3 - A	9497/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 667/2019

Publicação Nº 2108431

PORTARIA PMI/SEAD Nº 667, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Psicólogo e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de agosto de 2019, o Sr. GUNNAR NASCIMENTO CHAVES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 008.724.429-26, em decorrência de sua aprovação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 14/2018, para exercer a função temporária de Psicólogo, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em virtude do desligamento da Sra. Valquíria Cardoso de Sousa.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 668/2019

Publicação Nº 2108469

PORTARIA PMI/SEAD Nº 668, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidora municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a servidora municipal de carreira abaixo relacionada, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Protocolo
4467	Jaqueline Formigoni Teixeira	037.141.709-01	Servente Meren- deira	1.1 - C	1.2 - C	9724/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 669/2019

Publicação Nº 2108514

PORTARIA PMI/SEAD Nº 669, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidora municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a servidora municipal de carreira abaixo relacionada, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Protocolo
4064	Andreza Delminda Pereira	004.949.319-14	Servente Merendeira	1.1 - E	1.2 - E	9725/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 670/2019

Publicação Nº 2108536

PORTARIA PMI/SEAD Nº 670, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidora municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a servidora municipal de carreira abaixo relacionada, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Protocolo
6218	Elaine Conceição da Silva Pereira	069.056.279-92	Servente Merendeira	1.1 - D	1.2 - D	9726/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 671/2019

Publicação Nº 2108560

PORTARIA PMI/SEAD Nº 671, de 31 de julho de 2019.
Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical de servidora municipal de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;
Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a servidora municipal de carreira abaixo relacionada, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Protocolo
9642	Gabriela de Mello	083.607.279-02	Servente Meren- deira	1.1 - A	1.2 - A	10314/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 672/2019

Publicação Nº 2108651

PORTARIA PMI/SEAD Nº 672, de 31 de julho de 2019.
Dispõe sobre a Exoneração de Chefe de Departamento Apoio ao Controle Interno - UCSCI, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 01 de agosto de 2019, a Sra. ANA PAULA LEAL DA SILVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 101.554.199-27, do cargo de Chefe de Departamento de Apoio ao Controle Interno da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 353, de 03 de abril de 2017 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 540, de 01 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 673/2019

Publicação Nº 2108705

PORTARIA PMI/SEAD Nº 673, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de Assistente de Chefe de Departamento - UCSCI, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 01 de agosto de 2019, a Sra. JANE ELIZABETE CARDOSO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 822.942.839-53, do cargo de Assistente de Chefe de Departamento da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 108, de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 674/2019

Publicação Nº 2108847

PORTARIA PMI/SEAD Nº 674, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento Apoio ao Controle Interno - UCSCI, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 02 de agosto de 2019, a Sra. JANE ELIZABETE CARDOSO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 822.942.839-53, para exercer o cargo de Chefe de Departamento Apoio ao Controle Interno junto a Unidade Central do Sistema de Controle Interno - UCSCI, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, a nomeada terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º A servidora empossada que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerada, de ofício, do cargo ao qual fora nomeada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 675/2019

Publicação Nº 2108936

PORTARIA PMI/SEAD Nº 675, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Progressão Horizontal dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e considerando o Decreto PMI nº 49, de 01 de abril de 2019 e todo o disposto na legislação em vigor;

Considerando que a Evolução Funcional mediante Progressão Horizontal, dar-se-á através do Sistema de Avaliação de Desempenho;

Considerando que os servidores abaixo nominados foram avaliados na forma das normas citadas, tendo eles atingido a pontuação necessária para a concessão da progressão;

Considerando, por último, que os servidores abaixo numerados preencheram também os demais requisitos exigidos nas normas citadas, para fins de progressão horizontal;

RESOLVE:

Art. 1º Progredir, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargos	Ref. Anterior	Ref. Posterior
5187	André Tomé Igreja	03374256988	Professor II 40hs.	001	003
7491	Andreza Corrêa Pacheco	02815969998	Professor III 20hs.	001	003
7639	Marize Menezes Wheeler	78491460772	Professor II 20hs.	002	003
7813	Rodrigo de Farias Rosa	03384386965	Agente Administrativo	B	C
7823	Eduardo dos Passos Nunes	03366613980	Engenheiro (a)	B	C
8915	Eliziane Hipolito da Rosa	78479371900	Professor III 20hs.	001	002
8926	Tuanny Constantino Nandi	07417788904	Professor II 20hs.	001	002
8927	Tamara Paulino Valentim	05714806913	Professor III 20hs.	001	002
8929	Jarlex Teixeira	04305828979	Engenheiro (a)	A	B
8942	Michele da Silva Santana Figueiredo	03826254988	Professor III 20hs.	001	002

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalCamila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAD Nº 676/2019**

Publicação Nº 2109055

PORTARIA PMI/SEAD Nº 676, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Motorista e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 01 de agosto de 2019, o Sr. GILBERTO FLOR PEDRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 754.549.129-72, em decorrência de sua aprovação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 14/2018, para exercer a função temporária de Motorista, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em virtude da desistência do candidato anterior, devido ao afastamento do Sr. Jeferson dos Santos, servidor de carreira, que encontra-se exercendo Função Gratificada.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.
Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 083/2019

Publicação Nº 2109085

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 083, DE 31 DE JULHO DE 2019.
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Protocolo nº: 8.494/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Irineu Bornhausen, s/n, Centro, Imbituba-SC, em frente a Escola Básica Henrique Lage, ao Sr. OTÁVIO RÉGIS CONDE, com inscrição no CNPJ sob o nº 30.041.306/0001-57, domiciliado na Rua Visconde de Barbacena, nº 400, Centro, Imbituba-SC, para a atividade "Trailer" de Lanches e Bebidas em geral, de segunda-feira a domingo, das 19:00h as 02:00h (madrugada).

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.
CAMILA PIRES FERMINO
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 084/2019

Publicação Nº 2109086

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 084, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Protocolo nº: 8.511/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua João de Oliveira Filho, s/n, Centro, Imbituba-SC, a Sra. ROSA MARIA DE ANDRADE, com inscrição no CNPJ sob o nº 29.588.408/0001-08, domiciliada na Rua João de Oliveira Filho, nº 16, Centro, Imbituba-SC, para a atividade "Kombi de Lanches e Sucos", de segunda a sexta-feira, das 10:00h as 14:30h.
§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 085/2019

Publicação Nº 2109087

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 085, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD Nº 714, de 03 de dezembro de 2018, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Protocolo nº 8.932/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Itamar Luiz da Costa, s/n, Nova Brasília, Centro, Imbituba-SC, na Praça de Nova Brasília, ao Sr. MAGNUN JAIR DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 073.339.919-38, e com inscrição no CNPJ sob o nº 30.195.722/0001-00, para a atividade de "Food Truck" (Lanches e bebidas em geral), no período de terça-feira a domingo, das 08h as 18:30h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

CAMILA PIRES FERMINO
Secretária Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 008/2019

Publicação Nº 2109075

RESOLUÇÃO Nº008/2019 - C.M.D.C.A.

O CMDCA aprova a inscrição de cursos a serem ministrados para adolescentes, no município de Imbituba pela entidade não governamental Associação de Atendimento a Criança e ao Adolescente - COMBENTU, de Tubarão.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017/2019, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, em reunião ordinária no dia 25 de junho de 2019, em ata nº 09, RESOLVE:

Art. 1º O CMDCA aprova, a inscrição de cursos a serem ministrados para adolescentes pela entidade não governamental Associação de Atendimento a Criança e ao Adolescente - COMBENTU, de Tubarão em nosso município.

Art. 2º Os conselheiros aprovaram a inscrição dos seguintes cursos da referida entidade: Cooperador de supermercado (13141); Ocupações do Arco Bancário (30237); Arco Ocupacional - Administração (13050); Linha de produção (27079) e Embalador a Mão (33451).

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de julho de 2019.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

Gestão 2017/2019

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 33/2019

Publicação N° 2106470

MUNICÍPIO DE IMBUIA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2019

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE ACORDO COM O ARTIGO 48, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

Tipo "Menor Preço GLOBAL" para contratação de empresa para Realização de ALMOÇO E SHOW NACIONAL em homenagem aos agricultores e população em geral do município, que ocorrerá no dia 10 de setembro de 2019 no município de Imbuia/SC Conforme o Edital de Licitação n.º 33/2019. LEG. Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 09:00h do dia 13/08/2019. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 31/07/2019. João Schwambach - Prefeito Municipal.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1258/19

Publicação Nº 2107791

. DECRETO Nº 1258/19
. De 30 de julho de 2019
Exonera Gerente de Licitação / Adriana Cuqui.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada em 31 de julho de 2019, do Cargo em Comissão de Gerente de Licitação, Adriana Cuqui nomeada nos termos do Decreto nº 30/17 e Decreto nº 827/17 alterando a nomenclatura do cargo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 31 de julho de 2019.

Município de Indaial, em 30 de julho de 2019.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1259/19

Publicação Nº 2108816

. DECRETO Nº 1259/19
. De 31 de julho de 2019
Homologa EDITAL 004/2019 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / Médico Clínico Geral 40h

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, comissão nomeada através do Decreto nº 1238/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Edital Processo Seletivo Simplificado nº 004/2019 da Secretaria de Saúde, o Edital e seus anexos fazem parte deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de julho de 2019.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de Médico Clínico Geral 40h e Médico e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada à composição do quadro de profissionais da Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 5.557 de 2018 e Decreto nº 1238 de 19 de julho de 2019, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019.

1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 5.557 de 2018.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 5.557 de 2018, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação e/ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, para proceder impugnação o requerente deverá preencher o anexo III e encaminhar a comissão de processo seletivo no endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
Médico Clínico Geral 40h	1	40 horas	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 13.457,72

Adicionais:

*Insalubridade 20% do Salário Base.

*Vale Alimentação: proporcional a carga horária.

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas diversas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através de formulário eletrônico no site www.saudeindaial.sc.gov.br, menu informações >Concurso/Processo seletivo>2019, no período de 01/08/2019 a 11/08/2019.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o formulário no endereço eletrônico descrito no item 3.1 com as informações de identificação e critérios de pontuação, para comprovar a pontuação marcada o candidato deverá enviar documentação em formato PDF agrupado em um único arquivo e anexá-lo em campo específico no próprio formulário. Caso haja dificuldade em realizar este procedimento a documentação deverá ser encaminhada digitalizada ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br. Após o envio do formulário o candidato receberá o comprovante da inscrição no e-mail informado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Ter no mínimo 18 anos completos;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

3.7 A divulgação da lista provisória de inscritos será no dia 12/08/2019.

- O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil a contar da publicação, o candidato deverá preencher o anexo III, e enviá-lo digitalizado em arquivo PDF ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br, até as 23h59min do dia 13/08/2019.
- A divulgação da lista definitiva de inscritos será no dia 14/08/2019.

4. Das Obrigações

4.1 Das Obrigações Comuns

- Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.
- Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc.), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos. Prontuário eletrônico.
- Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo I deste Edital.

6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e efetivação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos descritos no formulário de inscrição e preenchido pelo candidato.

6.2 No quadro Critério de pontuação marque a opção correspondente à:

a) Cursos de aperfeiçoamento na área pretendida nos últimos 5 anos.

1. 0 a 50 horas = 01,0 pontos
2. 50 a 100 horas = 02,0 pontos
3. 100 a 200 horas = 04,0 pontos
4. 200 a 300 horas = 06,0 pontos

b) Doutorado, Mestrado e Cursos de especialização em *Latu Sensu* realizados na área nos últimos 10 anos.

1. Doutorado = 10,0 pontos
2. Mestrado = 08,0 pontos
3. Pós-Graduação = 06,0 pontos

c) Tempo de experiência profissional no serviço público, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente.

1. Menor que 1 ano = 03,0 pontos
2. 01 a 03 anos = 06,0 pontos
3. 04 a 08 anos = 08,0 pontos
4. 09 a 14 anos = 12,0 pontos

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados e encaminhados junto com o ato de inscrição em formato PDF, unificado em um único arquivo.

6.4 Somente serão validados os itens marcados se houver documentação comprobatória equivalente.

7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de pontuação, conforme o cargo descrito neste edital.

7.2 A classificação preliminar será publicada no dia 15/08/2019 no site www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação, até as 23h59min do dia 16/08/2019. O candidato deverá preencher o anexo III, e enviá-lo digitalizado em arquivo PDF ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br.

7.4 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação;
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.5 A classificação definitiva será publicada a partir do dia 19/08/2019 no site www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.6 O candidato que obter nota zero, não será desclassificado, sendo nesta situação o critério de desempate a idade, considerando-se dia, mês e ano.

8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Não ultrapassar a carga horária de 60 horas semanais.
- h) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- i) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino, ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.
- j) Estar no gozo dos direitos políticos.

9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 5.557 de 2018.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial www.saudeindaial.sc.gov.br, considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local apazados, para assinar o devido contrato.

9.4 A contratação será realizada no Setor de RH da Prefeitura Municipal, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 - Centro.

10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

- I) for considerado inapto no exame admissional;
- II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;
- IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;
- V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 1238 de 19 de julho de 2019.

11.2A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019.

11.5Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10Os anexos I a V são partes integrantes deste edital.

11.11Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 004/2019, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 30 de julho de 2019.

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

Comissão processo Seletivo
Edson Calson
Gislaine Niezer Ruthes
Mara Aparecida Tambani

ANEXO I ATRIBUIÇÕES POR CARGO

CLÍNICO GERAL II (40h): Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano. Suas funções consistem em: efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população. Receber e examinar os usuários e realizando história e exame físico do usuário, auscultando, solicitando exames complementares pertinentes ao caso, para determinar o diagnóstico ou conforme necessidades requisitar exames complementares ou encaminhar o paciente para outra especialidade médica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, tais como de laboratório, Raio X e outros para informar ou confirmar diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando a dosagem e respectiva via de administração dos mesmos. Prestar orientações aos usuários sobre meios e atitudes para restabelecer ou conservar a saúde; Anotar e registrar em informações em prontuário eletrônico instituído no município, anotando conclusões diagnósticas, evolução da enfermidade e meios de tratamento, para dar a orientação terapêutica adequada a cada caso; Atender determinações legais, emitindo atestados conforme a necessidade de cada caso; Participar de inquéritos sanitários, levantamentos de doenças profissionais, lesões traumáticas e estudos epidemiológicos, elaborando e/ou preenchendo formulários próprios e estudando os dados estatísticos, para estabelecer medidas destinadas a reduzir a morbidade e mortalidade decorrentes de acidentes do trabalho, doenças profissionais e doenças de natureza não-ocupacionais; Participar de programas de vacinação, orientando a seleção da população e o tipo e vacina a ser aplicada, para prevenir moléstias transmissíveis; Atender urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Emitir atestados e laudos para admissão ou nomeação de empregados, concessão de licenças, abono de faltas e outros; realizar o cuidado da saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, e quando necessário no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros); - realizar ações de atenção à saúde conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; - garantir da atenção a saúde buscando a integralidade por meio da realização de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas, coletivas e de vigilância à saúde; - participar do acolhimento dos usuários realizando a escuta qualificada das necessidades de saúde, procedendo a primeira avaliação (classificação de risco, avaliação de vulnerabilidade, coleta de informações e sinais clínicos) e identificação das necessidades de intervenções de cuidado, proporcionando atendimento humanizado, se responsabilizando pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo; - realizar busca ativa e notificar doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros pontos de atenção do sistema de saúde; - praticar cuidado familiar e dirigido a coletividades e grupos sociais que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde doença dos indivíduos, das famílias, coletividades e da própria comunidade; - realizar reuniões de equipes a fim de discutir em conjunto o planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; - acompanhar e avaliar sistematicamente as ações implementadas, visando à readequação do processo de trabalho; - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação na Atenção Básica; - realizar trabalho interdisciplinar e em equipe, integrando áreas técnicas e profissionais de diferentes formações; - realizar

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 1260/19

Publicação Nº 2108963

. DECRETO Nº 1260/19

. De 31 de julho de 2019

Exonera Coordenação de Proteção Social e do Abrigo Institucional / OSAIR REGINALDO ANACLETO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado em 31 de julho de 2019, do Cargo em Comissão de Coordenação de Proteção Social e do Abrigo Institucional, OSAIR REGINALDO ANACLETO nomeado nos termos do Decreto nº 38/17 e Decreto nº 822/17 alterando a nomenclatura do cargo, a partir de 01 de agosto de 2019 irá assumir o seu cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de julho de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1261/19

Publicação Nº 2109057

. DECRETO Nº 1261/19

. De 31 de julho de 2019

Exonera Gerente de Orçamentos / Giovana Minatto de Abreu.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada em 31 de julho de 2019, a pedido, do Cargo em Comissão de Gerente de Orçamentos, Giovana Minatto de Abreu, nomeada nos termos do Decreto nº 210/17 e Decreto nº 828/17 alterando a nomenclatura do cargo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de julho de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1262/19

Publicação Nº 2109079

. DECRETO Nº 1262/19

. De 31 de julho de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 29.663,96 (VINTE E NOVE MIL E SEISSENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.008.0006.0181.0002.2093.33390000000000000000	03110000	29.663,96

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de julho de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1263/19

Publicação Nº 2109100

. DECRETO Nº 1263/19

. De 31 de julho de 2019

Dispõe sobre a Nomeação de Comissão para Processo de Escolha para Direção das Escolas Básicas e Unidades Infantil da Rede Pública do Município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, conforme abaixo, a comissão para estudo do processo de escolha para o cargo de diretor das Escolas e Unidades, a comissão irá estudar como proceder com o processo de acordo com a legislação vigente e realidade da rede municipal de ensino:

- Ana Paula de Oliveira Iten – Diretora de Unidade de Educação Infantil
- Clarice Pasqualina Ferrari – Diretora de Escola Básica Municipal
- Gianna Thalita Girardi – Procuradora Municipal
- Jairo Gebien – Secretário de Educação
- Joice BachmannBusnardo – Diretora Administrativa
- Manoel Felipe Boaventura – Chefe de Gabinete
- Priscila Elaine Ehrat Cardozo – Coordenação Geral Administrativa
- ShirleiCaviliaCamilotti – Coordenação Departamento de Recursos Humanos

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de julho de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PORTARIA Nº 1267/19

Publicação Nº 2107712

PORTARIA Nº 1267/19

De 09 de julho de 2019

Declara vacância do cargo de Professor C 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor e conforme portaria INDAPREV nº 33/19 de 05 de julho de 2019, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 08 de julho de 2019, o cargo de Professor C 40 h/s, em virtude da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, da servidora Giovanne Huebes Nicoletti.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 09 de julho de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JAIRO GEBIEN

Secretário Municipal de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1334/19

Publicação Nº 2107713

PORTARIA Nº 1334/19

De 16 de julho de 2019

Exonera

Roseli Vanelli

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido confeccionado pela servidora em 15 de julho de 2019, RESOLVE:

Exonerar a pedido, a partir de 15 de julho de 2019 a servidora Roseli Vanelli, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, para ser empossada no cargo a que foi nomeada de Professora de Educação Infantil 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 16 de julho de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de julho de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JAIRO GEBIEN

Secretário Municipal de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1335/19

Publicação Nº 2107715

PORTARIA Nº 1335/19

De 16 de julho de 2019

Declara vacância do cargo de Auxiliar de Creche

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso VII e demais dispositivos legais em vigor e conforme portaria RH nº 1334/19 de 16 de julho de 2019, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 15 de julho de 2019, o cargo de Auxiliar de Creche, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Roseli Vanelli.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de julho de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JAIRO GEBIEN

Secretário Municipal de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1371/19

Publicação Nº 2107716

PORTARIA Nº 1371/19

De 19 de julho de 2019

Declara vacância do cargo de Professor C 40 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor e conforme portaria INDAPREV nº 36/19 de 17 de julho de 2019, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 17 de julho de 2019, o cargo de Professor C 40 h/s, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora Vera Neiva Berri Giovanella.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de julho de 2019.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

JAIRO GEBIEN
Secretário Municipal de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 1380/19

Publicação Nº 2107721

PORTARIA Nº 1380/19

De 22 de julho de 2019

Declara vacância do cargo de Clínica Médica II

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso IV e demais dispositivos legais em vigor e conforme portaria INDAPREV nº 34/19 de 12 de julho de 2019, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 16 de julho de 2019, o cargo de Clínica Médica II, em virtude da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição do servidor Ricardo Medeiros Sperb.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 22 de julho de 2019.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário Municipal de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164/2019 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2107743

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 164/2019
Edital de Pregão Presencial nº 071/2019-10430

ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de monitoramento com ronda motorizada, comunitária e desarmada.
Entrega dos envelopes: 14/08/2019 - 08h45min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 14/08/2019 - 09h00min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO Nº 31/2019

Publicação Nº 2108019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2019

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Alberto Grando, nº 1880, Bairro Oficina na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.979.350/0001-65, neste ato representado pela Sra. Gisele Deon Bogoni, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos serviços descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0031/2019, Registro de Preços nº 0013/2019. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2019.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
01	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, SENDO A ESCAVADEIRA COM PESO DE 18.050 KG, E ANO DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 2010. O EQUIPAMENTO ROMPEDOR DEVERÁ POSSUIR POTÊNCIA DE 2.140 KG.	HORAS	445,00

Iomerê, 03 de julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO
PREGOEIRO

GISELE DEON BOGONI
DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI

CONTRATO Nº 23/2019 - FMS

Publicação Nº 2108024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA CONTROLE INTEGRADO DE INSETOS E ROEDORES QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA PAGNO DESINSETIZADORA LTDA – ME.
CT19/023

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa PAGNO DESINSETIZADORA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.174.671/0001-80, com sede na Av. Dom Pedro II, nº 35, Bairro Centro, em Videira-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas Leis nº 8.666-93 e nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços especializados em desratização nas dependências do Posto de Saúde, localizado neste município.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados mediante a utilização de porta-isca(cola) em locais internos e externos para captura de roedores, bem como a reposição de material quando necessário, sendo que as visitas de monitoramento ocorrerão mensalmente e a responsabilidade será unicamente da CONTRATADA, com relação aos produtos e materiais empregados na execução de todo o trabalho durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO E REAJUSTE

O valor total a ser pago à CONTRATADA pela prestação dos serviços será de R\$ 1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais), sendo pago em 07 (sete) parcelas iguais valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), sendo que o pagamento será efetuado mediante emissão

e apresentação do documento fiscal hábil. Caso seja reajustado anualmente, será utilizado o índice INPC ou outro índice oficial que venha substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
Comp. Elemento	3390.3000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	11

CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e na suspensão temporária da participação em processos licitatórios e no impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 15% (quinze por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e seu término previsto para 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado, em havendo interesse das partes contratantes.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços contratados serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, sempre que se julgar necessário.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

Os trabalhos objeto do presente contrato serão prestados pela CONTRATADA, e não gerarão nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

§ 1º. A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados a Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 2º. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas.

§ 3º. O presente contrato decorre de dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso XXIV da Lei nº 8.666/93.

§ 4º. Todas as despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da CONTRATADA, inclusive tributos e encargos sociais e no deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários.

§ 5º. A CONTRATADA, através de seus representantes ou funcionários, deverá seguir as normas técnicas e de segurança para a execução dos serviços contratados, utilizando equipamentos de proteção.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer questão oriunda do presente contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Iomerê(SC), 24 de junho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

PAGNO DESINSETIZADORA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____
CPF : _____

Nome: _____
CPF : _____

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 70/2019 - PMI

Publicação Nº 2108029

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI.
CT19/070

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Alberto Grando, nº 1880, Bairro Oficina na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.979.350/0001-65, doravante denominada

simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços de escavadeira hidráulica, com rompedor hidráulico, a ser utilizado em rochas(pedreiras) para retirada de cascalho a ser utilizado para recuperação das estradas do interior do município, conforme segue:

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Horas	150	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, SENDO A ESCAVADEIRA COM PESO DE 18.050 KG, E ANO DE FABRICAÇÃO SUPERIOR A 2010. O EQUIPAMENTO ROMPEDOR DEVERÁ POSSUIR POTÊNCIA DE 2.140 KG.	445,00	66.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor do contrato é de R\$ 66.750,00 (sessenta e seis mil setecentos e cinquenta reais).

2.2 - O pagamento pelos serviços do objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

2.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

2.4 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

2.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2019:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA
Complem. Elemento	3390.3999 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	113

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

6.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o vencimento da ata nº 31/2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2019 – Pregão Presencial 0031/2019.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

8.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

8.3 – O transporte do equipamento até o Município e para os locais onde serão realizados os serviços será de responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 04 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

DEON TERRAPLANAGENS
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 71/2019 - PMI

Publicação Nº 2108032

CONTRATO PARA OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA.

CT19/071

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro nº 274, Bairro Centro na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.530.554/0001-04, neste ato representado pelo Sr. Felipe Bruschi, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0044/2019, TOMADA DE PREÇOS nº 0002/2019, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para REFORMA DA PRAÇA CENTRAL na cidade de Iomerê.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 329.546,77 (trezentos e vinte e nove mil quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos).

2.2 – O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao órgão Federal e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, DO PRAZO E DAS GARANTIAS

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua assinatura e término no prazo de execução que será de até 140 (cento e quarenta) dias, 26.11.2019, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

3.2 – Apresentar Garantia de Execução no ato da assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia, fiança bancária, títulos da dívida pública ou caução em dinheiro, conforme art. 56 da

Lei 8.666/93.

3.2.1 – A opção de garantia, se escolhida na forma de dinheiro, deverá se dar mediante depósito no Banco do Brasil S/A, em conta corrente aberta e indicada pelo município contratante, mediante solicitação por escrito, com a identificação da empresa, o CNPJ e o motivo do recolhimento (Nº do Edital e Objeto).

3.2.2 – O valor depositado somente será restituído após a data da entrega da obra concluída e recebida definitivamente pelo Município, salvo os valores que o Município, através de procedimento próprio, ficar autorizado a reter.

3.2.3 – A não prestação da garantia no prazo assinalado, implicará na exclusão automática do vencedor do certame, devendo ser convocado o segundo colocado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019:

Órgão	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Unidade Orçamentária	SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	100 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	153

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrado multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

- manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- iniciar os serviços após recebimento da ordem de serviço e retirada do Alvará de construção no setor de tributação do município, caso seja necessário;
- manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;
- assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de

seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.

k) manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação, sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.

l) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.

m) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra vistado pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;

n) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;

o) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;

p) outras obrigações mencionadas no edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9. 1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:

a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;

c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;

d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de seu secretário ou responsável. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 09 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 72/2019 - PMI

Publicação Nº 2108033

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MALIN SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

CT19/072

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MALIN SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Vereador Dino Marafoni, nº 98, Bairro Carelli, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 09.677.321/0001-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as

seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de brigadista conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDADE	VALOR UN. R\$	VALOR TOTAL R\$
03	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de brigadista: Dia 19/07/2019: Das 19h até as 02h do dia 20/07/2019. Dia 20/07/2019: Das 13h:30m até as 02h do dia 21/07/2019. Dia 21/07/2019: Das 10h:30m até as 18h.	UN	04	185,00	740,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 - O presente contrato pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2019.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

§ 2º - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE CULTURA
Projeto/Atividade	ORGANIZAÇÃO DE FESTAS COMEMORATIVAS E EVENTOS
Complem. Elemento	3390.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	0152

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

Será de obrigação da empresa vencedora:

7.1 – Prestar os serviços do objeto deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas, sendo na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

7.2 - Garantir qualidade nos serviços e materiais empregados para o cumprimento do objeto da presente licitação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação, inclusive rescisão contratual imediata;

7.3 – Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes de trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, funcionários, terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto;

7.4 - Executar o objeto de acordo com o estipulado no item 2 do edital, os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados conforme exigido em cada item do objeto, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração;

7.5 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

7.6 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.7 - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

7.8 - Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.9 - Os brigadistas deverão estar devidamente uniformizados, será prestada em toda a área onde acontecerá as festividades do Município, entre as dependências da Escola Frei Evaristo e Paróquia São Luiz Gonzaga, rua São Luiz - Centro;

7.10 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

Será de obrigatoriedade da contratante:

7.11 - Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

7.12 – Acompanhar a execução do contrato oriundo do presente processo;

7.13 - Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão;

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 09 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MALIN SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

CONTRATO Nº 73/2019 - PMI

Publicação Nº 2108036

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA EVERTON E MICHEL SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA.

CT19/073

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa EVERTON E MICHEL SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 525 Bairro Centro, na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.349.281/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam os serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto instalação de sistema hidráulico preventivo, conforme abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO
01	01 un	Caixa de hidrante sobrepor
	02 un	Mangueira 1.1/2"
	66 metros	Tubo galvanizado 2.1/2"
	01 un	Tee galvanizado 2.1/2"
	35 un	Luva galvanizada 2.1/2"
	01 un	Adaptador storz 2.1/2" x 1.1/2"
	01 un	Adaptador storz 2.1/2" x 2.1/2"
	01 un	Tampa storz com corrente
	01 un	Registro gaveta 2.1/2"
	01 un	Válvula de retenção 2.1/2"
	10 un	Curva 90º galvanizado 2.1/2"
	02 un	Flange galvanizado 4"
	03 un	Conexão ranhurado x rosca 2.1/2"
	01 un	Niple 2.1/2"
	02 un	Registro globo 45º
	01 un	Chave storz
	30 un	Esguicho jato sólido
	01 lata	Suporte reforçado
	01 lata	Zarcão
	04 lata	Tinta vermelha
	03 un	Solvente
	01 un	Veda rosca
	01 un	Linha encanador
	01 un	Placa " recalque"
	01 serv.	Mão-de-obra
TOTAL 12.870,00		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - O início dos trabalhos deverão ser após recebimento da AF. De acordo com o memorial descritivo anexo do edital licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal e recebimento de recursos do Governo Federal.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Será de responsabilidade da Contratada:

- abertura de valas para passagem de tubulação enterrada e aterramento de para-raio;
 - todo e qualquer serviço ou equipamento não descrito na proposta;
 - oferecer garantia mínima de 12 meses a partir da data de entrega e emissão de laudo de funcionamento;
 - apresentar ART dos serviços;
 - assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.
- D) Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

6.1 - Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0054/2019, modalidade de Dispensa de Licitação nº 0010/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

7.2 - A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019.

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES
Complem. Elemento	33.90.39.99 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Próprios 0137

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 10 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

EVERTON MICHEL SERVIÇOS
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 74/2019 - PMI

Publicação Nº 2108039

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA CHRISTIANE ZIMMER - MEI.

CT19/074

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CHRISTIANE ZIMMER - MEI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Pereira Farias, nº 66, na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 28.532.524/0001-42, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto, serviços de animação nas comemorações de Aniversário Político-administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

2.1 - O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0055/2019, na modalidade Dispensa nº 0011/2019, independente de sua transcrição. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31.12.2019.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado ao final dos serviços, devidamente conferidas e com o devido documento fiscal hábil a ser emitido, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

§ 1º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE TURISMO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DO TURISMO LOCAL
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	063

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A prestação do serviço será amplamente fiscalizada pela CONTRATANTE, podendo ser rejeitados os serviços prestados fora nas especificações do presente contrato ou mesmo das normas legais pertinentes.

6.1.1 - A CONTRATANTE poderá emitir instruções, ordens e reclamações a CONTRATADA, tendo como objetivo o saneamento de pendências ou dúvidas surgidas no decorrer da prestação do serviço.

6.2 - Pela não observância e cumprimento do estabelecido no presente contrato serão aplicadas as penalidades previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Prestar os serviços, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta.

7.2 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes do serviço, arcar com as despesas de deslocamento, refeições, manutenção e transporte dos funcionários, equipamentos e materiais utilizados, até os locais indicados pelo município;

7.3 – Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando o município isento de qualquer responsabilidade, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento das mercadorias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar

fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 12 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

CHRISTIANE ZIMMER - MEI
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 75/2019 - PMI

Publicação Nº 2108042

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ELIANE FENILI LINS - EPP.

CT19/075

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ELIANE FENILI LINS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Albino Formighieri, Bairro Agua Verde na cidade de Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.741.526/0001-49, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1 - O presente contrato tem como objeto aquisição de toldo com materiais e instalado para execução na escola Creche, conforme abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01	UN	01 - Toldo metálico curvo, vão 6,00x4,50 com lona vinílica cor palha, 01 – Toldo metálico curvo, vão 1,80x4,50 com lona vinílica corp palha, Garantia mínima de dois anos. Valor R\$ 12.050,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - O início dos trabalhos deverão ser após recebimento da AF. De acordo com o memorial descritivo anexo do edital licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Será de responsabilidade da Contratada:

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

6.1 - Este contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0052/2019, modalidade de Pregão Presencial nº 0033/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

7.8 - A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019.

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES
Complem. Elemento	33.90.30.24 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0101 -Recursos Próprios
Reduzido	137

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O contrato inicia na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 18 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ELIANE FENILI LINS - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

DECRETO 1854/2019

Publicação Nº 2107801

DECRETO Nº 1854 DE 31 DE JULHO DE 2019.

INSTITUI E REGULAMENTA O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS PARA A APURAÇÃO DO ISSQN MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito Municipal de Iomerê/SC, no uso das atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 904/2019,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o LIVRO ELETRÔNICO informatizado e disponibilizado no endereço eletrônico www.iomere.sc.gov.br, para a escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Iomerê/SC ou por tomadores de serviços executados neste município.

Art. 2º Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Decreto e na legislação tributária em vigor.

CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN

Art. 3º Ficam obrigados a declararem, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MEs e EPPs, optantes do Simples Nacional ou não;

II - As Pessoas Jurídicas de Direito Público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os Órgãos da Administração Direta ou Indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Iomerê/SC;

III - Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste Município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN;

Parágrafo único. Ficam dispensados da declaração previstas neste artigo os prestadores de serviços que recolhem o ISSQN na modalidade fixa.

Art. 4º A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Iomerê, www.iomere.sc.gov.br.

§ 1º O Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da Pessoa Jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações, contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e/ou tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Iomerê/SC;

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste município;

VII - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;
VIII - O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§ 2º Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma declaração;

§ 3º A Declaração de ISSQN próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o "caput" deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN próprio e retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Art. 5º Ficam substituídas as guias e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISSQN, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadradas no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Art. 6º O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - Deixar de remeter ao Fisco Municipal, no prazo previsto no "caput" do art. 7º, a Declaração de ISSQN e/ou Declaração de ISSQN Retido, independentemente do pagamento do imposto;

II - Apresentar a Declaração de ISSQN próprio e/ou Declaração de ISSQN Retido de terceiros com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art. 7º A Declaração, que trata o artigo 4º deste Decreto, deverá ser feita e enviada a partir da publicação do presente ato, mensalmente, com ou sem movimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao fato gerador do tributo.

Art. 8º O contribuinte e/ou o substituto tributário, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá entregar declaração retificadora, no caso de erro na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata. Parágrafo único. A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente está protegida da aplicação de penalidade se realizada e entregue até o último dia útil anterior ao início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido e declarado.

Art. 9º A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no "caput" deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, e conterá todas as informações, inclusive os itens não alterados, servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISSQN já informados.
§ 2º Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos fiscais relativos ao ISSQN:

I - Cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - Cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido inscritos em Dívida Ativa;

III - em relação ao o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 10 Os comprovantes de Pagamento do ISSQN ou de retenção feita pelo tomador do serviço, os documentos fiscais, emitidos ou não, ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, das deduções legais e demais comprovantes dos dados e informações contidas na declaração, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco Municipal sempre que solicitados, pelo período de 05 (cinco) anos contados da data prevista para apresentação da declaração de cada competência.

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 11 O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços Tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Art. 12 Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Iomerê (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIFs.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art. 13 Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no "caput" deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste Decreto.

Art. 14 O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a declaração prevista no artigo 4º deste Decreto, observando-se o prazo de pagamento previsto na legislação tributária municipal.

§ 1º O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas no Código Tributário Municipal sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§ 2º Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISSQN, todos os tomadores de serviços previstos no Código Tributário Municipal.

§ 3º O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM-e previsto no artigo 5º deste decreto, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio e tendo valor mínimo de recolhimento de 5 UFM.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro município, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do imposto devido.

§ 2º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 20 de mês subsequente à sua competência.

§ 3º Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços - ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Iomerê.

Art. 16 Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§ 1º A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no "caput" deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

§ 2º Fica o tomador do serviço dispensado de efetuar a declaração mensal de serviços tomados quando houver previsão legal para dispensa da retenção do ISSQN do prestador.

Art. 17 Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas mencionadas no "caput" do artigo 3º deste decreto, deverão efetuar os seus respectivos cadastros no endereço eletrônico www.iomere.sc.gov.br, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Art. 18 O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento e no Setor de Tributos do Município de Iomerê/SC.

Art. 19 As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal vigente.

Art. 20 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê/SC, 31 de julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no Mural Público da Prefeitura Municipal de Iomerê/SC em 31 de julho de 2019.

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

DECRETO 1855/2019

Publicação Nº 2107802

DECRETO Nº 1855 DE 31 DE JULHO DE 2019.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 904/2019 QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE IOMERÊ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e, tendo em vista o que lhe confere o disposto na Lei Orgânica Municipal, da Lei Complementar Municipal nº 012/2003, e da Lei Municipal nº 904 de 23 de Abril de 2019,

Considerando que nos termos dos artigos 51 á 54 da Lei Complementar nº 012/2003, de 26 de Março de 2003, há obrigatoriedade dos prestadores de serviços emitirem nota fiscal de serviços, cabendo à administração pública proporcionar meios de desburocratizar a atividade econômica dos contribuintes e de reduzir custos operacionais com a aplicação dos recursos tecnológicos, visando sempre promover a Justiça

Fiscal com responsabilidade;

Considerando que a Secretaria Municipal de Administração Finanças, através do Setor de Tributação e Fiscalização, vem disponibilizando e dando suporte técnico necessário para todos os contribuintes, escritórios de contabilidade e substitutos tributários;

Considerando que todos os contribuintes de um modo geral possuem uma estrutura mínima de informática que podem auxiliar os prestadores de serviços, quando necessário, ao preenchimento da Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e diretamente da página eletrônica do Município na Internet;

Considerando que todos os contribuintes prestadores de serviços localizados no Município de Iomerê, cadastrados possuem login e senha de acesso para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica – NFS-e; e

Considerando que o sistema de informática do Município, através do Sistema de ISSQN eletrônico registra em seu banco de dados, individualmente as retenções do ISSQN e outros dados, não sendo necessário emitir uma guia para cada operação.

DECRETA:
CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DA NFS-e

Art. 1º Fica instituída a “Nota Fiscal Eletrônica de Serviços”, identificada pela sigla “NFS-e”, como documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Iomerê, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

Art. 2º A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e instituída pela Lei Nº 904 de 23 de abril de 2019, será obrigatória para os contribuintes abaixo discriminados,

I - Todas as empresas que iniciem suas atividades no Município de Iomerê, a partir de 01 de janeiro de 2020;

II - Os prestadores de serviços que já estejam obrigados a utilização da NF-e, conforme estabelecido no Anexo Único do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, a partir de 01 de janeiro de 2020;

III - As sociedades uni profissionais, a partir de 01 de janeiro de 2020;

IV – A partir de 01 de janeiro de 2020 para os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, prestem serviços destinados à Administração Pública Direta ou Indireta, inclusive Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - Os prestadores de serviços mencionados no Anexo I que se enquadrem nas situações abaixo discriminadas:

a) Pessoas Jurídicas que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais) no ano calendário anterior;

b) Os Microempreendedores Individuais que tenham auferido receita bruta igual ou superior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil) no ano calendário anterior.

Parágrafo único. A partir da publicação do presente decreto, até a data de obrigatoriedade, fica facultado a livre adesão dos prestadores de serviço à utilização da Nota Fiscal Eletrônica. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 3º As empresas obrigadas a emitir a NFS-e Mercantil poderão incluir no DANFE as informações relativas a NFS-e, enviando ao Município de Iomerê, as informações (em arquivo xml) relativas aos serviços e ao Estado os arquivos completos, obedecendo as regras específicas de cada ente para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica e incluindo o número de série das respectivas notas.

SEÇÃO II

DO ACESSO PELO CONTRIBUINTE

Art. 4º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 5º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata esse Decreto, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, no endereço eletrônico www.iomere.sc.gov.br.

Art. 6º Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento “SOLICITAÇÃO DE ACESSO” e apresenta-lo assinado pelo seu representante legal, à Secretaria de Administração e Finanças direcionado ao Setor de Tributos.

Art. 7º As notas fiscais convencionais já confeccionadas antes da data de publicação deste decreto poderão:

- I - ser utilizadas até a data de obrigatoriedade para emissão da NFS-e, conforme Art. 2º do presente decreto;
- II- ser entregues junto com o documento de "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" para serem inutilizadas pelo Setor de Tributos.

Art. 8º Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pelo Setor de Tributos, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até 15 (quinze) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 9º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 10º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único - A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterá as seguintes funções:

- I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;
- II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 11º A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

SEÇÃO III

DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS- NFS-e

Art. 12º A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e conterá as seguintes informações:

- I - número sequencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, com:
 - a) Nome ou razão social;
 - b) Endereço;
 - c) "e-mail";
 - d) Número de telefone;
 - e) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - f) Inscrição no Cadastro de Contribuinte Econômico.
- V - identificação do tomador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) endereço;
 - c) "e-mail";
 - d) número de telefone;

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução se houver;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante no anexo II da Lei Complementar 012/2003.

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;

XIII - indicação de serviço não tributável pelo Município de Iomerê, quando for o caso;

XIV - indicação de retenção de ISS na fonte, quando for o caso.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões “Prefeitura do Município de Iomerê”, “Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e”, e o endereço eletrônico oficial do Município www.iomere.sc.gov.br.

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente seqüencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

SEÇÃO IV

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13º Caberá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças baixar Instrução Normativa visando definir ou excluir os prestadores de serviços obrigados à emissão de NFS-e, na forma indicada em ato próprio do Fiscal de Tributos da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte desde que cadastrado no sistema eletrônico de ISS será considerado habilitado a emitir a NFS-e, respeitando-se as disposições previstas na legislação tributária vigente.

Art. 14º Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro de Contribuintes, desobrigados da emissão de NFS-e, poderão optar por sua emissão;

§ 1º. A opção tratada neste artigo depende de autorização do Setor de Tributos, devendo ser solicitada no endereço eletrônico “www.iomere.sc.gov.br”, mediante cadastramento de usuário e Senha.

§ 2º. O Setor de Tributos comunicará aos interessados, via correio eletrônico (e-mail), a deliberação sobre o pedido de autorização.

§ 3º. Os prestadores de serviços que optarem pela NFS-e poderão iniciar a emissão das mesmas após o deferimento da autorização, na conformidade do que dispõe o artigo 6º e 7º deste decreto.

Art. 15º A NFS-e deve ser emitida “on-line”, por meio da Internet, no endereço eletrônico “www.iomere.sc.gov.br”, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Iomerê, mediante a utilização da Senha.

§ 1º O contribuinte que emitir NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

§ 2º A NFS-e emitida poderá ser enviada ao tomador de serviços no formato impresso em via única, ou por “e-mail”.

Art. 16º No caso de eventual impedimento da emissão “on-line” da NF-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços - RPS, que deverá ser substituído por NFS-e na forma deste Decreto.

§ 1º O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, e deverá ser solicitado através da Autorização de Impressão de RPS via sistema, devendo conter todos os dados que permitam a sua substituição por NFS-e.

§ 2º O RPS deve ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 3º Independentemente de haver indício, suspeita ou prova fundada de que a emissão do RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido, o Setor de Tributos poderá exigir do contribuinte a emissão do RPS mediante Autorização de Impressão de Documento Fiscal.

Art. 17º O RPS será numerado obrigatoriamente em ordem crescente seqüencial a partir do número 1 (um) e deverá ser substituído por

NFS-e no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos a contar da data de emissão.

§ 1º O RPS emitido, para todos os fins de direito, perderá sua validade depois de transcorrido o prazo previsto neste artigo.

§ 2º A substituição fora do prazo e a não-substituição do RPS pela NFS-e, equiparando esta última à não emissão de nota fiscal convencional, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

SEÇÃO V

DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA - CC-e

Art. 18º Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 4º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

SEÇÃO VI

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA POR PESSOA FÍSICA

Art. 19º A nota Fiscal de Serviços Avulsa será emitida pelo Setor de Tributos através de sistema eletrônico para pessoa física residente ou que preste serviço temporário ou eventual no território do Município de Iomerê;

Parágrafo Único. A emissão da nota fiscal avulsa fica limitada a 03 (três) operações por ano para cada CPF.

Art. 20º O ISSQN relativo a NFS-e geradas no setor de tributos, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no documento arrecadatório municipal eletrônico – DAM-e, caso o valor a recolher seja inferior a 5 (cinco) UFM deverá efetuar depósito bancário identificado e apresentar o comprovante.

Art. 21º A emissão da NFS-e Avulsa fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN com comprovação visual do documento de arrecadação ou depósito bancário referente ao serviço que constará na nota fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas as operações realizadas.

Parágrafo Único. Comprovado o recolhimento, o Setor de Tributos emitirá a NFS-e Avulsa em três vias, liberando ao contribuinte as duas primeiras e retendo a terceira.

SEÇÃO VII

DO CANCELAMENTO DA NFS-e

Art. 22º A NFS-e poderá ser cancelada pelo próprio contribuinte até 5 dias após a emissão por meio de sistema informatizado no endereço eletrônico www.iomere.sc.gov.br ou após o 5º dia mediante solicitação do contribuinte, ou seu representante legal, devidamente constituído, por meio de processo administrativo, onde deverá conter:

I - identificação do contribuinte;

II - Identificação da NFS-e a ser cancelada;

III - justificativa do cancelamento.

§ 1º. Fica a cargo do Setor de Tributos, a requisição de quaisquer outros dados ou documentos a fim de instruir o pedido de solicitação previsto no "caput" desse artigo, conforme o caso.

§ 2º. Deferido o pedido, será feita a liberação da NFS-e para efetivação do cancelamento pelo próprio emitente.

§ 3º. A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23º As NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio da Prefeitura do Município de Iomerê, enquanto não transcorrido o prazo prescricional e/ou decadal.

Art. 24º Aos contribuintes prestadores de serviços, que também figurem como sujeitos passivos do ICMS, emitindo as notas fiscais conjugadas, que procedam com a identificação no corpo da NFS-e da Fazenda Pública Estadual, as informações relativas ao ISSQN, permanecem as obrigações acessórias em vigor.

Parágrafo único. O Setor de Tributos poderá solicitar o arquivo digital da NFS-e estadual emitida, sob pena do contribuinte incorrer nas sanções previstas no Código Tributário Municipal – Lei Complementar 0012/03.

Art. 25º Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em conjunto com a Assessoria Jurídica dirimir toda e qualquer dúvida decorrente da aplicação deste Decreto.

Art. 26º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 31 de julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no Mural Público da Prefeitura Municipal de Iomerê/SC em 31 de julho de 2019.

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS

Item	Descrição	Data limite para implantação
01.	Serviços de informática e congêneres.	01/01/2020
02.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	01/01/2020
03.	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	01/01/2020
04.	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	01/01/2020
05.	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	01/01/2020
06.	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	01/01/2020
07.	Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	01/01/2020
08.	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	01/01/2020
09.	Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	01/01/2020
10.	Serviços de intermediação e congêneres.	01/01/2020
11.	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	01/01/2020
12.	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	01/01/2020
13.	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	01/01/2020
14.	Serviços relativos a bens de terceiros.	01/01/2020
15.	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	01/01/2020
16.	Serviços de transporte de natureza municipal.	01/01/2020
17.	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	01/01/2020
18.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	01/01/2020
19.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	01/01/2020
20.	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	01/01/2020
21.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	01/01/2020
22.	Serviços de exploração de rodovia.	01/01/2020
23.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	01/01/2020
24.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	01/01/2020
25.	Serviços funerários.	01/01/2020
26.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	01/01/2020
27.	Serviços de assistência social.	01/01/2020
28.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	01/01/2020
29.	Serviços de biblioteconomia.	01/01/2020
30.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	01/01/2020
31.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	01/01/2020

32.	Serviços de desenhos técnicos.	01/01/2020
33.	Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	01/01/2020
34.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	01/01/2020
35.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	01/01/2020
36.	Serviços de meteorologia.	01/01/2020
37.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	01/01/2020
38.	Serviços de museologia.	01/01/2020
39.	Serviços de ourivesaria e lapidação.	01/01/2020
40.	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	01/01/2020

DISTRATO Nº 03/2019

Publicação Nº 2107845

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O SR. VILMAR PELLE - CT14FMS/002, TA14/039, TA15/045, TA16/046, TA17/042 e TA18/042.

TD19/03

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. VILMAR PELLE, pessoa física, 844.870.389-87 e RG nº 2.404.075 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT14FMS/002 e aditivo nº TA18/042, conforme segue:

Art. 1 - Resta rescindido o contrato CT14FMS/002 e seu aditivo TA18/042, celebrado entre o Município de Iomerê – Fundo Municipal da Saúde de Iomerê e o Sr. Vilmar Pelle, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula nona, do contrato.

Art. 2 - O presente distrato surtirá efeitos à data de 10.07.2019, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 09 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

VILMAR PELLE
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

DISTRATO Nº 04/2019

Publicação Nº 2107846

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MARTINI E FRANCISCATTO ENG. LTDA EPP - CT17/015.

TD19/04

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MARTINI E FRANCISCATTO ENG. LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Dolores Duran, nº 393, Bairro Itoupava na cidade de Blumenau-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.108.271/0001-60, neste ato representado pelo Sr. Ulysses Martini, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, rescindir o contrato nº CT17/015 e aditivos, conforme segue:

Art. 1 - Resta rescindido o contrato CT17/015 e seus aditivos tenho por último TA18/065, celebrado entre o Município de Iomerê – Fundo Municipal da Saúde de Iomerê e a empresa Martini e Franciscatto Eng. Ltda EPP, independentemente de qualquer outra providencia, nos termos da cláusula sexta, do contrato.

Art. 2 - O presente distrato surtirá efeitos à data de 10.07.2019, devendo ser cancelados eventuais empenhos e/ou dotação orçamentária bloqueados para esta finalidade, dando a Contratada ampla e geral quitação do referido instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 10 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MARTINI E FRANCISCATTO
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

LEI 910/2019

Publicação Nº 2107843

LEI Nº. 910, DE 31 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER, ATRAVÉS DE COMODATO, A TÍTULO GRATUITO, À ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL ESPECIFICADA NESTA LEI, IMPLEMENTO AGRÍCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder, a título gratuito, e através de contrato de comodato, pelo período de 02 (dois) anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos, enquanto houver interesse das partes, às associações municipais especificadas abaixo, os bens da mesma forma especificados, na condição em que se encontram:

I - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SETE DE JULHO – LINHA PASQUAL, COM SEDE JUNTO A LINHA PASQUAL, S/N, NA CIDADE DE IOMERÊ, CNPJ N. 11.067.236/0001-61:

DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO/ÁGUA COM CAPACIDADE DE 6000L, MARCA MEPEL, ANO/MOD 2018, COR AMARELA, Nº DA BOMBA: SÉRIE Nº 08.37.992, Pat/FDR Nº 2139;

Art. 2º. A cessão referida no artigo primeiro será sem ônus para o Município, devendo ser formalizada através de contrato de comodato, onde serão especificadas as responsabilidades da cessionária em relação aos bens acima descritos, nos termos do artigo 35, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. Verificada a utilização do bem objeto da presente cessão, em desacordo com as finalidades estatutárias da cessionária, fica autorizada a rescisão imediata do comodato e a devolução das máquinas ao cedente.

Art. 4º. A assinatura do contrato de comodato, com a entrega dos implementos descritos no artigo primeiro, será feita no prazo de até 60(sessenta) dias da promulgação desta Lei.

Parágrafo primeiro. Na ocasião da entrega dos implementos, a associação beneficiada deverá fazer prova da regularidade de funcionamento e fiscal, com apresentação de Estatuto com eventuais alterações, ata de posse da última diretoria, a fim de fazer prova da condição de representante legal de quem assinar o respectivo instrumento contratual, alvará de funcionamento e certidões negativas.

Parágrafo segundo. A não demonstração da regularidade de funcionamento e fiscal pela associação beneficiária, implicará na perda do recebimento do objeto em cessão e o repasse do referido item a outra associação que apresentar requerimento e interesse.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

IOMERÊ, 31 DE JULHO DE 2019

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 064/2019

Publicação Nº 2107867

LEI COMPLEMENTAR Nº 064 DE 31 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS NO QUADRO EXISTENTE E GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ.

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê- SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 88, III, da Lei Orgânica do nosso Município: Faço saber que a Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê, decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica parcialmente alterado o Anexo I – Cargos em provimento efetivo e Anexo V – Grupo Ocupacional Serviços Gerais, aumentado o número de vaga para o cargo de operador de máquina – nível III, conforme tabela abaixo, com lotação respectivamente na Secretaria de Infraestrutura, os cargos abaixo descritos:

Vaga	Denominação do Cargo	Código	Vencimento base
01	Operador de máquinas - nível III	299	R\$ 3.205,46

Art. 2º. As atribuições do respectivo nível estão previstas no anexo único desta Lei.

Art. 3º. O presente projeto altera as Leis Complementares n. 42/2015, 43/2015, 44/2015 e 45/2015 e, ainda, outras legislações atinentes ao tema.

Art. 4º. A exoneração dar-se-á a pedido ou de ofício, nos termos da legislação municipal que trata do assunto.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta de dotação própria do Município, consignada no orçamento do corrente exercício, especificamente na respectiva rubrica de "Pessoal", podendo o Chefe do Executivo, suplementar-la, se necessário.

Art. 8º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 31 de julho de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito MuBnicipal

TERMO ADITIVO Nº 19/24

Publicação Nº 2107975

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA – CT19/008.

TA19/024

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 81.632.093/0004-11, com endereço na rua Manoel Francisco da Costa, nº 2000 Bairro Vieiras na cidade de Jaraguá do Sul-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT19/008, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$ R\$
01	Litro	Óleo diesel S10	Shell	3,19

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 08 de julho de 2019.

Município de Iomerê

CONTRATANTE

Agricopel Com. De Deriv. De Petróleo Ltda

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 19/25

Publicação Nº 2107979

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA COOPERATIVA DE AGRIC. FAMILIARES DE ARROIO TRINTA – CT18/026.

TA19/025

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa COOPERATIVA DE AGRIC. FAMILIARES DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica, situada na Rua Francisco Nava, nº 194 Centro, na cidade de Arroio Trinta/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.970/0001-58, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT19/008 e aditivo TA19/024, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar o valor total do contrato dos gêneros alimentícios em até R\$ 11.000,00 (onze mil reais) e alterar a cláusula décima terceira do contrato em epígrafe, passando a vigorar até 31.12.2019.

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 08 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

COOPERATIVA DE AGRIC. FAM. DE ARROIO TRINTA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Rafael Deon
OAB/SC 35259

TERMO ADITIVO Nº 19/26

Publicação Nº 2107981

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA – CT17/081 E TA18/053.

TA19/026

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Condá E nº 1154 E 1º Andar, Bairro Presidente Médice CEP 89.801-131 na cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0009-14, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, RESOLVEM, de comum acordo, ADITAR o contrato nº CT17/081 o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - As partes, de comum acordo, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 8.666/93, no Processo Licitatório Pregão nº 0045/2017, resolvem prorrogar o prazo de vigência que passa a ser até 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O valor a ser pago mensalmente, a partir de 01 de julho de 2019, passa a ser de R\$ 7.731,66(sete mil setecentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos) mensais sendo contratado mais dois sistemas eNota Fly e Livro Eletrônico:

QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$
06	Mês	Prefeitura	6.889,32

06	Mês	Fundo Municipal da Saúde	421,17
06	Mês	Fundo Municipal da Assistência Social	421,17

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT17/081.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 09 de julho de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon

OAB/SC 35259

HOMOLOGAÇÃO ANIMAÇÃO ANIV. MUNICIPIO

Publicação Nº 2107972

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2019 - DL
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 53/2019 Processo de Licitação: 55/2019 Data do Processo: 11/07/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2019
b) Licitação Nr.: 11/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 11/07/2019
e) Data da Adjudicação: 11/07/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO NOS DIAS DO ANIVERSÁRIO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtdade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>CHRISTIANE ZIMMER - MEI (5300)</u>						
1	GRUPO PARA ANIMAR EVENTO DO MUNICÍPIO	SRV	1,00	0,0000	7.500,00	7.500,00
					Total do Fornecedor:	7.500,00
					Total Geral:	7.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (63) Saldo: 9.311,08

Iomerê, 11 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO DIVISORIA LEVE - FMS

Publicação Nº 2107959

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2019 - DL
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 9/2019 Processo de Licitação: 9/2019 Data do Processo: 19/06/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 19/06/2019
e) Data da Adjudicação: 19/06/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO COM COLOCAÇÃO DE DIVISÓRIA LEVE.

				(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:				Unid.	Qtidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item
ODELIR DECORAÇÕES LTDA ME (1832)					
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIA LEVE	SRV	1,00	0,0000	10.836,00 10.836,00
				Total do Fornecedor:	10.836,00
				Total Geral:	10.836,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 377.682,86

Iomerê, 19 de Junho de 2019.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO LEILAO 02

Publicação Nº 2107963

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	LEILÃO Nr.: 2/2019 - LE
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 48/2019 Data do Processo: 13/06/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 48/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-LE
c) Modalidade: Leilão
d) Data Homologação: 05/07/2019
e) Data da Adjudicação: 05/07/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação VENDA DE ESPAÇO PÚBLICO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

KARINE EMANUELE DA SILVA (5524)

1 VENDA ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO EM PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO 14 - CONFORME EDITAL.	UN	1,00	0,0000	3.000,00	3.000,00
Total do Fornecedor:					3.000,00
Total Geral:					3.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 5 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

LEILÃO

Nr.: 2/2019 - LE

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 48/2019
Data do Processo: 13/06/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Iomerê, 5 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO MAQUINA ROMPEDOR

Publicação Nº 2107966

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 31/2019 - PR Processo Administrativo: 47/2019 Processo de Licitação: 49/2019 Data do Processo: 17/06/2019
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 49/2019
- b) Licitação Nr.: 31/2019-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 04/07/2019
- e) Data da Adjudicação: 04/07/2019 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM ROMPEDOR.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI (5517)**

1 SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - COM ROMPEDOR	HRS	150,00	0,0000	445,00	66.750,00
				Total do Fornecedor:	66.750,00
				Total Geral:	66.750,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Iomerê, 4 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 31/2019 - PR

Processo Administrativo: 47/2019
Processo de Licitação: 49/2019
Data do Processo: 17/06/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Iomerê, 4 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO REFORMA PRAÇA

Publicação Nº 2107957

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2019 - TP
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 43/2019 Processo de Licitação: 44/2019 Data do Processo: 05/06/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 08/07/2019
e) Data da Adjudicação: 08/07/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação REFORMA DA PRAÇA CENTRAL

		(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
<u>FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA - ME (5059)</u>					
1	REFORMA DA PRAÇA CENTRAL	SRV	1,00	0,0000	329.546,77 329.546,77
Total do Fornecedor:					329.546,77
Total Geral:					329.546,77

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.059.4.4.90.00.00.00.00 (153) Saldo: 330.000,00

Iomerê, 8 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO SISTEMA PREVENTIVO PREDIO

Publicação Nº 2107971

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2019 - DL
	Processo Administrativo: 52/2019 Processo de Licitação: 54/2019 Data do Processo: 09/07/2019

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2019
b) Licitação Nr.: 10/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/07/2019
e) Data da Adjudicação: 10/07/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação INSTALAÇÃO DE SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

EVERTON E MICHEL SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA (5496)

1	INSTALAÇÃO SISTEMA HIDRÁULICO PREVENTIVO	SRV	1,00	0,0000	12.870,00	12.870,00
					Total do Fornecedor:	12.870,00
					Total Geral:	12.870,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (137) Saldo: 41.355,59

Iomerê, 10 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO TOLDO

Publicação Nº 2107967

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR
CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 50/2019 Processo de Licitação: 52/2019 Data do Processo: 01/07/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2019
- b) Licitação Nr.: 33/2019-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 17/07/2019
- e) Data da Adjudicação: 17/07/2019 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE TOLDO INSTALADO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**ELIANE FENILI LINS EPP (3579)**

1 TOLDO METÁLICO CURVO - CONFORME EDITAL - Marca: Femal	UN	1,00	0,0000	12.050,00	12.050,00
				Total do Fornecedor:	12.050,00
				Total Geral:	12.050,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (137) Saldo: 41.735,37

Iomerê, 17 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 33/2019 - PR

Processo Administrativo: 50/2019
Processo de Licitação: 52/2019
Data do Processo: 01/07/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Iomerê, 17 de Julho de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CT. 057-2019

Publicação Nº 2107490

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 057/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2019

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE PROPRIEDADE RURAL, COM CARGA HORARIA DE 35 HORAS, AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.
DO VALOR TOTAL: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste.
DO CONTRATADO: UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC.
DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2019.
DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.
Iporã do Oeste/SC, 31 de Julho de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

CT. 058-2019

Publicação Nº 2107678

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 058/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO PAINEL DE COMANDO E CONJUNTO MOTO-BOMBA, INCLUINDO MÃO DE OBRA DO POÇO ARTESIANO DO CENTRO INTEGRADO DE ENSINO RURAL - CIER DA LINHA ESPERANÇA/MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.
DO VALOR TOTAL: R\$ 6.608,17 (Seis mil, seiscentos e oito reais e dezessete centavos).
DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste.
DO CONTRATADO: SC POÇOS ARTESIANOS LTDA.
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será da data de sua assinatura até o final do prazo da garantia, que deve ser no mínimo de 01 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo da nota fiscal.
DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC
Iporã do Oeste/SC, 31 de Julho de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

Decreto 103/2019

Publicação Nº 2109205

DECRETO Nº 103 DE 31 DE JULHO DE 2019.
HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2019.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições (Antes dos recursos) relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 005/2019 do Município de Iporã do Oeste – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	223	Alexandra Bernardy De Souza	Deferida

2	3	Aline Theobald Klunck	Deferida
3	5	Camila Anschau	Deferida
4	34	Caroline Reis	Deferida
5	116	Cátia Schmitz	Deferida
6	13	Cristiana Schröder	Deferida
7	69	Daiana Melz Link	Deferida
8	19	Débora Arcari	Deferida
9	94	Elaine Goulart	Deferida
10	222	Elaine Paula Luft	Deferida
11	115	Eliane Marta Degenhart	Deferida
12	55	Fernanda Paparella Viapiana	Deferida
13	18	Graciely Kuhn	Deferida
14	186	Greissi Marcia Flach	Deferida
15	153	Inês Cassol	Deferida
16	129	Janaína Letícia Vargas De Araújo Brasil	Deferida
17	118	Janete Beilke	Deferida
18	7	Janice Bassorici Philippsen	Deferida
19	52	Jaqueline Bettio	Deferida
20	217	Karla Cunha De Souza Thomas	Deferida
21	167	Lais Gessica Pavan	Deferida
22	110	Leane Flach Kuhn	Deferida
23	100	Leoni Scheren Mombach	Deferida
24	191	Liane Wolter Lutz	Deferida
25	194	Márcia Ruscheinsky	Deferida
26	188	Marilene Oswald	Deferida
27	32	Marinês Schneider	Deferida
28	183	Marlete Madalena Bourscheidt	Deferida
29	154	Marli Renate Muller Lauschner	Deferida
30	225	Marli Terezinha Putrick	Deferida
31	49	Michele Gebert	Deferida
32	221	Miria Dallagnol Barella	Deferida
33	58	Odete Hammes	Deferida
34	208	Patrícia De Lourdes Vieira Coelho Gomes	Deferida
35	38	Patrícia Maldaner	Deferida
36	88	Roque Francisco Ribeiro	Deferida
37	77	Roselei Teresinha Schneider	Deferida
38	29	Rosines Orth Carminatti	Deferida
39	112	Sirleni Dill Bazzo	Deferida
40	95	Solange Teresinha Link De Souza	Deferida
41	220	Sueli Junges	Deferida
42	130	Suelyn Caroline Reis	Deferida
43	135	Vanessa Dos Santos Weschenfelder	Deferida
44	192	Vanessa Royer	Deferida

PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	230	Elisabete Thaís Böhne	Deferida
2	175	Elizandra Schaefer	Deferida

3	66	Ivânia Baumgratz	Deferida
4	133	Leonardo Christian Sturm	Deferida

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	51	Carolina Thomas	Deferida
2	108	Elonir Biondo	Deferida
3	37	Franciele Carla De Valle	Deferida
4	97	Janaíne Iappe	Deferida
5	28	Marciane Danhaia	Deferida

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	170	Júlia Eich	Deferida
2	14	Kertlin Buttenbender	Deferida

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	103	Adilson Balbinot	Deferida
2	27	Jaqueline Ferraz	Deferida
3	147	Jeferson Junges	Deferida
4	124	Luís Eduardo Fritsch	Deferida
5	26	Maisa Dill	Deferida
6	102	Manueli Blatt Spezia	Deferida
7	169	Roberta Mara Royer Düngersleber	Deferida
8	65	Valter Muller	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	46	Amanda Schneider	Deferida
2	156	Cristiano Gruetzmann Witfel	Deferida
3	98	Eliara Bonamigo	Deferida
4	143	Fábio Schuster	Deferida
5	204	Kéli Bender	Deferida
6	22	Lovani Inês Klunck	Deferida
7	126	Tiago Rigoni	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	35	Benhur Giacobbo De Araujo	Deferida
2	236	Stéfany Sehn	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	168	Aline Elisa Schneider Weber	Deferida
2	63	Aline Griebeler	Deferida
3	180	Aline Rossi Cichelero	Deferida
4	2	Aline Theobald Klunck	Deferida

5	211	Andréia Neiss Heck	Deferida
6	106	Aurea Kaufmann Werlang	Deferida
7	6	Camila Anschau	Deferida
8	72	Carolina Hofer	Deferida
9	117	Cátia Schmitz	Deferida
10	196	Claudia Schmitz	Deferida
11	15	Cleusa Kaufmann	Deferida
12	122	Cristiane Pradella	Deferida
13	205	Cristiane Welchen	Deferida
14	68	Daiana Melz Link	Deferida
15	71	Débora Alana Flach	Deferida
16	20	Débora Arcari	Deferida
17	10	Eduarda Carolina Hammes	Deferida
18	93	Elaine Goulart	Deferida
19	114	Eliane Marta Degenhart	Deferida
20	56	Fernanda Paparella Viapiana	Deferida
21	87	Flaviani Claudia Carboni	Deferida
22	59	Franciele Cristina Bracht Reichert	Deferida
23	21	Graciely Kuhn	Deferida
24	48	Greicy Arosi	Deferida
25	187	Greissi Marcia Flach	Deferida
26	12	Ivana Margarete Melz Da Silva	Deferida
27	134	Ivania Ott	Deferida
28	128	Janaína Letícia Vargas De Araújo Brasil	Deferida
29	119	Janete Beilke	Deferida
30	8	Janice Bassorici Philippsen	Deferida
31	75	Jéssica Sima Ramos	Deferida
32	171	Júlia Eich	Deferida
33	36	Karine Klement Feyh	Deferida
34	216	Karla Cunha De Souza Thomas	Deferida
35	25	Kryslen Tainara Gass Soares	Deferida
36	111	Leane Flach Kuhn	Deferida
37	202	Liane Jacinta Finger Heck	Deferida
38	148	Lisete Frey Steffen	Deferida
39	74	Luana Mueller	Deferida
40	62	Luciane Dresch Hendges	Deferida
41	193	Márcia Ruscheinsky	Deferida
42	33	Marinês Schneider	Deferida
43	226	Marli Terezinha Putrick	Deferida
44	50	Michele Gebert	Deferida
45	136	Michele Kaufmann Gonzalez	Deferida
46	138	Núbia Naue	Deferida
47	39	Patrícia Maldaner	Deferida
48	179	Rosane Bernadete Schwertz	Deferida
49	163	Roselaine Miotto	Deferida
50	78	Roselei Teresinha Schneider	Deferida
51	109	Rosenilda Bertol	Deferida
52	184	Rosilene Gabriel Schneider	Deferida

53	30	Rosines Orth Carminatti	Deferida
54	80	Rúbia Mara Weber Eidt	Deferida
55	227	Sidione Vargas Schwabe	Deferida
56	113	Sirleni Dill Bazzo	Deferida
57	96	Solange Teresinha Link De Souza	Deferida
58	131	Suelyn Caroline Reis	Deferida
59	181	Tatiana Melz Link Bisolo	Deferida
60	82	Verenice Rafaela Feyh	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	182	Daiana Schaefer Heck	Deferida
2	240	Daniela Paula Foletto	Deferida
3	215	Edilaine Gawski Previde	Deferida
4	176	Elizandra Schaefer	Deferida
5	219	Fabiola Cichelero	Deferida
6	158	Giovana Andressa Feistler	Deferida
7	214	Gisele Dos Santos Ramos	Deferida
8	67	Ivânia Baumgratz	Deferida
9	70	Jenifer Caroline Hermes	Deferida
10	162	Luciane Ribeiro Nunes	Deferida
11	9	Patricia Bohnenberger	Deferida

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	177	Fernanda Tacca	Deferida
2	212	Márcia De Oliveira Loredó	Deferida
3	17	Marco Aurelio Hirsch	Deferida
4	76	Marcos Fiorentin	Deferida

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	125	Luís Eduardo Fritsch	Deferida

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	40	Camila Rigo	Deferida

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	145	Ligia Schmidt Da Rosa	Deferida
2	206	Tailine Winkelmann	Deferida

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	137	Daiane Mariéli Renz	Deferida
2	44	Dalvana Schaefer	Deferida
3	84	Elisandra Manfroi	Deferida

4	91	Elói Beilke	Deferida
5	189	Leandro Welter	Deferida
6	172	Maciele Mees Follmann	Deferida
7	149	Rejane De Moura	Deferida
8	120	Thiago André Winter	Deferida
9	64	Thiago Terhorst Rauber	Deferida

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	199	Michele Miqueloto Hermes	Deferida

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	47	Beatriz Orth Klein	Deferida
2	165	Carolina Philippsen Machado	Deferida
3	11	Gerlinde Spies Leite	Deferida
4	105	Marcia Jussara Griebler	Deferida
5	238	Sabrina Philippsen Machado	Deferida

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	121	Dainara Wolfart	Deferida
2	85	Elisandra Manfroi	Deferida
3	90	Elói Beilke	Deferida
4	81	Francisco Rother	Deferida
5	140	Letícia Halmenschlager	Deferida
6	203	Lianete Liziane Webler	Deferida
7	42	Marciane Lucia Bracht	Deferida
8	79	Tânia Marise Specht	Deferida
9	16	Wagner Roberto Degaraes	Deferida

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	209	Claudiney Das Neves Gomes	Deferida

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	197	Aline Andressa Soares Veiga	Deferida
2	152	Andressa Maria Fraportti	Deferida
3	107	Daiane Disegna Muller	Deferida
4	89	Roque Francisco Ribeiro	Deferida
5	210	Silvana Nyland Stuelp	Deferida

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	173	Maciele Mees Follmann	Deferida

Art. 2º Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 005/2019, do Município de Iporã do Oeste – SC, as seguintes inscrições:

PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	228	Ana Lucia Martins Parolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	213	Davi Pereira Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	232	Elizangela Salete Spironello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	190	Gabrielle Haag	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	45	Karine Stein	Cancelada pelo candidato (a).
6	200	Marilei Heiser	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	164	Sirlei Maria Antunes Schneiders	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	92	Susana Michels	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	123	Thais Regina Marasca	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	160	Vanessa Angélica Reckziegel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	23	Daniele Triches	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	99	Mara Andréia Kern	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	157	Marceli Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	155	Jocelaine Kaiser	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	101	Manueli Blatt Spezia	Cancelada pelo candidato (a).

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	53	Andrey Söhn	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	1	Fábio Schuster	Cancelada pelo candidato (a).
3	86	Geovane Staudt	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	235	José Antonio Dos Santos Lind	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	139	Karine Schneiders	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	178	Lisane Weiss De Carvalho Eduardi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	231	Regiani Aparecida Saito	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	151	Marco Antonio Villa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	224	Alexandra Bernardy De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	60	Alice De Almeida Santana	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	229	Ana Lucia Martins Parolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	201	Andréia Neiss Heck	Cancelada pelo candidato (a).
5	54	Daiane Dill	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

6	218	Diana Carla Barth	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	132	Elisangela Melo Araujo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	57	Franciele Cristina Bracht Reichert	Cancelada pelo candidato (a).
9	185	Livia Maria Negrini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	142	Marieli Letícia Eich	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	166	Sirlei Maria Antunes Schneiders	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	61	Tatiane Aparecida Goergen	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	161	Vanessa Angélica Reckziegel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	24	Daniele Triches	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	144	Dioneide Riedel Walter	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	195	Marceli Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	41	Adelaide Maria Braga	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	4	Ernesto Da Silva Junior	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	104	Adilson Balbinot	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	73	Latoya Bárbara Kaufmann Da Silva	Cancelada pelo candidato (a).

PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	239	Michele Miqueloto Hermes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	237	Graciele Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	234	Juliana Weber	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	83	Cristiane Birk	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	198	Filipi Jardim Costa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	150	Rejane De Moura	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	43	Andreia Pazini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

2	127	Celso Júnior Tonidandel Hanuszcak	Cancelada pelo candidato (a).
3	207	Graciela Konzen	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	141	Ana Júlia Longo Paes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	174	Francieli Christine Welter Toillier	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	146	Verediana Seberino	Cancelada pelo candidato (a).

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	31	Gerlinde Spies Leite	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	233	Elizangela Salete Spironello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	159	Ivonete Brugnerotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 01 e 02 de agosto de 2019 para interpor recurso pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste/ SC, 31 de julho de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 104/2019

Publicação Nº 2109208

DECRETO Nº 104 DE 31 DE JULHO DE 2019.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO Nº 006/2019.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições (Antes dos recursos) relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 006/2019 do Município de Iporã do Oeste – SC, conforme segue:

****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVIÇOS DE LIMPEZA E COPA)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	106	Adriana Horst	Deferida
2	142	Geneci Amaral De Oliveira Campos	Deferida
3	145	Gleudson Wallace Mendes Nascimento	Deferida
4	24	Janice Marlise Schmitz	Deferida
5	124	Márcia Martini Bizon	Deferida
6	68	Maria Odete Barppi Breunig	Deferida
7	148	Nilve Rutzen Pavan	Deferida

AGENTE ADMINISTRATIVO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	150	Andrea Gass	Deferida
2	44	Andressa Mallmann	Deferida
3	114	Bruna Hilgert	Deferida
4	70	Emanoelle Immig	Deferida
5	6	Fabiula Trevisan	Deferida
6	28	Graciela Konzen	Deferida
7	126	Kauê Wandscher	Deferida
8	104	Letícia Lenkner	Deferida
9	89	Luciana De Abreu	Deferida
10	77	Maiqueli Schneiders	Deferida
11	118	Matheus Baumgratz Zilles	Deferida
12	122	Minéia Staats	Deferida
13	53	Monik Oliveira Capellari	Deferida
14	165	Nicolau Klock	Deferida
15	102	Rafael Fernando Menegais	Deferida
16	25	Rosemeiry Baraba	Deferida
17	128	Sara Carine De Souza	Deferida

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01 (ABRANGÊNCIA: CIDADE ATÉ O TREVO, DO LADO ESQUERDO DA AVENIDA GUSTAVO FETTER, SENTIDO SÃO MIGUEL DO OESTE A IPORÃ DO OESTE)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	48	Ana Paula Do Prado	Deferida
2	141	Íraci Libera Busa	Deferida

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 02 (ABRANGÊNCIA: COMUNIDADES: TAQUARUSSU, BARRA GRANDE, PIRAJU, ALTO PIRAJU, SÃO LUIZ, ALTO TIGRE, TAIPA ALTA, QUILOMBO, MACUCOZINHO, MONTE MARIA, SÃO LOURENÇO, PARTE DA COMUNIDADE DE APARECIDA, E PARTE DO TREVO)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	94	Angela Regina Dill	Deferida
2	72	Leidiane De Andrade	Deferida

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03 (ABRANGÊNCIA: JACUTINGA, LETRAS, PIRAPÓ, LAGOA DOS PATOS, LARANJEIRAS, SÃO VENDELINO, IRATIM, VORÁ, LAMBARI, UNIÃO DA SERRA, TAQUARA, ESPERANÇA, PAVÃO, PREFERIDO ALTO, CABECEIRA DO TAQUARUSSU, LINHA ENTRE RIOS E PARTE COMUNIDADE DE APARECIDA)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	130	Daniela Lurdes Tomasi	Deferida

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04 (ABRANGÊNCIA: CIDADE ATÉ O TREVO, DO LADO DIREITO DA AVENIDA GUSTAVO FETTER, SENTIDO SÃO MIGUEL DO OESTE A IPORÃ DO OESTE)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	169	Carmen Salete Lorenzato Berwanger	Deferida
2	172	Elizandro Dos Santos Nascimento	Deferida
3	32	Francieli Hemsing	Deferida
4	166	Larissa Iara Andres Hauschild	Deferida
5	154	Ticiane Reis	Deferida

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	111	Daniel Muller	Deferida
2	46	Daniela Silveira	Deferida
3	133	Izabel De Oliveira Ganzer	Deferida
4	84	Jane Erhart	Deferida
5	163	Lucas Studt Staud	Deferida
6	110	Neiva Specht Jacoby	Deferida

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	65	Cassandra Milesi	Deferida
2	156	Débora Steinhaus	Deferida
3	137	Édina Sehn	Deferida
4	56	Evandro Barcelo Konflanz	Deferida

AUXILIAR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	62	Adriana Regina Dammann	Deferida
2	97	Amanda Luiza Costa	Deferida
3	76	Cleide Schmitz	Deferida
4	75	Cristina Baumgratz	Deferida
5	135	Dirce Kroetz	Deferida
6	138	Edilaine Gawski Previde	Deferida
7	136	Fabíola Comiotto	Deferida
8	27	Graciele Klein	Deferida
9	170	Gracieli Paula Heck	Deferida
10	47	Jenifer Caroline Hermes	Deferida
11	143	Juliane De Souza	Deferida
12	152	Natieli Kottschalk	Deferida
13	63	Noeli Staudt	Deferida
14	134	Tais Regina Pavan	Deferida

ENFERMEIRO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	71	Daiana Cristina Wickert	Deferida
2	19	Jaqueline Monize Ceconi	Deferida
3	103	Karine Kooke	Deferida
4	119	Rafaela Bedin	Deferida
5	107	Samantha Samile Toillier	Deferida
6	149	Scheila Eidt	Deferida
7	83	Vanise Teresa Preuss	Deferida

ENGENHEIRO CIVIL

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	123	Alessandra Maria Tiburski	Deferida
2	162	Aline Hofer	Deferida
3	129	Bruna Daniela Bruggemann Borck	Deferida
4	73	Caroline Scheffer	Deferida

5	167	Daniel Wilk Junior	Deferida
6	116	Danielli Piovesan Ceolin	Deferida
7	105	Diogo Lauschner Niedermeyer	Deferida
8	153	Douglas Schenatto	Deferida
9	10	Eduardo Battaglin	Deferida
10	58	Ezykiel Bussolotto Nardi	Deferida
11	113	Patrik Krzyzaniak	Deferida
12	127	Tiago Roberto Berwanger	Deferida
13	81	Vinicius Dalla Lana	Deferida
14	164	Wesley Alessandro Kovaleski	Deferida

FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	132	Fabricia Denise Ludtke	Deferida
2	22	Suellen Dalmas	Deferida

MECÂNICO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	146	Jardel Joarez Staudt	Deferida
2	157	Jefferson Klein	Deferida
3	171	Valdir Vier	Deferida
4	155	Vilmar Schemmer	Deferida

MOTORISTA CATEGORIA (CNH CAT. "D")

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	101	Atair Nottar	Deferida
2	35	Odirlei Jair Geremias	Deferida
3	51	Valdir Rodrigues De Oliveira	Deferida
4	52	Vanduir José Klein	Deferida

NUTRICIONISTA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	115	Eliaki Marceli Zanini	Deferida
2	109	Jéssica Revers	Deferida
3	158	Tamara Cristina Melz	Deferida
4	147	Thaís Scherer	Deferida

OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH CAT. "C")

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	100	Adelmo Afonso Junges	Deferida
2	13	Claudinei Fengler	Deferida
3	99	Cleiton Cristiano De Oliveira	Deferida
4	98	José Schabarum	Deferida
5	15	Michel Odenir Strack	Deferida

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	121	Elisete Maria Wizniewski Matte	Deferida

TELEFONISTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	144	Adelaide Reinehr	Deferida
2	14	Adriene De Oliveira França Rambo	Deferida
3	37	Ana Caroline Schaefer	Deferida
4	140	Ediane Grezele	Deferida
5	29	Gabriela Bisolo	Deferida
6	120	Jessica De Siqueira	Deferida
7	92	Nadini Kottschalk	Deferida
8	64	Roselí Maria De Oliveira Wermuth	Deferida

Art. 2º Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 006/2019, do Município de Iporã do Oeste – SC, as seguintes inscrições:

****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVIÇOS DE LIMPEZA E COPA)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	23	Célia Maria Schreiber Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	67	Daiane Regina Kummer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	1	Gleudson Wallace Mendes Nascimento	Cancelada pelo candidato (a).
4	61	Ivanete Ferro Flesch	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	139	Talia Joana Giehl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE ADMINISTRATIVO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	4	Douglas Pilatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	131	Felipe Antonio De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	96	Ismael Pedro Kosmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	108	Juliane Gass	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	41	Karina Pereira De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	60	Latoya Bárbara Kaufmann Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	82	Marco Antonio Villa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	88	Nicolau Dettenborn	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	8	Ramon Santos De Figueiró	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 04 (ABRANGÊNCIA: CIDADE ATÉ O TREVO, DO LADO DIREITO DA AVENIDA GUSTAVO FETTER, SENTIDO SÃO MIGUEL DO OESTE A IPORÃ DO OESTE)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	11	Marcele Kloh	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	43	Ana Camila Bohnem	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	39	Carlos Aimi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	42	Daniela Silveira	Cancelada pelo candidato (a).
4	45	Daniela Silveira	Cancelada pelo candidato (a).
5	33	Denise Aparecida Lorenzatto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	86	Roger Cherobin Massing	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	30	Stefany Fank Korbes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	36	Víctor Augusto Futrik	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	117	Matheus Baumgratz Zilles	Cancelada pelo candidato (a).
AUXILIAR DE CRECHE			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	57	Bruna Camila Chaves Faustino	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	69	Cristiane Pradella	Cancelada pelo candidato (a).
3	95	Daniele Mittmann Zanin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	112	Eliziane Tânia Blau	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	38	Izabel De Oliveira Ganzer	Cancelada pelo candidato (a).
6	12	Naimicler Almeida Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	21	Patrícia Burg	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	80	Rita Ferreira Dos Santos Wirth	Cancelada pelo candidato (a).
9	59	Tainara Andreia Rigo Filomeno	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
ENFERMEIRO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	151	Elisete Teresinha De Moura	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	90	Vanessa Thesing	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
ENGENHEIRO CIVIL			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	161	Charles Giacomini Bonfanti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	54	Cleide A Hartmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	5	Cleiton Gasperin	Cancelada pelo candidato (a).
4	93	Eduarda Spironello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	20	Gabriel José Alexandre Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	26	Giovana Pelisser	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	74	Jean Felipe Leite	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	17	Natália Regina Casanova	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	85	Renan Bacchi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	79	Tailor Sehnem	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	160	Cleverton Delarmelin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	9	Tiare Lara Guth	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
MECÂNICO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	49	Charles Loebens	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
MOTORISTA CATEGORIA (CNH CAT. "D")			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	40	Ivanor Guerra	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

NUTRICIONISTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	18	Antoniely Marlize Jaguezski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	66	Raiane Maciel Boeira Charão Raiane Maciel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	2	Tainá Maróstica	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH CAT. "C")			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	55	Fabio Junior Alves Da Silva Janowitz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	3	Carlise Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	78	Cheila Buche	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
TELEFONISTA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	16	Daniele Triches	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	159	Jane Cassani De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	168	Jean Ferreira De Siqueira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	34	Juliana Dotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	87	Katieli Kraemer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	91	Nadini Kottschalk	Cancelada pelo candidato (a).
7	7	Solange Isabel Lauschner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	125	Tailine Winkelmann	Cancelada pelo candidato (a).
9	31	Tais Colombo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 01 e 02 de agosto de 2019 para interpor recurso pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

TP 007-2019

Publicação Nº 2108417

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2019

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09h00min do dia 19 de Agosto de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA RUA JOSE SCALABRIN NO PARQUE DA FEIRA FAIC E LINHA TAQUARUÇU DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de

segunda a sexta feira, no horário de expediente.
Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.
Iporã do Oeste/SC, 31 de Julho de 2019.
LUCIO MALLMANN
PREFEITO MUNICIPAL.

Ipuaçu

PREFEITURA

PL PREF 67.2019 PP PREF 31.2019

Publicação Nº 2107568

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 67/2019, Tipo Pregão Presencial Pref n. 31/2019 (menor por item).

Entrega/envelopes: Até às 08h15min 15 de agosto de 2019.

Data/abertura: A partir das 08h30min 15 de agosto de 2019.

Objeto: Visa o presente edital a aquisição de nível de precisão para o Município de Ipuaçu-SC, conforme descrito no anexo I termo de referência em atendimento ao Convênio 871210/2018 Proposta n.º 034901/2018 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu -SC, telefone (49) 34490045.

Ipuaçu - SC, em 31 de julho de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.427 DE 24 DE JULHO DE 2.019

Publicação Nº 2108402

DECRETO Nº 2.427 de 24 de julho de 2.019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRI-MONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.810 de 16 de outubro de 2.017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.018 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.813 de 11 de dezembro de 2.017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.018 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 34, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.091 - Assistência Farmacêutica Básica e Especiais, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 150.000,00.

TOTAL GERALR\$ 150.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fontes de recursos:

I. Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0064 - SUS Atenção Básica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 150.000,00

TOTAL GERALR\$ 150.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 22 de julho de 2.019.

Ipumirim-SC, 24 de julho de 2.019

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2019/PM

Publicação Nº 2107968

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 17/09/2019, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 17/09/2019. Objeto da licitação: Concessão de Direito Real de Uso, de bens Públicos Municipais. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 31/07/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2019/PM

Publicação Nº 2108374

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 71/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso VIII, cujo objeto é: execução de horas de consultoria especializada em ovinocultura destinado aos agricultores rurais do município pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 31/07/2019
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 31 DE JULHO DE 2019-CMV

Publicação Nº 2108296

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 31 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre a Concessão de licença à Vereador para tratar de assuntos de interesse particular.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com Inciso II, do art. 29 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Inciso I, do art. 20 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º É concedida licença de 30 dias a partir de 1º de agosto de 2019 ao Vereador Almir Seghetto, integrante da Coligação Aliança Democrática Por Um Ipumirim Mais, para tratar de assuntos de interesse particular.

Art. 2º A vaga será preenchida pelo Suplente imediatamente habilitado pertencente a coligação do Vereador licenciado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 31 de julho de 2019
Marineide Pick Pilatti
Presidente

Registra-se e publica-se em
em 31 de julho de 2019

Adriane Cagol Zanella
Auxiliar Administrativo

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 057 E 058/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2108083

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA			
EXTRATO CONTRATUAL			

<p>Contrato Nº.: 057/2019</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</p> <p>Contratada...: SEBENIR SEBEN</p> <p>Valor : 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 08/07/2019 Término: 31/12/2019</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 1.900 (Um mil e novecentos) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais), em cascalheira situada próxima a sede do município, para utilização na recuperação das estradas do município de Iraceminha.</p>			
Iraceminha, 31 de Julho de 2019			

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA			
EXTRATO CONTRATUAL			

<p>Contrato Nº.: 058/2019</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</p> <p>Contratada...: S.J.L. TRANSPORTE ESCOLAR EIRELI</p> <p>Valor : 43.966,00 (quarenta e três mil novecentos e sessenta e seis reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/07/2019 Término: 31/12/2019</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2019</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Contratação de serviço de transporte escolar, percurso Linha Sete Amigos/Iraceminha, garantindo o acesso e a permanência dos alunos do ensino infantil, fundamental e médio nos estabelecimentos escolares do Município de Iraceminha para o ano de 2019.</p>			
Iraceminha, 31 de Julho de 2019			

EXTRATO DE CONTRATO 059/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2108059

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA			
EXTRATO CONTRATUAL			

<p>Contrato Nº.: 059/2019</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA</p> <p>Contratada...: ELDO DRESCHER</p> <p>Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Constitui o objeto do presente Contrato, a compra por parte da Municipalidade e a venda da parte do contratado de 3.250 (Três mil duzentos e cinquenta) metros cúbicos de cascalho de excelente qualidade, a R\$ 2,00 (dois reais) cada metro cúbico, perfazendo o total de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), em cascalheira situada próxima a sede do município, para utilização na recuperação das estradas do município de Iraceminha.</p>			
Iraceminha, 31 de Julho de 2019			

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019

Publicação Nº 2108920

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de Bica Corrida, Pó de Pedra, Areia Grossa, entre outros materiais em geral, conforme demanda da secretaria, destinados à execução e recuperação das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do Município.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 13/08/2019.

Abertura: às 09h00min do dia 13/08/2019.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 31 de julho de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

Publicação Nº 2108931

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objeto: Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S10) de primeira qualidade, conforme a demanda, com especificações técnicas exigidas pela ANP – agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para fornecimento contínuo e fracionado diretamente da bomba para a frota mecanizada do Município de Irani – SC.

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 13/08/2019.

Abertura: às 14h00min do dia 13/08/2019.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail compras@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 31 de julho de 2019.

SÍVIO ANTÔNIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2019 - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 2109196

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2019
OUTRAS MODALIDADES Nº 003/2019
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2019

O Município de Irani torna público, que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural e do empreendedor rural familiar, destinados a compor a alimentação das unidades de ensino (escolas e creches) da rede municipal, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches – PNAC.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 21/08/2019.

Abertura: às 09h00min do dia 21/08/2019.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail compras@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 01 de agosto de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 009/2019 - FMS

Publicação Nº 2109207

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIAMENTO Nº 002/2019 – FMS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 025/2019 – FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2019 – FMS

OBJETO: Credenciamento de Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde para a realização de procedimentos cirúrgicos diversos, em regime de internação hospitalar, para o exercício de 2019, conforme necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: HOSPITAL SÃO JORGE LTDA – ME, CNPJ: 80.104.284/0001-03

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.

Irani, SC, 01 de agosto de 2019.

Dilce Salete Zenaro – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3613

Publicação Nº 2108050

DECRETO Nº 3.613/2019.

DESIGNA SERVIDORAS PARA COMPOR COMISSÕES DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997 e,

CONSIDERANDO a importância das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares, para fins de apurar responsabilidades de servidores municipais em atos e fatos da administração;

CONSIDERANDO, a existência de servidores aptos ao exercício de tais funções nos diversos setores do serviço público municipal; e,

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de se dar andamento ágil a tais procedimentos,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designadas as servidoras abaixo relacionadas para compor as Comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Administração Pública Municipal, instaurados para cada caso específico, através de Portaria do Prefeito Municipal:

I. Géssica Greschechen - Código nº 2294

II. Juliana Nogara do Carmo - Código nº 2155

III. Marcela Adeleva Ciarini - Código nº 2005

IV. Scheila Patrícia Kielb - Código nº 1849

V. Rosana Donda Rückl - Código nº 192

VI. Rosana Marcia Perciak Pereira Piekarszewicz - Código nº 1762

VII. Tatiana Andreia Rucinski - Código nº 1441.

Art. 2º As servidoras referidas no artigo 1º, farão jus ao recebimento de gratificação mensal, prevista no artigo 82 caput e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 058//2012, por até 4 (quatro) meses, quando participarem de Comissões de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar devidamente instaurados por Portaria específica, podendo receber simultaneamente por até 2 (dois) processos, os valores previstos na Lei.

Art. 3º Para cada procedimento administrativo, a Portaria de Instauração deverá indicar o Relator e o Secretário da Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 3.292/2017 e demais disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 26 de Julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 3614

Publicação Nº 2108057

DECRETO Nº 3.614/2019, de 31 de julho de 2019.

Convoca a 12ª Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado a 12ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2019, tendo como tema Central Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social”.

E como Eixos temáticos:

EIXO 1: Assistência Social como direito do Povo.

EIXO 2: Financiamento Público.

EIXO 3: Participação Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desde Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 31 de julho de 2019.

Rosana Marcia Perciak Pereira

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2019

Publicação N° 2108089

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 27/2019

CONCORRENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2019

A Prefeitura Municipal Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 03 de setembro de 2019, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade concorrência para registro de preços com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE 15.000 M³ (QUINZE MIL METROS CÚBICOS) DE ROCHA TIPO PEDRA FERRO, COM MALHA 3,00 M X 1,50 M, COM FUROS DE NO MÍNIMO 03 (TRÊS) POLEGADAS, COM NO MÍNIMO 5,60 KG DE CARGA DE EXPLOSIVO EM CADA METRO LINEAR FURADO, E BRITAGEM DAS ROCHAS COM NO MÁXIMO 03" (TRÊS POLEGADAS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 31 de julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 326/2019

Publicação N° 2108062

PORTARIA N.º 326/2019.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, MICHELI APARECIDA LECHINESKY, nascida em 23/02/1987, portadora do CPF n.º 093.234.649-96, RG. n.º 5.795.040 SESPD/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), no nível 1, referência A, Grupo GA, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com lotação inicial na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 29 de Julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 327/2019

Publicação Nº 2108072

PORTARIA N.º 327/2019.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, ANA MARIA CUNHA, nascida em 01/12/1986, portadora do CPF n.º 067.543.659-19, RG. n.º 9.474.512-8 SESP/PR, para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil (40h/sem), no nível 2, referência A, Tabela I, Grupo Professores do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 29 de Julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 328/2019

Publicação Nº 2108078

PORTARIA N.º 328/2019.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora KEITY ALESANDRA KOCHAN, o cargo de Agente Administrativa do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 243/2018 de 02/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 329/2019

Publicação Nº 2108081

PORTARIA Nº 329/2019.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 e com amparo no artigo 6º inciso I da Lei Complementar nº 035/2007 de 19/12/2007 e,

Considerando que a servidora CLAUDIA HELOISA KUCHLA, ocupante do emprego público de Enfermeira ESF, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde exerce suas atividades junto a Unidade de Saúde da localidade de Rio Branco, neste Município de Irineópolis - SC;

Considerando que, conforme denúncia na ouvidoria da Secretaria Municipal da Saúde, encaminhada através do ofício nº 389/2019 pela Secretária Municipal da Saúde, Senhora Giseli Kempinski, houve negligência por parte da servidora Claudia Heloisa Kuchla, no atendimento ao senhor Ignácio Lima dos Santos de 80 anos, quando este procurou a unidade ESF de Rio Branco, em data de 07/07/2019;

Considerando que a situação apresentada, obriga o Poder Executivo Municipal a determinar a averiguação dos fatos, com a finalidade de

apurar a veracidade e a responsabilidade da servidora, vindo a ferir preceitos dispostos em Lei,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade da servidora CLAUDIA HELOISA KUCHLA, código 2370, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, vinculada a Secretaria Municipal da Saúde, quanto aos fatos acima descritos, investigando e averiguando se houve o descumprimento de dever e/ou proibições de ordem funcional pela servidora e se essas corroboram a aplicação de penalidade, conforme previsto no Art. 482, letras "e" e "h" da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ao infringir os seguintes dispositivos:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

[...]

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

[...]

h) ato de indisciplina ou de insubordinação.

Art. 2º Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº. 010/2019 e designadas as servidoras GÉSSICA GRESCHEN, código nº 2294, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo; SCHEILA PATRÍCIA KIELB, código 1849, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo e ROSANA DONDA RÜCKL, Código 192, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo; todas pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos. Parágrafo único. Fica designada como Relatora da Comissão a servidora Gécica Greschen e como Secretária a servidora Scheila Patrícia Kielb.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de Julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 330/2019

Publicação Nº 2108085

PORTARIA Nº 330/2019.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE INQUÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, com amparo com o artigo 6º inciso I da Lei Complementar nº 035/2007 de 19/12/2007, e,

Considerando que o servidor DR.GILSON JORGE DE CARMAGO WEIGERT, ocupante do emprego público de Médico ESF, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde exerce suas atividades junto ao Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis - SC;

Considerando que, conforme denúncia na ouvidoria da Secretaria Municipal da Saúde, encaminhada através do ofício nº 390/2019 pela Secretária Municipal da Saúde, Senhora Giseli Kempinski, houve negligência por parte do servidor Dr. Gilson Jorge de Camargo Weigert, quando negou atendimento a paciente menor (10 anos), que veio acompanhada de seu cunhado senhor Geferson Bujarka, alegando pertencerem a outra área da ESF, mesmo tendo atendido pacientes em número inferior ao previsto;

Considerando que, num segundo relato, informado pela Secretária Municipal da Saúde, o servidor DR. GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT, recusou-se a aceitar laudo de exame apresentado pela paciente Senhora Adriana Haubrichth, a seu pedido, vez que havia sido laudado por médico particular, alegando que referido exame deveria ser realizado pela Clínica Immedi, chegando a solicitar novamente o exame.

Considerando que a situação apresentada, obriga o Poder Executivo Municipal a determinar a averiguação dos fatos, com a finalidade de apurar a veracidade e a responsabilidade da servidora, vindo a ferir preceitos dispostos em Lei,

RESOLVE :

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT código 2684, ocupante do emprego público de Médico ESF, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde, quanto aos fatos acima descritos, investigando e averiguando se houve o descumprimento de dever e/ou proibições de ordem funcional pelo servidor e se essas corroboram a aplicação de penalidade, conforme previsto no Art. 482, letras "e" e "h" da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,

ao infringir os seguintes dispositivos:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

[...]

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

[...]

h) ato de indisciplina ou de insubordinação.

Art. 2º Fica constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº. 011/2019 e designadas as servidoras JULIANA NOGARA DO CARMO, código nº 2155, ocupante do cargo efetivo de Secretária Escolar, em exercício do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Ensino Fundamental II; ROSANA MÁRCIA PERCIAK PEREIRA PIEKARZEVICZ, código 1762, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, em exercício do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento da Família e MARCELA ADELEVA CIARINI, Código 2005, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, todas pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, com a finalidade de apuração, análise e julgamento dos fatos acima descritos.

Parágrafo único. Fica designada como Relatora da Comissão a servidora Juliana Nogara do Carmo e como Secretária a servidora Rosana Marcia Perciak Pereira Piekarzевicz.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, sendo que, ao final, se for o caso, deverá opinar pela aplicação das sanções legais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de Julho de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PL 041/2019

Publicação Nº 2107539

Conforme previamente previsto no item 11.1, do Processo Licitatório nº 041/2019, Pregão Presencial nº 025/2019, ficam convocadas para fornecimento de amostra, os seguintes itens para suas respectivas empresas vencedoras no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

1 – Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME:

Item 07: Barbante (marca Piratininga)
Item 10: Blocos auto adesivos (marca Lyke)
Item 12: Borracha branca (marca Ebras)
Item 20: Marca Texto (marca Masterprint)
Item 32: Cola branca (marca Frama)
Item 36: Cola para EVA e isopor (marca Frama)
Item 40: CD R gravável (marca Elgin)
Item 46: Estilete (marca Leonora)
Item 55: Fita mimosa 7mm (marca Circulo)
Item 68: Grampos 23/10 (marca BRW)
Item 69: Grampo para pasta tipo trilho (marca Lyke)
Item 85: Papel fotográfico auto adesivo (marca Masterprint)
Item 103: Pincel artístico nº 08 (marca Leonora)
Item 108: Pistola de cola quente profissional (marca Gatte)
Item 109: Pistola de cola quente (marca Gatte)
Item 113: Régua plástica (marca Waleu)
Item 116: Tesoura de picotar (marca Lyke)
Item 121: Telas para pintura (marca Souza)
Item 122: Tinta para pintura em tela (marca Acrilex)
Item 133: Peteca para Badminton (marca Vollo)

2 – Pégasus Atacadista Ltda ME

Item 21: Caneta para retroprojetos 2.0mm (marca BRW)
Item 22: Caneta marcador retroprojeto 1.0mm (marca BRW)
Item 24: Cartolina (marca Anin Papeis)
Item 37: Cola Adesiva instantânea (marca BRW)
Item 47: Espiral para encadernação 33mm (marca Poliespiral)
Item 48: Espiral para encadernação 40mm (marca Poliespiral)
Item 49: Espiral para encadernação 50mm (marca Poliespiral)
Item 51: EVA com glitter (marca Dub Flex)
Item 53: Fita adesiva Kraft (marca Eurocel)
Item 54: Fita crepe (marca Eurocel)
Item 65: Grampeador grande (marca Classe)
Item 80: Papel celofane (marca Gala)
Item 81: Papel crepon (marca Art Floc)
Item 89: Papel de presente (marca São João)
Item 91: Papel contact colorido (marca Kaz)
Item 92: Papel seda (marca Art Floc)
Item 96: Papel A4 colorido (marca Seninha)
Item 97: Pasta catálogo (marca ACP)
Item 98: Pasta suspensa (marca Dello)
Item 115: TNT (marca Biatex)
Item 119: Tinta guache (marca Splash)

3 – Tendência Materiais para Informatica e Escritório

Item 02: Alfinete de cabeça (marca ACC)
Item 04: Apagador para quadro branco (marca Radex)
Item 05: Apontador escolar simples (marca Fulgor)
Item 17: Caixa para arquivo morto (marca Tendência)
Item 23: Canetinha hidrográfica (marca Acrilex)
Item 27: Clips 1/0 (marca New)
Item 28: Clips 2/0 (marca New)
Item 29: Clips 3/0 (marca New)
Item 30: Clips 6/0 (marca New)

Item 39: Corretivo (marca Frama)
Item 44: Envelope médio (marca Scrity)
Item 52: EVA atalhado (marca Hayti)
Item 56: Fitolho Colorido (marca em Festa)
Item 57: Fita de cetim (marca Kit)
Item 58: Fita Adesiva 12x40 (marca Adelbras)
Item 76: Molha dedo (marca Radex)
Item 82: Papel couche (marca São João)
Item 86: Papel fotográfico A4 (marca Masteprint)
Item 93: Papel A3 (marca Report)
Item 94: Papel sulfite A4 210x297 (marca Nova print)
Item 106: Pincel Atômico 1100-P (marca Masterprint)
Item 114: Suporte fita adesiva (marca Acrimet)

4 – Maxi Móveis e Papelaria Ltda

Item 18: Caixa para arquivo morto 36,5x25,5 (marca Maxi)
Item 25: Capa plástica para encadernação (marca Mares)
Item 26: Capa para encadernação cristal (marca Mares)
Item 33: Cola branca bastão (marca Loeoleo)
Item 60: Fita dupla face (marca BRW)
Item 66: Grampeador metálico (marca Master)
Item 77: Palito de picolé (marca Top)
Item 90: Papel contact transparente (marca Loeoleo)
Item 101: Pincel artístico nº 12 (marca Loeoleo)
Item 104: Pincel artístico nº 16 (marca Loeoleo)
Item 105: Pincel artístico nº 20 (marca Loeoleo)
Item 110: Percevejo (marca BRW)
Item 117: Tesoura de ponta redonda (marca Master)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 039 - PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 2107559

Edital de Convocação 039 – PS 001/2018

Fica convocado os abaixo listados classificados no PS 001/2018, para comparecer:

Data: 01 de Agosto de 2019

Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Horário: 08:00 h

Agente Comunitário de Saúde – Microárea de Rio Branco

Posição	Nome
01	Juliana Gollo

Itá, 31 de Julho de 2019

Domingos Rodrigues dos Santos

Prefeito Municipal em Exercício

Itapema

PREFEITURA

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO E DO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.100.2019

Publicação Nº 2109126

Processo Licitatório nº 152/2019
Pregão Presencial nº. 04.100.2019

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO E DO OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO

ONDE SE LÊ:

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO
ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.100.2019.

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de lonas para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.100.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 15:30 (quinze e trinta) horas do dia 12 (doze) de agosto de 2019.

Abertura do Pregão: 12 (doze) de agosto de 2019, às 15:31(quinze horas e trinta e um minutos).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.100.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 30 de julho de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

LEIA-SE:

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO
ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Conforme Decreto Federal 8.538 de 06 de outubro de 2015

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.100.2019.

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de jogos educativos(lonas) para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.100.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 15:30 (quinze e trinta) horas do dia 12 (doze) de agosto de 2019.

Abertura do Pregão: 12 (doze) de agosto de 2019, às 15:31(quinze horas e trinta e um minutos).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações modalidades – pregão – pasta 04.100.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 30 de julho de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

ONDE SE LÊ:

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de lonas para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.100.2019.

LEIA-SE:

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de jogos educativos(lonas) para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.100.2019.

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.100.2019 será alterada para o dia 13(treze) de agosto de 2019, às 15:30 (quinze e trinta) horas.

Itapema, 31 de julho de 2019.
RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 103/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 04.063.2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 069/2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VISUAL E MATERIAIS GRÁFICOS A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA COMARCA DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2109137

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 103/2019 – PREGÃO – 04.063.2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 063/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preços para aquisição de materiais para sinalização visual e materiais gráficos a fim de atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº. 04.063.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 94.091,00 (noventa e quatro mil e noventa e um reais).

PRAZO: 12(doze) meses.

EMPRESAS:

ERALDO SANTOS DA SILVA ME
FOOT COMERCIAL LTDA ME
GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
HUDSON HENRIQUE BAPTISTA 06890354974
L. MOHR EIRELI
LAIS ROCHA ZIMMER 09725542975
POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 15 de julho de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 113/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 04.069.2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 069/2019 REGISTRO DE PREÇO - AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MÁQUINAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.

Publicação Nº 2109133

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 113/2019 – PREGÃO – 04.069.2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 069/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preço - Aquisição de ferramentas e máquinas para atender às necessidades da Secretaria de Obras, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital nº. 04.069.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 502.960,00 (quinhentos e dois mil novecentos e sessenta reais).

PRAZO: 12(doze) meses.

EMPRESAS:

BRASFERMA LTDA
FOOT COMERCIAL LTDA ME
ÍTACA EIRELI
NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI EPP

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 19 de julho de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 124/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 04.079.2019 ATA REGISTRO DE PREÇOS 079/2019 REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Publicação Nº 2109134

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 124/2019 – PREGÃO – 04.079.2019
ATA REGISTRO DE PREÇOS 079/2019

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:
Registro de Preços – Contratação de empresa para locação de estruturas de pequeno e médio porte para realização de eventos a fim de atender a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.079.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESA:

LIND GUIMAR MACHADO - ME

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 19 de julho de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019

Publicação Nº 2108837

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CARROCERIA PRANCHA NOVA PARA INSTALAÇÃO NO CAMINHÃO FORD CARGO 2425, PLACA LXU-5307, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 13/08/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 31 de julho de 2019.

JONIEL PANDOLFO DA SILVA
Secretaria de Transportes e Obras

PORTARIA Nº 141/2019

Publicação Nº 2107584

Portaria nº 141 de 29 de julho de 2019.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante no período de 29/7/2019 até 24/1/2020, à servidora municipal Luana Mueller matrícula nº 14697/04, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 29 de julho de 2019.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA CMDCA 009.2019 ORDINÁRIA 25.07.2019

Publicação Nº 2107616

Ata: 009/2019

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 25/07/2019

Horário: 14h00

Local: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2019, no conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado na Av. das Nações Unidas, 340, balneário Princesa do Mar, Itapoá, às 14h00 foi realizada a contagem dos presentes pela secretaria executiva do CMDCA. Não houve quórum. Em nova contagem realizada às 14h10 houve quórum estando presentes os conselheiros: Eustáquio José Brand (APAE), Luciana da Cruz Malaquias (SMAS), Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki (SMS), Gerson dos Santos Chaves (SMA), Valdir Gomes Graminho (SEL), Castorina de Jesus Evangelista (Pastoral). Justificativas de Ausência: Não houve. Ausentes os conselheiros: Maureen Coelho (Pastoral), Valdinei Pacheco (AIS), Daniel Mika (AIS), Rita de Cassia Velela Del Mestre (AMA), Regina dos Passos Venâncio (AMA), Manoel Alfredo Gonsalves (APAE), Eduardo Henrique de Oliveira (Adolescentes), André Luis Erdmann (Adolescentes), Juliane Schuster (SMAS), Vera Lúcia Soares (SME), Ângela Maria Stocco (SME), Eliana Frigo da Silva (SMS), Silas Schafhauser (SEL), Roseli Itner (SMA). Expediente (correspondências). Item 01. Of. 044/2019 RH informa o retorno da conselheira tutelar Taiza Damiani. Na pauta Deliberativa (Apreciação e Votação). Item 01. Faltas dos representantes dos Adolescentes; Conforme o Art.6º: II-Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco, intercaladas, sem justificativa; e §3º. O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, o qual deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para nomeação pelo Prefeito. Item 02. Participação da Entidade AMA, renúncia da presidente Rita de Cassia Velela Del Mestre. Conforme Art. 11º. O Presidente e o Vice-Presidente do CMDCA serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, em relação a ambos, alternância entre representantes da sociedade civil, conforme o disposto nas Leis nº 175/2008, 35/2009 e 573/2015. A representante da Pastoral informou a indisponibilidade de conduzir a presidência do conselho. Consultado o conselheiro Eustáquio, o mesmo informou que não possui disponibilidade para a presidência uma vez que renunciou nesta mesma gestão. Face que não houve interesse da Sociedade Civil, buscou-se, alternativamente, a indicação de membro do governamental. Considerando o Art. 24 do Regimento Interno, a presidência será interinamente conduzida pela conselheira Luciana até que ocorra a recomposição da sociedade civil com a abertura de Edital de chamamento e que o prefeito publique os conselheiros da entidade AIS. Informes/Outros Assuntos. a) Síntese, pela Comissão Eleitoral, do andamento dos trabalhos. A conselheira Scheila apresentou o bom andamento dos trabalhos. b) Projeto de Lei 500/2013 - OAB. Promulgada a Lei Municipal 888/2019 de 15/07/2019. c) Resolução CONANDA 137/2010 alterada pela Resolução 194/2017 para estudo e entendimento. Necessária análise para o Plano de Ação e Aplicação dos Recursos. Consulta das dúvidas existentes por parte do conselho. segunda oportunidade. Nada foi apresentado por parte dos conselheiros. d) Síntese, pela Comissão do Plano de Ação e Aplicação, do andamento dos trabalhos. Apresentação das dúvidas: caráter continuado dos projetos, cadastro de projetos/entidades, realização de audiência pública, contratação de consultoria. A conselheira Castorina também achou coerente buscar consultoria. DELIBEROU o conselho: por convidar as consultorias sugeridas pela técnica Margarida para extraordinária do conselho. Nesta ocasião, convida-se o técnico administrativo da gestão. e) Edital Itaú Prosas. Posicionou-se o conselheiro Gerson que sugere que seja utilizado o critério de isonomia com as entidades. Informou o secretário que a única entidade que se manifestou foi a Pastoral de Criança e que encaminhou o Edital para a soldado Danieli. O conselho requer a apresentação do projeto pela pastoral. f) Ausência do decreto de nomeação dos membros do CMDCA pelo prefeito. O conselheiro Gerson fará a intermediação junto ao prefeito. ENCAMINHE-SE a cópia dos ofícios solicitando a nomeação. g) LOA 2019. h) Convite do CMAS ao CMDCA para apresentação do projeto da Guarda Mirim a ser realizado pelo comandante da guarda municipal Sr. Stoklosa. data 30/07/2019 - 09h00. A conselheira Scheila informou que em função de férias em seu setor não poderá estar presente nas reuniões de agosto.

Face a urgência de reposição dos membros da sociedade civil, o conselho elaborou minuta do Edital CMDCA 003.2019. O Edital será corrigido e encaminhado aos conselheiros para a consideração final. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 17h02. Assinam a presente ata os presentes abaixo.

Castorina de Jesus Evangelista (Pastoral)

Eustáquio José Brand (APAE)

Luciana da Cruz Malaquias (SMAS)

Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki (SMS)

Valdir Gomes Graminho (SEL)

Gerson dos Santos Chaves (SMA)

DECRETO MUNICIPAL Nº 4072, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108377

DECRETO MUNICIPAL Nº 4072, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Nomeia Assessor Especial de Ações do Direito Difuso e Coletivo da Procuradoria Jurídica.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Mauricio Deunio Olkoski no cargo de Assessor Especial de Ações do Direito Difuso e Coletivo da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 02 de agosto de 2019.

Itapoá (SC), 29 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 4073, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108380

DECRETO MUNICIPAL Nº 4073, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Nomeia Leiloeiro Oficial Municipal para realização do Leilão nº 001/2019.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada para a função de Leiloeiro Oficial Municipal, a Servidora Sra. Fernanda Cristina Rosa, para realização do Leilão nº 001/2019, objetivando a alienação dos bens móveis inservíveis, com o apoio da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº4064/2019, de 18 de julho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 4074, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108382

DECRETO MUNICIPAL Nº 4074, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Nomeia Chefe da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal do Departamento Jurídico da Procuradoria Jurídica.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Monica Siqueira Frizzo na função de Chefe da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal do Departamento Jurídico da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº 4075, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108384

DECRETO MUNICIPAL Nº 4075, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade os artigos 41, inciso I e 43, inciso II, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º, inciso IV da Lei Orçamentária nº 832, de 20 de dezembro de 2018 - LOA 2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$14.331,09 (quatorze mil trezentos e trinta e um reais e nove centavos) conforme segue:

Suplementação:

03 GABINETE DO PREFEITO

003 Fundo da Defesa Civil

0006.0182.0020.0002 Decreto de Emergência 3379 de 24/09/2018

34490 Aplicações Diretas (496) FR 02800100 R\$ 14.331,09

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 14.331,09

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4076, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108386

DECRETO MUNICIPAL Nº 4076, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade os artigos 41, inciso I e 43, inciso III, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º, inciso I da Lei Orçamentária nº 832, de 20 de dezembro de 2018 - LOA 2019,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) conforme segue:

Anulação:

03 GABINETE DO PREFEITO

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (84) FR 0100000 R\$ 10.000,00

06 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

001 Departamento de Planejamento

0004.0451.0004.2020 Manutenção do Departamento de Planejamento

33390 Aplicações Diretas (61) FR 0100000R\$ 10.400,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 20.000,00

Suplementação:

03 GABINETE DO PREFEITO

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33390 Aplicações Diretas (27) FR 0100000 R\$ 10.000,00

06 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

001 Departamento de Planejamento

0004.0451.0004.2020 Manutenção do Departamento de Planejamento

34490 Aplicações Diretas (18) FR 0100000 R\$ 10.400,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 20.400,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4077, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108387

DECRETO MUNICIPAL Nº 4077, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Instaura Processo Administrativo – P.A. nº 007/2019 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo – P.A. nº 007/2019, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

I - Mônica Siqueira FrizzoPresidente;

II – Flávio Elias Gelamo Custódio Membro;

III – Eliana Nehring Silveira Belo Membro.

§1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados na CI nº 333/2019 – SOSP, apontando as providências cabíveis.

§2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá - SC

DECRETO MUNICIPAL Nº 4078 DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108390

DECRETO MUNICIPAL Nº 4078 DE 30 DE JULHO DE 2019.

Altera Decreto Municipal nº3978, de 05 de abril de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal do Idoso de Itapoá (CMII) para a gestão 2019/2020.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o item 2, da alínea 'b', inciso I, do Decreto Municipal nº3978, de 05 de abril de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal do Idoso de Itapoá (CMII) para a gestão 2019/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - representantes governamentais:

...

e) Secretaria de Administração:

...

2. Neuci Mormito Freire... Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 4079, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108391

DECRETO MUNICIPAL Nº 4079, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Altera o Decreto Municipal nº 2852, de 04 de agosto de 2016, que nomeia a Comissão de Patrimônio Público Municipal de Bens de Imóveis e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do artigo 1º do Decreto Municipal nº 2852/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

IV – Valdir Martins Gonçalves;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº 4080, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108393

DECRETO MUNICIPAL Nº 4080, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Altera o Decreto Municipal nº 4065, de 18 de julho de 2019, que nomeia Pregoeiro Oficial do Município e a Equipe permanente de apoio para condução de processos Licitatórios na modalidade pregão.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o inciso XXIV, no artigo 4º do Decreto Municipal nº 4065/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 4º ...

...

XXIV – Rodrigo Ferreira Freitas.

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 4081, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108394

DECRETO MUNICIPAL Nº 4081, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Altera o Decreto Municipal nº 4064, de 18 de julho de 2019, que constitui a Comissão Permanente de Licitação do Município de Itapoá e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o inciso XX, no artigo 1º do Decreto Municipal nº 4064/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 1º ...

...

XX – Rodrigo Ferreira Freitas.

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de julho de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 039/2019 - ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES - CLASSIFICAÇÃO FINAL

Publicação Nº 2109108

RELAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADICIONAL NA
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EDITAL Nº 39/2019
APÓS ANÁLISE DE RECURSOS

Nº	Matr.	Servidor	C. Hor	Perc		Form. Superior	%
1.	11670797-0	Abner Luidi Hempkemaier	80hs	1%		Graduação e Pós-Grad	9%
2.	121358-0	Adenildo Pedro Coelho	50hs	1%			
3.	121362-8	Allan Kornetoff	50hs	1%			
4.	147-3	Alessandra Silveira Oliveira	40hs	1%			
5.	60903-0	Alexandre Favaro de Souza	40hs	1%			
6.	62266-4	Alexandre Ribeiro da Silva	50hs	1%			
7.	182-1	Amarildo José Zagonel	45hs	1%			
8.	5619-4	Ana Luiza Valente de Oliveira	41hs	1%			
9.	636-0	Anna Luiza Stocco C. Brock	40hs	1%			
10.	62293-1	Anderson de Paula da Silva	60hs	1%			
11.	707-2	Anderson Weber	60hs	1%			
12.	60406-2	Antonia Neres do Rosario	40hs	1%			
13.	62200-1	Antonio Paulo Tercziany	60hs	1%			
14.	60759-2	Angela Neres do Rosario	40hs	1%			
15.	582387-2	Ana Paula Galvão Scatamburlo	45hs	1%			
16.	7353-0	Arthur Bordin Sbrissia	60hs	1%		Graduação	4%
17.	124096-0	Bruna Fernandes de Souza	100hs	1%			
18.	125648-3	Bruna Daniele Piacentini	45hs	1%			
19.	1211188-0	Camila Maciel de Miranda Gonçalves	40hs	1%			
20.	123203-7	Carina Zaranski Taborda	40hs	1%			
21.	62339-3	Carla Apª Rusiska	44,40hs	1%			
22.	1167653-1	Caroline Michely da Silva	40hs	1%		Mestrado*	6%
23.	58235-2	Corivaldino Miguel Capaverde	40hs	1%			
24.	58103-8	Claudete Thomas	40hs	1%			
25.	1167015-0	Cleberson Ezequias Barboza	67hs	1%			
26.	72073-9	Christiane Christine C. Peres	40hs	1%			
27.	601-7	Cristiane de Jesus Pereira	42hs	1%			
28.	60541-7	Cristiane Regina B. Costa	40hs	1%			
29.	60738-0	Cristian Angelo Grassi	49hs	1%			
30.	76507-4	Cristina Bastos Pequeno	40hs	1%			
31.	1162328-4	Cristine Meirelles	40hs	1%			
32.	121360-1	Claudine Rosa Gomes	65hs	1%			
33.	121106-4	Daiane Batista	40hs	1%			
34.	124526-0	Daiane Sitadela	40hs	1%			
35.	1167973-5	Daiane Sobczack da Silva	46hs	1%		Pós-Graduação	5%

36.	62007-6	Daniel Henrique Pastuchaki	80hs	1%			
37.	61034-8	Debora da Silva E. Coelho	40hs	1%			
38.	60492-5	Delicia de Souza Zimermann	40hs	1%			
39.	128553-0	Denise Rosa Sales	40hs	1%			
40.	60237-0	Denise de Souza Zagonel	40hs	1%			
41.	1167709-0	Diefferson Douglas Rohleder	80hs	1%			
42.	60525-5	Dorilda da Silva Schorki	40hs	1%			
43.	1167714-7	Doralice Aparecida da Rocha Reale	75hs	1%			
44.	58107-0	Elaine Giacomini Bernardi	40hs	1%			
45.	62204-4	Eliana Frigo da Silva	40hs	1%			
46.	70671-0	Elis Regiane Bueno da Silva Costa	40hs	1%			
47.	42474-8	Eliana Nehring Belo	40hs	1%			
48.	60647-2	Eliane Pedroza dos Santos	40hs	1%			
49.	60579-4	Eliane Pinheiro Cunha	40hs	1%			
50.	77523-1	Ethiene Cristine Age	40hs	1%		Graduação	4%
51.	59088-6	Euclides Goulart Sanches	60hs	1%			
52.	121361-0	Eunice Alexandrino Schripietcz	360hs	1%			
53.	62354-7	Fabio Antonio da Paixão	40hs	1%			
54.	127679-4	Fabiana Carla Guarda	40hs	1%			
55.	690-4	Fabiano Valore Siqueira	40hs	1%			
56.	62036-0	Fabricia Peres do Rosário	40hs	1%			
57.	184-8	Fabricio Lima	40hs	1%			
58.	253-4	Fernanda Cristina Rosa	53hs	1%			
59.	77414-6	Fernanda Luzia Ghisleri Grasel	40hs	1%			
60.	121746-1	Flavia Jordana Sanches	44,30hs	1%			
61.	73869-7	Flavio Elias Gelamo Custódio	41,30hs	1%			
62.	252-6	Francis Ledoux de Oliveira	40hs	1%			
63.	373-5	Francisco dos Santos Machado	80hs	1%			
64.	62014-9	Gabriela de Melo Barbero	60hs	1%			
65.	128874-1	Gabriela Munhoz da Rocha	40hs	1%			
66.	7-8	Gerson dos Santos Chaves	40hs	1%			
67.	60577-8	Giovane Terezinha da Silva	45hs	1%			
68.	62471-1	Gisele Leni Bridarolli Miskiw	40hs	1%			
69.	121194-3	Graziela de Novais	40hs	1%			
70.	11671033-0	Guilherme Braga Dutra	----	----		Graduação	4%
71.	122139-6	Heloiza Helena Moreira	60hs	1%			
72.	149-0	Hilda Cristina Cardoso	42hs	1%			
73.	259-3	Iara Cristine Hoepfner	45hs	1%			
74.	58897-0	Ivan Luiz Gelamo	60hs	1%			
75.	60651-0	Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki	40hs	1%			
76.	60265-5	Irene F. S. Barbosa dos Santos	60hs	1%			
77.	60747-9	Isabel Gomes da Silva	45hs	1%			
78.	572-0	Isabela Raicik Dutra Pohl	53hs	1%			
79.	128573-4	Israel Carlos Binga	40hs	1%			
80.	60646-4	Ivanir Terezinha Lopes	40hs	1%			
81.	60788-6	Ivone Zagonel Vida Almeida	40hs	1%			
82.	1164218-1	Ivo Natair Grein Ramos	40hs	1%			
83.	2097-2	Ivone Josefina Bogo	40hs	1%			
84.	326-3	Izabel Correia da Silva	60hs	1%		Graduação	4%
85.	60755-0	Jackson Alves de Assunção	40hs	1%			
86.	44-2	Jadir Souza da Graça	40hs	1%			
87.	97-3	Jairo Severino de Freitas	60hs	1%		Pós-Graduação*	
88.	127254-3	Janaina Mayara Bittencourt Carvalho	50hs	1%		Graduação	4%
89.	113712-3	Janice Lima	40hs	1%			
90.	1167639-6	Jeferson Pereira	40hs	1%		Pós-Graduação	3%
91.	262-3	João Claudio Soares	40hs	1%			
92.	134-1	João Garcia de Souza	40hs	1%			
93.	102423-0	João Tetar	40hs	1%			
94.	78113-4	Jhonata Galante Cabral	40hs	1%			
95.	256-9	Jose Eraldo Araujo	40hs	1%			
96.	59028-2	José Teobaldo Possamai	40hs	1%			
97.	321-2	Joseane Maria S. de Lima	40hs	1%			
98.	60481-0	Joselene Gonçalves N. Cunha	40hs	1%			
99.	60754-1	Joselice P. De Assunção	40hs	1%			

100.	56794-9	Josenio Vieira Bernardi	40hs	1%			
101.	121193-5	Josiane Marques de S Sanson	40hs	1%			
102.	126966-6	Juliane Lavoratti Karam	41hs	1%			
103.	60572-7	Juziana Conceição da Silva	60hs	1%			
104.	62425-0	Karyn Piazzetta dos Santos Chaves	80hs	1%			
105.	123996-1	Karina Jussara dos Santos	40hs	1%			
106.	58671-4	Karla Cristina Estevam Daros	140hs	1%			
107.	1167421-0	Keverlinn Maria Antunes dos Santos	44hs	1%			
108.	121735-6	Kleber Pereira de Almeida	47hs	1%			
109.	407-3	Lauriane Silva Caldeira	60hs	1%			
110.	227-5	Leandro Machado da Silva	40hs	1%			
111.	214-3	Liamar Rodrigues Pereira	40hs	1%			
112.	488-0	Licelia Maria Pedroso Vida	43hs	1%			
113.	121109-9	Lidiane Pereira	40hs	1%			
114.	60687-1	Lindaura Neres de Souza	40hs	1%			
115.	60547-6	Liz Mary Henk	45hs	1%			
116.	227-5	Leandro Machado da Silva	40hs	1%			
117.	1167043-6	Lucas Gabriel Tercziany	----	----		Ensino Medio	3%
118.	115339-0	Luciana Hubl Nardo	42hs	1%			
119.	1167971-9	Luciana Pianta da Cruz	120hs	1%		Pós-Graduação	5%
120.	60641-3	Lucinete Neres de Souza Miranda	40hs	1%			
121.	60778-9	Luzanira Cordeiro A. Medeiros	40hs	1%			
122.	59142-4	Marcelo H. Grandini José	40hs	1%			
123.	57699-3	Marciane Rech	40hs	1%			
124.	227-0	Marcio Giovane Guieseler	40hs	1%			
125.	1164691-8	Marcos Raksa	41hs	1%		Pós-Graduação	5%
126.	62438-1	Maria Angela Ferreira	40hs	1%			
127.	1168571-9	Mariana Cortes de Lima	40hs	1%		Pós-Graduação	5%
128.	276-3	Margarete Galante	40hs	1%			
129.	58721-4	Maria Apª Rocha de Jesus	40hs	1%			
130.	62032-7	Margarida Aparecida Gonçalves Haas	40hs	1%			
131.	60408-9	Margarida Ap. S. Estevão	40hs	1%			
132.	60745-2	Maria da Luz Martins Cândido	90hs	1%			
133.	60435-6	Maria da Luz M. da Silva	40hs	1%			
134.	60416-0	Maria de Lourdes Base	40hs	1%			
135.	60586-7	Maria Souza Speck	40hs	1%			
136.	60671-5	Maria Eduvirgem Miranda	40hs	1%			
137.	62486-1	Marimilia Sallum	40hs	1%			
138.	60670-7	Mariluci Cabral	40hs	1%			
139.	62110-2	Mariluce do Nascimento do Rosario	140hs	1%			
140.	73879-40	Mariangela Faria Cafiero Rodrigues	40hs	1%			
141.	60561-1	Mariza Aparecida Filla	40hs	1%			
142.	60638-3	Mariza Zanetti	42hs	1%			
143.	1167645-0	Marlon Ricardo Lopes	60hs	1%		Pós-Graduação	5%
144.	59857-7	Maurício Deunísio Olkoski	41hs	1%		Pós-Graduação *	5%
145.	62441-1	Milton Dias	45hs	1%			
146.	124033-1	Mônica Siqueira Frizzo	40hs	1%			
147.	61467-0	Noeli S Saidel	40hs	1%			
148.	82693-6	Neuci Mormito Freire	40hs	1%			
149.	1167723-6	Odracir de Camargo	40hs	1%			
150.	61697-4	Odair Crissanto	40hs	1%			
151.	62450-0	Paulo Jose Hening	40hs	1%			
152.	57957-2	Priscila de Araújo Carneiro	40hs	1%			
153.	123975-9	Priscila Jubanski Gonçalves	40hs	1%			
154.	118371-0	Priscila de Souza Silva	40hs	1%			
155.	61166-2	Rafael Fernando Cezario	40hs	1%			
156.	59838-0	Rafael Vida Almeida	48hs	1%			
157.	121112-9	Raquel Teresinha Stankevicz	40hs	1%			
158.	121040-8	Raquel de Melo Silva	43hs	1%			
159.	115077-4	Renata de Aviz	40hs	1%			
160.	62401-2	Roberta Marin Gomes	42hs	1%			
161.	62460-8	Reinilda Fiorese	41hs	1%			
162.	1169761-0	Ricardo Augusto Mulleck Padilha	90hs	1%		Graduação	4%

163.	59318-4	Rochele Antoni	60hs	1%			
164.	62417-9	Roges Pacheco de Castro	50hs	1%			
165.	235-6	Roland Itner	40hs	1%			
166.	135-0	Rosangela da Silva Silveira	40hs	1%			
167.	937-2	Roseli Itner	40hs	1%			
168.	57543-7	Roseli Gonçalves Pinheiro	40hs	1%			
169.	860501-8	Rosimeri do Nascimento	43hs	1%			
170.	4545	Rosette A. R. Kornetoff	40hs	1%			
171.	60776-2	Rosilda Aparecida Boldori	40HS	1%			
172.	58519-0	Sandra Lucia Aguiar de Souza	80hs	1%			
173.	57097-4	Sandra T. Speck Pacheco	40hs	1%			
174.	60303-1	Simoni Dias Fernandes Souza	44hs	1%			
175.	69-8	Sirlei Apº Westphal	40hs	1%			
176.	60460-7	Soeli Gerker Ferreira	40hs	1%			
177.	60412-7	Silmara Regina Ramos	52hs	1%			
178.	61931-0	Siclender Westphal Stoklosa	106hs	1%			
179.	1161235-5	Silvana Ester Giacomini Granja	43hs	1%		Pós-Graduação	5%
180.	56226-2	Sulmaria Maria da Silva	40hs	1%			
181.	60790-8	Susinei Ribeiro Schultz	46hs	1%			
182.	143-0	Solamir Coelho	41,30hs	1%			
183.	119-8	Sonia Maria de Mira Farias	40hs	1%			
184.	61991-4	Sonia Heloisa Ramos	80hs	1%			
185.	59091-6	Suzana Besen Martins	40hs	1%			
186.	1167729-5	Tania Moraes do Nascimento Ferreira	40hs	1%			
187.	1167650-7	Vagner Witkowski	43hs	1%			
188.	60656-1	Valdiriene Peres Crisanto	65hs	1%			
189.	151-1	Valerio Pacheco	40hs	1%			
190.	238-0	Valdir Martins Gonçalves	40hs	1%			
191.	62439-0	Vanderlei de Sousa	50hs	1%			
192.	120195-6	Vandressa Ap. Chervinski	40hs	1%			
193.	60748-7	Vera Lucia Soares	40hs	1%			
194.	60567-0	Wilmara Jaqueline M Pitta	42hs	1%			

* A Formação Superior somente será concedida após a substituição da declaração por Certificado ou Diploma de conclusão de Curso.

RELAÇÃO DOS REQUERIMENTOS INDEFERIDOS REFERENTES A CONCESSÃO DE ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EDITAL 39/2019

Nº	Matr.	Servidor	Situação	Motivo
4.	92-2	Adalberto Geraldo Lupatelli	Indeferido	Curso fora da área
8.	62419-5	Eder Eloy Kwiatkowski	Indeferido	Curso anterior a data de nomeação
11.	126909-7	Rodrigo Henrique de Souza	Indeferido	Curso anterior a data de nomeação

Itapoá-SC, 31 de julho de 2019.

.....
Cristiane R. B. Costa
Membro

.....
Sandra Regina F da Silva
Membro

.....
Marciane Rech
Membro

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2019

Publicação Nº 2108584

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratado: PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.589.125/0001-03 e Inscrição Estadual: 256608466, com sede à Avenida Rolf Wiest, nº 277, sala 403, Bairro Bom Retiro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.223-005, representada neste ato pelo representante legal, o Sr. RONALDO APARECIDO DE AZEVEDO, portador do CNPF/MF nº 257.341.198-22 e do CI. RG nº 26.119.900-6 SSP/SP.

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO - CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2018 - PROCESSO

Nº 72/2018

Objeto: Credenciamento de empresas para a execução de Obras de Pavimentação do tipo calçamento com artefatos de concreto, diretamente à comunidade, vinculadas ao Programa Comunitário de acordo com a Lei Municipal nº 768/2018 e conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/07/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 31 de julho 2019.

STÉFANIE LIARA DE CASTILHO

SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TOMADA DE PREÇO Nº12/2019 -CABECEIRA PONTE BRAÇO DO NORTE

Publicação Nº 2107671

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar licitação no dia 16/08/2019 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h:30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 12/2019 – Processo nº 74/2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DA CABECEIRA DA PONTE DO RIO BRAÇO DO NORTE, NA LOCALIDADE DO BRAÇO DO NORTE, NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/Setor de Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 14,36 (quatorze reais e trinta e seis centavos). O horário disponível para retirada é das 07h30 min às 13h:30.

Itapoá, 31 de julho de 2019.

ANGELA MARIA PUERARI

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

JONECIR SOARES

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ITAPOÁ - IPESI**ATA DE SESSÃO PÚBLICA LICITAÇÃO 01/2019**

Publicação Nº 2107913

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVOLPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

DATA	31/07/2019
HORARIO	09:00 HORAS
LICITAÇÃO/Nº	TOMADA DE PREÇO 01/2019
PROCESSO	01/2019

OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação contratação de empresa de prestação de serviços técnicos especializados de Perícia Médica do Termo de Referência Anexo I do Edital No dia e hora supramencionados, na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação-CPL, conforme Portaria 1390/2019, para os procedimentos inerentes a sessão da Tomada de Preço em epígrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. Observado que o edital foi Publicado no Mural Público do Ipesi e no Diário Oficial dos Municípios do dia 10 de julho de 2019 , edição nº 2872, páginas 592 a 603. Protocolaram os envelopes de Habilitação e Proposta a empresa ADELIR INÊS BELLÉ RAMON - ,às 9 horas no dia vinte e cinco de julho de dois mil e dezenove e a empresa RCZ CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA EPP chegou as 9:00hs do dia trinta e um de julho de dois mil e dezenove, sendo desabilitada pois teria o prazo até as 8:45 horas para apresentar e protocolar os envelopes de habilitação e proposta. As 9:00 horas do dia trinta e um de julho de dois mil e dezenove foi iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e de proposta que se encontravam devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação e analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, cuja proposta foi achada conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

EMPRESA	VALOR TOTAL
---------	-------------

ADELIR INÊS BELLÉ RAMON

R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Em função de apenas uma empresa ter apresentado proposta sendo que a outra foi desabilitada e o valor ter ficado a baixo do valor orçado, foi aceito como vencedora.

Portanto a empresa foi vencedora do objeto com o valor total de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme.

Jackson Alves de Assunção – Presidente

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner – Membro

Sandra Regina Fernandes da Silva – Membro

Ituporanga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 952, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107705

PORTARIA Nº 952, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito do Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018, o Edital de Chamada Pública nº 002/2019 e o Contrato nº 119/2019

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora SUYANNE DOS SANTOS CARDOSO, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA I na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 10 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Pequeno Príncipe, em vaga excedente.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito em Exercício do Município

DECRETO Nº 060, DE 26 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107662

DECRETO Nº 060, DE 26 DE JULHO DE 2019.

"Declara deserto o Processo Licitatório nº 44, de 26 de junho de 2019, na modalidade Pregão Presencial nº 31/2019".

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando o não comparecimento de nenhum interessado ao processo licitatório;

DECRETA:

Art. 1º Declara DESERTO o Processo Licitatório nº 44, de 26 de junho de 2019, na modalidade Pregão Presencial nº 31/2019, para contratação de empresa para fornecimento de assistência técnica e peças (quando necessário) conforme termo de referência encaminhado ao setor de licitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 26 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito em Exercício do Município

DECRETO Nº 063, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107664

DECRETO Nº 063, DE 30 DE JULHO DE 2019.

"Declara deserto o Processo Licitatório nº 46, de 09 de julho de 2019, na modalidade Pregão Presencial nº 33/2019".

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e

Considerando o não comparecimento de nenhum interessado ao processo licitatório;

DECRETA:

Art. 1º Declara DESERTO o Processo Licitatório nº 46, de 09 de julho de 2019, na modalidade Pregão Presencial nº 33/2019, para aquisição de peças e serviços de mão de obra para manutenção da frota municipal e veículos leves, conforme termo de referência encaminhado ao setor de licitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício do Município

PORTARIA N. 959, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107691

PORTARIA N. 959, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ISOLETE DIMAS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS na Secretaria da EDUCAÇÃO, com a jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções no LAR DA SOLIDARIEDADE na secretaria da Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 962, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107596

PORTARIA Nº 962, DE 30 DE JULHO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito Municipal em exercício de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e a Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR INTERINAMENTE o servidor HELIO GOSS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo Efetivo de ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 950, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107709

PORTARIA Nº 950, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 004/2019, **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR a servidora MARCIA WESTPHAL KNOLL, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA III na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Olga Schuhmacher Israel, em vaga vinculada a Marize Wulff da Silva, que se encontra de licença prêmio.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 951, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107708

PORTARIA Nº 951, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito do Municipal em exercício de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei 2.738/2018, o Edital de Chamada Pública nº 002/2019 e o Contrato nº 120/2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora SUYANNE DOS SANTOS CARDOSO, admitida em caráter temporário no cargo de PROFESSORA I na Secretaria da Educação, com jornada de trabalho de 10 horas semanais, com desempenho da função no CEI. Olga Schumacher Israel, em vaga excedente.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de julho de 2019.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL
Prefeito em Exercício do Município

PORTARIA Nº 953, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107704

PORTARIA Nº 953, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) BRUNA RUDOLFO, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO na Secretaria da Administração, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 29/07/2019 a 27/08/2019, referente ao período aquisitivo de 04/02/2019 a 03/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de julho de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 954, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107703

PORTARIA Nº 954, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ADRIANO MINELLI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS na Secretaria da Infraestrutura, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 15/07/2019 a 13/08/2019, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de julho de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 955, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107702

PORTARIA Nº 955, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) VOLMIR BORSATTO, ocupante do cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO na Secretaria da Agricultura, a gozar férias pelo período de 7 (sete) dias a contar de 25/07/2019 a 31/07/2019, referente ao período aquisitivo de 01/05/2017 a 30/04/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de julho de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.
GERVÁSIO JOSÉ MACIEL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 956, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107699

PORTARIA Nº 956, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) FERNANDO VANDRESEN PHILIPPI, ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO na Secretaria da Agricultura, a gozar férias pelo período de 23 (vinte e três) dias a contar de 11/06/2019 a 03/07/2019, referente ao período aquisitivo de 14/04/2017 a 13/04/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de junho de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 957, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107693

PORTARIA Nº 957, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ELIZANDRA APARECIDA BORGES, ocupante do cargo de ENFERMEIRA na Secretaria da SAÚDE, a gozar férias pelo período de 7 (sete) dias a contar de 18/03/2019 a 24/03/2019, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de março de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 958, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107692

PORTARIA Nº 958, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) ELIZANDRA APARECIDA BORGES, ocupante do cargo de ENFERMEIRA na Secretaria da SAÚDE, a gozar férias pelo período de 7 (sete) dias a contar de 22/07/2019 a 28/07/2019, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de julho de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 960, DE 30 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107689

PORTARIA Nº 960, DE 30 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito em exercício Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008, RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora ROSENILDA HOBUS, ocupante do cargo de PROFESSORA na Secretaria da EDUCAÇÃO, no período de 29/07/2019 a 25/11/2019, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Ituporanga, SC, 30 de julho de 2019.

GERVÁSIO JOSÉ MACIEL

Prefeito em exercício do Município

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1829

Publicação Nº 2107825

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."
KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.626 de 26 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.301.0005.2.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0002 (19) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Recursos Ordinário – 0.2.0000.00000 - R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.301.0005.2.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0002(15) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Recursos Ordinário – 0.2.0000.00000 - R\$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 31/Julho/2019.
KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 01/08/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração

RESOLUÇÃO 04/2019 COMISSÃO ELEITORAL CT

Publicação Nº 2107820

Altera Comissão Especial Eleitoral para eleição dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaborá/SC (CMDCA), em cumprimento ao art. 139 da Lei nº 8.069/90; art. 07, VIII, e Art. 38, da Lei Municipal n. 1.469/2013; Resolução n. 04/2013 do CMDCA e, Resolução nº 139/10 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a Comissão Especial Eleitoral instituída pela Resolução nº 07/2019, com o objetivo de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, composta por duas fases: registro de candidatura e eleição dos candidatos habilitados;

Art.2º Passa a integrar a Comissão Especial Eleitoral os seguintes membros:

I- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Raiane Cristine Toigo, Silvania Pintro, Magda Pretto Poyer.

II- Representantes da sociedade civil no CMDCA: Edimara Rigo Finger.

III- Representantes Governamentais no CMDCA: Tiago Ângelo Toigo.

§1º A Comissão Especial Eleitoral passa a ser presidida pela presidente do CMDCA, a Sra. Carme Terezinha Simioni Varela.

§2º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo.

§3º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão,

sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Art.3º Caberá à Comissão Organizadora:

I – Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 1º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 2º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 3º Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§ 4º Cabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores que atuarão nas mesas eleitorais (receptoras/apuradoras), em número mínimo de 03 (três), dentre pessoas de reconhecida idoneidade, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

IX - Afixar relação dos candidatos registrados nas cabines de votação;

X - Credenciar os fiscais indicados pelos candidatos;

XI - Dar ciência ao representante do Ministério Público de todos os atos do processo de escolha.

XII - resolver os casos omissos.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art.5º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Jaborá (SC), 23 de julho de 2019.

Carne Terezinha Simioni Varela

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 05/2019 COMISSÃO ELEITORAL CT

Publicação Nº 2107821

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 05/2019 DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL JABORÁ-SC

A presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,

RESOLVE:

Art.1º - Publicar a relação de fiscais credenciados por parte de candidatos referentes ao processo de Eleição do Conselho Tutelar do Município de Jaborá – SC, conforme Anexo Único.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaborá – SC, 01 de agosto de 2019.

Carne Terezinha Simioni Varela

Presidente da Comissão Eleitoral

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE FISCAIS CREDENCIADOS

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2019

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOME DO FISCAL
101/2019	NEIVA TEREZINHA LAZAROTTO GREZEL	Não indicou fiscal
102/2019	RUBIANA LÚCIA CORRADI	Não indicou fiscal
103/2019	ALINE APARECIDA CERVELIN	Titular: Calebe dos Santos Viana RG: 6.241.612 Suplente: Fabio Savoldi RG: 2.466.475
104/2019	ISÁLIA SALETE BUSNELLO	Não indicou fiscal
105/2019	NEUSA MARIA CARDOZO BERNARDI	Não indicou fiscal
106/2019	DANIELA LAZAROTTO	Não indicou fiscal
107/2019	CELIA APARECIDA PEREIRA DEBARBA	Titular: Marcelo Debarba RG: 5.914.276 Suplente: Gabriel Debarba RG: 1.519.102
108/2019	CARLA CRISTINA TONIELLO	Titular: Mateus Toigo RG: 4.755.533 Suplente: Rafael Basso RG: 4.005.715
109/2019	ELISÂNGELA FÁTIMA DAVI	Titular: Ivonei Maschio RG: 2.819.382 Suplente: Aldacy Fátima Grisa RG: 3.781.172
110/2019	ILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	Titular: Cleidiane de Oliveira RG: 5.008.631 Suplente: Luana Priscila Bonamigo RG: 5.095.226
111/2019	DEIZE MARA RAMOS	Não indicou fiscal
112/2019	PAULO ROBERTO SQUERZZATO	Não indicou fiscal
113/2019	MARCELI TONIELO	Não indicou fiscal
114/2019	SOLANJA ANA TISATTO	Não indicou fiscal
115/2019	VALESCA GÊNERO PACHECO	Não indicou fiscal
116/2019	IRENE PAVAN	Não indicou fiscal
117/2019	SARAH PEZAVENTO DE MARCO	Titular: Cristhian Pezavento Alves RG: 5.995.3198 Suplente: Laura Grezel RG: 5.239.889
118/2019	EDIVANA APARECIDA DE LIMA DOS SANTOS	Não indicou fiscal

JABORÁ – SC, 01 de agosto de 2019.

Carne Terezinha Simioni Varela

Presidente da Comissão Eleitoral

RESOLUÇÃO 06/2019 COMISSÃO ELEITORAL CT

Publicação Nº 2107822

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 06/2019 DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL JABORÁ-SC

Seleciona mesários e escrutinadores que atuarão nas mesas eleitorais.

A Comissão Especial Eleitoral de Jaborá/SC, com base no item 6.2.6 do Edital nº 01/2019, nomeia junto aos órgãos públicos municipais os mesários e escrutinadores que atuarão nas mesas eleitorais (receptoras/apuradoras), conforme segue:

MESA 01

- Presidente: Cleuci de Paula
- Secretário: Jadinei Terezinha Nora
- Mesário: Cledinei Corradi Guarese

MESA 02

- Presidente: Terezinha Melânia de Souza da Luz Santin
- Secretário: Carne Terezinha Simioni Varela
- Mesário: Franciely Amaro Ferreira

MESA 03

- Presidente: Matheus Alves Vidal
- Secretário: Maria Tereza Sandi Alves
- Mesário: Patricia Toscan

EQUIPE DE APOIO

- Magda Pretto Poyer
- Raiane Cristine Toigo
- Silvania Pinto
- Jardel Soster
- Jucieli Alves de Jesus
- Ana Paula Alves da Silva Grauer
- Luiz Carlos Pelizzer
- Orides Domingos Parizotto

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaborá (SC), 01 de agosto de 2019.

Carne Terezinha Simioni Varela
Presidente da Comissão Eleitoral

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº. 083 DE 01 DE JULHO DE 2019**

Publicação Nº 2107931

DECRETO Nº. 083 DE 01 DE JULHO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), como segue:

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01- DEPTO. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agric. Irrig. E Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(85) – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00 TOTAL GERAL:
..... R\$ 75.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01- DEPTO. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Agric. Irrig. E Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0080(88) – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00 TOTAL GERAL:
..... R\$ 75.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Julho de 2019.

Jacinto Machado/SC, 01 de Julho de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 084 DE 01 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107933

DECRETO Nº. 084 DE 01 DE JULHO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 52.500,00 (Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais), como segue:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

Unidade: 01- DEPTO. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

Proj/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(95) – Aplicações Diretas R\$ 52.500,00 TOTAL GERAL:
..... R\$ 52.500,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

Unidade: 01- DEPTO. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

Proj/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(96) – Aplicações Diretas R\$ 52.500,00 TOTAL GERAL:
..... R\$ 52.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Julho de 2019.

Jacinto Machado/SC, 01 de Julho de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 085 DE 31 DE JULHO 2019

Publicação Nº 2108516

DECRETO Nº. 085 DE 31 DE JULHO 2019.

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 901 de 31 de Julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam incluídas no Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado as classificações orçamentárias (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passam integrar o Orçamento Municipal com as seguintes estruturas orçamentárias.

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (128) 3.1.71.00.00.00.0147 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 54.850,00

Modalidade de Aplicação: (129) 3.3.71.00.00.00.0147– Transf. a Consórcios Públicos R\$ 32.910,00

Modalidade de Aplicação: (130) 4.4.71.00.00.00.0147 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 21.940,00

SUB-TOTAL R\$ 109.700,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (131) 4.4.93.00.00.00.0147 – Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos
..... R\$ 900.000,00

SUB-TOTAL R\$ 900.000,00

TOTAL GERAL R\$ 1.009.700,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2018 de Recursos Ordinários – Orçamento Municipal (vinculação 0147 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 31 de Julho de 2019.

Registre-se e publique-se.

Jacinto Machado – (SC), 31 de Julho de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

LEI Nº. 901 DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108381

LEI Nº. 901 DE 31 DE JULHO DE 2019.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam incluídas no Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado as classificações orçamentárias (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com as seguintes estruturas orçamentárias:

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.00.0147 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 54.850,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.0147 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 32.910,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.00.0147 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 21.940,00

Sub-total R\$109.700,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 4.4.93.00.00.00.0147 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos
..... R\$ 900.000,00

Sub-total R\$ 900.000,00

TOTAL GERAL R\$1.009.700,00

Art. 2º Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2018 de Recursos Ordinários – Orçamento Municipal (vinculação 0147 – Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Jacinto Machado (SC), 31 de julho de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL AO TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Publicação Nº 2109158

ADITIVO CONTRATUAL AO TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO
E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

(ACORDO CADPREV N.º 2659/2013 e TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO N.º 002/2018)

1. Identificação das Partes

1.1. Devedor: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, n.º 1.111, Barra do Rio Molha, Município de Jaraguá do Sul/SC, CEP n.º 89.259-565, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Antídio Aleixo Lunelli, portador do CPF n.º 438.634.429-20, cuja gestão iniciou em 1º-jan-2017, doravante denominado simplesmente Devedor; e

1.2. Credor: INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), pessoa jurídica de direito público (autarquia municipal), inscrita no CNPJ sob o n.º 00.091.238/0001-70, com sede na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul/SC, CEP n.º 89.256-000, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, portador do CPF n.º 710.518.809-04, cuja gestão iniciou em 07-fev-2019, doravante denominado simplesmente Credor.

2. Objeto

2.1. Considerando o interesse recíproco, através deste aditivo contratual as Partes acordam que o Devedor poderá quitar antecipadamente as parcelas do Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV n.º 2659/2013), firmado entre as Partes no dia 31-dez-2013, o qual fora objeto do Termo de Acordo de Reparcimento n.º 002/2018, firmado entre as Partes no dia 28-ago-2018, estando este último pendente de aprovação junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS).

2.2. A antecipação do pagamento de parcela(s) não importa na antecipação das parcelas subsequentes, de forma que estas poderão continuar sendo quitadas nas respectivas datas de vencimento firmadas no Termo de Acordo originário e que ora é objeto deste aditivo.

2.3. Ocorrendo a antecipação do pagamento de parcela(s), a atualização será feita até o mês anterior ao do pagamento da(s) respectiva(s) parcela(s), nos moldes da cláusula terceira do Termo de Acordo de Reparcimento n.º 002/2018.

3. Disposições Finais

3.1. A antecipação do pagamento será informada, pelo Credor, no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) a ser enviado à Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS), nos termos do art. 6º da Portaria MPS n.º 402/2008.

3.2. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV n.º 2659/2013) e do Termo de Acordo de Reparcimento n.º 002/2018.

3.3. E por estarem, assim, justas e contratadas, as Partes assinam este Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Jaraguá do Sul/SC, em 26 de julho de 2019.

Município de Jaraguá do Sul Antídio Aleixo Lunelli	Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais Márcio Erdmann
---	---

Testemunhas:

Rosana Maria de Souza Rosa Superintendente de Previdência do Issem CPF n.º 591.800.059-34 RG n.º 1738880	Sidnei Marcelo Lopes Presidente do Conselho de Administração Issem CPF n.º 677.695.869-68 RG n.º 2332120
---	---

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2019.

Publicação Nº 2109166

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES E PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2019.

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designados pelo Decreto 13.020/2019, formada pelos membros Fernanda Fedalto Chicoski, Sônia de Fátima K. Dall Agnol e Maristela Rosa, para sob a presidência da primeira, procederem à abertura dos envelopes referentes a TOMADA DE PREÇOS nº 126/2019, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, destinados para suprir as necessidades da Gerência de Assistência ao Servidor no que tange ao atendimento de medicina e segurança do trabalho. Dando prosseguimento a Comissão declara o certame DESERTO, visto que não foi protocolado nenhum envelope para a sessão pública. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

Fernanda Fedalto Chicoski	
Sônia de Fátima K. Dall Agnol	
Maristela Rosa	

COMUNICADO

Publicação Nº 2107462

COMUNICADO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.069/90, Resolução nº 170/2014/CONANDA e, ainda, Leis Municipais nº 7.301/2016 e nº 7.302/2016, vem a público comunicar alterações referentes ao Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Jaraguá do Sul.

O local da votação para escolha dos membros do Conselho Tutelar desta cidade, passará a ser a Escola de Ensino Médio Abdon Batista, sito à rua Pres. Epitácio Pessoa, 473 - Centro, Jaraguá do Sul. O dia e horário da eleição não sofreram alterações.

A prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório, aplicar-se-á Edital próprio, previsto em calendário específico atualizado, conforme deliberações da Comissão Especial Eleitoral.

Jaraguá do Sul, 30 de julho de 2019

Edson Willian Piotto

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jaraguá do Sul – CMDCA/JS

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 004/2018.

Publicação Nº 2107603

Convocação de Processo Seletivo 004/2018.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), RODOLFO AGIBERT SILVA, convocada(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 004/2018 no Cargo de Médico Clínico Geral – 40h.

DECRETO Nº 13.043/2019

Publicação Nº 2109187

D E C R E T O Nº 13.043/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; ELIZIANA DOS REIS, matrícula 8589; e IRIO RIEGEL, matrícula 82013, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 123/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma em uma área de 573,97m² e ampliação com área de 929,98m², construção de muros de contenção, estrutura, cobertura e fechamento lateral da quadra poliesportiva e demais serviços, conforme projetos complementares, na E.M.E.B. Adelino Francener, localizada na Rua Domingos Rosa, Nº 1040, bairro Boa Vista, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.044/2019

Publicação Nº 2109188

D E C R E T O Nº 13.044/2019

Retifica Dispositivos do Decreto Municipal Nº 9.293/2013, de 17 de Abril de 2013, que Homologa Tombamento.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 102/2019/Semcel/SPHC, de 30/07/2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

CONSIDERANDO os termos da Resolução Nº 018/2019/Comphaan/JS, de 17 de julho de 2019, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan), de Anulação do Tombamento, em conformidade com a Lei Municipal Nº 1.854/94, artigo 24, inciso I - "Poderá haver cancelamento do Tombamento, quando: for por interesse público";

DECRETA :

Art.1º A anulação do Tombamento se refere à edificação inscrita no inciso IV, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 9.293/2013, de 17/04/2013, transcrito abaixo:

“Art.1º ...
...

IV - uma casa construída em alvenaria de tijolos autoportantes, sobre fundação constituída por fiada de pedras irregulares, com marcação das juntas em relevo reforçando o rejuntamento das pedras, composta por térreo e sótão, com 120,00m², construída por volta de 1950, situada à Rua 503 - Horácio Rubini, 1912, bairro Barra do Rio Cerro, edificada sobre o imóvel pertencente a Renato Raboch e Rovenia Raboch Rubini, Cadastro na PMJS 26.588, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul sob o Nº 29.893, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município;
...”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.045/2019

Publicação Nº 2109189

D E C R E T O Nº 13.045/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º Fica revogada, a partir de 21/06/2019, a designação da servidora pública municipal CARMEN LIPINSKI SCHWIRKOWSKI, matrícula 3089, como gestora de contratos e/ou convênios da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), designada pelo Decreto Municipal Nº 9.137/2013, de 13/02/2013.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/06/2019.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.046/2019

Publicação Nº 2109190

D E C R E T O Nº 13.046/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FELIPE KUTZNER, matrícula 9741; SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA, matrícula 82006; e JOANA MOREIRA OREANO, matrícula 11170, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2019-FMS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de obra de acessibilidade na Policlínica Dr. João Biron, localizada na Rua Amazonas, Nº 40, Centro, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2019 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Publicação Nº 2109167

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2019
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TIPO: Menor Preço Por Item

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Presidente da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.020/2019, comunica

aos interessados na Tomada de Preços acima, que teve por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, destinados para suprir as necessidades da Gerência de Assistência ao Servidor no que tange ao atendimento de medicina e segurança do trabalho, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope nesta data para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 31 de julho de 2019.
Fernanda Fedalto Chicowski
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 13.020/2019

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 014/2019

Publicação Nº 2109159

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 014/2019

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22 de março de 2017, fazem saber que se encontram abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO UNICAMENTE COM BASE NO EXAME DE TÍTULOS, para contratação de pessoal por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto a Seleção Pública Simplificada de Pessoal para contratação em caráter temporário, para atuar nas Unidades Escolares Rede Municipal de Ensino de Jaraguá do Sul, no ano de 2019.

1.2 O candidato aprovado, observada a sua inscrição e a ordem de classificação, poderá ser convocado para atuar em caráter temporário em uma das vagas disponíveis nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, sendo Coordenador Pedagógico e Professor de Ensino Fundamental – Arte Música.

1.3 A contratação temporária será adotada nas hipóteses previstas nos incisos III, VI, VII e VIII do artigo 2º, da Lei Complementar nº 102/2010, alterada pela Lei Complementar nº 190/2017, de 22 de março de 2017.

1.4 No caso de posterior demissão de algum dos servidores contratados, a vaga será preenchida conforme a disponibilidade de profissionais já contratados ou pela ordem de classificação na respectiva categoria profissional.

CLÁUSULA II – CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 São requisitos para o candidato participar do processo seletivo público simplificado e/ou para firmar contrato temporário com a administração pública:

- I - nacionalidade brasileira;
- II - idade mínima de dezoito anos;
- III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - aptidão física e mental;
- V - nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública;
- VI – ter experiência de no mínimo 6 (seis) meses no cargo de Coordenador Pedagógico (para candidatos ao respectivo cargo).

2.2 É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 2.1, observando ainda, a vedação de acumulação de cargos públicos, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal e inexistência de penalidade por Processo de Sindicância e ou Administrativo Disciplinar.

2.3 As informações sobre os cargos, remuneração, vagas e escolaridades estão descritas no anexo IV.

CLÁUSULA III – DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato deverá conhecer, antes de efetuar a inscrição, os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para exercício das atribuições dos cargos.

3.2 A inscrição deve ser efetuada no período de 14 e 15 de agosto de 2019, no horário das 8h às 16h, preenchendo a ficha de inscrição (anexo VI) e anexar os documentos constantes do item 3.7, entregando-os na Secretaria de Educação (Rua Walter Marquardt, 1111, Barra do Rio Molha).

3.3 No período estipulado para a entrega dos documentos, o candidato deverá apresentar e/ou anexar:

- a) ficha de inscrição assinada pelo candidato;
- b) cópia da carteira de identidade;
- c) cópia do comprovante do comprovante de habilitação:
 - para os candidatos ao cargo de Coordenador Pedagógico: cópia do diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia; Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional ou Supervisão Educacional (Escolar) ou Gestão Educacional (Escolar); ou Licenciatura Plena (curso voltado à docência) com Pós-graduação em Orientação Educacional ou Supervisão Educacional (Escolar) ou Gestão Educacional (Escolar);
 - para os candidatos ao cargo de Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música: cópia do diploma de Licenciatura Plena em Música ou

Licenciatura Plena em Arte-Música;

e) declaração de aposentadoria, para os candidatos aposentados (anexo II);

f) comprovante de tempo de serviço, expresso por período, contados até 30 de junho de 2019 (anexo I) ou cópia da carteira de trabalho (página de identificação e dos registros de tempo de serviço):

- para os candidatos ao cargo de Coordenador Pedagógico, somente no respectivo cargo ou Orientador Pedagógico e/ou Supervisor Escolar;

- para os candidatos ao cargo de Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música, somente no cargo de Professor.

Observações: - para aposentados será computado apenas o tempo de serviço após aposentadoria.

3.4 A ficha de inscrição e os documentos entregues no período estabelecido no item 3.6 não serão conferidos no ato de entrega, sendo fornecido ao candidato protocolo de recebimento com seu nome, data de entrega e número de folhas.

3.5 É de total responsabilidade do candidato providenciar e entregar os documentos conforme solicitado no item 3.7, bem como, estar de posse do protocolo de recebimento caso haja necessidade.

CLÁUSULA IV – DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação para o cargo de Professor dar-se-á de acordo com os seguintes critérios:

a) Tempo de Serviço – 01 (um) ponto por mês trabalhado:

- para os candidatos ao cargo de Coordenador Pedagógico, somente no respectivo cargo ou Orientador Pedagógico e/ou Supervisor Escolar;

- para os candidatos ao cargo de Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música, somente no cargo de Professor.

4.2 Serão considerados aprovados no presente processo seletivo, os candidatos que atenderem a todos os requisitos estabelecidos neste Edital.

4.3 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente pela somatória dos pontos obtidos.

4.4 No caso de igualdade de pontos obtidos, terá preferência o candidato com maior idade.

4.5 Para os candidatos ao cargo de Coordenador Pedagógico não será computado para classificação o tempo exigido no inciso VI do item 2.1.

CLÁUSULA V – DA HOMOLOGAÇÃO

5.1 A classificação prévia das inscrições será divulgada no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, “Concursos Públicos e Processos Seletivos”, no dia 15 de agosto de 2019, após às 15h.

5.2 O candidato poderá impetrar recurso da classificação prévia no dia 19 de agosto de 2019, na Secretaria Municipal da Educação (anexo III), das 8h às 11h.

5.3 A classificação final será divulgada no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, “Concursos Públicos e Processos Seletivos”, no dia 19 de agosto de 2019, após às 13h.

CLÁUSULA VI – DO RECURSO

6.1 No dia 19 de agosto de 2019, no horário das 8h às 11h, de conhecimento da divulgação da classificação prévia, o candidato poderá recorrer do resultado, preenchendo o Formulário de Recurso (anexo III), fundamentado e dirigido à Comissão de Seleção do Processo Seletivo.

6.2 O Formulário de Recurso deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Educação, localizado à rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, sendo liminarmente indeferido o recurso que se basear em razões subjetivas, sem a devida comprovação.

CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1 Os profissionais serão admitidos, em caráter temporário, por regime de direito administrativo especial, através de processo seletivo público e universal, para atender necessidade temporária decorrente de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

7.2 Os candidatos serão convocados em observância a ordem da classificação e a conveniência da Administração.

7.2.1 A primeira convocação será divulgada no dia 19 de agosto de 2019, no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, “Concursos Públicos e Processos Seletivos”.

7.3 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha de vagas, perderá todos os direitos de preenchimento de vaga, podendo ser novamente convocado ao final da lista.

7.4 O candidato convocado para contratação deverá se apresentar na Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul, no prazo máximo de dois dias úteis, após o exame médico admissional, sob a pena da perda do direito ao preenchimento da vaga escolhida.

7.5 O candidato que não comparecer na data agendada pela Administração Pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga.

7.6 O candidato que solicitar extinção de seu contrato de trabalho deverá fazê-lo com 30 (trinta) dias de antecedência, caso contrário, será aplicada a penalidade constante do §4º, do artigo 10, da Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010.

7.7 Não será permitido ao candidato contratado e em exercício, desistir de parte de sua carga horária, exceto quando for de interesse da Administração.

7.8 Na admissão o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas (anexo VII). A não apresentação de tais implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga.

7.9 A contratação do candidato classificado dependerá ainda, da aprovação prévia em exames médico admissionais e da comprovação da habilitação/escolaridade.

7.10 As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Secretário de Administração.

7.11 A contratação de pessoal para jornada semanal na forma inferior à fixada por Lei para o cargo efetivo do professor substituído dar-se-á com redução proporcional da respectiva remuneração, observada a conveniência da Administração.

7.12 Para os efeitos de remuneração, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos professores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

7.13 Aplica-se ao contratado nos termos deste Edital o disposto:

I - na legislação municipal que fixa o auxílio alimentação e auxílio transporte;

II - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, direito de petição;

III - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, deveres, proibições, acumulação e responsabilidade do servidor;

IV - no artigo da Lei Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, penalidades;

V - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014 e na Lei Municipal Nº 88/09, de 04 de setembro de 2009, que tratam da licença especial à gestante e adotante.

7.14 O contratado nos termos deste Edital não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação, ressalvada as prorrogações contratuais.

7.15 A inobservância dos disposto no item 8.17. importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

7.16 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar.

7.17 O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á:

I – pelo término contratual;

II – por iniciativa do contratado;

III – quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão observando a ampla defesa e o contraditório;

IV – por iniciativa de Poder Executivo.

7.18 A extinção do contrato fundada nos incisos I, II e III do item 7.18. não implicará no pagamento de indenização.

7.19 A extinção do contrato fundada no inciso IV do item 7.18., decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

7.20 O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computada na forma prevista em Lei, observada a legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS.

7.21 A conferência e assinatura da ficha de inscrição deste edital valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Público Simplificado.

7.22 A data para a escolha de vagas e o número de candidatos será divulgado no site www.jaraguadosul.gov.br – “concursos públicos e processos seletivos”, a medida que surgir a necessidade durante o ano, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação das chamadas no respectivo site.

7.23 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços (telefones e e-mail) junto ao Município (Secretaria Municipal da Educação), se responsabilizando pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrência da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

7.24 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PcD), 5% (cinco por cento) das vagas existentes, nos termos do Artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e pela Lei Complementar Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a necessidade de que sejam portadores. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar na ficha de inscrição o tipo de deficiência e anexar laudo médico pericial que comprove a deficiência e se a mesma é compatível com o exercício do cargo ao qual se inscreveu.

7.25 Não será fornecido ao candidato qualquer documento de caráter individual comprobatório de classificação.

7.26 A classificação do candidato no Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo ao Município, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

7.27 Caberá ao candidato contratado arcar com as despesas de sua locomoção ou mudança, para prover demanda em localidade dentro da região de sua escolha.

7.28 A inexistência de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato na insubsistência da inscrição no processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte do Município, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

7.29 A simples efetuação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

7.30 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo designada pela Prefeito(a) Municipal através do Decreto Nº 11.342/2017, de 11 de maio de 2017, alterado pelo Decreto Nº 11.618/2017, de 23 de outubro de 2017 ou, após contratação, pelo Secretário Municipal da Educação, conforme o caso.

7.31 Não poderão ser contratados os interessados com penalidade por Processo de Sindicância e ou Administrativo Disciplinar.

7.32 O candidato deve tomar conhecimento das atribuições do respectivo cargo (anexo V).

7.33 As despesas decorrentes da execução deste Edital correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

7.34 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI Prefeito Municipal	ROGERIO JUNG Secretário Municipal de Educação
--	--

ANEXO I

(Carimbo ou papel timbrado do Estabelecimento de Ensino)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins que _____, matrícula nº _____, conta com o (s) seguinte (s) serviço prestado no cargo de _____ (Municipal, Estadual ou Particular) até 30 de junho de 2019, conforme:

I de ____/____/____ de ____ a ____/____/____
I de ____/____/____ de ____ a ____/____/____
I de ____/____/____ de ____ a ____/____/____

Totalizando: ____ anos, ____ meses e ____ dias.

Jaraguá do Sul, ____ de ____ de 2019.

Carimbo e assinatura do Responsável

ANEXO II

(Carimbo ou papel timbrado do Estabelecimento de Ensino)

DECLARAÇÃO DE APOSENTADORIA (para o cargo de Professor)

Eu _____, CPF nº _____, declaro ser aposentado desde ____/____/____

Jaraguá do Sul, ____ de ____ de 2019.

Carimbo e assinatura do Responsável

ANEXO III RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO		
NOME DO CANDIDATO: _____		
INSCRIÇÃO: _____ (se tiver)		
MOTIVO: _____		

(Para uso da Secretaria Municipal da Educação)		
		DEFERIDO
		INDEFERIDO

Jaraguá do Sul, _____ de _____ de 2019.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO IV

CARGO, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO, VAGAS E ESCOLARIDADE

Cargo	Salário Mensal	CH semanal	Nº Vagas	Escolaridade
Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música	R\$ 3.427,07	40 horas	01	Licenciatura Plena na área de atuação (Arte-Música ou Música).
Coordenador Pedagógico	R\$ 3.427,07	40 horas	01	Licenciatura Plena em Pedagogia; Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional ou Supervisão Educacional (Escolar) ou Gestão Educacional (Escolar); Licenciatura Plena (curso voltado à docência) com Pós-graduação em Orientação Educacional ou Supervisão Educacional (Escolar) ou Gestão Educacional (Escolar).

ANEXO V ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Atribuições comuns a todos os cargos:

- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento aos objetivos do município.
- Potencializar as habilidades técnicas e específicas da atribuição profissional buscando capacitação e formação continuada, e também habilidades de gestão e cognição através do trabalho em equipe e polivalência.
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.
- Deslocar-se até o local que será realizado o trabalho, seja internamente ou em campo.
- Utilizar equipamentos de proteção e adotar rotinas que propiciem segurança e bem estar pessoal e das pessoas do seu convívio no trabalho.
- Ser assíduo e pontual.
- Apresentar-se adequadamente, utilizando vestimenta adequada ao ambiente e função.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Coordenador Pedagógico

- Atuar nas diferentes áreas (supervisão e orientação escolar) direcionando o trabalho pedagógico na escola, integrando a escola e a comunidade na qual se insere, orientando e estimulando a concretização de um projeto transformador sob o qual são elaborados esforços coletivos para que se efetive a qualidade em todo processo educacional.
- Possibilitar que a escola cumpra sua função social e a construção do conhecimento.
- Elaborar o plano de trabalho anual.
- Participar e viabilizar a elaboração de projetos educacionais e da proposta pedagógica do Sistema Municipal de Ensino e outras atividades que visem à melhoria do processo educacional.
- Participar do diagnóstico da escola junto a comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural que o aluno está inserido e as suas reais necessidades educativas.
- Participar do processo de elaboração do projeto pedagógico e regimento escolar buscando garantir o seu cumprimento.
- Coordenar, planejar, orientar e avaliar, juntamente com a direção, o processo pedagógico.

- Cooperar no planejamento e execução de ações que promovam a articulação entre escola, família e comunidade.
- Atuar de forma articulada com todos os profissionais da Unidade Escolar.
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de reuniões pedagógicas e encontros de estudos e ainda estimular os professores à prática da pesquisa e à participação em cursos, seminários e outras formas de formação continuada.
- Orientar, acompanhar e avaliar, permanentemente, o planejamento das aulas dos professores, o diário de classe e a prática dos professores, sugerindo metodologias que enriqueçam o processo ensino aprendizagem, assim como, analisar os instrumentos de avaliação antes de sua aplicação.
- Articular para que os profissionais da Unidade Escolar se comprometam com o atendimento às reais necessidades educacionais dos alunos, especialmente aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.
- Orientar o trabalho do professor para elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados a proposta curricular do Município.
- Orientar e acompanhar a avaliação da aprendizagem, dando ênfase aos princípios da avaliação formativa (criterial e processual), planejando e viabilizando ações de recuperação da aprendizagem dos alunos.
- Avaliar, juntamente com os professores e direção, os resultados do processo de ensino e de aprendizagem, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentam dificuldades, objetivando a superação das mesmas.
- Registrar as orientações feitas aos professores, solicitando a sua assinatura.
- Coordenar e participar cooperativamente, juntamente com o diretor, da organização, promoção e avaliação das reuniões pedagógicas, reuniões de Conselho de Classe, realizando momentos de estudos e reflexões.
- Contribuir para que todos os funcionários da escola se comprometam com atendimento das reais necessidades educativas dos alunos.
- Participar cooperativamente das programações e realizações da Unidade Escolar, tais como homenagens, ações cívicas e culturais, eventos escolares, de formação, gincanas, viagens de estudos, formaturas, concursos, efemérides, mostras de trabalhos, etc.
- Desenvolver ação integrada com a direção escolar e os professores na busca de alternativas educativas que visem solucionar e/ou minimizar eventuais problemas ocasionados pela falta de professores.
- Articular, em parceria com a direção, a dinâmica de atendimento aos alunos na ausência do professor.
- Elaborar o quadro de horários das aulas, por turma.
- Incentivar e acompanhar o uso pedagógico das tecnologias, do ambiente escolar.
- Priorizar o atendimento aos professores, alunos e pais em detrimento de atividades burocráticas.
- Analisar o índice de aproveitamento dos alunos, através de indicadores ou referências nacionais e locais.
- Manter atualizados os indicadores (IDEB, Prova Brasil, ANA, entre outros) e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.
- Analisar as causas do baixo rendimento dos alunos, juntamente com os professores e direção.
- Manter atualizado os registros de acompanhamento dos alunos, tais como: ficha de registro de sala de aula (constando dados sobre: pontualidade, assiduidade, comportamento e rendimento escolar).
- Auxiliar em ações e projetos que garantam o acesso e a permanência do aluno na escola.
- Garantir o registro das análises e decisões do Conselho de Classe e dar os encaminhamentos necessários.
- Acompanhar, orientar e auxiliar os professores que atuam com alunos com necessidades educativas especiais.
- Organizar e participar do recreio monitorado em parceria com os demais segmentos da Unidade Escolar.
- Orientar alunos para a escolha consciente de representantes de classe (líderes, Grêmios Estudantil e outros), assessorando-os em suas atividades.
- Encaminhar alunos a outros profissionais/especialistas, quando necessário, informando dados e acompanhando o processo.
- Fazer encaminhamentos necessários junto ao Conselho Tutelar, priorizando o respeito às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Mediar eventuais situações de conflito entre alunos, pais, professores e comunidade escolar.
- Estabelecer diálogo claro e coerente com os pais dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem ou problemas comportamentais, tomando atitudes cabíveis conforme Regimento Escolar e o Projeto Pedagógico.
- Promover acesso à informação para continuidade dos estudos dos alunos do 9º ano.
- Buscar formação continuada, participar das reuniões, encontros e cursos da área de atuação.
- Participar de encontros e cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- Atualizar-se continuamente na área de atuação, através de pesquisas, cursos de extensão, seminários, congressos, leitura de livros especializados, entre outros, para a permanente melhoria da formação acadêmica, bem como para o exercício das habilidades de gestão e da qualidade do ensino.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando alcançar aos objetivos inerentes a função.
- Viabilizar e acompanhar o processo de estágio dos profissionais na área da educação.
- Participar da elaboração do plano de aplicação financeira.
- Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento aos objetivos do Município.
- Potencializar as habilidades técnicas e específicas da atribuição profissional, buscando capacitação e formação continuada, e também habilidades de gestão e cognição através do trabalho em equipe e polivalência.
- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.
- Deslocar-se até o local que será realizado o trabalho, seja na Prefeitura ou em campo.
- Utilizar equipamentos de proteção e adotar rotinas que propiciem segurança e bem-estar pessoal no trabalho.
- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música

- Elaborar um plano de trabalho aplicável à unidade de ensino de acordo com o Projeto Pedagógico da Escola e a Proposta Curricular do Município, definindo objetivos gerais e específicos, metodologias, estratégias de ensino, instrumentos e critérios de avaliação, prevendo o estudo de temas transversais, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente.
- Planejar atividades sistematizadas, desafiadoras e condizentes aos conteúdos e habilidades propostas, estimulando os alunos e contribuindo

com o desenvolvimento do seu aprendizado.

- Contribuir para a formação do aluno para o exercício da plena cidadania.
- Promover um clima favorável à aprendizagem, ao bem-estar e ao desenvolvimento afetivo, emocional e social dos educandos.
- Orientar e acompanhar os alunos em suas dificuldades de aprendizagem, procedendo o encaminhamento daqueles cuja solução estejam fora de sua competência, preenchendo documentação exigida.
- Comunicar ao serviço de orientação e/ou supervisão educacional a infrequência do aluno e toda suspeita de violência doméstica.
- Zelar pela aprendizagem de todos os alunos, oferecendo recursos e estratégias de ensino diferenciadas, considerando suas diferenças culturais, econômicas, étnicas, sociais, cognitivas e religiosas.
- Oportunizar momentos de estudos focando a recuperação da aprendizagem dos alunos sempre que o seu desempenho for abaixo do esperado.
- Utilizar metodologia adequada à faixa etária dos educandos, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo.
- Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos.
- Orientar os alunos na realização das atividades propostas.
- Desenvolver, em seus alunos, hábitos e atitudes de conservação ambiental.
- Avaliar o aluno de forma contínua e sistemática no processo de ensino e de aprendizagem, utilizando diferentes instrumentos de avaliação (apresentação oral de pesquisas, observações sistemáticas dos alunos, prova, autoavaliação), conforme Projeto Pedagógico da escola e Proposta Curricular do Município.
- Corrigir as atividades desenvolvidas, esclarecendo dúvidas quanto às dificuldades apresentadas pelos alunos.
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, participando de reuniões com pais, recebendo-os pessoalmente, individualmente ou em grupo, conforme Projeto Pedagógico da escola.
- Participar e colaborar em eventos previstos no calendário escolar (conselhos de classe, reuniões pedagógicas, atividades culturais e esportivos, entre outros).
- Executar o registro das avaliações e o fechamento e registro de médias parciais e finais dos alunos.
- Respeitar e cumprir prazos estabelecidos pela coordenação para a entrega de projetos, relatórios, planos de cursos, planejamentos, avaliações e outros documentos.
- Avisar, com antecedência, a direção da escola, quando não puder cumprir seu horário de trabalho, organizando-se para que os alunos não tenham prejuízo na aprendizagem.
- Repor as aulas que não foram ministradas, mas que estavam previstas no calendário escolar, visando o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e dos objetivos previstos.
- Atualizar-se continuamente na área de atuação, através de pesquisas, cursos de extensão, seminários, congressos, leitura de livros especializados, entre outros, para a permanente melhoria da formação acadêmica e da qualidade do ensino.
- Participar de encontros e cursos de formação continuada oferecidos pela Semed.
- Fazer adequação curricular e avaliação para alunos com Necessidades Educativas Especiais com ou sem deficiências de acordo com o Projeto Pedagógico da Escola e orientações dos profissionais da Educação Especial (CDA, APAE, AMA).
- Realizar escolha de materiais pedagógicos, bem como do livro didático (PNLD) de acordo com o Projeto Pedagógico da escola e Proposta Curricular do Município.

ANEXO VI

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 014/2019

Coordenador Pedagógico ()

Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música ()

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome candidato: _____

Data Nasc.: ____/____/____ CPF: _____ RG: _____

Endereço Completo: _____

Fone residencial: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Assinatura do Candidato

Para preenchimento da Comissão:

Pontuação tempo de serviço: _____

Visto Comissão-----

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 014/2019

Coordenador Pedagógico ()

Professor de Ensino Fundamental – Arte-Música ()

Recibo Inscrição

Nome candidato: _____

Data da inscrição: ____/____/____ Nº folhas: ____ Recebido por: _____

ANEXO VII

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO DE ACT's

(devem ser apresentados somente no momento da contratação)

Cópia da certidão de nascimento, para solteiros ATUALIZADA (últimos 6 meses);
Cópia da certidão de casamento ATUALIZADA (últimos 6 meses);
Cópia do comprovante de endereço atual (água, energia ou telefone no nome da pessoa) OU declaração de comprovação de residência.
Cópia e Original do comprovante de grau de escolaridade E para os cargos de Nível Superior trazer Cópia e Original do DIPLOMA
Cópia e Original do CERTIFICADO/DIPLOMA de curso de especialização (pós-graduação, mestrado ou doutorado) – quando exigido para o cargo
Cópia e Original do Número do Registro de Qualificação de Especialista – RQE (só para médicos especialistas);
Cópia da carteira do registro no órgão de classe (quando exigido para o cargo);
Certidão Negativa de débito junto ao órgão de classe (Conselhos Regionais) – quando exigido para o cargo
Cópia e Original do CERTIFICADO de curso específico (quando exigido para o cargo);
Cópia RG, CPF, Título de Eleitor e CNH (Carteira Nacional de Habilitação);
Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira + cópia da qualificação civil;
Cópia dos PIS/PASEP (ATIVO);
Cópia do certificado de reservista (para os homens);
Abertura de Conta na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (somente após admissão no RH);
Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
Cópia do CPF para filhos menores de 18 anos;
Cópia COMPLETA da Declaração de Imposto de Renda + recibo de entrega da declaração de ajuste anual, se caso não declarou, preencher a Declaração de Bens no RH; (Se houver dependentes na declaração do Imposto de Renda trazer CPF desses dependentes).
2 (duas) fotos 3x4 RECENTES;
Informar Tipagem Sanguínea;
Atestado de Saúde Ocupacional (APTO) - Emitido pela Gerência de Assistência ao Servidor;

EMISSÃO DAS 5 (cinco) CERTIDÕES ABAIXO:

1) Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Federal www.jfsc.jus.br
2) Certidão negativa de antecedentes criminais da cidade onde reside – Justiça Estadual www.tjsc.jus.br/certidoes ou solicitar no Fórum
3) Certidão negativa de crimes eleitorais – Cartório Eleitoral www.tse.jus.br
4) Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral www.tse.jus.br
5) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa – www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

EDITAL Nº 002/2019/CESE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 2107450

EDITAL Nº 002/2019/CESE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria nº 622/2019 de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Município Edição 2873, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito da Administração Direta da Prefeitura de Jaraguá do Sul:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul.

1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.

1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.

1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de

2011 e suas alterações.

1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 822,76 (oitocentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.

1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 29 de Fevereiro de 2020.

1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 05 de Agosto de 2019 a 19 de Agosto de 2019, através de formulário disponível no endereço eletrônico: (<https://sistemas.jaraguadosul.sc.gov.br/index.php?class=InscricaoEstagiariosES>), ou no link disponível na página da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>) clicando na aba "Concursos Públicos, Processos Seletivos".

2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá preencher todos os campos do formulário supracitado.

2.3 A inscrição será efetivada somente após o candidato clicar na opção confirmar.

2.4 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

2.5 A classificação será divulgada no dia 23 de Agosto de 2019 após as 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

3 DOS REQUISITOS

3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
- d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de um responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas);
- e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição;
- f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
- g) Fotocópia do cartão de conta bancária em nome do estudante.

3.3 A contratação será realizada através de agendamento com o setor de Estágios.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação;
- b) porcentagem concluída do curso;
- c) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 26 de Julho de 2019.

ROSANA REGINA KLUGE BORTOLOTTI

Representante da Secretaria Municipal da Administração

Portaria nº 622/2019

GRACE EMILIA ANDREATTA
Representante da Secretaria Municipal da Administração
Portaria nº 622/2019

CAROLINA SCHIOCHET
Representante da Secretaria Municipal da Administração
Portaria nº 622/2019

MARIA DE LOURDES BORDIN
Representante da Secretaria Municipal da Educação
Portaria nº 622/2019

TALLIS TAIS PERKOWSKI MULLER
Representante da Secretaria Municipal da Educação
Portaria nº 622/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2019

Publicação Nº 2109161

EXTRATO DO CONTRATO Nº 321/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade Nº 151/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79 – Rua: Geraldino Julio Vieira, 151, São Luis – 89253-682 – Jaraguá do Sul/SC.

DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais dos músicos abaixo relacionados, no evento I Festival de Violão de Jaraguá do Sul, que acontecerá no Espaço Buena Eventos, localizado na Rua Domingo Rodrigues da Nova, 109, Centro, neste Município; representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Músico	Data apresentações	Horário	Valor
Ricardo Pauletti	02/08/19	20 às 21h20	R\$ 2.500,00
	03/08/19	16 às 17h30	
Daniel Sá	03/08/19	09h30 às 11h30	R\$ 4.500,00
		20 às 21h20	
Marco Pereira	03/08/19	13 às 15h30	R\$ 4.500,00
	04/08/19	19h30 às 20h50	
TOTAL			R\$ 11.500,00

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) pelas apresentações musicais da banda. No valor estão inclusas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento, estruturas, equipamentos e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	01000080 Rec.Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 02 a 04 de agosto de 2019, na Arena Multiúso Jaraguá em Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 30/07/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Enéias Raasch

Natália Lucia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2019

Publicação Nº 2109163

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2019

DO PROCESSO – origem: Dispensa Nº 154/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC

DO OBJETO: contratação do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC visando a prestação de serviços técnicos especializados no assessoramento à CCO – Comissão Central Organizadora da Schützenfest 2019 nas ações pertinentes à gastronomia, bem como para a realização de Workshops e treinamento para desenvolver, melhorar e apresentar a gastronomia da Schützenfest 2019, assim divididos:

Serviço	Carga Horária	Período	Valor Hora	Valor (R\$)
Assessoria para definição do local dos pontos de alimentação na festa	3h	1º/08	R\$ 1.000,00	3.000,00
Assessoria para cada licitante por Ecke para os pontos de alimentação.	12h	15 a 22/10	R\$ 1.000,00	12.000,00
Treinamento e workshop em atendimento Profissional para todos os licitantes da Schützenfest 2019 (com certificação Senac)	2h	30/10	R\$ 1.000,00	2.000,00
Treinamento e workshop em segurança alimentar específico para o Schützenfest (com certificação Senac)	8h	31/10	R\$ 1.000,00	8.000,00

DO VALOR: O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 25.000,00.

DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.6.06.0536 SF – Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente dispensa ocorrerá nos meses de agosto a novembro de 2019.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Rudney Raulino

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

LEI Nº 8.021/2019

Publicação Nº 2109192

LEI Nº 8.021/2019

Denomina Centro de Referência de Assistência Social.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na Rua Belarmino Garcia, no bairro Ribeirão Cavallo, passa a denominar-se CLÉRIA DEMATHÉ BRESSAN.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 109/2019/SEMSA

Publicação Nº 2109164

PORTARIANº 109/2019/Semsa

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2019 que trata do Processo Seletivo Interno de Servidores Agentes Comunitários de Saúde lotados na Secretaria Municipal de Saúde, para Remoção em caso de aquisição de casa própria fora da área geográfica de abrangência de sua atuação em conformidade ao Decreto nº 12.874/2019, Lei Federal nº 13.595 de 05 de janeiro de 2018, Artigo 7º, §5º, combinados ao Artigo 42 da Lei Complementar nº 154/2014 do Município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 106/2019/Semsa de 17 de julho de 2019, que publica a lista de vagas de Remoção de ACS, nos termos do Edital nº 001/2019;

RESOLVE :

Art.1º Promover a Remoção de MARIANA INÊS DA ROSA, matrícula 9706, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, nos termos dos Arts. 41, 42 e 43 da Lei 154/2014 e Portaria nº 106/2019, para a Unidade Básica de Saúde Padre Antônio Echelmeyer (Nereu Ramos).

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 110/2019/SEMSA

Publicação Nº 2109165

PORTARIANº 110/2019/Semsa

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2019 que trata do Processo Seletivo Interno de Servidores Agentes Comunitários de Saúde lotados na Secretaria Municipal de Saúde, para Remoção em caso de aquisição de casa própria fora da área geográfica de abrangência de sua atuação em conformidade ao Decreto nº 12.874/2019, Lei Federal nº 13.595 de 05 de janeiro de 2018, Artigo 7º, §5º, combinados ao Artigo 42 da Lei Complementar nº 154/2014 do Município de Jaraguá do Sul – Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 106/2019/Semsa de 17 de julho de 2019, que publica a lista de vagas de Remoção de ACS, nos termos do Edital nº 001/2019;

RESOLVE :

Art.1º Promover a Remoção de AIDA MARIA SOUSA FELIX, matrícula 10975, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, nos termos dos Arts. 41, 42 e 43 da Lei 154/2014 e Portaria nº 106/2019, para a Unidade Básica de Saúde Dr. Erich Kaufmann (Vila Lenzi).

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 669/2019

Publicação Nº 2109178

PORTARIANº 669/2019

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor dos Ofícios Nºs 06/2019/Comped/JS, de 24/07/2019; 10/2019/Comped/JS, de 24/07/2019; 13/2019/Comped/JS, de 24/07/2019; e 14/2019/Comped/JS, de 30/07/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR MARCELO HEINZ PROCHNOW, como conselheiro titular, em substituição à Dionara Radunz Bard, para representar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.2º DESIGNAR MAIARA CALOMENO MARTINI, como conselheira suplente, em substituição à Fernanda Maria Santana do Bomfim, para representar a Secretaria Municipal de Educação, na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.3º DESIGNAR MARIA IVANIL BRADONSKI, como conselheira titular, em substituição à Cláudia Robertha de Arrazão, para representar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na qualidade de Representante da Sociedade Civil, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.4º DESIGNAR FERNANDA VITKOSKI, como conselheira suplente, em substituição à Alana Indianara Conti, para representar o Serviço Social da Indústria (SESI), na qualidade de Representante da Sociedade Civil, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.5º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 680/2018, de 28/08/2018, no que se refere a designação dos mesmos.

Art.6º O mandato encerrar-se-á em 03/08/2020.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 670/2019

Publicação Nº 2109179

PORTARIANº 670/2019

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Transporte Urbano (Comtransp).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 03/2019/Comtransp/JS, de 19/07/2019, do Conselho Municipal de Transporte Urbano;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR PEDRO GUILHERME G. DOS SANTOS, como conselheiro titular, em substituição à Vivian Mery Sousa Pereira; e IRIO RIEGEL, como conselheiro suplente, em substituição à Cristiane Gregolewitsch, para representarem a Secretaria Municipal de Educação, na qualidade de Representantes Governamentais, no Conselho Municipal de Transporte Urbano (Comtransp).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 674/2018, de 27/08/2018, no que se refere a designação de Vivian Mery Sousa Pereira e Cristiane Gregolewitsch.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28/06/2020.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 671/2019

Publicação Nº 2109180

PORTARIANº 671/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/08/2019, ROBSON GUILHERME DE ANDRADE MINEL do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PROTOCOLO GERAL, da Gerência de Atendimento ao Cidadão, da Diretoria de Atendimento ao Cidadão, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 625/2019, de 10/07/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 672/2019

Publicação Nº 2109181

PORTARIANº 672/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/08/2019, PATRÍCIA ANDRÉIA BRUGNAGO para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE PROTOCOLO GERAL, da Gerência de Atendimento ao Cidadão, da Diretoria de Atendimento ao Cidadão, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 673/2019

Publicação Nº 2109182

PORTARIANº 673/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/08/2019, ROBSON GUILHERME DE ANDRADE MINEL para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 674/2019

Publicação Nº 2109184

PORTARIANº 674/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/08/2019, a Portaria Nº 585/2019, de 28/06/2019, que designou a servidora pública municipal ELIZIANA DOS REIS, matrícula 8589, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 675/2019

Publicação Nº 2109185

PORTARIANº 675/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 078/2019/Semfaz, de 30/07/2019, da Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR para compor a COMISSÃO ESPECIAL que tem por objetivo elaborar o Manual de Procedimentos para a emissão do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
- Ricardo Amadio - matrícula 11271 - Presidente

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

- Milton Pereira Junior - matrícula 80062

- Etelvino Fatima Tunes - matrícula 8113

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

- Roberto Luis Zehnder - matrícula 8070

Art.2º As atividades desenvolvidas pelos integrantes da Comissão são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 676/2019

Publicação Nº 2109186

PORTARIANº 676/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 1º/08/2019, NERI DE SOUZA para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE OPERACIONAL, da Gerência de Habitação, da Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de julho de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2019

Publicação Nº 2109162

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso XIII, do Art. 24 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

DO CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC

DO OBJETO: contratação do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC visando a prestação de serviços técnicos especializados no assessoramento à CCO – Comissão Central Organizadora da Schützenfest 2019 nas ações pertinentes à gastronomia, bem como para a realização de Workshops e treinamento para desenvolver, melhorar e apresentar a gastronomia da Schützenfest 2019, assim divididos:

Serviço	Carga Horária	Período	Valor Hora	Valor (R\$)
Assessoria para definição do local dos pontos de alimentação na festa	3h	1º/08	R\$ 1.000,00	3.000,00
Assessoria para cada licitante por Ecke para os pontos de alimentação.	12h	15 a 22/10	R\$ 1.000,00	12.000,00

Treinamento e workshop em atendimento Profissional para todos os licitantes da Schützenfest 2019 (com certificação Senac)	2h	30/10	R\$ 1.000,00	2.000,00
Treinamento e workshop em segurança alimentar específico para o Schützenfest (com certificação Senac)	8h	31/10	R\$ 1.000,00	8.000,00

DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.6.06.0536 SF – Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente dispensa ocorrerá nos meses de agosto a novembro de 2019.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

Jaraguá do Sul (SC), 31 de julho de 2019.
Vera de Tofol
Presidente da Comissão Especial de Licitações

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 151/2019

Publicação Nº 2109160

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 151/2019
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO -ABAJAS– CNPJ 05.2023.026/0001-79

OBJETO: Contratação de apresentações musicais dos músicos abaixo relacionados, no evento I Festival de Violão de Jaraguá do Sul, que acontecerá no Espaço Buena Eventos, localizado na Rua Domingo Rodrigues da Nova, 109, Centro, neste Município; representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Músico	Data apresentações	Horário	Valor
Ricardo Pauletti	02/08/19	20 às 21h20	R\$ 2.500,00
	03/08/19	16 às 17h30	
Daniel Sá	03/08/19	09h30 às 11h30	R\$ 4.500,00
		20 às 21h20	
Marco Pereira	03/08/19	13 às 15h30	R\$ 4.500,00
	04/08/19	19h30 às 20h50	
TOTAL			R\$ 11.500,00

Evento cultural aberto ao público. OBS: Os músicos se apresentarão com equipamentos e instrumentos próprios.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) pela contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá nos dias 02 a 04 de agosto de 2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	01000080 Rec.Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 30 de julho de 2019.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto nº 12.578/2019

RESOLUÇÃO Nº 020/2019/CA/ISSEM

Publicação Nº 2107423

RESOLUÇÃO Nº 020/2019/CA/Issem

Dispõe sobre a retificação da Resolução nº 18/2019 que trata da Revisão da Segregação de Massa

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de julho de 2019 e,

CONSIDERANDO os §§ 3º e 4º do Art. 60 da Portaria nº 464/2018/MF:

Art. 60. O RPPS que implementar a segregação da massa somente poderá alterar os seus parâmetros ou desfazê-la por meio de apresentação do estudo técnico previsto no art. 57 e prévia aprovação da Secretaria de Previdência, devendo ser demonstrado o atendimento dos pressupostos que garantam a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º Poderá ser efetuada revisão da segregação da massa com a transferência de riscos do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização sem necessidade de aprovação prévia por parte da Secretaria de Previdência, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos a seguir, que poderão ser ajustados por meio de instrução normativa da Secretaria de Previdência:

I - seja precedida de identificação e análise e do estabelecimento de controles dos riscos atuariais e operacionais, no mínimo, em relação à aderência das hipóteses de taxa de juros, de crescimento real das remunerações e de tábuas de sobrevivência;

II - as últimas 3 (três) avaliações atuariais do Fundo em Capitalização apresentem resultado superavitário, sem considerar eventual valor atual do plano de equacionamento de déficit;

III - seja estabelecido, em lei, critério objetivo de transferência dos beneficiários do Fundo em Repartição para o Fundo em Capitalização, e publicada, em ato normativo, a relação dos beneficiários que serão transferidos;

IV - o valor da provisão matemática relativa aos beneficiários a serem transferidos do Fundo em Repartição seja calculado com base no plano de custeio vigente e com a aplicação das mesmas hipóteses utilizadas para a massa do Fundo em Capitalização;

V - o valor da provisão matemática relativa aos beneficiários a serem transferidos do Fundo em Repartição, apurado antes de realizada a revisão, seja igual ou inferior à Margem para Revisão de Segregação, calculada pelo maior valor entre: a) Margem para Revisão de Segregação = $[(\text{Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios}) / (1,15)] - [\text{Provisões Matemáticas dos Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização}]$; ou b) Margem para Revisão de Segregação = $[(\text{Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios}) / (1 + (0,05 + 0,01 \times \text{duração do passivo do Fundo em Capitalização, em anos}))] - [\text{Provisões Matemáticas dos Benefícios Concedidos e a Conceder do Fundo em Capitalização}]$.

VI - não sejam transferidos recursos financeiros acumulados do Fundo em Capitalização para o Fundo em Repartição.

§ 4º O estudo técnico que embasou a revisão de segregação de massa na forma prevista no § 3º deverá ser encaminhado à Secretaria de Previdência em até 30 dias contados da publicação da lei e, caso constatado o descumprimento dos requisitos estabelecidos ou a inadequação na composição dos fundos, será considerado não atendido o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS enquanto não revertida a revisão ou sanadas as pendências.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Resolução nº 18/2019 passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Aprovar a Revisão da Segregação da Massa do Issem, com a compra de vidas do Plano Financeiro, sendo que a partir dessa alteração passam a compor o Plano Previdenciário os aposentados com 62 anos de idade, completos ou mais, em 01/01/2019, conforme cenário um apresentado e taxa de juros de 5,88% de meta atuarial.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de julho de 2019.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 088/2019

Publicação Nº 2108254

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 088/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ANTIESPUMANTE PARA TRATAMENTO DE ESGOTO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/08/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 13/08/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 089/2019

Publicação Nº 2108259

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 089/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COPO PLÁSTICO E SELO DE ALUMÍNIO PARA SELAR COPO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/08/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 13/08/2019 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 44/2019**

Publicação Nº 2107589

PORTARIA Nº 44/2019

Concede Licença Maternidade.

MARCELINDO CARLOS GRUNER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições e em conformidade com o disposto no inciso XV do Art. 22 da Lei Orgânica Municipal no e no Artigo 140 da Lei Complementar nº 154/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença Maternidade à servidora pública municipal POLYANA CAROLINA DE SOUZA pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 24 de julho de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 24 de julho de 2019.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 30 de julho de 2019.

MARCELINDO CARLOS GRUNER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

01/2019/PMJ/04-TA 03

Publicação Nº 2109039

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019/PMJ/04 – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador, representada neste ato pela Secretária, ANA BEATRIZ BRANCHER, e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA – ME, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 564, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.306.829/0001-16, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por SÉRGIO ANTONIO DURIGON, portador do documento de identidade nº 657.432 e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.325.42920, celebram o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 01/2019/PMJ/04, firmada em 09/01/2019, originada do Processo de Licitação nº 140/2018/PMJ - Pregão Presencial nº 88/2018/PMJ, cujo objeto é o registro de preços para aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais e ao consumo dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 49 e 53 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VA.LOR UNITÁRIO R\$
49	Coxa e sobre coxa de frango congelado	kg	MACEDO / NATI	6,39
53	Peito de frango sem osso, congelado.	kg	MACEDO / NATI	9,93

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 01/2019/PMJ/04.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 29 de julho de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA – ME
SÉRGIO ANTONIO DURIGON

Testemunhas:

1. _____
2. _____

136/2019 PMJ

Publicação Nº 2108034

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2019/PMJ
PROVENIENTE DO 62/2019/PMJ – PP 41/2019/PMJ

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: HABITAT ECOLOGICO

OBJETO: objeto a elaboração pela CONTRATADA do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei

DOTAÇÃO:

2.173 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

3.3.90 – Aplicações Diretas

FISCAL: MARCELO MANTOVANI

DATA DE ASSINATURA: 30/07/2019

Joaçaba – SC, 30 de julho 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
VILSON SARTORI - Secretário

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE AGOSTO/2019

Publicação N° 2107926

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA- SC
COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS- CMSF

Obedecendo ao disposto na Lei nº 4.085/2011 e suas alterações, de acordo com o art. 3º, § 2º segue a escala de plantão mensal da Central de Óbitos de Joaçaba – SC:

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE AGOSTO/2019

FUNERÁRIA	INÍCIO PLANTÃO	FIM DO PLANTÃO
FREI BRUNO	05/08/2019 AS 7:30H	12/08/2019 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	12/08/2019 AS 7:30H	19/08/2019 AS 7:30H
SÃO JOÃO BATISTA	19/08/2019 AS 7:30H	26/08/2019 AS 7:30H
FREI BRUNO	26/08/2019 AS 7:30H	02/09/2019 AS 7:30H

Telefone de plantão: (49) 99808-9747

Inês Maria Picoli
Presidente Comissão

EXTRATO - CONTRATO 74/2019/FMS

Publicação N° 2108433

EXTRATO DO CONTRATO N° 74/2019/FMS
PROVENIENTE DO PL 15/2019 – IN 07/2019
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATADA: CLÍNICA DE MARCO CARDIOLOGIA LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência do Termo de Credenciamento por 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: o presente instrumento terá a vigência por 12 meses, contados da data da assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTI

DATA DE ASSINATURA: 26/07/2019

Joaçaba – SC, 26 de julho de 2019.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Celso Vilmar Brancher

EXTRATO - CONTRATO 75/2019/FMS

Publicação Nº 2108437

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2019/FMS
PROVENIENTE DO PL 16/2019 – IN 08/2019
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
CONTRATADA: CLÍNICA DE MARCO CARDIOLOGIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O custo total estimado para as contratações é de R\$ 338.124,50 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência do Termo de Credenciamento por 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: o presente instrumento terá a vigência por 12 meses, contados da data da assinatura, podendo ocorrer prorrogação, se de interesse das partes, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTI

DATA DE ASSINATURA: 26/07/2019

Joaçaba – SC, 26 de julho de 2019.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Celso Vilmar Brancher

EXTRATO CONTRATO 137/2019/PMJ

Publicação Nº 2109119

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2019/PMJ
PROVENIENTE DO 57/2019/PMJ – CC 03/2019/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A.

OBJETO: Permissão de Uso da Sala Comercial nº 04, localizada no Prédio do Terminal Rodoviário, às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC, visando a exploração de escritório administrativo, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos

FISCAL: ROBERTO AMAURI PEREIRA

DATA DE ASSINATURA: 31/07/2019

Joaçaba – SC, 31 de julho 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
PERMITENTE
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

EXTRATO CONTRATO 138/2019/PMJ

Publicação Nº 2109121

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2019/PMJ
PROVENIENTE DO 57/2019/PMJ – CC 03/2019/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME

OBJETO: Permissão de Uso da Sala Comercial nº 04, localizada no Prédio do Terminal Rodoviário, às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC, visando a exploração de escritório administrativo, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos

FISCAL: ROBERTO AMAURI PEREIRA

DATA DE ASSINATURA: 31/07/2019

Joaçaba – SC, 31 de julho 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
PERMITENTE
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 01/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108831

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 01/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88
CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEIO OESTE - AMO, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 03.080.943/0001-60.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: A SOCIOEDUCAÇÃO EM CENA, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 23.522,80 (VINTE E TRÊS MIL, QUINHENTOS E VINTE E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), EM PARCELA ÚNICA VENCÍVEL EM 25/09/2019.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.
JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARLENE ROSSONI PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 02/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108832

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 02/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88
CONVENIENTE: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 84.592.369/0009-88.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: PEDIATRIA, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS), EM PARCELA ÚNICA VENCÍVEL EM 05/08/2019.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.
JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
ALCIOMAR ANTONIO MARIN PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 03/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108834

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 03/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: PROJETO PRIMEIRO DAN, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 26.111.410/0001-01.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: O JUDÔ NO AUXÍLIO DA EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 17.628,00 (DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E VINTE E OITO REAIS), EM PARCELA ÚNICA VENCÍVEL EM 10/08/2019.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

OUMAR CASSOL PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 04/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108836

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 04/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: CRECHE IRMÃ SHEILA, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 75.434.662/0001-79.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: PRIMEIROS PASSOS NA INTERNET, QUEM AMA PROTEGE, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), EM DUAS PARCELAS: 1ª PARCELA PARA 20/08/2019 DE R\$ 16.649,54; 2ª PARCELA PARA 20/10/2019 DE R\$ 13.350,46.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

AIDA APARECIDA JOSÉ DA SILVA PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 05/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108838

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 05/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO PRÓ TENIS DE MESA, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.087.307/0001-98.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: TÊNIS DE MESA: REALIDADE PARA TODA COMUNIDADE, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS), EM DUAS PARCELAS: 1ª PARCELA PARA 05/08/2019 DE R\$ 7.328,80; 2ª PARCELA PARA 05/10/2019 DE R\$ 8.671,20.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.
JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
LUIS EDUARDO IMANISHI PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 06/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108839

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 06/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE - SCAJHO, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 84.590.835/0001-39.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: OFICINAS DE ARTE DA SCAJHO – PELOS CAMINHOS DA CULTURA, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 27.480,41 (VINTE E SETE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS), EM PARCELA ÚNICA VENCÍVEL NO DIA 05/08/2019.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.
JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SERGIO ELIZARIO FABRIN DE CARLI PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 07/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108841

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 07/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: INSTITUTO UNIMED SANTA CATARINA – FILIAL JOACABA, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.407.122/0010-04.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: VIVER BEM NA ESCOLA, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 6.183,52 (SEIS MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), EM DUAS PARCELAS NO VALOR DE R\$ 3.091,76 (TRÊS MIL, NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) CADA, COM VENCIMENTO PARA 05/08/2019 E 05/10/2019.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.
JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA
HOTONE DALLACOSTA PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 08/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108843

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 08/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE VOLEIBOL, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 01.823.720/0001-10.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: BOM DE BOLA BOM DE ESCOLA, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 15.868,51,00 (QUINZE MIL, OITOCENTOS E SESENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS), EM QUATRO PARCELAS: 1ª PARCELA PARA 10/09/2019 DE R\$ 5.470,00; 2ª PARCELA PARA 10/10/2019 DE R\$ 3.466,17; 3ª PARCELA PARA 10/11/2019 DE R\$ 3.466,17; 4ª PARCELA PARA 10/12/2019 DE R\$ 3.466,17.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA-SC, 31 DE JULHO DE 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VANDERLEI ANTONIO SEMIONE PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 09/ 2019-FIA

Publicação Nº 2108846

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 09/ 2019-FIA

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99 POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, COM CNPJ 05.143.014/0001-88

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE JOAÇABA, PESSOA JURÍDICA, INSCRITA NO CNPJ Nº 82.780.396/0001-00.

FUNDAMENTO: LEI Nº 4.320/64, ATENDIDA A LEI FEDERAL 13.019/2014, OBEDECENDO A INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC-14/2012 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DA COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO DE JOAÇABA 01/2014

OBJETO: O PRESENTE TERMO DE FOMENTO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DO PROJETO: PROJETO APAE ACESSÍVEL, A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

VALOR: VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), EM PARCELA ÚNICA DE R\$ 20.000,00 VENCÍVEL EM 10/09/2019.

VIGÊNCIA: 31/12/2019 CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA-SC, 30 DE JULHO DE 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

REGINALDO TANELLO PRESIDENTE DA OSC

EXTRATO PL 69/2019 - PP 46/2019/PMJ

Publicação Nº 2108940

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2019/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019/PMJ

Objeto: O Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 26/08/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 26/08/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da

publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
VILSON SARTORI - Secretário

HOMOLOG PL 62/2019 PMJ

Publicação Nº 2108028

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2019/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019/PMJ

O Secretário de Infraestrutura e Agricultura, Sr. Vilson Sartori, no uso de suas atribuições, resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 62/2019/PMJ.

Modalidade: Pregão Presencial 41/2019/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.
Empresas Vencedoras:

HABITAT ECOLOGICO LTDA
VALOR R\$ 54.300,00
FISCAIS: MARCELO MANTOVANI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 30 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
VILSON SARTORI
SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

PL 15/2019/FMS - INEXIGIBILIDADE 07/2019/FMS

Publicação Nº 2108447

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2019/FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2019/FMS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO da empresa DE MARCO CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA ME para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS, o qual, pelas suas características, enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DA CREDENCIADA

DE MARCO CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA ME, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, Sala 308 (anexo ao Hospital São Miguel), Centro, Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 31.952.835/0001-75, representada neste ato por EMANUELE MAIARA DREWLO, sócia administradora, portadora do documento de identidade nº 2086921786 SJS, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.183.080-28, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº. 179, apartamento 702, Centro de Joaçaba, /SC, CEP 89.600-000.

4 – DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), considerando a vigência do Termo de Credenciamento por 12 (doze) meses.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 26 de julho de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CELSO VILMAR BRANCHER

Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 26/07/2019

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 26 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PL 16/2019/FMS - INEXIGIBILIDADE 08/2019/FMS

Publicação Nº 2108458

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2019/FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 08/2019/FMS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO da empresa DE MARCO CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA ME para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, o qual, pelas suas características, enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DA CREDENCIADA

DE MARCO CLÍNICA CARDIOLÓGICA LTDA ME, estabelecida na Avenida Santa Terezinha, nº 275, Sala 308 (anexo ao Hospital São Miguel), Centro, Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 31.952.835/0001-75, representada neste ato por EMANUELE MAIARA DREWLO, sócia administradora, portadora do documento de identidade nº 2086921786 SJS, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.183.080-28, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, nº. 179, apartamento 702, Centro de Joaçaba, /SC, CEP 89.600-000.

4 – DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 338.124,50 (trezentos e trinta e oito mil cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), considerando a vigência do Termo de Credenciamento por 12 (doze) meses.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pelas seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 26 de julho de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CELSO VILMAR BRANCHER

Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 26/07/2019

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 26 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PL 57/2019/PMJ - CC 03/2019/PMJ

Publicação Nº 2109116

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**CNPJ:** 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba**CONCORRÊNCIA**
Nr.: 3/2019**Processo Adm.:** 57/2019
Data do Processo: 05/06/2019**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 57/2019
b) **Nr. Licitação:** 3/2019 - CC
c) **Modalidade:** Concorrência
d) **Data de Homologação:** 30/07/2019
e) **Objeto da Licitação:** Contratação para outorga de permissão de uso de salas comerciais do prédio do Terminal Rodoviário Municipal localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:


	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
MORGANA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA ME				
1 - VENDA DE PASSAGENS - Marca:	VM	1,000	355,0000	R\$ 355,00
REUNIDAS TURISMO S.A				
3 - ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO - Marca:	VM	1,000	400,0000	R\$ 400,00
			Total geral:	R\$ 755,00

Joaçaba, 30/07/2019

.....
Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PL 15/2019/FMS - INEXIGIBILIDADE 07/2019/FMS

Publicação Nº 2108468

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Avenida XV de Novembro, 223 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2019
	Processo Adm.: 15/2019 Data do Processo: 26/07/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 15/2019
b) Nr. Licitação: 7/2019 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 26/07/2019
e) Objeto da Licitação: Credenciamento de Empresas/Clínicas para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba/SC.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:


	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
DE MARCO CLINICA CARDIOLOGICA LTDA				
1 - Consultas Especializadas - Cardio + Eletro - Marca:	SERV	1,000	330,0000	R\$ 330,00
2 - VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAIS (CARÓTIDAS E VERTEBRAIS) - PROCEDIMENTOS DE ECODOPPLER - 64 - INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO - EIRELI - Marca:	SERV	1,000	200,0000	R\$ 200,00
3 - Procedimento (Outros) - Ecocardiograma - Marca:	SERV	1,000	230,0000	R\$ 230,00
Total geral:				R\$ 760,00

Joaçaba, 31 de Julho de 2019

.....
Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PL 16/2019/FMS - INEXIGIBILIDADE 08/2019/FMS

Publicação Nº 2108496

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 8/2019	
	CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Avenida XV de Novembro, 223 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Processo Adm.: 16/2019 Data do Processo: 26/07/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 16/2019
b) **Nr. Licitação:** 8/2019 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 26/07/2019
e) **Objeto da Licitação:** Credenciamento de Empresas/Clínicas para realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
DE MARCO CLINICA CARDIOLOGICA LTDA				
1 - TESTE ERGOMÉTRICO - CARDILIFE - CREDENCIAMENTO - 10/2012 - Marca:	SERV	1,000	150,0000	R\$ 150,00
Total geral:				R\$ 150,00

Joaçaba, 31 de Julho de 2019

.....
Assinatura do Responsável

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 272 DE 31 DE JULHO DE 2019.**

Publicação Nº 2108948

PORTARIA Nº 272 DE 31 DE JULHO DE 2019.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 0270, de 14 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, inscrita no CPF sob o nº 716.832.089-00, portadora do RG nº 2.143.998, inscrita no PASEP sob o nº 124.52502.93-8, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.172, nos termos do art. 22 c/c 24, ambos da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor em 01 de agosto de 2019.

Joaçaba-SC, 31 de julho de 2019.

Eliane Aparecida Ceron Vier
Diretora Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 296/2019**

Publicação Nº 2107660

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 296/2019 DE 31.07.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar os efeitos da Portaria JHL 128/2018 de 13.04.2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2506, data de 19.04.2018 e página 458.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor à partir de 01 de agosto de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 31 de julho de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

ATA TOMADA DE PREÇOS 0003/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2107673



Rua Tiradentes, 123 - Centro - Joaçaba - SC
CEP: 89600-000 CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200
E-mail: simae@simae.com.br Site: <http://www.simae.com.br/>

Página: 1 / 1
Data: 31/07/2019
17520

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO : 33/2019**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA FASE DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO JHL Nº 0033/2019****Tomada de Preços JHL 0003/2019 - PROTOCOLO 1140/2019**

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e dezenove (31/07/2019), às nove horas minutos, no auditório do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do Simae de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-044/2019, de 11/02/2019, sob a presidência de Cesar Augusto Maciel Ribeiro, estando presentes os membros Wilian Sartor Sganzerla e Alessandra Marcon Zanchetta; e Sr. Marcelo Gustavo Franzoi, Engenheiro do Simae, para abertura e julgamento dos envelopes propostas de preços da Tomada de Preços JHL 0003/2019 - Licitação 0033/2019, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ARQUITETÔNICO (BÁSICO E EXECUTIVO), PROJETOS COMPLEMENTARES, PROJETOS ESTRUTURAIS E DE FUNDAÇÕES (BÁSICOS E EXECUTIVOS) PARA REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO QUANTO À ACESSIBILIDADE DO EDIFÍCIO SEDE DO SIMAE. Abertos os trabalhos, compareceu à sessão a empresa: Dal Forno & Martins Engenharia Ltda – ME representada pelo Sr. Felipe Dalcin Dal Forno. O Senhor Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Proposta de Preços, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Comissão deliberou 1) classificar em primeiro lugar a empresa: Dal Forno & Martins Engenharia Ltda ME: R\$ 65.300,00 (sessenta e cinco mil e trezentos reais); segundo lugar Basalto Engenharia Ltda: R\$ 79.900,00 (setenta e nove mil e novecentos reais); em terceiro lugar Magnus Engenharia e Arquitetura Ltda: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil). O critério para a classificação da proposta foi o menor preço global, após verificada a sua compatibilidade com o preço máximo estabelecido no Edital. 2) Que das decisões contidas nesta ata as licitantes participantes, querendo, têm prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso a contar da publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, conforme item 11.2 do Edital. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Cesar Augusto Maciel Ribeiro
Presidente da CPL

Alessandra Marcon Zanchetta
Vogal da CPL

Wilian Sartor Sganzerla
Suplente da CPL

Marcelo Gustavo Franzoi
Engenheiro do Simae

Felipe Dalcin Dal Forno
Dal Forno & Martins Engenharia Ltda – ME

Jupia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

Publicação Nº 2107684

Página: 1/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ACEBROFILINA ADULTO 10 MG/ML (39265)	Fts	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	ELOFAR	0	4,7250	1
			DAMEDÍ DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	ELOFAR	0	4,8700	2
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	ELOFAR	0	5,1400	3
2	ACEBROFILINA PEDIÁTRICO 0,05 MG/ML (39286)	Fts	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PRATI	0	2,8900	1
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	PRATI	0	3,0000	2
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	PRATI	0	3,0800	3
3	ALENDRONATO DE SODIO 70MG (2735)	Cmp	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	ELOFAR	0	0,2200	1
			AL TERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Delta-Cellera	0	0,2350	2
			DAMEDÍ DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	ELOFAR	0	0,2904	3
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	ELOFAR	0	0,2970	4
5	AMOXICILINA + CLAV. 875 + 125 (39288)	Cmp	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	GERMED	0	1,6000	1
			DAMEDÍ DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	1,6900	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	DELTA	0	1,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 2/19

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
6	BUSCOPAM COMPOSTO 10MG +250MG (39269)	Cmp	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PHARLAB	0	0,3600	1	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	NeoQuímica-B	0	0,3720	2	
7	BUSCOPAM COMPOSTO GOTAS (39270)	Frs	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	HIPOLABOR	0	5,1900	1	
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	HIPOLABOR	0	5,2000	2	
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	BRAINFARMA	0	5,4800	3	
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	HIPOLABOR	0	5,7000	4	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	NeoQuímica-B	0	5,7250	5	
8	BUSCOPAM COMPOSTO INJ (39271)	Amp	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	HIPOLABOR	0	1,3400	1	
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	HYPOFARMA	0	1,3500	2	
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HIPOLABOR	0	1,6630	3	
9	CARBOCISTEINA ADULTO 50G/MML (39272)	Frs	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Natuiab	0	2,8800	1	
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	PRATI	0	3,6600	2	
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	PRATI	0	3,7880	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 3/19

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019						
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
10	CARBOCISTEINA PEDIÁTRICO 20MG/ML (39273)	Frs	DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	PRATI	0	2,8500
11	CETOCONAZOL 200MG (1673)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	PRATI	0	2,8600
12	CETOPROFENO 100MG/2ML (34908)	Amp	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PRATI	0	3,3000
13	CIPROFLOXACINO + DEXAMETASONA COLÍRIO 3.5MG + 1MG (39274)	Frs	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	PRATI	0	0,1550
14	CITALOPRAM 20MG (38235)	Cmp	A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	U. QUIMICA	0	1,2000
15	CIMETIDINA 200MG (3767)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	1,8200
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	1,8900
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	GERMED	0	9,9500
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	GERMED	0	11,1600
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	GERMED	0	11,5000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Torrent	0	0,1650
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	AUROBINDO	0	0,1670
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PRATI	0	0,1480

Página: 4/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

16	CLONAZEPAM 2MG (2551)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	GEOLAB	0	0,0540	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Prati Donaduzzi	0	0,1667	4
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	PRATI	0	0,1690	5
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	PRATI	0	0,1490	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	PRATI	0	0,1570	3
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	Geolab	0	0,0687	2
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	CRISTALIA	0	0,1020	3
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,1020	4
17	COLAGENASE 0.6U/G +CLORAFENICOL 0.01G/G (39275)	Bn	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	9,6600	1
18	COMPLEXO B (184)	Cmp	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	VITAMED	0	0,0350	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	VITAMED	0	0,0388	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Vitamed	0	0,0415	3
19	DESONIDA 0.5MG/G (39276)	Bn	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	GERMED	0	6,9500	1
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	6,9700	2

Página: 5/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	DIMETICONA 40MG (39277)	Cmp	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	EMS	0	7,5000	3
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	EMS	0	7,9200	4
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	PRATI	0	0,0924	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	PHARMASCI	0	0,1080	2
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PRATI	0	0,1200	3
21	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG (2220)	Cmp	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	CIMED	0	0,0450	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CIMED	0	0,0540	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Cimed	0	0,0550	3
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GEOLAB	0	0,0726	4
22	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50/50 (39278)	Amp	A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	U. QUIMICA	0	1,2600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	União Química	0	1,4021	2
23	GLIMEPERIDA 2MG (39279)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CIMED	0	0,0743	1
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	CIMED	0	0,1200	2

Página: 6/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

24	HIDROXIQUNOLINA +TROLAMINA OTOLÓGICO (39280)	Frs	DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	0,1793	3
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	CIMED	0	0,1980	4
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	NOVARTIS	0	10,1800	1
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	NOVARTIS	0	10,1900	2
25	IMIPRAMINA 25MG (2250)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,2780	1
26	MEBENDAZOL 100MG (1693)	Cmp	DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	SOBRAL	0	0,0730	1
27	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG/G +250U/VG (39281)	Bn	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	SOBRAL	0	1,1750	1
28	NIMESULIDA 100 MG (39282)	Cmp	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Cimed	0	0,0680	1
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	CIMED	0	0,0930	2
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CIMED	0	0,0945	3
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	NEO QUIMICA	0	0,0945	4
29	NORFLOXACINO 400MG (1696)	Cmp	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Medquimica	0	0,2880	1
30	PAROXETINA 20MG (2252)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	EMS	0	0,2295	1

Página: 7/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018								Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019	
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

31	RISPERIDONA 1MG (2733)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	EMS	0	0,2800	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Pharlab	0	0,3097	3
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,1790	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	0,1790	2
32	SERTRALINA 50 MG (39283)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	GEOLAB	0	0,1320	1
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	AUROBINDO	0	0,1453	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Torrent	0	0,1490	3
33	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRINA 200+40 MG/5ML (39284)	Frs	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Teuto	0	1,2000	1
34	TRAMADOL 50MG (38356)	Cmp	DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HIPOLABOR	0	0,1180	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	HIPOLABOR	0	0,1199	2
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	HIPOLABOR	0	0,1990	3
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	HIPOLABOR	0	0,1990	4
35	VENLAFAXINA 75MG (3736)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	GEOLAB	0	0,6750	1

Página: 8/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	EUROFARMA	0	0,8500	2
36	BEROTEC (BROMETO DE FENOTEROL) (39285)	Fis	DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HIPOLABOR	0	2,7500	1
37	CETOCONAZOL CREME 20MG/G (39286)	Bn	AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PRATI	0	2,8000	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	SOBRAL	0	1,4000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Sobral	0	1,9931	2
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HIPOLABOR	0	2,5080	3
38	CIMETIDINA 300MG/2ML (39287)	Amp	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Teuto	0	0,7000	1
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HYPOFARMA	0	0,7650	2
39	CLONAZEPAM 2,5MG/ML (39288)	Fis	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	GERMED	0	1,7500	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	GEOLAB	0	2,0250	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	GERMED	0	2,8200	3
40	COMPLEXO B2 (39289)	Amp	DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HYPOFARMA	0	0,7300	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	HYPOFARMA	0	0,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 9/19

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	DIMETICONA 75MG/ML (39290)	Frs	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	HYPOFARMA	0	0,7700	3
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	HYPOFARMA	0	0,8100	4
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HIPOLABOR	0	0,8000	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	HIPOLABOR	0	0,8100	2
42	DICLOFENACO SODICO 25MG/ML (39291)	Amp	A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	HIPOLABOR	0	0,9500	3
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	FARMACE	0	0,5500	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	FARMACE	0	0,5530	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Farmace	0	0,6186	3
43	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML (39292)	Frs	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	CIMED	0	1,8900	1
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	CIMED	0	1,9000	2
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	2,7030	3
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	SOBRAL	0	1,1730	1
44	MEBENDAZOL 20MG/ML (39293)	Frs	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Sobral	0	1,1959	2

Página: 10/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

45	NIMESULIDA 50MG/ML (39294)	Fis	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Vitapan-Vitame	0	1,6730	1
46	RISPERIDONA 2MG (35606)	Cmp	DAMEDÍ DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GEOLAB	0	2,2000	2
47	RISPERIDONA 3MG (38345)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	0,1750	1
48			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,1750	2
49	STRESS TABS (POLIVITAMICO E POLIMINERAL 600 ZINCO) (39296)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,1950	1
50	GABAPENTINA 300MG (39297)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	0,1990	2
51	ARTRODAR (DIACEREÍNA) 50MG (39298)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR PRATI L (1792)	PRATI	0	0,3740	1
52			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	PRATER	0	2,2000	2
53			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Prati Donaduzzi	0	0,4500	2
54			AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	TRB	0	3,4500	1
55			DAMEDÍ DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	TRB PHARMA	0	3,4600	2
56			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	TRB PHARMA	0	3,5400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUIPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 11/19

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	CLOPIXOL DEPOT 200G/ML (DECONATO DE ZUCLOPENFIDOL) (39299)	Amp	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	TRB PHARMA	0	3,9000	4
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	LUNDBECK	0	60,5000	1
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	LUNDBECK	0	60,5000	2
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	LUNDEBECK	0	60,5000	3
53	FORMOTEROL 12 MCG+ BUDESONIDA 400 MCG (ALENIA) (39300)	Cmp	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	BIOSINTETIC/	0	1,1880	1
55	RIVAROXABANA 15MG (XARELTO) (39302)	Cmp	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	BAYER	0	6,9800	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	BAYER	0	6,9900	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	BAYER	0	7,0000	3
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	BAYER	0	7,3500	4
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	BAYER	0	7,4600	5
56	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5MCG(COM 60 DOSES) (SPIRIVA REPINAT) (39303)	Frs	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	BOEHRINGER	0	248,9000	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	BOEHRINGER	0	249,0000	2
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	BOEHRINGER	0	249,0000	3
57	ÁCIDO VALPROICO 500MG (DEPAKENE) (39304)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	BIOLAB	0	0,5805	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 12/19

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE:	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	ATORVASTATINA CÁLCICA 40 MG (39305)		AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	BIOLAB	0	0,9900	2
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	ABBOTT/VODI:	0	1,0700	3
		Cmp	BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	CIMED	0	0,4000	1
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	GEOLAB	0	0,4200	2
			AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	CIMED	0	0,4300	3
59	ANLODIPINO 10 MG (39306)		ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	NeoQuímica-B	0	0,0790	1
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GEOLAB	0	0,0850	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	GEOLAB	0	0,3000	3
60	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG (MONOCORTIL) (39307)		ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	ZYDUS	0	0,1040	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Biosintética	0	0,2534	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	ZYDUS	0	0,4000	3
61	CARVEDILOL 12,5MG (3743)		ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	EMS	0	0,1107	1
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	EMS	0	0,2000	2

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019							
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	LACTASE 10.000 FCC (39308)	Cmp	AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	EMS	0	0,2380	3
63	DULOXETINA 30MG (37853)	Und	DAMED1 DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	0,2530	4
			DAMED1 DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	NOVA QUIMIC	0	1,0483	1
			AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	EMS	0	1,2000	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	EMS	0	1,2100	2
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	NOVAQUIMIC	0	1,3905	3
64	DOMPERIDONA 10MG (39309)	Cmp	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Medley	0	0,0800	1
			DAMED1 DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	0,1090	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	EMS	0	0,1500	3
65	CARVEDILOL 6,25 MG (39310)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	EMS	0	0,0837	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Torrent	0	0,0890	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	EMS	0	0,1200	3
66	ESPIRONOLACTONA 25MG (39311)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	EMS	0	0,1593	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 14/19

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019						
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
68	OXILATO DE ESCITALOPRAM 20MG (39313)	Cmp	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Aspen	0	0,1684
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	GERMED	0	0,2100
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	GEOLAB	0	0,4725
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	NOVA QUIMIC	0	0,5000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	NeoQuímica-B	0	0,8857
69	CODÉINA 30MG (38239)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	1,0000
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	1,0100
70	CELECOXIBE 200MG (39314)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	EUROFARMA	0	1,1500
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	EUROFARMA	0	1,1600
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	BIOSINTETIC/	0	1,3635
71	NISTATINA 25000UI/G CREME VAGINAL (39315)	Bn	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Green Pharma	0	3,5000
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2239)	PRATI	0	4,5000
72	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG (DEPAKOTE) (39316)	Cmp	AR FIOREZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	ABBOTT	0	1,3200

Página: 15/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE:

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	LAMOTRIGINA (LAMICTAL) 100MG (39317)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	ABBOTT	0	1,3400	2
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	UNICHEM	0	0,3100	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,3900	2
			BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA (2238)	UNICHEN	0	0,5000	3
75	AMATO 25MG (TOPIRAMATO) (39332)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	EMS	0	0,2025	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	GERMED/GEN	0	0,3000	2
			DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	GERMED	0	0,3041	3
76	FENITOÍNA 100MG (HIDATAL) (39333)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	TEUTO/GEN	0	0,2100	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	SANOFI	0	0,3500	2
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	0,3780	3
77	CLOPIDOGREL 75MG (39334)	Cmp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	RANBAXY	0	0,3640	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Aurobindo	0	0,3880	2
			AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	AUROBINDO	0	0,4620	3

Página: 16/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018 Data do Registro: 04/09/2018 Válido até: 04/09/2019

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE:

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	AZATIOPRINA 50MG (IMURAN) (39336)	Cmp	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	CRISTALIA	0	0,9400	1
80	CIANOCOBALAMINA/CLORIDRATO DE PIRIDOXINA/ NITRATO DE TIAMINA 50.000MG+100MG+100MG (CITONEURIN) (39337)	Amp	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	0,9490	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	MERCK	0	3,7200	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	MERCK	0	3,7500	2
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	MERCK	0	3,8500	3
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	MERCK	0	3,8846	4
83	DERSANI HIDRIGEL 85G (39340)	Bn	A G KIENEN & CIA LTDA (1697)	DAUT	0	73,0000	1
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	DAUT	0	73,1000	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	DAUT OLIVE	0	77,0000	3
			AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2239)	DAUT	0	93,0000	4
84	TIRAS DE GLICEMIA ON CALL PLUS CX/C 50 UNID (39341)	Cx	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	ON CALL PLU:	0	24,0500	1
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	ON CALL PLU:	0	24,1000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Acon	0	26,1168	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Página: 17/19

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra:		AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	SORO FISIOLÓGICO 250 ML (157)	Frs	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA (969)	Segmenta-Eun	0	2,5200	1
			DAMED I DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (52)	HALEXSTAR	0	2,7720	2
86	CLORIDRATO DE PAROXETINA 30MG (PONDERA) (39342)	Cmp	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP (2163)	SUPERA	0	3,6400	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2237)	SUPERA/ROX	0	3,6500	2

Página: 18/19

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2018**

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L (1792)	CRISTALIA	0	4,3011	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 04/09/2018		Válido até: 04/09/2019			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MUNICIPALIDADE.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2018
PROCESSO Nº 3/2018

- (52) - DAMEDI DAMBROS COM. DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
- (969) - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA
- (1697) - A G KIENEN & CIA LTDA
- (1792) - ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR L
- (2163) - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP
- (2237) - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (2238) - BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA
- (2239) - AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Jupia, 4 de Setembro de 2018.

GEUVANI ACCORSI
EQUIPE DE APOIO

DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO
Pregoeiro(a)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Publicação Nº 2107681

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 04/06/2019		Válido até: 04/06/2020		Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUPIÁ SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TESOURA CASTROVEJO CURVA 14CM (38108)	Und	ODONTOSUL LTDA (2271)	6B	0	91,0000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	GOLGRAN	0	102,5000	2
2	EMBALAGEM COM 7 SISTEMA DE ACABAMENTO ENHANCE PONTAS EM DISCO (38110)	Und	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	DENTSPLY	0	90,3000	1
			ODONTOSUL LTDA (2271)	DENTSPLY	0	95,0000	2
4	IMPREGUM SOFT - MATERIAL DE MODELAGEM Á BASE DE POLIÉTER (39747)	Und	ODONTOSUL LTDA (2271)	IMPREGNUM :	0	500,0000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	3M	0	525,0000	2
5	ACRILICO PÓ AUTO POLIMERIZANTE (AUTO POLIMERIZAVEL) COR ROSA (39748)	Und	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	VIPI	0	41,9000	1
			ODONTOSUL LTDA (2271)	JET,	0	42,0000	2
6	KIT DE PONTAS MONTADAS PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA ACRILICA (39749)	Und	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	DH PRO	0	47,0000	1
7	RESINA NATURAL FLOW OU FLUIDO (39750)	Und	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	FGM OPALLIS	0	32,0000	1
			ODONTOSUL LTDA (2271)	BIODINAMICA	0	32,2000	2
8	COLHER DE DENTINA Nº05 (39751)	Und	ODONTOSUL LTDA (2271)	PRATA	0	9,9000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	GOLGRAN	0	10,6000	2

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019 Data do Registro: 04/06/2019 Válido até: 04/06/2020

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUPIÁ SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	BROCAS FG DIAMANTADAS 4219 (39752)	Und	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	KG	0	10,2000	1
10	RESINA PROVISORIA BIOPUC (39753)	Und	ODONTOSUL LTDA (2271)	MICRODONT	0	10,3000	2
		Und	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	BIODINAMICA	0	46,5000	1
		Und	ODONTOSUL LTDA (2271)	BIODINAMICA	0	46,9500	2
11	CÂMARA ESCURA COM TAMPA PARA REVELAÇÃO DE FILME RADIOLOGICO (39754)	Und	ODONTOSUL LTDA (2271)	ESSENCE	0	184,0000	1

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 12/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 04/06/2019		Válido até: 04/06/2020			
Objeto da Compra:		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUPIÁ SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (2272)	VH	0	185,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE JUPIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2019

Número do Registro de Preços: 3/2019		Data do Registro: 04/06/2019		Válido até: 04/06/2020			
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO POSTO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUPIÁ SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2019
PROCESSO Nº 3/2019
(2271) - ODONTOSUL LTDA
(2272) - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E

Jupia, 4 de Junho de 2019.	GEUVANI ACCORSI EQUIPE DE APOIO	DEISE LUCIA NOAL RIBEIRO Pregoeiro(a)
----------------------------	------------------------------------	--

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO 01 CONTRATO 38-2018

Publicação Nº 2108428

TERMO ADITIVO N. 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 38/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 29/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 113º Andar, sala 1305, Bairro Centro, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a alteração do valor da hora técnica do profissional de nível superior habilitado para elaboração de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e outras providências.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e contratuais, ajustam a alteração do valor da hora técnica profissional de nível superior habilitado passando de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) para R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais), em conformidade com a Resolução 0072/2018.

Altera-se o valor estimado previsto na cláusula segunda, tópico 2.1 passando de R\$ 39.150,00 (trinta e nove mil, cento e cinquenta reais) para R\$ 42.448,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

Mantem-se o prazo de vigência do contrato, qual seja, 09 de agosto de 2019, conforme cláusula terceira.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO

Altera-se o tópico 2.1 da cláusula segunda passando para a seguinte redação:

Parágrafo único. Este valor refere-se a 96 (noventa e seis) horas de serviços técnicos executados em conformidade com Resolução 0037/2017 e uma estimativa de 194 (cento e noventa e quatro) horas que serão executadas de acordo com a Resolução 0072/2018 referente horas de serviços técnicos por profissional para execução das atividades inerentes a capacidade técnica dos profissionais disponibilizados pelo CIM-CATARINA, o quantitativo de horas deverá ser ajustado para mais ou para menos, conforme as necessidades e ou exigências que surgirem durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no art. 57, inciso II da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 15 de março de 2019.

Município de Lacerdópolis/SC
Sérgio Luiz Calegari
Prefeito
CONTRATANTE

CIMCATARINA
Elói Rönna
Diretor Executivo
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

ADITIVO 02 CONTRATO 23-2018

Publicação Nº 2108423

TERMO ADITIVO N. 02

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 23/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 13/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, sala 1305, Bairro Centro, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto prestação de serviços através de hora técnica por profissional de nível superior habilitado para elaboração de Diagnóstico Socioambiental contratual e outras providências.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e contratuais, ajustam a alteração do valor da hora técnica profissional de nível superior habilitado passando de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) para R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais), em conformidade com a Resolução 0072/2018.

Altera-se o valor estimado previsto na cláusula segunda, tópico 2.1, passando de R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais) para R\$ 62.327,00 (sessenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA

Mantem-se o prazo de vigência de 31/07/2019, conforme termo aditivo 01/2018

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO

Altera-se o tópico 2.1 da cláusula segunda passando para a seguinte redação:

Parágrafo único. Este valor refere-se a 89 (oitenta e nove) horas de serviços técnicos executados em conformidade com Resolução 0037/2017 e uma estimativa de 331 (trezentos e trinta e uma) horas que serão executadas de acordo com a Resolução 0072/2018 referente horas de serviços técnicos por profissional para execução das atividades inerentes a capacidade técnica dos profissionais disponibilizados pelo CIM-CATARINA, o quantitativo de horas deverá ser ajustado para mais ou para menos, conforme as necessidades e ou exigências que surgirem durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no art. 57, inciso II da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 15 de março de 2019.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	CIMCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

ADITIVO 02 CONTRATO 38-2018

Publicação Nº 2108434

TERMO ADITIVO N. 02

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 38/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 29/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pelo prefeito, Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 113º Andar, sala 1305, Bairro Centro, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual, passando para 31/12/2019, conforme solicitado e justificado pelo diretor Guilherme Müller no documento anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR

Quanto ao valor, mantém-se aquele reajustado através do termo aditivo n. 01/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no art. 57, inciso II da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 26 de julho de 2019.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	CIMCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

PP_29-19_PML,_PP_04-19_SEMASA,_PP_08-19_FMASH,_CC_03-19_SEMASA

Publicação Nº 2108086



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 29/19 PML.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para a Prestação de Serviço de Horas Máquinas Caminhões com Operador, Motorista e Ajudante (para Caminhão Hidrovácuo), para uso na Pavimentação, Recapeamento e Reurbanização de Vias Pública e Manutenção Viária Urbana.

Abertura: 14/08/2019 às 09h00min

Valor Mensal Estimado: 5.694.620,00

Modalidade: Pregão Presencial 04/19 SEMASA.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços por Hora Cheia Trabalhada de Caminhão Hidrovácuo e Escavadeira Hidráulica sobre esteira, incluindo manutenção, operação e combustível.

Abertura: 20/08/2019 às 13h30min

Valor Mensal Estimado: 387.730,00

Modalidade: Pregão Presencial 08/19 FMASH.

Objeto: Locação de Imóvel para a Instalação do Conselho Tutelar.

Abertura: 20/08/2019 às 09h00min

Valor Mensal Estimado: 32.400,00

Modalidade: Concorrência Pública 03/19 SEMASA.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para serviços de adequação e instalação de conjuntos motobombas do tipo anfíbia na ERAB-3 SEMASA, com fornecimento de materiais.

Abertura: 03/09/2019 às 09h00min

Valor Mensal Estimado: 1.105.293,33

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 01 de agosto de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N.º 6.089/2019 - "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA"

Publicação Nº 2109027

DECRETO Nº 6.089/2019, de 29 de julho de 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pela Lei Municipal nº. 2.096/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Projeto/Atividade: 2.017 – Secretaria de Transporte e Obras

76 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas R\$ 1.000.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Projeto/Atividade: 1.096 – Infraestrutura de Obras viárias

68 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas R\$ 500.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 11 – Secretaria de Turismo e Lazer

Projeto/Atividade: 2.062 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Lazer

87 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção do Gabinete

3 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas R\$ 400.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizada a anulação parcial em igual valor de recursos no orçamento vigente, das seguintes dotações:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Projeto/Atividade: 1.071 – Obras de Saneamento

116 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas...R\$ 1.500.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 11 – Secretaria de Turismo e Lazer

Projeto/Atividade: 2.062 – Manut. da Secretaria de Turismo e Lazer

86 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas R\$ 400.000,00

89 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01 – Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

PORTARIA Nº 844/2019

Publicação Nº 2108285

PORTARIA RH Nº 844/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Conceder progressão aos Servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Guarda Municipal, passando do nível GM 2 para Inspetor – terceira classe, em conformidade com a Lei Complementar nº 408/2019, Art. 20, com vigência a partir de 05/07/2019.

- Cristiano da Silva Nunes;
- Francisco Egídio Cidade Júnior;
- Jair Pacheco dos Reis Júnior;
- Leandro de Araújo;
- Luciano Ferreira Valério;
- Maik Custódio Agostinho;
- Rogério Corrêa da Rocha.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Julho de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 845/2019

Publicação Nº 2108286

PORTARIA RH Nº 845/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Conceder progressão aos Servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Guarda Municipal, passando do nível GM 1 para Agente – segunda classe, em conformidade com a Lei Complementar nº 408/2019, Art. 20, com vigência a partir de 05/07/2019.

- Arlon Luiz da Silva.
- Douglas Marcelino Claudino;
- Luiz Educardo Cortegosso Silva;
- Matheus Peixoto Phillipi;
- Saleide Flor Duarte;
- Sayonara Vanderleia Jacques Vieira;

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 25 de Julho de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 852/2019

Publicação Nº 2108291

PORTARIA RH Nº 852/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, LEANDRO DE ARAÚJO, Guarda Municipal, de provimento efetivo, para a Função Gratificada de Autoridade de Trânsito, com lotação no Gabinete do Prefeito – Guarda Municipal, a partir de 05/07/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Julho de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2019 - PREGÃO Nº PR16/2019_RP14

Publicação Nº 2108904

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2019 - Pregão Nº PR16/2019_RP14

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do pregoeiro, conforme decreto nº 016/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão, do tipo menor preço por item, sob a forma de execução indireta. OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e eventual de gêneros alimentícios, frutas, materiais de higiene, limpeza, água mineral, gás de cozinha e utensílios para manutenção das atividades dos diversos departamentos do Município de Lebon Régis, bem como suas Secretarias e Fundações, conforme descrição detalhada do Anexo I – Termo de Referência.. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 13 de agosto de 2019. A sessão de abertura será no mesmo dia (13/08/2019) às 09:10. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 31/07/2019.

José Vanderlei de Campos– Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 20/2019. LICITAÇÃO: DL09/2019

Publicação Nº 2108013

EXTRATO CONTRATUAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 20/2019. Licitação: DL09/2019.

Objeto: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e empreendedores de base familiares rurais organizados em grupo formal/informal e fornecedores individuais, conforme especificação dos gêneros alimentícios – Anexo II, em observância ao disposto no § 2º do art. 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 para atender ao Programa de Alimentação Escolar e destina-se ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das Escolas da rede pública Municipal.

CLÁUSULA PRIMEIRA

0.1 Fica alterada a CLAÚSULA QUINTA do Contrato nº 20/2019, para modificar as dotações orçamentárias que servirão de suporte as despesas decorrentes da aquisição dos produtos objetos desta Chamada Pública, justificada pelo Contador do Município e amparada legalmente no art. 65, inciso II "c", da Lei Federal 8.666/93.

0.2 As despesas decorrentes da aquisição dos produtos objetos desta Chamada Pública correrão à conta dos recursos do FNDE/PNAE, consignados no orçamento do Município de Lebon Régis-SC para o exercício 2019, pelo prazo de validade do Contrato de Aquisição, a cargo do órgão contratante, cujo programa de trabalho e elemento de despesas específicos constarão na respectiva Nota de Empenho, sendo:

322 - 1 . 2060 . 12 . 361 . 10 . 2.68 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas 337 - 0.1.37 - Outras Transferências do FNDE

323 - 1 . 2060 . 12 . 365 . 10 . 2.67 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas 337 - 0.1.37 - Outras Transferências do FNDE

324 - 1 . 2060 . 12 . 365 . 10 . 2.69 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas 337 - 0.1.37 - Outras Transferências do FNDE

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratado: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS-COOPERLAF - 11.419.727/0001-24.

Vigência: 31/07/2019. Término: 31/12/2019

Lebon Régis, 31/07/2019.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019 - FMS**

Publicação Nº 2108965

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E SERVENTE, PARA REPAROS E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS REALIZADAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019.

Aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de Setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 014/2019.

PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ: 31.281.510/0001-08

AVENIDA 29 DE NOVEMBRO, Nº 1.559, CENTRO, CEP: 88.407-000, CHAPADÃO DO LAGEADO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 014/2019a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para os lotes cotados é a seguinte:

LOTE I – SERVIÇO DE PEDREIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
1	3000	H	SERVIÇO DE PEDREIRO.	25,00	75.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
TOTAL MÁXIMO						75.000,00

LOTE II – SERVIÇO DE CARPINTEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
2	1000	H	SERVIÇO DE CARPINTEIRO.	25,00	25.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
TOTAL MÁXIMO						25.000,00

LOTE III – SERVIÇO DE PINTOR.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
3	1500	H	SERVIÇO DE PINTOR.	25,00	37.500,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
TOTAL MÁXIMO						37.500,00

LOTE IV – SERVIÇO DE ELETRICISTA.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
4	1000	H	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	30,00	30.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
TOTAL MÁXIMO						30.000,00

LOTE V – SERVIÇO DE SERVENTE.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
5	3000	H	SERVIÇO DE SERVENTE-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	17,00	51.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			51.000,00

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços/medição dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e da 13:30hs até as 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0015.2.055.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (6) – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.01.10.301.0015.2.056.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0067 (22) – Bloco – Atenção Básica – Cofinanciamento AB

05.01.10.301.0015.2.056.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (23) – Bloco – Atenção Básica - PMAC

05.01.10.301.0015.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (30) – Bloco – Atenção Básica – PAB Fixo

05.01.10.301.0015.2.056.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (24) – Bloco – Atenção Básica – QUALIFAR Fixo

05.01.10.301.0015.2.059.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (24) – Bloco – Vigilância em Saúde – Piso Fixo Da Vig. - FMS

05.01.10.301.0015.2.059.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (33) – Bloco – Vigilância em Saúde – Piso Fixo Da Vig. – Anvisa

05.01.10.301.0015.2.059.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 (34) – Bloco – Vigilância em Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03(três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de julho de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	
PREGOEIRA SUBSTITUTA	

PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019 - PMLL

Publicação Nº 2108850

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA O CONERTO DO MOTOR DA RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110, MOTOR CUMMINS, ANO 2011, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2019.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e mão de obra para o conserto do motor da Retro Escavadeira New Holland LB110, motor Cummins, ano 2011, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 012/2019.

HIDRAUSERV COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 97.469.621/0001-50

RUA JOÃO DUARTE RAIMUNDO, Nº 56, CAMINHO NOVO, CEP: 88.132-500, PALHOÇA/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e mão de obra para o conserto do motor da Retro Escavadeira New Holland LB110, motor Cummins, ano 2011, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 012/2019, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o lote cotado é a seguinte:

ITEM	QTD.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$	EMPRESA VENCEDORA
01	01	PÇ.	BUCHA COMANDO CUMMINS 5.9 BT	ORIGINAL	93,96	93,96	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
02	04	PÇ.	CAMISA MOTOR STD CUMMINS 5.9	ORIGINAL	79,1374	316,55	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
03	08	PÇ.	GUIAS DE VÁLVULA ESC, ADM	ORIGINAL	14,8383	118,71	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
04	04	PÇ.	SEDE VÁLVULA ADM	ORIGINAL	19,7844	79,14	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
05	02	PÇ.	VEDADOR LIQ	WURJ	19,7844	39,57	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
06	04	PÇ.	SEDE VÁLVULA ESC	ORIGINAL	19,7844	79,14	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
07	04	PÇ.	VÁLVULA ADM	ORIGINAL	21,7628	87,05	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
08	04	PÇ.	VÁLVULA ESC	ORIGINAL	24,7304	98,92	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
09	08	PÇ.	RETENTOR VÁLVULA	ORIGINAL	5,9353	47,48	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
10	01	PÇ.	EIXO VIRABREQUIM	ORIGINAL	2.947,8682	2.947,87	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
11	01	PÇ.	BIELA MOTOR	ORIGINAL	474,8244	474,82	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
12	01	JG.	BRONZINA BIELA	ORIGINAL	268,078	268,08	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
13	01	JG.	BRONZINA MANCAL	ORIGINAL	375,9027	375,90	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
14	01	JG.	JUNTAS MOTOR COMPLETO	ORIGINAL	573,7462	573,75	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
15	01	PÇ.	BOMBA ÓLEO	ORIGINAL	573,7462	573,75	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
16	04	PÇ.	PISTÃO COM ANÉIS	ORIGINAL	519,3392	2.077,36	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
17	01	PÇ.	VÁLVULA TERMOSTÁTICA	ORIGINAL	178,0592	178,06	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
18	01	PÇ.	FILTRO LUBRIFICANTE	ORIGINAL	88,0404	88,04	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
19	01	PÇ.	FILTRO AR INT.	ORIGINAL	64,2991	64,30	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
20	01	PÇ.	FILTRO AR EXT.	ORIGINAL	138,4905	138,49	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
21	02	PÇ.	FILTRO COMBUSTÍVEL	ORIGINAL	44,5148	89,03	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
22	01	PÇ.	FILTRO RACOR	ORIGINAL	88,0404	88,04	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
23	01	PÇ.	CORREIA TENSOR MOTOR	ORIGINAL	113,76	113,76	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
24	01	BD.	ÓLEO MOTOR	PETROBRÁS	196,8543	196,85	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
25	01	UND.	ALINHAR 3 BIELAS	HIDRAUSERV	78,6428	78,64	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
26	01	UND.	ENCAMISAR 4 CILINDRO	HIDRAUSERV	518,35	518,35	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
27	01	UND.	PLAINAR BLOCO	HIDRAUSERV	391,7301	391,73	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
28	01	UND.	RETIFICAR 4 CILINDROS	HIDRAUSERV	486,695	486,70	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
29	01	UND.	TROCAR BUCHA COMANDO	HIDRAUSERV	51,4393	51,44	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
30	01	UND.	ESMERILHAR 8 VÁLVULAS	HIDRAUSERV	94,9649	94,96	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA

31	01	UND.	MONTAGEM DE CABEÇOTE	HIDRAUSERV	89,0296	89,03	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
32	01	UND.	PLAINAR CABEÇOTE	HIDRAUSERV	255,2181	255,22	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
33	01	UND.	RETIFICAR SEDES VÁLVULA ESC. ADM	HIDRAUSERV	110,7924	110,79	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
34	01	UND.	TESTE DE CABEÇOTE	HIDRAUSERV	158,2748	158,27	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
35	01	UND.	TROCAR ASSENTO DE VÁLVULAS ADM. ESC	HIDRAUSERV	118,7061	118,71	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
36	01	UND.	TROCAR GUIAS DE VÁLVULA ADM. ESC	HIDRAUSERV	79,1374	79,14	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
37	01	UND.	LIMPEZA CABEÇOTE	HIDRAUSERV	79,1374	79,14	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
38	01	UND.	AJUSTAR BRONZINAS	HIDRAUSERV	69,2452	69,25	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
39	01	UND.	AJUSTAR MOTOR	HIDRAUSERV	69,2452	69,25	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
40	01	UND.	LIMPEZA PARA USINAGEM	HIDRAUSERV	98,9218	98,92	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
41	01	UND.	PLAINAR COLETOR	HIDRAUSERV	197,8435	197,84	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
42	01	UND.	RETORNEAR PISTÕES	HIDRAUSERV	197,8435	197,84	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
43	01	UND.	RECUPERAR ROSCAS VIRABREQUIM	HIDRAUSERV	79,1374	79,14	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
44	01	UND.	POLIR EIXO COMANDO	HIDRAUSERV	118,7061	118,71	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
45	01	UND.	MONTAGEM DE MOTOR	HIDRAUSERV	1.187,061	1.187,06	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
46	01	UND.	INSTALAR MOTOR	HIDRAUSERV	1.261,2523	1.261,25	HIDRAUSERV COM. DE PEÇAS E EQUIP. LTDA
TOTAL							R\$ 15.000,00

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos/execução dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso Constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs até as 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para

entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

07.01.20.606.0013.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (112)-Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03(três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de julho de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS
PRÉGOEIRA SUBSTITUTA

HIDRAUSERV COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1-MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019 - PMLL

Publicação Nº 2108881

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E SERVENTE, PARA REPAROS E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS REALIZADAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019.

Aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de Setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2019.

PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ: 31.281.510/0001-08

AVENIDA 29 DE NOVEMBRO, Nº 1.559, CENTRO, CEP: 88.407-000, CHAPADÃO DO LAGEADO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2019 a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para os lotes cotados é a seguinte:

LOTE I – SERVIÇO DE PEDREIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
1	3000	H	SERVIÇO DE PEDREIRO.	25,00	75.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			75.000,00

LOTE II – SERVIÇO DE CARPINTEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
2	1000	H	SERVIÇO DE CARPINTEIRO.	25,00	25.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			25.000,00

LOTE III – SERVIÇO DE CALCETEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
3	5000	H	SERVIÇO DE CALCETEIRO.	25,00	125.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			125.000,00

LOTE IV – SERVIÇO DE PINTOR.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
4	1500	H	SERVIÇO DE PINTOR.	25,00	37.500,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			37.500,00

LOTE V – SERVIÇO DE ELETRICISTA.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
5	1000	H	SERVIÇO DE ELE- TRICISTA.	30,00	30.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			30.000,00

LOTE VI – SERVIÇO DE SERVENTE.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
6	3000	H	SERVIÇO DE SERVENTE-AUXI- LIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	17,00	51.000,00	PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
			TOTAL MÁXIMO			51.000,00

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços/medição dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs até as 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

03.01.04.122.0005.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (13) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças

04.01.12.361.0006.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 (33) - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

04.01.12.365.0006.2.009.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 (52) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

05.03.08.244.0009.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (68) – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

06.01.15.451.0011.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (89) – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas

06.01.26.782.0012.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (105) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

07.01.20.606.0013.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (112) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03(três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de julho de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	
PREGOEIRA SUBSTITUTA	

PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019 - PMLL

Publicação Nº 2108957

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE ALMOÇO, POR OCASIÃO DA FESTA DO COLONO E MOTORISTA, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 21 DE JULHO DE 2019, NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019.

Aos 12 (doze) dias do mês de julho do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa prestadora de serviços no fornecimento de almoço, por ocasião da Festa do Colono e Motorista, que será realizado no dia 21 de julho de 2019, no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 016/2019.

EUNICE FRANZOI METZGER & CIA LTDA ME
CNPJ: 16.884.724/0001-85
RUA DOS CAÇADORES, Nº 464, CENTRO, CEP: 89.160-001, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventual contratação de empresa prestadora de serviços no fornecimento de almoço, por ocasião da Festa do Colono e Motorista, que será realizado no dia 21 de julho de 2019, no Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 016/2019, a contar da assinatura da presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o lote cotado é a seguinte:

LOTE I – ALMOÇO FESTA DO COLONO

Item	Und.	Quant.	Descrição	Valor Unit. Máx. R\$	Valor Total Máximo R\$	Marca	Empresa Vencedora
01	Und.	800	Cardápio: (Almoço) Feijoada completa com 7 variedades de carne, arroz, farofa, salada de repolho, laranja e pocan. Para o preparo será necessário: (112 kg de feijão, 48 kg de arroz parboilizado, 32 kg de batata, 32 kg de cebola, 16 kg de xuxu, 4 kg de sal fino, 8 lt de óleo de soja, 5 lt de vinagre, 16 kg de farinha de mandioca, 45 cabeças de repolho, 480 laranjas/pocan, 12 kg de charque, 80 kg de pé de porco, 64 kg de costelinha suína fresca, 32 kg de costelinha suína defumada, 24 kg de bacon em cubos, 48 kg de carne bovina em cubos (peito/lombo), 26 kg de calabresa, temperos - salsa e cebolinha, orégano). É de responsabilidade da empresa fornecer todos os itens necessários para a execução deste fornecimento, bem como transporte e alimentação dos funcionários. É igualmente responsável por todos os equipamentos de proteção individual para os funcionários envolvidos no preparo. Além do cardápio citado, a empresa fica responsável pelo fornecimento de 800 pratos em louça/vidro fundos, 800 jogos de talheres (garfos, facas e colheres), palitos de dente e guardanapos em papel. Material para servir o buffet (rechauds, travessas, talheres de serviço) e gás.	10,00	8.000,00	COCADA	EUNIZE FRANZOI METZGER & CIA LTDA ME.
					R\$ 8.000,00		

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;

f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, após a entrega dos serviços.

Parágrafo Único: Caso Constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e da 13:30hs até as 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

08.01.13.392.0014.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (114) – Promoções e Eventos Culturais

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de julho de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS
PREGOEIRA SUBSTITUTA

EUNICE FRANZOI METZGER & CIA LTDA ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 - PMLL

Publicação Nº 2107545

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Contratos
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Aquisição de implementos agrícolas, para atender a agricultura do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 023/2019. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 15 de agosto de 2019. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 31/07/2019. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO-DL 09/2019

Publicação Nº 2108313

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do secretário de Educação Esportes Cultura e Turismo, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. "IV", da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviços de transporte escolar para 5 meses.

Contratado: Cesar Santo Benelli & Cia Ltda

Valor: R\$ 24.367,64 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência: 31 de dezembro de 2019.

Lindóia do Sul, SC, 31 de julho de 2019.

Genir Loli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.198, DE 15 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108738

DECRETO Nº 3.198, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Estabelece função de confiança e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei Complementar nº 122/2009 e alterações, Lei Complementar nº 178/2011, Lei Complementar nº 179/2011 e Lei Complementar nº 312, de 05 de Abril de 2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido a gratificação de função de confiança de Responsável, ao servidor público municipal senhor Renato Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, o qual será Responsável pela Equipe dos trabalhos desempenhados pelos agentes operacionais em vias rurais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2019.

Lindóia do Sul, 15 de Julho de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.200, DE 29 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108751

DECRETO Nº 3.200, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Exonera Secretario Municipal de Administração e Finanças e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o Senhor Vinicius Marin, do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, a partir de 30 de Julho de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 29 de Julho de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N° 1051/2019

Publicação N° 2108211

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1051/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA CAMPEONATO MUNICIPAL. ARTS TROFEU COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - CNPJ: 13.284.629/0001-52. Valor do repasse: R\$ 1.208,40 (MIL DUZENTOS E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

Lontras, 19 de JULHO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO CONTRATO N° 1052/2019

Publicação N° 2108184

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1052/2019

OBJETO: HOSPEDAGEM DOS ARTISTAS E EQUIPE DA BANDA TEODORO & SAMPAIO DA 49ª FESTA DO COLONO, CONFORME LEI MUNICIPAL N° 2.464/2019. DANIELA BUSSI EIRELI ME - CNPJ: 07.534.703/0001-49. Valor do repasse: R\$ 2.488,00 (DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E OITO REAIS).

Lontras, 31 de JULHO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2793

Publicação Nº 2107723

DECRETO Nº 2793 de 31 de julho de 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA PELO SUPERÁVIT"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei nº 1.619 de 13 de novembro de 2018

DECRETA:

Art.1º- Ficam suplementadas as dotações abaixo pelo superávit financeiro do exercício anterior:

Órgão. Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor
02.005	2.251	3000	3	90	R\$ 26.000,00
04.007	2.407	3000	3	90	R\$ 10.000,00

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de julho de 2019.

Luzerna(SC), 31 de julho de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 105/2019

Publicação Nº 2107696

PORTARIA Nº 105/19 de 29 de julho de 2019.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora ANDREA LANGE, Professora, 40 horas semanais, contratada temporariamente na forma do REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL, com fundamento na Lei Complementar nº 165 de 25 de abril de 2017, substituída pela Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16 de julho de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de julho de 2019.

Luzerna(SC), 29 de julho de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 106/2019

Publicação Nº 2108676

PORTARIA Nº 106/19 de 31 de julho de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Gabriela Mazzarino	Diretora de Saúde	01/03/2018 a 28/02/2019	01/08/2019 a 30/08/2019
Patricia Rosana Cordeiro	Assistente Administrativo	12/08/2019 a 21/08/2019	12/08/2019 a 21/08/2019
Maurício José Bittencourt	Fiscal de Tributos	13/08/2017 a 12/08/2018	19/08/2019 a 28/08/2019

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 31 de julho de 2019
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO N° 0025/2019

Publicação N° 2108460

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 0012/2019
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0025/2019

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório n° 0025/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 0012/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 13 de agosto de 2019, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n° 4041, de 03 de janeiro de 2019, e alterada pela Portaria n° 4189, de 31 de julho de 2019, estará recebendo propostas para aquisição de doses de sêmem bovino, baseado na Lei n° 546, de 25 de outubro de 2011 e Decreto n° 1809, de 19 de março de 2019, programa de apoio e incentivo ao produtor rural, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 13/08/2019, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial n° 0012/2019, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 1017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min as 12h00min e das 13h00min. as 17h00min. Ou ainda no site do Município em www.macieira.sc.gov.br

Macieira – SC, 31 de julho de 2019.
REJANE SPANHOLO ABRAÃO
Pregoeira

portaria 4188

Publicação N° 2107940

PORTARIA N.º 4188/2019
Remoção de servidor

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, incisos VIII e XVII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 48 da Lei Complementar n° 068/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira

RESOLVE:

Art. 1º REMOVER DE OFÍCIO a Servidora Pública Municipal Lucila Carmem Serighelli, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento para autuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019. ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 4189

Publicação N° 2107962

PORTARIA N.º 4189/2019
Substitui membro nomeado pela Portaria n° 4041 para compor a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, e art. 71, inciso II, alínea c, ambos da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 51 da Lei n° 8666/93,

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR a Servidora Lucila Carmem Serighelli, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nomeada pela Portaria n° 4041, de

03 de janeiro de 2019 para compor a Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2019, pela Servidora Larini Grahl, ocupante do cargo de recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4190

Publicação Nº 2108287

PORTARIA N.º 4190/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 54/2013, que dispõe sobre a criação de empregos públicos no âmbito da Administração Direta do Município de Macieira e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato da Servidora Marília Civiero, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e contratada pela Portaria nº 3145/2014, de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29 de julho de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4191

Publicação Nº 2108309

PORTARIA N.º 4191/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Cristina Lazzarotti, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4192

Publicação Nº 2108329

PORTARIA N.º 4192/2019

Exonera servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 036/09, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, cargos e define atribuições na estrutura administrativa, e ainda em conformidade com a Lei Complementar nº 068/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Servidor Aliff Daniel Lopes de Souza, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Esportes, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e nomeado através da Portaria nº 4125, de 09 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de julho de 2019.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4193

Publicação N° 2108336

PORTARIA N.º 4193/2019

Exonera servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 036/09, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, cargos e define atribuições na estrutura administrativa, e ainda em conformidade com a Lei Complementar nº 068/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a Servidora Deidiquele Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e nomeada através da Portaria nº 4076, de 04 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4194

Publicação N° 2108343

PORTARIA N.º 4194/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Jenifer Tomazzi Begnini, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4195

Publicação N° 2108350

PORTARIA N.º 4195/2019

Rescinde o contrato de Servidor que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Nadir Zimmer, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4196

Publicação Nº 2108356

PORTARIA N.º 4196/2019

Conceder férias a servidores que especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, lotação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de fruição	Período Aquisitivo
Maria Luiza Pessoa	Serviços Gerais II	31/07/19 a 09/08/19	22/01/18 a 21/01/19
Thaisa Bueno da Silva	Serviços Gerais II	23/07/19 a 01/08/19	22/01/18 a 21/01/19
Maristela Tasca	Técnica em Saúde Bucal	22/07/19 a 05/08/19	03/08/17 a 02/08/18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4197

Publicação Nº 2108364

PORTARIA N.º 4197/2019

Retificar Portaria nº 4150/2019 e inclui dependentes

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, nos termos da Constituição Federal, e Lei Complementar nº 050/13, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 4150 de 28 de maio de 2019, que conceder benefício, de acordo com a Lei Complementar nº 50, de 01/04/2013, ao marido, Ademar Bertotto, e ao filho menor de idade, Luiggi Bertotto, da Servidora Falecida Evani Domingues Cardoso, brasileira, matrícula nº 294, portadora do CPF nº 033.365.249-54, inscrita no PIS/PASEP nº 190.19491.92-2, para incluir o filho Tiago Bertotto como dependente.

Parágrafo único. O pagamento dos proventos de aposentadoria, correspondente a integralidade da remuneração da Servidora Falecida será dividido entre o marido e os filhos da servidora, na proporção de 50% ao marido e 25% para cada filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de julho de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2019 (NOVA DATA ABERTURA)

Publicação Nº 2109112

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2019
(NOVA DATA ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro, pintor, eletricista e encanador, destinados a manutenção e funcionamento das instalações físicas do quartel da Guarnição Especial de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/08/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 31 de julho de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N. 011/2019/CMDCA

Publicação Nº 2108681

RESOLUÇÃO N. 011/2019/CMDCA
Mafra, 23 de julho de 2019.
Altera Plano de Ação e Aplicação 2019/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra, órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações em todos os níveis, dirigidas à proteção e defesa da criança e do adolescente, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 1.838, de 06 de outubro de 1992:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar e divulgar a alteração no Plano de Ação e Aplicação dos anos 2019 e 2020, conforme anexo desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA APARECIDA BORGES SALIBA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE MAFRA
ANEXO I

PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO

Eixo 3: Assistência Social a Crianças e Adolescentes

META	AÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	INDICADORES	APLICAÇÃO DE RECURSOS
8. Realizar campanhas de combate a violência	Divulgar os canais de denúncias de violência contra crianças e adolescentes	2019/2020	Tornar o acesso aos canais efetivos.	R\$ 40.000,00

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 107/2019

Publicação Nº 2108376

PORTARIA Nº. 107 DE 30 DE JULHO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Gilbélis Rocha Santos, matrícula nº 733, referente ao período aquisitivo de 8/9/2017 à 7/9/2018, com gozo em 5/8/2019 e término em 14/8/2019.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 30 de julho de 2019.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 30 de julho de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 108/2019

Publicação Nº 2108378

PORTARIA Nº. 108 DE 30 DE JULHO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor que se relaciona:

Claudenor Otavio Farias, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão de Habitação e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 8/9/2017 a 7/9/2018, com gozo em 5/8/2019 e término em 3/9/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 30 de julho de 2019.

ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 30 de julho de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 109/2019

Publicação Nº 2108379

Portaria Nº 109, de 31 de julho de 2019.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 1º de agosto de 2019 a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, FRANCIELA GUGEL, CPF 037.094.849-10, matrícula Nº 2472, nascida em 25 de agosto de 1982, em razão do retorno da Professora efetiva Janaina Ramos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 016/2019.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 31 de julho de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 31 de julho de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

PORTARIA 110/2019

Publicação Nº 2108383

Portaria Nº 110 de 31 de julho de 2019.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE BIÓLOGO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de agosto de 2019, a servidora GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT, CPF 027.347.039-63, nascida em 22 de abril de 1980, nomeada para exercer o cargo em comissão de Secretária de Meio Ambiente e Turismo, retornando ao seu cargo efetivo de Biólogo com as devidas vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 013 de 1º de fevereiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 31 de julho de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 31 de julho de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 533/2019

Publicação Nº 2107946

DECRETO Nº 533, DE 31 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A licença maternidade da servidora Patrícia Santos,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 31 de julho a 17 de outubro de 2019, FABRICIA ANGELICA RODRIGUES, brasileira, portadora do RG nº 5.217.466, para ocupar o cargo de Monitora Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 31 de julho de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 41/2019 REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2108848

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 54/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 41/2019 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo Registro de preço para futura e eventual aquisição de pneus novos. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h15min do dia 13 de agosto de 2019, procedendo à abertura às 13h30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 31 de julho de 2019.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 49.2019 (PMM) - UNIFORMES PADRÃO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicação Nº 2107482

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2019
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2019
 VALIDADE: 24/07/2019 A 24/07/2020

Ao vigésimo quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2019, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE UNIFORMES PADRÃO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
HONORATO TADEU LAGO DA SILVA ME, neste ato representado por HONORATO TADEU LAGO DA SILVA	72.485.352/0001-95
TKL UNIFORMES E INDUSTRIA TEXTIL EIRELI - ME, neste ato representado por CLEDER CONZATTI	12.252.819/0001-25
C. DOS SANTOS GRAVENA - CONFECÇÕES - ME, neste ato representado por EDUARDO STUMPF	26.218.704/0001-29
CONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA ME, neste ato representado por TIANE REGINA VESSLING	28.072.275/0001-50
RAYNARA SILVA DE SOUSA 10124755909, neste ato representado por RAYNARA SILVA DE SOUSA	29.535.661/0001-01
FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE, neste ato representado por NORBERTO RISTOW	04.584.756/0001-86

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE UNIFORMES PADRÃO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 143928 - TKL UNIFORMES E INDUSTRIA TEXTIL EIRELI - ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CALÇA, MODELO COM ELASTICO NAS COSTAS E COS NA FRENTE, COM ZIPER E BOTAO. PRESILHA DE CINTO, DOIS BOLSOS CHAPAS NA FRENTE E UM BOLSO CHAPADO ATRAS. EM BRIM UNIFORTE 100% ALGODAO, GRAMATURA 260 G/M2. COR CAQUI	PECAS	TKL	300	37,8154	11.344,6200
2	CALÇA: MODELO COM ELÁSTICO NAS COSTAS E CÓS NA FRENTE, COM ZÍPER E BOTÃO. PRESILHA DE CINTO, DOIS BOLSOS CHAPAS NA FRENTE E UM BOLSO CHAPADO ATRÁS. EM BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 260 G/M2. COR: CAQUI (CONFORME PADRÃO DA PREFEITURA. ESPECIAL	UNID	TKL	100	40,8157	4.081,5700
3	CAMISA: MODELO PÓLO COM TRÊS BOTÕES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, NA COR CAQUI NOVA (CONFORME PADRÃO DA PREFEITURA.).	UNID	TKL	300	32,7398	9.821,9400
4	CAMISA: MODELO PÓLO COM TRÊS BOTÕES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, NA COR CAQUI NOVA (CONFORME PADRÃO DA PREFEITURA). ESPECIAL	UNID	TKL	100	33,6720	3.367,2000
5	JAQUETA: MODELO FECHAMENTO EM ZÍPER, FORRADA COM DRY, DOIS BOLSOS LATERAIS E BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO. EM SELETET PLUS 100% POLIÉSTER, NA COR CAQUI (CONFORME PADRÃO DA PREFEITURA).	UNID	TKL	300	74,7133	22.413,9900
6	JAQUETA: MODELO FECHAMENTO EM ZÍPER, FORRADA COM DRY, DOIS BOLSOS LATERAIS E BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NA FRENTE ALTURA DO PEITO, LADO ESQUERDO. EM SELETET PLUS 100% POLIÉSTER, NA COR CAQUI (CONFORME PADRÃO DA PREFEITURA). ESPECIAL	UNID	TKL	100	77,7063	7.770,6300
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 58.799,95						
FORNECEDOR: 297607 - FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CAMISA POLO BRANCA FEMININA, MODELO POLO COM TRESBOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA	UNID	FD UNIFORMES	200	29,6791	5.935,8200

1	CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EMTODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM DIMENSÕES DE 43,5 CM DE COMPRIMENTO E 6 CM DE LARGURA, ESTAMPA SOBREPOSTA EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA.	PÇ	FD UNIFORMES	300	20,3800	6.114,0000
2	CAMISA POLO BRANCA FEMININA, MODELO POLO COM TRESBOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FD UNIFORMES	50	29,6794	1.483,9700
2	CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECO-TE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. ESPECIAL	UNID	FD UNIFORMES	200	20,3800	4.076,0000
3	CAMISA PÓLO BRANCA MASCULINA: MODELO PÓLO COM TRÊS BOTÕES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER NA COR BRANCA. ESPECIAL	UNID	FD UNIFORMES	200	31,6005	6.320,1000
3	CALÇA SERVENTE - TECIDO 100% ALGODÃO (BRIM), GRAMATURA 200 G/M², COR BRANCO, COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICOCOM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24%ELASTODIENO. BOLSO TRASEIRO, PESPONTO LATERAL 2 AGULHAS, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	FD UNIFORMES	300	34,7000	10.410,0000
4	CAMISA POLO BRANCA MASCULINA, MODELO POLO COM TRES BOTOES TRANSPARENTES, COM BOLSO BORDADO COM O BRASAO DO MUNICIPIO, MANGA CURTA. EM MALHA PIQUE 50%ALGODAO E 50% POLIESTER NA COR BRANCA - TAMANHO ESPECIAL	UNID	FD UNIFORMES	100	31,6006	3.160,0600
4	CALÇA SERVENTE - TECIDO 100% ALGODÃO (BRIM), GRAMATURA 200 G/M², COR BRANCO, COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICOCOM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24%ELASTODIENO. BOLSO TRASEIRO, PESPONTO LATERAL 2 AGULHAS, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA. ESPECIAL	UNID	FD UNIFORMES	200	34,7400	6.948,0000
5	CALÇA SERVENTE - TECIDO 100% ALGODÃO (BRIM), GRAMATURA 200 G/M², COR CÁQUI CLARO, COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO TRASEIRO, PESPONTO LATERAL 2 AGULHAS, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	FD UNIFORMES	300	34,7400	10.422,0000
6	CALÇA SERVENTE - TECIDO 100% ALGODÃO (BRIM), GRAMATURA 200 G/M², COR CÁQUI CLARO, COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO TRASEIRO, PESPONTO LATERAL 2 AGULHAS, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA. ESPECIAL	UNID	FD UNIFORMES	200	34,7400	6.948,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 61.817,95						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 120.617,90						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: R\$ 120.617,90 (CENTO E VINTE MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado em 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, no Almoxarifado Central da Prefeitura de Massaranduba, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação em 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da ordem de compra, no Almoxarifado Central da Prefeitura de Massaranduba, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);

b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

e.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;

e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;

f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.

7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.

7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2019 e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá a Sra. VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 24 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
TKL UNIFORMES E INDUSTRIA TEXTIL EIRELI - ME
CLEDER CONZATTI
CONTRATADA
FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE
NORBERTO RISTOW
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO 141.2019 PP 141.2019 - MEDICINA OCUPACIONAL

Publicação Nº 2107489

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR LOTE do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA, LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT, ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO E ELABORAÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO - PPP, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS, DEMISSOIS E PERIÓDICOS, DESTINADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS MUNICIPAIS.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 13/08/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 13/08/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 143.2019 LEI 143.2019 - LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Publicação Nº 2109241

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2019
LEILÃO PÚBLICO Nº 143/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que realizará licitação na modalidade de LEILÃO, objetivando a ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PERTENCENTES À MUNICIPALIDADE.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 15h00min do dia 19/08/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 15h00min do dia 19/08/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 29.2019 PP 29.2019 - MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação N° 2107515

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 29/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 14/08/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 14/08/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO PR 12/2019**

Publicação N° 2107866

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 39/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Registro de Preço, objetivando aquisição de graxa, fluido de freio, óleo lubrificante e outros, destinados à manutenção dos veículos e máquinas a Prefeitura, incluindo Fundos de Saúde e Assistência Social do Município, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, conforme descrição e estimativos descritos no Edital e seus anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 13/08/2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do mesmo dia. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, n° 137, fone (49) 35721121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br. Matos Costa, SC, 31 de julho de 2019 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

DECRETO 67/2019

Publicação N° 2107688

DECRETO N.º 067/2019 – DE 30 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018, de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2019 do Fundo Municipal de Saúde, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 103.458,00 (cento e três mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais), na seguinte dotação:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2.023	MANUTENÇÃO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1338	Aplicações Diretas	103.458,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 30 de julho de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo I

DITAL CONVOCAÇÃO 12/2019

Publicação N° 2107868

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 012/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público n.º 001/2018, publicado através do Edital de Homologação n.º 07/2018 de 07 de Dezembro de 2018, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, para comparecer ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de 30 (trinta) dias, munido da documentação exigida, para fins de Nomeação/Posse no cargo para a qual foi classificada.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO I

N ° INSC.	NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLAS.
681840	FABIANA GRANEMANN	74,00	2º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, que perderá o direito ao concurso de acordo com o item 10.6 do Edital, e será convocado o candidato imediatamente classificado na seqüência do certame.

A Admissão/Nomeação e a Posse/ Exercício estão vinculados a apresentação prévia de toda a documentação citada no item 2. e subitens do Edital do Concurso Público. A listagem também pode ser retirada no departamento de recursos humanos, dentro do prazo legal.

Matos Costa, 01de Agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 285-2019

Publicação Nº 2107757

PORTARIA n.º 285/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000 de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ALCIDES CARRADORE, matrícula 318, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 10 de Abril de 2011 a 08 de Abril de 2016, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 286-2019

Publicação Nº 2107759

PORTARIA n.º 286/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000 de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ELIEGE GONÇALVES CAVALER DELA VECHIA, matrícula 10014, ocupante do cargo de Agente Sanitarista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 287-2019

Publicação Nº 2107760

PORTARIA n.º 287/2019

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 287/2019

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Ivan Daniel Olivo	10381
Patrícia Sartor Baesso	1161

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 288-2019

Publicação Nº 2107761

PORTARIA n.º 288/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 09 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido o Senhor DANIEL BENEDET BUZANELLO, do cargo em comissão de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, nível de referência DAS 1, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 289-2019

Publicação Nº 2107763

PORTARIA n.º 289/2019

TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, MATERIAL E PATRIMONIO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 09 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor VICENTE CELESTINO BORGES, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Compras, Material e Patrimônio, nível de referência DAS 2, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 290-2019

Publicação Nº 2107765

PORTARIA n.º 290/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002 de 13 de Março de 2002 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CLAUDIA CASAGRANDE GONÇALVES, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole, em substituição a servidora JADNA PASINI MARTINELLO, em virtude de atestados e licença prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 291-2019

Publicação Nº 2107766

PORTARIA n.º 291/2019
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora SANDRA TEREZINHA DA ROSA, por um período de até 60 (sessenta) dias, para o cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição à servidora GISELE KRISTINE BITENCOURT DOS SANTOS ROSSI.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 292-2019

Publicação Nº 2107767

PORTARIA n.º 292/2019
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMIRIA DUARTE ROCHA, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 293-2019

Publicação Nº 2107769

PORTARIA n.º 293/2019
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ADRIANA DE JESUS MARCELINO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 294-2019

Publicação Nº 2107770

PORTARIA n.º 294/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ROSANGELA DOS SANTOS VALNIER, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 295-2019

Publicação Nº 2107771

PORTARIA n.º 295/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora DIANDRA FELISBERTO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 296-2019

Publicação Nº 2107773

PORTARIA n.º 296/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora PAULA SERAFIM PEDRO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 297-2019

Publicação Nº 2107774

PORTARIA n.º 297/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora KATIA PEDROSO CARDOSO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 298-2019

Publicação Nº 2107775

PORTARIA n.º 298/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIVALDA TESSA MARTINS FOGAÇA, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 299-2019

Publicação Nº 2107777

PORTARIA n.º 299/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LÚCIA DA GLÓRIA ZEFERINO CARVALHO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 300-2019

Publicação Nº 2107778

PORTARIA n.º 300/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora VANDERLEIA REGINA EYNG, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 301-2019

Publicação Nº 2107780

PORTARIA n.º 301/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora RUBIA FELISBINO FERMO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 302-2019

Publicação Nº 2107781

PORTARIA n.º 302/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora TAYNA DA SILVA DANIEL, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 303-2019

Publicação Nº 2107782

PORTARIA n.º 303/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ARILDES BONFANTE SALVALAIO, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 304-2019

Publicação Nº 2107784

PORTARIA n.º 304/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LILIAN VENSON DAL PONT, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 305-2019

Publicação Nº 2107785

PORTARIA n.º 305/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LORIZETE BECKER ARIGONI, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 306-2019

Publicação Nº 2107786

PORTARIA n.º 306/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora WITORIA SIMONI MACIEL, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 307-2019

Publicação Nº 2107788

PORTARIA n.º 307/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora ELIZANDRA DAL PONT, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 308-2019

Publicação Nº 2107789

PORTARIA n.º 308/2019

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000 de 03 de Abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010 de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIA SUSANIR MARTINS ZENI, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2019 – Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 309-2019

Publicação N° 2107790

PORTARIA n.º 309/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações e Lei nº 1408/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora LUCIANA DA SILVA UGIONE, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 29/07/2019.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Julho de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019

Publicação Nº 2108267

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1547/2019
Modalidade: Pregão Nº 041/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO TIPO VAN MINIBUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 14 de agosto de 2019
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 14 de agosto de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 31/07/19.

Márcia T. Jacoby
Gestora FMS

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2019

Publicação Nº 2107477

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1531/2019
Modalidade: Pregão Nº 040/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES BOVINOS DE TUBERCULOSE E BRUCELOSE PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MODELO/SC
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 13 de agosto de 2019
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 13 de agosto de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 30/07/19.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0147/2019

Publicação Nº 2108862

PORTARIA Nº 0147/2019 DE 31 DE JULHO DE 2019.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.370/2018, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e requerimentos dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Francine Nicoli	02.03.2018 a 01.03.2019	21.08.2019 a 04.09.2019 (15 dias)
Micheli Luana Utzig	07.03.2018 a 06.03.2019	26.08.2019 a 04.09.2019 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 31 de julho de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO T.A. Nº 001 DO CT. Nº 097/2018 - PMM

Publicação Nº 2107573

MUNICIPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 001

Processo Licitatório nº. 109/2018. Edital: Tomada de Preço nº 013/2018. Contrato: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 097/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do Estudo Ambiental para a Regularização Fundiária da área urbana de Mondaí (SC), atingida pela Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai, Rio Antas e Rio Capivara, conforme Termo de Referência emitido pelo IMA(FATMA), conforme memoriais descritivos e de acordo com a especificação constante na relação dos itens da licitação, que fazem parte do presente Edital. Finalidade: prorrogar a vigência do contrato inicialmente pactuado, até 31/12/2019. Contratada: EVOLUA AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – EPP, CNPJ nº 16.697.255/0001-95. Vigência: fica prorrogada a vigência do Contrato até 31/12/2019. Mondaí/SC, 29 de julho de 2019. VALDIR RUBERT- Prefeito Municipal.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 3

Publicação Nº 2108886

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no Processo Seletivo, referente ao edital 001/2019, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

AUXILIAR DE DENTISTA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
03º	CAROLINE DE SOUZA DA ROSA

Morro da Fumaça, 01 de Agosto de 2019.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018 42

Publicação Nº 2108879

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 002/2018

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo simplificado, referente ao edital 002/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 10 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

ODONTÓLOGO ESF

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
08º	VANESSA FRITZEN

Morro da Fumaça, 01 de Agosto de 2019.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

REGISTRO DE PREÇO 006/2019

Publicação Nº 2108077

SAMAE de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial Registro de Preço 006/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TORNO E SOLDA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Data: 13/08/2019 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 69/2019

Publicação Nº 2107950

DECRETO Nº 69/2019

TRATA DE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUIR MARCELO, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º da Lei Municipal nº 932, de 21 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação:

0700 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

00702 – DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO.

2.025 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO AGRICULTURA.

3.3.90.00.00.00.00.0100 (167) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

CÓDIGO DO RECURSO:

029 – Recursos Ordinários – Sup. Financeiro R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 31 de julho de 2019.

EDUIR MARCELO

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 70/2019

Publicação Nº 2107952

DECRETO Nº 70/2019

TRATA DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUIR MARCELO, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 7º, § 4º da Lei Municipal nº 922 de 11 de setembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com a seguinte classificação:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

0302 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

2.003 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

3.3.90.00.00.00.00.0100 (018) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Total R\$ 60.000,00

Art. 2º O recurso para atender a suplementação no artigo anterior será proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária descrita a seguir:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

0302 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

2.003 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

3.3.50.00.00.00.00.0100 (017) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Total R\$ 60.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 31 de julho de 2019.

EDUIR MARCELO

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO N° 26-2019 - PMMG

Publicação N° 2108082

Contrato nº:	26/2019
Contratante:	MUNICIPIO DE MORRO GRANDE
Contratado:	Nilo Meurer EPP
Valor:	R\$ 31.700,00
Data da Assinatura:	31/07/2019
Vigência Inicial:	31/07/2019
Vigência Final:	31/12/2019
Dotações:	(93) 0702.2025.44905240; (166) 0702.2025.44905240;
Licitação:	Edital de Pregão Presencial nº 16/2019
Objeto Resumido:	Aquisição de um distribuidor de fertilizantes químicos e orgânicos visando a manutenção da patrulha mecanizada da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bem Permanente

Navegantes

PREFEITURA

AValiação REquerimentos PROgressão MAIO 2019

Publicação Nº 2109076

AValiação DOS REquerimentos DE PROgressão MAIO / 2019

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo ocupado	Progressão requerida	Parecer final	Análise do parecer final
6269604	Adriana Liberato Souza	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
6222902	Ana Raquel Rabelo Vieira	Odontólogo ESF	Progressão Horizontal	Deferido	Permanecendo estacionada na referência D
212302	Belmira Maria Martins Ottoboni	Executivo de Projetos Estratégicos II	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência J
6242603	Cassia de Andrade Chaves	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
6318102	Catia Cristina Couto Flores	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
63321301	Claudia Regina Dettoni	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
1511305	Cleomar Cristina Neves	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
63274701	Dayane Neves dos Santos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
63341001	Douglas Hoffmann	Motorista de transporte escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
511703	Elaine Cristina dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
63321401	Elayne Barbara Granja Barreto	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
141403	Evandro Roberto Pereira	Gerente de educação ambiental	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência I
63282901	Francielle Ribeiro	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
15	Geise Naiara Pinto Feltrin	Contadora Previdenciária	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
1669803	Gisele Stoeberl Todesco	Assistente Social	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência E
1626503	Jan Ullrich	Analista Consultor Administrativo	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência E
6299203	Janasella Ranny Augusta de Souza	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
280901	Josimari da Costa do Amaral	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência I
6182903	Juliane Wagner Pacheco	Analista Administrativo	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência E
143303	Juliano Nildo de Maria	Analista Consultor Administrativo	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência E
63320401	Luciani Teresinha Odeli Nascimento	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
63340401	Luisa Carina Gessi Rippel	Psicólogo do Creas/ SUS	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
63319101	Marcos Fabricio Rossetti Bittencourt	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
333506	Maria Fernanda Batista de Oliveira	Odontólogo ESF	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
371907	Maria teresinha Belmiro	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
6284203	Mariana Ribeiro Cordova Pereira	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
1802602	Mitie Aoki Lopes	Enfermeiro ESF	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência D

63266901	Nayra Beatriz Cardozo	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
6223705	Patricia Dermina da Silva	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
6279201	Paulo Fernando Squizzato	Analista Ambiental - Engenheiro de agrimensura	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência B
63319801	Piero Pelisson	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
13	Rafael Castro	Tecnico Administrativo e Financeiro	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
6227305	Raquel de Oliveira	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
6300203	Rute Meri Ferreira da Luz	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
6253905	Samara de Oliveira Pereira Santos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
410908	Schirle Maria de Souza Policarpo	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência B
63280801	Sidiane Ribeiro da Silva	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
63317201	William José de Souza	Auditor Fiscal	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência A
6305003	Deyse Daiane Martins de Oliveira	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Deferido	Progredindo para a referência C
63340301	Aldrin Duarte	Psicólogo do Creas/ SUS	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63333201	Alex da Silva Anhaia	Advogado do Creas/ Suas	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
88911	Alison Maira da Silva Weise	Orientador Social	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
1822510	Ane Karoline Portella	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6208802	Angela Catia da Silva Pereira	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
5593809	Angelita Ferreira Tramontim	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6320102	Antonio Carlos Uller	Diretor	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6249806	Carla Christiane Pereira da Silva	Agente de Educação 20 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
272902	Claudie Mari de Souza Salata	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63260502	Cleuza Aparecida Gomes	Agente de Educação 30 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6298803	Cristiana Pereira de Souza	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63307301	Daisy Aparecida Leite Reiser	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63337001	Daniel Seibert Rocha	Tecnico em tecnologia da informação	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6220202	Denise Paranaguá	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
995401	Doroteia de Souza Baptista	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63341001	Douglas Hoffmann	Motorista de transporte escolar	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
3166801	Eder Gonzalez do Nascimento	Tecnico em Serviços Complementares	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6282703	Edilene Neusa de Souza	Agente de Educação 40 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63321401	Elayne Barbara Granja Barreto	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6292401	Eliane de Souza	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63282901	Francielle Ribeiro	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I

6304601	Gabriela Spezzato	Produtora Cultural	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
15	Geise Naiara Pinto Feltrin	Contadora Previdenciária	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
15	Geise Naiara Pinto Feltrin	Contadora Previdenciária	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
1626503	Jan Ullrich	Analista Consultor Administrativo	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
6253601	Jasmine Graciele Siqueira Waltrik	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63260702	Joice dos Santos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6251004	Josiane Prestes da Silva Ribeiro	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
401405	Josilene Lourenço	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63314301	Juliana da Silva	Agente de Educação 40 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63314301	Juliana da Silva	Agente de Educação 40 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
143303	Juliano Nildo de Maria	Analista Consultor Administrativo	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
1736907	Laura Milene Bandeira Cremonese	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I, conforme diploma de Graduação em Pedagogia
482201	Lilian de Souza Passos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63337101	Luis Fernando Bos	Medico Ginecologista 20 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63340401	Luisa Carina Gessi Rippel	Psicólogo do CREAS / SUAS	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63304903	Luiz Antonio Patino	Farmacêutico	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
12	Margareth Berlinck da Costa	Secretária - Recepcionista	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
6259402	Maria Lucia Santos Franco	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63278601	Mariana dos Santos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63343301	Marlon Augusto Lazzarotti	Psicólogo Gestão SUAS	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
10	Michael Ricardo Beck	Procurador Autárquico Previdenciário	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63282401	Mitilene Regina da Luz Correia	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63263403	Pamela Ohana Ramos	Agente de Educação 30 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63340901	Patricia de Paula Santiago Shimabuku	Médico Cirurgião Geral 20 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6267102	Rafaela Vanessa Emílio	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
388401	Ranieri Crescêncio de Souza dos Santos	Guarda Municipal de Trânsito	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
6227305	Raquel de Oliveira	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6265401	Rodrigo Lopes da Silva	Contador	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
376205	Rosa Aparecida de Souza Galvez	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
1822408	Rosimeri Pereira de Souza	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
410908	Schirle Maria de Souza Policarpo	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63276801	Suellen Cristine Veloso	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
6289705	Sylvana Elizabeth Becker	Agente de Educação 20 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II

63282102	Tani Cleia da Silva	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63280101	Tatiane Aparecida Cabral Evaristo	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63271002	Tatiane Ribeiro Vilela Camargo	Agente de Educação 20 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
3167001	Vanessa Caroline Franco Miranda	Professor EF 20 h	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6205002	Vanessa Prestes dos Santos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
6319001	Vânia Lourenço de Jesus de Gois	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
63317201	Willian Jose de Souza	Auditor Fiscal	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível I
479004	Zaine Vieira Custodio dos Santos	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Deferido	Progredindo para o nível II
63340401	Luisa Carina Gessi Rippel	Psicólogo do Creas/ SUS	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º; e do inciso V, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
2080204	Adriana Gesser	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
63340301	Aldrin Duarte	Psicólogo do Creas/ SUS	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o inciso II, do artigo 3º, da Lei Federal nº 13.726/2018; e da alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º da Lei Complementar nº 11/2003
6317801	Ana Eising	Auditor	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com a alínea c, do inciso 2º, do parágrafo 3º, do artigo 7º da Lei Complementar nº 11/2003; e caput do artigo 1º do Decreto Municipal 135/2016
2023501	Angela Rech	Assistente Social	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com a alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
63307301	Daisy Aparecida Leite Reiser	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
63342901	Donato de Lima Silva	Motorista de transporte escolar	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o inciso III, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
3166801	Eder Gonzalez do Nascimento	Tecnico em Serviços Complementares	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o inciso 3º, parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6304802	Edilamar Aparecida da Silva Thoni	Tecnica de Enfermagem	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o caput do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 135/2016
63319001	Everton Luiz Ferreira	Motorista de transporte escolar	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o inciso III, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
322903	Fernando Sedrez Silva	Auditor	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o artigo 1º e 3º, do Decreto Municipal nº 135/2016

6258003	Janete Agostinho dos Santos Romão	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 3º, do artigo 7º; e da alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6331401	Janete Lusía Schneider Bodelon	Agente de Educação 40 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6320801	Jaqueline Mourão de Oliveira	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com parágrafo 3º, do Decreto Municipal nº 135/2016
63322301	Jessica Raquel Pereira	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 3º, do artigo 7º; e da alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
400409	Josiane Correia Vogel Barcella	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
63314301	Juliana da Silva	Agente de Educação 40 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 3º, do artigo 7º; e do inciso V, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
1979401	Julieta Jaurretche	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6191801	Leia Maria Righetto Reganham	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº 11/2003
63304903	Luiz Antonio Patino	Farmacêutico	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com a alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6303401	Marceli pereira de Andrade Vigarani	Bibliotecário	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o inciso 3º, parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6263907	Margarete Borchardt de Lima Federovicz	Agente de Educação 30 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6253206	Maria Cecilia Piolla Seara	Agente de Educação 20 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6245404	Maricelia Dias Guimarães Vieira	Agente de Educação 20 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
6204306	Miriam Maria Gesser de Mattos	Agente de Educação 20 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
1795402	Sandra Regina Voltolini Bambinetti	Agente Comunitário de Saúde	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o artigo 3º, do Decreto Municipal nº 165/2016
1883901	Simone Bento	Monitor de Educação Infantil	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com parágrafo 3º, do Decreto Municipal nº 135/2016

6313003	Sueli da Aparecida Souza	Agente de Educação 30 h	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
63282102	Tani Cleia da Silva	Secretária Escolar	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com a alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
1801602	Veronice Aparecida Thoni	Enfermeiro ESF	Progressão Horizontal	Indeferido	De acordo com a alínea c, do inciso II, do parágrafo 3º, do artigo 7º, da Lei Complementar nº11/2003
1742504	Andreia Machado Garcia	Agente de Educação 40 h	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
63311701	Carlos Eduardo de Figueiredo Andrade	Orientador Social	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
6297701	Celio Pereira	Motorista de Caminhão	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
63321301	Claudia Regina Dettoni	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
63321501	Eliane Curbani Patino	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
6326602	Leticia Alves Jurado	Agente de Educação 20 h	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
1713006	Loreni Teresinha de Lima	Monitor de Educação Infantil	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o artigo 3º, do Decreto Municipal nº 135/2016
63320401	Luciani Teresinha Odeli Nascimento	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
63318501	Michelle Aparecida de Jesus Ferreira	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei Complementar nº11/2003
63322401	Sandro Jacob Pereira Iegli	Secretária Escolar	Progressão Vertical	Indeferido	De acordo com o parágrafo 8º, do artigo 11, da Lei nº11/2003

Navegantes, 31 de julho de 2019.

Gislene Rodrigues

Juliano de Amorim Busana

Leonardo Silva Vianna

CANCELAMENTO REGISTRO DE PREÇO 62/2019 - PMN

Publicação Nº 2107841

Ofício nº 258/2019.
Secretaria de Administração.
Ao Sr. Márcio Rosa.

Considerando as diversas impugnações das Empresas participantes da licitação, a Secretaria de Obras e Serviços Municipais, vem por meio deste, solicitar o cancelamento da licitação referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE FOCOS DE LIXO/ENTULHOS, MOVEIS INSERVÍVEIS; ELETRODOMESTICOS; ROSSAÇÃO, CAPINAÇÃO; RESÍDUOS DE OBRAS DE CONTRUÇÃO CIVIL PROVENIENTES DE DOMICÍLIOS, ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, DAS REPARAÇÕES PÚBLICAS E DA LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS, INCLUINDO A COLOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONARIAS NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS, para análise e devidas correções que se acharem necessárias.

Sem mais para o momento,

Navegantes, 26 de julho de 2019.
SEBASTIÃO ALVES DA SILVA
Secretário de Obras e Serviços Municipais
CPF nº 647.138.739-34

CONVOCAÇÃO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Publicação Nº 2107532

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de julho de 2019.

Ilmo Sra.
ALZENIRA GERALDO DA SILVA (CANDIDATO)

Assunto:
CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018.

Senhor (a) Candidato (a),
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018, para o cargo de EDUCADOR SOCIAL. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira	Kamila Brustolin
Diretora de RH	Gerente de RH

ERRATA PORTARIA 1766/2019 - MEMBRO COMISSÃO

Publicação Nº 2107586

ERRATA:

Na Portaria 1766 DE 26 DE JUNHO DE 2019, publicada na Edição nº 2862 do Diário Oficial dos Municípios de 28/06/2019,

Onde se lê:

Art. 1º. DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Karlile Cugnier para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo de Sindicância nº 02/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 997, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº. 2787, de 29 de março de 2019.

Leia-se:

Art. 1º. DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Gianini Grazieli Francisco e Dayane Patrícia Laureano para, sob a presidência da primeira,

instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo de Sindicância nº 02/2019, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 997, de 28 de março de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº. 2787, de 29 de março de 2019.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE JULHO DE 2019.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Navegantes, 04 de julho de 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PORTARIA 2018/2019

Publicação Nº 2107491

ERRATA:

Na Portaria 2018 DE 29 DE JULHO DE 2019, publicada na Edição nº 2889 do Diário Oficial dos Municípios de 30/07/2019,

Onde se lê:

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL POR REALIZAR CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2019 – EDITAL 002/2019 - E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA Nº 1216/2019.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 75, II,

CONSIDERANDO a solicitação da servidora Helena dos Santos Soares, em razão do seu parentesco com dois dos inscritos,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR membro da Comissão responsável pela realização de Chamamento Público para contratação de profissionais para área de saúde em caráter temporário, cujos integrantes são os seguintes:

Plácido Simas – Coordenador da Vigilância Epidemiológica;

Jaqueline Coelho Rodrigues da Silva de Paula – Psicóloga;

Rodrigo Torri Vieira – Dentista;

Pablo Sebastian Velho – Médico Infectologista;

Marluza Trevisan – Gestora da Secretaria Municipal de Saúde.

Leia-se:

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL POR REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 75, II,

CONSIDERANDO a solicitação da servidora Helena dos Santos Soares, em razão do seu parentesco com dois dos inscritos,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR membro da Comissão responsável por realizar processo seletivo simplificado para contratação de agentes de combate a endemias, cujos integrantes são os seguintes:

Plácido Simas – Coordenador da Vigilância Epidemiológica;

Jaqueline Coelho Rodrigues da Silva de Paula – Psicóloga;

Rodrigo Torri Vieira – Dentista;

Pablo Sebastian Velho – Médico Infectologista;

Marluza Trevisan – Gestora da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JULHO DE 2019.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATO Nº 0519.996 – DV:37 - FINISA CEF

Publicação Nº 2109050

EXTRATO CONTRATO Nº 0519.996 – DV:37 - FINISA CEF

EXTRATO CONTRATO Nº 0519.996 – DV: 37 - FINISA

EXTRATO – CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA – SETOR PÚBLICO – APOIO FINANCEIRO PARA DESPESA DE CAPITAL – CONTRATO Nº. 0519.996 – DVº: 37

PARTES: MUNICÍPIO DE NEVAGANTES E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO: DESPESAS DE CAPITAL

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Autorizadora de nº. 3388, de 23 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição nº 2810, de 26/04/2019;

VALOR: R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), desembolsados de forma trimestral.

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho 2019.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 153/2019 PMN

Publicação Nº 2109074

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Extrato Contratual nº 153/2019 PMN

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada. CONTINENTE RENT A CAR LTDA EPP, com sede na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, na Rua Papa Paulo VI, nº 607, Cep nº 88.130-780, Ponte do Imaruim, inscrita no CNPJ sob o nº 25.357.895/0001-47, neste ato representado pelo senhor Jean Carlos Rios Coelho.

Vigência : 31/12/2019.

Licitação : Pregão Presencial nº 44/2018 PMN.

Valor Total: R\$ 93.749,76 (noventa e três mil setecentos e quarenta e nove mil e setenta e seis reais).

Valor mensal: R\$ 1.201,92 (mil duzentos e um reais e noventa e dois centavos).

Valor Total correspondente ao Valor Mensal x Período contratado.

Recursos...: Dotação:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 1.0, ANO/MODELO 2017 OU SUPERIOR, 4 PORTAS (SEM MOTORISTA), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., através da Ata de Registro de Preços nº 44/2018 PMN conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 44/2018 PMN.

Navegantes, 08 de julho de 2019.

PORTARIA 2030/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 154/2019 PMN

Publicação Nº 2108595

PORTARIA Nº 2030 DE 31 DE JULHO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 154/2019 PMN do processo Licitatório Dispensa de Licitação nº 75/2019 - PMN cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA ACOLHIMENTO DE IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI, PARA JOSÉ CAITANO DE SOUZA SOBRINHO, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 75/2019 - PMN.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES - (titular)

IULI DA CUNHA CESCHIN - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE JULHO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2031/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 164/2019 PMN

Publicação Nº 2108600

PORTARIA Nº 2031 DE 31 DE JULHO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 164/2019 PMN do processo Licitatório Dispensa de Licitação nº 73/2019 - PMN cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA ACOLHIMENTO DE IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI, PARA MARIA CORREA FRANCO, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 73/2019 - PMN.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES - (titular)

IULI DA CUNHA CESCHIN - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE JULHO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2032/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 155/2019 PMN

Publicação Nº 2108605

PORTARIA Nº 2032 DE 31 DE JULHO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 155/2019 PMN do processo Licitatório Dispensa de Licitação nº 71/2019 - PMN cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA ACOLHIMENTO DE IDOSO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI, PARA DIRZA RAMOS MESSIAS, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES. Conforme Dispensa de Licitação nº 71/2019 - PMN.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES - (titular)

IULI DA CUNHA CESCHIN - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE JULHO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2033/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 167/2019 PMN

Publicação Nº 2108607

PORTARIA Nº 2033 DE 31 DE JULHO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 167/2019 PMN do processo Licitatório Dispensa de Licitação nº 58/2019 - PMN cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE UM GALPÃO, EM ALVENARIA COM 672,00 m², LOCALIZADO NA RUA ERNA GAYA, 765, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE NAVEGANTES-SC., PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Dispensa de Licitação nº 58/2019 - PMN.

Fiscal: SERGIO SOARES - (titular)
MARIA BENEDITA CORREA - (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE JULHO DE 2019.
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA N º 37 DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2106513

PORTARIA N º 37 DE 01 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único da EC nº. 47/2005, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a segurada VILMA RECHIA GUAREZI, portadora da cédula de identidade n.º 2.683.468, inscrita no CPF sob o n.º 789.324.679-00, e PIS/PASEP nº 17031360437, efetiva no cargo de AUXILIAR ENFERMAGEM, lotada na SAÚDE, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2019.04.06562P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE AGOSTO DE 2019.
Gisele de Oliveira Fernandes
DIRETORA-PRESIDENTE

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 de Agosto de 2019.

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 153/2019 EXONERAÇÃO VALDECIR SOLIVO

Publicação Nº 2107542

DECRETO nº 153, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Municipal Valdecir Solivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 025/01 combinada com a Lei Complementar nº 126/2019, de 20 de março de 2019, e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. VALDECIR SOLIVO, ocupante do Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 137, de 18 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 31 de julho de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 154/2019 EXONERAÇÃO MARLISE MARIA JUNGES HACKENHAAR

Publicação Nº 2107547

DECRETO nº 154, de 31 de julho de 2019.

Dispõe sobre a exoneração, em virtude da aposentadoria, para a Sra. Marlise Maria Junges Hackenhaar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o inciso IV do Art. 32 da Lei Complementar n.º 025/01 de 02 de julho de 2001 e o Benefício n.º 184.192.358-0.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, em virtude da concessão de aposentadoria, a Servidora Municipal MARLISE MARIA JUNGES HACKENHAAR, ocupante do cargo de Professor, Quadro de Cargos Permanentes, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 31 de julho de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 155/2019 RETIFICA O DECRETO 157 DE 23 DE JUNHO DE 2016 QUE DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E DESAPROPRIAÇÃO DO PROLONGAMENTO DA RUA SÃO CRISTÓVÃO PARA DAR ACESSO À LINHA SECA E AO LOTEAMENTO BEM VIVER

Publicação Nº 2108389

DECRETO Nº 155 de 31 de julho de 2019

Retifica o decreto 157 de 23 de junho de 2016 que dispõe sobre declaração de utilidade pública e desapropriação do prolongamento da Rua São Cristóvão para dar acesso à Linha Seca e ao Loteamento Bem Viver.

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o decreto 157 de 23 de junho de 2016, que declarou utilidade pública e desapropriou o prolongamento da Rua São Cristóvão para dar acesso à Linha Seca e ao Loteamento Bem Viver, determinando que seus dispositivos passem a vigorar com a seguinte

redação.

“Artigo 1º ...

Onde se lê: “03) Parte do lote Rural nº 08 polígono B, com área de 777,94 m² (setecentos setenta sete metros, noventa e quatro centímetros quadrados).

Leia-se: 03) Parte do lote Rural nº 08 polígono B, com área de 777,94 m² (setecentos setenta sete metros, noventa e quatro centímetros quadrados), sendo área de 469,87 m² destina-se ao prolongamento da Rua São Cristóvão, para dar acesso à Linha Seca e ao Loteamento Bem Viver e a área de 308,07 m² destina-se à área de Preservação Permanente - APP”.

Art. 2º As demais disposições contidas no decreto 157 de 23 de junho de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim, 31 de julho de 2019

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 45/2019 REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRADES, PORTÕES E OUTROS CORRELATOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2107695

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 45/2019

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRADES, PORTÕES E OUTROS CORRELATOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 15 de agosto de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 31 de julho de 2019

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 46/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SETE, FUTSAL E VOLEIBOL PARA A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Publicação Nº 2108397

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 46/2019

RAMIREZ TAPIA, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SETE, FUTSAL E VOLEIBOL PARA A REALIZAÇÃO DE CAMPEONATOS MUNICIPAIS E REGIONAIS. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 16 de agosto de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 31 de julho de 2019

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 107-2019

Publicação Nº 2109221

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 107/2019
Edital: Pregão Nº.: 42/2019
Tipo: Menor preço / Unitário
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de almoço para os idosos do município de Nova Itaberaba, de acordo com a lei 1021/2014, e Decreto 162/2019 durante abertura das festividades em alusão ao 28º aniversário do município, no dia 01 de setembro.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 14 de agosto de 2019.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 14 de agosto de 2019.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 31 de julho de 2019
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

DC 208-2019 CREDITO SUP.SUPERAVIT URBANISMO CIDIR

Publicação Nº 2109224

DECRETO Nº. 208/2019 DE 29 DE JULHO DE 2019

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2019, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), no Projeto Atividade 2.023 – Manutenção das Atividades do Departamento de Urbanismo, na modalidade de aplicação 3.3.93 - Aplicação Direta – na Fonte 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Urbanismo

Função: 15 Urbanismo

Sub-Função: 452 Serviços Urbanos

Programa: 0011 URBANISMO

Projeto/Atividade: 2.023 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPTO DE URBANISMO

Modalidade de Aplicação 3.3.93 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.217/2018 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2018, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 29 DE JULHO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2019**

Publicação Nº 2108079

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 4/2019, de 31 de Julho de 2019.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: DM AUTO VEICULOS LTDA

OBJETO: Aquisição de Veículo Sedan, automático, Novo 0KM, Ano Modelo 2019, capacidade de motor 1.4 , Marca Chevrolet, Modelo PRISMA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)

AMPARO LEGAL Pregão nº 5/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Presidente da Câmara

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2019 MODALIDADE PREGÃO Nº 1/2019

Publicação Nº 2108065

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: camarani@novaitaberaba.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 5/2019, dando outras providencias.

Empresa	Órgão	Objeto	Valor Homologação
DM AUTO VEICULOS LTDA	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Aquisição de Veículo Sedan, automático, Novo 0KM, Ano Modelo 2019, capacidade de motor mínimo 1.4, Marca Chevrolet, Modelo PRISMA.	R\$ 57.000,00

Total geral:

R\$ 57.000,00 (CINQUENTA E SETE MIL REAIS) Intime-se

NOVA ITABERABA, 31/07/19
ALBERY LUIZ CAMPAGNARO
PRESIDENTE DA CÂMARA

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 112/2019

Publicação Nº 2107898

Decreto nº 112, de 10 de junho de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras Providências.

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias; DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "00" – Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0701 – Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	26.000,00
0701.2.052	Manutenção da Secretaria da Agricultura	26.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	26.000,00

801 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	55.000,00
0801.1.015	Construção de Pontes	55.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	55.000,00

0901 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	15.000,00
0901.2.053	Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico	15.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Transf. a Inst. Privadas sem fins lucr.	15.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de junho de 2019.

Jaison Moacir Marchiori

Prefeito Municipal, em exercício

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 113/2019

Publicação Nº 2107899

Decreto nº 113, de 10 de Junho de 2019

Faz Remanejamento de dotação dentro da Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 2.694/2018.

0801 – Secretaria M. de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	40.000,00
0801.2.058	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.04.000000	Aplicações Diretas	40.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
0801.2.058	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.04.000000	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de junho de 2019.

Jaison Moacir Marchiori

Prefeito Municipal, em exercício

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 135/2019

Publicação Nº 2107744

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 135/2019

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 006/2018, DE 29/10/2018, HOMOLOGADO EM 02/01/2019 que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 02, 05 e 07 de agosto de 2019, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (Conforme dispõe Lei nº 2.698 de 20 de dezembro de 2018);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 31 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS ORSI

Secretário Municipal de Educação

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 135/2019)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
29º	NABILA SABRINA DA SILVA LEITE
30º	ROSEMILDA PEROTONI PEIXER

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO
(Decreto nº 135/2019)

Exmo. Senhor
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2019.
Assinatura

DECRETO Nº 97/2019

Publicação Nº 2107896

Decreto nº 97, de 20 de maio de 2019

Faz Remanejamento de dotação dentro da Unidade Gestora: Prefeitura e dá outras Providências

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 2.694/2018.

0601 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

03 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	10.000,00
0601.2.041	Funcionamento e Manutenção do FIA	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.18.000000	Aplicações Diretas	10.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00
0601.2.041	Funcionamento e Manutenção do FIA	
3.3.50.00.00.00.00.00 0.3.18.000000	Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucr.	10.000,00

0401 – Fundo Municipal do Idoso

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	29.606,55
0401.2.040	Programa de Atenção à Pessoa Idoso	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.05.000020	Aplicações Diretas	29.606,55
	SUPLEMENTAÇÃO	29.606,55
0401.2.040	Programa de Atenção à Pessoa Idoso	
3.3.50.00.00.00.00.00 0.3.05.000020	Transf. a Instituições Privadas sem fins Lucr	29.606,55

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de maio de 2019.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças



DECRETO Nº 98/2019

Publicação Nº 2107897

Decreto nº 98, de 20 de maio de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "00" – Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0301 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	100.000,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	100.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas decorrente de Op. entre Órgãos	100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de maio de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

GABARITO PROVISÓRIO PROVA CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2107870

Gabarito Provisório da prova do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar de Nova Trento

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Trento, no uso das atribuições legais, conforme edital 001/2019/CMDCA, torna público a divulgação do gabarito provisório da prova do processo de escolha para membros do Conselho Tutelar do Município de Nova Trento.

GABARITO PROVISÓRIO

MEMBRO CONSELHO TUTELAR									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	A	B	C	D	C	D	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	B	C	A	C	A	B	A	D
21	22	23	24	25					
A	C	A	B	D					

Conforme o Edital 001/2019/CMDCA:

7.17 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 12 (doze) de agosto de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 13 (treze) e 14 (quatorze) de agosto de 2019.

7.18 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 19 (dezenove) de agosto de 2019.

Nova Trento, 30 de Julho de 2019.

Rafael Bertocini Goulart

Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº 585/2019 "C"

Publicação Nº 2108415

PORTARIA Nº 585/2019 "C"

Concessão de Férias e Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72 e 75 § Único, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 05 (cinco) dias, à Servidora Pública Municipal, ELICE BOTTAMEDI, matrícula nº 7395,

ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 15/07/2019 a 19/07/2019, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019.

Art 2º CONCEDER 1/3 de Férias em dinheiro no mês de JULHO do corrente ano, à Servidora ELICE BOTTAMEDI, matrícula 7395, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de julho de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 596/2019 "A"

Publicação Nº 2108395

PORTARIA Nº 596/2019 "A"

Concessão de Férias Regulamentares

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 04(quatro) dias, à Servidora Pública Municipal, ADRIANA BORRALHO GONÇALVES SANTOS, matrícula nº 080, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 22/07/2019 a 26/07/2019, relativo ao período aquisitivo de 18/06/2017 a 17/06/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de julho de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 614/2019 "A"

Publicação Nº 2108269

PORTARIA Nº 614/2019 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 485/2019 "C", que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal IVONE ARMELINI TOMASI, matrícula nº 422, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Pitanga, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, com efeitos a contar de 30 de julho de 2019 até 27 de outubro de 2019, conforme resultado resultado pericial, datado de 29/07/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de julho de 2019.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada e publicada e presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 614/2019 "B"

Publicação Nº 2108292

PORTARIA Nº 614/2019 "B"
Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e de conformidade com o Decreto 095 de 18/04/2017,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 488/2019 "A", que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 02/2019, de 12/03/2019, homologado em 13/05/2019, convocada conforme Decreto nº 095/2019, AMANDA HAMM, matrícula nº 8073, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Localidade Aguti, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Básica de Saúde Aguti, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 30 de julho de 2019 a 27 de outubro de 2019, em substituição da titular Ivone Armelini Tomasi, afastada conforme Portaria Nº 614/2019 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de julho de 2019.
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2019

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, casado, brasileiro, CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 583, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora AMANDA HAMM, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Estrada Geral do Aguti, s/nº, Distrito e Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 089.892.729-39, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Localidade Aguti, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Básica de Saúde Aguti, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (hum mil cento e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 30 de julho de 2019 a 27 de outubro de 2019, em substituição da titular Ivone Armelini Tomasi, afastada conforme Portaria Nº 614/2019 "A".

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 29 de julho de 2019.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Amanda Hamm
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-11

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 614/2019 "C"

Publicação Nº 2108316

PORTARIA Nº 614/2019 "C"
Licença Tratamento Saúde

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2018, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 455/2019 "E", que Concedeu Licença Tratamento Saúde à Servidora Pública Municipal LEONOR IVETE CASAGRANDE, matrícula nº 938, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade de Saúde Básica Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento pelo período de 30(trinta) dias, a contar de 26 de julho de 2019 até 24 de agosto de 2019 , conforme resultado pericial datado de 29/07/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de julho de 2019.
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 614/2019 "D"

Publicação Nº 2108429

PORTARIA Nº 614/2019 "D"
Concessão de Férias

Josemar Guilherme Franzoi, Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10(dez) dias, à Servidora Pública Municipal, DEIZE CARMEM MORESCO, matrícula nº 7278, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Adjunta de Assistência Social e Habitação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 29/07/2019 a 07/08/2019, relativo ao período aquisitivo de 16/01/2017 a 15/01/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de julho de 2019.
Josemar Guilherme Franzoi
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 616/2019

Publicação Nº 2108204

PORTARIA Nº 616/2019
Concede Licença Prêmio

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal MIRIELLE DEMONTI, matrícula nº 271, concursada no cargo de Professor, Nível IV, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 01/11/2009 a 31/10/2014, para usufruto no período de 31 de julho de 2019 até 29 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 617/2019

Concede Licença Prêmio

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal MIRIELLE DEMONTI, matrícula nº 1060, concursada no cargo de Professor, Nível IV, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (hum) mês, relativo ao período aquisitivo de 01/11/2004 a 01/03/2006, para usufruto no período de 31 de julho de 2019 até 29 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 617/2019

Publicação Nº 2108210

PORTARIA Nº 617/2019

Concede Licença Prêmio

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal MIRIELLE DEMONTI, matrícula nº 1060, concursada no cargo de Professor, Nível IV, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2006 a 28/02/2011, para usufruto no período de 31 de julho de 2019 até 29 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 618/2019

Publicação Nº 2108370

PORTARIA Nº 618/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 570/2019 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2018 de 29 de outubro de 2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, JUCILDA APARECIDA SARDO PASCHOAL SEGALA, matrícula nº 8129, para exercer o cargo

de Professor de Educação Infantil - Não Habilitado – Pré-Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 31 de julho de 2019 até 29 de agosto de 2019, em substituição a titular Mirielle Demonti, conforme Portarias nºs 616/2019 e 617/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 619/2019

Publicação Nº 2108442

PORTARIA Nº 619/2019

Rescisão de Contrato de Trabalho

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 021/2019, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho do Servidor Público Municipal, Admitido em Caráter Temporário, GILMAR ANTONIO MALLMANN FEIL, matrícula nº 7922, ocupante do cargo de Professor, nível III, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício nas Escolas Municipais de Educação Básica Aguti, Joao Bayer Sobrinho e Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 620/2019

Publicação Nº 2108473

PORTARIA Nº 620/2019

Rescisão de Contrato de Trabalho

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 189/2019, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Admitida em Caráter Temporário, LUANA MARCHI, matrícula nº 8110, ocupante da função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 621/2019

Publicação Nº 2108517

PORTARIA Nº 621/2019
Rescisão de Contrato de Trabalho

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 135/2019, firmado entre as partes,

RESOLVE:

Rescindir o Contrato de Trabalho do Servidor Público Municipal, Admitido em Caráter Temporário, DIEGO DE CAMARGO SILVESTRE, matrícula nº 8054, ocupante do cargo de Motorista Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 622/2019

Publicação Nº 2108543

PORTARIA Nº 622/2019
Progressão Funcional Vertical

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de Abril de 2017, nos termos dos artigos 45, 56 e 57, da Lei nº 1.668/99 (Estatuto do Magistério Público Municipal), alterado pela Lei Complementar nº 21/2003 (Altera Artigos do Estatuto do Magistério – Artigos 6º e 11º),

RESOLVE:

CONCEDER Progressão Funcional Vertical à Servidora Pública Municipal RITA CASIANE KRICHINSKI, matrícula nº 7220, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A – Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, passando para Professor Nível IV, Referência A, a partir de 01 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 623/2019

Publicação Nº 2108610

PORTARIA Nº 623/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2018 de 29 de outubro de 2019, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, SIMONE DA CUNHA MARCHI, matrícula nº 8138, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado – Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de desdobramento de turma e vaga excedente.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 216/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SIMONE DA CUNHA MARCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Vitalina do nascimento, nº 66, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 004.181.869-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado – Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 3.250,44 (três mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de desdobramento de turma e vaga excedente.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 216/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi	Simone da Cunha Marchi
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF: 799.691.359-53
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato
CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo

PORTARIA N° 624/2019

Publicação N° 2108661

PORTARIA N° 624/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2018, de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, VALÉRIA DA SILVA LEÃO, matrícula nº 8139, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, Referência A, com 10 (dez) horas semanais, (Educação Infantil – Creche Itinerante), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Bairro Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO N° 217/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALÉRIA DA SILVA LEÃO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Maria de Lurdes Mafessoli, nº 2, Bairro Tajuba I, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 055.225.709-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, Referência A, com 10 (dez) horas semanais, (Educação Infantil – Creche Itinerante), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Bairro Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 812,61 (oitocentos e doze reais e sessenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do

processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 217/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi	Valéria da Silva Leão
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui	Daniel Ceccato
CPF: 799.691.359-53	CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo	Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 625/2019

Publicação Nº 2108712

PORTARIA Nº 625/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, FRANCIELE ALVES DE MORAES, matrícula nº 8140, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil – Creche – Itinerante, Habilitado - Nível III, Referência "A", com 10 (dez) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 218/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FRANCIELE ALVES DE MORAES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Antônio Soares, s/nº, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 075.623.329-16, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Infantil – Creche – Itinerante, Habilitado - Nível III, Referência "A", com 10 (dez) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 812,61 (oitocentos e doze reais e sessenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 218/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho, totalizando 10(dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Franciele Alves de Moraes
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato Silvio Conhaqui Assistente Administrativo Assistente Administrativo CPF: 085.599.129-16 CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 626/2019

Publicação Nº 2108828

PORTARIA Nº 626/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2019, de 12 de março de 2019, homologado em 13/05/2019, convocado conforme Decreto nº 133/2019, JOSEMAR MACIEL ROCHA, matrícula nº 8141, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 219/2019**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOSEMAR MACIEL ROCHA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Instituto Ressoar, nº 10, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 015.364.050-27, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.572,78 (hum mil quinhentos e setenta e dois reais e setenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 219/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019 .

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Josemar Maciel Rocha
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF: 799.691.359-53
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato
CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 627/2019

Publicação Nº 2108883

PORTARIA Nº 627/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018, de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, MAIARA BOETTNER PEIXE, matrícula nº 8142, para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 220/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MAIARA BOETTNER PEIXE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz José Vargas, nº 664, Bairro Indaiá, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 031.166.749-06, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE

EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições da função de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.751,45 (um mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 220/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019 .

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Maiara Boettner Peixe
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF: 799.691.359-53
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato
CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 628/2019

Publicação Nº 2108939

PORTARIA Nº 628/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas com o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 006/2018, de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 134/2019, SAMANDA MARINHO RAISER, matrícula nº 8143, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, por motivo de desdobramento de turma e excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 221/2019**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SAMANDA MARINHO RAISER brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua São Valentim, s/nº, Localidade de São Valentim, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 098.351.709-67, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (hum mil, cento e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, por motivo de desdobramento de turma e excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato nº 221/2019)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Samanda Marinho Raiser
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e Publicada o presente Contrato no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF: 799.691.359-53
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato
CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 629/2019

Publicação Nº 2108961

PORTARIA Nº 629/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 006/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 134/2019, LUANA MARCHI, matrícula nº 8144, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 até 31 de julho de 2020, por motivo de desdobramento de turma e excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 222/2019**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUANA MARCHI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Carlos Ceccato, nº 76, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 096.833.069-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (um mil cento e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 até 31 de julho de 2020, por motivo de desdobramento de turma e excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 222/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Luana Marchi
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Dia ' rio Oficial dos Municípios/DOM/SC, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF: 799.691.359-53
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato
CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 630/2019

Publicação Nº 2108979

PORTARIA Nº 630/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018, de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, TATIANA COELHO, matrícula nº 8145, para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 223/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora TATIANA COELHO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Independência, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.396.719-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições da função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 875,83 (oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 223/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, iniciando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia

de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019 .

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Tatiana Coelho
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF: 799.691.359-53
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato
CPF: 085.599.12916
Assistente Administrativo

PORTARIA Nº 631/2019

Publicação Nº 2109046

PORTARIA Nº 631/2019
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, ROSANE LAETE MELO PICOLLI, matrícula nº 8146, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche) na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 21 de agosto de 2019, em substituição a titular Joze Emilia Leite Orlandi, afastada conforme Portaria nº 611/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 224/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, brasileiro, solteiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ROSANE LAETE MELO PICOLLI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Jerônimo José Peixer, nº 491, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 014.933.189-42, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche) na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.625,22 (um mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 21 de agosto de 2019, em substituição a titular Joze Emilia Leite Orlandi,

afastada conforme Portaria nº 611/2019.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 224/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Rosane Laete Melo Picolli
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato
Assistente Administrativo
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 632/2019

Publicação Nº 2109063

PORTARIA Nº 632/2019
Admissão em Caráter Temporário

Joel Garbari, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018, de 29/10/2018, homologado em 02/01/2019, convocado conforme Decreto nº 133/2019, CARLOS ALBERTO MULLER, matrícula nº 8147, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de agosto de 2019.

Joel Garbari
Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 225/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, JOEL GARBARI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 066.993.889-08, RG nº 5.681.185, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 2267, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CARLOS ALBERTO MULLER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, nº 5, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 770.877.049-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.572,79 (um mil quinhentos e setenta e dois reais setenta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato nº 225/2019)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de agosto de 2019.

Joel Garbari
Secretário Mun. Transportes, Obras, Serv.Urbano e Planejamento

Carlos Alberto Muller
Contratado

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de agosto de 2019.

TESTEMUNHAS:

Silvio Conhaqui
CPF:799.691.359-53
Assistente Administrativo

Jaime Cadorin
CPF: 223.382.689-20
Fiscal de Transportes

SAMAE - Nova Trento

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019 AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ENTRE TRINTA REIS E CENTRO

Publicação Nº 2107392

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 06/2019
Processo de Licitação:06/2019
Tomada de Preço Nº 02/2019
Data do Processo: 01/08/2019

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2/2019

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE NOVA TRENTO, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 007/2019, de 22/01/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 19/08/2019, às 10:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 02/2019 TP na modalidade Tomada de preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo Site:www.samaenovatrento.com.br.

Objeto da Licitação:

para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ENTRE O BAIRRO DO TRINTA REIS E CENTRO DA CIDADE DE NOVA TRENTO/SC, ABASTECIDOS PELA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA LOCALIDADE VASCA, PERTENCENTE A ESTE SAMAE.

Valor Máximo Previsto R\$ 135.829,94 (Cento e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos)

Nova Trento, 01 de Agosto de 2019.
IVÃ ALESSANDRO FRANZOI
Diretor do SAMAE

Nova Veneza

PREFEITURA

ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º 177/2019

Publicação Nº 2107437

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE
PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 177/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 02 de agosto de 2019, às 13:30 horas, a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, bem como a devolução do envelope das empresas inabilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de n.º 177/2019.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 31 de julho de 2019.
JOANA MACCARINI TORQUATO
Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2019/PMNV

Publicação Nº 2107992

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A SELEÇÃO DE PROJETOS VISANDO O FOMENTO DA ATIVIDADE ESPORTIVA, POR MEIO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2019/PMNV

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará PROCESSO DE SELEÇÃO destinado a seleção de projetos visando o fomento da atividade esportiva, por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sediadas no Município de Nova Veneza.

A sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a Proposta de Plano de Trabalho dos interessados ocorrerá no dia 02/09/2019 às 08:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Veneza, sito na Travessa Oswaldo Búrigo, 44, Bairro Centro, CEP 88.865-000, Nova Veneza, SC.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento Municipal de Esportes, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail esporte@novaveneza.sc.gov.br ou pelo telefone (0xx48) 3436-2026.

Nova Veneza, SC, 1º de agosto de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO Prefeito Municipal	
SUSAN BORTOLUZZI BROGNI Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo	HERITON LUCIANO SANDRINI Diretor de Esportes

Novo Horizonte

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS DE INFORMATICA E DE CONHECIMENTO TEÓRICO E SUA MÉDIA

Publicação N° 2108183

EDITAL N ° 001/2019-CMDCA

DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS DE INFORMÁTICA E DE CONHECIMENTO TEÓRICO E SUA MÉDIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Novo Horizonte, no uso de suas atribuições, torna público o resultado das notas dos candidatos referente as provas de conhecimento que possui peso 7, e informática que possui peso 3,0, e a média da soma das duas, realizadas como etapa do processo de escolha unificado do Conselho Tutelar 2019:

Nº ID	NOME DO CANDIDATO	NPC	NPI	MÉDIA
01	ALINE MÁAS	6,65	2,97	9,62
02	CHAYANE PAVELECINI	5,25	2,70	7,95
03	GILMARCIO LUIZ ROSSIG-NOL	4,55	1,89	6,44
05	JUCERLEI DE OLIVEIRA	5,60	2,58	8,18
07	MARCIA BRATTI	6,65	2,68	9,33
08	MARIZETE ORLANDI	7,0	2,92	9,92
09	SANDRA MARA DA SILVA BORCHERS	7,0	2,88	9,88
10	SIRLEI DA ROSA	7,0	1,98	8,98

NPC= NOTA PROVA DE CONHECIMENTO

NPI= NOTA PROVA DE INFORMÁTICA

Os candidatos terão o prazo até 02 de agosto de 2019, caso queiram, para apresentar recursos solicitando revisão das questões das provas, conforme dispõe o Edital n° 001/2019.

Novo Horizonte, SC, 29 de julho de 2019.

RITALI FILIPPINI SANTIAN

Presidente do CMDCA

EDITAL DE CHAMAMENTO 019/2019

Publicação N° 2109174

EDITAL DE CHAMAMENTO 019/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES, CONSOANTES AS NORMAS CONSTANTES DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA LEI N° 410/2009, QUE DISCIPLINA A ADMISSÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO E OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo - Edital n° 001/2019, realizado para esta Municipalidade para comparecerem perante a Secretaria De Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, situada à Rua Jose Fabro, nº 01 - centro, nesta cidade, no dia 02 de Agosto de 2019 às 8h:30min, para manifestar-se sobre a aceitação ou não do cargo público ao qual encontra-se selecionado, bem como para designação de local de trabalho, sendo que o início dos trabalhos será para o dia 09 de Agosto de 2019:

VAGAS:

CARGO/ FUNÇÃO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	LOTAÇÃO
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	01	40 HORAS	Secretária de Saúde e Promoção Social

Art. 2º - Os candidatos que recusarem a vaga cedem automaticamente a vaga para o próximo colocado na classificação, passando para o final da lista em ordem de chamada.

Parágrafo único – Os convocados neste mesmo dia, deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, junto à Secretaria de

Administração e Fazenda até o dia 07/08/2019, sob pena de perder o direito de ingresso no cargo:

- Atestado Médico, procedido por Medico Oficial, declarando apto para o Exercício do cargo na data da contratação ou nomeação;
- Cédula de Identidade (xérox);
- CPF (xérox);
- Título de eleitor (xérox);
- Comprovante da quitação eleitoral e Gozo dos Direitos Políticos;
- Comprovante de quitação com as obrigações Militares se for o caso;
- Certidão de Antecedentes Criminais dos últimos cinco anos;
- Comprovante de escolaridade exigida para o cargo a ser exercido;
- Uma foto 3x4;
- Certidão de Nascimento ou Casamento/Contrato de União Estável (xérox);
- Certidão de Nascimento, RG e CPF dos filhos menores e cônjuge;
- Cartão de PIS/PASEP com data do cadastro (xérox – vide carteira de trabalho);
- Cópia da Carteira de Trabalho e Registro de Contratos;
- Cópia da carteira de Motorista (CNH) quando exigir o cargo;
- Comprovante de residência;
- Cópia da inscrição do Conselho Profissional se exigir o cargo;
- Número de Conta Bancária para fins de folha de pagamento no banco Sicoob ou Brasil;
- Declaração de Renda e Bens Patrimoniais, juntamente com as rendas auferidas no ano de 2018; ou cópia da declaração anual de bens apresentada à Receita Federal;
- Cópia da folha de pagamento do último mês se trabalhar com carteira assinada, devendo ser atualizada anualmente ou quando de mudança de salário, em se tratando de dois vínculos empregatícios;
- Declaração de Dependentes;
- Declaração de encargos de família para fins de impostos de renda;
- Declaração de desincompatibilização;
- Declaração de raça, cor, peso, altura, escolaridade, se doador ou não e se possui deficiência;
- Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública, penalidades disciplinares;
- Declaração de relação de parentesco com o Prefeito ou Vice, observando a Súmula vinculante nº 13 do STF;

Art. 2º - A Contratação para o cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob o regime administrativo especial – Lei 410/2009, de 21 de dezembro de 2009.

§ 1º - A Contratação somente ocorrerá após análise dos documentos apresentados, podendo ser indeferida caso ocorra desatendimento as normas legais.

Art. 3º - Caso ocorra desistência ou não comparecimento no prazo marcado, ou o não atendimento da documentação exigida, será convocado imediatamente o próximo candidato na lista de classificação, devendo este obedecer aos termos do presente edital.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma da lei, para conhecimento de todos.

Novo Horizonte - SC, 01 de Agosto de 2019.

REGISTRE-SE,
COMUNIQUE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRE-SE.
VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DO PREGÃO Nº 023/2019

Publicação Nº 2107980

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 023/2019 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA DRESSER, FROTA Nº 11, PATRIMÔNIO Nº 4511, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Que na data de sua realização: Dia 24/07/2019 que teve como ÚNICA empresa participantes a saber MECANICA CATARINENSE LTDA ME. Sendo que a empresa foi vencedora com o valor global de R\$ 30.765,24. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 023/2019, e adjudico os itens as empresas vencedoras. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 24 de julho de 2.019.

Idinara Critina Massucco
Pregoeira

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 01/2019

Publicação Nº 2107473

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 018/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: EZEQUIELE FURLANETTO

Cargo: O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidora, para desempenhar as funções de Professora de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais HABILITADA, com lotação na Secretaria de Municipal da Educação Cultura e Esportes, Desempenhando as funções na Rede Municipal de Ensino.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003, Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, Edital de Chamamento Público Nº 017/2019 e demais legislações aplicáveis e em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho.

Vigência: 01/08/2019 até o término do ano letivo 2019.

Novo Horizonte/SC, em 31 de julho de 2.019
VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 011/2019

Publicação Nº 2109169

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 011/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADA: KELI CRISTINA GARBIN BOITO

Cargo: Agente de Endemias -40 horas

Objeto: O objeto do presente termo é a rescisão do Contrato Temporário nº 011/2019, com fundamentos no inciso III da cláusula oitava, o mesmo diploma e na Lei 410/2009, tendo em vista a solicitação da contratada para rescisão contratual, sendo lhe devido os valores proporcionais ao período contratual executado até 31 de julho de 2.019.

Novo Horizonte/SC, em 01 de agosto de 2.019
VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO TA 001 AO CT Nº 033/2019 - OESTE SUL

Publicação Nº 2108360

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 033/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

Contratada.... : OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS

Vigência : Início: 30/07/2019 Término: 30/08/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS, item 2.1.1, consistindo na prorrogação do prazo para mais 30 (trinta) dias e consequentemente a CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA , item 5.1 e que passa a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS 3.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado na sua totalidade em até 60 (sessenta) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por interesse público, devidamente justificado.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 11.1. O presente contrato tem sua vigência, iniciando-se na data de sua assinatura até 30/08/2019, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento Legal: art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 033/2019

Novo Horizonte, 30 de julho de 2019 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 106/2018-2 PREFEITURA

Publicação Nº 2107519

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº : 106/2018-2 - Contrato Nº: 106/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: SDF ENGENHARIA EIRELI

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO ELETRICISTA OU EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA A REFORMA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LED, NOS POSTES DO CANTEIRO CENTRAL DAS AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS ATÉ SEU TÉRMINO E PERFEITO FUNCIONAMENTO.

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 111/2017-2 PREFEITURA

Publicação Nº 2108915

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº : 111/2017-2 - Contrato Nº: 111/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIUMA - FUCRI

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO TERRITORIAL PARA MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO, PLANEJAMENTO URBANO, PROJETOS E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC.

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ANULAÇÃO DO PROCESSO Nº 101/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2109060

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 031/2019

Processo Licitatório nº 101/2019

Trata-se de processo licitatório cujo o prosseguimento estava suspenso em virtude de liminar concedida em sede de mandado de segurança, de acordo com a decisão administrativa de fls. 131.

O município foi instado a se manifestar nos autos do Mandado de Segurança nº 5000067-35.2019.8.24.0044/SC, haja vista que o impetrante Daniel Elias Garcia, "contestou" judicialmente o edital para credenciamento de Leiloeiros Oficiais para prestação de serviços de avaliação e alienação.

A síntese do pedido diz respeito ao modo de seleção, o qual o município no certame, seguindo orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, adotou como critério de seleção a ordem de antiguidade disponibilizada pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, enquanto que o impetrante alegou que a seleção deveria ocorrer por sorteio.

A ordem foi concedida ao impetrante Daniel Elias Garcia, de acordo com sentença anexa.

É o breve relato.

Importante salientar que o credenciamento é sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

Adilson Abreu Dallari conceitua credenciamento como "o ato ou contrato formal pelo qual a Administração Pública confere a um particular, pessoa física ou jurídica, a prerrogativa de exercer certas atividades materiais ou técnicas, em caráter instrumental ou de colaboração com o Poder Público, a título oneroso, remuneradas diretamente pelos interessados, sendo que o resultado dos trabalhos desfruta de especial credibilidade, tendo o outorgante o poder/dever de exercer a fiscalização, podendo até mesmo extinguir a outorga, assegurados os direitos e interesses patrimoniais do outorgado inocente e de boa-fé."

Pode-se dizer ainda, de uma maneira mais simples, que o credenciamento é um método, um sistema pelo qual irá se efetivar uma contratação direta, onde o Poder Público não seleciona apenas um participante, mas sim, pré-qualifica todos os interessados que preenchem os requisitos previamente determinados no ato convocatório.

Assim, considerando a decisão judicial proferida nos autos do mandado de segurança nº 5000067-35.2019.8.24.0044, para resguardar o interesse público e como forma de garantir a celeridade aos trâmites da administração, determino a anulação do processo licitatório nº 101/2019 – Credenciamento/outras modalidades nº 4/2019, que tem como objeto o credenciamento de leiloeiros oficiais para prestação de serviços de avaliação e alienação por meio de licitação na modalidade de leilão público, de bens móveis de propriedade do município de Orleans.

Nesse interim, trazemos a baila a Súmula 473/STF:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Sobre o tema, nos termos da fundamentação dos autos supracitados, o Areópago Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina já se manifestou da seguinte forma:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DE CREDENCIAMENTO (N. 002/2016) PARA LEILOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PROVIMENTO LIMINAR PARA SUSPENDER O ANDAMENTO DO CERTAME. CONTRATAÇÃO POR ANTIGUIDADE A TEOR DO ART. 42 DO DECRETO N. 21.981/32, QUE REGULAMENTOU A PROFISSÃO DE LEILOEIRO. ÉDITO AFRONTOSO AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS (ART. 37, XXI, DA CF/88) E LEGAIS (ART. 2º DA LEI 8.666/93) DE REGÊNCIA. RECURSO PROVIDO. "O art. 42 do Decreto nº 21.981/32, ao dispor que a administração pública pode contratar de forma direta o leiloeiro mais antigo, não foi recepcionado pela CF (art. 37, XXI) e é contrário ao ordenamento infraconstitucional vigente (Lei nº 8.666/93)" (TJSC - Agravo de Instrumento n. 0155970-28. 2015.8.24.0000, de São José, rel. Des. Gilberto Gomes de Oliveira, j. 21.3.2017), razão pela qual deve ser determinada a suspensão do certame deflagrado pelo Edital de Credenciamento n. 002/2016, destinado à escolha de leiloeiro oficial para o Município agravado. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 0032897-82.2016.8.24.0000, de Herval d'Oeste, rel. Des. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 31-10-2017).

Com efeito, os vícios formais encontrados no edital não podem ser reparados pela Administração, sem que isso importe em nulidade do ato convocatório ou do certame, dessa maneira a decretação da nulidade é do processo é a medida de rigor.

O que pese o acatamento da decisão judicial, saliento que o edital lançado pela Administração foi pautado em orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, visando sempre a supremacia do interesse público sobre o privado. Porém, ante a divergência no controle dos atos administrativo pelo judiciário, dando conta de que se considera o critério mais adequado o sorteio de modo a promover a igualdade entre todos os participantes, não resta alternativa senão a anulação deste processo.

Por fim, como diversos interessados, precisamente 15 (quinze), protocolizaram documentação perante o Município, em que pese a suspensão dos autos, determino ao Setor de Licitação que promova a devolução dos documentos aos licitantes, sendo responsabilidade daqueles a retirada no prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação, escoado esse prazo os documentos deverão ser destruídos.

Antes do lançamento do novo certame, atento à regra contida no artigo 109, I, C da Lei 8666/93, determino a publicação desta decisão no diário oficial dos municípios para oportunizar recurso aos interessados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Orleans/SC, 31 de Julho de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito de Orleans

CONTRATO Nº 80/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2107847

Contrato Nº.: 80/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada....: PORTAL MIX EVENTOS LTDA ME

Valor : 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2019

Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 283.033,79

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO-OPERACIONAL PARA A PROMOÇÃO, ORGANIZAÇÃO, CONCEPÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO, PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS, DE INICIATIVA PRÓPRIA OU A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO, ENVOLVENDO SOLENIDADES, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, PALESTRAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS, REUNIÕES, PREMIAÇÕES, TREINAMENTO, WORKSHOPS, FESTIVAIS, FEIRAS E OUTROS EVENTOS

CORRELATOS A SEREM REALIZADOS MEDIANTE DEMANDA E DE ACORDO COM AS"

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 81/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2109014

Contrato Nº.: 81/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ANTONIO VOLPATO EPP

Valor : 3.186,25 (três mil cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2019

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 198.708,52

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEREOS ALIMENTÍCIOS PARA O COMANDO DO 3º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 82/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2109020

Contrato Nº.: 82/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA

Valor : 2.721,60 (dois mil setecentos e vinte e um reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2019

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 198.708,52

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEREOS ALIMENTÍCIOS PARA O COMANDO DO 3º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 83/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2109023

Contrato Nº.: 83/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: COLONIAL FRUTAS E VERDURAS LTDA ME

Valor : 2.334,50 (dois mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2019

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 198.708,52

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEREOS ALIMENTÍCIOS PARA O COMANDO DO 3º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 84/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2109025

Contrato Nº.: 84/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: COMERCIO DE CARNES DELLA GUSTINA LTDA - ME

Valor : 5.157,85 (cinco mil cento e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2019

Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 198.708,52

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEREOS ALIMENTÍCIOS PARA O COMANDO DO 3º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.

Orleans, 31 de Julho de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 85/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2109030

Contrato Nº.: 85/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: LH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EIRELI
Valor : 5.122,40 (cinco mil cento e vinte e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 31/07/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2019
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 198.708,52
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEREOS ALIMENTÍCIOS PARA O COMANDO DO 3º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE ORLEANS.
Orleans, 31 de Julho de 2019
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 148/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2108950

PROCESSO Nº 148/2019
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 73/2019
REGISTRO DE PREÇO
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS SERVICOS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PONTES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE AGRICULTURA.
Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 14/08/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 15/08/2019, às 08h15min.
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br
Orleans - SC, 31 de Julho de 2019.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PORTARIA 245/2019

Publicação Nº 2107454

PORTARIA Nº 245/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

Designa servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Gilson Leonardo Spadini, matrícula nº 64-8, ocupante do cargo de Técnico em Processamento de Dados, Nível ATM-09, para exercer a função de Responsável pelo Controle Interno, do Poder Executivo Municipal, atribuindo-lhe a função gratificada PFG-01, pelo exercício da função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial a Portaria nº 143/2013, de 11 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
08 de julho de 2019.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 246/2019

Publicação Nº 2107455

PORTARIA Nº 246/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

Converte Licença Prêmio em abono pecuniário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, VI e IX, e art. 77, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Converter um terço da Licença Prêmio em abono Pecuniário, em prol da servidora Sirlei Therezinha Antunes de Almeida, matrícula 299-7, ocupante do cargo de Professor, Nível I DOC-02, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2009 a 08 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
08 de julho de 2019.
Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 247/2019

Publicação Nº 2107456

PORTARIA Nº 247/2019, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Determina a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL OURO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 53, inciso VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 149 e seguintes da Lei nº 1007, de 20 de maio de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

CONSIDERANDO o relatório final apresentado pela Comissão Processante nos autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria n. 165/2019;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 151 da Lei n. 1007, de 1992, da sindicância poderá resultar arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias ou instauração de processo disciplinar;

CONSIDERANDO que o relatório da Comissão não se mostra conclusivo a respeito da infração investigada;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura do competente Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar eventual infração disciplinar atribuída ao servidor Michael Ferreira da Silva, servidor público municipal efetivo ocupante do cargo de motorista, matrícula nº 970-9;

Parágrafo único. O Processo Administrativo seguirá o rito previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e tem como objeto maior investigação quanto aos fatos descritos no processo de sindicância instaurado pela Portaria n. 165, de 29 de março de 2019.

Art. 2º O processo será conduzido pelos membros da Comissão Processante da Sindicância, instaurada pela Portaria n. 165, de 29 de março de 2019.

Parágrafo único. Os integrantes da Comissão Processante deverão dedicar-se aos trabalhos inerentes ao processo, sem prejuízo das atribuições próprias do cargo; ficando, todavia, dispensados dos serviços normais toda vez que isso se fizer necessário.

Art. 3º Determinar à Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por até igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ouro, em 30 de julho de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito Municipal

PORTARIA 248/2019

Publicação Nº 2107457

PORTARIA Nº 248/2019, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Designa servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município Combinado com o Art. 35º, inciso V, alínea g. da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

Considerando termo de fomento nº 02/2019, firmado entre o Município de Ouro e Associação de Acadêmicos de Ouro;

Considerando as normas gerais instituídas pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, nas parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Ângela Rethor, matrícula nº 501-2, ocupante do cargo de Diretor de Educação, Cultura e Desportos, como gestora da parceria estabelecida através do termo de fomento firmado entre o Município de Ouro e a Associação dos Acadêmicos de Ouro ACO.

Art. 2º São obrigações da gestora designada no Art. 1º, todas aquelas contidas no Art. nº 61 da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,

30 de julho de 2018.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2019 - DECISÃO

Publicação Nº 2107496

MUNICÍPIO DE OURO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2019
EMPRESA INVESTIGADA: MEGA SOLUÇÕES EM TRANSPORTES EIRELI
PORTARIA 224/2019, de 23 de Maio de 2019

DECISÃO DA AUTORIDADE LICITANTE

Adoto como razão de decidir a íntegra do Parecer Final da Comissão Processante, acolhendo a preliminar e declarando a perda do objeto do processo administrativo em face da rescisão do contrato levada a efeito pelo documento de fls. 113.

Fica homologada a sugestão de julgamento da comissão para todos os efeitos de direito.

Após comunicação da empresa interessada, através de seu procurador extrajudicial constituído nos autos e o transcurso do prazo de 10 (dez) dias úteis sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos.

Dê-se ciência da presente decisão também a Controladoria Interna do Município de Ouro.

Cumpra-se.

Ouro – SC, 22 de Julho de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito Municipal

Autoridade Licitante

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019

Publicação Nº 2108917

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0002/2019

Fundamento legal: Lei 13.019 de 31/07/2014

PARTÍCIPIES: MUNICÍPIO DE OURO e a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros para a aquisição de transporte rodoviário intermunicipal aos acadêmicos residentes no Município de Ouro, sócios da Associação, com destino a Universidade do Oeste de Santa Catarina, nas cidades de Joaçaba e Campos Novos.

VALOR TOTAL: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/07/2019.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3245

Publicação Nº 2107987

DECRETO N.º 3245/2019

Convoca a XII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Ouro verde SC, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a XII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 26 de agosto de 2019, com horário estabelecido para início as 08:00hs e, término as 12:00hs, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde SC, 24 de julho de 2019.

AMÉLIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

CLEUSA MENDES DE QUADROS

Presidente do Conselho Municipal

de Assistência Social de Ouro Verde SC

DECRETO Nº3246

Publicação Nº 2107990

DECRETO N. 3246/2019

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPELEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Amelio Remor Junior, Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais em especial a Lei Nº 1077/2019.

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 87.000,00 (oitenta e seis mil reais), para a seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	1204	Criança na Escola	
Ação	2.23	Manutenção da Educação Infantil	
Fonte	0119	Transf. FUNDEB – aplic. em outras despesas da Educ. Básica	
Valor	R\$	87.000,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa - 177	
Total	R\$	87.000,00	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de anulação parcial e/ou total da seguinte dotação:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	1201	Educação para Todos	
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental	

Fonte	0118	Transf. FUNDEB – Aplic Remun Profis do Magist Exerc. Educ. Básica	
Valor	R\$	87.000,00	
Elemento	3190	Aplicações Diretas – Despesa 26	
Total	R\$	87.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, em 24 de Julho de 2019.

Amelio Remor Junior
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

Adécio Velenfolf Kosinski
Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº3247

Publicação Nº 2107993

Decreto Nº 3247/2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Amelio Remor Junior, Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais em especial a Lei nº 1078/2019.

Decreta:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no orçamento do exercício de 2019 para a seguinte programação de despesa:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	1201	Educação para Todos	
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental	
Fonte	0101	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Educação	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa - 178	
Total	R\$	10.000,00	

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, será utilizado a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçament.	2000	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
Unidade Orçam.	2001	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	
Função	4	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	401	Administração Superior	
Ação	2.4	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa - 3	
Total	R\$	10.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, em 24 de Julho de 2019.

Amelio Remor Junior
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

Adécio Velenfolf Kosinski
Vice Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO III LUHEMA

Publicação Nº 2108084

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO Nº. 067/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME

Objeto: Construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de material e mão-de-obra necessária, a conclusão do Espaço Educativo Urbano II 06 salas de aulas, área aproximada de 854,00 m², localizada na Rua Natal Binda nº 189, conforme projeto do Fundo de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Memorial Descritivo e com o Projeto Técnico de engenharia. Valor certo e ajustado de R\$:67.278,86 (sessenta e sete mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 31 de julho de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

LEI Nº1079

Publicação Nº 2107997

Lei n. 1079/2019.

Promove cessão de uso ao Poder Legislativo do pavimento superior da Unidade Básica de Saúde Pedro Rebeschini, conforme especifica.

AMÉLIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica cedido o direito de uso ao Poder Legislativo do Município de Ouro Verde/SC do pavimento superior (último pavimento) da Unidade Básica de Saúde Pedro Rebeschini, com área construída de 636m² no lote urbano descrito na matrícula imobiliária n. 1289, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz/SC.

§ 1º. O prazo da cessão tratada no caput do presente artigo é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada.

§ 2º. Fica o Poder Legislativo autorizado a promover as benfeitorias, adequações e modificações necessárias a perfeita utilização do imóvel para o atendimento de suas necessidades e da população ouroverdense, arcando com as despesas.

§ 3º. Fica o Legislativo responsável pela manutenção e conservação do imóvel recebido em cessão enquanto esta perdurar, assim como pelo consumo de água, energia elétrica, gás e outras despesas decorrentes da realização de suas atividades no local.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento do ente público.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, 24 de julho de 2019.

AMÉLIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087

Publicação Nº 2108015

PORTARIA N.º 087/2019

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a servidora pública municipal Sra. Clevis Frosi, Lotada junto a Secretaria de Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2017 a 31/10/2018, que serão gozadas no período de 01 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2019, retornando

aos seus trabalhos no dia 31/08/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 088

Publicação Nº 2108018

PORTARIA N.º 088/2019

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a servidora pública municipal Sra. Diane Maria Fabris Barreta, Lotada junto a Secretaria de Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2016 a 31/10/2017, que serão gozadas no período de 01 de agosto de 2019 a 30 de agosto de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 31/08/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº083

Publicação Nº 2108001

PORTARIA N.º 083/2019

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Nomear a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Cleusa Mendes de Quadros
Vice-Presidente: Gracieli de Sá
Primeiro Secretário: Luciane Aparecida Ferreira;
Segundo Secretário: Claires Basotti;
Primeiro Tesoureiro: Leandra Vargas de Oliveira;
Segundo Tesoureiro: Daiane Oliveira da Silva.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em, 24 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº084

Publicação Nº 2108006

PORTARIA N.º 084/2019

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Nomear a Comissão para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes membros:

Da esfera Governamental:

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Titular: Vagner Chiot;

Suplente: Roseli Terezinha Bernardi.

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Gracieli de Sá;

Suplente: Izabel Ferreira.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: Lea Cristina Cavalli Marques;

Suplente: Adriane Marcheto Alves de Quadra.

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Lidiane Vitoria Bolzan;

Suplente: Angélica Guiotto.

Representante da Secretaria Municipal Adm. Planejamento e Gestão:

Titular: Cleusa Mendes de Quadros ;

Suplente: Carlos Alberto dos Santos.

Representante do Ensino Especial:

Titular: Salete Carmem Basso Ramos;

Suplente: Silvia Teixeira Viana Auler.

Da esfera não Governamental:

Representante das Crianças e Adolescentes:

Titular: Luciane Aparecida Ferreira;

Suplente: Ivonete Lazaroto Selig.

Representante dos Idosos:

Titular: Claires Basotti

Suplente: Luiza da Silva.

Representante das Usuárias Camponesas (Agricultoras):

Titular: Leandra Vargas de Oliveira

Suplente: Eliane Aparecida Ramilo

Representante dos Usuários Homens:

Titular: Altair Rodrigues dos Santos

Suplente: Jeferson Oliveira da Silva.

Representante das Usuárias:

Titular: Daiane Oliveira da Silva

Suplente: Eduarda dos Santos da Silva.

Representante dos Trabalhadores:

Titular: Neivete Michelin Berlezi

Suplente: Eli Cleide Balbinot.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº085

Publicação Nº 2108009

PORTARIA N.º 085/2019

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal Sr. JOSÉ ANTONIO GUEDES, por período de 90 dias, a partir de 18 de julho de 2019, conforme atestados médicos.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº089

Publicação Nº 2108021

PORTARIA N.º 089/2019

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, a servidora pública Municipal Sra. Adriana Luzia Basotti, ocupante do Cargo Efetivo de professor II, 20 horas semanais, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 à 21 de novembro de 2016, que serão gozadas no período de 01 de agosto de 2019 30 de setembro de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 01 de Outubro de 2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº86

Publicação Nº 2108014

PORTARIA N.º 086/2019

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a servidora pública municipal Sra. Fabiane Bernardi, Lotada junto a Secretaria de Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 17/06/2018 a 16/06/2019, que serão gozadas no período de 10 de agosto de 2019 a 09 de setembro de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 10/09/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de julho de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

Paial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO 66-2019**

Publicação Nº 2108436

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º 066/2019

MODALIDADE:

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGAO PRESENCIAL 035/2019

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de fertilizante mineral misto com as seguintes características 9-33-12 (N=9; P=33; K=12), saca 50kg e Fertilizante Mineral Simples Ureia 50kg – CO(NH₂)₂ – Com mínimo de 45% de nitrogênio (N) solúvel em água; a ser absorvido com facilidade pela umidade do ar (hidroscopicidade), com 2% de ácido cítrico (P205 solúvel) 50 kg, com registro no Ministério da Agricultura para distribuição gratuita para os agricultores do município de Paial

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até 08 H 30 horas do dia 13 DE AGOSTO DE 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Sala de Licitações da Prefeitura de Paial, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.

JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO

A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09 H 00 MIN 13 DE AGOSTO DE 2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrário a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.

LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo (LICITACOES) da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br

Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br
Em 31/07/2019

AMAURI JOSE AUZILIERO
EQUIPE DE APOIO

Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Público desta Prefeitura Municipal
Em 31/07/2019
Protocolo N. 65/2019

SIMONE LOMBARDI

Paial – SC, 31/07/2019
LEOCIR DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Palhoça

PREFEITURA

ERRATA 001 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº123/2019

Publicação Nº 2108093

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 123/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alterações no texto do Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº123/2019, mantendo-se a data de recebimento e abertura dos envelopes para o dia 26/08/2019, às 14h00min, pois estas alterações não afetam a formulação das propostas. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 31 de julho de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2019 - B

Publicação Nº 2107984

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL FUMPRESI - PALHOÇA

ATA Nº 010/2019 do PREGÃO Nº 093/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JALUZA IZABEL DE OLIVEIRA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e de mão de obra para manutenção de embarcações e equipamentos marítimos do Corpo de Bombeiros de Palhoça, conforme Termo de Referência e Normas Internacionais de Segurança. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 4086180 - JALUZA IZABEL DE OLIVEIRA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA	H		600	110,00	66.000,00
2	Fornecimento de Peças e Acessórios	UN		100000	0,84	84.000,00
Total Geral dos Itens:						150.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2019 - P

Publicação Nº 2108007

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 106/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI - EPP. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$308.125,50 (trezentos e oito mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 3816346 - PERFORM TECNOLOGIA EIRELI - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Microcomputador DESKTOP com as seguintes características mínimas: PROCESSADOR : Processador x64 de Quatro núcleos (04 cores) ;	UN	POSITIVO	45	3.010,00	135.450,00
46	MOUSE com as seguintes características mínimas: Resolução 1000 DPI;	UN	VINIK	250	12,95	3.237,50

29	ALICATE DE CORTE ;	UN	VINIK	10	44,00	440,00
31	ALICATE DE BICO;	UN	VINIK	10	19,90	199,00
32	ALICATE UNIVERSAL;	UN	VINIK	10	19,90	199,00
5	Microcomputador DESKTOP com as seguintes características mínimas: PROCESSADOR : Processador x64 de Quatro núcleos (04 cores);	UN	POSITIVO	5	3.010,00	15.050,00
3	Microcomputador DESKTOP com as seguintes características mínimas: Microcomputador baseado em processador operando a 3,7 GHz (nominal), 2 núcleos físicos e cache de 4MB, ou superior.	UN	LENOVO	45	3.070,00	138.150,00
7	Microcomputador DESKTOP com as seguintes características mínimas: Microcomputador baseado em processador operando a 3,7 GHz (nominal), 2 núcleos físicos e cache de 4MB, ou superior.	UN	LENOVO	5	3.080,00	15.400,00
Total Geral dos Itens:						308.125,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 107/2019 - P

Publicação Nº 2108012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 107/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$6.440,00 (seis mil e quatrocentos e quarenta reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 39545008 - FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
21	CONECTOR RJ-45 FÊMEA com as seguintes características mínimas: Compatível com terminais de redes, espelho de caixas de sobrepôr; Desenvolvido em material termoplástico de alto impacto não propaga chamas; Terminais de contato, produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 m de níquel e 1,27 m de ouro; Montado em placa de circuito impresso em dupla face; Possibilidade de fixação de ícones de identificação diretamente sobre tampa de proteção frontal articulada; Fornecido com capa traseira e tampa de proteção frontal articulada; Permite a instalação em ângulos de 180°, oferecendo melhor performance elétrica, maior agilidade e organização na montagem, reduzindo os raios de curvatura dos cabos.	UN	JACK RJ-45 CAT.5E - FEMEA - SOHO-PLUS FURUKAWAPC	100	8,00	800,00
27	RACK 9u com as seguintes características mínimas: Rack de Parede 9u x 450mm; Estrutura em chapa pré-zincada; Porta Frontal com acrílico;	UN	IP METAL	10	339,00	3.390,00

34	FERRO DE SOLDA	UN	BRASFORT	5	50,00	250,00
40	PASTA TÉRMICA	UN	IMPLASTEC	50	40,00	2.000,00
Total Geral dos Itens:						6.440,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2019 - P

Publicação Nº 2108022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 108/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WERSA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE LTDA. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R R\$14.000,00 (quatorze mil reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 39593053 - WERSA LICENCIAMENTO DE SOFTWARE LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
44	Bitdefender Gravity ZOne Advanced Business Security com licença para 36 meses.	UN		350	40,00	14.000,00
Total Geral dos Itens:						14.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2019 - P

Publicação Nº 2108023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 109/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$20.365,00 (vinte mil e trezentos e sessenta e cinco reais) DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 39595374 - ALIRIO FERREIRA BARBOSA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
10	MEMÓRIA DDR4 com as seguintes características mínimas: Capacidade de 4GB DDR4 (1 x 4GB); Velocidade 2.400MHz; Latência CAS: CL15 (15-15-15); Pinagem 288-Pin; Tensão 1.2V;	UN	CRUCIAL	30	157,00	4.710,00
11	SSD 240GB com as seguintes características mínimas: Formato: 2,5"polegadas; Capacidades: 240GB; Interface SATA Rev. 3.0 (6Gb/s); Compatível com a versão anterior SATA Rev. 2.0 (3Gb/s);	UN	CRUCIAL	50	179,50	8.975,00

14	PLACA DE VÍDEO com as seguintes características mínimas: Memória de vídeo GDDR3 2GB; Barramento PCI Express 2.0; Clock do processador 954 MHz; Clock de memória v2.0 1600 MHz - 1.0 1800 MHz; Interface de memória 64 Bits; Resolução máxima Digital: 4096 x 2160; Máxima analógico: 2048 x 1536; Interface 1x DVI (DVI-D) / 1x HDMI / 1x D-Sub; Compatível com os recursos OpenGL 4.5 / DirectX 12;	UN	MSI	20	312,00	6.240,00
30	ALICATE DE CRIMPAR com as seguintes Características mínimas: Alicate para Crimpar; Alicate com ferramenta com 8.5 (215mm);	UN	SECCOM	10	44,00	440,00
Total Geral dos Itens:						20.365,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 110/2019 - P

Publicação N° 2108025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 110/2019 do PREGÃO N° 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa REI DOS REIS COM ATAC E VAR DE EQUIP DE INF LTDA. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$116.450,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e cinquenta reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 39595609 - REI DOS REIS COM ATAC E VAR DE EQUIP DE INF LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
13	FONTE 500W com as seguintes características mínimas: Potência 500W;	UN	GAMEMAX	100	230,00	23.000,00
47	MONITOR com as seguintes características mínimas: Tamanho da tela: 54,6 cm (21,5 ");	UN	ACER	50	534,00	26.700,00
12	HD 1TB ;	UN	WESTERN DIGITAL	50	215,00	10.750,00
4	KIT UPGRADE (PLACA MAE/ PROCESSADOR/MEMÓRIA)	UN	INTEL/ASUS/ KINGSTON	45	1.120,00	50.400,00
8	KIT UPGRADE (PLACA MAE/ PROCESSADOR/MEMÓRIA)	UN	INTEL/ASUS/ KINGSTON	5	1.120,00	5.600,00
Total Geral dos Itens:						116.450,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 111/2019 - P

Publicação N° 2108027

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 111/2019 do PREGÃO N° 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$140.310,00 (cento e quarenta mil e trezentos e dez reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 39596699 - VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI
--

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
45	ESTABILIZADOR 500VA	UN	TS SHARA	50	95,00	4.750,00
9	MEMÓRIA DDR3 com as seguintes características mínimas: Capacidade de 4GB ;	UN	Team Group	50	109,00	5.450,00
22	ROTEADOR WIFI;	UN	UBIQUITI	10	538,00	5.380,00
24	Televisor de LED de no mínimo 55 polegadas com tecnologia Smart;	UN	SAMSUNG	10	2.889,00	28.890,00
25	SWITCH 48 PORTAS;	UN	HP	20	3.860,00	77.200,00
28	CAIXA DE CABO DE REDE;	CX	FURUKAWA	50	364,00	18.200,00
41	SUPORTE DE MONITOR E TV	UN	VINIK	20	22,00	440,00
Total Geral dos Itens:						140.310,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 113/2019 - P

Publicação Nº 2108044

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 113/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PAULINEIA LOTTERMANN REIS. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$19.270,00 (dezenove mil e duzentos e setenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 3577228 - PAULINEIA LOTTERMANN REIS						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Cadeira fixa C7, modelo Proinfância.	UN	REIFLEX	40	85,00	3.400,00
3	Cadeira Giratória Cromada, padrão presidente.	UI	REIFLEX	10	368,00	3.680,00
6	LONGARINA AUDITÓRIO: Longarina de 03 lugares.	UN	REIFLEX	10	255,00	2.550,00
22	Armário Alto em Aço AM4 (Modelo Proinfância) .	UN	REIFLEX	10	520,00	5.200,00
34	ROUPEIRO DE AÇO 6 PORTAS: Descrição: Roupeiro em aço na cor cristal.	UN	REIFLEX	6	740,00	4.440,00
Total Geral dos Itens:						19.270,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2019 - P

Publicação Nº 2108052

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 115/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$62.840,00 (sessenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 3602460 - GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Cadeira giratória com braços C6, modelo Proinfância.	UN	GM	40	245,00	9.800,00
9	MESA SECRETÁRIA COM 2 (DUAS) GAVETAS - M6	UN	GM	20	235,00	4.700,00
11	MESA DE REUNIÃO - M7: Descrição: Mesa de reunião oval	UN	GM	10	339,00	3.390,00

14	CONJUNTO PARA REFEITÓRIO - TAMANHO 6 - M2B-06 (1 mesa + 2 bancos).	UN	GM	10	538,00	5.380,00
15	Conjunto para professor CJP (Modelo Proinfância) - composto por uma mesa retangular e uma cadeira.	UN	GM	50	244,00	12.200,00
20	CONJUNTO COLETIVO BIBLIOTECA: Conjunto Coletivo Biblioteca (1 Mesa + 4 Cadeiras)	UN	GM	10	474,00	4.740,00
21	ARMÁRIO 2 PORTAS: Armário com 2 portas, 1 divisória central interna e 3 prateleiras internas.	UN	GM	25	310,00	7.750,00
23	ARMÁRIO BAIXO: Armário baixo com 2 portas e 1 prateleira.	UN	GM	8	230,00	1.840,00
26	ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS.	UN	RCH	15	230,00	3.450,00
27	ESTANTE PORTA-LIVROS: Corpo composto por: Peças laterais, inferior, prateleira e divisórias em madeira aglomerada (MDP).	UN	GM	10	290,00	2.900,00
28	ESTANTE COM PRATELEIRAS - 9 NICHOS: Corpo composto por: Peças laterais, inferior, prateleira e divisórias em madeira aglomerada - 9 NICHOS (MDP).	UN	GM	10	290,00	2.900,00
33	ARQUIVO DE MADEIRA: Arquivo de madeira com 04 gavetas, com trilho telescópio zincado, um puxador para cada gaveta, confeccionado em MDF e fórmica na cor bege, com rodízio nos pés, medidas aproximadas: 1300x450x600mm.	UN	GM	10	379,00	3.790,00
Total Geral dos Itens:						62.840,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 116/2019 - P

Publicação Nº 2108056

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 116/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ARTEMÓVEIS SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$222.260,00 (duzentos e vinte e dois mil e duzentos e sessenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 3938069 - ARTEMÓVEIS SOLUÇÕES E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	Conjunto Aluno Tamanho 03 CJA03 (Modelo Proinfância) - (Pré-escola). Conjunto de mesa retangular com uma cadeira para crianças de 5 a 6 anos.	UN	CEQUIPEL	180	162,00	29.160,00
18	CONJUNTO ALUNO - TAMANHO 4- CJA-04.	UN	CEQUIPEL	486	165,00	80.190,00
19	CONJUNTO ALUNO - TAMANHO 6- CJA-06.	UN	CEQUIPEL	486	174,00	84.564,00
35	Berço com colchão BÇ1 (Modelo Proinfância).	UN	CEQUIPEL	8	850,00	6.800,00



41	Conjunto Aluno Tamanho 03 CJA03 (Modelo Proinfância) - (Pré-escola). Conjunto de mesa retangular com uma cadeira para crianças de 5 a 6 anos. Mesa Descrição: Mesa para altura do aluno compreendida entre 1,19 e 1,42, com tampo retangular em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão. Estrutura tubular de aço. Dimensões: Altura da mesa: 59,4 cm; Tampo da mesa para 01 lugar: 45 x 60 cm. Características: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento	UN	CEQUIPEL	20	162,00	3.240,00
42	CONJUNTO ALUNO - TAMANHO 4- CJA-04	UN	CEQUIPEL	54	165,00	8.910,00
43	CONJUNTO ALUNO - TAMANHO 6- CJA-06	UN	CEQUIPEL	54	174,00	9.396,00
Total Geral dos Itens:						222.260,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 117/2019 - P

Publicação Nº 2108058

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 117/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOLAR LTDA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$6.735,00 (seis mil e setecentos e trinta e cinco reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 4013549 - TECNOLAR LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Cadeira de alimentação C1 (Modelo Proinfância).	UN	VOYAGE	15	449,00	6.735,00
Total Geral dos Itens:						6.735,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2019 - P

Publicação Nº 2108064

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 118/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VITTAFLX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$17.997,00 (dezessete mil e novecentos e noventa e sete reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 39287114 - VITTAFLX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

31	Colchonete para Trocador da Creche (Modelo Proinfância) - Descrição: Colchonete para trocador de espuma flexível de poliuretano. Dimensões: Comprimento: 100cm; Largura: 60cm; Espessura: 05cm. Tolerâncias do produto acabado com base nas dimensões declaradas na etiqueta, de +ou- 1,5cm para largura e comprimento e -0,5cm/+1,5cm para a altura. Características: Revestimento em material têxtil plastificado, "atóxico", ref. "CORINO", na cor AZUL REAL, impermeável, com acabamento em costura simples e acabamento em cadaço impermeável; Espuma com densidade nominal Kg/m³: D-20. Norma ABNT NBR 8537.	UN	VITTAFLEX	30	59,90	1.797,00
32	Colchonete para Repouso (Modelo Proinfância) - Descrição: Colchonete de lâmina de espuma flexível de poliuretano para uso infantil, certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT NBR 13579-1. Dimensões: Comprimento: 185cm; Largura: 65cm; Espessura: 05cm. Características: Revestimento em material têxtil plastificado, "atóxico", ref. "CORINO", na cor AZUL REAL, impermeável, com acabamento em costura simples e acabamento em cadaço impermeável; Espuma com densidade nominal Kg/m³: D-20. Norma ABNT NBR 8537.	UN	VITTAFLEX	225	72,00	16.200,00
Total Geral dos Itens:						17.997,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2019 - P

Publicação Nº 2108068

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 119/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$115.040,00 (cento e quinze mil e quarenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 39387453 - MAW COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	Poltrona individual estofada - PO (Modelo Proinfância). revestida em couro sintético, dotada de apóia braços.	UN	FRISOKAR	5	498,00	2.490,00
8	Banco retangular monobloco B1 (Modelo Proinfância) .	UN	Nilmar	100	167,00	16.700,00

10	Mesa retangular monobloco M1 (Modelo Proinfância), com bordas arredondadas, medindo 1.80 x 0.80.	UN	Nilmar	50	235,00	11.750,00
12	Conjunto Refeitório 1 - 1 Mesa + 4 Cadeiras - CJR-01, modelo Proinfância.	CJ	Nilmar	20	425,00	8.500,00
13	Conjunto refeitório 3 - 1 mesa + 4 cadeiras - CJR-03, modelo Proinfância.	CJ	Nilmar	15	440,00	6.600,00
36	Lousa de vidro temperado com película de projeção, na cor branco	UN	Nilmar	25	1.400,00	35.000,00
40	Conjunto Coletivo Tamanho 01 CJC -01 (Modelo Proinfância) (Creches II, III e Sala Multiuso) Conjunto de mesa quadrada com quatro cadeiras para crianças de 1 a 4 anos.	UN	Nilmar	100	340,00	34.000,00
Total Geral dos Itens:						115.040,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 120/2019 - P

Publicação Nº 2108073

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 120/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - UNICLASSE IND COM LTDA ME. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$9.390,00 (nove mil e trezentos e noventa reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 39609650 - UNICLASSE IND COM LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	CADEIRA: Cadeira com estrutura confeccionada em tubo de aço industrial.	UN	MOVESCO	30	88,00	2.640,00
16	Conjunto Aluno - Tamanho 01 CJA 01(Modelo Proinfância) (Pré-escola) - Conjunto de mesa retangular com uma cadeira para crianças de 4 a 5 anos.	UN	MOVESCO	50	135,00	6.750,00
Total Geral dos Itens:						9.390,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 121/2019 - P

Publicação Nº 2108075

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 121/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$60.835,00 (sessenta mil e oitocentos e trinta e cinco reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 39612767 - ADVANCED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

37	Lousa de vidro temperado com película de projeção, na cor branco fosco, com dimensões aprox. de 200 (comprimento) x 120 cm (largura) x 6mm (espessura), fixada com espaçadores de alumínio cromado, parafusos em aço inox e acompanha um kit com suporte para apagador, apagador e duas canetas. Instalado e garantia de no mínimo 01 (um) ano do produto e da instalação.	UN	LOUSART	25	1.450,00	36.250,00
38	Quadro branco tipo lousa magnética (QB1) - (Creches I, II, III). Quadro branco tipo lousa magnética vertical ou horizontal com moldura flip (abertura frontal) em alumínio anodizado natural fosco, frisado, vista de 20x19mm profundidade própria para facilitar trocas do conteúdo interno; fundo do quadro confeccionado em eucatex, 10mm. Dimensões APROXIMADAS: Altura 120 cm; Largura 200 cm.	UN	LOUSART	15	740,00	11.100,00
39	Quadro Branco Tipo Lousa Magnético (QB2) - (Pré-Escola) Descrição: Quadro branco tipo lousa magnética, vertical ou horizontal com moldura flip (abertura frontal) em alumínio anodizado natural fosco, frisado, vista de 20x19mm profundidade própria para facilitar trocas do conteúdo interno; fundo do quadro confeccionado em eucatex, 10mm. Dimensões APROXIMADAS: Altura 120 cm; Largura 300 cm.	UN	LOUSART	15	899,00	13.485,00
Total Geral dos Itens:						60.835,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 122/2019 - P

Publicação Nº 2108076

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 122/2019 do PREGÃO Nº 109/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de Baterias automotivas para suprir as necessidades da frota do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias. Registro de Preços - em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR R\$161.923,40 (cento e sessenta e um mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta centavos). DATA: 29/07/2019 A 28/07/2020.

--	--

Fornecedor: 677396 - ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Bateria Automotiva, selada, 12v, 5 A/ H	UN	PIONEIRO	20	155,00	3.100,00
2	Bateria Automotiva, selada, 12v, 6 A/ H	UN	PIONEIRO	20	157,00	3.140,00
3	Bateria Automotiva, selada, 12v, 7 A/ H	UN	PIONEIRO	20	151,67	3.033,40
4	Bateria Automotiva, selada, 12v, 11 A/ H	UN	PIONEIRO	10	255,00	2.550,00



5	Bateria Automotiva, selada, 12v, 45 A/ H	UN	EXCEL	50	215,00	10.750,00
6	Bateria Automotiva, selada, 12v, 48 A/ H	UN	PIONEIRO	30	265,00	7.950,00
7	Bateria Automotiva, selada, 12v, 50 A/ H	UN	EXCEL	30	304,00	9.120,00
8	Bateria Automotiva, selada, 12v, 52 A/ H	UN	PIONEIRO	30	303,00	9.090,00
9	Bateria Automotiva, selada, 12v, 60 A/ H	UN	EXCEL	50	277,00	13.850,00
10	Bateria Automotiva, selada, 12v, 70 A/ H	UN	EXCEL	20	360,00	7.200,00
11	Bateria Automotiva, selada, 12v, 75 A/ H	UN	EXCEL	30	355,00	10.650,00
12	Bateria Automotiva, selada, 12v, 80 A/ H	UN	EXCEL	30	510,00	15.300,00
13	Bateria Automotiva, selada, 12v, 100 A/H	UN	PIONEIRO	30	513,00	15.390,00
14	Bateria Automotiva, selada, 12v, 105 A/H	UN	EXCEL	20	515,00	10.300,00
15	Bateria Automotiva, selada, 12v, 150 A/H	UN	EXCEL	30	630,00	18.900,00
16	Bateria Automotiva, selada, 12v, 180 A/H	UN	EXCEL	30	720,00	21.600,00
Total Geral dos Itens:						161.923,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº104/2019 - P

Publicação Nº 2107991

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 104/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$22.633,00 (vinte e dois mil e seiscentos e trinta e três reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 3580989 - SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
48	ESTABILIZADOR 1000VA	UN	EST. TSSHARA	50	225,00	11.250,00
49	TECLADO com as seguintes características mínimas: Teclas de perfil plano e silenciosas; Conexão porta USB; Padrão ABNT2; Plug & Play; Suportes inclináveis, fortes e ajustáveis; Caracteres nítidos; Compatível com sistema Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 8, Windows 10, Mac OS ® X 10.4 ou posterior Kernel Linux ® 2.6 ou posterior.	UN	MULTILASER	250	21,15	5.287,50
15	PENDRIVE 32GB com as seguintes características mínimas: Capacidade 32GB; Cor Preto; Taxa de leitura até 13MB/s; Taxa de gravação até 5MB/s; Taxa de transferência até 48MB/s; Fonte de energia DC 5V via porta USB 2.0 de alta velocidade Atender os requisitos do sistemas Windows 98, 2000, ME, XP e Vista ou superiores;	UN	MULTILASER	30	23,10	693,00

16	PILHA CR2032 com as seguintes características mínimas: Bateria de Modelo Cr2032; Tamanho da bateria Cr2032; Tipo de bateria Lithium; Com Voltagem de 3v; Compatível para aparelhos eletrônicos; Fornecer cartela com 5 unidades;	UN	ELGIN	100	5,50	550,00
Fornecedor: 3580989 - SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	BATERIA 450ma 9v com as seguintes características mínimas: Pilha Alcalina; Voltagem 9; Amperagem de 250mah; Compatíveis com aparelhos eletrônicos;	UN	ELGIN	50	8,15	407,50
18	PILHA AAA com as seguintes características mínimas: Pilha Alcalina; Voltagem 1,5v; Amperagem de 120mah; Compatíveis com aparelhos eletrônicos.	UN	ELGIN	50	1,50	75,00
19	PILHA AA com as seguintes características mínimas: Pilha Alcalina; Voltagem 1,5v; Amperagem de 210mah; Compatíveis com aparelhos eletrônicos.	UN	ELGIN	50	1,60	80,00
43	APOIO PARA PÉS com as seguintes características mínimas: Plataforma nas dimensões (450 x 300 mm), com revestimento impermeável; Estrutura em aço, sapatas emborrachadas revestida com material emborrachado antiderrapante, as bases que ficam em contato com o chão também deverão ser revestidas com material antiderrapante; Altura frente: 70 mm com regulagem de inclinação contendo três opções de altura (70 / 130 / 155 mm); Produto deve ser ergonômico e estar em conformidade com a NR 17 do Ministério do Trabalho (Norma Regulamentadora de Ergonomia);	UN	MULTIVISÃO	100	42,90	4.290,00
Total Geral dos Itens:						22.633,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº112/2019 - P

Publicação Nº 2108040

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 112/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$32.250,00 (trinta e dois mil e duzentos e cinquenta reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 230170 - JEFERSON DA SILVEIRA



Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
24	Estante para armazenagem sistema de encaixe, em orifício trapezoidal e semi círculo nas extremidades da coluna, com passo de 50mm, modelo individual, sem utilização de parafusos, confeccionada em aço espessura 2mm # 14, medindo aprox. 1980x1600x550, com 4 colunas medindo aprox. 40x40mm, com sapatas de apoio, braços com 550mm, com dobra dupla para apoio do a chapa de madeira aglomerado revestida com laminado na cor branca, pintura em cor azul, com tratamento antiferrugem, pintura em tinta epoxi-pó secagem em estufa 200°. Capacidade de peso de aprox. 600kg por prateleira.	UN	GGL	15	1.260,00	18.900,00
25	Estante para armazenagem sistema de encaixe, em orifício trapezoidal e semi círculo nas extremidades da coluna, com passo de 50mm, modelo individual, sem utilização de parafusos, confeccionada em aço espessura 2mm # 14, medindo aprox. 1980x1000x550, com 4 colunas medindo aprox. 40x40mm, com sapatas de apoio, braços com 550mm, com dobra dupla para apoio do a chapa de madeira aglomerado revestida com laminado na cor branca, pintura em cor azul, com tratamento antiferrugem, pintura em tinta epoxi-pó secagem em estufa 200°. Capacidade de peso de aprox. 600kg por prateleira.	UN	GGL	15	890,00	13.350,00
Total Geral dos Itens:						32.250,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2019 - P

Publicação Nº 2108000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 105/2019 do PREGÃO Nº 083/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP1 INFORMATICA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de Microcomputadores Desktop e Notebook, materiais e acessórios de informática, e eletroeletrônicos para uso na manutenção e reparo do Centro Administrativo, Fundos e Autarquias; e Microcomputadores Desktop para atender as necessidades dos Centros de Educação e demais segmentos administrativos pertencentes a Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais). DATA: 04/07/2019 A 03/07/2020.

Fornecedor: 3582647 - COMP1 INFORMATICA LTDA - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

23	<p>PROJETOR com as seguintes características mínimas:</p> <p>Canhão de projeção com tecnologia multimídia LCD ou DLP;</p> <p>Tecnologia WI-FI e BLUETOOTH</p> <p>Tipos de projeção, teto,telão,mesa e frontal;</p> <p>Luminosidade, Padrão3300 Lumens, Econômica 33/28 dBA;</p> <p>Duração aproximada da lâmpada 4.500/10.000 horas (Modo Normal/ Eco);</p> <p>Tamanho da imagem 60" a 300";</p> <p>Tecnologia Pronto para HDTV</p> <p>formatos 80i,480p,576i,576p,720p, 1080i,1080p;</p> <p>Sinal de busca automático; Multimídia 1 alto falante de 2W; Conter a seguintes conexões Entrada (D-sub 15pin) x 2 (compartilhado com Componentes), Saída (D-sub 15pin), Vídeo Composto in (RCA), S-Vídeo in (Mini DIN 4pin), HDMI, Áudio in (Mini Jack), Áudio out (Mini Jack), Alto falante 2W, USB (Tipo mini B), RS232 (DB-9pin), IR Receiver; Resolução Máxima 1200 x 800 WXGA;</p> <p>Proteção com trava de segurança e trava do painel de teclas;</p> <p>Controle Remoto;</p> <p>Conter ajustes de imagem, congela a imagem, Closed caption;</p> <p>Contraste 13.000:1;</p> <p>Tipo de lente F=2.56 - 2.8, F=22-24.1mm, com protetor da lente e Zoom 1.1:1 manual.</p>	UN	Benq/Amazon	10	3.250,00	32.500,00
Total Geral dos Itens:						32.500,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 114/2019 - P

Publicação Nº 2108048

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PALHOÇA

ATA Nº 114/2019 do PREGÃO Nº 92/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L. MOHR LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de mobiliários em geral, a fim de atender as necessidades das Unidades de Ensino e dos demais segmentos da Secretaria de Educação deste município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$4.455,00 (quatro mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais). DATA: 22/07/2019 A 21/07/2020.

Fornecedor: 3580873 - L. MOHR LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

29	TATAME E.V.A.: Descrição: Tatame em placas intertravadas de E.V.A. (etileno-acetato de vinil) com bordas de acabamento. Dimensões: Tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm; Espessura: 20 mm; Características: Placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em E.V.A. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, silicônica, antiderrapante e lavável; Densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico; Cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento; Os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças; As arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.	UN	HAITI	50	34,90	1.745,00
30	Trocador com Banheira. Possui suportes para mais comodidade na hora do banho. Com capacidade máxima do suporte: 30kg. Sendo: criança até 10kg + 20 litros de água (20kg). A Banheira é rígida e possui um amplo tampo plástico. Porta- toalha. Trocador acolchoado. Ampla bandeja porta-objetos. Possui suporte com travas em arco. Mangueira para escoamento da água. O assento pode ser reduzido para recém- nascido. Dimensão APROXIMADA do produto aberto: Altura: 98cm. Largura: 72cm. Comprimento: 81cm.	UN	Tutti Baby	10	271,00	2.710,00
Total Geral dos Itens:						4.455,00

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO TP 114/2019

Publicação Nº 2107856

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
 TOMADA DE PREÇOS Nº 114/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2019, na modalidade TOMADA DE PREÇOS que tem por objeto a contratação de empresa para mão de obra, execução de recapeamento asfáltico e sinalização viária da Rua Papa Paulo VI - Ponte do Imaruim, município de Palhoça, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:
 BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
 QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÕES LTDA; SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Palhoça, 31 de julho de 2019.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

PORTARIA N. 005/SMF, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109107

(Portaria n. 005, de 30 de julho de 2019).

PORTARIA N. 005/SMF, DE 30 DE JULHO DE 2019.

INSTITUI A COMISSÃO PARA ANÁLISE E VISTORIA PARA FINS DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA REDUÇÃO DE ITU/2019.

A SECRETÁRIA DE FAZENDA EM EXERCÍCIO, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º. Com objetivo de analisar, vistoriar e julgar os processos administrativos que visam a obtenção das Reduções de ITU do ano corrente, fica instituída a Comissão para a Redução de ITU/2019, com fulcro no art. 431, § 3º da lei Complementar n. 018/2002.

Art. 2º. A Comissão para a Redução de ITU/2019, será constituída pelos seguintes servidores municipais:

I- Tarsyane Zenilda da Silva Stange

II- Maurício Maciel de Souza

III- Jussara Antunes de Oliveira Ghizoni

§1º. A presidência será exercida pelo membro do inciso I, deste artigo.

§2º. Os trabalhos serão secretariados pelo membro do inciso III, deste artigo.

§3º. Ao final das vistorias, deverá ser elaborado relatório próprio, descrevendo a situação fática do imóvel, assinado por dois membros da comissão.

Art. 3º. A Comissão de concessão da Redução de ITU/2019 terá a participação do colaborador Gustavo Fernandes da Empresa IPM, responsável pelo Suporte aos usuários do Sistema de Gestão Municipal.

Art. 4º. A Procuradoria Geral do Município ficará à disposição da Comissão para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas, de legislações pertinentes ou relacionadas ao objeto da Comissão.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 30 de julho de 2019.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE

Secretária Municipal de Fazenda em Exercício

RESULTADO PREGÃO 113/2019

Publicação Nº 2109095

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 113/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e Centro de Castração Animal, através de Registro de Preços, conforme especificação e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante do Edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 38, totalizando R\$3.249,75 (três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos);

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 12, totalizando R\$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais);

CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI - EPP ficou classificada em 1º lugar no item 14, totalizando R\$111.300,00 (cento e onze mil e trezentos reais);

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 21, 32 e 33, totalizando R\$128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais);

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 26 e 37, totalizando R\$68.890,00 (sessenta e oito mil e oitocentos e noventa reais);

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 34, totalizando R\$1.024,50 (um mil, vinte

e quatro reais e cinquenta centavos);

PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 06 e 07, totalizando R\$7.490,00 (sete mil e quatrocentos e noventa reais);

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 8 e 42, totalizando R\$5.970,00 (cinco mil e novecentos e setenta reais);

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 3, 9, 10, 11, 19, 35, 39 e 47, totalizando R\$978.630,00 (novecentos e setenta e oito mil e seiscentos e trinta reais).

Palhoça, 31 de julho de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CREDENCIAMENTO Nº 133/2019

Publicação Nº 2108525

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 133/2019.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de CREDENCIAMENTO nº 133/2019, objeto: Seleção e possível contratação de entidades públicas, filantrópicas e/ou privadas prestadoras de serviços de saúde para realização de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, para Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", do dia 01 de agosto de 2019 à 02 de setembro de 2019, recebimento dos invólucros contendo as documentações e ofertas de serviços na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5585, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 31 de julho de 2019.

Eronete Gilda Gomes Oliveira
Comissão Especial de Contratualização

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 134/2018

Publicação N° 2108132

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 134/2018 – Pregão
Presencial 133/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa:
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas,
especiais e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas
contra o Município.
DATA: 01/11/2018 à 31/10/2019.

Fornecedor: 1682822 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	17384 - Neocate LCP, leite em pó, lata com 400 gramas.	LATA	187,	R\$150,00	R\$28.050,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2018

Publicação Nº 2108135

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2018 – Pregão Presencial 133/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAYCON WILL EIRELI EPP - OBJETO: Aquisição de fórmulas lácteas, especiais e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município.

DATA: 01/11/2018 à 31/10/2019.

Fornecedor: 3617793 - MAYCON WILL EIRELI EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
2	72658 - Neocate LCP, leite em pó, lata com 400 gramas. (cota de exclusividade de 10%)	LATA	0,	R\$227,00	R\$0,00
3	17348 - Fortini lata 400 gramas	LATA	707,	R\$68,52	R\$48.443,64
11	57933 - Nutridrink Max, sem sabor, lata com 350 gramas	LATA	66,	R\$80,50	R\$5.313,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2018

Publicação Nº 2108138

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2018 – Pregão
Presencial 133/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AR
FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - OBJETO:
Aquisição de fórmulas lácteas, especiais e suplementos alimentares para atendimento
de ações Judiciais impetradas contra o Município.
DATA: 01/11/2018 à 31/10/2019.

Fornecedor: 39332845 - AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
4	67778 - Mucilon de Milho, lata com 400 gramas.	LATA	30,	R\$17,00	R\$510,00
5	67779 - Mucilon Multicereais, lata com 400 gramas	LATA	28,	R\$17,00	R\$476,00
6	67777 - Mucilon de Arroz, lata com 400 gramas.	LATA	25,	R\$17,00	R\$425,00
7	67776 - Mucilon de Arroz e Aveia, lata com 400 gramas	LATA	25,	R\$17,00	R\$425,00
8	17392 - Nutren Jr, lata com 400 gramas.	LATA	421,	R\$48,60	R\$20.460,60
9	67773 - Nutren Active, sabor baunilha, lata com 400 gramas.	LATA	35,	R\$41,51	R\$1.452,85
10	17388 - Nutren Activa, sabor banana, lata com 400 gramas	LATA	35,	R\$41,51	R\$1.452,85
12	17344 - Neocate Advanced lata 400 gr	LATA	282,	R\$219,00	R\$61.758,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2018

Publicação Nº 2108142

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2018 – Pregão Presencial
29/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HIPERAGUA
COMERCIO DE AGUA EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de água mineral e
vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
DATA: 31/07/2018 a 30/07/2019.

Fornecedor: 1456660 - HIPERAGUA COMERCIO DE AGUA EIRELI EPP					
Item	Produto	Unidade	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	63942 - Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombona de polycarbonato transparente, com capacidade de 20 litros, com lacre de segurança, PH mínimo de 5,7 a 25° C na fonte. Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Com registro no Ministério da Saúde.	CARG	0,	R\$6,80	R\$1.972,00
2	63943 - Vasilhame para água mineral, garrafão plástico com capacidade de 20 Litros, vazio, produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).	UN	0,	R\$12,00	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2019

Publicação Nº 2108047

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2019 –
Pregão Presencial 110/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
e a empresa: PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS
LTDA - OBJETO: Aquisição de materiais de construção,
hidráulico e pintura para reforma da Unidade de Saúde Bela Vista e
demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
DATA: 31/07/2019 à 30/07/2020.

Nome da Empresa: PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA				CNPJ: 07.436.274/0001-77	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bacia com Caixa Acoplada Branca, capacidade da caixa acoplada de 3 à 6 litros.					
2	12,00	CJ	fiori	R\$184,0300	R\$2.208,3600
Especificação: Bacia com caixa acoplada, para deficiente físicos e idosos, cor branca, com altura diferenciada e abertura frontal para higienização, capacidade da caixa acoplada de 3 à 6 litros.					
3	1,00	CJ	fiori	R\$528,0000	R\$528,0000
Especificação: Lavatório cerâmica oval branco, medindo no mínimo. 41x52,5x20cm, com Coluna medindo no mínimo 60 cm, (para banheiros padrão)					
11	12,00	UN	fiori	R\$155,0000	R\$1.860,0000
Especificação: Lavatório cerâmica oval branco, medindo no mínimo. 41x49,5cm, com Coluna suspensa 46cm, (para banheiro de deficiente físico).					
12	1,00	UN	fiori	R\$379,0000	R\$379,0000
Valor Total (quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos)					R\$4.975,36

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2019

Publicação Nº 2108049

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2019 –
 Pregão Presencial 110/2019 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA
 e a empresa: NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS - OBJETO:
 Aquisição de materiais de construção, hidráulico e pintura para
 reforma da Unidade de Saúde Bela Vista e demais setores da
 Secretaria Municipal de Saúde.
 DATA: 31/07/2019 à 30/07/2020.

Nome da Empresa: NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS				CNPJ: 31.254.425/0001-50	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Argamassa Piso sobre Piso Interno e Externo, Cinza, saca com 20 kg.					
1	12,00	SACA	INCOR ACLL	R\$21,2000	R\$254,4000
Especificação: Caixa d'água com tampa, em polietileno, com capacidade de 1500 Litros.					
4	2,00	UN	FORT LEV	R\$612,7800	R\$1.225,5600
Especificação: Caixa sifonada montada com grelha e porta grelha quadrado, medindo 100x100x50mm, cor branca.					
5	5,00	UN	HERC	R\$9,4700	R\$47,3500
Especificação: Cano de PVC para esgoto - 100mm, barra 6 metros					
6	4,00	BR	PLASTUBOS	R\$43,2500	R\$173,0000
Especificação: Convertedor de ferrugem para superfícies metálicas oxidadas, embalagem com 500ml.					
7	4,00	EMB	ALCHEMM	R\$12,6900	R\$50,7600
Especificação: Ducha Higiénica, mangueira com 1,2m, com suporte para parede.					
8	1,00	UN	BLUKIT	R\$74,6900	R\$74,6900
Especificação: Forra batente de porta de madeira, jogo com 3 peças, medida mínima 2,10 x 0,96 x 0,14 m.					
9	1,00	JG	SANTOS	R\$116,9000	R\$116,9000
Especificação: Joelho em PVC de esgoto 90" 100 mm					
10	10,00	UN	PLASTUBOS	R\$3,9000	R\$39,0000
Especificação: Lixa para massa/madeira GR 120					
13	30,00	UN	NORTON	R\$0,8200	R\$24,6000
Especificação: Luva de PVC para Esgoto 100 mm					
14	15,00	UN	PLASTUBOS	R\$4,5000	R\$67,5000
Especificação: Manta Geotêxtil (Bidim)					
15	30,00	M	MACAFERRI	R\$7,9400	R\$238,2000
Especificação: Massa corrida PVA, galão de 18L					
16	2,00	GL	Alessi	R\$59,1500	R\$118,3000
Especificação: Perna de serra de Cambará, medindo 5x10cm , bruta.					
18	420,00	M	SANTOS	R\$14,7000	R\$6.174,0000
Especificação: Pincel para pintura, cerdas sintéticas, tamanho 1"					
19	5,00	UN	MISTER GRIS	R\$4,2300	R\$21,1500
Especificação: Porta de giro lisa, em madeira, com batente completo, fechadura, dobradiça completa, montada, medindo no mínimo 2,1x0,90m .					
20	1,00	KIT	SANTOS	R\$353,5000	R\$353,5000
Especificação: Pregoe 15x15 galvanizado, pacote de 1 kg					
23	15,00	KG	GERDAU	R\$15,7000	R\$235,5000
Especificação: Pregoe, 17x27 galvanizado, pacote de 1 kg					
24	20,00	KG	ACELOR MITAL	R\$19,7500	R\$395,0000
Especificação: Revestimento de Parede, medindo 32 x 57 cm, cor branco					
25	40,00	M2	SEJATEL	R\$13,8500	R\$554,0000
Especificação: Rolo de espuma para pintura, 09 cm, com cabo					
26	2,00	UN	ROMA Ranger XL 2.3 16v 137cv 4x2 CS Repower.	R\$5,5000	R\$11,0000
Especificação: Rolo de espuma para pintura, 15 cm, com cabo					
27	4,00	UN	ROMA	R\$8,5800	R\$34,3200
Especificação: Rolo de Lã de carneiro 23 cm, completo					
28	2,00	36	ROMA BERBINA PEPA	R\$33,5000	R\$67,0000
Especificação: Fita Crepe, medindo no mínimo 24 x 45 m					
29	6,00	RL	MISTER	R\$7,2400	R\$43,4400
Especificação: Rolo de lã sintética, anti gotas, 23 cm, com cabo					

30	4,00	UN	ROMA	R\$25,9000	R\$103,6000
Especificação: Solvente lata 900 ml					
31	2,00	LATA	GOLDEN	R\$11,0800	R\$22,1600
Especificação: Tê PVC para Esgoto 100mm					
32	2,00	UN	PLASTUBOS	R\$9,4400	R\$18,8800
Especificação: Telha de barro Romana					
33	1000,00	UN	BELÉM	R\$1,3600	R\$1.360,0000
Especificação: Thiner lata 900 ml					
34	2,00	LATA	GOLD	R\$13,4200	R\$26,8400
Especificação: Tubo perfurado para drenagem 4 (100mm).					
36	30,00	M	CARTUBO SECRETÁRIA	R\$6,5300	R\$195,9000
Valor Total (doze mil, quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)					R\$12.046,55

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS 01/2019 -

Publicação Nº 2108944

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA – SC

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE ALETRAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, através da presidente da Comissão de Licitações Marínes Fatima Sansigolo, torna público, as empresas participantes do processo licitatório 087/2019, modalidade tomada de preços 01/2019, a alteração da data de abertura dos envelopes de propostas, passando a constar o dia 16 de agosto de 2019, às 08h30, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente. Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 31 de julho de 2019.

Marínes Fatima Sansigolo

Presidente da Comissão de Licitações

DECRETO 158/2019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 14.265,54

Publicação Nº 2107666

Decreto 158/2019, de 26 de julho de 2019.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2018/2018, de 04 de dezembro de 2018.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.265,54 (quatorze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTES

04.001 Creches

2023 Manutenção dos Profissionais do FUNDEB 60 % E 40 % Creche

01191098 Transferências do FUNDEB 40 %

3.3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 14.265,54

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 26 de julho de 2019.

Cleomar Jose Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

DECRETO 161/2019 NOMEIA MEMBROS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2107697

Decreto 161/2019, de 31 de julho de 2019.

Nomeia os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Palma Sola SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 73, Inciso V, e XXV, e o estatuído da Lei 1129/1996, de 16 de julho de 1996,

Decreta:

Art. 1º - Nomeia membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social, do Município de Palma Sola SC conforme abaixo:

Do Governo Municipal:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Loreni Ana Brasso Benetti

Suplente: Marli Isabel Werlang

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Débora Cristina Prevedello

Suplente: Adriane Somavilla

Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: Elber pereira dos Santos

Suplente: Douglas Fernando Ribeiro

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Dalvana Spironello Anschau

Suplente: Elis Claudia Munaro

Representantes dos Prestadores de Serviços da área Social e dos Usuários

Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Nair Líbera Javornik

Suplente: Joceli Eva Sampaio Coffferri

Representantes Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titular: Eduarda Caroline Ceriulli

Suplente: Giana Carla Scaratti

Representantes do Conselho de Trabalho e Emprego

Titular: Arlindo Camargo de Lara

Suplente: Ronaldo Luis Gritti

Representantes da Associação dos Idosos

Titular: Eurides Cirino

Suplente: Leodoro Adelaido de Moura

Art.2º. Por tratar-se de serviços considerados relevantes prestados à Comunidade, estes não serão remunerados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente o decreto 041/2017, de 11 de Maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de maio de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 128/2019 - SAN MARINO

Publicação Nº 2107989

EXTRATO DO CONTRATO Nº.: 128/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 92/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: SAN MARINO ÔNIBUS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS, NOVO, MARCA – MARCOPOLO – MODELO VOLARE V 8L.

VALOR TARTAL R\$: 225.800,00

VIGÊNCIA: 31/12/2019

ASSINATURA: 31/07/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Palmeira

PREFEITURA

ERRATA_PL_38_PP_26_HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA E TRATOR

Publicação N° 2108967

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO 38/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2019

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob nº 01.610.566/0001-06, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, por meio da Presidente da Comissão de Licitações e sua Equipe de Apoio, RETIFICA O EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "A contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de horas de caminhão caçamba e trator para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Agricultura do município."

Onde lê-se no Anexo II: Unidade de Medida Hr.

Leia-se no Anexo II: Unidade de Medida Km.

Palmeira, 31 de julho de 2019. VIVIANE MATTEUCCI ZANQUETTA – Pregoeira.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2018 - ADENÍLSON FOLMER

Publicação Nº 2107852

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 047/2018, vinculado ao Processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 014/2018. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: ADENÍLSON FOLMER. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 10 de Julho de 2019. João Jaime Ianskoski – Prefeito municipal em exercício.

EXTRATO DE ATA Nº 033/2019 - COINTER MAT. MÉDICO HOSPITALAR

Publicação Nº 2107797

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA Nº 033/2019

Objeto: Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Valor de R\$ 136.549,00 (cento e trinta e seis mil quinhentos e quarenta e nove reais). Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 29 de Julho de 2019 – João Jaime Ianskoski – PREFEITO MUNICIPAL em exercício.

EXTRATO DE ATA Nº 038/2019 - INFINITY MEDICAMENTOS

Publicação Nº 2107798

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA Nº 038/2019

Objeto: Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI, valor total de R\$ 6.980,00 (seis mil e novecentos e oitenta reais). Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 29 de Julho de 2019 – João Jaime Ianskoski – Prefeito Municipal- em exercício.

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0015/2019

Publicação Nº 2107999

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0015 DE 30 DE JULHO DE 2019.

“DETERMINA PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR”

O cidadão Altemir Catel Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Determinar o gozo de férias de servidor do Poder Legislativo Municipal, no seguinte período:

1 – CÉLIA COLARES LUIZ: com início dia 01/08/2019 e término dia 30/08/2019, referente ao período trabalhado de 13/01/2018 a 12/01/2019;

As férias de que determina esta Portaria, poderá ser interrompida, se houver necessidade inadiável da presença do servidor ao serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Altemir Catel Cardoso
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

André Porto Silveira
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 308, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107560

PORTARIA Nº 308, de 30 de julho de 2019.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR, a servidora pública municipal ANA CAROLINA KUBENECK, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional Administrativo, Símbolo AD-3, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento a partir do dia 30 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de julho de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 309, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107563

PORTARIA Nº 309, de 30 de julho de 2019.

“RETIFICA O ART. 1º, DA PORTARIA Nº 120, DE 12 DE ABRIL DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o erro material na redação do referido dispositivo, ao passo que a servidora Ilenir Ferreira da Silva ocupa cargo de provimento temporário e não de provimento efetivo, conforme Portaria de Contratação nº 929, de 20 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o art. 1º, da Portaria nº 120, de 12 de abril de 2017, passando esta a vigorar a partir de 30 de julho de 2019 com o seguinte teor:

“Art. 1º CONCEDER gratificação de função transitória de 20% (vinte por cento) à servidora ILENIR FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-13, matrícula nº 10501, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 03 de abril de 2017.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 12 de abril de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se

Passos Maia-SC, 30 de julho de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 310, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107565

PORTARIA Nº 310, de 30 de julho de 2019.

“EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pelo servidor;

Considerando que o servidor permaneceu em licença sem remuneração até o dia 15 de julho de 2019, solicitando em 30 de julho de 2019 a sua exoneração por motivos particulares a partir de 16 de julho de 2019 junto ao setor de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR o servidor público municipal CARLOS AMAURI PIMENTEL, matrícula nº 26, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Código SG-3, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 16 de julho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 16 de julho de 2019

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de julho de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 11/2019 - PL Nº 37/2019**

Publicação Nº 2107463

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o sistema de registro de preço pelo período de 12 (doze) meses, pretendendo prestação de serviços de transporte Municipal e Intermunicipal para atender as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, conforme especificação constante no anexo I – Termo de Referência. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser apresentados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 13/08/2019. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 13/08/2019, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 30 de julho de 2019

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 07/2019**

Publicação Nº 2107541

PORTARIA Nº. 07/19

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar o servidor, AMAURI ZANELA MAIA, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 01 de agosto de 2019 a 15 de agosto de 2019.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 01 de agosto de 2019.
OZIEL EVALDO SILVA
Presidente

Publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2019.

Penha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1613/2019

Publicação Nº 2108621

PORTARIA N.º 1613/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 1190/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado, (para averiguar a situação de Notas Fiscais canceladas pela empresa ICOM CONTRUÇÕES EIRELI, conforme solicitação do memorando 1doc 3.073/2019), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, ELEANDRO GRANDI e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 29 de julho de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1614/2019

Publicação Nº 2108624

PORTARIA N.º 1614/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 64, VI c/c o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º PASSAR A DISPOSIÇÃO da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, a funcionária, GIZELLI DE SOUZA SELL, Matrícula nº 4631, Fiscal da Fazenda, com carga horária de 40 horas semanais, para desempenhar suas atividades, com base na Lei Municipal nº 2705/2014 e Lei Municipal nº 2961/2018 e conforme a Manifestação do Ministério Público a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de julho de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1615/2019

Publicação Nº 2108626

PORTARIA N.º 1615/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os membros abaixo para compor a Comissão Fiscalizadora do Concurso de Emprego Público nº 02/2019 - ESF:

- JOSÉ ROBERTO DARUGNA JÚNIOR;

- DEISE IZONETE DE SOUZA;
- LEANDRO DE LIMA BORBA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 30 de julho de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

TERMO DE CREDENCIAMENTO 022/2019 - FMS

Publicação Nº 2107947

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2019-FMS de 18/07/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2019-FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019-FMS
HOMOLOGADO EM 27/05/2019

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JDN CLÍNICA MÉDICA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.262.241/0001-62, com sede à Rua Visconde do Rio Branco, nº 1630, Bairro Centro, na Cidade de Curitiba - PR, Telefone (41) 3014-6949 doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr. Rodrigo de Oliveira Dias, inscrito no CPF sob nº 029.671.309-07, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, dos quais o Fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, urgência e por ordem judicial, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 276/2019, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, dos quais o Fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, urgência e por ordem judicial, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 276/2019.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizados	CONSULTA/PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	Consulta de cirurgião geral	700	R\$ 50,00	R\$ 35.000,00
X	Consulta em dermatologia	380	R\$ 50,00	R\$ 19.000,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 54.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS e/ou CIS-AMFRI.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 273.777,50 (duzentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 – (76)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da

Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 18 de Julho de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO JDN CLINICA MÉDICA LTDA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde Rodrigo de Oliveira Dias

Contratante Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 023/2019 - FMS

Publicação Nº 2107948

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018 - FMS
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2018 – FMS

TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 023/2019-FMS de 18/07/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018-FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2018-FMS
HOMOLOGADO EM 10/09/2018

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JDN CLÍNICA MÉDICA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.262.241/0001-62, com sede à Rua Visconde do Rio Branco, nº 1630, Bairro Centro, na Cidade de Curitiba - PR, Telefone (41) 3014-6949 doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr. Rodrigo de Oliveira Dias, inscrito no CPF sob nº 029.671.309-07, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica e procedimentos médicos especializados, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, urgência e por ordem judicial, dos quais o Fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 663/2018, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica e procedimentos médicos especializados, destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, urgência e por ordem judicial, dos quais o Fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 663/2018.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	CONSULTA DE CIRURGIÃO GERAL	600	R\$ 50,00	R\$ 30.000,00
X	CONSULTA EM DERMATOLOGIA	400	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
X	CONSULTA EM UROLOGIA	400	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 70.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências do Núcleo de Atenção a Criança e a Mulher (NAM), com exceção a consulta do especialista em oftalmologia que deverá ser realizada em suas dependências e com a utilização de seus equipamentos, pois o Município de Penha não possui estrutura adequada para a realização deste tipo de consulta.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 537.110,00 (quinhentos e trinta e sete mil e cento e dez reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Direta (23)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da

Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 18 de Julho de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

JDN CLINICA MÉDICA LTDA
Rodrigo de Oliveira Dias
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2019

Publicação Nº 2108443

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 89/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 39/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de peça para o motor do caminhão Agrale1400 placas QHD 5744 pertencente a Secretaria Municipal de Agricultura.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2019.

Contratado: MECÂNICA POTT LTDA

CNPJ nº: 79.816.914/0001-85

Valor: R\$ 2.860,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta reais).

Data de Vigência: 31/07/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 31 de julho de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Legislativa Nº 12/2019, de 01 de agosto de 2019

Publicação Nº 2109068

PORTARIA Nº 12-2019

Nomeia Responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Peritiba

Gilberto Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa, em conformidade com a Resolução nº 3-2017 e a Lei Municipal nº 2.024, alterada pela Lei Municipal nº 2.109/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor César Claudir da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para a Função Gratificada de Responsável pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Peritiba/SC.

Art. 2º A remuneração do exercício da Função Gratificada seguirá o determinado na Lei Municipal nº 2.109/2017.

Art. 3º Fica o servidor também Responsável pela Ouvidoria Legislativa, instituída pela Resolução Legislativa nº 1-2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto do corrente ano.

Art. 5º As despesas da corrente portaria correrão por conta do orçamento do Poder Legislativo.

Sala de Sessões, 30 de julho de 2019.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

Publicação Nº 2107427

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Processo Seletivo, referente ao edital nº 001/2017, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecer a sede desta Prefeitura, situada a Rodovia SC 437, KM 08, Centro, no horário das 07:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Agente de Endemias	
COLOCAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
3º	Manoel Ferreira Marcelino

Pescaria Brava/SC, 30 de julho de 2019.

LEI ORDINÁRIA Nº 296/2019, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2109191

LEI ORDINÁRIA Nº 296/2019, de 01 de Agosto de 2019.

REVOGA A LEI ORDINÁRIA Nº 270, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a presente lei.

Art. 1º Fica revogada a Lei Ordinária Municipal nº 270, de 20 de Dezembro de 2018, que ☐ Denomina Rua no Bairro Ponta das Laranjeiras, neste Município de Pescaria Brava e dá outras providências ☐.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava/SC, 01 de Agosto de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 29 2019 - RICARDO LUIS MEES

Publicação Nº 2108226

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 02/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, inscrito no CNPJ nº 83.102.673/0001-80 e o Senhor RICARDO LUIS MEES, inscrito no CPF: 305.662.728-14. Objeto: PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS INTERESSADOS EM REALIZAR OFICINAS CONFORME ÁREAS ESPECÍFICAS DESCRITAS NO EDITAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - OFICINEIRO DE FANFARRA – CULTURA E CIDADANIA. Data: 11/07/2019. Valor dos Serviços: R\$ 1.395,00. Vigência: 05/09/2019. Petrolândia, 01 de agosto de 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 070/2019

Publicação Nº 2107799

AVISO ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 070/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 070/2019, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com as seguintes alterações:

Item 3:
[...]

Parágrafo Único – Excluído.
[...]

Inclui-se no item 6.3.2.1 o seguinte documento:
[...]

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
[...]

Inclui-se no item 6.3.3 a seguinte observação:

OBS: Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. A certidão do sistema eproc poderá ser acessada pelo site <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Fica mantida a data e horário de abertura do edital, permanecendo inalterados os demais itens, tendo em vista que a presente alteração não altera o mérito nem a formulação da proposta do edital, conforme artigo 21, § 4º da Lei 8.666/1993.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 31 DE JULHO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2019 - FMS

Publicação Nº 2107941

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2019 - FMS

Objeto: Aquisição de Transdutor para aparelho de Ultrassom, novo, conforme demais especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 19/08/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 19/08/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 26 de julho de 2019.

VANDERLEI WEBER

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2019

Publicação Nº 2107942

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2019

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para possível fornecimento de materiais de consumo, higiene e limpeza destinados às unidades administrativas do Município de Piratuba.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 20/08/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 20/08/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 29 de Julho de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

RREO - ANEXO 1

Publicação Nº 2107817

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No 3º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 3º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.211.591,00	15.211.591,00	2.582.359,66	16,98	7.774.204,81	51,11	7.437.386,19
RECEITAS CORRENTES	14.709.691,00	14.709.691,00	2.399.709,66	16,31	7.274.679,81	49,46	7.435.011,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	685.977,00	685.977,00	131.096,68	19,11	488.336,26	71,19	197.640,74
Impostos	560.359,00	560.359,00	83.036,25	14,82	321.304,17	57,34	239.054,83
Taxas	114.490,00	114.490,00	48.060,43	41,98	167.032,09	145,89	(52.542,09)
CONTRIBUIÇÕES	11.128,00	11.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.128,00
Contribuição de Melhoria	45.000,00	45.000,00	10.976,41	24,39	30.062,89	66,81	14.937,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	45.000,00	45.000,00	10.976,41	24,39	30.062,89	66,81	14.937,11
RECEITA PATRIMONIAL	74.901,00	74.901,00	17.861,63	23,85	58.799,86	78,50	16.101,14
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	763,66	0,00	4.388,76	0,00	(4.388,76)
Valores Mobiliários	74.901,00	74.901,00	17.097,97	22,83	54.411,10	72,64	20.489,90
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	288.900,00	288.900,00	16.623,52	5,75	42.386,16	14,67	246.513,84
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	288.900,00	288.900,00	16.623,52	5,75	42.386,16	14,67	246.513,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.578.098,00	13.578.098,00	2.212.693,42	16,30	6.607.093,09	48,66	6.971.004,91
Transferências da União e de suas Entidades	8.034.770,00	8.034.770,00	1.245.366,61	15,50	3.666.292,16	45,63	4.368.477,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.366.228,00	4.366.228,00	761.422,84	17,44	2.312.197,17	52,96	2.054.030,83
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.177.000,00	1.177.000,00	205.903,97	17,49	628.603,76	53,41	548.396,24
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.745,00	35.745,00	10.458,00	29,26	48.001,55	134,29	(12.256,55)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	11.770,00	11.770,00	4.843,51	41,15	15.810,66	134,33	(4.040,66)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.420,00	6.420,00	0,00	0,00	419,24	6,53	6.000,76

Identificador: WPR3011101-193-GOBPH-302270000 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pág 1 / 5



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

[illegible]



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 3º Bimestre (i)
			No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (f)		No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.211.591,00	16.821.258,42	1.864.383,65	9.887.556,26	6.933.702,16	2.533.130,45	7.433.500,85	9.387.757,57	7.079.582,47
DESPESAS CORRENTES	14.070.811,00	14.352.140,48	1.858.986,72	9.001.290,42	5.350.850,06	2.364.111,72	6.821.822,14	7.530.318,34	6.518.103,76
Pessoal e Encargos Sociais	7.426.850,00	7.447.683,52	1.255.623,36	3.742.974,20	3.704.709,32	1.256.411,36	3.725.588,19	3.722.095,33	3.708.481,02
Juros e Encargos da Dívida	130.000,00	130.000,00	0,00	10.000,00	120.000,00	888,34	2.762,54	127.237,46	2.762,54
Outras Despesas Correntes	6.513.961,00	6.774.456,96	603.363,36	5.248.316,22	1.526.140,74	1.106.812,02	3.093.471,41	3.680.985,55	2.806.860,20
DESPESAS DE CAPITAL	1.127.940,00	2.456.277,94	5.396,93	886.265,84	1.570.012,10	169.018,73	611.678,71	1.844.599,23	561.478,71
Investimentos	1.083.940,00	2.412.277,94	5.396,93	843.264,40	1.569.013,54	161.846,42	590.182,32	1.822.095,62	539.982,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	44.000,00	44.000,00	0,00	43.001,44	998,56	7.172,31	21.496,39	22.503,61	21.496,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.211.591,00	16.821.258,42	1.864.383,65	9.887.556,26	6.933.702,16	2.533.130,45	7.433.500,85	9.387.757,57	7.079.582,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.211.591,00	16.821.258,42	1.864.383,65	9.887.556,26	6.933.702,16	2.533.130,45	7.433.500,85	9.387.757,57	7.079.582,47
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	340.703,96	-	694.622,34
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.211.591,00	16.821.258,42	1.864.383,65	9.887.556,26	-	2.533.130,45	7.774.204,81	-	7.774.204,81
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 10:53:56.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3011101-193-GOBPH-302270000 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pág 3 / 5



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No 3º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 3º Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-193-GOBPH-302270000 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 3º Bimestre (i)
			No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (f)		No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-193-GOBPH-302270000 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pag 5 / 5

RREO - ANEXO 12

Publicação Nº 2107848



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	560.359,00	560.359,00	321.304,17	57,34
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	98.975,00	98.975,00	85.333,01	86,22
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	102.859,10	102.859,10	9.643,10	9,38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	174.410,00	174.410,00	64.497,09	36,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	153.010,00	153.010,00	139.092,11	90,90
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	6.955,00	6.955,00	6.554,97	94,25
Dívida Ativa dos Impostos	21.400,00	21.400,00	12.707,81	59,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.749,90	2.749,90	3.476,08	126,41
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.356.810,00	13.356.810,00	6.770.765,91	50,69
Cota-Parte FPM	8.025.000,00	8.025.000,00	3.966.409,35	49,43
Cota-Parte ITR	2.140,00	2.140,00	150,58	7,04
Cota-Parte IPVA	321.000,00	321.000,00	140.296,24	43,71
Cota-Parte ICMS	4.922.000,00	4.922.000,00	2.630.918,15	53,45
Cota-Parte IPI-Exportação	67.410,00	67.410,00	32.991,59	48,94
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.260,00	19.260,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.260,00	19.260,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.917.169,00	13.917.169,00	7.092.070,08	50,96

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bimestre	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	734.350,00	734.350,00	323.296,90	44,02
Provenientes da União	734.349,00	734.349,00	280.457,22	38,19
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	39.867,96	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	1,00	1,00	2.971,72	297,172
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	734.350,00	734.350,00	323.296,90	44,02

Identificador: WPR3111101-193-ROQOS-302270824 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pág 1 / 4



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até 3º Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.329.600,00	3.464.730,28	2.418.056,86	69,79	1.750.961,89	50,54
Pessoal e Encargos Sociais	1.789.070,00	1.794.286,00	1.067.874,29	59,52	1.060.238,29	59,09
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.540.530,00	1.670.444,28	1.350.182,57	80,83	690.723,60	41,35
DESPESAS DE CAPITAL	20.850,00	278.649,61	242.284,08	86,95	234.063,08	84,00
Investimentos	20.850,00	278.649,61	242.284,08	86,95	234.063,08	84,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.350.450,00	3.743.379,89	2.660.340,94	71,07	1.985.024,97	53,03

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até 3º Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	481.900,00	874.829,89	702.835,81	26,42	635.258,97	32,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	481.900,00	849.354,07	677.835,81	25,48	610.258,97	30,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	25.475,82	25.000,00	0,94	25.000,00	1,26
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	481.900,00	874.829,89	702.835,81	26,42	635.258,97	32,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.868.550,00	2.868.550,00	1.957.505,13	73,58	1.349.766,00	68,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	19,03
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI - (15 x IIIb) / 100)]	285.955,49
---	------------

Identificador: WPR3111101-193-ROQOS-302270824 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	367,54	0,00	367,54	0,00	367,54
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	367,54	0,00	367,54	0,00	367,54

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2014	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Identificador: WPR3111101-193-ROQOS-302270824 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NEC

Pág 3 / 4



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até 3º Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	2.478.000,00	2.799.700,55	1.936.370,74	72,79	1.622.065,26	81,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	627.840,00	644.905,61	576.890,66	21,68	221.427,95	11,15
Suporte Profilático e Terapêutico	217.220,00	226.260,94	100.794,65	3,79	97.100,87	4,89
Vigilância Sanitária	27.390,00	72.512,79	46.284,89	1,74	44.430,89	2,24
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.350.450,00	3.743.379,89	2.660.340,94	100,00	1.985.024,97	100,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 11:08:00.

1. A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na coluna "l" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
3. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na coluna "l" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
4. O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. O valor (Vl%) = (Vl/h ou l) / (l/h x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

RREO - ANEXO 2

Publicação Nº 2107824



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (b)		No 3º Bimestre	Até 3º Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.211.591,00	16.821.258,42	1.864.383,65	9.887.556,26	100,00	2.533.130,45	7.433.500,85	9.387.757,57
LEGISLATIVA	695.600,00	695.600,00	79.188,34	328.157,40	3,32	328.157,40	276.646,78	418.953,22
Ação Legislativa	695.600,00	695.600,00	79.188,34	328.157,40	3,32	328.157,40	276.646,78	418.953,22
ADMINISTRAÇÃO	1.803.000,00	1.903.000,00	224.200,90	1.269.109,43	12,84	305.779,11	931.221,67	971.778,33
Administração Geral	1.803.000,00	1.903.000,00	224.200,90	1.269.109,43	12,84	305.779,11	931.221,67	971.778,33
SEGURANÇA PÚBLICA	65.800,00	77.371,02	5.772,08	46.563,51	0,47	11.349,14	31.437,67	45.933,35
Defesa Civil	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Demais Subfunções	52.800,00	64.371,02	5.772,08	46.563,51	0,47	11.349,14	31.437,67	32.933,35
ASSISTÊNCIA SOCIAL	687.550,00	687.550,00	82.758,79	384.156,07	3,89	104.351,29	289.478,12	398.071,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	606,40	606,40	0,01	606,40	606,40	10.393,60
Assistência Comunitária	676.550,00	676.550,00	82.152,39	383.549,67	3,88	103.744,89	288.871,72	387.678,28
SAÚDE	3.350.450,00	3.743.379,89	479.791,09	2.660.340,94	26,91	680.874,88	1.985.024,97	1.758.354,92
Atenção Básica	2.478.000,00	2.799.700,55	456.431,82	1.936.370,74	19,58	591.938,12	1.622.065,26	1.177.635,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	627.840,00	644.905,61	3.260,00	576.890,66	5,83	65.949,48	221.427,95	423.477,66
Suporte Profilático e Terapêutico	217.220,00	226.240,94	11.850,93	100.794,65	1,02	125.466,29	97.100,87	129.160,07
Vigilância Sanitária	27.390,00	72.512,79	8.248,34	46.284,89	0,47	26.227,90	44.430,89	28.081,90
EDUCAÇÃO	3.240.481,00	3.372.546,36	532.645,34	1.800.946,56	18,21	565.421,73	1.566.156,55	1.806.389,81
Ensino Fundamental	2.250.881,00	2.331.328,84	421.170,29	1.204.062,67	12,18	432.769,14	1.018.835,12	1.312.493,72
Ensino Profissional	80.100,00	80.100,00	(695,00)	55.325,00	0,56	13.430,00	20.175,00	59.925,00
Educação Infantil	866.700,00	918.317,52	112.170,05	512.938,89	5,19	112.067,59	512.836,43	405.481,09
Educação Especial	42.800,00	42.800,00	0,00	28.620,00	0,29	7.155,00	14.310,00	28.490,00
CULTURA	70.200,00	70.200,00	13.924,00	59.989,50	0,61	21.819,28	37.650,42	32.549,58
Diffusão Cultural	70.200,00	70.200,00	13.924,00	59.989,50	0,61	21.819,28	37.650,42	32.549,58
URBANISMO	843.900,00	943.900,00	112.847,40	593.721,05	6,00	350.178,95	428.270,17	515.629,83
Serviços Urbanos	843.900,00	943.900,00	112.847,40	593.721,05	6,00	350.178,95	428.270,17	515.629,83
HABITAÇÃO	100.200,00	100.200,00	13.100,00	39.100,00	0,40	61.100,00	39.100,00	61.100,00
Habituação Urbana	100.200,00	100.200,00	13.100,00	39.100,00	0,40	61.100,00	39.100,00	61.100,00
SANEAMENTO	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Saneamento Básico Urbano	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
AGRICULTURA	894.300,00	1.163.122,24	75.211,21	806.662,69	8,16	165.601,48	464.936,58	698.185,66
Extensão Rural	894.300,00	1.163.122,24	75.211,21	806.662,69	8,16	165.601,48	464.936,58	698.185,66
INDÚSTRIA	20.300,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00
Promoção Industrial	20.300,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	956.700,00	1.525.484,10	(45.652,92)	454.878,19	4,60	29.111,46	259.206,20	1.266.277,90
Promoção Comercial	59.200,00	59.200,00	1.742,50	11.382,85	0,12	2.215,82	7.926,94	51.273,06
Turismo	112.200,00	250.090,68	(48.969,19)	88.921,49	0,90	161.169,19	56.991,49	193.099,19
Demais Subfunções	765.300,00	1.216.193,42	1.573,77	354.573,85	3,59	861.619,57	194.287,77	1.021.905,65
TRANSPORTE	1.823.430,00	1.838.924,81	266.510,61	1.057.956,80	10,70	780.968,01	913.182,35	925.742,46
Transporte Rodoviário	1.823.430,00	1.838.924,81	266.510,61	1.057.956,80	10,70	780.968,01	913.182,35	925.742,46
DESPORTO E LAZER	285.500,00	285.500,00	24.086,81	145.033,10	1,47	140.466,90	102.742,44	182.757,56
Desporto Comunitário	285.500,00	285.500,00	24.086,81	145.033,10	1,47	140.466,90	102.742,44	182.757,56
ENCARGOS ESPECIAIS	381.140,00	381.140,00	0,00	240.941,02	2,44	140.198,98	108.446,93	272.693,07
Serviço da Divisão Interna	174.000,00	174.000,00	0,00	53.001,44	0,54	8.060,65	24.258,93	149.741,07

Identificador: WPR3021101-193-MXZAW-302270145 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pag 1 / 3



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

Transferências	172.140,00	172.140,00	0,00	172.140,00	1,74	0,00	19.343,23	68.388,42	0,92	103.751,58
Outros Encargos Especiais	35.000,00	35.000,00	0,00	15.799,58	0,16	19.200,42	0,00	15.799,58	0,21	19.200,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.840,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.211.591,00	16.821.258,42	1.864.383,65	9.887.556,36	100,00	6.933.702,16	2.533.130,45	7.433.500,85	100,00	9.387.757,57

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 10:56:59.

NOTA:

Identificador: WPR3021101-193-MXZAW-302270145 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NEC

Pág 2 / 3



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS								
			DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS		
			(a)	(b)	(b/III b)	(c) = (a-b)		
							%	(d)
								(e) = (a-d)

RREO - ANEXO 3

Publicação Nº 2107827



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: 2111, 17991
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Julho/2018	Agosto/2018	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Maio/2019	Junho/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.527.979,06	1.265.612,83	1.105.888,35	1.195.350,96	1.404.878,03	1.924.049,76	1.422.456,88	1.566.924,92	1.336.414,32	1.459.675,53	1.496.903,74	1.346.256,39	17.052.090,77	17.376.773,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.048,15	55.253,87	46.037,12	72.879,31	63.541,19	90.182,78	46.393,89	85.844,29	86.222,67	138.778,73	71.495,85	59.600,83	875.278,68	685.977,00
IPU	2.326,63	4.206,48	1.034,83	1.762,09	1.604,62	5.563,62	3.318,03	13.131,49	15.924,39	52.560,24	9.217,49	4.672,00	115.524,91	122.515,00
ISS	15.822,53	13.499,26	12.226,62	25.248,42	16.100,11	25.248,42	12.733,17	13.753,46	14.619,62	9.176,07	11.343,43	11.820,42	184.242,15	181.974,90
ITBI	11.000,00	3.240,00	7.988,96	9.560,00	0,00	4.896,00	7.592,21	2.087,42	0,00	0,00	0,00	0,00	46.364,59	102.859,10
IRRF	13.105,68	16.722,72	13.395,30	26.040,36	31.945,09	29.280,97	2.805,67	23.895,35	21.042,94	45.364,86	25.024,74	20.958,55	269.582,23	153.010,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.793,31	17.585,41	11.391,41	10.268,44	13.891,37	22.602,77	19.684,81	32.973,57	34.635,72	31.677,56	25.910,57	22.149,86	259.564,80	125.618,00
Contribuições	5.825,19	5.978,58	6.121,68	5.592,65	5.844,86	11.033,01	0,00	6.867,62	6.089,66	6.129,20	5.319,73	5.656,68	70.558,86	45.000,00
Receita Patrimonial	5.771,19	5.514,94	4.830,18	16.470,83	7.490,69	8.504,81	6.778,10	7.696,94	7.917,59	18.545,60	9.137,84	8.723,79	107.382,50	74.901,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.794,59	3.865,38	3.252,23	14.602,47	5.797,12	6.522,96	5.496,30	7.005,00	7.224,26	17.587,57	8.633,65	8.464,32	92.345,85	74.901,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.976,60	1.649,56	1.577,95	1.868,36	1.693,57	1.981,85	1.281,80	691,94	693,33	958,03	504,19	259,47	15.136,65	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	115.212,34	8.606,54	7.006,28	11.815,10	7.661,49	9.240,66	7.518,74	4.250,64	2.779,70	11.213,56	8.726,09	8.197,43	201.928,57	288.900,00
Transferências Correntes	1.341.052,29	1.181.316,88	1.039.119,90	1.086.230,00	1.318.152,16	1.792.606,92	1.360.357,06	1.459.642,22	1.223.817,36	1.261.284,53	1.398.749,69	1.257.394,20	15.719.796,21	16.245.180,00
Cota-Parte do FPM	720.789,83	536.119,12	404.341,44	459.329,27	576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	783.028,06	586.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	7.673.666,45	8.570.700,00
Cota-Parte do ICMS	393.893,06	390.829,86	400.396,23	403.774,01	426.578,11	460.672,04	466.894,89	452.866,89	425.022,69	436.565,02	429.717,99	419.650,67	5.107.011,46	4.922.000,00
Cota-Parte do IPVA	22.224,90	29.000,36	18.333,19	14.541,17	12.233,73	9.940,90	20.695,15	26.383,41	22.572,23	26.111,13	25.116,82	19.417,50	246.830,49	321.000,00
Cota-Parte do ITR	18,79	68,82	310,46	1.542,50	18,08	0,00	60,70	18,72	12,67	29,84	0,00	28,65	2.109,23	2.140,00
Transferências da LC 87/1996	1.266,23	1.266,23	1.266,23	1.266,23	1.266,23	1.266,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.597,38	19.260,00
Transferências da LC 61/1989	5.491,92	5.939,63	5.938,76	6.027,79	5.787,05	6.973,18	5.324,17	5.635,95	5.443,09	5.518,29	5.403,43	5.666,66	69.149,92	67.410,00
Transferências do FUNDEB	94.725,81	98.328,28	100.194,83	101.675,49	104.859,15	115.641,50	108.721,11	110.735,16	100.648,74	102.594,78	107.627,54	98.276,43	1.244.028,82	1.177.000,00
Outras Transferências Correntes	102.994,75	119.704,58	108.138,76	98.143,54	190.137,62	188.407,82	46.206,49	80.974,03	83.231,10	118.478,14	96.837,84	136.147,79	1.369.402,46	1.165.670,00
Outras Receitas Correntes	1.016,90	8.942,02	2.273,19	2.343,07	2.187,64	12.481,38	1.609,09	2.623,21	9.887,29	23.723,91	3.774,54	6.683,46	77.245,95	35.745,00
DEDUÇÕES (II)	169.511,82	192.656,59	166.155,28	177.285,96	204.630,88	237.070,00	241.085,70	253.586,40	207.987,29	208.042,11	238.856,65	204.593,82	2.501.462,50	2.667.082,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	169.511,82	192.656,59	166.155,28	177.285,96	204.630,88	237.070,00	241.085,70	253.586,40	207.987,29	208.042,11	238.856,65	204.593,82	2.501.462,50	2.667.082,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.358.467,24	1.072.956,24	939.733,07	1.018.065,00	1.200.247,15	1.686.979,76	1.181.571,18	1.313.338,52	1.128.427,03	1.251.633,42	1.258.047,09	1.141.662,57	14.550.628,27	14.709.691,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 10:58:52.

NOTA:

Identificador: WPR3031101-183-OTUV0-302270297 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pag 1 / 1

RREO - ANEXO 6

Publicação Nº 2107828



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais	
ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 3º Bimestre/2019	
		RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)		14.709.691,00	7.274.679,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		685.977,00	488.336,26
IPTU		122.515,00	99.026,64
ISS		181.974,90	73.505,79
ITBI		102.859,10	9.679,63
IRRF		153.010,00	139.092,11
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		125.618,00	167.032,09
Contribuições		45.000,00	30.062,89
Receita Patrimonial		74.901,00	58.799,86
Aplicações Financeiras (II)		74.901,00	54.411,10
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	4.388,76
Transferências Correntes		13.578.098,00	6.607.093,09
Cota-Parte do FPM		6.965.700,00	3.173.127,64
Cota-Parte do ICMS		3.937.600,00	2.104.735,06
Cota-Parte do IPVA		256.800,00	112.237,44
Cota-Parte do ITR		2.140,00	120,50
Transferências da LC 87/1996		19.260,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		53.928,00	26.393,30
Transferências do FUNDEB		1.177.000,00	628.603,76
Outras Transferências Correntes		1.165.670,00	561.875,39
Demais Receitas Correntes		325.715,00	90.387,71
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	1.290,32
Receitas Correntes Restantes		325.715,00	89.097,39
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - III)		14.634.790,00	7.218.978,39
RECEITAS DE CAPITAL (V)		501.900,00	499.525,00
Operações de Crédito (VI)		500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		1.500,00	182.650,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00
Outras Alienações de Bens		1.500,00	182.650,00
Transferências de Capital		400,00	316.875,00
Convênios		200,00	73.125,00
Outras Transferências de Capital		200,00	243.750,00

Identificador: WPR3051101-193-TTQVE-302270467 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NEC

Pág 1 / 3



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		1.900,00	499.525,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		14.636.690,00	7.718.503,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 3º Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.352.140,48	9.001.290,42	6.821.822,14	6.518.103,76	39.697,49
Pessoal e Encargos Sociais	7.447.683,52	3.742.974,20	3.725.588,19	3.708.481,02	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	130.000,00	10.000,00	2.762,54	2.762,54	0,00
Outras Despesas Correntes	6.774.456,96	5.248.316,22	3.093.471,41	2.806.860,20	39.697,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.222.140,48	8.991.290,42	6.819.059,60	6.515.341,22	39.697,49
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.456.277,94	886.265,84	611.678,71	561.478,71	99.848,49
Investimentos	2.412.277,94	843.264,40	590.182,32	539.982,32	99.848,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	44.000,00	43.001,44	21.496,39	21.496,39	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.412.277,94	843.264,40	590.182,32	539.982,32	99.848,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	12.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	16.647.258,42	9.834.554,82	7.409.241,92	7.055.323,54	139.545,98
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]					41.186,95
					482.446,92

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(400.901,00)

JUROS NOMINAIS	Até 3º Bimestre/2019
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	54.411,10
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	2.762,54
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	534.095,48

Identificador: WPR3051101-193-TTQVE-302270467 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixa no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(131.207,06)

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	ABAIXO DA LINHA	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Até 3º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		96.108,61
DEDUÇÕES (XXIX)		2.388.312,01
Disponibilidade de Caixa ¹	1.655.451,90	
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.654.213,39	2.319.401,97
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	1.793.759,37	2.319.401,97
Demais Haveres Financeiros	139.545,98	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXX) = (XXVIII - XXIX)	1.238,51	68.910,04
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	(1.500.542,27)	791.661,13

AJUSTE METODOLÓGICO	Até 3º Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	139.545,98
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	652.115,15
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	600.466,59

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 11:01:46.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:

RREO - ANEXO 7

Publicação Nº 2107831



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total l = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)									
			Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	0,00	139.545,98	139.545,98	0,00	0,00	41.186,95	41.186,95	69.701,75	49.637,97	49.637,97	
Executivo	0,00	139.545,98	139.545,98	0,00	0,00	41.186,95	41.186,95	69.701,75	49.637,97	49.637,97	
Gabinete do Prefeito	0,00	305,89	305,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Secretaria de Administração Finança e Planejamento	0,00	1.988,61	1.988,61	0,00	0,00	1.144,30	1.144,30	0,00	0,00	0,00	
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	81.310,05	81.310,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Secretaria de Educação e Cultura	0,00	2.263,71	2.263,71	0,00	0,00	74.817,17	32.434,66	0,00	42.382,51	42.382,51	
Secretaria de Saúde e Assistência Social	0,00	2.566,98	2.566,98	0,00	0,00	6.964,19	6.964,19	0,00	0,00	0,00	
Secretaria de Transportes Obras e Serviços Público	0,00	30.506,46	30.506,46	0,00	0,00	466,94	466,94	0,00	0,00	0,00	
Secretaria Municipal de Esportes	0,00	20.604,28	20.604,28	0,00	0,00	99,49	99,49	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	0,00	0,00	77.034,58	77,37	69.701,75	7.255,46	7.255,46	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	139.545,98	139.545,98	0,00	0,00	160.526,67	41.186,95	69.701,75	49.637,97	49.637,97	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 11:02:19.

NOTA:

Identificador: WPR3061101-193-KHGFV-302270537 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pag 1 / 1

RREO - ANEXO 8

Publicação Nº 2107833



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		RECEITAS DE ENSINO			RS 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até 3º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS					
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	560.359,00	560.359,00	321.304,17		57,34
1.1.1- IPTU	122.515,00	122.515,00	99.026,64		80,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	98.975,00	98.975,00	85.333,01		86,22
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	23.540,00	23.540,00	13.693,63		58,17
1.2.1- ITBI	102.859,10	102.859,10	9.679,63		9,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	102.859,10	102.859,10	9.643,10		9,38
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	36,53		0,00
1.3.1- ISS	181.974,90	181.974,90	73.505,79		40,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	174.410,00	174.410,00	64.497,09		36,98
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.564,90	7.564,90	9.008,70		119,09
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	153.010,00	153.010,00	139.092,11		90,90
2.1- Cota-Parte FPM	13.902.510,00	13.902.510,00	6.770.765,91		48,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.570.700,00	8.570.700,00	3.966.409,35		46,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	8.025.000,00	8.025.000,00	3.966.409,35		49,43
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	315.650,00	315.650,00	0,00		0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	230.050,00	230.050,00	0,00		0,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	4.922.000,00	4.922.000,00	2.630.918,15		53,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	19.260,00	19.260,00	0,00		0,00
2.5- Cota-Parte ITR	67.410,00	67.410,00	32.991,59		48,94
2.6- Cota-Parte IPVA	2.140,00	2.140,00	150,58		7,04
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	321.000,00	321.000,00	140.296,24		43,71
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	0,00	0,00	0,00		0,00
	14.462.869,00	14.462.869,00	7.092.070,08		49,04

Identificador: WPR3071101-193-JWMCU-302270586 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pág 1 / 6



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	202.551,00	202.551,00	103.746,75	51,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	124.120,00	124.120,00	73.710,26	59,39
5.2- Transferência Diretas do PDDE	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	33.170,00	33.170,00	15.040,00	45,34
5.4- Transferência Diretas do PNATE	37.450,00	37.450,00	14.632,20	39,07
5.5- Outras Transferências do FNDE	6.741,00	6.741,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	364,29	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	118.700,00	118.700,00	38.649,53	32,56
6.1- Transferências de Convênios	118.700,00	118.700,00	28.963,41	24,40
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	9.686,12	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	200,00	200,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	321.451,00	321.451,00	142.396,28	44,30

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 3º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.667.082,00	2.667.082,00	1.354.151,97	50,77
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.605.000,00	1.605.000,00	793.281,71	49,43
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	984.400,00	984.400,00	526.183,09	53,45
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	13.482,00	13.482,00	6.598,29	48,94
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	0,00	0,00	30,08	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	64.200,00	64.200,00	28.038,80	43,71
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.177.000,00	1.177.000,00	629.264,30	53,46
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.177.000,00	1.177.000,00	628.603,76	53,41
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	660,54	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	(1.490.082,00)	(1.490.082,00)	(725.548,21)	48,69
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(1.490.082,00)	(1.490.082,00)	(725.548,21)	0,00

Identificador: WPR3071101-193-JWMCU-302270586 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NEC



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 3º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 3º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						
13.1- Com Educação Infantil	706.200,00	939.717,52	684.030,93	72,79	684.030,93	72,79
13.2- Com Ensino Fundamental	282.480,00	515.997,52	401.674,87	77,84	401.674,87	77,84
14- OUTRAS DESPESAS	423.720,00	423.720,00	282.356,06	66,64	282.356,06	66,64
14.1- Com Educação Infantil	470.800,00	288.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	188.320,00	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	282.480,00	282.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.177.000,00	1.228.617,52	684.030,93	55,67	684.030,93	55,67

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
17.1- FUNDEB 60%		51.617,52
17.2- FUNDEB 40%		51.617,52
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		51.617,52

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		632.413,41
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100%)		100,50
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100%)		0,00
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		(0,50)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019		51.617,52

Identificador: WPR3071101-193-JWMCU-302270586 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 3º Bimestre (e)	(f) = (e/d)x100 %	Até 3º Bimestre (g)	(h) = (g/d)x100 %
22- EDUCAÇÃO INFANTIL						
22.1- Creche	823.900,00	875.517,52	489.184,02	55,87	489.184,02	55,87
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	823.900,00	875.517,52	489.184,02	55,87	489.184,02	55,87
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	470.800,00	522.417,52	401.674,87	76,89	401.674,87	76,89
22.2- Pré-Escola	353.100,00	353.100,00	87.509,15	24,78	87.509,15	24,78
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL						
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.918.530,00	1.918.530,00	975.899,10	50,87	804.113,38	41,91
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	706.200,00	706.200,00	282.356,06	39,98	282.356,06	39,98
24- ENSINO MÉDIO	1.212.330,00	1.212.330,00	693.543,04	57,21	521.757,32	43,04
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	176.400,00	176.400,00	116.487,48	66,04	62.419,74	35,39
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.918.830,00	2.970.447,52	1.581.570,60	53,24	1.355.717,14	45,64

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	(725.548,21)
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	(725.548,21)
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (35)	2.018.845,61
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) %- LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	28,47



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidação
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 3º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 3º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	124.120,00	139.239,25	79.389,44	57,02	76.394,35	54,87
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	197.531,00	262.859,59	139.986,52	53,26	134.045,06	50,99
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	321.651,00	402.098,84	219.375,96	54,56	210.439,41	52,34
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	3.240.481,00	3.372.546,36	1.800.946,56	53,40	1.566.156,55	46,44
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	51.617,52	15.119,25
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	628.603,76	73.710,26
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	684.030,93	70.824,75
47.1 (-) Orçamento do Exercício	684.030,93	70.824,75
47.2 (-) Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	660,54	236,54
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(3.149,11)	18.241,30
50- (+) AJUSTES	5.395,80	0,00
50.1 (+) Retenções	5.395,80	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	2.246,69	18.241,30

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 11:03:57.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional".
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3071101-193-JWMCU-302270586 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pág 6 / 6

RREO – ANEXO 11

Publicação Nº 2107842



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)	Em Reais
RECEITAS				
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Receita de Alienação de Bens Móveis	1.500,00	183.650,94	(182.150,94)	
Receita de Alienação de Bens Imóveis	750,00	183.650,94	(182.900,94)	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	750,00	0,00	750,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	

	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital	84.248,55	82.272,73	73.406,55	38.006,55	0,00	0,00	1.975,82
Investimentos	84.248,55	82.272,73	73.406,55	38.006,55	0,00	0,00	1.975,82
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (IIIf+ IIIfg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIh + IIIj)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR			
VALOR (III)	40.001,48	145.644,39	185.645,87

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 11:06:36.

NOTA:

Identificador: WPR3101101-183-UExDV-302270775 - Emitido por: CARLOS ROBERTO NIEC

Pág 1 / 1

RREO – ANEXO 9

Publicação Nº 2107835



MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E
 DESPESAS DE CAPITAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2019 / Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

<u>RECEITAS</u>	<u>PREVISÃO ATUALIZADA</u> (a)	<u>RECEITAS REALIZADAS</u> (b)	<u>SALDO NÃO REALIZADO</u> (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	500.000,00	0,00	500.000,00

<u>DESPESAS</u>	<u>DOTAÇÃO ATUALIZADA</u> (d)	<u>DESPESAS EMPENHADAS</u> (e)	<u>SALDO NÃO EXECUTADO</u> (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.456.277,94	886.265,84	1.570.012,10
Investimentos	2.412.277,94	843.264,40	1.569.013,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	44.000,00	43.001,44	998,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.456.277,94	886.265,84	1.570.012,10

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	1.956.277,94	886.265,84	1.070.012,10
--	---------------------	-------------------	---------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE. Emissão: 31/07/2019, às 11:05:43.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:

Pomerode

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2019 - SAÚDE / TERMO DE RESCISÃO

Publicação Nº 2109120

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE RESCISÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2019 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 002 / 2019 - SAÚDE. Inexigibilidade de Licitação n.º 001 / 2019 - SAÚDE. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE. Contratada: CLÍNICA DO CORAÇÃO CENTRO DE DIAGNÓSTICOS S/S LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DO PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – RAPS PARA CAPACITAÇÃO, ATRAVÉS DE PROFISSIONAL DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA SAÚDE MENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, DESDE A ATENÇÃO BÁSICA ATÉ A ATENÇÃO ESPECIALIZADA, NO INTUITO DOS PROFISSIONAIS OFERECEREM OS CUIDADOS NECESSÁRIOS AOS USUÁRIOS SUS, EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL. Profissional executora do Projeto: Dra. ÂNGELA MARIA DA SILVA HOEPFNER. Da Rescisão - Em conformidade com o Artigo 79, Inciso I da Lei Federal n.º 8.666/1993 e a Cláusula Décima do Contrato Administrativo n.º 001 / 2019 - SAÚDE, por razões de interesse público, sendo os trabalhos de capacitação antecipados, as horas contratadas concluídas e atingidos os objetivos propostos, o presente contrato será amigavelmente rescindido pelas partes. Ass.: Marcos Bönmann, Secretário Municipal de Saúde de Pomerode, Contratante / Clovis Hoepfner, Sócio Administrador, Clínica do Coração Centro de Diagnósticos S/S Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 31 de Julho de 2019.

MARCOS BÖNMANN
Secretário Municipal de Saúde de Pomerode

DECRETO MUNICIPAL Nº 3688/2019 DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107795

DECRETO MUNICIPAL Nº 3688/2019
DE 31 DE JULHO DE 2019.

CEDE PARCIALMENTE E PROVISORIAMENTE O SERVIDOR DIEGO ARRUDA IRIGOITE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso III, da Lei Orgânica do Município e ainda,

CONSIDERANDO o ofício n.º 87/2019 no qual o excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pomerode relata que a contadora titular está gozando licença para tratamento de saúde (arts 181 e 182 da LC 269/2014) e que não há outro servidor do poder legislativo municipal ou candidato aprovado em processo seletivo que possa substituí-la;

CONSIDERANDO que as remessas de dados contábeis do terceiro bimestre de 2019 (e-sfinge TCE/SC) não foram enviadas pela Câmara de Vereadores, o que inviabiliza o fechamento das contas do Município, inclusive pode prejudicar a Matriz de Saldo Contábil (MSC) e que prazos vencem ainda hoje;

CONSIDERANDO que a não prestação de contas nos respectivos prazos poderá trazer grave prejuízo à Administração Pública Municipal globalmente, inclusive com o congelamento de repasses voluntários de outros entes públicos;

CONSIDERANDO que no referido ofício o presidente da Câmara de Vereadores de Pomerode solicita a cessão de servidor do poder executivo para substituir temporariamente a titular licenciada, até a finalização do processo seletivo;

CONSIDERANDO a orientação técnica 32.721/2018 do IGAM que afirma que "não poderá o Contador Geral do município eximir-se da responsabilidade da elaboração do Balanço Patrimonial Consolidado do Município, restando assim, de forma excepcional e temporária, concluir a escrituração do exercício do Poder Legislativo, pois, do contrário, é inviabilizada a consolidação das contas";

CONSIDERANDO a excepcionalidade e a necessária transitoriedade de tal medida e que é inviável no atual momento ceder integralmente um servidor em razão da carga de trabalho que pesa sobre a Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária;

DECRETA :

Art. 1º Atribuir a responsabilidade, em caráter excepcional, dos serviços contábeis da Câmara Municipal de Vereadores de Pomerode, ao servidor público efetivo titular do cargo de contador do executivo municipal, DIEGO ARRUDA IRIGOITE, matrícula 353108-00, durante o período de afastamento da contadora titular ou até a finalização do processo seletivo.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de julho de 2019.

Pomerode (SC), 31 de julho de 2019.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 050 / 2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2109110

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 050 / 2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 083 / 2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO HIDRÁULICO, LUBRIFICANTES, GRAXAS, QUEROSENE, ARLA, FLUIDO DE FREIO E ADITIVOS PARA USO NA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 14/08/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 14/08/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 31 de Julho de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 5/2019 FMS

Publicação Nº 2107772

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 104/2019 de 05 de Julho de 2019, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 15/08/2019 às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A à Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ponte Alta do Norte, até o horário limite de 09h30min do dia 15/08/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 15/08/2019

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 31/07/2019.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SME -10-2019

Publicação Nº 2107958

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 10/2019/SME

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SME, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 34º da Lei Complementar Nº 080, de 07 de dezembro de 2007, e legislação em vigor no ato da admissão, torna público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, em razão de esgotada a listagem de professores classificados por disciplina, no processo seletivo nº 002/2018, bem como em obediência ao Art. 34 dos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, define:

1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se a Secretaria Municipal de assistência Social, munidos de documentos pessoais, comprovante de habilitação e comprovante de tempo de atuação no magistério público municipal na disciplina da vaga pleiteada, emitido pelo Recursos Humanos da Prefeitura (quando houver), para a escolha das vagas disponíveis. A escolha ocorrerá no dia 01/08/2019, às 13h00min, na Sala da SME, Rua três de Maio –nº 519 ao lado do Posto de Saúde.

2. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer divulga EM ANEXO o quadro de vagas, por disciplina, com carga horária, unidade de trabalho e motivo da contratação;

3. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes candidatos obedecerão aos critérios estabelecidos na alteração de carga horária, contido na Lei Complementar nº 108/2010, em seu Art. 5, § 3, incisos I, II e VI onde estabelece que terá preferência o professor ou candidato:

I- De habilitação profissional mais elevada;

II- De maior tempo de serviço no exercício na docência na rede municipal de ensino;

VI- De maior idade.

3.1. Considera-se habilitação profissional (item 3, inciso I) para a ordem de classificação a comprovação documental sendo na ordem de:

1º) Diploma de Licenciatura Plena na disciplina da vaga;

2º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 10ª fase;

3º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 9ª fase;

4º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 8ª fase;

5º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 7ª fase;

6º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 6ª fase;

7º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 5ª fase;

8º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 4ª fase;

9º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 3ª fase;

10º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 2ª fase;

4. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ponte Serrada – SC, 31 de Julho de 2019.

Andressa Caleffi Tamanho

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

QUADRO DE VAGAS

Edital de Chamada Pública 01/2019/ Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais, divulga quadro de vagas para Chamada Pública que ocorrerá no dia 01/08/2019, às 13h00min, na Sala da SME, Rua três de Maio –nº 519 ao lado do Posto de Saúde.

Serviço de Fortalecimento de Vínculos			
Função	Número de aulas	Turno	Observações
Professor de Dança	20	Mat e Vesp.	Vaga em aberto, foi esgotada a lista do Processo Seletivo 002/2018

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer reserva o direito de alterar o QUADRO DE VAGAS conforme a necessidade e a qualquer tempo.

Ponte Serrada – SC, 31 de Julho de 2019.

Andressa Caleffi Tamanho

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2019

Publicação Nº 2107583

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 73/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 53/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002. A presente licitação tem por objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA ORGÂNICA DESARMADA. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 13/08/2019. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 13/08/2019. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br em 01/08/2019. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 31 de julho de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.185, DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2109070

DECRETO Nº 2.185, DE 31 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 762.460,51 (Setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional Programática: 0004.0123.0004

Atividade: 2.011 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 1.100,51

Órgão: 06 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 0015.0452.0005

Atividade: 2.014 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 712.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Funcional Programática: 0023.0695.0024

Atividade: 2.089 – Operacionalização do Receptivo de Navios de Turismo

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 02060011 – Recursos: Taxa de Ancoragem de Navios

Valor: R\$ 49.360,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2019, por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$ 713.100,51 (Setecentos e treze mil, cem reais e cinquenta e um centavos) e da Taxa de Ancoragem de Navios na importância de R\$ 49.360,00 (Quarenta e nove mil, trezentos e sessenta reais), totalizando a importância de R\$ 762.460,51 (Setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 31 de julho de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 2.187, DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2109072

DECRETO Nº 2.187, DE 31 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 343.209,37 (Trezentos e quarenta e três mil, duzentos e nove reais e trinta e sete centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Segurança Pública

Funcional Programática: 0006.0182.0007

Atividade: 2.025 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03120200 – Recursos: SF - Convênio de Trânsito - Prefeitura
Valor: R\$ 343.209,37

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2018, por conta do Recurso do Convênio de Trânsito - Prefeitura, na importância de R\$ 343.209,37 (Trezentos e quarenta e três mil, duzentos e nove reais e trinta e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 31 de julho de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2796, DE 29 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108438

LEI MUNICIPAL Nº 2796, DE 29 DE JULHO DE 2019

Institui Via Gastronômica e dá outras providências. Autor: Vereador Jonatha Carlo Cabral.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Instituí a Via Gastronômica na Avenida Hironido Conceição dos Santos, Bairro de Perequê.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar programa de incentivo fiscal para o fomento e desenvolvimento do comércio local voltado para a gastronomia na Avenida Hironido Conceição dos Santos, Bairro de Perequê.

Art. 3º Esta Lei deverá ser regulamentada no que couber por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de julho de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 798/2019

Publicação Nº 2107986

DECRETO Nº 798, de 31 de julho de 2019.

Regulamenta a Lei Municipal nº 4.594, de 09 de julho de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no Art. 5º da Lei Municipal nº 4.594, de 09 de julho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Lei Municipal nº 4.594, de 09 de julho de 2019, que versa sobre a proibição do manuseio, utilização, queima e soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no âmbito municipal de Porto União (SC).

Art. 2º A fiscalização referente à proibição insculpida na Lei Municipal nº 4.594/2019 e aplicação da multa prevista no Art. 3º do mesmo Diploma Legal ficará condicionada à denúncia protocolada junto ao Setor de Fiscalização, devendo obrigatoriamente conter:

- I- identificação do denunciante;
- II- descrição do local do cometimento da infração;
- III- identificação do infrator;
- IV- circunstâncias do fato.

Parágrafo único. Não serão admitidas, sob hipótese alguma, denúncias anônimas.

Art. 3º Recebida a denúncia, desde que formalizada nos moldes do Art. 2º, a equipe de fiscalização municipal realizará vistoria in loco, visando à autuação de processo administrativo específico, contendo as peças iniciais necessárias à apuração de indícios de materialidade e autoria da denúncia, e constatado o cometimento da infração, aplicação da penalidade nos moldes legais.

Parágrafo único. Ainda que o denunciante apresente evidências, a exemplo de imagens e/ou vídeos, para lavratura do auto de infração torna-se necessária a constatação da ocorrência pela equipe de fiscalização.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ERRATA REFERENTE EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 103/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2108322

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Errata

Referente ao Processo Licitatório 137/2019 – Registro de Preços

Pregão Presencial 103/2019.

No Extrato de Edital de Pregão Presencial 103/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 31 de julho de 2019, edição Nº 2890, página 1102.

Onde lê-se "[...] com início da sessão pública às 13h30min, no mesmo local e dia. [...]", Leia-se "[...] com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. [...]".

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União – SC, 31 de julho de 2019.

Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 104/2019

Publicação Nº 2107738

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 138/2019.
Extrato de Edital de Pregão Presencial 104/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MEDALHAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 15 de agosto de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 31 de julho de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 038/2019

Publicação Nº 2107794

PORTARIA Nº 038, de 29 de julho de 2019.

Nomeia Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigativos, visando à autuação de processo administrativo específico, contendo as peças iniciais necessárias à apuração de indícios de materialidade e autoria de denúncias sobre irregularidades, desde que formalmente apresentadas, sendo observados os princípios de razoabilidade, proporcionalidade e da economicidade, os quais poderão culminar em futura sindicância contraditória ou processo administrativo disciplinar.

Art. 2º Designar como membros da Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigativos os seguintes servidores:

I- Roseli Maria Costa Curta de Bona – Matrícula 72302 – Presidente;

II- Arlene Alves Daubermann Padilha – Matrícula 1961608 – Secretária;

III- Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma – Matrícula 2122501 – Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora nomeados não poderão integrar as eventuais comissões de processos de sindicância contraditória ou processo administrativo disciplinar para apurar os mesmos fatos.

Art. 3º Os procedimentos disciplinares investigativos de que trata o caput, quando necessários para o deslinde do caso, podem ser vistos como elementos informativos prévios integrantes da futura sindicância ou processo administrativo disciplinar, devendo seus atos, quando necessário, ser refeitos sob o manto do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Do processo administrativo autuado pela Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigatórios poderá resultar:

I- arquivamento do feito pela autoridade competente, caso não tenham sido encontrados indícios que sugiram a ocorrência de irregularidade funcional;

II- instauração de sindicância contraditória ou processo administrativo disciplinar pela autoridade competente, em acolhimento da proposta contida no relatório da Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigatórios, caso tenham sido levantado indícios da configuração de irregularidade funcional e de sua autoria.

Parágrafo único. A condução dos trabalhos relativos à investigação preliminar será concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a contar da data de abertura do processo administrativo específico de que trata o Artigo 1º desta Portaria.

Art. 5º A Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares Investigatórios poderá elaborar Manual ou Cartilha Normativa Interna, sugerindo modelos de rito procedimental aplicável aos processos administrativos disciplinares, visando à padronização desses procedimentos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 938/2019 - RH

Publicação Nº 2108689

PORTARIA Nº 938, de 11 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o exame Clínico realizado pelo Médico Perito do Trabalho do Município;

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR ANTECIPADAMENTE, o contrato de trabalho de ALMIR ROGERIO CYVYS, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 939/2019 - RH

Publicação Nº 2108702

PORTARIA Nº 939, de 11 de julho de 2019.

Suspender, o Contrato de Trabalho nº 173/2018, de 10 de julho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Doença da servidora contratada Jucélia Cristina Leonarczyk Kaspechacki a partir de 31 de maio de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 10 de julho de 2019, o Contrato de Trabalho nº 173/2018, de JUCÉLIA CRISTINA LEONARCZYK KASPECHACKI, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, enquanto perdurar o benefício do Auxílio Doença, concedido pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 920, de 09 de julho de 2019.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de julho de 2019.

Porto União (SC), 11 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 941/2019 - RH

Publicação Nº 2108709

PORTARIA Nº 941, de 11 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de LAURICI BLASKOWSKI GROSSL, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 942/2019 - RH

Publicação Nº 2108719

PORTARIA Nº 942, de 11 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MURILO DELLA LATTA MAFFEZZOLLI, das funções do cargo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2019.

Porto União (SC), 11 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 943/2019 - RH

Publicação Nº 2108725

PORTARIA Nº 943, de 11 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de PABLO MIGUEL GOMES, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de julho de 2019.

Porto União (SC), 11 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 944/2019 - RH

Publicação Nº 2108734

PORTARIA Nº 944, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre Alteração de Carga Horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado ADRIANO REUS DARIN DE ARAUJO, ocupante do cargo de Médico - Ortopedista, de 5h (cinco) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais, no período de 10 de julho de 2019 a 08 de julho de 2020, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda da especialidade e por não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de julho de 2019.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 945/2019 - RH

Publicação Nº 2108743

PORTARIA Nº 945, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de BRAYAN WILLIAM CRUZ, das funções do emprego público de Agente Comunitário

de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 946/2019 - RH

Publicação N° 2108748

PORTARIA N° 946, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de ADRIANO REUS DARIN DE ARAUJO, das funções do cargo de Médico Ortopedista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 947/2019 - RH

Publicação N° 2108548

PORTARIA N° 947, de 12 de julho de 2019.

Exonerar a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ALICE CHRISTIANE DO NASCIMENTO SCZEMBERG, matrícula 2058801, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 948/2019 - RH

Publicação N° 2108757

PORTARIA N° 948, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de DULCIMARA TOMKI DE LIMA, das funções do cargo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 949/2019 - RH

Publicação Nº 2108768

PORTARIA Nº 949, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MOACIR VIDAL DE SOUZA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 950/2019 - RH

Publicação Nº 2108781

PORTARIA Nº 950, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo JULIANO HASSAN, para o cargo de Provimento em Comissão de Chefe Técnico de Saúde, Símbolo CH, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.586, de 15 de maio de 2019, sem ônus para o Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de julho de 2019.

Porto União (SC), 12 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 954/2019 - RH

Publicação Nº 2108792

PORTARIA Nº 954, de 15 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JOSÉ ALCIONEI DE SOUZA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 955/2019 - RH

Publicação Nº 2108796

PORTARIA Nº 955, de 15 de julho de 2019.

Suspender, o Contrato de Trabalho nº 128/2017, de 19 de junho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Doença da servidora contratada Vilma de Fatima Pinto da Silva a partir de 17 de abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 19 de junho de 2019, o Contrato de Trabalho nº 128/2017, de VILMA DE FATIMA PINTO DA SILVA, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, enquanto perdurar o benefício do Auxílio Doença, concedido pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2019.

Porto União (SC), 15 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 956/2019 - RH

Publicação Nº 2108877

PORTARIA Nº 956, de 15 de julho de 2019.

Desclassifica Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 085/2019, publicado em Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14 de junho de 2019, Edição nº 2.851;

Considerando que o candidato convocado não manifestou interesse em assumir a vaga;

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR, ANDRÉ FELIPE JUNGLES, aprovado em 5º lugar, no concurso público 001/2018, para o emprego público de Agente de Combate a Endemias, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 957/2019 - RH

Publicação Nº 2108887

PORTARIA Nº 957, de 15 de julho de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir 15 de julho de 2019, referente ao período aquisitivo de março/2013 a março/2018, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor CLAUDIO ABDALA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o saldo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 958/2019 - RH

Publicação Nº 2108928

PORTARIA Nº 958, de 15 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de ANA MARIA CUNHA, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de julho de 2019.

Porto União (SC), 15 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 966/2019 - RH

Publicação Nº 2108562

PORTARIA Nº 966, de 16 de julho de 2019.

Suspende o Contrato de Trabalho nº 178/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o artigo 10, II, "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO o término do Contrato de Trabalho nº 178/2018, em 15 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Maternidade da servidora contratada Susamar Mazeika, pelo nascimento de seu filho Guilherme Mazeika Dos Santos, em 04 de abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 16 de julho de 2019, o Contrato de Trabalho nº 178/2018, de 16 de julho de 2018, de SUSAMAR MAZEIKA, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, enquanto perdurar a estabilidade puerperal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 969/2019 - RH

Publicação Nº 2108567

PORTARIA Nº 969, de 16 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ANAIR DO ROCIO SERAFIN, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA Nº 970/2019 - RH

Publicação Nº 2108574

PORTARIA Nº 971, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FAVERSON ALBERTO SLONGO, das funções do cargo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIAS Nº 971- 980/2019 - RH

Publicação Nº 2108581

PORTARIA Nº 971, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de VERACI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA Nº 972, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ALINE SCHORR, das funções do emprego público de Agente de Combate a Endemias, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA Nº 973, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELIANE LUCZKIEWICZ DA SILVA, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 974, de 16 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de EMANUELLE MICHALICHEM, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 975, de 16 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de GABRIELLE GAN, das funções do emprego público de Agente de Combate a Endemias, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 976, de 16 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARILI SOARES DOS SANTOS, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal
e Esporte

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 977, de 16 de julho de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MORGANA LOURENÇO ROSA, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 978, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de NEUSA SCHROH DOS SANTOS, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 979, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de SANDRA MARIA DMYTRIW HUPALO, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 980, de 16 de julho de 2019.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de TATIANE MARANGONI, das funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de julho de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal
e Esporte

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CONCURSO CMPU 2019**

Publicação Nº 2108413

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO****DECRETO Nº 664/2019**

EMENTA: "Homologa Resultado Final do Concurso Público realizado pela Câmara Municipal de Porto União e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento nos artigos 13, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 39, Inciso XXIX do Regimento Interno, DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público, conforme Edital nº 01/2019 e do relatório apresentado pela Comissão Especial do Concurso para preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Câmara Municipal, anexo.

Parágrafo Único – Publique-se a homologação da classificação final e definitiva do concurso público da Câmara Municipal de Porto União, Edital nº 01/2019.

Art. 2º - O Concurso Público terá validade pelo prazo de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da Câmara Municipal de Porto União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, em 31 de julho de 2019.

Carlos Roderlei Pinto

Presidente da Câmara Municipal de Porto União

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO faz saber a quem possa interessar a publicação da HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019.

Advogado

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1479145	23/04/1979	Alexandre Otani	3,80	5,10	8,90	8,90
2	1489914	11/04/1996	Filipe Eduardo Da Silva	3,20	5,40	8,60	8,60
3	1482478	04/09/1992	Dionathan Cesar Machado	3,20	4,80	8,00	8,00
4	1478557	05/01/1991	Juliane Meline Saldanha Muniz Stafin	2,40	5,40	7,80	7,80
5	1492426	13/04/1991	Cleverson Carvalho Carneiro	2,40	5,40	7,80	7,80
6	1485040	11/11/1990	Felipe Almeida Viegas	3,00	4,80	7,80	7,80
7	1490307	17/03/1994	Eloise Guralh Da Silveira	3,00	4,80	7,80	7,80
8	1503259	17/09/1977	Guilherme Di Luca	2,60	5,10	7,70	7,70
9	1483412	08/03/1989	Camila Pysklevitz	2,80	4,80	7,60	7,60
10	1491676	10/08/1992	Amanda Beatriz Guimaraes Bueno	2,80	4,80	7,60	7,60
11	1500277	26/05/1987	Ivan Rodrigo Nunes De Souza	3,40	4,20	7,60	7,60
12	1471689	20/06/1993	Isadora Kruguer Marques	2,40	5,10	7,50	7,50
13	1471577	02/04/1991	Marina Somavilla Feversani	3,00	4,50	7,50	7,50
14	1494369	19/05/1994	Caroline Andressa Golanowski	2,20	5,10	7,30	7,30
15	1471781	11/11/1990	Alison Israel Lisovski	3,40	3,90	7,30	7,30
16	1483811	04/02/1992	Rafael Fagundes Carvalho Pinto	3,00	4,20	7,20	7,20
17	1478920	21/02/1985	Winston Beyersdorff Lucchiar	2,60	4,50	7,10	7,10
18	1481157	25/09/1992	Bruna Fernanda Sora	2,20	4,80	7,00	7,00
19	1490971	19/04/1992	Camilla Walter	2,80	4,20	7,00	7,00
20	1480324	18/10/1985	Madeleine Sergea Souza	2,40	4,50	6,90	6,90
21	1488514	17/04/1989	Nalim Ayres Domit Sguario	2,40	4,50	6,90	6,90

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

22	1488131	06/10/1992	Eduardo Stachera		3,00	3,90	6,90	6,90
23	1484765	23/12/1993	Jacqueline Martins		3,20	3,60	6,80	6,80
24	1488675	24/07/1980	Josiele Melo Guimaraes		2,40	4,20	6,60	6,60
25	1503733	30/10/1997	Teodora Diadio De Paula		3,00	3,60	6,60	6,60
26	1476893	22/07/1994	Scheila Cristiane Grefin		1,40	5,10	6,50	6,50
27	1479240	28/05/1980	Marlo Izaia's Matozo		2,20	4,20	6,40	6,40
28	1492258	10/10/1986	Mateus Sant'ana		2,20	4,20	6,40	6,40
29	1490372	28/05/1987	Guilherme Macedo Pereira		2,20	4,20	6,40	6,40
30	1485590	29/12/1992	Raissa Moretto		2,20	4,20	6,40	6,40
31	1485779	02/07/1976	Ivo Dolinski Junior		2,80	3,30	6,10	6,10
32	1478748	03/11/1995	Guilherme Rudolfo Scheide		3,00	3,00	6,00	6,00
33	1504908	01/11/1993	Victor Ramon Dresch		1,40	4,50	5,90	5,90
34	1506194	28/03/1995	Leticia Maiara Sabatke		2,00	3,90	5,90	5,90
35	1484510	01/10/1995	Lucas Carneiro Sloboda		2,60	3,30	5,90	5,90
36	1476202	29/01/1997	Eloise Alessandra Rodrigues		2,60	3,30	5,90	5,90
37	1490245	02/03/1983	Suelen De Cassia Faria		2,20	3,60	5,80	5,80
38	1480378	30/05/1985	Felipe Augusto Engroff		2,20	3,60	5,80	5,80
39	1480658	17/09/1990	Maria Michely Clely Batista Siqueira		2,20	3,60	5,80	5,80
40	1479142	05/04/1994	Mariana Ferraz De Deus		2,20	3,60	5,80	5,80
41	1484380	05/02/1996	Mariana Jorge		2,20	3,60	5,80	5,80
42	1490829	13/02/1994	Luis Fernando Otto		2,80	3,00	5,80	5,80
43	1506512	11/10/1983	Wilson Orzevalva Junior		2,40	3,30	5,70	5,70
44	1489658	09/01/1987	Jeison Gilmar Soares		2,40	3,30	5,70	5,70
45	1486289	14/11/1990	Jean Ricardo Jasko		2,40	3,30	5,70	5,70
46	1484414	20/04/1979	Rodrigo Kozakiewicz		2,00	3,60	5,60	5,60
47	1506120	13/09/1994	Antonio Maier Borba Junior		2,60	3,00	5,60	5,60
48	1485209	10/09/1992	Lais Giane Mequelissa		1,60	3,90	5,50	5,50
49	1480933	18/06/1987	Poleana De Fatima Navarro		2,20	3,30	5,50	5,50
50	1477155	29/12/1996	Victor Daniel Wonsowski		2,20	3,30	5,50	5,50
51	1473738	21/07/1988	Soiane Martins Rudnicki		2,80	2,70	5,50	5,50

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

52	1474784	28/10/1990	Vinicius Jose Besciak	2,40	3,00	5,40	5,40
53	1477459	06/07/1992	Fernanda Cristina Eckl	2,40	3,00	5,40	5,40
54	1472284	06/09/1983	Caroline Pereira da Costa de Sousa	2,00	3,30	5,30	5,30
55	1487482	17/08/1986	William Adriano Trancoso	2,00	3,30	5,30	5,30
56	1486598	01/09/1982	Ralf Geraldo Olbertz	2,60	2,70	5,30	5,30
57	1498553	17/11/1980	Karise Giraldi	2,20	3,00	5,20	5,20
58	1477774	16/07/1990	Wagner Luiz Bley Bonato	2,20	3,00	5,20	5,20
59	1472200	21/02/1987	Paola Krüger Battisti	1,80	3,30	5,10	5,10
60	1478759	19/09/1997	Dienifer Lepinski De Andrade	2,40	2,70	5,10	5,10
61	1480673	16/09/1976	Adriana Chagas	1,40	3,60	5,00	5,00
62	1479247	07/01/1991	Franciele Ribeiro Palhano Basniak	1,40	3,60	5,00	5,00
63	1479177	16/12/1985	Danilo Jose Da Silva	2,00	3,00	5,00	5,00
64	1485402	19/02/1986	Valdir Sidnei Bech	2,00	3,00	5,00	5,00
65	1473795	20/09/1994	Daleise Aparecida Tessari	2,00	3,00	5,00	5,00

Auxiliar Administrativo

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1476082	26/03/1991	Jessica Batista Dos Santos	2,80	5,40	8,20	8,20
2	1506326	14/11/1996	Daniel Jocelio Fantin	3,40	4,80	8,20	8,20
3	1484945	09/02/1989	Jaqueline De Fatima Navarro	3,20	4,50	7,70	7,70
4	1492291	11/10/1992	Paulo Marcelo Rabacchin	3,40	4,20	7,60	7,60
5	1491873	28/07/1981	Ana Paula Malagoli Pauluk	3,20	4,20	7,40	7,40
6	1485890	25/11/1991	Jean Carlos Dos Santos	3,00	4,20	7,20	7,20
7	1486047	28/07/1991	Flavia Daniela Dohopati	2,20	4,80	7,00	7,00
8	1502310	01/06/1991	Tairini Passarini	2,80	4,20	7,00	7,00
9	1476343	05/12/1997	Vinicius Correia Trojan	2,80	4,20	7,00	7,00
10	1489495	03/11/1983	Fernanda Dolores Dias	3,00	3,90	6,90	6,90
11	1471504	15/08/1963	Vanderlei Werle	2,60	4,20	6,80	6,80
12	1490359	25/09/2000	Lucas Felipe Pofahl	3,20	3,60	6,80	6,80
13	1489455	12/03/1993	Janaina Pereira	2,80	3,90	6,70	6,70

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

14	1503469	29/11/1994	Kelvin Ciotta	2,80	3,90	6,70	6,70
15	1506417	06/06/1995	Rebeca Vidal Dos Santos Leopoldo	3,40	3,30	6,70	6,70
16	1488715	11/03/1978	Ana Maria Pelepek Grachekoski	3,00	3,60	6,60	6,60
17	1492088	25/08/1995	Caio Emanuel Silveira	3,00	3,60	6,60	6,60
18	1505344	19/04/1976	Douglas Franco Costa	3,60	3,00	6,60	6,60
19	1482649	27/01/1986	Geise Mara Barbosa De Souza	2,60	3,90	6,50	6,50
20	1479380	10/06/1986	Jovane Jose Muncinelli	2,20	4,20	6,40	6,40
21	1506298	02/09/1989	Felipe Rosenthal Rabelo	2,20	4,20	6,40	6,40
22	1472138	29/05/1995	Rubia Cristina Spaka	2,20	4,20	6,40	6,40
23	1478938	10/08/1995	Alana Aparecida Mernick	2,80	3,60	6,40	6,40
24	1477570	02/01/1996	Bruna Da Silva Castro	2,80	3,60	6,40	6,40
25	1506093	07/07/1998	Lucas Magalhães Ramina	2,80	3,60	6,40	6,40
26	1477291	02/07/1987	Evanilce Doline Dohopiati	2,40	3,90	6,30	6,30
27	1504819	05/01/1999	Luana Stechechen	2,40	3,90	6,30	6,30
28	1492207	20/03/1989	Evania May	2,60	3,60	6,20	6,20
29	1492336	17/01/1995	Anderson Luiz Parisotto	2,60	3,60	6,20	6,20
30	1491247	22/09/1986	Graziele Rodrigues Da Silva	3,20	3,00	6,20	6,20
31	1473986	16/05/1991	Bruna Letícia Banaszski	1,60	4,50	6,10	6,10
32	1498793	16/01/1968	Ronaldo Gralha De Souza	2,20	3,90	6,10	6,10
33	1480624	23/10/1998	Vanessa Boiko	2,80	3,30	6,10	6,10
34	1492129	14/01/1995	Lukas Augusto Corraíola	2,40	3,60	6,00	6,00
35	1489819	21/03/1984	Mariíza Miotto	2,00	3,90	5,90	5,90
36	1485544	25/01/1988	Filipe Diego Ramos	2,00	3,90	5,90	5,90
37	1491762	12/10/1991	Franciele Aparecida Delonzek	2,00	3,90	5,90	5,90
38	1487784	02/08/1993	Valquiria Amanda Cordeiro	2,00	3,90	5,90	5,90
39	1471813	20/02/1980	Cleber Nelson Da Silva	2,60	3,30	5,90	5,90
40	1474560	15/07/2000	Hellen Gabriele Padilha Vaz	2,60	3,30	5,90	5,90
41	1490209	09/02/1991	Vanessa Verbanek Lopes	2,20	3,60	5,80	5,80
42	1491172	04/09/1998	Thiago Kaue Krestski	2,20	3,60	5,80	5,80
43	1487487	07/10/1999	Natan Ildebrando	2,20	3,60	5,80	5,80

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

44	1485353	05/12/1997	Eduardo Pereira De Oliveira Rossa	2,80	3,00	5,80	5,80
45	1501119	25/02/1995	Francieli Dombroski	1,80	3,90	5,70	5,70
46	1479843	22/03/1967	Lucimara Fagundes	2,40	3,30	5,70	5,70
47	1486958	31/03/2000	Joao Vitor Pires	2,40	3,30	5,70	5,70
48	1483967	16/12/1961	Dagoberto Alves Da Silva	2,00	3,60	5,60	5,60
49	1483319	05/04/1986	Flavio Pinho	2,00	3,60	5,60	5,60
50	1484104	29/05/1995	Andressa Franciele Scambara Schipanski	2,00	3,60	5,60	5,60
51	1476716	13/02/2000	Eliandra Cristine Vosnhak	2,60	3,00	5,60	5,60
52	1489736	17/12/1995	Aline Schorr	1,60	3,90	5,50	5,50
53	1502453	04/07/1989	Simone Cristiane Faria	2,20	3,30	5,50	5,50
54	1478699	31/12/1994	Ruan Cardoso	2,20	3,30	5,50	5,50
55	1505782	03/01/1997	Luana Demartini Kzesik	2,20	3,30	5,50	5,50
56	1484338	06/02/2000	Emily Thais Wiatek Lucas	2,20	3,30	5,50	5,50
57	1506380	03/11/1990	Jean Augusto Gonzaga	1,80	3,60	5,40	5,40
58	1475686	24/06/1995	Anderson Rodrigo Dos Santos Ferreira De Lima	1,80	3,60	5,40	5,40
59	1489523	29/06/1995	Rafael Alberto Ibsch	1,80	3,60	5,40	5,40
60	1491504	04/10/1997	Juliana Rodrigues Sarturi	2,40	3,00	5,40	5,40
61	1489129	08/02/1999	Aline Correa Kotarski	2,40	3,00	5,40	5,40
62	1504254	15/10/1982	Adriane De Fatima Prsysiny Honesko	2,00	3,30	5,30	5,30
63	1476073	29/12/1986	Leandro Antonio De Miranda	2,00	3,30	5,30	5,30
64	1477644	22/10/1988	Thomas Tyson Woitexen	2,00	3,30	5,30	5,30
65	1489682	10/05/1994	Willian Eduardo Venancio	2,00	3,30	5,30	5,30
66	1481066	20/12/1981	Joao Carlos Martins Da Cunha	2,60	2,70	5,30	5,30
67	1506249	17/08/1999	Thiago Paulichen	2,60	2,70	5,30	5,30
68	1484296	02/07/1996	Taiane Leticia Dlugoviet	1,60	3,60	5,20	5,20
69	1492421	08/05/1997	Welliton Weber Bodeke	1,60	3,60	5,20	5,20
70	1482306	03/09/1997	Luiz Matheus Ansolim Miranda	1,60	3,60	5,20	5,20
71	1491706	08/09/1989	Willian Pereira	2,20	3,00	5,20	5,20
72	1477109	20/05/1997	Daniele Pavarin	2,20	3,00	5,20	5,20
73	1479973	06/03/1999	Leandro Polzin	2,20	3,00	5,20	5,20

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

74	1506047	10/03/1978	Vera Lucia Crenchiglova Köch	1,80	3,30	5,10	5,10
75	1479997	23/08/1999	Andressa Vaz	1,80	3,30	5,10	5,10
76	1476853	17/10/1978	Mariangela Cordeiro	2,40	2,70	5,10	5,10
77	1483652	09/01/1992	Gilberto Viznjevski	2,40	2,70	5,10	5,10
78	1503942	25/12/1994	Emelize Andreiv	2,40	2,70	5,10	5,10
79	1481460	14/08/1995	Jose Rangel Turkot Junior	2,40	2,70	5,10	5,10
80	1482135	28/11/1996	Suelen Manrich	2,40	2,70	5,10	5,10
81	1484185	03/05/1987	Michele Muller Levandoski	2,00	3,00	5,00	5,00
82	1479717	30/10/1992	Juliana Karoleski	2,00	3,00	5,00	5,00
83	1485732	07/09/1993	Amanda Cristina Ternoski	2,00	3,00	5,00	5,00
84	1480905	23/02/1996	Andreia Ribeiro Alves	2,00	3,00	5,00	5,00
85	1487661	28/08/1996	Aline De Lima Freisleben	2,00	3,00	5,00	5,00
86	1474741	03/07/1997	Felipe Litka	2,00	3,00	5,00	5,00
87	1492249	31/12/1999	Marco Aurelio Strege	2,00	3,00	5,00	5,00
88	1477594	07/02/2000	Maira Glus	2,00	3,00	5,00	5,00
89	1477255	09/02/2001	Janaina Gabriele De Melo	2,00	3,00	5,00	5,00
90	1482408	19/01/1985	Viviane Iliuk	2,60	2,40	5,00	5,00
91	1475111	09/08/1987	Bruna Laskoski	2,60	2,40	5,00	5,00
92	1479100	20/02/1994	Evanilce Carolina Magdal	2,60	2,40	5,00	5,00
93	1491732	24/07/1998	Amanda Larissa Szeremeta	2,60	2,40	5,00	5,00

Auxiliar de Serviços Gerais

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1484651	07/08/1982	Clarice Aparecida Novicki	3,60	4,80	8,40	8,40
2	1482940	08/11/1986	Mariana Aparecida Machado Mello	3,60	4,50	8,10	8,10
3	1477655	15/09/1978	Crislaine Staciski Lehun	3,80	4,20	8,00	8,00
4	1479026	22/02/1996	Darlan Junior Baluta	3,60	4,20	7,80	7,80
5	1480838	05/01/1967	Alinor Dos Santos	3,20	4,50	7,70	7,70
6	1477335	01/11/1997	Luan Padilha Dos Santos	3,80	3,90	7,70	7,70
7	1493356	08/07/1995	Danlei Alberto Correa	3,40	4,20	7,60	7,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

8	1486213	12/09/1996	Daniel Cristian Medeiros Da Rosa	2,80	4,50	7,30	7,30
9	1478063	20/10/1974	Sandro Dos Santos Ferreira	3,00	4,20	7,20	7,20
10	1486284	10/06/1980	Juceliane De Fatima Dos Santos Schroder	3,60	3,60	7,20	7,20
11	1485939	08/04/1970	Silvete Ochsenknecht Silveira	3,40	3,60	7,00	7,00
12	1486223	09/05/1980	Silvana Aparecida Lopes Vergopolan	3,00	3,90	6,90	6,90
13	1478382	26/07/1982	Joselene De Fatima Dilay	3,00	3,90	6,90	6,90
14	1500079	19/09/1985	Rosangela Patricia Mussak	3,00	3,90	6,90	6,90
15	1478172	25/11/1990	Naiara Aparecida Ferreira	3,00	3,90	6,90	6,90
16	1489119	10/05/1991	Jhony Maicon Wilkos	3,00	3,90	6,90	6,90
17	1486325	25/03/1999	Leandro Bonese Veiga	3,00	3,90	6,90	6,90
18	1486272	12/09/1983	Andreia Regina Schwatey	2,60	4,20	6,80	6,80
19	1505599	04/08/1981	Julio Cesar De Paula	3,20	3,60	6,80	6,80
20	1494213	27/08/1984	Lucimara Aparecida Estevam Ribeiro	2,20	4,50	6,70	6,70
21	1485435	15/02/1984	Marcelo Ribas Da Silva	2,40	4,20	6,60	6,60
22	1479191	02/10/1998	Thainara Pereira	2,40	4,20	6,60	6,60
23	1506133	16/06/1989	Jeanara Gloria Pacheco	3,00	3,60	6,60	6,60
24	1472115	30/11/1992	Jessica Aline De Mattos	3,00	3,60	6,60	6,60
25	1505940	09/05/1995	Mauro Luiz Toniazzo	3,00	3,60	6,60	6,60
26	1479641	17/07/1997	Jonas Grossl Domingues Da Silva	3,00	3,60	6,60	6,60
27	1481930	29/04/1981	Marcelo Gregorio Pasternak	3,60	3,00	6,60	6,60
28	1480731	09/10/1995	Adriana Maria Orzechowski	2,00	4,50	6,50	6,50
29	1473044	13/05/1993	Flavia Dos Santos	2,60	3,90	6,50	6,50
30	1489678	12/03/1971	Elenita Teixeira	3,20	3,30	6,50	6,50
31	1496587	31/10/1974	Lucia Bil Wictor	3,20	3,30	6,50	6,50
32	1493025	21/01/1971	Cleusimeri Malacarne	2,20	4,20	6,40	6,40
33	1474970	24/03/1983	Eliane Wowcsuk	2,20	4,20	6,40	6,40
34	1491861	06/12/1978	Luciano De Abreu Araujo	2,80	3,60	6,40	6,40
35	1481515	14/01/1980	Elio Stelmach	2,80	3,60	6,40	6,40
36	1488444	03/10/2001	Dayane Patricia Vladcovski	2,80	3,60	6,40	6,40
37	1479747	27/08/1993	Eva Cristina Padilha De Quadros	3,40	3,00	6,40	6,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

38	1479961	26/01/1984	Geovana Da Luz Batista	2,40	3,90	6,30	6,30
39	1492133	08/08/1996	Helem Jeniffer Britto Florz	2,40	3,90	6,30	6,30
40	1484600	28/10/1968	Inoema De Fatima Arbighaus Chaves	3,00	3,30	6,30	6,30
41	1480124	10/08/1982	Ademir Jose Estacio	3,00	3,30	6,30	6,30
42	1471628	05/05/1995	Michele Thais Rodrigues De Lara	3,00	3,30	6,30	6,30
43	1482742	06/01/1991	Lucelia De Oliveira Britto	2,00	4,20	6,20	6,20
44	1479699	20/07/1988	Francieli Terezinha Storrer	2,60	3,60	6,20	6,20
45	1477620	10/10/1989	Juliane Carla De Oliveira	2,60	3,60	6,20	6,20
46	1481614	20/10/1976	Wilson De Oliveira	3,20	3,00	6,20	6,20
47	1506208	30/06/1995	Altamir Felipe Dos Santos Medeiros	2,20	3,90	6,10	6,10
48	1479786	16/03/1999	Joelma Domingues Da Silva	2,20	3,90	6,10	6,10
49	1503735	10/08/1990	Maicon Dionatt Barbosa Esthene	2,80	3,30	6,10	6,10
50	1491488	09/08/1995	Jeferson Alessandro Vladcovski	2,80	3,30	6,10	6,10
51	1482173	24/09/1991	Vagner Luiz Machado Dos Santos	2,40	3,60	6,00	6,00
52	1488457	08/08/1987	Ana Claudia Ribeiro Sutil Roza	3,00	3,00	6,00	6,00
53	1488127	20/11/1993	Francieli Rodrigues De Lara De Moraes	3,00	3,00	6,00	6,00
54	1504807	19/12/1990	Juliana Ribeiro	2,00	3,90	5,90	5,90
55	1505833	19/10/1994	Marli Terezinha Jobins Freitas	2,00	3,90	5,90	5,90
56	1473203	21/04/1966	Lindarci Aparecida De Paula	2,60	3,30	5,90	5,90
57	1473047	27/04/1988	Kleverson Lavall Da Silva	2,60	3,30	5,90	5,90
58	1481689	21/09/1971	Sandra Mara Moraes	3,20	2,70	5,90	5,90
59	1485966	08/02/1986	Vitor Marcos Bilinieć	3,20	2,70	5,90	5,90
60	1476568	23/11/1977	Marli Teresinha Zanella Pleczak	2,20	3,60	5,80	5,80
61	1478153	07/11/1988	Mara Rodrigues De Brito	2,20	3,60	5,80	5,80
62	1486259	10/03/1980	Marlene Padilha	2,80	3,00	5,80	5,80
63	1485899	26/12/1986	Giselle De Cassia Alves	2,80	3,00	5,80	5,80
64	1479853	11/05/1988	Edicleia Guralh	2,80	3,00	5,80	5,80
65	1486016	22/06/1994	Alexssandro Oswald Da Silva	2,80	3,00	5,80	5,80
66	1486453	21/03/2000	Thiago Lucio Pereira	2,80	3,00	5,80	5,80
67	1486131	08/09/1963	Alceu Chila	2,40	3,30	5,70	5,70

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

68	1488547	15/08/1970	Maria Rosana Wodonos	2,40	3,30	5,70	5,70
69	1506672	17/11/1983	Luciane Schwarz	2,40	3,30	5,70	5,70
70	1495839	05/09/1993	Jessica Lima Dos Santos	2,40	3,30	5,70	5,70
71	1485664	07/03/2000	Chaiane Letícia Ferreira	2,40	3,30	5,70	5,70
72	1486019	28/07/1966	Ivete Oswald Da Silva	3,00	2,70	5,70	5,70
73	1478829	26/05/1981	Joce Mara Pogogelski	1,40	4,20	5,60	5,60
74	1503021	21/06/1986	Lucimara miranda	2,00	3,60	5,60	5,60
75	1473427	31/01/1990	Francieli Aparecida Baiak	2,20	3,30	5,50	5,50
76	1472914	06/12/1997	Silvana Da Silva Marinho	2,20	3,30	5,50	5,50
77	1484460	04/04/1973	Jeronimo Moreira Neto	2,80	2,70	5,50	5,50
78	1472154	10/09/1984	Priscila Beatriz Lech Drosda De Souza	2,80	2,70	5,50	5,50
79	1501530	15/06/1977	Juraci Aparecida Da Rocha	1,80	3,60	5,40	5,40
80	1504243	12/11/1980	Andreia Aparecida Prsystny	1,80	3,60	5,40	5,40
81	1473424	16/08/1983	Selma Maria Saldanha	2,40	3,00	5,40	5,40
82	1488081	06/04/1999	Jeniffer Geni Cordeiro Jaskiw	2,40	3,00	5,40	5,40
83	1489001	30/06/1969	Lindamir Teresinha Martins	3,00	2,40	5,40	5,40
84	1503470	15/12/1967	Marcos De Melo	2,00	3,30	5,30	5,30
85	1475239	25/12/1985	Monica Maria Thomas	2,60	2,70	5,30	5,30
86	1479042	22/08/1969	Edison Luiz Koxne	2,20	3,00	5,20	5,20
87	1475220	28/06/1977	Evaldo Wowczuk	2,20	3,00	5,20	5,20
88	1478101	10/05/1981	Rozangela Jacinto	2,80	2,40	5,20	5,20
89	1497550	15/10/1990	Jenifer Daiane Wachilewski	1,80	3,30	5,10	5,10
90	1486234	18/05/1987	Leonildo Pereira	2,40	2,70	5,10	5,10
91	1472076	19/01/1988	Maicoantonio Franco De Ramos	2,40	2,70	5,10	5,10
92	1485158	14/10/1969	Simone Goncalves De Oliveira	2,00	3,00	5,00	5,00
93	1505651	11/12/1993	Marceli Litka	2,00	3,00	5,00	5,00
94	1482779	02/11/1990	Paula Cristina Nascimento	2,60	2,40	5,00	5,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Técnico em Informática

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1486208	25/05/1985	Joao Alberto Bendlin Junior	2,40	5,10	7,50	7,50
2	1476829	14/03/1997	Gabriel Krieguer Zarichen	3,60	3,90	7,50	7,50
3	1481208	11/07/1994	Ettori Henrique Tesseroli Geiss	3,80	3,30	7,10	7,10
4	1492449	25/06/1987	Kleber Lucas Skubisz	2,40	4,20	6,60	6,60
5	1472672	08/07/1997	Valeria Correa	2,60	3,90	6,50	6,50
6	1490262	05/04/1983	Eduardo Izdebski	2,00	4,20	6,20	6,20
7	1480549	26/12/1991	Wanderson Frankowski	2,40	3,60	6,00	6,00
8	1482825	07/06/2001	Rayan Levandoski Serafini Slomp	2,20	3,60	5,80	5,80
9	1485047	07/07/1998	Wesley Schelbauer Minatti	1,80	3,60	5,40	5,40
10	1492038	27/05/1985	Wladimir Fernandes De Oliveira	3,00	2,40	5,40	5,40
11	1485688	16/04/1999	Hesli Hendrik Azevedo	1,40	3,90	5,30	5,30
12	1477734	16/07/1990	Wellington Pereira Dos Santos	2,00	3,30	5,30	5,30

Telefonista

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1482012	27/09/1998	Marceli Costa	2,40	5,40	7,80	7,80
2	1489002	10/06/1981	Ana Carolina Kobersztajn	3,00	4,50	7,50	7,50
3	1477565	30/09/1993	Vilma Helena Tamiovicz	2,60	4,50	7,10	7,10
4	1474338	25/07/1995	Mariana Aparecida Bauermeister Arruda	2,60	4,50	7,10	7,10
5	1486497	19/01/1998	Eliane Rossa Kormann	3,00	3,90	6,90	6,90
6	1484787	10/04/1997	Matheus Valerio Ali Hably Da Silva	2,40	4,20	6,60	6,60
7	1483609	19/12/1999	Milena Nathali Kcheve	3,00	3,60	6,60	6,60
8	1481125	01/11/1995	Cynthia Gabriela Lachman	2,00	4,50	6,50	6,50
9	1506284	20/11/1995	Daniella Julia Silveira Puntei	2,20	4,20	6,40	6,40
10	1478071	14/06/1984	Arthur Jose Caroleski	2,80	3,60	6,40	6,40
11	1488795	03/10/1992	Jaqueline Schnitzer	1,80	4,50	6,30	6,30
12	1504563	25/08/1997	Murilo Augusto Schaurich	1,80	4,50	6,30	6,30

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

13	1502141	10/08/2000	Amanda Goya	1,80	4,50	6,30	6,30
14	1483007	01/10/1985	Franciele Lysenko	2,40	3,90	6,30	6,30
15	1480072	14/01/1994	Tais Limanski Da Luz	2,00	4,20	6,20	6,20
16	1487705	12/07/2000	Andressa Thaize Grossl	2,00	4,20	6,20	6,20
17	1474031	26/05/2001	Raissa Dos Santos	2,00	4,20	6,20	6,20
18	1505830	19/08/1989	Mirian Dayane Cohls De Amorim	2,20	3,90	6,10	6,10
19	1474155	29/10/1994	Marcia Franczak	2,20	3,90	6,10	6,10
20	1486167	18/04/1961	Maria Roseli Albigaus Fabricio	2,40	3,60	6,00	6,00
21	1482860	29/05/1988	Daiana Deise Goncalves Duarte Ultchak	2,40	3,60	6,00	6,00
22	1491537	18/03/1992	Jessica Caroline Bindemann	2,40	3,60	6,00	6,00
23	1484124	19/12/1992	Jaderson Marques	2,40	3,60	6,00	6,00
24	1480599	28/02/1998	Bianca Rocha Santos	2,40	3,60	6,00	6,00
25	1505272	21/01/1999	Alexander Mikael Ribeiro Da Silva	2,40	3,60	6,00	6,00
26	1488986	20/04/1995	Gabrielle Gan	2,00	3,90	5,90	5,90
27	1476570	31/03/1997	Ketlin Cauana Zanella Pleczak De Lima	2,00	3,90	5,90	5,90
28	1486664	24/11/1995	Guilherme Olinquevicz	2,60	3,30	5,90	5,90
29	1488120	08/12/1999	Johan Weynen	2,60	3,30	5,90	5,90
30	1505951	23/02/1992	Dalton Varella Santanna	2,20	3,60	5,80	5,80
31	1480137	02/05/2001	Vinicius Demeda Lourenco	2,20	3,60	5,80	5,80
32	1488543	05/09/1991	Camila Ribeiro	1,80	3,90	5,70	5,70
33	1506620	19/05/1985	Suellen Lorena De Fatima Custodio	2,40	3,30	5,70	5,70
34	1489701	12/10/1986	Roseli Aparecida Kavales Tonkio	2,00	3,60	5,60	5,60
35	1475576	17/07/1987	Mara Flavia Olbertz Freisleben	2,00	3,60	5,60	5,60
36	1477671	01/12/1995	Waldir Batista De Ramos Junior	2,00	3,60	5,60	5,60
37	1479816	01/01/2000	Sahryla Roberta Nallon	2,00	3,60	5,60	5,60
38	1484960	20/05/1998	July Ane Ranckel	1,60	3,90	5,50	5,50
39	1476005	01/06/1984	Evelise De Fatima Sonnenstrahl	2,80	2,70	5,50	5,50
40	1505954	15/04/1993	Alessandra Kasburg	2,80	2,70	5,50	5,50
41	1492286	29/07/1988	Rosa Mara Da Silva Ventura	1,80	3,60	5,40	5,40
42	1483487	16/03/2000	Ana Paula Somavila De Souza	1,80	3,60	5,40	5,40

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

43	1484850	05/09/2000	Ketlin Polyana De Franca Pires	1,80	3,60	5,40	5,40
44	1492123	27/07/1966	Sueli Kloczko Wrubleski	1,40	3,90	5,30	5,30
45	1487185	17/12/1986	Maricler De Fatima Aparecida Goncalves	1,40	3,90	5,30	5,30
46	1486089	18/05/1987	Maria Jocinete Fürst	2,00	3,30	5,30	5,30
47	1483240	22/07/1994	Emanuelly De Lima	2,00	3,30	5,30	5,30
48	1498294	06/02/1998	Milena Camila Castilho	2,00	3,30	5,30	5,30
49	1506370	23/09/1988	Gilmara Vanessa Colaco Da Silveira	2,60	2,70	5,30	5,30
50	1478632	12/10/1995	Katia Aparecida Sabai	1,60	3,60	5,20	5,20
51	1484136	02/08/1973	Telma Cristina Pontes	2,20	3,00	5,20	5,20
52	1479197	11/01/1989	Daiane Hercilia Sott	2,20	3,00	5,20	5,20
53	1504825	05/04/1962	Marivone Schmidt	1,80	3,30	5,10	5,10
54	1484840	21/07/1986	Elizete Jankoski Nogatz	1,80	3,30	5,10	5,10
55	1489893	10/06/1993	Sayonara Senff Miranda	1,80	3,30	5,10	5,10
56	1490941	09/09/1995	Gislene Genoveva Kowal	1,80	3,30	5,10	5,10
57	1484878	01/08/2001	Bruna Sonnenstrahl	1,80	3,30	5,10	5,10
58	1483227	28/06/2000	Cláucia Parastchuk	2,40	2,70	5,10	5,10
59	1476648	24/10/1991	Cristielli Kempinski	1,40	3,60	5,00	5,00
60	1485175	27/09/1993	Paulo Henrique Ferreira Santos	1,40	3,60	5,00	5,00
61	1492341	25/08/1995	Paloma Farias	1,40	3,60	5,00	5,00
62	1480756	23/07/1996	Taina Fernanda Portes O	1,40	3,60	5,00	5,00
63	1481900	18/04/1997	Talia Fernanda Kukla	2,00	3,00	5,00	5,00
64	1482230	06/01/1999	Marina Donato Wisniewski	2,00	3,00	5,00	5,00
65	1485280	04/04/2000	Tayna Romeike Machado	2,00	3,00	5,00	5,00

Porto União (SC), 31 de julho de 2019.

CARLOS RODERLEI PINTO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

12

Pouso Redondo

PREFEITURA

11 ADITIVO KURTZ EMPREED. IMOBILIARIOS

Publicação Nº 2107443

11º TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 56/2012
CONCORRÊNCIA Nº 002/2012
CONTRATO Nº 075/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, inscrito no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 13.624.323/0001-06, já qualificadas no processo licitatório Nº 56/2012, de comum acordo resolvem aditar o Contrato Nº 075/2012, nos termos da Lei Nº 8.666/93, § 1º do Art. 65, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O objetivo deste instrumento é o aditamento do prazo de vigência, para a finalidade exclusiva de quitação do saldo contratual, prorrogando até dia 30 de setembro de 2019..

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 28 de junho de 2019.

OSCAR GUTZ	Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda
Prefeito Municipal	CNPJ: 13.624.323/0001-06

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: LEILÃO N.º 01/2019 - PMPG

Publicação Nº 2108783

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 38/2019
LEILÃO PÚBLICO N. 01/2019

O Município de Praia Grande-SC, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, inscrito(a) no CNPJ sob CNPJ nº 82.913.211/0001-80, com sede na Rua Irineu Bornhausen, 320, Centro, CEP 88.990 000, Praia Grande/SC, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E RURAL, BEL. ULISSES DONIZETE RAMOS, registrado na JUCESC, sob nº AARC- 309 e FAESC-041, CPF nº 102.471.938-36, estabelecido em Balneário Camboriú/SC, à Rua Nepal, 910 Pavimento Térreo - Nações - CEP 88.338-215, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, para alienação de bens móveis inservíveis ao município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital. O Leilão realizar-se-á: DATA: 27 de agosto de 2019. HORÁRIO: 10:00H LOCAL: Rua Nepal, 910 – Bairro das Nações – Balneário Camboriú Praia Grande – SC, 31 de julho de 2019.

Henrique Matos Maciel

Prefeito Municipal de Praia Grande/SC

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

Publicação Nº 2108609

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 20 (vinte) de agosto de 2019, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E LOGÍSTICA EM BRASÍLIA/DF, COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA À MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL NA REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS OFICIAIS EM BRASÍLIA-DF, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO EM BRASÍLIA- DF, EQUIPADO COM TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES E DEMAIS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, BEM COMO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS E PROJETOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, SC, JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS, MONITORAR O LANÇAMENTO DE NOVOS PROGRAMAS JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS, OPORTUNIZANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, conforme disposto no Anexo "I" deste Edital.

O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 31 DE JULHO DE 2019.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Presidente Getúlio

PREFEITURA

551/2019

Publicação Nº 2108789

PORTARIA Nº 551/2019
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º da Lei Complementar Municipal nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, e nos termos do artigo 96, inciso II e Artigo 98 da Lei Complementar 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 2.328/2012 de 07 de fevereiro de 2012, resolve,

CONCEDER:

A servidora temporária do ESF, JOICE KOLLERT, Enfermeiro da ESF, do Quadro de Pessoal de Provimento Contratual por Prazo Indeterminado - limitado à vigência do convênio firmado com o Governo Federal – do ESF, Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, conforme atestado médico em anexo, com efeitos a partir do dia 07 de julho de 2019.

Presidente Getúlio - SC em, 29 de julho de 2019.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/ DATA

PRESIDENTE GETÚLIO, 29/07/2019.

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

552/2019

Publicação Nº 2108794

PORTARIA Nº 552/2019
NOMEIA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2289/2008 de 28 de fevereiro de 2008 e considerando o resultado do Concurso Público homologado em 18 de janeiro de 2016, de que trata o Edital nº 01/2015, resolve,

NOMEAR:

A partir de 01 de agosto de 2019, MARISTELA WIPPEL, para o cargo de PROFESSORA, Nível 01, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Educação, Cultura e Desporto –SECULDE, com designação para a Centro de Educação Infantil Municipal Adelina Clara Hess de Souza com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio - SC em, 30 de julho de 2019.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 30 DE JULHO DE 2019.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.238/2018.

553/2019

Publicação Nº 2108798

PORTARIA Nº 553/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º, Inciso VII, Alínea "a", da Lei Complementar nº 2.328 do dia 07 de fevereiro de 2012, resolve:

CONCEDER:

A Servidora SIRLEI FAVARIN VANDERLINDE, Diretora Assistência Social, do Quadro de Cargos de Provimento Comissionado da Prefeitura

Municipal de Presidente Getúlio/SC, 02 dias de Licença por ocasião do falecimento de seu Avô, Sr. Valdir Favarin, conforme cópia da Declaração de Óbito nº 28525897-4 em anexo, com efeitos retroativos ao dia 28 de julho de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 31 de julho de 2019.
NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 31 DE JULHO DE 2019
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

554/2019

Publicação Nº 2108804

PORTARIA Nº 554/2019
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º, Inciso V, Alínea "b", da Lei Complementar nº 2.328 do dia 07 de fevereiro de 2012, resolve:

CONCEDER:

Ao Servidor RONILDO VIEIRA GARCIA, Diretor de Cultura, Nível 47, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 05 dias de Licença por ocasião do falecimento de seu Pai, Sr. João Garcia, conforme cópia da Certidão de Óbito nº 10726801552019400018018000486372 em anexo, com efeitos retroativos ao dia 20 de julho de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 31 de julho de 2019.
NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 31 DE JULHO DE 2019
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

555/2019

Publicação Nº 2108808

PORTARIA Nº 555/2019
AMPLIA JORNADA DE TRABALHO DE PROFESSOR DE PROVIMENTO CONTRATUAL DO QUADRO DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 23 e 24 da Lei Complementar nº 2288/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

AMPLIAR:

A partir do dia 01 de agosto de 2019, a carga horária da servidora KARIN LINHAUS DUWE, Professora de Artes, Nível 01, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Contratual do Magistério Público Municipal de Presidente Getúlio, de 10 horas semanais de trabalho exercidas na EMEB Tancredo Neves, ampliando para mais 10 horas semanais de trabalho no EMEB Tancredo Neves, totalizando a carga horária semanal de 20 (vinte) horas.

Presidente Getúlio - SC em, 31 de julho de 2019.
NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO, 31 DE JULHO DE 2019.
ATO OFICIAL DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

556/2019

Publicação Nº 2108813

PORTARIA Nº 556/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor RAFAEL DA SILVA, procurador do município, Nível 53, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2018 a 01 de abril de 2019, no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 31 de julho de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 31 DE JULHO DE 2019

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

557/2019

Publicação Nº 2108819

PORTARIA Nº 557/2019

TORNAR SEM EFEITO/REVOGAR PORTARIA QUE NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando que o candidato aprovado em concurso público, nomeado para cargo de provimento efetivo, não tomou posse no prazo legal, de conformidade com o artigo 37, §1º e §4º da Lei Complementar nº 2287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

TORNAR SEM EFEITO/REVOGAR:

A Portaria nº 513 de 15 de julho de 2019, de nomeação do candidato SIGMAR ALFARTH, aprovada no Concurso Público nº 01/2018, para o cargo de Técnico de Enfermagem, Nível 26, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Município de Presidente Getúlio/SC.

Presidente Getúlio - SC em, 31 de julho de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 31 DE JULHO DE 2019.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

558/2019

Publicação Nº 2108822

PORTARIA Nº 558/2019

NOMEIA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2289/2008, de 28 de fevereiro de 2008 e considerando o resultado do Concurso Público homologado em 13 de novembro de 2018, de que trata o Edital nº 01/2018, resolve:

NOMEAR:

A partir do dia 31 de julho de 2019, ILSE KRAUSE, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, Nível 26, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Saúde - SESA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio - SC em, 31 de julho de 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO, 31 DE JULHO DE 2019.

ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

561/2019

Publicação Nº 2108823

PORTARIA Nº 561/2019
NOMEIA PARA CARGO EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 10 e 11 da Lei Complementar nº 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2.289/2008, de 28 de fevereiro de 2008, ainda considerando o resultado do Concurso Público de que trata o Edital nº 01/2018, resolve,

NOMEAR:

A partir do dia 01 de agosto de 2019, EDICESAR VIEIRA, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível 16, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, designado para a Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio - SC em, 31 de julho de 2019.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO, 31 DE JULHO DE 2019.
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 97/2019

Publicação Nº 2108149

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 97/2019
DO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 2/2019
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO PARA VEICULAÇÃO NA FORMA IMPRESSA (JORNAIS E REVISTAS), NA FORMA DIGITAL (REDES SOCIAIS), POR MEIO DE IMPRENSA FALADA (RÁDIO FM) E IMPRENSA TELEVISIVA PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMA INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, SECRETARIAS E AUTARQUIAS
EMPRESA: RÁDIO BELOS VALES LTDA.
VIGÊNCIA: 12 meses
Presidente Getúlio, 31 de julho de 2019.
Nelson Virtuoso - Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 96/2019

Publicação Nº 2107467

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO - SAATE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 96/2019
DA LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 1/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
EMPRESA: H2SA ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 25.248.297/0001-30
VALOR: R\$ 17.200,00 (DEZESSETE MIL E DUZENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 30/04/2020
PRESIDENTE GETÚLIO, 31 DE JULHO DE 2019
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2019

Publicação Nº 2108308

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE GETÚLIO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2019
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE, OBJETO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº 2018TR0001619 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE RIO DO SUL E O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO. Abertura do Envelope nº 2 com as Propostas de Preço. Sessão de abertura às 09h do dia 09/08/2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 31 de julho de 2019
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

SÚMULA 001

Publicação Nº 2108116

SÚMULA 001

O Procurador-Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no art. 17, VIII, parte final da Lei Complementar Municipal n.º 2.405/2019, considerando o parecer n.º 16/2016, exarado nos autos do processo administrativo 2172/2018, adota a seguinte súmula:

Súmula 1: É dispensada a apresentação de recurso contra o capítulo da decisão judicial, inclusive a concessiva de tutela provisória, que reconheça a ilegalidade da instituição de contribuição de melhoria, desde que a decisão se fundamente na ausência de lei específica para instituição do tributo, na falta de demonstração de valorização imobiliária ou na nulidade da divisão do custo da obra proporcionalmente à testada dos imóveis a ela adjacentes; mantida a possibilidade de interposição de recurso contra capítulo diverso daquele que reconhece a ilegalidade do tributo.

Presidente Getúlio (SC), 30 de julho de 2019.

Alcides Freiburger
Procurador Geral do Município

Presidente Nereu

PREFEITURA

ERRATA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2019 DE GILSON DE MELO –CPF 046.208.749-22

Publicação Nº 2109195

ERRATA AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2019 DE GILSON DE MELO –CPF 046.208.749-22, para:

Animação da Tarde dançante dos Idosos, no domingo, 28 de julho de 2019, no Centro Social João Voltolini, início às 13h e término às 16h45. A estrutura de Palco, som e iluminação será por conta do contratante.

Onde se lê: com o valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

Lê-se: com o valor de R\$ 1.280,00 (um mil e duzentos e oitenta reais).

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 216, DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108453

DECRETO Nº 216 DE 31 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021– Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(230) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000– Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	70.000,00

ÓRGÃO: 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PROJ./ATIV.: 17.512.0013.2.081 – Manutenção do Sistema de Água e Esgoto

MODALIDADE:	(225) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	30.000,00
TOTAL GERAL			R\$	100.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2018 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 31 de Julho de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti

Contadora

CRC/SC 026787/O-2

EXTRATO CONTRATO 01 ADT 20.2017 - BETHA

Publicação Nº 2108424

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 02 ADT 20/2017 - Contrato Nº: 20/2017

Contratante...: FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 15.660,32 (quinze mil seiscentos e sessenta reais e trinta e dois centavos)

Vigência : Início: 03/08/2019 Término: 02/08/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (6)

Objeto : Segundo aditivo ao contrato 20/2017 ref. Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA.

Princesa, 31 de Julho de 2019
Andréia Cristina Epping de Lima
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO 04 ADT 37.2017 - BETHA

Publicação Nº 2108421

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 04 ADT 37/2017 - Contrato Nº: 37/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 100.123,36 (cem mil cento e vinte e três reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 03/08/2019 Término: 02/08/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2017

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (13)

Objeto : Quarto termo aditivo ao contrato nº 37/2017 ref. Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários. Princesa, 31 de Julho de 2019

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 184 - DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2109242

DECRETO Nº 184/2019 – DE 31 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA 002/2019 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA 002/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal;

Considerando o Decreto 017/2019 que declara de utilidade pública a desapropriação de parte Lote Rural nº02, registrado sob a matrícula 03.290 do Registro de Imóveis da Comarca de Quilombo, Estado de Santa Catarina, perfazendo um total de 10.500m² (dez mil e quinhentos metros quadrados), de propriedade do senhor Pedro Constanzi;

Considerando o Parecer n. 002/2019-JAMI, elaborado pelos membros da Junta de Avaliação Mobiliária e Imobiliária, nomeados pelo Decreto 149/2019;

Considerando que a Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária aprovou o Parecer 002/2019 da Junta de Avaliação Mobiliária e Imobiliária em Reunião consubstanciada na Ata 04/2019 em 26/07/2019; e,

Considerando que o Laudo de Avaliação 002/2019, elaborado pela Secretária geral da Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária referente ao Processo Administrativo de Avaliação Imobiliária 002/2019, foi aprovado na sua integralidade em Reunião consubstanciada na Ata 04/2019 em 26/07/2019 da referida Comissão:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Laudo de Avaliação Imobiliária nº 002/2019, elaborado e aprovado pelos membros pela Comissão Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária, nomeados através do Decreto nº122/2019 de 20 de maio de 2019, originado pelo Processo Administrativo De Avaliação Imobiliária nº002/2019, referente à parte do imóvel denominado Lote Rural nº02, perfazendo a área de 10.500m² (dez mil e quinhentos metros quadrados) da fazenda Chapecó, pertencente ao Sr. Pedro Constanzi, conforme registro de imóvel de Matrícula nº 03.290, no livro nº 02, no ofício de registro de imóvel da Comarca de Quilombo – SC, que avaliou o imóvel em quentão pelo valor de R\$ 33.750,00 (trinta e três mil setecentos e cinquenta reais).

Parágrafo único: Passa a fazer parte integrante como Anexo deste Decreto, o LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA 002/2019 do PROCESSO ADMINISTRATIVO DE AVALIAÇÃO IMOBILIARIA 002/2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de julho de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 01/08/2019

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0788/2018 - DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107811

PORTARIA Nº. 0788/2018 - DE 30 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORECI ALBANI DALL'ACQUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo,

Considerando o Inciso I do Art. 77 da Lei Complementar 032/2001, de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Loreci Albani Dall'Acqua (1831), ocupante do cargo de Assistente de Serviço Social, no dia 31 de julho de 2019, no período vespertino, para doar Sangue, considerando Requerimento do servidor, sob Protocolo nº 5344, de 29 de julho de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 05 de agosto de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de julho de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0790/2019 - DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107813

PORTARIA Nº. 0790/2019 - DE 30 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANE TERESINHA DE MORAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Luciane Terezinha De Moraes (20092), ocupante do cargo de Assistente Social, no dia 01 de agosto de 2019, no período matutino, para realizar exames médicos, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 5351, de 30 de julho de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 06 de agosto de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de julho de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

PORTARIA Nº.0789/2019 - DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107812

PORTARIA Nº.0789/2019 - DE 30 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA BRITES DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 5092, de 18 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal Daniela Brites de Oliveira (20262), ocupante do cargo de Diretor de Departamento, nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2019, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº 317/2019 - de 17 de abril de 2019, restando a partir desta data o saldo de 11 (onze) dias de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de julho de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 03/2018 – SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO

Publicação Nº 2107464

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 03/2018 – SESSÃO PÚBLICA DE SORTEIO - O Município de Rancho Queimado, torna público que estará realizando o sorteio dos leiloeiros devidamente credenciados no Processo Licitatório 34/2018, Credenciamento 03/2018 para a realização de leilões para venda de bens patrimoniais em desuso do Município de Rancho Queimado, a ser realizado na Prefeitura Municipal de Rancho Queimado, Praça Leonardo Sell, nº 40, Centro, às 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2019. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.rq.sc.gov.br. Rancho Queimado/SC, em 31 de julho de 2019 – Ino Guilherme Westphal – Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA 200-2019 EXONERA A PEDIDO ALCEU MUNSFELDT SEC OBRAS, EST E SERV URB

Publicação Nº 2108529

PORTARIANº 200/2019
EXONERA SECRETÁRIO
A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO ALCEU MUNSFELDT, do cargo de Agente Político de SECRETÁRIO DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS, a partir desta data.

Rancho Queimado, em 31 de julho de 2019.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

REVOGAÇÃO - MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019 – REGISTRO DE PREÇOS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Publicação Nº 2108412

O Prefeito Municipal de Rancho Queimado em Exercício, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determina a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório de PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019, para eventual aquisição de toners e cartuchos para impressão de documentos e cópias reprográficas, destinadas a manutenção das atividades administrativas dos órgãos e entidades municipais. Para fins do disposto no artigo 109, I, "c", da Lei nº 8.666/93, publique-se. Rancho Queimado, 31 de julho de 2019. Ino Guilherme Westphal - Prefeito Municipal em exercício.

Rio do Campo

PREFEITURA

270 PORTARIA Nº 270 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARIA REGINA EYNG

Publicação Nº 2108477

Portaria nº. 270, de 30 de julho de 2019.

“Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA REGINA EYNG”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora MARIA REGINA EYNG, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 24 de julho de 2019 a 21 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 24 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de julho de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

271 PORTARIA Nº 271 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA FERNANDA BEIGER NUNES

Publicação Nº 2108479

Portaria nº. 271, de 30 de Julho de 2019.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora FERNANDA BEIGER NUNES”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 31 de Julho de 2019, a servidora FERNANDA BEIGER NUNES, matrícula nº. 34263, nomeado pela Portaria nº. 031/2019, para o cargo Temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de julho de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

272 PORTARIA Nº 272 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARLUSI RIBEIRO

Publicação Nº 2108483

Portaria nº. 272, de 30 de Julho de 2019.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora MARLUSI RIBEIRO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 31 de Julho de 2019, a servidora MARLUSI RIBEIRO matrícula nº. 34207, nomeado pela Portaria nº. 199/2019, para o cargo Temporário de Professora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 30 de julho de 2019.
Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Secretaria de Administração

273 PORTARIA N° 273 NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01-2019 DE PROFESSOR ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Publicação N° 2108485

Portaria n° 273, de 31 de Julho de 2019.

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2019 DE PROFESSOR (A) ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja procedida de aprovação em Processo Seletivo;

Considerando a portaria n° 04, de 04 de janeiro de 2018, do Ministério da Educação, que institui o Programa Mais Alfabetização, que visa fortalecer e apoiar as Unidades Escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados nos 1o e 2o anos iniciais do ensino fundamental;

Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão para o Processo Seletivo Simplificado 01/2019, para recebimento de inscrições e avaliação dos (as) candidatos (as), composta pelos seguintes membros:

- ILDA KALESKI DEMATTÉ;
- MARCIA ROSELI BACK ZICKUHR;
- PEDRO ORLANDO MUNIZ.

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela primeira.

Art. 2º. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por esta portaria decidir sobre casos eventualmente omissos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 31 de julho de 2019.

Rodrigo Preis Prefeito Municipal	Jean Carlos K-Ikamp Secretário de Administração e Finanças
-------------------------------------	---

Decreto Publicado no DOM, em 01 de agosto de 2019.

274 PORTARIA N° 274 NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Publicação N° 2108488

Portaria n°. 195 de 09 de maio de 2019.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis do Patrimônio Público Municipal que será composta conforme segue:

- Lúcia Gabriela Kaleski - Presidente;
- Alexandre Sempkowski - Secretário;
- Joel Schmidt - Membro;
- Luiz Carlos Bertotti Junior - Membro;
- Alexsandro Diego Sempkowski de Abreu - Membro;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 09 de maio de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO
Portaria registrada e publicada
em 10/05/2019
DOM – DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

275 PORTARIA Nº 275 NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03-2019

Publicação Nº 2108490

Portaria nº. 275 de 31 de julho de 2019.

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2019 PARA PROVIMENTO DE CARGO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE MATEMÁTICA".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, considerando a existência no quadro de pessoal da Administração vaga a ser preenchida gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço; Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão do Processo de Chamada Pública nº 03/2019 para acompanhamento do processo de escolha de candidatos para provimento de Cargo em caráter TEMPORÁRIO – Professor de MATEMÁTICA, conforme segue:

- Ilda Kaleski Dematté;
- Pedro Orlando Muniz;
- Swen Sebold;

Parágrafo único. A Comissão será presidida pela primeira.

Art. 2º. Serão selecionados candidatos para o provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimento constarão por inteiro teor do Edital do Processo de Chamada Pública nº 03/2019, observadas as exigências e condições prescritas na Legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º. O Processo de Chamada Pública nº 03/2019 reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por esta portaria decidir sobre casos eventualmente omissos.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 31 de Julho de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Responsável pela Sec. de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO
Portaria registrada e publicada
em 01/08/2019
DOM – DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2019

Publicação Nº 2108630

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2019

RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA com fundamento no §3º da Lei nº 1984, de 30 de junho de 2014 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal para o ano letivo de 2019 em razão de esgotada a

listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público – Edital 003/2018, respeitadas as hipóteses legais autorizativas, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob a supervisão de Comissão de Acompanhamento conforme Portaria 273 /2019, de 30 de julho de 2019, considerando os itens a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A divulgação do inteiro teor deste Edital, bem como dos Editais de Convocação dar-se-á no Órgão Oficial de Publicação do Município, via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/). Os referidos Editais, comunicados e/ou documentos correlatos serão publicados no website <https://riodocampo.atende.net>, sendo obrigação dos candidatos acompanhar todas as publicações e/ou atos relativos a presente Chamada Pública.

1.2 A Chamada Pública destina-se à admissão em caráter temporário de professor para as disciplina de Matemática conforme disponibilidade de vagas existentes no Magistério Público Municipal, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados nesta disciplina, no Processo Seletivo Público – Edital 003/2018, respeitadas as hipóteses legais autorizativas, de acordo com as necessidades da Administração e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

2 – DAS VAGAS

2.1 A escolha de vaga ocorrerá de acordo com o quadro a seguir relacionado:

Unidade Escolar	Disciplina	Período
E.M.E.B Santa Maria	Matemática (20 horas)	Matutino

2.2 A quantidade de horas poderá sofrer alterações de acordo com o aumento de demanda na unidade.

3 –DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 Os interessados nas vagas disponíveis deverão dirigir-se à sede da Secretaria Municipal de Educação, no dia 02 de agosto de 2019, obrigatoriamente munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação, comprovante de tempo de atuação no Magistério Público Municipal de Rio do Campo- SC (professor), emitido pelo setor de Recursos Humanos do município (se houver), comprovante de outros tempos de atuação no Magistério Público (professor), emitidos pela unidade escolar (se houver).

3.2 A chamada se dará às 08h30min do dia 08 de agosto de 2019

3.3 Os comprovantes de tempo de atuação deverão estar expressos em anos, meses e dias e assinados por autoridade competente.

3.4 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação obedecerá aos seguintes critérios:

- 1º) Diploma de Licenciatura Plena na disciplina da vaga;
- 2º) Frequência de Curso Superior na disciplina da vaga a partir do 1º semestre (contará sempre o maior período de frequência)
- 3º) Licenciatura nas áreas afins: Ciências, Biologia, Química e Física.
- 4º) Licenciatura em Pedagogia a partir do 1º semestre.
- 5º) Ensino Superior nas demais áreas.

3.4.1 No caso de haver dois ou mais candidatos classificados na mesma escolaridade, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- 1º) Maior titulação;
- 2º) Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal (professor);
- 3º) Maior tempo de serviço no magistério público (professor);
- 4º) Maior idade.

3.5 O candidato, por ocasião da Escolha de Vagas, nos termos deste Edital, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação de todos os documentos comprobatórios exigidos impedirá a contratação correspondente à respectiva convocação.

3.6 A inexistência das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

4- DO RESULTADO

4.1 O resultado da classificação se dará no ato da chamada diante dos participantes e divulgado no dia subsequente à Chamada Pública via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/). Os referidos Editais, comunicados e/ou documentos correlatos serão publicados no website <https://riodocampo.atende.net>

4.2 O presente Edital terá validade para o segundo semestre do ano de 2019.

4.3 Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Campo/SC, 31 de julho de 2019.

RODRIGO PREIS

Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO N. 048/2019

Publicação Nº 2108863

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 60/2019

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de julho de 2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº . CONTRATADO: R.T TRATORES COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 07.634.586/0001-95, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. GEOVANI FERREIRA DA CRUZ, Administrador, portador do RG/CI nº 4226459 e no CPF/MF nº 049.155.499-09, com endereço à RODOVIA BR - 470, 5260, MARGEM ESQUERDA - 89.182-000, Lontras - SC. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONserto DO EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA, MARCA/MODELO: JCB JS 16, REGISTRADO NO PATRIMÔNIO MUNICIPAL SOB N.º 9802, SENDO QUE SEU REGISTRO PODERÁ SER CONSULTADO ATRAVÉS DO LINK: [HTTP:// RIODOOESTE.COM.BR/PATRIMONIO/](http://riodooeste.com.br/patrimonio/). VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º. DA FONTE DE RECURSOS: A execução da obra ocorrerá por conta dos recursos provenientes do Gestor: Reforma e construção de bueiros, galerias, pontilhões e pontes penséis. Retificação do leito e curso das estradas vicinais visando suavizar os declives e combater a erosão bem como aumentar os pontos muito próximos às cotas de enchentes. da seguinte Dotação Orçamentária Municipal: 8.801.2028.33390000000000000000.01000001 EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 5 (cinco) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO N. 047/2019

Publicação Nº 2108191

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 39/2017

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de julho de 2019. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE - Estado Santa Catarina, com endereço RUA PAULO SARDAGNA, nº 797, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.715/0001-82, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº . CONTRATADO: GABRIEL CARLINI VIEIRA TIVES & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 33.148.825/0001-07, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. GABRIEL CARLINI VIEIRA TIVES, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 056.073.919-22, com endereço à RUA 7 DE SETEMBRO, 665, CENTRO - 89.180-000, Rio do Oeste - SC. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E/OU DROGARIAS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, COM DESCONTOS PREDEFINIDOS SOBRE OS PREÇOS DA TABELA ABCFARMA. VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º. DA FONTE DE RECURSOS: A execução da obra ocorrerá por conta dos recursos provenientes do Gestor: O Município disponibiliza os medicamentos básicos para distribuição nas Unidades Sanitárias, adquirindo-os em lotes para estoque no Posto de Saúde ou em quantidades individualizadas, conforme necessidade de consumo prescrita em receitas médicas. Para a aquisição o Ministério da Saúde participa com R\$ 5,00 por habitante/ano e a Secretaria Estadual da Saúde participa com R\$ 4,50 por habitante/ ano. da seguinte Dotação Orçamentária Municipal: 6.601.2071.33390000000000000000.01000001 EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 5 (cinco) meses, a partir da sua assinatura.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 190/2019

Publicação Nº 2107687

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.190/2019 Pregão Presencial Nº 120/2019 Validade: 12 meses Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. cliente_numero1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 120/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS PARA SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
HARRI MASIMILIANO FACHINI ME, neste ato representado por HARRI MASIMILIANO FACHINI	85.114.304/0001-32
LIND GUIMAR MACHADO ME, neste ato representado por VALTER DA SILVA	18.010.737/0001-50

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS PARA SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 29685869 - LIND GUIMAR MACHADO ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	O objeto da presente licitação é a contratação de serviços técnicos de sonorização para o desfile cívico de 07 de setembro na Rua Dom Bosco, conforme detalhamento do termo de referência em anexo.	Serv.		2,00000	R\$8.000,0000	R\$16.000,0000
2	O objeto da presente licitação é a contratação de serviços técnicos de sonorização para eventos de médio porte, conforme detalhamento no termo de referência em anexo.	Serv.		4,00000	R\$1.350,0000	R\$5.400,0000
3	O objeto da presente licitação é a contratação de serviços técnicos de sonorização para eventos de médio porte, com 08 caixas de som, conforme detalhamento no termo de referência em anexo.	Serv.		2,00000	R\$4.900,0000	R\$9.800,0000
4	O objeto da presente licitação é a contratação de serviços técnicos de sonorização para eventos de médio porte com 08 caixas de som, bateria completa, conforme detalhamento em anexo no termo de referência.	Serv.		2,00000	R\$4.900,0000	R\$9.800,0000
5	O objeto da presente licitação é a contratação de serviços técnicos de sonorização para eventos de pequeno porte com 04 caixas de som, conforme detalhamento em anexo no termo de referência.	Serv.		2,00000	R\$1.600,0000	R\$3.200,0000
Total do Fornecedor:						R\$44.200,0000
Total Geral dos Itens:						R\$44.200,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos) Rio do Sul (SC), 18 de Julho de 2019 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

CPF: 054.215.249-57

Prefeito Municipal LIND GUIMAR MACHADO ME
CONTRATADA

I



DECRETO Nº 8312, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107548

DECRETO Nº 8312, de 29 de julho de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019/FMS, DE 05.07.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Pregão Presencial para registro de preço nº 023/2019/FMS, de 05.07.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

T4 SERVIÇOS DE SAÚDE EIRELI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

29 de julho de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8312/2019

Pregão Presencial: Nº 023/2019/FMS de 05.07.2019.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTOBOY, PARA TRANSPORTES DE MATERIAL BIOLÓGICO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE (ESPÉCIE HUMANO DE RISCO MÍNIMO), DA UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO), PARA O LABORATÓRIO DO HOSPITAL REGIONAL, COM FORNECIMENTO COMBUSTIVEL, EQUIPADAS COM BAÚ E MENSAGEIRO MOTORIZADO, SOB DEMANDA, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA UPA.

Participantes:

CLIMATIZAR CLIMATIZAÇÃO JOINVILLE LTDA.

T4 SERVIÇOS DE SAÚDE EIRELI

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

T4 SERVIÇOS DE SAÚDE EIRELI

DECRETO Nº 8313, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107549

DECRETO Nº 8313, de 29 de julho de 2019.

"TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO CELTA - PLACAS MDL-3235, DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/MEIO AMBIENTE - SEINFRA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA - SEMOB, POR TEMPO INDETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, do inciso VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º- Transfere-se o veículo Celta, da Secretaria Municipal de Infraestrutura/ Departamento de Meio Ambiente - SEINFRA, por tempo indeterminado para a Secretaria Municipal de Obras e Agricultura - SEMOB, conforme segue: Veículo CELTA 4P LIFE GM - Placa - MDL3235 – Cor Branca - 2007/2008 –Frota nº 279 - Patrimônio 9876 - Chassi: 9BGRZ48908G130273 - Renavam: 925623792.

Art. 2º- As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo ocorrerá à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Agricultura - SEMOB.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de julho de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8314, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107550

DECRETO Nº 8314, de 29 de julho de 2019.

"EXONERA EDSON DOS SANTOS WESSLER".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso X, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a partir de 18/07/2019, o servidor EDSON DOS SANTOS WESSLER, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Frotas e Manutenção, nos termos do artigo 11, § 2º, da Lei Complementar nº 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de julho de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8315, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107551

DECRETO Nº 8315, de 29 de Julho de 2019.

"NOMEIA RAMIRES CAVILHA CIMARDI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 401 de 22/08/2018 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeado, a partir de 30/07/2019, RAMIRES CAVILHA CIMARDI, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Agricultura na Secretaria municipal de obras e agricultura, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar n. 401 de 22/08/2018 e Artigo 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de Julho de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8316, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107570

DECRETO Nº 8316, de 30 de julho de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019/FMS, DE 08.07.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Pregão Presencial para registro de preço nº 033/2019/FMS, de 05.07.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME
JHONATAN BAGATOLI ME
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA. EPP
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME
R.S. VAREJO EIRELI
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.
RICHESSSE MÓVEIS EIRELI EPP
MAC CARLESSO ELETRO ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

30 de julho de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8316/2019

Pregão Presencial: Nº 033/2019/FMS de 08.07.2019.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (APARELHOS, ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO), PARA ATENDER O CONTROLE DE AVALIAÇÃO, POR SOLICITAÇÃO DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I, DESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

Participantes:

M. MOBILE EIRELI

ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME

JHONATAN BAGATOLI ME

RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA. EPP

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME

JS SIMÕES EIRELI ME

ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI EPP

TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

J & N COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

R.S. VAREJO EIRELI

B. DANIEL INFORMÁTICA

AJV AR CONDICIONADO EIRELI

LG DE SOUZA BARSAGLIA EPP

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.

RICHESSSE MÓVEIS EIRELI EPP

MAC CARLESSO ELETRO ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. ME
JHONATAN BAGATOLI ME
RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA. EPP
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME
R.S. VAREJO EIRELI
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA.
RICHESSSE MÓVEIS EIRELI EPP
MAC CARLESSO ELETRO ME

DECRETO Nº 8317, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107574

DECRETO Nº 8317, de 30 de julho de 2019.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019/FMS, DE 17.07.2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Pregão Presencial para registro de preço nº 025/2019/FMS, de 17.07.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

AUTOPLUS VEICULOS LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

30 de julho de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8317/2019

Pregão Presencial: Nº 025/2019/FMS de 17.07.2019.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO KM, HATCH 04 (QUATRO) PORTAS, MOTOR 1.0, POR SOLICITAÇÃO DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL, E DEMAIS ANEXOS.

Participantes:

UNIDAS VEÍCULOS LTDA.

WOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

LR COMÉRCIO VEÍCULOS LTDA.

AUTOPLUS VEICULOS LTDA.

HORIZONTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

AUTOPLUS VEICULOS LTDA.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019

Publicação Nº 2109198

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

041/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Nilton José Dalcenter – Espólio	Xxx.736.219-xx	177649
Noemia Moraes Michels – Espólio	Xxx.602.819-xx	178770
Jeferson de Souza	CI Xx150xx	180932

Rio do Sul, 01 de Agosto de 2019

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 6050, DE 30 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108046

LEI Nº 6050, de 30 de julho de 2019.

DENOMINA "ISAIR ZEFERINO" O BECO SEM DENOMINAÇÃO NO BAIRRO BARRA DO TROMBUDO.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica denominado "Isair Zeferino" o beco que inicia na Rua dos Palmitos, medindo 26,00 metros de extensão e largura variável, no Bairro Barra do Trombudo, conforme levantamento topográfico/planimétrico, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

30 de julho de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

Portaria n.º 0892/DGP

Publicação Nº 2108312

PORTARIA Nº 0892/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) SIMONE GAUCHE, matrícula n.º 88427-01, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 03/01/2019, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/05/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 03/01/2019.

Rio do Sul, 03 de junho de 2019

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Jot

Portaria n.º 0955/DGP

Publicação Nº 2108392

PORTARIA Nº 0955/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) NAIR MARIA SCHLEMPER DE ANDRADE, matrícula n.º 72060-01, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Professor/Readaptado Agente Administrativo, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 02/04/2019, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 11/06/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 02/04/2019.

Rio do Sul, 12 de junho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Jot

Portaria n.º 0962/DGP

Publicação Nº 2108420

PORTARIA Nº 0962/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) MARIA APARECIDA DE LINO DAY, matrícula n.º 96350-05, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Professor/Readaptado Agente Administrativo, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 03/05/2019, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/06/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 03/05/2019.

Rio do Sul, 13 de junho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

Portaria n.º 0963/DGP

Publicação Nº 2108430

PORTARIA Nº 0963/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) SONIA MARIA REAL AMORIM CARDOSO, matrícula n.º 90018-01, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 06/03/2019, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a", da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/05/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 06/03/2019.

Rio do Sul, 13 de junho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

Portaria n.º 0965/DGP

Publicação Nº 2108440

PORTARIA Nº 0965/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) CACILDO JOÃO FURLANI, matrícula n.º 99392-02, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 18/08/2018, com base legal no Art. 40º, § 1º, III, "a" da CF, e permanecer em atividade desde aquela data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 18/08/2018.

Rio do Sul, 13 de junho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

Portaria n.º 0967/DGP

Publicação N° 2108451

PORTARIA N° 0967/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) MARIO CESAR POSANSKI, matrícula n.º 74128-01, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 25/09/2018, com base legal no Art. 2º da EC 41/03, e permanecer em atividade desde aquela data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 25/09/2018.

Rio do Sul, 13 de junho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

Portaria n.º 1019/DGP

Publicação N° 2108475

PORTARIA N° 1019/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) MARGARETE POFFO NAU, matrícula n.º 90891, a qual ocupava o cargo de provimento efetivo Professor, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 07/05/2019, com base legal no Art. 40º, § 5º, da CF, e cumprindo os requisitos do § 19º do mesmo artigo, tendo permanecido em atividade desde aquela data, até a data de sua aposentadoria definitiva, ocorrida a partir de 01/06/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 07/05/2019.

Rio do Sul, 27 de junho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

Portaria n.º 1138/DGP

Publicação N° 2109202

PORTARIA N° 1138/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono de Permanência ao(a) servidor(a) EDSON DE MELO, matrícula n.º 76945-01, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo Auditor Fiscal da Receita Municipal, em virtude de ter adquirido direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 23/01/2019, com base legal no Art. 2º, da EC 41/03, cumprindo os requisitos do Art. 2º, § 5º da mesma emenda, e permanecer em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 23/01/2019.

Rio do Sul, 30 de julho de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Jot

RESUMO DO ADITIVO Nº 058/2019

Publicação Nº 2107728

1º TERMO ADITIVO Nº 058/2019 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 033/2019, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA SETE QUEDAS, BAIRRO LARANJEIRAS, EM RIO DO SUL/SC QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME.

Aos vinte quatro (24) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME, estabelecida na Rua Julio Schneider, 1501, Serra São Miguel, no município de Ibirama/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.361.704/0001-79, ora denominada CONTRATADA, representada pelo, Sr. Gilberto Grabowski, inscrito no CPF nº 704.699.389-00, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação nº 028/2019, e no Contrato original de Prestação de Serviço e Fornecimento de Material nº 033/2019, datado de 26 de fevereiro de 2019, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Art.57, §1º, Inciso II e VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Segunda, Subitem 12.1 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar de 26 de julho de 2019 e encerrando em 23 de dezembro de 2019, conforme o Memorando/SEINFRA.

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Segunda, Subitem 12.2 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 88 (oitenta e oito) dias, a contar de 26 de setembro de 2019 e encerrando em 23 de dezembro de 2019, conforme o Memorando/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA ME
Gilberto Grabowski
Contratada
Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 191/2019

Publicação Nº 2107917

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 191/2019

Pregão Presencial n.º 141/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: CURT SCHROEDER S.A. INDUSTRIA E COMÉRCIO

Objeto: Aquisição de Caminhões, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Obras e Agricultura.

Valor total: R\$ 2.405.000,00 (dois milhões quatrocentos e cinco mil reais).

Itens:

Item	Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Caminhão 4x2	U	Mercedes-Benz	1	R\$ 185.000,00	R\$ 185.000,00
2	Caminhão 4x2	U	Mercedes-Benz	2	R\$183.000,00	R\$ 366.000,00
3	Caminhão 4x2 (toco)	U	Mercedes-Benz	6	R\$236.000,00	R\$ 1.416.000,00
5	Caminhão (cavalo Mecânico)	U	Mercedes-Benz	1	R\$438.000,00	R\$ 438.000,00
TOTAL						R\$ 2.405.000,00

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 86.02.1079.4490.5240 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de julho de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1248/2019

Publicação Nº 2108658

PORTARIA No 1.248, DE 31 DE JULHO DE 2019

Altera o caput do art. 1º da Portaria nº 1.191, de 10 de janeiro de 2019, alterada pela Portaria nº 1.246, de 15 de julho de 2019, que nomeia membros para compor Comissão Permanente de Licitação.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º, caput, da Portaria nº 1.191, de 10 de janeiro de 2019, alterada pela Portaria nº 1.246, de 15 de julho de 2019, que nomeia membros para compor Comissão Permanente de Licitação, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Em conformidade ao artigo 103 da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, ficam nomeados para compor Comissão Permanente de Licitação, como titulares, os servidores Luis Fernando Schweder, Fernando Guedes, Heliana Duarte Prim e Sandra Regina Orlando Solano. Como suplente, fica nomeada a servidora efetiva Cristiane Matos Rossa.

[...]” (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de julho de 2019.
ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Rio dos Cedros

PREFEITURA

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS EXTRATO DO EDITAL Nº 48/2019 – CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE/DIVULGAÇÃO DE ATOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS.

Publicação Nº 2107900

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital Nº 48/2019 – CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de (Credenciamento/Chamamento), com a finalidade de selecionar proposta objetivando o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE/DIVULGAÇÃO DE ATOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Início do Recebimento do envelope de habilitação: Data: 19/08/2019 - Hora: 08h45min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 30 de Julho de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL RECORRENTE: IVONE ROTHBARTH OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO EM DESFAVOR DO AIA Nº 005/2019 PROTOCOLO Nº 1032/2019 - DECISÃO

Publicação Nº 2107901

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

GABINETE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Órgão Autuante: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Unidade Autuante: Meio Ambiente

Processo Administrativo Ambiental

Recorrente: Ivone Rothbarth, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 611432, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 015.584.219-63, residente e domiciliada na Estrada Geral Rio Rosina, s/nº, em Rio dos Cedros/SC, CEP 89121-000.

Procurador: Dr. Gelson José Franceschi (OAB/SC 21.172)

Objeto: Recurso Administrativo em desfavor do Aia nº 005/2019

Protocolo nº 1032/2019

DECISÃO

Trata-se de recurso administrativo interposto em desfavor de decisão prolatada que indeferiu os pedidos formulados em recurso administrativo interposto em desfavor do Aia (Auto de Infração Ambiental) nº 005/2019, recebido pela autuada em 22/04/2019.

A decisão vergastada, estribada na manifestação do órgão autuante e no parecer jurídico encartados aos autos, teve sua parte dispositiva assim redigida:

“Convalido as razões entabuladas na manifestação do órgão autuante e no parecer jurídico encartados os autos as quais utilizo como fundamento para a presente e, com base em tais motivos, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos veiculados no Recurso Administrativo interposto. Consequentemente JULGO VALIDO E EFICAZ o Auto de Infração Ambiental nº 005/2019. P.R.I.A.C.-se.”

Nas razões recursais sustenta a recorrente em apertada síntese que: a) inexistência de ilícito, ao argumento de que não foi notificada para proceder a regularização da edificação e que a construção não alcança área de preservação permanente bem como que se tratar de área urbanizada; b) que houve excesso na dosimetria das penalidades aplicadas e por existirem várias edificações na localidade o grau de enquadramento deveria ser Leve I; c) argumentando que não há dano ambiental postulou a cessação das penalidades e o cancelamento da multa; d) pugnou pela recuperação da área supostamente degradada e ao final pena impossibilidade de demolição.

É o relatório.

Passo à análise da matéria.

No que tange a inexistência de ilícito tenho que o pedido recursal não pode prosperar isto porque bem caracterizada a projeção da

construção sobre área de preservação permanente, conforme bem mencionado no auto, relatório de vistoria, manifestação do órgão e parecer jurídico encartado aos autos.

De outro lado, a área ambiental é diversa da área de posturas, sendo ambas independentes, de tal forma que não há como guarnecer o pedido de reconhecimento de nulidade em razão da falta de notificação para regularização da obra.

Ademais, diversamente o afirmado pela recorrente, a mesma foi interpelada por mais de uma vez, tanto pela fiscalização de posturas (ainda ao início de sua construção) como pela fiscalização ambiental, tendo se recusado a cumprir as determinações de ambas autoridades e dado seguimento a obra, ao alvedrio da lei e em completa discordância com as disposições legais que regem a matéria.

No que diz respeito a existência de área urbanizada é digno de registro que as informações trazidas à baila pela autuada não procedem.

Registro que trata-se de edificação erguida em área de preservação permanente em zona rural e fora de qualquer contexto de urbanização. É digno de nota ainda que a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí realizou estudo socioambiental destinado a apurar quais seriam as áreas urbanizadas e ainda, àquelas passíveis de reconhecimento administrativo de urbanização, apresentando tal estudo que será complementado com dispositivos legais e encaminhado à Câmara de Vereadores para conversão em lei e viabilização de construções, com a consequente compensação ambiental, em sendo o caso.

Ocorre que em dito estudo (socioambiental) já é possível verificar que a área em que houve a edificação encontra-se fora de núcleos urbanos (reconhecidos e passíveis de reconhecimento administrativo posterior) o que por si só evidencia o descompasso entre as informações carreadas na peça recursal e a realidade do local.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP e OCUPAÇÃO URBANA CONSOLIDADA

Por todo o histórico apresentado até o presente momento denota-se que a grande dificuldade do operador do Direito em aglutinar a aplicação da legislação ambiental, que a partir de 1966 expandiu para 30 metros de largura os limites mínimos para as faixas marginais de proteção, quando todo o histórico da ocupação urbana no Brasil determinou a ocupação sistemática das áreas topo de morro e áreas de várzea, inclusive incentivando as correções de traçado, canalizações e capeamentos de corpos hídricos.

Muitas dessas intervenções nos corpos hídricos não somente eram estimuladas pela Lei, como eram realizadas pelo próprio Poder Público, havendo na União e, em alguns estados, em diversas épocas, órgãos específicos para patrocinar e efetivar essas intervenções.

Quinhentos anos de ocupação, urbana e rural em áreas de várzeas, contra vinte anos de legislação ambiental restritiva! Uma tarefa instigante para os órgãos ambientais, juristas, advogados, Ministério Público e Poder Judiciário.

Como já dito acima, hoje não mais se discute quanto à aplicação ou não do Código Florestal para as áreas urbanas, sendo inafastável sua aplicação.

O desafio, hoje é outro, como compatibilizar o uso do solo urbano, nas áreas consolidadas, nos séculos de ocupação do território nacional com a novel legislação, especialmente em face da constante mutação arquitetônica e urbanística de nossas cidades.

A aplicação dos limites ambientais estabelecidos para o meio urbano, segue a regra segundo a qual, a forma de piso básico ambiental, deve ser observado pelas legislações estaduais e municipais, segundo o sistema constitucional de fixação da competência legislativa para as matérias ambientais.

Dentro das cidades há que se identificar quais são as áreas livres (silvestres), as áreas rurais, e as áreas de ocupação urbana consolidada. Guilherme José Purvin de Figueiredo assevera em sua obra que o "território municipal pode ser subdividido em zonas urbanas, urbanizáveis, de expansão urbana e rural. A conceituação de área ou zona urbana sempre foi uma questão tormentosa, sendo conhecida a regra fixada pelo art. 32, §1º do Código Tributário que, para efeitos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) considera como tal a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I-meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar, e

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado."

Prosseguindo no exame legal das áreas de ocupação consolidada, a Resolução CONAMA nº 302/2002, por sua vez, a classifica como aquela que atende a alguns requisitos, quais sejam:

"a) definição legal pelo poder público;

b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana:

1. malha viária com canalização de águas pluviais;

2. rede de abastecimento de água;

3. rede de esgoto;

4 - distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos,

6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e

c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por Km²."

Há posicionamento da Advocacia Geral da União, com assento na Assessoria Jurídica da Gerência Rio de Janeiro do IBAMA(Alessandro Q, Machado, Procurador Chefe do IBAMA/RJ em Parecer da Advocacia Geral da União de 06.08.2007 - Procuradoria - Geral Federal - Procuradoria Federal Especializada Junto ao Ibama, referente ao Processo Administrativo nº 02022.000671/2006 - Interessado DIJUR/RJ - Assunto: Aplicação do Art. 2º do Código Florestal em Área Urbana, pag. 32), entendendo que a aplicação do Código Florestal se dá pela geomorfologia da área, indicando critérios do princípio da razoabilidade no exame caso a caso, segundo a melhor solução para o meio ambiente, para as áreas de ocupação consolidada.

Ocorre, como salientado anteriormente, que todos estes fatores foram recentemente analisados pela AMMVI que remeteu estudo socioambiental afastando a área onde localiza-se a edificação objeto do AIA questionado dos núcleos urbanos. Aliás, o imóvel encontra-se em muito afastado das áreas densamente habitadas o que pode ser observado inclusive por imagens satelitais do Google Earth.

Indica o Parecer da Advocacia Geral da União, acima referido, em suas conclusões, in verbis:

'6.5 Nas áreas urbanas onde a ocupação não está consolidada é imperativa a obediência aos dispositivos do Código Florestal. Já nas áreas onde a ocupação é consolidada, deve-se aplicar o princípio da razoabilidade para ponderar qual é a melhor solução para o meio ambiente e para os cidadãos' Alessandro O. Machado, Procurador Chefe do IBAMA/RJ em Parecer da Advocacia Geral da União de 06.03.2007 - Procuradoria - Geral Federal -Procuradoria Federal Especializada junto ao Ibama, referente ao Processo Administrativo nº 02022,000671/2006 - Interessado DIJUR/RJ - Assunto: Aplicação do Art. 2º d o Código Florestal e m Área Urbana, pág. 32. (Grifo não existente no texto original).

No corpo do parecer afirma o IBAMA, que a alteração dos limites ambientais trazidos pela Lei 4771/65, alterados em 11 de janeiro de 1986, não indica a imediata necessidade de desfazimento de todas as obras urbanas implantadas ao longo dos anos nessas áreas, porém, uma vez que seu proprietário pretenda o seu desfazimento com a demolição das edificações existentes no local, nenhuma outra pode ser construída, devendo a área de APP ser revegetada e entregue à proteção ambiental.

Deve ser esclarecido aqui que se trata de obra recente e que foi objeto de várias autuações/notificações, já desde o início da construção, não havendo como guarnecer os argumentos tecidos na peça recursal.

Reconhece-se que a adoção dos limites estabelecidos pelo artigo segundo do Código Florestal sem o exame do Princípio da Razoabilidade levará a verdadeiros absurdos urbanísticos, especialmente em áreas com ocupação humana urbana anteriores a alteração legislativa do próprio dispositivo citado, qual seja o ano de 1966, mas como dito, tal situação não é a que se encontra nos autos.

A aplicação do Princípio da Razoabilidade, no exame da aplicação do Código Florestal em áreas já consolidadas, é defendido pela maioria da doutrina, além de já ter sido acolhido pelos nossos Pretórios.

Hoje vários pesquisadores e doutrinadores buscam afastar a incidência irrestrita das regras ambientais em áreas urbanas consolidadas, contudo ocorre no parecer divulgado pela Assessoria Jurídica da FEEMA/RJ, por força da perda da possibilidade de ocorrência da função ambiental e eventual implantação da vegetação ciliar na área degradada.

Em parecer recente, ELSON RONEY SERVILLE, EMILIA RUTKOWSKI, GRAZIELLA CRISTINA OEMANTOVA e RAFAEL COSTA FREIRIA(ELSON RONEY SERVILLE, EMILIA RUTKOWSKI, GRAZIELLA CRISTINA DEMANTOVA e RAFAEL

COSTA FREIRIA, publicado na Revista de Direito Ambiental, nº 46 - abril/junho de 2007 - Editora Revista dos Tribunais - pág. 67/113) asseveram a necessidade de destinação urbanística e sócio-ambiental para as APP quando não mais se verifica em suas áreas a função ecológica, sob pena de exigir o Poder Público a manutenção desses limites sem nenhum ganho efetivo ambiental, muito menos social.

A tendência nacional em aproximar-se o Direito Ambiental das disposições Urbanísticas, e do uso racional dos espaços protegidos, visando a harmonização dos seus usos, é uma realidade, especialmente após a promulgação do Estatuto das Cidades. Essa parece ser uma diretriz recentemente acenada, inclusive pelo CONAMA, com a edição da Resolução 369 de 259.03.2006, que regulamenta o uso da APP - Áreas de Preservação Permanente em meio urbano, nos casos de utilidade pública e interesse social.

Essa direção é confirmada por vários doutrinadores, como os que foram citados pelos doutrinadores ELSON RONEY SERVILLE, EMILIA RUTKOWSKI, GRAZIELLA CRISTINA DEMANTOVA e RAFAEL COSRTA FREIRIA, a saber:

"Esta recente regulamentação traz, de certa forma, indicativos no sentido da aproximação das previsões da legislação ambiental no tocante às APP com a realidade factual do espaço urbano. Neste sentido, Frischembruder (2001,p.60-61) afirma que na elaboração de políticas protetoras dos recursos naturais deve-se '(...) resgatar a dimensão propriamente natural do ambiente, sem que deixe considerar os aspectos e implicações dos processos sociais e das atividades das populações humanas sobre esse, ao contrário, procurando precisar as relações complexas e aspectos relativamente independentes das dinâmicas envolvidas'.

Em consonância com tais afirmações Rutkowski (1999, p. 133-134) defende a necessidade de se "(...) compreender o espaço não só como o meio ecológico mas também como o locus onde ocorrem as relações sociais de ordem cultural, política e econômica". Tais relações, de acordo com a autora, são '(...) um conjunto de inter-relações entre o ambiente físico-químico-geológico e o meio biótico, organizadores do desenho natural da paisagem ditadas pelas ações antrópicas, circunscrevendo, em seus limites, as drenagens naturais e/ou antropizadas pelas ações, neste caso, do saneamento" (p. 133). ela acrescenta que esse espaço é um "(...) espaço territorial de conformação dinâmica, cujos limites são estabelecidos pelas relações ambientais de sustentabilidade de ordens ecológica e social", (p. 134)"

Prosseguem os eminentes doutrinadores, em suas conclusões, que:

'Dentro desse contexto as APP não podem ser consideradas como ecossistemas intocáveis, já que estão inseridas em um espaço social, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais. Porém, as metragens definidas pela lei para a proteção das APP urbanas insistem em considerar os limites do sistema biológico da APP como entidades fixas, inseridas em um contexto não dinâmico, o que não é real em áreas urbanas. Nestas a dinâmica da paisagem é movida pelas relações sociais que devem ser consideradas na elaboração de políticas e planos de preservação e recuperação já que influenciam constantemente a saúde e o funcionamento do sistema biológico das APP. Em conclusão, somente será APP, ex vi legis, as áreas marginais de corpo hídricos que atendam sua função ambiental, devendo, obrigatoriamente, serem analisadas em cotejo com ambos os dispositivos da mesma Lei (Art.1º, §2º, Inciso II e Art. 2º), sob pena de, além de criar exigência extrema ao titular do direito de propriedade, esta será ambientalmente inócua e sem propósito ambiental, configurando-se, como nas palavras de ELSON RONEY SERVILLE, EMÍLIA RUTKOWSKI, GRAZIELLA CRISTINA DEMANTOVA e RAFAEL COSRTA FREIRIA, subscritores do parecer divulgado na Revista de Direito Ambiental, já citado:

'A APP urbana caminha para compor-se como uma paisagem neutra, com uma estrutura neutra, ou seja, sujeita a uma preservação /conservação e/ou recuperação sem serventia para o homem, nem para a flora e para a fauna."

DAS NORMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO RELATIVAS AO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

No exame administrativo de projetos de parcelamento do solo urbano, tanto o Direito Administrativo e os princípios constitucionais que o regem não deixam margem para toda a qualquer liberalidade ao Município, ao revés, impõe ao administrador o uso correto, e dentro dos parâmetros da Lei, na edição dos atos administrativos.

Segundo o Art. 37 da Constituição da República a validade dos atos administrativos está ligada em primeiro lugar a LEGALIDADE do ato. Neste ponto valendo indicar os ditames legais para o licenciamento de projetos de construção em cotejo com a regularização do uso sustentável do solo urbano.

Especificamente quanto aos requerimentos de projetos de construções e de parcelamento de solo urbano, a Administração Pública exerce

controle e fiscalização sobre os municípios.

Segundo José Afonso da Silva(SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro, São Paulo: Ed. Malheiros. 2ª edição página 365) esse controle se dá por meio de um sistema de INSTRUMENTOS DE CONTROLE URBANÍSTICO, os quais poderiam ser explicados como "... todos aqueles atos e medidas destinados a verificar a observância das normas e planos urbanísticos pelos seus destinatários, privados especialmente".

O eminente doutrinador prossegue indicando que esses instrumentos são aplicados em três momentos, a saber:

- "a) antes da atuação do interessado, que é o mais importante, dito controle prévio, que se realiza pela aprovação de planos e projetos, pelas autorizações e pelas licenças;
- b) durante a atuação do interessado, dito controle concomitante, que se efetiva pelas inspeções, comunicações e fiscalizações;
- c) finalmente, depois da atuação do interessado, o que se dá pelo controle sucessivo ou 'a posteriori'; mediante ato de vistoria, de conclusão de obra ou 'habite-se'."(DIREITO URBANÍSTICO BRASILEIRO, José Afonso da Silva, ed. Malheiros, 2ª edição. pag. 385).

A legislação edilícia e urbanística de um município se compõe de duas classes de normas, quais sejam, as normas definidoras de controle técnico-funcional das construções, que integram os códigos de edificações e normas de posturas, e normas definidoras do controle urbanístico da atividade construtiva, que integram as leis municipais de parcelamento do solo e zoneamento urbano.

Contudo todas essas normas devem apresentar compatibilidade com as normas gerais brasileiras, a Constituição da República, a Constituição do Estado, o Código Civil, e demais legislação infraconstitucional federal.

Além do mais devem atender à Lei Orgânica Municipal e a Lei do Plano Diretor.

Segundo Virgílio Testa, citado por José Afonso da Silva:

"A lei urbanística prevê, como algures dissemos, o controle sobre a atividade edilícia da parte da autoridade municipal em duas formas: uma que tem em mira as construções isoladas e se propõe a assegurar-lhes a plena correspondência às exigências higiênicas estéticas e de incolumidade pública e de idoneidade é função, a que cada qual se destina (controle técnico - estético), e outra que se propõe realizar, no desenvolvimento das construções, a plena correspondência dos edifícios aos ditames do plano regulador e determina ordem nas obras, capaz de fazer com que a zona de assentamento nasça, engrandeça ou se transforme de modo racional e em perfeita harmonia com a evolução dos serviços públicos em cada zona (controle urbanístico)."

Os requerimentos de autorizações e licenças para a construção possuem um trâmite próprio que se inicia pelo protocolo do requerimento acompanhado do projeto que se pretende aprovar e prova da titularidade da área.

A tramitação do procedimento administrativo pressupõe o exame das questões técnico-funcionais, estéticas e de urbanismo, quando são apresentadas as exigências de adequação à Lei pelo Poder Público, e somente após verificada a conformidade do projeto ou plano com as exigências legais, poderá e deverá ser outorgada a autorização ou a licença para a edificação.

Como se pode verificar não se trata de discricionariedade administrativa a outorga de licença ou de autorização são ATOS VINCULADOS da Administração Pública, atreladas à Lei e à alguns princípios. Como bem explanou MÁRCIA WALQUIRIA BATISTA DOS SANTOS (MÁRCIA WALQUIRIA BATISTA DOS SANTOS : O Direito de Construir e Limitações à Propriedade, publicada na obra Curso de Direito Administrativo Econômico, Ed. Malheiros, Vol. II, pág. 664/66), in verbis:

"As licenças são informadas por alguns principio gerais:

- (a) NECESSIDADE - é obrigado requerê-la nos termos que o exercício da atividade a exija, no sentido de ser indispensável, valendo dizer que a Administração não poderá dispensá-la ou substituí-la por outra exigência;
- (b) CARÁTER VINCULADO - que se manifesta no momento da outorga, em que a construção demonstra estar em total acordo com as exigências legais.
- (c) TRANSMISSIBILIDADE – transmissão automática aos herdeiros e em caso da alienação;
- (d) AUTONOMIA – pelo que impede à Administração discutir a propriedade dos terrenos para os quais se solicita a licença; e
- (e) DEFINITIVIDADE - dentro do prazo de vigência que determina a lei e sem embargo da possibilidade de invalidação e de revogação em certas circunstâncias."

Dessa forma, é inegável que a Administração Pública, no controle das construções e parcelamentos do solo, age SOB CARÁTER VINCULADO às normas edilícias e urbanísticas.

E as licenças de construções possuem caráter DEFINITIVO, ou seja, dentro da "vigência que determina a lei e sem embargo da possibilidade de invalidação e de revogação em certas circunstâncias". Dessa forma, uma vez aprovada a ocupação do solo, e deferido o alvará definitivo de ocupação, vulgarmente conhecido como 'habite-se', não mais poderá determinar o Poder Público a demolição daquela obra, bem como restou fixado ao titular da propriedade, o direito de ocupação da área, segundo o projeto Implantado, o que não é o caso da recorrente, que como frisado linhas atrás, sequer apresentou projeto de construção tendo sido notificada pelo órgão competente da municipalidade (ao início da obra) acerca da ilegalidade que estava comente e, sem dar ouvidos aos atos dos agentes públicos, deu prosseguimento a obra edificando-a em área de preservação permanente, contrariamente aos dispositivos citados no bojo dos documentos já encartados ao presente processado.

Aliás, sobre direito líquido e certo, preleciona Hely Lopes Meirelles, que "Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. "Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança" (in Mandado de Segurança, Ação Popular, Mandado de Injunção, "Habeas Data". 17. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 28-29).

É do escólio de Caio Mário da Silva Pereira que "Direito adquirido, in genere, abrange os direitos que o seu titular ou alguém por ele possa

exercer, como aqueles cujo começo de exercício tenha termo pré-fixo ou condição preestabelecida, inalterável ao arbítrio de outrem. São os direitos definitivamente incorporados ao patrimônio do seu titular, sejam os já realizados, sejam os que simplesmente dependem de um prazo para seu exercício, sejam ainda os subordinados a uma condição inalterável ao arbítrio de outrem. A lei nova não pode atingi-los, sem retroatividade." (in, Instituições de Direito Civil, volume 1, Rio de Janeiro: Forense, 1961, p. 125).

No caso em testilha sequer alvará de construção a recorrente possui.

Do TJSC, colacionamos:

"ADMINISTRATIVO-ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - INDEFERIMENTO

Não havendo óbice legal à construção do empreendimento, mostra-se arbitrário e ilegal o ato de negativa da administração municipal fundada na ausência de comprovação da propriedade de parcela do imóvel" (RN n. 2010.086791-3, de Navegantes, Rel. Des. Luiz César Medeiros, j. em 17/6/2011).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DA LIMINAR - ALVARÁ DE REFORMA, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE IMÓVEL - ATO VINCULADO - REQUISITOS LEGAIS APARENTEMENTE PREENCHIDOS - EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE - DESNECESSIDADE - PECULIARIDADES NA HIPÓTESE (DISCUSSÃO SOBRE DOMÍNIO) QUE NÃO INFIRMAM A PLAUSIBILIDADE DA PRETENSÃO - EMISSÃO DE CARNÊ DE IPTU EM NOME DO REQUERENTE - OPÇÃO DO FISCO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

1. 'Não se pode buscar através de um dado ato a proteção de bem jurídico cuja satisfação deveria ser, em face da lei, obtida por outro tipo ou categoria de ato. Ou seja: cada ato tem a finalidade em vista da qual a lei o concebeu. Por isso, por via dele só se pode buscar a finalidade que lhe é correspondente, segundo o modelo legal' (Celso Antônio Bandeira de Mello).

2. 'Não havendo óbice legal à construção do empreendimento, mostra-se arbitrário e ilegal o ato de negativa da administração municipal fundada na ausência de comprovação da propriedade de parcela do imóvel' (RNMS n. 2010.086791-3, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 31.5.2011).

3. O contribuinte do IPTU 'é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título' (art. 34 CTN)" (AI n. 2011.061380-1, de Navegantes, Rel. Des. Rodrigo Collaço, j. em 19/7/2012).

"APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO DE CONSTRUIR. ATENDIMENTO ÀS NORMAS EDILÍCIAS. PROJETO APROVADO. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. INADMISSIBILIDADE. ATO VINCULADO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO PROVIDO.

'A aprovação de projeto para construção, satisfeitos os requisitos administrativos, é vinculante e obrigatória para o Poder Público; aprovado o projeto, o alvará de licença para a construção é ato decorrente da propriedade do imóvel, não lhe competindo indeferi-lo [...]' (ACMS n. 1988.069363-0, de Blumenau, rel. Des. Nilton Macedo Machado, j. 4.5.95). Afinal, o ato administrativo de concessão de alvará construtivo, é do tipo vinculado, e o impetrante atendeu às exigências legais de estilo, impondo-se, por via consequencial, o reconhecimento do seu direito líquido e certo a obtê-lo na forma do projeto aprovado" (ACMS n. 2010.060742-7, de Brusque, Rel. Des. João Henrique Blasi, j. em 2/4/2012).

A contrário senso das decisões acima colacionadas verifica-se que tratando-se de construção atual (nova), sem alvará de construção, levada a cabo sob área de preservação permanente, quando a sua proprietária já foi cientificada da irregularidade desde o início da obra, impõe o reconhecimento da ilegalidade e da necessidade de manutenção do ato guerreado e de todas as sanções impostas.

DO DIREITO INTERTEMPORAL - DAS GARANTIAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Além da ocupação consolidada, e da perda da função ambiental da faixa marginal do corpo hídrico, no trecho do corpo hídrico a ser analisado, em concreto, se toma obrigatório ao operador do Direito entabular uma terceira análise, qual seja a aplicação da lei ao tempo da ocupação, ou seja o exame do Direito Intertemporal, em cotejo com as determinações constitucionais.

Do Ato Jurídico Perfeito

Como já visto acima, as licenças administrativas que deferem a ocupação do solo urbano, uma vez plenas e completas, gerem direito para o titular do Imóvel, e somente por limitação legal podem ser afastadas. Dessa forma, se ao tempo que em se deu a ocupação do solo urbano, a mesma ocorreu legalmente, em face da Lei vigente a época dos fatos, a legalidade dessa ocupação se entende por hígido ato jurídico perfeito, sendo o seu titular acobertado por garantia constitucional ínsita no Art. 5º, Inciso XXXVI da CR/88.

De início é necessário lembrar que a proteção ao direito adquirido é prevista no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal: "a lei não prejudicará o direito adquirido...". No mesmo artigo, no inciso XXII, é previsto que "é garantido o direito de propriedade;". Ainda no citado artigo, no inciso XXIII, também há a previsão de que "a propriedade atenderá a sua função social;".

De igual forma, a proteção ao meio ambiente também é prevista na Constituição Federal, no art. 225 e seus parágrafos. Diz o caput do citado artigo que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Assim, é possível harmonizar tais normas, a fim de que uma não prevaleça incondicionalmente sobre as outras.

Segundo Alexandre de Moraes (Moraes, Alexandre de. DIREITO CONSTITUCIONAL, 21ª Edição - Editora Atlas), citando Celso Bastos:

"O ato jurídico perfeito:

'é aquele que se aperfeiçoou, que reuniu todos os elementos necessários a sua formação, debaixo da lei velha. Isto não quer dizer, por si só, que ele encerre em seu bojo um direito adquirido. Do que está o seu beneficiário imunizado é de oscilações de forma aportadas pela lei nova.'"

Assim, a licença de ocupação do solo urbano, sob a égide de lei velha, se toma ato jurídico perfeito, e deve ser respeitada, também quando do exame da aplicação de limitações urbanísticas e ambientais.

Não se trata de direito adquirido, como bem salientado acima, mas de ato jurídico que terá força da formula interpretativa legal. As limitações urbanísticas e ambientais são atos legais, por óbvio, mas não podemos, em face do artigo quarto do Código Florestal, levar às áreas urbanas com ocupações consolidadas, que não se prestam à sua função ambiental, a insegurança de não mais poder o titular da propriedade fazer o uso do imóvel autorizado, há muito, extirpando ou diminuindo o valor da propriedade, e, em não raras hipóteses, tomando o imóvel totalmente inútil ao uso urbano, classificando todos os seus limites como área não edificante.

O Direito Ambiental não é soberano, por si só, embora hoje, sob os drásticos efeitos da hecatombe planetária experimentada pela humanidade, face às alterações climáticas, poucos ainda se insurjam quanto a sua importância. No entanto, nossas cidades, como dissertado no início deste parecer, se formaram mediante a ocupação prioritária em áreas hoje classificadas como de preservação permanente.

Além da garantia constitucional do ato jurídico perfeito, outros princípios constitucionais são normalmente lembrados pela doutrina, na análise do tema.

No que tange ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido há inúmeros julgados do TJSC, dentre os quais destacamos o que segue:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LOTEAMENTO URBANO. DISTÂNCIA PARA CONSTRUIR A PARTIR DA MARGEM DE RIO. DECISÃO LIMINAR QUE DETERMINOU A DEMOLIÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DA AGRAVANTE. OBSERVÂNCIA DE 30 (TRINTA) METROS CONFORME ESTABELECIDO PELO ANTIGO CÓDIGO FLORESTAL (LEI FEDERAL N. 4.771/1965). APLICAÇÃO DA LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO (LEI FEDERAL N. 6.766/1979), QUE PREVÊ O RECUO DE 15 (QUINZE) METROS. PREVALÊNCIA DA LEI MAIS ESPECÍFICA. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INAPLICABILIDADE DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI N. 12.651/2012). PERIGO DA DEMORA INVERSO. PREJUÍZO MAIOR À AGRAVANTE. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2011.036170-6, de Pomerode, rel. Des. Nelson Schaefer Martins, j. 19-02-2013).

Osvaldo de Oliveira Coelho, Promotor de Justiça e mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP, coloca as seguintes situações:

Antes de 15 de setembro de 1965, quando foi concebido o Código Florestal, existiam construções às margens de rios, por exemplo. Com o advento do Código Florestal foram fixadas as áreas de proteção ambiental, inclusive as margens dos rios. Contudo, aquelas pessoas que erigiram a sua construção tiveram o direito adquirido de permanecer com elas no local. A partir de 1965, o Código Florestal passou a exigir que fosse preservada uma faixa de quinze metros às margens dos rios.

Depois dessa exigência, as pessoas passaram a estar impedidas de construir nessa faixa, considerada área de preservação permanente, sem que fosse obtida a devida licença ambiental. Mas suponha-se que no ano de 1984 alguém tenha adquirido um imóvel e construído numa faixa de vinte metros da margem de um rio cuja largura fosse trinta metros.

Porém, com o advento da Lei n. 7.803, de 18 de julho de 1989, houve a alteração da redação da alínea a do art. 2º do Código Florestal, passando-se a exigir, no mínimo, uma faixa de área de proteção permanente, às margens de curso d'água, de trinta metros. No caso hipotético, passou-se a considerar a faixa marginal de cinquenta metros como área de preservação permanente (art. 2º, a, item 2, do Código Florestal). Assim, como ficaria a situação daquele que construiu?

Parece-nos que a legislação posterior não poderia abarcar a situação das construções erigidas naquela faixa de vinte metros. Para retirar o proprietário da área e determinar a demolição de todas as construções erigidas na faixa de 50m do rio, o Estado (em sentido amplo) deveria indenizar o proprietário. Veja que mesmo em face de uma hipótese de direito adquirido o Estado não está totalmente impedido de transformar o local em área de proteção ambiental. Mas deverá fazê-lo, para preservar o legítimo direito do proprietário, por meio de desapropriação. (in http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/41)

O presente recurso, todavia, da conta de que a edificação foi erguida recentemente, data na qual já existiam restrições de ordem ambiental, e sem alvará de construção, estando em área muito afastada das zonas urbanas apuradas por recente estudo socioambiental.

Do Princípio da Proporcionalidade

O já referido parecer da FEEMA fundamenta que, em sendo constatada que a ocupação urbana da área, já consolidada, e uma vez determinada por parecer técnico a perda de sua função ambiental, exigir-se do proprietário do imóvel atenda aos limites de afastamento impostos pelo Art. 2º do Código Florestal (antigo) - atual artigo 4º-, estar-se-ia indicando, além da violação ao Princípio da Razoabilidade e à garantia pétrea do Ato Jurídico Perfeito, também indicaria violação ao Princípio da Proporcionalidade, e da proteção da confiança legítima e da igualdade.

Quanto a esse princípio, informa o parecer da Assessoria Jurídica da FEEMA:

"Sob o prisma do princípio da proporcionalidade, diz-se que um ato passa no teste do subprincípio da adequação quando é apto a promover a finalidade para o qual foi criado. Se, no plano abstrato, uma norma não se presta a promover a finalidade para a qual foi criada, ela será inconstitucional por violação ao princípio da proporcionalidade, mais especificamente do subprincípio da adequação. Se tal ocorrer num caso concreto, tal norma não poderá incidir naquela situação específica, também por violação ao princípio da proporcionalidade, sem prejuízo de sua aplicação a outras situações em que não se manifestar a referida inconstitucionalidade. Diz-se, enfim, que a norma é constitucional em abstrato, mas inconstitucional em concreto. É que sua aplicação a determinada situação específica revela-se inconstitucional, por contrariar a vontade da Constituição."

É certo que o Princípio da Proporcionalidade indica referencial no exame do caso concreto e a aplicação ou não do dispositivo legal. Não obstante, as conclusões do parecer quanto à inconstitucionalidade concreta da norma não parecem aplicáveis na hipótese.

Não se indica exame da constitucionalidade do texto da lei, ainda que em concreto, mas da incidência, ou não, do dispositivo ao caso concreto, balizado pelo exame legal.

A incidência das limitações ambientais trazidas pelo Art. 2º do Código Florestal – atual artigo 4º - somente podem ser feitos em cotejo com as indicações do Art. 1º, §2º, inciso II, do mesmo diploma, de maneira que, afastada a função ambiental da margem do corpo hídrico, no trecho em análise, afastar-se-ia a aplicação das disposições ambientais.

Não é o cenário em causa, visto que se trata de edificação erguida em área de preservação permanente fora de zona urbana e com prévio aviso de irregularidade lavrado através de notificações e autos espedidos por autoridades municipais que foram inobservados pela recorrente, a qual deve arcar com os custos de suas ações.

Do Princípio da Razoabilidade

Em complemento, tendo em vista a indicação do STJ quanto à aplicação do Princípio da Razoabilidade, ao examinar da legalidade das ocupações consolidadas em áreas de preservação permanente, faz-se mister enfrentar o exame de seus requisitos.

Pelo Princípio da Razoabilidade se entende o exercício da Administração Pública em adotar uma das possibilidades legais indicadas para determinado ato. Dessa forma, aplicar-se-á, segundo a fundamentação da administração, a solução mais adequada à lógica, Porém, o Princípio da Razoabilidade é subprincípio da Legalidade, de maneira que somente pode ser utilizado pela Administração Pública dentro dos limites de DISCRICIONARIEDADE, e não contra a LEI.

Assim, informa CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

"27. Descende também do princípio da legalidade o princípio da razoabilidade. Com efeito, nos casos em que a Administração dispõe de certa liberdade para eleger o comportamento cabível diante do caso concreto, isto é, quando lhe cabe exercitar certa discricionariedade administrativa, evidentemente tal liberdade não lhe foi concedida pela lei para agir desarrazoadamente, de maneira ilógica, incongruente. Não se poderia supor que a lei encampa, avaliza previamente, condutas insensatas, nem caberia admitir que a finalidade legal se cumpre quando a Administração adota medida discrepante do razoável. Para sufragar este entendimento ter-se-ia que atribuir estultice à própria lei na qual se haja apoiado a conduta administrativa, o que se incompatibilizaria com princípio de boa hermenêutica. É claro, pois, que um ato administrativo afrontoso à razoabilidade não é apenas censurável perante a Ciência da Administração. É também inválido, pois não se poderia considerá-lo confrontado pela finalidade da lei. Por ser inválido é cabível sua fulminação pelo Poder Judiciário a requerimento dos interessados. Não haverá nisto invasão do 'mérito' do ato, isto é, do campo da discricionariedade administrativa, pois discricionariedade é margem de liberdade para atender o sentido da lei e em seu sentido não se consideram abrangidas intelecções indubitavelmente desarrazoadas, ao menos quando comportar outro entendimento,"

Dessa forma, a aplicação do Princípio da Razoabilidade no exame das ocupações consolidadas em APP – área de preservação permanente, em sendo subprincípio do Princípio da Legalidade, fica adstrita aos atos praticados na forma da lei, não podendo o argumento ser elencado para atos e situações praticados CONTRA A LEI.

Para o enfrentamento jurídico das ocupações consolidadas em APP nos meios urbanos, deve-se, pois, buscar fundamento na Lei e na hermenêutica jurídica, por meio de uma interpretação sistemática e teleológica do ordenamento jurídico pátrio.

O Direito Pátrio é eminentemente de cunha concreto, positivo, de maneira que os princípios que o fundamentam devem ser respaldados pelo ordenamento positivado pela Constituição e pela Legislação Infraconstitucional.

O cerne da questão se encontra, pois, cindido em dois pontos básicos, que devem harmonizar os ditames do Direito Ambiental e do Direito Urbanístico.

Dessa forma, as limitações ambientais trazidas para as áreas descritas no artigo segundo do Código Florestal, somente podem ser aplicadas quando presentes as circunstâncias descritas no artigo primeiro, qual seja, a possibilidade de vir a área a exercer sua função ambiental.

Uma vez caracterizada, tecnicamente, a total impossibilidade de utilização da área para as funções ambientais, restará não incidente o dispositivo ambiental, pelo que dever-se-á aplicar as limitações urbanísticas e servidões administrativas, estas descritas no Código das águas, e aquelas no artigo quarto da Lei 6.766/79.

A exigência de aplicação dos limites ambientais para áreas urbanas consolidadas que já perderam sua função ambiental, cujos custos sociais de implantação serão mais gravosos que benéficos, com resultados pífios ao meio ambiente, estará indicada a aplicação do Princípio da Razoabilidade.

No caso dos autos o estudo socioambiental realizado pela AMMVI afastou a existência de zona urbana na área objeto da edificação construída em APP que motivou a lavratura do AiA objeto deste recurso, o que evidencia que as áreas de preservação permanente naquele local ainda exercem todas as suas funções ambientais, à contrário do afirmado pela recorrente.

Para melhor facilitar a visualização dos casos, elaboramos o seguinte quadro da legislação ambiental que trata dos recuos de áreas de preservação permanente:

Águas Correntes	<10m	10 a 20m	20 a 50m	50 a 100m	100 a 200m	200 a 600m	>600m
Decreto 23.793 – 23/01/34	Sem metragem	Sem metragem	Sem metragem	Sem metragem	Sem metragem	Sem metragem	Sem metragem
Lei 4.771 – 16/09/65*	5m	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	100m	100m
Lei 6.766 – 19/12/79**	15m	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	100m	100m
Decreto Estadual 14.250 – 05/06/1981	10m	10m	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura
CONAMA 004 – 18/09/85	5m	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	Metade da largura	100m	100m
Lei 7.511 – 07/07/86***	30m	50m	50m	100m	150m	=largura do rio	=largura do rio
Lei 7.803 – 18/07/89****	30m	50m	50m	100m	100m	200m	500m
CONAMA 303 – 20/03/2002	30m	50m	50m	100m	100m	200m	500m
Lei 12.651 – 25/05/2012	30m	50m	50m	100m	100m	200m	500m

*Texto original

**Somente aplicável em território urbano, nos limites definidos por lei municipal ou nas regiões metropolitanas

***Primeira alteração da Lei 4.771/65

**** Segunda alteração da Lei 4.771/65

Desta forma, verificada a data da construção através da confrontação entre os documentos encartados aos autos e o quadro legislativo acima, tudo em consonância com o fato de que não se trata de área urbana consolidada, ou seja, é local em que a APP exercia todas as suas funções ambientais, o dano ambiental é inafastável.

No que tange ao excesso na dosimetria das penalidades aplicadas e por existirem várias edificações na localidade o grau de enquadramento deveria ser Leve I tenho que o argumento não pode ser acolhido tendo em vista que fora devidamente apurado o grau de lesividade da conduta de acordo com os parâmetros elencados na legislação municipal.

A recuperação da área degradada é medida que deverá ocorrer após a execução de todas as sanções fixadas no AiA recorrido, inclusive a pena de demolição.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedido veiculados no Recurso Administrativo interposto, mantendo a decisão anteriormente prolatada e consequentemente JULGO VALIDO E EFICAZ o Auto de Infração Ambiental nº 005/2019.

P.R.I.A.C.-se.

Rio dos Cedros, 23 de julho de 2019.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado

OAB/SC 17.721

Portaria 679/08

Rio Negrinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 24174 - DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109219

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA QUE MENCIONA
E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; c/c artigo 67, parágrafo 2º da Lei 9.394/1996; e Artigos 65 "caput", 66 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 59/2010; e considerando o despacho exarado no processo nº 324/2019, do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – SC., - IPRERIO.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO e IDADE, conforme processo nº 324/2019, do IPRERIO, de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003; artigo 25, incisos I a IV e §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.757, de 22/11/2005; c/c artigo 67, parágrafo 2º da Lei 9.394/1996; e artigos 65 "caput", 66 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 59/2010; a servidora SILVANE PREISLER, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade nº. 2.014.356 e do CPF nº. 612.066.879-91, servidora pública municipal, Professora I, 40, horas, matrícula funcional nº. 392-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais que corresponderão à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, que serão pagos pelo IPRERIO.

Art. 2º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 42, inciso V da Lei Complementar 016/2000.

Art. 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de 01 de agosto de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 31 de julho de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO_LICITATÓRIO Nº 1348/2019

Publicação Nº 2108054

ATA LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO_LICITATÓRIO Nº 1348/2019
PREGÃO 27/2019

Às 14h00min horas do dia 31/07/2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Romelândia, reuniu-se a Comissão de Licitação designada, em ato contínuo, para proceder ao julgamento das propostas, da licitação que tem por objeto abaixo especificado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC, de acordo com o Termo de Referência – ANEXO V

Em seguida encerrou-se a reunião, pois não houve empresas interessadas em participar da presente licitação.

Sendo assim a Comissão de licitações declara o presente processo licitatório DESERTO.

Findos os trabalhos, o presidente da Comissão encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Comissão de Licitações.

Romelândia, 31/07/2019.

Fabício P. Simon Equipe de Apoio	Nilson Schaeffer Equipe de Apoio	Dariz Genz Pregoeiro
-------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 31/2019

Publicação Nº 2108403

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 31/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL JEITINHO DE SER, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Pelo presente, que fazem entre si, de um lado a Município de Romelândia/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ nº 82.821.182/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 304.788.399-87, RG nº 899.689 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 28.644.261/0001-63, estabelecida AVENIDA 7 DE SETEMBRO,492, CENTRO, MARAVILHA/ SC, CEP: 89874-000:, neste ato representada por NATAL BALDASSA, inscrita no CPF nº 071.855.978-97, RG nº 16558165, residente e domiciliada no Município de MARAVILHA/SC, doravante denominado CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação Nº 640/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 4/2019, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E ORIGEM

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93 e suas alterações, apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA PARCIAL (PISO, PINTURA E BANCADAS) DA CRECHE MUNICIPAL JEITINHO DE SER, CFE PROJETO ART6680120-3.

I – DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Em decorrência de aditivos conforme consta no Boletim de Medição em anexo fica o presente contrato aditado no valor de R\$ 1.642,16 (mil e seiscentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos).

II – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em três (3) vias iguais, com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Romelândia SC 31/07/2019

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

NATAL BALDASSA
NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI
CONTRATADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 32/2019

Publicação Nº 2107441

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 32/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: 1361 / 2019

MODALIDADE: Pregão 28 / 2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE FORMA PARCELADA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MUNICÍPIOS EM TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO E DEMAIS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em obediência ao que dispõe o artigo 38, em seu inciso VII da Lei de Licitações, HOMOLOGA a presente licitação.

Romelândia/SC, 31/07/19
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 43/2019

Publicação Nº 2107470

DECRETO Nº 043/2019 , DE 23 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2024 – MAN. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1100.000000

RED: 115

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas as anulações da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2024 – MAN. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1100.000000

RED: 113

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 23 de Julho de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 44/2019

Publicação Nº 2107472

DECRETO Nº 044/2019 , DE 23 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2017- MAN. FUNCIONAL DO SETOR SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 3191 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.000,00

Fonte: 1100.000000

RED: 80

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas as anulações da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2017- MAN. FUNCIONAL DO SETOR SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.000,00
Fonte: 1100.000000
RED: 79

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 23 de Julho de 2019.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 45/2019

Publicação Nº 2107476

DECRETO Nº 045/2019 , DE 23 DE JULHO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2016 – MAN. DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 42.000,00
Fonte: 1101.000000
RED: 60

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas as anulações da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2016 – MAN. DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
Modalidade de Aplicação: 3390 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 42.000,00
Fonte: 1101.000000
RED: 64

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 23 de Julho de 2019.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 46/2019

Publicação Nº 2107479

DECRETO Nº 046/2019 , DE 23 DE JULHO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.657/2018 de 05/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 203.009,66 (Duzentos e Três Mil, Nove Reais e Sessenta e Seis Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2004 – MAN. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS E FINANC.
Modalidade de Aplicação: 3190 – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 203.009,66
Fonte: 1100.000000
RED: 178

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizadas o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 23 de Julho de 2019.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO 02/2019 - CMAS

Publicação Nº 2107481

RESOLUÇÃO 02/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DOS RECURSOS DO COFINANCIAMNETO DO ESTADO NO ANO 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais em reunião ordinária sobre a Ata nº 05/2019 do dia vinte e nove de julho de 2019,

RESOLVE:

Art. (1º) Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros que serão alocados no FMAS, no valor total de R\$ 28.819,12 (vinte e oito mil, oitocentos e dezenove reais e doze centavos), referente ao ano de 2019, para ser todo utilizado para custeio, conforme deliberado e aprovado pelo CMAS.

Art. (2º) Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Salto Veloso, 29 de julho de 2019.
MARINA HARTCOPH
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 03/2019 - CMAS

Publicação Nº 2107483

RESOLUÇÃO 03/2019

DISPÕE SOBRE O PARECER DO CONSELHO REFERENTE AO PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais sobre a Ata nº 05/2019 do dia vinte e nove de julho de 2019.

RESOLVE:

Art. (1º) Aprovar o Parecer do preenchimento do Plano de Ação referente ao ano de 2019.

Art. (2º) Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 29 de julho de 2019.
MARINA HARTCOPH
Presidente do CMAS

Santa Cecília

PREFEITURA

DECRETOS JULHO 2019

Publicação Nº 2108991

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.296, DE 03 DE JULHO DE 2019

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 6º, Inciso XVI e 51 da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada por este decreto, a composição da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, a qual passará a ser integrada pelos seguintes membros:

I – RUBENS PAULO NETO, Servidor Pública Municipal, investido no cargo de Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

II - CARLOS ALESSANDRO PACHECO, Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

III – MARISTELA PIRES THOMAZ, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Professor III, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

IV – THAILIZE SCOPEL CONING, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

IV – RICARDO GRANEMANN MARTINS, Servidor Público Municipal investido no cargo de Chefe da Divisão do Patrimônio, Serviços e Encargos Gerais, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão ou Confiança do Poder Executivo Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.296, DE 03 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Art. 2º. A Comissão nomeada por este Decreto será presidida pelo Servidor RUBENS PAULO NETO, Secretariada pelo Servidor CARLOS ALESSANDRO PACHECO e terá como membros os Servidores MARISTELA PIRES THOMAZ, THAILIZE SCOPEL CONING E RICARDO GRANE-MANN MARTINS.

Art. 3º. À Comissão nomeada por este decreto, dentre outras atribuições previstas em lei, compete especialmente:

I – realizar a abertura dos processos, a publicação dos editais, o convite e a convocação dos licitantes interessados na participação em todos os processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Santa Cecília, em todas as modalidades, com a finalidade de realização de compras, realização de obras, alienações, locações, contratação de serviços e outros atos administrativos que dependam da realização de licitação pública, identificando os processos licitatórios em ordem cronológica, de acordo com as orientações formuladas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

II – promover o recebimento, a análise e julgamento dos documentos de habilitação dos licitantes em todos os processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Santa Cecília, em todas as modalidades, com a finalidade de realização de compras, realização de obras, alienações, locações, contratação de serviços e outros atos administrativos que dependam da realização de licitação pública;

III – proceder o recebimento, análise e julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes em todos os processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Santa Cecília, em todas as modalidades, com a finalidade de realização de compras, realização de obras, alienações, locações, contratação de serviços e outros atos administrativos que dependam da realização de licitação pública;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.296, DE 03 DE JULHO DE 2019

FL. 03

IV – conferir, rubricar e assinar todos os documentos relacionados com a habilitação e a apresentação de propostas pelos licitantes;

V - lavrar atas relativas ao recebimento dos documentos de habilitação e do julgamento das propostas, bem como de outros documentos integrantes dos processos licitatórios promovidos pela administração municipal;

VI - selecionar as propostas mais vantajosas para o Município em todos processos licitatórios realizados, sugerindo ao Prefeito Municipal a homologação do resultado e a adjudicação do objeto licitado;

VII – submeter os editais e os processos licitatórios a análise da assessoria jurídica do Município, para assinatura e emissão de parecer;

VIII - promover a avaliação de bens imóveis de propriedade do Município e de terceiros, para efeito de alienação, aquisição e desapropriação;

IX - realizar a avaliação de bens móveis inservíveis, obsoletos, excedentes e de alto custo de manutenção de propriedade do Município, para efeito de doação e alienação;

X - receber recursos administrativos interpostos entorno dos processos licitatórios e encaminhar às autoridades competentes, para análise, parecer e decisão;

XI - organizar, sistematizar, arquivar e manter sobre a sua guarda, cuidado e conservação, todos os documentos e processos licitatórios realizados pela administração municipal;

XII – solicitar, quando necessário, ao Prefeito Municipal o apoio técnico e jurídico, bem como a melhoria das condições físicas e estruturais, para a realização das suas competências e atribuições, com estrita obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.296, DE 03 DE JULHO DE 2019

FL. 04

XIII - desempenhar outras funções, atividades, competências, previstas na legislação que disciplina a realização das licitações públicas que estejam na sua órbita de atuação e competência e que lhe forem atribuídas e solicitadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Executivo Nº 1.221, de 26 de Junho de 2018.

Santa Cecília, 03 de Julho de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 03 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.297, DE 03 DE JULHO DE 2019

“NOMEIA PREGOEIRO E A RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE PREGÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 3º, Inciso IV, da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de Julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados por este decreto, o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, a qual passará a ser integrada pelos seguintes membros:

I – CARLOS ALESSANDRO PACHECO, Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

II – RUBENS PAULO NETO, Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

III – MARISTELA PIRES THOMAZ, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Professor III, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

IV – THAILIZE SCOPEL CONING, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

IV – RICARDO GRANEMANN MARTINS, Servidor Público Municipal investido no cargo de Chefe da Divisão do Patrimônio, Serviços e Encargos Gerais, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão ou Confiança do Poder Executivo Municipal.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.297, DE 03 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Art. 2º. A Comissão nomeada por este Decreto terá como Pregoeiro o Servidor CARLOS ALESSANDRO PACHECO, o qual terá como equipe de apoio os seguintes membros: MARISTELA PIRES THOMAZ, RUBENS PAULO NETO, THAILIZE SCOPEL CONING E RICARDO GRANEMANN MARTINS.

Art. 3º. A equipe nomeada por este Decreto, dentre outras atribuições previstas na Lei Federal Nº 10.520/2002, competindo a esta efetuar todos os atos necessários para os Processos Licitatórios que forem realizados na Modalidade de Pregão, pela Prefeitura Municipal de Santa Cecília.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Executivo Nº 1.222, de 26 de Junho de 2018.

Santa Cecília, 03 de Julho de 2019.
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 03 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.298, DE 03 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal Nº 1.999, de 28 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais) para o exercício de 2019 conforme especificado abaixo:

Órgão – 06 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
Proj/Ativ 1.009– Aquisição de Equipamentos Rodoviários
Funcional: 26.782.0019.1.009
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 R\$ 128.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior da dotação dos recursos e detalhamentos especificados acima.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 03 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 03 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração
Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.299, DE 16 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 28, Inciso II da Lei Municipal Nº 279, de 09 de Abril de 1981 e com os Artigos 35 e 36 do mesmo diploma legal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área superficial de 346.605,54 m² (Trezentos e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Cinco Metros e Ciquenta e Quatro Decímetros Quadrados), de propriedade de ASSIS FRANCISCO ARBEGAUS, JAIR ARBEGAUS E MARESA ARBEGAUS RECH, o qual encontra-se devidamente matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Cecília, sob o Nº 6910, o qual dará origem às seguintes unidades imobiliárias, que apresentarão as seguintes confrontações:

I – GLEBA A, com área superficial de 42.919,65 m² (Quarenta e Dois Mil, Novecentos e Dezenove Metros e Sessenta e Cinco Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com Assis Francisco Arbegaus – CPF: 055.131.469-91 – Matricula: 8942 (CRI de Santa Cecília) com distância de 304,87m; AO SUL: com imóvel da Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 Matricula: 8949/8950/8951 (CRI de Santa Cecília) e Gleba "B" de propriedade de Assis Francisco Arbegaus - CPF: 055.131.469-91 com respectivas distâncias de 285,86m e 102,31m; AO LESTE com a Gleba "E" de propriedade de Jair Arbegaus - CPF: 247.032.659-15 com distância de 212,17m e ao OESTE: R. Brasílio de Paula Goetten (Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41), com distância de 15,16m;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.299, DE 16 DE JULHO DE 2019

FL. 02

II – GLEBA B, com área superficial de 23.183,23 m² (Vinte e Três Mil, Cento e Oitenta e Três Metros e Vinte e Três Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com a Gleba "A" de propriedade de Assis Francisco Arbegaus CPF: 055.131.469-91 com distância de 102,31m; AO SUL, com imóvel da Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 Matricula: 4920 (CRI de Santa Cecília) com distância de 143,33m; AO LESTE: Gleba "F" de propriedade de Jair Arbegaus CPF: 247.032.659-15 com distância de 200,60m e ao OESTE, com imóvel da Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 Matricula: 8951/8952 (CRI de Santa Cecília) e Lamiplan - CNPJ: 11.499.590/0001-65 - Área de Posse, com respectivas distâncias de 219,38 e 20,64m;

III – GLEBA C, com área superficial de 7.252,55 m² (Sete Mil, Duzentos e Cinquenta e Dois Metros e Cinquenta e Cinco Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com imóvel da empresa MMP Moveis Ltda - CNPJ: 08.944.864/0001-73, Matricula: 7446 (CRI de Santa Cecília), GP Indústria de Laminas e Compensados Ltda - CNPJ: 06.239.672/0001-30 Matricula: 7612 (CRI de Santa Cecília) e Lamiplan CNPJ: 11.499.590/0001-65 - Área de Posse, com respectivas distâncias de 136,30m, 100,48m e 121,25m; AO SUL, com imóvel da Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 - Matricula: 8952 (CRI de Santa Cecília), Jair Arbegaus CPF: 247.032.659-15 - Matricula: 6801 (CRI de Santa Cecília) e Gleba "D" de propriedade de Assis Francisco Arbegaus CPF: 055.131.469-91 com respectivas distâncias de 25,17m, 34,16m e 316,01m; AO LESTE, com imóvel da Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 com distância de 20,02m; e ao OESTE, com a Rua Brasílio de Paula Goetten (Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41) com distância de 52,57m.

IV – GLEBA D, com área superficial de 17.419,93 m² (Dezessete Mil, Quatrocentos e Dezenove Metros e Noventa e Três Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com a Gleba "C" de propriedade de Assis Francisco Arbegaus CPF: 055.131.469-91 com distância de 316,01m; AO SUL, com imóvel de propriedade de Jair Arbegaus com CPF: 247.032.659-15 - Matricula: 6801 (CRI de Santa Cecília) com distância de 287,05m; AO LESTE, com imóvel da Prefeitura

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.299, DE 16 DE JULHO DE 2019

FL. 03

do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 - Matricula: 8952 (CRI de Santa Cecília) com distância de 72,09m; AO OESTE, com imóvel de propriedade de Jair Arbegaus com CPF: 247.032.659-15 - Matricula: 6801 (CRI de Santa Cecília) com distância de 44,38m;

V – GLEBA E, com área superficial de 69.579,83 m² (Sessenta e Nove Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Metros e Oitenta e Três Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com imóvel de propriedade da empresa Imóveis Zardo Ltda CNPJ: 07.878.497/0001-94

- Matrícula: 9034 (CRI de Santa Cecília) e Assis Francisco Arbegaus com CPF: CPF: 055.131.469-91 - Matrícula: 8942 (CRI de Santa Cecília), com respectivas distâncias de 231,11m e 167,49m; AO SUL com a Gleba "F" de propriedade de Jair Arbegaus com CPF: 247.032.659-15 e Gleba "G" de propriedade de Maresa Arbegaus Rech com CPF: 833.292.699-87 com respectivas distâncias de 283,62m e 117,27m; AO LESTE: com imóvel de propriedade da empresa Imóveis Zardo Ltda CNPJ: 07.878.497/0001-94 - Matrícula: 9034 (CRI de Santa Cecília) com distância de 150,59m e AO OESTE: Gleba "A", de propriedade de Assis Francisco Arbegaus com CPF: CPF: 055.131.469-91 com distância de 212,17m;

VI – GLEBA F, com área superficial de 58.335,26 m² (Cinquenta e Oito Mil, Trezentos e Trinta e Cinco Metros e Vinte e Seis Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com a GLEBA "E" de propriedade de Jair Arbegaus com CPF: 247.032.659-15, com distância de 283,62m; AO SUL, com imóvel de propriedade da Prefeitura do Município de Santa Cecília - SC - CNPJ: 85.977.237/0001-41 - Matrícula: 4920 (CRI de Santa Cecília) com distância de 295,05m; AO LESTE, com a GLEBA "G", de propriedade de Maresa Arbegaus Rech com CPF: 833.292.699-87 com distância de 243,31m e AO OESTE, com a GLEBA "B", de propriedade de Assis Francisco Arbegaus com CPF: 055.131.469-91 com distância de 200,60m;

VII – GLEBA G, com área superficial de 127.915,09 m² (Cento e Vinte e Sete Mil, Novecentos e Quinze Metros e Nove Decímetros Quadrados), que confrontar-se-á AO NORTE, com a GLEBA "E", de propriedade de Jair Arbegaus com CPF: 247.032.659-15 e Imóveis Zardo Ltda CNPJ: 07.878.497/0001-94 - Matrícula: 9034 (CRI de Santa Cecília)

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.299, DE 16 DE JULHO DE 2019

FL. 04

e Maresa Arbegaus Rech CPF: 833.292.699-87 - Matrícula: 6918 (CRI de Santa Cecília) com respectivas distâncias de 117,27 e 138,21m e 250,07m; AO SUL, com o Arroio das Tulipas com distância de 528,40m;
AO LESTE: Loteamento Frederico Arbegaus CNPJ: 80.727.571/0001-61, com distância de 213,87m E AO OESTE: GLEBA "F", de propriedade de Jair Arbegaus com CPF: 247.032.659-15 com distância de 243,31m.

Art. 2º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e Registro de Imóveis, autorizados a promover a lavratura das competentes escrituras e registros do lote de terra urbana neste ato desmembrado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 16 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 16 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.300, DE 19 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de atendimento ao público na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, o qual será realizada de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 horas no período matutino e das 13:00 às 17:00 horas, no período vespertino.

Art. 2º. As disposições contidas neste Decreto aplicam-se somente à Sede Administrativa do Município (Prédio da Prefeitura Municipal), não aplicando-se aos demais órgãos que integram a Estrutura Administrativa do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos à contar da data de 1º de Agosto de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 19 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 19 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração
Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.301, DE 25 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento Artigo 8º da Lei Municipal Nº 1.999, de 28 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para o exercício de 2019 conforme especificado abaixo:

Órgão - 02– Gabinete do Prefeito/vice
Proj/Ativ 2.002– Manutenção do Gabinete Prefeito/vice
Funcional: 04.122.0035.2.002

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 30.000,00

Órgão - 03 - Secretaria de Administração
Proj/Ativ 2.008– Contribuições Entidades Municipalistas
Funcional: 04.122.0002.2.008

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 20.000,00

Órgão - 07 - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Proj/Ativ 2.035– Manutenção do Transporte Escolar
Funcional: 12.361.0010.2.035

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 R\$ 100.000,00

Órgão - 07 - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Proj/Ativ 2.036– Manutenção do Ensino Infantil (Creches)
Funcional: 12.365.00102036

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.0 R\$ 250.000,00

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.301, DE 25 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste decreto, será utilizado o excesso de arrecadação dos recursos e detalhamentos até o mês de junho 2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 25 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 25 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.302, DE 25 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal Nº 1.999, de 28 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento do Fundo Municipal de Santa Cecília, abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais) para o exercício de 2019 conforme especificado abaixo:

Órgão - 10– Secretaria de Saúde

Proj/Ativ 2.026– Manutenção do Funde de Saúde

Funcional: 10.301.0028.2026

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.17	R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.0	R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.11	R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.12	R\$ 10.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.0	R\$ 24.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste decreto, será utilizado anulada as dotação dos recursos e detalhamentos especificados conforme abaixo:

Órgão - 10– Secretaria de Saúde

Proj/Ativ 2.026– Manutenção do Funde de Saúde

Funcional: 10.301.0028.2026

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.17	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.0	R\$ 22.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0038.11	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0	R\$ 24.000,00

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.302, DE 25 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 25 de Julho 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 25 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.303, DE 25 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal Nº 1.999, de 28 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o exercício de 2019 conforme especificado abaixo:

Órgão - 06– Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

Proj/Ativ 2.011– Manutenção dos Serviços Urbanos
Funcional: 15.452.0019.2.011

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 70.000,00

Órgão - 07 - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Proj/Ativ 2.061– Manutenção do Ensino Infantil (Pré Escolas)
Funcional: 12.365.0010.2061

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.0 R\$ 70.000,00

Órgão - 08 - Secretaria da Assistência Social
Proj/Ativ 2.061– Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Funcional: 08.244.0006.2.018

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste decreto, será utilizado anulada as dotação dos recursos e detalhamentos especificados conforme abaixo:

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.303, DE 25 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Órgão - 06– Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
Proj/Ativ 2.011– Manutenção dos Serviços Urbanos
Funcional: 15.452.0019.2.011

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 70.000,00

Órgão - 07 - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Proj/Ativ 2.061– Manutenção do Ensino Infantil (Pré Escolas)
Funcional: 12.365.0010.2061

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.0 R\$ 70.000,00

Órgão - 08 - Secretaria da Assistência Social
Proj/Ativ 2.061– Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Funcional: 08.244.0006.2.018

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 25 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 25 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração
Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.304, DE 25 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PRÉVIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada por este Decreto, a Comissão de Avaliação Prévia, a qual será responsável pela avaliação prévia de todas as amostras

apresentadas nos Processo Licitatórios deflagrados pelo Município, que tenham por objeto aquisições de medicamentos, materiais hospitalares e demais compras realizadas para a Secretaria Municipal de Saúde, para as Unidades Básicas de Saúde e para o Pronto Socorro Municipal.

Art. 2º. A Comissão de que trata o Artigo 1º deste Decreto, será integrada pelos seguintes membros:

I – ELTON GANDIN, como representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II – JUNIOR CESAR TENUTE, como representante dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde;

III – MARCIO ESTEVÃO GRANEMANN DE ALMEIDA, como representante da equipe de Enfermagem.

Art. 2º. Constituem-se como atribuições da Comissão designada por este Decreto:

I – prestar assessoria ao Departamento de Licitações e Compras do Município, bem como à Comissão Permanente de Licitações, no que diz respeito aos processos de compra realizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.304, DE 25 DE JULHO DE 2019

FL. 02

II – realizar avaliação permanente da qualidade dos medicamentos e materiais hospitalares adquiridos para uso contínuo da Secretaria Municipal de Saúde;

III – garantir que os itens adquiridos pelo Município para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde estejam em conformidade com a legislação sanitária, com as normas técnicas vigentes, de acordo com os padrões de qualidade e segurança estabelecidos pela Comissão;

IV – supervisionar os processos de aquisição na etapa de julgamento técnico;

V – informar o Departamento de Compras as especificações dos materiais, equipamentos e itens padronizados;

VI – prestar suporte técnico à Comissão Permanente de Licitações, participando da elaboração dos editais;

VII – atender fornecedores de materiais e produtos, informando aprovações e reprovações de marcas nos testes realizados na instituição;

VIII – participar das reuniões da Comissão Permanente de Licitações, que tenham por objetivo a abertura e julgamento de propostas para a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.304, DE 25 DE JULHO DE 2019

FL. 03

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 1.176, de 20 de Outubro de 2017, o qual fica totalmente revogado.

Santa Cecília, 25 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 25 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.305, DE 26 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 28, Inciso II da Lei Municipal Nº 279, de 09 de Abril de 1981 e com os Artigos 35 e 36 do mesmo diploma legal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área superficial de 370,00 m² (Trezentos e Setenta Metros Quadrados), que será desmembrado de uma área maior de 3.668,75 m² (Três Mil, Seiscentos e Sessenta e Oito Metros e Setenta e Cinco Decímetros Quadrados), de propriedade de ANA RODRIGUES TEIXEIRA, o qual encontra-se devidamente matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Cecília, sob o Nº 9874, o qual dará origem a uma unidade imobiliária que apresentará as seguintes confrontações:

I –A FRENTE/LESTE, com a Rua Leandro Granemann, numa extensão de 12,34 metros;

II - AOS FUNDOS/OESTE, com a área remanescente, numa extensão de 12,33 metros;

III - AO LADO DIREITO/SUL, com imóvel de propriedade de Aroldo Fernandes, numa extensão de 30,00 metros;

IV - AO LADO ESQUERDO/NORTE, com a área remanescente, numa extensão de 30,00 metros.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.305, DE 26 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Art. 2º. A área remanescente do presente desmembramento é de 3.298,75 m² (Três Mil, Duzentos e Noventa e Oito Metros e Setenta e Cinco Decímetros Quadrados), a qual confronta com a área desmembrada, na forma do Memorial Descritivo.

Art. 3º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e Registro de Imóveis, autorizados a promover a lavratura das competentes escrituras e registros do lote de terra urbana neste ato desmembrado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 26 de Julho de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 26 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 047/2019

Publicação Nº 2108080

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, materiais hidráulicos e correlatos para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 13h30min do dia 14/08/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 13h30min do dia 14/08/2019

Santa Cecília, 31 de Julho de 2019.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 047, DE 1º DE JULHO DE 2019

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A DOAÇÃO SEM ENCARGOS, EXPEDIR AS CERTIDÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REALIZAR OS DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS, NECESSÁRIOS A TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO DE TERRENOS URBANOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, SITUADOS NO LOTEAMENTO MUNICIPAL “GUILHERME GRANEMANN RAUEN”, A FAVOR DOS DONATÁRIOS DEVIDAMENTE BENEFICIADOS COM O PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I
Da Autorização Legal Específica

Art.1º. Fica a Prefeita Municipal de Santa Cecília, autorizada por esta Lei Complementar, a promover em nome do Município, doações sem encargos, expedir as Certidões de Regularização Fundiária - CRFs e realizar todos os demais atos administrativos e jurídicos que se fizerem necessários para a efetiva transferência de domínio de terrenos urbanos ou lotes de propriedade do Município de Santa Cecília, integrantes do Loteamento Municipal “Guilherme Granemann Rauen” criado pela Lei Municipal Nº 1.081/98 de 23 de Junho de 1998, a favor dos donatários nela devidamente especificados.

Art. 2º. Os terrenos urbanos ou lotes doados por força desta Lei Complementar fazem parte de área urbana reconhecida e considerada de interesse social pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 29 de Outubro de 2015, que criou o **Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social** em áreas urbanas do Município de Santa Cecília e as doações serão realizadas de acordo com as normas e critérios nela estabelecidos.

FL. 02

Seção II

Das Finalidades e Objetivos da Doação

Art.3º. As doações sem encargos autorizadas por esta Lei Complementar serão promovidas com as seguintes finalidades e objetivos:

I- assegurar o cumprimento da política de desenvolvimento urbano e das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de acordo com os princípios de ordem social previstos nos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal;

II- atender as diretrizes gerais estabelecidas pelos Artigos 1º e 2º da Lei Federal Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, denominada- Estatuto da Cidade, no que diz respeito a política urbana e as funções sociais da cidade e da propriedade urbana;

III- cumprir as diretrizes e normas fixadas nos Artigos 153, 154, 155, 156 e 157 da Lei Orgânica do Município no que diz respeito à política habitacional;

IV- atender os princípios e normas estabelecidos nos Artigos 1º “Caput” e §1º, 2º “Caput” e Incisos I, II, III, IV e V, 4º “Caput” e Incisos I e V, 25 e 28 do Plano Diretor instituído pela Lei Complementar a Municipal Nº 26 de 03 de Dezembro de 2010, no que se refere às funções sociais da cidade e da propriedade urbana e a regularização fundiária de interesse social;

V- reconhecer a legitimidade das posses comprovadas, consentidas, toleradas pelo Município e conquistadas de forma, mansa, pacífica e consolidada, nas ocupações promovidas pelos donatários beneficiados a mais de 5 (cinco) anos;

VI- concluir os procedimentos administrativos e jurídicos legais adotados pelo Município de Santa Cecília, para efetivar a Regularização Fundiária de Interesse Social do Loteamento Municipal “Guilherme Granemann Rauen”, criado pela Lei Municipal Nº 1.081/98 de 23 de Junho de 1998, em área de propriedade e domínio público municipal, na qual mediante a instauração e instrução regular de Processos Administrativos de Regularização Fundiária de Interesse Social;

VII- promover a titulação e registro dos imóveis em nome dos donatários, para garantir a estes o direito social a propriedade e à moradia, em ambiente ecologicamente saudável e equilibrado;

FL. 03

VIII- proporcionar através da titulação, condições dos donatários investirem na melhoria das construções já existentes e por eles edificadas sobre os terrenos urbanos doados, melhorando as condições de moradia e a qualidade de vida das pessoas e das famílias;

IX- evitar e reduzir situações de conflitos entre os moradores, provocados pela transferência irregular de posses pela via de contratos de compra e venda, proporcionar segurança jurídica aos donatários e combater a evasão fiscal proporcionada pelas transmissões irregulares e clandestinas;

X- atender os princípios, normas, regras e objetivos estabelecidos pela Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017 e do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018, que estabelecem normas gerais aplicáveis aos Municípios, para efeito de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social;

XI- facilitar através da regularização dos imóveis, a realização de investimentos, a captação de recursos financeiros, a celebração de convênios, acordos e ajustes e o estabelecimento de parcerias com órgãos e entidades governamentais, que visem a melhoria das condições de acesso, mobilidade urbana, segurança pública, saneamento básico, abastecimento, atendimento a saúde e educação e melhoria das condições de moradia no Loteamento Municipal “Guilherme Granemann Rauen”.

CAPÍTULO II

DA IDENTIFICAÇÃO DOS TERRENOS OU LOTES, DAS DOAÇÕES E DOS DONATÁRIOS

Seção I

Da Identificação dos Terrenos ou Lotes

Art. 4º Os terrenos urbanos ou lotes que serão doados por esta Lei Complementar, serão desmembrados da área maior de propriedade do Município, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Cecília sob Nº 6072, com a abertura de Matrículas Individuais em nome dos donatários beneficiados pelo Programa, de acordo com o levantamento topográfico, selos, dados cadastrais, planta planialtimétrica e memoriais descritivos elaborados pela empresa TMK Engenharia e Assessoria- Eireli-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ sob Nº 18.486.112/0001-60, sob a responsabilidade do Engenheiro Industrial **Otávio Fernando Tomczyk**, inscrito no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA - PR no Estado do Paraná sob Nº 116.983/D e no mesmo Conselho sob Nº 133.740-1 no Estado de Santa Catarina.

FL. 04

Seção II

Das Doações Autorizadas e dos Donatários

Art. 5º Fica a Prefeita Municipal de Santa Cecília, autorizada a em nome do Município, promover doação sem encargos, realizar o desmembramento, a outorga das Certidões de Regularização Fundiária - CRFs e assinar todos os demais atos necessários à efetiva titulação e transferência de domínio a favor dos donatários beneficiados, dos seguintes terrenos urbanos ou lotes, situados dentro do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen:

I- um terreno urbano com área superficial de **251.336 m2 (duzentos e cinquenta e um metros e trezentos e trinta e seis decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 301, da Quadra S**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Edite Souza da Costa e Alceu Camargo da Costa**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 301/2015**;

II- um terreno urbano com área superficial de **248.99 m2 (duzentos e quarenta e oito metros e noventa e nove decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 302 da Quadra S**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Claudemir Pereira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 302/2015**;

III- um terreno urbano com área superficial de **406.098 m2 (quatrocentos e seis metros e noventa e oito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 303, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Marla Aparecida Fernandes dos Santos**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 303/2015**;

IV- um terreno urbano com área superficial de **384.370 m2 (trezentos e oitenta e quatro metros e trezentos e setenta decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 304, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Neusa Aparecida Prado**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 304/2015**;

FL. 05

V- um terreno urbano com área superficial de **341.749 m2 (trezentos e quarenta e um metros e setecentos e quarenta e nove decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 305, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Astir Piginiski**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 305/2015**;

VI- um terreno urbano com área superficial de **351.679 m2 (trezentos e cinquenta e um metros e seiscentos e setenta e nove decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 306 da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Zenilda de Oliveira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária-**PARFIS Nº 306/2015**;

VII- um terreno urbano com área superficial de **371.444 m2 (trezentos e setenta e um metros e quatrocentos e quarenta e quatro decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 307, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Marilhane Aparecida Ribeiro e Valdeci Varela**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 307/2015**;

VIII- um terreno urbano com área superficial de **384.746 m2 (trezentos e oitenta e quatro metros e setecentos e quarenta e seis decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 308, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Angela Maria Fernandes Thives e Paulo Sergio de Oliveira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 308/2015**;

IX- um terreno urbano com área superficial de **417.240 m2 (quatrocentos e dezessete metros e duzentos e quarenta decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 309, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria Alice da Cruz**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 309/2015**;

FL. 06

X- um terreno urbano com área superficial de **406.956 m2 (quatrocentos e seis metros e novecentos e cinquenta e seis decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 310, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Raimundo Fogues de Lima**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 310/2015**;

XI- um terreno urbano com área superficial de **416.354 m2 (quatrocentos e dezesseis metros e trezentos e cinqüenta e quatro decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 311, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria Ferreira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 311/2015**;

XII- um terreno urbano com área superficial de **871.127 m2 (Oitocentos e setenta e um metros e cento e vinte sete decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 312, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria Rosa de Souza e Eurides Veiga de Souza**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 312/2015**;

XIII- um terreno urbano com área superficial de **324.185 (trezentos e vinte e quatro metros e cento e oitenta e cinco decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 313/266, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Virgulina Alves Tibes e Valfrido Ribeiro Tibes**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 313/266/2015**;

XIV- um terreno urbano com área superficial de **283.193 m2 (duzentos e oitenta e três metros e cento e noventa e três decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 314, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Janete Custódio do Amaral**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 314/2015**;

FL. 07

XV- um terreno urbano com área superficial de **326.141 m2 (trezentos e vinte e seis metros e cento e quarenta e um decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 315, da Quadra T** do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado **Lusiane Ribeiro Borges**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 315/2015**;

XVI- um terreno urbano com área superficial de **309.969 m2 (trezentos e nove metros e novecentos e sessenta e nove decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 316, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Iraci Terezinha Borges**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 316/2015**;

XVII- um terreno urbano com área superficial **210.415 m2 (duzentos e dez metros e quatrocentos e quinze decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 317, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Irma Pereira de Moraes**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 317/2015**;

XVIII- um terreno urbano com área superficial de **119.291 m2 (cento e dezenove metros e duzentos e noventa e um decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 318, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Aline Regiane Belli Hahn**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 318/2015**;

XIX- um terreno urbano com área superficial de **270.854 m2 (duzentos e setenta metros e oitocentos e cinquenta e quatro decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 319, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Hilda Ribeiro da Silva**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 319/2015**.

FL. 08

XX- um terreno urbano com área superficial de **396.464 m2 (trezentos e noventa e seis metros e quatrocentos e sessenta e quatro decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 320, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado **Cleunice Trindade e Leandro Rodrigues da Silva**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 320/2015**;

XXI- um terreno urbano com área superficial de **408.533 m2 (quatrocentos e oito metros e quinhentos e trinta e três decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 321, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Zadir Aparecida Martins e Francisco de Assis Fernandes**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 321/2015**;

XXII- um terreno urbano com área superficial de **389.625 m2 (trezentos e oitenta e nove metros e seiscentos e vinte e cinco decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 322, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Doralice Veiga Simão de Lima e Adenir José de Lima**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 322/2015**;

XXIII- um terreno urbano com área superficial de **379.147 m2 (trezentos e setenta e nove metros e cento e quarenta e sete decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 323, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Odete Rodrigues Cardozo**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 323/2015**;

XXIV- um terreno urbano com área superficial de **387.979 m2 (trezentos e oitenta e sete metros e novecentos e setenta e nove decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 324, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Odair José Pedrozo**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 324/2015**;

FL. 09

XXV- um terreno urbano com área superficial de **370.487 m2 (trezentos e setenta metros e quatrocentos e oitenta e sete decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 325, da Quadra t**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Dorival Veiga Simão**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 325/2015**;

XXVI- um terreno urbano com área superficial de **385.877 m2 (trezentos e oitenta e cinco metros e oitocentos e setenta e sete decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 326, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Edicleia Kittel Ribeiro**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 326/2015**;

XXVII- um terreno urbano com área superficial de **378.596 m2 (trezentos e setenta e oito metros e quinhentos e noventa e seis decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 327, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Ricardo Moraes de Souza**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 327/2015**;

XXVIII- um terreno urbano com área superficial de **407.785 m2 (quatrocentos e sete metros e setecentos e oitenta e cinco decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 328, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Odair Pires de Moraes**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 328/2015**;

XXIX- um terreno urbano com área superficial de **708.764 m2 (setecentos e oito metros e seiscentos e setenta e quatro decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 329, da Quadra T**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria Jane de Jesus e Ilaor Ribeiro Dias**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 329/2015**;

FL. 10

XXX- um terreno urbano com área superficial de **520.216 m2 (quinhentos e vinte metros e duzentos e dezesseis decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 330, da Quadra U** do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Rozenilda de Liz**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 330/2015**;

XXXI- um terreno urbano com área superficial de **283.228 m2 (duzentos e oitenta e três metros e duzentos e vinte e oito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 331, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado **Liliane Moraes Alves e Donizete Cruz de Almeida**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 331/2015**;

XXXII- um terreno urbano com área superficial de **282.062 m2 (duzentos e oitenta e dois metros e sessenta e dois decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 332, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Marcia Cristiane Granza e Amilton Rodrigues dos Santos**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 332/2015**;

XXXIII- um terreno urbano com área superficial de **312.353 m2 (trezentos e doze metros e trezentos e cinquenta e três decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 333, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado **Erlita Barreto Gonçalves** com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social -**PARFIS Nº 333/2015**;

XXXIV- um terreno urbano com área superficial de **264.826 m2 (duzentos e sessenta e quatro metros e oitocentos e vinte e seis decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 334, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Noeli Alves da Cruz e Silmar Fernandes**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 334/2015**;

FL. 11

XXXV- um terreno urbano com área superficial de **301.151 m2 (trezentos e um metros e seiscentos e cento e cinquenta e um decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 335, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Vanda Aparecida Tibes Ferreira e Bruno Fernandes**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 335/2015**;

XXXVI- um terreno urbano com área superficial de **281.861 m2 (duzentos e oitenta e um trezentos metros e oitocentos e sessenta e um decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 336, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Margarida de Oliveira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social - **PARFIS Nº 336/2015**;

XXXVII- um terreno urbano com área superficial de **280.078 m2 (duzentos e oitenta metros e setenta e oito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 337, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Ivoneide Aparecida dos Santos e Mauri Ferreira Taborda**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 337/2015**;

XXXVIII- um terreno urbano com área superficial de **287.371 m2 (duzentos e oitenta e sete metros e trezentos e setenta e um decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 338, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Izeli Gois Lippo e Ervino Lippo**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 338/2015**;

XXXIX- um terreno urbano com área superficial de **286.128 m2 (duzentos e oitenta e seis metros e cento e vinte e oito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 339, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Roseli Caetano Ferreira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 339/2015**;

FL. 12

XL- um terreno urbano com área superficial de **335.878 m2 (trezentos e trinta e cinco metros e oitocentos e setenta e oito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 340, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Gesilele Fernandes Pires**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 340/2015**;

XLI- um terreno urbano com área superficial de **365.281 m2 (trezentos e sessenta e cinco metros e duzentos e oitenta e um decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 341, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria de Lourdes Pires e Paulo Afonso Dutra**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social- **PARFIS Nº 341/2015**;

XLII- um terreno urbano com área superficial de **266.688 m2 (duzentos e sessenta e seis metros e seiscientos e oitenta e oito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 342, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Cristiane Aparecida Dutra e Paulo da Cruz Furtado**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 342/2015**;

XLIII- um terreno urbano com área superficial de **279.705 m2 (duzentos e setenta e nove metros e setecentos e cinco decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 343, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Zelanda de Fátima Caetano Ferreira e Augusto da Silva**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 343/2015**;

XLIV- um terreno urbano com área superficial de **294.118 (duzentos e noventa e quatro metros e setecentos e cento e dezoito decímetros quadrados)**, constituído pelo **Lote Nº 344, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Lurdes Antunes Leite**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 344/2015**;

FL. 13

XLV- um terreno urbano com área superficial de **278.987 m2 (duzentos e setenta e oito metros e novecentos e oitenta e sete decímetros quadrados)**, constituído **pelo Lote Nº 345, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **José Osni França**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 345/2015**;

XLVI- um terreno urbano com área superficial de **288.207 m2 (duzentos e oitenta e oito metros e duzentos e sete decímetros quadrados)**, constituído **pelo Lote Nº 346, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Eronilda de Fátima Gois de Quadra**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 346/2015**;

XLVII- um terreno urbano com área superficial de **293.303 m2 (duzentos e noventa e três metros e trezentos e três decímetros quadrados)**, constituído **pelo Lote Nº 347, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria de Lourdes Fermينو Machado**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 347/2015**;

XLVIII- um terreno urbano com área superficial de **362.827 m2 (trezentos e sessenta e dois metros e oitocentos e vinte e sete decímetros quadrados)**, constituído **pelo Lote Nº 348, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Iluadir Maria Fernandes Trindade e Francisco Ibnez de Oliveira**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 348/2015**;

XLIX- um terreno urbano com área superficial de **322.121 m2 (trezentos e vinte e dois metros e cento e vinte e um decímetros quadrados)**, constituído **pelo Lote Nº 349, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Eironi Gomes das Almas Carvalho e José Vidal Carvalho**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 349/2015**;

FL. 14

L- um terreno urbano com área superficial de **577.664 m2 (quinhentos e setenta e sete metros e seiscentos e sessenta e quatro decímetros quadrados)**, constituído **pelo Lote Nº 350, da Quadra U**, do Loteamento Municipal Guilherme Granemann Rauen, o qual será doado a **Maria Aparecida dos Santos de Souza e Arzelino Tibes de Souza**, com fundamento no requerimento, documentos, dados, elementos e informações cadastrais, pareceres e decisão contida no Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social-**PARFIS Nº 350/2015**;

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Das Disposições Finais

Art. 6º Nas doações e transferências de domínio, promovidas por força da autorização concedida por esta Lei Complementar, não incidirão o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos-ITBI de competência Municipal.

Art. 7º Nas doações e transferências de domínio, promovidas por força da autorização concedida por esta Lei Complementar, de igual não incidirão o Imposto Sobre a Transmissão “Causa Mórta” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD de Competência Estadual, em razão das normas de isenção contidas no Artigo 10, Incisos I e VI, da Lei Estadual Nº 13.136 de 25 de Novembro de 2004.

Art. 8º As custas e emolumentos referentes aos serviços registraes, relacionadas com o 1º (primeiro) registro das Certidões de Regularização Fundiárias -CRFs e com a 1ª (primeira) Abertura de Matrículas Individuais dos imóveis ou terrenos urbanos regularizados, serão isentas perante os Cartórios Extrajudiciais, conforme estabelecem o Artigo 13, §1º, da Lei Federal Nº 13.465 de 11 de Julho de 2017 e o Artigo 5º, §1º, do Decreto Federal Nº 9.310 de 15 de Março de 2018.

Art. 9º Os terrenos ou lotes urbanos doados por esta Lei Complementar não poderão ser alienados por seus donatários beneficiados, sob pena destes ficarem impedidos de se habilitarem em programas municipais idênticos e semelhantes.

FL. 15

Seção II

Das Disposições Transitórias

Art.10. Ficam os Cartórios Extrajudiciais autorizados a promover todos os atos necessários a efetiva titulação e transferência de domínio dos bens imóveis ou terrenos urbanos de propriedade do Município de Santa Cecília, devidamente especificados no Artigo 5º desta Lei Complementar, a favor dos donatários beneficiados, independentemente de apresentação de Certidão Negativa de tributos de competência Municipal, lançados sobre cada um dos imóveis doados

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 1º de Julho de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 1º de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.038, DE 03 DE JULHO DE 2019**“ALTERA DA REDAÇÃO DO INCISO IV DO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.016, DE 03 DE ABRIL DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do Inciso IV do Artigo 16, da Lei Municipal Nº 2.016, de 03 de Abril de 2019, que *“Estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Santa Cecília e Dá Outras Providências”*, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. ...

IV - experiência mínima de 01 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas;

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 03 de Julho de 2019

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 03 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.039, DE 10 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO – PPI /2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DOS OBJETIVOS E DA ABRANGÊNCIA E APLICABILIDADE

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI de Santa Cecília, visando a promover a regularização dos créditos tributários e não tributários do Município de Santa Cecília, através desta Lei, a qual estabelece normas, critérios, prazos e condições para a concessão de anistia de multa, juros e correção monetária, aos contribuintes pessoas físicas e jurídicas em débito com tributos, impostos, taxas e contribuições com a Fazenda Pública Municipal, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa, de qualquer natureza, executados ou não judicialmente, até o exercício financeiro de 2018.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º. A anistia fiscal concedida por esta Lei visa atingir os seguintes objetivos:

I - resolver administrativamente a problemática da dívida ativa dos contribuintes para com o Município;

II - incrementar a receita própria do Município, permitindo ao mesmo a aquisição de bens e a realização de serviços de interesse público relevante e que reclamam por soluções e providências urgentes;

III - cumprir determinações e imposições legais constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal;

FL. 02

IV - atender orientações e recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relacionados à cobrança da dívida ativa.

SEÇÃO III

DA ABRANGÊNCIA E APLICABILIDADE

Art. 3º. A anistia fiscal concedida por esta Lei abrange toda a extensão do território do Município de Santa Cecília e todos os débitos inscritos ou não em dívida ativa dos quais o Município seja credor, executados ou não judicialmente, de qualquer natureza, vencidos até o exercício financeiro de 2018.

Parágrafo único. Os requerimentos de adesão a esta Lei referentes aos débitos relativos a impostos de competência municipal, quando já executados judicialmente, obrigarão o Município a requerer a suspensão da ação respectiva, pelo prazo do parcelamento, desde que paga a primeira parcela.

SUBSEÇÃO I

DOS DESCONTOS CONCEDIDOS PARA O PAGAMENTO Á VISTA

Art. 4º. Para o pagamento à vista de qualquer um dos débitos objetos desta Lei, **até a data de 31 de Agosto de 2019**, em parcela única, será concedido a remissão de 100% (cem por cento) dos juros, 100% (cem por cento) da multa e 100% (cem por cento) da correção monetária, incidentes sobre o valor principal do débito inscrito em dívida ativa, independente do valor da dívida, devendo ser incluso o preço público no valor final da parcela.

SUBSEÇÃO II

DOS DESCONTOS CONCEDIDOS PARA O PAGAMENTO PARCELADO

Art. 5º. Para o pagamento parcelado de qualquer um dos débitos objetos desta Lei, **até a data de 31 de Agosto de 2019**, sendo esta a data máxima para pagamento da primeira parcela, será concedido o desconto de 100% (cem por cento) dos juros, 95% (noventa e cinco por cento) da multa e 90% (noventa por cento) da correção monetária, incidentes sobre o valor principal, observando-se os seguintes critérios, normas, prazos e condições:

FL. 03

I - Os débitos cujo valor, aplicado os descontos previstos no *caput* deste artigo, seja superior ao valor total de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e não supere o valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), poderão ser parcelados em até 12 (doze) parcelas mensais, devendo ser acrescido o preço público em cada parcela;

II - Os débitos cujo valor, aplicado os descontos previstos no *caput* deste artigo, seja superior a R\$ 20.000,01 (vinte mil reais e um centavo) e inferior a R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, devendo ser acrescido o preço público em cada parcela;

III - Os débitos cujo valor, aplicado os descontos previstos no *caput* deste artigo, seja superior a R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) e inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), poderão ser parcelados em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, devendo ser acrescido o preço público em cada parcela;

IV - Os débitos cujo valor, aplicado os descontos previstos no *caput* deste artigo, seja superior a R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) e inferior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), poderão ser parcelados em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, devendo ser acrescido o preço público em cada parcela;

V - Os débitos cujo valor, aplicado os descontos previstos no *caput* deste artigo, seja superior a R\$ 200.000,01 (duzentos mil reais e um centavo) e inferior a R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), poderão ser parcelados em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, devendo ser acrescido o preço público em cada parcela;

VI - Os débitos cujo valor, aplicado os descontos previstos no *caput* deste artigo, seja superior a R\$ 300.000,01 (trezentos mil reais), poderão ser parcelados em até 96 (noventa e seis) parcelas mensais, devendo ser acrescido o preço público em cada parcela.

§ 1º - Os débitos que forem objeto de execução fiscal e pretenderem o pagamento parcelado nos termos deste artigo dependerão de parecer favorável prévio à adesão pela Assessoria Jurídica do Município, bem como da comprovação de pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios correspondentes ao valor atualizado da execução fiscal sem incidência dos descontos previstos na presente Lei, os quais ficaram suspensos até a quitação da dívida.

FL. 04

§ 2º - As opções de parcelamento contidas nos incisos IV, V, VI deverão ter um bem imóvel de propriedade do requerente, livre e desembaraçado de qualquer ônus, que deverá ser oferecido, avaliado e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, como garantia da dívida confessada.

CAPÍTULO II DOS REQUERIMENTOS

SEÇÃO I DOS REQUERIMENTOS PARA O PAGAMENTO À VISTA

Art. 6º. Os contribuintes que optarem pelo pagamento à vista dos débitos objetos desta Lei, de qualquer valor, conforme descrito no artigo 4º desta Lei, deverão formular os seus requerimentos e comprovar o pagamento perante o Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal até a data de 31 de Agosto de 2019.

SEÇÃO II DOS REQUERIMENTOS PARA O PAGAMENTO PARCELADO

Art. 7º. Para o pagamento parcelado de qualquer um dos débitos objetos desta Lei, serão observados os seguintes critérios, normas, prazos e condições:

I - O parcelamento será concedido após requerimento formal do contribuinte interessado, apresentado e protocolado junto ao Setor de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal e assinatura de Termo de Confissão de Dívida, bem como apresentando comprovante de pagamento da primeira parcela à vista, até a data de 31 de Agosto de 2019;

II - O número máximo de parcelas será condicionado ao valor do débito, nas condições descritas no art. 6º desta Lei, sendo a primeira parcela para pronto pagamento, ou após a emissão de parecer jurídico favorável caso o débito seja objeto de execução fiscal, e as demais com vencimento nos meses subsequentes à data do pagamento da primeira parcela;

III - Serão automaticamente cancelados os parcelamentos e descontos de que dispõem a presente Lei caso haja o inadimplemento referente à primeira parcela, ficando autorizada a inscrição do contribuinte devedor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito (SPC e SERASA), bem como de protesto junto ao Cartório de Notas e Tabelionato da Comarca;

FL. 05

IV - Somente poderá ser objeto de parcelamento os débitos de valor igual ou superior a R\$ 600,00 (Seiscentos Reais).

CAPÍTULO III
DA DURAÇÃO DA ANISTIA E DAS DISPOSIÇÕES
FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I
DA DURAÇÃO DA ANISTIA

Art. 8º. A anistia fiscal concedida por esta Lei terá duração, aplicação e eficácia durante o período compreendido entre o início da vigência da presente Lei, até a data de 31 de Agosto de 2019.

SEÇÃO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º. O atraso no pagamento de qualquer parcela implicará no cancelamento dos benefícios concedidos pela presente Lei, autorizando a Fazenda Pública Municipal a promover a execução judicial do débito, além da inscrição do contribuinte devedor aos Órgãos de Proteção ao Crédito (SPC e SERASA), bem como de Protesto junto ao Cartório de Notas e Tabelionato da Comarca, bem como a adjudicação do bem imóvel dado em garantia pela dívida.

Art. 10. Ficam a Secretaria de Fazenda Pública Municipal e o Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, autorizados a promover o recebimento dos débitos objetos da presente Lei, de acordo com as normas, critérios, prazos e condições nela fixadas.

Art. 11. Esgotado o prazo estabelecido nesta Lei para o pagamento à vista dos débitos e frustrado o esforço da Fazenda Pública Municipal no sentido de resolver administrativamente a problemática da dívida ativa existente, deverão a Procuradoria e Assessoria Jurídica do Município, levar a efeito as providências relativas à execução judicial dos débitos remanescentes, na formada legislação vigente.

Art. 12. Ficam as Secretarias Municipais, o Departamento de Tributação e Fiscalização do Município, a Procuradoria Geral, a Assessoria Jurídica do Município e os serviços de Assessoramento de Imprensa e Comunicação Social, incumbidos de realizar a mais ampla divulgação possível sobre a anistia fiscal concedida por esta Lei.

FL. 06

Art. 13. A Secretaria de Fazenda Pública e o Departamento de Tributação e Fiscalização deverão providenciar a emissão de documentos de arrecadação municipal – DAM, para os pagamentos à vista dos débitos, bem como os carnês e boletos bancários para o pagamento junto aos estabelecimentos bancários credenciados pelo Município.

Art. 14. Os recursos financeiros recebidos pelo Município de Santa Cecília, relativos aos pagamentos dos débitos quitados em razão desta Lei, serão depositados conta bancária de livre movimento deste município.

Art. 15. Os pagamentos dos débitos de que trata a presente Lei poderão ser realizados em espécie ou através de dação em pagamento, mediante apresentação de proposta formal e submetida à análise da Assessoria Jurídica do Município, de forma individualizada, na forma da legislação prevista e aplicável ao caso.

Art. 16. Os contribuintes que tiverem aderido à Anistia Fiscal nos anos de 2016, 2017 e 2018, sem terem quitado o parcelamento anterior, somente poderão aderir novamente ao benefício mediante pagamento em uma única parcela, nos termos do art. 4º da presente Lei.

Parágrafo Único – Para confirmação do parcelamento e emissão da respectiva certidão positiva de débito com efeito de negativa em favor dos Requerentes, apenas poderá ocorrer após o pagamento da primeira parcela do parcelamento.

Art. 17. O prazo para adesão à Anistia Fiscal e pagamento dos débitos previsto na presente Lei poderá ser prorrogado por igual período através de Decreto Executivo, caso a Administração Municipal julgue conveniente.

Art. 18. Este programa não gera créditos para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais e não autorizam a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

FL. 07

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Julho de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO E DELIMITAÇÃO DOS BAIRROS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“CENTRO”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: Rua José Scariot em ambos os lados em toda a sua extensão, seguindo pela Travessa Rui Peretto em seu lado esquerdo até encontrar a Rua Antonio Carlos de Medeiros; Na Rua Antonio Carlos de Medeiros em ambos os lados até encontrar a Rua Papa Pio XII e pela Rua Papa Pio XII, em seu lado esquerdo até encontrar a rua Simpliciano Belli, na Coordenada UTM x: 557777.39417, Coordenada UTM y: 7017970.89498.

II - Ao Leste: Avenida Leoberto Leal, em seu lado direito, do início da Rua José Scariot até o início da Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, na Coordenada UTM x: 558092.95480, Coordenada UTM y: 7017646.09433.

III - Ao Sul: Rua Sargento Juvenil em seu lado direito até encontrar a Rua Manoel José de Souza; na Rua Manoel José de Souza em seu lado direito até encontrar a Avenida XV de Novembro; na Avenida XV de Novembro em seu lado direito até encontrar a Rua Leandro Granemann, nas Coordenadas UTM x: 557371.09802, Coordenada UTM y: 7017132.59846 e depois na Coordenada UTM x: 557327.13793, Coordenada UTM y: 7017197.13859 e finalizando na Coordenada UTM x: 556753.92210, Coordenada UTM y: 7016883.44484;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 02

IV- Ao Oeste: Rua Simpliciano Belli em ambos os lados, iniciando a partir do final da Rua Papa Pio XII até a Rua Pedro Driessen, seguindo por ela até encontrar o prolongamento da Avenida Nereu Ramos em ambos os lados, seguindo pela Rua Leandro Granemann, em ambos os lados, até encontrar a Avenida XV de Novembro na Coordenada UTM x: 556737.12207, Coordenada UTM y: 7017626.84633.

Art. 2º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“NOSSA SENHORA DE APARECIDA”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: Pelo Arroio do Aparecida em seu lado esquerdo até a Travessa Juarez Carlos de Medeiros, na Travessa Juarez Carlos de Medeiros em ambos os lados, da Rua Laudelino Granemann de Souza até encontrar a Rua Jorge Lacerda na Coordenada UTM x: 556730.68275, Coordenada UTM y: 7018126.41580.

II - Ao Leste: Na Rua Jorge Lacerda, em seu lado esquerdo, até encontrar a Travessa Rui Peretto na Coordenada UTM x: 557205.70370, Coordenada UTM y: 7018131.73581.

III - Ao Sul: Rua Papa Pio XII, do seu lado esquerdo, da Rua Antonio Carlos de Medeiros até encontrar a Rua Simpliciano Belli, na Travessa Rui Peretto em seu lado direito até encontrar a Rua Antonio Carlos de Medeiros na Coordenada UTM x: 557445.52418, Coordenada UTM y: 7017843.89523.

IV - Ao Oeste: Rua Simpliciano Belli em ambos os lados, iniciando a partir do final da Rua Papa Pio XII até encontrar o Arroio do Monjolo até esse encontrar o Arroio do Aparecida na Coordenada UTM x: 556829.66294, Coordenada UTM y: 7017660.35486.

Art. 3º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“SÃO CRISTÓVÃO”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: no Imóvel da Empresa G. Poletto, até a divisa com o Imóvel da Família Menegotto, em toda a sua extensão, seguindo pelo Imóvel de Claudia Terezinha Fontana, área não urbanizada na Coordenada UTM x: 557192.16900, Coordenada UTM y: 7018552.79246.

II - Ao Leste: Avenida Leoberto Leal, da Rua José Scariot até a divisa dos imóveis da Empresa G. Poletto, com o Imóvel da Família Menegotto, no seu lado esquerdo na Coordenada UTM x: 557771.77016, Coordenada UTM y: 7017973.47130;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 03

III - Ao Sul: na Travessa Rui Peretto, em toda a sua extensão, em seu lado esquerdo, seguindo pelo Imóvel da Industria Bonet, até encontrar a Avenida Leoberto Leal na Coordenada UTM x: 557514.16965, Coordenada UTM y: 7017884.15113 e depois Coordenada UTM x: 557443.60950, Coordenada UTM y: 7017846.91105;

IV - Ao Oeste: Na Rua Jorge Lacerda, em seu lado direito, da Travessa Rui Peretto até encontrar a Rua Euribiades Rodrigues Borges e depois até encontrar o imóvel de Claudia Terezinha Fontana, área não urbanizada nas Coordenada UTM x: 557090.80880, Coordenada UTM y: 7018182.07172 e depois na Coordenada UTM x: 556964.72868, Coordenada UTM y: 7018347.51218.

Art. 4º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“CRISTO REI”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: Com área rural da Família Medeiros e depois com área rural da Família Gaudêncio na Coordenada UTM x: 556383.94480, Coordenada UTM y: 7018581.45242;

II - Ao Leste: Na Avenida Leoberto Leal, da divisa do imóvel da Empresa G. Poletto, com o imóvel da Família Menegotto, até o final do imóvel da Empresa Adecomp, em seu lado esquerdo na Coordenada UTM x: 556788.61033, Coordenada UTM y: 7018969.50586 e depois na Coordenada UTM x: 557190.81959, Coordenada UTM y: 7018553.80665;

III - Ao Sul: Com o Arroio do Aparecida, até o encontro da rua Laudelino Granemann de Souza com a Travessa Juarez Carlos de Medeiros e pelo imóvel na Coordenada UTM x: 556731.08341, Coordenada UTM y: 7018126.11455, depois na Coordenada UTM x: 557012.23197, Coordenada UTM y: 7018167.69464;

IV - Ao Oeste: Com o Arroio do Monjolo, do encontro com dele com o Arroio do Aparecida, até o seu encontro com área rural pertencente a família Gaudêncio na Coordenada UTM x: 556621.29845, Coordenada UTM y: 7018321.96618.

Art. 5º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“JOÃO CORRÊA DA SILVA”** com as seguintes confrontações:

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 04

I - Ao Norte: Com área rural da Família Medeiros e com a área rural da empresa Agroflorestal Campo Alto na Coordenada UTM x: 556901.90002, Coordenada UTM y: 7018901.65571 e depois na Coordenada UTM x: 557029.86028, Coordenada UTM y: 7019034.09597;

II - Ao Leste: Com área rural da Família Medeiros e com a área rural da empresa Agroflorestal Campo Alto na Coordenada UTM x: 557211.86064, Coordenada UTM y: 7018767.25544 e na Coordenada UTM x: 557972.34216, Coordenada UTM y: 7018869.17565 e depois na Coordenada UTM x: 557916.62205, Coordenada UTM y: 7018626.97516;

III - Ao Sul: Com a rua José Calixto em toda a sua extensão em ambos os lados na Coordenada UTM x: 557625.98147, Coordenada UTM y: 7018457.57482;

IV - Ao Oeste: Com a Avenida Getulio Vargas em seu lado direito, da rua José Calixto até a área rural pertencente à empresa Agroflorestal Campo Alto na Coordenada UTM x: 557471.42116, Coordenada UTM y: 7018345.57460.

Art. 6º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“GILBERTO GROCHOVSKI”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: Com a Rua Teodoro Salami, em ambos os lados e imóvel industrial da família Salami nas Coordenada UTM x: 557560.23792, Coordenada UTM y: 7018282.75602 e Coordenada UTM x: 557933.67332, Coordenada UTM y: 7018603.45181;

II - Ao Leste: Com área rural da empresa Agroflorestal Campo Alto, com área rural da Família Arbegaus, até encontrar o Arroio Santa Cecília nas Coordenada UTM x: 558710.86954, Coordenada UTM y: 7018021.51289 e Coordenada UTM x: 558473.98907, Coordenada UTM y: 7017844.55254 e Coordenada UTM x: 558705.82953, Coordenada UTM y: 7017478.31180;

III - Ao Sul: Com o Arroio Santa Cecília, em seu lado esquerdo na Coordenada UTM x: 558705.82953, Coordenada UTM y: 7017478.31180;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 05

IV - Ao Oeste: Com a Avenida Getulio Vargas em seu lado direito, da rua Teodoro Salami, em ambos os lados até o Arroio Santa Cecília na Coordenada UTM x: 557592.60197, Coordenada UTM y: 7018254.00851.

Art. 7º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“ADOLFO CORRÊA DA SILVA”** com as seguintes confrontações:

I – Ao Norte: Com a Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, em seu lado esquerdo, iniciando na Avenida Leoberto Leal até a Rua Manoel José de Souza na praça Frederico Arbegaus na Coordenada UTM x: 558098.28298, Coordenada UTM y: 7017637.44728 e Coordenada UTM x: 557406.63337, Coordenada UTM y: 7017155.32618;

II - Ao Leste: Com a Avenida Leoberto Leal, em seu lado direito até encontrar o Arroio Santa Cecília na Coordenada UTM x: 558593.14589, Coordenada UTM y: 7017146.64473;

III - Ao Sul: Com o Arroio Santa Cecília, em seu lado esquerdo, da Avenida Leoberto Leal até encontrar a Avenida Nakayama na Coordenada UTM x: 557810.73515, Coordenada UTM y: 7016568.50029;

IV - Ao Oeste: Com a Avenida Nakayama, em ambos os lados, da Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza até o Arroio Santa Cecília na Coordenada UTM x: 557810.73515, Coordenada UTM y: 7016568.50029.

Art. 8º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“MARCILIANO FERNANDES”** com as seguintes confrontações:

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 06

I – Ao Norte: Com o Arroio Santa Cecília em seu lado direito, da Avenida Leoberto Leal até encontrar a Avenida Nakayama, segue pelos lotes de trás da Avenida Nakayama, até encontrar a Rua Cales de Lara Barbosa; Segue pelo lado esquerdo da Rua Cales de Lara Barbosa até encontrar a Rua Brasílio de Paula Goetten, em seu lado esquerdo até o Parque Municipal de Exposições Walfrido Driessen nas Coordenada UTM x: 557810.73515, Coordenada UTM y: 7016568.50029, Coordenada UTM x: 557809.05514, Coordenada UTM y: 7016567.94029, Coordenada UTM x: 557730.09499, Coordenada UTM y: 7016741.54063, Coordenada UTM x: 556701.37293, Coordenada UTM y: 7016295.21974, Coordenada UTM x: 556620.17277, Coordenada UTM y: 7016102.57936, Coordenada UTM x: 556953.92410, Coordenada UTM y: 7015964.90417, Coordenada UTM x: 556426.49702, Coordenada UTM y: 7015420.93855 e Coordenada UTM x: 557175.43523, Coordenada UTM y: 7015082.01210;

II - Ao Leste: Com a Avenida Leoberto Leal, em seu lado direito do Arroio Santa Cecília até a Rua Miguel Goetten Sobrinho em seu lado direito na Coordenada UTM x: 558967.61855, Coordenada UTM y: 7016631.00963;

III - Ao Sul: Com a Rua Miguel Goetten Sobrinho, em seu lado direito, até encontrar a Rua Maria Luiza Ribeiro dos Santos na Coordenada UTM x: 558143.01690, Coordenada UTM y: 7016197.00876.

IV - Ao Oeste: Segue pela Rua Maria Luiza Ribeiro dos Santos em seu lado direito, até encontrar a Rua Iracema Goetten, em seu lado direito, até encontrar a rua Altamiro Batista Padilha em seu Lado Direito, até encontrar o Parque Municipal de Exposições Walfrido Driessen na Coordenada UTM x: 557962.98918, Coordenada UTM y: 7016300.10558, na Coordenada UTM x: 557819.06889, Coordenada UTM y: 7016373.46572, na Coordenada UTM x: 557613.40848, Coordenada UTM y: 7016120.34522, na Coordenada UTM x: 557667.86344, Coordenada UTM y: 7016041.83634, e na Coordenada UTM x: 557625.86335, Coordenada UTM y: 7015695.75565.

Art. 9º. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“GUILHERME GRANEMANN RAUEN”** com as seguintes confrontações:

I – Ao Norte: Com a Rua Elza Caetano Simão, em seu lado direito, do final da Avenida XV de Novembro até encontrar a Área Rural pertencente à Família Goetten na Coordenada UTM x: 556786.68216, Coordenada UTM y: 7016869.16481;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 07

II - Ao Leste: Com a Rua Brasília de Paula Goetten, em seu lado direito, do final da Avenida XV de Novembro até encontrar a via de acesso ao Parque Municipal Walfrido Driessen na Coordenada UTM x: 556585.08176, Coordenada UTM y: 7016071.16322;

III - Ao Sul: com Rua Alípio Granemann em seu lado direito, até encontrar a área rural pertencente à Família Goetten na Coordenada UTM x: 556527.29502, Coordenada UTM y: 7015969.14624, Coordenada UTM x: 556335.49464, Coordenada UTM y: 7015856.02602, e na Coordenada UTM x: 556317.57460, Coordenada UTM y: 7015952.34621;

IV - Ao Oeste: Com a Área Rural pertencente a Família Goetten, com início na rua Elza Caetano Simão até o final da rua Soldado Sebastião C. de Oliveira em ambos os lados na Coordenada UTM x: 556374.32937, Coordenada UTM y: 7016871.26320.

Art. 10. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“MORADA POR DO SOL”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: Com a Área Industrial II em toda a sua extensão, da Avenida Israel Granemann de Souza, até encontrar a área rural de propriedade de Hildebrando Goetten na Coordenada UTM x: 559137.75750, Coordenada UTM y: 7016545.86863, na Coordenada UTM x: 559243.03772, Coordenada UTM y: 7016684.74891 e na Coordenada UTM x: 559529.19829, Coordenada UTM y: 7016840.14922;

II - Ao Leste: Com a Travessa Josefina Goetten em ambos os lados em toda a sua extensão, até encontrar a área rural de propriedade de Hildebrando Goetten na Coordenada UTM x: 559711.47865, Coordenada UTM y: 7016687.82891;

III - Ao Sul: Inicia-se na divisa do Imóvel de Volnei Fernandes, segue pela divisa com área rural de propriedade de Hildebrando Goetten, até encontrar a Travessa Zelvina Pires Goetten, em seu lado esquerdo, até encontrar a Rua Cremilda Goetten, segue pela Rua Cremilda Goetten até o seu final em ambos os lados na Coordenada UTM x: 559689.91861, Coordenada UTM y: 7016271.18808, Coordenada UTM x: 559639.51851, Coordenada UTM y: 7016341.74822, Coordenada Capturada para área de transferência: Coordenada UTM x: 559702.79863, Coordenada UTM y: 7016387.10831, e na Coordenada UTM x: 559551.03833, Coordenada UTM y: 7016501.62854;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 08

IV - Ao Oeste: Com a Avenida Israel Granemann de Souza, em seu lado direito, da divisa do Imóvel de Roberto Amaral com a Área Industrial II, até a divisa do imóvel de Volnei Fernandes com a Área Industrial na Coordenada UTM x: 559629.99849, Coordenada UTM y: 7016194.18793.

Art. 11. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“JAIR ARBEGAUS”** com as seguintes confrontações:

I - Ao Norte: Com a Avenida XV de Novembro, em seu lado esquerdo, desde a Rua Manoel José de Souza até encontrar a Rua Brasília de Paula Goetten na Coordenada UTM x: 556802.77147, Coordenada UTM y: 7016830.86982 e Coordenada UTM x: 557327.49251, Coordenada UTM y: 7017202.15056;

II - Ao Leste: Com os fundos das quadras de lindeiras à Avenida Nakayama, da Rua Sargento Juvenil Pereira de Souza, em seu lado esquerdo, até encontrar a Rua Cales de Lara Barbosa em seu lado direito na Coordenada UTM x: 557431.09272, Coordenada UTM y: 7017172.75050 e Coordenada UTM x: 557726.77331, Coordenada UTM y: 7016752.46966;

III - Ao Sul: Pela Rua Cales de Lara Barbosa, inicia-se quadra dos fundos da Avenida Nakayama até encontra a Rua Brasília de Paula Goetten, em seu lado direito Coordenada UTM x: 557627.65312, Coordenada UTM y: 7016681.90952, Coordenada UTM x: 557006.61187, Coordenada UTM y: 7016276.46871, e na Coordenada UTM x: 556700.85126, Coordenada UTM y: 7016306.42877;

IV - Ao Oeste: Com a Rua Brasília de Paula Goetten em seu lado esquerdo, iniciando no final da Avenida XV de Novembro, até encontrar a Rua Cales de Lara Barbosa na Coordenada UTM x: 556794.65145, Coordenada UTM y: 7016802.02976.

Art. 13. Fica delimitado e nomeado o Bairro Industrial **I “CLAUDINO CEOLLA”** com as seguintes confrontações:

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 09

I – Ao Norte: Com a Avenida Israel Granemann de Souza, iniciando na divisa com o imóvel pertencente a Volnei Fernandes, seguindo pelos fundos dos imóveis industriais até encontrar a divisa da área rural pertencente a Hildebrando Goetten com a área remanescente do Município de Santa Cecília, nas Coordenada UTM x: 559630.10109, Coordenada UTM y: 7016194.43401, Coordenada UTM x: 559690.02121, Coordenada UTM y: 7016272.27416, Coordenada UTM x: 559642.75578, Coordenada UTM y: 7016337.18945 e Coordenada UTM x: 560021.31653, Coordenada UTM y: 7016607.38999;

II - Ao Leste: Inicia-se na divisa com a área rural de Jairo Felisbino até encontrar a área rural de Alvanir Mauricio Scariot e terminando na área rural de Wilson Goetten Primo nas Coordenada UTM x: 560024.55394, Coordenada UTM y: 7016610.82217, Coordenada UTM x: 560108.55411, Coordenada UTM y: 7016381.22171 e Coordenada UTM x: 560525.19494, Coordenada UTM y: 7015704.18036;

III - Ao Sul: na marginal da Rodovia Federal BR 116, segue pela divisa com área rural da Família Medeiros e termina com a área rural de Wilson Goetten Primo na Coordenada UTM x: 560237.78975, Coordenada UTM y: 7015235.58098, Coordenada UTM x: 560439.39015, Coordenada UTM y: 7015187.98089, Coordenada UTM x: 560527.59033, Coordenada UTM y: 7015710.18193 e Coordenada UTM x: 560304.98989, Coordenada UTM y: 7016186.18288;

IV - Ao Oeste: Com a Avenida Israel Granemann de Souza, em seu lado direito, da divisa do Imóvel de Volnei Fernandes, até a divisa do Imóvel da Família Medeiros nas Coordenada UTM x: 559914.38910, Coordenada UTM y: 7015873.98226 e Coordenada UTM x: 560232.18974, Coordenada UTM y: 7015242.58100.

Art. 14. Fica delimitado e nomeado o Bairro Industrial **II “VALDEMAR FOGAÇA DE SOUZA ”** com as seguintes confrontações:

I – Ao Norte: Com o Arroio Santa Cecília, em seu lado direito, no início da Avenida Israel Granemann de Souza, até encontrar a divisa com a área rural de Domingos Scariot Júnior, na Coordenada UTM x: 558597.23578, Coordenada UTM y: 7017213.27525 até a Coordenada UTM x: 558705.87600, Coordenada UTM y: 7017477.03577;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 10

II - Ao Leste: Segue pela divisa com a área rural de Domingos Scariot Júnior, até encontrar a área rural da família Ely, seguindo até encontrar a parte dos fundos dos terrenos industriais, seguindo em linha reta até encontrar a área rural da Família Ely nas coordenadas Coordenada UTM x: 558920.35643, Coordenada UTM y: 7017097.91502, Coordenada UTM x: 559096.75678, Coordenada UTM y: 7017015.59485, Coordenada UTM x: 559384.03736, Coordenada UTM y: 7017125.91507, Coordenada UTM x: 559529.07765, Coordenada UTM y: 7016841.99450;

III - Ao Sul: Inicia-se na Avenida Israel Granemann de Souza, divisa do Imóvel de Renato Harry Schimidt com o imóvel de Roberto Amaral e segue em linha pelos fundos dos imóveis industriais até encontrar a área rural de Hildebrando Goetten Coordenada UTM x: 559242.35708, Coordenada UTM y: 7016684.07419 e na Coordenada UTM x: 559137.63687, Coordenada UTM y: 7016547.99392;

IV - Ao Oeste: Com a Avenida Israel Granemann de Souza, em seu lado direito, do Arroio Santa Cecília até a divisa do Imóvel de Renato Harry Schimidt com o imóvel de Roberto Amaral na Coordenada UTM x: 558592.75578, Coordenada UTM y: 7017214.39525, Coordenada UTM x: 558822.91624, Coordenada UTM y: 7016947.27471, Coordenada UTM x: 558982.51656, Coordenada UTM y: 7016680.15418 e Coordenada UTM x: 559137.63687, Coordenada UTM y: 7016547.43391.

Art. 15. Fica delimitado e nomeado o Bairro **“CONDOMÍNIO INDUSTRIAL DAGOBERTO LIEBL”** com as seguintes confrontações:

I – Ao Norte: Com a Rua Miguel Goetten Sobrinho em seu lado esquerdo, iniciando na Avenida Leoberto Leal, até a divisa com imóvel rural da Família Nakayama, na Coordenada UTM x: 558624.70802, Coordenada UTM y: 7016438.95310;

II - Ao Leste: Com a Avenida Leoberto Leal, em seu lado direito, iniciando na Rua Miguel Goetten Sobrinho até encontrar a divisa com a área rural da família Nakayama na Coordenada UTM x: 558975.06869, Coordenada UTM y: 7016626.40494;

III - Ao Sul: Inicia-se Avenida Leoberto Leal, segue em linha até encontrar a divisa com a área rural da família Nakayama, na Coordenada UTM x: 559694.95013, Coordenada UTM y: 7016049.60378;

LEI MUNICIPAL Nº 2.040, DE 10 DE JULHO DE 2019

FL. 11

IV - Ao Oeste: Inicia-se no vértice da divisa com o imóvel rural de propriedade da família Nakayama e segue até encontrar a Rua Miguel Goetten Sobrinho na Coordenada UTM x: 559357.54946, Coordenada UTM y: 7015692.32307.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução correrão por de conta de orçamentos próprios da municipalidade.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a expedir os atos necessários à execução desta presente Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Julho de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL N° 2.041, DE 18 DE JULHO DE 2019

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA – HOSPITAL MAICÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a celebrar convênio de cooperação financeira com a Associação Franco Brasileira - Hospital Maicé, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N° 33.543.356/0020-93, sediado na cidade de Caçador-SC.

Art. 2º. O convênio de que trata o artigo 1º da presente Lei terá a finalidade de assegurar a prestação de serviços de plantão médico presencial 24 (vinte e quatro) horas por dia em urgência e emergência, bem como plantão médico presencial 24 (vinte e quatro) horas por dia de obstetrícia e sobreaviso das seguintes especialidades: pediatria, traumatologia, anestesiologia, radiologia, cirurgia geral, cirurgia vascular (média complexidade) e clínica médica, em suas dependências por seu quadro técnico profissional, para pacientes residentes no Município de Santa Cecília.

Art. 3º. Fica o Município de Santa Cecília autorizado a promover o repasse de recursos financeiros na ordem de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais), em 6 (seis) parcelas mensais de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Art. 4º. Fica a Prefeita Municipal autorizada a assinar o Termo de Cooperação Financeira de que trata esta lei.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

LEI MUNICIPAL N° 2.041, DE 18 DE JULHO DE 2019

FL. 02

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 18 de Julho de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada na data de 18 de Julho de 2019.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2018

Publicação Nº 2108524

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2018

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.841.750/0001-42, com sede na Rua Suíça, nº 78, Bairro Santo Antônio, na cidade de Fraiburgo-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. LAURECI BITENCOURT, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3.263.197 e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.931.649-61, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 330, Centro, na cidade de Fraiburgo-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 159/2018, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica ampliado o prazo previsto na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 159/2018 para até a data de 25/08/2019, observado o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, conforme requerimento da empresa CONTRATADA, apondo as justificativas e documentação para tal prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – Ficam reajustados os valores referentes aos itens 1.1, 1.2 e 1.3, conforme Planilha Orçamentária com o percentagem de reequilíbrio em anexo, a qual faz parte integrante do presente Termo Aditivo, sendo o valor anterior R\$ 59.047,36 (Cinquenta e nove mil, quarenta e sete reais e trinta e seis centavos), ficando acrescida a diferença pretendida de R\$ 18.285,77 (Dezoito mil duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme parecer técnico do Departamento de Engenharia, o qual também faz parte integrante do presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 159/2018, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 25 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA CONTRATANTE	NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

Santa Helena

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0135/2019

Publicação Nº 2108030

PORTARIA Nº 0135/2019

DESIGNA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI COLETTO, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei nº 934/2016 e a Lei 1017/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base na Lei nº 934/2016 que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Câmara municipal de Vereadores de Santa Helena, e no artigo 1º da Lei nº 1017/2019 que altera artigo 10 da Lei 934/2016, inclui atribuições das Funções Gratificadas e o Parágrafo Único, Alterar a lotação de, JAQUELINE EPPING, servidora pública, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, com carga horária de 20 horas semanais, inscrita no Quadro de Pessoal sob matrícula nº 51, e designar, para exercer a partir do dia 01 de julho de 2019, a função gratificada de, RESPONSÁVEL PELO SETOR DE PESSOAL E PATRIMÔNIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Em 01 de julho de 2019.

SADI COLETTO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada e Publicada a

Presente em Data supra

PORTARIA Nº 0136/2019

Publicação Nº 2108037

PORTARIA Nº 0136/2019

CONCEDE A SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ADICIONAL DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI COLETTO, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o ADICIONAL POR FUNÇÃO GRATIFICADA, previsto no art. 1, da Lei Ordinária nº 1017/2019, de 09 de julho de 2019, a Servidora Senhora JAQUELINE EPPING, ocupante do cargo de provimento efetivo Contadora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, com carga horária de 20 horas semanais, inscrita no Quadro de Pessoal sob matrícula nº 51, em exercício na Câmara Municipal conforme a Lei Ordinária nº 934/2016, e a Portaria nº 0101/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Em 10 de julho de 2019.

SADI COLETTO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada e Publicada a

Presente em Data supra

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 039 DE 30 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108069

DECRETO Nº 039, DE 30 DE JULHO DE 2019.

Encerra atividades de Escola do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 114 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica encerrada as atividades da Escola Municipal Vila São Cristovão, comunidade de Vila São Cristovão, criada pelo decreto nº 040, de 16 de julho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de julho de 2019.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 056/2019 PR

Publicação Nº 2109146

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 056/2019 – PR Nº 056/2019

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento, transporte e bombeamento de Concreto Usinado, para uso das diversas secretarias do município. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 09h45min do dia 13 de Agosto de 2019, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 10h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 29 de Julho de 2019.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 057/2019 PR

Publicação Nº 2109147

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 057/2019- PR 057/2019

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches do município, para os alunos do SCFV e demais secretarias, durante o segundo semestre de 2019. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este Edital. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 13 de Agosto de 2019, início da sessão de credenciamento e abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 29 de Julho de 2019.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1107 DE 30 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107452

LEI Nº 1107 DE 30 DE JULHO DE 2019.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º A "Rua que especifica, antiga Rua "M" localizada no loteamento Parque Rosita, denominar-se-á doravante de "Rua Manoel Cabral".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 40º (quarenta graus) N/E (Norte/leste), e se estende até a Rua Ferminio Pedro Raupp.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de julho de 2019.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 038/2019

Publicação Nº 2109148

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2019 - DL

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

Do Valor: R\$13.362,98 (Treze mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos).

BASE LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 01/06/2019 a 31/07/2019.

Santa Rosa do Sul, 29 de Maio de 2019.

Rafael Raupp Lummertz

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 055/2019

Publicação Nº 2109149

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2019 - DL

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

Do Valor: R\$13.443,82(Treze mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos).

BASE LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 01/08/2019 a 31/09/2019.

Santa Rosa do Sul, 29 de Julho de 2019.

Rafael Raupp Lummertz

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 047/2019

Publicação Nº 2109150

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019 -IN
CONTRATADO: LEBAB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para realização de SHOW musical do gênero Rock, com a Banda Nação Zumbi, de renome nacional, com duração de 1h30min de show, no dia 15/11/2019, a qual integrará a programação oficial do evento da "8ª polvilhana – Festa do Polvilho e da Banana de Santa Rosa do Sul", a ser realizado no período de 09/11/2019 a 17/11/2019 no município de Santa Rosa do Sul-SC.

Do Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

BASE LEGAL: artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Santa Rosa do Sul, 18 de Julho de 2019.

Rafael Raupp Lummertz

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL N 92/2019

Publicação N° 2109233

PORTARIA N° 092/2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art.1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora SIRLEI DIAS DOS SANTOS, Matricula 7307/01, conforme o Atestado Médico no período de 26 de julho de 2019 á 23 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de julho de 2019.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS PL 87-2019 TP 07-2019

Publicação Nº 2108827

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2019 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 87/2019 Data do Processo: 08/07/2019

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EXECUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO PROJETO DO BARRACÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, COM ÁREA TOTAL DE 300M², COM SEDE NA RUA DOZE DE MAIO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITO E DEMAIS ANEXOS QUE COMPÕE O PRESENTE EDITAL

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 19/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 31 de Julho de 2019, às 13:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 02/2019, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 87/2019, Licitação nº. 7/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Aos trinta (30) dias do mes de julho de 2019, na sala de licitações, da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, reuniu-se a Presidente da Comissão de Licitações, bem como a equipe de apoio, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas Comerciais, referentes à licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as seguintes empresas: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, representada pelo Sr. NATAL BALDASSA; GILVANO ANTONIO GONÇALVES, representada pelo Sr. GILVANO ANTONIO GONÇALVES. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os Envelopes 01 – Documentação de Habilitação e 02 – Proposta de Preço da licitante, sendo que os mesmos estavam lacrados e verificou-se que foram protocolados dentro do prazo fixado no edital. Na sequência procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação da licitante, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pelo Presidente, Membros da Comissão e pelo representante presente. Na sequência foi feita a análise dos documentos de habilitação das Licitantes, constatando que as mesmas atenderam adequadamente os requisitos de habilitação constantes no item 07, do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas habilitadas. As Licitantes manifestaram RENUNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO. Ao final desta fase foi constatado que todas as empresas foram habilitadas no referido processo.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Desta forma, passou-se a abertura do Envelope nº 02 – Proposta de Preço das licitantes. Na sequência foi feita a análise das propostas apresentadas pelos Licitantes, constatando que os mesmos atenderam adequadamente os requisitos constantes do item nº 8 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. Quanto ao preço proposto, verificou-se que os preços global proposto pelos licitantes foram: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI LTDA, no valor de R \$ 184.909,26 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e seis centavos); GILVANO ANTONIO GONÇALVES ME, no valor de R\$ 184.857,71 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos). No decorrer da análise foi constatado que a empresa NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, apresentou a proposta de preços em desconformidade no valor, pois o mesmo foi apresentado acima do valor máximo do edital, que era de R\$ 184.902.90 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e dois reais com noventa centavos, sendo então desclassificada a proposta do mesmo. Sendo assim a empresa: GILVANO ANTONIO GONÇALVES - ME fica declarada vencedora no referido processo, pelo valor de R\$ 184. 857,71 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos).

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

CNPJ: 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 7/2019 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 87/2019
Data do Processo: 08/07/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Terezinha do Progresso, 31 de Julho de 2019

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE	- - Presidente da Comissão de Licitação
ERONI ALLEBRANDT	- - SECRETARIO
MARGARETE ROSA ALVES	- - MEMBRO
MARCIANE ELENI PINNO	- - MEMBRO
SELMAR MAGROI	- - MEMBRO
SOLANGE BRAGA	- - MEMBRO
NOILI TEREZINHA VANIN	- - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

NATAL BALDASSA	- - Representante
GILVANO ANTONIO GONÇALVES	- - Representante

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS PL 87-2019 TP 07-2019

Publicação Nº 2108835

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2019 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 87/2019 Data do Processo: 08/07/2019
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EXECUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO PROJETO DO BARRACÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, COM ÁREA TOTAL DE 300M², COM SEDE NA RUA DOZE DE MAIO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITO E DEMAIS ANEXOS QUE COMPÕE O PRESENTE EDITAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 19/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 31 de Julho de 2019, às 13:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 02/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 87/2019, Licitação nº 7/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Desta forma, passou-se a abertura do Envelope nº 02 – Proposta de Preço das licitantes. Na sequência foi feita a análise das propostas apresentadas pelos Licitantes, contatando que os mesmos atenderam adequadamente os requisitos constantes do item nº 8 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. Quanto ao preço proposto, verificou-se que os preços global proposto pelos licitantes foram: NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI LTDA, no valor de R\$ 184.909,26 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e seis centavos); GILVANO ANTONIO GONÇALVES ME, no valor de R\$ 184.857,71 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos). No decorrer da análise foi constatado que a empresa NATIVA PROJETOS E CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, apresentou a proposta de preços em desconformidade no valor, pois o mesmo foi apresentado acima do valor máximo do edital, que era de R\$ 184.902,90 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e dois reais com noventa centavos, sendo então desclassificada a proposta do mesmo. Sendo assim a empresa: GILVANO ANTONIO GONÇALVES - ME fica declarada vencedora no referido processo, pelo valor de R\$ 184.857,71 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos). Questionados sobre a fase recursal, os licitante não manifestaram interesse do que foi decidido na sessão pública, sendo assim, encerramos a presente ata que será assinada pelos presentes e encaminhada a autoridade superior para apreciação e deliberação. Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de julho de 2019.

Participante: 852 - GILVANO ANTONIO GONCALVES

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EXECUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO PROJETO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, COM ÁREA TOTAL DE 300M², COM SEDE NA RUA DOZE DE MAIO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITO E DEMAIS ANEXOS QUE COMPÕE O PRESENTE EDITAL	Und	1,00		0,0000	184.857,71	184.857,71

Total do Participante -----> 184.857,71

Total Geral -----> 184.857,71

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 31 de Julho de 2019

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE - - Presidente da Comissão de Licitação

ERONI ALLEBRANDT - - SECRETARIO

MARGARETE ROSA ALVES - - MEMBRO

MARCIANE ELENI PINNO - - MEMBRO

SELMAR MAGROI - - MEMBRO

SOLANGE BRAGA - - MEMBRO

NOILI TEREZINHA VANIN - - MEMBRO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

CNPJ: 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 7/2019 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 87/2019
Data do Processo: 08/07/2019

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

NATAL BALDASSA - - Representante

GILVANO ANTONIO GONÇALVES - - Representante

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO 6.582/2019

Publicação Nº 2107930

DECRETO Nº 6.582, de 31 de JULHo de 2019.

NOMEA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O Prefeito em exercício do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Permanente de Licitações, com a incumbência de analisar e julgar a habilitação preliminar, a inscrição no registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, e as propostas de preços resultantes de procedimento licitatórios realizados pela Administração Direta do Município e seus Fundos, com base na Lei 8.666/93 e suas alterações, fica assim constituída:

a) Presidente: ALESSANDRA KRAUTZ COELHO (CPF 003.821.639-66)
Membros: PEDRO FELIPE SCHWINDEN RACHADEL (CPF 051.308.869-50)
LIDIANE ALVES ESPINDOLA OSELAME (CPF 029.528.739-09)

Art. 2º - Os órgãos da Administração Indireta manterão Comissão própria, podendo utilizar-se do Cadastro de Fornecedores do Município.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, em 31 de julho de 2019.

Registrado e Publicado na data supra.

PEDRO MARTENDAL
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO 6584/2019

Publicação Nº 2108092

DECRETO nº 6.584, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora PAULA ROSANA MACHADO ANTERO, a partir de 01/08/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 à servidora PAULA ROSANA MACHADO ANTERO, brasileira, servidora pública municipal, detentora da matrícula funcional nº 94, inscrita no CPF nº 579.703.869-20 e no PASEP nº 1702257088-2, detentora do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Básica, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 6.388,96 (seis mil trezentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos) que será pago mensalmente pelo IPRESANTOAMARO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar municipal nº 059/2009 - Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a ser aplicados a partir de 01/08/2019.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de agosto de 2019.
Pedro Martendal
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 6585/2019

Publicação Nº 2108094

DECRETO Nº 6.585, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40 §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 002/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, declara a vacância do cargo público da servidora SANDRA REGINA DA CUNHA RACHADEL, a partir de 01/08/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei Complementar nº 002/2000, à servidora SANDRA REGINA DA CUNHA RACHADEL, detentora da matrícula funcional nº 1605, inscrita no CPF nº 711.650.299-87 e no PASEP nº 1230903903-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Básica, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo definida no art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 4.518,26 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) que será pago mensalmente pelo IPRESANTOAMARO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar Municipal nº 059/2009 - Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 01/08/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de agosto de 2019.

Pedro Martendal

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 14.974/2019

Publicação Nº 2107932

PORTARIA Nº 14.974, de 31 de julho de 2019.

Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio para os atos de Pregão do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

D E S I G N A R:

Lays Millena Vieira Mann, para operar em processo licitatório, modalidade Pregão Presencial na qualidade de Pregoeiro Municipal, Luciana de Oliveira e Adolfo Júlio Derner para compor a equipe de apoio, com as atribuições e competência definidas pela Lei 10.520/02, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

Registre-se e Publique-se

PEDRO MARTENDAL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 14.975/2019

Publicação Nº 2108932

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.975, de 31 de Julho de 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde a servidora JUSSARA AUTA FELIPE, matrícula nº 6862, ocupante do cargo

de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 25/07/2019 a 22/09/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 31 de Julho de 2019.

PEDRO MARTENDAL

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 14.976/2019

Publicação Nº 2108929

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.976, de 31 de Julho de 2019.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença Tratamento de Saúde concedida à servidora JUSSARA AUTA FELIPE

RESOLVE :

Prorrogar até 22/09/2019 a designação da servidora FRANCIELY LUZIA DE MEDEIROS DA SILVA, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 14.597/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 31 de Julho de 2019.

PEDRO MARTENDAL

Prefeito Municipal em Exercício

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2019 - EMHAB

Publicação Nº 2107935

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2019

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 004/2018, firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB e a Empresa SR CONSTRUÇÕES LTDA. ME, em 13 de dezembro de 2018, conforme Edital de Concorrência Pública de nº 01/2018. Considerando o objeto do Contrato nº 004/2018, que consiste na contratação de empresa do ramo da construção civil para a construção de 02 (duas) unidades habitacionais, geminadas, pré-fabricadas, com sistema construtivo composto por paredes moduladas estruturais em placas de concreto armado de alto desempenho, no terreno de matrícula nº 36.211, localizado à Rua Reinaldo Mallon, s/nº, Bairro Serra Alta, neste município, terreno com área total de 1.234,75 m², área construída individual de 40,94 m², área construída total de 81,88 m², conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento estimativo, cronograma físico-financeiro e demais informações anexas, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações. O empreendimento é parte integrante do Programa de Regularização Fundiária Serra Alta - FNHIS, convênio firmado entre o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Município de São Bento do Sul (SC) - Termo de Compromisso nº 301.579-56/2009;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo Fiscal do Contrato e Engenheiro Civil, Rodrigo Schreiner (CREA/SC n. 107.384-2), no Parecer Técnico datado de 21/06/2019, em decorrência do Auto de Embargo nº 6021/2019, emitido e procedido na data de 21/05/2019 pela fiscalização municipal, o qual embargou a obra por estar sendo implantada dentro do raio de entorno de 50 metros do imóvel tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (Estação Ferroviária de Serra Alta). Conforme preconiza a Instrução Normativa nº 02/2017/FCC, foi elaborado processo e juntada documentação técnico - legal da obra solicitando anuência para a implantação das edificações, ainda sem resposta pela Fundação acima citada, impossibilitando a retomada e continuação dos serviços da obra, acarretando em atraso na execução e finalização da mesma.

Diante do exposto, se faz necessário a prorrogação dos prazos de execução e de vigência do referido contrato, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 22 de junho de 2019 com término em 06 de agosto de 2019.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 22 de julho de 2019 com término em 05 de setembro de 2019.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de abril de 2018 e Termo Aditivo nº 004/2019 de 21 de junho de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de junho de 2019.

VILSON ALTIVO TORRES FENNER, como Presidente Diretor da EMHAB.

SR CONSTRUÇÕES LTDA. ME, como Contratada.

PORTARIA NORMATIVA/SEMED Nº 001/2019

Publicação Nº 2108544

PORTARIA NORMATIVA/SEMED Nº 001/2019

Fixa normas para a realização, atuação e participação das unidades educacionais e instituições no Desfile Cívico/2019, comemorativo à Independência do Brasil.

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições,

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art.1º – A data 7 de Setembro é celebrada nacionalmente por meio de desfiles cívicos.

Art.2º – O desfile é alusivo a Independência do Brasil e tem caráter cívico educativo.

CAPÍTULO II
DA PROMOÇÃO

Art.3º – O Desfile Cívico em São Bento do Sul é promovido pela Prefeitura Municipal com a coordenação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art.4º – A Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em parceria com a 3ª CIA do 23º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e Departamento de Trânsito Urbano de São Bento do Sul - DETRU ficam responsáveis em coordenar os trabalhos de planejamento, organização e desenvolvimento, bem como estabelecer as normas necessárias ao bom andamento do desfile.

§ 1º A Secretária Municipal de Educação designará Comissão Organizadora por meio de portaria.

§ 2º Caberá à SEMED tomar as providências por motivos excepcionais não previstos nesta Normativa no decorrer do planejamento e ou execução do(s) evento(s).

CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS

Art.5º – O Desfile da Independência do Brasil em São Bento do Sul é um instrumento educativo cultural e tem como objetivos:

- Possibilitar aos participantes a se perceberem integrantes da Nação e promover o senso de cidadania e de amor à Pátria favorecendo crianças, jovens e adultos a construir e ou ampliarem sentimentos referentes a valores éticos, sociais e culturais;
- Promover a socialização de atitudes cívicas, para que pela apropriação do exercício da cidadania seja expresso o respeito à Pátria e ao Município;
- Expressar por meio de diferentes segmentos do município o civismo possibilitando a participação coletiva e valorizando a identidade cultural do município;
- Socializar a produção e apropriação do conhecimento por meio das ações educativas das Unidades Educacionais e Instituições de Ensino.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO

Art.6º – Podem participar do Desfile Cívico no Município de São Bento do Sul, unidades educacionais de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, superior e educação especial das redes municipal, estadual, federal e privada, bem como instituições que promovam educação e ou qualificação profissional, além do Corpo de Bombeiros e Instituições Militares.

Art.7º –Todas as unidades educacionais ou instituições, que participarão do Desfile Cívico da Independência do Brasil em São Bento do Sul, deverão preencher Ficha Cadastral online, por meio de endereço eletrônico, até o dia 06 de agosto de 2019, nos seguintes links:

·Unidades Educacionais e Instituições: <https://forms.gle/k8h7ffvQE4AU81Xr5>

·Fanfarras e Bandas Marciais: <https://forms.gle/qpzQFjJdn36pU6u9>

§ 1º Após esta data, não será permitida a inclusão de unidades educacionais e instituições;

§ 2º A Comissão Organizadora não garante a locução da unidade educacional e ou instituição que não preencher corretamente os formulários, conforme o padrão estabelecido por esta Normativa;

§ 3º O histórico deve ser breve e objetivo e conter as seguintes informações:

- Nome da unidade educacional/instituição;
- Localização (somente bairro);
- Nome completo do Diretor, Coordenador(es) Pedagógico(s), Presidente da APP, Presidente do Conselho Escolar e Presidente do Grêmio Estudantil.
- Data de início das atividades escolares;
- Número de funcionários;
- Número de alunos;
- Ações e Projetos desenvolvidos (citar somente os títulos);
- Considerações pedagógicas importantes;
- O histórico completo não deve ultrapassar 200 palavras.
- A Secretaria Municipal de Educação possui os históricos do ano 2018 e serão compartilhados no Google Drive para as unidades e instituições atualizarem os dados conforme normativa 2019 até a data 16/08/19.

Art.8º – O desfile será representado pela unidade educacional e ou instituição composto de aproximadamente 70 (setenta) alunos distribuídos entre: Educação Infantil, Ensino Fundamental /Ensino Médio e Ensino Superior. Unidades que atendem somente Educação Infantil, 20 (vinte) a 30 (trinta) alunos, objetivando:

- Ato de civismo;
- Apresentação harmônica da unidade educacional e instituição;
- Apresentação das ações desenvolvidas por meio de: banner, recursos materiais ou figurinos;
- Particularidades na comunidade escolar (exemplo: participação de pais, APP, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil).

§ 1º As unidades educacionais e instituições participantes deverão possuir bandeira/flâmula de identificação, que será posicionada à frente dos seus componentes no desfile;

§ 2º Não será permitido parar o andamento do desfile para coreografias;

§ 3º Durante os desfiles, a distância máxima permitida entre as Unidades Educacionais e ou instituições será de três metros;

§ 4º O uso de banner's é permitido para nomear e ou identificar a unidade educacional ou instituição e apresentar ações desenvolvidas pela Unidade Educacional;

§ 5º Orienta-se a Unidade Educacional ou instituição que passará entre a banda e/ou fanfarra escolar, que utilize banner's carregados individualmente tendo em sua dimensão máxima na largura 100 cm;

§ 6º Em nenhuma hipótese é permitida propaganda política, religiosa, social ou classista durante a realização do desfile cívico.

Art.9º – A composição dos pelotões nos Desfiles Cívicos em São Bento do Sul será organizada em quatro colunas.

§ 1º Os alunos dos Centros de Educação Infantil (0 a 3 anos) deverão estar acompanhados dos pais e ou responsáveis.

§ 2º Caberá a Direção/Coordenação de cada unidade educacional e ou instituição, manter todos os participantes sob sua responsabilidade

para a concentração do desfile, organizar o fornecimento de água e acompanhar o pelotão até a dispersão.

Art.10 – As unidades educacionais e instituições participantes deverão respeitar o espaço e o horário de concentração conforme mapa a ser divulgado pela SEMED.

§ 1º Os trajetos dos desfiles e os locais de concentração das unidades educacionais e ou instituições nos respectivos bairros e na região central, serão estipulados pela Comissão Organizadora;

§ 2º O atraso em atender a convocação da Comissão Organizadora, no momento do desfile, por parte de qualquer unidade educacional e ou instituição participante implicará em mudança imediata da ordem do desfile, passando a instituição para a última posição;

§ 3º Ao término do desfile, a dispersão ocorre conforme orientação da Comissão Organizadora, não sendo permitida a permanência das instituições participantes no local, nem mesmo o retorno de seus componentes em direção contrária ao fluxo do desfile, no espaço definido para o desenvolvimento do evento;

§ 4º A Comissão Organizadora não se responsabiliza por estragos que venham a ocorrer com materiais antes, durante ou depois do(s) desfile(s).

CAPÍTULO VI DO CRONOGRAMA

Art.11 – As atividades cívicas em comemoração à Independência do Brasil no ano de 2019 seguirão o seguinte cronograma:

Data: 31/08/2019

Local: Rua Leonardo Krainski – Bairro Rio Vermelho Estação

Horário: 14 horas

Data: 31/08/2019

Local: Rua Augusto Wunderwald – Bairro Centenário

Horário: 16 horas

Data: 01/09/2019

Local: Rua Antônio Kaesemodel – Bairro Oxford

Horário: 9h30

Data: 01/09/2019

Local: Rua Otto Eduardo Lepper – Bairro Serra Alta

Horário: 15h 30

Data: 07/09/2019

Local: Rua Barão do Rio Branco – Centro

Horário: 9 horas

Parágrafo Único: Os protocolos ficarão aos cuidados da Assessoria de Imprensa e da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.12 – A ordem de desfile será definida por sorteio público na data de 08 de agosto de 2019, às 15h30, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, Rua Benjamin Constant 120 - Centro .

Art.13 – A Comissão Organizadora do Desfile Cívico adotará o seguinte critério para realização do(s) sorteio(s) que estabelecem a ordem das escolas e instituições participantes:

1º Escolas de Educação Especial;

2º Educação Infantil:

a) 0 a 3 anos,

b) 4 a 5 anos;

3º Escolas de Ensino Fundamental:

a) Ensino Fundamental I,

b) Ensino Fundamental I e II;

4º Escolas de Ensino Médio;

5º Escolas de Ensino Profissionalizante;

6º Ensino Superior e demais instituições.

Art.14 – A SEMED oferecerá transporte para as Bandas Marciais das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art.15 – Em caso de mau tempo, o Desfile Cívico será cancelado, por decisão da Comissão Organizadora e comunicado por rádios locais e redes sociais.

Art.16 – O não cumprimento desta Normativa levará a Comissão Organizadora a eliminar a unidade educacional e ou instituição do desfile em 2020.

Art. 17 - Cada instituição participa no bairro de sua localização.

Art.18 – Esta Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de julho de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
Secretária Municipal de Educação

PORTARIAS/SEMED Nº 1314 A 1326/2019

Publicação Nº 2108542

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1314, de 18 de julho de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 40 horas semanais, Déborah Tamires Caldeira, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1315, de 18 de julho de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 30 horas para 20 horas semanais, Giovana Paray, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1316, de 18 de julho de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 20 horas para 40 horas semanais, Karina Baptista Moreira, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1317, de 18 de julho de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 30 horas para 40 horas semanais, Kenndra Rafaela Randig, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1318, de 18 de julho de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 40 horas para 20 horas semanais, Sandra Patricia Maiberg do Prado, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1319, de 18 de julho de 2019. Concede Alteração de Carga Horária, de 30 horas para 40 horas semanais, Zelia Aparecida Velozo do Amaral, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1320, de 18 de julho de 2019. Revoga Portaria/SEMED nº 1311, de 17 de junho de 2019, que concedeu Alteração de Carga Horária Temporária, Lianir Duvoisin Schmidt, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1321, de 29 de julho de 2019. Concede Licença Maternidade, período de 11/06/2019 a 07/12/2019, Jaqueline de Me-deiros Fernandes, Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1322, de 29 de julho de 2019. Concede Licença Maternidade, período de 09/07/2019 a 04/01/2020, Juciliana Pires Gruber, Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1323, de 29 de julho de 2019. Concede Licença Maternidade, período de 24/06/2019 a 20/12/2019, Patricia Bachel Martins, Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1324, de 29 de julho de 2019. Concede Licença Maternidade, período de 24/06/2019 a 20/12/2019, Sirlene Mafra, Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1325, de 29 de julho de 2019. Constitui Comissão Organizadora dos Desfiles Cívicos – 2019.

Portaria/SEMED nº 1326, de 31 de julho de 2019. Concede Conclusão de Estágio Probatório, período de 16/09/2015 a 04/06/2019, Iclesia da Rosa Ferreira Maciel, Auxiliar de Serviços.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 136/2019

Publicação Nº 2109200

CONTRATO Nº 136/2019

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa TAISA S.A. COM. DE MAQS. AGRICOLAS inscrita no CNPJ nº 77013647000182, localizada na Rua BR 373, KM 340, na Cidade de Pato Branco - PR, empresa devidamente credenciada, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. IRINEU LUIZ MORESCO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua BR 373, KM 340, na Cidade de Pato Branco - PR, inscrito no CPF sob nº 074.320.540-53, doravante denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regido pelas cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rescisão parcial do Contrato nº 97/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 42/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 97/2019.

VALOR – O valor do presente contrato é de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais).

VIGÊNCIA – A vigência é do período de 31/07/2019 ate o dia 31/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E DESCRIÇÃO

Com base no Processo Licitatório nº 42/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e o fornecimento parcial dos serviços contratados, não sendo mais necessário o fornecimento dos demais, conforme estabelecido no Contrato nº 97/2019, fica rescindido o valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), assim composto:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
17	4,00	Lt	ÓLEO 15W40 1 LT	AMBRA PETRONAS	14,50	58,00
Total						58,00

CLAUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Face acordo entre as partes, fica rescindido o valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), parte do Processo Licitatório já referido, sendo que o fornecedor manifesta sua quitação dos serviços já fornecidos, valores estes vinculados a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

O presente Contrato é redigido em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 31 de Julho de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL IRINEU LUIZ MORESCO
Prefeito Municipal Fornecedor Município

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 137/2019

Publicação Nº 2109229

CONTRATO Nº 137/2019

TERMO ADITIVO QUARTO AO CONTRATO Nº 7/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardino, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/2019, VISANDO O REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO, QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S-10, COMUM E GASOLINA), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES/ÔNIBUS/EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 7/2019, Contrato nº 66/2019 e Contrato nº 108/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 4.761,70 (quatro mil setecentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 31/07/2019 até o dia 31/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 7/2019, aditado pelo Contrato nº 66/2019 e Contrato nº 108/2019 e a redução do valor nos preços do combustível (óleo diesel e gasolina), o que resultou consequentemente na redução do preço praticado pelo fornecedor, amplamente divulgado pela mídia brasileira e posteriormente comprovada por meio fiscal, promovem a readequação de valores dos preços praticados na aquisição de combustíveis, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Nº AF	Nº EMPENHO	SALDO R\$	QUANT. LT.	PRODUTO	R\$ REVISÃO	TOTAL R\$ REDUÇÃO
130	130	5.870,39	1.328,14	Gasolina aditivada	0,15	199,22
131	131	343,98	77,82	Gasolina aditivada	0,15	11,67
132	132	18.040,45	4.081,55	Gasolina aditivada	0,15	612,23
133	133	4.904,74	1.109,67	Gasolina aditivada	0,15	166,45
134	134	8.360,00	1.891,40	Gasolina aditivada	0,15	283,71
134	965	480,00	108,60	Gasolina aditivada	0,15	16,29
135	135	12.034,62	2.722,76	Gasolina aditivada	0,15	408,42
136	136	5.782,93	1.308,36	Gasolina aditivada	0,15	196,25
137	137	7.256,34	1.641,71	Gasolina aditivada	0,15	146,25
	TOTAL	63.073,45	14.270,01		TOTAL	2.140,50
138	138	25.240,40	6840,22	Óleo Diesel S10	0,13	889,23
139	139	139,41	37,18	Óleo Diesel S10	0,13	4,91
140	140	83,25	22,56	Óleo Diesel S10	0,13	2,93
141	141	2.792,00	756,64	Óleo Diesel S10	0,13	98,36
141	973	160,00	43,36	Óleo Diesel S10	0,13	5,64
142	142	113,93	30,87	Óleo Diesel S10	0,13	4,01
146	145	180,48	48,91	Óleo Diesel S10	0,13	6,36
144	143	62,58	16,96	Óleo Diesel S10	0,13	2,20
143	147	11.607,40	3.145,64	Óleo Diesel S10	0,13	408,94
143	1309	6.543,89	1.773,41	Óleo Diesel S10	0,13	230,54
145	976	1.100,00	298,10	Óleo Diesel S10	0,13	38,75
145	1310	19.195,00	5.201,90	Óleo Diesel S10	0,13	676,25
1426	2021	7.183,66	1.946,79	Óleo Diesel S10	0,13	253,08
	TOTAL	74.402,00	20.163,14		TOTAL	2.621,20

					TOTAL GERAL	4.761,70
--	--	--	--	--	-------------	----------

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO – Face acordo mútuo entre as partes promovem por meio deste termo a redução Contratual de R\$ 4.761,70 (quatro mil setecentos e sessenta e um reais e setenta centavos), readequação de valores dos preços praticados dos combustíveis supra demonstrados, objeto do Contrato nº 7/2019, aditado pelo Contrato nº 66/2019 e Contrato nº 108/2019, passando o valor do litro de gasolina aditivada de R\$ 4,42 (quatro reais e quarenta e dois centavos) para o valor de R\$ 4,27 (quatro reais e vinte e sete centavos) representando uma redução no valor de R\$ 0,15 (quinze centavos) por litro e o valor do óleo diesel S-10 de R\$ 3,69 (três reais e sessenta e nove centavos) para o valor de R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos) representando uma redução no valor de R\$ 0,13 (treze centavos) por litro.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos, reajustes e/ou reduções, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 7/2019, aditado pelo Contrato nº 66/2019 e Contrato nº 108/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. Ademir José Cima Secretário da Agricultura, Odimar Talian, Secretário da Infraestrutura Antônio dos Santos Medeiros Secretário do Desenvolvimento Social, Debora Paula Bittencourt, Secretária da Administração e Fazenda e Rozilei Terezinha Fritzen, Secretária da Educação Cultura e Esportes, respectivamente, ou quem os vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 7/2019, aditado pelo Contrato nº 66/2019 e Contrato nº 108/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 31 de Julho de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

GUSTAVO PESAVENTO
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 47/2019

Publicação Nº 2109197

CONTRATO Nº 47/2019

TERMO ADITIVO SEGUNDO AO CONTRATO Nº 8/2019, REALIZADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Coordenador o Sr AGOSTINHO LUZZI, brasileiro, casado, portador do CPF 657.838.919-91, residente e domiciliado na Rua Verônica Scheid S/N, na cidade de São Bernardino-SC, doravante denominado FUNDO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardino, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/2019, VISANDO O REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO, QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 8/2019, aditado

PORTARIA Nº 224/2019

Publicação Nº 2107474

PORTARIA Nº 224/2019 DE 30/07/2019

	DEFINE HORARIO DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - DEFINIR horário de trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. CAIANE TASCA, matrícula nº 566/01, ocupante do cargo de Médico Veterinário, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, conforme abaixo identificado:

	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
Turno Matutino	-	7h30min às 11h30min	-	-	-
Turno Vespertino	-	13h00min às 17h00min	-	13h00min às 15h00min	-

Parágrafo único. Por se tratar de servidor vinculado ao Programa SUASA- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, o qual trata da prestação de serviços de suporte técnico junto ao Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de agroindústrias habilitadas no SISBI/SUASA/POA, poderá desempenhar as atribuições do cargo em horários diferenciados e aleatórios em razão das características do mesmo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 30 de Julho de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

ERRATA DECRETO CTB Nº 42/2019

Publicação Nº 2109071

Decreto CTB Nº 42/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 162.500,00 (cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos do convenio Superavit de um Crédito Suplementar no montante de R\$ R\$ 162.500,00 (cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.1.017-4.4.90.00.00.00.00.667 - Aplicações Diretas R\$ 162.500,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de julho de 2019..

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019

Publicação Nº 2109109

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 36/2019 Edital de TOMADA DE PREÇO 03/2019 do Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM; OBJETO: CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO CAPIVARÍ, NA LOCALIDADE DE RIO ATAFONA I NO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO. Conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 16/08/2019. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 01 de Agosto de 2019. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019

Publicação Nº 2109111

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 37/2019 Edital de TOMADA DE PREÇO 04/2019 do Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL; OBJETO: AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE SANTA MARIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO. Conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 19/08/2019. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 01 de Agosto de 2019. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2018 - Nº 02/2019

Publicação Nº 2109102

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 27/2018

2º TERMO ADITIVO

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratada: Auto Posto São Bonifácio Ltda, Av. 29 de Dezembro, 523 – Centro – São Bonifácio/SC, CNPJ: 01.261.359/0001-85.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo realizar o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade total de cada item, para o atendimento das necessidades do Município, conforme estipulado no Contrato nº 27/2018, de acordo com o previsto no art. 65, §1º da Lei 8.666/1993, de acordo com a planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Un. Med.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	OLEO DIESEL S-10	LT	15.000	Ipiranga	3,37	50.550,00
02	OLEO DIESEL COMUM	LT	50.000	Ipiranga	3,37	168.500,00
TOTAL						219.050,00

Data de Assinatura: 01/08/2019



São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 085/2019

Publicação Nº 2107659

DECRETO Nº. 085/2019 DE 31 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento da Entidade n.º 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 50.000,00 (Cinq-enta mil reais) na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde - FMS	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	15
OPERAÇÃO ESPECIAL	CONTRIBUIÇÃO AO CIS - AMOSC - FMS	2.042
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(37)	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos – 3.3.93	01.02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos.
Valor Total R\$:		50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, na destinação de Recursos DR nº 01.02 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos, no valor de R\$- 50.000,00 (Cinq-enta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 31 de Julho de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032-2019 - ADM

Publicação Nº 2108926

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	084/2019 RP. 032/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas.:	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI - ME
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E CARVÃO VEGETAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 18.331,49 (dezoito mil trezentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos)
Vigência :	31/07/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 31 DE JULHO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	

PREFEITO	
----------	--

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033-2019 - ADM

Publicação Nº 2108927

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	086/2019 RP. 033/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas...:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI - ME
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS OJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Vigência :	31/07/2020
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2019 – ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2019/2020.
SAO CARLOS/SC, 31 DE JULHO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 011/2019 - FMS

Publicação Nº 2108969

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	021/2019 - FMS
Contrato Adm. Nº	011/2019 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada...:	OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Objeto :	Contratação de empresa para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixe e fixo-móvel), na modalidade de DDR (DIGITRONCO). Em Regime de Portabilidade do terminal 49 3325-1800.
Valor :	R\$ 12.687,00 (Doze mil seiscentos e oitenta e sete reais).
Vigência :	12 meses
Licitação:	Inexigibilidade de Licitação nº 005/2019 – FMS
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.014.3390.00 - 2 - 8/2019 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
SÃO CARLOS/SC, 26 DE JULHO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 037/2019 - ADM

Publicação Nº 2108968

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	095/2019 - ADM
Contrato Adm. Nº	037/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:	OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Objeto :	Contratação de empresa para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixe e fixo-móvel), na modalidade de DDR (DIGITRONCO). Em Regime de Portabilidade do terminal 49 3325-3000.

Valor	R\$ 18.687,00 (dezoito mil seiscentos e oitenta e sete reais).
Vigência	12 meses
Licitação:	Inexigibilidade de Licitação nº 013/2019 – ADM
Recursos	DOTAÇÃO: 2.003.3390.00 - 0 - 22/2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.
SÃO CARLOS/SC, 26 DE JULHO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

RESOLUÇÃO 009/2019

Publicação Nº 2107954

RESOLUÇÃO Nº 09/2019, DE 30 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA XIIª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, em conjunto com a PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços na Política e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como a propositura de diretrizes visando o aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar ordinariamente a XIIª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º A XIIª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no Município de São Carlos, no dia 29 de agosto de 2019, das 13:00 horas às 17:30 horas.

Art. 3º A XIIª Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema " Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social".

Art. 4º A Comissão Organizadora coordenada pelo Presidente e pela Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da XIIª Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCE MONEGO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO FMS N. 004 DE 04 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108263

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2019

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 004 de 04/07/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/07/2019

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE DOIS MÉDICOS CLINICOS GERAIS, 40 HORAS SEMANAIS CADA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Clínica de diagnóstico Scarioti & Longo LTDA.

CNPJ n. 07.100.523/0001-59

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/09/2019

CONTRATO PREFE 028 DE 24 DE JUNHO DE 2019.

Publicação Nº 2108270

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JUNHO/2019

NÚMERO CONTRATO: PREFE 028 DE 24/06/2019

VALOR: R\$ 4.770,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/06/2019

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET, PARA TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATANTE: Município de São Domingos – SC

CONTRATADA: SABER INFORMÁTICA EIRELI

CNPJ n. 00.744.497/0001-52

DATA FINAL VIGÊNCIA: 24/06/2020

CONTRATO PREFE N. 029 DE 04 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108280

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2019

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 029 de 04/07/2019

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 14.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/07/2019

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 094/2019, Modalidade: Dispensa de Licitação n. 044/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA ANÁLISE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, AJUSTES NECESSÁRIOS AO PROJETO EXECUTIVO, REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA PARA A CRIAÇÃO DE OBRA VINCULADA NO SIMEC, REFERENTE A OBRA ESCOLA DE 12 SALAS - PROJETO FNDE, PROVENIENTE DO TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 7559.

CONTRATADA: ARQTOP ARQUITETURA LTDA

CNPJ: 27.028.477/0001-31

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2019

CONTRATO PREFE N. 031, DE 10 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108258

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2019

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 031/2019 de 10/07/2019

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 19.800,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/07/2019

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE 90 HORAS DE CAPACITAÇÃO, PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTAIS TÉCNICOS E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO, COM O OBJETIVO DE APRIMORAR A GESTÃO MUNICIPAL DO SUAS, GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL E

CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS LIGADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Iraci De Andrade - ME

CPF/CNPJ/MF: 11.758.765/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 10/07/2020

EDITAL N º 07/2019-CMDCA

Publicação Nº 2107544

EDITAL N º 07/2019-CMDCA

Dispõe sobre a relação de candidatos com candidaturas homologadas para o processo de escolha unificado do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Domingos e a Comissão Especial Eleitoral através de sua Presidente, Francismara Aparecida Mariani, torna público a relação das candidaturas homologadas para o processo de escolha unificado do Conselho Tutelar 2019:

- 1 – POLYANA PRETTO
- 2 – ENDEL ANTONIO BOIANI
- 3 – MARISA CATIA GUIDINI
- 4 – ERICA FERNANDA DE FREITAS MIGLIAVACCA
- 5 – ILANA RITA BUSATTO DE CARVALHO
- 6 – ANDREIA FATIMA DE DEUS
- 7 – DANIELA VALENTINI DE SOUZA
- 8 – JUCELANE DE FÁTIMA RIBEIRO DE SOUZA
- 9 – IVONIR DEBORTOLI
- 10 – MARIA DE FATIMA LUNARDI

São Domingos, SC, 31 de julho de 2019.

Francismara Aparecida Mariani

Presidente do CMDCA

LEI Nº 1853 DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108388

LEI Nº 1853 DE 31 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até 804.152,51 (Oitocentos e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos) no orçamento do exercício de 2019 para as seguintes programações de despesas:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
337100000	Transf. a Consórcios Públicos	5	01.0002	3.960,00
339000000	Aplicações Diretas	6	01.0002	228.068,00
339300000	Aplicação Direta Dec. de Op. entre Órgãos	7	01.0002	100.000,00
339300000	Aplicação Direta Dec. de Op. entre Órgãos	38	01.0038	150.000,00
449000000	Aplicações Diretas	42	03.3088	2.928,73
449000000	Aplicações Diretas	43	03.3089	281,86
449000000	Aplicações Diretas	39	03.3033	7.789,51
339000000	Aplicações Diretas	40	03.3033	4.220,96
449000000	Aplicações Diretas	41	03.3002	3.903,45

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	14	01.0667	60.000,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.064 – Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	18	01.0038	220.000,00

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.1009.1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	70	01.0000	23.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:

I - Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 03.3088 – Superávit Financeiro Alienação de Bens dest. a prog. da saúde, no valor de R\$ 2.928,73;

II - Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 03.3089 – Superávit Financeiro Alienação de Bens dest. outros programas, no valor de R\$ 281,86;

III - Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 03.3033 – Transferência de Convênios - Saúde - Superávit, no valor de R\$ 12.010,47;

IV - Superávit Financeiro da Fonte de Recursos 03.3002 – Rec. Imp. e Transferências - Saúde - Superávit no valor de R\$ 3.903,45;

V - Anulações de dotações orçamentárias como segue;

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.1.027 – Construção, Ampliação, Reforma e Equip. de UBS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	3	01.0038	200.000,00
449000000	Aplicações Diretas	2	01.0002	19.368,00
339000000	Aplicações Diretas	1	01.0002	12.660,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Ações de Saúde do Município				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	4	01.0002	200.000,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.046 – Manutenção do Bloco - Repasse do Estado para o SUS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	16	01.0667	60.000,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.064 – Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	17	01.0038	100.000,00
449000000	Aplicações Diretas	19	01.0038	20.000,00

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE				
10.301.1006.2.086 – Gestão do SUS				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	20	01.0038	50.000,00

06.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
22.661.1014.1.001 - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	57	01.0000	19.000,00

06.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
27.695.1009.1.044 - Obras e Equipamentos da Infraestrutura Turística				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	59	01.0000	2.000,00

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.1009.1.014 - Pavimentação de Vias, Passeios e Praças Públicas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
449000000	Aplicações Diretas	66	01.0000	40.000,00

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
--	--	--	--	--

15.451.1009.1.016 - Construção e Revitalização de Praças Públicas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	69	01.0000	20.000,00
07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
18.542.1009.1.043 - Projetos, Obras e Ações na Área Ambiental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	72	01.0000	1.000,00
449000000	Aplicações Diretas	73	01.0000	1.000,00
12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.812.1010.2.087 – Realização da Taça do Agricultor				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
339000000	Aplicações Diretas	122	01.0000	40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

De Florianópolis para São Domingos (SC), 31 de julho de 2019.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

TERMO ADITIVO FMS N. 007 DE 13 DE JUNHO DE 2019. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. 006 DE 02 DE MAIO DE 2018.

Publicação Nº 2108249

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2019

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 007 DE 13/06/2019 (2º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/06/2019

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 012/2019 Tomada de Preços n. 003/2019

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA –PRAZO do contrato FMS n. 006 de 02 de maio de 2019.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Clinica Medica Viana LTDA

CPF/CNPJ: n. 24.563.973/0001-05

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2019

TERMO ADITIVO FMS N. 008 DE 24 DE JUNHO DE 2019. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. 004 DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Publicação Nº 2108276

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2019

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 008 DE 24/06/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/06/2019

LICITAÇÃO: Processo Licitatório FMS n. 016/2015 Pregão Presencial n. 005/2015

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda e da Cláusula terceira do Contrato FMS n. 004/2015

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. ME.

CPF/CNPJ: 12.234.834/0001-40

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 01/07/2020

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PREFE N. 002, DE 11 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108233

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 002 de 11/07/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/07/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM ÁREA DE 3X10 METROS, LOCALIZADOS NA RUA BRASIL (PRAÇA CENTRAL) PARA EXPLORAÇÃO DE VENDA DE LANCHES E BEBIDAS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: Alcir Bragagnolo ME

CPF/CNPJ: n. 15.066.207/0001-36

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 11/07/2024

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PREFE N. 003, DE 11 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2108223

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JULHO/2019

NÚMERO CONCESSÃO: PREFE N. 003 de 11/07/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/07/2019

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM ÁREA DE 3X10 METROS, LOCALIZADOS NA RUA BRASIL (PRAÇA CENTRAL) PARA EXPLORAÇÃO DE VENDA DE LANCHES E BEBIDAS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONCESSIONÁRIA: Anderson de Oliveira MEI

CPF/CNPJ: n. 21.964.935/0001-68

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 11/07/2024

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.163/2019

Publicação Nº 2107908

DECRETO Nº 3.163, DE 29 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.226, DE 29 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.226, de 29 de julho de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica incluído no orçamento do corrente exercício, a categoria econômica e grupo de natureza de despesa 44, Modalidade de Aplicação 30 na seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
06.004 – DIRETORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2011 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha -Polícia Militar
4000000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000000 – Investimentos
4430000000000000000 – Transferências a Estado e ao Distrito Federal
Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários

Art. 2º Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
004 – DIRETORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2011 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha - Polícia Militar
4000000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000000 – Investimentos
4430000000000000000 – Transferências a Estado e ao Distrito Federal
Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 – CÂMARA DE VEREADORES
001 - CÂMARA DE VEREADORES
1001 – Ampliação e Manutenção do Prédio da Câmara, Aquis., de Móveis e Equipamento

DECRETO Nº 3.163, DE 29 DE JULHO DE 2019.

4000000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000000 – Investimentos
4490000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de Recurso: 010.00000 - Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 29 de julho de 2019.
RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

DECRETO Nº 3.164/2019

Publicação Nº 2107909

DECRETO Nº 3.164, DE 29 DE JULHO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.227, DE 29 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.227, de 29 de julho de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

002 – DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER

2045 – Manutenção das Atividades da Gerencia de Esporte

3000000000000000000 – Despesas Correntes

3300000000000000000 – Outras Despesas Correntes

3350000000000000000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01– CÂMARA DE VEREADORES

001 - CÂMARA DE VEREADORES

1001 – Ampliação e Manutenção do Prédio da Câmara, Aquis., de Móveis e Equipamento

4000000000000000000 – Despesas de Capital

4400000000000000000 – Investimentos

4490000000000000000 - Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 - Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 90.000,00

DECRETO Nº 3.164, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 29 de julho de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

ERRATA 126-2019

Publicação Nº 2107851

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

ERRATA PRESENCIAL PROCESSO Nº

126/2019

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, as Leis 8.666/93, e suas modificações, que realizará, torna público para conhecimento dos interessados que a pedido da Pregoeira, o edital em epígrafe sofreu



alterações, portanto:

Fica incluído no item 14.1.4 do Edital:

- c). Apresentar cadastro junto ao INMETRO em nome da empresa licitante para os itens 01, 03 e 04 Baseado na Portaria n.º 206, de 16 de maio de 2011, do INMETRO
d) Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

Os demais itens permanecem inalterados

São Francisco do Sul, 11 de julho de 2019
Maria José Costa
Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas

LEI Nº 2.226/2019

Publicação Nº 2107903

LEI Nº 2.226, DE 29 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento do corrente exercício, a categoria econômica e grupo de natureza de despesa 44, Modalidade de Aplicação 30 na seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
06.004 – DIRETORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2011 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha -Polícia Militar
4000000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000000 – Investimentos
4430000000000000000 – Transferências a Estado e ao Distrito Federal
Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
004 – DIRETORIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2011 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha - Polícia Militar
4000000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000000 – Investimentos
4430000000000000000 – Transferências a Estado e ao Distrito Federal
Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 150.000,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 – CÂMARA DE VEREADORES
001 - CÂMARA DE VEREADORES
1001 – Ampliação e Manutenção do Prédio da Câmara, Aquis., de Móveis e Equipamento
4000000000000000000 – Despesas de Capital
4400000000000000000 – Investimentos
4490000000000000000 - Aplicações diretas
Fonte de Recurso: 010.00000 - Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 150.000,00

LEI Nº 2.226, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com

o Art. 15º da Lei 1.885, de 24 de julho de 2017.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 29 de julho de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.227/2019

Publicação Nº 2107906

LEI Nº 2.227, DE 29 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE

002 – DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER

2045 – Manutenção das Atividades da Gerencia de Esporte

3000000000000000000 – Despesas Correntes

3300000000000000000 – Outras Despesas Correntes

3350000000000000000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01– CÂMARA DE VEREADORES

001 - CÂMARA DE VEREADORES

1001 – Ampliação e Manutenção do Prédio da Câmara, Aquis., de Móveis e Equipamento

4000000000000000000 – Despesas de Capital

4400000000000000000 – Investimentos

4490000000000000000 - Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 - Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o Art. 15º, da Lei 1.885, de 24 de julho de 2017.

LEI Nº 2.227, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 29 de julho de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal de Finanças

Secretário Municipal de Governo.

Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.228/2019

Publicação Nº 2107970

LEI Nº 2.228, DE 31 DE JULHO DE 2019.

INSTITUI A POLÍTICA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVELEINCENTIVA AO USO DE BICICLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída a Política de Mobilidade Sustentável e de incentivos ao uso da bicicleta no âmbito do município de São Francisco do Sul.

Parágrafo único. O incentivo ao uso da bicicleta como forma de mobilidade urbana visa priorizá-la como meio de transporte não motorizado e promover a melhoria do trânsito.

Art. 2º A execução da Política de que trata esta lei se dará:

I – promoção de ações e projetos em favor de ciclistas, a fim de melhorar as condições para o seu deslocamento e segurança;

II – integração da bicicleta ao sistema de transporte público existente;

III – promoção de campanhas educativas voltadas para o uso da bicicleta;

Art. 3º São objetivos desta Lei, entre outros:

I – possibilitar a redução do uso do automóvel nos trajetos de curta distância;

II – estimular o uso de bicicleta como meio de transporte alternativo e sustentável;

III – criar atitude favorável aos deslocamentos ciclo viário;

IV – promover a bicicleta como modalidade de deslocamento urbano eficiente, saudável e ecologicamente correto;

V – incentivar o associativismo entre ciclistas e usuários dessa modalidade de transporte;

VI – estimular a conexão entre cidades, por meio de rotas seguras para o deslocamento ciclo viário, voltadas para o treinamento dos atletas, turismo e o lazer.

Parágrafo único. Para fins de promoção das políticas de mobilidade urbana, ficam instituídas, no calendário oficial do município, as seguintes datas comemorativas:

I – no dia 12 de julho de cada ano “DIA MUNICIPAL DE IR AO TRABALHO DE BICICLETA”;

II – no dia 22 de setembro de cada ano, a campanha “Dia Mundial sem carro”.

LEI Nº 2.228, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Art. 4º As ações de implantação da política de uso das bicicletas serão coordenadas pelo Poder Público Municipal, garantida a participação de usuários, representantes da sociedade civil organizadas, e profissionais com atuação nessa área.

Art. 5º O Poder Público poderá fomentar campanhas publicitárias de educação e conscientização da Política de Mobilidade Sustentável, dando ênfase à aplicação de normas de uso de bicicleta.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 31 de julho de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.870/2019

Publicação Nº 2107912

PORTARIA nº 15.870, de 24 de julho de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o requerido no Processo nº 15565/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - CORRIGIR o art. 1º da Portaria nº 10.107, de 6 de janeiro de 2014, que exonerou TELMA DO CARMO PACHECO, do exercício de cargo em comissão, conforme segue:

“Art. 1º EXONERAR, a pedido, TELMA DO CARMO PACHECO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 504.426.869-00, do cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de janeiro de 2014.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 6 de janeiro de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 24 de julho de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

RESOLUÇÃO Nº 025, DE 12 DE JULHO DE 2019. CMDCA

Publicação Nº 2107745

RESOLUÇÃO Nº 025, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre o Registro de Renovação da Entidade Associação Amigos do Museu do Mar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros:

Considerando que a documentação da Entidade Associação Amigos do Museu do Mar está em conformidade com a Resolução nº 027, de 29 de setembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em reunião extraordinária realizada no dia 12 de julho, o pedido de Registro de Renovação para a Entidade Associação Amigos do Museu do Mar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Francisco do Sul, recebendo o número de registro nº 034.

Art. 2º - O prazo de validade do registro é de dois anos a contar da data da emissão desta resolução.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joelson Tiburcio dos Passos
Presidente do CMDCA
Decreto Municipal nº 3109 de 07 de maio de 2019

Publicada em: ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

RESOLUÇÃO Nº 027, DE 19 DE JULHO DE 2019. CMDCA

Publicação Nº 2107762

RESOLUÇÃO Nº 027, de 19 de julho de 2019.

Revoga a Resolução de nº 024 de 12 de julho de 2019 e dispõe sobre as condutas permitidas e vedadas aos (às) candidatos(as) e

respectivos(as) fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es) e sobre o procedimento de sua apuração e dá outras providências:

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2172, de 08/04/2019, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

Considerando que o art. 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es);

Considerando, ainda, que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos,

RESOLVE:

ART. 1º - Aprovar em reunião extraordinária realizada no dia de 12 de julho de 2019, as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) e respectivos(as) fiscais, durante a campanha e propaganda eleitoral no Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es) de 2019.

§ 1º - A campanha e propaganda eleitoral somente serão autorizadas nas datas definidas no cronograma do Processo de Escolha, ou seja, entre os dias 19/07/2019 até o dia 04/10/2019, sendo proibida a propaganda eleitoral fora do período de campanha, sob pena de cassação da candidatura.

§ 2º - Durante a campanha eleitoral, será permitida a utilização de:

- a) sítio da rede mundial de computadores;
- b) mídias sociais do candidato (perfis pessoais e/ou página do candidato criada para este fim);
- c) adesivo veicular.

§ 3º - Aos candidatos será disponibilizado espaço midiático com tempo igual para todos, no Programa Informativo Municipal, transmitido pela rádio São Francisco. As apresentações serão realizadas pela ordem crescente do número da candidatura.

§ 4º - O rol de condutas permitidas neste artigo é exemplificativo, ou seja, as demais condutas não vedadas nesta resolução serão permitidas.

ART. 2º - Serão consideradas condutas vedadas aos(às) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2019 e aos seus prepostos:

1.) Da Propaganda

- a.) Oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- b.) Perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- c.) Fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- d.) Prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
- e.) Caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- f.) Fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
- g.) A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para a campanha eleitoral.
- h.) Colocar propaganda de qualquer natureza: placas ou adesivos em árvores e nos jardins localizadas em áreas públicas ou privadas, bem como em muros, cercas, fachadas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
- i.) Fazer propaganda mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.

2.) Da campanha para a escolha

- a.) confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(à) eleitor(a);
- b.) realizar showmício e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
- c.) utilizar trios elétricos em campanha, exceto para a sonorização de anúncio de comícios;
- d.) usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- e.) efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares.
- f.) contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.
- g.) ter sua candidatura favorecida por uso de imagem de qualquer autoridade pública e/ou a utilização de espaços, equipamentos e serviços públicos da administração pública municipal. (Exemplo: Vereadores, líderes religiosos, agentes políticos do Poder Municipal).
- h.) A campanha e a propaganda eleitoral fora das regras definidas nesta resolução poderá resultar na cassação da candidatura, seguindo

os trâmites e prazos do Edital CMDCA nº 01/2019.

i) Utilizarem-se dos programas de rádio ou televisão, para direta ou indiretamente divulgar a sua candidatura e obter vantagens sobre os demais concorrentes, exceto o permissivo do § 2º do art 1º deste edital.

j) Entrevistas em demais mídias sociais interessadas em divulgar os candidatos.

3.) No dia do processo de escolha

a.) Usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreata;

b.) Arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;

c.) Até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

d.) Fornecer aos(as) eleitores(as) transporte ou refeições;

e.) Doar, oferecer, prometer ou entregar ao(a) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);

f.) Padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos (as) seus(suas) respectivos(as) fiscais.

4.) Das Penalidades

ART. 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único: A impugnação da candidatura por prática de conduta vedada nesta resolução poderá ser apresentada da data do conhecimento do fato até o dia 14/10/2019 durante o expediente da Secretaria Executiva dos Conselhos, sito à Rua: Coronel Oliveira, 274 – Centro, das 8h00 às 14h00.

5.) Do Procedimento de Apuração das Condutas Vedadas

ART. 4º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

ART. 5º – Ao receber a notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(a) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

ART. 6º - A Comissão Eleitoral do CMDCA poderá no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 03 (três) dias contados do decurso do prazo para defesa.

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

ART. 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 05 (cinco) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 05 (cinco) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente.

§ 2º - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6º, § 1º a 3º da presente Resolução.

ART. 8º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

ART. 9º - O(A) representante do Ministério Público, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do CMDCA e de sua

Plenária, no prazo de 05 (cinco) dias de sua prolação.

6.) Da Publicidade desta Resolução

ART. 10 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha;

ART. 11 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA, na reunião apazada do dia 18/07/2019, onde será feito o sorteio dos números de suas candidaturas e demais orientações e esclarecimentos que se fizerem necessários, entregará cópia desta Resolução;

ART. 12 - Nessa reunião será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) e Membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §6º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

7.) Da Disposição Transitória

ART. 13 - Quando da vigência da Lei Federal nº 13.105, de 16/03/2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil, o mencionado dispositivo legal indicado no art. 3º desta Resolução será substituído pelo art. 212.

ART. 14 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Inayara Cabral de Souza
Presidente Interina do CMDCA
Resolução CMDCA nº 026 de 12 de julho de 2019

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 12 DE JULHO DE 2019. CMDCA

Publicação Nº 2107753

RESOLUÇÃO Nº 26, de 12 de julho de 2019.

Dispõe sobre a presidência interina do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul – CMDCA de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião extraordinária:

Considerando, o pedido de renúncia do Sr. Joelson Tibúrcio dos Passos, enquanto conselheiro e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por motivos de foro íntimo;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em reunião extraordinária realizada no dia 12 de julho de 2019, como presidente interina do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Sra. Inayara Cabral de Souza.

Art. 2º O período da presidência interina é de 13 de julho a 07 de agosto do corrente, data esta que será realizada reunião ordinária do CMDCA, cujo assunto de pauta constará a eleição da diretoria.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joelson Tiburcio dos Passos
Presidente do CMDCA
Decreto Municipal nº 3109 de 07 de maio de 2019

Publicada em: ____/____/____. Edição DOM nº ____

São João Batista

PREFEITURA

ATA Nº 033/2019 (SEQUENCIA: 3) DA CONCORRÊNCIA 004/2019

Publicação Nº 2108272

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 068/PMSJB/2019 - CONCORRÊNCIA 004/PMSJB/2019
ATA Nº 033/2019 (SEQUENCIA: 3)

A Comissão Permanente de Licitação se reuniu no dia 30 de julho de 2019, às 13h30, para a sessão de abertura dos envelopes relativos à habilitação para o Processo Licitatório nº 068/PMSJB/2019 - Concorrência Pública nº 004/PMSJB/2019. Inicialmente, o Presidente comunicou a desistência da empresa Rinovi Construtora Eireli Me em prosseguir no certame. Em seguida, solicitou aos integrantes da Comissão e representantes presentes que novamente conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Aberta a palavra, não houve manifestação. Na sequência, efetuou a abertura dos envelopes relativos à habilitação, disponibilizando-os os documentos neles contidos para exame e rubrica. Instantes antes da abertura do envelope da empresa Decc Construções Ltda., constatou-se que a mesma apresentou dois envelopes com o nº 01, sendo um descrito como documentação/habilitação e outro como proposta de preço. A Comissão resolveu considerar a repetição do número como mero formalismo, efetuando, então, a abertura do envelope descrito como documentação/habilitação. No entanto, o mesmo tinha como teor a proposta de preço. Desta forma, a Comissão resolveu eliminar a empresa Decc Construções Ltda. do certame, embasada no item 12.6.1 do edital de abertura, que diz que "a inobservância às regras constantes deste item, tal como a inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes, poderá acarretar a eliminação da empresa do certame". Após, passou a palavra para os representantes presentes. O representante da Tec - Técnica de Engenharia Catarinense Ltda., Roberto Wronski Ricardo, analisou que tanto a Traçado Construções e Serviços Ltda como a Trilha Engenharia Ltda. Epp não teriam cumprido o item 13.1.4, letra "b", item 5. e, ainda, que a Hejos Construções Civis Ltda não atenderia o item 13.1.4, letra "b", item 3. Já o representante da Trilha Engenharia Ltda. Epp, Aldeir Figueiredo da Silva, analisou que as empresas Traçado Construções e Serviços Ltda., Tec - Técnica de Engenharia Catarinense Ltda., Legnet Engenharia Ltda. e Itaúba Incorporações e Construções Ltda. não teriam atendido o item 13.1.5.1, letra "f", no que se refere à indicação e à qualificação da equipe técnica. Por sua vez, o representante da Itaúba Incorporações e Construções Ltda, Rafael Alves de Oliveira, analisou também que tanto a Traçado Construções e Serviços Ltda como a Trilha Engenharia Ltda. Epp não teriam cumprido o item 13.1.4, letra "b", item 5. e, ainda, que a Tec - Técnica de Engenharia Catarinense Ltda. teria efetuado o cálculo de grau de endividamento de forma equivocada, não cumprindo o previsto no edital. Tendo em vista o horário de fechamento da prefeitura municipal, o Presidente suspendeu a sessão às 17h29min e marcou o prosseguimento para o dia 31 de julho de 2019, às 13h30min. Nada mais havendo a tratar, eu, Daniel Rufatto, Secretário, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes presentes. Publique-se.

São João Batista, 30 de julho de 2019.
Gabriel Zunino Duarte
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ATA Nº 034/2019 (SEQUENCIA: 4) DA CONCORRÊNCIA 004/2019

Publicação Nº 2108110

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 068/PMSJB/2019 - CONCORRÊNCIA 004/PMSJB/2019
ATA Nº 034/2019 (SEQUENCIA: 04)

A Comissão Permanente de Licitação se reuniu no dia 31 de julho de 2019, às 13h40, para a continuidade da sessão de abertura dos envelopes relativos à habilitação para o Processo Licitatório nº 068/PMSJB/2019 - Concorrência Pública nº 004/PMSJB/2019. Após análise da documentação, a Comissão resolveu que as empresas Hejos Construções Civis Ltda., Traçado Construções e Serviços Ltda. e Trilha Engenharia Ltda. Epp foram consideradas inabilitadas por não cumprir o item 13.1.4, letra "b", itens 3 e 5. Já as empresas Tec - Técnica de Engenharia Catarinense Ltda., Legnet Engenharia Ltda. e Itaúba Incorporações e Construções Ltda. foram consideradas habilitadas por cumprir todos os requisitos do edital. Aberta a palavra, o representante da empresa Itaúba Incorporações e Construções Ltda., Rafael Alves de Oliveira, solicitou cópia da documentação das concorrentes para análise. Em prosseguimento, o Presidente abriu o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a fruição do prazo recursal previsto no art. 109, I, "a", da Lei Federal 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, eu, Daniel Rufatto, Secretário, lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e representantes presentes. Publique-se.

São João Batista, 31 de julho de 2019.
Gabriel Zunino Duarte
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

JUSTIFICATIVA FUBE

Publicação Nº 2108004

Fundação Batistense de Esportes
Criada pela Lei Complementar Municipal 005, de 15/12/2005.
Rua Marechal Floriano Peixoto, 253, Centro, São João Batista/SC.
CEP: 88240-000 CNPJ 07.825.719/0001-00
48 3265 4227 – contato@fube.sc.gov.br

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**JUSTIFICATIVA**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;
CNPJ: 09.223.703/0001-53
Cobrama Industria e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda.

Recibo/NF Nº000.001.831 - R\$ 1.010,40

Valor Total: R\$ 1.010,40

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada pois os materiais adquiridos já foram entregues e estão em pleno funcionamento na Fundação Batistense de Esportes.

Marcelo Miranda Machado
Diretor Executivo

São João Batista, 31 de julho de 2019.

PORTARIA Nº 01/2019 - SMS

Publicação Nº 2107448

PORTARIA/SMS Nº 001 DE 30 de Julho de 2019

Aprova os Protocolos Clínicos de Enfermagem do COREN-SC para uso dos enfermeiros da rede Municipal de Saúde e institui as reuniões de equipe das UBS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os termos do art. 11 da Lei nº 7.498 do Conselho Federal de Enfermagem, de 25 de junho de 1986, pela presente;
Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017 que trata da Política Nacional da Atenção Básica;
Considerando a necessidade de ampliação do acesso na Atenção Primária a Saúde;
Considerando a necessidade de organização do processo interno de trabalho das equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e NASF da rede municipal de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Definir que no município de São João Batista, a Assistência de Enfermagem será realizada por meio dos Protocolos de Enfermagem, pactuados com o COREN de Santa Catarina;

Art. 2º - As consultas clínicas de Enfermagem, devem ser registradas em prontuários de acordo com a Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE);

Art. 3º - O planejamento da Assistência à Saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) será feito em equipe, devendo o Médico, Cirurgião Dentista e Enfermeiro, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Consultório Odontológico e Agentes Comunitários de Saúde planejar em conjunto a assistência;

Art. 4º - Fica estabelecido que as equipes de Estratégia da Saúde da Família (ESF) e Estratégia de Saúde Bucal (ESB) deverão realizar reunião de equipe semanalmente, sendo que durante o mês será organizada as pautas com os seguintes conteúdos:

I - 1ª Semana: Planejamento;

II - 2ª Semana: Discussão dos casos clínicos com presença do NASF se necessário;

III - 3ª Semana: Discussão de problemas e organização da equipe e UBS;

IV - 4ª Semana: Educação Permanente da equipe.

Art. 5º - Fica estabelecido que as UBS que possuem mais de 1 equipe, deverão realizar reunião bimensalmente com a finalidade de realizar alinhamento técnico e de processo de trabalho, com duração de no máximo 2 horas. Neste período a UBS estará fechada, porém deverá ser colocado com antecedência e em local de fácil visualização o cronograma das reuniões.

Art. 6º - De modo a garantir o cumprimento dos Protocolos de Enfermagem, fica definido, a partir da data desta, que o Enfermeiro (a) que executar qualquer ato ou procedimento que não consta nos referidos protocolos, poderá sofrer sanções e responderá individualmente junto ao Conselho de Classe da profissão, bem como poderá responder a Processo Ético-disciplinar.

Art. 7º - A portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 30 de Julho de 2019.

Karin Cristine Geller Leopoldo
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 406/2019

Publicação Nº 2107418

PORTARIA Nº 406/2019

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JANETE PEREIRA DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15/07/2019 à 22/07/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 31 de julho de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 407/2019

Publicação Nº 2107446

PORTARIA Nº 407/2019

Concede Licença Especial por Assiduidade

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica concedido 30 dias de LICENÇA ESPECIAL POR ASSIDUIDADE ao servidor OSVALDINO ORSI, referente ao período aquisitivo de 23/05/2010 à 23/05/2015, a contar de 12 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 31 de julho de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 017/SISAM/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/SISAM/2019

Publicação Nº 2107974

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 017/SISAM/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/SISAM/2019

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/SISAM/2019 – Pregão Presencial 013/SISAM/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO NAS MANUTENÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 21/08/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 21/08/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 31 de julho de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 093/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2108203

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 093/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA COM RESERVA DE COTA DE 25% E ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 093/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 080/PMSJB/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, PROJETO MULTIMÍDIA E TELA DE PROJEÇÃO DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 22/08/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 22/08/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 31 de julho de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA DEFESA PP 14/2019

Publicação Nº 2108934

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE ABERTURA DE PRAZO PARA DEFESA

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de São Joaquim SC, nomeada pela Portaria Nº 362/2018, TORNA PUBLICO, para fins de efeitos no disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, abre prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir desta publicação, para apresentação de defesa escrita pelos licitantes participantes do certame Pregão Presencial 14/2019 (Objeto: Locação de veículos, sem condutor para suprir as necessidades de deslocamento da Administração e Fundos Municipais), em respeito aos princípios do contraditório e ampla defesa, São Joaquim, 31 de julho de 2019
A Pregoeira

ERRATA PROCESSO 35/2019 FME

Publicação Nº 2108830

,PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 35/2019

Objeto: Aquisição de uniforme completo para alunos da Educação Infantil Municipal.

NOVA DATA PARA LICITAÇÃO: 13/08/2019 – 09h30min

NA ERRATA DE LICITAÇÃO PUBLICADA NA EDIÇÃO 2890 DO DIA 31/07/2019 NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS:

Onde se lê:
Tomada de Preço Nº 11/2019

Leia-se:
Pregão Presencial Nº 11/2019

NO EDITAL:

Onde se lê:

4.1 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir a entrega do produtos do pedido mediante solicitação prévia, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo Responsável de cada Secretaria em até 25 (vinte e cinco) dias úteis, e o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a entrega do produto.

7.2 Valor Estimado: R\$ 187.345,47(cento e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

17.2.1 a amostra não for apresentada no momento oportuno, conforme item 13.9.8.2;

Leia-se:

4.1 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir a entrega do produtos do pedido mediante solicitação prévia, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), devidamente subscrita(s) pelo Responsável de cada Secretaria em até 22 (vinte e dois) dias, e o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a entrega do produto.

7.2 Valor Estimado: R\$ 187.347,20(cento e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

17.2.1 a amostra não for apresentada no momento oportuno, conforme item 13.9.7.2;

Acrescenta-se:

15.2.7 Certidão Negativa de Falência e Concordata(No caso de empresas sediadas no Estado de Santa Catarina, devem ser apresentados dois documentos, que podem ser obtidos "online" na página do Tribunal de Justiça de Santa Catarina: um do sistema "SAJ", outro do sistema "EPROC". Para os demais estados, seguir as orientações de cada Tribunal);

NO ANEXO I:

Onde se lê:

Conj. Moletom e Calça Tamanho 02 – 200 unidades – R\$ 18.25,33

Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 02 – 200 – R\$ 7.593,33

Conj. Moletom e Calça Tamanho 04 – 360 unidades – R\$ 34.315,20

Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 04 – 360 – R\$ 13.230,00

Conj. Moletom e Calça Tamanho 06 – 320 unidades – R\$ 33.779,20
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 06 – 320 – R\$ 14.843,73
Conj. Moletom e Calça Tamanho 08 – 200 unidades – R\$ 21.792,00
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 08 – 200 – R\$ 9.410,67
Conj. Moletom e Calça Tamanho 10 – 200 unidades – R\$ 24.178,67
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 10 – 200 – R\$ 9.677,33

Leia-se:

Conj. Moletom e Calça Tamanho 02 – 200 unidades – R\$ 18.526,00
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 02 – 200 – R\$ 7.594,00
Conj. Moletom e Calça Tamanho 04 – 360 unidades – R\$ 34.315,20
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 04 – 360 – R\$ 13.230,00
Conj. Moletom e Calça Tamanho 06 – 320 unidades – R\$ 33.779,20
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 06 – 320 – R\$ 14.844,80
Conj. Moletom e Calça Tamanho 08 – 200 unidades – R\$ 21.792,00
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 08 – 200 – R\$ 9.410,00
Conj. Moletom e Calça Tamanho 10 – 200 unidades – R\$ 24.178,00
Conj. Camiseta Manga Longa e Curta Tamanho 10 – 200 – R\$ 9.678,00

São Joaquim, 31 de julho de 2019

Lucas Silva

Diretor de Compras

ERRATA PROCESSO 43/2019 PMSJ

Publicação Nº 2108045

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 43/2019
Pregão Presencial nº 16/2019

NOVA DATA: 14 de agosto de 2019 às 09h30min

Objeto: Contratação de serviços de horas máquina de Escavadeira Hidráulica e serviço de horas máquina Motoniveladora, com operador.
Tipo: menor preço por item
Conforme publicado no Diário Oficial – publicação nº 2092820 de 17 de julho de 2019.

No edital:

Onde se lê:

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.2 Valor estimado: R\$ 835.220,00 (oitocentos e trinta e cinco mil duzentos e vinte e dois reais).

Leia-se:

7.2 Valor estimado: R\$ 626.415,00 (seiscentos e vinte seis mil quatrocentos e quinze reais).

Onde se lê:

13. DA PROPOSTA:

13.9.8 O licitante deverá comprovar a propriedade da maquina através dos seguintes documentos: nota fiscal, contrato de compra e venda ou outro documento oficial que sirva para esse fim.

13.9.9 O licitante deverá comprovar o limite máximo de fabricação da máquina de até 10 anos, sendo que esta deverá estar revisada e em excelente estado de conservação.

13.9.10 Havendo sublocação, a licitante deverá apresentar contrato de locação da máquina junto com a proposta. A máquina sublocada deverá atender as especificações.

Leia-se:

13. DA PROPOSTA:

13.9.8 O licitante deverá comprovar a propriedade da maquina através dos seguintes documentos: nota fiscal, contrato de compra e venda ou outro documento oficial que sirva para esse fim, podendo apresentar declaração que possui máquina dentro das características solicitadas para a realização dos serviços;

13.9.9 O licitante deverá comprovar o limite máximo de fabricação da máquina de até 10 anos, sendo que esta deverá estar revisada e em excelente estado de conservação.

13.9.10 A administração pública poderá solicitar, de acordo com sua necessidade, até duas máquinas de cada item licitado, podendo haver a sublocação de uma das máquinas por parte da contratada. A contratada deverá apresentar contrato de locação da máquina, assim que solicitado pela contratante. A máquina sublocada deverá atender as especificações contidas no Termo de Referência, Edital e anexos.

No anexo I:

Exclui-se os itens 2 e 4.

Onde se lê:

Item 1

Quantidade: 1.000

Unidade: Hora

Especificação: Serviço de Escavadeira hidráulica sobre esteiras, com as seguintes características mínimas: (ESCAVADEIRA nº 1 - 12,900 de peso operacional mínima de 80 HP, caçamba (concha) com volume mínimo de 0,60 m³, a mesma deverá possuir veículo de transporte para deslocar-se no interior do município, combustível, manutenção e operação do equipamento por conta da empresa contratada. O equipamento deverá apresentar boas condições de conservação e funcionamento, com no máximo 10 anos de uso.

Preço Unit. Máximo: 198,00

Total Preço Máximo: 198.000,00

Leia-se:

Item 1

Quantidade: 1.500

Unidade: Hora

Especificação: Serviço de Escavadeira hidráulica sobre esteiras, com as seguintes características mínimas: (ESCAVADEIRA - 12,900 de peso operacional mínima de 80 HP, caçamba (concha) com volume mínimo de 0,60 m³, a mesma deverá possuir veículo de transporte para deslocar-se no interior do município, combustível, manutenção e operação do equipamento por conta da empresa contratada. O equipamento deverá apresentar boas condições de conservação e funcionamento, com no máximo 10 anos de uso, podendo ser utilizada até duas máquinas.

Preço Unit. Máximo: 198,00

Total Preço Máximo: 297.000,00

Onde se lê:

Item 3

Quantidade: 1.000

Unidade: Hora

Especificação: Serviço de Motoniveladora, com as seguintes características mínimas: (MOTONIVELADORA 1 - 15.500 de peso operacional potencia mínima de 125 HP), a mesma deverá possuir veículo de transporte para deslocar-se no interior do município, combustível, manutenção e operação do equipamento por conta da empresa contratada. O equipamento deverá apresentar boas condições de conservação e funcionamento, com no máximo 10 anos de uso.

Preço Unit. Máximo: 269,61

Total Preço Máximo: 219.610,00

Leia-se:

Item 2

Quantidade: 1.500

Unidade: Hora

Especificação: Serviço de Motoniveladora, com as seguintes características mínimas: (MOTONIVELADORA - 15.500 de peso operacional potencia mínima de 125 HP), a mesma deverá possuir veículo de transporte para deslocar-se no interior do município, combustível, manutenção e operação do equipamento por conta da empresa contratada. O equipamento deverá apresentar boas condições de conservação e funcionamento, com no máximo 10 anos de uso, podendo ser utilizada até duas máquinas.

Preço Unit. Máximo: 219,61

Total Preço Máximo: 329.415,00

No anexo II- Termo de referência:

Acrescenta-se:

4. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

4.5 O óleo diesel será por conta da contratada;

4.6 Operador da máquina deverá ser empregado da contratada, com experiência comprovada e devidamente habilitado para função;

4.7 As manutenções que se fizerem necessárias serão por conta da contratada;

4.8 O transporte da máquina será executado pela contratada em toda e qualquer obra dentro do município, ficando por conta desta o descarregamento e carregamento da mesma, se for necessário, até o local de trabalho indicado pelo fiscal do contrato;

4.9 Despesas com eventuais reparos de qualquer gênero ou indenizações a terceiros, por acidentes de trânsito envolvendo a máquina contratada, serão todas obrigações da mesma;

4.10 Para fins de contagem de horas, o horímetro da respectiva máquina se iniciará a partir da aferição diária, em local previamente definido para a prestação dos serviços, pelo fiscal;

4.11 Em situações que o trabalho se prolongue por vários dias no mesmo local, o ônus pela guarda da máquina é de inteira responsabilidade da contratada.

São Joaquim, 31 de julho de 2019.

A comissão

ERRATA PROCESSO 46/2019 PMSJ

Publicação Nº 2109124

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA DE LICITAÇÃO
Processo Nº 46/2019
Pregão Presencial Nº 18/2019

Objeto: Aquisição de pneus novos e câmaras de ar para manutenção e conservação dos veículos que compõem a frota municipal.

Abertura: 15/08/2019 – 13h30 min

No anexo I:

Nos itens 44,45,46,47,48,49,50,51,52,53 e 54:

Exclui-se: (...) "Aprovado pelo Inmetro" (...)

Onde se lê:

(...) "Garantia de 5 anos contra vícios ou defeitos de fabricação aparentes ou ocultos." (...)

Leia-se:

(...) "Garantia de 2 anos contra vícios ou defeitos de fabricação aparentes ou ocultos." (...)

São Joaquim, 31 de julho de 2019

Lucas Silva

Diretor de Compras

LEI Nº 4.626/2019

Publicação Nº 2108298

LEI Nº 4.626/2019

"QUE ESTABELECE O PISO SALARIAL DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS"

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

Art. 1º – Conforme a Lei Federal 13.708, de 14 de agosto de 2018, o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é Fixado no valor de R\$1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) mensais obedecendo o seguinte escalonamento:

I – R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

II – R\$ 1.400,00 (um mil quatrocentos) em 1º de janeiro de 2020;

III – R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.

§ 1º - O piso salarial de que trata o art. 1º será reajustado anualmente, em 1º de janeiro, a partir de 2022.

§ 2º - O reajuste será repassado aos servidores mediante a efetivação do repasse pelo Governo Federal.

§ 3º - Em caso de atraso de repasses, esses serão feitos retroativos e proporcionais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.627/2019

Publicação Nº 2108337

LEI Nº 4.627/2019

"INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 13.465/2017"

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica instituída no Município de São Joaquim a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) de que trata a Lei Federal Nº 13.465/2017, visando a promoção de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

Parágrafo Único - A Reurb deverá ser realizada observando-se as disposições da Lei Federal Nº 13.465/2017, do Decreto Federal Nº 9.310/2018, das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis e dos Decretos Municipais regulamentadores.

Art. 2º - Além dos objetivos previstos na Lei Federal Nº 13.465/2017, a regularização fundiária no âmbito municipal deve-se pautar ainda pelas seguintes diretrizes:

- I - prioridade para a permanência da população na área em que se encontra, assegurado o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental da área ocupada;
- II - articulação com as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo;
- III - controle e fiscalização, visando evitar novas ocupações ilegais na área objeto de regularização;
- IV - articulação com iniciativas públicas e privadas voltadas à integração social e à geração de trabalho e renda.

Art. 3º - A Reurb compreende duas modalidades, a serem classificadas em ato do Poder Executivo Municipal para cada núcleo urbano informal a ser regularizado:

- I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e
- II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1º - A classificação da modalidade como Reurb de Interesse Social (Reurb-S) ficará condicionada a parecer técnico social favorável emitido por Assistente Social, após análise documental e estudo social no qual serão considerados aspectos como:

- I - situação de vulnerabilidade social;
- II - estado de saúde que interfira na qualidade de vida da família;
- III - situação da convivência familiar e comunitária;
- IV - violação dos direitos da família;
- V - renda familiar, limitada a 03 (três) salários mínimos.

§ 2º - É imprescindível para emissão do parecer social a apresentação dos documentos comprobatórios referentes às informações prestadas.

§ 3º - O parecer técnico social levará em consideração ainda a situação da família que:

- I - residir em áreas de risco, insalubres, que tenha sido desabrigada ou que perdeu a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero;
- II - possuir mulher como responsável pelo núcleo familiar;
- III - possuir pessoa com qualquer tipo de deficiência;
- IV - possuir idoso como responsável do núcleo familiar ou como cônjuge/companheiro ou como dependente.

Art. 4º - Os procedimentos previstos nesta lei devem ser objeto de controle social, garantida a participação da comunidade, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada durante o processo da Reurb, além de dar publicidade e garantir o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidas.

Art. 5º - Após a aprovação da Reurb e emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF, as áreas regularizadas deverão ser inseridas no cadastro imobiliário municipal, mesmo que localizadas em área rural, para fins de atualização do cadastro imobiliário municipal e lançamento dos tributos municipais.

Art. 6º - A fim de promover a efetiva implantação das medidas da Reurb, fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com entidades públicas ou privadas, com vistas a cooperar para o fiel cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 7º - Na Reurb-S, se o legitimado apresentar requerimento acompanhado do projeto de regularização fundiária, o Município poderá considerá-lo para fins de promoção da Reurb, desde que respeitado o conteúdo mínimo previsto na Lei Federal Nº 13.465/2017, de 11 de julho de 2017 e seu Decreto regulamentador, bem como em Decreto que regulamentar a presente Lei.

Art. 8º - Na Reurb-S, comprovada a deficiência técnica e ou financeira para implantação da infraestrutura essencial prevista no art. 36, § 1º da Lei Federal Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Município poderá firmar com os legitimados ou os ocupantes do núcleo urbano informal, termo de compromisso ou instrumento congênere para a implantação da infraestrutura essencial, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil ou criminal de quem tenha dado causa a formação da ocupação irregular.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal está autorizado a regulamentar a presente Lei, definindo ações específicas e procedimentos administrativos de tramitação e análise dos processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

Art. 10 - Para aplicação da Lei Nº 13.465/2017 no âmbito municipal, deverão ser observadas as regras previstas nesta Lei, o que não impede a promoção de regularização fundiária através de outros instrumentos legais vigentes.

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária constante de seu orçamento vigente.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.628/2019

Publicação Nº 2108369

LEI Nº 4.628/2019

"AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO À UNIÃO DE TRECHO DA ROTA CAMINHOS DA NEVE ENTRE A COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO XAVIER ATÉ A PONTE DAS GOIABEIRAS NO RIO PELOTAS"

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar à União, com a respectiva absorção pela rede rodoviária sob jurisdição federal, trecho da Rota Caminhos da Neve, compreendido entre a comunidade de São Francisco Xavier até a Ponte das Goiabeiras no Rio Pelotas divisa de SC com o RS, de aproximadamente 10,31 km coincidente com a Rodovia Federal Planejada BR-438 trecho referente ao código SNV 438BSC0030, sem quaisquer ônus para a União até a data efetiva de sua transferência.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 502/2019

Publicação Nº 2108228

PORTARIANº 502/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora MAYARA DE SOUZA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 403/2019, de 05/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 503/2019

Publicação Nº 2108235

PORTARIANº 503/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora TAISE ABATT, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 445/2019, de 01/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 504/2019

Publicação Nº 2108244

PORTARIANº 504/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Casamento, conforme apresentação de Certidão de Casamento a servidora: - SAMEA KURDI ROSSI, ocupante da função de Odontóloga - ESF, a contar do dia 26/07/2019 até o dia 01/08/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 26 de julho de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de julho de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 505/2019

Publicação Nº 2108251

PORTARIANº 505/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores:
– DANIELA MENDES RODRIGUES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 22/07/2019.
– POLYANNA WOLFF, ocupante da função de Médica, por 01 (um) dia, no dia 24/07/2019. – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/07/2019. – CLAUDIOMAR FARIAS, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 25/07/2019. – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 25/07/2019, para tratamento de saúde de sua mãe. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/07/2019. – ELEDIR FARIAS, ocupante da função de Técnica em Enfermagem, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/07/2019. – LUANA BOEIRA PEREIRA, ocupante do cargo de Coordenadora Jurídica, por 01 (um) dia, no dia 25/07/2019. – IRACI TEREZINHA DE LIMA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 26/07/2019. – POLYANNA WOLF, ocupante da função de Médica, por 01 (um) dia, no dia 26/07/2019. – FERNANDO TEODORO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular – CC-1, por 01 (um) dia, no dia 26/07/2019. – NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 26/07/2019. – LUANA FARIAS DE SOUZA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 29/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de julho de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 506/2019

Publicação Nº 2108256

PORTARIANº 506/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ALTERADA a Portaria Nº 492/2019, de 23/07/2019, por haver saído com incorreções, onde se refere a Designação da Diretora MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS no Parágrafo Primeiro – A Diretora mencionada no art. 1º, terá a carga horária de 40 horas semanais, e perceberá vencimentos únicos da função de Diretora, não percebendo nada com o Cargo de Professora, quando acabar a Designação de Diretora, voltará a perceber seus vencimentos normais de seu Cargo, leia-se Parágrafo Primeiro – A Diretora mencionada no art. 1º, terá a carga horária de 40 horas semanais, optando a partir desta data pela remuneração de professora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 23 de julho de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 507/2019

Publicação Nº 2108274

PORTARIANº 507/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito ao servidor: - DANIEL MATOS DE SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Pedreiro, a contar do dia 29/06/2019 até o dia 05/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 29 de junho de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 508/2019

Publicação Nº 2108281

PORTARIANº 508/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo III e Seção I e Lei Municipal Nº 4.605/2018, Art. 1º; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora RITA DE CASSIA SCHLISCHTING PADILHA, para exercer a função de DIRETORA na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, a contar do dia 31/07/2019, até o retorno da licença para tratamento de saúde de pessoa da família da senhora Elenita Abel Matos Cechinel.

Parágrafo Primeiro – A Diretora mencionada no art. 1º, terá a carga horária de 40 horas semanais, e perceberá vencimentos único da função de Diretora, não percebendo nada com o Cargo de Professora, quando acabar a Designação de Diretora, voltará a perceber seus vencimentos normais do Cargo de Professora.

Parágrafo Segundo – A Diretora Designada através do art. 1º poderá ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de julho de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

RESPOSTA RECURSO PP 14/2019

Publicação Nº 2108845

RECURSO PREGÃO PRESENCIAL 14/2019 APRESENTADO PELA EMPRESA LOCALIZA RENT A CAR S/A.

Ref.: Pregão Presencial nº 14/2019 - Processo Licitatório nº 39/2019

Assunto: Recurso contra habilitação da empresa GUIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA para o item 03 do certame.

Conforme item 19.1 do Edital, o prazo para apresentar razões ao recurso é de 03 (três) dias úteis a partir da sessão.

Portanto, TEMPESTIVO o recurso apresentado.

RAZÕES DO RECURSO (encontram-se em anexo).

A empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A manifestou, na sessão pública, intensão de recurso contra habilitação da empresa GUIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA para o item 03 do certame, por não atender ao descritivo do edital no que diz respeito a "MOTOR 2.3". A representante da empresa reclamante alegou que no dia 12/07 encaminhou por correio eletrônico pedido de esclarecimento quanto a este item ao Diretor do Setor de Compras, sem obter respostas. Na apresentação das razões do recurso a empresa reclamante comprovou o encaminhamento do referido pedido de esclarecimento.

Diante das razões apresentadas pela empresa LOCALIZA RENT A CAR S/A, a Pregoeira e sua equipe de apoio, voltaram a analisar a documentação da empresa vencedora do item 03, resultando na seguinte conclusão:

Com relação ao mérito do recurso: Em análise as mensagens encaminhadas por correio eletrônico constata-se que de fato o Diretor do Setor de Compras as recebeu, e por equívoco respondeu parcialmente, deixando de esclarecer quanto ao item 03 do edital. Porém, isso não seria o suficiente para ensejar na desabilitação da empresa vencedora, é preciso ainda averiguar se a sua proposta atendeu ao descritivo do edital. Então, conferiu-se novamente a proposta da empresa GUIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA e confirmou-se que ao descrever a marca e modelo do item 03 mencionou "GM SPIN 1.8", quando o edital solicitava "MOTOR 2.3".

Sendo assim, as argumentações da reclamante procedem.

Todavia, além do exposto, notou-se que somente a inabilitação da empresa vencedora não será o bastante, já que a exigência de "MOTOR 2.3" foi um equívoco do edital. Essa característica não é comum para o tipo de veículo solicitado, portanto nenhuma empresa participante conseguirá atendê-lo. Ademais, a própria LOCALIZA RENT A CAR S/A sustentou que deixou de oferecer proposta para este item devido à impossibilidade de ofertar um veículo compatível com o exigido no edital.

DECISÃO

Diante do exposto A Pregoeira e sua equipe de apoio entende que a RAZÃO assiste à impetrante.

Assim, anula-se a habilitação e classificação da empresa GUIA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA e sugere-se a autoridade competente, Prefeito Municipal, que proceda a revogação do certame em relação ao item 03, tendo em vista o erro existente no edital.

São Joaquim, 29 de julho de 2019.

Adriana Baesso.

Pregoeira.

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2019

Publicação Nº 2109051

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2019 – PR 056/2019 – Processo 204/2019 – Proc. Adm. 3398/2019 – Fornecedor: EMPRESA STAR SOM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO COM AUTO FALANTE LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO COM SOM VOLANTE PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 457.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil reais). A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 19 de julho de 2019.

CONTRATO/CT: Nº 109/2019

Publicação Nº 2108894

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 109/2019 – DL 207/2019 – Processo 338/2019 – Proc. Adm. 5817/2019 - Contratado: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS - FEPESE. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT), PARA O MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, PARA O ANO LETIVO DE 2020, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: O valor do presente contrato variará pelo número de inscrições homologadas, conforme tabela a seguir:

Candidato	Valor
Até 3.000	R\$ 252.400,00
De 3.001 a 3.250	R\$ 264.660,00
De 3.251 a 3.500	R\$ 273.800,00
De 3.501 a 3.750	R\$ 284.920,00
De 3.751 a 4.000	R\$ 294.210,00
De 4.001 a 4.250	R\$ 306.470,00
De 4.251 a 4.500	R\$ 315.760,00
De 4.501 a 4.750	R\$ 326.730,00
De 4.751 a 5.000	R\$ 337.160,00
De 5.001 a 5.250	R\$ 347.690,00
De 5.251 a 5.500	R\$ 356.400,00
De 5.501 a 5.750	R\$ 368.070,00
De 5.751 a 6.000	R\$ 376.620,00
Acima de 6.000	R\$ 376.620,00
Mais R\$ 52,00 por inscrição homologada	

Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses, contados da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 26 de julho de 2019.

CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2109047

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Edital 004/2015 – Concurso Público para o Magistério Municipal, torna pública a CONVOCAÇÃO para a escolha de vagas para provimento efetivo no Quadro do Magistério Municipal, conforme Local e Cronograma das disciplinas a seguir:

Local: Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José.
 Secretaria da Educação - 1º Andar – Setor de Pessoal.
 Rua: Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 - Praia Comprida – São José /SC.

CARGO: PROFESSOR - [EDUCAÇÃO INFANTIL]	
DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA- FEIRA	
HORÁRIO: 08h30min	
CLASS	CANDIDATO(A)
231	SIMONE CRISTINA CHAVES COELHO
232	TANIA DOMITILIA DE ANDRADE SCHMITT
233	KACHIRI CARMINATI DOS SANTOS
234	BRUNA DE ANDRADE MEDEIROS
235	ANA CAROLINA CARDOSO DE OLIVEIRA
236	KARINE ALVES PESSOA KRIECK
237	SABRINA REGINA SILVA MACHADO
238	ANDREIA CRISTINA CUSTODIO CORREA
239	ELISABETE LUCAS CLAUDINO
240	LIVIA REZENDE GIRARDI

CARGO: AUXILIAR DE ENSINO [EDUCAÇÃO INFANTIL]
 DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
 HORÁRIO: 10h00min

CLASS	CANDIDATO(A)
58	LUCIANE XAVIER

CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL
 DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
 HORÁRIO: 10h10min

CLASS	CANDIDATO(A)
16	CLAUDIA FREIBERGER MULLER CORIA
17	ESTER CASTRO DIAS DE ARAUJO
18	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA LUCERO

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 Secretaria de Educação

CARGO: AUXILIAR DE ENSINO [ENSINO FUNDAMENTAL]
 DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
 HORÁRIO: 10h40min

CLASS	CANDIDATO(A)
33	DJEINIFER KOERICH PAULI PITZ

CARGO: PROFESSOR [FILOSOFIA]
 DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
 HORÁRIO: 11h00min

CLASS	CANDIDATO(A)
5	LUCIELE DA SILVA

CARGO: PROFESSOR [PORTUGUÊS]
 DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
 HORÁRIO: 11h15min

CLASS	CANDIDATO(A)
24	LETICIA SALAZAR MORETTO
25	AGNES SANFELICI

CARGO: PROFESSOR [CIÊNCIAS]
 DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
 HORÁRIO: 11h40min

CLASS	CANDIDATO(A)
-------	--------------

9	GERALDO LUIZ MEYER
---	--------------------

CARGO: PROFESSOR [ARTES]
DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
HORÁRIO: 13h30min

CLASS	CANDIDATO(A)
27	MONICA CANEDA MORAIS
28	ISADORA GONCALVES DE AZEVEDO

CARGO: PROFESSOR [INGLÊS]
DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
HORÁRIO: 14h00min

CLASS	CANDIDATO(A)
11	MARISTELA SILVEIRA DE ALBUQUERQUE
12	PAULA SERODIO ALVES

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

CARGO: PROFESSOR [EDUCAÇÃO FÍSICA – ENSINO FUNDAMENTAL]
DATA: 12/08/2019 – SEGUNDA-FEIRA
HORÁRIO: 15h00min

CLASS	CANDIDATO(A)
13	GUILHERME MOURA MIRANDA FILMIANO
14	VLADIMIR SILVA DA CUNHA
15	ELEONORA DORNELES FERNANDES
16	JOVANI MAGRO DA SILVA
17	JULIA DA SILVA AMARANTE
18	PATRICIA BARBOSA MARTINS TRICHES

São José (SC), 31 de julho de 2019.

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária de Educação
São José - SC

CT 2625.0523.976-70/2019/CAIXA

Publicação Nº 2107720

Caixa Econômica Federal / Município de SÃO JOSÉ; CNPJ 82.892.274/0001-05; CT 2625.0523.976-70/2019/CAIXA; Objeto: Infraestrutura Urbana e Construção, Reforma e Ampliação de Equipamentos Públicos na Cidade de São José; Programa: FINISA; Valor do Investimento: R\$ 60.000.000,00; Valor do Empréstimo sob forma de financiamento com recursos CAIXA: 60.000.000,00; Desembolso: 05 parcelas trimestrais; Carência: 24 meses; Amortização 96 meses; Data e Assinaturas: 19/07/2019, RICARDO BIER TROGLIO, ADELIANA DAL PONT.

DECRETO Nº 12039/2019

Publicação Nº 2109053

DECRETO Nº 12039/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.719 de 27 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.261 – Manutenção da Guarda Municipal

387 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 105.000,00

Total desta Atividade R\$ 105.000,00
 Total do Órgão R\$ 105.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 105.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.1.019 – Implantação e Reforma de Unidades Operacionais da SSDST E Guarda Municipal

372 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.000,00

09.01.06.183.0112.2.009 – Municipalização do Trânsito

448 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 3.000,00
 Total desta Atividade R\$ 3.000,00

09.01.06.182.0110.2.010 – Ações de Defesa Civil

400 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 3.000,00
 401 – 3.3.90.32.00.00.0080 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 402 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 403 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 10.000,00
 404 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 15.000,00
 Total desta Atividade R\$ 30.000,00

09.01.06.183.0110.2.131 – Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

420 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 19.500,00
 Total desta Atividade R\$ 19.500,00

09.01.06.124.0110.2.258 – Programa de Apoio a Corregedoria

348 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 349 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 350 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 3.000,00

09.01.06.125.0112.2.259 – Fiscalização de Transportes

362 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 440,00
 363 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 360,00
 364 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.800,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Manutenção da Guarda Municipal

384 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 30.000,00

394 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 9.700,00
 Total desta Atividade R\$ 39.700,00

09.01.06.125.0110.2.295 – Implantação, Instalação e Manutenção de Sinalização Eletrônica
 356 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.000,00

09.01.06.125.0110.2.297 – Instalação e Manutenção de Totens

359 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 360 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 361 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 3.000,00

09.01.06.125.0112.2.298 – Conselho Municipal de Transportes

365 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 366 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 367 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 3.000,00
 Total do Órgão R\$ 105.000,00
 Total da Anulação R\$ 105.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

NERI OSVALDO DO AMARAL
 Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 12040/2019

Publicação Nº 2109048

DECRETO Nº 12040/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.719 de 27 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 233.100,00 (duzentos e trinta e três mil e cem reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
 12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.452.0106.1.116 – Construção e Ampliação de Cemitério

629 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 233.100,00
 Total deste Projeto R\$ 233.100,00
 Total do Órgão R\$ 233.100,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 233.100,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 233.100,00 (duzentos e trinta e três mil e cem reais), nas dotações consignadas no

Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.452.0106.1.116 – Construção e Ampliação de Cemitério

631 – 4.4.90.61.00.00.0080 – Aquisição de Imóveis,

Recursos Próprios R\$ 170.000,00

Total deste Projeto R\$ 170.000,00

30.01.15.451.0106.2.057 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos

627 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 42.800,00

625 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 20.300,00

Total desta Atividade R\$ 63.100,00

Total do Órgão R\$ 233.100,00

Total da Anulação R\$ 233.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 12043/2019

Publicação Nº 2109056

DECRETO Nº 12043/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.719 de 27 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Manutenção dos Cemitérios Municipais

614 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 11.000,00

Total desta Atividade R\$ 11.000,00

Total do Órgão R\$ 11.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 11.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 – Manutenção dos Cemitérios Municipais

617 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 9.000,00

Total desta Atividade R\$ 9.000,00

30.01.15.451.0106.2.057 – Manutenção da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos

623 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 2.000,00

Total desta Atividade R\$ 2.000,00

Total do Órgão R\$ 11.000,00

Total da Anulação R\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 12046/2019

Publicação Nº 2108849

DECRETO Nº 12046/2019

ALTERA O DECRETO 8940/2017 QUE NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS VOLTADAS À SAÚDE QUALIFICADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – O inciso IV do artigo 3º do Decreto 8940 de 20 de novembro de 2017, que nomeia comissão de Avaliação da Documentação das Organizações Sociais Voltadas à Saúde qualificadas no Município de São José, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

IV. EDUARDO HINNIG CHAVES, matrícula nº 431202-3” [...] (NR)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de julho de 2019.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 12047/2019

Publicação Nº 2109052

DECRETO Nº 12047/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.719 de 27 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 128.417,02 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e dois centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

672 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 22.932,00

675 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 105.485,02

Total desta Atividade R\$ 128.417,02

Total do Órgão R\$ 128.417,02

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 128.417,02

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 128.417,02 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e dezessete reais e dois centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 – PAC – Poligonal II

836 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 128.417,02

Total deste Projeto R\$ 128.417,02

Total do Órgão R\$ 128.417,02

Total da Anulação R\$ 128.417,02

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de julho de 2019.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA SA 1000/2019

Publicação Nº 2107755

P O R T A R I A- SA - N.º 1000/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSEMIRIA Nanci Marques, matrícula n.º 10401-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnica de Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 20 (vinte) dias, de 16.07.2019 a 04.08.2019.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA SA 1001/2019

Publicação Nº 2107751

P O R T A R I A- SA - N.º 1001/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANA CARLA BERTANI, matrícula n.º 22337-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Farmacêutica, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 20 (vinte) dias, de 22.07.2019 a 10.08.2019.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1002/2019

Publicação Nº 2107749

P O R T A R I A- SA - N.º 1002/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILIZ CABRAL BROERING, matrícula n.º 26005-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 17 (dezesete) dias, de 15.07.2019 a 31.07.2019.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1003/2019

Publicação Nº 2107746

P O R T A R I A- SA - N.º 1003/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VERA LUCIA RODRIGUES CAPISTRANO, matrícula n.º 39212-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitária, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 03.07.2019 a 31.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1004/2019

Publicação Nº 2107742

P O R T A R I A- SA - N.º 1004/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANA CLAUDIA SCHEIDT, matrícula n.º 428565-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de

Enfermeira, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 08.07.2019 a 06.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1005/2019

Publicação Nº 2107740

P O R T A R I A- SA - N.º 1005/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) CIBELLE FERREIRA TEIXEIRA CATUNDA, matrícula n.º 37529-2, lotada na SECRETARIA DA SAÚDE, no cargo de Médico da Família, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 16.07.2019 a 11.01.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1006/2019

Publicação Nº 2107737

P O R T A R I A- SA - N.º 1006/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) MARIANA LEONARDI MONTEIRO DE LUCA, matrícula n.º 41699-1, lotada na SECRETARIA DA SAÚDE, no cargo de Médico, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12.07.2019 a 07.01.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1007/2019

Publicação Nº 2107736

P O R T A R I A- SA - N.º 1007/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA APARECIDA DE SOUZA, matrícula n.º 22079-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo Técnico de Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 02.07.2019 a 31.07.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1008/2019

Publicação Nº 2107733

P O R T A R I A- SA - N.º 1008/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA ANTONIA LAPA DE SOUZA, matrícula n.º 32814-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 03.07.2019 a 16.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1009/2019

Publicação Nº 2107732

P O R T A R I A- SA - N.º 1009/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ALINE FATIMA BANHARA, matrícula n.º 30839-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo, Licença para Tratamento de Saúde por 34 (trinta e quatro) dias, de 03.07.2019 a 05.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1010/2019

Publicação Nº 2107730

P O R T A R I A- SA - N.º 1010/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FLAVIA BUENO PERES, matrícula n.º 19506-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médica, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 03.07.2019 a 31.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1011/2019

Publicação Nº 2107729

P O R T A R I A- SA - N.º 1011/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GRAZIELA MONTEIRO ALFF, matrícula n.º 39628-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 07.07.2019 a 05.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1012/2019

Publicação Nº 2107725

P O R T A R I A- SA - N.º 1012/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) MICHELI ALVES MACHADO, matrícula n.º 426709-5, lotada na SECRETARIA DA SAÚDE, no cargo de Enfermeira, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 15.07.2019 a 10.01.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1013/2019

Publicação Nº 2107722

P O R T A R I A- SA - N.º 1013/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). KELLYS CRISTINA TANCREDO NAZARIO, matrícula n.º 30717-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnica de Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 15 (quinze) dias, de 24.07.2019 a 07.08.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 29 de Julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1014/2019

Publicação Nº 2107718

PORTARIA- SA – N° 1014/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias, a começar de 01.07.2019 a 30.07.2019, referente ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2012/2017, ao (a) servidor (a) Sr. (a) NAIR FLORES AVILA, matrícula nº 39330-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.07.2019.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 999/2019

Publicação Nº 2107758

P O R T A R I A- SA - N.º 999/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DAISY SEBAJE PINHEIRO, matrícula n.º 39222-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias, de 04.07.2019 a 02.08.2019.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de julho de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de julho de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SECOM/PMSJ Nº 004/2019

Publicação Nº 2109054

PORTARIA SECOM/PMSJ nº 004, de 23 de julho de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Secretário de Comunicação Social, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Fabiano Marques, matrícula 349356 para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 153/2019 decorrente do Pregão Presencial nº 056/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Natália Viana Silva, matrícula 33169-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fabiano Marques
Secretário de Comunicação Social

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 184/2013-06

Publicação N° 2108619

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 184/2013-06 – Proc. Adm. 4480/2019 – Contratado: Sr. DILNEI VALVASSORI JUNIOR. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato n° 184/2013. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato n° 184/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 18/07/2019. DO VALOR CONTRATUAL: O Contrato n° 184/2013 não será objeto de reajuste, permanecendo com o valor total de R\$ 60.895,56 (sessenta mil, oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), equivalente a R\$ 5.074,63 (cinco mil e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos), mensais. Data da assinatura: 18 de julho de 2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 201/2019

Publicação N° 2107945

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 201/2019	

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pelo SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, Sr. MILTON BLEY JÚNIOR, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei n° 8.666/93, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei n° 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA R\$ 7.521.644,34	
TOTAL:	R\$ 7.521.644,34

São José, 30 de julho de 2019.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

	MILTON BLEY JÚNIOR SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA	

CÂMARA MUNICIPAL**PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROC. ADM 161/2019**

Publicação N° 2107670

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ n° 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de contratar empresa para manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado instalados nesta Casa Legislativa, estará recebendo orçamentos até o dia 05/8/2019 conforme especificação abaixo:

BTUs	quantidade
60.000	2
48.000	4
24.000	7

22.000	1
18.000	6
12.000	18
9.000	34

Manutenção preventiva - Periodicidade trimestral

- a) Verificar e eliminar a sujeira, danos e corrosão do gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja;
- b) Verificar a operação de drenagem de água da bandeja;
- c) Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se não contém Iodo);
- d) Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- e) Lavar a bandeja e serpentina com remoção do biofilme (Iodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- f) Limpar o gabinete do condicionador;
- g) Verificação do fluxo de gás refrigerante, rendimento do aparelho;
- h) Verificação da pressão, temperatura e termostato;
- i) Verificação da voltagem e amperagem (sem cortar ou danificar o cabo);
- j) Verificação dos circuitos elétricos e verificação do funcionamento geral dos equipamentos.

Manutenção corretiva

- a) Os serviços de manutenção corretiva, quando necessário, serão solicitados pela CONTRATANTE e deverá ser precedido de um orçamento detalhado que deverá ser preparado pela CONTRATADA, podendo ser executados no local onde o(s) equipamento(s) estiver(em) instalado(s), exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado haja necessidade de deslocar-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, ou quando a natureza do serviço exigir local específico como nos casos de higienização, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE;

** As peças e acessórios necessários a execução da manutenção corretiva serão faturadas a parte, mediante aprovação de orçamento apresentado.

** Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza nos aparelhos de ar-condicionado, bem como orientações para sua utilização normal e adequada.

** Visitas técnicas podem ser feitas no período vespertino.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

PORTARIA Nº 192/2019

Publicação Nº 2108970

PORTARIA Nº 192/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras Adriana Maciel Pereira e Ana Letícia Sousa de Oliveira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Flexforma Comercial de Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda-ME, Processo Administrativo nº 061/2019, Pregão Presencial nº 004/2019, Ata de Registro de Preços nº 016/2019.

Art. 2º - Compete às servidoras designadas:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar.
- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 25 de julho de 2019.
MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 193/2019

Publicação Nº 2108971

PORTARIA Nº 193/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;
Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;
Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras Adriana Maciel Pereira e Ana Letícia Sousa de Oliveira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Granmeyer Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda EPP, Processo Administrativo nº 061/2019, Pregão Presencial nº 004/2019, Ata de Registro de Preços nº 017/2019.

Art. 2º - Compete às servidoras designadas:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar.

- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 25 de julho de 2019.
MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 194/2019

Publicação Nº 2108973

PORTARIA Nº 194/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;
Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;
Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Elenir Maria de Aguiar de Melo para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Meiriellen Patrícia Marques da Silva - ME, Processo Administrativo nº 121/2019, Contrato nº 010/2019, Dispensa de Licitação nº 018/2019.

Art. 2º - Compete à servidora designada:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar.

- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 29 de julho de 2019.
MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 195/2019

Publicação Nº 2108975

PORTARIA Nº 195/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Retirar da servidora Tânia Regina Kremer, matrícula 29, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, a Função de Confiança de Chefe da Secretaria da Presidência – FC4.

Câmara Municipal de São José, SC, 29 de julho de 2019.
MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 196/2019

Publicação Nº 2108977

PORTARIA Nº 196/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Lotar a servidora Tânia Regina Kremer, matrícula 29, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, na Coordenação de Materiais e Patrimônio.

Câmara Municipal de São José, SC, 29 de julho de 2019.
MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 197/2019

Publicação Nº 2108980

PORTARIA Nº 197/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Atribuir à servidora Tânia Regina Kremer, matrícula 29, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, a Função de Confiança de Coordenador – FC2, responsável pela Coordenação de Materiais e Patrimônio.

Câmara Municipal de São José, SC, 29 de julho de 2019.
MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 198/2019

Publicação Nº 2108984

PORTARIA Nº 198/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Wendel Graupner para o cargo em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação Social – DAS-1.

Câmara Municipal de São José, SC, 31 de julho de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Publicação Nº 2108795

ACORDO DE COOPERAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO/SC E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA – ADEHASC, A FIM DE DESENVOLVER PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO AMBITO DESSE MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Jorge Lacerda, 1049 - Centro. CEP: 89930-000. CNPJ: 83.026.781/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, inscrito no CPF nº 394.789.980-72, que este subscreve, denominado simplesmente de MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SC - ADEHASC, com sede na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, na Rua Almirante Tamandaré, nº 1059 - Bairro Centro, CEP: 89.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.875/0001-32, neste ato representada pelo senhor DJALMA MORELL, portador do CPF nº 702.633.459-04, doravante denominada COOPERADO, com fundamento no art. 182 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades), bem como nos preceitos insculpidos ações de Regularização Fundiária através da Lei 13.465/2017 onde celebra-se o presente Acordo de Cooperação, a partir da Lei 13.019/2014 observando as cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação formaliza o vínculo de pessoa jurídica capacitada e sob a supervisão geral do Município de São José do Cedro/SC para implementar e desenvolver projetos que visam buscar o correto e sustentável desenvolvimento das cidades, conforme termos delineados pela Carta Magna Brasileira, em especial nos seus artigos 182 e 225, pelo Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001), em o seu art. 2º e pela Lei de Regularização Fundiária (Lei 13.465/2017 e Decreto 9310/2018), através da Lei 13.019/2014.

Parágrafo único. Dentre as principais e imediatas consequências advindas da implementação do referido projeto, destaca-se:

- I. A inclusão da parcela da população inserida em bairros e loteamentos afetados pela marginalização à cidade formal, através dos procedimentos de regularização fundiária;
- II. A possibilidade de implementação de infraestrutura nos locais de forma regular;
- III. A possibilidade de desenvolvimento de projetos completos pela administração pública, que tornem real a captação de recursos para desenvolvimento dos locais e melhorias ambientais e urbanísticas;
- IV. A segurança jurídica dos moradores atualmente excluídos dos direitos de integração a urbanidade;
- V. A possibilidade dos moradores buscarem de maneira individual ou coletiva os recursos para melhoria de suas residências através de financiamento ou programas sociais para haver melhorias habitacionais;
- VI. O embelezamento e melhoramento da qualidade de vida nos locais a serem regularizados no Município;
- VII. A viabilização da correta e adequada cobrança de impostos e tributos dos moradores/lotes a serem regularizados gerando novas receitas e melhorando a arrecadação municipal possibilitando o melhor reinvestimento nas próprias áreas afetadas;
- VIII. A regularização dos imóveis dos munícipes perante todos os órgãos administrativos pertinentes e necessários;
- IX. O atendimento às premissas ambientais, com o respeito ao meio ambiente equilibrado, como forma de defesa e preservação para as gerações futuras;
- X. O atendimento à função social da propriedade; e
- XI. O melhoramento do ordenamento e planejamento Municipal entre outros objetivos pertinentes.

2. DOS DOCUMENTOS

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integra este Acordo, como se nele estivessem transcritos, as orientações formais e relatórios advindos das legislações vigentes e seus anexos.

2.2. Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Acordo, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3.2. A Relação de documentos necessários para os encaminhamentos já são citados abaixo na metodologia dos serviços.

3. DA METODOLOGIA DOS SERVIÇOS

3.1. O Município e o Cooperado deverão atuar nos estritos termos previstos no item 1.1.

3.2. O Município e o Cooperado deverão desenvolver "Projetos de Regularização Fundiária" de acordo com os métodos previstos na Legislação Pertinente bem como em seus regulamentos.

3.3. O Município conjuntamente com o Cooperado deverá definir qual o melhor instrumento a ser utilizado para a promoção da regularização da área de intervenção seja através do ajuizamento da ação de regularização Fundiária, ou através de medidas administrativas previstas na

Lei Federal 13.465/2017 de acordo com as condições locais ou das áreas a serem regularizadas, sendo estabelecidos os seguintes passos para a elaboração dos documentos e realização dos procedimentos de regularização fundiária que podem ser realizados a partir do seguinte plano de trabalho:

- a) Criação de Equipe Municipal de Regularização Fundiária por meio de Decreto;
- b) Formalização do Acordo de Cooperação para a realização dos serviços técnicos;
- c) Definição das áreas totais existentes classificando-as em (Reurb-S ou Reurb-E) bem como estudos preliminares e consultas jurídicas e urbanísticas da área a ser regularizada afim do seu enquadramento;
- d) Realização de Audiência Pública registrada com toda a documentação necessária (ata, edital, publicidade, lista presença, etc)
- e) Publicação de Lei Municipal de Desafetação da área caso essa seja pública, quando necessário;
- f) Realização de Cadastro dos ocupantes/posseiros da área;
- g) Realização de Lista qualificada dos ocupantes/posseiros da área;
- h) Realização de Mapa/Memorial/ART Georeferenciados, com quadro de área conforme matrículas existentes discriminando as áreas das matrículas, suas diferenças entre matrícula registrada e área medida bem como das áreas institucionais e efetivamente ocupadas por lotes a serem regularizados (Quadro de área).
- i) Realização de Edital de notificação dos confrontantes, feito pelo município, publicado por 30 dias aos que se recusaram ou não foram localizados (Art. 31, §5º, Lei 13.465/17);
- j) Realização de Auto de Demarcação Urbanística (conforme Art. 19, Lei 13.465/17) incluindo as declarações de Área: de Risco, de APP, de Baixa Renda, inclusive o cronograma proposto das infraestruturas ausentes e necessárias ao Loteamento;
- k) Realização e coleta das Anuências dos Confrontantes internos e externos;
- l) Realização da Certidão de Regularização Fundiária pelo Município dos Aderentes (CRF conforme Art. 41, Lei 13.465/17);
- m) Emissão de ofício de envio ao Cartório com a juntada de toda a documentação e geração de Protocolo de entrada da Reurb-S e ou Reurb-E do Loteamento;
- n) Emissão, e acompanhamento da análise e cumprimento das notas de exigência do Cartório de Registro de Imóveis; e
- o) Correção e devidos ajustes que forem apontados pelas prenotas cartorárias.

4. DO PREÇO A SER COMBRADO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POR LOTE A SER REGULARIZADO

4.1. Pela prestação dos serviços, o Cooperado poderá cobrar dos moradores que aderirem ao projeto, a partir do Momento que se adentrar toda a documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e após regularizadas eventuais exigências cartorárias, o valor a vista, de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) quando for o caso de aderentes de baixa renda enquadrados na Reurb-S, e reajustados anualmente de acordo com os índices de inflação. Os Aderentes de Interesse específico, Reurb-E, deverão efetuar o pagamento do valor a vista de R\$1.200,00(um mil e duzentos reais), acrescidos de taxas administrativas ou cartorárias, bem como impostos incidentes e necessários à regularização objeto do presente Acordo.

4.1.1. Com vista a possibilitar o acesso de todos os interessados nos trabalhos de regularização fundiária e principalmente aos enquadrados como baixa renda, os valores descritos no item 4.1 poderão ser pagos de forma parcelada. Sendo assim, os valores poderão ser divididos em 5, 10, 15 ou 20 vezes com juros de 1% ao mês, ficando assim divididas: 5 parcelas de R\$240,00 (sem juros); 10 parcelas de R\$126,12; 15 parcelas de R\$85,95; e, 20 parcelas de R\$65,86. A opção de parcelamento deverá constar do contrato firmado entre o Morador/Posseiro e o Cooperado:

5. DO PRAZO

5.1. O presente Acordo vigorará enquanto necessário para desenvolvimento de seu objeto, que visa à titulação das moradias a serem atendidas.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. Idem ao item 5.1.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO COOPERADO

7.1. Implantar a metodologia e os procedimentos técnicos para a implantação pelo Município ou pelos Ocupantes das áreas irregulares no perímetro urbano municipal do Projeto de Regularização Fundiária, com todas as exigências necessárias em todas as áreas aptas que se apresentem neste município, atendendo as exigências da Lei Federal 13.465/17, sem ônus ao Poder Público Municipal;

7.2. Auxiliar/orientar a administração pública e os ocupantes das áreas irregulares no desenvolvimento dos documentos necessários, das legislações específicas, das reuniões explicativas, e demais condições que se façam necessárias para o eficiente exercício e execução para a regularização da área de intervenção;

7.3. Atender os critérios de valores determinados no Presente Acordo, a ser cobrado dos moradores participantes e ocupantes das áreas de intervenção a fim de regularizá-las;

7.4. Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto, apoiando e participando de todas as ações dos partícipes integrantes do trabalho ora proposto;

7.5. O Cooperado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Acordo bem como na gestão das equipes técnicas de trabalho no qual deverá proporcionar ao município relatórios, modelos de documentos, mapas, memoriais, art's, petições, ofícios entre outros.

7.6. O Cooperado fica responsável pelos encargos decorrentes do presente Acordo, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais, e demais encargos de sua estrutura, oriundos da execução deste Acordo e desta forma eximindo a administração pública de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação.

7.7. O Cooperado deverá produzir os materiais e documentos técnicos específicos, bem como minutas de documentos que o poder público necessita para dar os encaminhamentos necessários junto ao cartório de registro de Imóveis, tais como: mapas, memoriais, anotação de responsabilidade técnica do CREA; modelos e minutas do auto de demarcação urbanística, modelo de Certificação de Regularização Fundiária, leis municipais, apresentações públicas junto aos aderentes, modelo e ordem da juntada de documentos pessoais das famílias que compõe as famílias de moradores no loteamento, afim de comprovar a posse no imóvel, compilações de dados dos moradores e do loteamento, tudo de acordo com a Lei 13.465/2017.

7.8. Para melhor compreender e sintetizar o compromisso e as atribuições segue pontualmente os documentos a serem produzidos com o aval municipal:

- a) Produzir toda a parte Técnica e Jurídica;
- b) Realizar os estudos necessários para a regularização da área ou loteamento;
- c) Produzir os documentos necessários para serem levados ao Cartório;
- d) Assessorar o Município em todos os passos da regularização;
- e) Realizar os cadastros e juntar os documentos dos Moradores;
- f) Realizar o levantamento Topográfico de toda a área do Loteamento;
- g) Produzir o Mapa e memorial descritivo georeferenciado do Loteamento;
- h) Emitir as ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) e outros documentos técnicos de engenharia atestando a veracidade das informações do Mapa e Memorial, exceto para estudos e do diagnóstico sócio ambiental, caso a área venha a conter nas áreas a serem regularizadas áreas de Risco e de Preservação Permanente;
- i) Preparar e produzir os modelos e minutas para aval municipal de acordo com a área os seguintes documentos municipais:
- j) Demarcação Urbanística;
- k) Auto de Demarcação do Loteamento;
- l) Edital de Regularização Fundiária;
- m) Certificado de Regularização Fundiária (CRF); e
- n) Projeto Lei de desafetação quando se tratar de área pública.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1. Estabelecer, a partir de Decreto Municipal, a comissão municipal de regularização fundiária e que contenha nessa comissão um coordenador executivo no qual será o canal de comunicação entre o Município e o Cooperado para a realização cotidiana e célere dos trabalhos necessários e propostos bem como para manter comunicação entre o público alvo objetivo da regularização fundiária e dispor dos setores internos pertinentes para fornecimento de todos os materiais e informações necessários para o desenvolvimento dos trabalhos propostos tais como matrículas atualizadas completas das áreas bem como dos confrontantes internos e externos ao loteamento objeto de regularização e todos os elementos necessários para promoção deste Acordo de Cooperação.

8.2. Avaliar, atestar ou produzir toda e qualquer documentação, legislação, normativa, atestados municipais, realizar cronograma executivo pertinente ao poder público municipal, com sua equipe técnica e jurídica que se façam necessários para instrumentalizar a efetiva execução do projeto ora proposto, em tempo hábil, com celeridade e presteza, de acordo com as orientações e modelos prestadas e produzidos pelo Cooperado, com base na metodologia oriunda da Lei 13.465/2017 tais como o Auto de Demarcação Urbanística, Declarações de Área consolidada, Certificação de Regularização Fundiária (CRF); Diagnóstico Sócio Ambiental caso for necessário, Leis de Desafetação de área caso forem áreas públicas ou institucionais, Decretos regulatórios, Declarações, Execução e anuências de Projetos de Regularização Fundiária ora exposto e apresentado pelo Cooperado afim de promover melhorias ambientais e urbanísticos, entre outros documentos pertinentes atestados por setores ou técnicos municipais.

8.3. Indicar a localidades ou áreas/loteamentos irregulares presentes no município, cuja intervenção seja necessária, possível e passível legalmente de serem regularizadas, titulando os seus moradores e apresentado análise e localização da área juntamente com as informações da base dos cadastros imobiliários municipais até atingir a totalidade das áreas a serem regularizadas abrangidas pelas suas matrículas imobiliárias.

8.4. Disponibilizar ao Cooperado gratuitamente e atualizadas todas as matrículas e certidões de inteiro teor, das áreas de intervenção, bem como suas matrículas confrontantes internas e externas do loteamento a ser regularizado, utilizando de suas prerrogativas legais e oficiais para exercer articulação perante órgãos, departamentos, poder executivo municipal, legislativo municipal, estadual ou federal, ministério público estadual ou federal, poder judiciário; cartório de registro de imóveis da comarca, entre outros órgãos ou demais que se façam necessários para a realização objetiva, menos custosa e mais célere do trabalho ora proposto, indicando de forma precisa cada uma de tais matrículas.

8.5. Viabilizar a realização e a mobilização das reuniões explicativas com as equipes gestoras municipais e com o público alvo objeto desse Acordo de Cooperação, ou seja, pela mobilização dos moradores dos loteamentos existentes, motivando a totalidade das famílias e do loteamento para adesão do programa de regularização ora proposto, bem como firmar todos os documentos necessários para a execução das ações de Regularização Fundiária desenvolvido no município.

8.6. Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto para todos os setores e bem como para o Município e para o Cooperado.

8.7. Executar ou realizar, de acordo com projeto de Regularização Fundiária, as obras estruturais, que o loteamento assim o exija para fins de regularização fundiária de acordo com a Lei 13.465/2017 ou avaliando e executando em tempo oportuno o devido cronograma de obras e edificações;

8.8 Colaborar e intermediar de forma rápida e exequível as notas de exigências técnicas emitidas pelo Cartório de Registro de Imóveis após adentrada do pedido de regularização do Loteamento e gerado o protocolo.

8.9. Não haverá ônus para o Município (Poder Público Municipal) com a execução do presente Acordo de Cooperação.

8.10. Coletar os Acordos de aceite de Divisas dos Lotes ou Loteamentos e anuências dos confinantes e moradores internos e externos, produzidos pelo Cooperado e dos Proprietários Externos ao loteamento indicando corretamente os Confrontantes externos bem como as suas devidas matrículas.

9. DAS PENALIDADES

9.1. As partes sujeitar-se-ão, no que couber, às penalidades previstas no ordenamento jurídico pátrio.

10. DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. As partes podem rescindir unilateralmente, deste que fundamentado e justificado o presente Acordo, denunciá-lo a qualquer tempo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período tais como valores a serem ressarcidos a partir do trabalho já realizado, o que se operacionaliza de acordo com os preceitos do ordenamento jurídico pátrio ressaltando que toda e qualquer rescisão deve estar pautada em justificadas plausíveis sendo que o trabalho já realizado deve ser concluído imputando responsabilidade entre o Cooperado e o Município caso tenha dado a causa para não conclusão das responsabilidades de uma das partes.

11. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente Acordo não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

12. DO FORO CONTRATUAL

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Jose do Cedro/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Acordo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Acordo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Jose do Cedro (SC), 03 de maio de 2019.
Antônio Plínio de Castro Silva
Município de São Jose do Cedro/SC - Município

Testemunha

CPF : _____

Djalma Morell - Adehasc - Cooperado

DECRETO Nº 109/2019/SF

Publicação Nº 2108716

DECRETO Nº 109/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"145"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE JULHO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 110/2019/SF

Publicação Nº 2108718

DECRETO Nº 110/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

19 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE
01 SAA – SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
"3"3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

19 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE
01 SAA – SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
"2"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 111/2019/SF

Publicação Nº 2108721

DECRETO Nº 111/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"8"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações diretas R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"7"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações diretas R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 112/2019/SF

Publicação Nº 2108723

DECRETO Nº 112/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 9º da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB

"52"3.1.90.00.00.1.0018 Aplicações Diretas R\$250.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), Recursos Fundeb 60%, Fonte 1.0018.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 113/2019/SF

Publicação Nº 2108726

DECRETO Nº 113/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"110"3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"109"3.1.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 114/2019/SF

Publicação Nº 2108729

DECRETO Nº 114/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.766/2018/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS de São José do Cedro, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO

"199"33.90.00.00.00.3.0000 Aplicações diretas R\$2.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) oriundo do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos estes ordinários, Fonte Nº0.3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6548/2019

Publicação Nº 2108732

DECRETO Nº 6.548, DE 25 DE JULHO DE 2019.

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e Artigo 69 da Lei Municipal nº 2020/93,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal CLARICE APARECIDA HART RAUBER, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, Matrícula nº 2.429, a partir de 26 de julho de 2019, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 DE JULHO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6549/2019

Publicação Nº 2108737

DECRETO Nº 6.549, DE 26 DE JULHO DE 2019

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso I, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a pedido, a partir de 26 de julho de 2019, a servidora pública municipal LUANA BRUDER, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete de Secretaria, matrícula nº 3.729, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 DE JULHO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6550/2019

Publicação Nº 2108777

DECRETO Nº 6.550, DE 31 DE JULHO DE 2019.

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e nomeada Comissão Especial para realizar a avaliação dos imóveis situados nas ruas mencionadas no Artigo 2º, localizadas no Município de São José do Cedro, que receberão Contribuição de Melhoria (pavimentação asfáltica). A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

VERA REGINA CERIOLI COSTA – Secretária da Fazenda (Presidente)

ELISANDRA SANTIN CANTON – Fiscal de Obras;

CASSIANO SCHNEIDER – Fiscal de Obras;

MARIEL PERIN – Engenheiro Civil.

LEANDRO PEDRO MACHADO – Engenheiro Civil;

JOSÉ TARCI SCHOLL – Corretor de Imóveis;

CARINE KAISER WOLFART – Assessora Jurídica;

DIOGO LOCATELLI – Corretor de Imóveis;

ELANDIR ZANARDI – Secretário de Administração

Art. 2º - As ruas que receberão a contribuição de melhoria (passeio em paver e pavimentação asfáltica) serão as seguintes:

I) Passeio em Paver

RUA ODILO ANTÔNIO LINK (Trecho entre a Rua Salete Uliana e a Rua Alcides Volkweis)

RUA SÃO GERMANO (trecho entre a Avenida Rio Grande do Sul e a Rua Odilo Antônio Link)

RUA JOÃO BUSATO (trecho entre a estrada cascalhada e Av. Rio Grande do Sul)

RUA JOSÉ JOÃO GRANDO (trecho entre a Av. Rio Grande do Sul e Rua Jorge Lacerda)

RUA IRMÃ LUDOVICA (trecho a Rua Odilo Antônio Link e a Av. Rio Grande do Sul)

RUA SALETE ULIANA (trecho entre a Rua Maranhão e Rua Jorge Lacerda)

RUA HERMÍNIO CONTE (trecho entre a Rua Bahia e Rua Jorge Lacerda)

RUA BAHIA (trecho entre a Rua Hermínio Conte e Rua Santo Antônio)

RUA SANTO ANTÔNIO (trecho entre a Rua Bahia e Rua Jorge Lacerda)

RUA SÃO GERMANO (trecho entre a Rua Odilo Antônio Link e Rua Maranhão)

RUA ODILO ANTÔNIO LINK (trecho entre a Rua Irmã Ludovica e Rua Santo Antônio)

RUA PADRE AURÉLIO (trecho entre a Rua Jayme Julio Will e a Rua Tiradentes)

RUA JOÃO XXIII (trecho entre a Rua Padre Aurélio e Rua São José)

RUA SANTOS DUMONT (trecho entre a Rua Jorge Lacerda e Rua Padre Aurélio)

RUA NEREU RAMOS (trecho entre Rua Anchieta e a Rua São José)

AVENIDA SALGADO FILHO (trecho entre a Rua Santo Antônio e Rua General Góes Monteiro)

RUA SÃO JOSÉ (trecho entre a Rua Jorge Lacerda e Avenida Salgado Filho)

RUA JORGE LACERDA (trecho entre a Rua João Busato e Rua Jacob Stein)

RUA JAYME JÚLIO WILL (trecho entre a Rua Padre Aurélio e Rua São José)

RUA SÃO JOSÉ (trecho entre a Rua Nilma Dalmagro e Rua Jayme Júlio Will)

RUA FIORELO ANZOLIN (trecho entre a Rua Santos Dumont e Rua General Góes Monteiro)

II) Pavimentação Asfáltica e Passeio em Paver

RUA DARICO MORTARI (trecho entre a Rua Bahia e a Rua Luiz Bizotto)

RUA GÁLICIA (trecho entre a Rua Bahia e a Rua Luiz Bizotto)

RUA IPIRANGA (trecho entre a Rua Santos Dumont e a Rua Betanzos)

RUA LEOBERTO LEAL (trecho compreendido entre a Rua Odilo Antônio Link - estaca 2 + 6,43 m até a Rua Luiz Bizotto)

Art. 3º A Comissão Especial terá 30 (trinta) dias para apresentar o parecer com a avaliação da Valorização individual dos imóveis antes da execução da obra e outra avaliação após o término da obra, para fins de cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Findos os trabalhos, a comissão fica automaticamente extinta.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 31 de julho de 2019.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.brCharlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO CONTRATOS MES 07/2019

Publicação Nº 2108852

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 94.2019 - Contrato Nº: 57.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTD Valor : 42.253,56 (quarenta e dois mil duzentos e cinq-enta e três reais e cinq-enta e seis centavos) Vigência : Início: 01/07/2019 Término: 30/06/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2017 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência e aditivar o valor pelo IGPM (7,65%) do contrato principal que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM INSTALAÇÃO, CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E MANUTENÇÃO MENSAL DE SOFTWARE LIVRE DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO (GSAN), DISPONÍVEL NO PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 98.2019 - Contrato Nº: 75.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INTELLIBR SISTEMAS LTDA - EPP Valor : 6.000,00 (seis mil reais) Vigência : Início: 01/07/2019 Término: 30/06/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2017 Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (67) Saldo: 105.146,71 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência do contrato principal, que tem como objeto: LOCAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, QUE SERÁ UTILIZADO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCAÇÃO BÁSICA, PORTAL DO ALUNO E DO PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 105.2019 - Contrato Nº: 139.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA Valor : 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais) Vigência : Início: 10/07/2019 Término: 09/07/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade acrescentar o sistema de PROTOCOLO FLY com usuários ilimitados. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 100.2019 - Contrato Nº: 74.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: LUIZ NILO SANTOLIN 76720357972 Valor : 41.066,28 (quarenta e um mil e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos) Vigência : Início: 01/07/2019 Término: 30/06/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017 Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (238) Saldo: 53.548,72 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, "prorrogar o prazo de vigência e reajustar o valor" de prestação de serviço, contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAR CORTE DE GRAMA, RETIRADA DE ERVAS DANINHA, PINTURAS DE MEIO FIOS, NAS PRAÇAS DA CIDADE, RAMPAS, CANTEIROS DE AVENIDAS, CRECHES, PREFEITURA, CENTRO DE IDOSOS, CEMEG, CEBEM E POSTOS DE SAÚDE. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 101.2019 - Contrato Nº: 73.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ILOMAR JUNIOR FOLLMANN ME Valor : 140.793,24 (cento e quarenta mil setecentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) Vigência : Início: 01/07/2019 Término: 30/06/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2017 Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (238) Saldo: 94.615,00 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, "prorrogar o prazo de vigência e reajustar o valor" de prestação de serviço, contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DAS RUAS DA CIDADE, DESBROTE DE ÁRVORES, LIMPEZA DAS LIXEIRAS DA CIDADE, LIMPEZA DE MEIO FIOS, LIMPEZA DE RUAS APÓS PERÍODO DE CHUVAS E LIMPEZA DA CIDADE APÓS FESTIVIDADES. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 104.2019 - Contrato Nº: 9.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 1.573,65 (um mil quinhentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos) Vigência : Início: 08/07/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2017 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, alterar o trajeto do item 3 com supressão do valor contratado, por meio do Processo Licitatório Nº 168/2017, Contrato Principal Nº 09/2018 e aditivos subsequentes. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 106.2019 - Contrato Nº: 148.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 11/07/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 176/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (supressão) do ITEM 01 licitado conforme Pregão Presencial n.º176/2018, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. Aditivo Nº : 107.2019 - Contrato Nº: 148.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 16/07/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 176/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (supressão) do ITEM 01, e 03 licitado conforme Pregão Presencial n.º176/2018, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 108.2019 - Contrato Nº: 67.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAVILAJE ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA - EPP Valor : 22.119,48 (vinte e dois mil cento e dezenove reais e quarenta e oito centavos) Vigência : Início: 17/07/2019 Término: 28/07/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019 Recursos : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (222) Saldo: 22.119,48 Objeto : O presente termo tem por finalidade, SUPRIMIR e ADITIVAR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A COMPLEMENTAÇÃO DO PAVILHÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES BALDUÍNO SCHNEIDER, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 109.2019 - Contrato Nº: 59.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA Valor : 17.050,00 (dezessete mil cinq-enta reais) Vigência : Início: 19/07/2019 Término: 27/07/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2019 Recursos : Dotação: 1.059.4.4.90.00.00.00.00 (223) Saldo: 17.050,00 Objeto : O presente termo tem por finalidade ADITIVAR O VALOR para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER READEQUAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES BALDUÍNO SCHNEIDER, CONFORME PROJETO ELÉTRICO EM ANEXO. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Contrato Nº.: 110.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: IDIANA AMELIA DALSOLIO Valor : 637.452,75 (seiscentos e trinta e sete mil quatrocentos e cinq-enta e dois reais e setenta e cinco centavos) Vigência : Início: 23/07/2019 Término: 30/03/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 98/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDADE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Contrato Nº.: 111.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 2.371.803,56 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e três reais e cinq-enta e seis centavos) Vigência : Início: 23/07/2019 Término: 30/03/2020 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 98/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDADE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019

-Aditivo Nº : 112.2019 - Contrato Nº.: 40.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: JOSEMA CONSTRUÇÕES EIRELI Valor : 4.173,20 (quatro mil cento e setenta e três reais e vinte centavos) Vigência : Início: 30/07/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE LINHA SÃO LUIZ (copa e área de jogos), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. Recursos próprios do Município. São José do Cedro, 31 de Julho de 2019.

EXTRATO HOMOLOGADOS MES 07/2019

Publicação Nº 2108855

PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2019 PROCESSO Nº 94/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/COMPONENTES DE INFORMÁTICA, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, MEDICAMENTOS e OUTROS E AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA ESCRITÓRIO.-----CONTRATADO: MECANICA AGRICOLA CASMAC LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 10.299,00 (dez mil duzentos e noventa e nove reais)-----CONTRATADO: INDREL INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LONDRINENSE LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 10.240,00 (dez mil duzentos e quarenta reais)-----CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL VALOR DA DESPESA: R\$ 1.096,00 (um mil e noventa e seis reais)-----CONTRATADO: J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2019 PROCESSO Nº 96/2019 HOMOLOGAÇÃO: 03/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA SER UTILIZADO NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: MERCADO ALBANESE LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais)-----CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES SPP LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 6.950,00 (seis mil novecentos e cinq-enta reais)-----CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 1.029,00 (um mil e vinte e nove reais)-----CONTRATADO: MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 705,00 (setecentos e cinco reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2019 PROCESSO Nº 95/2019 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A RETIRADA E INSTALAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA COM TROCA DE TERÇAS DE MADEIRA POR TERÇAS METÁLICAS NO GINÁSIO DE ESPORTES DO BAIRRO PRÓ-MORAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO.-----CONTRATADO: IDIANA AMELIA DALSOLIO VALOR DA DESPESA: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019 PROCESSO Nº 99/2019 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL QUALIFICADO PARA A REALIZAR CICLOS DE PALESTRAS A SER MINISTRADAS ÀS FAMÍLIAS QUE USUFRUAM DO PROGRAMA "PAIF - BOLSA FAMÍLIA - CRAS NO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: GILBERTO OLIVEIRA RODRIGUES 08295371983 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2019 PROCESSO Nº 92/2019 HOMOLOGAÇÃO: 11/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA DIVISÓRIAS DO TIPO NAVAL, COM PORTAS E VIDROS, PARA INSTALAÇÃO NA NOVA SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.-----CONTRATADO: VIDRACARIA FERRARI LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 17.821,62 (dezessete mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2019 PROCESSO Nº 101/2019 HOMOLOGAÇÃO: 11/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA NOVA e UMA CONCHA ESTREITA NOVA PARA RETROESCAVADEIRA, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO E DEMAIS SECRETARIAS.-----CONTRATADO: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA. VALOR DA DESPESA: R\$ 208.400,00 (duzentos e oito mil quatrocentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2019 PROCESSO Nº 102/2019 HOMOLOGAÇÃO: 12/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇO DE EXTRAÇÃO, TRANSPORTE E SERRA DE MADEIRA "EUCALIPTO", ORIUNDAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES BALDUÍNO SCHNEIDER E MÓDULO ESPORTIVO DO MUNICÍPIO. Operação autorizada pela Lei n.4.816/2016.-----CONTRATADO: MADEIREIRA SANTA TEREZINHA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 56.700,00 (cinq-enta e seis mil e setecentos reais) =====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2019 PROCESSO Nº 105/2019 HOMOLOGAÇÃO: 19/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEOS PARA MANUTENSÃO PREVENTIVA DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SEMAE, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: MECANICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTI LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 26.722,10 (vinte e seis mil setecentos e vinte e dois reais e dez centavos)-----CONTRATADO: POSTO CEDRO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 5.821,30 (cinco mil oitocentos e vinte e um reais e trinta centavos)-----CONTRATADO: ELTON AMANN ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.306,00 (três mil trezentos e seis reais) =====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 PROCESSO Nº 106/2019 HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FARDAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 22.909,40 (vinte e dois mil novecentos e nove reais e quarenta centavos) =====

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 98/2019 PROCESSO Nº 98/2019 HOMOLOGAÇÃO: 23/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDADE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45.-----CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.371.803,56 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e três reais e cinq-enta e seis centavos)-----CONTRATADO: IDIANA AMELIA DALSOLIO VALOR DA DESPESA: R\$ 637.452,75 (seiscentos e trinta e sete mil quatrocentos e cinq-enta e dois reais e setenta e cinco centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2019 PROCESSO Nº 107/2019 HOMOLOGAÇÃO: 23/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EXTERNA/INTERNA DE VEÍCULOS DO TIPO ÔNIBUS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.-----CONTRATADO: FABIANO MAGALHAES 06777841989 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinq-enta reais) =====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2019 PROCESSO Nº 80/2019 HOMOLOGAÇÃO: 25/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO NAS ATIVIDADES/OCORRÊNCIAS DE COMBATE A INCÊNDIO ESTRUTURAL E RESGATE VEICULAR PELOS BOMBEIROS MILITARES E BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 6.725,00 (seis mil setecentos e vinte e cinco reais)-----CONTRATADO: DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA VALOR DA DESPESA: R\$ 51.697,00 (cinq-enta e um mil seiscentos e noventa e sete reais)-----CONTRATADO: JGB EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA SA VALOR DA DESPESA: R\$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2019 PROCESSO Nº 108/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM PORTÃO DE CORRER, TINTAS e OUTROS MATERIAIS PARA PINTURA, bem como CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE FORNEÇAM SERVIÇOS DE PINTURA E SERVIÇOS METALÚRGICOS, para EXECUTAR REPAROS EM UNIDADES ESCOLARES, ABRIGOS DE PASSAGEIROS e UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO DE PADRE RÉUS.-----CONTRATADO: BRAULIO C. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.434,00 (um mil quatrocentos e trinta e quatro reais)-----CONTRATADO: MLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 1.439,99 (um mil quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e nove centavos)-----CONTRATADO: SOMA PRINT IMPRESSÃO DIGITAL LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 10.355,00 (dez mil trezentos e cinq-enta e cinco reais)-----CONTRATADO: BOSSA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)-----CONTRATADO: VALDIR JOSE TREVISOL 40256090025 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.780,10 (um mil setecentos e oitenta reais e dez centavos)-----CONTRATADO: ALCENO NEUMANN VALOR DA DESPESA: R\$ 3.268,14 (três mil duzentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos)-----CONTRATADO: DIEGO ROBERTO SMANIOTTO 05844076966 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.639,00 (um mil seiscentos e trinta e nove reais) ==

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2019 PROCESSO Nº 83/2019 HOMOLOGAÇÃO: 29/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para ELABORAR O PROJETO ELÉTRICO, O PROJETO DO SPDA E O PROJETO DE ALARME DE INCÊNDIO, DESTINADOS AO NOVO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG) DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-----CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 14.100,00 (quatorze mil cem reais) ==

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2019 PROCESSO Nº 103/2019 HOMOLOGAÇÃO: 30/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MAESTRO PARA MINISTRAR AULAS PARA OS ALUNOS DA BANDA SÃO JOSÉ DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: CINARA PICCINI CAPELLARI 01937416950 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019 PROCESSO Nº 113/2019 HOMOLOGAÇÃO: 31/07/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VISANDO ASSEGURAR OS USUÁRIOS, O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TERCEIROS ENVOLVIDOS EM EVENTUAIS ACIDENTES E OUTROS DANOS.-----CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. VALOR DA DESPESA: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)-----CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.169,98 (um mil cento e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 PROCESSO Nº 15/2019 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2019 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DEMANDADOS JUDICIALMENTE CONTRA O MUNICÍPIO, bem como, MEDICAMENTO PARA LIVRE DISPENSA NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 12.800,00 (doze mil oitocentos reais)-----CONTRATADO: DIMEVA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 3.645,00 (três mil seiscentos e quarenta e cinco reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019 PROCESSO Nº 16/2019 HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2019 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ACESSIBILIDADE PARA ATENDER AS OBRAS DE ADAPTAÇÃO CONFORME PREVISTO NO INQUÉRITO CÍVEL - SIG Nº 06.2016.00004752-5.-----CONTRATADO: URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)-----CONTRATADO: FORZA PROJETOS IMOBILIARIOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 4.605,00 (quatro mil seiscentos e cinco reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019 PROCESSO Nº 17/2019 HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2019 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE QUE REALIZE CIRURGIAS DE OTORRINOLARINGOLOGIA PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: ASSOCIACAO BENEF.HOSPITALAR DE CEDRO

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019 PROCESSO Nº 18/2019 HOMOLOGAÇÃO: 25/07/2019 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO E DEMAIS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: PAPELARIA ASTOR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 3.165,80 (três mil cento e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)-----CONTRATADO: J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE VALOR DA DESPESA: R\$ 350,00 (trezentos e cinq-enta reais)-----CONTRATADO: BELINKI & SOUZA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 9.536,25 (nove mil quinhentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)-----CONTRATADO: PREMIER COMERCIO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 121,80 (cento e vinte e um reais e oitenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 PROCESSO Nº 19/2019 HOMOLOGAÇÃO: 31/07/2019 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE INJEÇÕES INTRA VITREO COM LUCENTIS (RANIBIZUMABE), PARA A PACIENTE IREMA DAL'AGNESE BAVARESCO (conforme ação cominatória movida em desfavor do município, constante nos autos 065.12.001136-5).-----CONTRATADO: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 37.811,76 (trinta e sete mil oitocentos e onze reais e setenta e seis centavos) =====

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.121/2019

Publicação Nº 2107614

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº121/2019
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº121/2019, Edital de Pregão Nº121/2019, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE DESMONTAGEM/CONCERTO/MONTAGEM DE PNEUS, SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM DE TORRE e SERVIÇO CASTER, PARA TODOS OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE, SEMAE, FUNREBOM, POLICIA CIVIL e POLICIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 16/08/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

TERMO DE FOMENTO Nº 005/2019

Publicação Nº 2108782

TERMO DE FOMENTO n.º 005/2019

Processo n.º 06/2019

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.781/0001-10, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda, nº1049, Centro, nesta cidade de São José do Cedro - SC, neste ato representado pelo Sr. Antônio Plinio de Castro Silva, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 97489971 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob n.º 057.708.009-17, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DO OESTE DE SANTA CATARINA, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 86.791.795/0001-19, sediada na Rua Olavo dias de Castro, 200-E, Loteamento Dom Fabiano, Bairro Passo dos Fortes, Município de Chapecó - SC, neste ato representada por seu Presidente Sr. Antonio Carlos Rigo, portador de RG nº 1.126.960 e CPF nº 429.834.609-91, residente e domiciliado na cidade de Chapecó - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA resolvem celebrar o presente termo, consoante disposições legais expressas na Lei 13.019/2014, em especial as do art. 2º, VIII e art. 31, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 4.583/2017 e Decreto Municipal nº 5.980/2017, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de São José do Cedro e a Associação de Deficientes Visuais do Oeste de Santa Catarina, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Cedrense de vagas para atendimento educacional especial de alunos com deficiência visual, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, alimentação, lazer, educação, atendimentos desenvolvidos pelo CAESP/ADEVOSC e ou em atividades de projetos como paradesporto, convivência, coral, teatro,

atividades laborais, cinoterapia e artesanato, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Cerdenses portadores de deficiência visual que frequentam a ADEVOSC, conforme Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Desenvolver serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência visual, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo toda a demanda e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo.
- b) Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos atendidos previstos no Plano de Trabalho;
- c) Atender às necessidades dos alunos que frequentam a ADEVOSC;
- d) Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos.
- e) Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;
- f) Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS;
- g) Encaminhar à rede regular municipal os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;
- h) Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;
- i) Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;
- j) Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;
- k) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- l) Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;
- m) Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA, caso ocorra;
- n) Prestar contas, perante a administração Municipal de São José do Cedro - SC, até o dia 10 de cada mês, em relação aos recursos recebidos e aplicados no mês imediatamente anterior, cujos valores e documentos, embora consolidados, deverão permitir a contabilização da baixa de responsabilidade individualizada em cada centro de custo utilizado para empenhamento no Fundo Municipal de Assistência Social.
- o) Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- p) Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:
 - I) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;
 - II) pagamento de aluguel, assessoria jurídica, honorários contábeis, água, telefone, transporte, combustível, internet, diárias, deslocamentos, hospedagem, alimentação, assessoria de elaboração e acompanhamento de projeto, assessoria de marketing, material de expediente, tarifas transações bancárias, material digital, produção de material físico ou digital (prestação de serviços de vídeos, áudios, fotos, jornais, rádios, flyer, placas, banner), material educativo, esportivo, material de processamento de dados, manutenção de bens, manutenção e conservação de equipamento entre outras,.
 - III) Demais despesas especificadas no Plano de Trabalho.
- q) Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- r) Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Transferir os recursos à CONTRATADA, no valor equivalente a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) divididas em 02 parcelas (meses), conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho;
- b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
 - b.1 – Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;
 - b.2 – Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
 - b.3 – Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
 - b.4 – Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;
 - b.5 – Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
 - a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
 - b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
 - c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
 - d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
 - b.6 - Para fins de interpretação do item b.5 entende-se por:
 - a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
 - b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Contratante repassará à Contratada, o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) atualizados anualmente no mês de julho, utilizando-se no mínimo o índice IGPM, acumulado dos últimos doze meses, de junho do ano imediatamente anterior.

Os recursos deverão ser movimentados pela CONTRATADA em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco Caixa Econômica Federal, Agência nº 1896, operação 003 e Conta corrente nº 4.553-5.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 meses, prorrogável por igual período até completar 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONTRATADA deverá realizar prestação contas, perante a administração Municipal de São José do Cedro - SC, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, em relação aos recursos recebidos e aplicados no mês imediatamente anterior.

Deverá ainda, ao final de cada exercício financeiro realizar prestação de contas de forma consolidada, nos termos do artigo 69 da Lei 13.019/14;

A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.
- Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Lei 13.019/14.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da CONTRATADA, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18-00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS
18.01	COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Proj/Ativ	2.102 – PROGRAMA DE APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
Elemento	3.3.50.00.00.00
Recurso	0.1.0000. – RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	“241” subvenções sociais
Valor	R\$6.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 4.583/2017 e Decreto Municipal nº5.980/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Os participantes elegem o Foro da comarca de São José do Cedro - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

São José do Cedro - SC, 15 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS RIGO
Presidente ADEVOSC

Procuradoria do Município

Testemunha: Testemunha:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO DE FOMENTO Nº 006/2019

Publicação Nº 2108788

TERMO DE FOMENTO n.º 006/2019

Processo n.º 07/2019

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.781/0001-10, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda, nº1049, Centro, nesta cidade de São José do Cedro - SC, neste ato representado pelo Sr. Antônio Plínio de Castro Silva, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 97489971 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 057.708.009-17, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e o GRUPO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS HIMMELBLAU, entidade privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 00.197.255/0001-96, sediada na Linha Santa Terezinha, Município de São José do Cedro - SC, neste ato representada por seu Presidente Sr. Cleiton José Etges, portador de RG nº 3.269.662 e CPF nº 071.707.539-70, residente e domiciliado na cidade de São José do Cedro - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA resolvem celebrar o presente termo, consoante disposições legais expressas na Lei 13.019/2014, em especial as do art. 2º, VIII e art. 31, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 4.827/2019 e Decreto Municipal nº 5.980/2017, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de São José do Cedro e o Grupo de Danças Folclóricas Himmelblau, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas à aquisição de 06 (seis) pares de trajes típicos alemães, conforme Plano de Trabalho em anexo, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;
- b) Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;
- c) Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;
- d) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- e) Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;
- f) Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA, caso ocorra;
- g) Prestar contas, perante a administração Municipal de São José do Cedro - SC, em até 180 dias a partir da data de recebimento do recurso financeiro;
- h) Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- i) Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento.
- j) divulgar, na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável; b) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ; c) descrição do objeto da parceria; d) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Transferir os recursos à CONTRATADA, no valor equivalente a R\$ 8.502,00 (oito mil quinhentos e dois reais), conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho;
- b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
 - b.1 – Apreçar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;
 - b.2 – Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
 - b.3 – Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

- b.4 – Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;
- b.5 – Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
 - Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
 - Não cumprimento do Plano de Trabalho.
 - Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
- b.6 - Para fins de interpretação do item b.5 entende-se por:
- Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
 - Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
 - Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Contratante repassará à Contratada, o montante de R\$ 8.502,00 (oito mil quinhentos e dois reais), em parcela única.

Os recursos deverão ser movimentados pela CONTRATADA em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco SICREDI, Agência nº 0738, Conta corrente nº 49866-9.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

A CONTRATADA deverá realizar prestação contas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do recebimento dos recursos financeiros, perante a administração Municipal de São José do Cedro - SC, de forma consolidada, nos termos do artigo 69 da Lei 13.019/14 e Instrução Normativa nº 014/2012/TCE-SC;

A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.
- Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Lei 13.019/14.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

04-00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.03	DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.014 – CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E ASSISTENCIA SOCIAL
Elemento	3.3.50.00.00.00.00
Recurso	0.3.0000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	“231” Transf instituições privadas sem fins lucrativos
Valor	R\$8.502,00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 4.827/2019 e Decreto Municipal nº 5.980/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Os partícipes elegem o Foro da comarca de São José do Cedro - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

São José do Cedro - SC, 15 de julho de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

CLEITON JOSÉ ETGES

Presidente HIMMELBLAU

Procuradoria do Município

Testemunha:

Nome:

CPF:

Testemunha:

Nome:

CPF:

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019 - SRP - PR Nº 024/2019 - FMS

Publicação Nº 2108946

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/08/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FÓRMULAS EM PÓ E FÓRMULA INFANTIL DESTINADAS AOS PACIENTES COM DIFICULDADE NA ALIMENTAÇÃO CADASTRADOS NO SERVIÇO SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 31 de Julho de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2019 - SRP - PR Nº 080/2019

Publicação Nº 2108976

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/08/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS PARA PERMANÊNCIA NO CEIM MUNDO COLORIDO, BEM COMO PARA O EVENTO ALUSIVO AO "DIA DA CRIANÇA", ORGANIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 31 de Julho de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004, DE 12 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2107518

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004, DE 12 DE JULHO DE 2019.

Origem: Art. 59-A, da Lei Complementar nº 118/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Lourenço do Oeste/SC, e artigos 133-A e 133-C, da Lei Complementar nº 13, de 07 de outubro de 1993 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacaréi/SP.

Cessionário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cedente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacaréi – SAAE, CNPJ nº 48.962.625/0001-60.

Objeto: Cessão de servidor(a) pertencente ao quadro de pessoal do cedente, para prestar serviços junto ao cessionário.

Obrigações do Cessionário: pagamento do vencimento base; décimo terceiro e adicional de 1/3 incidente sobre as férias (ambos correspondentes ao vencimento base) e contribuição previdenciária patronal da servidora cedida (referente a estas verbas); vale alimentação; encaminhar mensalmente ao cedente o controle de frequência previsto no item II.2 da servidora cedida; zelar pelo cumprimento do disposto na cláusula segunda.

Obrigações do Cedente: pagamento das verbas salariais complementares (adicional por tempo de serviço (Anuênio), plano de carreira (promoção), sexta-parte previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacaréi Lei Complementar nº 13/93, inclusive quando incidentes sobre o décimo terceiro e férias, para os quais a servidora já tenha adimplido os requisitos, fazendo jus ao recebimento); efetuar os descontos na folha de pagamento (contribuição previdenciária e imposto de renda); repasse do valor relativo a contribuição previdenciária feito pelo cessionário ao Instituto de Previdência do Município de Jacaréi - IPMJ; no pagamento das férias e décimo terceiro salário será aplicado o mesmo critério previsto na alínea "a" desta Cláusula, no que tange aos adicionais que sobre esses venham a incidir; comunicar ao cessionário as alterações no vencimento base da servidora, decorrentes de recomposição ou alteração legislativa.

Data da assinatura: 12/07/2019.

Vigência: da data da assinatura até 31 de dezembro de 2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Cessionário e Nelson Gonçalves Prianti Junior - pelo Cedente.

PORTARIA Nº 970, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109203

PORTARIA Nº 970, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a pedido a partir de 01 de agosto de 2019, a servidora Pública Municipal TANIA LAZARIN SPRICIGO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 330/01, em decorrência de Aposentadoria por tempo de contribuição, espécie 57 da Previdência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:

____/____/2019

PORTARIA Nº 971, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109204

PORTARIA Nº 971, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a pedido a partir de 01 de agosto de 2019, o servidor Público Municipal NARCISIO FURLAN, ocupante do cargo efetivo de Professor de História, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 365/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:

____/____/2019

PORTARIA Nº 972, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109206

PORTARIA Nº 972, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a pedido a partir de 13 de agosto de 2019, a servidora Pública Municipal DEBORA CRISTINA CALEFFI DE ALMEIDA PIOVE-SAN, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3207/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
____/____/2019

PORTARIA Nº 973, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109210

PORTARIA Nº 973, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 6.269, de 06 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora ZELENI R CATIA DE MENEZES, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
____/____/2019.

PORTARIA Nº 974, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109214

PORTARIA Nº 974, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 02/2019, homologado pelo Decreto nº 6.208, de 25 de fevereiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 01 de agosto a 10 de dezembro de 2019, a Senhora NAIHÁ DE LIMA BITENCOURT DE MELO no cargo de Professor Habilitado – ACT, 20 (vinte) horas semanais turno matutino/vespertino, para atuar na disciplina de História, na EBM São Lourenço.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____/____/2019.

PORTARIA Nº 975, DE 31 JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109215

PORTARIA Nº 975, DE 31 JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município e com base no artigo 59 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art. Ceder, com ônus para o Município, o servidor público municipal JOSÉ CARLOS CARMINO ALEXANDRE, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, matrícula 1911/01, para exercer suas funções junto ao COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CDM, pelo período de 01 de agosto de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 976, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109218

PORTARIA Nº 976, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no § 4º, art. 45 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, o servidor público municipal GUSTAVO POGERE, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3313/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à Contadoria Geral do município, a partir de 01 de Agosto de 2019, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 977, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109220

PORTARIA Nº 977, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no § 4º, art. 45 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, o servidor público municipal EDISSON ARI PILETTI, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1943/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à Contadoria Geral do município, a partir de 01 de Agosto de 2019, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____/____/2019.

PORTARIA Nº 978, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2109223

PORTARIA Nº 978, DE 31 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no § 4º, art. 45 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, o servidor público municipal DANIEL IORIS, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais, matrícula nº 1916/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – Diretoria da Fazenda, a partir de 01 de Agosto de 2019, por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____/____/2019.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 192/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2108416

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação realizados por Médico do Trabalho, para serem utilizados por todos os servidores municipais, de acordo com o Anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 19 de agosto de 2019.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199 fones (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 31 de julho de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EDITAL Nº 007/2019

Publicação Nº 2109093

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EDITAL Nº 007/2019

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal e do excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 6.616/2012;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera, dentre outros, que a educação é um direito social sendo competência comum aos municípios proporcionar seus meios de acesso;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência na educação, não se admitindo que as aulas sejam interrompidas por falta de educadores;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 6.616/2012, Art. 2º, §1º que determina que a contratação de professor substituto far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 6616/2012, a qual dispõem no Art. 2º, § 4º, que os afastamentos decorrentes de licenças ou afastamentos serão os previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ou em Norma Federal, de concessão obrigatória;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, Art. 7º inciso XVIII, determina os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, como a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário. Da mesma forma a Lei Complementar Municipal 009/2012, esta que preconiza que será concedida licença à gestante pelo prazo de 180 dias.

CONSIDERANDO que há servidor ocupante do cargo de Professor de Língua Portuguesa em licença maternidade com previsão de término para 17 de novembro de 2019.;

CONSIDERANDO que não há profissionais classificados para serem chamados no Processo Seletivo 003/2018;

O Município de São Miguel do Oeste – SC realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor de Língua Portuguesa para atuar no município de São Miguel do Oeste.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será acompanhado pela Comissão legalmente constituída, formada pelas servidoras efetivas e estáveis: Marialice Brassiani, Técnico Administrativo, Janaine Graziela dos Santos Tiepo, Técnico Administrativo; e Jaqueline Gaboardi, Assessor

Especial Pedagógico. A Comissão supervisionará todas as etapas do Processo, desde a Elaboração ao Julgamento do Certame, concluindo com Relatório que apresentará a Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência para a devida homologação após a Publicação do Resultado Final.

1.2 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.3 Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

2. DOS CARGOS

2.1- Professor de Língua Portuguesa

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Professor de Língua Portuguesa	01	40 h/sem	Licenciatura em Letras – Português	R\$ 2.630,52 40h

2.2- Professor de Língua Portuguesa não Habilitado

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Professor de Língua Portuguesa	01	40 h/sem	Cursando Letras – Português. A partir do 5º Semestre do Curso.	R\$ 2.557,73 40h

3.0 DO PROCESSO SELETIVO

3.1 REQUISITOS

3.1.1- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, 18/04/1972;

3.1.2- Gozo dos direitos políticos;

3.1.3- Estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.4- Nível de escolaridade exigido para o cargo;

3.1.5- Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a lei determine situação adversa;

3.1.6- Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos públicos (art. 37 inciso XVI da CF);

3.1.7- Não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem responder a processo penal por crime que o incompatibilize a exercer a função pública.

4.0 DA INSCRIÇÃO

4.1- As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão na Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência, situada na Rua Marílio Dias, 1199 - Centro, Centro de São Miguel do Oeste.

4.2- As inscrições serão realizadas do dia 30/07/2019 ao dia 08/08/2019, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

4.3- A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular.

4.4- O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munidos dos documentos exigidos no item 4.5;

4.5- No ato da inscrição o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitado e entregar cópias simples dos seguintes documentos.

a) Documento de Identidade;

b) CPF;

c) Título de Eleitor;

d) Certidão de quitação eleitoral;

e) Alistamento militar, no caso de candidatos do sexo masculino;

f) Inscrição no PIS/PASEP;

g) Comprovante de residência;

h) Curriculum Vitae, devidamente documentado;

i) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.7- Deverão constar no Curriculum Vitae, as informações relativas a dados pessoais, documentação, escolaridade, experiência profissional, qualificação profissional e exigências inerentes do cargo. As informações prestadas no Curriculum Vitae serão de inteira responsabilidade do candidato que deverá fazê-las de forma correta e legível com a comprovação das informações prestadas através de documento comprobatório

4.8 – Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição;

4.9- Os documentos apresentados deverão estar no vernáculo;

4.10- A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente;

4.11- Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.12- Será automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

5.0 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1- O Processo Seletivo será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência, realizada por Comissão constituída para este fim.

5.2-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS HABILITADOS

4.1.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- I- Doutorado; 3,0 (três pontos);
- II- Mestrado; 2,5 (dois pontos e meio);
- III- Pós Graduação; 2,0 (dois pontos);
- IV- Graduação; 1,5 (um ponto e meio).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II, III e IV.

5.2.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.2.2.1 - Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de educação, atuando como Professor de Língua Portuguesa. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício limitado a 5,0 (cinco pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

5.3-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS NÃO HABILITADOS

5.3.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- I- Graduação; 3,0 (três pontos);
- II- Ensino Médio; 2,0 (dois pontos).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II.

5.3.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.3.3.1 - Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de educação, atuando como Professor de Língua Portuguesa. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício limitado a 5,0 (cinco pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

6.0 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1- O resultado deste Processo Seletivo Simplificado será Publicado no dia 12 de agosto de 2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

6.2- A pontuação total do candidato, utilizada para fins de classificação será o somatório da pontuação obtida na qualificação profissional e tempo de experiência, ocorrendo empate, será considerado como critério de desempate o maior tempo de atuação na área, persistindo o empate o critério para desempate será o de maior idade.

6.3- O candidato deve comprovar a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital. O candidato que não atender a este item terá sua inscrição CANCELADA, sendo ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado.

6.4- O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado das avaliações disporá de dois dias para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do resultado, e deverá protocolar na recepção da prefeitura ou encaminhar por correio eletrônico, utilizado na inscrição do candidato, para o endereço; gestao1@saomiguel.sc.gov.br, no horário das 8 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia, ininterruptamente.

6. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

7.1- A chamada dos candidatos classificados para ocuparem as vagas, será feita pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

7.2- O candidato terá prazo de 48 horas, subsequente à convocação, para comparecer a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência no setor de Recursos Humanos com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

7. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

7.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.

7.2-Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo serão feitas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

7.3- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.

7.4- A aprovação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o preenchimento das vagas disponíveis.

7.5- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 8.2 deste edital.

7.6- O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, contado da publicação de sua homologação.

8. Cronograma de realização do processo seletivo simplificado

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	29/07/2019	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Inscrições	30/07/2019 a 08/08/2019	Na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência.
Publicação do Resultado Preliminar	12/08/2019	A partir das 17h, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	13/2019 a 14/08/2019	Por Correio Eletrônico gestao1@saomiguel.sc.gov.br ou protocolado na Recepção da Prefeitura.
Publicação do Resultado Final	15/08/2019	A partir das 17h, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br
Homologação	15/08/2019	

São Miguel do Oeste, 29 de julho de 2019.

LEILA FÁTIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 063/2019

Publicação Nº 2108341

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 063/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 164, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA CRISTINA DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 070.334.269-09, residente a Rua Adelino Joaquim Santos, nº 286, Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I -AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/08/2019, findando no dia 19/11/2019, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte e cinco (25) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

ANA CRISTINA DUARTE
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 064/2019

Publicação Nº 2108342

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 064/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 164, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora WANIA

MARIA NUNES GONÇALVES, brasileira, separada, inscrita no CPF sob nº. 642.540.200-82, residente a Rua Engelberto Koerich, nº 159, Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/08/2019, findando no dia 30/08/2019, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de

vinde e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta e duas (32) horas aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

WANIA MARIA NUNES GONÇALVES

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 065/2019

Publicação Nº 2108345

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 065/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 164, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora NATALIA ROSA DE SOUZA BRIZOLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 073.262.649-88, residente a Rua Vidal Vicente Andrade, nº 1290, Forquilha- São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA I HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/08/2019,

findando no dia 13/12/2019, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de dezesseis (16) horas aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

NATALIA ROSA DE SOUZA BRIZOLA
CONTRATADA
Testemunhas:

PORTARIA N.º 229/2019

Publicação Nº 2108366

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 229/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA SIMÕES DUARTE, ocupante do cargo de Telefonista, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA SIMÕES DUARTE, pelo período de 14 (catorze) dias, a contar da data de 17/07/2019, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/07/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de julho de 2019.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 234/2019

Publicação Nº 2108348

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 234/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidora VANICE JANETE BERG FERRARI, ocupante do cargo de Professora II Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora VANICE JANETE BERG FERRARI, a partir de 26/07/2019 até 06/08/2019 conforme perícia homologada pela Previdência Social - INSS.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/07/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de julho de 2019.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 235/2019

Publicação Nº 2108351

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 235/2019

Dispõe sobre alteração de carga horária do servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 42, da Lei Complementar nº. 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar a carga horária do servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, de vinte para quarenta horas semanais, a partir de 12/08/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de julho de 2019.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 236/2019

Publicação Nº 2108353

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 236/2019

Exonera ANA CAROLINA CORDEIRO SILVA do cargo de Professora II Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, ANA CAROLINA CORDEIRO SILVA do cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 047/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 237/2019

Publicação Nº 2108355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 237/2019

Admite em Caráter Temporário ANA CRISTINA DUARTE para o cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANA CRISTINA DUARTE para o cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 063/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 238/2019

Publicação Nº 2108358

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 238/2019

Admite em Caráter Temporário WANIA MARIA NUNES GONÇALVES para o cargo de Professora I Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, WANIA MARIA NUNES GONÇALVES para o cargo de Professora I Horista, contrato de trabalho nº. 064/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 239/2019

Publicação Nº 2108362

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 239/2019

Admite em Caráter Temporário NATALIA ROSA DE SOUZA BRIZOLA para o cargo de Professora I Horista.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, NATALIA ROSA DE SOUZA BRIZOLA para o cargo de Professora I Horista, contrato de trabalho nº. 065/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de agosto de 2019.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 079.2019

Publicação Nº 2107944

RESCISÃO DE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, resolve rescindir a partir de 10/07/2019, o Contrato de Prestação de Serviços Nº 079/2019 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e ADEMIR BOSQUETTI MATEUS - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede na Servidão Salum Silva, nº 78, Caveiras – 88162-792 - Biguaçu/SC, doravante denominado CONTRATADA.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de julho de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 054/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA LUCINEIA VIEIRA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Publicação Nº 2108692

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 054/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA LUCINEIA VIEIRA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 164, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora LUCINEIA VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 006.007.999-13, residente a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº 141, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 054/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 054/2019 até a data do término do afastamento da servidora titular Maria Luzia Kons Rios, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até o dia 13/12/2019, fica esta data sendo como término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 31 de julho de 2019.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2019-FMS

Publicação Nº 2107415

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2019-FMS
PROCESSO Nº. 34/2019-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 29 de julho de 2019, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Insumos utilizados por paciente diabético, determinado através da Ação Civil Publica autuada sob o nº 5001155-22.2011.404.7209/SC para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2019-FMS, realizar-se-á em 22 de agosto de 2019, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h00min às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 31 de julho de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2019-FMS

Publicação Nº 2107466

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2019-FMS

PROCESSO Nº. 35/2019-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para construção, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, de sala para profissionais do setor Saúde, através da união de módulos, totalizando a área mínima construída de 28,8m², para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de agosto de 2019 às 08h45min.
Abertura do Processo: 28 de agosto de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de agosto de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2019-SANEAMENTO PROCESSO Nº. 15/2019-SANEAMENTO

Publicação Nº 2107451

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2019-SANEAMENTO
PROCESSO Nº. 15/2019-SANEAMENTO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de manutenção em motores elétricos, troca de óleo e rebubinação de motores, para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de agosto de 2019 às 08h45min.
Abertura do Processo: 27 de agosto de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de agosto de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2019-PMS

Publicação Nº 2107429

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2019-PMS
PROCESSO Nº. 86/2019-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de instrumentos musicais para banda municipal e projetos de música nas escola municipais para atender as necessidades das Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de agosto de 2019 às 08h45min.
Abertura do Processo: 23 de agosto de 2019 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de agosto de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2019-PMS

Publicação Nº 2107442

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2019-PMS

PROCESSO Nº. 87/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de agosto de 2019 às 14h.

Abertura do Processo: 22 de agosto de 2019 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 01 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.813/2019, DE 26 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2109225

DECRETO Nº 4.813/2019, DE 26 DE JULHO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 158.700,17 (cento e cinquenta e oito mil setecentos reais e dezessete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 1.500,00

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 26.400,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 100.000,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obras e Instalações R\$ 1.643,00

05.04.12.367.0003.2.017 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 500,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

06.03.15.451.0004.1.013 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalações R\$ 39,54

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0034 - Obras e Instalações R\$ 28.617,63

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.500,00

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS**03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentenças Judiciais R\$ 50.000,00

3.1.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentenças Judiciais R\$ 50.000,00

3.3.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentenças Judiciais R\$ 26.400,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.643,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.367.0003.2.017 - Manutenção da Educação Especial

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de Julho de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.979/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2109201

PORTARIA No 7.979/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019

NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos do Processo Administrativo nº 007/2019, de 31 de julho de 2019, os servidores Senhores Paulo Henrique Gneipel, Oclânia de Souza Todão e Valderi Rocha de Camargo, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de Processo Administrativo retro mencionado, destinado a apurar os fatos narrados no Ofício nº 016/2019-SMSGa, de 29 de julho de 2019, emitido pela Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental, através do qual a referida secretaria relata a necessidade de pagamento referente a aquisição de 12,00m³ de material britado, fornecido pela empresa Vogelsanger Engenharia Ltda. de acordo com a documentação comprobatória, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar a partir do dia subsequente da publicação da portaria no DOM/SC e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 31 de julho de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2019-FMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2108245

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2019 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 32/2019 Data do Processo: 03/07/2019
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 23/2019 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma/adequação na Unidade de Saúde do Centro no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME, cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. - EPP, OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de agosto de 2019, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 31 de Julho de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	- - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - Membro
Marlene Neumann	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	<div>TOMADA DE PREÇO</div> <div>Nr.: 1/2019 - TP</div>
	<div>Processo Administrativo:</div> <div>32/2019</div>
	<div>Processo de Licitação:</div> <div>03/07/2019</div>
<div>Folha: 2/2</div>	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 23/2019 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- JANUARIO LUIZ NUNES

- - Representante
- OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ

- - Representante
- FERNANDA RAFAELA DE SOUZA ROSNIAK

- - Representante

ATA TOMADA DE PREÇOS 05/2019-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2107619

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2019 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 77/2019 Data do Processo: 03/07/2019
Folha: 1/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 81/2019 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Gavetário no Cemitério Municipal, localizado na Rua Bela Vista, Bairro Centro, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME, cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura do envelope de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa OMVS CONSTRUTORA EIRELI - ME e J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA - ME. Será paralisa a sessão, devido a dúvidas com relação à proposta, a mesma será encaminhada para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata à empresa participante, bem como quadro comparativo de valores.

Schroeder, 31 de Julho de 2019

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	- - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	- - Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- - Membro
Marlene Neumann	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	- - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2019 - TP
	Processo Administrativo: 77/2019
	Processo de Licitação: Data do Processo: 03/07/2019
Folha: 2/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 81/2019 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ	- - Representante
DEBORA ALINE DA SILVA MARCHIORI	- - Representante

QUADRO COMPARATIVO TP 05/2019-PMS

Publicação Nº 2107622

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		77/2019		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		0,00									
Licitação.....:		5/2019 - TP															
Modalidade.....:		Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia															
Objeto.....:		contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Gavetário no Cemitério Municipal, localizado na Rua Bela Vista, Bairro Centro, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		-		22593		- GAVETÁRIO - Unidade: UN											
14212		J. CRISTIANO ROSNIAK ENGENHARIA				1,000		0,0000		62.295,2800		62.295,28		Indefinido		0	
12632		OMVS CONSTRUTORA LTDA				1,000		0,0000		75.068,1000		75.068,10		Indefinido		0	

Schroeder,	Em/...../.....
Daniela Samulescki -	- Presidente da Comissão
Ivandra de Souza -	- Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho -	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Viana -	- Membro
Marlene Neumann -	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo -	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle -	- Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller -	- Membro Suplente
Elair José Wendt -	- Membro Suplente

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 065/2019-- PL 140/2019 – COVEPAL

Publicação Nº 2108055

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 045/2019
Pregão Presencial nº 065/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Covepal Panificadora Ltda EPP, CNPJ nº 79.424.990/0001-45, estabelecida na Avenida Anita Garibaldi, nº. 21, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Ladir Cosmann, brasileiro, empresário, casado, RG nº 1.879.873-0, CPF nº 771.780.509-00, residente e domiciliado na rua Maurício Cardoso, s/nº, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 065/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de gêneros alimentícios, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 27.473,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 31/07/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/07/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 065/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/07/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Ladir Cosmann
Covepal Panificadora Ltda EPP
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 065/2019-- PL 140/2019 – ROBINSON

Publicação Nº 2108061

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 045/2019
Pregão Presencial nº 065/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Robinson Rodrigo Warken - ME, CNPJ nº 86.829.462/0001-31, estabelecida na rua Dom Pedro I, 231, sala 01, bairro Industrial, neste ato representada pelo Sr. Robinson Rodrigo Warken, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3.614.786, CPF nº 007.390.919-05, residente e domiciliado na rua 01, 663, loteamento Colina, bairro São João, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 065/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e proposta para aquisição de gêneros alimentícios, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 20.402,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 31/07/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/07/2020.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 065/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 31/07/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Robinson Rodrigo Warken
Robinson Rodrigo Warken - ME
Contratada

DECRETO Nº 1676

Publicação Nº 2109077

DECRETO Nº 1676/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019

Homologa Resolução nº 05, de 02 de julho de 2019, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que dispõe sobre a convocação da XIIª Conferência Municipal de Assistência Social e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso X, do art. 108 da Lei Orgânica do Município, e nos termos do inciso I do art. 29 da Lei Municipal nº 1.717, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre a reorganização da Assistência Social, do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, e dá outras providências:

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 05, de 02 de maio de 2017, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que dispõe sobre a convocação da XIIª Conferência Municipal de Assistência Social considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social".

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á, no dia 21 de agosto de 2019, com horário estabelecido para início as 13h00min, término as 17h00min, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situado na Rua Padre Anchieta, nº 200, centro, na cidade de Seara/SC.

Art. 2º A organização e coordenação da XIIª Conferência Municipal de Assistência Social será de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social e comissão específica para tal fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do Orçamento do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 31 de julho de 2019
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 31 de julho de 2019

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1674

Publicação Nº 2108933

DECRETO Nº 1674, de 30 de julho de 2019

Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 30.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1983, de 21 de novembro de 2018 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea "b", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1988, de 19 de dezembro de 2018, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para

o exercício de 2019 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 1.115 Construção, Ampliação e Melhoria do Sistema Rodoviário e Obras de Artes Correntes

Modalidade: 299 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro apurado do Balanço Patrimonial

do exercício anterior

Fonte: 0.3.000 – Recursos Ordinários 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 30 de julho de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de julho de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

DECRETO Nº 1675

Publicação Nº 2108523

DECRETO Nº 1675, de 31 de julho de 2019

Formaliza Termo de Credenciamento nº 019/2019 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 019/2019, Processo de Licitação nº 168/2019, Modalidade de Inexigibilidade nº 021/2019, de 29 de julho de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 29 de julho de 2019, fica CREDENCIADA a Sra. Livina Maria Corrêa Taborda para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 168/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 021/2019, datado em 29 de julho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 31 de julho de 2019

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 31 de julho de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

DECRETO N° 1677

Publicação N° 2108911

DECRETO N° 1677, de 31 de julho de 2019.

Revoga Decreto n° 1487, de 24 de agosto de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando a solicitação de descredenciamento formulada pela empresa Reafito Reabilitação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional Ltda,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto n° 1487, de 24 de agosto de 2018, que formalizou o Termo de Credenciamento n° 006/2018– FMS, vinculado do Processo Licitatório n° 026/2018 – Inexigibilidade de Licitação n° 007/2018– FMS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 31 de julho de 2019

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de julho de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

DECRETO N° 1678

Publicação N° 2108914

DECRETO N° 1678, de 31 de julho de 2019.

Formaliza Termo de Credenciamento n° 002/2019-FMS para atendimento com sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional pelo método Neuroevolutivo Bobath.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "j", da cláusula décima segunda, do Termo de Credenciamento n° 002/2019-FMS, Processo de Licitação n° 017/2019-FMS, Modalidade de Inexigibilidade n° 002/2019-FMS, de 30 de julho de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 30 de julho de 2019, fica CREDENCIADA a empresa Near - Núcleo Especializado de Avaliação e Reabilitação Ltda, para atendimento aos habitantes do município de Seara, com sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional pelo método Neuroevolutivo Bobath, conforme especificados no Anexo "C" do processo Licitatório n° 025/2017-FMS, Edital de Chamamento Público n° 002/2017-FMS, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório n° 017/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação de n° 002/2019-FMS, datado em 30 de julho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 31 de julho de 2019

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de julho de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

EDITAL 38 - HOMOLOGAÇÃO FINAL

Publicação Nº 2107502

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 38, DE 18 DE JUNHO DE 2019
HOMOLOGAÇÃO FINAL**

Operador de Máquinas Agrícolas e Similares Alfabetizado						
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Prova Teórica		Nota Prova Prática	Nota Final
			Acertos	Nota		
1	1581283	Rudinei Francisco Biassi	12	2,40	4,76	7,16
2	1570275	Alvaro Mateus Zandonai	10	2,00	4,72	6,72
3	1560932	Edervan Thiago Toffoli	9	1,80	2,99	4,79
4	1598527	Cleuciano Biondo	12	2,40	0,99	3,39
5	1598174	Mauri Paulo Machado	8	1,60	0,36	1,96
6	1598788	Sadi Siqueira	8	1,60	0,13	1,73

Seara – SC, 31 de Julho de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 42/2019

Publicação Nº 2107965

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 42, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Edital de Chamamento Público para o Cargo de auxiliar de ensino titulado, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara e dá outras providências e considerando o disposto no inciso VIII do art. 2º da Lei Complementar nº 098/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Administração Pública Municipal, e

CONSIDERANDO que na lista de candidatos aprovados no Edital n.º 74/2018 para ocupar a vaga de auxiliar de ensino titulado para atendimento aos alunos com necessidade educacional especializado-AEE, e que atendem o que determina a Resolução nº 04/2017, e legislação vigente, não há candidatos com habilitação e disponibilidade de horário;

CONSIDERANDO que durante o ano letivo surgem vagas em decorrência de solicitação de demissão por parte de profissionais habilitados ou até mesmo para suprir novas situações que poderão surgir,

Torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Chamamento Público para escolha de auxiliar de ensino titulado para atendimento educacional especializado-AEE, a ser admitido em caráter temporário para atuação no ano letivo de 2019, com habilitação em pedagogia educação especial, e ou habilitação em pedagogia e especialização em educação especial, conforme Resolução nº 04/2017.

1. NORMAS E PROCEDIMENTOS

1.1 A carga horária prevista para a função é de 20 horas semanais, com disponibilidade nos turnos em que os alunos frequentam o ensino regular, para atender os alunos que necessitam de Atendimento Educacional Especializado.

1.1.1 Os candidatos habilitados e interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria Municipal da Educação, munidos dos documentos relacionados no item 3, do presente edital.

1.2. A escolha da vaga ocorrerá no dia 02 de agosto de 2019 as 09h00min no auditório da Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua Beira Rio, nº 5, Centro, Seara/SC.

2. DAS VAGAS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

2.1. O número de vagas de Auxiliar de Ensino Titulado para atendimento educacional especializado-AEE: serão as que surgirem em

decorrência de demissão de profissionais ou novas situações com diagnóstico de necessidade,

2.2. Habilitação mínima para exercício de cargo: pedagogia em educação especial, e/ou habilitação em pedagogia e especialização em educação especial.

3. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:

3.1. A classificação se dará pela seguinte ordem:

3.1.1. Comprovação de sua habilitação;

3.1.2. Comprovante de tempo de serviço no Magistério, emitido pela Unidade Escolar ou Secretaria;

3.1.3. Maior quantidade de horas em cursos de aperfeiçoamento na área de atendimento educacional especializado-AEE;

3.1.4. Maior idade.

4. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. O candidato interessado deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos subitens 2.2 e 3.1 e seus subitens deste edital, na data e local estabelecido no subitem 4.3 deste Edital:

4.2. Os documentos especificados nos subitens 2.2 e 3.1 e seus subitens deste edital deverão ser apresentados juntamente com os originais, para serem autenticados por servidor responsável pelo recebimento da documentação.

4.3. Os documentos deverão ser entregues no dia 02/08/2019 das 08h00min às 09h00min, na Secretaria Municipal da Educação. A comissão procederá à análise da documentação e a classificação, a partir das 09h00min.

4.4. Havendo mais que um candidato interessado para atendimento educacional especializado AEE a secretaria realizará classificação seguindo os critérios definidos no presente certame.

4.5. A divulgação dos atos decorrentes deste processo, (se necessário) acontecerá por edital, no site da Prefeitura, depois de encerradas as fases definidas por este edital.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A entrega da documentação implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

5.2. A validade do presente Chamamento Público será até o último dia letivo de 2019.

5.3. Este Edital de Chamamento Público entra em vigor a partir de sua publicação.

Seara/SC, 31 de Julho de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de julho 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2019-FMS

Publicação Nº 2108067

Processo Licitatório nº 017/2019-FMS - Inexigibilidade de Licitação nº 002/2019-FMS.

Objeto: Credenciamento de profissionais para atendimento da população de Seara, com sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional pelo método Neuroevolutivo - Conceito "Bobath".

Justificativa: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público nº 002/2017, objetivando credenciamento de profissionais de serviços especializados na área da saúde Pública e Unidades Hospitalares. Atendendo as exigências do referido Edital de Chamamento Público, a empresa Near - Núcleo Especializado de Avaliação e Reabilitação Ltda comprovou capacidade para realização sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional pelo método Neuroevolutivo - Conceito "Bobath"

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 30 de julho de 2019.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 065/2019-- PL 140/2019 – COVEPAL

Publicação Nº 2108063

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 140/2019 Licitação: 65/2019 - PR Data da Homologação: 31/07/2019 Fornecedor: 6028 - COVEPAL PANIFICADORA LTDA									
1	433404597	PÃO TIPO FRANCÊS OU SOVADO (25 OU 50 GRAMAS), DO DIA.	COVEPAL	KG	2.000,000	0,0000	7,9000	15.800,00	Venceu
2	333396978	PALITO SALGADO TEMPERADO FRITO	COVEPAL	KG	150,000	0,0000	12,0000	1.800,00	Venceu
5	433404598	BOLO COM COBERTURA FORMIGUEIRO/NEGA MALUCA, CORTADA EM PEDACOS PEQUENOS.	COVEPAL	KG	80,000	0,0000	13,0000	1.040,00	Venceu
6	433404599	RISOLIS COM RECHEIO DE FRANGO E/OU CARNE MOIDA, PEQUENO, ASSADO.	COVEPAL	UN	3.000,000	0,0000	0,5000	1.500,00	Venceu
9	433404602	BOLO DE LARANJA, CORTADO EM PEDACOS PEQUENOS.	COVEPAL	KG	80,000	0,0000	13,4000	1.072,00	Venceu
10	433404603	SANDUICHE NATURAL COM PATÊ (PRESUNTO, MAIONESE E TEMPERO VERDE) PÃO TIPO SOVADO E/OU FATIADO 50 GRAMAS, CORTADO EM QUATRO PEDACOS OU NÃO - ALFACE E PATÊ.	COVEPAL	UN	2.500,000	0,0000	1,1500	2.875,00	Venceu
11	433404604	GROSTOLI SALGADO, PRONTO PARA CONSUMO	COVEPAL	KG	80,000	0,0000	11,7000	936,00	Venceu
13	433404606	PÃO DE MILHO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERÃO REJEITADOS OS QUE APRESENTAREM DUREZA E CARACTERES ORGANOLEPTICOS ANORMAIS.	COVEPAL	KG	50,000	0,0000	11,0000	550,00	Venceu
16	433404609	PIZZA ASSADA E CORTADA, SABORES DIVERSOS, (TAMANHOS E PEDACOS A DEFINIR JUNTO AO PEDIDO).	COVEPAL	KG	100,000	0,0000	19,0000	1.900,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					8.040,000			27.473,00	

Seara, 31 de Julho de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 065/2019-- PL 140/2019 – ROBINSON

Publicação Nº 2108066

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 140/2019 Licitação: 65/2019 - PR Data da Homologação: 31/07/2019 Fornecedor: 12415 - ROBINSON RODRIGO WARKEN - ME									
3	333396977	GROSTOLI DOCE FRITO, PASSADO NO AÇÚCAR, NÃO FOLHADO.	PÃO DE MEL	KG	100,000	0,0000	12,4000	1.240,00	Venceu
4	333399103	CUCA COLONIAL, COM RECHEIOS DIVERSOS (CHOCOLATE, DOCE DE LEITE, ABAÇAXI...) ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERÃO REJEITADAS AS QUE APRESENTAREM DUREZA E CARACTERES ORGANOLEPTICOS ANORMAIS.	PÃO DE MEL	KG	1.150,000	0,0000	9,0000	10.350,00	Venceu
7	433404600	PASTEL BOLHA CARNE, PRONTO PARA O CONSUMO	PÃO DE MEL	UN	3.000,000	0,0000	0,5000	1.500,00	Venceu
8	433404601	BOLO COM COBERTURA TIPO TOALHA FELPUDA, CORTADO EM PEDAÇOS PEQUENOS.	PÃO DE MEL	KG	80,000	0,0000	13,9000	1.112,00	Venceu
12	433404605	PÃO CASEIRO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERÃO REJEITADOS OS QUE APRESENTAREM DUREZA E CARACTERES ORGANOLEPTICOS ANORMAIS.	PÃO DE MEL	KG	700,000	0,0000	6,9500	4.865,00	Venceu
14	433404607	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA, CORTADO EM PEDAÇOS PEQUENOS	PÃO DE MEL	KG	50,000	0,0000	12,9000	645,00	Venceu
15	433404608	TORTA SALGADA, SABORES DIVERSOS CORTADA EM PEDAÇOS PEQUENOS	PÃO DE MEL	KG	50,000	0,0000	13,8000	690,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
					5.130,000				

Seara, 31 de Julho de 2019.

Serra Alta

PREFEITURA

ATA PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019-FMS

Publicação Nº 2107675

ATA DA LICITAÇÃO DESERTA E PRORROGAÇÃO ABERTURA
REFERENTE AO EDITAL Nº 004/2019 - PREGÃO PRESENCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de 2019, às nove horas, reuniu-se a Comissão do Pregão designada pelo Decreto Municipal 234 de 25/06/2018, formada por EDERSON CEREZOLLI (Pregoeiro), e equipe de apoio formada por CLAIR FÁTIMA ANDREIS, CESAR SPEROTO E DANIELA ZANELLA DONIDA, na sala de reuniões da Secretaria de Administração, para análise e julgamento de propostas e habilitação referente ao Processo de Licitação nº 004/2019-FMS PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PROFISSIONAIS NA ESPECIALIDADE DE CLÍNICO GERAL, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL, COM CARGA HORÁRIA DE 30(TRINTA) HORAS SEMANAIS E CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL. No horário preestabelecido, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio iniciaram os procedimentos de credenciamento dos representantes das empresas e pessoas físicas interessadas em participar deste certame. No entanto, até a hora previamente designada para o início da sessão NÃO HOUVE COMPARECIMENTO de qualquer empresa ou pessoa física, diante desse fato o Pregoeiro declarou DESERTO O PREGÃO EM EPÍGRAFE. Nesse sentido, devido a importância e necessidade dos serviços serem contratados, o pregoeiro e o Prefeito Municipal Darci Cerizolli, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, determinaram a PRORROGAÇÃO DO CERTAME com nova data a ser publicada no Diário Oficial dos Municípios e Site desta Municipalidade, PASSANDO A SER A ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2019 E A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2019, no mesmo local e nos termos do instrumento convocatório. Após este ato o Pregoeiro deu por encerrado os trabalhos da reunião, nada mais havendo a tratar foi finalizada a presente sessão que vai assinada pelo Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio presente e Prefeito Municipal.

EDERSON CEREZOLLI DARCI CERIZOLLI
Pregoeiro Prefeito Municipal

Membros da Equipe de Apoio

CLAIR FÁTIMA ANDREIS CÉSAR SPEROTO DANIELA ZANELLA DONIDA

DECRETO 135/2019

Publicação Nº 2108983

DECRETO Nº 135/2019, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI ANA DAMO CERIZOLLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar nº 039/2018, de 26 de abril de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido 32 (trinta e dois) dias de Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal ROSELI ANA DAMO CERIZOLLI, ocupante do cargo efetivo de Professor I, Nível 220, do Grupo II-MAG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação Cultura e Esporte, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença Prêmio será usufruída no período de 01/08/2019 a 01/09/2019 (32 dias), referente ao período aquisitivo de 25/02/2015 a 26/04/2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

EXTRATO LEILÃO PÚBLICO Nº 038/2019

Publicação Nº 2107823

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO Nº 038/2019

O Prefeito Municipal de Serra Alta, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições legais e, especialmente nos termos da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que realizará a venda de bens móveis inservíveis, com julgamento por lote, na modalidade de leilão público oficial on-line e presencial sob nº 038/2019, cujo objeto é a Alienação de Bens Móveis e Sucatas, pertencentes ao Município de Serra Alta/SC. O Leilão será devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), os bens a serem leiloados estão disponíveis no portal <http://www.superbid.net>, o Leilão será realizado no dia 20 de Agosto de 2019 a partir das 10 horas, na Av. Dom Pedro II, nº 830 – Centro, na Prefeitura Municipal, na cidade de Serra Alta –SC. Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, poderão retirar o instrumento convocatório e obter maiores informações acessando o site www.serraalta.sc.gov.br no Departamento de Compras e Licitações, pelo Fone: 49 3364.0092.

Serra Alta/SC, em 01 de agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal.

PORTARIA 074/2019

Publicação Nº 2107459

PORTARIA Nº. 074/2019, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SUSANA ROMANO PARA O CARGO DE PROFESSORA I, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 037/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2018, do Município de Serra Alta/SC.

CONSIDERANDO que a servidora publico efetiva ocupante do presente cargo, Sra. Roseli Ana Damo Cerizolli encontra-se em Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Susana Romano
CPF:	087.475.199-32
RG:	5.729.683 SSPDC/SC
CARGO:	Professora I
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	II-MAG
NÍVEL:	220
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VIII “admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas”
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo da servidora titular no cargo Sra. Roseli Ana Damo Cerizolli, encontra-se em Licença Prêmio.
VIGÊNCIA:	01/08/2019 à 30/08/2019.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 037/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 075/2019

Publicação Nº 2107460

PORTARIA Nº. 075/2019, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SIDILEI FERREIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA I, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 037/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital 004/2019, do Município de Serra Alta/SC.

CONSIDERANDO que a servidora publico efetiva ocupante do presente cargo, Sra. Roseli Ana Damo Cerizolli encontra-se em Licença Prêmio,

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Sidilei Ferreira
CPF:	049.487.909-23
RG:	4.971.014 SSPDC/SC
CARGO:	Professora I
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	II-MAG
NÍVEL:	220
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VIII “admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas”
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo da servidora titular no cargo Sra. Roseli Ana Damo Cerizolli, encontra-se em Licença Prêmio.
VIGÊNCIA:	01/08/2019 à 30/08/2019.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 037/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de agosto de 2019.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

PORTARIA 076/2019

Publicação Nº 2107461

PORTARIA Nº. 076/2019, DE 01 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ALEX JÚNIOR CEREZOLLI PARA O CARGO DE MOTORISTA, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2018, do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Alex Júnior Cerezolli
CPF:	089.144.839-08
RG:	5.543.390 SSPDC/SC
CARGO:	Motorista
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
GRUPO:	III - SOP
NÍVEL:	130
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	01/08/2019 a 14/07/2020.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Complementar nº. 038/2018 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de agosto de 2019.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DECISÃO PREFEITO PP 68-2019

Publicação N° 2107741

AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO

RELATÓRIO

O processo nº 81/2010, o qual tinha por objeto a venda de bem imóvel localizado junto ao Parque Industrial de Sombrio, destinado à implantação de empresa, constituído do lote: Item 1- Lote nº 03 (três) da quadra "B" medindo 1.000,00m²; conforme mapa de localização em anexo, no qual a empresa CALÇADOS MILLZE LTDA.-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.005.902/0001-37, tinha restado vencedora foi revogada, conforme decisão de revogação exarada por este gestor municipal e publicada no diário oficial dos municípios do dia 29/07/2019. Analisados os autos constatamos que os pagamentos foram efetuados nas datas de 25/10/2010 e considerando o decurso de prazo entre a data dos pagamentos e a data de revogação do citado certame licitatório, bem como a vedação ao enriquecimento sem causa da administração pública.

É o relatório. Decido.

CONCLUSÃO

Determino que seja efetuada a devolução do valor de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais) depositado no dia 25/10/2010 e R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais) depositado no dia 19/11/2010, devidamente Atualizados Monetariamente conforme calculo de correção monetária do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, os quais constam em anexo a presente decisão. Isto posto, determino a remessa dos autos ao Setor de Licitações e Contratos para conhecimento do presente ato decisório, para que tome as providências cabíveis.

Sombrio/SC, 31 de julho de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 20/00150-9 - BANCO DO BRASIL

Publicação N° 2108549

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N°. 20/00150-9

CONCEDENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

PROPONENTE: MUNICIPIO DE SOMBRIO

CNPJ N°. 82.963.216/0001-17

OBJETO: Apoio financeiro para aquisição de Maquinas, equipamentos e veículos. Conforme LOA e Lei Municipal nº. 2401 de 21/01/2019.

VIGÊNCIA: 26/07/2019 a 10/08/2024

VALOR: R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

LICITAÇÃO N° 74 -2019

Publicação N° 2107819

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 74/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 74/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de mão de obra exclusiva e equipamentos para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços emergenciais no sistema de iluminação pública do município de Sombrio/SC, conforme descrito no edital e anexos. Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes. Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 13 de agosto de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 14 de agosto de 2019. O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº

31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta, pelo telefone (48) 3533-5225 ou e-mail: licita.sombrio@gmail.com. Sombrio/SC, 31 de julho de 2019.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2019

Publicação Nº 2108604

PORTARIA Nº. 188 DE 31 DE JULHO DE 2019
NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de, Professor de História, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Nome do Candidato	Classificação
Andrio Cardoso Pereira	4

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 31 de julho de 2019.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PROCESSO P.P 075-2019

Publicação Nº 2107810

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2019
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de serviços de arbitragem e suporte técnico para realização do Campeonato Municipal de Futebol Amador de Sombrio/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais condições do edital e anexos.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 14h30min do dia 13 de agosto de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h30min do dia 14 de agosto de 2019.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 31, Centro de Sombrio-SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta, pelo telefone (48) 3533-5225 ou e-mail: licita.sombrio@gmail.com.

Sombrio/SC, 31 de julho de 2019.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

PROCESSO P.P 076-2019

Publicação Nº 2107951

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2019
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de 01 (um) trator agrícola novo para o município de Sombrio/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais condições do edital e anexos.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 14 de agosto de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 15 de agosto de 2019.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 31, Centro de Sombrio-SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta, pelo telefone (48) 3533-5225 ou e-mail: licita.sombrio@gmail.com.

Sombrio/SC, 31 de julho de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

VALORES FIXADOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - DE 01/08/2019 A 31/08/2019

Publicação Nº 2108017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2018
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2018

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 186, Centro, no Município de Sombrio/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Sr. José Sidnei Januário, Secretário Municipal de Finanças, vem a público, nos termos do fixado no Edital de Pregão Presencial p/ Registro de Preços em epígrafe, informar que, conforme previsto no edital em epígrafe e, considerando a variação dos preços dos combustíveis na região, conforme consta no site para controle de preços por município da Agência Nacional de Petróleo – ANP, link: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp, ficam revistos os valores unitários dos combustíveis, aplicando-se ainda sobre o preço médio, o desconto ofertado na proposta pela licitante, conforme consta a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO MENSAL REGIONAL - ANP	PERCENTUAL DE DESCONTO	V. UNIT. A SER PAGO PELO MUNICÍPIO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 3,97	1%	R\$ 3,93
2	ÓLEO DIESEL COMUM	R\$ 3,33	1%	R\$ 3,29
3	ÓLEO DIESEL S10	R\$ 3,42	1%	R\$ 3,38

Os preços acima fixados terão validade entre 01/08/2019 a 31/08/2019.

As empresas detentoras de Atas de Registro de Preços com esta municipalidade serão comunicadas das alterações nos termos do fixado em edital.

Sombrio/SC, em 31 de julho de 2019.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças

Tangará

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO JULHO 2019

Publicação Nº 2108180

JULHO 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 193/2019 Processo Licitatório: 089/2019 Pregão Presencial: 046/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE POSTE PADRÃO E EXTENSÃO DE REDE NAS LOCALIDADES DE MARARI INTERIOR DO MUNICÍPIO, CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E TOPO DO MORRO AGUDO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORAÇÕES LTDA ME. Valor total: R\$ 966,80 (novecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos). Centro Administrativo, 05 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 194/2019 Processo Licitatório: 089/2019 Pregão Presencial: 046/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE POSTE PADRÃO E EXTENSÃO DE REDE NAS LOCALIDADES DE MARARI INTERIOR DO MUNICÍPIO, CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E TOPO DO MORRO AGUDO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: SOLUÇÕES INTELIGENTES ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA ME. Valor total: R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais). Centro Administrativo, 05 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 195/2019 Processo Licitatório: 089/2019 Pregão Presencial: 046/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE POSTE PADRÃO E EXTENSÃO DE REDE NAS LOCALIDADES DE MARARI INTERIOR DO MUNICÍPIO, CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E TOPO DO MORRO AGUDO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: JOIARTE ARTEFATOS DE CIMENTO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP. Valor total: R\$ 6.315,00 (seis mil trezentos e quinze reais). Centro Administrativo, 05 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 197/2019 Processo Licitatório: 088/2019 Pregão Presencial: 045/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: TRANSPORTE BP TUR EIRELI. Valor total: R\$ 39.680,00 (trinta e nove mil seiscentos e oitenta reais). Centro Administrativo, 15 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 198/2019 Processo Licitatório: 088/2019 Pregão Presencial: 045/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: VALTUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. Valor total: R\$ 131.180,00 (cento e trinta e um mil cento e oitenta reais). Centro Administrativo, 12 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 200/2019 Processo Licitatório: 084/2019 Pregão Presencial: 041/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CAMISAS E REGATAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP. Valor total: R\$ 28.350,00 (vinte oito mil trezentos e cinquenta reais). Centro Administrativo, 12 de Julho de 2019.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 201/2019 Processo Licitatório: 082/2019 Pregão Presencial: 039/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO EDUCACIONAL, BASEADO NO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES SISTÊMICAS PARA OS PROBLEMAS DO ENSINO DO MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ORIENTARE SERVIÇOS E TREINAMENTOS EIRELI. Valor total: R\$ 97.200,00 (noventa e sete mil e duzentos reais). Centro Administrativo, 18 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 203/2019 Processo Licitatório: 091/2019 Pregão Presencial: 048/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DO INFORMATIVO DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ E SUAS SECRETARIAS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA EPP. Valor total: R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais). Centro Administrativo, 15 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 204/2019 Processo Licitatório: 094/2019 Pregão Presencial: 050/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: BABOS TRANSPORTES LTDA ME. Valor total: R\$ 187.400,00 (cento e oitenta e sete mil e quatrocentos reais). Centro Administrativo, 15 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 205/2019 Processo Licitatório: 098/2019 Pregão Presencial: 052/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS INFANTO JUVENIS E INFANTIS PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: SÓ LETRINHAS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIRELI. Valor total: R\$ 49.176,00 (quarenta e nove mil cento e setenta e seis reais). Centro Administrativo, 18 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 206/2019 Processo Licitatório: 095/2019 Pregão Presencial: 051/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL PARA O 1º ENCONTRO DE DANÇAS FOLCLÓRICAS DO GRUPO WUNDERWALD DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE SYBILA AURÉLIA FORNAZZARI ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ELORI PORT 34793631991. Valor total: R\$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais). Centro Administrativo, 18 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 207/2019 Processo Licitatório: 092/2019 Pregão Presencial: 049/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA A QUAL FORNEÇA MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTOS, BOCAS DE LOBO, REDES DE DRENAGEM E DEMAIS CONsertos PARA ATENDER DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: JULIO CESAR FREITAS OBRAS E URBANIZAÇÃO RUAS PRAÇA. Valor total: R\$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais). Centro Administrativo, 22 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 208/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: NATAL ALBERTI. Valor total: R\$ 3.917,94 (três mil novecentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 209/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: DIRLENE STANGUERLIN BARIVIERA. Valor total: R\$ 1.592,25 (um mil quinhentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 210/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA ME. Valor total: R\$ 10.074,00 (dez mil e setenta e quatro reais). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 211/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ALESSANDRA MORAIS CORDEIRO. Valor total: R\$ 3.824,77 (três mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 212/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE TANGARÁ- COOPAFAT. Valor total: R\$ 15.433,50 (quinze mil quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 213/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ANDREI VICENTE ALBERTI. Valor total: R\$ 3.917,94 (três mil novecentos e dezessete reais e noventa centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 214/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ERVINO BLEIDORN. Valor total: R\$ 5.229,82 (cinco mil duzentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 215/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: ERNANI STREY BLEIDORN. Valor total: R\$ 5.229,82 (cinco mil duzentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 216/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: CLEUSA MARIA VIEIRA BARROSO Valor total: R\$ 8.393,58 (oito mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 217/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL. Valor total: R\$ 6.703,50 (seis mil setecentos e três reais e cinquenta centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 218/2019 Processo Licitatório: 087/2019 Chamada Pública: 043/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019. Contratante: Município de Tangará. Contratado: DIRCEU STANGUERLIN. Valor total: R\$ 8.393,58 (oito mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos). Centro Administrativo, 29 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 219/2019 Processo Licitatório: 090/2019 Pregão Presencial: 047/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME. Valor total: R\$ 23.217,00 (vinte e três mil duzentos e dezessete reais). Centro Administrativo, 31 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 220/2019 Processo Licitatório: 090/2019 Pregão Presencial: 047/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: DIGITAL CRUZEIRO LTDA ME. Valor total: R\$ 34.923,00 (trinta e quatro mil novecentos e vinte e três reais). Centro Administrativo, 31 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 221/2019 Processo Licitatório: 090/2019 Pregão Presencial: 047/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: PRIMAGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP. Valor total: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Centro Administrativo, 31 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 222/2019 Processo Licitatório: 090/2019 Pregão Presencial: 047/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: MARCELO SIMONI. Valor total: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Centro Administrativo, 31 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 223/2019 Processo Licitatório: 090/2019 Pregão Presencial: 047/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Contratante: Município de Tangará. Contratado: FONTANA E JOAQUIM LTDA ME. Valor total: R\$ 9.353,00 (nove mil trezentos e cinquenta e três reais). Centro Administrativo, 31 de Julho de 2019.</p>

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato: nº 196/2019 Processo Licitatório: 019/2019 Pregão Presencial: 010/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHO ELETROCARDIOGRAFO PARA A UNIDADE BÁSICA BELA VISTA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME. Valor total: R\$ 8.090,00 (oito mil e noventa reais). Centro Administrativo, 05 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preço: nº 202/2019 Processo Licitatório: 021/2019 Pregão Presencial: 011/2019 Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES DO CATALOGO ABC FARMA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: FARMÁCIA NOSSA LTDA. Valor total: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Centro Administrativo, 15 de Julho de 2019.</p>
---	--

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Município de Tangará
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato
Contrato: nº 199/2019
Processo Licitatório: 001/2019
Tomada de Preço: 001/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO.

Contratante: Município de Tangará.
 Contratado: LUCIANO DA SILVA GOETTEN.
 Valor total: R\$ 120.601,99 (cento e vinte mil seiscientos e um reais e noventa e nove centavos).
 Centro Administrativo, 12 de Julho de 2019. ADITAMENTOS

<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 10º ADITAMENTO Contrato: nº 367/2014 Processo Licitatório: 098/2014 Concorrência: 007/2014 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO ESCOLAR EDUCATIVO COM 12 SALAS DE AULAS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: G.L CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Aditivo De Prazo: 27/07/2019 a 27/01/2020. Centro Administrativo, 22 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 7º ADITAMENTO Contrato: nº 003/2019 Processo Licitatório: 194/2018 Pregão Presencial: 111/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS FROTAS DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO E BOMBEIROS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POSTO VENÊTO LTDA. Aditivo de reajuste a fim de reequilíbrio financeiro. Centro Administrativo, 01 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 8º ADITAMENTO Contrato: nº 003/2019 Processo Licitatório: 194/2018 Pregão Presencial: 111/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS FROTAS DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO E BOMBEIROS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POSTO VENÊTO LTDA. Aditivo de reajuste a fim de reequilíbrio financeiro. Centro Administrativo, 17 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato: nº 094/2019 Processo Licitatório: 218/2018 Tomada de Preço: 005/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO DA DELEGACIA. Contratante: Município de Tangará. Contratado: EDSON PEREIRA METALÚRGICA E CONSTRUTORA. Aditivo de Acréscimo: R\$ 7.363,16 (sete mil trezentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos). Aditivo de Supressão: R\$ 9.655,48 (nove mil seiscientos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Centro Administrativo, 16 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 1º ADITAMENTO Contrato: nº 009/2019 Processo Licitatório: 160/2018 Tomada de Preço: 004/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS JOÃO MENEZES E SETE DE SETEMBRO. Contratante: Município de Tangará. Contratado: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME. Aditivo de Prazo: 03/07/2019 a 08/09/2019. Centro Administrativo, 01 de Julho de 2019.</p>	<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 2º ADITAMENTO Termo de Convênio: nº 001/2019 Objeto: O PRESENTE CONVÊNIO TEM COMO OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E DEMANDA ESPONTÂNEA EM PERÍODO INTEGRAL, 24 HORAS POR DIA, INCLUSIVE FERIADOS E FINS DE SEMANA, BEM COMO TODO E QUALQUER ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NECESSÁRIOS AOS MUNICÍPIOS, SEMPRE DE ACORDO COM A CAPACIDADE INSTALADA E SERVIÇOS CREDENCIADOS, ATRAVÉS DE ESCALA DE SOBREVISO NAS ESPECIALIDADES PREVISTAS NO ITEM I DA CLÁUSULA IV. Contratante: Município de Tangará. Contratado: HOSPITAL DIVINO SALVADOR. Aditivo de Prazo: 30/07/2019 a 30/10/2019. Centro Administrativo, 26 de Julho de 2019.</p>
<p>Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 9º ADITAMENTO Contrato: nº 003/2019 Processo Licitatório: 194/2018 Pregão Presencial: 111/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS FROTAS DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE TRANSPORTE, ADMINISTRAÇÃO E BOMBEIROS. Contratante: Município de Tangará. Contratado: POSTO VENÊTO LTDA. Aditivo de reajuste a fim de reequilíbrio financeiro. Centro Administrativo, 25 de Julho de 2019.</p>	

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 024-2019

Publicação Nº 2107734

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Processo Licitatório nº. 038/2019
Dispensa de Licitação nº. 007/2019

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 024/2019 com a COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA – COOPERAGIR – CNPJ: 09.271.145/0001-00, no valor total de R\$ 23.100,00, para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no 2º semestre de 2019.

TIGRINHOS/SC, em 01 de agosto de 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 025-2019

Publicação Nº 2107914

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Processo Licitatório nº. 038/2019
Dispensa de Licitação nº. 007/2019

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 025/2019 com a ASS. DE PRODUTORES ORGANICOS DO PLANALTO, VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE - CNPJ: 11.001.445/0001-02, no valor total de R\$ 11.274,00, para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no 2º semestre de 2019.

TIGRINHOS/SC, em 01 de agosto de 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 009-2019

Publicação Nº 2108262

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para supressão do valor do combustível (Óleo Diesel BS10 e Gasolina Comum), referente ao contrato nº. 009/2019, cujo objeto é a aquisição de combustível para manutenção da frota municipal, durante o exercício de 2019.

TIGRINHOS/SC, em 01 de agosto de 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 195/2019

Publicação Nº 2109168

PORTARIA Nº. 195/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. JUSIANA DO PRADO, Técnica em Informática, efetiva, 20 (vinte) horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº. 606/01, com os seguintes horários:

DIA	ENTRADA 01	SAÍDA 01	TOTAL HORAS
-----	------------	----------	-------------

SEGUNDA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
TERÇA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
QUARTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
QUINTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
SEXTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 196/2019

Publicação Nº 2109170

PORTARIA Nº. 196/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA, Técnica Administrativa Educacional, efetiva, 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cadastrada sob a matrícula nº. 286/04, com os seguintes horários:

DIA	ENTRADA 01	SAÍDA 01	TOTAL HORAS
SEGUNDA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
TERÇA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
QUARTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
QUINTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
SEXTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Andrenize Cristina Rossa Lunkes
Secretaria Municipal de Educação,
Cultura e Esportes.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 197/2019

Publicação Nº 2109171

PORTARIA Nº. 197/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho do Servidor Público Municipal, Sr. ANDRE DE LIMA MEDEIROS, Engenheiro Civil, Temporário, 20 (vinte) horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº. 682/01, com os seguintes horários:

DIA	ENTRADA 01	SAÍDA 01	TOTAL HORAS
SEGUNDA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
TERÇA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
QUARTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
QUINTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas
SEXTA - FEIRA	07h30min	11h30min	04 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 198/2019

Publicação Nº 2109172

PORTARIA Nº. 198/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANE PISSATTO, Controle Interno, Efetiva, 20 (vinte) horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº. 358/01, com os seguintes horários:

DIA	ENTRADA 01	SAÍDA 01	TOTAL HORAS
SEGUNDA - FEIRA	08h00min	13h00min	05 horas
TERÇA - FEIRA	08h00min	13h00min	05 horas
QUARTA - FEIRA	08h00min	13h00min	05 horas
QUINTA - FEIRA	08h00min	13h00min	05 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 199/2019

Publicação Nº 2109173

PORTARIA Nº. 199/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. KATIA MELISSA BALLESTRERI, Assessora Jurídica, Comissionada, 30 (trinta) horas semanais, cadastrada sob a matrícula nº. 651/01, com os seguintes horários:

DIA	ENT. 01	SAÍ. 01	ENT. 02	SAÍ. 02	TOTAL HORAS
SEGUNDA - FEIRA	07h30min	12h00min	13h00min	17h00min	08h30min
TERÇA - FEIRA	07h30min	12h00min	13h00min	17h00min	08h30min
QUARTA - FEIRA	07h30min	12h00min	13h00min	17h00min	08h30min
QUINTA - FEIRA	07h30min	12h00min			04h30min

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 200/2019

Publicação Nº 2109175

PORTARIA Nº. 200/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELA BEDUSCHI MATTEI, Psicóloga, efetiva, 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cadastrada sob a matrícula nº. 608/01, com os seguintes horários:

DIA	ENT. 01	SAÍ. 01	ENT. 02	SAÍ. 02	TOTAL HORAS
SEGUNDA - FEIRA	07h30min	11h30min	13h00min	17h00min	08h00min
TERÇA - FEIRA	07h30min	11h30min	13h00min	17h00min	08h00min
QUARTA - FEIRA	13h00min	17h00min			04h00min

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Solange Margarete Teske
Secretaria Municipal de Saúde.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 201/2019

Publicação Nº 2109176

PORTARIA Nº. 201/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. MAYARA RUBIA BOLFE, Nutricionista, efetiva, 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cadastrada sob a matrícula nº. 613/01, com os seguintes horários:

DIA	ENT. 01	SAÍ. 01	ENT. 02	SAÍ. 02	TOTAL HORAS
QUARTA - FEIRA	07h30min	11h30min	13h00min	17h00min	08h00min
QUINTA – FEIRA	07h30min	11h30min	13h00min	17h00min	08h00min
SEXTA – FEIRA	07h30min	11h30min			04h00min

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Solange Margarete Teske
Secretaria Municipal de Saúde.

Recebi em: ____/____/____.

PORTARIA 202/2019

Publicação Nº 2109177

PORTARIA Nº. 202/2019 REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Regulamentada a Jornada de Trabalho da Servidora Pública Municipal, Sra. LILIAN SANTIN, Contadora, Efetiva, 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, cadastrada sob a matrícula nº. 357/01, com os seguintes horários:

DIA	ENT. 01	SAÍ. 01	ENT. 02	SAÍ. 02	TOTAL HORAS
SEGUNDA - FEIRA	07h30min	12h00min	12h15min	16h30min	08h45min
TERÇA – FEIRA	07h30min	12h00min	12h15min	16h30min	08h45min
QUARTA – FEIRA	07h30min	12h00min	12h15min	16h30min	08h45min
QUINTA - FEIRA	07h30min	11h15min			03h45min

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE AGOSTO DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Recebi em: ____/____/____.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014-2019

Publicação Nº 2107449

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 1/13
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2019

No dia 31 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na RUA FELIPE BACZINSKI, 479, bairro CENTRO, CEP nº. 89875-000, nesta cidade de Tigrinhos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 589.844.969-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 25/2019, Processo Licitatório nº. 39/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O 2º SEMESTRE DE 2019, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3995	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	2, 9, 11, 14, 18, 21, 23, 29, 32, 37, 45, 49, 59, 62, 63
3994	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	15, 19, 25, 27, 28, 34, 41, 56, 57
4402	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	
3323	SCS COMERCIO LTDA	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 16, 17, 20, 22, 24, 26, 30, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 65, 66, 67

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	12.144.365/0001-79	DIRLEI JOSÉ PALOSCHI	796.022.159-68
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	16.738.785/0001-34	ALCIONE DA SILVA	090.318.159-26
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	24.170.620/0001-37	MATHEUS BRIANCINI	086.791.099-24
SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O 2º SEMESTRE DE 2019, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITARIO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI PÉROLA: Com polpa intacta e limpa, compacta, firme, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, pesando exatamente entre 1 a 1,5 kg, aroma e sabor da espécie, sem rachaduras ou cortes na casca, não apresentando manchas, danos físicos, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua aparência e/ou qualidade. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. De colheita recente, com acondicionamento em caixas devidamente higienizadas.	UN	REAL	520,000	5,6300	2.927,60
3	AÇÚCAR DE BAUNILHA - Açúcar refinado, aroma idêntico ao natural de baunilha. Indústria Brasileira. Pacotes contendo 500 gramas. Deve conter data de fabricação, prazo de validade, lote do produto.	PCT	BRUSTO	9,000	6,8000	61,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 2/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AÇÚCAR MASCAVO - Açúcar mascavo, pacotes de 1 kg, derivado de cana-de-açúcar, aspecto, cor e aparência próprio, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais. Acondicionado em embalagens plásticas atóxicas íntegras, resistentes com solda vedada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega. Normas do produto devem estar de acordo com ANVISA, SIF e INMETRO.	KG	CELLI	35,000	11,1800	391,30
5	ALFACE LISA OU CRESPA: Características: Fresca; apresentar grau de evolução completo; livre de sujidades ou insetos, folhas intactas, tamanho médio a grande. Não podem estar danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranho. Acondicionada em embalagens plásticas, transparente e atóxica. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem.	UN	REAL	90,000	3,2800	295,20
6	ALHO - novo, grupo roxo, subgrupo nobre, tipo especial, classe 4, de primeira qualidade, limpo, não deverá apresentar problemas de coloração não característica, estar machucado, brotamento, perfurado, muito maduro e nem muito verde. O produto deve estar intacto, isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos a casca embalados de acordo com solicitação. Acondicionado em embalagem plástica resistente e especial para alimentos, com identificação do fornecedor e prazo de validade. Embalagens de 100 gramas. PRODUTO COM REGISTRO DE RASTREABILIDADE OBRIGATÓRIO NO E-ORIGEM DA CIDADASC.	UN	REAL	9,000	4,7500	42,75
7	AMIDO DE MILHO- Produto deve seguir as seguintes características: amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar umido, fermentado ou rançosos. Sob a forma de pó. Acondicionado em embalagens plásticas atóxicas e íntegras, resistentes com solda vedada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega. Embalagens de 1 kg cada. Com registro no órgão competente.	KG	VALAR	40,000	4,6800	187,20
8	ARROZ PARBORIZADO TIPO 1: pacote com 5 kg, grupo beneficiado, subgrupo: parborizado polido, polimento à água a água, com seleção eletrônica. Classe longo fino, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. Embalagens de 5 kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. A embalagem deve ser de plástico transparente, resistente com solda reforçada e íntegra. Na embalagem deverá conter o selo aprovado pela ABIAP (Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parborizado). Não contém Glúten.	PCT	CATARINÃO	25,000	13,5500	338,75
10	BATATA INGLESA: escovada, grupo I ou II, classe 2, tipo especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, livres de rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente e com etiquetas constando o fornecedor.	KG	REAL	140,000	3,7500	525,00
12	BISCOITO CRACKER SABOR MANTEIGA: Biscoito salgado cracker sabor manteiga. Pacotes contendo 400 gramas com 3 pacotes. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, amido, sal, açúcar, extrato de malte, soro de leite em pó, fermento químico bicarbonato de sódio e aromatizantes. CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM LACTOSE. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE CEVADA, DE LEITE, DE SOJA E DE TRIGO. PODE CONTER AVEIA, CASTANHA-DE-CAJU, CASTANHA-DO-PARÁ E CENTEIO. Marca Referência: Isabela.	PCT	ISABELA	300,000	5,7500	1.725,00
13	BISCOITO DOCE MARIA: Tipo Maria, pacotes de 370 gramas, contendo 2 pacotes de 185 gramas cada. Com dupla embalagem, crocante, não quebradiço. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, açúcar invertido, sal, soro de leite em pó, fermentos químicos: bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, emulsificante, lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, melhorador de farinha. NÃO SERÁ ACEITO BISCOITO MARIA DA MARCA PRODASA. Marca Referência: Parati.	PCT	PARATI	300,000	5,6800	1.704,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 3/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	BISCOITO SALGADO SALT PLUS: Biscoito salgado Salt plus original - pacotes com peso líquido de 360 gramas contendo 3 unidades de 120 gramas. Ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar invertido, açúcar, glucose de milho, sal, extrato de malte, soro de leite, fermento químico, melhorador de farinha metabisulfito de sódio. CONTEN GLUTEN. Embalagens apresentando data de fabricação, lote e prazo de validade. Marca Referencia: Águia.	PCT	AGUIA	300,000	5,0000	1.500,00
17	CAFÉ SOLÚVEL - Solúvel, granulado, em embalagem de vidro com peso líquido de 200g, com tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura, com 100% de pureza. Não deve apresentar sujidade, umidade, rendimento insatisfatório, misturas e peso insatisfatório. Deve ter sabor característico. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega. Apresentar o selo da ABIC. Ingredientes: 100% café. O UNICO COM Subtipo: tradição, matinal, descafeinado.	UN	NESCAFÉ	20,000	13,9500	279,00
20	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDO - De 1ª qualidade, a carne deve ser de patinho ou coxão mole com 3 a 4% de gordura, em pacotes de 1 kg. Congelada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Em embalagem de plástico transparente e resistente, especial para alimentos, intacta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura, com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Não serão recebidos pacotes congelados pingando sangue.	KG	FRIOESTE	400,000	22,9000	9.160,00
22	CENOURA: lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. De colheita recente. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem da cidadasc.	KG	REAL	90,000	3,9000	351,00
24	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL - NÃO PODE SER ACHOCOLATADO - TEM QUE SER CACAU EM PÓ. Ingredientes básicos: cacau em pó com açúcar. Deverá conter no mínimo 50% de cacau em pó. Não deverá apresentar (problemas com homogeneidade, diluição inadequada, excesso de açúcares, misturas inadequadas ao produto). Presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração não característica. Embalagem apropriada e hermeticamente fechada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Validade mínima de 5 meses contados a partir da data recebida, demais condições de acordo com as normas da (ANVISA,SIF,INMETRO). ISENTA DE LACTOSE E SOJA.	KG	MAXUL	40,000	26,0000	1.040,00
26	CREME DE LEITE PASTEURIZADO (NATA): Homogeneizado. Embalagem em potes (pet) de plástico, contendo 300 gramas, não será aceito em embalagem plástica. Composição: Gordura láctea: mínimo 45%. Características sensoriais: Cor: branca ou levemente amarelada. Sabor e odor: característicos, suaves, não rançosos nem ácidos, sem sabores ou odores estranhos. Textura: firme, untuosa, com bom espalhamento. Aparência: brilhante, sem apresentação de grumos, sem soro aparente. A rotulagem deverá conter todas as informações nutricionais, nome e/ou marca, data de fabricação e prazo de validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega do produto.	pt	CARLITOS	50,000	6,4000	320,00
30	FERMENTO BIOLÓGICO SECO - Levedura Instântanea. Embalagem com 125 gramas. Ingredientes: Fermento natural (Saccharomyces cerevisiae), agente de rehidratação monoestearato de sorbitano E-491. Não Contém Glúten.	UN	PACKMAYA	12,000	5,6500	67,80
31	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ: O produto deverá apresentar as seguintes características: fermento químico, em pó, para elaboração de bolos. Lata de 250 gramas. Deverá conter vedação entre a tampa e o produto. A embalagem deverá estar intacta, sem ferrugem/amassada e/ou vazamento. Com data de fabricação, lote do produto e prazo de validade de no mínimo 4 meses. Não deverá conter glúten. Ingredientes: amido de milho geneticamente modificado, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com tampa medidora. Indústria Brasileira e com registro nos órgãos competentes.	LAT	APTI	60,000	6,7000	402,00
33	FILÉ DE FRANGO TIPO SASSAMI: tiras de peito interfolhados, congelado, em embalagens plásticas resistentes, transparentes. Pacotes com 1 kg cada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses a partir da data de entrega, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF.	KG	AGRO	420,000	12,8800	5.409,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 4/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	GELEIA DE FRUTAS - SABORES MORANGO, UVA, FRUTAS VERMELHAS - ARTESANAL. Contendo 1 kg. Embalagem de vidro, atóxica, íntegra, com tampa e lacre de proteção, contendo 1 kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Validade superior a três meses a partir da data de entrega.	KG	DASERRA	20,000	9,7000	194,00
36	GRANOLA TRADICIONAL - Embalagem de 1 kg Ingredientes: Flocos de aveia, flocos de milho, melado de cana, uva passa, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), açúcar mascavo, fibra de trigo, flocos de cereais, extrato de malte, coco ralado, gergelim, mix de vitaminas e minerais (cálcio, vitaminas C, B3, E, zinco, vitaminas B2, B6, B1, B5, A e D) e aroma. ALÉRGICOS: CONTÉM AVEIA E DERIVADOS DE TRIGO E DE CEVADA. PODE CONTER CENTEIO, AMÊNDOA, AMENDOIM, CASTANHA DE CAJU, CASTANHA DO PARÁ, AVELÁ, MACADÂMIA, NOZ, PECÃ, PISTACHE, PINOLI, CASTANHAS E SOJA. CONTÉM GLÚTEN. Adicionado de 10 vitaminas e minerais. Rico em fibras, Baixo teor de gorduras saturadas, 0% gordura trans, Baixo teor de sódio. Marca Referência: Jasmine.	KG	NATURALE	40,000	11,2000	448,00
38	LARANJA PARA SUCO - BAIXA ACIDEZ: CARACTERÍSTICAS GERAIS: de 1ª qualidade, casca sã, firme, sem rachaduras ou murcha, sem defeitos físicos ou dano mecânico. A polpa deve estar intacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Deve ser fresca, atingindo o grau máximo ao tamanho (médio), aroma, cor e sabor próprio da espécie e variedade. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Livre de resíduos de fertilizantes. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	REAL	600,000	3,2000	1.920,00
39	LEITE INTEGRAL UHT - Características Técnicas: Leite integral fluido, processado em usina de beneficiamento através do sistema UHT (Ultra High Temperature) com fiscalização permanente. O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo 1 litro. Embalagem tetra pack. Deverá trazer as informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. O produto não deverá apresentar sujidade, corpo estranho ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou que não seja característico do produto. Prazo de validade: Mínimo de 120 dias. Marcas de referência: Aurora, Piracanjuba ou de melhor qualidade.	LT	REALTA	800,000	2,4300	1.944,00
40	LINGUIÇA TIPO CALABRESA FATIADA: exclusivamente fatiadas, embalagem de 1kg. Ingredientes: carne suína, carne mecanicamente separada de ave (frango), gordura suína, água (4,82%), proteína de soja (2,08%), sal, açúcar, especiarias: alho e pimenta - calabresa, regulador de acidez: lactato de sódio (INS 325), estabilizantes: tripolifosfato de sódio (INS 451i), pirofosfato dissódico (INS450i) e hexametáfosfato de sódio (INS 452i), aroma natural de: fumaça, antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), corante natural: carmin de cochonilha (INS 120), conservante: nitrato de sódio (INS 250), realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621) e aromas idênticos aos naturais de: pimenta-vermelha e alho. NAO CONTEM GLÚTEN, CONTÉM DERIVADOS DE SOJA.	KG	SEARA	96,000	24,5000	2.352,00
42	LOURDO: Em folha seca, obtido de espécies vegetais genuínos folhas sãs, limpos e secos, de coloração verde pardacenta, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico transparente atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Ingredientes: Louro. Não conter Glúten. Com tabela de informação nutricional. A embalagem deveser conter data de fabricação, validade e lote do produto. Peso de 8 g.	PCT	BRUSTO	7,000	1,9500	13,65
43	MAÇÃ GALA: Categoria 1, ou seja, as frutas deverão ser fisiologicamente desenvolvidas, com tolerância de defeitos muito leves, que não prejudicam as características próprias das frutas e coloração tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediato e imediato. Com polpa intacta e firme, apresentando, tamanho e coloração uniforme. Não deverá conter manchas, pancadas, bolores, sujidades, ferrugem, sardas e/ou granizadas, murchas, ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. Acondicionamento em caixas devidamente higienizadas. Tamanho de 100 a 125, encarteladas.	KG	REAL	400,000	4,9800	1.992,00
44	MAMÃO FORMOSA DOCE: Com 80 a 90% de maturação, classificado tipo exportação. Íntegro, sem manchas e mofo, sem rupturas e/ou pancadas na casca, devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formados, limpos, ou seja, com brilho livre de sujidades, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de resíduos de fertilizantes. Deverá ser embalado individualmente em sacos específicos para este fim. No pacote deverá estar impresso a informação nutricional e dados do fornecedor.	KG	REAL	270,000	4,4500	1.201,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
46	MASSA INTEGRAL PARA PIZZA ARTESANAL- A base de farinha de trigo e farinha integral, fabricada em padaria, com espessura de 2 cm, formato redondo com aproximadamente 30 cm de diâmetro, fresca com aspecto e odor agradável, mantida sob refrigeração, pré-assada, recoberta com papel filme. A embalagem deverá conter rótulo com nome do fornecedor, peso, data de fabricação e validade e informação nutricional.	UN	SCS	200,000	5,1000	1.020,00
47	MASSA PARA PASTEL - Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, óleo de soja, sal, açúcar, corante natural de urucun e conservadores: sorbato de potássio e propionato de cálcio. Contém Glúten. Alérgicos: Contém Derivados de trigo e soja. Embalagem de 500 gramas. Validade Mínima de 60 dias.	PCT	ITALIANY	400,000	5,5000	2.200,00
48	MELÃO BATIDO NOVO - produto natural à base de cana-de-açúcar, batido. ISENTO DE EMUSTAB. Embalagem de 1 kg, plástica (pet) com tampa, lacrada. Rotulagem de acordo com a legislação. Na embalagem deve constar data de fabricação e prazo de validade.	KG	BRESSAN	20,000	13,7500	275,00
50	MELÃO: Pingo de Mel: De Primeira qualidade, amarelo, casca sã, firme, sem rachaduras, sem danos físicos ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação, livre de resíduos de fertilizantes. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	KG	REAL	310,000	6,9500	2.154,50
51	MILHO VERDE: Embalagem contendo peso líq. 200 g. Características organolépticas: cor amarela, odor e sabor característico do produto e textura macia. Na embalagem deve constar, data de fabricação e validade. Informações nutricionais: Prazo de validade 24 meses a partir da entrega	LAT	QUERO	100,000	1,4500	145,00
52	OLEO DE SOJA REFINADO: embalado em garrafas pet, contendo 900 ml, limpas, bem lacradas, não amassadas, sem estufamentos, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Devem ser entregues em caixas de papelão resistentes com 20 unidades pets.	UN	COAMO	300,000	3,0000	900,00
53	OVOS - Ovos de galinha caipira, vermelhos, médios, fresco, casca firme, intacta, lisa e limpa. Não deve apresentar rachadura/trincado. Deve ser entregue em embalagem de dúzia, em caixa atóxica. Deverá estar devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Possuir registro nos órgãos de Inspeção sanitária. Validade de no mínimo 20 dias a partir da entrega do produto.	dz	REAL	200,000	5,1000	1.020,00
54	PEPINO: em conserva em vidros, peso líquido 560g. CONDIÇÕES DE ENTREGA: Conforme o cronograma encaminhado pela Nutricionista; o mesmo estará especificado com: Data, Horário, Local de Entrega e Quantidade.	VD	DAJU	270,000	5,5000	1.485,00
55	PÊRA - Características Gerais: de forma alongada, ovóide ou arredondada, casca esverdeada. Polpa carnosa, suculenta comestível. Fruta com polpa firme, intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	REAL	250,000	7,6500	1.912,50
58	PRESUNTO COZIDO - SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO. PESO LÍQUIDO bandejas de 200 gramas. Ingredientes: Puro Pernil Suíno, água (21,42%, sal, proteína de soja (1,99%), açúcar, regulador de acidez: Lactoto de sódio (INS 407), espessante: carragena (INS 407), estabilizante, tripolifosfato de sódio (INS45 li), realçador de sabor, glutamato monossódico (INS621), antioxidante: eritorbato de sódio (INS316), corante natural: carmin de cochonilha (INS 120), conservante: nitrito de sódio (INS 250), aroma idêntico ao natural de : cravo, canela, pimenta vermelha, noz noscada, limão, laranja, gengibre páprica. Com valor energético de 40 kcal para 40 gramas. Marca referência: Aurora.	UN	AURORA	280,000	6,2000	1.736,00
60	REPOLHO - hortaliça de folhas enovelas, tamanho médio de 1,5 a 2 kg, com características integras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem da cidadasc.	UN	REAL	60,000	5,4000	324,00
61	REQUEIJÃO CREMOSO COM QUEIJO- Linha Profissional - Peso Líquido de 400 gramas, sachê, o único com embalagem STAND POUCH UP . Com Textura cremosa, lisa e brilhante. Produto apresenta leite pasteurizado através da avançada tecnologia. Apresenta sabor suave, levemente salgado e consistência cremosa. Marca Referência: Tirol.	UNI	AURORA	180,000	10,8000	1.944,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 6/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
64	TEMPERO VERDE - MAÇO (cebolinha verde e salsinha) - fresco, de primeira qualidade; tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Em grau de desenvolvimento que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Isento de sujidades, insetos, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Em maços com peso mínimo de 150 g. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem da cidade.	UNI	REAL	49,000	6,5000	318,50
65	TOMATE: LONGA VIDA: grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento, como podridão, dano, murcho, imaturo, passado e feridas. O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente com etiquetas constando o fornecedor.	KG	REAL	320,000	6,4500	2.064,00
66	VAGEM - sem danificações físicas, casca íntegra. Com cor, sabor e aroma característicos da espécie. Os produtos deverão estarem frescos, isentos de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos, aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Acondicionada em embalagem especial para alimentos. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem da cidade.	KG	REAL	80,000	9,0000	720,00
67	VINAGRE DE VINHO: de vinho, embalagem de plástico lacrada com 750ml. Deve constar na embalagem a data de fabricação, prazo de validade, lote do produto, nome e/ou marca e ingredientes.	FR	4 ES	40,000	2,3500	94,00

Fornecedor: 3994 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	BISCOITO SABOR LEITE COM CHOCOLATE - Pacotes com 400 gramas - embalagens com 3 pacotes. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, cacau em pó, amido, soro de leite em pó, sal, corante caramelo IV, fermentos químicos: bicarbonato de amônio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja, aromatizantes e melhorador de farinha metabissulfito de sódio. CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM LACTOSE. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE LEITE, DE SOJA E DE TRIGO. PODE CONTER AVEIA, AVELÃS, CENTEIO E CEVADA.	PCT	Parati	300,000	5,2000	1.560,00
19	CARNE BOVINA EM ISCAS - Carne bovina coxão mole ou patinho. Congelada, limpa, com aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, com cor própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, com odor próprio. Deverá ser cortada em iscas, sem osso, sem sebo, sem gordura, sem nervos. Embalada em bandejas de isopor revestidas com plástico transparente apropriado para alimentos. Embalagem de 1 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, data de empacotamento/fabricação, fornecedor e produto contido, bem como a quantidade do produto, número de registro no Ministério da Agricultura, com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto deverá apresentar validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	Carraro	400,000	23,0000	9.200,00
25	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA - Colorífico em pó fino, de coloração avermelhada e sem presença de sujidade ou materiais estranhos, embalagem de polietileno, transparente, resistente. Produto obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio. Ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum. Deverá conter validade de 06 a 12 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e data de validade. Entregue em pacotes de 500 g.	PCT	Incas	20,000	5,2500	105,00
27	FARINHA DE MILHO - Fubá de milho fino. Pacotes de 1 kg. Composição 100% milho, ferro, ácido fólico. Cor amarelo, não pré-cozido, em embalagens plásticas, transparente, resistente, com solda íntegra e reforçada. Com data de fabricação recente e prazo de validade. Indústria Brasileira. Parâmetro de qualidade: V6 Side ou de melhor qualidade.	KG	Daju	40,000	2,9400	117,60
28	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - Tipo I. Pacotes de 5 kg, fortificada com ferro e ácido fólico. Contendo 100% trigo, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Os rótulos devem conter as instruções de fabricação de no máximo 30 dias e prazo de validade de no mínimo 6 meses, lote do produto e tabela com informações nutricionais.	PCT	Auriverde	36,000	13,0500	469,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 7/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3994 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
34	GELATINA EM PÓ - Em pó de diversos sabores, embalagem de polietileno, contendo 1 kg. Ingredientes: Açúcar cristal, gelatina em pó comestível, acidulante (ácido fumárico), sal, aromatizante (aroma natural do sabor), e corantes artificiais amarelo tartrazina, amarelo crepúsculo, azul indigotina. Não conter glúten. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionados em caixas limpas, íntegras e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	KG	Apti	90,000	14,4000	1.296,00
41	LINGUICINHA DE FRANGO - Sem gordura, somente carne de frango na composição. Ingredientes: carne de frango, empacotada a vácuo em embalagem plástica de 1 kg. Com certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Prazo de validade de no mínimo 6 meses.	KG	Aurora	270,000	13,7500	3.712,50
56	PIMENTÃO VERDE: Firme, intacto, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade. O pimentão deverá ser médio, possuir comprimento maior ou igual a 10 cm. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, ferimento com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação grave. O produto deve estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades, ou corpos estranhos aderidos a superfície externa e no ponto de consumo. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem da cidade.	KG	Real	6,000	7,1800	43,08
57	POLVILHO AZEDO - Sem glúten, 100% mandioca e deve estar IMPRESSO NA EMBALAGEM. Produto livre de substâncias terrosas, parasitas, larvas e detritos de animais ou vegetais. Embalagem de 500 g, polietileno atóxico, com data de fabricação e prazo de validade, deverá estar íntegro, sem rupturas, pacotes limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deve conter informação nutricional e registro nos órgãos competentes.	PCT	Prata	140,000	1,8000	252,00

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AÇÚCAR CRISTAL - Açúcar cristal, branco 1ª qualidade, contendo sacarose, peneirado, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matérias terrosas parasitas e detritos de animais e vegetais, rotulada de acordo com a legislação vigente. Embalagem plástica, primária transparente, incolor, resistente com solda reforçada, vedado hermeticamente contendo 5 kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto e data de validade mínima de 12 meses. Normas do produto devem estar de acordo com ANVISA, SIF, INMETRO.	PCT	delta	40,000	12,1000	484,00
9	BANANA PRATA: Semi-madura com grau de maturação tal que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes, devem ser íntegras, sem manchas/ rupturas e/ou amassadas, nem muito maduras, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionadas em pencas íntegras. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	real	650,000	3,6500	2.372,50
11	BETERRABA: lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes (aproximadamente 80 gramas cada) típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar a aparência e qualidade. De colheita recente. Produto com registro de rastreabilidade obrigatório no e-origem da cidade.	KG	real	90,000	3,7500	337,50
14	BISCOITO DOCE ROSCA DE CALDA: Biscoito doce sabor baunilha com calda. Peso líquido 340 gramas. Indústria brasileira. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal, fermento químico (bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio), melhorador de farinha (metabissulfito de sódio), emulsificante (lecitina de soja) e aromatizante. CONTÉM GLÚTEN. ALÉRGICOS: CONTÉM DERIVADOS DE TRIGO E SOJA.	PCT	picinini	300,000	5,1000	1.530,00
18	CALDO DE GALINHA BALANCE 30% MENOS SÓDIO- Preparo para Caldo sabor Galinha Caipira. Ingredientes: Gordura vegetal, amido, açúcar, água, cúrcuma, salsa, cebola, alho, carne de galinha, pimenta-branca, realçadores de sabor glutamato de sódio e inosinato de sódio, espessante goma xantana, aromatizantes e corante caramelo III. NÃO CONTÉM GLÚTEN. CONTÉM DERIVADO DE SOJA. Peso líquido de 57 gramas contendo 6 tablets.	UN	apty	20,000	2,8000	56,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 8/13
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	CEBOLA: Classe média (4), tipo especial, podendo ser "graúda" deve possuir diâmetro maior ou igual a 75 mm e menor ou igual a 90 mm, pesando entre 100 g a 200 g a unidade. Não serão tolerados os defeitos externos e internos, que prejudiquem o consumo: Brotado, dano mecânico, manchas escuras, ausência de catafilos e podre. Não será tolerado na cebola inteira a ausência de catafilo (pelada). O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos, nova e não murcha.	KG	real	80,000	3,5000	280,00
23	CEREAL MATINAL - BOLINHAS DE MILHO SABOR CHOCOLATE/ CHOCOLATE PRETO - Farinha de Milho Integral (39%), farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico (21%), açúcar, xarope de glicose, cacau em pó (3%), oleína de palma, minerais (cálcio, ferro, zinco) e vitaminas (ácido pantotênico, niacina, B2, B6, ácido fólico), sal, aromatizantes, antiemulante, fosfato de cálcio, corante caramelo IV, estabilizante, fosfato trissódico e antioxidante tocoferol. Para produzir 30 gramas do produto, usa-se 11,7 gramas e cereal integral. Embalagem de Caixa de Papelão, com informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Peso líquido por caixa 500 gramas. Marca de Referência: Nestlé/Nescau.	CX	goodem	150,000	13,2000	1.980,00
29	FEIJÃO PRETO: Pacote de 1 kg, feijão classe preto, grupo/tipo I, 100% feijão preto (Phaseolus vulgaris L.), de safra nova. Constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e integros, sem a presença de grãos disformes e/ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. A embalagem deverá ser de plástico, transparente e atóxico, resistente. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega.	KG	manu	80,000	5,0500	404,00
32	FILÉ DE COXA/SOBRECOXA SEM DORSO - congelada, firme e sem manchas, peça lisa e com coloração clara, sem excesso de gelo, com pele aderente, empacotada com embalagem plástica transparente, resistente e atóxica, limpa, não violada, que garanta a integridade do produto. Devem estar congeladas, livres de qualquer substância contaminante que possa alterá-las ou encobrir alguma alteração. Odor e sabor próprios. Sem sujidades, apenas a carcaça. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	KG	nat	200,000	11,8000	2.360,00
37	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO PODE SER BEBIDA LÁCTEA) - Descrição do produto: elaborado a partir de leite pasteurizado, adicionado de soro de leite, polpa de fruta e ingredientes naturais. Contendo 1 litro. Embalagem de polietileno, contendo data de fabricação, lote e validade e informações nutricionais.	LT	terriva	800,000	4,3500	3.480,00
45	MANGA: Características Gerais: de forma alongada, ovóide ou arredondada, casca esverdeada com manchas amarelas ou róseas quando maduro. Polpa carnosa, suculenta comestível, de coloração amarela ou amarelo-alaranjada, podendo ser fibrosa conforme algumas variedades. Fruta com polpa firme, intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	REAL	310,000	5,2500	1.627,50
49	MELANCIA: Características Gerais: De Primeira qualidade, pesando 10 kg cada fruto. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, livre de resíduos de fertilizantes. Aspecto característico, com ausência de fissuras e/ou rachaduras. Devem ser frescas e uniformes, cor e sabor próprios da espécie. A polpa deve estar intacta e firme.	KG	real	1.200,000	1,6500	1.980,00
59	QUEIJO MUSSARELA: de 1ª qualidade. FATIADO Ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, coalho, cloreto de cálcio. Embalagem original contendo 1 kg, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem obrigatória seguindo legislação específica. Validade mínima de 30 dias. Registro SIE ou SIF.	KG	terraviva	180,000	25,4000	4.572,00
62	SAL MARINHO - iodado. Características técnicas: não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: mínimo de 11 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	sul	36,000	3,6000	129,60
63	SALSICHA HOT DOG - Embalado a vácuo, embalagens de 500 gramas. Ingredientes: Carne mecanicamente separada de ave (frango), água (12,54%), pele de ave (frango), proteína de soja (4,00%), gordura suína, carne de frango, carne suína, sal, fécula de mandioca (1,64%), glicose, açúcar, regulador de acidez: lactato de sódio (INS 325), estabilizantes: tripolifosfato de sódio (INS 451i), pirofosfato dissódico (INS 450i), hexametáfosfato de sódio (INS 452i), espessante: carragena (INS 407), realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621), antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), aromas idênticos aos naturais de: cebola e salsa, aromas naturais de: fumaça e pimenta-vermelha, corantes naturais: carmin de cochonilha (INS 120) e urucum (INS 160b) e conservante: nitrato de sódio (INS 250). Com Registro no Ministério da Agricultura, contendo registro de inspeção federal, Informação Nutricional, Peso líquido, Data de fabricação e prazo de validade com no mínimo 60 dias a contar da data de entrega.	UNI	nat	90,000	8,4000	756,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 9/13
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 10/13
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 11/13
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 12/13
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOSPágina: 13/13
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tigrinhos, 31 de Julho de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	CNPJ: 12.144.365/0001-79	_____
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	CNPJ: 16.738.785/0001-34	_____
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	CNPJ: 24.170.620/0001-37	_____
SCS COMERCIO LTDA	CNPJ: 13.995.853/0001-52	_____

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 041-2019

Publicação Nº 2107686

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 1/6
Processo Nº.: 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2019

No dia 31 do mês de Julho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na RUA FELIPE BACZINSKI, 479, bairro CENTRO, CEP nº. 89875-000, nesta cidade de Tigrinhos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 589.844.969-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 26/2019, Processo Licitatório nº. 41/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS E FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4413	DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	2, 7
4412	L. FIORESE	1
4414	P A MUNHOZ EIRELI	3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI	30.572.270/0001-38	WILSON SACKS	057.807.459-19
L. FIORESE	27.200.144/0001-48	ILTON GENIR LANZ	492.069.239-00
P A MUNHOZ EIRELI	10.494.712/0001-68	MAURICIO GOMES	588.365.272-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS E FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITARIO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4412 - L. FIORESE						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 API CI-4 PARA MOTOR DIESEL - GALÃO DE 20 LITROS.	GL	TEXSA ANP 1	80,000	208,0000	16.640,00

Fornecedor: 4413 - DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ÓLEO HIDRÁULICO 68 AW - GALÃO DE 20 LITROS.	GL	PACKBLEND	120,000	161,5000	19.380,00
7	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 PARA TRANSMISSÃO HIDRÁULICA - GALÃO DE 20 LITROS.	GL	LUBRIMOTOF	15,000	217,5000	3.262,50

Fornecedor: 4414 - P A MUNHOZ EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ÓLEO LUBRIFICANTE 80W90 - GALÃO DE 20 LITROS	GL	TEXSA LUBRI	10,000	218,5000	2.185,00
4	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W140 - GALÃO DE 20 LITROS	GL	TEXSA LUBRI	10,000	214,0000	2.140,00
5	ÓLEO A.T. FLUÍDO TIPO A - GALÃO DE 20 LITROS	GL	TEXSA LUBRI	8,000	208,0000	1.664,00
6	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 GL-5 - GALÃO DE 20 LITROS	GL	TEXSA LUBRI	5,000	207,0000	1.035,00
8	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 SINTÉTICO PARA MOTOR A GASOLINA/ALCOOL.	LT	TEXSA LUBRI	230,000	18,9000	4.347,00
9	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 SINTÉTICO PARA MOTOR A DIESEL	LT	TEXSA LUBRI	100,000	22,9000	2.290,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOSPágina: 2/6
Processo Nº.: 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

Fornecedor: 4414 - P A MUNHOZ EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 SINTÉTICO PARA MOTOR A GASOLINA/ALCOOL.	LT	TEXSA LUBRI	30,000	22,8000	684,00
11	GRAXA - TAMBOR 170KG: A BASE DE SABÃO DE LÍTIO COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO, ANTIOXIDANTES E HIDROREPELENTES, RECOMENDADA PARA UTILIZAÇÃO EM ROLAMENTOS, PINOS E BUCHAS.	GL	TEXSA LUBRI	2,000	2.000,0000	4.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 3/6
Processo Nº.: 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 4/6
Processo Nº.: 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/6
Processo Nº.: 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOSPágina: 6/6
Processo Nº.: 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tigrinhos, 31 de Julho de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI CNPJ: 30.572.270/0001-38 _____

L. FIORESE CNPJ: 27.200.144/0001-48 _____

P A MUNHOZ EIRELI CNPJ: 10.494.712/0001-68 _____

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/FMS/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 028/FMS/2019

Publicação Nº 2107486

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/FMS/2019
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 028/FMS/19

Objeto: Aquisição de fraldas descartáveis geriátricas para pacientes atendidos nas unidades sanitárias, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item;

Data de Abertura: 15 de agosto de 2019, as 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº 139/PMT/2019 DISPENSA Nº 038/PMT/2019

Publicação Nº 2107674

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 139/PMT/2019

Dispensa de Licitação nº 038/PMT/19

Objeto: Construção de Fossa Sanitária com colunas com fornecimento de materiais, para o Corpo de Bombeiros, da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas - SC.

Contratado: CLAUDIO DE LARA 84269146915

Valor: R\$. 25.300,00 (Vinte e cinco mil e trezentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso I,II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 302/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/PMT/2019

Publicação Nº 2107685

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 076/PMT/2019

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Presencial nº 076/PMT/2019, para readequação do referido edital.

CONVOCAÇÃO REUNIÃO CMDCA

Publicação Nº 2107445

CONVOCAÇÃO PARA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA TIJUCAS

Dispõe sobre convocação para
8ª reunião do CMDCA 2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 1.064/93.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os membros conselheiros do CMDCA Tijucas para participação na reunião que será realizada na quinta – feira, 01 de agosto de 2019 das 15h às 17h na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde de Tijucas, localizada a Avenida Hercílio Luz, 688 bairro Centro – Tijucas.

Art. 2º PAUTA REUNIÃO:

Edital Itaú Social (elaboração e inscrição de proposta) e Edital de captação de recursos/chancela de projetos (elaboração e publicação de edital conforme resolução 137/Conanda) – leitura de minuta edital.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas, 30 de julho de 2019.

Cláudia Raitz Buchele
Presidente do CMDCA

EXTRATO ABERTURA DA PROPOSTA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/PMT/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 018/PMT/2019

Publicação Nº 2107629

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/PMT/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 018/PMT/2019

ABERTURA DA PROPOSTA

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que fora concluído a abertura e julgamento da Proposta do Processo Licitatório nº 116/PMT/2019 Tomada de Preço nº 018/PMT/19, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA RUA URUSSANGA, COM 794,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI, PROJETOS E TODAS AS ART'S (CREA) NECESSÁRIAS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Foram habilitadas as empresas BALTT EMPRETEIRA TRANSP. E TERRAPLENAGEM LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A, FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI – EPP e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. Abriu-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso do julgamento da documentação, conforme artigo 109, inciso I “b” da Lei 8.666/93, não havendo nenhuma manifestação. Passou-se a abertura dos envelopes propostas das empresas BALTT EMPRETEIRA TRANSP. E TERRAPLENAGEM LTDA o qual apresentou o valor global de R\$ 875.508,51 (Oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oito reais e cinquenta e um centavos), SETEP CONSTRUÇÕES S.A o qual apresentou o valor global de R\$ 840.797,36 (Oitocentos e quarenta mil, setecentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI – EPP o qual apresentou o valor global de R\$ 855.358,65 (Oitocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA o qual apresentou o valor global de R\$ 799.915,47 (Setecentos e noventa e nove mil, novecentos e quinze reais e quarenta e sete centavos). Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I “b” da Lei 8.666/93. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 151/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/PMT/19

Publicação Nº 2107869

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 151/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/PMT/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS.

CONTRATADA: CLAUDIO DE LARA 84269146915

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE FOSSA SANITÁRIA COM COLUNAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA O CORPO DE BOMBEIROS, DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC

VALOR: R\$. 25.300,00 (Vinte e cinco mil e trezentos reais)

AMPARO LEGAL: Art. 24, inciso I,II e Art. 23, inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 302/2019/PGM.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/PMT/2019 -PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 079/PMT/2019

Publicação Nº 2107504

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Lanches e Refrigerantes para distribuição aos alunos das Escolas, para os desfiles alusivos a "Semana da Pátria" da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 14 de agosto de 2019, as 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/PMT/2019

Publicação Nº 2107510

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de Uniforme Escolar para alunos da Rede Municipal, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 14 de agosto de 2019, as 11h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 10/2019

Publicação Nº 2107904

Aviso de Cancelamento de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL 10/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001-30 com sede a Rua Coronel B-chelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Pregão Presencial 10/2019 previsto para o dia 06/08/2019.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Tijucas, 31 de julho de 2019.

VILSON NATÁLIO SILVINO

Câmara de Vereadores de Tijucas/SC

Presidente

PORTARIA 40/2019

Publicação Nº 2107497

PORTARIA N.º 040/2019/CMT, DE 16 DE JULHO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor LUCAS RÉGIS, comissionado, matrícula nº 224, do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas em 16/07/2019 a 14/08/2019, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

PORTARIA 41/2019

Publicação Nº 2107508

PORTARIA N.º 041/2019/CMT, DE 18 DE JULHO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data a servidora DAIANE PRISCILA VOLTOLINI, comissionado, matrícula nº 236, do cargo de ASSESSORA PARLAMENTAR, 10 (dez) dias de férias, a serem gozadas em 22/07/2019 a 31/07/2019, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

PORTARIA 42/2019

Publicação Nº 2107511

PORTARIA N.º 042/2019/CMT, DE 26 DE JULHO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor FÁBIO CORREIA, comissionado, matrícula nº 221, do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 29/07/2019 a 17/08/2019, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATÁLIO SILVINO
Presidente

PORTARIA 43/2019

Publicação Nº 2107513

PORTARIA N.º 043/2019/CMT, DE 29 DE JULHO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data a servidora JOICE PERES, efetiva, matrícula nº184, do cargo de CONTADORA, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 01/08/2019 a 20/08/2019, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATÁLIO SILVINO
Presidente

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL 01/2019

Publicação Nº 2107953

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 001/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Despacho de revogação de processo Licitatório em razão da necessidade de readequação do objeto.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 49 da Lei nº 8.666/93 e

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do objeto para incluir a obrigação de geração de arquivo de dados compatíveis para integração no sistema de contabilidade da Prefeitura Municipal, com vistas a consolidação dos dados e relatórios,

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração, o processo licitatório nº 001/2019, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o licenciamento de softwares para gestão pública municipal nas áreas que especifica conforme termo de referência, especificações e condições estabelecidas no edital da Câmara Municipal de Vereadores, previsto para ocorrer no dia 02 de Agosto de 2019 às 08h30min.

Timbé do Sul/SC, em 31 de Julho de 2019.

Luiz Manoel Aguiar

Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul/SC

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 17.2019 FMDE

Publicação Nº 2108717

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 17/2019 - FMDE

Às nove horas, do trigésimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e dezenove (31/07/2019), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, além do Sr. Valdir Bento Falchetti, representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA – EPP, o Sr. Ademir Sergio de Souza Filho, representando a empresa J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, o Sr. Valdenir José Melo, representando a empresa POLI CONSTRUÇÕES LTDA. EIRELI - EPP e a Srta. Taynara Umlauf representando a empresa CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. EPP para abertura dos envelopes de Habilitação do processo licitatório Tomada de Preço nº. 17/2019 - FMDE.

Protocolaram tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preço, as seguintes empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA – EPP (CNPJ nº. 08.628.996/0001-96), POLI CONSTRUÇÕES LTDA. EIRELI – EPP (CNPJ nº. 04.888.617/0001-46), J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME (CNPJ nº. 22.122.609/0001-76), e CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. EPP (CNPJ nº. 07.637.801/0001-01).

Dando início à sessão, a Presidente solicitou aos membros da Comissão de Licitação e aos representantes presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura dos envelopes de "Habilitação", colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, nos documentos neles contidos.

Ato contínuo, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação para o parecer Técnico do Setor de Engenharia, item 7.1.6, e ao setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer da Qualificação Econômico-Financeira, item 7.1.4 do Edital.

Os envelopes da proposta de preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Os representantes presentes retiraram-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER ANGELA PREUSS DAVI BERRI
Presidente Membro Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 40 2019 PMT

Publicação Nº 2107880

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019 - PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP, CNPJ nº 04.563.256/0001-68; FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 11.943.540/0001-25; FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, CNPJ nº 16.967.775/0001-70; RICHESSE MOVEIS EIRELI, CNPJ nº 20.265.303/0001-43, CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA, CNPJ nº 81.340.960/0001-00; JHONATAN BAGATOLI – ME, CNPJ nº 22.992.632/0001-11; MAW COMERCIO DE MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 26.655.819/0001-80; VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, CNPJ nº 27.286.283/0001-36; J & N COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 31.247.039/0001-31; SLA COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 31.789.047/0001-00, a comparecerem para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 07/08/2019.

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 31 de julho 2019.
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES
Central de Licitações

DECRETO Nº 5254, DE 26 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2108290

DECRETO Nº 5254, DE 26 DE JULHO DE 2019

Decreta Luto Oficial no Município pelo falecimento do Senhor Emilio Butzke.

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; e

CONSIDERANDO o falecimento do ex-Vice-Prefeito e ex-Vereador Senhor Emilio Butzke, ocorrido na data de hoje;

CONSIDERANDO a sua expressiva atuação política e serviços prestados à comunidade timboense,

DECRETA:

Art.1º Luto Oficial de três dias no Município de Timbó/SC em virtude do falecimento do ex-Vice-Prefeito e ex-Vereador Senhor Emilio Butzke, ocorrido na data de hoje, mantidas todas as atividades e prazos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de julho de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 102.2019 - FMDE

Publicação Nº 2108730

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 102/2019**AUTORIZANTE:** Fundo Municipal de Educação**AUTORIZADO:** PRIMEIRA IGREJA BATISTA NACIONAL EM TIMBÓ

OBJETO: Locação, pela LOCADORA ao LOCATÁRIO, de imóvel (casa), com área de 175,40m², localizada na Rua João Tesch, nº 90, Bairro das Nações, na cidade de Timbó/SC, em que já funcionou uma pequena escola, contando assim com ampla estrutura para abrigo de unidade escolar.

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) no período total de 3 (três) meses.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/07/2019 a 29/10/2019

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2019.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DE DISPENSA Nº 43 2019 PMT

Publicação Nº 2108735

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 43/2019**CONTRATANTE:** Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, comércio e Serviços.**CONTRATADA:** Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

OBJETO: contratação de empresa especializada para consultoria no processo de atualização e revisão das leis que integram o plano diretor do município de Timbó.

VALOR TOTAL: R\$ 138.200,00 (Cento e trinta e oito mil e duzentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

TIMBO (SC), 31/07/2019

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118.2017 - PMT

Publicação Nº 2107881

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 118/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Copy Line Comércio e Serviços Ltda Epp.

OBJETO: Acréscimo de 01 (um) Equipamento do tipo 1 (Copiadora/Impressora/Scanner) ao contrato 118/2017, bem como ao item 2.2.1 do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 50/2017 PMT.

DATA DA ASSINATURA: 23/07/2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

EXTRATO VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO - PREGÃO Nº 28.2015 PMT

Publicação Nº 2108742

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO TERMO DE ACRÉSCIMO

VIGÉSIMO SÉTIMO TERMO DE ACRÉSCIMO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADA: Gente Seguradora S/A

OBJETO: O objeto do Pregão Presencial nº. 28/2015 - PMT fica acrescido de seguro total, consoante observação 1 do termo de referência do edital de pregão presencial nº 28/2015, para o veículo MMC/L200 TRITON - PLACAS QJV-6208, ano/modelo: 2018/2019, chassi: 93XL-JKL1TKCJ17233, unidade administrativa/CNPJ FMS 11.422.955/0001-53, conforme Memorando do Setor de Patrimônio e demais anexos. O objeto do Edital de Pregão Presencial nº. 28/2015 PMT, considerando os valores e demais condições do referido ofício e anexos fica acrescido em R\$ 1.681,14 (mil, seiscentos e oitenta e um reais e catorze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26/07/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

LEI Nº 3075, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2108598

LEI Nº 3075, DE 01 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades da Associação dos Moradores do Bairro Dona Clara.

MARCELO LUIZ FERRARI, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à Associação dos Moradores do Bairro Dona Clara, CNPJ nº 79.373.882/0001-90, com sede à SC-477, s/nº, Bairro Dona Clara, Timbó/SC.

§1º Os valores deverão ser destinados exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades da entidade mencionada neste artigo, decorrentes do apoio e das parcerias realizadas com a Fundação Cultural de Timbó e serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Os valores serão repassados em parcela única no ano de 2019, cumpridos os requisitos do Decreto nº 3.080/13, alterações e demais normas aplicáveis.

§3º Os prazos conferidos à entidade, no que tange a utilização dos valores e prestação de contas, dar-se-ão nos termos do Decreto nº. 3.080/13, alterações e demais normas aplicáveis.

§4º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080/13, alterações e demais normas aplicáveis.

§5º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080/13, alterações e demais normas aplicáveis.

§6º A não utilização dos valores no prazo estabelecido, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080/13, alterações e demais normas aplicáveis, implicará no ressarcimento do numerário ao Poder Executivo.

Art. 2º A despesa com a execução desta lei correrá pela dotação própria do Orçamento-Programa 2019 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação: Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos para despesas com manutenção - 22.003.0013.0392.0207.2698.3335.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARCELO LUIZ FERRARI
Prefeito de Timbó/SC, em exercício

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2019 FMDE

Publicação Nº 2107872

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2019 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: Aquisição de frutas, verduras e pães destinados à merenda escolar em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação (NEIS, UPES e Escolas) para o calendário de 2019.

EMPRESAS FORNECEDORAS: JOSÉ NEI KOCH ME E PANIFICADORA BOM DIA LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 342.965,10 (trezentos e quarenta e dois mil novecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/04/2020

Timbó, 02/05/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18 2019 PMT

Publicação Nº 2107874

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas, implementos agrícolas e implementos de triagem, reciclagem e geração de energia da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: MECANICA BUZZI LTDA, MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME, COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP, MANFREDO SCHMIDT ME, R.T TRATORES COMÉRCIO DE PECAS E SERVIÇOS LTDA EPP, MTM AUTO CENTER E COMERCIO DE BATERIAS LTDA ME, MELLO AUTO DIESEL LTDA EPP, RENATO SCHUMANN, GHM SERVIÇOS E PEÇAS EIRELI EPP, TATIANA GRACIELA MARCILIO AUTO ELÉTRICA, EDENILSO DEJALMA SILVA ME e MECANICA UNIAO LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.162.728,50 (dois milhões cento e sessenta e dois mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2020

Timbó, 15 de maio de 2019.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2019 PMT

Publicação Nº 2107875

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Aquisição de materiais de consumo/expediente (papel A4 branco, reciclado e colorido e papel cartão) para atender as necessidades de consumo das unidades administrativas (diretas e indiretas) pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESAS FORNECEDORAS: ELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA

EIRELI KRBPAPEIS EIRELI ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 120.256,34 (cento e vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2020

Timbó, 16 de maio de 2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2019 PMT

Publicação Nº 2107876

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavação, enceramento e polimento de veículos pertencentes a frota municipal, destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó (repetição parcial do Pregão Presencial nº 105/2018, com alterações).

EMPRESAS FORNECEDORAS: GILMAR DE ASSIS CORREA 03084624917 (MEI)

TOTAL ESTIMADO: R\$ 112.707,00 (cento e doze mil setecentos e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2020

Timbó, 14 de maio de 2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2019 PMT

Publicação Nº 2107877

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Fornecimento/recarga de gás liquefeito de petróleo (13kg - P13) e (45kg - P45) para atender as necessidades da Administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: DISTRIBUIDORA DE GÁS TIMBÓ LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 171.644,20 (cento e setenta e um mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/05/2020

Timbó, 24 de maio de 2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2019 FMS

Publicação Nº 2107878

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2019 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

OBJETO: aquisição de material hospitalar destinado às Unidades de Saúde, Salas de Vacina, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU.

EMPRESAS FORNECEDORAS: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – EPP e INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 643.661,45 (seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/02/2020

Timbó, 15/02/2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2019 PMT

Publicação N° 2107879

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Defesa Civil, Fundo Municipal de Trânsito e Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

OBJETO: fornecimento de oxigênio medicinal, recarga de oxigênio e mistura para solda, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola e ao Fundo Municipal de Defesa Civil e Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESA FORNECEDORA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 51.587,00 (cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/02/2020

Timbó, 25/02/2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social
DARCÍZIO BONA
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola
FABIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2019 PMT

Publicação N° 2107883

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 02/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, Fundação Municipal de Esportes, Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar e Fundo Municipal de Defesa Civil.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios destinados ao Fundo Municipal de Saúde (para utilização dos usuários do centro de atenção psicossocial – CAPS), à Fundação Municipal de Esportes (para utilização dos atletas que compõe a “casa do atleta”), ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM (para complemento da alimentação dos policiais militares da 2ª Companhia de Polícia Militar De Timbó) e ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil (para utilização das guarnições em serviço do Corpo de Bombeiros Militar).

EMPRESA FORNECEDORA: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 58.922,95 (cinquenta e oito mil novecentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/02/2020

Timbó, 11/02/2019
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social
MARCIO ELISIO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar
FABIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2019 PMT

Publicação Nº 2107885

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, Fundo Municipal de educação, Fundo de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar e Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de aparelhos de ar condicionado, destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, M A C CARLESSO ELETRO - ME, AGASERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI e TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 222.161,00 (duzentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e um reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/02/2020

Timbó, 25/02/2019

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural

WALDEMAR GEBAUER

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 113.2018 PMT

Publicação Nº 2107886

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de serviços de publicação legal/institucional, em jornal (is) de circulação local/regional e estadual, de materiais de interesse do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Raiter Editora e Eventos Ltda Me e Carlos Alberto Schroeder Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 310.192,94 (trezentos e dez mil, cento e noventa e dois reais e novena e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 05/02/2020

Timbó, 30/01/2018

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do SAMAE

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa Financeira do TIMBOPREV

SOCRATES PRADO DE OLIVEIRA

Divisão de Imprensa e Comunicação

MÁRCIO ELISIO

Diretor Presidente da FME

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 114 2018 PMT

Publicação N° 2107887

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 114/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó; do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil; da Fundação Cultural de Timbó; do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social; da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola; do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto.

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, limpeza de pátio e calçadas, corte de grama e roçada (conforme descrição constante no anexo I) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: IDP Construções, Engenharia e Terraplenagem Ltda e Lenoir Lazzarotto Ramos 07777721917.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 148.498,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/02/2020

Timbó, 11/02/2019

MARCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

FÁBIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural

DEISE ADRIANA NICOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2018 FUMTRAN

Publicação N° 2107888

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 06/2018 - FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de faixa elevada para travessia de pedestres, com fornecimento de material e mão de obra, conforme critérios e sinalização definidos em Resolução do Contran, respeitando os princípios de utilização estabelecidos no volume IV - sinalização horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Contran.

EMPRESA FORNECEDORA: Terrabase Terraplanagem Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 285.500,00 (duzentos e oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/11/2019

Timbó, 08/11/2018

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 31.2018 FCT

Publicação N° 2107889

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 31/2018 - FCT

ÓRGÃO GESTOR: Fundação Cultural de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material elétrico, insumos, ferragens, entre outros itens a serem utilizados na decoração de eventos, demais ações e aplicações realizadas pela Fundação Cultural de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: COMERCIAL VITORIA LTDA ME, DANNA COMERCIAL EIRELI EPP, DINEX COMERCIO E SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA ME e MARTA RAVAZIO DE MORAES MAZUREK.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 310.853,58 (trezentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/10/2019.

Timbó, 31/10/2018
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente FCT

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 75 2018 PMT

Publicação Nº 2107890

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, da Secretaria Municipal de Educação, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Fundo Municipal de Trânsito, do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó, do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó.

OBJETO: Aquisição de uniformes (vestuário e calçados) para os servidores, em atendimento aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta (Autarquias e Fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: WOOLUE CONFECÇÕES LTDA; BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP; HONORATO TADEU LAGO DA SILVA ME; FOOT COMERCIAL LTDA ME; DICS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA e CENTRAL DOS UNIFORMES LTDA ME.928.403,07 (novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e três reais e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/11/2019

Timbó, 27/11/2018
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração
DARCÍZIO BONA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola
FÁBIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil
ALFROH POSTAI
Secretário de Educação
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 93 2018 PMT

Publicação Nº 2107891

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 93/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Esportes, do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó e do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (frutas, verduras e pães) destinados ao Fundo Municipal de Saúde (para utilização dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS), à Fundação Municipal de Esportes (para utilização dos atletas que compõe a "casa do atleta"), ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUMREPOM (para complemento da alimentação dos policiais militares da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó) e ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil (para utilização das guarnições em serviço do Corpo de Bombeiros Militar).

EMPRESA FORNECEDORA: JOSE NEI KOCH EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 34.975,05 (trinta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 04/11/2019

Timbó, 01/11/2018
DEISE A. N. MENDES
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração
FÁBIO MELERE
Coordenador da Defesa Civil
MÁRCIO ELISIO
Diretor Presidente da
Fundação Municipal de Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 39/2019**

Publicação Nº 2109228

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo:50/2019

Parecer: 39/2019

Matéria: PLO 39/2019

Autor: Vereador Guilherme Voigt Júnior

Relator: Ver. Haroldo Fiebes

Conclusão: Favorável

Data: 31/07/2019

Ementa do Projeto: Institui a "Semana Municipal da Fibromialgia".

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Guilherme Voigt Júnior que institui a "Semana Municipal da Fibromialgia".

Respectivo Projeto foi protocolizada nesta Casa Legislativa no dia 12 de julho corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 16 de julho, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 17 de julho os autos do projeto foram enviados à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica. No dia 29 de julho, os autos do projeto foram devolvidos pela Assessoria Jurídica, que não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental.

No dia 31 de julho, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

De outra banda, verifica-se também que a matéria objeto da presente proposição encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 30, inciso I, no que tange à autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local.

A Lei Orgânica do Município reproduz a diretriz constitucional, ao dispor no art. 10, inciso I, sobre a competência deste ente federativo para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Nesse sentido, ainda determina a Lei Orgânica Municipal, em art. 15, I, ser competência da Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre assuntos de interesse local, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Legislativo para a proposição em análise. Nesse sentido, utiliza-se, para fins de argumentação técnica, a orientação técnica da Assessoria desta Casa (fls.10-11).

De acordo com a justificativa, o projeto objetiva, com a "Semana Municipal da Fibromialgia" realizar ações de conscientização da comunidade acerca da fibromialgia e os transtornos causados às pessoas que por ela são acometidas, bem como alterar a Lei Ordinária nº 2.973, de 7 de junho de 2018, que institui proteção especial através de atendimento prioritário para pessoas de que trata referida Lei, incluindo aqueles que sofrem de fibromialgia.

No presente caso, a matéria objeto da presente proposição não se encontra enumerada pelo §1º, do art. 30, da Lei Orgânica Municipal, não sendo, portanto, de competência privativa do Prefeito Municipal.

Deste modo, plenamente possível a iniciativa deste projeto de lei pelos Vereadores, não havendo que se falar em vício de origem da proposição.

Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação nesta Casa.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 39/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, 31 de julho de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Martinho de Souza Filho Haroldo Fiebes

Membro Relator

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 17/2019

Publicação Nº 2108504

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019
MODALIDADE Pregão Presencial N 17/2019

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir peças e contratação de serviços para recuperação de rolo compactador. Acesso pública terá início às 09h00 horas, do dia 14 de agosto de 2019, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 31 de julho de 2019.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2019.

Publicação Nº 2108612

DESPACHO / DECISÃO

Procedimento Licitatório nº. 43/2019

Pregão nº. 038/2019

Encerrada a etapa de lances e habilitação, a licitante, Retifica Motocar Ltda, apresentou recursos (administrativo e hierárquico) com o objetivo de ser declarada a desclassificação da empresa vencedora do Lote 02 – Linha de Veículos Pesados, a empresa JÁ Transportes Mecânica e Auto Peças Ltda – ME, alegando que a mesma não cumpriu as seguintes exigências do edital:

- apresentação de relação de equipamentos (rampa, elevadores hidráulicos, analisador eletrônico, chaves variadas e mecânicos especializados);

- espaço e condições suficientes para guardar os veículos levados para manutenção;

Sob esses aspectos, o item 6.4.4 do edital estabelece, para fins da qualificação técnica da licitante:

6.4.4 Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que terá disponível para a execução dos serviços as instalações necessárias, contendo, no mínimo:

b) 02 (dois) Elevadores hidráulicos;

c) 01 (um) Analisador Eletrônico;

d) 02 (duas) rampas (para troca de óleo e outros serviços)

e) Relação de máquinas e equipamentos que a empresa tem disponível para execução completa de serviços a serem executados

No momento oportuno (fase de habilitação) a empresa vencedora apresentou "Declaração de Disponibilidade de Equipamentos e Instalações", datada de 05/07/2019, alegando que "... terá disponível para a execução dos serviços objeto da licitação em epígrafe, as instalações necessárias, contendo no mínimo: a) 01 barracão localizado no endereço acima, b) 02 (dois) Elevadores hidráulicos; c) 01 (um) Analisador Eletrônico; d) 02 (duas) rampas (para troca de óleo e outros serviços); e) chaves variadas e ferramentas diversas, macacos do tipo jacaré, prensa, talhas, outros equipamentos necessários para a execução dos serviços contemplados na licitação em epígrafe...".

Pelo princípio da precaução, foi determinada "diligência" a sede da empresa impugnada para averiguação, in loco, da existência dos equipamentos e espaços exigidos.

No laudo de diligência apresentado pelos servidores designados, ficou constatado que a licitante vencedora possui:

- barracão pré-montado com cobertura, porém, sem fechamento laterais,

- analisador eletrônico;

- apenas uma rampa;

- diversas chaves e ferramentas;

- porém, não existe no local elevadores hidráulicos;

Ao contrário do que argumenta a recorrente, o texto do edital (item 6.4.4) "exige" que a licitante apresente, para sua habilitação, "declaração no sentido, expresso, de que terá disponível para a execução dos serviços" instalações e equipamentos necessários.

Não exige a propriedade de tais equipamentos para a habilitação na licitação, em respeito ao teor do art. 30 da Lei nº. 8.666/93.

O texto do edital, então, conduz ao entendimento de que o no momento da contratação é que a empresa vencedora deverá ter disponíveis as instalações e equipamentos conforme exigido no edital.

Pois bem.

O ato de abertura dos envelopes de preços e habilitação ocorreu no dia 05/07/2019, momento em que a empresa JÁ Transportes Mecânica e Autopeças Ltda –ME, tomou conhecimento de que foi a vencedora do lote 02 – linha de veículos pesados, e que, por conseguinte, seria notificada para firmar a contratação.

É certo que em razão dos recursos protocolados no processo a homologação e adjudicação do lote 02 restou suspensa, mas, passados 14 (catorze) dias entre a concorrência e a vitória realizada em diligência administrativa (em 19/07/2019), a empresa vencedora não sinalizou de nenhuma forma a tomada de providências no sentido de cumprir as exigências do edital, apontadas falhas na vitória, quais sejam:

a) Melhorias na segurança do local onde serão depositados os veículos para reparos e apólice de seguro (item 10.2.6 do edital);

b) construção de mais uma rampa,

c) instalação de dois elevadores hidráulicos,

Houve tempo suficiente para a citada empresa demonstrar ao Município que cumprira o que lhe é devido, mas não o fez.

É motivo suficiente para operar-se a sua desclassificação, mas, pelo princípio da primazia do texto editalício, é de se permitir que realize as instalações necessárias até o firmamento da contratação.

Neste sentido julgo IMPROCEDENTE o recurso hierárquico apresentado pela empresa Retifica Motocar Ltda, pois deve ser dado o direito de a empresa vencedora apresentar os equipamentos instalados e para uso no momento da contratação.

Via de consequência, DETERMINO:

a) Sejam as concorrentes notificadas imediatamente desta decisão, para fins de direito;

b) decorridos 05 (cinco) dias úteis da data da notificação, seja novamente diligenciado na sede da empresa JÁ Transportes Mecânica e Autopeças Ltda – ME, a fim de se constatar se instalou (ou está instalando) o s equipamentos exigidos, especialmente uma rampa e dois elevadores hidráulicos – a apresentação de apólice de seguro será exigida no momento em que o primeiro veículo seja depositado para reparo;

b.1) nesta nova diligência, não sendo constatada a instalação ou providência de instalação, deverá ser a empresa desclassificada, convocando-se a segunda colocada na forma do edital;

b.2) ocorrendo a convocação da segunda colocada deverá ser diligenciado, também, na sede da mesma, para verificação do cumprimento das exigências editalícias quanto a instalação e equipamentos;

b.3) não constatado o cumprimento das exigências, será a mesma notificada para, em até vinte dias, providenciar a correção das falhas apontadas, quando deverá ser realizada nova diligência, e, se constatada a continuidade das falhas, deverá então ser desclassificada com

a convocação da terceira colocada, sob as mesmas diligencias.

c) seja homologado o objeto do lote 01 – linha de veículos leves, já que, não houve recurso quanto a este quesito.

Uma vez que a empresa vencedora é a mesma empresa que já presta serviços ao Município amparada em licitação anterior, que tem o mesmo objeto e as mesmas exigências, desnecessária a diligencia de constatação.

Cumpra-se.

Três Barras – SC, 25 de julho de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – Prefeito Municipal

Treze Tílias

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 03-2019 - TAIGAR

Publicação Nº 2107487

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS

EXTRATO DO CONTRATO nº 03/2019

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADA: INDÚSTRIA DE PORTAS E ESQUADRIAS UNTERBERGER LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIR EQUIPAMENTOS DE SOM, REALIZAR MANUTENÇÃO NOS CONECTORES DOS MICROFONES DAS MESAS DOS VEREADORES E, NA MESA DE SOM DO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, COMPREENDENDO FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 7.100,00(SETE MIL E CEM REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AS DESPESAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO DESTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

4490 – APLICAÇÕES DIRETAS

E

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS

3390 – APLICAÇÕES DIRETAS

TREZE TÍLIAS, 31 DE JULHO DE 2019.

RENATO DE BASTIANI

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS

CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS

PUBLICADO NO DIÁRIO MUNICIPAL EM 01/08/19

WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

Trombudo Central

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 037/2019 - FMS

Publicação N° 2108890

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: ADL COMERCIAL EIRELI
Contrato N° 37/2019
Valor: 2.317,51
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2019 - FMS

Publicação N° 2108891

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA
Contrato N° 38/2019
Valor: 5.498,94
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2019 - FMS

Publicação N° 2108892

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: JS SIMÕES EIRELI
Contrato N° 39/2019
Valor: 591,35
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2019 - FMS

Publicação Nº 2108896

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI
Contrato Nº 40/2019
Valor: 2.409,48
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/2019 - FMS

Publicação Nº 2108897

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: RS DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ARTIGOS DE
PAPELARIA LTDA - ME
Contrato Nº 41/2019
Valor: 4.760,55
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 042/2019 - FMS

Publicação Nº 2108898

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Contrato Nº 42/2019
Valor: 14.769,82
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2019 - FMS

Publicação Nº 2108900

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA
Contrato Nº 43/2019
Valor: 6.253,03
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E

EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2019 - FMS

Publicação N° 2108901

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA

Contrato N° 44/2019

Valor: 4.179,98

Início: 01/07/2019

Término: 01/07/2020

Licitação: 23/2019

Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 086/2019 - PMTC

Publicação N° 2108861

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: ADL COMERCIAL EIRELI

Contrato N° 86/2019

Valor: 30.222,61

Início: 01/07/2019

Término: 01/07/2020

Licitação: 23/2019

Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2019 - PMTC

Publicação N° 2108864

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

Contrato N° 87/2019

Valor: 24.676,13

Início: 01/07/2019

Término: 01/07/2020

Licitação: 23/2019

Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 088/2019 - PMTC

Publicação N° 2108865

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: JS SIMÕES EIRELI
Contrato N° 88/2019
Valor: 4.603,66
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089/2019 - PMTC

Publicação N° 2108867

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI
Contrato N° 89/2019
Valor: 37.650,57
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 090/2019 - PMTC

Publicação N° 2108869

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: RS DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ARTIGOS DE
PAPELARIA LTDA - ME
Contrato N° 90/2019
Valor: 24.389,53
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA
ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO
EDITAL.
Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 091/2019 - PMTC

Publicação N° 2108873

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
Contrato N° 91/2019
Valor: 36.630,18
Início: 01/07/2019
Término: 01/07/2020
Licitação: 23/2019
Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA

ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092/2019 - PMTC

Publicação Nº 2108875

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA

Contrato Nº 92/2019

Valor: 11.657,01

Início: 01/07/2019

Término: 01/07/2020

Licitação: 23/2019

Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093/2019 - PMTC

Publicação Nº 2108876

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA

Contrato Nº 93/2019

Valor: 17.820,11

Início: 01/07/2019

Término: 01/07/2020

Licitação: 23/2019

Objeto da Contratação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de Julho de 2019

PORTARIA 271/19

Publicação Nº 2108311

PORTARIA 271/19 DE 29 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 1º, Anexo II da Lei Complementar 2057 de 12 de junho de 2019, que altera a Lei Complementar 1798 de 08 de Outubro de 2013, que altera a Lei Complementar nº 1.479/2006 de 28 de Setembro de 2006 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. ROSIANI GOTTARDI ADAMI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Saúde, grupo ocupacional de direção e assessoramento - DAS, nível 24, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 29 de julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de julho de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALÉSIO JUNG
Secretário da Saúde

TERMO ADITIVO 045/2019 - FMS

Publicação Nº 2108906

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: LOCH & HASSE LTDA
Sequencial do Aditivo: 4
Termo Aditivo 045/2019
Contrato Nº 1/2019
Nova data Final: 31/12/2019
Licitação: 64/2018
Objeto da Contratação: 1º TERMO SUPRESSIVO NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.
Trombudo Central, 31 de julho de 2019

TERMO ADITIVO 046/2019 - FMS

Publicação Nº 2108908

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: CIS-AMAVI - CONSORCIO INTERM.DE SAUDE
Sequencial do Aditivo: 1
Termo Aditivo 046/2019
Contrato Nº 1/2019
Nova data Final: 31/12/2019
Licitação: 2/2019
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO DE SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES MEDIANTE A AQUISIÇÃO, PELO CIS – AMAVI, DE REFERIDOS BENS E SERVIÇOS, CONJUGADAS AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS – SECRETARIA DE SAÚDE
Trombudo Central, 31 de julho de 2019

TERMO ADITIVO 047/2019 - FMS

Publicação Nº 2108910

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: GENTE SEGURADORA SA
Sequencial do Aditivo: 6
Termo Aditivo 047/2019
Contrato Nº 9/2015
Licitação: 1/2015
Valor: 9.586,64
Nova data Final: 01/03/2020
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Trombudo Central, 31 de julho de 2019

TERMO ADITIVO 048/2019 - FMS

Publicação Nº 2108913

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Contratada: BALBINOT CONSTRUÇOES EIRELI
Sequencial do Aditivo: 1
Termo Aditivo 048/2019
Contrato Nº 29/2018
Licitação: 3/2018
Nova data Final: 28/01/2020
Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EM ALVENARIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PORTE II, TOTALIZANDO A EXTENSÃO DE 415,47 M², NA RUA ARNO ZIMERMANN, BAIRRO LIBERDADE, TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, .PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.
Trombudo Central, 31 de julho de 2019

TERMO ADITIVO 095/2019 - PMTC

Publicação Nº 2108882

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: LOCH & HASSE LTDA
Sequencial do Aditivo: 4
Termo Aditivo 095/2019
Contrato Nº 1/2019
Valor: 0,00
Nova data Final: 31/12/2019
Licitação: 64/2018
Objeto da Contratação: 1º TERMO SUPRESSIVO NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.
Trombudo Central, 31 de julho de 2019

TERMO ADITIVO 096/2019 - PMTC

Publicação Nº 2108885

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: GENTE SEGURADORA SA
Sequencial do Aditivo: 9
Termo Aditivo 096/2019
Contrato Nº 23/2015
Valor: 23.200,98
Nova data Final: 01/03/2020
Licitação: 1/2015
Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
Trombudo Central, 31 de julho de 2019

TERMO ADITIVO 097/2019 - PMTC

Publicação N° 2108888

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

Sequencial do Aditivo: 4

Termo Aditivo 097/2019

Contrato N° 65/2016

Valor: 25.397,77

Nova data Final: 01/03/2020

Licitação: 3/2016

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA FORNECIMENTO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIA (RCO) CONFORME RESOLUÇÃO 11/2015 - DETER/SC E CONFORME DESCRITO NO EDITAL.

Trombudo Central, 31 de julho de 2019

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA 5129/2019

Publicação Nº 2109235

PORTARIA Nº. 5.129/2019
Em 01 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como, embasado no Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 010/2018;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.019, embasado no Edital SMECETT nº 010/2018 - para vagas cujo preenchimento de caráter temporário;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) professor (a) MARILEI CHRIST LENHOFF, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL HABILITADA (ACT) lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais a partir de 01 de Agosto de 2019 até 20 de Dezembro de 2019, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 01 de Agosto de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5125/2019

Publicação Nº 2109227

PORTARIA Nº.5.125/2019
Em 01 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, DAIANA MELZ LINK, do cargo de PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL, 40 (quarenta) horas semanais, cargo este de provimento TEMPORÁRIO ACT conforme portaria de nomeação nº 4.970/2019, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, desta Municipalidade.

Art. 2º. A presente exoneração do cargo decorre a PEDIDO, de livre e espontânea vontade.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 01 de Agosto de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretária Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5126/2019

Publicação Nº 2109230

PORTARIA Nº. 5.126/2019
Em 01 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como, embasado no Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 010/2018;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.019, embasado no Edital SMECETT nº 010/2018 - para vagas cujo preenchimento de caráter temporário;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) professor (a) FERNANDA PAPARELLA VIAPIANA, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADA (ACT) lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 01 de Agosto de 2019 até 20 de Dezembro de 2019, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 01 de Agosto de 2019.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5128/2019

Publicação Nº 2109231

PORTARIA Nº. 5.128/2019
Em 01 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como, embasado no Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 010/2018;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.019, embasado no Edital SMECETT nº 010/2018 - para vagas cujo preenchimento de caráter temporário conforme Chamada Publica 11/2019 ;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) professor (a) DAYANE BIEGER, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADA (ACT) lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais a partir de 01 de Agosto de 2019 até enquanto perdurar a Licença da Professora de Alemão Clari Wehrmann, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) Lei 027/2011, Art. 60 alterado pela Lei 033/2012 sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 01 de Agosto de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data.
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5130/2019

Publicação Nº 2109239

PORTARIA Nº.5.130/2019
Em 01 de Agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.006/2018 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2018; e,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EDMAR JOSE DE SOUSA, com cargo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, lotado na Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Turismo, cargo este de provimento EFETIVO, neste município, nível TSG 3 – A5, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, baseado no Decreto 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2018, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 01 de Agosto de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER
Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 030/2019

Publicação Nº 2109216

DECRETO Nº 030/19, de 29 de Julho de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 2.357/18 (Lei das Diretrizes Orçamentária), de 22.10.2018 e o art. 5º da Lei nº 2.361/18 (Lei Orçamentária Anual), de 13.12.2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0034.2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental.

3.1.90.00.00.00.00.0019 (038) – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta de anulação parcial do seguinte item orçamentário:

3.1.90.00.00.00.00.0018 (037) – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 3º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0032.2.008 – Manutenção e Funcionamento de Creches.

3.1.90.00.00.00.00.0018 (054) – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta da fonte de recursos 0018 por excesso de arrecadação do FUNDEB no valor de R\$ 300.000,00.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 29 de julho de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 10/2019**

Publicação Nº 2108305

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO

EXTRATO DE CONTRATO 10/2019

CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO, localizado no edifício sede, sito a Avenida Municipal, nº 2547 – Bairro Cidade Alta, Turvo/SC sob o No. 80.990.294/0001-85, neste ato representado pelo Sr. HENDEL MARAGNO PESCADOR, Presidente da Câmara, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADO: Alexandra Dandolini Pasini, pessoa física, residente e domiciliado a Estrada Municipal de Turvo, n 354, Bairro Morro Chato, CPF 079.478.829-75 denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente contrato para a prestação dos serviços de Tradutor/Intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, para as atividades legislativas: sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, sessões e reuniões solenes de entrega de títulos de honrarias e demais eventos.

DO OBJETO

Prestação de serviços de Tradutor/Intérprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, para as atividades legislativas: sessões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas, sessões e reuniões solenes de entrega de títulos de honrarias, e demais eventos com comunicação anterior feita pela presidência da Câmara Municipal de Turvo

DO PREÇO

O valor total do contrato é de R\$ 139,00 (cento e trinta e nove reais) por hora, totalizando o valor máximo de R\$3.475,00 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

DA VIGÊNCIA: 01/07/2019 a 31/12/2019.

Avenida Municipal, 2547 – Fone (48) 3525-0491 – CEP 88930-000 – Turvo/SC E-mail: camturvo@gmail.com – Site: www.camaraturvo.sc.gov.br

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2408/2019

Publicação Nº 2108851

DECRETO Nº 2408/2019

DISPÕE SOBRE PARALIZAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica temporariamente paralisado a partir de 23 de julho de 2019, o Centro de Educação Infantil abaixo discriminado:

· Centro de Educação Infantil "São Francisco".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 23 de Julho de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2409/2019

Publicação Nº 2108853

DECRETO Nº 2409/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2028/2018, resolve DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0701 – Secretaria da Assistência Social

2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0701 – Secretaria da Assistência Social

2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 23 de Julho de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2410/2019

Publicação Nº 2108856

DECRETO Nº 2410/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2087/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2016 – OPERACIONAL. FUNCIONAMENTO SECRETARIA TRANSPORTES E OBRAS
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 550.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 550.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 26 de Julho de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2411/2019

Publicação Nº 2108857

DECRETO Nº 2411/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2028/2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
2111 – FUNCIONAMENTO OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA AGRICULTURA
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

0701 – Secretaria da Assistência Social
2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo
2049 – OPERAC. MANUT. SECRETARIA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 11.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 11.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 26 de Julho de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2412/2019

Publicação Nº 2108858

DECRETO Nº 2412/2019

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base no resultado das eleições do dia 12 de Março de 2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora Edmara Bianco, para exercer o Cargo de Conselheiro como membro do Conselho Tutelar do Município de Urubici – SC, no período de 30/07/2019 à 28/08/2019, em virtude das Férias do Conselheiro Tutelar Ana Carla de Sousa.

Parágrafo Único – O nomeado terá os vencimentos inerentes ao cargo, conforme determina a Lei Complementar nº 023/2014, de 02 de abril de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 30 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 01/2019 REUNIÃO COMUNITÁRIA

Publicação Nº 2108868

MATERIAL PADRÃO PARA PUBLICAÇÕES

Edital de convocação para Reunião Comunitária – Revisão do Plano Diretor

A Prefeitura Municipal de Urubici, através deste edital, CONVIDA a população em geral, para a participação popular nas reuniões comunitárias regionais para a revisão do Plano Diretor, conforme as datas e locais descritos a baixo. Todas as reuniões comunitárias serão realizadas às 19h (dezenove horas).

Reunião Comunitária I

Comunidades: Campestre, São Francisco, Rio do Engano, Rio Vacarianos e Consolação

Data: 19 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial do Rio Vacarianos

Reunião Comunitária II

Comunidades: Canudo, São José, São Pedro, Rio Cachimbo, Santa Terezinha, Campestre II, Santo Antonio, Rio dos Bugres e Invernador

Data: 20 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial de Santa Terezinha

Reunião Comunitária III

Bairros: Esquina, Fetti, Traçado, Jardim Verde Vale e Distrito de Águas Brancas

Data: 21 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial do Bairro Esquina

Reunião Comunitária IV

Bairros: Riacho, Baiano, Brasília e Centro

Comunidades: São Cristóvão, Mundo Novo, Xaxim, Cambuim, Jararaca, Taipinha, Bom Sucesso, Vacas Gordas, Rio Crioulas, Lageado liso, Espinilho, Toca Ruim e Santa Bárbara

Data: 22 de agosto de 2019

Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz

Urubici, 30 de julho de 2019

Antônio Zilli - Prefeito do Município de Urubici.

Vargeão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019

Publicação Nº 2107546

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019

O Município de Vargeão, SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de até 3.000m² de pintura (material e mão de obra) para sinalização manual e mecanizada de faixa de pedestre, eixo, borda e lombadas, setas e dizeres na pista, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop-on, de acordo com as especificidades do CONTRAN – (Manual Brasileiro de sinalização de trânsito), com data de abertura para o dia 31/07/2019 a partir das 09 horas, foi considerada deserta, face a ausência total de interessados.

Vargeão, SC, 31 de Julho de 2019.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 161/2019

Publicação Nº 2108466

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO – SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADA: HILARIO GIARETTON

OBJETO: aluguel de um imóvel residencial, localizado na Rua Copinha, nº 12, Bairro União, no Município de Vargeão, para fins de ALUGUEL SOCIAL; vigência de 4 (quatro) meses

VALOR: R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, contrato 161/2019, aluguel social, com base na lei municipal nº 1.561/2014.

Vargeão, SC, 31 de Julho de 2019.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2019 PARA ESCOLHA DE VAGA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2107826

Secretaria Municipal de Educação

Convocação nº 12/2019 para escolha de vaga

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a classificação final dos candidatos classificados no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017;

CONVOCA a 17º (décima sétima) candidata classificada para provimento de vagas em caráter temporário de AGENTE EDUCACIONAL, para escolha de vaga e agendamento de entrega de documentos e consulta médica pré-admissional:

- MÁRCIA SOTIL DA SILVA

A candidata convocada deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação, na Rua 7 de Setembro, Centro, Vargeão-SC, no prédio da Educação, até a data de 01/08/2019.

OBSERVAÇÕES

1 - A interessada deve comparecer no local e horário acima indicado, munida da cédula de identidade.

2 - O não comparecimento da candidata convocada até o dia marcado acarretará a sua desistência da vaga com a imediata disponibilização da vaga para chamada subsequente do próximo candidato aprovado.

3 - A candidato convocada que aceitar a vaga ofertada deverá se dirigir ao setor de Recursos Humanos para verificar os documentos

necessários e providenciar consulta médica para a admissão.

Vargeão-SC, 31 de julho de 2019.

CARMEN RAYMUNDI

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº Nº 46/2019

Publicação Nº 2108091

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº Nº 46/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 16 de Agosto de 2019, às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando a contratação de empresa para execução de serviços de pintura (material e mão de obra) para sinalização manual e mecanizada de faixa de pedestre, eixo, borda e lombadas, setas e dizeres na pista, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop-on, de acordo com as especificidades do CONTRAN – (Manual Brasileiro de sinalização de trânsito). Informações complementares serão prestadas através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 31 de Julho de 2019.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2019

Publicação Nº 2107976

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2019

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo receber propostas para: contratação de empresa especializada, OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE EDITAIS, PROVAS ESCRITAS/PRÁTICA/TÍTULOS, RESULTADO E DEMAIS ATOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 005/2019 de 08/01/2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 59/2019, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 14 de agosto de 2019.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 14 de agosto de 2019, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 31 de julho de 2019

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.843/19

Publicação Nº 2107860

DECRETO Nº 16.843/19, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.575.867,01 (Um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e um centavo), para adequação de classificação orçamentária à suplementação das seguintes dotações:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
01 – Gestão de Ensino Fundamental	
2.026 – Merenda Escolar – PNAE – ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	413.792,99
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	254.704,52
07 – Secretaria Municipal de Educação	
01 – Gestão de Ensino Fundamental	
2.082 – Merenda Escolar – PNAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	42.821,86
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	25.338,21
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2.031 – Merenda Escolar – PNAE – CRECHES	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	209.817,52
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	222.449,19
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2.086 – Merenda Escolar – PNAE – PRÉ-ESCOLA	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	254.235,52
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	152.644,73
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.575.867,01

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

01 – Gestão de Ensino Fundamental	
2.026 – Merenda Escolar – PNAE – ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	413.792,99
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	254.704,52
07 – Secretaria Municipal de Educação	
01 – Gestão de Ensino Fundamental	
2.082 – Merenda Escolar – PNAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	42.821,86
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	25.338,21

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2.031 – Merenda Escolar – PNAE – CRECHES	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	209.817,52
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	222.449,19
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Gestão de Ensino Infantil	
2.086 – Merenda Escolar – PNAE – PRÉ-ESCOLA	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	254.235,52
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0008 – Aplicações Diretas	152.644,73
TOTAL DAS ANULAÇÕES	1.575.867,01

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 31 de julho de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de julho de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ENCERRAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO 07/2019 - PMV - FRACASSADO

Publicação Nº 2107521

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

encerramento DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA USO DOS AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO ORTRAVI, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, HABITAÇÃO E PROJETOS, foi encerrada sem vencedores, devido a inabilitação da única empresa participante do certame. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 31 de julho de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 011/2019-CMDCA

Publicação Nº 2108553

RESOLUÇÃO Nº 011/2019-CMDCA

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos referente a manifestação nº 2019000170 de Conselheiro Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Videira - SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o recebimento da manifestação nº 2019000170 da Ouvidoria Municipal;

Considerando o disposto no art. 72 da Lei Municipal 3.215/15, o qual trata da abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar "Art. 72 O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade por parte de qualquer Conselheiro Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao investigado o direito ao contraditório e à ampla defesa";

Considerando o disposto no art. 73 da Lei Municipal 3.215/15 "Art. 73 A instauração do processo administrativo disciplinar e da sindicância caberá ao Presidente do CMDCA, o qual indicará a nomeação de uma Comissão formada por três membros, para condução dos trabalhos, podendo fazer parte das referidas Comissões, o Presidente, quaisquer dos integrantes do CMDCA, bem como outros Conselheiros Tutelares que não tenham correlação e/ou interesse no caso investigado";

Considerando o art. 76 da Lei Municipal nº 3.215/15, a qual dispõe "Art. 76 Para apuração das irregularidades noticiadas, aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata, no que concerne ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar, bem como a legislação esparsa própria do CMDCA, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei";

Considerando ainda, o disposto no art. 279 da Lei Complementar nº 129/12 a qual cita "Art. 279 O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem".

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 296/2019/CMDCA, da reunião extraordinária realizada na data de 26/07/2019, as Conselheiras Luciane Maria dos Santos Gemo, Fabiana Woitko Arndt e Viviane de Fátima e Silva Spörr, sob a presidência da primeira, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos na manifestação nº 2019000170 de Conselheiro Tutelar.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 26 de julho de 2019.

Viviane de Fátima e Silva Spörr

Presidente do CMDCA de Videira - SC

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP 20/2019 - PMV

Publicação Nº 2108385

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2019 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO GINÁSIO DO BAIRRO SANTA GEMA, LOCALIZADO NA RUA PERNAMBUCO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.472 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADA a empresa Aman Manta Asfáltica Ltda e HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Construtora Civile Eireli e GI Construtora e Incorporadora Ltda.. Fica designada a data para abertura e julgamento da proposta para o dia 09/08/2019, às 14:00h, desde que não haja interposição de recursos. Caso sejam interpostos recursos e impugnações, será divulgada nova data e horário para abertura e julgamento das propostas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.videira.sc.gov.br. Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 31 de julho de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LAUDO DE ACEITABILIDADE PE 04/2019 - PMV

Publicação N° 2108951

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 04/2019 –FME/ SEC. EDUCAÇÃO**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa **TOTAL SPORTS LTDA ME**, inscrita sob **CNPJ N° 13.110.252/0001-86** apresentou amostra do produto referente ao item 102 conforme previsto no edital, nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	OBSERVAÇÃO
102	BOLA OFICIAL DE FUTSAL COM 8 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU. TAMANHO 50-55 CM DE DIÂMETRO. PESO 300-350 G.	PENALTY	APROVADO.

Em atendimento ao **EDITAL PE 04/2019 – PMV, item 1.2:** As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar :- **AMOSTRAS FÍSICAS DOS ITENS: 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 102, 103, 104, 107, 112, 113 e 114** devidamente identificados (com razão social e CNPJ), em até **05 (CINCO) dias úteis** após o encerramento da disputa dos lances, na Sede da Fundação Municipal de Esportes de Videira no Complexo Sérgio Marafon, situada na Avenida Constantino Crestani 825, Bairro Cidade Alta, nesta cidade de Videira/SC no horário das **08h00min** às **11h45min** e das **13h30min** às **17h45min**, impreterivelmente;

Diante do exposto, a comissão de avaliação opina pela **APROVAÇÃO** do item 102 apresentado pela empresa.

Videira, 29 de Julho de 2019.

ANDRÉ KUBIAK
Membro Da Comissão De Avaliação

JOSIANE CRISTINA SAMBONIN
Membro Da Comissão De Avaliação

SERGIO ANTONIO OZELAMI
Membro Da Comissão De Avaliação

EDERSON LEOBET
Membro Da Comissão De Avaliação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS**PREGÃO ELETRÔNICO N°. 04/2019 –FME / SEC. EDUCAÇÃO**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa **MONICA R. DE MELLO FARIA ME**, inscrita sob **CNPJ N° 17.353.208/0001-97** apresentou amostras dos produtos referentes aos itens 18 conforme previsto no edital, nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	OBSERVAÇÃO
18	BOLA FUTEBOL DE CAMPO, PRODUTO FEITO COM PVC TEXTURIZADO E SUA ESTRUTURA É PRODUZIDA COM 32 GOMOS COSTURADOS, OFERECENDO EXCELENTE EFICIÊNCIA, COM A TECNOLOGIA MICRO POWER, ELABORADA PARA PROPORCIONAR MAIOR MACIEZ NO MOMENTO DO TOQUE, MIOLO É LUBRIFICADO E REMOVÍVEL. PESO APROXIMADO: 460-480 G. CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA: 69-71 CM.	IMPORIENTE	Não Apresentou amostra

Em atendimento ao **EDITAL PE 04/2019 – PMV, item 1.2**: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar :- **AMOSTRAS FÍSICAS DOS ITENS: 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 102, 103, 104, 107, 112, 113 e 114** devidamente identificados (com razão social e CNPJ), em até **05 (CINCO) dias úteis** após o encerramento da disputa dos lances, na Sede da Fundação Municipal de Esportes de Videira no Complexo Sérgio Marafon, situada na Avenida Constantino Crestani 825, Bairro Cidade Alta, nesta cidade de Videira/SC no horário das **08h00min às 11h45min** e das **13h30min às 17h45min**, imprerivelmente;

A empresa **MONICA R. DE MELLO FARIA ME**, que obteve a proposta melhor classificada para o item 108 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas.

Diante do exposto, a comissão de avaliação opina pela **REPROVAÇÃO** do item 18, não houve a possibilidade de análise, pois a empresa não enviou amostra.

Videira, 29 de Julho de 2019.

ANDRÉ KUBIAK
Membro Da Comissão De Avaliação

JOSIANE CRISTINA SAMBONIN
Membro Da Comissão De Avaliação

SERGIO ANTONIO OZELAMI
Membro Da Comissão De Avaliação

EDERSON LEOBET
Membro Da Comissão De Avaliação

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**LAUDO DE ACEITABILIDADE PE 03/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2109058

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019- VISAN**

Objeto - AQUISIÇÃO DE PLAQUETAS DE PATRIMÔNIO, PARA IDENTIFICAÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO PERTENCENTE AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

LAUDO DE ACEITABILIDADE

Pelo presente instrumento, declaro que a empresa S. S. PASSOS ETIQUETAS E PLACAS - ME, inscrita no CNPJ sob nº 28.886.441/0001-51, apresentou a amostra conforme previsto no Edital abaixo discriminadas:

Item	Especificação	Marca
1	PLAQUETA DE PATRIMÔNIO, EM ALUMIFIX, NO MÍNIMO COM 0,23 MM DE ESPESSURA, FUNDO BRANCO, COM O LOGO DA VISAN NA COR AZUL, CARACTERES COM NOME VISAN VIDEIRA SANEAMENTO NA COR AZUL, SEM BORDAS, CANTOS ARREDONDADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS, ADESIVA COM COLA DE GRANDE POTÊNCIA E ÓTIMA ADERÊNCIA, TAMANHO PODENDO VARIAR ENTRE 40 X 20 MM OU 46 X 18 MM, COM NUMERAÇÃO SEQUENCIAL DE 00001 A 16000.	S.S. PASSOS ETIQUETAS E PLACAS - ME

Desta forma, após conferência do DESIGN das plaquetas, aprovo o modelo e marca apresentado pela empresa acima referida.

Videira (SC), 29 de julho de 2019.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO
Diretor Administrativo VISAN

RUA VENERIANO DOS PASSOS, Nº430 BAIRRO CENTRO
CEP: 89.560-152 - CNPJ: 30.753.960/0001-93
TELEFONE: (49) 3566-0322



Vitor Meireles**PREFEITURA****CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA E GABARITO DEFINITIVO EDITAL Nº 001/2019 CONSELHO TUTELAR**

Publicação Nº 2107892

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

GABARITO DEFINITIVO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PROCESSO DE ESCOLHA CONSELHO TUTELAR

POSIÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL
01	Ryse Alves dos Santos	6,95
02	Gervásio de Oliveira	6,8
03	Patricia Bertotti	6,6
04	Lorival Feliciano	6,4
05	Loreni Teie	6,35
06	Ariane Roberta Cunha Tose	6,25
07	Gilvana Darolt dos Santos	6,15
08	Marlene Howe	6,0
09	Laurita Meneguelli	6,0
10	Diuvana Vaseleski	6,0
11	Elair Rodrigues Perreira	5,8
12	Juliana Aparecida Castellani Vendrami	5,15
13	Janete Garcia da Silva	4,85
14	Agnes Kammer	4,65
15	Luzia Manzoti	4,2
16	Bu Cutscho	2,45
17	Anderson Vaipão Camlém	Não comp.

GABARITO DEFINITIVO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
a	c	b	b	c	a	d	c	a	b

Questão 11: Respostas esperadas

1:

- Registro de acordo com as normas internas estabelecida para a atuação do Conselho Tutelar
- Uso adequado do sistema informatizado disponível para o Conselho Tutelar
- Ligar o computador; abrir o sistema informatizado disponível e efetuar o registro. Se não houver sistema informatizado, criar pasta específica para registro de cada ocorrência em formulário próprio.

2:

- Usar a viatura específica para deslocamento após tomadas as providências prévias de registros e contatos necessários.

3:

- De acordo com o grau de complexidade da ocorrência, solicitar apoio operacional ao juizado da infância e do Adolescente, polícia militar, promotoria pública.... tudo de acordo com as regras atuais de rotina para os conselheiros tutelares.

4:

- Tomar todos os cuidados técnicos/operacionais necessários para não causar pânico ou revolta familiar agindo com serenidade profissional de acordo com cada situação e dentro da legalidade.

Questão 12 – Respostas Esperadas

- Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: I - armas, munições e explosivos; II - bebidas alcoólicas; III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida; IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida; V - revistas e publicações a que alude o art. 78; VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

- Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

- O conselheiro tutelar atende crianças e adolescentes diante de situações de violação de direitos. Também é papel do conselheiro atender e aconselhar os pais ou responsáveis dessas crianças e adolescentes. A partir do atendimento, o profissional aplica medidas de proteção. Artigo 136 do Eca evidencia as atribuições do Conselho Tutelar.

- Art 98 do ECA - Quando os pais ou responsável (tutor, guardião, dirigente de abrigo) deixam de assistir, criar e educar suas crianças ou adolescentes seja por agirem nesse sentido ou por deixarem de agir quando deviam: por falta: morte ou ausência; por omissão: ausência de ação, inércia; por abandono: desamparo, desproteção; por negligência: desleixo, menosprezo; por abuso: exorbitância das atribuições

do poder pátrio, maus-tratos, violência sexual.

LEI Nº 1047

Publicação Nº 2108043

LEI N. 1047 DE 31 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de processo licitatório, pelo preço mínimo de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), o veículo tipo CAR/CAMINHONETE/C.ABERTA, Marca/Modelo CHEVROLET - MONTANA LS, Placa MJL-7104, Ano/Modelo 2012/2013, Renavam n. 470986140, Chassi 9BGCA80X0DB110135, Capacidade/Potência 0.80T/102cv/2P, Cor Branca, Combustível Álcool/ Gasolina, e demais características padrão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 31 de julho de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

RUA AFONSO RINALDI ATA DE AVALIAÇÃO ANTES DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2108962

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às nove horas do dia trinta do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18.158, PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI, Fiscal de Postura e JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, integrantes da Comissão de Avaliação Permanente, nomeados pelo Decreto n.º 035/2019, para a avaliação antes da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra
43494	01.02.004.0332	AIDE KRUEGER	15	450	79.978,33
52914	01.02.004.0303	JOEL ANCINI	17	510	89.134,23
52841	01.02.004.0015	LUCIANE BACK CAPIS- TRANO	15	450	69.309,26
43389	01.02.003.0157	WILLIAN ANCINI	23	952,34	65.000,00
43370	01.02.003.0115	JORGE G.M. NETO	15,07	528,75	50.000,00
52760	01.02.003.0100	CHARLES MAIBERG	15,07	507,97	77.347,92
52949	01.02.004.0362	MORGANA DE SENA ANDRÉ	24	450,00	77.228,19
52779	01.02.003.0197	JOÃO BATISTA MASOTE	22,84	469,74	106.809,06
52906	01.02.004.0286	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	30,76	924,72	169.000,00
59170	01.02.004.0295	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	14,24	425,28	31.900,00
52752	01.02.003.0084	IVAN MENEGHELLI	13	672,97	84.907,80
58809	01.02.003.0326	JOSE ANCINI	19,47	1.303.75	205.204,23

RUA AFONSO RINALDI ATA DE AVALIAÇÃO APÓS A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2108985

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às nove horas do dia trinta do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18.158, PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI, Fiscal de Postura e JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, integrantes

da Comissão de Avaliação Permanente, nomeados pelo Decreto n.º 035/2019, para avaliarem os seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel
43494	01.02.004.0332	AIDE KRUEGER	15	450
52914	01.02.004.0303	JOEL ANCINI	17	510
52841	01.02.004.0015	LUCIANE BACK CAPISTRANO	15	450
43389	01.02.003.0157	WILLIAN ANCINI	23	952,34
43370	01.02.003.0115	JORGE G.M. NETO	15,07	528,75
52760	01.02.003.0100	CHARLES MAIBERG	15,07	507,97
52949	01.02.004.0362	MORGANA DE SENA ANDRÉ	24	450,00
52779	01.02.003.0197	VILMAR KUSKOSKI	22,84	469,74
59170	01.02.004.0286	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	14,24	425,28
52906	01.02.004.0286	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	30,76	924,72
58809	01.02.003.0326	JOSE ANCINI	19,47	1.303,75
52752	01.02.003.0084	IVAN MENEGHELLI	13	672,97

RUA AFONSO RINALDI EDITAL Nº 02/2019

Publicação Nº 2108987

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 02/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009, e Lei Complementar 096 de 28 de setembro de 2017; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar n. 096/2017, estando a cobrança limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada na Rua Afonso Rinaldi.

3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota, será realizado no trecho compreendido entre o entroncamento da rua Dona Romana Fistarol com a rua João Francisco Coser (antiga Rio Preso) em 118,30 metros .

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Afonso Rinaldi que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

Cadastro	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor imóvel antes da obra
43494	01.02.004.0332	AIDE KRUEGER	15	450	79.978,33
52914	01.02.004.0303	JOEL ANCINI	17	510	89.134,23
52841	01.02.004.0015	LUCIANE BACK CAPISTRANO	15	450	69.309,26

43389	01.02.003.0157	WILLIAN ANCINI	23	952,34	65.000,00
43370	01.02.003.0115	JORGE G.M. NETO	15,07	528,75	50.000,00
52760	01.02.003.0100	CHARLES MAIBERG	15,07	507,97	77.347,92
52949	01.02.004.0362	MORGANA DE SENA ANDRÉ	24,00	450,00	77.228,19
52779	01.02.003.0197	VILMAR KUSKOSKI	22,84	469,74	106.809,06
52906	01.02.004.0286	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	30,76	924,72	169.952,26
59170	01.02.004.0295	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	14,24	425,28	31.900,00
58809	01.02.003.0326	JOSE ANCINI	19,47	1.303,75	205.204,23
43354	01.02.003.0084	IVAN MENEGHELLI	13	672,97	84.907,80

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Afonso Rinaldi. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto. O respectivo memorial é parte integrante deste Edital.

5. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº005/2019- tomada de preço 1/2019 e o contrato de execução nº24/2019.

NOME DA RUA	LARG. PISTA	EXTENSÃO	ÁREA PAV. LAJOTAS	ÁREA PASSEIO PAVER	TOTAL	VALOR/M²	50%
Rua Afonso Rinaldi	12,00m	118,30m	951,78m²	467,68M²	R\$ 107.066,17 R\$ 808,11	R\$ 76,00	38,00 p/m²

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, será a parcela do custo da obra pública ou a avaliação que será arcada pelos contribuintes beneficiados por ela, será o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, e a municipalidade participa com o percentual de 50% restantes, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo 50% (cinquenta por cento) do custo da obra o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início da obra e o segundo, após o seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTA EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a pratica dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 30 de julho de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY JOICE B. S. WATRAS

Prefeito Municipal Fiscal de Tributos

RUA ITÁLIA ATA DE AVALIAÇÃO ANTES DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2108952

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às dez horas do dia nove do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18.158, PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI, Fiscal de Obras e Postura e JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, integrantes da Comissão de Avaliação Permanente, nomeados pelo Decreto n.º 035/2019, para a avaliação antes da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor antes da obra
45560	01.02.002.0358	LUIS OLIVEIRA	18	449,09	50.000,00
45578	01.02.002.0344	LUIS OLIVEIRA	7	400,58	40.000,00
45543	01.02.002.0412	VALDENIR SEHEN	14,81	432,79	45.000,00
45551	01.02.002.0382	FRANCISCO DECARLI	26,45	1.436,94	85.000,00

RUA ITÁLIA ATA DE AVALIAÇÃO APÓS A OBRA DE PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2108954

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às nove horas do dia trinta do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18.158, PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI, Fiscal de Postura e JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, integrantes da Comissão de Avaliação Permanente, nomeados pelo Decreto n.º 035/2019, para avaliarem os seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel
45560	01.02.002.0358	LUIS OLIVEIRA	18	449,09
45578	01.02.002.0344	LUIS OLIVEIRA	7	400,58
45543	01.02.002.0412	VALDENIR SEHEN	14,81	432,79
45551	01.02.002.0382	FRANCISCO DECARLI	26,45	1.436,94

RUA ITÁLIA EDITAL Nº 01/2019

Publicação Nº 2108959

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 01/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 097 de 28 de setembro de 2017; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos

de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar n. 097/2017, estando a cobrança limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada em parte da Rua Itália.

3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota será realizado no trecho compreendido entre os lotes de Valdenir Sehen até o lote de Luis de Oliveira em 44,99 metros.

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Itália que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

Cadastro	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor imóvel antes da obra
45560	01.02.002.0358	LUIS OLIVEIRA	18	449,09	50.000,00
45578	01.02.002.0344	LUIS OLIVEIRA	7	400,58	40.000,00
45543	01.02.002.0412	VALDENIR SEHEN	14,81	432,79	45.000,00
45551	01.02.002.0382	FRANCISCO DECARLI	26,45	1.436,94	85.000,00

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Itália. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto. O respectivo memorial é parte integrante deste Edital.

5 DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº005/2019- tomada de preço 1/2019 e o contrato de execução nº24/2019.

NOME DA RUA	LARG. PISTA	EXTENSÃO	ÁREA PAV. LAJOTAS	ÁREA PASSEIO PAVER	TOTAL	VALOR/M²	50%
Rua Italia	12,00m	44,99m	498,29m²	190,90m²	R\$43.238,81	R\$62,74	31,37 p/m²

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, ou seja, a parcela do custo da obra pública que será arcada pelos contribuintes beneficiados por ela, será o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, e a municipalidade participa com o percentual de 50% restantes, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo 50% (cinquenta por cento) do custo da obra o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início da obra e o segundo, após o seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTA EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 30 de julho de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY JOICE B. S. WATRAS

Prefeito Municipal Fiscal de Tributos

RUA PASCOALE COMPER ATA DE AVALIAÇÃO ANTES DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2108992

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às dez horas do dia trinta do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18.158, PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI, Fiscal de Postura e JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, integrantes da Comissão de Avaliação Permanente, nomeados pelo Decreto n.º 035/2019, para a avaliação antes da obra dos seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor ante da obra
43621	0102050359	MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES	24	1.800,00	106.385,00
52850	01020040105	ANDRIEL S. GONÇALVES	7,5	225	84.263,28
47813	01020040106	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	7,5	225	84.263,28
43443	01020040120	JOSIMAR DE ANDRADE	15	450	84.974,23
43451	01020040137	VALDEMAR PINHEIRO	17	510	103.884,16
43532	01020050060	FRANCISCO CAETANO	15	450	45.000,00
43583	01020050222	CLAUDIR ALVES	15	510	88.489,66
20346	01020040211	VOLNEI SCHOTTEN	45	1.350,00	140.897,44
43575	01020050207	JORGE G.M. NETO	30	450	89.116,81
41696	01020050224	ANILDO FRANCISCO	15	450	82.814,41
58386	01020040090	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	24	450	85.000,00
43613	01020050269	VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO	15	450	82.814,41

RUA PASCOALE COMPER ATA DE AVALIAÇÃO APÓS DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 2108995

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Às nove horas do dia trinta do mês de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se no auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, localizada na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Município de Vitor Meireles, os senhores JAMES ADEMIR WIPPEL Corretor de Imóveis – CRECI nº 18.158, PATRICIA BLOEMER MENEGHELLI, Fiscal de Postura e JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS Fiscal de Tributos, integrantes

da Comissão de Avaliação Permanente, nomeados pelo Decreto n.º 035/2019, para avaliarem os seguintes Imóveis;

Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel
43621	01020050359	MUNICIPIO DE VITOR MEI-RELES	24	1.800,00
52850	01020040105	ANDRIEL S. GONÇALVES	7,5	225
47813	01020040106	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	7,5	225
43443	01020040120	JOSIMAR DE ANDRADE	15	450
43451	01020040137	CLESIO G. PINHEIRO	17	510
43532	01020050060	FRANCISCO CAETANO	15	450
43583	01020050222	CLAUDIR ALVES	15	510
20346	01020040211	VOLNEI SCHOTTEN	45	1.350,00
43575	01020050207	JORGE G.M. NETO	30	450
41696	01020050224	ANILDO FRANCISCO	15	450
58386	01020040090	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	24	450
43613	01020050269	VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO	15	450

RUA PASCOALE COMPER EDITAL Nº 03/2019

Publicação Nº 2108998

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 03/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 098 de 28 de setembro de 2017; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar n. 098/2017, estando a cobrança limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada na Rua Pascoale Comper.

3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota da rua Pascoale Comper, será realizado no trecho compreendido entre o entroncamento da rua Dona Romana Fistarol com a rua João Francisco Coser (antiga Rio Preso) em 116,73 metros.

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Pascoale Comper, que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

Cadastro	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor imóvel antes da obra
43621	01020050359	MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES	24	1.800,00	106.385,00
52850	01020040105	ANDRIEL S. GONÇALVES	7,5	225	84.263,28
52868	01020040106	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	7,5	225	84.263,28
52876	01020040120	JOSIMAR DE ANDRADE	15	450	84.974,23
52884	01020040137	CLESIO G. PINHEIRO	17	510	103.884,16
43532	01020050060	FRANCISCO CAETANO	15	450	45.000,00
52981	01020050222	CLAUDIR ALVES	15	510	88.489,66
52892	01020040211	VOLNEI SCHOTTEN	45	1.350,00	140.897,44
52973	01020050207	JORGE G.M. NETO	30	450	89.116,81
43613	01020050224	VALDELI JOSE SEBASTIÃO	15	450	82.814,41
53007	01020050269	ANILDO FRANCISCO	15	450	45.000,00
58386	01020040090	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	24	450	85.000,00

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Pascoale Comper. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto. O respectivo memorial é parte integrante deste Edital.

5. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº005/2019 tomada de preço 1/2019 e o contrato de execução nº24/2019.

NOME DA RUA	LARG. PISTA	EXTENSÃO	ÁREA PAV.LAJOTAS	ÁREA PASSEIO PAVER	TOTAL	VALOR/M²	50%
Rua Pascoale Comper	12,00m	116,73m	934,74m²	459,70m²	R\$81.811,84 R\$ 5.631,77	R\$62,71	31,35 p/m²

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, será a parcela do custo da obra pública ou a avaliação que será arcada pelos contribuintes beneficiados por ela, será o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, e a municipalidade participa com o percentual de 50% restantes, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo 50% (cinquenta por cento) do custo da obra o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início da obra e o segundo, após o seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTE EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 30 de julho de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

JOICE B. S. WATRAS
Fiscal de Tributos

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO 29/2019 - TINTA A BASE DE SOLVENTE

Publicação Nº 2107494

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, no dia 13 de agosto de 2019, às 14:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, para AQUISIÇÃO PARCELADA DE TINTA A BASE DE SOLVENTE, DESTINADAS A SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL CONFORME ABNT NBR 11862/2012. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 31 de julho de 2019.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 0016/2019

Publicação Nº 2107517

Processo nº 0141/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 0016/2019

O Município de Xanxerê-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação, para Contratação do Dr. André Viana Custódio para capacitação, criação de fluxo da Erradicação do Trabalho Infantil e assessoria para a sua implantação, de acordo com especificações em anexo, no valor Total de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais) com a empresa ANDRÉ VIANA CUSTÓDIO MEI, portadora do CNPJ nº 28.117.865/0001-51. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 25, incisos II.

Xanxerê/SC, 31 de julho de 2019 – Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0076/2019

Publicação Nº 2107803

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0076/2019, tendo como objeto a Contratação de empresas para desenvolver atividades socioeducativas e culturais nas modalidades de Música, Capoeira e Yoga para atender crianças/adolescentes, gestantes e idosos nos SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), Cras, Creas e usuários da Política Municipal de Assistência Social. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 23/08/2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 31 de julho de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0075/2019

Publicação Nº 2107507

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0075/2019, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de equipamentos de Informática para manutenção das câmeras de monitoramento nas unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação de Xanxerê-SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 22 de agosto de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 30 de julho de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0074/2019

Publicação Nº 2107837

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0139/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0074/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, Juntamente com os Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0074/2019, do tipo menor preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de dados em tecnologia MultiProtocol Label Swithcing (MPLS) através de fibra ótica incluindo todos os equipamentos, instalações e outros serviços necessários, que permita o tráfego de dados, para interligação das Unidades Administrativas Municipais, ao Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Xanxerê (Backbone Principal), incluindo os serviços de acesso à rede interna em todos os pontos de acessos, bem como link de internet full com largura de banda de 500Mbps IP para o Centro Administrativo e 3 (três) links de internet dinâmico sob demanda conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 16 de agosto de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 30 de julho de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 314/2019

Publicação Nº 2107910

DECRETO Nº 314/2019

DESCREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0167/2019, de 24 de junho de 2019, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME CPF IDENTIDADE

Franciele Pertille 120.533.329-05 6.028.427

Luiz Marcelo Belo 005.027.059-14 3.807.734

Pedro Enrique Lara Mateus 116.190.389-51 6.708.925

Sidinea da Silva de Oliveira 009.722.289-50 4.757.179-9

Antonio Leandro Batista dos Santos 071.711.913-03 2008499063-0

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 30 de julho de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 315/2019

Publicação Nº 2107911

DECRETO Nº 315/2019

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a servidora ocupante do cargo em comissão de Assessora de Imprensa e Comunicação, LETÍCIA CARVALHO DE FARIA, nomeada pelo Decreto nº 164/2019, de 08 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 164/2019, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 31 de julho de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 466/2019

Publicação Nº 2107996

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 466/2019
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 56 (cincoenta e seis) dias a partir de 01.08.2019 a 25.09.2019 a

Servidora Pública Municipal, a Sra. MEDURINA CORDEIRO DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.423.256 e CPF n.º 707.629.619-53, nomeada conforme Decreto n.º JB 484/94, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003187/2019 datado de 31.07.2019.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2012 a 08.06.2015 = 26 dias

09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 01.08.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Julho de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 467/2019

Publicação Nº 2108003

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 467/2019

REVOGAR A PORTARIA Nº 637/2018 QUE DESIGNAVA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria Nº 637/2018.

Determinar que o Servidor Público Municipal Sra. VANEIDE BRUNETO BRANDALISE, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 4.894.148-4 e CPF nº 893.268.579-72, nomeada conforme Decreto nº AJG 171/13 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação retorne ao cargo de origem, a partir de 31.07.2019.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Julho de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 468/2019

Publicação Nº 2108008

PORTARIA Nº 468/2019

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. ELIANE ORTIZ CARDOSO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.842.607 e

inscrita no CPF sob o nº 008.638.759-63, nomeada conforme Decreto nº AJG 170/2013 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 20.08.2019 a 19.02.2020

Esta redução de carga horária atende o requerimento protocolado sob o nº 0003189/2019 datado de 31.07.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, passando a vigorar a redução da carga horária a partir de 20.08.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Julho de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 469/2019

Publicação N° 2108011

PORTARIA N° 469/2019

EXONERAR POR PROCESSO ADMINISTRATIVO O CONSELHEIRO TUTELAR.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo instaurado pela resolução 09/2018 para apurar responsabilidades do Conselheiro Tutelar, e ata nº 059 datada de 29/07/2019 e atendendo a resolução do CONANDA, recomendando-se o afastamento definitivo do cargo.

RESOLVE:

EXONERAR por Processo Administrativo nº 001/2019 a partir de 31.07.2019, o Conselheiro Tutelar, Sr. LUCAS ALVES DE MELLO ROSA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 5.458.247 e CPF nº 092.240.519-01, nomeado conforme Portaria nº RH-GS 017/2016, no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios do Gabinete do Prefeito.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 31.07.2019. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-GS 017/2016

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Julho de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

Publicação Nº 2107961

fls. 72

Direta de Inconstitucionalidade n. 8000086-30.2016.8.24.0000, de Xanxerê
Relator: Desembargador Roberto Lucas Pacheco

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR N. 3.555/13, DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ. VINCULAÇÃO DE RECEITA PROVENIENTE DE REPASSE DO ICMS A EMPRESAS. INCONSTITUCIONALIDADE. AFRONTA AO ART. 123, V, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO.

Nos termos da jurisprudência da Corte, é inconstitucional a destinação de receitas de impostos a fundos ou despesas, ante o princípio da não afetação aplicado às receitas provenientes de impostos (STF. ARE 665291 AgR, rel. Ministro Roberto Barroso, DJe 1º.3.2016).

AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DATA DA PUBLICAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade n. 8000086-30.2016.8.24.0000, da comarca de Xanxerê 1ª Vara Cível em que é Autor Ministério Público do Estado de Santa Catarina e outros e Requerido Prefeito do Município de Xanxerê e outro.

A Órgão Especial decidiu, por unanimidade, julgar procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 3.555/13, do município de Xanxerê, com efeitos a partir da publicação deste acórdão. Custas legais.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Exmo. Sr. Desembargador Rodrigo Collaço, com voto, e dele participaram os Exmos. Srs. Desembargador Stanley Braga, Desembargador Francisco Oliveira Neto, Desembargador Hélio do Valle Pereira, Desembargador Artur Jenichen Filho, Desembargador Júlio César M. Ferreira de Melo, Desembargador Pedro Manoel Abreu, Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz, Desembargador Monteiro Rocha, Desembargador Fernando Carioni, Desembargador Marcus Tulio Sartorato, Desembargador Ricardo Fontes, Desembargador Salim Schead dos Santos, Desembargador Jaime Ramos, Desembargador Alexandre d'Ivanenko,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

fls. 73

Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho, Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Desembargador João Henrique Blasi, Desembargadora Rejane Andersen, Desembargadora Soraya Nunes Lins e Desembargador Henry Petry Junior.

Florianópolis, 15 de maio de 2019.

[assinado digitalmente]
Desembargador Roberto Lucas Pacheco
Relator

2

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei Complementar n. 3.555/13, do município de Xanxerê, sob a alegação de afronta ao disposto no art. 123, V Constituição do Estado de Santa Catarina, que repisa o art. 167, IV, da Constituição Federal.

Aduz que a Lei impugnada estabelece a concessão de benefício fiscal para fomentar a economia local, possibilitando que os empresários solicitem a restituição de 50% do ICMS destinado ao município em virtude da atividade desenvolvida, em evidente violação ao princípio da não afetação de receitas provenientes de impostos, razão pela qual deve ser declarada inconstitucional (fls. 1 a 8).

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Xanxerê, em resposta, sustenta: a) a constitucionalidade da norma, esclarecendo que o empresário deve cumprir diversos requisitos que culminem na majoração da arrecadação de ICMS pelo Estado, com retorno direto ao município; b) a restituição se dá em parte para cobrir obras de infraestrutura local realizadas pela empresa, as quais seriam de atribuição da própria municipalidade e, por isso, são remuneradas pelos impostos; c) todos os demais serviços derivados da instalação da empresa serão fomentados pela nova atividade empresária, com o aumento do percentual de renda per capita e o estímulo ao comércio local; d) não há falar em vinculação de receita, porque a inexistência do plano de incentivo acarretaria a não instalação da empresa, o que tornaria a renda de ICMS inexistente e, portanto, impossível de ser vinculada (fls. 28 a 33).

O Prefeito Municipal, por sua vez, contestou a ação, argumentando: a) a constitucionalidade da Lei, porque não há renúncia de receita, de modo que tal prática é regular e não ofende o orçamento municipal; b) tendo em vista a inexistência dos impostos sem a instalação da empresa, não há falar em vinculação de receita inexistente; c) o incentivo em comento foi instituído de

3

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sgabnr/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

fls. 75

acordo com os princípios do valor social do trabalho e da livre iniciativa (fls. 51 a 57).

Lavrou parecer pela Douta Procuradoria-Geral de Justiça o Exmo. Sr. Dr. Durval da Silva Amorim, que opinou pela procedência do pedido inicial (fls. 61 a 66).

Este é o relatório.

4

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07 .
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

VOTO

O município de Xanxerê, por meio da Lei Complementar n. 3.555/13, instituiu o Programa de aceleração do desenvolvimento econômico, com o objetivo de *atrair investimentos do setor privado para instalação ou ampliação de estabelecimentos empresariais, como forma de fomentar a economia local, mediante concessão de benefício fiscal especial, consistente na restituição do valor nominal do investimento feito, através da devolução de 50% (cinquenta por cento) da receita proveniente do repasse constitucional mensal do ICMS que for gerada pelo novo empreendimento* (art. 1º).

Ocorre que, ao conceder tal benefício a empresas, a lei municipal violou o princípio da não afetação da receita de impostos, previsto no art. 123, V, da Constituição Estadual, segundo o qual é vedado *vincular receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as parcelas pertencentes aos Municípios, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e o desenvolvimento do ensino como determinado pelos arts. 155, § 2º, e 167, e a prestação de garantias as operações de crédito por antecipação de receita*.

Referido dispositivo da Constituição Estadual repisou o art. 167, VI, da Constituição Federal, que veda a *vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo*.

Desse modo, salvo disposição constitucional em sentido contrário, o município não pode dispor sobre parcela determinada de renda auferida de

5

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

fls. 77

imposto para compensar investimento empresarial, em virtude da inconstitucionalidade da destinação de receitas de impostos a despesas, em observância ao princípio da não afetação aplicado às receitas provenientes de impostos.

A respeito do princípio constitucional em questão, a doutrina esclarece que *ao Poder Executivo cabe o planejamento das despesas estatais, sendo vedado ao Poder Legislativo realizar esta função, criando leis que amarem o montante arrecadado por impostos com projetos por ele aprovados. A não vinculação confere ao imposto a característica de ser exigível independentemente de contraprestação específica do Estado* (NERY JÚNIOR, Nelson. Constituição Federal comentada e legislação constitucional. 6ª ed. ampli. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 1096).

Dito de outro modo, *o mandamento em análise visa assegurar que o conjunto das receitas componha uma "massa distinta e única" hábil a cobrir o conjunto das despesas. Quer-se, assim, evitar que a receita de impostos, por antecipação, fique comprometida, "inviabilizando de apresentar proposta orçamentária apta à realização do programa de governo aprovado nas urnas"* (SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 448).

Nesse contexto, o douto Procurador de Justiça esclareceu que *não há como sustentar que os municípios podem dispor de qualquer mecanismo tributário para propor incentivos fiscais, ainda que o ato concretamente aumente a arrecadação permanente, porque a Constituição da República, reprisada pela Constituição do Estado de Santa Catarina, impõe limites objetivos para tanto* (fl. 64).

Sobre o assunto, decidiu o Supremo Tribunal Federal:

DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 923/2009. VINCULAÇÃO DE RECEITA DE ICMS A

6

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sgabrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

FUNDO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI EVIDENCIADA. NORMA DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA. AFRONTA AO ART. 167, IV, DA CRFB/88, E AO ART. 154, IV, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

1. Nos termos da jurisprudência da Corte, é inconstitucional a destinação de receitas de impostos a fundos ou despesas, ante o princípio da não afetação aplicado às receitas provenientes de impostos.

2. Pretensão de, por vias indiretas, utilizar-se dos recursos originados do repasse do ICMS para viabilizar a concessão de incentivos a empresas. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 665291 AgR, rel. Ministro Roberto Barroso, DJe 1º.3.2016).

No corpo da referida decisão ficou consignado que *cabe a essa Egrégia Corte confirmar a inconstitucionalidade da lei objurgada, reconhecendo expressamente a vedação da vinculação de impostos também no que tange aos recursos advindos do produto da repartição tributária, não apenas aqueles arrecadados pelo próprio ente tributante, ex vi IPTU pelos Municípios, em homenagem ao princípio da não afetação da receita de impostos, sob pena de conceder outorga aos Municípios de um direito que a Constituição não lhes conferiu.*

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não destoia:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Artigo 5º, inciso V, da Lei nº 5.143, de 1º de fevereiro de 2011, do Município de Americana. Dispositivo que institui incentivo fiscal consistente no reembolso (em favor do beneficiário) de parte do ICMS transferido ao município. Alegação de ofensa ao princípio da não afetação das receitas. Reconhecimento. Em que pese a louvável intenção do legislador de Americana no sentido de promover o desenvolvimento do município por meio de incentivos fiscais, a solução adotada, nessa parte (referente à previsão de reembolso de parte do ICMS em favor do beneficiário), é totalmente incompatível e ofensiva à disposição do artigo 176, inciso IV, da Constituição Estadual. Inconstitucionalidade manifesta. Ação julgada procedente. (Processo n. 2077592-67.2015.8.26.0000. Rel. Des. Ferreira Rodrigues, j. em 18.11.2015).

Importa destacar que, além de violar o disposto no art. 123, V, da Constituição Estadual, a legislação em questão causa deslealdade tributária

7

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

perante as regiões circunvizinhas, sem olvidar a afronta à Lei Complementar n. 24/75 que, em seu art. 1º, permite excepcionalmente aos Estados, e não aos Municípios, a possibilidade de devolução parcial do tributo ao contribuinte, desde que cumpridos os requisitos previstos na própria lei complementar e desde que haja *anuência dos demais Estados e do Distrito Federal* (MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 9ª ed. Rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 1373).

Conclui-se, portanto, que a Constituição Estadual, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional vedam aos municípios a vinculação de receitas provenientes de repasse do ICMS à concessão de incentivos a empresas, razão pela qual a Lei Complementar n. 3.55/13, do município de Xanxerê-SC, deve ser declarada inconstitucional.

Pertinente à modulação dos efeitos, tem-se que a lei está em vigor há 6 (seis) anos e, durante esse período, certamente foram consolidadas situações jurídicas, principalmente no campo financeiro e tributário no município de Xanxerê, que não podem ser descontinuidas desde a origem.

Há, portanto, razões de segurança jurídica e de interesse social a justificar a modulação dos efeitos no caso, para que a declaração de inconstitucionalidade produza efeitos a partir da data da publicação deste acórdão.

A respeito da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de lei que trata de matéria tributária, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar situação análoga, decidiu:

I. TRIBUTÁRIO. LEI ESTADUAL QUE INSTITUI BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. AUSÊNCIA DE CONVÊNIO INTERESTADUAL PRÉVIO. OFENSA AO ART. 155, § 2º, XII, g, DA CF/88. II. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS. 1. A instituição de benefícios fiscais relativos ao ICMS só pode ser realizada com base em convênio interestadual, na forma do art. 155, §2º, XII, g, da CF/88 e da Lei Complementar nº 24/75. 2. De acordo com a jurisprudência do STF, o mero

8

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

fls. 80

diferimento do pagamento de débitos relativos ao ICMS, sem a concessão de qualquer redução do valor devido, não configura benefício fiscal, de modo que pode ser estabelecido sem convênio prévio. 3. A modulação dos efeitos temporais da decisão que declara a inconstitucionalidade decorre da ponderação entre a disposição constitucional tida por violada e os princípios da boa-fé e da segurança jurídica, uma vez que a norma vigorou por oito anos sem que fosse suspensa pelo STF. A supremacia da Constituição é um pressuposto do sistema de controle de constitucionalidade, sendo insuscetível de ponderação por impossibilidade lógica. 4. Procedência parcial do pedido. Modulação para que a decisão produza efeitos a contar da data da sessão de julgamento (ADI 4.481, rel. Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, DJe 19.5.2015).

Desta Corte, extrai-se que *uma vez verificado que a declaração de inconstitucionalidade de determinada norma, com eficácia ex tunc, poderá causar instabilidade social ou econômica entre os afetados, e levando-se em conta que os interessados, durante o período de vigência da lei, agiram com boa-fé e planejaram seus orçamentos calcados no texto legal, afigura-se razoável modular os efeitos da declaração, a fim de minimizarem os eventuais prejuízos que o ato irá ocasionar* (TJSC, Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2009.043995-4, de Navegantes, rela. Desa. Salete Silva Sommariva, Órgão Especial, j. 28.04.2010).

Desse modo, com fundamento no art. 17 da Lei Estadual n. 12.069/01, deve a presente decisão surtir efeitos a partir da data da publicação do acórdão.

Assim, voto pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 3.55/13, do município de Xanxerê-SC, com a concessão, de ofício, de efeitos a partir da publicação deste acórdão.

Este é o voto.

9

Gabinete Desembargador Roberto Lucas Pacheco

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROBERTO LUCAS PACHECO, liberado nos autos em 21/05/2019 às 14:07. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sgabn/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 193A219.

fls. 85



**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Direta de Inconstitucionalidade nº 8000086-30.2016.8.24.0000

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 17 de julho de 2019, dia subsequente ao término do prazo recursal.

Florianópolis, 18 de julho de 2019.

Marcia Adriane Seidel
DCAPI

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA ADRIANE SEIDEL, liberado nos autos em 18/07/2019 às 14:28.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000086-30.2016.8.24.0000 e código 1AE9424.

Xavantina

PREFEITURA

ATA 053/2019 PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Publicação Nº 2108937

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 053/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 036/2019 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.886.037/0001-76, com sede na Rodovia BR 153, Km 100, Sala 02, Vila Jacob Bieus neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. RAFAEL FELIPE PÉRSIO, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.134.048 e inscrito no CPF sob o nº 939.555.709-59, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 036/2019 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios, para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do município de Xavantina, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, conforme segue tabela:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM O EQUIPAMENTO EM R\$	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
1	50.000,00	CAMINHÃO FORD CARGO 1717, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2005, COR BRANCA, PLACAS MFL4722.	48,50
2	50.000,00	CAMINHÃO FORD CARGO 1722, ANO DE FABRICAÇÃO 2003, MODELO 2003, COR BRANCA, PLACAS MDN5772.	49,50
3	50.000,00	CAMINHÃO IVECO EURO CARGO, ANO DE FABRICAÇÃO 2011, MODELO 2012, COR BRANCA, PLACAS MKC9434.	49,50
4	50.000,00	CAMINHÃO IVECO TECTOR, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS MMM9203.	49,50
5	50.000,00	CAMINHÃO IVECO TECTOR, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS OKE0733.	51,50
6	50.000,00	CAMINHÃO IVECO TECTOR, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS MLW1545.	49,50
7	50.000,00	CAMINHÃO MERCEDES BENZ BASCULANTE, ANO DE FABRICAÇÃO 2014, MODELO 2014, COR BRANCA, PLACAS MMD6762.	35,00
9	50.000,00	ÔNIBUS IVECO ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2013, COR AMARELA, PLACAS MLL5379, CEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	49,00
10	50.000,00	ÔNIBUS IVECO ANO DE FABRICAÇÃO 2014, MODELO 2014, COR AMARELA, PLACAS OKH1729, CEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.	50,50

1.2 – As peças, deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 - A relação dos veículos e o valor estimado constantes no Termo de Referência - Anexo "C" servem apenas como referência para o quantitativo de peças a serem prestadas, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido à baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o fornecedor e com seus profissionais contratados, sendo de responsabilidade da Licitante Contratada as despesas com deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, fretes, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 036/2019 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Xavantina/SC, em 31 de julho de 2019.

RAFAEL FELIPE PÉRSIO PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA CONTRATADA	ENOIR FAZOLO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
--	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI CPF: 070.130.939-39	02. _____ Nome: EUGÊNIO FRANA CPF: 777.862.629-20 Fiscal do Contrato
---	---

ATA 054/2019 MAXI SERVIÇOS MECÂNICOS EIRELI

Publicação Nº 2108942

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 054/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 036/2019 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MAXI SERVIÇOS MECÂNICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.958.840/0001-76, com sede na Avenida Leopoldo Sander – D, 650 E, Sala 02, Bairro Eldorado, Chapecó, SC neste ato representada pela sua Proprietária, Srª. MARCELA FERNANDA DAMACENO, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.313.258 e inscrito no CPF sob o nº 008.669.269-09, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 036/2019 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios, para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do município de Xavantina, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, conforme segue tabela:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA GASTO COM O EQUIPAMENTO EM R\$	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
8	50.000,00	CAMINHÃO MERCEDES BENZ, ANO DE FABRICAÇÃO 1989, MODELO 1990, COR BRANCA, PLACAS MAM6009.	22,00
11	50.000,00	ÔNIBUS VW 48 PASSAGEIROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, MODELO 2013, COR AMARELA, PLACAS MKX1097.	50,00
12	50.000,00	ÔNIBUS VW CAIO 60 PASSAGEIROS, ANO DE FABRICAÇÃO 2012, MODELO 2013, COR AMARELA, PLACAS MLF6337.	50,00

1.2 – As peças, deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.3 - A relação dos veículos e o valor estimado constantes no Termo de Referência - Anexo "C" servem apenas como referência para o quantitativo de peças a serem prestadas, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido à baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.4 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o fornecedor e com seus profissionais contratados, sendo de responsabilidade da Licitante Contratada as despesas com deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, fretes, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 036/2019 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Xavantina/SC, em 31 de julho de 2019.

MARCELA FERNANDA DAMACENO MAXI SERVIÇOS MECÂNICOS EIRELI CONTRATADA	ENOIR FAZOLO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
--	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI CPF: 070.130.939-39	02. _____ Nome: EUGÊNIO FRANA CPF: 777.862.629-20 Fiscal do Contrato
---	---

ATA PL 051/2019 PMXV

Publicação Nº 2107834

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 051/2019 – Pregão Presencial nº 039/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a possível aquisição de materiais elétricos e correlatos, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/146465>

Xavantina, 29 de julho de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Equipe de Apoio: TACIANE CAON
CLANCELISE B. DALL BELLO
MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

ATA PL 052/2019 PMXV

Publicação Nº 2107830

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 052/2019 – Pregão Presencial nº 040/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas, aditivos e detergentes, para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/146790>

Xavantina, 31 de julho de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: TACIANE CAON

CLANCELISE B. DALL BELLO

MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS

Publicação Nº 2108266

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, nesta cidade de Xavantina, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e demais interessados o crédito de recursos financeiros, em 31/07/2019, no valor de R\$ 44.571,40 (quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta centavos) depositados na Caixa Econômica Federal, em conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 868469/2018 – Operação 1054388-20, firmado com o Município de Xavantina, assinado em 29/06/2018, no âmbito do Programa Planejamento Urbano, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto "Implantação de passeio público acessível no Município de Xavantina – SC".

Xaxim

PREFEITURA

0266. NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO COMO ORDENADOR DE DESPESAS - MELCHIOR BERTÉ

Publicação Nº 2108422

DECRETO Nº 266/2019

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO ORDENADOR DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor MELCHIOR BERTE, Secretário Municipal de Administração, como Ordenador de Despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos junto a Municipalidade nos dias 19 a 26 de julho de 2019.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de julho de 2019.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

0276. DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DOS LOTES OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO ARI JOSÉ LOCATELLI"

Publicação Nº 2108425

DECRETO Nº 276/2019

DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DOS LOTES OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO ARI JOSÉ LOCATELLI" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica do Município e Art. 85 da Lei Ordinária 4.068 de 25 de abril de 2015;

Considerando a vistoria realizada junto ao empreendimento, dando conta da execução de 50% das obras de infraestrutura;

Considerando que conforme dispõe o Art. 85, inciso "I", alínea "b" a liberação de 50% dos imóveis caucionados quando da conclusão de 50% das obras.

Considerando que até a presente data não foram liberados lotes caucionados.

Considerando que com a execução de 50% o empreendedor poderá solicitar a liberação 50% lotes.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam liberados da garantia a que se refere o Decreto nº 124/2017, o seguinte lote, do loteamento denominado "ARI JOSÉ LOCATELLI", aprovado pela Lei nº 4.240/2016, com matrícula no CRI sob o nº 24.752 e então caucionados em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I – Da Quadra 844 – lote: 07.

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 30 de julho de 2019.

Lírio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

0280. NOMEIA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 2108426

DECRETO Nº 280/2019

NOMEIA FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0022/2019 VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019 QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, bem como por disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, pelo presente decreto, a senhora ALEXANDRE FERNANDO PICOLATO – Matrícula nº 7382, para atuar como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 0022/2019 vinculado ao processo licitatório nº 070/2019 – Pregão Presencial para Registro de Preço nº 034/2019, que trata da aquisição de serviços de engenharia para a elaboração de projetos.

Art. 2º - O servidor nomeado não receberá nenhuma vantagem pecuniária pela atribuição conferida por este decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 31 de julho de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

4408. DÁ NOVA DENOMINAÇÃO DE RUA

Publicação Nº 2108330

Lei nº 4.408/2019, de 18 de julho de 2019.

DÁ NOVA DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica alterado o nome da Rua "VERGINIO NAPOLEÃO GIACHINI" do Loteamento Império do Sol, alterada pela Lei 4.402 de 17 de maio de 2019, passando a ser denominada Rua "Natal".

Art. 2º. Altera o nome da Rua "nº01" do Loteamento Chácaras do Lazer aprovado pela Lei 3.568 de 31 de Março de 2011, passando a ser denominada Rua "VICTORINO THOMÉ".

Art. 3º. Altera o nome da Rua "nº03" do Loteamento Chácaras do Lazer aprovado pela Lei 3.568 de 31 de Março de 2011, passando a ser denominada Rua "ORESTE CENCI".

Art. 4º. Altera o nome da Rua "nº06" do Loteamento Chácaras do Lazer aprovado pela Lei 3.568 de 31 de Março de 2011, passando a ser denominada Rua "ROSA LUIZA CENCI".

Art. 5º. Altera o nome da Rua "nº08" do Loteamento Chácaras do Lazer aprovado pela Lei 3.568 de 31 de Março de 2011, passando a ser denominada Rua "VERGINIO NAPOLEÃO GIACHINI".

Art. 6º. Altera o nome da Rua "nº10" do Loteamento Chácaras do Lazer aprovado pela Lei 3.568 de 31 de Março de 2011, passando a ser denominada Rua "INÁCIO THOMÉ".

Art. 7º. Altera o nome da Rua "nº 07" do Loteamento Chácaras do Lazer aprovado pela Lei 3.568 de 31 de Março de 2011, passando a ser denominada Rua "EGILE GASPARI THOMÉ".

Art. 8º Altera o nome da Rua "A" do Loteamento Vitória, passando a ser denominada Rua "ARI SOARES".

Art. 9º. Altera o nome da Rua "B" do Loteamento Vitória, passando a ser denominada Rua "BASTIÃO ROSA".

Art. 10. Altera o nome da Rua "C" do Loteamento Vitória, passando a ser denominada Rua "JOSÉ ANTUNES".

Art. 11. Altera o nome da Rua "A" do Loteamento Olímpio Farina aprovado pela Lei 3.411 de 2009, passando a ser denominada Rua "GEMA DENONI".

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 12 de julho de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

4409. RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAI - CIM-AMAI

Publicação Nº 2108418

Lei nº 4.409/2019, de 18 de julho de 2019.

"RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAI – CIM-AMAI."

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAI (CIM-AMAI), em todos os seus termos.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado o Município de Xaxim, Santa Catarina a ingressar no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAI (CIM-AMAI), na condição de ente consorciado.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 18 de julho de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.0030/2019

Publicação Nº 2107648

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.0030/2019

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de medalhas para premiações em competições e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Xaxim

Fornecedor:

Item	Empresa
1,2	MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS

Valor Total estimado da Ata: R\$ 12.450,00 (doze mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência do Registro de Preço: 29/07/2019 a 29/07/2020.

Licitação: Processo de Compra 076/2019 - Pregão Presencial para Registro de Preços 039/2019

Xaxim/SC, 29 de julho de 2019. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ERRATA 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017

Publicação Nº 2108038

EXTRATO DE ERRATA 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, está promovendo alterações na do 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017, cujo objeto Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza, Manutenção e Conservação de prédios, praças, vias urbanas e espaços públicos, contemplando ainda, limpeza interna das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Unidades de Saúde do município. Sendo assim, 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017, publicado no dia 27/06/2019 tem como valor total R\$ 125.388,51 (cento e vinte e cinco mil e trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), e não R\$ 119.947,57 (cento e dezenove mil e novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Xaxim/SC, 31 de julho de 2019. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ERRATA 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017

Publicação Nº 2108051

EXTRATO DE ERRATA 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, está promovendo alterações na do 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017, cujo objeto Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Limpeza, Manutenção e Conservação de prédios, praças, vias urbanas e espaços públicos, contemplando ainda, limpeza interna das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Unidades de Saúde do município. Sendo assim, 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N. 0030/2017, publicado no dia 29/07/2019 tem como valor total R\$ 125.388,51 (cento e vinte e cinco mil e trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), e não R\$ 119.947,57 (cento e dezenove mil e novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Xaxim/SC, 31 de julho de 2019. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

Consórcios

AGIR

CONCURSO PÚBLICO AGIR - RETIFICAÇÃO I

Publicação Nº 2108767

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
EDITAL Nº 01 DE 08 DE JULHO DE 2019

RETIFICAÇÃO I

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso de suas atribuições, tendo em vista sua prerrogativa de alterar a bem do interesse público os atos administrativos de sua discricionariedade, torna pública a Retificação ao Edital nº 01, de 08 de julho de 2019, nos seguintes termos:

1. O Anexo I – Conteúdo Programático, para o cargo de Ouvidor, ficam acrescidos os seguintes conteúdos:
Lei n. 13.460/2017 (Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública);
Lei n. 12.527/2011 (Lei de acesso à informação); Manual de ouvidoria pública da CGU; Ferramentas de Resolução de conflitos para as ouvidorias públicas - Rede Nacional de Ouvidorias.

2. Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, publique-se e cumpra-se,
Blumenau/SC, 31 de julho de 2019.
HEINRICH LUIZ PASOLD
DIRETOR GERAL

ARIS

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº 005/2018 - CONDER

Publicação Nº 2107854

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº 005/2018

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº. 05/2018 CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Conder.

1 – Do objeto

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula segunda, item I –Obrigações da ARIS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGADAÇÕES DA ARIS, item I

I- A ARIS comprometer-se-á a repassar a quantia de R\$ 70.000,00(Setenta mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por município, através da dotação orçamentária: Programa 102: Tratança, Ação: 1.2010 – Diagnóstico da Situação Atual sobre a Gestão de Esgotamento Sanitário, Natureza da Despesa 3.3.50.41.99, Fonte de Recurso Superávit de exercícios anteriores.
Os repasses financeiros ficam condicionados à efetiva aprovação da prestação de contas, de acordo com o cronograma estabelecido no plano de trabalho.

2 - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Convênio.

Florianópolis, SC, 29 de Agosto de 2018.

ADIR FACCIO

3º ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 05/2018 - CONDER

Publicação Nº 2107787

3º Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 05/2018

Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER..

Considerando os objetivos comuns entre a ARIS e CONDER, em especial a melhoria das condições de saneamento básico nos municípios consorciados;

Considerando a necessidade de inclusão de novos municípios no projeto TRATASAN; e

Considerando a necessidade de aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para adequação do plano de trabalho com a inclusão de 2 (dois) novos municípios, resolvem a:

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, associação pública, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, associação pública, CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito do Município de Belmonte, Sr. Genésio Bressiani, resolvem aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira

O presente termo tem a inclusão dos Municípios de: Tunápolis e Santa Helena no projeto TRATASAN.

Cláusula Segunda

O valor a ser repassado para o CONDER, em decorrência do acréscimo de 02 (dois) municípios, totalizando o valor do objeto do presente aditivo, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por município, que serão liberados da forma estabelecida nos itens "a" e "b" da Cláusula Segunda do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 05/2018.

Ratificam-se as demais cláusulas constantes no Convênio celebrado entre as partes convenientes, e por estarem acordadas as partes, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 07 de junho de 2019.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARISGenésio Bressiani

Presidente do CONDER

4º ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 05/2018 - CONDER

Publicação Nº 2107796

4º Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 05/2018

Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER..

Considerando os objetivos comuns entre a ARIS e CONDER, em especial a melhoria das condições de saneamento básico nos municípios consorciados;

Considerando a necessidade de exclusão do Município de São José dos Cedros do projeto TRATASAN; e

Considerando a necessidade de aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para adequação do plano de trabalho com a exclusão de 1 (um) município, resolvem a:

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, associação pública, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, associação pública, CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito do Município de Belmonte, Sr. Genésio Bressiani, resolvem aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira

O presente termo tem a exclusão do Município de São José dos Cedros do projeto TRATASAN.

Ratificam-se as demais cláusulas constantes no Convênio celebrado entre as partes convenientes, e por estarem acordadas as partes, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 04 de julho de 2019.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARISGenésio Bressiani

Presidente do CONDER

ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 004/2018 - CONDER

Publicação Nº 2107768

Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 004/2018

Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER em 25 de maio de 2018

Considerando os objetivos comuns entre a ARIS e CIGAMERIOS, em especial a melhoria das condições de saneamento básico nos municípios consorciados;

Considerando a necessidade de corrigir o nº do Convênio de Cooperação; e

Considerando a necessidade de aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Logística celebrado em 25 de maio para adequação do plano de trabalho, resolvem a:

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, associação pública, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, associação pública, CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro, São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito do Município de Belmonte, Sr. Genésio Bressiani, resolvem aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira

I - Onde se lê: Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 004/2018, leia-se: Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 005/2018

Cláusula Segunda

A Cláusula Segunda do Convênio passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA ARIS:

I - A ARIS comprometer-se-á a repassar a quantia de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por município, através da dotação orçamentária: Programa:104 -TRATASAN, Ação: 1.2009 – Diagnóstico da Situação Atual sobre a Gestão de Esgotamento Sanitário, Natureza da Despesa 3.3.90, Fonte de Recursos: superávit de exercícios anteriores, considerando que os repasses serão liberados e fracionados em parcelas da seguinte forma:

- a) A 1ª (primeira) parcela da liberação de recursos será de R\$ 25.000,00, referente a 1ª etapa que compreende os municípios de São João do Oeste, Guarujá do Sul, Barra Bonita, Bandeirante e Paraíso, após abertura da conta bancária específica;
- b) A 2ª (segunda) parcela e seguintes de liberação de recursos será condicionada à apresentação da prestação de contas da parcela anterior, de acordo com o cronograma do Plano de Trabalho.

Os repasses financeiros ficam condicionados à efetiva aprovação da prestação de contas, de acordo com o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho.

II – A ARIS não se responsabiliza por futuros passíveis trabalhistas e não responde solidariamente e nem mesmo subsidiariamente a eventuais discussões de cunho trabalhista.

III – Eventualmente, poderá haver o acréscimo de outros municípios no presente projeto, mediante termo aditivo.

Ratificam-se as demais cláusulas constantes no Convênio celebrado entre as partes convenientes em 25 de maio de 2018, e por estarem acordadas as partes, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 29 de agosto de 2018.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS Genésio Bressiani

Presidente do CONDER

ATA 3/2019 - REUNIÃO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO DA ARIS

Publicação Nº 2107792

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e dezenove (30/07/2019) o presidente do Conselho de Administração do Consórcio denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento ARIS, prefeito de São Carlos Rudi Miguel Sander, atendendo ao Edital de Convocação nº 2/2019, declarou aberta a reunião do Conselho de Administração. Os trabalhos da reunião do Conselho de Administração foram iniciados com a seguinte pauta: 1) Nomear o membro do Conselho de Regulação em face da vacância da vaga de conselheiro, nos termos do inciso V, do art. 23 do Contrato de Consórcio Público da ARIS e 2) Assuntos gerais. Inicialmente, o Sr. Adir Faccio, informou aos membros do conselho de administração que no caso de vacância da vaga de membro do Conselho de Regulação compete ao Conselho de Administração nomear o novo conselheiro. Após, o Conselho de Administração nomeou como novo membro do Conselho de Regulação da ARIS, para a vaga de administrador, o Sr. Arcênio Patrício, que exercerá as funções até maio de 2022. O presidente informou aos demais Conselheiros que na sequência fará o Decreto de Nomeação do novo Conselheiro para a Vaga de Administração, conforme disposto nos artigos 23, V e 30 §3º, do Protocolo de Intenções, que é parte integrante do Contrato de Consórcio ARIS. Por fim, o Presidente do Conselho de Administração colocou a palavra livre para manifestações e, na ausência de manifestos, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião. Florianópolis, 30 de julho de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER – Presidente MAGNO BOLLMANN – Vice-Presidente

Prefeito de São Carlos Prefeito de São Bento do Sul

ARI JOSÉ GALESKI – Conselheiro
Prefeito de Timbó Grande

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA - Conselheiro
Prefeito de Gravatal

FERNANDO BISIGO – Conselheiro
Prefeito de São João do Oeste

Adir Faccio – Diretor Geral
Secretário da Reunião

DECRETO/ARIS Nº 12, DE 30 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2107776

Decreto/ARIS nº 12, de 30 de julho de 2019

NOMEIA O MEMBRO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS.

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, considerando o disposto nos artigos 23, V e 30, § 3º do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e nos termos da decisão tomada pelo Conselho de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como membro do Conselho de Regulação, o Sr. Arcênio Patrício, na vaga de Administração, decorrente da renúncia do Sr. Paulo Sérgio Jordani, com mandato até maio de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 30 de julho de 2019.

Rudi Miguel Sander

Presidente da ARIS

Prefeito Municipal de São Carlos

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004- III/2018

Publicação Nº 2108635

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-3/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, CNPJ nº 74.033.812/0001-70.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-I/2018

Publicação Nº 2108623

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-1/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, CNPJ nº 04.828.184/0001-33.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-II/2018

Publicação Nº 2108628

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-2/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, CNPJ nº 01.566.621/0001-08.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de

saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-IV/2018

Publicação Nº 2108638

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-4/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, CNPJ nº 11.331.812/0001-36.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-IX/2018

Publicação Nº 2108654

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-9/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, CNPJ nº 01.594.009/0001-30.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-V/2018

Publicação Nº 2108640

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-5/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE RIQUEZA, CNPJ nº 95.988.309/0001-48.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-VI/2018

Publicação Nº 2108643

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-6/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE CAIBI, CNPJ nº 04.182.896/0001-28.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-VII/2018

Publicação Nº 2108647

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-7/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, CNPJ nº 03.028.880/0001-00.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-VIII/2018

Publicação Nº 2108650

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-8/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE MODELO, CNPJ nº 83.021.832/0001-11.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-X/2018

Publicação Nº 2108656

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-10/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE SALTINHO, CNPJ nº 09.286.696/0001-39.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-XI/2018

Publicação Nº 2108664

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-11/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 07.903.173/0001-69.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-XII/2018

Publicação Nº 2108669

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-12/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, CNPJ nº 07.138.946/0001-68.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de

saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 31/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-XIII/2018

Publicação Nº 2108672

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-13/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, CNPJ nº 04.219.209/0001-00.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004-XIV/2018

Publicação Nº 2108675

Extrato de Convênio Administrativo n. 004-14/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE SAUDADES, CNPJ nº 02.501.128/0001-64.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 17/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 004/2018- CIGAMERIOS

Publicação Nº 2108608

Extrato de Convênio Administrativo n. 004/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05; e Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, CNPJ nº 118.011.183/0001-06

Objeto: Cooperação técnica e financeira para a elaboração de diagnóstico diagnóstico sobre os sistemas individuais de esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos Municípios de Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinho, mediante a disponibilização de recursos financeiros para desenvolvimento dos trabalhos entre as Entidades Conveniadas, visando a cooperação com os Municípios consorciados para cumprimento dos termos de ajustamento de conduta, promovendo, inclusive, um cadastro das edificações avaliando se existem soluções individuais de tratamento e destinação final dos esgotos sanitários, nos Termos do Plano de Trabalho constante em anexo a este Convênio.

Valor global: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

Vigência: 24/04/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-I/2018

Publicação Nº 2107585

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-I/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, CNPJ nº 80.911.936/0001-03.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Início Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-II/2018

Publicação Nº 2107590

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-II/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE GUARAJÁ DO SUL, CNPJ nº 09.024.107/0001-44.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-III/2018

Publicação Nº 2107591

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-III/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE BARRA BONITA, CNPJ nº 09.301.902/0001-32.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-IV/2018

Publicação Nº 2107592

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-IV/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE BANDEIRANTE, CNPJ nº 07.617.161/0001-78.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-IX/2018

Publicação Nº 2107642

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-IX/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CNPJ nº 78.503.695/0001-11.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-V/2018

Publicação Nº 2107600

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-V/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICIPIO DE PARAÍSO, CNPJ nº 10.568.101/0001-17.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de

saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Início Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-VI/2018

Publicação Nº 2107608

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-VI/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE PRINCESA, CNPJ nº 01.612.836/0001-00.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Início Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-VII/2018

Publicação Nº 2107632

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-VII/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE ANCHIETA, CNPJ nº 06.054.817/0001-29.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-VIII/2018

Publicação Nº 2107639

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-VIII/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE GUARACIABA, CNPJ nº 02.606.335/0001-83.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-X/2018

Publicação Nº 2107645

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-X/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE BELMONTE, CNPJ nº 04.222.993/0001-05.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-XI/2018

Publicação Nº 2107649

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-XI/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE DESCANSO, CNPJ nº 83.517.946/0001-57.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-XII/2018

Publicação Nº 2107652

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-XII/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, CNPJ nº 80.628.753/0001-85.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-XIII/2018

Publicação Nº 2107655

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-XIII/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE MONDAÍ, CNPJ nº 83.028.415/0001-09.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005-XIV/2018

Publicação Nº 2107657

Extrato de Convênio Administrativo n. 005-XIV/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05 e MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, CNPJ nº 01.653.064/0001-54.

Convênio de Cooperação técnica que tem como objeto a busca da melhoria contínua e gestão adequada do saneamento básico afim de promover a proteção ao meio ambiente e a saúde pública, atendendo as diretrizes nacionais da Lei nº 11.445/2007 e da política municipal de saneamento básico, possibilitando a sistematização do funcionamento efetivo das soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário, assim como os casos de implantação de sistemas coletivos de pequeno porte ou mesmo de implantação de sistema completo de coleta, transporte e tratamento dos esgotos domésticos, conforme suas peculiaridades que serão estudadas e previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e nos contratos firmados com os prestadores

Vigência: 21/05/2018

EXTRATO DE CONVÊNIO ADMINISTRATIVO N. 005/2018 - CONDER

Publicação Nº 2107808

Extrato de Convênio Administrativo n. 005/2018

Convenientes: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ nº 11.400.360/0001-05; e Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional- CONDER, CNPJ nº 23.773.012/0001-54 Objeto: Cooperação técnica e financeira para a elaboração de diagnóstico sobre os sistemas individuais de esgotamento sanitário nas áreas urbanas dos Municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, São João do Oeste e São José do

Cedro, mediante a disponibilização de recursos financeiros para desenvolvimento dos trabalhos entre as Entidades Conveniadas, visando a cooperação com os Municípios consorciados para cumprimento dos termos de ajustamento de conduta, promovendo, inclusive, um cadastro das edificações avaliando se existem soluções individuais de tratamento e destinação final dos esgotos sanitários, nos Termos do Plano de Trabalho constante em anexo a este Convênio.

Valor global: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Vigência: 28/05/2018

PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 004/2018 - CIGAMERIOS

Publicação Nº 2108611

Primeiro Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 004/2018

Aditivo ao Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS em 24 de abril de 2018

Considerando os objetivos comuns entre a ARIS e CIGAMERIOS, em especial a melhoria das condições de saneamento básico nos municípios consorciados;

Considerando a necessidade de aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Logística celebrado em 24 de abril para adequação do plano de trabalho, resolvem a:

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO – ARIS, associação pública, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor-geral, Sr. Adir Faccio, e o CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, associação pública, CNPJ nº 118.011.183/0001-06, com sede na Av. Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renaldo Mueller, resolvem aditar o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira

A Cláusula Segunda do Convênio passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA ARIS:

I - A ARIS comprometer-se-á a repassar a quantia de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por município, através da dotação orçamentária: Programa:104 -TRATASAN, Ação: 1.2009 – Diagnóstico da Situação Atual sobre a Gestão de Esgotamento Sanitário, Natureza da Despesa 3.3.50, Fonte de Recursos: superávit de exercícios anteriores, considerando que os repasses serão liberados e fracionados em parcelas da seguinte forma:

a) A 1ª (primeira) parcela da liberação de recursos será de R\$ 25.000,00, referente a 1ª etapa que compreende os municípios de Romelândia, Flor do Sertão, Iraceminha, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos, após abertura da conta bancária específica;

b) A 2ª (segunda) parcela e seguintes de liberação de recursos será condicionada à apresentação da prestação de contas da parcela anterior, de acordo com o cronograma do Plano de Trabalho.

Os repasses financeiros ficam condicionados à efetiva aprovação da prestação de contas, de acordo com o cronograma estabelecido no Plano de Trabalho.

II – A ARIS não se responsabiliza por futuros passíveis trabalhistas e não responde solidariamente e nem mesmo subsidiariamente a eventuais discussões de cunho trabalhista.

III – Eventualmente, poderá haver o acréscimo de outros municípios no presente projeto, mediante termo aditivo.

Ratificam-se as demais cláusulas constantes no Convênio celebrado entre as partes convenientes em 24 de abril de 2018, e por estarem acordadas as partes, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 17 de maio de 2018.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARISRenaldo Mueller

Presidente do Cigamerios

CIMCATARINA**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL 002/2019**

Publicação Nº 2108617

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, APROVAÇÃO DE RATEIO, APROVAÇÃO DE VALORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E OUTRAS PROPOSIÇÕES.

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos em segunda convocação, no Centro Empresarial Terra Firme, localizado na Rua Domingos André Zanini, nº 277, bairro Barreiros, CEP: 88.117-200, São José, SC, reuniram-se os Chefes dos Poderes Executivos e representantes com direito a voto dos municípios consorciados, que ratificaram por lei o protocolo de intenções do CIMCATARINA, quais sejam: CAMPOS NOVOS - Silvio Alexandre Zancanaro; CATANDUVAS - Dorival Ribeiro Dos Santos; FRAIBURGO - Claudete Gheller Mathias; FREI ROGÉRIO - Jair Da Silva Ribeiro; JABORÁ - Kleber Mercio Nora; LUZERNA - Moises Diersmann; TANGARÁ - Nadir Baú Da Silva; VIDEIRA - Dorival Carlos Borga; XAVANTINA - Enoir Fazolo; XAXIM - Melchior Berté. Fizeram-se presente também os agentes públicos e demais participantes do consórcio e dos municípios consorciados sendo do CIMCATARINA os Srs. Elói Rönna, Luiz Fernando Raldi, André Luiz de Oliveira, Luis Felipe Braga Kronbauer e Guilherme Muller e do Município de Antônio Carlos o Sr. Sérgio Roberto Campos Junior para realização da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA com a devida convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição 2877, de 16 de julho de 2019 e obedecidas às disposições do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, objetivando: I - Autorização de Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Consórcio Público do exercício de 2019, aprovado pela Assembleia Geral realizada em 12 de novembro de 2018 e publicado pela Resolução n. 0062/2018; II - Aprovação da metodologia e do Rateio para o Projeto de Licitações Compartilhadas para o exercício de 2020; III - Aprovação da tabela de valores para prestação dos serviços para o exercício de 2020; IV - Aprovação dos valores de Serviço de Monitoramento e Controle Mensal de Unidades de Consumo de Energia Elétrica – UCEE para o exercício de 2020; V - Aprovação do valor para gerenciamento, controle e fiscalização dos serviços de telefonia móvel pessoal para o exercício de 2020; VI - Aprovação do Orçamento anual do Consórcio para o exercício de 2020; VII - Outros assuntos diversos de interesse do CIMCATARINA e dos municípios Consorciados. Os trabalhos foram presididos pelo Prefeito Municipal de Luzerna, Sr. Moisés Diersmann, PRESIDENTE do CIMCATARINA, a quem escolheu a mim, Elói Rönna, Diretor Executivo do Consórcio, para auxiliá-lo. Com a palavra o Presidente, cumprimentando a todos, deu as boas vindas. Após, verificou-se, que em segunda chamada, encontram-se presentes o número mínimo de associados para realização da Assembleia Geral Ordinária. Em seguida, traçou comentários e explicações acerca desta assembleia. Verificou-se ainda que não existem moções de censura a serem apreciadas. Passou-se a palavra ao Diretor Executivo do CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, para suas considerações de acordo com a pauta apresentada. O Diretor Executivo, cumprimentando a todos, informou que o material da assembleia foi antecipadamente disponibilizado através do link <http://assembleia.cimcatarina.sc.gov.br/edital00022019/>, que foi comunicado aos prefeitos via e-mail e outros meios eletrônicos para que os mesmos pudessem analisar com maior tempo todos os assuntos/proposições desta assembleia; ato contínuo deu início a apresentação dos assuntos como ordem do dia, os quais foram colocados em apreciação e aprovação pelo Sr. Moisés Diersmann, Presidente do CIMCATARINA, onde após análise e discussão ficaram assim decididos: Item I - Autorização de Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Consórcio Público do exercício de 2019, aprovado pela Assembleia Geral realizada em 12 de novembro de 2018 e publicado pela Resolução n. 0062/2018, foi apresentado e aprovado. Em sequência referente ao item II - Aprovação da metodologia e do Rateio para o Projeto de Licitações Compartilhadas para o exercício de 2020, foi explicada a metodologia utilizada e o rateio para o Projeto de Licitações Compartilhadas com os valores de cada município, após esclarecimentos sobre a metodologia e rateio estes foram devidamente aprovados, ambos juntados a respectiva ata. Referente aos itens III - Aprovação da tabela de valores para prestação dos serviços para o exercício de 2020, ao item IV - Aprovação dos valores de Serviço de Monitoramento e Controle Mensal de Unidades de Consumo de Energia Elétrica – UCEE para o exercício de 2020 e ao item V - Aprovação do valor para gerenciamento, controle e fiscalização dos serviços de telefonia móvel pessoal para o exercício de 2020, foi apresentado a tabela de remuneração de atividades de serviços a serem prestados pelo consórcio para o exercício de 2020, sendo aprovado os seguintes valores: R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais) por hora executada para serviços prestados pelo consórcio; o valor de R\$ 100,00 (cem reais) para hora dedicação para atendimento de consultoria e assessoria realizada pelo consórcio; o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) mensais por linha telefônica para o consórcio gerir e controlar os serviços de telefonia móvel; o valor de R\$0,60 (sessenta centavos) mensais por ponto consumidor de Energia Elétrica – PCEE para o consórcio gerir e controlar a contratação de serviços para manutenção da iluminação pública e de outros pontos consumidores de energia elétrica. Referente ao item VI - Aprovação do orçamento anual do consórcio para o exercício de 2020, foi aprovado o orçamento do CIMCATARINA para o exercício de 2020, estimando a Receita e fixando a Despesa no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões), sendo a minuta da Resolução anexada a esta ata. Como item VII - Outros assuntos diversos de interesse do CIMCATARINA e dos municípios consorciados, foi submetida à assembleia geral a homologação do ingresso no CIMCATARINA do Município de Imaruí/SC que não foi subscritor inicial do Protocolo de Intenções, mas sancionou a Lei Municipal nº 2.067 de 29 de maio de 2019, que “Ratifica o protocolo de intenções e autoriza o ingresso do município de Imaruí no consórcio intermunicipal catarinense – CIMCATARINA e dá outras providências”, com reservas em seu artigo 3º, limitando a adesão apenas para aquisição de produtos através de licitação e para contratação de empresa para elaboração de projetos, não podendo de modo algum ser utilizado o Consórcio ou sua adesão para terceirizar serviços de competência do Município de Imaruí-SC, após análise a Assembleia Geral não homologou o ingresso do Município de Imaruí através da Lei Municipal nº 2.067/2019, ressalvada adequações na legislação municipal. Na sequência, foi informado pelo Presidente que serão realizadas alterações no Protocolo de Intenções do CIMCATARINA, sendo necessário consolidá-las em um novo documento que será submetido à aprovação dos municípios consorciados por meio de assembleia geral extraordinária, de forma virtual, que será convocada no início do mês de agosto do corrente ano. Pelo Diretor Executivo foram apresentadas resumo das principais alterações que serão realizadas no Protocolo de Intenções do consórcio público relacionados à denominação, que passará a ser CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CIMCATARINA; Aos OBJETIVOS E FINALIDADES; Instituição da CENTRAL EXECUTIVA do CIMCATARINA, como unidade operacional, em Fraiburgo/SC; Possibilidade da UNIÃO e do ESTADO DE SANTA CATARINA poderem ingressar no consórcio público, além de todos os municípios do Estado de Santa Catarina; Previsão expressa de que o consórcio público será contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, nos termos do artigo 2º, § 1º, III da Lei Federal n. 11.107/05; artigo 10, II c/c artigo 18 e parágrafo único, do Decreto Federal n. 6.017/07 e da Portaria STN nº 274/2016 ou outra que vier a substituir, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, para entrega de recursos financeiros, sejam

por rateio ou aplicação direta; Criação na organização do consórcio público do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO formado por 5(cinco) Chefes do Poder Executivo dos entes da federação consorciados, sendo 2(dois) membros natos, o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio público e 3(três) conselheiros escolhidos pelo Presidente, coincidindo com o mandato da Presidência, com competência de aconselhamento, assessoramento e consultoria auxiliar à Presidência e Diretoria Executiva na execução dos objetivos e finalidades do consórcio público; Alteração da estrutura de empregados públicos do CIMCATARINA, com alterações de nomenclaturas, descrições, criação de novos empregos públicos, revisão de remuneração e outras vantagens, para atender o crescimento do CIMCATARINA com ingresso de novos municípios, realização de programas, projetos e ações; Previsão de conversão do Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público após a aprovação/ratificação de no mínimo 5(cinco) Câmaras de Vereadores e que os entes federados já consorciados terão o prazo de 24(vinte e quatro) meses para ratificação por lei das alterações do Protocolo de Intenções. Por fim, o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse se manifestar, e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos, determinou a expedição dos atos competentes para dar cumprimento a todas as deliberações da Assembleia Geral Ordinária, e deu por encerrada à sessão, determinando a mim, Diretor Executivo, que lavrasse a presente ata e procedesse a sua publicação, no órgão de imprensa oficial do Consórcio Público, a fim de surtir os seus efeitos legais e jurídicos, servindo a publicação como prova para todos os fins legais. A presente ata segue assinada por mim, Elói Ronnau, Diretor Executivo do CIMCATARINA, e pelo Srs. Moisés Diersmann, Presidente do CIMCATARINA, Luiz Fernando Raldi - Diretor Financeiro do CIMCATARINA, André Luiz de Oliveira - Diretor Administrativo do CIMCATARINA, Sr. Luis Felipe Braga Kronbauer - Diretor Jurídico do CIMCATARINA e Guilherme Muller - Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, como sinal de sua aprovação. Florianópolis, 30 de julho de 2019. Era o que continha em dita ata que foi devidamente arquivada as folhas 138 a 141, do livro ata eletrônico n. 01.

MOISES DIERSMANN Presidente do CIMCATARINA Prefeito de Luzerna	ELÓI RONNAU Diretor Executivo CIMCATARINA
LUIZ FERNANDO RALDI Diretor Financeiro CIMCATARINA	ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA Diretor Administrativo CIMCATARINA
LUIS FELIPE BRAGA KRONBAUER Diretor Jurídico do CIMCATARINA	GUILHERME MULLER Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2019

Publicação Nº 2109154

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 0003/2019 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração o contido no artigo 20 e seus parágrafos, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCA os Chefes dos Poderes Executivos dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada de forma virtual, com o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos, para tratar do seguinte assunto como ordem do dia:

Aprovação da 2ª Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

A votação será realizada das 08h00min do dia 05 de agosto de 2019 até às 23h59min do dia 15 de agosto de 2019, através do endereço virtual:

<http://assembleiavirtual.cimcatarina.sc.gov.br/edital00032019/>

- I – O prefeito apto a votar deverá selecionar o município consorciado o qual representa;
- II – Para o item de pauta na ordem do dia “haverá uma lista de seleção com as opções, aprovado ou reprovado”.
- III – Após votação deverá salvar a Cédula em formato.pdf, a qual deverá ser assinada digitalmente para garantir a autenticidade da participação;
- IV – Para validar e ser considerada a participação do município consorciado o documento assinado contendo a cédula de votação deverá ser anexado no mesmo endereço virtual da eleição. Será necessário “confirmar o voto” para finalizar o processo de votação.
- V – Cada Município consorciado terá direito a 1 (um) voto.
- VI – Não ocorrendo a participação do município consorciado no prazo de votação, será considerado como abstenção do voto;
- VII – No dia 16 de agosto de 2019, às 09h00min no 1º Núcleo de Desenvolvimento regional do CIMCATARINA, sito a Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC, será realizada a contagem dos votos durante reunião da Diretoria Executiva, sob presidência do Sr. Elói Ronnau, com a presença facultativa dos consorciados, sendo registrado em ata o resultado da assembleia.

Florianópolis, 01 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
Presidente do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT19CIM0016 - TIM S.A

Publicação Nº 2109067

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT19CIM0016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TIM S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de telefonia e comunicação de dados a partir de terminais móveis, na modalidade SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na categoria tipo Plano Corporativo Pós-pago, com fornecimento de cartões SIM (Módulo de Identificação de Assinante), para atender as necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, conforme as condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços e sem a disponibilização de aparelhos por parte da Credenciada. Valor Total: R\$ 2.469,12 (dois mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e doze centavos)

Data: 11.07.2019. Vigência: 11.07.2019 a 10.07.2020.

Florianópolis (SC), 31 de julho de 2019.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT19CIM0017 - NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA

Publicação Nº 2109069

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT19CIM0017

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA

OBJETO: contratação de empresa de engenharia especializada em serviços técnicos em Saneamento Básico, para assessoramento na elaboração de termos de referência para contratação de projetos, incluindo, diagnóstico e prognóstico de sistema produtor de água (captação, adução e tratamento), com projetos básicos e simulação (modelagem) hidráulica do sistema de distribuição de água com projetos básicos, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência Simplificado do Processo Administrativo Licitatório nº 0030/2019.

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Data: 24.07.2019. Vigência: 24.07.2019 a 30.11.2019.

Processo Administrativo Licitatório nº 0030/2019

Dispensa de Licitação nº 0003/2019

Florianópolis (SC), 31 de julho de 2019.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0048_2019

Publicação Nº 2108799

Resolução nº 0048/2019

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES E CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 0062 de 13 de novembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica incluído no orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, através de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, novas ações conforme classificação abaixo e suplementado o valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) nas seguintes dotações:

Órgão	01 CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	001 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
Função	0026 - Transporte
Subfunção	0782 - Transporte Rodoviário
Código do Programa	0001 - Desenvolvimento Regional
Ação	2006 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE
Elemento	3.3.3.90.00 Aplicações Diretas
Dotação	36
Vínculo	0.1.64.0001 Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
Valor	R\$ 15.000.000,00
Órgão	01 CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	001 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Função	0015 - Urbanismo
Subfunção	0452- Serviços Urbanos
Código do Programa	0001 - Desenvolvimento Regional
Ação	2007 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO
Elemento	3.3.3.90.00 Aplicações Diretas
Dotação	39
Vínculo	0.1.00.0315 TCP – Serviços Urbanos
Valor	R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução correrão à conta do convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina referente ao Projeto Recuperar e de Transferência dos Municípios Consorciados para ações conjuntas de serviços urbanos sendo:

Rubrica	4172804110000000000 - Transferências de Estados a Consórcios Públicos
	41728041101000000 - Projeto Recuperar
Valor	R\$ 15.000.000,00

Rubrica	41738021106000000 - Ações Conjuntas
	41738021106040000 - Serviços Urbanos
Valor	R\$ 2.000.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 31 de julho de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0049_2019

Publicação Nº 2108805

--	--

Resolução nº 0049/2019

Estima Receita e fixa as Despesas do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2020.

A Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, realizada no dia 30 de julho de 2019, na cidade de Florianópolis, aprovou e eu, Presidente do CIMCATARINA, publico o Orçamento Anual do CIMCATARINA para o exercício de 2020, em atendimento ao disposto no art. 23, VIII, c, do Contrato do Consórcio.

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2020, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 2º - A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	49.380.000,00
Receita Patrimonial	R\$	11.200,00
.....		
Transferências Correntes	R\$	49.366.800,00
Outras receitas Correntes	R\$	2.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	620.000,00
Transferências de Capital	R\$	620.000,00
TOTAL	R\$	50.000.000,00

Art. 3º - A Receita foi estimada com base nos contratos de programa, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução no próximo exercício. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 3, de 14 de outubro de 2008, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º - A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa e pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 5º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

DESPESAS CORRENTES	R\$	48.970.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	4.004.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$	44.966.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.030.000,00
Investimentos	R\$	1.030.000,00
TOTAL	R\$	50.000.000,00

Art. 6º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de resolução.

Art. 7º - O Presidente do consórcio está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 8º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 9º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executada ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 12 - Durante o exercício de 2020 o CIMCATARINA poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Resolução, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento do Consórcio.

Art. 13 - Fica estabelecido o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de aquisições de pequeno valor.

Art. 14 - Fica o CIMCATARINA autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, sendo que seus efeitos serão produzidos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Florianópolis, 31 de julho de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0050_2019

Publicação Nº 2108818

Resolução n. 0050/2019

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Srta. Bruna Talita Borgmann, brasileira, solteira, portadora de RG n. 4.633.662 SSP/SC inscrita no CPF sob n. 066.557.729-07, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembleia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 01 de agosto de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Presidente do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0051_2019

Publicação Nº 2108821

Resolução n. 0051/2019

Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar o Sr. Renato de Castro Carvalho Coutinho, brasileiro, solteiro, portador de RG nº. 27.106.170-4 – SSP/SP, inscrito no CPF sob nº. 263.945.548-63, para exercer o emprego público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV, na função de Engenheiro Mecânico com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto.

Art. 2º. O prazo de contratação inicia-se em 05 de agosto de 2019 e termina em 02 de novembro de 2019, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 01 de agosto de 2019.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

ANEXOS DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL 002/2019

Publicação Nº 2108778



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

Minuta Resolução n. XX/2019

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES E CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA**, **Sr. Moisés Diersmann**, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 0062 de 13 de novembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica incluído no orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, através de **CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL**, novas ações conforme classificação abaixo e suplementado o valor de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais) nas seguintes dotações:

Órgão	01 CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	001 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
Função	0026 - Transporte
Subfunção	0782 - Transporte Rodoviário
Código do Programa	0001 - Desenvolvimento Regional
Ação	2006 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE
Elemento	3.3.3.90.00 Aplicações Diretas
Dotação	36
Vínculo	0.1.64.0001 Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)
Valor	R\$ 15.000.000,00

Órgão	01 CONSÓRCIO PÚBLICO
Unidade	001 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
Função	0015 - Urbanismo
Subfunção	0452- Serviços Urbanos
Código do Programa	0001 - Desenvolvimento Regional
Ação	2007 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO
Elemento	3.3.3.90.00 Aplicações Diretas
Dotação	39
Vínculo	0.1.00.0315 TCP – Serviços Urbanos
Valor	R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução correrão à conta do convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina referente ao Projeto Recuperar e de Transferência dos Municípios Consorciados para ações conjuntas de serviços urbanos sendo:

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

Rubrica	4172804110000000000 - Transferências de Estados a Consórcios Públicos
	41728041101000000 - Projeto Recuperar
Valor	R\$ 15.000.000,00

Rubrica	41738021106000000 - Ações Conjuntas
	41738021106040000 - Serviços Urbanos
Valor	R\$ 2.000.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, xx de xxxx de 2019.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
Presidente do CIMCATARINA

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



Fator para Metodologia de Cálculo da Cota-Parte
Rateio Projeto Licitações Compartilhadas do CIMCATARINA para 2020

Fator Fundo de Participação dos Municípios - FFPM

ITEM	INTERVALO POPULAÇÃO		FFPM
1	-	10.188	0,6
2	10.189	13.584	0,8
3	13.585	16.980	1,0
4	16.981	23.772	1,2
5	23.773	30.564	1,4
6	30.565	37.356	1,6
7	37.357	44.148	1,8
8	44.149	50.940	2,0
9	50.941	61.128	2,2
10	61.129	71.316	2,4
11	71.317	81.504	2,6
12	81.505	91.692	2,8
13	91.693	101.880	3,0
14	101.881	115.464	3,2
15	115.465	129.048	3,4
16	129.049	142.632	3,6
17	142.633	156.216	3,8
18	156.217		4,0

Fonte:

Decreto-Lei 1.881, de 27/8/1981.

Decisão Normativa – TCU Nº 173/2019 - ANEXO VII

FPM - Interior - Tabela para o Cálculo de Coeficientes Exercício 2019

Fator para aplicação nas seguintes despesas:

- a) Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (3.1.71.70)
- b) Outras Despesas Correntes (3.3.71.70)



Fator para Metodologia de Cálculo da Cota-Parte
Rateio Projeto Licitações Compartilhadas do CIMCATARINA para 2020

Fator Receita Corrente Líquida - FRCL

ITEM	INTERVALO RCL 2017 E 2018		FRCL
1	-	0,09%	0,7
2	0,10%	0,19%	0,9
3	0,20%	0,29%	1,1
4	0,30%	0,69%	1,3
5	0,70%	0,99%	1,5
6	1,00%	1,99%	1,8
7	2,00%	2,99%	2,0
8	3,00%	3,99%	2,2
9	4,00%	4,99%	2,4
10	5,00%	10,00%	2,6

Fator para aplicação nas seguintes despesas:

- a) Despesas de Pessoal e Encargos Sociais (3.1.71.70)
- b) Outras Despesas Correntes (3.3.71.70)



Metodologia de Cálculo da Cota-Parte
Rateio Projeto Licitações Compartilhadas do CIMCATARINA para 2020

CÓDIGO	COD. UF	COD. MUNIC	NOME DO MUNICÍPIO	**POPULAÇÃO ESTIMADA	*RCL 2017	*RCL 2018	% RCL	FRCL	FFPM	Índice Rateio 3.1.70.71 3.3.70.71	Índice Rateio 4.4.70.71
1	42	00051	Abdon Batista	2.577	18.940.752,77	19.114.630,69	0,0837%	0,7	0,6	0,65	1,00
2	42	00101	Abelardo Luz	17.847	54.308.786,23	58.590.611,60	0,2479%	1,1	1,2	1,15	1,00
3	42	00200	Agronôdia	10.711	26.914.760,57	29.059.624,63	0,1223%	0,9	0,8	0,85	1,00
4	42	00309	Agronômica	5.385	17.078.910,59	18.574.100,34	0,0783%	0,7	0,6	0,65	1,00
5	42	00408	Água Doce	7.138	30.628.107,59	33.209.414,95	0,1401%	0,9	0,6	0,75	1,00
6	42	00507	Águas de Chapecó	6.455	16.401.588,71	17.573.663,19	0,0746%	0,7	0,6	0,65	1,00
7	42	00556	Águas Frias	2.378	14.072.413,14	15.090.867,09	0,0640%	0,7	0,6	0,65	1,00
8	42	00606	Águas Mornas	6.378	17.651.479,99	18.812.789,17	0,0801%	0,7	0,6	0,65	1,00
9	42	00705	Alfredo Wagner	9.984	22.384.394,81	24.746.359,01	0,1034%	0,9	0,6	0,75	1,00
10	42	00754	Alto Bela Vista	1.948	14.699.090,23	15.369.471,32	0,0661%	0,7	0,6	0,65	1,00
11	42	00804	Anchieta	5.721	18.503.513,64	19.901.577,70	0,0843%	0,7	0,6	0,65	1,00
12	42	00903	Angelina	4.860	17.834.258,11	18.440.768,65	0,0797%	0,7	0,6	0,65	1,00
13	42	01000	Anita Garibaldi	7.313	23.462.242,25	24.163.872,35	0,1047%	0,9	0,6	0,75	1,00
14	42	01109	Antópolis	3.236	14.825.333,36	15.049.780,60	0,0657%	0,7	0,6	0,65	1,00
15	42	01208	Antônio Carlos	8.411	31.323.101,17	35.053.366,75	0,1456%	0,9	0,6	0,75	1,00
16	42	01257	Apúlia	10.636	37.062.230,31	39.339.477,49	0,1678%	0,9	0,8	0,85	1,00
17	42	01273	Arabitá	4.266	19.339.385,51	20.955.170,56	0,0885%	0,7	0,6	0,65	1,00
18	42	01307	Araquari	36.710	103.852.861,18	126.943.712,29	0,5053%	1,3	1,6	1,45	1,00
19	42	01406	Araquari	67.578	127.212.758,95	140.456.883,81	0,5874%	1,3	2,4	1,85	1,00
20	42	01505	Armação	8.587	19.068.619,44	21.455.029,41	0,0889%	0,7	0,6	0,65	1,00
21	42	01604	Arroio Trinta	3.551	17.402.846,53	19.555.163,47	0,0811%	0,7	0,6	0,65	1,00
22	42	01653	Arvoredo	2.246	15.587.476,09	16.020.751,20	0,0695%	0,7	0,6	0,65	1,00
23	42	01703	Ascurra	7.889	18.403.028,20	20.185.563,97	0,0847%	0,7	0,6	0,65	1,00
24	42	01802	Atalanta	3.226	13.136.068,76	14.669.225,00	0,0610%	0,7	0,6	0,65	1,00
25	42	01901	Aurora	5.676	18.914.617,69	20.367.569,92	0,0862%	0,7	0,6	0,65	1,00
26	42	01950	Balneário Arroio do Silva	12.705	28.647.113,89	32.349.904,19	0,1338%	0,9	0,8	0,85	1,00
27	42	02057	Balneário Barra do Sul	10.550	32.663.330,31	40.703.116,69	0,1605%	0,9	0,8	0,85	1,00
28	42	02008	Balneário Camboriú	138.732	644.713.915,42	734.248.242,34	3,0238%	2,2	3,6	2,90	1,00
29	42	02073	Balneário Gaivota	10.692	32.905.724,90	35.861.368,29	0,1509%	0,9	0,8	0,85	1,00
30	42	02809	Balneário Pícaras	22.511	81.718.864,16	94.413.402,87	0,3861%	1,3	1,2	1,25	1,00
31	42	02000	Balneário Rincão	12.570	38.602.882,39	43.247.721,54	0,1795%	0,9	0,8	0,85	1,00
32	42	02081	Bandeirante	2.708	13.683.165,97	14.841.825,99	0,0626%	0,7	0,6	0,65	1,00
33	42	02099	Barra Bonita	1.704	11.191.641,15	12.480.928,51	0,0519%	0,7	0,6	0,65	1,00
34	42	02107	Barra Velha	28.463	82.982.455,53	92.645.179,04	0,3853%	1,3	1,4	1,35	1,00
35	42	02131	Bela Vista do Toldo	6.311	19.703.687,47	20.694.409,54	0,0887%	0,7	0,6	0,65	1,00
36	42	02156	Belmonte	2.703	11.963.622,36	13.540.915,54	0,0559%	0,7	0,6	0,65	1,00
37	42	02206	Benedito Novo	11.526	25.012.572,10	26.809.378,79	0,1138%	0,9	0,8	0,85	1,00
38	42	02305	Biguaçu	67.458	172.785.319,63	184.303.521,82	0,7842%	1,5	2,4	1,95	1,00
39	42	02404	Blumenau	352.460	1.204.755.399,38	1.309.263.480,88	5,5186%	2,6	4,0	3,30	1,00
40	42	02438	Bocaina do Sul	3.460	15.078.720,14	16.059.814,12	0,0684%	0,7	0,6	0,65	1,00
41	42	02503	Bom Jardim da Serra	4.712	16.513.593,23	17.945.878,85	0,0756%	0,7	0,6	0,65	1,00
42	42	02537	Bom Jesus	2.961	13.058.674,44	14.567.507,40	0,0608%	0,7	0,6	0,65	1,00
43	42	02578	Bom Jesus do Oeste	2.146	12.570.317,64	13.287.641,35	0,0568%	0,7	0,6	0,65	1,00
44	42	02602	Bom Retiro	9.870	20.855.895,98	23.111.594,39	0,0965%	0,7	0,6	0,65	1,00
45	42	02453	Bombrinhas	19.193	102.479.139,07	117.687.521,74	0,4827%	1,3	1,2	1,25	1,00
46	42	02701	Botuverá	5.169	18.568.638,47	20.024.356,36	0,0847%	0,7	0,6	0,65	1,00

47	42	02800	Braco do Norte	33.016	74.954.625,14	83.141.897,55	0,3469%	1,3	1,6	1,45	1,00
48	42	02859	Braco do Trombudo	3.718	17.120.636,46	18.593.321,79	0,0784%	0,7	0,6	0,65	1,00
49	42	02875	Brunópolis	2.473	14.647.843,52	14.647.843,52	0,0616%	0,7	0,6	0,65	1,00
50	42	02909	Brusque	131.703	347.331.979,01	372.114.096,34	1,5798%	1,8	3,6	2,70	1,00
51	42	03006	Caçador	77.863	169.839.901,80	186.023.438,11	0,7810%	1,5	2,6	2,05	1,00
52	42	03105	Calbi	6.167	18.951.031,35	20.577.134,02	0,0868%	0,7	0,6	0,65	1,00
53	42	03154	Calmon	3.357	15.752.010,28	16.985.035,03	0,0719%	0,7	0,6	0,65	1,00
54	42	03204	Camboriú	80.834	161.030.785,08	183.431.541,73	0,7553%	1,5	2,6	2,05	1,00
55	42	03303	Campo Alegre	11.974	40.427.168,40	43.773.247,86	0,1848%	0,9	0,8	0,85	1,00
56	42	03402	Campo Belo do Sul	7.081	21.446.065,43	23.119.207,60	0,0978%	0,7	0,6	0,65	1,00
57	42	03501	Campo Erê	8.636	26.534.517,15	27.675.009,05	0,1191%	0,9	0,6	0,75	1,00
58	42	03600	Campos Novos	35.930	116.006.181,42	128.515.013,85	0,5365%	1,3	1,6	1,45	1,00
59	42	03709	Canelinha	12.080	26.380.863,59	28.551.420,77	0,1206%	0,9	0,8	0,85	1,00
60	42	03808	Canoinhas	54.319	127.491.957,01	136.510.262,15	0,5797%	1,3	2,2	1,75	1,00
61	42	03253	Capão Alto	2.556	17.367.690,69	19.595.695,51	0,0811%	0,7	0,6	0,65	1,00
62	42	03907	Capinzal	22.658	70.767.845,60	79.438.608,21	0,3295%	1,3	1,2	1,25	1,00
63	42	03956	Capivari de Baixo	24.559	67.666.684,41	71.661.412,44	0,3060%	1,3	1,4	1,35	1,00
64	42	04004	Catanduvas	10.735	32.814.073,12	34.397.907,96	0,1477%	0,9	0,8	0,85	1,00
65	42	04103	Caxambu do Sul	3.735	18.040.374,15	19.706.433,75	0,0829%	0,7	0,6	0,65	1,00
66	42	04152	Celso Ramos	2.738	14.605.087,95	16.390.791,04	0,0680%	0,7	0,6	0,65	1,00
67	42	04178	Cerro Negro	3.181	13.510.610,68	14.616.530,58	0,0617%	0,7	0,6	0,65	1,00
68	42	04194	Chapadão do Lageado	2.969	12.688.527,66	13.906.822,92	0,0584%	0,7	0,6	0,65	1,00
69	42	04202	Chapecó	216.654	645.810.972,55	688.166.212,86	2,9296%	2,0	4,0	3,00	1,00
70	42	04251	Cocal do Sul	16.544	50.034.582,98	55.527.485,03	0,2316%	1,1	1,0	1,05	1,00
71	42	04301	Concórdia	74.106	238.063.237,36	254.511.380,34	1,0817%	1,8	2,6	2,20	1,00
72	42	04350	Cordilheira Alta	4.385	21.880.899,06	24.037.337,61	0,1008%	0,9	0,6	0,75	1,00
73	42	04400	Coronel Freitas	10.022	29.016.711,80	31.453.424,89	0,1327%	0,9	0,6	0,75	1,00
74	42	04459	Coronel Martins	2.544	12.118.271,43	13.109.239,40	0,0554%	0,7	0,6	0,65	1,00
75	42	04558	Correia Pinto	13.040	44.551.857,30	44.551.857,30	0,1927%	0,9	0,8	0,85	1,00
76	42	04509	Corupá	15.709	43.522.778,66	46.063.770,68	0,1968%	0,9	1,0	0,95	1,00
77	42	04608	Criciúma	213.023	628.567.244,89	681.345.067,27	2,8756%	2,0	4,0	3,00	1,00
78	42	04707	Cunha Porã	11.053	29.959.510,70	33.563.153,39	0,1393%	0,9	0,8	0,85	1,00
79	42	04756	Cunhatal	1.957	11.594.614,64	12.763.438,08	0,0535%	0,7	0,6	0,65	1,00
80	42	04806	Curitibanos	39.595	96.059.486,95	101.694.130,32	0,0444%	1,3	1,8	1,55	1,00
81	42	04905	Descanso	8.308	21.761.324,38	23.681.159,53	0,0997%	0,7	0,6	0,65	1,00
82	42	05001	Dionísio Cerqueira	15.450	41.385.264,73	44.027.709,90	0,1876%	0,9	1,0	0,95	1,00
83	42	05100	Dona Emma	4.105	14.030.230,62	15.528.899,14	0,0849%	0,7	0,6	0,65	1,00
84	42	05159	Doutor Pedrinho	4.013	13.698.410,81	15.167.824,49	0,0633%	0,7	0,6	0,65	1,00
85	42	05175	Entre Rios	3.189	13.247.988,12	14.281.487,58	0,0604%	0,7	0,6	0,65	1,00
86	42	05191	Ermo	2.066	12.926.423,74	14.063.110,64	0,0592%	0,7	0,6	0,65	1,00
87	42	05209	Erval Velho	4.407	16.766.773,77	17.941.038,22	0,0762%	0,7	0,6	0,65	1,00
88	42	05308	Faxinal dos Guedes	10.686	36.188.079,35	39.769.832,55	0,1667%	0,9	0,8	0,85	1,00
89	42	05357	Flor do Sertão	1.586	12.197.906,94	13.489.205,00	0,0564%	0,7	0,6	0,65	1,00
90	42	05407	Florianópolis	492.977	1.482.693.935,41	1.653.128.719,21	6,8796%	2,6	4,0	3,30	1,00
91	42	05431	Formosa do Sul	2.525	13.175.265,73	13.929.995,63	0,0595%	0,7	0,6	0,65	1,00
92	42	05456	Forquilha	26.368	73.276.333,74	75.748.269,61	0,3252%	1,3	1,4	1,35	1,00
93	42	05506	Fraburgo	36.299	96.933.923,81	103.322.430,25	0,4398%	1,3	1,6	1,45	1,00
94	42	05555	Frei Rogério	2.077	12.612.734,97	13.810.850,71	0,0580%	0,7	0,6	0,65	1,00
95	42	05605	Galvão	2.956	13.978.459,19	15.832.738,50	0,0654%	0,7	0,6	0,65	1,00
96	42	05704	Garopaba	22.568	65.873.109,67	76.156.954,30	0,3113%	1,3	1,2	1,25	1,00
97	42	05803	Garuva	17.800	55.652.213,98	63.997.665,28	0,2623%	1,1	1,2	1,15	1,00
98	42	05902	Gaspar	68.465	191.567.117,64	204.212.675,18	0,8692%	1,5	2,4	1,95	1,00
99	42	06009	Governador Celso Ramos	14.333	57.326.434,51	67.146.849,60	0,2728%	1,1	1,0	1,05	1,00
100	42	06108	Grão Pará	6.542	19.306.084,03	21.545.612,10	0,0896%	0,7	0,6	0,65	1,00
101	42	06207	Gravatal	11.423	27.422.097,68	28.543.556,42	0,1230%	0,9	0,8	0,85	1,00

102	42	06306	Guabiruba	23.272	51.708.915,78	61.138.332,84	0,2472%	1,1	1,2	1,15	1,00
103	42	06405	Guaraciaba	10.154	29.211.310,73	33.012.884,35	0,1365%	0,9	0,6	0,75	1,00
104	42	06504	Guarimirim	43.822	116.750.434,82	132.420.147,48	0,5464%	1,3	1,8	1,55	1,00
105	42	06603	Guarujá do Sul	5.141	17.245.128,11	18.826.835,30	0,0792%	0,7	0,6	0,65	1,00
106	42	06652	Guatambú	4.710	22.004.459,55	24.049.967,04	0,1011%	0,9	0,6	0,75	1,00
107	42	06702	Herval d'Oeste	22.495	55.604.482,34	59.716.803,41	0,2532%	1,1	1,2	1,15	1,00
108	42	06751	Ibiam	1.959	12.196.837,34	13.172.566,09	0,0557%	0,7	0,6	0,65	1,00
109	42	06801	Ibicaré	3.227	15.492.960,35	17.808.885,14	0,0730%	0,7	0,6	0,65	1,00
110	42	06900	Ibirama	18.802	47.816.002,30	51.834.448,32	0,2188%	1,1	1,2	1,15	1,00
111	42	07007	Icara	55.581	142.176.908,47	158.025.315,13	0,6586%	1,3	2,2	1,75	1,00
112	42	07106	Ihota	14.005	39.389.393,94	48.792.575,92	0,1930%	0,9	1,0	0,95	1,00
113	42	07205	Imaruí	10.326	24.592.387,02	25.725.860,65	0,1106%	0,9	0,8	0,85	1,00
114	42	07304	Imbituba	44.412	118.919.903,48	135.422.392,97	0,5577%	1,3	2,0	1,65	1,00
115	42	07403	Imbuia	6.153	17.921.926,32	19.477.475,23	0,0821%	0,7	0,6	0,65	1,00
116	42	07502	Indaial	67.923	178.658.028,90	200.553.470,18	0,8318%	1,5	2,4	1,95	1,00
117	42	07577	Iomerê	2.927	16.636.417,48	18.166.571,90	0,0764%	0,7	0,6	0,65	1,00
118	42	07601	Ipira	4.486	17.804.527,30	18.542.136,00	0,0799%	0,7	0,6	0,65	1,00
119	42	07650	Iporã do Oeste	8.945	26.027.814,98	28.891.357,48	0,1205%	0,9	0,6	0,75	1,00
120	42	07684	Ipuacu	7.448	23.015.250,63	25.023.993,44	0,1055%	0,9	0,6	0,75	1,00
121	42	07700	Ipirimirim	7.565	28.300.775,36	31.819.801,90	0,1319%	0,9	0,6	0,75	1,00
122	42	07759	Iraceminha	4.015	14.777.013,76	16.558.862,37	0,0687%	0,7	0,6	0,65	1,00
123	42	07809	Irani	10.339	29.900.550,69	30.316.882,68	0,1324%	0,9	0,8	0,85	1,00
124	42	07858	Itali	1.952	11.616.944,02	12.635.039,71	0,0532%	0,7	0,6	0,65	1,00
125	42	07908	Itineópolis	11.155	29.055.518,69	33.933.355,08	0,1380%	0,9	0,8	0,85	1,00
126	42	08005	Itá	6.209	38.898.727,40	41.014.007,21	0,1755%	0,9	0,6	0,75	1,00
127	42	08104	Itaópolis	21.556	54.942.685,28	60.137.217,18	0,2526%	1,1	1,2	1,15	1,00
128	42	08203	Itajaí	215.895	1.158.016.541,42	1.270.115.022,92	5,3290%	2,6	4,0	3,30	1,00
129	42	08302	Itapema	63.250	190.583.163,35	223.870.527,52	0,9082%	1,5	2,4	1,95	1,00
130	42	08401	Itapiranga	16.736	55.093.026,11	59.769.473,84	0,2521%	1,1	1,0	1,05	1,00
131	42	08450	Itapoá	19.963	93.679.825,53	104.308.167,62	0,4344%	1,3	1,2	1,25	1,00
132	42	08500	Ituporanga	24.812	60.358.226,32	62.798.982,84	0,2706%	1,1	1,4	1,25	1,00
133	42	08609	Jaborá	3.955	18.398.236,62	20.644.947,28	0,0856%	0,7	0,6	0,65	1,00
134	42	08708	Jacinto Machado	10.457	26.792.124,34	29.605.740,08	0,1238%	0,9	0,8	0,85	1,00
135	42	08807	Jaguarana	19.755	53.030.166,35	59.801.330,24	0,2475%	1,1	1,2	1,15	1,00
136	42	08906	Jaraguá do Sul	174.158	642.838.901,32	691.239.749,19	2,9292%	2,0	4,0	3,00	1,00
137	42	08955	Jardinópolis	1.595	12.090.234,15	13.309.495,68	0,0557%	0,7	0,6	0,65	1,00
138	42	09003	Joaçaba	29.827	135.537.800,53	147.117.241,16	0,6205%	1,3	1,4	1,35	1,00
139	42	09102	Joinville	583.144	1.797.993.048,15	1.966.464.148,95	8,2623%	2,6	4,0	3,30	1,00
140	42	09151	José Boiteux	4.985	16.284.326,38	17.611.035,09	0,0744%	0,7	0,6	0,65	1,00
141	42	09177	Jupiaí	2.110	12.174.790,78	12.681.720,49	0,0546%	0,7	0,6	0,65	1,00
142	42	09201	Lacerdópolis	2.245	13.544.054,25	14.910.474,08	0,0624%	0,7	0,6	0,65	1,00
143	42	09300	Lages	157.743	462.367.540,53	493.674.846,71	2,0995%	2,0	4,0	3,00	1,00
144	42	09409	Laguna	45.500	94.459.409,94	99.742.060,71	0,2466%	1,3	2,0	1,65	1,00
145	42	09458	Laleado Grande	1.437	12.110.212,20	12.667.466,79	0,0544%	0,7	0,6	0,65	1,00
146	42	09508	Laurentino	6.875	18.233.862,98	20.401.917,33	0,0848%	0,7	0,6	0,65	1,00
147	42	09607	Lauro Müller	15.174	41.760.996,96	43.460.874,51	0,1873%	0,9	1,0	0,95	1,00
148	42	09706	Lebon Régis	12.099	27.395.752,03	30.343.103,71	0,1267%	0,9	0,8	0,85	1,00
149	42	09805	Leoberto Leal	3.083	14.704.756,50	15.402.003,65	0,0661%	0,7	0,6	0,65	1,00
150	42	09854	Lindóia do Sul	4.580	17.713.173,11	19.382.999,83	0,0814%	0,7	0,6	0,65	1,00
151	42	09904	Lontas	11.942	29.303.313,95	31.445.009,03	0,1334%	0,9	0,8	0,85	1,00
152	42	10001	Luiz Alves	12.609	34.632.283,42	38.931.806,94	0,1614%	0,9	0,8	0,85	1,00
153	42	10035	Luzerna	5.686	19.686.371,25	22.615.915,35	0,0927%	0,7	0,6	0,65	1,00
154	42	10050	Macieira	1.784	13.447.542,07	14.353.744,09	0,0611%	0,7	0,6	0,65	1,00
155	42	10100	Mafrá	56.017	128.793.576,22	145.058.248,27	6,0077%	1,3	2,2	1,75	1,00
156	42	10209	Major Gercino	3.430	12.693.405,36	13.593.053,85	0,0577%	0,7	0,6	0,65	1,00

157	42	10308	Major Vieira	8.048	20.924.177,07	23.577.024,11	0,0976%	0,7	0,6	0,65	1,00
158	42	10407	Maracajá	7.207	20.444.066,96	22.418.030,37	0,0941%	0,7	0,6	0,65	1,00
159	42	10506	Maravilha	25.403	65.670.040,18	73.425.231,88	0,3051%	1,3	1,4	1,35	1,00
160	42	10555	Marema	1.846	13.856.512,78	15.219.677,84	0,0638%	0,7	0,6	0,65	1,00
161	42	10605	Massaranduba	16.704	44.785.459,84	51.821.122,36	0,2118%	1,1	1,0	1,05	1,00
162	42	10704	Matos Costa	2.560	12.969.490,83	14.396.642,17	0,0600%	0,7	0,6	0,65	1,00
163	42	10803	Meleiro	7.028	23.031.807,89	23.446.466,71	0,1022%	0,9	0,6	0,75	1,00
164	42	10852	Mirim Doce	2.336	12.975.555,06	14.199.657,76	0,0596%	0,7	0,6	0,65	1,00
165	42	10902	Modelo	4.200	17.430.670,82	17.430.670,82	0,0731%	0,7	0,6	0,65	1,00
166	42	11009	Mondai	11.592	31.456.907,00	34.177.049,40	0,1441%	0,9	0,8	0,85	1,00
167	42	11058	Monte Carlo	9.824	26.273.724,28	27.877.414,92	0,1189%	0,9	0,6	0,75	1,00
168	42	11108	Monte Castelo	8.280	24.862.375,94	23.595.749,42	0,1067%	0,9	0,6	0,75	1,00
169	42	11207	Morro da Fumaca	17.642	49.660.739,10	56.154.639,73	0,2321%	1,1	1,2	1,15	1,00
170	42	11256	Morro Grande	2.898	16.945.351,97	17.782.300,26	0,0763%	0,7	0,6	0,65	1,00
171	42	11306	Navegantes	79.285	239.713.088,10	267.795.539,49	1,1134%	1,8	2,6	2,20	1,00
172	42	11405	Nova Erechim	4.945	18.095.153,78	20.027.541,34	0,0837%	0,7	0,6	0,65	1,00
173	42	11454	Nova Itaberaba	4.333	17.587.587,10	19.244.545,58	0,0808%	0,7	0,6	0,65	1,00
174	42	11504	Nova Trento	14.312	42.054.558,21	43.410.486,27	0,1878%	0,9	1,0	0,95	1,00
175	42	11603	Nova Veneza	14.987	43.349.495,85	47.442.918,73	0,1993%	0,9	1,0	0,95	1,00
176	42	11652	Novo Horizonte	2.481	14.986.754,78	15.890.528,64	0,0678%	0,7	0,6	0,65	1,00
177	42	11702	Orleans	22.785	65.275.257,23	72.607.560,78	0,3025%	1,3	1,2	1,25	1,00
178	42	11751	Otacílio Costa	18.510	55.322.575,64	61.983.420,60	0,2573%	1,1	1,2	1,15	1,00
179	42	11801	Ouro	7.317	19.921.872,39	22.476.603,63	0,0930%	0,7	0,6	0,65	1,00
180	42	11850	Ouro Verde	2.227	13.293.560,40	14.237.438,99	0,0605%	0,7	0,6	0,65	1,00
181	42	11876	Paial	1.537	12.191.257,13	13.380.146,83	0,0561%	0,7	0,6	0,65	1,00
182	42	11892	Palmei	2.363	11.597.820,57	12.750.919,54	0,0534%	0,7	0,6	0,65	1,00
183	42	11900	Palhoca	168.259	425.761.642,04	470.692.366,81	1,9671%	1,8	4,0	2,90	1,00
184	42	12007	Palma Sola	7.475	21.608.056,95	24.692.928,59	0,1015%	0,9	0,6	0,75	1,00
185	42	12056	Palmeira	2.603	13.626.691,14	14.801.318,56	0,0624%	0,7	0,6	0,65	1,00
186	42	12106	Palmitos	16.182	38.896.360,49	42.056.031,31	0,1777%	0,9	1,0	0,95	1,00
187	42	12205	Papanduva	19.218	49.303.946,10	51.145.627,96	0,2207%	1,1	1,2	1,15	1,00
188	42	12239	Paraiso	3.515	16.490.619,91	16.485.820,18	0,0690%	0,7	0,6	0,65	1,00
189	42	12254	Passo de Torres	8.594	23.854.020,32	26.941.459,85	0,1114%	0,9	0,6	0,75	1,00
190	42	12270	Passos Maia	4.186	18.118.891,39	20.084.332,43	0,0838%	0,7	0,6	0,65	1,00
191	42	12304	Paulo Lopes	7.418	18.668.179,21	22.081.730,60	0,0893%	0,7	0,6	0,65	1,00
192	42	12403	Pedras Grandes	4.000	15.472.057,63	15.450.393,83	0,0680%	0,7	0,6	0,65	1,00
193	42	12502	Periba	31.764	76.737.257,64	94.542.426,37	0,3749%	1,3	1,6	1,45	1,00
194	42	12601	Peritiba	2.814	14.057.040,80	14.741.002,93	0,0633%	0,7	0,6	0,65	1,00
195	42	12650	Pescaria Brava	10.022	18.717.728,08	19.015.257,17	0,0830%	0,7	0,6	0,65	1,00
196	42	12700	Petrolândia	5.971	17.239.413,10	18.792.694,19	0,0791%	0,7	0,6	0,65	1,00
197	42	12908	Pinhalzinho	19.906	57.766.803,54	62.823.176,84	0,2647%	1,1	1,2	1,15	1,00
198	42	13005	Pinheiro Preto	3.513	17.505.486,37	19.297.080,00	0,0808%	0,7	0,6	0,65	1,00
199	42	13104	Piratuba	3.965	33.340.703,17	34.431.397,61	0,1489%	0,9	0,6	0,75	1,00
200	42	13153	Planalto Alegre	2.850	13.264.270,37	14.183.282,90	0,0603%	0,7	0,6	0,65	1,00
201	42	13203	Pomerode	32.874	121.806.224,04	125.076.619,09	0,5426%	1,3	1,6	1,45	1,00
202	42	13302	Ponte Alta	4.714	15.938.558,03	17.260.207,73	0,0729%	0,7	0,6	0,65	1,00
203	42	13351	Ponte Alta do Norte	3.408	14.762.864,06	15.866.615,25	0,0673%	0,7	0,6	0,65	1,00
204	42	13401	Ponte Serrada	11.552	30.856.704,59	31.161.553,66	0,1364%	0,9	0,8	0,85	1,00
205	42	13500	Porto Belo	20.834	73.866.598,51	84.958.195,23	0,3482%	1,3	1,2	1,25	1,00
206	42	13609	Porto União	35.250	77.284.460,64	82.161.914,42	0,3502%	1,3	1,6	1,45	1,00
207	42	13708	Pouso Redondo	17.189	37.869.529,35	41.609.084,05	0,1744%	0,9	1,2	1,05	1,00
208	42	13807	Praia Grande	7.326	22.596.607,09	22.596.607,09	0,0939%	0,7	0,6	0,65	1,00
209	42	13906	Presidente Castelo Branco	1.590	12.370.422,06	14.495.872,92	0,0589%	0,7	0,6	0,65	1,00
210	42	14003	Presidente Getúlio	17.215	47.617.081,16	53.355.158,43	0,2215%	1,1	1,2	1,15	1,00
211	42	14102	Presidente Nereu	2.290	11.382.889,22	11.968.380,08	0,0513%	0,7	0,6	0,65	1,00

212	42	14151	Princesa	2.911	13.165.302,25	14.929.580,69	0,06166%	0,7	0,6	0,65	1,00
213	42	14201	Quilombo	9.946	29.397.841,43	32.108.477,40	0,1350%	0,9	0,6	0,75	1,00
214	42	14300	Rancho Queimado	2.868	17.135.532,99	17.135.532,99	0,0725%	0,7	0,6	0,65	1,00
215	42	14409	Rio das Antas	6.208	25.329.908,99	27.477.269,07	0,1159%	0,9	0,6	0,75	1,00
216	42	14508	Rio do Campo	5.979	18.656.849,50	19.974.640,58	0,0848%	0,7	0,6	0,65	1,00
217	42	14607	Rio do Oeste	7.456	20.027.538,08	22.830.498,02	0,0940%	0,7	0,6	0,65	1,00
218	42	14805	Rio do Sul	70.100	243.181.671,86	262.270.778,22	1,1097%	1,8	2,4	2,10	1,00
219	42	14706	Rio dos Cedros	11.542	27.440.266,44	30.155.231,85	0,1264%	0,9	0,8	0,85	1,00
220	42	14904	Rio Fortuna	4.601	18.293.033,33	18.293.033,33	0,0769%	0,7	0,6	0,65	1,00
221	42	15000	Rio Negrinho	42.106	125.988.175,73	128.681.814,75	0,5598%	1,3	1,8	1,55	1,00
222	42	15059	Rio Rufino	2.482	11.184.792,17	12.449.501,60	0,0519%	0,7	0,6	0,65	1,00
223	42	15075	Riqueza	4.636	15.605.778,56	17.399.215,82	0,0724%	0,7	0,6	0,65	1,00
224	42	15109	Rodeio	11.502	27.108.374,76	29.069.748,88	0,1234%	0,9	0,8	0,85	1,00
225	42	15208	Romelândia	4.890	14.852.637,19	16.458.014,70	0,0887%	0,7	0,6	0,65	1,00
226	42	15307	Salete	7.626	22.274.681,53	25.259.161,16	0,1042%	0,9	0,6	0,75	1,00
227	42	15356	Salinho	3.808	14.103.365,09	15.512.540,43	0,0650%	0,7	0,6	0,65	1,00
228	42	15406	Salto Veloso	4.680	21.414.122,43	21.965.634,73	0,0954%	0,7	0,6	0,65	1,00
229	42	15455	Sangão	12.446	24.363.427,66	27.395.391,80	0,1135%	0,9	0,8	0,85	1,00
230	42	15505	Santa Cecília	16.741	40.034.351,02	45.057.611,89	0,1866%	0,9	1,0	0,95	1,00
231	42	15554	Santa Helena	2.247	12.795.009,95	13.894.001,62	0,0586%	0,7	0,6	0,65	1,00
232	42	15604	Santa Rosa de Lima	2.137	11.670.381,97	13.536.420,66	0,0553%	0,7	0,6	0,65	1,00
233	42	15653	Santa Rosa do Sul	8.338	20.522.810,25	22.876.859,95	0,0952%	0,7	0,6	0,65	1,00
234	42	15679	Santa Terezinha	8.801	19.592.128,14	21.198.404,64	0,0896%	0,7	0,6	0,65	1,00
235	42	15687	Santa Terezinha do Progresso	2.484	12.006.973,56	13.019.115,34	0,0549%	0,7	0,6	0,65	1,00
236	42	15695	Santiago do Sul	1.286	11.563.995,37	12.483.559,67	0,0528%	0,7	0,6	0,65	1,00
237	42	15703	Santo Amaro da Imperatriz	22.905	56.578.809,53	65.338.058,35	0,2673%	1,1	1,2	1,15	1,00
238	42	15802	São Bento do Sul	83.576	258.555.238,18	273.657.424,57	1,1690%	1,8	2,8	2,30	1,00
239	42	15752	São Bernardino	2.386	12.524.907,01	14.116.036,87	0,0584%	0,7	0,6	0,65	1,00
240	42	15901	São Bonifácio	2.862	12.245.147,12	13.581.554,51	0,0567%	0,7	0,6	0,65	1,00
241	42	16008	São Carlos	11.191	29.220.809,03	32.239.916,96	0,1349%	0,9	0,8	0,85	1,00
242	42	16057	São Cristóvão do Sul	5.499	20.542.100,94	21.878.413,50	0,0932%	0,7	0,6	0,65	1,00
243	42	16107	São Domingos	9.457	23.792.900,47	26.630.215,95	0,1106%	0,9	0,6	0,75	1,00
244	42	16206	São Francisco do Sul	51.677	218.040.523,98	237.207.045,14	0,9993%	1,5	2,2	1,85	1,00
245	42	16305	São João Batista	36.244	74.139.963,62	83.270.894,62	0,3453%	1,3	1,6	1,45	1,00
246	42	16354	São João do Itaperiú	3.707	14.204.386,43	15.795.697,47	0,0658%	0,7	0,6	0,65	1,00
247	42	16255	São João do Oeste	6.359	22.188.802,46	23.704.607,41	0,1008%	0,9	0,6	0,75	1,00
248	42	16404	São João do Sul	7.280	20.803.198,20	22.468.852,47	0,0950%	0,7	0,6	0,65	1,00
249	42	16503	São Joaquim	26.763	53.638.152,18	58.742.840,54	0,2466%	1,1	1,4	1,25	1,00
250	42	16602	São José	242.927	566.913.090,31	608.171.813,88	2,5802%	2,0	4,0	3,00	1,00
251	42	16701	São José do Cedro	13.838	39.357.351,63	42.655.028,71	0,1800%	0,9	1,0	0,95	1,00
252	42	16800	São José do Cerrito	8.421	19.209.344,14	21.205.320,25	0,0887%	0,7	0,6	0,65	1,00
253	42	16909	São Lourenço do Oeste	23.857	64.499.277,00	74.091.723,86	0,3038%	1,3	1,4	1,35	1,00
254	42	17006	São Ludgero	13.165	36.883.159,10	41.301.318,78	0,1115%	0,9	0,8	0,85	1,00
255	42	17105	São Martinho	3.189	12.531.959,54	13.376.825,60	0,0569%	0,7	0,6	0,65	1,00
256	42	17154	São Miguel da Boa Vista	1.833	10.877.095,99	12.101.460,33	0,0504%	0,7	0,6	0,65	1,00
257	42	17204	São Miguel do Oeste	40.090	99.151.336,60	107.165.270,63	0,4530%	1,3	1,8	1,55	1,00
258	42	17253	São Pedro de Alcântara	5.709	17.798.345,68	18.638.490,00	0,0801%	0,7	0,6	0,65	1,00
259	42	17303	Saudades	9.679	26.125.074,40	28.646.074,42	0,1202%	0,9	0,6	0,75	1,00
260	42	17402	Schroeder	20.728	47.373.130,88	51.454.515,66	0,2169%	1,1	1,2	1,15	1,00
261	42	17501	Seara	17.506	51.988.944,27	57.665.919,80	0,2406%	1,1	1,2	1,15	1,00
262	42	17550	Serra Alta	3.270	14.788.581,26	15.884.034,84	0,0873%	0,7	0,6	0,65	1,00
263	42	17600	Siderópolis	13.920	37.955.394,79	37.955.394,79	0,1618%	0,9	1,0	0,95	1,00
264	42	17709	Sombrio	30.010	67.000.489,87	71.999.670,61	0,3052%	1,3	1,4	1,35	1,00
265	42	17758	Sul Brasil	2.500	12.995.408,98	14.641.772,27	0,0806%	0,7	0,6	0,65	1,00
266	42	17808	Taio	18.302	48.634.820,76	53.765.245,24	0,2247%	1,1	1,2	1,15	1,00

267	42	17907	Tanque	8.691	31.581.262,02	33.000.016,64	0,1419%	0,9	0,6	0,75	1,00
268	42	17956	Tigrinhos	1.646	11.593.339,05	12.801.533,74	0,0535%	0,7	0,6	0,65	1,00
269	42	18004	Tijucas	37.645	112.270.434,17	124.440.431,83	0,5194%	1,3	1,8	1,55	1,00
270	42	18103	Timbé do Sul	5.354	17.075.789,49	17.952.656,86	0,0770%	0,7	0,6	0,65	1,00
271	42	18202	Timbó	43.484	129.495.732,40	142.257.158,65	0,5964%	1,3	1,8	1,55	1,00
272	42	18251	Timbó Grande	7.812	22.380.249,95	25.262.188,70	0,1045%	0,9	0,6	0,75	1,00
273	42	18301	Três Barras	19.183	67.567.697,30	72.393.747,08	0,3073%	1,3	1,2	1,25	1,00
274	42	18350	Treviso	3.891	23.959.479,01	26.516.764,57	0,1108%	0,9	0,6	0,75	1,00
275	42	18400	Treze de Maio	7.070	18.316.384,10	20.244.282,19	0,0846%	0,7	0,6	0,65	1,00
276	42	18509	Treze Tilias	7.687	32.423.312,63	36.100.992,80	0,1503%	0,9	0,6	0,75	1,00
277	42	18608	Trombudo Central	7.284	22.029.050,62	23.885.317,35	0,1008%	0,9	0,6	0,75	1,00
278	42	18707	Tubarão	104.937	214.683.992,16	249.496.054,85	1,0174%	1,8	3,2	2,50	1,00
279	42	18756	Tunápolis	4.561	18.758.847,71	20.587.213,77	0,0864%	0,7	0,6	0,65	1,00
280	42	18806	Turvo	12.806	33.749.786,93	36.889.488,27	0,1550%	0,9	0,8	0,85	1,00
281	42	18855	União do Oeste	2.517	14.010.971,36	14.977.960,30	0,0637%	0,7	0,6	0,65	1,00
282	42	18905	Urubici	11.195	26.764.795,66	29.083.291,42	0,1226%	0,9	0,8	0,85	1,00
283	42	18954	Urupema	2.472	11.474.051,56	12.919.501,90	0,0535%	0,7	0,6	0,65	1,00
284	42	19002	Urussanga	21.190	63.637.272,27	68.562.689,02	0,2903%	1,1	1,2	1,15	1,00
285	42	19101	Vargem	3.575	17.515.194,34	18.337.212,40	0,0788%	0,7	0,6	0,65	1,00
286	42	19150	Vargem Bonita	2.522	13.632.985,23	14.437.675,25	0,0617%	0,7	0,6	0,65	1,00
287	42	19176	Vargem Bonita	4.534	23.449.474,82	26.489.036,48	0,1095%	0,9	0,6	0,75	1,00
288	42	19200	Vidal Ramos	6.347	23.192.865,03	24.640.799,06	0,1051%	0,9	0,6	0,75	1,00
289	42	19309	Videira	52.510	165.986.595,90	180.037.003,06	0,7596%	1,5	2,2	1,85	1,00
290	42	19358	Vitor Meireles	5.014	15.955.227,00	17.476.102,58	0,0734%	0,7	0,6	0,65	1,00
291	42	19408	Witmarsum	3.932	14.759.899,86	16.731.957,43	0,0891%	0,7	0,6	0,65	1,00
292	42	19507	Xanxerê	50.309	106.223.584,75	116.695.758,54	0,4892%	1,3	2,0	1,65	1,00
293	42	19606	Xavantina	3.963	18.793.458,30	19.623.442,10	0,0844%	0,7	0,6	0,65	1,00
294	42	19705	Xaxim	28.424	76.876.382,41	82.329.528,80	0,3496%	1,3	1,4	1,35	1,00
295	42	19853	Zortéa	3.328	15.857.890,58	18.459.042,22	0,0752%	0,7	0,6	0,65	1,00
* Fonte RCL: http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br				7.075.494,00	21.741.958.600,68	23.821.561.300,78	100,00%				

** População: IBGE 2018



PROJETO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

RATEIO FIXO MENSAL/2020

Cota-Parte	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos				3.1.71.70	3.3.71.70	4.4.71.70	VALOR RATEIO	
					2.500,00		1.300,00	500,00	4.300,00
CÓDIGO	MUNICÍPIO	3.1.71.70		3.3.71.70		4.4.71.70		VALOR TOTAL RATEIO	
		ÍNDICE RATEIO	VALOR	ÍNDICE RATEIO	VALOR	ÍNDICE RATEIO	VALOR		
1	Abdon Batista	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
2	Abelardo Luz	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00	
3	Agrolândia	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00	
4	Agronômica	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
5	Água Doce	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00	
6	Águas de Chapecó	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
7	Águas Frias	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
8	Águas Mornas	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
9	Alfredo Wagner	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00	
10	Alto Bela Vista	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
11	Anchieta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
12	Angelina	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
13	Anita Garibaldi	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00	
14	Anitópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
15	Antônio Carlos	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00	
16	Apiúna	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00	
17	Arabitá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
18	Araquari	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00	
19	Araranguá	1,85	4.625,00	1,85	2.405,00	1,00	500,00	7.530,00	
20	Armação	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
21	Arroio Trinta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
22	Arvoredo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
23	Ascurra	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
24	Atalanta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
25	Aurora	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00	
26	Balneário Arroio do Silva	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00	
27	Balneário Barra do Sul	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00	
28	Balneário Camboriú	2,90	7.250,00	2,90	3.770,00	1,00	500,00	11.520,00	
29	Balneário Gaivota	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00	
30	Balneário Picarras	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00	

31	Balneário Rincão	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
32	Bandeirante	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
33	Barra Bonita	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
34	Barra Velha	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
35	Bela Vista do Toldo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
36	Belmonte	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
37	Benedito Novo	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
38	Biguaçu	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
39	Blumenau	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
40	Bocaina do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
41	Bom Jardim da Serra	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
42	Bom Jesus	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
43	Bom Jesus do Oeste	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
44	Bom Retiro	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
45	Bombinhas	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
46	Botuverá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
47	Braço do Norte	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
48	Braço do Trombudo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
49	Brunópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
50	Brusque	2,70	6.750,00	2,70	3.510,00	1,00	500,00	10.760,00
51	Caçador	2,05	5.125,00	2,05	2.665,00	1,00	500,00	8.290,00
52	Caibi	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
53	Calmon	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
54	Camboriú	2,05	5.125,00	2,05	2.665,00	1,00	500,00	8.290,00
55	Campo Alegre	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
56	Campo Belo do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
57	Campo Erê	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
58	Campos Novos	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
59	Canelinha	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
60	Canoinhas	1,75	4.375,00	1,75	2.275,00	1,00	500,00	7.150,00
61	Capão Alto	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
62	Capinzal	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
63	Capivari de Baixo	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
64	Catanduvas	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
65	Caxambu do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
66	Celso Ramos	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
67	Cerro Negro	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
68	Chapadão do Lageado	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
69	Chapécó	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
70	Cocal do Sul	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
71	Concórdia	2,20	5.500,00	2,20	2.860,00	1,00	500,00	8.860,00

72	Cordilheira Alta		0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
73	Coronel Freitas		0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
74	Coronel Martins		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
75	Correia Pinto		0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
76	Corupá		0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
77	Criciúma		3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
78	Cunha Porã		0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
79	Cunhataí		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
80	Curitibanos		1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
81	Descanso		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
82	Dionísio Cerqueira		0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
83	Dona Emma		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
84	Doutor Pedrinho		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
85	Entre Rios		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
86	Ermo		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
87	Erval Velho		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
88	Faxinal dos Guedes		0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
89	Flor do Sertão		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
90	Florianópolis		3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
91	Formosa do Sul		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
92	Forquilha		1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
93	Fraiburgo		1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
94	Frei Rogério		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
95	Galvão		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
96	Garopaba		1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
97	Garuva		1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
98	Gaspar		1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
99	Governador Celso Ramos		1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
100	Grão Pará		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
101	Gravatal		0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
102	Guabiruba		1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
103	Guaraciaba		0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
104	Guaramirim		1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
105	Guarujá do Sul		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
106	Guatambú		0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
107	Herval d'Oeste		1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
108	Ibiam		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
109	Ibicaré		0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
110	Ibirama		1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
111	Içara		1,75	4.375,00	1,75	2.275,00	1,00	500,00	7.150,00
112	Ilhota		0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00

113	Imaruí	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
114	Imbituba	1,65	4.125,00	1,65	2.145,00	1,00	500,00	6.770,00
115	Imbuia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
116	Indaial	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
117	Iomerê	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
118	Ipira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
119	Iporã do Oeste	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
120	Ipuçu	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
121	Ipirimirim	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
122	Iraceminha	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
123	Irani	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
124	Irati	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
125	Irineópolis	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
126	Itá	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
127	Itaiópolis	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
128	Itajaí	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
129	Itapema	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
130	Itapiranga	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
131	Itapoá	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
132	Ituporanga	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
133	Jaborá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
134	Jacinto Machado	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
135	Jaguaruna	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
136	Jaraguá do Sul	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
137	Jardinópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
138	Joaçaba	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
139	Joinville	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
140	José Boiteux	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
141	Jupiaí	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
142	Lacerdópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
143	Lages	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
144	Laguna	1,65	4.125,00	1,65	2.145,00	1,00	500,00	6.770,00
145	Lajeado Grande	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
146	Laurentino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
147	Lauro Muller	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
148	Lebon Régis	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
149	Leoberto Leal	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
150	Lindóia do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
151	Lontras	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
152	Luiz Alves	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
153	Luzerna	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00

154	Macieira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
155	Mafra	1,75	4.375,00	1,75	2.275,00	1,00	500,00	7.150,00
156	Major Gercino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
157	Major Vieira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
158	Maracajá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
159	Maravilha	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
160	Marema	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
161	Massaranduba	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
162	Matos Costa	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
163	Meleiro	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
164	Mirim Doce	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
165	Modelo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
166	Mondai	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
167	Monte Carlo	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
168	Monte Castelo	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
169	Morro da Fumaça	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
170	Morro Grande	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
171	Navegantes	2,20	5.500,00	2,20	2.860,00	1,00	500,00	8.860,00
172	Nova Erechim	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
173	Nova Itaberaba	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
174	Nova Trento	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
175	Nova Veneza	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
176	Novo Horizonte	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
177	Orleans	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
178	Otacílio Costa	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
179	Ouro	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
180	Ouro Verde	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
181	Paial	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
182	Painel	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
183	Palhoça	2,90	7.250,00	2,90	3.770,00	1,00	500,00	11.520,00
184	Palma Sola	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
185	Palmeira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
186	Palmitos	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
187	Papanduva	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
188	Paraíso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
189	Passo de Torres	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
190	Passos Maia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
191	Paulo Lopes	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
192	Pedras Grandes	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
193	Penha	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
194	Peritiba	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00

195	Pescaria Brava	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
196	Petrolândia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
197	Pinhalzinho	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
198	Pinheiro Preto	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
199	Piratuba	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
200	Planalto Alegre	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
201	Pomerode	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
202	Ponte Alta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
203	Ponte Alta do Norte	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
204	Ponte Serrada	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
205	Porto Belo	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
206	Porto União	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
207	Pouso Redondo	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
208	Praia Grande	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
209	Presidente Castello Branco	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
210	Presidente Getúlio	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
211	Presidente Nereu	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
212	Princesa	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
213	Quilombo	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
214	Rancho Queimado	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
215	Rio das Antas	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
216	Rio do Campo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
217	Rio do Oeste	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
218	Rio do Sul	2,10	5.250,00	2,10	2.730,00	1,00	500,00	8.480,00
219	Rio dos Cedros	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
220	Rio Fortuna	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
221	Rio Negrinho	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
222	Rio Rufino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
223	Riqueza	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
224	Rodeio	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
225	Romelândia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
226	Salete	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
227	Salitinho	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
228	Salto Veloso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
229	Sangão	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
230	Santa Cecília	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
231	Santa Helena	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
232	Santa Rosa de Lima	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
233	Santa Rosa do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
234	Santa Terezinha	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
235	Santa Terezinha do Progresso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00

236	Santiago do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
237	Santo Amaro da Imperatriz	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
238	São Bento do Sul	2,30	5.750,00	2,30	2.990,00	1,00	500,00	9.240,00
239	São Bernardino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
240	São Bonifácio	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
241	São Carlos	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
242	São Cristóvão do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
243	São Domingos	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
244	São Francisco do Sul	1,85	4.625,00	1,85	2.405,00	1,00	500,00	7.530,00
245	São João Batista	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
246	São João do Itaperiú	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
247	São João do Oeste	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
248	São João do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
249	São Joaquim	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
250	São José	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
251	São José do Cedro	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
252	São José do Cerrito	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
253	São Lourenço do Oeste	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
254	São Ludgero	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
255	São Martinho	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
256	São Miguel da Boa Vista	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
257	São Miguel do Oeste	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
258	São Pedro de Alcântara	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
259	Saudades	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
260	Schroeder	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
261	Seara	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
262	Serra Alta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
263	Siderópolis	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
264	Sombrio	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
265	Sul Brasil	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
266	Taió	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
267	Tangará	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
268	Tigrinhos	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
269	Tijucas	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
270	Timbé do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
271	Timbó	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
272	Timbó Grande	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
273	Três Barras	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
274	Treviso	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
275	Treze de Maio	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
276	Treze Tilias	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00

277	Trombudo Central	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
278	Tubarão	2,50	6.250,00	2,50	3.250,00	1,00	500,00	10.000,00
279	Tunápolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
280	Turvo	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
281	União do Oeste	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
282	Urubici	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
283	Urupema	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
284	Urussanga	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
285	Vargeão	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
286	Vargem	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
287	Vargem Bonita	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
288	Vidal Ramos	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
289	Videira	1,85	4.625,00	1,85	2.405,00	1,00	500,00	7.530,00
290	Vitor Meireles	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
291	Witmarsum	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
292	Xanxerê	1,65	4.125,00	1,65	2.145,00	1,00	500,00	6.770,00
293	Xavantina	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
294	Xaxim	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
295	Zortéa	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1618
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

Minuta Resolução nº XX/2019

Estima Receita e fixa as Despesas do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2020.

A Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, realizada no dia 30 de julho de 2019, na cidade de Florianópolis, aprovou e eu, Presidente do CIMCATARINA, publico o Orçamento Anual do CIMCATARINA para o exercício de 2020, em atendimento ao disposto no art. 23, VIII, c, do Contrato do Consórcio.

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2020, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 2º - A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 49.380.000,00
Receita Patrimonial.....	R\$ 11.200,00
Transferências Correntes	R\$ 49.366.800,00
Outras receitas Correntes	R\$ 2.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 620.000,00
Transferências de Capital	R\$ 620.000,00
TOTAL	R\$ 50.000.000,00

Art. 3º - A Receita foi estimada com base nos contratos de programa, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução no próximo exercício. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 3, de 14 de outubro de 2008, e suas alterações, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal.

Art. 4º - A Despesa será realizada de conformidade com a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, classificando-a por Função, Subfunção e Programa e pela Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 5º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Resolução, obedecendo a classificação segundo a natureza, distribuída da seguinte maneira.

DESPESAS CORRENTES	R\$ 48.970.000,00
Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 4.004.000,00
Outras Despesas Correntes.....	R\$ 44.966.000,00

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1618
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.030.000,00
Investimentos.....	R\$ 1.030.000,00
TOTAL	R\$ 50.000.000,00

Art. 6º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de resolução.

Art. 7º - O Presidente do consórcio está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 8º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 9º - Fica o Presidente do Consórcio autorizado a utilizar o Superávit Financeiro do exercício anterior para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executada ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso.

Art. 12 - Durante o exercício de 2020 o CIMCATARINA poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Resolução, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento do Consórcio.

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1618
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

Art. 13 - Fica estabelecido o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício antecedente para pagamento de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Art. 14 - Fica o CIMCATARINA autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, sendo que seus efeitos serão produzidos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Florianópolis, xx de xxxxx de 2019.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
Presidente do CIMCATARINA

Sede do CIMCATARINA
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATORINA

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento
AL 1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)
Ano LOA: 2020

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Receitas correntes		49.380.000,00	Administração	13.999.000,00
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00		Encargos Especiais	1.000,00
Contribuições	0,00		Transporte	35.000.000,00
Receita patrimonial	11.200,00		Urbanismo	1.000.000,00
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	49.366.800,00			
Outras receitas correntes	2.000,00			
Receitas de capital		620.000,00		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	620.000,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes intraorçamentárias		0,00		
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital intraorçamentárias		0,00		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes	0,00			
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00			
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)
Ano LOA: 2020

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Subtotal		50.000.000,00	Subtotal	50.000.000,00
Transferências Financeiras		0,00	Transferências Financeiras	0,00
Total		50.000.000,00	Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 2

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	49.380.000,00	Despesas correntes	48.970.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Pessoal e encargos sociais	4.004.000,00
Contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	11.200,00	Outras despesas correntes	44.966.000,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	49.366.800,00		
Outras receitas correntes	2.000,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Total das Receitas Correntes	49.380.000,00	Total das Despesas Correntes	48.970.000,00
Déficit	0,00	Superávit	410.000,00
Soma	49.380.000,00	Soma	49.380.000,00
Superávit do Orçamento Corrente	410.000,00	Déficit do Orçamento Corrente	0,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATORINA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 2

Receitas de capital	620.000,00	Despesas de capital	1.030.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	1.030.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	620.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Total das Receitas de Capital	620.000,00	Total das Despesas de Capital	1.030.000,00
		-(Reserva de contingência	0,00
		+Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	410.000,00	Superávit	0,00
Resumo			
Receitas Correntes	49.380.000,00	Despesas Correntes	48.970.000,00
Receitas de Capital	620.000,00	Despesas de Capital	1.030.000,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	50.000.000,00	Subtotal	50.000.000,00
Déficit	0,00	Superavit	0,00
Total	50.000.000,00	Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			48.970.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.004.000,00
31900000000000000000	Aplicações diretas		4.004.000,00	
33000000000000000000	Outras despesas correntes			44.966.000,00
33900000000000000000	Aplicações diretas		44.966.000,00	
40000000000000000000	Despesas de capital			1.030.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.030.000,00
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.030.000,00	
Total				50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo_____
LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88_____
ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica

Ano LOA: 2020

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	TOTAL
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	4.004.000,00		44.965.000,00	48.969.000,00
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA			1.000,00	1.000,00
Total	4.004.000,00	0,00	44.966.000,00	48.970.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	1.030.000,00			1.030.000,00
Total	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESERVAS		
	Orçamentária do RPPS	Contingência	TOTAL
Total	0,00	0,00	0,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	49.999.000,00
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	1.000,00
Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)
Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO				
Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			48.969.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.004.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	4.004.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		44.965.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	44.965.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.030.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.030.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	1.030.000,00		
Total Unidade				49.999.000,00
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			1.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes		1.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	1.000,00		
Total Unidade				1.000,00
Total Órgão				50.000.000,00
Total				50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)
Ano LOA: 2020

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 1 - CONSÓRCIO PÚBLICO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
300000000000000000	Despesas correntes			48.970.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.004.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas	4.004.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes		44.966.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas	44.966.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital			1.030.000,00
440000000000000000	Investimentos		1.030.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas	1.030.000,00		
			Total Órgão	50.000.000,00
			Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 2

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF nº 8 de 04/02/1985 - Adendo III.

Órgão: 1 - CONSÓRCIO PÚBLICO					
Unidade: 1 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA					
0004.0122.0001.1001 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				600.000,00
440000000000000000	Investimentos			600.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		600.000,00		
Total Ação					600.000,00
0004.0122.0001.2001 - AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				13.029.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.784.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.784.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			9.245.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		9.245.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				320.000,00
440000000000000000	Investimentos			320.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		320.000,00		
Total Ação					13.349.000,00
0004.0122.0001.2002 - AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				40.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			20.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
Total Ação					50.000,00
0015.0452.0001.2003 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				900.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			200.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			700.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		700.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				100.000,00
440000000000000000	Investimentos			100.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		100.000,00		
Total Ação					1.000.000,00
0026.0782.0001.2004 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				35.000.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			35.000.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		35.000.000,00		
Total Ação					35.000.000,00
Total Unidade					49.999.000,00
Unidade: 2 - Encargos Gerais do CIMCATARINA					
0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Ano LOA: 2020

	Total Ação	1.000,00
	Total Unidade	1.000,00
	Total Órgão	50.000.000,00
	Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2020

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
100000000000000000	Receitas correntes			49.380.000,00
130000000000000000	Receita patrimonial		11.200,00	
132000000000000000	Valores mobiliários		11.200,00	
132100000000000000	Juros e correções monetárias		11.200,00	
132100100000000000	Remuneração de depósitos bancários		11.200,00	
132100110000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal		11.200,00	
132100110100000000	Remuneração de depósitos bancários - PROLICITA	5.000,00		
132100110200000000	Remuneração Dep. Bancários - Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços	1.000,00		
132100110300000000	Remuneração Dep. Bancários - Transferências da União a Consórcios Públicos	100,00		
132100110400000000	Remuneração Dep. Bancários - Transferências de Estados a Consórcios Públicos	5.000,00		
132100110500000000	Remuneração Dep. Bancários - Recursos. não vinculados-outros	100,00		
170000000000000000	Transferências correntes		49.366.800,00	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		900,00	
171800000000000000	Transferências da união - específica e/m		900,00	
171807000000000000	Transferências da união a consórcios públicos		900,00	
171807100000000000	Transferências da união a consórcios públicos - principal		900,00	
171807110100000000	Transferências da união a consórcios públicos		900,00	
171807110101000000	Transferências da união a consórcios públicos	900,00		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		34.995.000,00	
172800000000000000	Transferências dos estados - específica e/m		34.995.000,00	
172804000000000000	Transferências de estados a consórcios públicos		34.995.000,00	
172804100000000000	Transferências de estados a consórcios públicos		34.995.000,00	
172804110000000000	Transferências de estados a consórcios públicos - principal		34.995.000,00	
172804110100000000	Transferências de estados a consórcios públicos		34.995.000,00	
172804110101000000	Projeto Recuperar	34.995.000,00		
173000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades		14.370.900,00	
173800000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m		14.370.900,00	
173802000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		14.370.900,00	
173802100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		14.370.900,00	
173802110000000000	TCP - Ações Multitudinárias de Interesse Comum		14.370.900,00	
173802110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - PROLICITA		2.704.080,00	
173802115000000000	Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços		11.666.820,00	
173802115001000000	Plano Diretor e Mobilidade Urbana	800.000,00		
173802115002000000	Diagnostico Socioambiental	400.000,00		
173802115003000000	Plano de Saneamento Básico	200.000,00		
173802115004000000	Iluminação Pública	7.916.820,00		
173802115005000000	Telefonia Móvel	400.000,00		
173802115006000000	Gestão de Energia	400.000,00		
173802115007000000	Gestão de Telefonia	100.000,00		
173802115008000000	Serviços Urbanos	1.000.000,00		
173802115009000000	Outras Ações Multifinanciárias de Interesse Comum	400.000,00		
173802115010000000	Outras Ações de Promoção, Inovação e Modernização da Gestão Pública	50.000,00		
190000000000000000	Outras receitas correntes		2.000,00	
191000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais		2.000,00	
191009000000000000	Multas e juros previstos em contratos		2.000,00	
191009100000000000	Multas e juros previstos em contratos		2.000,00	
191009110000000000	Multas e juros previstos em contratos - principal		2.000,00	
191009110100000000	Multas e Juros Previstos em Contratos	2.000,00		
200000000000000000	Receitas de capital			620.000,00
240000000000000000	Transferências de capital		620.000,00	
243000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades		620.000,00	
243800000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades		620.000,00	
243801000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		620.000,00	
243801100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		620.000,00	
243801110000000000	TCP - Ações Multifinanciárias de Interesse Comum		620.000,00	
243801110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - PROLICITA		620.000,00	
Total				50.000.000,00

 ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

 ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O




CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento
Despesas por Natureza da despesa
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Anexo 4 da Lei 4.320/64 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO					
Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA					
0004.0122.0001.1001 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
40000000000000000000	Despesas de capital				600.000,00
44000000000000000000	Investimentos			600.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		600.000,00		
Total Ação					600.000,00
0004.0122.0001.2001 - AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				13.029.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.784.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		3.784.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes			9.245.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		9.245.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital				320.000,00
44000000000000000000	Investimentos			320.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		320.000,00		
Total Ação					13.349.000,00
0004.0122.0001.2002 - AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				40.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			20.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
44000000000000000000	Investimentos			10.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
Total Ação					50.000,00
0015.0452.0001.2003 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				900.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			200.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes			700.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		700.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital				100.000,00
44000000000000000000	Investimentos			100.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		100.000,00		
Total Ação					1.000.000,00
0026.0782.0001.2004 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				35.000.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			35.000.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		35.000.000,00		
Total Ação					35.000.000,00
Total Unidade					49.999.000,00
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA					
0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes				1.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes			1.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento
Despesas por Natureza da despesa
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO					
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA					
0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Total Ação					1.000,00
Total Unidade					1.000,00
Total Órgão					50.000.000,00
Total					50.000.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA. Emissão: 21/07/2019, às 19:48:39.

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo
Ano: 2020
Entidade: Consolidado

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
0004	Administração	0122	Administracao Geral
0015	Urbanismo	0452	Servicos Urbanos
0026	Transporte	0782	Transporte Rodoviário
0028	Encargos Especiais	0846	Outros encargos Especiais

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Despesa por Funções e Categoria Econômica
Exercício: 2020



ANEXO V da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Função	Despesas Correntes				Despesas de Capital				Reserva de Contingência	Total Geral
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	Total		
04 - Administração	3.804.000,00	0,00	9.265.000,00	13.069.000,00	930.000,00	0,00	0,00	930.000,00	0,00	13.999.000,00
15 - Urbanismo	200.000,00	0,00	700.000,00	900.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	1.000.000,00
26 - Transporte	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000.000,00
28 - Encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total	4.004.000,00	0,00	44.966.000,00	48.970.000,00	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	0,00	50.000.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA. Emissão: 21/07/2019, às 19:51:34.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2020

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

01 - CONSÓRCIO PÚBLICO**001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001.1001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
04.122.0001.2001	AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM	0,00	0,00	13.349.000,00	13.349.000,00
04.122.0001.2002	AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃ	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001.2003	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
26	Transporte	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001.2004	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
Total Unidade		0,00	600.000,00	49.399.000,00	49.999.000,00

002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Órgão		0,00	600.000,00	49.400.000,00	50.000.000,00
Total Geral		0,00	600.000,00	49.400.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Ano LOA: 2020

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001.1001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
04.122.0001.2001	AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM	0,00	0,00	13.349.000,00	13.349.000,00
04.122.0001.2002	AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001.2003	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
26	Transporte	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001.2004	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Geral		0,00	600.000,00	49.400.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04	Administração	13.998.000,00	1.000,00	13.999.000,00
04.122	Administracao Geral	13.998.000,00	1.000,00	13.999.000,00
04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	13.998.000,00	1.000,00	13.999.000,00
15	Urbanismo	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.452	Servicos Urbanos	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
26	Transporte	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
28	Encargos Especiais	1.000,00	0,00	1.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	1.000,00	0,00	1.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,00	0,00	1.000,00
Total Geral		14.999.000,00	35.001.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Planejamento e Orçamento
Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Urbanismo	Transporte	Encargos Especiais	Total
01 - CONSÓRCIO PÚBLICO	13.999.000,00	1.000.000,00	35.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
Total	13.999.000,00	1.000.000,00	35.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

Pág. 1

ANEXO ROA 2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	ADMINISTRAÇÃO	0004
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	Imóvel	2	600.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	100.000,00	-	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	500.000,00	-	500.000,00
Total			600.000,00	-	600.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA ANEXO ROA 2020 Pág. 2

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	ADMINISTRAÇÃO	0004
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.001	AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM	Manutenção (Ano)	1	13.349.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	1.784.000,00	-	1.784.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	925.080,00	-	925.080,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	120.000,00	-	120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	2.000.000,00	-	2.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	8.317.820,00	-	8.317.820,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	200.000,00	-	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0200 - Recursos Não Vinculados	1.100,00	-	1.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.34.0501 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relat	-	1.000,00	1.000,00
Total			13.348.000,00	1.000,00	13.349.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA **ANEXO ROA 2020**

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	ADMINISTRAÇÃO	0004
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.002	AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	1	50.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	20.000,00	-	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	20.000,00	-	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	10.000,00	-	10.000,00
Total			50.000,00	-	50.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA ANEXO ROA 2020

Pág. 4

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	URBANISMO	0015
Subfunção	SERVIÇOS URBANOS	0452
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.003	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO	Manutenção (Ano)	1	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 -TCP Aplicação Direta	200.000,00	-	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 -TCP Aplicação Direta	700.000,00	-	700.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 -TCP Aplicação Direta	100.000,00	-	100.000,00
Total			1.000.000,00	-	1.000.000,00

Pág. 5

ANEXO ROA 2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0026
Subfunção	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0782
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.004	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE	Manutenção (Ano)	0	35.000.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.64.0502 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não re	-	35.000.000,00	35.000.000,00
		Total	-	35.000.000,00	35.000.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA ANEXO ROA 2020

Pág. 6

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CIMCATARINA	002
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	9999

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Encargos Especiais (ano)	1	1.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0200 - Recursos Não Vinculados	1.000,00	-	1.000,00
		Total	1.000,00	-	1.000,00

ANEXOS DA RESOLUÇÃO 0049_2019

Publicação Nº 2108811



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)
Ano LOA: 2020

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Receitas correntes		49.380.000,00	Administração	13.999.000,00
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00		Encargos Especiais	1.000,00
Contribuições	0,00		Transporte	35.000.000,00
Receita patrimonial	11.200,00		Urbanismo	1.000.000,00
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	49.366.800,00			
Outras receitas correntes	2.000,00			
Receitas de capital		620.000,00		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	620.000,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes intraorçamentárias		0,00		
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital intraorçamentárias		0,00		
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes	0,00			
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00			
Impostos, taxas e contribuições de me	0,00			
Contribuições	0,00			
Receita patrimonial	0,00			
Receita agropecuária	0,00			
Receita industrial	0,00			
Receita de serviços	0,00			
Transferências correntes	0,00			
Outras receitas correntes	0,00			
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00			
Operações de crédito	0,00			
Alienação de bens	0,00			

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento
AL1 - Receita(Fonte) Despesa(Função)
Ano LOA: 2020

Art. 2º, Par 1º, Alínea I da Lei 4.320/64

Receita			Despesa	
Especificação	Fonte	Total	Especificação	Cat. Econômica
Amortização de empréstimos	0,00			
Transferências de capital	0,00			
Outras receitas de capital	0,00			
Subtotal		50.000.000,00	Subtotal	50.000.000,00
Transferências Financeiras		0,00	Transferências Financeiras	0,00
Total		50.000.000,00	Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 2

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas correntes	49.380.000,00	Despesas correntes	48.970.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Pessoal e encargos sociais	4.004.000,00
Contribuições	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Receita patrimonial	11.200,00	Outras despesas correntes	44.966.000,00
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	49.366.800,00		
Outras receitas correntes	2.000,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Total das Receitas Correntes	49.380.000,00	Total das Despesas Correntes	48.970.000,00
Déficit	0,00	Superávit	410.000,00
Soma	49.380.000,00	Soma	49.380.000,00
Superávit do Orçamento Corrente	410.000,00	Déficit do Orçamento Corrente	0,00



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATORINA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2020

Pág 2 / 2

Receitas de capital	620.000,00	Despesas de capital	1.030.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	1.030.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	620.000,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Total das Receitas de Capital	620.000,00	Total das Despesas de Capital	1.030.000,00
		-(Reserva de contingência	0,00
		+Reserva do RPPS)	0,00
Déficit	410.000,00	Superávit	0,00
Resumo			
Receitas Correntes	49.380.000,00	Despesas Correntes	48.970.000,00
Receitas de Capital	620.000,00	Despesas de Capital	1.030.000,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
Subtotal	50.000.000,00	Subtotal	50.000.000,00
Déficit	0,00	Superavit	0,00
Total	50.000.000,00	Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Desp. Segundo Cat. Econômica (Consolidado por Elemento)

Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			48.970.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais			4.004.000,00
31900000000000000000	Aplicações diretas		4.004.000,00	
33000000000000000000	Outras despesas correntes			44.966.000,00
33900000000000000000	Aplicações diretas		44.966.000,00	
40000000000000000000	Despesas de capital			1.030.000,00
44000000000000000000	Investimentos			1.030.000,00
44900000000000000000	Aplicacoes diretas		1.030.000,00	
Total				50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Despesa por Unidade Orçamentária Segundo Cat. Econômica

Ano LOA: 2020

ANEXO II da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS CORRENTES			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	TOTAL
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	4.004.000,00		44.965.000,00	48.969.000,00
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA			1.000,00	1.000,00
Total	4.004.000,00	0,00	44.966.000,00	48.970.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS DE CAPITAL			
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	TOTAL
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	1.030.000,00			1.030.000,00
Total	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RESERVAS		
	Orçamentária do RPPS	Contingência	TOTAL
Total	0,00	0,00	0,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TOTAL GERAL
01.01 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	49.999.000,00
01.02 - Encargos Gerais do CIMCATARINA	1.000,00
Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
 Anexo 02 - Despesa Seg. Cat. Econômica(Órg. Unid.)
 Ano LOA: 2020 Listar Analíticas: Não

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO				
Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			48.969.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.004.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	4.004.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		44.965.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas	44.965.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			1.030.000,00
44000000000000000000	Investimentos		1.030.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	1.030.000,00		
Total Unidade				49.999.000,00
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			1.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes		1.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas	1.000,00		
Total Unidade				1.000,00
Total Órgão				50.000.000,00
Total				50.000.000,00

 ELÓI RONNAU
 Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
 Diretor Financeiro
 CPF: 007.140.999-88

 ANDRESSA SCHABERLE GATTI
 Contadora
 CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Despesa Seg. Categoria Econômica (Órgão)
Ano LOA: 2020

Anexo 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa

Órgão: 1 - CONSÓRCIO PÚBLICO				
Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			48.970.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		4.004.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	4.004.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		44.966.000,00	
33900000000000000000	Aplicações diretas	44.966.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			1.030.000,00
44000000000000000000	Investimentos		1.030.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	1.030.000,00		
			Total Órgão	50.000.000,00
			Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 2

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF nº 8 de 04/02/1985 - Adendo III.

Órgão: 1 - CONSÓRCIO PÚBLICO					
Unidade: 1 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA					
0004.0122.0001.1001 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				600.000,00
440000000000000000	Investimentos			600.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		600.000,00		
Total Ação					600.000,00
0004.0122.0001.2001 - AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				13.029.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.784.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.784.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			9.245.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		9.245.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				320.000,00
440000000000000000	Investimentos			320.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		320.000,00		
Total Ação					13.349.000,00
0004.0122.0001.2002 - AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				40.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			20.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
Total Ação					50.000,00
0015.0452.0001.2003 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				900.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			200.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			700.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		700.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				100.000,00
440000000000000000	Investimentos			100.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		100.000,00		
Total Ação					1.000.000,00
0026.0782.0001.2004 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				35.000.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			35.000.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		35.000.000,00		
Total Ação					35.000.000,00
Total Unidade					49.999.000,00
Unidade: 2 - Encargos Gerais do CIMCATARINA					
0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo 02 - Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Ação)

Ano LOA: 2020

	Total Ação	1.000,00
	Total Unidade	1.000,00
	Total Órgão	50.000.000,00
	Total	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo 02 - Receita Segundo Categoria Econômica
Ano LOA: 2020

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
100000000000000000	Receitas correntes			49.380.000,00
130000000000000000	Receita patrimonial		11.200,00	
132000000000000000	Valores mobiliários		11.200,00	
132100000000000000	Juros e correções monetárias		11.200,00	
132100100000000000	Remuneração de depósitos bancários		11.200,00	
132100110000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal		11.200,00	
132100110100000000	Remuneração de depósitos bancários - PROLICITA	5.000,00		
132100110200000000	Remuneração Dep. Bancários - Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços	1.000,00		
132100110300000000	Remuneração Dep. Bancários - Transferências da União a Consórcios Públicos	100,00		
132100110400000000	Remuneração Dep. Bancários - Transferências de Estados a Consórcios Públicos	5.000,00		
132100110500000000	Remuneração Dep. Bancários - Recursos. não vinculados-outros	100,00		
170000000000000000	Transferências correntes		49.366.800,00	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades		900,00	
171800000000000000	Transferências da união - específica e/m		900,00	
171807000000000000	Transferências da união a consórcios públicos		900,00	
171807100000000000	Transferências da união a consórcios públicos - principal		900,00	
171807110000000000	Transferências da união a consórcios públicos		900,00	
171807110100000000	Transferências da união a consórcios públicos	900,00		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades		34.995.000,00	
172800000000000000	Transferências dos estados - específica e/m		34.995.000,00	
172804000000000000	Transferências de estados a consórcios públicos		34.995.000,00	
172804100000000000	Transferências de estados a consórcios públicos		34.995.000,00	
172804110000000000	Transferências de estados a consórcios públicos - principal		34.995.000,00	
172804110100000000	Transferências de estados a consórcios públicos		34.995.000,00	
172804110101000000	Projeto Recuperar	34.995.000,00		
173000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades		14.370.900,00	
173800000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m		14.370.900,00	
173802000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		14.370.900,00	
173802100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		14.370.900,00	
173802110000000000	TCP - Ações Multitudinárias de Interesse Comum		14.370.900,00	
173802110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - PROLICITA		2.704.080,00	
173802115000000000	Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços		11.666.820,00	
173802115001000000	Plano Diretor e Mobilidade Urbana	800.000,00		
173802115002000000	Diagnostico Socioambiental	400.000,00		
173802115003000000	Plano de Saneamento Básico	200.000,00		
173802115004000000	Iluminação Pública	7.916.820,00		
173802115005000000	Telefonia Móvel	400.000,00		
173802115006000000	Gestão de Energia	400.000,00		
173802115007000000	Gestão de Telefonia	100.000,00		
173802115008000000	Serviços Urbanos	1.000.000,00		
173802115009000000	Outras Ações Multifinanciárias de Interesse Comum	400.000,00		
173802115010000000	Outras Ações de Promoção, Inovação e Modernização da Gestão Pública	50.000,00		
190000000000000000	Outras receitas correntes		2.000,00	
191000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais		2.000,00	
191009000000000000	Multas e juros previstos em contratos		2.000,00	
191009100000000000	Multas e juros previstos em contratos		2.000,00	
191009110000000000	Multas e juros previstos em contratos - principal		2.000,00	
191009110100000000	Multas e Juros Previstos em Contratos	2.000,00		
200000000000000000	Receitas de capital			620.000,00
240000000000000000	Transferências de capital		620.000,00	
243000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades		620.000,00	
243800000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades		620.000,00	
243801000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		620.000,00	
243801100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos		620.000,00	
243801110000000000	TCP - Ações Multifinanciárias de Interesse Comum		620.000,00	
243801110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - PROLICITA		620.000,00	
Total				50.000.000,00

 ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

 LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

 ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O


CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento
Despesas por Natureza da despesa
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Anexo 4 da Lei 4.320/64 - Natureza da Despesa

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO					
Unidade: 001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA					
0004.0122.0001.1001 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
400000000000000000	Despesas de capital				600.000,00
440000000000000000	Investimentos			600.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		600.000,00		
Total Ação					600.000,00
0004.0122.0001.2001 - AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				13.029.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			3.784.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		3.784.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			9.245.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		9.245.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				320.000,00
440000000000000000	Investimentos			320.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		320.000,00		
Total Ação					13.349.000,00
0004.0122.0001.2002 - AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				40.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			20.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			20.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		20.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				10.000,00
440000000000000000	Investimentos			10.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		10.000,00		
Total Ação					50.000,00
0015.0452.0001.2003 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				900.000,00
310000000000000000	Pessoal e encargos sociais			200.000,00	
319000000000000000	Aplicações diretas		200.000,00		
330000000000000000	Outras despesas correntes			700.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		700.000,00		
400000000000000000	Despesas de capital				100.000,00
440000000000000000	Investimentos			100.000,00	
449000000000000000	Aplicacoes diretas		100.000,00		
Total Ação					1.000.000,00
0026.0782.0001.2004 - AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				35.000.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			35.000.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		35.000.000,00		
Total Ação					35.000.000,00
Total Unidade					49.999.000,00
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA					
0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
300000000000000000	Despesas correntes				1.000,00
330000000000000000	Outras despesas correntes			1.000,00	
339000000000000000	Aplicações diretas		1.000,00		

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento
Despesas por Natureza da despesa
Ano: 2020 Listar Vínculos: Não

Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO					
Unidade: 002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA					
0028.0846.9999.0300 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					
Código	Especificação	Elemento da Despesa	Modalidade de Aplicação	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Total Ação					1.000,00
Total Unidade					1.000,00
Total Órgão					50.000.000,00
Total					50.000.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA. Emissão: 21/07/2019, às 19:48:39.

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo
Ano: 2020
Entidade: Consolidado

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
0004	Administração	0122	Administracao Geral
0015	Urbanismo	0452	Servicos Urbanos
0026	Transporte	0782	Transporte Rodoviário
0028	Encargos Especiais	0846	Outros encargos Especiais

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Despesa por Funções e Categoria Econômica
Exercício: 2020



ANEXO V da Lei 4.320/64 - Adendo III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Função	Despesas Correntes				Despesas de Capital				Reserva de Contingência	Total Geral
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	Total		
04 - Administração	3.804.000,00	0,00	9.265.000,00	13.069.000,00	930.000,00	0,00	0,00	930.000,00	0,00	13.999.000,00
15 - Urbanismo	200.000,00	0,00	700.000,00	900.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	1.000.000,00
26 - Transporte	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000.000,00
28 - Encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total	4.004.000,00	0,00	44.966.000,00	48.970.000,00	1.030.000,00	0,00	0,00	1.030.000,00	0,00	50.000.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA. Emissão: 21/07/2019, às 19:51:34.

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 06 - Programa de Trabalho (por Órgão e Unidade Orçamentária)

Ano LOA: 2020

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

01 - CONSÓRCIO PÚBLICO**001 - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001.1001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
04.122.0001.2001	AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM	0,00	0,00	13.349.000,00	13.349.000,00
04.122.0001.2002	AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃ	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001.2003	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
26	Transporte	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001.2004	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
Total Unidade		0,00	600.000,00	49.399.000,00	49.999.000,00

002 - Encargos Gerais do CIMCATARINA

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Órgão		0,00	600.000,00	49.400.000,00	50.000.000,00
Total Geral		0,00	600.000,00	49.400.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação

Ano LOA: 2020

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	600.000,00	13.399.000,00	13.999.000,00
04.122.0001.1001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
04.122.0001.2001	AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM	0,00	0,00	13.349.000,00	13.349.000,00
04.122.0001.2002	AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
15	Urbanismo	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452	Servicos Urbanos	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
15.452.0001.2003	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
26	Transporte	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001.2004	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE	0,00	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
28.846.9999.0300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Geral		0,00	600.000,00	49.400.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA
Planejamento e Orçamento
Anexo 08 - Despesa por Função/Sub/Programa Conforme Vínculo de Recursos
Ano LOA: 2020

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04	Administração	13.998.000,00	1.000,00	13.999.000,00
04.122	Administracao Geral	13.998.000,00	1.000,00	13.999.000,00
04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	13.998.000,00	1.000,00	13.999.000,00
15	Urbanismo	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.452	Servicos Urbanos	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
26	Transporte	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
26.782.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	35.000.000,00	35.000.000,00
28	Encargos Especiais	1.000,00	0,00	1.000,00
28.846	Outros encargos Especiais	1.000,00	0,00	1.000,00
28.846.9999	ENCARGOS ESPECIAIS	1.000,00	0,00	1.000,00
Total Geral		14.999.000,00	35.001.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O



CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Planejamento e Orçamento

Anexo 9 - Despesa por Órgão e Função

Ano LOA: 2020

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Urbanismo	Transporte	Encargos Especiais	Total
01 - CONSÓRCIO PÚBLICO	13.999.000,00	1.000.000,00	35.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00
Total	13.999.000,00	1.000.000,00	35.000.000,00	1.000,00	50.000.000,00

ELÓI RONNAU
Diretor Executivo

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

ANDRESSA SCHABERLE GATTI
Contadora
CRC/SC 042273/O

ANEXO ROA 2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	ADMINISTRAÇÃO	0004
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	Imóvel	2	600.000,00

II - Descrição das Ações

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	100.000,00	-	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	500.000,00	-	500.000,00
Total			600.000,00	-	600.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA ANEXO ROA 2020 Pág. 2

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	ADMINISTRAÇÃO	0004
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.001	AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM	Manutenção (Ano)	1	13.349.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES MULTIFINATÁRIAS DE INTERESSE COMUM

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	1.784.000,00	-	1.784.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	925.080,00	-	925.080,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0301 - TCP PROLICITA	120.000,00	-	120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	2.000.000,00	-	2.000.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	8.317.820,00	-	8.317.820,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	200.000,00	-	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0200 - Recursos Não Vinculados	1.100,00	-	1.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.34.0501 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relat	-	1.000,00	1.000,00
Total			13.348.000,00	1.000,00	13.349.000,00

ANEXO ROA 2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	ADMINISTRAÇÃO	0004
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	0122
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.002	AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	Manutenção (Ano)	1	50.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES DE PROMOÇÃO, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	20.000,00	-	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	20.000,00	-	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 - TCP Aplicação Direta	10.000,00	-	10.000,00
Total			50.000,00	-	50.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA ANEXO ROA 2020

Pág. 4

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	URBANISMO	0015
Subfunção	SERVIÇOS URBANOS	0452
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.003	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO	Manutenção (Ano)	1	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES DE INTERESSE COMUM - URBANISMO

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 -TCP Aplicação Direta	200.000,00	-	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 -TCP Aplicação Direta	700.000,00	-	700.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0302 -TCP Aplicação Direta	100.000,00	-	100.000,00
Total			1.000.000,00	-	1.000.000,00

ANEXO ROA 2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA	001
Função	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0026
Subfunção	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0782
Programa	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0001

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
2.004	AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE	Manutenção (Ano)	0	35.000.000,00

II - Descrição das Ações

AÇÕES DE INTERESSE COMUM - TRANSPORTE

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.64.0502 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não re	-	35.000.000,00	35.000.000,00
		Total	-	35.000.000,00	35.000.000,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

ANEXO ROA 2020

Pág. 6

RESOLUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - ROA 2020

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão	CONSÓRCIO PÚBLICO	01
Unidade	ENCARGOS GERAIS DO CIMCATARINA	002
Função	ENCARGOS ESPECIAIS	28
Subfunção	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	846
Programa	ENCARGOS ESPECIAIS	9999

Objetivo do Programa:

Formulação de projetos estruturantes, que sustentem o desenvolvimento regional, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento dos municípios, planejamento regional integrado, captação de recursos financeiros para investimentos, transferência de tecnologia, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Justificativa do Programa:

O CIMCATARINA pressupõe a gestão associada de um ou mais serviços públicos de interesse comum, para atuar em diversas políticas públicas e objetivos compartilhados entre os entes consorciados.

Ação	Título	Produto (unidade)	Meta Física	Meta Financeira
0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Encargos Especiais (ano)	1	1.000,00

II - Descrição das Ações

CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00.0200 - Recursos Não Vinculados	1.000,00	-	1.000,00
		Total	1.000,00	-	1.000,00

CIS/AMAUC**TERMO ADITIVO Nº46 - TC042**

Publicação Nº 2107924

TERMO ADITIVO 46**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – TC 42**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 – 12º andar – Centro, CEP 89.700-905, Município de Concórdia – SC, CNPJ 07.654.807/0001-97 neste ato representado pelo seu Presidente Senhor GENIR LOLI – Prefeito de Lindóia do Sul, nos termos do Edital de Chamamento nº 1/2013, CREDENCIA através deste Termo a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL- HOSPITAL SÃO PEDRO, inscrita no CNPJ 83.506.030/0018-40, registro no CNES nº 2691566 estabelecida na Rua 38, nº 3, Centro, CEP 89760-000, Município de Itá SC, neste ato representada pelas procuradoras Claudete Aguiar Frantz, CPF 047.399.779-74, Diretora-Administrativa e Vandra Teresinha Foschiera Maraschin - Assistente de Escritório, CPF 863.823.739-15, com procuração válida até 15 de outubro de 2020, para prestação de serviço especializado de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Art. 1º A credenciada prestará serviços especializados de Oftalmologia e Ultrassonografia, aos usuários do Consórcio, conforme Solicitação de Credenciamento de 17 de julho de 2019, dos procedimentos abaixo relacionados:

- Facuemsulficação com Implante de Lente Dobrável – Cód. 04.05.05.037-2;
- US de Abdômen Superior (Fígado, Vesícula, Vias Biliares) - Cód. 02.05.02.003-8
- US Abdômen Total - Cód. 02.05.02.004-6
- US Aparelho Urinário - Cód. 02.05.02.005-4
- US Articulação - Cód. 02.05.02.006-2
- US Mamária Bilateral - Cód. 02.05.02.009-7
- US Próstata por via Abdominal - Cód. 02.05.02.010-0
- US Tireóide - Cód. 02.05.02.012-7
- US Partes Moles – Cód. 90123

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Art. 3º As partes ratificam as demais cláusulas do Termo de Credenciamento 42/2019, naquilo que não colidir com o presente instrumento.

E, para constar, lavrou-se o presente Termo Aditivo que, lido e conforme, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Concórdia - SC, 19 de julho de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito de Lindóia do Sul e Presidente do CIS Amauc

CLAUDETE AGUIAR FRANTZ

Diretora-Administrativa

VANDRA T FOSCHIERA MARASCHIN

Assistente de Escritório

Beneficência Camiliana Do Sul – Hospital São Pedro

TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termo Aditivo46/ TC42 Hosp São Pedro Ita

CIS/AMURC**1º ADITIVO CONTRATO TESTE SELETIVO N 01/2018**

Publicação Nº 2108527

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.887.256/0001-50, com sede à Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas – SC, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Canoinhas, Sr. Gilberto dos Passos, com endereço junto ao Paço Municipal na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Município de Canoinhas/SC, daqui por diante denominado CONTRATANTE e de outro lado ELAINE THAIS LESSAK WOIDELELLA, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF sob nº 066.994.429-70, residente e domiciliada na Rua Werner Eugenio Kellner nº 349, Bairro Alto da Tijuca, Município de Canoinhas/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que rege-se pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Objetiva a prorrogação do prazo contratual do contrato oriundo, e vinculado aos termos, do Teste Seletivo nº 01/2018 pelo período de 12 meses, passando a vigorar até a data de 17/07/2020.

CLÁUSULAS SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E assim, por estarem as partes justas e devidamente contratadas na forma acima, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Canoinhas, 17 de julho de 2019.

CONSÓRCIO	CONTRATADA
Gilberto dos Passos	Elaine Thais Lessak Woidella
Presidente	

Testemunha:	Testemunha:
CPF:	CPF:

CIS/AMVI**ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO MEDICO 002**

Publicação Nº 2107683

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 002 – PROCESSO SELETIVO 001/2018**CONTRATANTE:**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83.

CONTRATADO:

LUCAS PECKER DE AZAMBUJA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 021.063.220-89 e RG nº 7907428, SSP/SC, residente a Rua Luiz Bittelbrunn, nº 41, Bairro Velha – Blumenau – SC, CEP: 89.040-080.

As partes firmam o presente Termo Aditivo nos seguintes termos e

CONSIDERANDO o disposto no item 11.2 do Edital nº 01/2018 - Processo Seletivo Simplificado, que estabelece a validade do processo seletivo pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por até igual período, a partir da data de divulgação da homologação do resultado final, ou enquanto durar a listagem de reserva técnica.

OBJETO:

Atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Seção III e do Quadro de Empregos Públicos do CISAMVI/SC, ambos do Protocolo de Intenções e do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 do CISAMVI.

PRAZO DE PRORROGAÇÃO:

06 (seis) meses

Início: 01/08/2019

término: 31/01/2020

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais disposições do Contrato Temporário de Trabalho, oriundo do Processo Seletivo nº 001/2018.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

Blumenau, em 31 de julho de 2019.

Cleones Hostins LUCAS	PECKER DE AZAMBUJA
Diretor Executivo CISAMVI	CPF nº 021.063.220-89
Contratante	Contratado

ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - ANGIOKLINIK - FILIAL

Publicação Nº 2107607

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ 263.895,36 (Duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos)

FORNECEDOR: ANGIOKLINIK SERVICOS MEDICOS LTDA EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 05.435.002/0003-99.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei nº 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regrando suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo.

Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.
2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:
 - 2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.
 - 2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.
- a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.
- 2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.
- a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;
- b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.
3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:
 - 3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
 - 3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;
 - 3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;
 - 3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.
4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 1ª Alteração/Contrato Social;
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
9. Alvará Sanitário Municipal;
10. Alvará de Localização e Funcionamento;
11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;
12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde; atualizar para atendimento SUS
13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;
14. RQEs registrados no CREMESC;
15. Ficha de Requerimento de Credenciamento;
16. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;
17. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 23 de julho de 2019.

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva
Presidente

Marcos da Rocha
Membro

Cleones Hostins
Membro

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - ANGIOKLINIK - FILIAL

Publicação Nº 2107611

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa, ANGIOKLINIK SERVICOS MEDICOS LTDA EPP, pessoa jurídica, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 222 – Centro – Edifício Stein Tower – Décimo andar – Sala 1008 – Blumenau – SC, inscrita no CNPJ nº 05.435.002/0003-99, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 263.895,36 (Duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 23 de julho de 2019.

Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - ANGIOKLINIK - FILIAL

Publicação Nº 2107612

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da ANGIOKLINIK SERVICOS MEDICOS LTDA EPP, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 05.435.002/0003-99, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 23 de julho de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CISAMREC

PROCESSO ADM. 020.CISAMREC.2019 - CONVOCA A EMPRESA VITALSUL PARA ASSUMIR O ITEM OMEPRAZOL 20MG

Publicação Nº 2107724

Processo Administrativo nº. 020/ADM/CISAMREC/2019
Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018
ARP nº. 019/CISAMREC/2018

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, que foi publicado nesta data, no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do Processo Administrativo nº. 018/ADM/CISAMREC/2019, abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o cancelamento da ARP, quanto ao item, como requerido pela empresa INOVAMED Comércio de Medicamentos Ltda., e a convocação da empresa VITASUL Distribuidora de Medicamentos Eireli-ME, quanto a sua adjudicação na ARP nº. 019/CISAMREC/2018, para o fornecimento do quantitativo remanescente do medicamento, item 466 – OMEPRAZOL 20MG – BLISTER - CPLA, da marca Geolab, pelo preço unitário de R\$ 0,0630 (zero vírgula zero sessenta e três centavos), nos termos do processo licitatório nº. 082/CISAMREC/2018"".

Criciúma SC, 29 de julho de 2019.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

PROCESSO ADM. 022.CISAMREC.2019 - CONVOCA A EMPRESA PROMEFARMA PARA ASSUMIR O ITEM SINVASTATINA 20MG

Publicação Nº 2107717

Processo Administrativo nº. 022/ADM/CISAMREC/2019
Cancelamento de Item
Pregão Presencial nº. 082/CISAMREC/2018
ARP nº. 019/CISAMREC/2018

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, que foi publicado nesta data, no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do Processo Administrativo nº. 022/ADM/CISAMREC/2019, abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o cancelamento da ARP supra para a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES, quanto ao item 535, e determino a convocação da empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., quanto a sua adjudicação na ARP nº. 019/CISAMREC/2018, para o fornecimento do quantitativo remanescente do medicamento, item 535, SINVASTATINA 20MG CPR, marca SANDOZ, pelo preço unitário de R\$ 0,0468 (zero vírgula zero quatrocentos e sessenta e oito centavos), nos termos do processo licitatório nº. 082/CISAMREC/2018 e da ARP nº. 019/CISAMREC/2018, que passam a fazer parte desta relação jurídica".

Criciúma SC, 31 de julho de 2019.

ROQUE SALVAN
Autoridade Competente

CODEPLAN

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 2107506

RESOLUÇÃO 01/2018
APROVA ORÇAMENTO GERAL DA CODEPLAN PARA O EXERCÍCIO DE 2019

O Conselho Deliberativo do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte, reunido ordinariamente em 15 de Julho de 2018, por decisão de seus membros presentes, com fundamento nas disposições do protocolo de intenções aprovado e ratificado, estatuto e regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º - O Orçamento do CODEPLAN - Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte, para o exercício de 2019, é constituído pela previsão da Receita no valor de R\$ 1.915.000,00 (Um milhão novecentos e quinze mil reais), e fixada a despesa em igual valor conforme detalhamento.

Art. 2º - Fica o Diretor Administrativo do CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte, autorizado a ajustar este orçamento através de Superávit financeiro, excesso de arrecadação, ou outros recursos que ingressarem pelos seus totais, e ainda pelas anulações de saldos dentro da mesma unidade administrativa, para o exercício de 2019, até 50% do valor total estimado.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia 1º de Janeiro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 15 de Julho de 2018.

Luiz Henrique Saliba Hélio Daniel Costa Andrei de Sá Ribas

Presidente Diretor Administrativo Contador

CRC/SC 031.565/O-5

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA E TRANSFERÊNCIAS

(Repasse Municípios e Estado)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.915.000,00
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	R\$ 1.915.000,00
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intragovernamentais	R\$ 165.000,00
1.7.2.3.00.00.00	Transferências dos Municípios	R\$ 165.000,00
1.7.2.3.37.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	
1.7.2.3.37.01.00	Prefeitura Municipal de Irineópolis	R\$ 30.000,00
1.7.2.3.37.02.00	Prefeitura Municipal de Major Vieira	R\$ 30.000,00
1.7.2.3.37.03.00	Prefeitura Municipal de Papanduva	R\$ 30.000,00
1.7.2.3.37.04.00	Prefeitura Municipal de Canoinhas	R\$ 5.000,00
1.7.2.3.37.05.00	Prefeitura Municipal de Porto União	R\$ 5.000,00
1.7.2.3.37.06.00	Prefeitura Municipal de Três Barras	R\$ 5.000,00
1.7.2.3.37.07.00	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	R\$ 30.000,00
1.7.2.3.37.08.00	Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo	R\$ 30.000,00
1.7.6.1.00.00.00	Transferência de Convênio da Estado	R\$ 1.750.000,00
1.7.6.1.99.00.00	Outras Transferências de convênios do Estado	R\$ 1.750.000,00

PLANILHA ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2019 - ANEXO II

ÓRGÃO	CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte	01
Unidade	CODEPLAN	01
Função	Administração	04
Sub - Função	Administração Geral	122
Programa	Desenvolvimento Econômico	1001
Atividade	Manutenção e Funcionamento do CODEPLAN – Parte Rateio Municipal	2001

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

33.90.00.00.00.00 Aplicação Direta	R\$ 1.905.000,00
44.90.00.00.00.00 Investimentos	R\$ 10.000,00

ÓRGÃO	CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte	01
Unidade	CODEPLAN	01
Função	Administração	04
Sub - Função	Administração Geral	122
Programa	Desenvolvimento Econômico	1001
Atividade	Manutenção e Funcionamento do CODEPLAN – Parte Rateio Municipal	2001

33.90.00.00.00.00 Aplicação Direta	R\$ 1.905.000,00
44.90.00.00.00.00 Investimentos	R\$ 10.000,00

Mafra/SC, 15 de Julho de 2018.

Luiz Henrique Saliba Hélio Daniel Costa Andrei de Sá Ribas

Presidente Diretor Administrativo Contador

CRC/SC 031.565/O-5

CISAM-SUL**PARECER TÉCNICO Nº 004/2019 CISAM SUL-REG - DISPÕE SOBRE: REAJUSTE DE VALORES DAS TARIFAS, SERVIÇOS E INFRAÇÕES DO SAMAE DE PRAIA GRANDE**

Publicação Nº 2109151

PARECER TÉCNICO Nº 004/2019 CISAM-SUL REGULAÇÃO

Assunto: Reajuste de valores das tarifas, serviços e infrações do SAMAE de Praia Grande.

O Serviço Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Praia Grande, por meio do Ofício nº 01/2019, recebido pelo CISAM-SUL REGULAÇÃO na data de 17 de junho de 2019, solicitou análise desta câmara de regulação quanto ao pedido de reajuste dos valores das tarifas, serviços e infrações referentes aos serviços de água e esgoto praticados pela autarquia. Para tanto, anexou ao ofício as planilhas e demonstrativos de custos, despesas e receitas, bem como justificativa do reajuste, propondo que o mesmo seja de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco), com base na variação do índice do INPC (IBGE).

No município de Praia Grande, o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados pelo SAMAE, autarquia municipal. Estando o município vinculado ao CISAM-SUL, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio do CISAM-SUL REGULAÇÃO e de sua Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (CREFISBA), sendo instituída pela Resolução n. 003/2014.

A Lei Federal n. 11.445/2007, que trata das diretrizes nacionais para saneamento básico, traz em seu artigo 22 os objetivos da regulação, dentre os quais a definição de tarifas, conforme segue:

“Art. 22. São objetivos da regulação:

[...]

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.”

Sendo importante transcrever outro dispositivo da referida Lei de Saneamento:

“Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;”

Assim sendo, entende-se ser juridicamente possível o pedido de reajuste dos valores praticados pelo SAMAE, em virtude da legislação até aqui exposta, bem como em razão do atendimento ao intervalo mínimo de reajustamento trazido pela Lei n. 11.445/07, a saber: “Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.”

Dentre os objetivos da regulação dos serviços de saneamento por parte do CISAM-SUL REGULAÇÃO, está o de garantir que os valores das tarifas e serviços cobrados pelo prestador sejam, além de moderados, suficientemente capazes de gerar recursos visando uma prestação eficiente dos serviços.

Com base nas planilhas de custos apresentadas pela autarquia está claramente demonstrada a necessidade de reajuste dos valores das tarifas, serviços e infrações praticados, principalmente em virtude das variações nas despesas e inflação do período.

O SAMAE solicitou aprovação deste órgão regulador para um reajuste no percentual de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco), relativo à variação do INPC/IBGE dos meses de 02/01/2018 até 31/05/2019. Sendo aplicável sobre as tarifas, serviços e infrações vencíveis a partir do prazo legal após sua publicação. Uma vez que o último reajuste se deu na data de 02/02/2018, segundo o decreto nº 005 de fevereiro de 2018.

Consultando o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comprovou-se que o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período de 02/01/2018 até 31/06/2019, base deste pedido, é de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco). O percentual é obtido a partir de índices regionais e tem como objetivo fornecer a variação dos preços do mercado varejista, identificando assim o aumento do custo de vida da população.

Tendo em vista que o percentual pleiteado pelo SAMAE refere-se à reposição das perdas inflacionárias (5,95%) apuradas pelo índice INPC acumulado nos meses de 02/01/2018 até 31/06/2019, conforme anexo 01. Sendo que o último reajuste feito pelo órgão foi há mais de 12 (doze) meses, esta câmara emite parecer favorável ao reajustamento de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco), conforme solicitado.

O reajuste das tarifas, serviços e infrações tem a finalidade de atualizar o valor da receita do prestador e, é essencial para manutenção dos padrões de sustentabilidade do sistema. Também, possibilita a realização dos investimentos necessários na estrutura existente, garantindo a continuidade dos serviços, que atendam plenamente às necessidades da população. Trata-se de recomposição do poder da moeda frente às perdas inflacionárias do período.

Assim, os membros da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico - CREFISBA autoriza o reajuste de 5,95% (cinco vírgula noventa e cinco), para as tarifas de água, esgoto e os demais serviços e infrações, de acordo com os termos deste Parecer Técnico, recomendando ainda:

- a) A emissão de ato legal de reajuste, conforme legislação do município, para cumprimento de seus efeitos legais, mediante a devida publicação e divulgação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao início da cobrança com os novos valores;
- b) O encaminhamento a esta Câmara de cópia do ato legal, da nova tabela de valores reajustados, bem como dos respectivos comprovantes das publicações.

Assim sendo, os membros do conselho concordam e assinam este Parecer Técnico, nada havendo que merecesse qualquer outra sugestão ou retificação.

Orleans/SC, 30 de julho de 2019.

Patrick Mendes Berto Engenheiro Sanitarista Presidente da CREFISBA	Márcio José Bágio de Oliveira Assistente Administrativo Membro da CREFISBA
Carlos Eduardo Favareto Menossi Químico Membro da CREFISBA	Antônio Ironildo Willemann Superintendente CISAM-SUL Membro da CREFISBA
Enio João Zanelatto Bagio Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-SUL Membro da CREFISBA	Jorge Luiz Koch Presidente do CISAM-SUL Membro da CREFISBA

ANEXO 01: CÁLCULO PARA REAJUSTE

CIS/AMERIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05-2019 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Publicação N° 2107864

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°. 05/2019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, Sr. Daniel Kothe, Prefeito de Saudades no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Contrato de Consórcio Público, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da Assembleia Geral Extraordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 09 de agosto de 2019, sexta-feira, com início às 11h45min, no Auditório da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, em Maravilha/SC, para deliberar os seguintes assuntos:

- I- 11h45min- Abertura da Assembleia;
- II- 11h50min – Ratificação de contratos e aditivos;
- III- 12h00min - Encerramento.

Maravilha/SC, 30 de julho de 2019.

DANIEL KOTHE

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Saudades

CONSAD**EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2019**

Publicação Nº 2107597

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2019

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e desenvolvimento Local – CONSAD, CNPJ: 07.242.972/0001-31, por meio de seu Presidente, Sr. Renato Paulata, no uso de suas atribuições estatutárias que lhe são conferidas, faz publicar o presente extrato de contrato de prestação de serviços:

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR.

CNPJ: 76.205.715/0001-42.

CONTRATO DE RATEIO 03/2019

CONTRATADO: Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e desenvolvimento Local – CONSAD.

CNPJ: 07.242.972/00131-31

OBJETO: Repasse financeiro referente ao rateio do pagamento do Precatório Trabalhista nº 0010708-61.2017.5.12.0000 (Reclamatória Trabalhista n. 0000651-70.2016.5.12.0015).

VALOR: R\$ 680,98 (seiscentos e oitenta reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA: 15/07/2019 a 31/12/2019.

São Miguel do Oeste/SC, 31 de Julho de 2019.

Renato Paulata
Presidente do CONSAD

DEMONSTRATIVO FISCAL RREO 2 BIMESTRE 2019 ANEXO I

Publicação Nº 2108557

Município de São Miguel do Oeste - SC
 CONSORCIO SEGUR. ALIMENT. DESEN. EXTREMO OESTE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	1.082.481,08	1.082.481,08	179.174,65	16,55	472.516,60	43,65	609.964,48
RECEITA PATRIMONIAL	1.082.481,08	1.082.481,08	179.174,65	16,55	472.516,60	43,65	609.964,48
VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	691,64	0,00	1.785,85	0,00	-1.785,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	691,64	0,00	1.785,85	0,00	-1.785,85
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	1.062.481,08	1.062.481,08	178.483,01	16,80	470.730,75	44,30	591.750,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.062.481,08	1.062.481,08	178.483,01	16,80	470.730,75	44,30	591.750,33
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.082.481,08	1.082.481,08	179.174,65	16,55	472.516,60	43,65	609.964,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.082.481,08	1.082.481,08	179.174,65	16,55	472.516,60	43,65	609.964,48
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.082.481,08	1.082.481,08	179.174,65	16,55	472.516,60	43,65	609.964,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	179.472,08	0,00	0,00	179.472,08	0,00	0,00
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	179.472,08	0,00	0,00	179.472,08	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de São Miguel do Oeste - SC
CONSORCIO SEGUR. ALIMENT. DESEN. EXTREMO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.082.481,08	1.261.953,16	117.649,32	518.647,41	743.305,75	135.056,72	380.852,64	881.100,52	380.852,64
DESPESAS CORRENTES	1.048.981,08	1.228.263,97	117.649,32	518.458,22	709.805,75	135.056,72	380.863,45	847.600,52	380.863,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	717.590,40	749.728,22	115.535,18	301.983,74	447.744,48	111.330,04	287.432,30	462.295,92	287.432,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	331.390,68	478.535,75	2.114,14	216.474,48	262.061,27	23.726,68	93.231,15	385.304,60	93.231,15
DESPESAS DE CAPITAL	13.500,00	13.689,19	0,00	189,19	13.500,00	0,00	189,19	13.500,00	189,19
INVESTIMENTOS	13.500,00	13.689,19	0,00	189,19	13.500,00	0,00	189,19	13.500,00	189,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.082.481,08	1.261.953,16	117.649,32	518.647,41	743.305,75	135.056,72	380.852,64	881.100,52	380.852,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.082.481,08	1.261.953,16	117.649,32	518.647,41	743.305,75	135.056,72	380.852,64	881.100,52	380.852,64
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	91.663,96	—	91.663,96
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.082.481,08	1.261.953,16	117.649,32	518.647,41	—	135.056,72	472.516,60	—	472.516,60
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.785,85

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de São Miguel do Oeste - SC
CONSORCIO SEGUR. ALIMENT. DESEN. EXTREMO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

São Miguel do Oeste, 31/07/2019

Renato Paulata
Presidente - CPF: 605.081.919-04BORTONCELLO ASSESSORIA CONTÁBIL
Contador CRC/SC 035673/O-0

Publicação Nº 2108552

RRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		%(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Judiciária	1.082.481,08	1.261.953,16	117.649,32	518.647,41	100,00	743.305,75	380.852,64	100,00	881.100,52	
	147.570,00	147.570,00	29.155,88	79.095,15	15,25	68.474,85	71.262,50	18,71	76.307,50	
Ação Judiciária	147.570,00	147.570,00	29.155,88	79.095,15	15,25	68.474,85	71.262,50	18,71	76.307,50	
Administração	914.911,08	1.084.193,97	88.493,44	439.363,07	84,71	654.830,90	309.400,95	81,24	784.793,02	
Administração Financeira	914.911,08	1.084.193,97	88.493,44	439.363,07	84,71	654.830,90	309.400,95	81,24	784.793,02	
Agricultura	0,00	189,19	0,00	189,19	0,04	0,00	189,19	0,05	0,00	
Abastecimento	0,00	189,19	0,00	189,19	0,04	0,00	189,19	0,05	0,00	
RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.082.481,08	1.261.953,16	117.649,32	518.647,41	100,00	743.305,75	380.852,64	100,00	881.100,52	

São Miguel do Oeste, 31/07/2019

Renato Paulata
Presidente - CPF: 605.08.19/19-04

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.